APOSTILA PREPARATÓRIA PARA O CONCURSO DA

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Técnico Bancário Novo

Os Direitos autorais dessa obra pertencem exclusivamente a Autodidata Editora
e somente poderá ser adquirida no site www.autodidataeditora.com.br

Este arquivo é de uso pessoal e exclusivo de
Marly Montefusco
CPF:64409147234

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a distribuição ou reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

Supervisão didática e pedagógica: Danielle Rimolo Rossi
Autores: Asteroide Santana – Éder Vasco Pinheiro - Gustavo Felisberto Valente - Maura Schwanck Maia – Maurício Moraes Wajciekowski - Margere Rosa de Oliveira - Rodrigo Leal - Jocélia Barreto
Revisão: Rodrigo dos Santos - Adriana Tullio
Diagramação: Rafael Rossi

Autodidata Editora

www.autodidataeditora.com.br
e-mail: autodidataconcursos@hotmail.com
Fone: (51) 3626-1743

Erratas, se necessárias, estarão disponíveis em www.autodidataeditora.com.br/errata-caixa2014
Consulte eventualmente e sempre pressione a tecla F5 em caso de novo acesso ao *link*.

Sumário

(Apostila preparatória para o concurso do CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - cargo de Técnico Bancário Novo/2014)

CONHECIMENTOS BÁSICOS (PARA TODOS OS POLOS)

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos 05
Tipologia textual. 11
Ortografia oficial. 17
Acentuação gráfica. 30
Emprego das classes de palavras. 33
Emprego do sinal indicativo de crase. 63
Sintaxe da oração e do período. 66
Pontuação. 73
Concordância nominal e verbal. 70
Regência nominal e verbal. 77
Significação das palavras. 90
Redação Oficial. 95

REDAÇÃO

Redação 107

MATEMÁTICA

Juros simples e compostos: capitalização e descontos. Taxas de juros: nominal, efetiva, equivalentes, proporcionais, real e aparente. 108
Planos ou sistemas de amortização de empréstimos e financiamentos. 123
Cálculo financeiro: custo real efetivo de operações de financiamento, empréstimo e investimento. 129
Números e grandezas proporcionais: razões e proporções; divisão em partes proporcionais 134
Regra de três 145
Porcentagem e problemas 154

RACIOCÍNIO LÓGICO

Princípios do raciocínio lógico: conectivos lógicos, diagramas lógicos. 159
Lógica de argumentação, interpretação de informações de natureza matemática. 187
Probabilidade. 196

ATUALIDADES

Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais que desenvolvimento sustentável, ecologia, economia, educação, educação a distância, energia, política, redes sociais (Twitter, Facebook, Google+, Linkedin), relações internacionais, responsabilidade socioambiental, segurança, sociedade e tecnologia 204

ÉTICA

Conceito de ética. 271
Ética aplicada: noções de ética empresarial e profissional. A gestão da ética nas empresas públicas e privadas. 272
Código de Ética da CAIXA 275

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Lei nº 7.998/1990 (Programa Desemprego e Abono Salarial - beneficiários e critérios para saque) 279
Lei nº 8.036/1990 (FGTS: possibilidades e condições de utilização/saque) 283
Certificado de Regularidade do FGTS 283
Guia de Recolhimento (GRF) 294
Lei Complementar nº 7/1970 (PIS). 295
Artigo 37 da Constituição Federal (Princípios constitucionais da Administração Pública: Princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência). 297
Lei nº 10.836/2004 (Bolsa Família). 302

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (PARA TODOS OS POLOS, EXCETO PARA OS POLOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - TI - DF, RJ E SP)

ATENDIMENTO

Legislação: Lei nº 8.078/1990 (dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências) 307

Resoluções CMN/Bacen nº 3.694/2009 (dispõe sobre a prevenção de riscos na contratação de operações e na prestação de serviços por parte de instituições financeiras) e alterações posteriores. 327
Marketing em empresas de serviços: marketing de relacionamento. 332
Satisfação, valor e retenção de clientes. 334
Propaganda e promoção. 337
Telemarketing. 339
Vendas: técnicas de vendas de produtos e serviços financeiros do setor bancário. 341

CONHECIMENTOS BANCÁRIOS:

Abertura e movimentação de contas: documentos básicos. 347
Pessoa física e pessoa jurídica: capacidade e incapacidade civil, representação e domicílio. 349
Cheque: requisitos essenciais, circulação, endosso, cruzamento, compensação. 352
Sistema de pagamentos brasileiro. 358
Estrutura do Sistema Financeiro Nacional (SFN) 462
Conselho Monetário Nacional 364
Banco Central do Brasil 370
Comissão de Valores Mobiliários 373
Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional 374
Bancos comerciais 375
Caixas econômicas 376
Cooperativas de crédito 376
Bancos comerciais cooperativos 377
Bancos de investimento 378
Bancos de desenvolvimento 378
Sociedades de crédito, financiamento e investimento 379
Sociedades de arrendamento mercantil 380
Sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários. 381
Sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários 382
Bolsas de valores. Bolsas de mercadorias e de futuros 383
Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) 384
Central de Liquidação Financeira e de Custódia de Títulos (CETIP) 385
Sociedades de crédito imobiliário; 387
Associações de poupança e empréstimo 387
Sistema de seguros privados: sociedades de capitalização, Previdência Complementar: Entidades abertas e entidades fechadas de previdência privada. 387
Noções de política econômica 396
Noções de política monetária, instrumentos de política monetária. Formação da taxa de juros. 397
Mercado Financeiro. 400
Mercado monetário. Mercado de crédito. 400
Mercado de capitais: 401
Ações - características e direitos, debêntures. Diferenças entre companhias abertas e companhias fechadas. 401
Funcionamento do mercado à vista de ações. Mercado de balcão. 405
Mercado de câmbio: instituições autorizadas a operar; operações básicas; contratos de câmbio- características; taxas de câmbio; remessas; SISCOMEX. 406
Mercado primário e mercado secundário. 410
Produtos bancários: Programa Minha Casa Minha Vida 411
Crédito Rural – Agronegócio 411
Microcrédito Produtivo Orientado 412
Cartões 413
Penhor 413
Loterias 415
Financiamento Estudantil (FIES) 415
Correspondentes Bancários. 416

Parabéns!

Ao comprar esta apostila você ganhou automaticamente acesso ao "plano gratuito"* do site de apoio ao concurseiro.

CONTENDO:

- Questões comentadas extras
- Materiais adicionais
- Mapas mentais
- E muito mais..

* Consulte o regulamento no site.

Acesse:

http://cliente.autodidataeditora.com.br

Língua Portuguesa

Aula 1 - Compreensão e interpretação de textos.

Os concursos apresentam questões interpretativas que têm por finalidade a identificação de um leitor autônomo. Portanto, o candidato deve compreender os níveis estruturais da língua por meio da lógica, além de necessitar de um bom léxico internalizado.

As frases produzem significados diferentes de acordo com o contexto em que estão inseridas. Torna-se, assim, necessário sempre fazer um confronto entre todas as partes que compõem o texto.

Além disso, é fundamental apreender as informações apresentadas por trás do texto e as inferências a que ele remete. Esse procedimento justifica-se por um texto ser sempre produto de uma postura ideológica do autor diante de uma temática qualquer.

Semântica

É o estudo do significado das palavras e de suas modificações de sentido.

- **Polissemia -** Consiste no fato de uma palavra poder assumir vários significados, de acordo com o contexto em que está inserida.

  João era o cabeça da empresa. (cabeça: líder)
  Maria bateu a cabeça no vidro. (cabeça: parte do corpo)

- **Denotação -** É o uso de palavras em seu sentido próprio, real.

  Dói-me a cabeça.
  Fábia comprou um espelho.

- **Conotação -** É o uso de palavras em seu sentido figurado, subjetivo.
  Ele é o cabeça da turma.
  Os olhos são o espelho da alma.

✍ Questões de concurso comentadas

1. (CESPE/2011/FUB/Nível Médio)

Texto para o item seguinte

Há gente no Brasil interessada em importar dos Estados Unidos da América (EUA) o *Teach for America*, o mais bem-sucedido programa feito para atrair os melhores estudantes de ensino médio para a carreira de professor. No Brasil, os professores têm saído da parte menos qualificada da pirâmide — justamente aquela habitada por 20% dos alunos com o mais baixo rendimento escolar do país. Qualquer iniciativa para mudar isso será mais do que bem-vinda.

O *Teach for America* consegue atrair os mais talentosos alunos para a docência oferecendo-lhes algo bem concreto. Depois de dois anos no papel de professor de escola pública — tempo mínimo de estada no programa —, esses jovens ingressam quase que automaticamente em algumas das maiores empresas americanas, com as quais o *Teach for America* estabeleceu uma produtiva parceria. Para as empresas, recrutar gente que passou por lá significa encurtar o complicado processo de busca por bons profissionais. Pela estreita peneira do programa só passam os realmente capazes. Para se ter uma ideia, apenas os alunos de ótimo boletim têm direito à inscrição e, ainda assim, 85% deles ficam de fora...

Considerando aspectos lexicais e tipológicos do texto, julgue o item subsequente.

No texto, o vocábulo “peneira” (ℓ.18) é empregado em sentido figurado.

✍ **Comentário:**
Como já estudamos, no sentido figurado (ou conotativo), as palavras possuem um valor subjetivo. No texto, o termo “peneira” foi usado com o significado de “seleção”, portanto está no sentido figurado.
Gabarito: Certo

2. (Eletrobras / NCE) A frase abaixo em que a palavra *febre* está empregada em sentido figurado é.

a) A febre não é um mal, afirmam os cientistas.
b) Há uma nova febre na África que está matando os gorilas.
c) Em geral, a febre vem após uma infecção no organismo.
d) Há uma febre de pesquisas em todo o mundo.
e) A febre é uma alta de temperatura do corpo.

✍ **Comentário:**
No sentido figurado (conotativo) as palavras possuem um valor subjetivo. Na alternativa “d” o termo “febre” está usado com o significado de “desejo ardente”.
Nas demais alternativas, o vocábulo “febre” é empregado em sentido real, ou seja, denotativo.
Gabarito: D

Como ler e interpretar bem um texto

Basicamente, deve-se alcançar dois níveis de leitura: a informativa de reconhecimento e a interpretativa. A primeira deve ser feita de maneira cautelosa por ser o primeiro contato com o novo texto. Dessa leitura, extraem-se informações sobre o conteúdo abordado e

prepara-se o próximo nível de leitura. Durante a interpretação propriamente dita, cabe destacar palavras-chave e passagens importantes, bem como usar uma palavra para resumir a ideia central de cada parágrafo. Esse tipo de procedimento aguça a memória visual, favorecendo o entendimento.

Não se pode desconsiderar que, embora a interpretação seja subjetiva, há limites. A preocupação deve ser a captação da essência do texto, a fim de responder às interpretações que a banca considerou como pertinentes.

No caso de textos literários, é preciso conhecer a ligação daquele texto com outras formas de cultura, outros textos e manifestações de arte da época em que o autor viveu. Se não houver essa visão global dos momentos literários e dos escritores, a interpretação poderá ficar comprometida. Aqui não se podem dispensar as dicas que aparecem na referência bibliográfica da fonte e na identificação do autor.

A última fase da interpretação concentra-se nas perguntas e opções de resposta. Aqui são fundamentais as marcações de palavras como não, exceto, errada, respectivamente etc. que fazem diferença na escolha adequada. Muitas vezes, em interpretação, trabalha-se com o conceito do "mais adequado", isto é, o que responde melhor ao questionamento proposto. Por isso, uma resposta pode estar certa para responder à pergunta, mas não ser a adotada como gabarito pela banca examinadora por haver uma outra alternativa mais completa.

Ainda cabe ressaltar que algumas questões apresentam um fragmento do texto transcrito para ser a base de análise. Nunca deixe de retornar ao texto, mesmo que, aparentemente, pareça ser perda de tempo. A descontextualização de palavras ou frases, certas vezes, é também um recurso para instaurar a dúvida no candidato. Leia a frase anterior e a posterior para ter ideia do sentido global proposto pelo autor, dessa maneira a resposta será mais consciente e segura.

Dicas de estudo:

Abaixo passaremos algumas dicas sobre como estudar para questões de interpretação de textos e também algumas técnicas para usar durante a prova:

1) **Deixe seu cérebro bem treinado:** resolva o maior número possível de questões de interpretação de texto da banca organizadora da prova e também das provas anteriores do órgão ao qual você prestará o concurso. Um exemplo de site onde você poderá encontrar questões é o www.questoesdeconcursos.com.br. Nesse site você poderá selecionar as questões por assunto, banca, ano, etc., ou então procurar no Google questões de interpretação de textos, enfim, questões para você exercitar não faltarão.
2) **Cronometre o tempo de resolução:** lembre- -se de que você terá um tempo determinado para resolver a prova. Sendo assim, divida o número de questões pelo tempo que a banca disponibiliza para a realização da prova. Dessa forma você descobrirá o tempo médio de cada questão. Não esqueça que você deve deixar parte dele reservado para preencher o gabarito e também fazer a leitura e releitura dos textos de interpretação. Você estará bem treinado quando conseguir, em seus treinos, resolver cada questão dentro do tempo médio.
   Não adianta você gabaritar as questões durante os seus estudos, se você levar o dobro do tempo que terá disponível no dia da prova.
3) **Aumente seu vocabulário:** imprima as provas e tenha uma caneta marca texto sempre à mão. Destaque qualquer palavra que você não saiba o significado, procure o seu significado no dicionário, anote os significados perto da palavra e guarde essas provas. Depois de um tempo, leia as provas novamente e veja se você lembra dos significados.
4) **Durante a prova:** leia o texto e preste atenção também no *título*, na *referência bibliográfica* da fonte e no *nome do autor*, essas informações, muitas vezes, darão dicas importantes para reforçar a ideia central do texto.
5) **As pistas estão no texto. Esse é o único tipo de questão em que você pode "colar":** todas as pistas para resolver as questões estão no próprio texto, por isso, em nossa opinião, é a parte mais fácil da prova, uma vez que não exige do candidato pré-memorizações de assuntos, apenas raciocínio. É uma das poucas questões em que não há perigo de você se deparar com um assunto que não estudou ou não decorou.
6) **Recursos visuais:** após ler atentamente o texto uma vez, leia as perguntas de interpretação e, em seguida, releia o texto, procurando nele as informações que tornam cada alternativa Correta ou Incorreta. Você pode sublinhar, no texto, o trecho que reforça o julgamento de cada alternativa, colocando, ao lado, a sua sugestão de resposta. Por exemplo 1A (questão 1, alternativa A), 1B (questão 1, alternativa B). Isso facilitará a localização da informação, caso você tenha que reler o texto uma terceira vez, para chegar à conclusão correta.

Questão de concurso comentada

1. (CESPE/2013/CNJ/ Analista Judiciário/ Área Administrativa) Um dos maiores méritos da sabedoria grega consistiu, justamente, em apresentar a moderação, ou bom senso, como a virtude suprema. No frontispício do templo de Apolo, em Delfos, uma das inscrições célebres era: nada em excesso. Aquele que exerce seu direito sem moderação acaba por perdê-lo. Do mesmo

modo, a exigência excessiva por um mal sofrido transforma o exercício do direito em uma manifestação de vingança pura e simples. Nesse caso, a justiça muda de lado: ela se desloca para o lado do adversário. [...]

Considerando as ideias e os aspectos linguísticos do texto acima, julgue o item seguinte.

Depreende-se do texto que, de acordo com os gregos, o exercício do direito é uma virtude suprema.

✍ **Comentário:**
O item está incorreto pois, de acordo com o texto temos: "Um dos maiores méritos da sabedoria grega consistiu, justamente, em apresentar a moderação, ou bom senso, como a virtude suprema."
Gabarito: Errado

2. (CESPE/2013/TRT/ 10ª REGIÃO (DF e TO)/ Técnico Judiciário)

O Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região (TRT), após autorização da presidenta, efetuou a doação de diversos equipamentos, chamados de "passíveis de desfazimento", a duas entidades: Creche Magia dos Sonhos e Associação dos Deficientes de Brasília, consideradas pela administração do tribunal como legalmente aptas a receber os bens.

A medida é de grande importância porque equipamentos considerados obsoletos ou de baixo rendimento para o TRT — como impressoras, teclados e computadores — podem ser muito úteis para instituições voltadas ao trabalho social, que não teriam como obtê-los a não ser pela via da doação.

Esse ato integra o rol de ações relacionadas à responsabilidade social do tribunal, intensificado a cada gestão.

Internet: <www.trt10.jus.br> (com adaptações).

Em relação às ideias e estruturas linguísticas do texto acima, julgue o item a seguir.

De acordo com os sentidos do texto, os equipamentos foram doados porque estavam com defeitos de fabricação.

✍ **Comentário:**
O item está incorreto pois, de acordo com o texto temos: "A medida é de grande importância porque equipamentos considerados obsoletos ou de baixo rendimento para o TRT [...] podem ser muito úteis para instituições voltadas ao trabalho social [...]." Sendo assim, os equipamentos foram doados por serem considerados obsoletos ou de baixo rendimento e não porque estavam com defeitos de fabricação.
Gabarito: Errado

3. (CESPE / 2012 / Câmara dos Deputados / Analista / Técnico em Material e Patrimônio)

O conceito atual de engenheiro — pessoa diplomada e legalmente habilitada a exercer alguma das múltiplas atividades da engenharia — é recente, ou seja, data da segunda metade do século XVIII. O primeiro estabelecimento de ensino onde se ministrou um curso regular de engenharia, com a diplomação de profissionais com esse título, parece ter sido fundado, em Paris, em 1747. Na mesma época, também em Paris, foi criada a escola que formava engenheiros de minas. Em 1818, fundou-se, em Londres, o Instituto de Engenheiros Civis, com a principal finalidade de defender e prestigiar o significado da profissão, ainda desprezada e mal compreendida, mesmo nos centros mais avançados do mundo. Antes dessa época, muita gente houve que se ocupou de diversas tarefas que, hoje, são atribuições do engenheiro. Os construtores antigos, entretanto, mesmo tendo realizado obras difíceis e audaciosas, se baseavam, principalmente, em uma série de regras práticas e empíricas, embora tivessem, evidentemente, em muitos casos, exata noção de estabilidade, de equilíbrio de forças, de centro de gravidade, entre outras. As obras que fizeram, muitas das quais até hoje causam admiração, são muito mais fruto do empirismo e da intuição do que de cálculo e de uma verdadeira engenharia, como entendida atualmente. Pode-se dizer que a engenharia científica só teve início quando se chegou a um consenso de que tudo aquilo que se fazia em bases empíricas e intuitivas era, na realidade, regido por leis físicas e matemáticas, que importava descobrir e estudar. Leonardo da Vinci e Galileu, nos séculos XV e XVII, podem ser considerados os precursores da engenharia científica.

Pedro Carlos da Silva Telles. **História da engenharia no Brasil**. Internet: <www.ebah.com.br> (com adaptações).

Com referência ao texto acima, julgue o item a seguir.

Depreende-se da leitura do texto que o autor, relevando os critérios com que a "engenharia científica" (ℓ. 23) foi definida, aproxima as atividades exercidas por "construtores antigos" (ℓ. 15) das realizadas com base em leis da física e da matemática.

✍ **Comentário:**

Os critérios apontados no texto, que buscam definir a "engenharia científica", não aproximam as atividades exercidas por "construtores antigos" das realizadas com base em leis da física e da matemática. O trecho "*Os construtores … como entendida atualmente*" (ℓ. 14 a 23) apresenta ideia bem contrária ao que afirma o enunciado.

Gabarito: Errado

4. (CESPE / 2012 / STJ / Analista Judiciário / Área Judiciária / Conhecimentos Básicos)

Fundada por Ptolomeu Filadelfo, no início do século III a.C., a biblioteca de Alexandria representa uma

epígrafe perfeita para a discussão sobre a materialidade da comunicação. As escavações para a localização da biblioteca, sem dúvida um dos maiores tesouros da Antiguidade, atraíram inúmeras gerações de arqueólogos. Inutilmente. Tratava-se então de uma biblioteca imaginária, cujos livros talvez nunca tivessem existido? Persistiam, contudo, numerosas fontes clássicas que descreviam o lugar em que se encontravam centenas de milhares de rolos. E eis a solução do enigma. O acervo da biblioteca de Alexandria era composto por rolos e não por livros — pressuposição por certo ingênua, ou seja, atribuição anacrônica de nossa materialidade para épocas diversas. Em vez de um conjunto de salas com estantes dispostas paralelamente e enfeixadas em um edifício próprio, biblioteca de Alexandria consistia em uma série infinita de estantes escavadas nas paredes da tumba de Ramsés. Ora, mas não era essa a melhor forma de colecionar rolos, preservando-os contra as intempéries? Os arqueólogos que passaram anos sem encontrar a biblioteca de Alexandria sempre a tiveram diante dos olhos, mesmo ao alcance das mãos. No entanto, jamais poderiam localizá-la, já que não levaram em consideração a materialidade dos meios de comunicação dominante na época: eles, na verdade, procuravam uma biblioteca estruturada para colecionar livros e não rolos. Quantas bibliotecas de Alexandria permanecem ignoradas devido à negligência com a materialidade dos meios de comunicação?

O conceito de materialidade da comunicação supõe a reconstrução da materialidade específica mediante a qual os valores de uma cultura são, de um lado, produzidos e, de outro, transmitidos. Tal materialidade envolve tanto o meio de comunicação quanto as instituições responsáveis pela reprodução da cultura e, em um sentido amplo, inclui as relações entre meio de comunicação, instituições e hábitos mentais de uma época determinada. Vejamos: para o entendimento de uma forma particular de comunicação — por exemplo, o teatro na Grécia clássica ou na Inglaterra elizabetana; o romance nos séculos XVIII e XIX; o cinema e a televisão no século XX; o computador em nossos dias —, o estudioso deve reconstruir tanto as condições históricas quanto a materialidade do meio de comunicação. Assim, no teatro, a voz e o corpo do ator constituem uma materialidade muito diferente da que será criada pelo advento e difusão da imprensa, pois os tipos impressos tendem, ao contrário, a excluir o corpo do circuito comunicativo. Já os meios audiovisuais e informáticos promovem um certo retorno do corpo, mas sob o signo da virtualidade. Compreender, portanto, como tais materialidades influem na elaboração do ato comunicativo é fundamental para se entender como chegam a interferir na própria ordenação da sociedade.

João C. de C. Rocha. **A matéria da materialidade: como localizar a biblioteca de Alexandria?** In: João C. de C. Rocha (Org.). **Interseções: a materialidade da comunicação**. Rio de Janeiro: Imago; EDUERJ, 1998, p. 12, 14-15 (com adaptações)

Com relação às ideias e estruturas linguísticas do texto, julgue os itens a seguir.

5. Infere-se do texto que a descoberta arqueológica da tumba de Ramsés precede as investigações de arqueólogos acerca da biblioteca de Alexandria.

✍ **Comentário:**

O erro consiste no emprego da palavra "precede", a qual atribui ao enunciado o sentido de que a descoberta da tumba de Ramsés aconteceu ANTES das investigações para localização da biblioteca de Alexandria. Na verdade a tumba de Ramsés foi descoberta DURANTE essas investigações, conforme informa o trecho do texto: "Em vez de um conjunto de salas com estantes dispostas paralelamente e enfeixadas em um edifício próprio, a biblioteca de Alexandria consistia em uma série infinita de estantes escavadas nas paredes da tumba de Ramsés." Gabarito: Errado

6. De acordo com o texto, após muitos anos de pesquisa frustrada, baseada em pressupostos culturais equivocados, os arqueólogos encontraram as ruínas da biblioteca de Alexandria e os rolos que constituíam seu acervo.

✍ **Comentário:**

As investigações baseavam-se em numerosas fontes clássicas que descreviam o lugar onde poderiam ser encontrados centenas de milhares de rolos (eis a pressuposição: eram rolos e não livros) que constituíam a biblioteca de Alexandria. O texto não afirma sobre a existência dos rolos, mas fala em evidências. Também, não descreve a Biblioteca em ruínas. Gabarito: Errado

7. (CESPE/2012/Instituto Rio Branco)

Desde 1934 — Lampião à solta, Antônio Silvino preso no Recife, Sinhô Pereira arribado para os lados de Minas Gerais — Clarival Valladares despertava para o mundo de significados que o cangaceiro carregava penduradas, afiveladas, cravadas ou costuradas no conjunto do traje e nos equipamentos, como ainda hoje se vê no aguadeiro das feiras do Marrocos, as cartucheiras envernizadas e bem ajoujadas ao corpo, a não deverem homenagem — senão a requerê-la — à guarda de um Ibn-Saud. Com a população portuguesa drenada para a aventura da Índia, foi o moçárabe, em boa parte, que veio povoar o Brasil. Presença viva na cultura brasileira, a árabe, por suas muitas composições, teve aulas a dar em maior número a um sertão de 500 mm de chuva anual que a uma faixa litorânea de fáceis 1.500 mm. O que Valladares percebeu foi a raiz pastoril da estética do cangaço, encantando-se por ver que a do guerreiro ia muito além da que pontuava as alfaias magras do pastor, por não se ver empobrecida pelo teto limitador da funcionalidade, capaz de explicar tudo na vestimenta do vaqueiro. Para ele, assim:

O traje do cangaceiro é um dos exemplos demonstrativos do comportamento arcaico brasileiro. Ao invés de procurar camuflagem para a proteção do combatente, é

adornado de espelhos, moedas, metais, botões e recortes multicores, tornando-se um alvo de fácil visibilidade até no escuro. Lembremo-nos, entretanto, que, no entendimento do comportamento arcaico, o homem está ligado e dependente ao sobrenatural, em nome do qual ele exerce uma missão, lidera um grupo, desafia porque se acredita protegido e inviolável e, de fato, desligado do componente da morte. Esta explicação, embora sumária, de algum modo justifica a incidência da superfluidade ornamental no traje do cangaceiro, que, antes de sua implicação mística, deriva do empírico traje do vaqueiro.

Frederico Pernambucano de Mello. **Estrelas de couro — a estética do cangaço**. São Paulo: Escrituras, 2010, p. 48-9 (com adaptações).

Em relação às ideias do texto, julgue os itens que se seguem.

8. Pelas relações estabelecidas no texto, conclui-se que a cultura árabe influenciou a cultura brasileira do sertão.

✍ **Comentário:**

A veracidade do que afirma o enunciado pode ser comprovada com a seguinte passagem do texto: "*Presença viva na cultura brasileira, a árabe, por suas muitas composições, teve aulas a dar em maior número a um sertão...*"

Gabarito: Certo

9. Pela análise da vestimenta do cangaceiro, pretende-se demonstrar o caráter profundamente místico desse combatente "dependente ao sobrenatural", que contrasta com o vaqueiro, caracterizado pelo "teto limitador da funcionalidade", sem qualquer anseio místico ou submissão às crenças relacionadas ao sobrenatural.

✍ **Comentário:**

"Esta explicação, embora sumária, de algum modo justifica a incidência da superfluidade ornamental no traje do cangaceiro, que, antes da sua implicação mística, deriva do empírico traje de vaqueiro" (ℓ.29-33) → Ou seja, a vestimenta do cangaceiro DERIVA do traje do vaqueiro e não CONTRASTA com ele, conforme afirma o enunciado.

Gabarito: Errado

10. (CESPE / 2011 / IFB / Cargos de Nível Médio)

Viver em ambiente sem gravidade faz coisas curiosas com o corpo — afinal, toda a fisiologia evoluiu na presença de gravidade. Nos primeiros dias no espaço, astronautas sentem enjoo, uma condição tratada no jargão da NASA como "consciência do estômago". Fluidos corporais que, na Terra, ficam assentados, sobem para a cabeça, deixando os astronautas com as pernas finas e os rostos inchados, eliminando rugas e fazendo as tripulações parecerem anos mais jovens, ainda que temporariamente.

Por outro lado, muitos astronautas se sentem congestionados no espaço e perdem parte dos sentidos do olfato e do paladar. Além disso, sem a gravidade, ossos e músculos também começam a se desgastar. Para cada mês no espaço, os astronautas perdem em torno de 2% da massa óssea e, por isso, a tripulação costuma passar pelo menos duas horas do dia se exercitando.

The Guardian. In: **O Estado de S.Paulo**, 31/10/2010 (com adaptações).

Acerca dos sentidos e das estruturas linguísticas do texto acima, julgue o item a seguir.

O principal objetivo do texto é enumerar os efeitos causados no organismo humano pela falta de gravidade.

✍ **Comentário:**
As primeiras linhas do texto introduzem essa ideia de enumeração dos efeitos causados no organismo humano pela falta de gravidade. As linhas subsequentes apontam esses efeitos, tais como: fluídos corporais que deixam as pernas finas e os rostos inchados; perda dos sentidos do olfato e paladar; desgaste de ossos e músculos.
Gabarito: Certo

Texto para questão seguinte:

O principal agente de transmissão das infecções hospitalares são os próprios profissionais de saúde. A maioria das contaminações ocorre pela falta de um hábito básico de higiene. "Por pressa ou até por falta de costume, alguns profissionais não lavam as mãos de forma adequada", diz o infectologista Paulo Olzon, da Universidade Federal de São Paulo. A experiência do Hospital Albert Einstein mostra como o problema pode ser resolvido de maneira simples. Até 2004, apenas metade dos profissionais da instituição cumpria o ritual completo de higienização das mãos exigido no ambiente hospitalar — a lavagem antes e depois de tocar no paciente. Com a instalação de um porta-gel antisséptico ao lado de cada leito, 80% dos funcionários passaram a fazer a limpeza como convém.

Adriana Dias Lopes. In: Veja, 27/10/2010 (com adaptações).

11. (CESPE / 2011 / IFB / Cargos de Nível Médio)
Com relação às ideias e às estruturas linguísticas do texto acima, julgue o item seguinte.

Infere-se, a partir da leitura do texto, que, até 2004, não havia porta-géis instalados ao lado de todos os leitos do Hospital Albert Einstein.

✍ **Comentário:**
A expressão "até" é um conectivo temporal empregado para "marcar" a ordem dos fatos na linha do tempo. Sendo assim, sabemos que, antes de 2004, os profissionais da saúde não faziam a higienização adequada das mãos e, após essa data, passaram a realizá-la satisfatoriamente. A razão da mudança no hábito desses profissionais se deve ao fato de o procedimento de higiene ter sido facilitado com a instalação dos porta-géis próximo a todos os leitos do hospital. Logo, a conclusão a que chegamos é que esses porta-géis não existiam para todos os leitos antes do ano 2004.
Gabarito: Certo

12. (CESPE / 2011 / Correios / Agente de Correios / Operador de Triagem e Transbordo)

Que tipo de gente joga lixo na rua pela janela do carro ou deixa a praia emporcalhada quando sai? Uma das respostas corretas é: um tipo que está se tornando mais raro. Sim. A atual geração de adultos foi criança em um tempo em que jogar papel de bala ou caixa vazia de biscoitos pela janela do carro quase nunca provocava uma bronca paterna. Foi adolescente quando amassar o maço vazio de cigarros e chutá-lo para longe não despertava, na audiência, nenhuma reação especial, além de um "vai ser perna de pau assim na China". Chegou à idade adulta dando como certo que aquelas pessoas de macacão com a sigla do serviço de limpeza urbana estampada nas costas precisam trabalhar e, por isso, deve contribuir sujando as ruas. Bem, isso mudou. O espírito do nosso tempo pode não impedir, mas, pelo menos, não impele mais ninguém com algum grau de conexão com o atual estágio civilizatório da humanidade a se livrar de detritos em lugares públicos sem que isso tenha um peso, uma consequência. É feio. É um ato que contraria a ideia tão prevalente da sustentabilidade do planeta e da preciosidade que são os mananciais de água limpa, as porções de terra não contaminadas e as golfadas de ar puro. E, no entanto, as pessoas ainda sujam, e muito, as cidades impunemente.

Veja, 9/3/2011, p. 72-3 (com adaptações).

Com base na leitura do texto, é correto afirmar que

a) sujar ruas, calçadas ou praias, no estágio civilizatório atual, gera implicações financeiras.
b) o comportamento atual do brasileiro, pautado na ideia de sustentabilidade e preservação do planeta, tem impedido o descarte de lixo em lugares inapropriados.
c) as novas gerações são mais conscientes da necessidade de preservar o meio ambiente.
d) jogar lixo nas ruas sempre foi alvo de recriminação, seja no âmbito familiar, seja no governamental.
e) a profissão de gari deixaria de existir se não houvesse lixo nas ruas.

✍ **Comentário:**
a) Incorreta. O texto afirma que hoje já não há estímulos para que as pessoas continuem descartando o lixo que produzem no chão. A irresponsabilidade desse ato não pesa no bolso, pesa na consciência, no enfrentamento com as forças naturais desenfreadas pela destruição do próprio meio onde vive esse "cidadão".
b) Incorreta. As ações que estão sendo realizadas, visando a sustentabilidade e preservação do meio ambiente, não têm conseguido impedir o descarte de lixo em lugares inapropriados, mas, sim, têm estimulado para que essa prática seja extinta. Essa informação está concentrada na forma do verbo impelir (ℓ. 8), que significa *estimular*. Logo, a leitura rápida e desatenciosa pode confundir o candidato na hora de responder a questão.
c) Correta. Logo no início do texto, fica subentendido isto: que "as novas gerações são mais conscientes da necessidade de preservar o meio ambiente". Ora, se o autor acusa a geração atual de poluir o planeta e ainda afirma que este *tipo de gente está se tornando rara*, significa que isso está acontecendo porque as novas gerações estão sendo educadas com vistas à preservação do meio ambiente.
d) Incorreta. O ato de jogar lixo na rua não era recriminado quando a atual geração de adultos era criança ou adolescente.
e) Incorreta. O autor fala sobre a profissão de gari de forma irônica, relatando o que pensa a geração atual de adultos de acordo com a educação ambiental (ou falta dela) que receberam quando crianças.
Gabarito: Certo

13. (CESPE / 2011 / CBM-ES / Oficial Bombeiro Militar Combatente)

Em pleno sertão do Cariri, no sul do Ceará, um meio de transporte causa estranheza na paisagem árida. Cobrindo os 14 quilômetros que separam Crato e Juazeiro do Norte, um misto de metrô e ônibus transporta passageiros. Trata-se do primeiro veículo leve sobre trilho (VLT) do Brasil, um tipo de transporte coletivo capaz de melhorar o trânsito nas cidades sem acarretar tantos malefícios ao ambiente. Além de custar menos que o metrô, transporta muito mais passageiros que o ônibus e é até 93% menos poluente que este.

Descendentes dos velhos bondes, esses veículos modernos e mais "verdes" devem ganhar espaço também em outras cidades do Nordeste, que já estudam implantar VLTs – que circulariam sobre antigas linhas abandonadas pertencentes à Rede Ferroviária Federal (RFFSA). Trata-se de uma forma sustentável e barata de restabelecer essas rotas e melhorar o transporte dos moradores de toda a região.

Revista Vida Simples, dez./2010, p. 65 (com adaptações).

Considerando o texto acima, julgue o seguinte item.

Da leitura do texto, infere-se que o veículo leve sobre trilho é muito menos poluente que o metrô e o ônibus.

✍ **Comentário:**
Releia o trecho:
"*Além de custar menos que o metrô, transporta muito mais passageiros que o ônibus e é até 93% menos poluente que este*".
No texto, o referente do pronome demonstrativo este é sempre o mais próximo ou último citado (no caso, a palavra "ônibus"). Caso o autor quisesse se referir à palavra metrô, deveria empregar o pronome "aquele". Portanto, a partir da leitura do texto, infere-se que o veículo leve sobre trilho é muito menos poluente que o ônibus. Em relação ao metrô, ele tem menos custo.
Gabarito: Errado

Texto para as questões seguintes.

Cachorro se parece mesmo é com criança: vive o agora, alegra-se com o simples prazer de uma caminhada, corre, pula, brinca, diariamente. Aliás, o que mais incomoda o homem no comportamento canino é a constante alegria do seu melhor amigo. Em geral, não estamos acostumados a viver 24 horas por dia de puro prazer, ainda mais quando levamos uma vida de cachorro. Sentimo-nos, talvez, desrespeitados pela impertinência de um contentamento desmesurado, principalmente quando algo ou alguém patrocinou-nos alguma desventura.

Laudimiro Almeida Filho. Vida de cachorro. In: Acontessências.
Brasília: Gráfica e Editora Positiva, 1999, p. 37 (com adaptações).

14. (CESPE / 2011 / Correios / Agente de Correios / Atendente Comercial)

A expressão "do seu melhor amigo" (ℓ.5) remete a um ditado popular. Assinale a opção correspondente a esse ditado.

a) Cão que ladra não morde.
b) Cão picado de cobra tem medo de linguiça.
c) Cão feroz, dono atroz.
d) Quem não tem cão caça com gato.
e) O cão é o melhor amigo do homem.

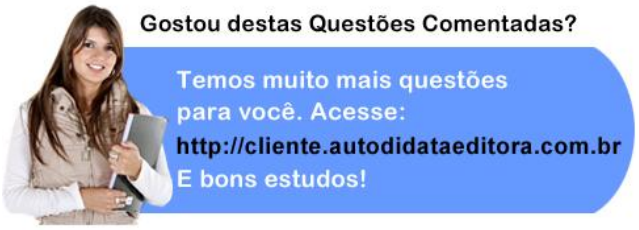
✍ **Comentário:**
A expressão "do seu melhor amigo" remete ao ditado popular "O cão é o melhor amigo do homem", uma vez que "amigo" é a palavra-chave para se estabelecer a relação semântica desejada, a qual não aparece nas demais alternativas.
Gabarito: E

15. (CESPE / 2011 / Correios / Agente de Correios / Atendente Comercial)

De acordo com o texto, o comportamento dos cachorros

a) evidencia que eles gostariam de ser crianças.
b) revela o carinho deles pelas crianças.
c) assemelha-se ao das crianças.
d) provoca medo nas crianças.
e) irrita as crianças.

✍ **Comentário:**
O texto descreve como é o comportamento dos cachorros (correm, pulam, brincam, vivem o presente e alegram-se facilmente). Esses comportamentos são comparados ao das crianças, estabelecendo entre eles uma relação de semelhança.
Gabarito: C



Aula 2 – Tipologia textual

- **Texto Literário:** expressa a opinião pessoal do autor, que é transmitida por meio de figuras; é impregnado de subjetivismo. Predomina a **conotação**.

  Ex: um romance, um conto, uma poesia...

- **Texto não literário:** preocupa-se em transmitir uma mensagem de forma clara, objetiva, informativa, com sentido real. Predomina a **denotação**.
  Ex: uma notícia de jornal, uma bula de medicamento.

Tipos de composição

- **Descrição:** descrever é representar verbalmente um objeto, uma pessoa, um lugar, mediante a indicação de aspectos característicos, de pormenores individualizantes. Requer observação cuidadosa, para tornar aquilo que vai ser descrito um modelo inconfundível. Não se trata de enumerar uma série de elementos, mas de captar os traços capazes de transmitir uma impressão autêntica. Por isso, impõe-se o uso de palavras específicas, exatas.

- **Narração:** é um relato organizado de acontecimentos reais ou imaginários. São seus elementos constitutivos: personagens,

circunstâncias, ação; o seu núcleo é o incidente, o episódio, e o que a distingue da descrição é a presença de personagens atuantes que estão quase sempre em conflito.

Elementos envolvidos na Narração:

a) **Quem?** Personagem.
b) **Quê?** Fatos, enredo.
c) **Quando?** A época em que ocorreram os acontecimentos.
d) **Onde?** O lugar da ocorrência.
e) **Como?** O modo como se desenvolveram os acontecimentos.
f) **Por quê?** A causa dos acontecimentos.

- **Dissertação:** dissertar é apresentar ideias, analisá-las; é estabelecer um ponto de vista baseado em argumentos lógicos; é estabelecer relações de causa e efeito. Aqui não basta expor, narrar ou descrever, é necessário explanar e explicar. O raciocínio é que deve imperar nesse tipo de composição e, quanto maior a fundamentação argumentativa, mais brilhante será o desempenho.

✍ Questões de concurso Comentadas

(CESPE / 2012 / Instituto Rio Branco / Diplomata)

Fragmento I

1 Macunaíma

No fundo do mato-virgem nasceu Macunaíma, herói da nossa gente. Era preto retinto e filho do medo da noite. Houve um momento em que o silêncio foi tão grande escutando o murmurejo do Uraricoera, que a índia tapanhumas pariu uma criança feia. Essa criança é que chamaram de Macunaíma.

Já na meninice fez coisas de sarapantar. De primeiro passou mais de seis anos não falando. Si o incitavam a falar exclamava:

— Ai! Que preguiça!...

e não dizia mais nada. Ficava no canto da maloca, trepado no jirau de paxiúba, espiando o trabalho dos outros e principalmente os dois manos que tinha, Maanape já velhinho e Jiguê na força do homem.

Fragmento II

9 Carta pras icamiabas

Às mui queridas súbditas nossas, Senhoras Amazonas. Trinta de Maio de Mil Novecentos e Vinte e Seis,
São Paulo.
Senhoras:

Não pouco vos surpreenderá, por certo, o endereço e a literatura desta missiva. Cumpre-nos, entretanto, iniciar estas linhas de saudade e muito amor, com desagradável nova. É bem verdade que na boa cidade de São Paulo — a maior do universo, no dizer de seus prolixos habitantes — não sois conhecidas como "icamiabas", voz espúria, sinão que pelo apelativo de Amazonas; e de vós, se afirma, cavalgardes ginetes belígeros e virdes da Hélade clássica; e assim sois chamadas. Muito nos pesou a nós, Imperator vosso, tais dislates da erudição, porém heis de convir conosco que, assim, ficais mais heroicas e mais conspícuas, tocadas por essa plátina respeitável da tradição e da pureza antiga.

(...)

Macunaíma, Imperator

Mário de Andrade. **Macunaíma, o herói sem nenhum caráter.** Rio de Janeiro: Agir, 2008, p. 13, 97 e 109.

Considerando os aspectos linguísticos e a estrutura da narrativa nos fragmentos apresentados, extraídos da obra Macunaíma, o Herói Sem Nenhum Caráter, julgue os itens subsequentes.

1. Ambos os fragmentos apresentam a estrutura textual típica da narrativa, recurso empregado pelo autor como forma de manter a coerência dos fatos narrados.

✍ **Comentário:**

Apenas o fragmento I apresenta a estrutura textual típica da narrativa com os elementos: enredo, personagens, narrador, tempo, espaço. O fragmento II é uma carta e apresenta linguagem dissertativa/argumentativa.

Gabarito: Errado

2. Os trechos "filho do medo da noite" (ℓ.2) e "Ficava no canto da maloca, trepado no jirau de paxiúba" (ℓ.10-11) exemplificam a linguagem conotativa que caracteriza o fragmento I.

✍ **Comentário:**

Os dois fragmentos apresentam sentidos e linguagens diferentes:

→ "Ficava no canto da maloca, trepado no jirau de paxiúba" = sentido literal, linguagem denotativa, do dicionário.

→ "Filho do medo da noite" = Sentido figurado, linguagem conotativa.

Gabarito: Errado

3. (CESPE / 2012 / STJ / Técnico Judiciário / Telecomunicações e Eletricidade)

A um coronel que se queixava da vida de quartel, um jornalista disse:

- E o senhor não sabe como é chato militar na imprensa.

Sírio Possenti. **Os humores da língua**. São Paulo: Mercado de Letras, 1998, p. 86.

Com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do trecho acima, julgue o item a seguir.

O emprego do vocábulo "chato", cujo sentido é pejorativo, é inadequado ao gênero do texto em questão.

✍ **Comentário:**
O vocábulo "chato" constitui parte de uma fala (indicada pelo travessão) e reproduz linguagem informal. Tendo-se em vista a indicação da fonte como texto de humor, a linguagem informal não é inadequada.

Gabarito: Errado.

4. (CESPE / 2012 / Advocacia-Geral da União / Procurador Federal de 2.ª categoria)

Texto A

O sistema de cotas — no qual um determinado número de vagas, seja na universidade ou em uma empresa privada, é destinado a afro-descendentes — faz parte de um conjunto de políticas de ação afirmativa. Como o objetivo é corrigir desvantagens provocadas pela defasagem socioeconômica e educacional dos negros, costuma ser praticado durante um período de tempo determinado, ou seja, até que as distorções sejam corrigidas.

Vários países adotam sistema. In: **Correio Braziliense**, 27/2/2002, "Tema do dia", p. 7 (com adaptações).

Texto B

Ora, parece-me fora de dúvida que o problema da desproporção da presença de afro-descendentes nas universidades tem raiz anterior: a falta de acesso a um ensino fundamental (e médio) público, de boa qualidade, que habilite qualquer dos excluídos, sejam negros, indígenas, pobres ou trabalhadores vindos das classes sociais menos favorecidas, a concorrer, em paridade com os "bem-nascidos", a uma vaga nas universidades. É, em suma, a correção da profunda desigualdade social e econômica da sociedade brasileira que está a merecer das autoridades uma solução. Não resolve o problema da discriminação a garantia de acesso à universidade aos que não tiveram assegurado o ensino básico em escolas públicas, com a mesma qualidade do que é oferecido na maioria das escolas particulares e confessionais.

Tratar do problema de acesso à educação no Brasil, país de grandes desigualdades econômicas e sociais, é o mesmo que tratar da exclusão social. O problema tem, na verdade, raiz na desigualdade, e forçoso é convir que também o descendente de branco, mas pobre, não ingressa na universidade, especialmente nas públicas. O afro-descendente, se não tem acesso ao ensino superior, não é porque é negro, mas porque é, em geral, pobre. Sendo pobre, continuará freqüentando escolas públicas que não lhe darão condições para uma posterior formação universitária. Quem duvida de que, assegurado a todos — afro-descendentes ou não — o acesso ao ensino básico de qualidade, a luta por uma vaga na universidade não seria mais justa e menos discriminatória?

Mônica Sifuentes. **A quota de afro-descendentes nas universidades**. In: **Correio Braziliense**, "Direito & Justiça", 18/2/2002, p. 1 (com adaptações).

Em relação aos textos A e B, julgue o item a seguir:

O texto A é expositivo, aproxima-se da linguagem conceitual da definição, enquanto o texto B é argumentativo e defende uma ideia contrária à adoção da medida conceituada no texto A.

✍ **Comentário:**

O texto A - é expositivo, conceitua o que é um "sistema de cotas".

O texto B – dissertativo-argumentativo e defende ideia contra ao sistema de cotas: Ex.: "Não resolve o problema da discriminação a garantia de acesso à universdade aos que não tiveram assegurado o ensino médio em escolas públicas, com a mesma qualidade do que é oferecido na maioria das escolas particulares e confessionais."

Gabarito: Certo

5. (CESPE / 2012 / MPE/PI / Analista Ministerial / Área Documentação)

Na era das redes sociais, algumas formas de comunicação arcaicas ainda dão resultado. O canadense Harold Hackett que o diga. Morador da Ilha Príncipe Eduardo, uma das dez províncias do Canadá, ele enviou mais de 4.800 mensagens em uma garrafa e recebeu 3.100 respostas de pessoas de várias partes do mundo. De acordo com a BBC, o canadense envia as mensagens desde 1996.

O seu método é simples. Harold utiliza garrafas de suco de laranja e se certifica de que as mensagens estão com data. Antes de enviá-las, checa o sentido dos ventos — que devem rumar de preferência para oeste ou sudoeste. Algumas cartas demoraram 13 anos para voltar para ele.

As respostas vieram de regiões como África, Rússia, Holanda, Reino Unido, França, Irlanda e Estados Unidos da América. Ele acabou fazendo amigos com as mensagens, criando "vínculos" — recebeu até presentes e cartões de Natal.

O canadense diz que continua adorando se comunicar dessa maneira e afirma que o método chega a ser, muitas vezes, mais "eficaz" do que a comunicação por Facebook e Twitter.

Intencionalmente, nunca coloca o número de telefone nas mensagens, para recebê-las de volta da mesma maneira.

Amanda Camasmie. **Canadense prova que comunicação em alto mar é eficaz**. In: **Época Negócios**. Internet: <http://colunas.epocanegocios.globo.com> (com adaptações).

O texto apresenta caracerísticas narrativas e dissertativas.

✍ **Comentário:**

O texto é narrativo porque conta a história do canadense Harold Hackett, situando o leitor no tempo e espaço da narrativa. Ao mesmo tempo, possui traços de texto dissertativo, pois deixa transparecer pontos de vista do autor acerca dos fatos narrados, tais como: "*Na era das*

redes sociais, algumas formas de comunicação arcaicas ainda dão resultado" (ℓ. 1-2) / "*O seu método é simples*" (ℓ.8).

Gabarito: Certo

6. (CESPE - 2008 - INSS - Analista - Direito)

Tempo livre

A questão do tempo livre — o que as pessoas fazem com ele, que chances eventualmente oferece o seu desenvolvimento — não pode ser formulada em generalidade abstrata. A expressão, de origem recente — aliás, antes se dizia ócio, e este era um privilégio de uma vida folgada e, portanto, algo qualitativamente distinto e muito mais grato —opõe-se a outra: à de tempo não-livre, aquele que é preenchido pelo trabalho e, poderíamos acrescentar, na verdade, determinado de fora.

O tempo livre é acorrentado ao seu oposto. Essa oposição, a relação em que ela se apresenta, imprime-lhe traços essenciais. Além do mais, muito mais fundamentalmente, o tempo livre dependerá da situação geral da sociedade. Mas esta, agora como antes, mantém as pessoas sob um fascínio. Decerto, não se pode traçar uma divisão tão simples entre as pessoas em si e seus papéis sociais. (...) Em uma época de integração social sem precedentes, fica difícil estabelecer, de forma geral, o que resta nas pessoas, além do determinado pelas funções. Isso pesa muito sobre a questão do tempo livre. Mesmo onde o encantamento se atenua e as pessoas estão ao menos subjetivamente convictas de que agem por vontade própria, isso ainda significa que essa vontade é modelada por aquilo de que desejam estar livres fora do horário de trabalho.

A indagação adequada ao fenômeno do tempo livre seria, hoje, esta: "Com o aumento da produtividade no trabalho, mas persistindo as condições de não-liberdade, isto é, sob relações de produção em que as pessoas nascem inseridas e que, hoje como antes, lhes prescrevem as regras de sua existência, o que ocorre com o tempo livre?" (...) Se se cuidasse de responder à questão sem asserções ideológicas, tornar-se-ia imperiosa a suspeita de que o tempo livre tende em direção contrária à de seu próprio conceito, tornando-se paródia deste. Nele se prolonga a não-liberdade, tão desconhecida da maioria das pessoas não-livres como a sua não-liberdade em si mesma. Podemos esclarecer isso de maneira simples por meio da ideologia do hobby. Na naturalidade da pergunta sobre qual hobby se tem, está subentendido que se deve ter um, provavelmente também já escolhido de acordo com a oferta do negócio do tempo livre. Liberdade organizada é coercitiva: "Ai de ti se não tens um hobby, se não tens ocupação para o tempo livre! Então tu és um pretensioso ou antiquado, um bicho raro, e cais em ridículo perante a sociedade, a qual te impinge o que deve ser o teu tempo livre." Tal coação não é, de nenhum modo, somente exterior. Ela se liga às necessidades das pessoas sob um sistema funcional. No camping — no antigo movimento juvenil, gostava-se de acampar — havia protesto contra o tédio e o convencionalismo burguês. O que os jovens queriam era sair, no duplo sentido da palavra. Passar a noite a céu aberto equivalia a escapar da casa, da família. Essa necessidade, depois da morte do movimento juvenil, foi aproveitada e institucionalizada pela indústria do camping. Ela não poderia obrigar as pessoas a comprar barracas e motor homes, além de inúmeros utensílios auxiliares, se algo nas pessoas não ansiasse por isso; mas a própria necessidade de liberdade é funcionalizada e reproduzida pelo comércio; o que elas querem lhes é, mais uma vez, imposto. Por isso, a integração do tempo livre é alcançada sem maiores dificuldades; as pessoas não percebem o quanto não são livres lá onde mais livres se sentem, porque a regra de tal ausência de liberdade lhes foi abstraída.

T. W. Adorno. Palavras e sinais, modelos críticos 2. Maria Helena Ruschel (Trad.). Petrópolis: Vozes, 1995, p. 70-82 (com adaptações).

Julgue certo ou errado:

De acordo com a tipologia textual, o texto classifica-se como descritivo-narrativo, visto que descreve como as pessoas se comportam na sociedade em relação ao tempo livre e narra como os jovens, no antigo movimento juvenil, protestavam contra o tédio e o convencionalismo burgueses.

✍ **Comentário:**

É um texto dissertativo, visto que fala sobre um fato estabelecendo pontos de vista baseados em argumentos.

Gabarito: Errado.

7. (CONESUL/ Assistente Administrativo -2008) Instrução: Leia atentamente o texto a seguir para responder à questão:

Os bem vizinhos de Naziazeno Barbosa assistem ao pega com o leiteiro. Por detrás das cercas, mudos, com a mulher e um que outro filho espantado já de pé àquela hora, ouvem. Todos aqueles quintais conhecidos têm o mesmo silêncio. Noutras ocasiões, quando era apenas a briga com a mulher, esta, como um último desaforo de vítima, dizia-lhe: Olha, que os vizinhos estão ouvindo . Depois, à hora da saída, eram aquelas caras curiosas à janela, com os olhos fitos nele, enquanto ele cumprimentava .

O leiteiro diz-lhe aquelas coisas, despenca-se pela escadinha que vai do portão até à rua, toma as rédeas do burro e sai a galope, fustigando o animal, furioso, sem olhar para nada. Naziazeno ainda fica um instante ali sozinho. (A mulher havia entrado.) Um ou outro olhar de criança fuzila através das frestas das cercas. As sombras têm uma frescura que cheira a ervas úmidas. A luz é doirada e anda ainda por longe, na copa das árvores, no meio da estrada avermelhada.

Naziazeno encaminha-se então para dentro de casa. Vai até ao quarto. A mulher ouve-lhe os passos, o barulho de abrir e fechar um que outro móvel. Por fim, ele aparece no pequeno comedouro, o chapéu na mão. Senta-se à mesa, esperando. Ela lhe traz o alimento. Ele não aceita mais desculpas... Naziazeno não fala. A mulher havia-se sentado defronte dele, enquanto ele toma o café. Vai nos deixar ainda sem leite... Ele engole o café, nervoso, com os dedos ossudos e cabeçudos quebrando o pão em pedaços miudinhos, sem olhar a mulher. É o que tu pensas. Temores... Cortar um fornecimento não é coisa fácil. Porque tu não viste então o jeito dele quando te declarou: Lhe dou mais um dia! (Adaptado de: MACHADO, Dyonélio. Os Ratos).

Pelas características apresentadas, o texto todo é

a) um depoimento de Naziazeno.
b) uma narração em 1ª pessoa.
c) uma narração em 3ª pessoa.
d) apenas uma descrição.
e) um misto de descrição e de dissertação.

✍ **Comentários.**

Descrição é o ato de se descrever uma imagem, sem movimento; narração, por sua vez, é um relato organizado de acontecimentos reais ou imaginários; dissertação é a forma de apresentar-se discussão sobre um fato ou tema, sempre voltado ao emprego de argumentos.

O texto tem característica narrativa e é narrado em terceira pessoa, pois Naziazeno profere apenas algumas palavras em brevíssimo diálogo com a esposa durante toda a narrativa. Portanto trata-se de narrativa em terceira pessoa.

Gabarito: C

8. (CESPE / 2011 / EBC / Cargos de Nível Médio / Conhecimentos Básicos)

No Brasil, falar em mídia pública parece não despertar simpatia. Isso ocorre devido ao fato de o debate sobre o tema ter sido apagado durante quase todo o século XX. Não por caso o país desenvolveu um sistema de comunicação de perfil majoritariamente comercial — principalmente sob o incentivo do regime militar, após os anos 60 — e relegou o projeto de um sistema público de comunicação ao esquecimento, que subsistiu apenas por meio de algumas experiências isoladas. Como explica o professor Murilo César Ramos, da Universidade de Brasília, a radiodifusão no Brasil nasceu pública, na forma da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, criada por Edgard Roquette-Pinto e Henrique Moritze em 1923, mas foi muito cedo transformada em um sistema comercial lucrativo. "Quando a televisão chegou, nos anos 50 do século passado, já chegou comercial, privatizada e desregulamentada ao extremo, e assim permanece até hoje. O público não comercial sempre foi marginal e assim se mantém nos dias atuais", analisa Ramos.

Em relação ao texto acima, julgue o item a seguir.

O texto é predominantemente dissertativo, mas há nele fragmentos de teor narrativo.

✍ **Comentários.**
O texto dissertativo consiste na exposição de um ponto de vista. O texto narrativo, por sua vez, relata fatos, por meio de um narrador, localizando o leitor no tempo e no espaço, de forma a (re)construir uma história. No caso do texto em discussão, o autor argumenta sobre a falta de simpatia dos brasileiros em relação ao assunto *mídia pública*, ao passo que também cita uma passagem narrativa de cunho histórico – a chegada da televisão ao Brasil.
Gabarito: Certo

9. (CESPE/ 2011/ EBC/ Cargos de Nível Médio/ Conhecimentos Básicos)

Quando se fala em sistema público de comunicação, pensa-se justamente em um conjunto de mídias públicas (nos diversos suportes, como rádio, televisão, Internet etc.) que operam de modo integrado e sistêmico, tendo como horizonte o interesse dos cidadãos. Para o professor Laurindo Leal Filho, da Universidade de São Paulo, um dos pioneiros na pesquisa sobre mídia pública no Brasil, esse não é um conceito fechado. "Por princípio, todo o sistema de comunicação deveria ser público, uma vez que a sua missão é prestar um serviço público. Nesse sentido, poderiam até variar as formas de financiamento, mas o controle deve ser da sociedade. De algum modo, é o que acontece em alguns países onde órgãos reguladores estabelecem as diretrizes para o todo o setor das comunicações eletrônicas. De maneira mais restrita, costumamos chamar de público o sistema não comercial e, de alguma forma, independente do Estado. E aí temos inúmeras nuanças: de sistemas ditos públicos, mas que sofrem forte controle estatal, até outros em que essa relação é tênue", explica Leal Filho.

Com base no texto acima, julgue o item a seguir.

O trecho de citação da fala do professor da Universidade de São Paulo é predominantemente narrativo.

✍ **Comentário:**
O trecho de citação da fala do professor da Universidade de São Paulo é predominantemente dissertativo, uma vez que expõe seu ponto de vista sobre a temática textual e apresenta fundamentações em defesa dele.
Gabarito: Errado

10. (CESPE/ 2011/ FUB / Cargos de Nível Médio)

Há gente no Brasil interessada em importar dos Estados Unidos da América (EUA) o Teach for America, o mais bem-sucedido programa feito para atrair os melhores estudantes de ensino médio para a carreira de professor. No Brasil, os professores têm saído da parte menos qualificada da Pirâmide — justamente aquela habitada por 20% dos alunos com o mais baixo rendimento escolar do país. Qualquer iniciativa para mudar isso será mais do que bem-vinda.

O Teach for America consegue atrair os mais talentosos alunos para a docência oferecendo-lhes algo bem concreto. Depois de dois anos no papel de professor de escola pública — tempo mínimo de estada no programa —, esses jovens ingressam quase que automaticamente em algumas das maiores empresas americanas, com as quais o Teach for America estabeleceu uma produtiva parceria. Para as empresas, recrutar gente que passou por lá significa encurtar o complicado processo de busca por bons profissionais. Pela estreita peneira do programa só passam os realmente capazes. Para se ter uma ideia, apenas os alunos de ótimo boletim têm Direito à inscrição e, ainda assim, 85% deles ficam de fora. É essa rigorosa seleção que atrai os próprios estudantes. Sobreviver a ela é um sinal claro de excelência, algo que faz todo mundo querer ostentar um carimbo do Teach for America no currículo.

No final, uma parcela deles acaba optando pela carreira de professor, coisa que jamais haviam pensado antes. A maioria, no entanto, acaba deixando o programa depois dos dois anos previstos, mas não sem antes causar um impacto gigantesco no nível do ensino. Os estudantes certamente irão beneficiar-se desse empurrão ao longo de toda a vida escolar. Mais do que isso: muitos dos que já passaram pelo Teach for America continuam envolvidos com educação, em diferentes graus e áreas de atuação. Por tudo isso, não faria mal ao Brasil trilhar caminho parecido.

Mônica Weinberg. Tomara que dê certo. Internet: <veja.abril.com.br> (com adaptações).

Considerando aspectos lexicais e tipológicos do texto, julgue o item subsequente.

Há, no texto, elementos que permitem classificá-lo como dissertativo-argumentativo.

✍ **Comentário:**
O texto dissertativo-argumentativo tem como objetivo expor uma opinião a respeito de determinado tema e argumentar no sentido de influir, persuadir o ponto de vista do leitor, com vistas a mudar seu comportamento.
Assim acontece no texto em questão: o autor, já no primeiro parágrafo, anuncia o seu tema e logo vai enumerando uma série de fatores que envolvem o leitor de tal forma a acreditar que aquela ideia é, de fato, vantajosa. Ele fala da precariedade da realidade educacional brasileira (trabalhando com estatísticas), do programa *Teach for America,* que foi bem-sucedido nos EUA e explica em detalhes a forma de aplicação do programa. Por fim, o autor conclui sua exposição com uma "cartada" bem sugestiva, terminando de convencer o leitor a respeito da ideia que defende. Ele diz: *"Por tudo isso, não faria mal ao Brasil trilhar caminho parecido."*
Gabarito: Certo

11. (CESPE / 2010 / MPU / Técnico Administrativo)

As projeções sobre a economia para os próximos dez anos são alentadoras. Se o Brasil mantiver razoável ritmo de crescimento nesse período, chegará ao final da próxima década sem extrema pobreza. Algumas projeções chegam a apontar o país como a primeira das atuais nações emergentes em condições de romper a barreira do subdesenvolvimento e ingressar no restrito mundo rico.

Tais previsões baseiam-se na hipótese de que o país vai superar eventuais obstáculos que impediriam a economia de crescer a ritmo continuado de 5% ao ano, em média. Para realizar essas projeções, o Brasil precisa aumentar a sua capacidade de poupança doméstica e investir mais para ampliar a oferta e se tornar competitivo.

No lugar de alta carga tributária e estrutura de impostos inadequada, o país deve priorizar investimentos que expandam a produção e contribuam simultaneamente para o aumento de produtividade, como é o caso dos gastos com educação. É dessa forma que são criadas boas oportunidades de trabalho, geradoras de renda, de maneira sustentável.

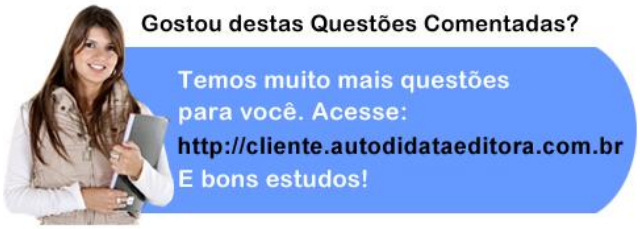
O Globo, Editorial, 12/7/2010 (com adaptações).

Com relação às ideias e aspectos linguísticos do texto, julgue o item seguinte.

Pelas estruturas sintáticas, escolhas lexicais e modo de organização das ideias, conclui-se que predomina, no texto, o tipo textual narrativo.

✍ **Comentário:**

O tipo textual é dissertativo. O autor defende o ponto de vista de que são satisfatórias as projeções para a economia brasileira daqui a uma década, de acordo com o seu atual ritmo de crescimento, e expõe quais razões fundamentam essa expectativa.
Gabarito: Errado



Questões envolvendo Compreensão e interpretação de textos e tipologia textual

1. (CESPE / 2010 / TRT - 21ª Região (RN) / Técnico Judiciário / Tecnologia da Informação)

Estado brasileiro, um gigante gastador

A cada ano, aproximadamente 92% dos gastos do governo federal — excluindo-se pagamento de dívidas e transferências — são engolidos pelas engrenagens do Estado brasileiro. De cada 100 reais, 25 são destinados ao pagamento de pessoal, e outros 67, ao custeio da máquina — despesas que vão do cafezinho servido nas repartições públicas à gasolina que move os veículos de autoridades. Para investimentos em infraestrutura, saúde, ciência etc., sobram apenas 8%. Outra demonstração de como a máquina drena os recursos do país está nas estatísticas levantadas pelo professor de finanças públicas Ricardo Bergamini. De janeiro de 2003 até abril de 2010, o gabinete da Presidência da República desembolsou 23,4 bilhões de reais. A quantia superou os gastos individuais de sete ministérios: Orçamento e Gestão, Relações Exteriores, Indústria e Comércio, Meio Ambiente, Comunicações, Esportes, Cultura e Turismo. Esse é o retrato das contas públicas brasileiras.

Pedro Rubens. Internet: <http://veja.abril.com.br> (com adaptações).

Com base no texto acima, julgue o item seguinte.
O texto, que é predominantemente narrativo, apresenta detalhes sobre o serviço público no Brasil.

✍ **Comentário:**
O texto não é predominantemente narrativo e, sim, dissertativo. Com visão imparcial, o autor defende seu ponto de vista, apresentando vários argumentos para isso.
Gabarito: Errado

2. (CESPE / 2010 / TRT - 21ª Região (RN) / Técnico Judiciário / Tecnologia da Informação)

Carga tributária penaliza a todos, sobretudo os mais pobres

Brasileiros de todas as classes sociais e regiões do país sabem que pagam impostos quando consomem. A conclusão está exposta no livro **O Dedo na Ferida: Menos Imposto, Mais Consumo**, do cientista social e sócio-diretor do Instituto Análise, Carlos Alberto Almeida. Tal como em seu *best-seller* **A Cabeça do Brasileiro**, o autor expõe no livro as conclusões de pesquisa realizada em todo o país. A que deu origem a **O Dedo na Ferida** foi realizada no ano passado e revela que, apesar de a população estar ciente de que é tributada ao adquirir bens e serviços, a maioria desconhece a proporção dos Impostos embutidos nos preços finais. Os que se arriscam a adivinhar tendem a ser generosos com o governo e respondem que o volume de impostos é bem menor do que realmente o é. Nesse sentido, o livro propõe-se a jogar luz sobre grave deficiência do complexo sistema tributário nacional: o fato de muitos impostos que pesam sobre a economia serem invisíveis ao contribuinte.

Beatriz Ferrari. Internet: <www.veja.abril.com.br> (com adaptações).

Com relação ao sentido e às estruturas linguísticas do texto acima, julgue o item subsequente.
O texto, predominantemente descritivo, apresenta detalhes do funcionamento do sistema de tributação atualmente adotado em todo o Brasil.

✍ **Comentário:**
Trata-se de um texto com cunho dissertativo, que não apresenta detalhes sobre o funcionamento do sistema tributário brasileiro, mas, sim, detalhes sobre o livro *"O Dedo na Ferida: Menos Imposto, Mais Consumo"*, de autoria de Carlos Alberto Almeida. Nele, o autor aborda o assunto sobre as cargas tributárias que pesam sobre a economia dos brasileiros, sendo que a maioria deles desconhece o real valor dos tibutos imbutidos no preço final dos produtos que consomem.
Gabarito: Errado

Aula 3 – Ortografia oficial

Ortografia é a parte da gramática que estuda a correta grafia das palavras.

A seguir, apresentaremos algumas orientações básicas para empregar algumas letras que costumam gerar dúvidas, como, por exemplo, a utilização do **S**, **Z**, **X**, **CH** e outros.

Porém, é importante você saber que nem sempre existirá uma regra que possa ser aplicada, pois muitos casos dependem da etimologia da palavra ou de mera convenção ortográfica. Sendo assim, é necessário também que o candidato tenha o hábito da leitura, a fim de memorizar naturalmente a escrita correta das palavras.

Emprego das letras

Emprego do "S"

Empregamos a letra **S** nos seguintes casos:

- Nos substantivos derivados de verbos terminados em **-nder**, **-ndir**.

  compreender – compreensão
  expandir – expansão

- Após ditongo.

  faisão, lousa, mausoléu

- Nos verbos que derivam de palavras em que já existe "-s".

  análise – analisar
  pesquisa – pesquisar
  Exceção: *catequese - catequizar*

- Nos sufixos **-ês**, **-esa**, **-isa** (indicadores de origem, nacionalidade ou título).

  francês, duquesa, poetisa.

- Nas formas dos verbos **querer** e **pôr**.

  quis – quiser, puseste – pus

- Nos verbos cujo radical termina em **-rg**, **-rt**.

  imergir – imersão
  converter – conversão

- Nos verbos cujo radical é **-pel** ou **-corr**.

  expelir – expulsão
  concorrer – concurso

- Nos adjetivos terminados pelo sufixo -**oso(a)**, indicador de abundância, estado pleno.

  cheiroso, dengosa, formosa, horroroso

✍ Questão de concursos comentada

1. (TTN – adaptada) Assinale a alternativa em que todas as palavras estão corretamente grafadas:

a) quiseram, formozo
b) puzer, cheirosa
c) poetisa, puser
d) coiza, marquês

✍**Comentário:**
a) Errado: embora "quiseram" esteja certo (emprega-se "S" nas flexões do verbo "querer"); "formozo" está errado, pois utiliza "s" nos adjetivos terminados pelo sufixo "oso".
b) Errado: deve-se empregar "S" nas formas do verbo "pôr" – "puser"; "cheirosa" está certo, pois utilizamos "s" nos adjetivos terminados pelo sufixo "osa".
c) Certo.
d) Errado. A grafia correta é "coisa", pois utiliza "S" após ditongo; "marquês" está certo, pois utiliza "S" nos sufixos -ês, indicadores, de títulos de nobreza.
Gabarito: C

Emprego do "Z"

Empregamos a letra **Z** nos seguintes casos:

- Nos nomes abstratos com sufixos **-ez** ou **-eza**, derivados de adjetivos.

  adjetivos / substantivos abstrato

  rápido / rapidez
  rico / riqueza
  belo / beleza

- No sufixo **-zar**, formador de verbos cujo radical não apresenta "S".

  hospital / hospitalizar
  atual / atualizar
  humano / humanizar

- No sufixo **-ização**, formador de substantivos cujo radical não apresenta "S".

  humano / humanização
  real / realização

✍ Questões de concursos comentadas

1. (Banco do Brasil) Grafia correta:

a) Civilisar
b) Humanisar
c) Padronisar
d) Paralisar
e) Concretisar

✍**Comentário:**
Utiliza-se o "Z", no sufixo -zar, formador de verbos cujo radical não apresenta "S".
a) Errado. O certo é civil / civilizar.

b) Errado. O certo é humano / humanizar.
c) Errado. O certo é padrão / padronizar.
d) Certo. Paralisia / paralisar. Utiliza-se "S" nos verbos que derivam de palavras em que já existe "S".
e) Errado. O certo é concreto / concretizar.
Gabarito: D

2. (Vestibular UF-PR) Assinale a alternativa correspondente à grafia correta dos vocábulos:

1. Desli__e
2. Vi__inho
3. Atravé__
4. Empre__a

a) z, z, s, s
b) z, s, z, z
c) s, z, s, s
d) z, z, s, z

✍**Comentário:**

Nesse tipo de questão é necessário que o candidato tenha o hábito da leitura, para que possa preencher corretamente as lacunas.

Desli**z**e, vi**z**inho, através e empre**s**a.

Gabarito: A

Emprego do "X" em vez do "CH"

Empregamos a letra **X** nos seguintes casos:

- Depois de ditongos.

  caixa, *ameixa*, *eixo*, *paixão*

  Exceções: recau**ch**utar (e derivados) e gua**ch**e

- Nas palavras de origem africana ou indígena.

  caxambu, *abacaxi*, *xangô*

- Depois de sílaba inicial "en" e "me".

  enxada, *enxaqueca*, *enxoval*
  México, *mexer*, *mexilhão*

  Exceções: en**ch**er (e derivados, como charco, en**ch**arcar), me**ch**a (e derivados), en**ch**ova

Emprego do "Ç"

- Nos substantivos derivados dos verbos terminados em **ter** e **torcer**.

  ater – atenção
  manter – manutenção
  torcer – torção
  contorcer – contorção

- Nos sufixos **-ação**, **-aço**, **-iço** e **-iça**.
  acentuação
  ricaço
  carniça

Emprego do "SS"

- Nos substantivos derivados dos verbos terminados em **gredir**, **mitir**, **ceder** e **cutir**.

  agredir – agressão
  demitir – demissão
  ceder – cessão
  discutir – discussão

- Depois de qualquer vogal normalmente aplica-se "SS".

  passado
  premissa
  promessa

1. Assinale a alternativa em que não há erro de grafia.

a) feiche, enxada, progressão, distorção
b) feixe, enchada, progressão, distorssão
c) feixe, enxada, progressão, distorção
d) feiche, enchada , progressão, distorção

✍**Comentário:**

• feixe – utiliza-se "X" após ditongo.
• enxada – utiliza-se o "X" após a sílaba "en".
• progressão – utiliza-se "SS" nos substantivos derivados dos verbos terminados em "gredir" (progredir – progressão).
• distorção – utiliza-se "Ç" nos substantivos derivados dos verbos terminados em "torcer" (distorcer - distorção).

Gabarito: C

Emprego do "SC"

Nos termos eruditos:

Exemplos: acréscimo, ascensorista, consciência, descender, discente, fascículo, fascínio, imprescindível, miscigenação, miscível, plebiscito, rescisão, seiscentos, transcender.

Emprego do "G"

1) Nos substantivos terminados em **-agem**, **-igem**, **-ugem**.

Exemplos: barragem, miragem, viagem, origem, fuligem, ferrugem,rabugem.

Exceção: pa**j**em e lambu**j**em.

Mary Montefusco CPF:644.914.723

2) Nas palavras terminadas em **-ágio**, **-égio**, **-ígio**, **-ógio** e **-úgio**.

Exemplos: estágio, pedágio, privilégio, egrégio, prestígio, vestígio, relógio, refúgio

3) Nas palavras derivadas de outras que se grafam com "G".

Exemplos: engessar (de gesso), massagista (de massagem), vertiginoso (de vertigem).

4) Nos seguintes vocábulos:

algema, auge, bege, estrangeiro, geada, gengiva, gibi, gilete, hegemonia, herege, megera, monge, rabugento, vagem.

Emprego do "j"

1) Nas formas dos verbos terminados em **-jar** ou **-jear**.

Exemplos:
arranjar: arranjo, arranje, arranjem
despejar: despejo, despeje, despejem
gorjear: gorjeie, gorjeiam, gorjeando
enferrujar: enferruje, enferrujem
viajar: viajo, viaje, viajem

Atenção: Apesar de "viajar" e sua conjugação serem com **J**, o substantivo é com **G**: via**g**em

2) Nas palavras de origem tupi, africana, árabe ou exótica.

Exemplos: canjica, pajé, jerico, manjericão, Moji.

3) Nas palavras derivadas de outras que já apresentam "J".

Exemplos:

Laranja – laranjeira; loja – lojista; lisonja – lisonjeador; nojo – nojeira; cereja – cerejeira; varejo – varejista; rijo – enrijecer; jeito – ajeitar.

4) Nos seguintes vocábulos:

berinjela, cafajeste, jeca, jegue, majestade, jeito, jejum, laje, traje, pegajento.

Algumas dificuldades da língua culta

a (preposição) / **há** (verbo) / **à** (contração)

a – Indica tempo futuro ou distância.
Ela voltará daqui a um ano.
Ela mora a duzentos metros daqui.

há / (faz) – Indica tempo passado.
Ele chegou da Europa há um ano.

há / (existe)
Nesta sala há vinte estudantes.
Nesta sala há várias janelas.
Obs.: há — verbo haver no sentido de existir — é impessoal, por isso não faz plural.

à – Fusão da preposição **a** com o artigo **a** (crase).
Fui à feira.

✍ **Questão de concurso comentada**

1. (Auditor Fiscal da Receita federal/ESAF – adaptada) Marque a opção que preencher corretamente as lacunas.

"Completamente excluídos das engrenagens de desenvolvimento da sociedade, os miseráveis são reduzidos a uma condição subumana. Seu único horizonte passa a ser ___ luta feroz pela sobrevivência. No lixão do Valparaíso, ___ poucos quilômetros de Brasília, ___ gente disputando os restos com os animais."

a) a, há, há
b) à, há, a
c) a, a, há
d) a, à, há
e) à, há, à

✍ **Comentário:**

A primeira lacuna completa-se com "a" (artigo definido que antecede o substantivo "luta").

A segunda lacuna completa-se com "a" (indica distância).

A terceira lacuna completa-se com "há" (do verbo haver significando existir).

Gabarito: C

Aonde – onde – donde

Aonde

= para onde, a que lugar (usado com verbos que dão ideia de movimento para a frente).

Aonde você vai?

Aonde nos leva com tal rapidez?

Onde

= em que lugar (usado com verbos que não indicam movimento).

Onde estão os livros?

Donde

= de + onde. Indica origem (ideia de movimento vindo de trás).

Donde vens?

✍ **Questão de concurso comentada**

1. (Auxiliar de Enfermagem do Trabalho/Progresso de Guarulhos S/A/FGV)

Assinale a alternativa correta quanto ao emprego de "onde" e "aonde".

a) Aonde você esteve?
b) Aonde você vai?
c) Onde você foi?
d) Onde nós vamos?

✍ **Comentário:**

a) Errado – Correção: Onde (em que lugar) você esteve?

b) Certo – Aonde você vai? (para onde / a que lugar você vai?)

c) Errado – Correção: Aonde (= para onde / a que lugar) você foi?

d) Errado – Correção: Aonde (= para onde / a que lugar) nós vamos?

Gabarito: B

Mal – Mau

Mal

- incorretamente, irregularmente (oposto a **bem**).

  *Ele dirige muito **mal**.*

- no sentido de "quando".

  ***Mal** Tiago chegou, saímos*.

- o que é nocivo.

  *O **mal** desse homem é a preguiça*.

Mau

Mau = ruim (oposto a **bom**).

*Esta é a história de um homem **mau***.

✍ **Questões de concursos comentadas**

1. (Agente de Fiscalização/Câmera Municipal de Guarulhos/Vunesp) Assinale a alternativa correta quanto ao emprego das palavras mal / mau.

a) A Petrobras aproveitará muito mau o gás de suas jazidas.
b) O mal combustível não será congelado.
c) A Amazônia continua sendo mau explorada.
d) Não há mau que dure para sempre.
e) A extração de petróleo é um mau negócio.

✍ **Comentário:**

a) Errado – Correção: "A Petrobras aproveitará muito mal (bem) o gás de suas jazidas."

b) Errado – Correção: "O mau (bom) combustível não será congelado."

c) Errado – Correção: "A Amazônia continua sendo mal (bem) explorada."

d) Errado - Correção: "Não há mal (bem) que dure para sempre."

e) Certo – O adjetivo "mau" opõe-se a "bom"; "mal" equivale a "bem", logo: "A extração de petróleo é um mau (bom) negócio."

Gabarito: E

2. (Técnico em Mecânica/Eletrobras/NCE) "Algo vai mal no organismo." A frase abaixo em que houve troca indevida entre mal / mau é:

a) Todo o mal do organismo deve ser combatido.
b) Um mal hábito pode provocar doenças.
c) A febre não é um mal em si.
d) Foi para o hospital, mal a febre começou.
e) O sistema do organismo combate qualquer mal que nele se instale.

✍ **Comentário:**

a) Certo – Todo o mal (o que é nocivo: problema) do organismo deve ser combatido.

b) **Errado** – Deveria ter sido usado "mau", visto que se trata de um adjetivo, tendo como oposto o termo "bom". Correção: "Um mau hábito pode provocar doenças."
c) Certo – A febre não é um mal (problema) em si.
d) Certo – Foi para o hospital, mal (quando, logo que) a febre começou.
e) Certo – O sistema do organismo combate qualquer mal (problema) que nele se instale.

Gabarito: B

3. (Auxiliar de Serviços Gerais/CREF-SP) _____ pouco, houve um _____ estar entre os jogadores, pois eles não sabiam _____ estava a falha no esquema montado pelo técnico.

As palavras que preenchem as lacunas acima de forma adequada são, respectivamente:

a) Há, mau e onde.
b) A, mau e aonde.
c) Há, mau e aonde.
d) A, mal e onde.
e) Há, mal e onde.

✍ **Comentário:**

No primeiro espaço: Há. Usa-se "há" quando equivalente a "faz", referindo-se a tempo passado.

No segundo espaço: mal. O vocábulo "mal", oposto a "bem".

No terceiro espaço: onde. O advérbio interrogativo "onde" equivale a "em que lugar", usado com verbos que não indicam movimento – "… pois eles não sabiam onde (em que lugar) estava a falha…".

Gabarito: E

Acerca de – a cerca de – há cerca de

Acerca de

= sobre, a respeito de:

Falávamos acerca do futuro.

A cerca de

= a aproximadamente, perto de, à distância aproximada de.

Estivemos a cerca de dez metros do mar.

= muro de proteção.

A cerca da casa era amarela.

Há cerca de

= faz aproximadamente (indica tempo passado).

O fato aconteceu há cerca de duas semanas.

= existem aproximadamente.

Nesta sala há cerca de duzentas crianças.

✍ **Questões de concursos comentadas**

1. (Agente de controle/Prefeitura de Araçatuba-SP/FGV) Assinale a alternativa errada quanto ao emprego de "acerca de", "há cerca de" e "a cerca de".

a) Ficou há cerca de dez passos da esquina.
b) Fez uma exposição acerca do impasse.
c) Viajou há cerca de uma semana.
d) Dirigiu-se a cerca de cem pessoas.

✍ **Comentário:**

a) Errado – Correção: Ficou a cerca de (à distância aproximada de) dez passos da esquina.

b) Certo – Fez uma exposição acerca do (a respeito) do impasse.

c) Certo – Viajou há cerca de (faz aproximadamente – indicando tempo passado) uma semana.

d) Certo – Dirigiu-se a cerca de (a aproximadamente) cem pessoas.

Gabarito: A

2. (Técnico da Receita federal/ ESAF) Indique a opção que completa, com correção gramatical e com coerência, as lacunas do texto abaixo.

O Estado cresceu em termos de pessoal e, principalmente, em termos de receita e despesas. Em muitos países, os servidores públicos, excluídos os trabalhadores das empresas estatais, correspondem ____ 10 a 20 por cento da força de trabalho, _____ no início do século XX essa proporção estava próxima de 5 por cento. As despesas do Estado, por sua vez, ____ nesse período: nos últimos trinta anos ____, variando entre 30 e 50 por cento do PIB. Naturalmente, esse processo de crescimento ocorria ao mesmo tempo em que _____ as funções do Estado, principalmente na área social.

(Luiz Carlos Bresser Pereira, com adaptações)

a) a cerca de / enquanto / multiplicaram-se / dobraram / se ampliavam.
b) acerca de / quando / multiplicar / dobraram-se / ampliava-se.
c) cerca de / quanto / multiplicaram / dobravam-se / se ampliava.
d) em cerca de / em quanto / se multiplicava / dobrou / ampliavam.
e) de cerca de / por quanto / multiplicavam / dobravam-se / ampliava.

✍ **Comentário:**

Podemos resolver esta questão com o preenchimento correto da primeira lacuna, uma vez que apenas a alternativa "a" apresenta a única opção possível para: "… correspondem a cerca de (= a aproximadamente) 10 a 20 por cento da força de trabalho….". A partir desse fato, verificamos também que as demais palavras da alternativa são adequadas ao preenchimento das demais lacunas, comprovando o acerto da alternativa A.

Gabarito: A

Cessão / sessão / seção

Cessão: Significa o ato de ceder, o ato de dar.

Ele fez a cessão dos seus direitos autorais.

Rogério fez a cessão do terreno para construção da creche.

Sessão: É o intervalo de tempo que dura uma reunião, uma assembleia.

Assistimos a uma sessão de cinema.

Seção: Significa parte de um todo, segmento, subdivisão.

Lemos a notícia na seção de esportes.

Compramos os presentes na seção de brinquedos.

✍ **Questão de concurso comentada**

1. (Instituto de Artes Plásticas e Artesanato/ Prefeitura de Louveira-SP/Vunesp) Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas das frases.

I. Fomos assistir a duas ____ de cinema.
II. Ele foi _____ no exame.
III. Os policiais tinham um _____ para entrar na casa.
IV. O juiz não podia _____ uma bela carreira ao advogado.

a) sessões / mal / mandado / prenunciar.
b) seções / mau / mandado / prenunciar.
c) cessões / mau / mandato / pronunciar.
d) secções / mal / mandato / prenunciar.
e) seções / mau / mandado / pronunciar.

✍ **Comentário:**

I. Sessões (intervalos de tempo em que dura uma tarefa).

II. Mal (opõe-se a "bem"). "Ele foi mal (bem) no exame."

III. Mandado (ordem judicial) / mandato (delegação incumbida por alguém, período de representação política). São parônimos.

IV. Prenunciar (predizer, antecipar) / pronunciar (exprimir verbalmente). São parônimos.

Gabarito: A

Afim – A fim de

Afim = semelhante, parentesco.

Nosso ideal é afim.

A fim de = para, com a finalidade de.

Estudo a fim de passar no concurso.

Ao invés de – Em vez de

Ao invés de = ao contrário de.

Ao invés de estudar, ele dormiu.

Em vez de = em lugar de.

Em vez de ir ao parque, Pedro foi trabalhar.

Observação:

A expressão "em vez de" pode ser usada nos dois casos citados, porém a expressão "ao invés de" é usada apenas quando há ideia de oposição.

Ao encontro de – De encontro a

Ao encontro de = em direção a, a favor de.

Fui ao encontro de minha avó.

De encontro a = ser contra, indica choque.

A moto foi de encontro ao poste.

A par – Ao par

A par = junto, informado.

Ricardo andava a par de sua prima.

Estou a par da situação.

Ao par = indica valor equivalente ou igual; refere-se a valores financeiros.

O real está ao par do dólar.

Mas – Mais – Más

Mas = porém, contudo – indica oposição.

Ivan Monteiro CPF: 64409147234

Fernanda trabalha muito, mas ganha pouco.

Mais = oposto a menos, soma.

Cinco mais três é igual a oito.

Más = ruins (plural de má).

Elas não são más.

✍ **Questão de concurso comentada**

1. (UFPR) Substitua os asteriscos, usando adequadamente mas/mais/mal/mau.

Pedro e João * entraram em casa, perceberam que as coisas não estavam bem, pois sua irmã caçula escolhera um * momento para comunicar aos pais que iria viajar nas férias; * seus dois irmãos deixaram os pais * sossegado quando disseram que a jovem iria com as primas e a tia.

a) mau – mal – mais – mas
b) mal – mal – mais – mais
c) mal – mau – mas – mais
d) mal – mau – mas – mas
e) mau – mau – mas – mais

✍ **Comentário:**

"Pedro e João mal (= quando) entraram na casa…"

"… pois sua irmã caçula escolhera um mau (pode ser substituído por bom) momento para comunicar…"

"… mas (porém, contudo) seus dois irmãos…"

"… deixaram os pais mais (oposto de menos) sossegados…"

Gabarito: C

Por que – por quê – porque – porquê

Por que

Usado no início de frases interrogativas e também no sentido de:

• = pelo qual (e flexões).

Este é o caminho por que passo todos os dias.

Não entendi os motivos por que eles faltaram.

• = por que motivo, por que razão.

Por que ela faltou à reunião?

Por que razão você não compareceu?

• = por qual (e flexões).

Por que (por qual) rua andaremos?

Por quê

Usado em fim de frase interrogativa ou antes de pausa acentuada.

Você faltou por quê?
Não sei por quê … não sei …

Porque

Usado em frases afirmativas (= como, pois, visto que, para que, de fato, uma vez que).

Não passei no concurso porque não estudei.

Porquê

Usado quando for antecedido por artigo ou outro determinante (=motivo, razão ou causa).

Não sei o porquê de tua irritação.

✍ **Questões de concursos comentadas**

1. (Agente Tributário Estadual/MS – ESAF) No processo da mediação, o trabalho do mediador será importantíssimo, exercido por advogados assistidos e, ____1____ necessário, por profissionais multidisciplinares. Ele terá função diferenciada do magistrado, ____2___ não julgará, ___3___ propiciará ___4___ partes a análise de diferenciados pontos de vista, estimulando a discussão, apontando fatos importantes e facilitando o entendimento. Em nenhum momento estimulará a contenda, ___5____ o entendimento, e não tomará partido.

(Carlos Miguel Aida, *Mediação*. In: Direito e Justiça, *Correio Braziliense*,16/07/01)

Assinale a opção que indica o preenchimento incorreto da lacuna correspondente.

a) 1 – quando
b) 2 – por que
c) 3 – mas
d) 4 – às
e) 5 – mas

✍ **Comentário:**

Correção: "Ele terá função diferenciada do magistrado, porque (pois, visto que…) não julgará…". Os demais itens estão corretos.

Gabarito: B

2. (Auditor Fiscal da Receita Federal/ESAF) Assinale a opção gramaticalmente incorreta.

a) O teste decisivo para saber qual a importância das novas tecnologias é o seu impacto sobre a produtividade da economia como um todo.
b) O rápido crescimento da produtividade é a chave para a elevação do padrão de vida.
c) Resta saber se esse crescimento mais acelerado é sustentável.
d) Hoje, porém, já existem sinais de que o crescimento da produtividade vem-se acelerando.
e) Durante anos, as pessoas simplesmente não conseguiam entender porque os computadores, aparentemente, não eram capazes de elevar a produtividade.

✍ **Comentário:**
Ocorreu erro de grafia ou de impropriedade vocabular na alternativa E. Correção: "Durante anos, as pessoas simplesmente não conseguiam entender por que (por que motivo, por que razão) os computadores, aparentemente, não eram capazes de elevar a produtividade."
Gabarito: E

Pôr – por

Pôr = colocar.

Vá pôr o carro no estacionamento.

Por = preposição.

Ele anda por caminhos diferentes.

Por hora – Por ora

Por hora = por uma hora.

Róger ganha vinte reais por hora de trabalho.

Por ora = por agora, por enquanto.

Por ora, estou satisfeito com teu trabalho.

Senão – Se não

Senão = caso contrário, a não ser, exceto, mas.

Não estacione naquele local, senão você será multado.
Lucas nada faz, senão reclamar.
Não era ouro, senão (= mas) prata.

Senão = defeito.

Havia um senão naquela resposta.

Se não = caso não, no caso de não.

Se não chover, iremos acampar.

Tampouco – Tão pouco

Tampouco = também não ou nem.

Rafael não estuda tampouco trabalha.

Tão pouco = muito pouco.

Ele ganha tão pouco!

Demais – De mais

Demais = excessivamente, em demasia.

Maria estuda demais.

Demais = os outros, os restantes.

… os demais não compareceram.

Demais = além disso.

Não irei ao cinema, demais preciso estudar.

De mais = a mais (oposto a de menos).

Fábio comeu de mais.

✍ Questões de concurso comentadas

1. (CESPE / 2012 / TC-DF / Auditor de Controle Externo)

A Teoria Geral do Estado mostra como surgiu e se organizou, ao longo do tempo, o Estado. Nas formas primitivas de organização social, ainda tribais, o poder era concentrado nas mãos de um único chefe, soberano e absoluto, com poder de vida e morte sobre seus subordinados, fazendo e executando as leis.

Na Antiguidade Clássica, as civilizações grega e romana foram as que primeiro fizeram uma tentativa de compartilhar o poder, criando instituições como a Eclésia e o Senado. Contudo, essa experiência foi posta de lado quando as trevas medievais tomaram conta da Europa, fazendo-a mergulhar em mil anos de estagnação, sob as mãos de senhores feudais, reis e papas, que não conheciam outro limite senão seu próprio poder.

O fim da Idade Média, no século XV, e o ressurgimento das cidades, no período renascentista, representaram profundas mudanças para a sociedade da época, mas, do ponto de vista político, assistiu-se a uma concentração

ainda maior do poder nas mãos dos soberanos, reis absolutos, que, sob o peso de sua autoridade, unificaram os diversos feudos e formaram vários dos Estados modernos que hoje conhecemos. Exceção a essa regra foi a Inglaterra, onde, já em 1215, o poder do rei passou a ser um tanto limitado pelos nobres, que o obrigaram a pedir autorização a um conselho constituído por vinte e cinco barões para aumentar os impostos.

A fim de fazer valer essa exigência, foi assinada a Magna Carta. Nascia o embrião do parlamento moderno, com a finalidade precípua de limitar o poder do rei.

Elton E. Polveiro Júnior. **Desafios e perspectivas do poder legislativo no século XXI**. Internet: <www.senado.gov.br> (com adaptações).

Com relação aos aspectos linguísticos do texto, julgue o item que se segue:

Na linha 13, a substituição do vocábulo "senão" por **se não**, embora gramaticalmente correta, prejudicaria o sentido do texto.

✍ **Comentário:**

Usa-se "senão (junto) quando a expressão equivaler a:

- "do contrário". Ex.: *Estudas, **senão** serás reprovado.*

- "exceto", "a não ser". Ex.: *Ninguém, **senão** ele, seria capaz dessa façanha.*

- "defeito", "deslize". Ex.: *Ele encontrou um **senão** no meu trabalho*

Usa-se "se não" (separado) quando a expressão indicar ideia de condição. Ex.: ***Se não** chover, irei à festa.*

Observe que o "se", em "se não" (separado) pode ser substituído por "caso" – ***Caso** não chova, irei à festa.*

Sendo assim, a substituição de "senão" por "se não" causaria não só erro gramatical, como também semântico ao período em questão.

Gabarito: Errado

2. (IBGE/CESGRANRIO/2007) Leia o texto abaixo para responder à questão a seguir.

… Segundo também leio, ele conta com a assistência de um advogado, mas, ao que parece, não tem direito à fiança e não pode explicar suas ações e, certamente, teve pedido de *habeas corpus* indeferido — porque ninguém fala cachorrês com a necessária fluência para um evento dessa magnitude. Tampouco sei se a prisão é arbitrária, apesar de ser verdade, segundo testemunhas, que ele mordeu alguém, que deu queixa em juízo…"

3. (IBGE/CESGRANRIO/2007) Em "**Tampouco sei se** a prisão é arbitrária", a parte em destaque pode ser substituída, sem alteração de sentido, por:

a) Também não sei se…
b) Apenas sei que…
c) Mal sei se…
d) Sei tão pouco que…
e) Sei tanto que…

✍ **Comentário:**

Pode ser substituída por "**Também não sei se** a prisão é arbitrária".

Gabarito: A

4. (IBGE/CESGRANRIO/2007 – adaptada) "… Não generalizo sobre as epístolas recebidas — algumas de lógica modelar. Tampouco é errado ou condenável passar a ilações sobre o autor ou sobre as consequências do que está dizendo. Mas nada disso pode passar por cima do que está escrito e da sua lógica…"

Com base no texto, julgue o item a seguir:

Tampouco significa também não.

(A) Certo
(B) Errado

Gabarito: A

5. (IBGE/Agente de Pesquisa e Mapeamento/ UFRJ/2005 – adaptado) "Por que nesses casos pode, mas no caso de um feto sem cérebro não?…". "Por que", nesse caso, é grafado em dois vocábulos porque é um interrogativo. O item abaixo em que a palavra sublinhada deveria ser grafada em um só vocábulo é:

a) De repente, os católicos passaram a pressionar o STF.
b) Os ministros do STF decidiram a cerca do aborto.
c) A decisão foi apertada, por isso é passível de mudança.
d) Nada de mais grave ocorreu após a decisão do STF.
e) Se não ocorrerem mudanças, o aborto será proibido.

✍ **Comentário:**
a) Correto: Não se escreve "de repente" junto.
b) Incorreto: Correção: "Os ministros do STF decidiram acerca (sobre, a respeito de) do aborto."
c) Correto: A palavra "por isso" junto não existe.
d) Correto: "de mais" = a mais (oposto a de menos).
e) Correto: "se não" = no caso de não
Gabarito: B

Emprego do hífen
(conforme novo acordo ortográfico)

Emprega-se o hífen nos seguintes casos:

- Na divisão das sílabas.

  com-pu-ta-do-ri-za-do

- Para unir os pronomes oblíquos ao verbo.

Mary [illegible] CPF: [illegible]9147234

Amá-lo, enviar-lhe-emos

- Unir os sufixos **açu**, **guaçu**, e **mirim**, se o elemento anterior terminar em vogal acentuada graficamente ou em tônica nasal.

  Sabiá-guaçu, andá-açu, açaí-mirim.

- Palavras compostas – Só se ligam por hífen os elementos das palavras compostas em que conservam cada uma a sua própria acentuação, porém formando um novo sentido.

  Ano-luz, arco-íris, médico-cirurgião, tio-avô, tenente-coronel, amor-perfeito, primeiro--ministro, guarda-noturno, porto-alegrense, afro-asiático, azul-escuro, segunda-feira, guarda-chuva.

Mas, atenção: as palavras compostas em que se perdeu a noção de composição são grafadas sem hífen:
Ultrassom, mandachuva, paraquedas, pontapé.

- Nos compostos com os elementos **além**, **aquém**, **recém**, **sem**.

  Além-túmulo, aquém-mar, recém-formado, sem-vergonha.

- Na palavra **geral** – ligada a substantivos, indicando função, lugar de trabalho ou órgão.

  diretor-geral, secretário-geral.

- Nas formas duplicadas das onomatopeias.

  reco-reco, cri-cri

- Emprega-se o hífen para ligar duas ou mais palavras que ocasionalmente se combinam, formando, não propriamente, vocábulos, mas encadeamentos vocabulares. E em combinações históricas ou de topônimos ocasionais.

  Divisa liberdade-igualdade-fraternidade, a ponte Rio-Niterói, Tóquio-Rio de Janeiro, acordo Brasil-Portugal

- **Grã** e **grão** – Nos topônimos compostos iniciados, pelos adjetivos grã, grão ou por forma verbal ou cujos elementos estejam ligados por artigo.

  Grã-Bretanha, Grão-Pará, Quebra-Dentes, Traga-Mouros, Trica-Fortes, Entre-os-Rios, Baía de Todos-os-Santos.

Observações: Os demais topônimos compostos escrevem-se com os elementos separados, sem hífen.

Costa Rica, Porto Alegre, América do sul, Belo Horizonte.
Exceção: Guiné-Bissau.

- Emprega-se o hífen nas palavras compostas que designam espécies botânicas e animais.

  Couve-flor, erva-doce, ervilha-de-cheiro, andorinha-do-mar, cobra-d'água, bem-te-vi, quero-quero.

- **Bem** - Em geral, a forma bem é separada por hífen.

  bem-aventurado, bem-estar, bem-vindo, bem-humorado, bem-amado, bem-ditoso.

Observação: O advérbio **bem** pode se aglutinar com palavras começadas por consoantes.

Benfazejo, benfeito, benfeitor.

- **Mal** – O advérbio mal separa-se por hífen quando a palavra seguinte começa por **vogal**, **l** ou **h**.

  Mal-agradecido, mal-estar, mal-humorado, mal-limpo.

Observação: Quando mal se refere a doença, grafa-se com hífen. Ex.: Mal-francês (= sífilis).

Emprego do hífen com prefixos e pseudoprefixos

- **Ex-** (com sentido de estado anterior ou cessamento), **vice-**, **vizo-**, **sota-**, **soto-** e as formas tônicas **pré-**, **pró-** e **pós-**.

  Ex-diretor, ex-ministro, vice-presidente,vizo--rei, sota-piloto, soto-mestre, pré-natal, pós--graduação, pró-africano.

- Nas formações com prefixos (tais como: ante-, anti-, contra-, entre-, extra-, hiper-, infra-, intra-, sobre-, sub-, super-, supra-, ultra-, etc.) e em formações com elementos não autônomos ou falsos prefixos, de origem grega e latina (como: aero-, agro-, arqui-, auto-, bio-, eletro-, geo-, hidro-, inter-, macro-, maxi-, micro-, mini-, multi-, neo-, pan-, pluri-, proto-, pseudo-, retro-, semi-, tele-, etc.), só se emprega o hífen nos seguintes casos:

1°) Diante de h

ante-histórico, anti-higiênico, contra--harmônico, infra-hepático, macro-histórico, mini-hotel, supra-humano, sub-humano, geo-

história, neo-helênico, pseudo-história, semi-hospitalar.

2°) Vogal repetida

Anti-inflamatório, arqui-inimigo, auto--observação, contra-ataque, extra-alcance, infra-assinado, micro-ondas, tele-educação, semi-internato.

3°) Consoante repetida

Inter-regional, inter-relação, inter-racial, sub-bloco, hiper-realiste, super-rápido, super-romântico.

- Separam-se com hífen os prefixos terminados em **b** (ab-, ob-, sob-, sub-) quando a palavra seguinte começar com **r**, **b**, e **h**.

  ab-reação, ob-rogar, sub-roda, sub-região, sub-hepático, sub-bibliotecário, sub-humano.

- Separam-se com hífen os prefixos terminados em **d** (ad), quando a palavra seguinte começar com **r** e **d**.

  ad-renal, ad-digetal.

Não se separam com hífen nos seguintes casos:

- Não se separam com hífen os prefixos **des-** e **in-**, quando o segundo elemento perdeu o **h** inicial.

  desumano, inábil.

- Não se separa por hífen o prefixo **co-** Quando a palavra seguinte começar pela letra **h**, esta desaparece.

  Coobrigação, coordenar, cooperação, coerdeiro, coabitar.

- Não se separam com hífen os prefixos **an-** e **re-**.

  Anaeróbico, analfabeto, reeleição, reencontro.

- Não se usa hífen com o termo **não** com função prefixal.

  não agressão, não violência.

Atenção:

Quando o prefixo ou pseudoprefixo terminar em vogal e a palavra seguinte começar por **r** ou **s**, essas consoantes duplicam-se (**rr**, **ss**):

Antissocial, contrassenso, pseudossábio, infrassom, suprassumo, antirrevolucionário, autorretrato, arquirrival, extrarrápido.

Não se emprega o hífen entre os prefixos ou pseudoprefixos terminados em vogal e quando o elemento seguinte for iniciado por vogal diferente.

Autoestima, coautor, extraescolar, infraestrutura, contraindicação, extraoficial, intraocular, semianalfabeto, ultraespecial, autoaprendizado, pseudoartista.

✍ Questões de concursos comentadas

1. (Fiscal de Renda/RJ/Sefaz/FGV – adaptada) Em **antimaterialista**, utilizou-se corretamente a regra de emprego do hífen com o prefixo **anti-**.

Assinale a alternativa em que isso não tenha ocorrido.

a) anti-higiênico
b) antiaéreo
c) antirrábico
d) antissemita
e) antiinflacionário

✍ Comentário:
a) Certo: anti-higiênico – o hífen terá emprego obrigatório nos prefixos que terminam em vogal seguidos de palavra iniciada por **h**.
b) Certo: antiaéreo – não se emprega o hífen entre os prefixos ou pseudoprefixos terminados em vogal e quando o elemento seguinte for iniciado por vogal diferente.
c) Certo: antirrábico – quando o prefixo ou pseudoprefixo termina em vogal e a palavra seguinte começa por **r** ou **s**, essas consoantes duplicam-se.
d) Certo: antissemita – mesmo caso já explicado na alternativa C.
e) Errado: o correto é anti-inflacionário – nos casos em que surjam prefixos terminados em vogal, seguidos por vocábulos que se iniciem por vogal idêntica, haverá emprego obrigatório do hífen.
Gabarito: E

2. (FGV/Advogado/Senado Federal – adaptada) Em **não efetivação**, aplicou-se corretamente a regra do hífen. Das palavras abaixo, somente uma está correta. Assinale-a.

a) sócio-ambiental
b) tele-reportagem
c) macro-encefalia
d) trans-humano
e) sub-reptício

✍ Comentário:
a) Errado. Correção: socioambiental – O hífen será empregado após prefixos ou elementos prefixais que terminarem por vogal e forem seguidos por vocábulo

que se inicie com a mesma vogal, o que não é o caso presente.
b) Errado. Correção: telerreportagem – terminando o prefixo ou elemento prefixal por vogal e sendo seguido por palavra iniciada por **r** ou **s**, não se emprega hífen e a consoante deve ser dobrada.
c) Errado. Correção: macroencefalia – não se emprega hífen ligando prefixos ou elementos prefixais a vocábulos que iniciem por vogal diferente daquela que finaliza o primeiro elemento.
d) Errado. Correção: transumano – não se separa com hífen os prefixos quando o segundo elemento perde o **h** inicial.
e) Certo. Emprega-se hífen após os prefixos ab-, ad-, ob-, sob- e sub- quando o vocábulo seguinte iniciar por **r**.
Gabarito: E

3. (FGV/Investigador de Polícia Civil/RJ/Secretaria de Segurança Pública – adaptada) No termo **inter-regionais**, utilizou-se corretamente a regra do hífen diante de palavras que se iniciam com a letra **r**.

Assinale a(s) alternativa(s) em que isso não tenha ocorrido.

a) I – micro-região
b) II – sub-região
c) III – super-regional
d) IV – intra-regional
e) V – pseudo-região

a) I, IV e V
b) I, II e III
c) II, III, IV e V
d) III, IV e V

✍ **Comentário:**
I) Errado. Correção: microrregião – prefixos ou radicais empregados como tal (falsos prefixos) terminados em vogal não se ligarão por hífen a vocábulos seguintes que comecem por **r** ou **s**, havendo o emprego duplicado das consoantes indicadas.
II) Correto. Sub-região – os prefixos ab-, ad-, ob-, sob- e sub- ligar-se-ão por hífen às palavras que se iniciem por **r**.
III) Correto. Super-regional – os elementos prefixais terminados em consoantes diferentes de **m** e **n** serão ligados por hífen ao vocábulo seguinte caso este comece com consoante igual à que finalizou o primeiro elemento.
IV) Errado. Correção: intrarregional – prefixos ou radicais empregados como tal (falsos prefixos) terminados em vogal não se ligarão por hífen ao vocábulos seguinte que comece por **r** ou **s**, havendo o emprego duplicado dessa consoante .
V) Errado. Correção: pseudorregião – a justificativa é a mesma da alternativa anterior.
Gabarito: A

4. (Analista de Recursos Humanos/Ministério da Cultura/FGV) No vocábulo **pré-escola** o prefixo **pré** mantém-se separado por hífen. Assinale a alternativa cuja palavra, contendo esse mesmo prefixo, não tenha sido grafada na forma preferida atualmente.

a) preestabelecer.
b) predeterminar.
c) pré-estreia.
d) pré-existência.
e) pré-matrícula.

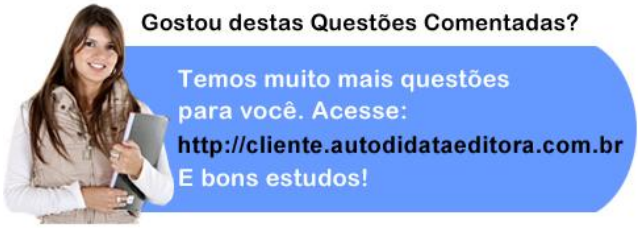
✍ **Comentário:**
Lembre-se da regra: somente utiliza-se hífen nas formas tônicas de pré, pró e pós. Nas formas átonas, não se utiliza hífen.
Sendo assim, devemos identificar em qual das alternativas não está sendo corretamente empregado o hífen.
a) Correto. Preestabelecer – "pre" (átono) – sem hífen.
b) Correto . Predeterminar – "pre" (átono) – sem hífen.
c) Correto. Pré-estreia – "pré" (tônico) – com hífen.
d) Errado. O correto é "preexistência", uma vez que o prefixo "pré" é átono. Usa-se "pré", sempre com hífen, quando for tônico; "pré", sem hífen, quando for átono.
e) Correto. Pré-matrícula – "pré" (tônico) – com hífen.
Gabarito: D

5. (Administração/BNDES/Cesgranrio – adaptada) Assinale a opção em que a palavra é grafada com hífen do mesmo modo que **bem-feito**.

a) inter-regional.
b) sócio-econômico.
c) semi-círculo.
d) pan-continental.
e) auto-controle.

✍ **Comentário:**
a) Certo. Grafa-se com hífen, pois são consoantes repetidas – "inter-regional".
b) Errado. Correção: socioeconômico (vogais diferentes = sem hífen).
c) Errado. Correção: semicírculo. O prefixo "semi" separa-se por hífen apenas antes de palavras iniciadas pela mesma vogal (= **i**) ou **h**.
d) Errado. Correção: pancontinental. O prefixo "pan" separa-se com hífen apenas antes de palavras iniciadas por vogal, **m, n** e **h**.
e) Errado. Correção: autocontrole. O prefixo "auto" somente se separa com hífen antes de palavras iniciadas pela vogal **o** (vogal repetida) e por **h**.

Gabarito: A



Aula 4 - Acentuação gráfica (conforme novo acordo ortográfico)

Acentuam-se graficamente, conforme timbre aberto (acento agudo) ou fechado (acento circunflexo), as vogais tônicas das palavras:

1. **Monossílabas tônicas** terminadas em:

a, **as**: *pás*, *já.*
e, **es***: pé*, *lês.*
o, **os***: pó*, *nós.*

2. **Oxítonas** terminas em:

a, **as**: *maracujá*, *verás*.
e, **es**: *até*, *chinês*.
o, **os**: *avô*, *avós*, *paletó*.
em: *além*, *armazém*.
ens: *parabéns.*

Observação: As formas verbais terminadas em **a**, **e** e **o**, seguidas de **la**, **las**, **lo**, **los**, são acentuadas normalmente de acordo com a regra das oxítonas.
Ex: ***amá****-la*, ***contá****-los*, ***fazê****-lo*, ***impô****-los*.

3. **Paroxítonas** terminadas em:

ã, **ãs**, **ão**, **ãos**: *órfã*, *órfãs*, *órgão*, *bênçãos*.

i, **is** (**ei**,**eis**): *júri*, *grátis*, *jóquei*, *têxteis*.

on, **ons***: plâncton*, *prótons*.

um, **uns, us**: *álbum*, *fóruns*, *vírus*, *húmus*.

l, **n**, **r**, **x**: *útil*, *hífen*, *caráter*, *tórax*.

ps*: bíceps*, *fórceps*

ditongo crescente (ea, eo, ia, ie, io, ao, ua, uo, eu, etc., seguidos ou não de **s**): *náusea*, *óleo*, *ciências*, *vácuo*, *barbárie*, *lírios*.

Nota: com exceção das terminações **ons** e **uns**, as paroxítonas terminadas em **ns** não são acentuadas: *hifens, itens*, *polens.*

Observação: Os prefixos paroxítonos terminados em **i** e **r** não são acentuados:

Ex.: *semi-intensivo*, *super-rápido*.

4. **Proparoxítonas**: todas são acentuadas.

árabe, autógrafos, cântico.

5. **Ditongos abertos**: acentuam-se os ditongos abertos **ei(s)**, **oi(s)**, **eu(s)** das monossílabas e das oxítonas.

réis, céu, anéis, faróis, chapéus.

Observação: Não se acentuam os ditongos abertos das paroxítonas.

Ex.: *geleia*, *jiboia*, *epopeia*, *heroico*.

6. **Hiatos**: o **u** e o **i** tônicos, quando forem a segunda vogal de um hiato oral e estiverem sozinhos na sílaba (ou acompanhados de **s**), receberão acento gráfico.

*heroín*a (he-ro-**í**-na), *faísca* (fa-**ís**-ca),
gaúcho (ga-**ú**-cho), *balaústre* (ba-la-**ús**-tre).

Observações:
*Não se acentuam o **i** e o **u** dos hiatos quando:

a) estiverem repetidos: *xi-**i**-ta*.

b) seguidos de letra diferente de **s**: a-**in**-da, Ra-**ul**.

c) quando a sílaba seguinte começar por nh, tornando o hiato nasal: *ra-**i**-nha*, *mo-**i**-nho*.

d) nas palavras paroxítonas, o **i** e o **u** dos hiatos forem precedidos de ditongo: *bai-**u**-ca*, *fei-**u**-ra*.

*São acentuados o **i(s)** e **u(s)** tônicos (mesmo precedidos de ditongo) pertencentes às **oxítonas**, portanto em posição **final** da palavra: *Pi-au-**í***, *tei-**ú***, *tei-**ús***, *tuiu**iú***, *tui**ús***.

7. **Acento diferencial obrigatório**

pôr (verbo)	**por** (preposição)
pôde (pret. perfeito)	**pode** (presente)

Obs.: os demais acentos diferenciais deixaram de ser usados.

8. **Verbos "ter" e "vir**": acentua-se com acento circunflexo a 3ª pessoa do plural do presente do indicativo dos verbos "ter" e "vir". O singular permanece sem acento.

ele tem – eles têm
ele vem – eles vêm

9. **Derivados de "ter" e "vir"**: acentua-se com acento agudo a 3ª pessoa do singular do presente do indicativo dos verbos "ter" e "vir"; já na 3ª pessoa do plural, emprega-se o acento circunflexo.

ele mantém – eles mantêm
ele provém – eles provêm

10. **Hiatos "oo" e "ee"**: não se acentua a primeira vogal dos hiatos "oo" e "ee'.

voo, *enjoo*, *perdoo*, *creem*, *leem*, *descreem.*

11. **Para** (terceira pessoa do singular do presente do indicativo do verbo parar), pelo novo acordo ortográfico passa a dispensar o acento que o diferenciava da preposição "para".

*Ana não **para** de conversar.* (verbo)
*Mandei um e-mail **para** ele.* (preposição)

O mesmo ocorre com **para**, elemento de palavra composta, como para-brisa, para-raios, para-choque etc.

Já os termos **paraquedas**, **paraquedista** e **paraquedismo**, pelo novo acordo, perderam não só o acento, mas também o hífen.

12. **Polo**: pelo novo acordo ortográfico passa a dispensar o acento: *polo* Norte, *polo* Sul (extremidades do eixo da Terra); *polo* magnético, *polos* opostos (pontos extremos, lugares opostos); *polo* petroquímico, *polo* cultural (ponto onde gravita atividade importante); *polo* aquático (esporte).

✍Questões de concursos comentadas

1. (Administrador de Banco de Dados/Ministério da Educação/FGV) Assinale a alternativa em que a palavra tenha sido acentuada seguindo regra distinta das demais.

a) Amazônia
b) planetária
c) resistência
d) níveis
e) países

✍ **Comentário:**
Vejamos as justificativas para os acentos gráficos encontradas nas palavras de cada alternativa da questão:
a) Amazônia – paroxítona terminada em ditongo crescente.
b) Planetária – paroxítona terminada em ditongo crescente.
c) Resistência – paroxítona terminada em ditongo crescente.
d) Níveis – paroxítona terminada em ditongo crescente.
e) Países – acentuam-se as vogais **i** e **u**, quando tônicas, isoladas em sílaba e ocuparem a segunda posição de um hiato oral - pa-í-ses.
Como podemos ver, somente o vocábulo da alternativa "e" possui justificativa diferente das demais.
Gabarito: E

2. (Consultor de Orçamento/ Nível Superior/ Senado Federal / FGV) Assinale a alternativa em que a palavra tenha sido acentuada seguindo regra distinta das demais.

a) consciência
b) juízos
c) pretório
d) episódios
e) importância

✍ **Comentário:**
Vejamos as razões de emprego dos acentos gráficos nas palavras fornecidas em cada uma das alternativas.

a) Vocábulo paroxítono terminado em ditongo crescente.
b) Vogal **i** como em segunda posição de hiato oral, tônico e isolado em sílaba.
c) Vocábulo paroxítono terminado em ditongo crescente.
d) Vocábulo paroxítono terminado em ditongo crescente.
e) Vocábulo paroxítono terminado em ditongo crescente.
Como podemos ver, somente a alternativa **b** possui justificativa diferente das demais.
Gabarito: B

3. (INSS/Procurador Autárquico) Indique a única alternativa em que nenhuma palavra deve ser acentuada graficamente.

a) lapis – canoa – abacaxi – jovens
b) ruim – sozinho – aquele – traiu
c) saudade – onix – grau – orquidea
d) voo – legua – assim – tenis

✍ **Comentário:**

a) *lápis* – as paroxítonas terminadas em **is** devem ser acentuadas; no entanto, *canoa, abacaxi* e *jovens* não são acentuadas.

b) nenhuma palavra desta opção tem justificativa para acento gráfico, portanto é a escolha certa.

c) *ônix* – paroxítona terminada em x, deve receber acento gráfico*; orquídea* – paroxítona terminada em ditongo

crescente (ea), deve receber acento; as demais palavras não têm causa para acento.

d) *légua* – recebe acento por ser paroxítona terminada em ditongo crescente; *tênis* – é acentuada por ser paroxítona terminada em **is**; as demais palavras desta alternativa não devem ser acentuadas.

Note que a palavra *voo* tem um hiato, "oo", que, com o novo acordo ortográfico, perdeu o acento.

Gabarito: B

Trema

Não se usa trema nas palavras da língua portuguesa.

Observações:
Eliminou-se o trema no **u** dos grupos **gue**, **gui**, **que**, **qui** quando pronunciado e átono (semivogal):
aguentar, linguiça, tranquilamente, cinquenta, etc.

Mantém-se o trema nas palavras derivadas de nomes próprios estrangeiros*: Müller* - mülleriano

Eliminou-se o acento agudo no **u** tônico dos grupos **gue**, **gui**, **que**, **qui**: *argui*, *averigue*, etc.

✍Questões de Concursos Comentadas

1. (CESPE / 2011 / Correios /Agente de Correios / Carteiro) São acentuados graficamente de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica os vocábulos

a) também e coincidência.
b) quilômetros e tivéssemos.
c) jogá-la e incrível.
d) Escócia e nós.
e) correspondência e três.

✍ **Comentário:**
a) TAM-BÉM = Regra: palavra oxítona terminada em "em"/ CO-IN-CI-DÊN-CIA = Regra: palavra paroxítona terminada em ditongo crescente.
b) QUI-LÔ-ME-TROS = Regra: todas as palavras proparoxítonas são acentuadas / TI-VÉS-SE-MOS = Regra: todas as palavras proparoxítonas são acentuadas.
c) JO-GÁ / LA = Regra: acentuam-se as palavras oxítonas terminadas em "a", "e" e "o", inclusive as formas verbais do infinitivo que perdem a consoante "r" para se ligarem a pronomes oblíquos *lo, la, los, las* (jogar + la = jogá-la) / IN-CRÍ-VEL = Regra: acentuam-se as paroxítonas terminadas em "L".
d) ES-CÓ-CIA = Regra: palavra paroxítona terminada em ditongo crescente / NÓS = acentuam-se os monossílabos tônicos terminados em "a", "e" e "o", seguidos ou não de "s".
e) COR-RES-PON-DÊN-CIA = Regra: paroxítona terminada em ditongo crescente / TRÊS = acentuam-se os monossílabos tônicos terminados em "a", "e" e "o", seguidos ou não de "s".
Gabarito: B

2. (CESPE / 2011 / FUB / Cargos de Nível Médio) Para se ter uma ideia, apenas os alunos de ótimo boletim têm Direito à inscrição e, ainda assim, 85% deles ficam de fora.

Mônica Weinberg. Tomara que dê certo. Internet: <veja.abril.com.br> (com adaptações).

No que se refere à estrutura textual e a aspectos gramaticais do texto, julgue o item a seguir.
Em razão do contexto, o acento gráfico empregado na forma verbal "têm" é obrigatório.

✍ **Comentário:**
Os verbos "ter" e "vir" e seus derivados distinguem a terceira pessoa do singular (ele/ela) da terceira do plural (eles/elas) por meio do acento circunflexo. O sujeito da forma verbal "têm", no texto acima, é "os alunos" (= eles). Logo, *"eles têm direito à inscrição".*
Gabarito: Certo

3. (CESPE / 2011 / STM / Técnico Judiciário / Área Administrativa) A regra de acentuação gráfica que justifica o emprego do acento gráfico em "aeroportuário" é a mesma que justifica o emprego do acento em "meteorológica".

✍ **Comentário:**
A-E-RO-POR-TU-Á-RIO = Regra: acentuam-se as palavras paroxítonas terminadas em ditongo crescente.
ME-TE-O-RO-LÓ-GI-CA = Regra: Todas as palavras proparoxítonas devem ser acentuadas.
Conclusão: a regra que justifica a acentuação dessas duas palavras não é a mesma.
Gabarito: Errado

4. (CESPE / 2011 / TRE-ES / Técnico / Operação de Computadores) As palavras "catástrofe" e "climática" recebem acento gráfico com base em justificativas gramaticais diferentes.

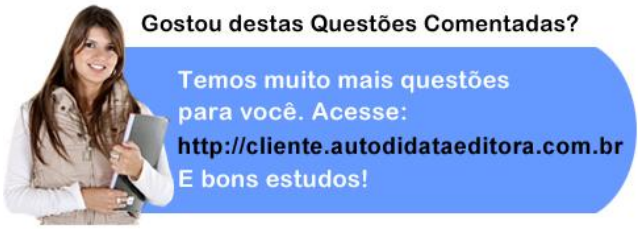
✍ **Comentário:**
CA-TÁS-TRO-FE = Regra: Todas as palavras proparoxítonas devem ser acentuadas.
CLI-MÁ-TI-CA = Regra: Todas as palavras proparoxítonas devem ser acentuadas.
Conclusão: a regra que justifica a acentuação dessas duas palavras é a mesma.
Gabarito: Errado

5. (CESPE / 2011 / TRE-ES / Técnico / Operação de Computadores) Em "contribuíram", o emprego do acento gráfico justifica-se pela presença de ditongo em sílaba tônica.

✍ **Comentário:**
CONTRIB**UÍ**RAM → COM-TRI-B**U-Í-**RAM. Perceba que as vogais "u" e "i" se encontram na palavra "contribuíram" e no processo de separação silábica elas se separam. A esse fenômeno dá-se o nome de hiato.
Sendo assim, diz a regra de acentuação dos hiatos que: devem ser acentuados o "i" e o "u" tônicos quando estiverem isolados em hiato, formando sílaba sozinho ou acompanhado de "s" (somente de "s", isto é, em JU-IZ não há acento). Outros exemplos: ca-í / do-í-do / sa-ú-de.
Obs.: Não recebem acento o "i" e o "u" tônicos isolados em hiato quando forem precedidos de ditongo (fei-u-ra / bo-cai-u-va) ou seguidos de "nh" (ra-i-nha/ cam-pa-i-nha).
Gabarito: Errado

6. (CESPE / 2011 / PC-ES / Cargos de Nível Superior / Conhecimentos Básicos - Escrivão de Polícia, Perito Telecomunicação, Perito Papiloscópico) Os vocábulos "espécies", "difíceis" e "históricas" são acentuados de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.

✍ **Comentário:**
ES-PÉ-CIES = Regra: acentuam-se as palavras paroxítonas terminadas em ditongo crescente.
DI-FÍ-CEIS = Regra: acentuam-se as palavras paroxítonas terminadas em ditongo crescente.
HIS-TÓ-RI-CAS = Regra: acentuam-se todas as palavras proparoxítonas.
Conclusão: a regras que justifica a acentuação dessas palavras não é a mesma.
Gabarito: Errado



Aula 5 – Emprego das classes de palavras

De acordo com suas formas e funções, as palavras são agrupadas em dez classes gramaticais: substantivo, adjetivo, pronome, verbo, artigo, numeral, advérbio, conjunção, preposição e interjeição.

Essas classes podem ser:

- **Variáveis** – São as que apresentam variações ou flexões em sua forma.
- **Invariáveis** – São as que se apresentam sempre com a mesma forma.

Observe, no quadro a seguir, a classificação geral das classes de palavras:

Classes variáveis	Classes invariáveis
Substantivo	Advérbio
Artigo	Preposição
Adjetivo	Conjunção
Numeral	Interjeição
Pronome	
Verbo	

Substantivo

É a palavra que nomeia os seres reais, imaginários ou decorrentes de uma ação, qualidade ou estado.

Observação: Qualquer palavra precedida de artigo ou de outro determinante transforma-se em substantivo.
*Ouvi um **não** de você.* (**não** = substantivo)
*Este **jantar** está ótimo.* (**jantar** = substantivo)

Os substantivos subdividem-se em:

- **Próprios** – denominam um único ser de um conjunto.

  Brasil, Pedro, Londrina.

- **Comuns** – denominam todos os seres da mesma espécie.

  cidade, rio, país, homem.

- **Concretos** – indicam os seres de existência independente. Designam pessoas, animais (reais ou imaginários), lugares, objetos, coisas e entidades.

  chuva, Deus, luz, espaço, som, cadeira, anjo.

- **Abstratos** – indicam os seres de existência dependente de outros seres: ações, estados, qualidades, sensações, etc.

  fuga (ação), vida (estado), beleza (qualidade), quente (sensação).

  - Fuga (ação) – é preciso alguém praticar a ação para existir a fuga.
  - Vida (estado) – é preciso alguém ou algo vivo para a vida existir.

Observação:

a) Os substantivos abstratos precisam de um ser para existirem. Alguém sente saudade e tristeza, por exemplo.

b) Os substantivos abstratos podem tornar-se concretos:

a caça (=ato de caçar) - substantivo abstrato;
a caça (=animal) - substantivo concreto.

c) Certos substantivos próprios podem tornar-se comuns.

Ele se chama Judas. (substantivo próprio)
Ele é um judas. (substantivo comum, significando traidor)

- **Simples** – aqueles formados por um só radical.

garoto, árvore, cidade, mesa.

- **Compostos** – aqueles formados por mais de um radical.

peixe-boi, bem-te-vi, passatempo.

- **Primitivos** – aqueles que não se originam de outra palavra da língua portuguesa.

laranja, trabalho.

- **Derivados** – aqueles que se originam de um substantivo primitivo.

laranjeira, trabalhador.

- **Coletivos** – aqueles que, embora no singular, indicam coleção, conjunto de seres da mesma espécie.

cáfila (conjunto de camelos)
cardume (conjunto de peixes)
batalhão (conjunto de saldados)

Obs.: Os substantivos coletivos podem ser empregados no plural quando designarem vários conjuntos.
Ex.: Os cardumes da costa brasileira.
Os rebanhos da região Sul.

✍ Questões de concursos comentadas

1. (UFV-MG) Assinale a alternativa em que a palavra destacada pertence à classe dos substantivos.

a) O médico **louco** disse que no hospício não havia telefone.
b) De médico e de **louco**, todo mundo tem um pouco.
c) "Sou **louco** por ti, América!"
d) Ele parecia completamente **louco**.
e) A cidade julgava o prefeito **louco**.

✍ **Comentário:**
Na alternativa B, "De médico e de louco, todo mundo tem um pouco", a palavra "louco" nomeia o ser, sendo, portanto, um substantivo.
Nas demais frases, a palavra "louco" pertence à classe dos adjetivos.
Gabarito: B

2. (FESP-SP) Assinale a alternativa que contenha substantivos, respectivamente, **abstrato**, **concreto** e **concreto**.

a) fada, fé, menino.
b) fé, fada, beijo.
c) beijo, fada, menino.
d) amor, pulo, menino.
e) menino, amor, pulo.

✍ **Comentário:**
a) Errado: fada (concreto), fé (abstrato) e menino (concreto).
b) Errado: fé (abstrato), fada (concreto) e beijo (abstrato).
c) Correto: beijo (abstrato), fada (concreto) e menino (concreto).
d) Errado: amor (abstrato), pulo (abstrato) e menino (concreto).
e) Errado: menino (concreto), amor (abstrato) e pulo (abstrato).

Gabarito: C

Flexão dos substantivos

Flexão é a propriedade que o substantivo possui para indicar **gênero** (masculino e feminino), **número** (singular ou plural) e **grau** (aumentativo e diminutivo).

Flexão de gênero

É masculino o substantivo que pode ser precedido pelo artigo **o**; feminino, precedido pelo artigo **a**.

o menino (masculino) – *a menina* (feminino)
o planeta (masculino) – *a estrela* (feminino)

Os substantivos biformes flexionam-se em gênero de várias maneiras:

1. Regra geral: troca-se a terminação **-o** por **-a**: *gato – gata*.

2. Terminados em **-or**: acrescenta-se **-a** ao masculino:

professor – professora.

3. Terminados em **-e**: troca-se o **-e** por **-a**: *monge – monja*.

4. Terminados em **-ês**, **-l**, **-z**: acrescenta-se **-a** ao masculino: *freguês – freguesa*, *oficial – oficiala*, *juiz – juíza*.

5. Terminados em **-ão**: troca-se o **-ão** por **-ã**, **-ona** ou **-oa**: *cidadão – cidadã*; *solteirão – solteirona*; *leão – leoa*.

6. Muitos femininos são marcados pelos sufixos -**isa**, **-esa** ou **-essa**: *poeta – poetisa*, *cônsul – consulesa*, *abade – abadessa*.

7. Alguns substantivos mudam de radical quando passam para o feminino (são chamados heterônimos): *boi – vaca*, *cavalheiro – dama*, *marido – mulher*, *genro – nora*, *pai – mãe*, *rei – rainha*, *cão – cadela*.

8. Alguns substantivos formam o feminino de maneira especial: *avô – avó*; *galo – galinha*.

✍ **Questão de concurso comentada**

1. (TRT-RJ) Escolha a alternativa cujos gêneros, pela ordem, correspondem aos seguintes vocábulos: **alface**, **grama** (peso), **dó** e **telefonema**.

a) masculino - feminino - masculino - feminino.
b) feminino - feminino - masculino - feminino.
c) masculino - feminino - masculino - masculino.
d) feminino - masculino - masculino - masculino.
e) feminino - feminino - masculino - masculino.

✍ **Comentário:**
Apenas o substantivo **alface** é feminino. **Grama** (unidade da massa), **dó** (sentimento de pena, nota musical) e **telefonema** são substantivos masculinos.
Gabarito: D

Lista de alguns coletivos

academia – de sábios, de intelectuais.
acervo – de grande quantidade de obras artísticas.
alcateia – de lobos, de animais ferozes (hienas, leopardos, panteras).
antologia – coleção de trechos ou textos literários.
armada – de navios de guerra.
arquipélago – de ilhas.
assembleia – de associados (junta, congresso).
atlas – de mapas, de estampas, de cartas geográficas.
baixela – de utensílios empregados no serviço de mesa.
bando – de aves, de pássaros; de pessoas; de animais; de malfeitores.
batalhão – soldados, grande quantidade de pessoas.
buquê – de flores.
cacho – de frutas (uvas, bananas, cerejas); de cabelo.
cáfila – de camelos.
cancioneiro – de canções, de poemas em geral.
cardume – de peixes.
choldra – reunião de gente ordinária, bandidos, de assassinos, de malfeitores.
clero – de sacerdotes, de padres.
código – de leis, de regras.
colmeia – de abelhas. Também acumulação de pessoas trabalhando.
concílio – de prelados católicos.
conclave – de cardeais para eleição do Papa.
corja – de pessoas desprezíveis, de vadios, de ladrões, desordeiros.
cúria – tribunal de bispos.
decálogo – os dez mandamentos de Deus.
elenco – catálogo, índice, lista; de atores.
enxame – de abelhas, de moscas. Também de pessoas.
esquadra – de navios de guerra; seção de uma companhia de infantaria.
fato – de cabras; rebanho pequeno.
fauna – de animais de uma região.
flora – plantas de uma região.
folclore – conjunto de tradições, lendas, crenças canções populares.
frota – armada, de navios de guerra em quantidade; chusma, multidão.
girândola – de foguetes, de fogos de artifício, de louvor.
hemeroteca – de jornais, de revistas.
junta – de bois, de médicos, de credores, de examinadores, de conciliação e julgamento.
júri – de jurados, pessoas que julgam.
malta – de gente de baixa condição (de ladrões, vadios); rancho de trabalhadores.
manada – rebanho de gado grosso (de éguas, de burros, de bois, de búfalos, de porcos).
matilha – de cães de caça; de vadios, maldizentes.
molho – de chaves, de lenha, de verduras.
museu – de coisas antigas.
ninhada – de pintos.
panapaná – de borboletas.
pelotão – de soldados.
penca – bananas, de chaves, de uvas, de caranguejos.
pinacoteca – de quadros.
quadrilha – de malfeitores, ladrões, bandidos.
repertório – de peças (teatrais, musicais), de anedotas.
resma – de papel.
séquito – de pessoas que acompanham.
simpósio – de especialidades.
sínodo – de assembleia de párocos e de outros padres.
tertúlia – de pessoas íntimas para conversar; de intelectuais; assembleia literária.
trouxa – de roupas.
universidade – de faculdades (escolas superiores).
vara – de porcos.

✍ **Questão de concurso comentada**

1. (ITA-SP) Examinando as definições seguintes:

Atilho: Grupo de ilhas de coral que tem formato de um círculo ou anel, circundando parcial ou totalmente um lago interior.

Conciliábulo: Qualquer assembleia de prelados católicos em que se discutem assuntos dogmáticos.

Baixela: Conjunto de instrumentos científicos de pouca precisão.

Tertúlia: Agrupamento de amigos.

Verifica-se que:

a) Apenas uma está correta.
b) Apenas duas estão corretas.
c) Três estão corretas.
d) Todas estão corretas.
e) Nenhuma está correta.

✍ **Comentário:**
São corretas apenas as definições de **conciliábulo** e de **tertúlia**.
Correções: Atilho (espigas de milho) e baixela (utensílio de mesa).
Gabarito: B

Substantivos uniformes

São os substantivos que não sofrem flexão para indicar a diferença entre masculino e feminino.

Podem ser:

- **Epicenos** – são substantivos que possuem apenas uma forma para os dois gêneros. Designam somente animais. Para se distinguir o gênero, acrescenta-se a palavra "macho" ou "fêmea".

  onça macho / onça fêmea
  jacaré macho / jacaré fêmea

- **Sobrecomuns** – são substantivos que designam pessoas. A diferença de gênero não é especificada por artigos ou outros determinantes. São palavras, portanto, **invariáveis**.

  a vítima (ele ou ela), a testemunha (ele ou ela), a criança (ele ou ela), o cônjuge (ele ou ela)

- **Comuns de dois gêneros** – designam pessoas. A diferença de gênero é feita pelo artigo ou outro determinante qualquer (adjetivo, pronome ou numeral).

  ***o** mártir / **a** mártir*
  ***esse** dentista / **essa** dentista*
  ***bom** cliente / **boa** cliente*

Alguns substantivos apresentam dificuldades quanto ao gênero devido à variedade popular da língua. A forma culta, no entanto, deve prevalecer.

- **São masculinos** – o diabetes, o anátema, o telefonema, o teorema, o trema, o edema, o dó (pena), o ágape, o champanha, o eclipse, o lança-perfume, o fibroma, o estratagema, o alvará, o guaraná, o plasma, o clã, o aneurisma, o cós, o estigma, o herpes, o milhar.

- **São femininos** – a atenuante, a omelete, a aluvião, a análise, a cal, a derme, a omoplata, a ênfase, a alface, a cataplasma, a dinamite, a comichão, a aguardente, a bacanal, a libido, a sentinela, a hélice.

✍ **Questão de concurso comentada**

1. (PUC-SP) Assinale a alternativa incorreta.

a) borboleta é substantivo epiceno.
b) rival é comum de dois gêneros.
c) omoplata é substantivo masculino.
d) vítima é substantivo sobrecomum.
e) n.d.a.

✍ **Comentário:**
O substantivo "omoplata" é feminino: "a omoplata" Gabarito C.

São heterossêmicos os substantivos que, ao mudarem de gênero, mudam também de sentido.

Substantivo masculino	Significado	Substantivo feminino	Significado
o águia	pessoa notável	a águia	ave
o cabeça	chefe, líder	a cabeça	parte do corpo
o cisma	dissidência, separação religiosa	a cisma	desconfiança
o caixa	funcionário(a)	a caixa	objeto
o capital	dinheiro	a capital	cidade principal
o coma	perda dos sentidos	a coma	cabeleira abundante
o crisma	óleo usado em sacramentos	a crisma	sacramento da confirmação
o coral	pólipo; canto em	a coral	espécie de cobra

	coro; a cor vermelha		venenosa
o cura	padre, vigário, curandeiro	a cura	restabelecimento da saúde
o guia	pessoa que orienta	a guia	documento
o grama	unidade de massa	a grama	relva, gramínea
o moral	ânimo	a moral	código ético
o nascente	onde nasce o sol	a nascente	fonte de água
o lotação	veículo	a lotação	capacidade
o lente	professor	a lente	vidro de aumento

✍**Questão de concurso comentada**

1. (MM) A alternativa em que há **erro** no sentido dos substantivos é:

a) o grama = unidade de massa; a grama = relva.
b) o rádio = aparelho receptor; a rádio = estação transmissora.
c) o guia = documento; a guia = pessoa que guia.
d) o cisma = separação; a cisma = desconfiança.
e) o moral = ânimo; a moral = ética.

✍ **Comentário:**
Na alternativa C houve erro no sentido dos substantivos. O substantivo **guia** precedido pelo artigo masculino **o** significa "pessoa que guia", e precedido do artigo feminino **a** significa "documento".
Gabarito C.

Flexão de número

Número é a possibilidade que tem o substantivo de indicar, por meio de sua terminação, apenas um ou mais de um ser. Daí o singular e o plural.

Regras gerais para formação do plural

Geralmente, o plural do substantivo simples é indicado pelo acréscimo da desinência **-s**.

árvore / árvores
casa / casas

1. Terminados em vogal, ditongo oral ou ditongo nasal **ãe**: acrescenta-se -**s**.

casa / casas, pai / pais, mãe/ mães

2. Terminados em -**m**: troca-se o **-m** por **-ns**.

*atu**m** / atu**ns***
*ite**m** / ite**ns***

3. Terminados em **-r**, **-z**: acrescenta-se **-es**.

*rada**r** / rada**res***
*xadre**z** / xadrez**es***

4. Terminados em **-al**, **-el**, **-ol** e **-ul**: troca-se o **-l** por **-is**.

*var**al** / vara**is***
*ton**el** / tonéi**s***
*pai**ol** / paióis*

Observação:
mal / males; cônsul / cônsules

5. Terminados em **-il** (oxítonos): troca-se o **-l** por **-s**.

*barr**il** / barr**is***
*fuz**il** / fuz**is***

6. Terminados em **-il** (paroxítonos): troca-se o **-il** por **-eis**.

*fác**il** / fác**eis***
*répt**il** / répt**eis***

7. Terminados em **-s** (monossílabos e oxítonos): acrescenta-se **-es**.

*gá**s** / gas**es***
*franc**ês** / frances**es***

Observação: cós é invariável.

8. Terminados em **-s** (se não forem oxítonos): não variam.

o lápis / os lápis
o ônibus / os ônibus

9. Terminados em **-x**: são invariáveis.

o** tóra**x** / **os** tóra**x
a** xero**x** / **as** xero**x

10. Terminados em **-ão**: têm mais de um plural.

ancião / anciões, anciães ou anciãos
verão / verões ou verãos

11. Substantivos terminados em **-n**: acrescenta-se **-s** ou **-es**.

pólen / polens ou pólenes
abdômen / abdomens ou abdômenes

12. Palavras substantivadas vão normalmente para o plural.

os sins, os nãos, os prós, os contras

Exemplos de substantivos que mudam de sentido, conforme o número:

féria (dinheiro de diária) – férias (período de descanso)
bem (virtude) – bens (propriedades)
costa (litoral) – costas (dorso)
ferro (metal) – ferros (ferramentas)

Plural dos diminutivos

Retira-se o **-s** do substantivo pluralizado e acrescenta-se o sufixo **-zinhos(as)**. Exemplos:

*cord**ão** > cord**ões** > cord**õezinhos***
*past**el** > past**éis** > past**eizinhos***
*flo**r** > flo**res** > flo**rezinhas** ou flor**zinhas***

Plural dos substantivos compostos

Regra para o plural dos compostos sem hífen:

O plural é feito conforme o dos substantivos simples.

pontapé / pontapés
girassol / girassóis

Regras para o plural dos compostos ligados por hífen:

- **Variação dos dois elementos:**

Variam substantivos, adjetivos e numerais.

boa-tarde (adjetivo + substantivo) = boas-tardes
quinta-feira (numeral + substantivo) = quintas-feiras

- **Variação só do primeiro elemento:**

a) Quando o 2º elemento indica finalidade ou semelhança, ele não varia.

navio-escola / navios-escola
banana-prata / bananas-prata

b) Quando os dois elementos estiverem ligados por preposição, clara ou oculta.

João-de-barro / joões-de-barro
água-de-colônia / águas-de-colônia

- **Variação só do último elemento:**

a) Quando o 1º elemento for palavra invariável (verbo flexionado no singular, prefixo, advérbio, preposição).

guarda-chuva / guarda-chuvas
vice-rei / vice-reis
beija-flor / beija-flores

Observação importante:
1. Caso o vocábulo "guarda" refira-se a coisas, é verbo no singular, por isso não se altera.
guarda-roupa / guarda-roupas

2. Quando a palavra "guarda" refere-se a pessoas, é substantivo, portanto se flexiona.
guarda-noturno / guardas-noturnos

b) Com palavras repetidas:
mata-mata / mata-matas
corre-corre / corre-corres.

Observação:
Sendo verbos repetidos, pode haver dois plurais: *corre-corres* ou *corres-corres* e *mata-matas* ou *matas-matas.*

c) Nas onomatopeias:

o bem-te-vi / os bem-te-vis
o tique-taque / os tique-taques
o blá-blá-blá /os blá-blá-blás

d) Quando o primeiro elemento é: **grão**, **grã** e **bel**.

grã-cruz / grã-cruzes
bel-prazer / bel-prazeres
grão-duque / grão-duques

- **Ficam invariáveis:**

a) Os compostos de verbos de significado oposto.

***o** leva-e-traz / **os** leva-e-traz*
***o** perde-ganha / **os** perde-ganha*

b) Os compostos de verbos seguidos de palavra invariável.

***o** bota-fora / **os** bota-fora*
***o** pisa-mansinho/ **os** pisa-mansinho*

c) os compostos de verbo seguido de palavras no plural.

***o** saca-rolhas / **os** saca-rolhas*
***o** quebra-nozes / **os** quebra-nozes*

- **Admitem mais de um plural:**

guarda-marinha— guardas-marinha(s)
padre-nosso — padres-nossos ou padres-nosso
salvo-conduto — salvo-condutos ou salvos-condutos
fruta-pão — frutas-pão ou frutas-pães
ruge-ruge — ruge-ruges ou ruges-ruges

terra-nova – terra-novas ou terras-novas

Exemplos de substantivos usados apenas no plural

os afazeres	as finanças
as algemas	as hemorroidas
as alvíssaras	as maleitas
os anais	as núpcias
os Andes	os óculos
os arredores	as olheiras
os bastidores	os parabéns
as bodas	os pêsames
as cãs	os picles
as cócegas	as primícias
as condolências	os proclamas
as custas	as reticências
as damas (jogo)	as sevícias
as efemérides	os suspensórios
as entranhas	as têmporas
os esposais	as ventas
as exéquias	as vísceras
as fezes	os víveres

Obs.: a palavra óculos, referindo-se ao aparelho com duas lentes, usado no rosto para corrigir a visão, é empregada somente no plural.

✍Questão de Concurso Comentada

1. (Assistente Social Judiciário/TJ-SP/VUNESP) Assinale a alternativa que apresenta todas as palavras com o plural correto.

a) animalzinhos – caridades – cartãos – amores-perfeito – cristães.
b) questões – salários-família – pastéis – limões – reais.
c) feijãos – arranhas-céus – ticos-ticos – açúcares.
d) corres-corres – abaixos-assinados – cidadões – quarta-feiras – padres-nossos.
e) degrais – ancestrais – cordãos – decretos-lei – tiques-taques.

✍ **Comentário:**
a) Errado. Apenas **caridades** está correto. Correção: o plural de "animalzinho" é "animaizinhos": flexiona-se o substantivo em sua forma normal — animal: animais; retira-se o "s" = animai; acrescenta-se "zinhos" — animai + zinhos animaizinhos. O plural de "cartão" é "cartões". O plural de "amor-perfeito" é "amores-perfeitos" (substantivo + adjetivo = as duas palavras vão para o plural). O plural de "cristão" é "cristãos".
b) Certo. Todos os plurais estão corretos. (Em salários-família observa-se que a segunda palavra especifica a primeira, então a primeira vai para o plural).
c) Errado. Apenas "açúcares" está correto.
Correção: feijões; arranha-céus (a primeira palavra do composto é verbo, por isso fica invariável); tico-ticos (com palavras repetidas, só a segunda vai para o plural).
d) Errado. Os plurais "corres-corres" e "padres-nossos" estão corretos. Esses plurais admitem outra forma: corre-corres (se as duas palavras forem verbos repetidos, podem ir as duas para o plural, ou só a segunda) e padres-nossos. As demais estão erradas. Correção: abaixo-assinados (advérbio + adjetivo: somente a segunda palavra vai para o plural); cidadãos e quartas-feiras (numeral + adjetivo: ambas as palavras vão para o plural).
e) Errado. Estão corretos: decretos-lei (a segunda palavra limita a primeira, portanto só a primeira vai para o plural) e ancestrais. As demais estão erradas. Correção: tique-taques (com onomatopeias, somente a segunda forma vai para o plural); degraus; cordões.
Gabarito: B

Artigo

É uma palavra variável que precede o substantivo e indica-lhe o gênero (masculino/feminino) e o número (singular / plural).

Existem duas espécies de artigos:

- **Definidos (o, os, a, as):** determinam um ser (pessoa, animal, objeto…) dentre diversos da mesma espécie, de modo preciso, particular: Ex.: Agendei consulta com o médico (Sabe-se de qual médico se está falando).
- **Indefinidos (um, uns, uma, umas):** devem ser usados para se fazer referência aos seres de modo vago, impreciso, geral. Isto é, indicam que nos referimos a um ser indeterminado dentre outros da mesma espécie. Ex.: Agendei consulta com um médico (Pode ser qualquer médico. O profissional não foi especificado).

	artigos definidos		**artigos indefinidos**	
	masculino	**feminino**	**masculino**	**feminino**
singular	o	a	um	uma
plural	os	as	uns	umas

Emprego do artigo

Emprega-se o artigo definido em:

a) nomes próprios geográficos. Exemplo: a Bahia, o Rio de Janeiro, as Canárias, os Estados Unidos.

> Observação: Alguns nomes próprios geográficos não aceitam o uso do artigo. Exemplo: Portugal, Minas Gerais.

b) antes de nomes de pessoas que denotem intimidade. *A Joana está namorando. / A Aline voltou a estudar.*

c) para substantivar qualquer palavra.
O jantar estava uma delícia.

d) depois do pronome **todo**, significando "inteiro".
Vi todo o filme.

> Observações:
> a) Se o pronome "todo" significar qualquer, não se usa artigo.
> *Todo dia vejo aquele menino*.
> b) Com "todos", "todas", usa-se o artigo.
> *Todos os jogadores se esforçaram.*
> *Todas as crianças gostam de brincar.*

e) Depois do numeral **ambos** é obrigatório o emprego do artigo.
Analisamos ambos os textos.
Ambos os professores são excelentes profissionais.

f) O artigo definido pode referir-se a uma espécie inteira.
O homem é mortal. (todos os homens)

g) É facultativo o uso do artigo definido antes de pronomes possessivos adjetivos.
A minha prima era humilde.
ou
Minha prima era humilde.

Casos em que, geralmente, os artigos não são utilizados:

a) antes de pronomes de tratamento.
Vossa Excelência esteve no evento.
Vossa Senhoria foi comunicado.

> **Exceção:** pronome de tratamento senhor(a).
> Exemplo: A senhora vai à reunião? / O senhor sabia do ocorrido?

b) antes da palavra **casa** quando em referência à própria casa ou quando empregada sem determinação ou qualificação.
Sábado não saí de casa.

> **Observações:**
> Se o substantivo "casa" estiver especificado, o emprego do artigo é obrigatório.
> Ex.: *Aquela é a casa de meus pais*.

c) antes do nome de pessoas que não denotam intimidade.
Everaldo não realizou a tarefa.

d) depois do pronome relativo **cujo** e variações.
Essa é a casa cujo telhado está danificado. / Este é o semestre cujas matérias são as mais fáceis.

Frequentemente, usamos o artigo indefinido antes de numerais que exprimem aproximação.
Moro a uns 80 quilômetros da casa dela. / Marília deve estar pesando uns 90 quilos.

Os artigos definidos e indefinidos podem contrair-se com preposições:

- **preposição "de" + o = do / preposição "de" + os = dos**
  Estava com saudade do filho.
  Queria a companhia dos amigos.

- **preposição "de" + a = da / preposição "de" + as = das**
  Falou da viagem o tempo inteiro.
  Desistiu das tarefas agendadas.

- **preposição "de" + um = dum / preposição "de" + uns = duns**
  Falava dum jeito estranho.
  Precisava duns conselhos.

- **preposição "de" + uma = duma / preposição "de" + umas = dumas**
  Fez propaganda duma peça importada.
  Livrou-se dumas coisas antigas.

- **preposição "em" + um = num / preposição "em" + uns = nuns**
  Virou o vinho num tapete caríssimo.
  Prestou atenção nuns detalhes importantes.

- **preposição "em" + uma = numa / preposição "em" + uma = numas**
  Estava numa cidade grande.
  Vi roupas interessantes numas vitrines do centro.

- **preposição "a" + os = aos**
  Deu comida aos pobres.

O artigo colocado antes de uma palavra de qualquer classe transforma-a em substantivo.
Caminhar à beira-mar é maravilhoso (= verbo) /
***O** caminhar dela é estranho.* (= substantivo)

> **Obs.:** Não se combina com preposição o artigo que faz parte do nome de revistas, jornais e obras literárias:
> *Li a notícia em O Estado de São Paulo.* (e não: no Estado de São Paulo)
> *A notícia foi publicada em O Globo.* (e não: no Globo)

1. (CESPE/STM/Analista Judiciário/Execução de Mandados/2011)

Um embate entre instituições de ensino superior, editoras e autores é travado há anos. Com o argumento de que livros são caros e muitas vezes apenas um capítulo é necessário para o curso, alunos e professores lançam mão de cópias de partes de publicações ou de apostilas para economizar. O debate voltou à tona após policiais da Delegacia Antipirataria apreenderem, no mês passado, mais de duzentas pastas com textos para serem reproduzidos em uma universidade do Rio de Janeiro, sob a alegação de crime de direitos autorais. O operador da máquina foi detido, e a universidade, indignada, criou normas para regulamentar as cópias dentro de seus estabelecimentos. Uma alternativa legal, porém, existe há quatro anos, mas só agora começa a ser efetivada em algumas universidades: a venda de capítulos avulsos.

Luciani Gomes. *In*: **IstoÉ**, 6/10/2010 (com adaptações).

A respeito do texto apresentado acima, julgue o item que se segue.

A inserção do artigo definido plural os imediatamente antes da palavra "policiais" (ℓ. 6) não alteraria o sentido original do período.

✍ **Comentário:**
"O debate voltou à tona após policiais da Delegacia Antipirataria apreenderem..." → Fala-se sobre alguns policiais da Delegacia Antipirataria, porém não se sabe quem são. Ao ser inserido o artigo definido plural "os" antes da palavra "policiais", passa-se a definir quem são esses policiais. O nome deles não é mencionado, porém se entende que são conhecidos da pessoa que fala/escreve.
Portanto, a inserção do artigo altera, sim, o sentido do texto.
Gabarito: Errado

2. (CESPE/Instituto Rio Branco/Diplomata/2004) Julgue o item a seguir, que se refere aos aspectos gramaticais.

Os vocábulos "dos" e "da" provêm da contração da preposição "de" com outro vocábulo. Em "dos", há contração "de" + pronome demonstrativo e, em "da", há contração "de" + artigo definido.

✍ **Comentário:**

"Dos" = contração da preposição "de" + artigo definido "os" (e não pornome demonstrativo).
"Da" = contração da preposição "de" + artigo definido "a".

Gabarito: Errado

(ESAF/SEFAZ/RJ/Agente de Fazenda/2010 – adaptada) Leia com atenção o texto abaixo para responder as questões 3 e 4.

De todo navio que aporta no país são exigidos, em média, 112 documentos, com __1__ obrigatoriedade de serem fornecidas 935 informações. É um calhamaço de formulários com diversas vias a serem remetidas a órgãos diferentes e em duplicidade. Apenas no porto de Santos, o maior do país, __2__ burocracia exige, por ano, o preenchimento de 3.773.800 folhas, 17,4 toneladas de papel, segundo estimativa do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). Por ser de navio que qualquer país faz a maior parte das exportações e importações, conclui-se que a burocracia é poderoso entrave ao comércio exterior brasileiro.

(*O Globo*, 27/7/2010, com adaptações)

Julgue os itens a seguir.

3. A lacuna (1) deve ser preenchida somente com o artigo definido a, exigido pelo substantivo "obrigatoriedade".

✍ **Comentário:**
O substantivo "obrigatoriedade" é feminino e singular. Portanto, somente o artigo "a" irá concordar em relação aos aspectos relacionados a gênero e número.

Gabarito: Certo

4. A lacuna (2) tanto pode ser preenchida pelo artigo definido a, como pelo as.

✍ **Comentário:**
Fala-se "a burocracia", e não "as burocracia". Artigo e substantivo devem concordar em número e gênero.

Gabarito: Errado

5. (ESAF/ANEEL/ Técnico Administrativo/2006 – adaptada)

Não é a violência nem as turbulências da economia e muito menos a saúde. A maior preocupação do brasileiro é o trabalho. A conclusão é resultado de uma consulta realizada com 23,5 mil pessoas de 42 países. Num suposto *ranking* mundial de pessimismo em relação às oportunidades de trabalho, o brasileiro apareceria nas primeiras posições. Na média global, o emprego seguro é citado por 21% dos entrevistados, ficando em segundo lugar entre as preocupações de curto prazo, depois da economia.

(Adaptado da *Folha de São Paulo*, 19 de fevereiro de 2006)

Julgue o item a seguir.

Retirar os artigos antes de "violência", "turbulências" e "saúde", nas linhas 1-2, preserva a coerência e correção gramatical do texto.

✍ **Comentário:**
"Não é a violência nem as turbulências da economia e muito menos a saúde. A maior preocupação do brasileiro é o trabalho." → Não é violência nem turbulências da economia e muito menos saúde. A maior preocupação do brasileiro é o trabalho.
A retirada dos referidos artigos pode até causar certa estranheza ao texto. Porém, não há interferência quanto ao sentido (coerência), tampouco quanto à correção gramatical. Afinal, as palavras "violência" e "turbulência" já aparecem definidas, determinadas, especificadas pela expressão "da economia". Sabe-se de qual "violência" e "turbulência" se está falando: a da economia. Portanto, o papel de determinação desses substantivos não é feito somente pelos artigos, e, sim, pela expressão mencionada. Quanto a "saúde", fala-se dela de modo geral, de "saúde" em todos os sentidos. Portanto, não há necessidade de especificação.

Gabarito: Certo

Adjetivo

Adjetivo é a palavra que caracteriza o substantivo, atribuindo-lhe uma característica, estado ou lugar de origem.

Exemplos:
O homem rico está feliz. (rico: característica)
O homem tristonho morreu. (triste: estado)
Todo homem brasileiro sorri muito. (brasileiro: origem)

Formação dos adjetivos

O adjetivo pode ser:

- **Primitivo:** não deriva de outra palavra. Ex.: A velha tia era má.
- **Derivado:** deriva de outra palavra primitiva, com acréscimo de afixos (prefixos ou sufixos). Ex.: a velhota era maligna.
- **Simples:** formado com apenas um radical. Ex.: Comprei uma blusa verde.
- **Composto:** formado com mais de um radical. Ex.: Comprei uma blusa verde-escura.
- **Uniforme:** apresenta uma única forma para o masculino e o feminino: triste, superior, jovem, ruim, feroz (homem triste / mulher triste; homem jovem / mulher jovem…).
- **Biforme:** apresenta uma forma para o masculino e outra para o feminino: ateu/ateia, francês/francesa, mau/má, bom/boa, nu/nua (homem francês / mulher francesa; homem ateu / mulher ateia…)

O adjetivo, sendo uniforme ou biforme, deve concordar em número com o substantivo ao qual se refere. Ex.: O corredor escuro / os corredores escuros.

Formação do plural dos adjetivos compostos

1. Os adjetivos compostos só recebem o plural no último elemento e somente se ele for adjetivo, caso contrário não receberá.
   Ex.: Blusa verde-clara (singular) / blusas verde-claras (plural)
2. Os compostos de adjetivo + substantivo são invariáveis.
   Ex.: Tapetes verde-esmeralda (plural)
3. No caso de os componentes serem palavra invariável + adjetivo, somente este último será flexionado.
   Ex.: Meninos mal-educados. (plural – advérbio + adjetivo)
4. Invariáveis ficam também as locuções adjetivas formadas de cor + de + substantivo.
   Ex.: Camisa cor-de-rosa.
5. Existem somente três adjetivos compostos que não seguem a regra anterior. São eles:

   a) O adjetivo surdo-mudo tem flexão nas duas palavras: A menina surda-muda (feminino e singular) / Os meninos surdos-mudos. (masculino e plural)
   b) O adjetivo azul-marinho, que é invariável, isto é, não tem plural em nenhuma das palavras: Os sapatos azul-marinho. (plural)
   c) O adjetivo azul-celeste, que também é invariável: Os mantos azul-celeste. (plural)

Adjetivos pátrios compostos

Adjetivos pátrios indicam a origem ou a nacionalidade dos seres. Quando formamos os adjetivos pátrios compostos, a tendência é sempre colocar primeiramente o adjetivo mais curto, deixando o mais longo como segundo elemento.

Alguns adjetivos pátrios apresentam uma forma reduzida. Confira alguns exemplos:

África = afro	Espanha = hispano
Alemanha = germano	Europa = euro
América = américo	França = franco
Ásia = ásio	Grécia = Greco
Austrália = australo	Índia = indo

Áustria = austro
Bélgica = belgo
China = sino
Dinamarca = dano
Inglaterra = anglo
Itália = ítalo
Japão = nipo
Portugal = luso

Ex.: Jogo entre Inglaterra e Portugal = jogo anglo-português (coloca-se primeiramente o adjetivo mais curto).

Locuções adjetivas

Locuções adjetivas são expressões (duas ou mais palavras) que têm o mesmo sentido e o mesmo valor de um adjetivo.
Ex.: Abraço de irmão – abraço fraterno
Bênção do céu – bênção celestial
Água da chuva – água pluvial
Água de rio – água fluvial

Algumas locuções adjetivas

de abdômen	abdominal
de abelha	apícola
de águia	aquilino
de aluno	discente
de bispo	episcopal
de boca	bucal ou oral
de boi	bovino
de bronze	brônzeo ou êneo
de cabelo	capilar
de cabeça	capital
de cabra	caprino
de cão	canino
de campo	rural, campesino
de cavalo	equino ou hípico
de chumbo	plúmbeo
de chuva	chuvoso ou pluvial
de cidade	citadino ou urbano
de cinza	cinéreo
de cobra	viperino, ofídico
de coração	cardíaco (órgão) ou cordial (sentimento)
de crânio	craniano
de criança	pueril ou infantil
de dedo	digital
de diamante	adamantino
de estômago	estomacal ou gástrico
de estrela	estelar
de ferro	férreo
de fígado	hepático
de fogo	ígneo
de gato	felino
de gelo	glacial
de gesso	gípseo
de guerra	bélico
de ilha	insular
de inverno	hibernal
de irmão	fraternal
de lago	lacustre
de leão	leonino
de lobo	lupino
de macaco	simiesco
de mãe	materno ou maternal
de marfim	ebúrneo
de mestre	magistral
de monge	monacal
de morte	mortal, letal
de nariz	nasal
de neve	níveo
de olho	ocular ou óptico
de orelha	auricular
de osso	ósseo
de ouro	áureo
de pai	paterno ou paternal
de paixão	passional
de peixe	písceo
de porco	suíno
de prata	argênteo
de professor	docente
de pulmão	pulmonar
de raposa	vulpino
de rim	renal
de rio	fluvial
de selo	filatélico
de selva	silvestre
de sonho	onírico
de touro	taurino
de trigo	tritíceo
de umbigo	umbilical
de gado	vacum
de velho	senil
de vento	eólio
de verão	estival
de vidro	vítreo

Os graus do adjetivo

O grau do adjetivo indica a maior ou a menor intensidade de uma qualidade ou característica atribuída a um substantivo. Assim, o grau do adjetivo pode ser **comparativo** ou **superlativo**.

Grau comparativo: serve para indicar comparação de uma qualidade entre dois ou mais seres ou duas ou mais qualidades de um só ser.

Ex.:
a) de igualdade: "O Brasil é tão importante quanto qualquer outro." – O adjetivo "importante" está flexionado no grau comparativo de igualdade.

b) de superioridade: "Ele é mais importante que os outros." – O adjetivo "importante" está flexionado no grau comparativo de superioridade.
c) de inferioridade: "Ele é menos importante que os outros." – O adjetivo "importante" está flexionado no grau comparativo de inferioridade.

Obs.:
1. Os adjetivos "bom", "mau", "grande" e "pequeno" apresentam forma própria para indicar o comparativo de superioridade (bom-melhor / mau-pior / grande-maior / pequeno-menor).
2. Quando se comparam duas qualidades de um mesmo ser, usam-se as formas "mais bom", "mais mau", "mais grande", "mais pequeno". Ex.: Ele é mais mau que corajoso.

Grau superlativo: divide-se em duas categorias:

- **Grau superlativo absoluto:** indica a maior ou a menor intensidade da característica expressa pelo adjetivo. Pode ser de duas formas:
  a) grau superlativo absoluto analítico: o adjetivo aparece acompanhado de uma palavra que indica intensidade. Ex.: Ideias muito boas.
  b) grau superlativo absoluto sintético: o adjetivo aparece acrescido de um sufixo indicador do grau de superioridade. Ex.: paisagens belíssimas.

  Exemplos de superlativos absolutos sintéticos:

ágil	agílimo ou agilíssimo
agradável	agradabilíssimo
agudo	acutíssimo
amargo	amarguíssimo
amável	amabilíssimo
amigo	amicíssimo
antigo	antiquíssimo
áspero	aspérrimo
audaz	audacíssimo
benéfico	beneficentíssimo
benévolo	benevolentíssimo
capaz	capacíssimo
célebre	celebérrimo
cristão	cristianíssimo
cruel	crudelíssimo
difícil	dificílimo
doce	dulcíssimo
eficaz	eficacíssimo
fácil	facílimo
feroz	ferocíssimo
fiel	fidelíssimo
frágil	fragílimo
frio	frigidíssimo ou friíssimo
grande	grandíssimo
humilde	humílimo
incrível	incredibilíssimo
inimigo	inimicíssimo
íntegro	integérrimo
jovem	juveníssimo
livre	libérrimo
magnífico	magnificentíssimo
magro	macérrimo, magérrimo
maléfico	maleficentíssimo
mau	malíssimo
miserável	miserabilíssimo
miúdo	minutíssimo
negro	nigérrimo
nobre	nobilíssimo
pessoal	personalíssimo
pobre	paupérrimo
sábio	sapientíssimo
sério	seriíssimo
simpático	simpaticíssimo
simples	simplicíssimo
terrível	terribilíssimo
vulgar	vulgaríssimo

- **Grau superlativo relativo:** indica a maior ou a menor intensidade da característica de um ser em relação a outros seres.
  Exemplos:
  a) de superioridade: "O povo brasileiro é o mais paciente de todos." – O adjetivo "paciente" aparece no grau superlativo relativo de superioridade, pois indica maior intensidade da qualidade (paciente) em relação aos outros países.
  b) de inferioridade: "Ele é o menos paciente da turma." – O adjetivo "paciente" aparece no grau superlativo relativo de inferioridade, pois indica menor intensidade da característica (paciente) em relação à turma.

Portanto, são essas as subdivisões do grau superlativo relativo.

✍ Questões de concurso comentadas

1. (FCC/TST/Analista Judiciário/Taquigrafia/2012 – adaptada)

Neguinho

Neguinho não lê, neguinho não vê, não crê, pra quê
Neguinho nem quer saber
O que afinal define a vida de neguinho
Neguinho compra o jornal, neguinho fura o sinal
Nem bem nem mal, prazer
Votou, chorou, gozou: o que importa, neguinho?

Rei, rei, neguinho rei
Sim, sei: neguinho
Rei, rei, neguinho é rei
Sei não, neguinho

Se o nego acha que é difícil, fácil, tocar bem esse país
Só pensa em se dar bem – neguinho também se acha
Neguinho compra 3 TVs de plasma, um carro, GPS e acha que é feliz

Neguinho também só quer saber de filme em shopping

Rei, rei, neguinho rei
Sim, sei: neguinho
Rei, rei, neguinho é rei
Sei não, neguinho

Se o mar do Rio tá gelado
Só se vê neguinho entrar e sair correndo azul
Já na Bahia nego fica den'dum útero
Neguinho vai pra Europa, States, Disney e volta cheio de si
Neguinho cata lixo no Jardim Gramacho*
Neguinho quer justiça e harmonia para, se possível, todo mundo
Mas a neurose de neguinho vem e estraga tudo
Nego abre banco, igreja, sauna, escola
Nego abre os braços e a voz
Talvez seja sua vez:
Neguinho que eu falo é nós

Rei, rei, neguinho rei
Sim, sei: neguinho
Rei, rei, neguinho é rei
Sei não, neguinho

(Caetano Veloso (autor) in Costa, Gal. **Recanto**. Universal Music International. 2011)

Julgue o item a seguir com base no texto:

O adjetivo *azul* (verso 20) é, no contexto, índice da sensação resultante do ato de entrar no mar gelado.

✍ **Comentário:**
"Se o mar do Rio tá gelado
Só se vê neguinho entrar e sair correndo azul".
A palavra "azul" está empregada no texto como um adjetivo com sentido conotativo, ou seja, não está empregada com seu sentido real (cor azul), mas, sim, com sentido relacionado ao fato de estar se sentindo quase congelando de tão frio.

Gabarito: Certo

2. (CESPE/PC-ES/Perito Papiloscópico/2011)

Eu não gosto de ninguém, ele quase respondeu, refreando-se a tempo; faz sentido, ele mesmo concluía — é o pior momento da minha vida, sem a mulher, sem o filho, sem dinheiro, e desgraçadamente sem literatura. Uma letra de tango. Ou "um maneirista da própria sombra", como escreveu Eusébiode Mattos no Suplemento de Arte, demolindo-o até a última linha com o sadismo certeiro dos grandes críticos. Para um país sem crítica, aquele texto chegava a ser uma boa surpresa, ainda que deixasse entrever mais o prazer do ataque que o lamento sincero de um estudioso honesto, o *tsc tsc tsc* diante de um escritor que nunca "chegou lá" na corrida de cavalos letrados do panorama nacional — e Donetti sentiu a respiração opressa pelo rancor. O célebre homem brasileiro cordial é cordial não porque seja polido, o que ele nunca foi, mas porque nada nunca passa pelo cérebro antes de chegar à vida — é só um coração batendo forte no meio da rua, que é o seu lugar.

Cristovão Tezza. **Um erro emocional**. Rio de Janeiro: Record, 2010, p. 91 (com adaptações).

Em relação às ideias e a aspectos gramaticais do texto acima, julgue o item a seguir.

Se, em vez do adjetivo "célebre" (ℓ. 13), o autor tivesse optado pela sua forma superlativa, teria de acrescentar-lhe o sufixo *-érrimo*, da seguinte forma: celebérrimo.

✍ **Comentário:**
"Celebérrimo" é adjetivo derivado de "célebre" e indica grau superlativo absoluto sintético. Significa "muito célebre", o que corresponde ao grau superlativo absoluto analítico.
Gabarito: Certo

3. (CESGRANRIO/IBGE/Recenseador/2009)

[...]

Quando acabei a leitura e emergi outra vez no aeroporto, estava duplamente feliz. Feliz por ter acabado a história, por ruminar essa sensação de coisa feita que a leitura nos dá — não de coisa feita por outro e meramente partilhada, mas realizada, como se nós mesmos tivéssemos desenhado de um só traço um ovo ou um círculo. E feliz porque confirmava que, apesar do olhar profissional crítico, analítico, quase frio com que hoje em dia me aproximo de um texto, apesar de ter marcado aquele conto com várias observações técnicas, eu conservava intacto o verdadeiro prazer da leitura.

COLASANTI, Marina. Fragatas para terras distantes. (com adaptações).

As palavras em destaque em "... que, apesar do **olhar** profissional **crítico**, analítico," (ℓ. 35-36) são classificadas, respectivamente, como:

a) substantivo e adjetivo.
b) substantivo e substantivo.
c) adjetivo e substantivo.
d) verbo e adjetivo.
e) verbo e substantivo.

✍ **Comentário:**
A palavra "olhar" está substantivada pela presença do artigo "o" contraído com a preposição "de" = "do". Já a palavra "crítico" refere-se ao substantivo "olhar", atribuindo-lhe uma característica. Logo, a palavra "crítico" é um adjetivo.
Gabarito: A

4. (CESPE/Instituto Rio Branco/Diplomata/2010 – adaptada)

A questão de uma identidade latino-americana tornou-se não apenas atual, mas premente, sobretudo ao longo do século XX. Sua origem está em uma experiência marcante de contraste e de contradição com a memória do regime colonial, com os projetos nacionais e liberais decorrentes dos processos de autonomia política, com os mecanismos de dependência econômica e financeira e, principalmente, com a pluralidade da composição social de suas populações.

Uma das características do esforço de autodefinição das sociedades latino-americanas desenvolve-se mais particularmente na segunda metade do século, com a grande variedade de ensaios de cunho literário e com os resultados das ciências sociais obtidos por latino-americanos, que passam a desempenhar papel relevante no cenário mundial. A América que vinha sendo dita latina por terceiros quer proclamar-se América e latina por si própria. A simples contraposição com a Europa (em especial com as antigas metrópoles coloniais) ou com a América de língua inglesa tem grandes lacunas. O sentimento generalizado de pertencimento à história da expansão da cultura europeia é necessário, mas não suficiente para consolidar a legitimidade social e cultural da composição e da pluralidade social na América de fala espanhola e portuguesa. E isso mesmo se essas Américas receberam significativa contribuição de correntes migratórias renovadas. Os caminhos percorridos nos Estados Unidos da América (EUA) e no Canadá foram — e são — bem distintos dos que percorrem as Américas latinas.

Assim, são os próprios latino-americanos ou brasileiros que procuram ser latino-americanistas ou brasilianistas, não apenas por sorte de ousadia política, mas por força de abordagem científica da constituição eventual de uma latino-americanidade alçada dos traços de formação social e cultural de suas sociedades. O objetivo de conceber e redigir uma história em que o tom fosse dado por latino-americanos, não em uma espécie de etnocentrismo que substitua outros etnocentrismos, como o europeu ou o norte-americano, mas que sirva de substrato a uma síntese da pluralidade real das Américas Latinas, é uma contribuição relevante para a concepção, a construção e a consolidação de uma identidade macrorregional latino-americana.

E. C. R. Martins. América Latina: cultura histórica e identidade. In: C. B. Carmona e H. Sewierski (Orgs.). *Heranças e desafios da América Latina*: Brasil e Chile. Brasília: Universidade de Brasília, Oficina Editorial do Instituto de Letras: Plano Editora, 2003. p. 29-30 (com adaptações)

No que se refere aos aspectos linguísticos do texto, julgue o que segue.

As palavras “premente”, “decorrentes”, “correntes” e “relevante”, sublinhadas no texto, são formadas pela adição de um sufixo a uma forma verbal e são usadas, no texto, como adjetivos.

✍**Comentário:**
A palavra “correntes” não tem função de caracterizar algo no texto e, portanto, não é um adjetivo, mas, sim, um substantivo. “Decorrentes” e “relevante” possuem prefixos e sufixos (de + correr + -entes / re + elevar + -ante). “Premente” é adjetivo (sinônimo de “urgente”) derivado do substantivo “primaz” (= o que ocupa o primeiro lugar). Logo, o que é afirmado no enunciado da questão não confere com o que se analisa no texto.
Gabarito: Errado

Texto para as questões seguintes.

Como você pode ver, uma garotinha está deitada displicentemente no colo de um senhor bem velhinho e bem simpático. […] Os dois estão sentados em um balanço de madeira de cor verde, desses em que cabem apenas duas pessoas e que são bastante comuns em quintais, varandas e jardins de casas de classe média, classe média alta. Ela está comodamente estirada. Com a cabeça entre o ombro e a barriga do velhinho e os pés apoiados numa almofada de crochê de cor creme. Nas mãos, ela traz um livro de histórias cheio de desenhos coloridos. Livro esse que, olhando atentamente, você verá que se trata da história da Bela Adormecida. O que, aliás, é muito engraçado, porque enquanto a bela conta a história da Bela Adormecida, o velho é que adormeceu. […] Ela, por sua vez, não se deve importar com que seu ouvinte durma. Afinal, ela só quer colo e aquela mão terna, enrugada e querida em volta da sua cintura pequenina. Mesmo desatento, ele está dando a ela seu tempo e seu carinho sonolento. […]

UMA FOTO SERIA MELHOR
19 de agosto — dia do fotógrafo

Este texto tem mil palavras. Folha de S.Paulo, 19/8/1988. Apud: Platão e Fiorin. *Para entender o texto*. São Paulo: Ática, 1999, p. 378-80 (com adaptações)

Julgue os itens a seguir.

5. (CESPE/UERN/Técnico de Nível Superior/2010 – adaptada) Mantém o sentido e a correção gramatical do texto a troca do adjetivo “terna” (sublinhado no texto) por **firme**.

✍**Comentário:**
“Terna” é adjetivo derivado do substantivo “ternura” (aquela mão terna), que não se relaciona semanticamente com “firme” (de firmeza).
Gabarito: Errado

6. (CESPE/UERN/Técnico de Nível Superior/2010 – adaptada) A palavra “bastante” (sublinhada no texto), em “que são bastante comuns em quintais”, classifica-se

como adjetivo; por isso, poderia ser corretamente flexionada no plural.

✍ **Comentário:**
Na oração em destaque, a palavra "bastante" relaciona-se à forma verbal "são" e assume função de advérbio, indicando intensidade (= são muito comuns). Advérbios pertencem à classe de palavras invariáveis. Portanto, não podem ser flexionadas para o plural.
Gabarito: Errado

7. (CESPE/ CEHAP/ Auxiliar de serviços administrativos/ 2009 – adaptada)

Coragem de menina

Graças à história de Valéria Polizzi, com 28 anos de idade, autora do livro **Depois Daquela Viagem**, muitos adolescentes deixam ou deixarão de contrair o vírus HIV. Adotado em escolas, é um trunfo da luta contra a AIDS. O livro vendeu 60 mil exemplares, foi adotado em escolas e é um sacolejo no preconceito e na prevenção da AIDS. Valéria contaminou-se aos
16 anos na primeira relação sexual. Com o livro, ela ganhou carisma e visibilidade. Nas mais de cem palestras que já deu, é assediada com pedidos de autógrafos e beijos. […]

Elas fazem a diferença. In: *Istoé*, nº 1.536, 10/3/1999 (com adaptações)

Quanto à classificação e ao emprego das palavras, julgue o item seguinte.

No trecho "ela ganhou carisma e visibilidade", a palavra "carisma" é um adjetivo.

✍ **Comentário:**
A palavra "carisma", bem como "visibilidade", tem a função de complementar o sentido do verbo "ganhar". Trata-se de dois substantivos, e não adjetivos, já que não caracterizam ser algum.
Gabarito: Errado

8. (CESGRANRIO/IBGE/Agente de Pesquisa e Mapeamento/2007) Em "… que seus direitos **caninos** estejam sendo violados", o adjetivo destacado corresponde corretamente à locução "de cães".

Observe os pares abaixo.

I - de gato – felino;
II - de dedo – digital;
III - de guerra – gálico;
IV - de rio – fluvial;
V - de professor – discente.

As correspondências entre locução adjetiva e adjetivo foram feitas adequadamente, apenas, em:

(A) I - II - III
(B) I - II - IV
(C) I - III - V
(D) II - III - IV
(E) III - IV - V

✍ **Comentário:**
Estão corretos os itens I, II e IV. Nos demais itens o correto é: "de guerra – bélico" e "de professor – docente".
Obs.: Gálico refere-se à Gália, antigo nome da França, ou ao elemento químico gálio de símbolo Ga.
Gabarito: B

Numeral

Numeral é uma palavra que se refere a um substantivo dando ideia de número.

Classificação dos numerais:

1. **Cardinais:** indicam uma quantidade determinada: um, dois, três, etc.
2. **Ordinais:** indicam ordem ou posição ocupada em uma determinada série: primeiro, segundo, terceiro, etc.
3. **Multiplicativos:** indicam multiplicação: dobro, triplo, quádruplo, etc.
4. **Fracionários:** indicam divisão, fração: meio, metade, terço, quarto, etc.

Segue a relação de alguns numerais:

Cardinais	Ordinais	Multiplicativos	Fracionários
Um	Primeiro	–	–
Dois	Segundo	Dobro	Meio, metade
Três	Terceiro	Triplo	Terço
Quatro	Quarto	Quádruplo	Quarto
Cinco	Quinto	Quíntuplo	Quinto
Seis	Sexto	Sêxtuplo	Sexto
Sete	Sétimo	Sétuplo	Sétimo
Oito	Oitavo	Óctuplo	Oitavo
Nove	Nono	Nônuplo	Nono
Dez	Décimo	Décuplo	Décimo
Onze	Undécimo	Undécuplo	Onze avos
Doze	Duodécimo	Duodécuplo	Doze avos
Cem	Centésimo	Cêntuplo	Centésimo
Mil	Milésimo	–	Milésimo
Milhão	Milionésimo	–	Um

Marcos Monteiro 44091423

			milionésimo
Bilhão	Bilionésimo	–	Um bilionésimo

Numerais coletivos

Numerais coletivos são determinados numerais que designam um conjunto: dúzia, cento, centena, grosa, par, etc.

Exemplos de numerais coletivos:

ano – doze meses
biênio – dois anos
bimestre – dois meses
centenário – cem anos
centúria – cem coisas, anos ou pessoas
cento - conjunto de cem
década – dez anos
dezena – dez unidades
dúzia – doze unidades
dístico – estrofe de dois versos
fardo – dez resmas de papel
grosa – doze dúzias
hebdomadário – sete dias ou semanal
lustro – cinco anos
milênio – mil anos
novena – nove dias
quarentena – quarenta dias
quina – cinco números
quinquênio - cinco anos
resma – quinhentas folhas de papel
século – cem anos
semestre – seis meses
septênio – sete anos
terno – três coisas
triênio – três anos
vintênio – vinte anos

Algarismos romanos e arábicos

Romanos	Arábicos
I	1
II	2
III	3
IV	4
V	5
VI	6
VII	7
VIII	8
IX	9
X	10
XI	11
XII	12
XIII	13
XIV	14
XV	15
XVI	16

Romanos	Arábicos
XXI	21
XXX	30
XL	40
L	50
LX	60
LXX	70
LXXX	80
XC	90
C	100
CC	200
CCC	300
CD	400
D	500
DC	600
DCC	700
DCCC	800

XVII	17
XVIII	18
XIX	19
XX	20

CM	900
M	1.000
M'	1.000.000
M"	1000000000

Emprego do numeral

1. Na designação de séculos, reis, papas, capítulos de uma obra, usam-se ordinais de um a dez e os cardinais de onze em diante.
   Ex.: século V = século quinto
   Século XV = século quinze

2. Nas referências às páginas de um livro, usam-se, de preferência, os cardinais.
   Ex.: Abriu o livro na página 22 (vinte e dois).

3. Quanto à flexão de gênero: páginas, folhas, casas, apartamentos, ruas, etc., o numeral deve concordar com a palavra número.
   Ex.: página 1 (página número 1)

4. Se, no mesmo caso, empregamos o numeral antes dos substantivos, sempre se usará o ordinal.
   Ex.: Mora na vigésima primeira casa.

5. A conjunção "e" é sempre intercalada entre as centenas, as dezenas e as unidades.
   Ex.: trezentos e quarenta e nove

6. Na escrita dos números por extenso, não se põe vírgula entre uma classe e outra.
   Ex.: 15.241 = quinze mil duzentos e quarenta e um

7. Só se emprega a conjunção "e" quando o número terminar em uma centena com dois zeros.
   Ex.: 1.800 (um mil e oitocentos)

8. Os numerais cardinais um e dois e as centenas a partir de duzentos variam de gênero.
   Ex.: um carro / uma casa
   Quatrocentos carros / quatrocentas casas

9. Milhão, bilhão, trilhão, etc., variam em número (singular e plural).
   Ex.: dois milhões, vinte trilhões

10. Os outros numerais cardinais são invariáveis.
    Ex.: cinco casas

11. Quando se trata do primeiro dia do mês, deve-se dar preferência ao emprego do ordinal.
    Ex.: Hoje é primeiro de setembro.

12. Na numeração de artigos, leis, decretos, portarias e outros textos oficiais, usam-se o ordinal até o nono e o cardinal de dez em diante.

Todos os Direitos Reservados – **www.autodidataeditora.com.br** – Proibida a cópia e distribuição

Ex.: artigo 1° (primeiro), artigo 9° (nono), artigo 10 (dez), artigo 11 (onze).

✍Questões de concursos comentadas

1. (Alerj) A alternativa que apresenta um vocábulo numeral cardinal é:

a) a quinta casa
b) o triplo de folhas
c) a folha vinte e um
d) a metade do caminho
e) o capítulo quadragésimo primeiro

✍ **Comentário:**
a) Incorreto. "Quinta" é ordinal.
b) Incorreto. "Triplo" é multiplicativo.
c) Correto.
d) Incorreto. "Metade" é fracionário.
e) Incorreto. "Quadragésimo primeiro" é ordinal.
Gabarito: C

2. (FVE/SP) Indique o item em que os numerais estão corretamente empregados.

a) Ao Papa Paulo seis sucedeu João Paulo primeiro.
b) Após o parágrafo nono virá o parágrafo décimo.
c) Depois do capítulo sexto, li o capítulo décimo primeiro.
d) Antes do artigo dez vem o artigo nono.
e) O artigo vigésimo segundo foi revogado.

✍ **Comentário:**
a) Incorreto. O correto é: "Ao Papa Paulo sexto…"
b) Incorreto. O correto é: "… virá o parágrafo dez."
c) Incorreto. O correto é: "… li o capítulo onze."
d) Correto. Nessa alternativa utilizou-se corretamente a regra para a numeração de portarias, decretos, leis, artigos e outros documentos oficiais, em que se empregam os ordinais até nono e os cardinais a partir do dez.
e) Incorreto. O correto é: "O artigo vinte e dois…"
Gabarito: D

Pronome

Pronome é a palavra que substitui ou acompanha um nome determinando/delimitando o sentindo dele. Pode, também, substituir uma frase ou parte dela. Os pronomes dividem-se nas seis grandes classes a seguir:

- **Pronomes pessoais** – pronomes que, em um ato de comunicação, representam as três pessoas do discurso (no singular ou no plural). ***Eu***, ***tu***, ***ele***, ***ela***, ***nós***, ***vós***, ***eles***, ***elas. me***, ***te***, ***se***, ***lhe***, ***o***, ***a***, ***nos***, ***vos***, ***se***, ***lhes***, ***os***, ***as. mim***, ***comigo***, ***ti***, ***contigo***, ***si***, ***consigo***, ***conosco***, ***convosco***.

Também são pessoais os pronomes de tratamento: ***você***, ***o Senhor***, ***a Senhora***, ***Vossa senhoria***, ***Vossa Excelência***, etc.

- **Pronomes possessivos** – Indicam posse em relação às pessoas do discurso: ***meu***, ***minha***, ***meus***, ***minhas***, ***nosso***, ***nossa***, ***nossos***, ***nossas***, ***teu***, ***tua***, ***teus***, ***tuas***, ***vosso***, ***vossa***, ***vossos***, ***vossas***, ***seu***, ***sua***, ***seus***, ***suas***.

- **Pronomes demonstrativos** – Indicam o lugar ou a posição dos seres em relação às pessoas do discurso.
  1ª pessoa: ***este***, ***esta***, ***estes***, ***estas***, ***isto***.
  2ª pessoa: ***esse***, ***essa***, ***esses***, ***essas***, ***isso***.
  3ª pessoa: ***aquele***, ***aquela***, ***aqueles***, ***aquelas***, ***aquilo***.

- **Pronomes relativos** – Representam, numa oração, os nomes mencionados na oração anterior. Exemplo: *O livro **que** comprei é muito bom.* São pronomes relativos: ***que***, ***quem***, ***quanto(s)***, ***quanta(s)***, ***cujo(s)***, ***cuja(s)***, ***o qual***, ***a qual***, ***os quais***, ***as quais***.

Observações:
O pronome relativo **qual** é sempre antecedido de artigo, que concorda com o elemento antecedente, ficando "o qual", "a qual", "os quais", "as quais".

O pronome relativo **cujo** indica posse (algo de alguém). Na montagem do período, deve-se colocá-lo entre o possuidor e o possuído.

Não se pode, porém, usar artigo (o, a, os, as) depois de "cujo". Ele deverá contrair-se com o pronome, ficando: cujo + o = cujo; cujo + a = cuja; cujo + os = cujos; cujo + as = cujas.

Exemplo: *A árvore foi derrubada. Os frutos da árvore são venenosos. / A árvore **cujos** frutos são venenosos foi derrubada.*

- **Pronomes indefinidos** – Referem-se à terceira pessoa do discurso em um sentido vago ou exprimindo quantidade indeterminada. Exemplos*: **Quem** espera sempre alcança*. São pronomes indefinidos: ***algum***, ***nenhum***, ***todo(s)***, ***toda(s)***, ***muito(s)***, ***muita(s)***, ***pouco(s)***, ***pouca(s)***, ***certo(s)***, ***certa(s)***, ***tanto(s)***, ***tanta(s)***, ***qualquer***, ***quaisquer***, ***ninguém***, ***onde***, ***cada***, etc.

- **Pronomes interrogativos** – Os pronomes **que**, **quem**, **qual**, **quanto** são usados para formular perguntas diretas ou indiretas.

Emprego dos pronomes

- **Emprego dos pronomes pessoais**

a) Os pronomes pessoais retos funcionam como sujeitos de frases e são utilizados antes do verbo. Exemplo:
Eu *vou à praia, talvez* ***ela*** *esteja lá.*

b) Os pronomes pessoais retos nunca aparecem depois de uma preposição. Torna-se obrigatório o uso dos pronomes oblíquos (que exercem função de complemento verbal). Exemplo:
Entre ***mim*** *e* ***ti*** *há uma distância enorme.*

c) Os pronomes oblíquos átonos **o**, **a**, **os**, **as** exercem a função de objeto direto.Exemplo:
O médico examinou-o.

d) Os pronomes oblíquos átonos **lhe**, **lhes** exercem a função de objeto indireto. Exemplo:
*O garçom oferece-****lhe*** *bebida.*

e) Antes de verbo no infinitivo só usamos "eu" e "tu", jamais "mim" e "ti". Exemplo:
Fizeram de tudo para ***eu*** *me emocionar.*

- **Emprego dos pronomes possessivos**

a) Quando temos uma narração em primeira pessoa, em que o eu (personagem narrador) é o possuidor. Exemplo:
Meu carro estragou.

b) Há momentos em que os pronomes possessivos não exprimem a ideia de posse, mas indicam respeito, aproximação, intimidade. Exemplo:
Meu *senhor, permita-me ajudá-lo.*

c) Antes de nomes que indicam partes do corpo, peças de vestuário e faculdades de espírito não usamos o pronome possessivo.

Quebrei o braço. (e não – Quebrei o meu braço.)
Tiago sujou a calça. (e não – Tiago sujou a calça dele.)

- **Emprego dos pronomes demonstrativos**

a) Usamos os demonstrativos **esse**, **essa**, **isso** em referência a coisa ou seres que estejam perto da segunda pessoa (o ouvinte). Exemplo:
Esse *livro que* ***está na sua mesa*** *é meu.*

b) Também empregamos **esse**, **essa**, **isso** para mencionar algo já dito no discurso. Exemplos:

Todos achavam que ele não havia se arrependido. Achavam ***isso*** *porque ele não agia como tal.*

"Ordem e progresso" – ***essas*** *são as palavras inserida em nossa bandeira.*

c) Usamos **este**, **esta**, **isto** em referência a coisas ou seres que se encontram perto da primeira pessoa (o falante). Exemplo:
Sempre que vejo ***esta*** *carta lembro-me de você.*

d) Também empregamos **este**, **esta**, **isto** no discurso para mencionar coisas que ainda não foram ditas.Exemplos:
Só posso dizer ***isto****: odeio você.*
A ordem é ***esta****: limpe tudo.*

e) **Aquele**, **aquela**, **aquilo** são usados quando as coisas ou seres estão longe do falante e do ouvinte. Exemplo:
Aquela *obra não apresenta boa segurança.*

f) Também são considerados pronomes demonstrativos as palavras **o(s)**, **a(s)**, **tal** e **semelhantes**. Exemplos:
Éder não sabia ***o*** *que responder.* (= … **aquilo** que responder)
Nunca diga ***tal*** *mentira.* (= … **essa** asneira)

- **Emprego dos pronomes indefinidos**

a) A palavra **certo** (e flexões) posicionada depois de um substantivo tem valor de adjetivo. Exemplos:
Finalmente encontrei a <u>pessoa</u> ***certa*** *para casar.*
Escolheram o <u>local</u> ***certo*** *para a festa.*

b) O pronome **algum** (e variações), posicionado depois de um substantivo, adquire valor negativo. Exemplo:
Motivo ***algum*** *me fará desistir de você.*

a) Os pronomes **todo** e **toda**, desacompanhados de artigo, equivalem a **qualquer**, **cada**; antecedidos de artigo, significam **inteiro**.
Todo *homem é imortal.* (= Qualquer homem é imortal)
Lia faz o mesmo serviço durante ***todo o*** *dia.* (= o dia inteiro)

A palavra **todo** tem valor de advérbio quando figura em referência a um adjetivo. Equivale a **muito**, **completamente**. Exemplo:
Hoje ele é um homem ***todo*** *mudado* (= … **completamente** mudado)

- **Emprego pronome relativos**

a) O pronome relativo **que** é empregado em relação a coisas ou pessoas. Exemplos:
*Conheço bem a moça **que** saiu.*
*Não gostei do sapato **que** comprei.*

b) O pronome **quem** só é relacionado a pessoas e sempre aparece preposicionado. Exemplo:
***Paulo** era o filho **a quem** ele amava.*

c) O pronome relativo **que** pode ter como antecedente os demonstrativos **o**, **a**, **os** ou **as**. Exemplo:
*Sei **o que** digo.*

d) O pronome relativo **cujo** (e flexões) equivale a um pronome possessivo e sempre se posiciona antes de um substantivo com o qual concorda em gênero e número. Exemplos:
*Cortaram as árvores **cujos** troncos estavam podres.*

O pronome relativo **onde** corresponde a "em que" e sempre indica lugar. É empregado com verbos que não dão ideia de movimento. Exemplo:
*Esta é a terra **onde** habito.*

- **Emprego dos pronomes interrogativos**

São empregados em frases interrogativas diretas ou indiretas. Exemplo:
***Quantos** convidados deverão comparecer à festa?* (interrogação direta)
*Não se sabem **quantos** candidatos passarão no concurso.* (interrogação indireta)

- **Emprego dos pronomes de tratamento**

Representam a forma como nos referimos às pessoas. Confira um resumo:

Pronomes de tratamento			
	Abreviaturas		
Pronome	**Singular**	**Plural**	**Emprego**
você	v.		tratamento informal
o(s) senhor(es). a(s) senhora(s)	sr. sra.	srs. sras.	tratamento formal ou cerimonioso
Vossa Alteza	V.A.	W.AA.	príncipes, princesas, duques
Vossa Eminência	V.Em.ª	V.Em.ªs	cardeais
Vossa Excelência	V.Ex.ª	V.Ex.ªs	altas autoridades
Vossa Magnificência	V.Mag.ª	V.Mag.ªs	reitores de universidades
Vossa Majestade	V.M	W.MM.	reis, imperadores
Vossa Reverendíssima	V.Rev.ma	V.Rev.mas	sacerdotes
Vossa Senhoria	V.S.ª	V.S.ªs	autoridades, tratamento respeitoso, correspondência comercial
Vossa Santidade	V.S		Papa, Dalai Lama

Observação importante
O pronome de tratamento concorda com o verbo na 3ª pessoa. Por exemplo: *Vossa Senhoria está feliz.*

Quando se referir à 3ª pessoa, o pronome de tratamento é precedido de sua. Exemplo:
Sua Majestade, a rainha da Inglaterra, chega hoje ao Brasil.

Colocação pronominal

Os pronomes pessoais oblíquos (me, nos, te, vos, o, a, lhe, se, os, as, lhes, se), como todos os vocábulos monossílabos átonos, apoiam-se na tonicidade da palavra vizinha. Assim, em relação ao verbo, tais pronomes podem ocupar três posições:

- **antes do verbo** – próclise (pronome proclítico).
  *Deus **nos** proteja!*
- **no meio do verbo** – mesóclise (pronome mesoclítico).
  *Dir-**lhe**-ei a verdade.*
- **depois do verbo** – ênclise (pronome enclítico).
  *Empresta-**me** o livro.*

1. Ocorrências da próclise

A próclise será obrigatória nos seguintes casos:
a) em orações com advérbio anteposto ao verbo:
"Nem **tu** sabes, Moreninha, / O quanto **te** achei gentil." (Casimiro de Abreu)

Atenção: Se houver pausa depois do advérbio (assinalada por vírgula na escrita), prevalecerá a ênclise. Exemplo:
*Depois, encaminhei-**me** para ele decidido a tudo.*

b) em orações com pronome indefinido, relativo ou demonstrativo. Exemplos:
*Alguém **me** dirá a verdade.* (com pronome indefinido)
*A roupa a que **nos** referimos está cara.* (com pronome relativo)
*Isso **me** incomoda.* (com pronome demonstrativo)

c) nas orações subordinadas introduzidas por conectivos (conjunções) subordinativos.

"*Alguém mais sugeriu que **se** acrescentasse a ela o nome de outro poeta.*" (Fernando Sabino)
"*Confesso que **me** bambeou a perna.*" (Rubem Braga)

d) nas **orações exclamativas** iniciadas por palavras exclamativas, bem como nas **orações optativas** (as que exprimem desejo).
"*Quantas ideias finas **me** acodem então!*" (Machado de Assis)
"*Como **lhe** fica bem o preto*" (Almeida Garrett)

e) nas **orações interrogativas** iniciadas por palavras interrogativas.
*Por que **te** afliges tanto, Fernanda?*

f) com **verbos no gerúndio** regidos da preposição **em** ou antecedidos de **advérbio**.
*Em **se** tratando de saúde, sejamos cautelosos.*

g) com **verbos no infinitivo** pessoal regidos de preposição:
"*Vivi a melhor das vidas sem **me** faltarem os amigos.*" (Machado de Anis)

2. Ocorrência da mesóclise

A mesóclise só ocorre com verbos empregados no **futuro do presente** ou no **futuro do pretérito**, desde que não haja algum fator de próclise:
*Vender-**se**-á a casa.*
*Visitar-**te**-ia, se pudesse.*

Observações importantes
a) Se houver algum fator de próclise, não ocorrerá a mesóclise.
*Ninguém **nos** calará a voz.*
*Quem **te** desmentiria?*
b) É erro grosseiro colocar o pronome átono depois de verbos no futuro do indicativo.
*Direi-**te** a verdade. / Diria-**te** a verdade.* (errado)
*Dir-**te**-ei a verdade. / Dir-**te**-ia a verdade.* (correto)

3. Ocorrência da ênclise
A ênclise, ocorre nos casos seguintes:

a) com verbos no início da oração.
*Encontramo-**nos** lá fora.*

b) com verbo no imperativo afirmativo.
*Empreste-**nos** o livro!*

c) com **verbo no gerúndio**, desde que não esteja precedido da preposição **em**.
*Levantando-**se** e acenou.*

d) com verbo no **infinitivo impessoal** regido da preposição **a**.
*Sem motivo algum, começou a maldizer-**me**.*

Colocação dos pronomes átonos nas locuções verbais

Toda locução verbal tem um verbo principal antecedido de um verbo auxiliar. O verbo principal sempre está no infinitivo, no gerúndio ou no particípio. Não sofre variação. É o verbo auxiliar que deve ser conjugado em qualquer tempo ou modo.

Nas locuções verbais em que o verbo principal figura no **infinitivo** ou no **gerúndio**, ocorrem as seguintes possibilidades de colocação do pronome átono:

1) Não havendo fator de próclise, o pronome átono poderá ficar depois do verbo auxiliar ou depois do verbo principal.
*Devo-**lhe** ouvir com paciência.*
*Devo ouvir-**lhe** com paciência.*

2) Havendo fator de próclise, o pronome átono poderá ficar antes do verbo auxiliar ou depois do verbo principal.
*Não **lhe** devo fazer nenhum favor.*
*Não devo fazer-**lhe** nenhum favor.*

Nas locuções verbais com o verbo principal no particípio, ocorre o seguinte:

1) Havendo fator de próclise, o pronome átono ficará obrigatoriamente antes do verbo auxiliar.
*Não **lhe** havia feito nenhum favor.*

2) Não havendo fator de próclise, o pronome átono ficará obrigatoriamente depois do verbo auxiliar.
*Maria havia-**lhe** feito um favor.*

Obs.: É grave erro colocar o pronome átono depois de verbos no particípio. Exemplos:
Havia falado-lhe toda a verdade. (errado)
Havia-lhe falado toda a verdade. (correto)

✍ **Questões de concursos comentadas**

1. (FCC) "Se ninguém _____ a verdade, e se precisei lutar para _____ nada _____ a respeito."

a) disse-me – a encontrar – se falou
b) disse-me – encontrá-la – se falou
c) me disse – a encontrar – falou-se
d) disse-me – encontrá-la falou-se
e) me disse – encontrá-la – se falou

✍ **Comentário:**
A primeira lacuna é corretamente completada por "me disse", pois o pronome indefinido "ninguém" é fator de **próclise**. "Encontrá-la" preenche a segunda lacuna, porque com verbo no infinitivo "encontrar" regido de preposição "para" ocorre **ênclise**. Por último, o pronome

indefinido "nada" é fator de **próclise**, portanto a última lacuna deve ser completada com "se falou".
Gabarito: E

2. (IBGE/Agente de Pesquisa e Mapeamento/ CESGRANRIO/2007) O pronome certas, em "… sou o único a ler certas coisas", classifica-se como:

a) pessoal.
b) demonstrativo.
c) indefinido.
d) possessivo.
e) relativo.

✍ **Comentário:**
O pronome **certas** é indefinido. Refere-se à terceira pessoa do discurso em um sentido vago ou exprimindo quantidade indeterminada.
Gabarito: C

Verbo

É a classe de palavras variáveis em pessoa, número, tempo, modo e voz, que indica ação (correr), estado (ficar), fenômeno (chover) e fato (nascer).

Flexões verbais

1) Pessoa – Varia a forma verbal para indicar a pessoa gramatical a que se refere:
1ª pessoa: falante ou locutor (quem fala).
2ª pessoa: ouvinte ou interlocutor (com quem se fala).
3ª pessoa: assunto ou mensagem (de que se fala).

2) Número – Varia a forma verbal para indicar o número de elementos a que se refere:
• **Singular:** refere-se a um único elemento.
• **Plural:** refere-se a mais de um elemento.

3) Tempo
• **Presente:** indica a ação que acontece durante o momento em que se fala: *canto*.
• **Pretérito:** indica a ação que acontece antes de se falar. Divide-se em:
- **Pretérito perfeito:** fato ocorrido num determinado momento no passado*: cantei*.
- **Pretérito imperfeito:** fato ocorrido no passado com continuidade no tempo: *cantava*.
- **Pretérito + que perfeito***:* fato ocorrido num momento anterior a outro fato passado*: cantara*.

• **Futuro:** indica a ação que vai acontecer depois de se falar. Divide-se em:
- **Futuro do presente:** fato certo que ocorrerá*: cantarei*.
- **Futuro do pretérito:** fato que se torna passado sem que se realize (é ligado a uma condição): *cantaria*.

4) Modo
• **Indicativo:** indica uma realidade.
• **Subjuntivo:** indica uma dúvida, uma possibilidade, um desejo.
• **Imperativo:** indica uma ordem, um pedido, um conselho, uma súplica.

Além dos três modos verbais, existem as três formas nominais, que recebem esse nome porque podem desempenhar o papel de substantivos e adjetivos.

1. **Infinitivo**: passa a substantivo.
   Ex.: *O viver é uma aventura*.
2. **Gerúndio**: passa a substantivo ou adjetivo.
   Ex.: *Ele queimou-se com óleo fervendo*.
   adj.
3. **Particípio:** passa a substantivo ou adjetivo.
   Ex*.: Renato é um homem vivido*.
   adj.

5) Voz – Indica se o sujeito pratica ou recebe ação. Há três vozes verbais:

1- **Voz ativa:** o sujeito pratica a ação (agente).
Ex.: *Os soldados cercaram a cidade*.

2- **Voz passiva:** o sujeito sofre a ação (paciente).
Ex.: A cidade foi cercada pelos soldados.

3- **Voz reflexiva**: o sujeito pratica e sofre a ação.
Ex.: *O soldado feriu-se com a arma*.

Emprego/correlação de tempos e modos verbais

Tempos simples

Os três tempos que dão origem a todos os demais são:
- Presente do indicativo;
- Pretérito perfeito do indicativo;
- Infinitivo impessoal.

1) Derivação do presente do indicativo:
a) Presente do subjuntivo: deriva da 1ª pessoa do singular do presente do indicativo.
• Na 1ª conjugação, substitui-se a desinência "o" por "e". Veja o exemplo a seguir:

	Presente do indicativo	Presente do subjuntivo
1ª conjugação	Eu fal-**o**	que eu fal-**e**

• Nas 2ª e 3ª conjugações, substitui a desinência "o" por "a". Veja o exemplo a seguir:

	Presente do indicativo	Presente do subjuntivo
2ª conjugação	eu vend-**o**	que eu vend-**a**
3ª conjugação	eu part-**o**	que eu part-**a**

b) Imperativo afirmativo: nas 1ª, 2ª e 3ª conjugações, "tu" e "vós" saem do presente do indicativo sem a letra "s" no final. As demais formas são iguais ao presente do subjuntivo. Confira o exemplo:

1ª conjugação		
Presente do indicativo	**Imperativo afirmativo**	**Presente do subjuntivo**
eu falo	(não há)	que eu fale
tu **falas (-s)** →	**fala** (tu)	que tu fales
ele fala	**fale** (você)	← que ele **fale**
nós falamos	**falemos** (nós)	←que nós **falemos**
vós **falais (-s)**→	**falai** (vós)	que vós faleis
eles falam	**falem** (vocês)	← que eles **falem**

c) Imperativo negativo: nas 1ª, 2ª e 3ª conjugações, todas as formas coincidem com as do presente do subjuntivo. Veja o exemplo:

2ª conjugação	
Presente do subjuntivo	**Imperativo negativo**
que eu **venda**	(não há)
que tu **vendas**	Não **vendas** (tu)
que ele **venda**	Não **venda** (você)
que nós **vendamos**	Não **vendamos** (nós)
que vós **vendais**	Não **vendais** (vós)
que eles **vendam**	Não **vendam** (vocês)

2) Derivação do pretérito perfeito do indicativo.

A 3ª pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo dá origem a três tempos.

a) **Pretérito mais-que-perfeito do indicativo** (tema + **-ra**, **-ras**, **-ra**, **-ramos**, **-reis**, **-ram**)
b) **Futuro do subjuntivo** (tema + **-r**, **-res**, **-r**, **-rmos**, **-rdes**, **-rem**)
c) **Pretérito imperfeito do subjuntivo** (tema + **-sse**, **-sses**, **-sse**, **-ssemos**, **-sseis**, **-ssem**)

A seguir, observe um exemplo da 1ª conjugação (nas 2ª e 3ª conjugações, o procedimento é o mesmo).

Verbo: Falar

Pretérito mais-que-perfeito do indicativo	Futuro do subjuntivo	Pretérito imperfeito do subjuntivo
eu fala**ra**	quando eu falar	se eu fala**sse**
tu fala**ras**	quando tu falar**es**	se tu fala**sses**
ele fala**ra**	quando ele falar	se ele fala**sse**
nós falá**ramos**	quando nós falar**mos**	Se nós falá**ssemos**
vós falá**reis**	quando vós falar**des**	se vós falá**sseis**
eles fala**ram**	quando eles falar**em**	se eles fala**ssem**

3. Derivação do infinitivo impessoal.

O infinitivo impessoal dá origem aos seguintes tempos e modos:

a) **Pretérito imperfeito do indicativo**

- acrescentam-se ao tema da 1ª conjugação as desinências **-va**, **-vas**, **-va**, **-vamos**,**-veis**, **-vam**;
- ao radical da 2ª e da 3ª conjugações, acrescentam-se as desinências **-ia**, **-ias**, **-ia**, **-íamos**, **-íeis**, **-iam**:

Veja os exemplos a seguir:

1ª conjugação	2ª conjugação	3ª conjugação
eu fala**va**	eu vendi**a**	eu parti**a**
tu fala**vas**	tu vendi**as**	tu parti**as**
ele fala**va**	ele vendi**a**	ele parti**a**
nós falá**vamos**	nós vendí**amos**	nós partí**amos**
vós falá**veis**	vós vendí**eis**	vós partí**eis**
eles fala**vam**	eles vendi**am**	eles parti**am**

b) **Futuro do presente**: acrescentam-se as terminações **-ei**, **-ás**, **-á**, **-emos**, **-eis**, **-ão** ao infinitivo das três conjugações:

1ª conjugação	2ª conjugação	3ª conjugação
eu falar**ei**	eu vender**ei**	eu partir**ei**
tu falar**ás**	tu vender**ás**	tu partir**ás**
ele falar**á**	ele vender**á**	ele partir**á**
nós falar**emos**	nós vender**emos**	nós partir**emos**
vós falar**eis**	vós vender**eis**	vós partir**eis**
eles falar**ão**	eles vender**ão**	eles partir**ão**

Exceções: **dizer** / direi; **fazer** / farei; **trazer** / trarei.

c) **Futuro do pretérito**: acrescentam-se as terminações **-ia**, **-ias**, **-ia**, **-íamos**, **-íeis**, **-iam** ao infinitivo das três conjugações:

1ª conjugação	2ª conjugação	3ª conjugação
eu falar**ia**	eu vender**ia**	eu partir**ia**
tu falar**ias**	tu vender**ias**	tu partir**ias**
ele falar**ia**	ele vender**ia**	ele partir**ia**
nós falar**íamos**	nós vender**íamos**	nós partir**íamos**
vós falar**íeis**	vós vender**íeis**	vós partir**íeis**
eles falar**iam**	eles vender**iam**	eles partir**iam**

Exceções: dizer / diria; **fazer** / faria; **trazer** / traria.

d) **Infinitivo pessoal**: acrescentam-se as respectivas desinências número-pessoais ao infinitivo das três conjugações:

1ª conjugação	2ª conjugação	3ª conjugação
falar (eu)	vender (eu)	partir (eu)
falar**es** (tu)	vender**es** (tu)	partir**es** (tu)

falar (ele)	vender (ele)	partir (ele)
falar**mos** (nós)	vender**mos** (nós)	partir**mos** (nós)
falar**des** (vós)	vender**des** (vós)	partir**des** (vós)
falar**em** (eles)	vender**em** (eles)	partir**em** (eles)

e) **Particípio**: substitui-se o **-r** do infinitivo por **-do**. Na 3ª conjugação, a vogal temática "**e**" da 2ª conjugação altera-se para "**i**". Confira os exemplos:

1ª conjugação	2ª conjugação	3ª conjugação
falar / fala**do**	vender / vendi**do**	partir / parti**do**

f) **Gerúndio**: substitui-se o **-r** do infinitivo das três conjugações pela desinência **-ndo**:

1ª conjugação	2ª conjugação	3ª conjugação
Falar / fala**ndo**	vender / vende**ndo**	partir / parti**ndo**

Tempos compostos

Os tempos compostos são formados pelos verbos auxiliares **ter** ou **haver** seguidos de um **particípio**, chamado de **verbo principal**.

Confira, no quadro, a conjugação do verbo **falar** auxiliado pelo verbo **ter**.

INDICATIVO			
Pretérito perfeito composto	**Pretérito mais-que-perfeito composto**	**Futuro do presente composto**	**Futuro do pretérito composto**
Auxiliar no presente do indicativo	Auxiliar no pretérito imperfeito do indicativo	Auxiliar no futuro do presente	Auxiliar no futuro do pretérito
tenho falado	**tinha** falado	**terei** falado	**teria** falado
tens falado	**tinhas** falado	**terás** falado	**terias** falado
tem falado	**tinha** falado	**terá** falado	**teria** falado
temos falado	**tínhamos** falado	**teremos** falado	**teríamos** falado
tendes falado	**tínheis** falado	**tereis** falado	**teríeis** falado
têm falado	**tinham** falado	**terão** falado	**teriam** falado

SUBJUNTIVO		
Pretérito perfeito composto	**Pretérito mais-que-perfeito composto**	**Futuro composto**
Auxiliar no presente do subjuntivo	Auxiliar no pretérito imperfeito do subjuntivo	Auxiliar no futuro do subjuntivo
tenha falado	**tivesse** falado	**tiver** falado
tenhas falado	**tivesses** falado	**tiveres** falado
tenha falado	**tivesse** falado	**tiver** falado
tenhamos falado	**tivéssemos** falado	**tivermos** falado
tenhais falado	**tivésseis** falado	**tiverdes** falado
tenha falado	**tivessem** falado	**tiverem** falado

Emprego dos modos verbais

Modo: indica a relação entre o falante e a ação.

- Modo indicativo: fato real, certo.
  Exemplo: *Amanhã **estudarei** verbos*.
- Modo subjuntivo: fato duvidoso, possível.
  Exemplo: *Se **estudares** verbos.*
- Modo imperativo: ordem, proibição, pedido.
  Exemplo: *Não **façam** isso!*

Vozes do verbo

Chama-se **voz** a forma que o verbo adquire para indicar se o sujeito pratica ou sofre a ação expressa pelo verbo.

São quatro as vozes verbais:

Voz ativa: quando o sujeito é agente, isto é, pratica a ação expressa pelo verbo. Exemplo:

Um furacão (*sujeito agente*) destruiu (*ação*) aquele povoado (*objeto (paciente)*).

Voz passiva: quando o sujeito é paciente, recebendo a ação expressa pelo verbo. Exemplo:

O trabalho (*sujeito paciente*) foi feito (*ação*) por ele (*agente da passiva*).

Existem dois processos de **voz passiva**:

a) **Voz passiva analítica**: forma-se com o verbo **ser** seguido de um verbo transitivo direto ou transitivo direto e indireto no particípio. Exemplo:
A escola será pintada.

b) **Voz passiva sintética**: forma-se com um verbo transitivo direto ou transitivo direto e indireto na 3ª pessoa do singular ou do plural mais o pronome apassivador **se**. Exemplo:
***Abriram-se** as inscrições para o concurso.*

- **Voz reflexiva**: ocorre quando o sujeito pratica e sofre a ação verbal simultaneamente. Exemplo:
O menino feriu-se.
↓
sujeito agente e paciente

- **Voz reflexiva recíproca**: ocorre quando a ação é mútua entre os elementos do sujeito. Exemplo:

Os dois meninos encaravam-se raivosos.
↓
sujeito agente e paciente

✍**Questão de concurso comentada**

1. (TRT/PR) Transpondo para a voz passiva a oração: "Já tinha visto aquela pessoa antes", temos a forma verbal:

a) fora vista
b) tinha sido vista
c) foi vista
d) vira-se
e) teria sido vista

✍**Comentário:**
A oração "Já tinha visto aquela pessoa antes" encontra-se na voz ativa com sujeito oculto ("eu" ou "ele"). Já o termo "aquela pessoa" é o objeto direto da ação "tinha visto". Transformando a oração em voz passiva, temos: "Aquela pessoa já tinha sido vista antes".
Gabarito: B

Conjunção

Conjunção é a palavra que une duas orações ou dois termos de uma mesma oração que exerçam a função sintática idêntica.

As conjunções classificam-se em:

1. Coordenativas: associam dois termos da oração ou duas orações independentes. De acordo com a relação que estabelecem, as conjugações coordenativas podem ser:

- **aditivas:** expressam uma ideia de soma, adição, acréscimo de algo à ideia anterior: *e*, *nem*, *mas também*, *como também*, *além de (disso*, *disto*, *aquilo)*, *quanto (depois de tanto)*, *bem como*, etc.
Ex.: Ela não estuda nem trabalha. / Eu canto e você dança.
- **adversativas:** expressam oposição, contraste: *mas*, *porém*, *todavia*, *entretanto*, *no entanto*, *senão*, *não obstante*, *contudo*, etc. Antes dos nexos adversativos a vírgula é obrigatória. Ex.: Ele não estudou, mas fez boa prova.
- **alternativas:** expressam uma escolha, uma alternativa à ideia anterior: *ou… ou*, *ou*, *ora… ora*, *já… já*, *quer… quer*, etc.
Ex.: Você ou seu pai ganhará o prêmio. / Ou chora, ou ri.
- **Conclusivas:** expressam uma finalização ou conclusão da ideia anterior: *pois* (posposta ao verbo), *logo*, *portanto*, *então*, *por isso*, *por conseguinte*, *por isto*, *assim*, etc. Ex.: Trabalhei o dia todo, por isso mereço descanso.
- **Explicativas:** expressa uma explicação, razão, motivo sobre a ideia anterior: *que*, *porque*, *porquanto*, *pois* (anteposta ao verbo).
Ex.: Feche a porta porque está chovendo.

2. Subordinativas: associam duas orações dependentes entre si. De acordo com a relação que estabelecem, as orações subordinativas podem ser:

- **causais:** expressam a causa da ideia ou do fato anterior: *porque*, *pois*, *porquanto*, *como*, *pois que*, *por isso que*, *já que*, *uma vez que*, *visto que*, *visto como*, *que*, *na medida em que.*
Ex.: O chão está molhado porque choveu.
(= Como choveu, o chão está molhado)
- **concessivas:** expressam uma concessão: *embora*, *muito embora*, *conquanto*, *ainda que*, *mesmo que*, *posto que*, *bem que*, *se bem que*, *apesar de que*, *nem que*, *em que*, *que*, *e*, *a despeito de*, *não obstante*, etc.
Ex.: Embora tenha estudado, não foi aprovado.
- **condicionais:** expressam uma condição para que ocorra algo: *se*, *caso*, *quando*, *contanto que*, *salvo se*, *sem que*, *dado que*, *desde que*, *a menos que*, *a não ser que*, etc.

Ex.: Caso chova, não sairemos.

- **conformativa:** expressam uma conformidade entre duas ideias: *conforme*, *como*, *segundo*, *consoante*, etc.
  Ex.: Faça como combinamos.
- **comparativas:** expressam uma comparação entre as duas orações: *que*, *(mais/menos/maior/menor/melhor/pior) do que*, *(tal) qual*, *(tanto) quanto*, *como*, *assim como*, *bem como*, *como se*, *que nem* (dependendo da frase, pode expressar semelhança ou grau de superioridade), etc. Ex.: O atleta foi aplaudido como um herói.
- **consecutivas:** expressam a consequência de um fato: *que* (combinada com uma das palavras tal, tanto, tão ou tamanho, presentes ou latentes na oração anterior), *de forma que*, *de maneira que*, *de modo que*, *de sorte que.*
  Ex.: Carlos marcou um gol tão bonito que a torcida vibrou entusiasmada.
- **temporais:** expressam uma noção de tempo: *quando*, *antes que*, *depois que*, *até que*, *logo que*, *sempre que*, *assim que*, *desde que*, *enquanto*, *todas as vezes que*, *cada vez que*, *apenas*, *mal*, *que* [= desde que], etc.
  Ex.: Quando puder, venha visitar-nos.
- **finais:** expressam uma finalidade, um objetivo: *para que*, *a fim de que*, *porque [para que]*, *que.*
  Ex.: Orientei-o para que não cometesse o mesmo erro.
- **proporcionais:** expressam uma relação de proporção entre duas ideias: *à medida que*, *ao passo que*, *à proporção que*, *enquanto*, *quanto mais … (mais)*, *quanto mais (tanto mais)*, *quanto mais … (menos)*, *quanto mais … (tanto menos)*, *quanto menos … (menos)*, *quanto menos … (tanto menos)*, *quanto menos … (mais)*, *quanto menos … (tanto mais).*
  Ex.: À medida que o tempo passa, envelhecemos.
- **integrantes:** que completam o sentido da ideia anterior, integrando as duas orações: *que*, *se*.
  Ex.: Disse que vai viajar. / Perguntei se aquilo era um bicho.

Quando as conjunções são formadas por mais de uma palavra, são chamadas de locuções conjuntivas. Ex.: Você trabalha menos do que eu. / Desde que chegamos, você não sorri.

✍ Questões de concurso comentadas

1. (CESGRANRIO/LIQUIGÁS/Profissional Júnior/ Ciências Econômicas/2012)

Eu sei, mas não devia

Eu sei que a gente se acostuma. Mas não devia. A gente se acostuma a morar em apartamentos de fundos e a não ter outra vista que não as janelas ao redor. E, porque não tem vista, logo se acostuma a não olhar para fora. E, porque não olha para fora, logo se acostuma a não abrir de todo as cortinas. E, porque não abre as cortinas, logo se acostuma a acender mais cedo a luz. E, à medida que se acostuma, esquece o sol, esquece o ar, esquece a amplidão.

[...]

A gente se acostuma à poluição. Às salas fechadas de ar-condicionado e cheiro de cigarro. À luz artificial de ligeiro tremor. Ao choque que os olhos levam na luz natural. Às bactérias da água potável. À contaminação da água do mar. À lenta morte dos rios. Se acostuma a não ouvir passarinho, a não ter galo de madrugada, a temer a hidrofobia dos cães, a não colher fruta no pé, a não ter sequer uma planta.

A gente se acostuma a coisas de mais, para não sofrer. Em doses pequenas, tentando não perceber, vai afastando uma dor aqui, um ressentimento ali, uma revolta acolá. Se o cinema está cheio, a gente senta na primeira fila e torce um pouco o pescoço. Se a praia está contaminada, a gente molha só os pés e sua no resto do corpo. [...] E se no fim de semana não há muito o que fazer, a gente vai dormir cedo e ainda fica satisfeito porque tem sempre sono atrasado.

A gente se acostuma para não se ralar na aspereza, para preservar a pele. Se acostuma para evitar feridas, sangramentos, para esquivar-se de faca e baioneta, para poupar o peito. A gente se acostuma para poupar a vida. Que aos poucos se gasta, e que, gasta de tanto acostumar, se perde de si mesma.

COLASANTI, Marina. **Eu sei, mas não devia.** Rio de Janeiro: Rocco, 1996. p. 9. Adaptado.

A opção por uma linguagem informal, em algumas passagens do texto, permite jogos de palavras como o que se verifica no emprego de **Se** nas seguintes frases:

"**Se** o cinema está cheio, a gente senta na primeira fila e torce um pouco o pescoço." (ℓ. 48-49)
"**Se** acostuma para evitar feridas, sangramentos." (ℓ. 55-56)

Nos trechos acima, as palavras em destaque classificam-se, respectivamente, como:

a) conjunção e pronome
b) conjunção e preposição
c) pronome e preposição
d) pronome e conjunção
e) conjunção e conjunção

✍ **Comentário:**
Em "*Se o cinema está cheio, a gente senta na primeira fila e torce um pouco o pescoço.*", a partícula "se" expressa

uma condição, um pré-requisito para que a ideia comunicada pela outra oração aconteça. Temos, portanto, uma conjunção condicional, a qual tem equivalência semântica com a conjunção "caso", por exemplo, razão pela qual pode ser substituída por ela.
Em "*Se acostuma para evitar feridas*, *sangramentos*.", a partícula "se" é um pronome que faz parte de um verbo pronominal (verbo acostumar-se). Como o texto retrata uma linguagem informal, o pronome foi colocado antes do verbo (próclise). No entanto, de acordo com as normas gramaticais, nunca se deve iniciar uma oração com pronome oblíquo átono.

Gabarito: A

(CESPE/AL-ES/Cargos de Nível Médio/2011)

As pessoas aprenderam que devem ter sempre alguma atividade — primeiro é estudar e depois, trabalhar —; o importante é fazer alguma coisa, nem que para isso se deixe de ver o filho nascer ou crescer. Primeiro vem o trabalho, a produção. Outro aspecto aterrador aparece quando o indivíduo para para ouvir o próprio discurso: boa parte do que se fala está centrado em um futuro almejado, nunca concreto, como: "quando eu entrar em férias...", "quando eu ganhar na loto...". Na verdade, idealiza-se o que fazer (e que dificilmente acontece), esquecendo-se do presente. Geralmente, as expectativas centradas nesse futuro refletem uma insatisfação com a situação presente, tanto no nível pessoal como no profissional.

Com o advento da aposentadoria, ocorre uma série de mudanças implicadas nesse processo, e o indivíduo adquire novo status econômico, político e social. Em síntese, na aposentadoria, verifica-se mudança significativa na vida do indivíduo. Grande parte de sua identidade e de seu status social depende do papel profissional que a pessoa exerce. A exclusão do mundo do trabalho é, ao mesmo tempo, perda de lugar no sistema de produção, reorganização espacial e temporal da vida do sujeito e reestruturação de identidade pessoal. A aposentadoria obriga o sujeito a reorganizar as identificações habituais, que estruturam o eu.

Lúcio Ricardo Hiurko Felippe et al. **Programa de preparação para a aposentadoria: uma política de desenvolvimento humano**. Internet: <www.ser.ufpr.br> (com adaptações).

Com relação à estrutura gramatical do primeiro parágrafo do texto, julgue os itens a seguir

2. O vocábulo "se" (ℓ.3) indica, no texto, uma condição para o trabalho; nesse caso específico, essa condição é deixar de ver o filho nascer ou crescer.

✍ **Comentário:**
Negativo. O "se" não está indicando no texto uma condição, uma vez que nem mesmo ela é uma conjunção condicional. Nessa oração, o "se" é índice de indeterminação do sujeito da ação expressa pelo verbo "deixar".
Gabarito: Errado

3. Na linha 6, o vocábulo "para", em ambas as ocorrências, pertence à mesma classe de palavras.

✍ **Comentário:**
"*… quando o indivíduo para para ouvir o próprio discurso…*". Pelo contexto, identificamos que o primeiro "para" é verbo, pois indica a ação de parar; o segundo "para" é conjunção final, pois liga duas orações indicando finalidade.
Observação importante: antes de entrar em vigor o Novo Acordo Ortográfico, era utilizado o acento agudo sobre a palavra "para", a fim de indicar que a sua classe gramatical é verbo. Após esse evento, a distinção das classes gramaticais somente deve ser estabelecida pelo contexto expresso no enunciado.
Gabarito: Errado

Interjeição

Interjeição é a palavra que procura expressar, de modo vivo, um sentimento.

Exemplos:
Socorro! Estou em perigo!
Força! Você consegue!
Droga! Ele me viu!

Quando duas ou mais palavras desempenham juntas o papel de interjeição, recebem o nome de **locução interjetiva**.

Exemplos:
Muito obrigado! Não preciso de você.
Santo Deus! Que medo!

Classificação das interjeições

De acordo com o contexto em que se encontram, as interjeições podem expressar:

- **Alegria:** Ah! Eh! Oh! Oba!
- **Agradecimento:** Obrigado! Grato! Valeu!
- **Alívio:** Ufa! Ah!
- **Apelo:** Psiu! Ô! Ei!
- **Aversão:** Droga! Credo! Porcaria!
- **Aplauso:** Muito bem! Bravo! É isso aí!
- **Desejo:** Oxalá! Tomara! Queira Deus!
- **Dor:** Ai! Ui!
- **Reprovação:** Só faltava essa! Ora!
- **Silêncio:** Silêncio! Psiu!
- **Medo:** Cruzes! Credo! Oh!

✍ **Questão de concurso comentada**

1. (CESPE/2009/CEHAP/Auxiliar de serviços administrativos – adaptada) Quanto à classificação e ao emprego das palavras, julgue o item a seguir.

Na oração "A liberdade e a responsabilidade são nossas", o termo "nossas" é uma interjeição.

✍ **Comentário:**
Na oração em destaque, a palavra "nossa" indica posse. Trata-se, portanto, de um pronome possessivo. Para que fosse classificada como interjeição, deveria indicar uma expressão de sentimento, o que não ocorre.
Gabarito: Errado

Advérbio

Advérbios são palavras que se referem a um verbo, a um adjetivo ou a outro advérbio, acrescentando-lhes uma circunstância de modo, de tempo, lugar e outros. Confira os exemplos sublinhados nos versos abaixo:

"*Não me convidaram*
Pra essa festa pobre (…)
Toda essa droga
Que já vem malhada
Antes d'eu nascer."

A palavra "não" modifica o verbo "convidaram", exprimindo ideia de negação. A palavra "já" modifica o verbo "vem", indicando o momento, o tempo em que vem malhada a droga. A expressão "antes d'eu nascer" exprime a ideia de tempo; isto é, o momento que "toda essa droga vem malhada". As palavras e expressões grifadas são advérbios.

Ele fala (verbo) bem (advérbio). → advérbio modificando verbo
Ele é muito (advérbio) falante (adjetivo). → advérbio modificando adjetivo
Ele fala muito (advérbio) bem (advérbio). → advérbio modificando advérbio.

Observações:
1. Se a circunstância for expressa por apenas uma palavra, chamamo-la de advérbio. Ex.: ontem, ainda, agora.
2. Se a circunstância for expressa por um conjunto de palavras (preposição + substantivo), temos uma locução adverbial. Ex.: às pressas, de repente, com medo.
3. Se a circunstância for expressa por várias palavras, temos a expressão adverbial. Ex.: antes d'eu nascer, atrás da porta, em cima daquela mesa.

De acordo com as circunstâncias que expressam, os advérbios classificam-se em:

Classificação	Advérbios e locuções adverbiais
Tempo	agora, hoje, ontem, cedo, tarde, à tarde, à noite, já, no dia seguinte, amanhã, de manhã, jamais, nunca, sempre, antes, breve, de repente, de vez em quando, às vezes, imediatamente, etc.
Lugar	aqui, ali, aí, lá, cá, acolá, perto, longe, abaixo, acima, dentro, fora, além, adiante, distante, em cima, ao lado, à direita, à esquerda, em algum lugar, atrás, etc.
Modo	bem, mal, assim, pior, melhor, depressa, devagar, à toa, às pressas, à vontade, rapidamente, calmamente, infelizmente (e a maioria dos advérbios terminados em -**mente**), etc.
Negação	não, absolutamente, tampouco, nunca, de modo algum, de forma alguma, etc.
Afirmação	sim, realmente, deveras, certamente, sem dúvida, efetivamente, com certeza, de fato, etc.
Intensidade	muito, pouco, bastante, suficiente, demais, mais, menos, tão, etc.
Dúvida	talvez, possivelmente, provavelmente, quiçá, etc.
Interrogação	onde, quando, como, etc.

Ex.:
Onde você mora? (lugar)
Como você fez esse texto? (modo)
Quando ela chegou? (tempo)
Por que não me ouve? (causa)

Por serem empregadas em frases interrogativas (diretas ou indiretas), as palavras grifadas acima são chamadas de advérbios interrogativos. Apesar de serem classificados como invariáveis, os advérbios apresentam flexão de grau:

1. Grau comparativo:

- de igualdade: *Ele fala tão bem quanto o colega.*
- de superioridade: *Ele fala mais depressa que eu.*
- de inferioridade: *Ele fala menos depressa que eu.*

2. Grau superlativo:

- sintético: *Ele fala baixíssimo.*
- analítico: *Ele fala muito baixo.*

Obs.: *Bem* e *mal* admitem o grau comparativo de superioridade sintético: melhor e pior. Ex.: Ele fala melhor que eu. Ele fala pior que eu.

Dicas para o uso dos advérbios:

1) Se na frase houver a coordenação de vários advérbios terminados em –mente, usar esse sufixo apenas no último advérbio. Ex.: Ele fala calma, clara e sossegadamente.
2) Antes de verbos no particípio, use: mais mal, mais bem. Ex.: Este exercício está mais bem feito que o meu.
3) Às vezes, o advérbio recebe sufixo diminutivo para indicar o grau superlativo. Ex.: Fiquei pertinho do palco. (= Fiquei muito perto do palco).
4) Na linguagem popular, a repetição do advérbio tem valor superlativo. Ex.: Venha rápido, rápido. (= Venha bastante rápido).
5) Alguns advérbios podem modificar uma oração inteira. Ex.: Verdadeiramente, eles são os melhores da classe.

✍Questões de concursos comentadas

1. (FCC/Prefeitura de São Paulo – SP/Auditor Fiscal do Município/Gestão Tributária/2012 – adaptada)

Para combater o totalitarismo, basta compreender uma única coisa: o totalitarismo é a negação mais radical da liberdade. […] A própria existência de movimentos totalitários no mundo não totalitário […] dá provas eloquentes da falência de toda a estrutura da moralidade […] Mesmo assim, muitos duvidam que essa falência seja real. Essas pessoas costumam achar que aconteceu algum acidente e que agora o dever é restaurar a ordem antiga, apelar ao antigo conhecimento do certo e do errado, mobilizar os velhos instintos de ordem e segurança. Rotulam quem fala e pensa de outra maneira de "profeta da catástrofe", cuja sombra ameaça toldar o sol que se levanta sobre o bem e o mal por toda a eternidade. […]

Julgue o item a seguir.

A classe de palavras a que pertencem *bem* e *mal* (destacados no texto) é distinta da classe a que pertence a palavra destacada em "Disse-lhe um **sim** bastante acanhado".

✍ **Comentário:**
As palavras "bem" e "mal" são advérbios que indicam modo. Já a palavra "sim" é advérbio que indica afirmação. Todas pertencem, pois, à mesma classe de palavras — advérbios.
Gabarito: Errado

2. (CESGRANRIO/ Petrobras – Técnico(a) de enfermagem do trabalho júnior/2008)

[...]O medo é uma emoção necessária para defender-se de algo que ameaça a integridade física ou psicológica. Ele é indispensável para a sobrevivência, para lidar com crises e riscos. O problema é que o medo nem sempre vem de uma ameaça real. Algumas vezes brota de fantasias e crenças.

Então, muitas das decisões que tomamos são para não ser um fracasso, não ficar sozinho, não perder a família... O não marca que a decisão era reativa, defensiva de uma ameaça que nem sempre era real. A partir do medo, desenhamos um mapa de onde não queremos chegar. [...]

No vocábulo destacado na passagem "O **não** marca…" (ℓ. 27) ocorre, morfologicamente, uma:

a) adverbialização.
b) substantivação.
c) quantificação.
d) adjetivação.
e) pronominalização.

✍**Comentário:**
Na oração destacada temos um advérbio de negação (não) que sofre o processo de substantivação, devido à presença imediata do artigo definido masculino "o" antes desse advérbio. Os artigos sempre "têm o poder" de transformar as palavras em substantivo quando aparecem antepostos a elas.
Gabarito: B

3. (CESGRANRIO/ FINEP/ Técnico – Apoio Adm. e Secretariado/2011)

[…] Sempre senti muitíssimo por não ter aprendido piano. Não sei o que aconteceu. Meu pai se diz ele próprio um pianista frustrado e poderia ter resolvido isso através de mim, mas não o fez. Estudei balé clássico, moderno, sapateado, cantei em coral, fiz aula de música na escola, mas, por uma razão ou por outra, nunca me puseram para aprender piano. [...]

SEIXAS, Heloisa. Aulas de Piano. **Seleções do Reader's Digest**, Rio de Janeiro, p. 37-38, fev. 2011. Adaptado.

A terminação **-íssimo** costuma ser adicionada a adjetivos. No caso do Texto I, em que ela é adicionada a um advérbio — "muitíssimo" — (ℓ. 15), traz a noção de:

a) ênfase
b) qualidade
c) autoridade
d) formalismo
e) estranhamento

✍ **Comentário:**
"Muitíssimo" traz noção de ênfase. Observe o exemplo: Sentiu muitíssimo a morte do pai.

Marly Monteiro CPF: 64409147

O advérbio relaciona-se com o verbo "sentir" intensificando-o. Logo, dá-lhe ênfase.
Gabarito: A

4. (CESGRANRIO/Petrobras/Administrador Júnior/ 2011 – adaptada) Julgue o item a seguir.

O emprego da palavra/expressão destacada está INCORRETO em "Estava **mau-humorado** quando entrou no escritório."

✍**Comentário:**
O emprego de "mau-humorado" está incorreto conforme afirmado no item.
Mau é adjetivo, antônimo de bom. Mal pode ser:
• advérbio de modo, antônimo de bem (mal-educada, mal-humorada);
• conjunção subordinativa temporal – sinônimo de assim que, qual (mal chegou e já teve que sair);
• substantivo – deve ser precedido de artigo ou outro determinante (esse mal é difícil de curar).
Na dúvida, memorize:
• Se for adequado o encaixe da palavra bom, a escrita correta é mau (com "u").
Menino bom. / Menino mau.
• Se for adequado o encaixe da palavra bem, a escrita correta é mal (com "L").
Passei bem. / Passei mal.
Gabarito: Certo

5. (CESPE/UERN/Técnico de Nível Superior/2010 – adaptada)

[…] uma garotinha está deitada displicentemente no colo de um senhor bem velhinho e bem simpático. […] Os dois estão sentados em um balanço de madeira de cor verde, desses em que cabem apenas duas pessoas e que são bastante comuns em quintais, varandas e jardins de casas de classe média, classe média alta. Ela está comodamente estirada. Com a cabeça entre o ombro e a barriga do velhinho e os pés apoiados numa almofada de crochê de cor creme. Nas mãos, ela traz um livro de histórias cheio de desenhos coloridos. Livro esse que, olhando atentamente, você verá que se trata da história da Bela Adormecida. O que, aliás, é muito engraçado, porque enquanto a bela conta a história da Bela Adormecida, o velho é que adormeceu. […] Ela, por sua vez, não se deve importar com que seu ouvinte durma. Afinal, ela só quer colo e aquela mão terna, enrugada e querida em volta da sua cintura pequenina. Mesmo desatento, ele está dando a ela seu tempo e seu carinho sonolento. […]

UMA FOTO SERIA MELHOR
19 de agosto — dia do fotógrafo

Este texto tem mil palavras. Folha de S.Paulo, 19/8/1988. Apud: Platão e Fiorin. *Para entender o texto*. São Paulo: Ática, 1999, p. 378-80 (com adaptações)

Julgue o item a seguir.

O advérbio "displicentemente" (ℓ. 1) tem sentido equivalente a "com disciplina", expressão que pode substituí-lo corretamente no texto.

✍**Comentário:**
"Displicentemente" relaciona-se ao verbo "deitar", indicando-lhe modo. É, portanto, um advérbio. Porém, não tem sentido equivalente a "com disciplina". Seu significado refere-se a algo ou alguém que cause desagrado, descontentamento, insatisfação. Sendo assim, uma palavra não substitui corretamente a outra.

Gabarito: Errado

6. (CESPE/ 2009/ CEHAP/ Auxiliar de serviços administrativos – Adaptada) Julgue o item a seguir.

Na expressão "falar mais de amor" o vocábulo "mais" indica intensidade.

✍ **Comentário:**
A palavra "mais" modifica o verbo "falar", indicando sua intensidade. Logo, é um advérbio de intensidade.
Gabarito: Certo

Preposição

Preposição é a palavra invariável que liga duas outras palavras, estabelecendo, entre elas, determinadas relações de sentido e dependência.

As preposições classificam-se em:

- **essenciais:** palavras que só funcionam como preposição. Ex.: a, ante, até, após, com, contra, de, desde, em, entre, para, perante, por, sem, sob, sobre, atrás.
- **acidentais:** palavras de outras classes gramaticais que, em certas frases, funcionam como preposição. Ex.: conforme, como, consoante, mediante, segundo, visto, durante.

Locução prepositiva

É a expressão que estabelece a relação entre duas palavras. Ex.: abaixo de, atrás de, acima de, por causa de, ao lado de, até a, defronte de, perto de, de acordo com.

Emprego das preposições

Certas preposições podem aparecer combinadas com outras palavras. Dessa combinação pode ocorrer:

- **contração:** quando na junção da preposição com outra palavra houver perda de algum fonema.
  Ex.: em + a = na
  de + o = do
  em + um = num
  em + aquele = naquele

- **combinação:** quando, na junção, não houver perda fonética.
  Ex.: a + onde = aonde
  a + o = ao

Importante: o sujeito de um verbo não admite preposição e, portanto, não se deve fazer a contração da preposição "de" com o artigo ou o pronome que encabeça esse sujeito.
Ex.:
Agora é a vez do professor falar. – Errado
Agora é a vez de o professor falar. – Certo

Como as preposições estabelecem uma relação específica entre dois termos, é preciso cuidado ao utilizá-las, pois a troca de uma preposição por outra pode alterar o sentido da frase.

Exemplos:
Ele saiu com o irmão. (com = indica companhia)
Ele saiu sem o irmão. (sem = indica ausência)
Ele foi contra o irmão. (contra = indica oposição)
Ele foi com o irmão para o Sul. (para = indica direção)
Ele andou por São Paulo. (por = indica lugar)

Agora, observe como uma mesma preposição pode indicar diferentes relações entre os termos.

Exemplos:
Este livro é de José. (de = indica posse)
Ela chegava de Porto Alegre. (de = indica origem)
Era uma porta de madeira. (de = indica matéria)
Morreu de fome. (de = indica causa)
Foi de carro ao sítio. (de = indica meio)
Falei de você ao chefe. (de = indica assunto)

As preposições podem unir-se a outras palavras. Eis alguns exemplos:

À = a + a
Ao = a + o
Àquela = a + aquela
Àquele = a + aquele
Deste = de + este
Do = de + o
Donde = de + onde
Dele = de + ele
Naquilo = em + aquilo
Nas = em + as
No = em + o
Num = em + um
Pela = per + a
Pelas = por + as
Pelo = por + o
Pelos = per + os

✍ Questões de concursos comentadas

1. (CESGRANRIO/2010/Petrobras)

Não transforme o seu futuro em um passado de que você possa arrepender-se

O futuro é construído a cada instante da vida, nas tomadas de decisões, nas aceitações e recusas, nos caminhos percorridos ou não. Esse movimento é feito por nós diariamente sem percebermos e sem muito impacto, contudo, quando analisado em um período de tempo maior, ficam nítidos os erros e acertos. Sabemos, internamente, dos melhores caminhos, entretanto, pelas inseguranças, medos e raivas, diversas vezes adotamos posturas impensadas que impactam pelo resto da vida, comprometendo trilhas que poderiam ser melhores ou mais tranquilas.

Como podemos superar esses momentos? Como fazer para evitar esses erros súbitos? Perguntas a que também quero responder, afinal, sou humano e cometo todos os erros inerentes a minha condição, contudo, posso afirmar que o mundo não acaba amanhã e, retirando a morte, as decisões podem ser adiadas, lembrando que algumas delas geram ônus e multas. No direito e na medicina isso é mais complexo, mas em muitas outras áreas isso é perfeitamente aceito. A máxima de que "não deixe para fazer amanhã o que você pode fazer hoje" não é tão máxima assim. Devemos lembrar que nada é absoluto, mas relativo.

Uma coisa faz muito sentido nesse tema: não deixe entrar aquilo de que você tem dúvida; se deixar, limite o espaço. A pessoa mais importante da vida é o seu proprietário, o nosso maior erro é ser inquilino dela, deixar entrar algo que se acha errado ou não se quer é tornar-se inquilino do que é seu, pagando aluguel e preocupado com o final do contrato da sua vida. Não cometa esse erro.

A felicidade atual depende do passado, assim como a tristeza, a pobreza, a saúde e muitas outras coisas. Nunca se esqueça disso, nunca. Torne mais flexível o seu orgulho, algo que hoje não deu certo, pode ser perfeitamente aplicável daqui a um tempo. O orgulho impede de você tentar de novo. Não minta para você, essa é a forma mais rápida de se perder. Quando tiver dúvida, fale alto com você mesmo, escute as suas palavras e pense muito. É melhor ser taxado de louco do que ser infeliz.

Aceite que erramos, mas lembre que cometer os mesmos erros é burrice. O ideal é aprender com os erros dos outros; para que isso aconteça, observe o

que acontece com o mundo ao seu redor, invariavelmente o seu problema já foi vivido por outras pessoas. Você não foi o primeiro a cometer erros e, com absoluta certeza, não será o último. A observação é o melhor caminho para um futuro mais tranquilo, mais equilibrado, mais pleno. Temos que separar um tempo do nosso dia para a reflexão e meditação.

A opção cuja classe da palavra destacada difere da das demais é:

a) "O futuro é construído **a** cada instante da vida," (ℓ. 1)
b) "Perguntas **a** que também quero responder," (ℓ. 13-14)
c) "… os erros inerentes **a** minha condição," (ℓ. 15)
d) "retirando **a** morte," (ℓ. 17)
e) "pode ser perfeitamente aplicável daqui **a** um tempo." (ℓ. 36)

✍ **Comentário:**
Na alternativa D, o "a" precede um substantivo, sendo, portanto, um "artigo". Nas demais alternativas, o "a" é preposição. Perceba que, na alternativa D, é possível flexionar a palavra destacada para o plural (as mortes), o que não é possível fazer nas demais alternativas. Isso porque temos aí duas classes de palavras bem distintas: uma que é variável (artigo) e outra que é invariável (preposição).
Gabarito: D

2. (CESPE/2012/STJ/Analista Judiciário/Área Judiciária)

Fundada por Ptolomeu Filadelfo, no início do século III a.C., a biblioteca de Alexandria representa uma epígrafe perfeita para a discussão sobre a materialidade da comunicação. As escavações para a localização da biblioteca, sem dúvida um dos maiores tesouros da Antiguidade, atraíram inúmeras gerações de arqueólogos. Inutilmente. Tratava-se então de uma biblioteca imaginária, cujos livros talvez nunca tivessem existido? Persistiam, contudo, numerosas fontes clássicas que descreviam o lugar em que se encontravam centenas de milhares de rolos. E eis a solução do enigma. O acervo da biblioteca de Alexandria era composto por rolos e não por livros — pressuposição por certo ingênua, ou seja, atribuição anacrônica de nossa materialidade para épocas diversas. Em vez de um conjunto de salas com estantes dispostas paralelamente e enfeixadas em um edifício próprio, a biblioteca de Alexandria consistia em uma série infinita de estantes escavadas nas paredes da tumba de Ramsés. Ora, mas não era essa a melhor forma de colecionar rolos, preservando-os contra as intempéries? Os arqueólogos que passaram anos sem encontrar a biblioteca de Alexandria sempre a tiveram diante dos olhos, mesmo ao alcance das mãos. No entanto, jamais poderiam localizá-la, já que não levaram em consideração a materialidade dos meios de comunicação dominante na época: eles, na verdade, procuravam uma biblioteca estruturada para colecionar livros e não rolos. Quantas bibliotecas de Alexandria permanecem ignoradas devido à negligência com a materialidade dos meios de comunicação?

[…]

Com relação às ideias e estruturas linguísticas do texto, julgue o item a seguir.

A preposição "para", em "para a discussão" (ℓ.3) e em "para colecionar livros" (ℓ.23), introduz expressão que exprime finalidade.

✍**Comentário:**
"… a biblioteca de Alexandria **representa** uma epígrafe perfeita para a discussão sobre a materialidade da comunicação."

"Eles, na verdade, **procuravam** uma biblioteca estruturada para **colecionar** livros e não rolos."
Observe os destaques nos fragmentos retirados do texto. Perceba que, no primeiro, a expressão "para" indica a finalidade da epígrafe e que existe apenas uma forma verbal em todo o enunciado (representa). Há, pois, apenas uma oração e o "para" tem função de preposição. No segundo fragmento, existem duas formas verbais (procuravam e colecionar), as quais formam duas orações ligadas pela palavra "para", indicando, também, finalidade.
Como a questão apenas chama a atenção para o sentido estabelecido pela palavra "para", a função que cada uma delas exerce não deve ser levado em conta na hora da resposta. Ambas são expressões que indicam finalidade.
Gabarito: Certo

Aula 6 - Emprego do sinal indicativo de crase

Crase é a fusão da preposição **a** com o artigo **a** ou com o **a** inicial dos pronomes demonstrativos **aquele**, **aquela**, **aquilo**. Na escrita, é indicada por meio do acento grave (`). Para que ela ocorra, é necessário que haja:

*a) um termo regente que exija a preposição **a**;*
*b) um termo regido que seja modificado pelo artigo **a** ou por um dos **pronomes demonstrativos de 3ª pessoa** mencionados acima.*

Obs.: crase **não** é o acento grave; ele serve para **indicar** que naquele **a** ocorre crase: junção de **a** + **a**.

Regra geral

A crase ocorrerá sempre que o termo anterior exigir a preposição **a** e o termo posterior admitir o artigo **a** ou **as**.

Vou a a praia. = Vou à praia.

Para se certificar, substitua o termo feminino por um masculino. Se a combinação **ao** for necessária, a crase será indispensável.

*Ex.: Vou à praia. / Vou **ao** clube.*

Emprego obrigatório do sinal de crase

Sempre ocorrerá crase:

1) Nos casos em que a regra geral puder ser aplicada.

Ex.: Dirigiu-se à professora.

2) Nas locuções conjuntivas, adverbiais e prepositivas (formadas por **a** + **palavra feminina**).

Exemplos:

***À medida** que passa o tempo, a violência aumenta.*
*O povo brasileiro vive **à mercê** de políticos, muitas das vezes corruptos.*
*Gosto muito de sair **à noite**.*

3) Na indicação do número de horas, quando, ao trocar o número de horas pela palavra meio-dia, obtivermos a expressão **ao meio-dia**.

*Retornou **às** oito horas em ponto.*
*(Retornou ao **meio-dia** em ponto.)*

4) Nas expressões **à moda de**, **à maneira de**, mesmo quando essas estiverem implícitas.

*Ex.: Farei para o jantar uma bacalhoada (à moda de Portugal) **à** portuguesa.*

Emprego facultativo do sinal de crase

1) Diante de pronomes adjetivos possessivos femininos. Vou **a** sua casa. / Vou **à** sua casa. (Vou a seu apartamento/ ao seu apartamento).

Obs.: se o pronome for substantivo possessivo, o sinal de crase será obrigatório. Vou **a** sua festa e você irá **à** minha / Vou a (ao) seu baile e você irá ao meu.
Artigo facultat. Artigo obrigatório

2) Diante de nomes próprios femininos.
Não me referia **a** Eliana. / Não me referia **à** Eliana.
(Não se refere **a** Roberto / ao Roberto).

3) Depois da preposição **até**.
Foi **até a** porta. / Foi **até à** porta.
(Foi **até o** portão / **até ao** portão).

Casos em que nunca ocorre crase

1) Diante de palavras masculinas. Não pode ocorrer artigo **a** (feminino) antes de palavra masculina; se houver **a**, será preposição.

*Ex.: Saiu a **cavalo** e sofreu uma queda*

2) Diante de verbos. Não há artigo antes de verbo, pois este se transformaria em substantivo; se houver **a**, será preposição.

*Ex.: Ele está apto a **concorrer** ao cargo.*

3) Diante de nome de cidade (topônimo) que repudie o artigo.

Ex: Turistas vão frequentemente a Tiradentes.

DICAS: Descubra se o nome da cidade aceita artigo: use o verbo "voltar". Se houver contração de preposição e artigo, existirá crase. Vou **a**, volto da, crase há. Vou **a**, volto de, crase por quê?

*Ex.: Fui **à** Espanha/ Voltei da Espanha.*
Fui a Tiradentes/ Voltei de Tiradentes.

Se o nome da cidade estiver determinado, a crase será obrigatória.

*Ex.: Fui **à** histórica Tiradentes.*
*Fui **à** Roma dos Césares.*

4) Em expressões formadas por palavras repetidas (**uma a uma**, **frente a frente**, etc.)

*Ex.: Olhamo-nos **cara a cara**.*

5) Quando o **a** estiver no singular, diante de uma palavra no plural. Se houvesse artigo, ele estaria no plural, pois acompanharia a flexão do substantivo.

*Ex.: Como posso resistir **a pessoas** tão encantadoras?*
(Como posso resistir **às pessoas**…)

6) Diante do artigo indefinido **uma**. Não pode haver um artigo definido (determinante) juntamente com um indefinido, que generaliza o substantivo.

*Ex.: Isto me levou a **uma** decisão drástica.*

7) Diante da expressão **Nossa Senhora** e de nomes de santos.

*Ex.: Entregarei a **Nossa Senhora** da Conceição minha oferenda.*

8) Diante da palavra **terra**, quando esta significar "terra firme", "tomada em oposição a mar ou ar".
*Ex.: Os pilotos já voltaram **a terra**.*

9) Diante da palavra **casa** (no sentido de "lar"; "moradia") quando esta não estiver determinada por adjunto adnominal.

Marly Montefusco CPF 54409147234

*Ex.: Não voltarei **a casa** esta semana.*

Caso a palavra **casa** venha determinada por adjunto adnominal, ocorrerá a crase.

*Ex.: Não voltarei **à casa de meus pais** esta semana.*

10) Diante de pronomes que não admitem artigo: **relativos**, **indefinidos**, **pessoais**, **de tratamento** e **demonstrativos** (não iniciados pela vogal **a**).

*Ex.: Dei **a ela** oportunidade de se redimir.*
*Solicito **a V.Sª** a confirmação do pedido.*
*Falei **a várias** pessoas sobre a reunião.*

11) Diante de **numerais cardinais** quando estes se referem a substantivos não determinados pelo artigo.

*Ex.: Daqui a **duas** semanas retornarei ao trabalho.*

Crase da preposição "a" com pronomes demonstrativos

Preposição **a** + pronomes demonstrativos = **à**, **à**quilo, **à**quele(s), **à**quela(s)

*Ex.: Assistimos **àquela** peça teatral.*

O **a** será pronome demonstrativo quando significar **aquela**.

✍ **Questões de concurso comentadas**

1. (CESPE / 2011 / Correios / Agente de Correios / Operador de Triagem e Transbordo)

1 O transcorrer da história postal corresponde à crescente transformação histórica do próprio país, razão pela qual conhecer os principais fatos ligados à implementação e ao
4 aperfeiçoamento dos serviços postais fornece um panorama do desenvolvimento histórico brasileiro.

Emprega-se o sinal indicativo de crase em "corresponde à crescente transformação histórica" (ℓ.1-2) porque

a) a expressão "história postal" (ℓ.1) exige complemento antecedido por artigo definido feminino.
b) a forma verbal "corresponde" exige complemento regido da preposição a, e a expressão que a complementa é precedida do artigo definido **a**.
c) a expressão "transformação histórica" deve ser imediatamente precedida da preposição **a**.
d) a forma verbal "transcorrer" exige complemento regido da preposição **a**.
e) a forma verbal "transcorrer" (ℓ.1) foi transformada em substantivo pela anteposição do artigo "O".

✍ **Comentário:**
A forma verbal "corresponde" exige complemento regido pela preposição "a" e a expressão que a complementa é precedida do artigo definido "a". Entenda:
Quem corresponde, corresponde a alguma coisa.
Corresponde a quê? (preposição)
A crescente transformação histórica. (artigo)
A (preposição) + A (artigo) = crase
Logo: *"corresponde à crescente transformação histórica"*.
(Evita-se, assim, a repetição dos dois "as".
Gabarito: B

2. (CESPE / 2010 / TRT - 21ª Região (RN) / Técnico Judiciário / Tecnologia da Informação)

Estado brasileiro, um gigante gastador

1 A cada ano, aproximadamente 92% dos gastos do governo federal — excluindo-se pagamento de dívidas e transferências — são engolidos pelas engrenagens do Estado
4 brasileiro. De cada 100 reais, 25 são destinados ao pagamento de pessoal, e outros 67, ao custeio da máquina — despesas que vão do cafezinho servido nas repartições públicas à gasolina que move os veículos de autoridades.

Com base no texto acima, julgue o item seguinte.
Na linha 6, o emprego do acento grave em "à gasolina" justifica-se pela regência de "repartições públicas" e pela presença de artigo definido feminino.

✍ **Comentário:**
O verbo "ir" exige complemento regido pela preposição "a". Quem vai, vai de um lugar a outro: *"vão do cafezinho servido nas repartições públicas à gasolina…"*. Como "gasolina" é uma palavra feminina, acontece a "combinação" dos dois "as": A (preposição) + A (artigo) = crase.
Gabarito: Errado

3. (CESPE / 2010 / ABIN / Agente Técnico de Inteligência / Área de Tecnologia da Informação)

10 [...]Assim, os dilemas inerentes à convivência entre democracias e serviços de inteligência exigem a criação de mecanismos eficientes de vigilância e de avaliação desse tipo
13 de atividade pelos cidadãos e (ou) seus representantes.

Marco Cepik e Christiano Ambros. Os serviços de inteligência no Brasil. In: Ciência Hoje, vol. 45, n.º 265, nov./2009. Internet: <cienciahoje.uol.com.br> (com adaptações).

Com relação à estrutura coesiva, gramatical e vocabular do texto, julgue o item seguinte.

Mally Montefusco CPF: 64409147234

O uso do sinal indicativo de crase no trecho "os dilemas inerentes à convivência" (ℓ.10) não é obrigatório.

✍ **Comentário:**
A expressão "à convivência" complementa o sentido de um adjetivo e, por isso, trata-se de um complemento nominal. O adjetivo "inerente" exige complemento regido por preposição: inerente a quê? A convivência = fusão de a (preposição) + a (artigo) = crase.
Gabarito: Errado

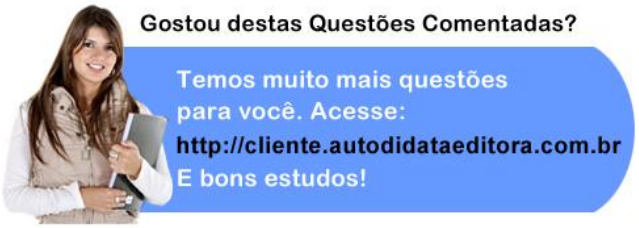
4. (CESPE / 2010 / UERN / Agente Técnico Administrativo)

Como o enfrentamento do problema do aquecimento Global exige a atuação conjunta de dezenas de nações, as perspectivas para a próxima cúpula do clima, prevista para dezembro, no México, vão-se tornando mais desanimadoras. Mas a questão climática, para ser enfrentada de modo satisfatório, precisa menos de crenças otimistas ou pessimistas e mais de análises objetivas das transformações da atmosfera. É com apoio científico capaz de embasar as decisões sensatas dos governos que se caminhará rumo a necessária reorientação da economia global.

No texto acima, cabe o emprego correto do acento grave no trecho

a) "a atuação" (ℓ.2).
b) "as perspectivas" (ℓ.2-3).
c) "a questão" (ℓ.5).
d) "as decisões" (ℓ.8).
e) "a necessária" (ℓ.9).

✍ **Comentário:**
Relembrando: crase é a fusão (combinação) de "a" (preposição) + "a/as" (artigo) ou pronomes "aquela(s)", "aquele(s)", "aquilo(s)", "a qual" ("as quais"). Assim sendo, para que ocorra a crase, o verbo deve ser VTI (verbo transitivo indireto), isto é, deve exigir complemento regido por preposição e esse complemento deve iniciar por substantivo feminino ou algum pronome mencionado acima. Analisemos cada caso:
a) Incorreta. EXIGE é verbo transitivo direto. Pergunta-se: "exige o quê?". Perceba que nessa pergunta não há preposição. Logo, a resposta - o complemento verbal "a atuação" – não terá acento grave no "a", pois trata-se somente de um artigo.
b) Incorreta. Em "as perspectivas", o "as" não marca presença combinada de preposição, é apenas um artigo feminino.
c) Incorreta. O caso é semelhante ao da alternativa anterior.
d) Incorreta. "As decisões" é complemento do VTD (verbo transitivo direto) "embasar". Esse "as" é um artigo feminino, já que o verbo não exige complemento regido por preposição.
e) Correta. "Rumo" é um substantivo que indica *direção para onde se dirige* e exige um complemento regido por preposição (rumo aonde? *à necessária reorientação da economia global* → fusão de a (preposição) e a (artigo) = crase).
Gabarito: E



Aula 7 – Sintaxe da oração e do período

1. Frase, oração e período:

Frase é a expressão de um pensamento completo. Pode ter verbo ou não.
Se a frase tiver verbo, será **oração** ou **período**.

Exemplos:
Frase sem verbo: *Socorro!*
Frase com verbo*: Há muito tempo que não chove.*

Enquanto na língua falada a frase é caracterizada pela entonação; na língua escrita, a entonação é reduzida a sinais de pontuação.

Quanto aos tipos de frase, além da classificação em **verbais** e **nominais**, feita a partir de seus elementos constituintes, elas podem ser classificadas a partir de seu sentido global:

- **frases interrogativas:** o emissor da mensagem formula uma pergunta.

  Que queres fazer?

- **frases imperativas:** o emissor da mensagem dá uma ordem ou faz um pedido.

  Dê-me uma mãozinha! — Faça-o sair!

- **frases exclamativas:** o emissor exterioriza um estado afetivo.

  Que dia difícil!

- **frases declarativas:** o emissor constata um fato.

  Ele já chegou.

Quanto à estrutura, as frases que contêm verbos são formadas por uma ou mais orações. A oração tem como elementos essenciais: **sujeito** e **predicado**.

A oração, às vezes, é sinônimo de frase e de período simples. Isso ocorre quando encerra um pensamento completo e vem limitada por **ponto-final**, **ponto de interrogação**, **ponto de exclamação** e por **reticências**.

Um vulto cresce na escuridão.
Clarissa se encolhe.
É Vasco!

Acima, temos três orações que encerram ideias completas, portanto correspondem a três períodos simples e, simultaneamente, a três frases.

Obs.: frase e **período** têm sentido completo; **oração** pode não ter sentido completo.

Observe que em "**Convém** / que te **apresses**." há **duas orações,** mas **uma só frase**, pois somente o conjunto das duas é que traduz um pensamento completo.

Outra definição para **oração** é "a frase ou parte da frase que se organiza ao redor de um verbo". A oração possui sempre um verbo (ou locução verbal), que implica na existência de um predicado, que pode ou não estar ligado a um sujeito.
Assim, a oração é caracterizada pela presença de um verbo. Dessa forma:

*"*Rua!*"* é uma frase, mas não é uma oração.

Já em "**Quero**/ a rosa mais linda que houver/, para **enfeitar** a noite do meu bem." ("A noite do meu bem" – Milton Nascimento), temos uma frase e três orações.

Cada uma dessas três orações não são frases, pois, em si mesmas, não satisfazem um propósito comunicativo; são, portanto, partes da frase, ou três orações de um período composto.

Quanto ao **período**, é uma frase constituída por uma ou mais orações, formando um todo, com sentido completo. O período pode ser **simples** ou **composto**.

- **Período simples** é aquele constituído por apenas uma oração, que recebe o nome de **oração absoluta.**

  Chove.
  A existência é frágil.
  *Os homens sensíveis **pedem** amor sincero às mulheres de opinião.*
  ***Quero** uma linda rosa.*

- **Período composto** é aquele constituído por duas ou mais orações.

"Quando você **foi** embora/, **fez**-se noite em meu viver." ("Travessia" – Milton Nascimento)

Cantei/, dancei/ e depois dormi.

2. Sintaxe do período simples

Os termos da oração

Os termos que estruturam uma oração podem ser **essenciais**, **integrantes** e **acessórios**. Todos eles, mesmo os acessórios, concorrem para a estrutura semântica da unidade de comunicação.

Termos essenciais: *sujeito* e *predicado*.
Termos integrantes: c*omplementos verbais*, *complemento nominal* e *agente da passiva*.
Termos acessórios: *adjunto adnominal*, *adjunto adverbial* e *aposto*.

Termos essenciais da oração:

Sujeito – é o termo de que se faz uma declaração contida no predicado;
• é o termo da oração com o qual o verbo concorda em número e pessoa;
• é o ser de quem se declara algo;
• é "o ponto de partida da enunciação linguística constituída pela oração".

Classificações do sujeito:

Determinado, **indeterminado** e **oração sem sujeito**.

Sujeito determinado – o sujeito será determinado quando for possível identificar que elemento da oração funciona como sujeito. Encontra-se o sujeito perguntando "**quem** faz o que o verbo diz?"

***Roberto** aprendeu a nadar*. (quem aprendeu?)
***Alguém** bateu à porta.* (quem bateu?)
(**eu**) *Aprendi as notas musicais.* (quem aprendeu?)
***Adultos e crianças** participaram do evento.* (quem participou?)

O sujeito determinado pode ser:

1. **Simples –** contém apenas um núcleo.

***Um robô** viajará para a Estação Espacial.*
***Todos** concordaram com a ementa da palestra.*

2. **Composto –** contém dois ou mais núcleos.

Pai* e *filho *eram duas faces da mesma moeda.*
Cartazes*, *filmes*, *fotografias *também são meios de comunicação.*

3. **Implícito** (ou **oculto**) – não está expresso na oração, mas é reconhecido pela desinência (terminação) verbal.

(**nós**) *Concordamos com suas ideias.*
(**eu**) *Não entendi a questão.*

Sujeito indeterminado – o sujeito da oração será indeterminado quando não estiver expresso, e nenhum outro termo fornecer elementos para o seu reconhecimento. Note que, embora não seja conhecido, **existe quem pratique a ação verbal.**

Pode-se construir o sujeito indeterminado de duas maneiras:

a) colocando-se o verbo na 3ª pessoa do singular, acompanhado do pronome **se,** que receberá a denominação de **índice de indeterminação do sujeito.**

*Precisa-**se** de carpinteiros.*
*Dorme-**se** bem melhor no inverno.*

b) Colocando-se o verbo na 3ª pessoa do plural.

***Dizem** que pintar é uma boa distração.*
***Consertaram** a placa de sinalização.*

Oração sem sujeito – apesar de o sujeito ser um termo essencial, há orações constituídas apenas de predicado, pois **não existe quem pratique a ação verbal.** São as orações formadas com os seguintes verbos:

a) **haver**, significando "existir", "acontecer", "realizar-se" e "fazer".

***Há** muitos sonegadores ainda impunes*. (existem)
***Houve** algum problema com você?* (aconteceu)
***Houve** uma grande festa no feriado. (realizou-se)*
***Há** muitos anos que não a vejo*. (faz)

b) **fazer**, **ser** e **estar** indicando "tempo transcorrido" ou "tempo relativo a fenômeno da natureza".

***Faz** dias que o carteiro não aparece.*
***Era** cedo quando ele chegou.*
***Estava** um dia chuvoso.*

c) verbos que exprimem fenômeno da natureza: **gear**, **nevar, chover, ventar, trovejar, relampejar, anoitecer**, etc.

***Choveu** muito ontem.*
***Anoitecia** lentamente.*
***Geou** na serra gaúcha.*

Os verbos das orações sem sujeito chamam-se **impessoais.** Eles são usados na **3ª pessoa do singular** e, se acompanhados de verbos auxiliares, transmitem a eles a sua impessoalidade.

***Faz** cinco anos que me formei.*
***Vai fazer** cinco anos que me formei.*

Obs.: Os verbos que exprimem fenômeno da natureza, quando usados em sentido figurado, deixam de ser impessoais e a oração deixa de ser sem sujeito.

Já amanheci cansado. (sujeito simples: **eu**)
Chovem denúncias sobre gente importante. (sujeito simples: **denúncias**)

Predicado – é a parte da oração que contém a informação nova para o ouvinte;
– é o termo da oração que contém o verbo e que exprime aquilo que se declara a respeito do sujeito;
– é a declaração que se faz sobre o sujeito.

Obs.: Há casos (com verbos impessoais) em que a oração não possui sujeito. No entanto, como a oração é estruturada em torno de um verbo (**expresso** ou **elíptico**) e ele está contido no predicado, é impossível existir uma oração sem predicado.

Ex.: *Os retirantes* *fogem da seca*.
sujeito predicado

_____ *Choveu muito no sul do país*.
sem sujeito predicado

Classificações do predicado:

Verbal, nominal e verbo-nominal.

Predicado verbal – o núcleo da declaração está num verbo significativo, ou seja, um verbo que transmite uma ideia ao interlocutor, pois tem um conteúdo semântico próprio: *correr*, *pular*, *sorrir*, *estudar*, *comprar*, *gostar*, *amar*, *vender*, *abrir*, *acender*, *apagar*, *ferir*, etc.

*Os homens sensíveis **pedem** amor sincero às mulheres de opinião.*

Predicado nominal – o núcleo da declaração está no nome que é ligado ao sujeito por meio de um verbo de ligação. Esse núcleo semântico, que complementa o verbo de ligação, chama-se **predicativo do sujeito.**

Ex.: *A existência **é** frágil.*

Sujeito: *a existência*
Predicado nominal: *é frágil*
Verbo de ligação: *é*
Predicativo do sujeito: *frágil*

Predicado verbo-nominal – a declaração apresenta dois núcleos (duas informações importantes): uma expressa pelo verbo significativo; outra, pelo nome (que pode referir-se ao sujeito – **predicativo do sujeito** – ou ao objeto – **predicativo do objeto**)

Exemplos:
*O professor **chegou** + O professor estava **nervoso** = O professor chegou nervoso.*

Sujeito: *O professor*
Predicado verbo-nominal: *chegou nervoso*
Núcleo verbal: *chegou*
Núcleo nominal: *nervoso* (predicativo do sujeito)

*O diretor achou o candidato + O candidato **era** fraco =O diretor achou o candidato fraco.*

Sujeito: *O diretor*
Predicado verbo-nominal: *achou o candidato fraco*
Verbo transitivo: *achou*
Objeto: *o candidato*
Predicativo do objeto: *fraco*

Note que o **predicativo** completa um verbo de ligação (expresso ou subentendido). O verbo de ligação, por si mesmo, nada informa a respeito do sujeito; ele apenas **liga** o sujeito ao predicativo.

Os principais verbos de ligação são: **ser**, **estar**, **andar**, **ficar**, **parecer**, **comparecer**, **continuar**, etc., quando expressam estado.

Note: *Ele **anda** nervoso.* **–** verbo de ligação
*Ele **anda** de bicicleta.* – verbo significativo

Termos integrantes da oração:

São os termos que se juntam a determinadas estruturas (verbos ou nomes) para torná-las completas. Classificam-se em: **objeto direto**, **objeto indireto**, **complemento nominal** e **agente da passiva**.

Em uma oração, o verbo significativo pode ser:

Intransitivo – exprime, por si só, uma ideia completa e, por isso, não requer outro termo que lhe complete o sentido.

*O velho leão **morreu**.*

Transitivo – por não ter sentido completo, requer um **objeto**, palavra ou expressão que complete o seu sentido.

Se o objeto não é iniciado por preposição, o verbo é **transitivo direto** e é completado pelo **objeto direto.**

*As palavras da atriz emocionaram **a plateia**.*
VTD objeto direto

Se o objeto é iniciado por preposição, o verbo é **transitivo indireto** e é completado pelo **objeto indireto.**

*Você não crê **em fantasmas**?*
VTI objeto indireto

Se o verbo exigir dois objetos, um sem preposição e outro com preposição, para o completar, então será **verbo transitivo direto e indireto** e terá dois complementos: **objeto direto** e **objeto indireto.**

*O carteiro entregou **a carta** **para o rapaz**.*
VTDI objeto direto objeto indireto

Complemento nominal – É o termo que completa o sentido de um nome de natureza transitiva, cujo sentido só se completa em expressões que se ligam a eles por meio de uma preposição.

*O ser humano tem necessidade **de atenção.***
subst. abstrato complem. nominal
*Todos reagiram favoravelmente **ao acordo**.*
advérbio complem. nominal

Para identificar o complemento nominal, deve-se observar o seguinte:

– o nome a que o complemento nominal se associa pode ser um **substantivo abstrato**, um **adjetivo** ou um **advérbio;**

– o complemento nominal é sempre iniciado por uma **preposição;**

– esse complemento é **necessário, não pode ser retirado,** para que se entenda a sentença;

Agente da passiva – é o complemento de um verbo na voz passiva. Representa o ser que pratica a ação expressa pelo verbo passivo.

Todos os Direitos Reservados – **www.autodidataeditora.com.br** – Proibida a cópia e distribuição

O verbo é passivo quando o sujeito é paciente, isto é, o sujeito sofre a ação expressa pelo verbo.

Vem, normalmente, regido pela preposição **por** (ou, menos frequente, **de)**

*Alfredo é estimado **pelos colegas.***

Sujeito paciente: *Alfredo*

Verbo na voz passiva: *é estimado*

Agente da passiva: *pelos colegas*

O agente da passiva corresponde ao sujeito da oração na voz ativa.

Voz ativa*: **O exército** cercou a cidade*. (o sujeito age)

Voz passiva*: A cidade foi cercada **pelo exército.*** (o sujeito é paciente – sofre a ação)

Termos acessórios da oração:

São os termos que acrescentam uma ideia secundária a um substantivo, a um adjetivo ou a um advérbio. São **adjunto adnominal**, **adjunto adverbial** e **aposto**.

Adjunto adnominal – é o termo que acrescenta uma ideia secundária (dispensável) a um substantivo. (*ad* = junto; *nominal* = nome).

Podem ser representados por: **artigos**, **numerais**, **adjetivos**, **locuções adjetivas** e **pronomes adjetivos**.

*Discursos **longos** são cansativos.*

*Passou **as duas** mãos sobre **a** testa.*

Diferença entre adjunto adnominal e complemento nominal:

• **adjunto adnominal** acompanha um substantivo **concreto** e pode ser retirado sem prejuízo do entendimento da frase;

• **complemento nominal** completa a ideia de um substantivo **abstrato** e não pode ser suprimido.

Adjunto adverbial – é o termo que atribui circunstância ao verbo ou intensifica um adjetivo ou advérbio. É a função sintática exercida por advérbios e locuções adverbiais.

Assim como os advérbios, podem ser de **afirmação**, de **negação**, de **lugar**, de **intensidade**, de **tempo**, de **modo**, etc.

*A sessão foi encerrada **à meia-noite.*** (adjunto adverbial de tempo)

***Não** quero ficar nervoso*. (adjunto adverbial de negação)

Aposto – é o termo que acrescenta uma ideia secundária ao substantivo. É um **elemento dispensável** que serve para explicar, esclarecer, desenvolver ou resumir outro termo da oração; por isso aparece entre vírgulas.

*Em pouco tempo, **dez ou doze minutos**, estaremos aí.*

*Vicente, **presidente do sindicato**, não compareceu à reunião.*

Vocativo – A palavra **vocativo** vem do latim *vocare*, que significa "chamar". Então, é o termo com que chamamos o ser a quem nos dirigimos. Deve aparecer sempre isolado por vírgula.

Exemplos: ***Crianças**, entrem que já está escurecendo*.

*Entrem, **crianças**, que já está escurecendo*.

*Entrem que já está escurecendo, **crianças***.

Formação do período composto:
Processos de coordenação e de subordinação

No período composto sintaticamente estruturado, as orações se relacionam por meio de dois processos básicos: coordenação e subordinação.

A ordem normal das orações que formam o período composto é que a oração subordinada venha após a principal, pois, como a própria nomenclatura já diz, aquela tem condição de entendimento subordinada a esta. Quando a ordem das orações é invertida, usa-se a vírgula para marcar essa antecipação da oração subordinada (consulte as regras para emprego da vírgula).

Imagine um trem. A relação dos vagões com o maquinário pode ser comparada à relação das orações em um período frasal: as orações coordenadas são como o motor do trem e os vagões são como as orações subordinadas. Ora, pois, os vagões não podem ser deslocados sem a ação coordenada do motor do trem, assim como as

orações subordinadas só serão compreendidas se ligadas à oração principal.

Nas frases em que não há dependência sintática entre as orações, ou seja, nos períodos formados por orações coordenadas, o que vai determinar a ordem da frase são as relações lógicas e/ou cronológicas que há entre os elementos dessas frases.

Orações coordenadas

As orações coordenadas tem como principal característica sua independência na frase, pois não dependem de outra oração para serem compreendidas.
Quanto à sua classificação, temos dois tipos: **coordenadas assindéticas** e **coordenadas sindéticas**.

Orações coordenadas assindéticas: são orações coordenadas entre si e que não são ligadas por meio de nenhum conectivo. Estão apenas justapostas.
a = significa "não" - negação;
síndeto = palavra de origem grega que significa "conjunção" ou "conectivo".
Orações Coordenadas Sindéticas: ao contrário da anterior, são orações coordenadas entre si, mas que são ligadas por uma conjunção coordenativa que vai trazer para esse tipo de oração uma classificação.

As orações coordenadas sindéticas são classificadas em cinco tipos: **aditivas, adversativas, alternativas, conclusivas e explicativas**.

a) Oração coordenada sindética aditiva: exprime ideia de soma, adição. Principais conjunções: e, nem, mas também.

*O médico não veio, **nem** telefonou.*
*A funcionária chegou **e** começou a trabalhar.*

b) Oração coordenada sindética adversativa: expressa uma ideia contrária em relação à anterior. Principais conjunções: mas, porém, todavia, contudo, entretanto, no entanto.

*Tomou o remédio, **mas** não melhorou.*
*Vou ao banco, **porém** voltarei logo.*

c) Oração coordenada sindética alternativa: expressa ideia de alternância, escolha ou de exclusão. Principais conjunções: ou, ou…ou, ora…ora, quer…quer, já…já, seja…seja.

***Ou** esse time vence, **ou** será desclassificado.*
***Ora** eu trabalho, **ora** eu estudo.*

d) Oração coordenada sindética conclusiva: como o nome já diz, indica uma conclusão da ideia. Principais conjunções: logo, portanto, então, pois (quando posicionado após o verbo).

*Estou ouvindo barulho, **portanto** há alguém em casa.*
*Ela também é filha de meu pai. É, **pois**, minha irmã.*

e) Oração coordenada sindética explicativa: justificam ou explicam a oração anterior. Principais conjunções: que, porque, pois (quando posicionado antes do verbo).

*Deve ter chovido, **pois** o chão está molhado.*
*Dei-lhe um presente, **porque** era seu aniversário.*

Orações subordinadas

O período composto por subordinação é formado por uma oração principal e uma ou mais orações subordinadas.

Você entenderá <u>que a vida é feita de sonhos e muito trabalho</u>. - A oração "que a vida é feita de sonhos e muito trabalho", exercendo a função de objeto direto, transforma-se em oração subordinada.

Anote:
- Quando o período contém oração subordinada, aquela que, aparentemente é uma oração coordenada, passa a ser classificada como <u>oração principal</u>.
- <u>Oração absoluta</u> é uma única oração, ou seja, não existe outra oração unida a ela, dependente/subordinada a ela para formação do período, chamado, então, de período simples.
- Lembre-se de que, para que haja uma oração, deve haver um verbo. Em um período, para cada verbo, há uma oração correspondente. Se não houver verbo, não será oração, e sim uma frase.

A oração subordinada tem três apresentações:

a) desenvolvida: apresenta conjunção; os verbos aparecem flexionados no tempo simples e compostos do modo indicativo e do subjuntivo, ou ainda em locuções verbais (*Observo **<u>que</u>** <u>a manhã se **inicia**</u>.)*

b) justaposta: não apresenta conectivo; os verbos aparecem flexionados em tempos simples e compostos do modo indicativo, ou ainda em locuções verbais (*Observo: <u>a manhã se **inicia**</u>).*

c) reduzida: não apresenta conjunção, os verbos aparecem nas formas nominais do infinitivo, gerúndio e particípio (*Observo <u>a manhã **iniciar**-se</u>).*

Quanto às classificações, as orações subordinadas classificam-se em **substantivas, adjetivas e adverbiais**, de acordo com a função sintática que exercem em relação à oração principal, expressa pela conjunção que a introduz.

Orações subordinadas substantivas

São aquelas que desempenham a função sintática tal como um substantivo.

a) **Oração subordinada substantiva subjetiva:** desempenha a função de sujeito do verbo da oração principal. Principais conjunções: que, se, como, etc.
*Parece **que a situação melhorou.***
*Não se sabia **se ele vinha.***
*Ignora-se **como se deu o acidente.***

b) **Oração subordinada substantiva objetiva direta:** desempenha a função de objeto direto da oração principal.
*Juliana esperou **que o amigo a esperasse.***
*Não sabemos **onde ela está.***
*Isabela ignora **quem é o rapaz.***

c) **Oração subordinada substantiva objetiva indireta:** desempenha a função sintática de objeto indireto do verbo da oração principal.
*Não me oponho **a que você viaje.***
*Lembra-se **de quem passou no concurso.***
*Daremos o prêmio **a quem o merecer.***

d) **Oração subordinada substantiva completiva nominal:** desempenha a função sintática de complemento nominal de um vocábulo (substantivo, adjetivo ou advérbio) da oração principal.
*A menina tem necessidade **de saber o resultado.***
*Ele estava ansioso **por que voltasses.***
*Sou grato **a quem ensina***

e) **Oração subordinada substantiva predicativa:** desempenha a função de predicativo.
*Meu desejo é **que me deixem em paz.***
*Lucas foi **quem trabalhou mais.***
*A esperança era **que ele voltasse para mim.***

f) **Oração subordinada substantiva apositiva:** desempenha a função sintática de aposto em relação a algum termo da oração principal.
*Só lhe peço isto: **honre seu nome.***
*Só desejo uma coisa: **que você volte para mim.***

g) **Oração subordinada substantiva agente da passiva:** desempenha a função sintática de agente da passiva da oração principal.
*A aluna foi elogiada **pelos que a amam.***
*A obra foi apreciada **pelos que a viram.***
*O candidato estava rodeado **de quem não deseja a sua eleição.***

Orações subordinadas adjetivas

Desempenham, na oração, a função sintática tal como um adjetivo:

A menina bonita comprou o livro (bonita é o adjetivo referente à menina).
A menina que é bonita comprou o livro (que é bonita é uma oração adjetiva referente à menina).

As orações adjetivas são precedidas de preposição sempre que houver necessidade pela regência do verbo:

*O livro **que comprei** é bom.*
*O livro **a que me refiro** é bom.*

a) **Oração subordinada adjetiva explicativa:** expressa uma explicação acerca da oração principal e deve vir sempre isolada por vírgulas, a fim de preservar o sentido correto da frase.
Os rapazes, que são altos, saíram da sala.

Que são altos é uma oração adjetiva explicativa sobre o sujeito da oração principal – rapazes. Significado da oração: todos os rapazes são altos e todos saíram.

b) **Oração subordinada adjetiva restritiva:** restringe o significado a respeito daquilo que é declarado na frase. Por isso mesmo, não deve vir isolada por vírgulas.
Os rapazes **que são altos** saíram da sala.

Que são altos é uma oração adjetiva restritiva, pois restringe o significado da frase somente àqueles rapazes altos. Subentende-se que há, na sala, rapazes altos e baixos e que somente os altos saíram.

Orações subordinadas adverbiais

São as orações que desempenham a função sintática de adjunto adverbial. As orações adverbiais classificam-se em:

a) **Oração subordinada adverbial causal:** expressa, como o próprio nome já diz, a causa daquilo que se afirma na oração principal.
*Joel se julga muito importante **porque é rico.***
***Visto que a vida é uma curta viagem,** procuremos fazê-la bem.*
***Como hoje é seu aniversário,** faremos uma festa.*

Observação: a conjunção **porque** pode, por vezes, confundir o candidato, já que também é usada para expressar explicação. Nesse caso, ela introduz uma oração coordenada explicativa. Para testar se ela indica explicação, empregue em seu lugar a conjunção explicativa **pois.** Para testar se ela indica causa, você pode substituí-la pela conjunção causal **como.**

*A aula foi interrompida **porque faltou giz** (causa)*
***Como faltou giz,** a aula foi interrompida.*
*Provavelmente alguém o agrediu, **porque seu nariz sangra muito.** (explicação)*
*Provavelmente alguém o agrediu, **pois seu nariz sangra muito.***
***Como seu nariz sangra muito,** provavelmente alguém o agrediu. (inadequado)*

b) **Oração subordinada adverbial consecutiva:** expressa uma consequência acerca daquilo que se expressa na oração principal.
*Estou tão cansado **que não sairei à noite.***
*Essa mulher fala tanto **que me cansa os ouvidos.***
*Choveu tanto **que inundou as ruas.***

c) **Oração subordinada adverbial comparativa:** expressa a ideia de comparação em relação à oração principal.
*Você é bonita **como uma flor.***
*Nada tem tanto valor **quanto a honestidade.** (perceba que, nessa oração, o verbo está subentendido: Nada tem tanto valor quanto a honestidade [tem]).*

d) **Oração subordinada adverbial concessiva:** exprime um fato contrário à oração principal, mas não suficiente para anular a sua ideia.
***Embora não tenha estudado,** entendeu tudo.*
***Apesar de ter saído tarde,** chegou a tempo.*

e) **Oração subordinada adverbial condicional:** expressa uma condição ou hipótese para que se realize a ideia da oração principal.
***Se você estudar muito**, entenderá o conteúdo.*
*Ele o amará, **se você continuar agindo assim.***

f) **Oração subordinada adverbial conformativa:** expressa uma conformidade em relação à ideia da oração principal.
*Cada um colhe **conforme semeia.***
***Segundo o autor,** tudo é simples.*
*Devemos crescer **consoante prescreve a vida.***

g) **Oração subordinada adverbial temporal:** expressa ideia de tempo em relação à oração principal.
***Quando reencontrar você,** quero lhe dar um grande abraço.*
*A gente vive somente **enquanto ama.***

h) **Oração subordinada adverbial final:** expressa a finalidade da oração principal.
*Levantei cedo **a fim de cumprir todas as minhas tarefas.***
*Estudei **para passar de ano.***

i) **Oração subordinada adverbial proporcional:** exprime um fato simultâneo e proporcional ao da oração principal.
***Quanto mais caminho,** mais cansado fico.*
***À medida que estudo o assunto,** mais me interesso por ele.*

Aula 8 - Pontuação

É o sistema de sinais gráficos que utilizamos, na escrita, a fim de tentar reproduzir determinadas características da língua falada, tais como, pausa, melodia, entonação, e até mesmo silêncio.

Eles são também usados para destacar palavras, expressões ou orações e esclarecer o sentido de frases a fim de dissipar qualquer tipo de ambiguidade.

Vejamos, a seguir, as situações em que empregamos esses sinais.

1. Ponto-final

Emprega-se o ponto-final, basicamente, para indicar o término de uma frase declarativa de um período simples ou composto.

*Desejo-lhe uma feliz viagem**.***

*A casa, quase sempre fechada, parecia abandonada, no entanto tudo no seu interior era conservado com primor**.***

O ponto é também usado em abreviaturas.
*av**.** = avenida*
*Sr**.** = senhor*

2. Ponto e vírgula

Utiliza-se o ponto e vírgula para assinalar uma pausa maior do que a da vírgula, praticamente uma pausa intermediária entre o ponto e a vírgula.

Geralmente, emprega-se o ponto e vírgula para:

a) separar orações coordenadas que tenham uma certa extensão, ou aquelas que já apresentam separação por vírgula:

*Criança, foi uma garota sapeca**;** moça, era inteligente e alegre**;** agora, mulher madura, tornou-se uma doidivanas.*

b) separar vários itens de uma enumeração:

A estratégia da equipe é esta:
*a) agir com velocidade**;***
*b) buscar o ataque até o fim**;***
c) atacar em bloco.

3. Dois-pontos

Os dois-pontos são empregados para:

a) introduzir a fala do personagem**:**

*O avô costumava resmungar**:***
"Quem sai aos seus, não degenera."

b) indicar uma citação alheia ou própria:

Já dizia Rui Barbosa: "O homem criando, através do trabalho, assemelha-se a Deus".

c) indicar um esclarecimento ou explicação:

*Joana conseguira enfim realizar seu desejo maior**:** seduzir Pedro. Não porque o amasse, mas para magoar Lucila.*

d) indicar uma enumeração:

*"Nós éramos quatro**:** uma prima, dois neguinhos e eu." (Mario Quintana)*

Observe que os dois-pontos são também usados na introdução de exemplos, notas ou observações.

*Parônimos são vocábulos diferentes na significação e parecidos na forma. Exemplos**:** ratificar/retificar, descriminar/discriminar, etc.*

*Nota**:** A preposição* per*, considerada arcaica, somente é usada na frase* de per si *(= cada um por sua vez, isoladamente).*

*Observação**:** Na linguagem coloquial pode-se aplicar o grau diminutivo a alguns advérbios: cedinho, longinho, melhorzinho, pouquinho, etc.*

4. Ponto de interrogação

O ponto de interrogação é empregado no final das interrogações diretas.

*A prova estava difícil**?***

5. Ponto de exclamação

Usa-se essa pontuação:

a) para marcar o fim de qualquer enunciado com entonação exclamativa que, normalmente, exprime admiração, surpresa, assombro, indignação, etc.

*— Viva o meu príncipe**!** Sim, senhor... Eis aqui um comedouro muito compreensível e muito repousante, Jacinto**!***
*— Então janta, homem**!***
(Eça de Queirós)

b) com interjeições e locuções interjetivas:

*Oh**!***
*Valha-me Deus**!***

6. O uso da vírgula

A vírgula indica uma pausa breve e é usada nos seguintes casos:

a) para separar os elementos de uma mesma função sintática:

A nossa empresa está contratando engenheiros, economistas, analistas de sistemas e secretárias.

Mesmo que o "e" venha repetido antes de cada um dos elementos da enumeração, a vírgula deve ser empregada:

Rodrigo estava nervoso. Andava pelos cantos, e gesticulava, e falava em voz alta, e ria, e roía as unhas.

b) para isolar o vocativo:

***Cristina,** desligue já esse telefone!*
*Por favor, **Ricardo**, venha até o meu gabinete.*

c) para isolar o aposto:

*Dona Sílvia, **aquela mexeriqueira do quarto andar**, ficou presa no elevador.*

d) para isolar palavras e expressões explicativas, retificativas, concessivas, inclusivas ou continuativas (vocábulos que não se enquadram rigorosamente em qualquer das classes de palavras, por terem assumido função peculiar na frase). São, por isso, chamados de *palavras denotativas*, como: a saber, por exemplo, isto é, ou melhor, aliás, além disso, inclusive etc.:

Gastamos R$ 5.000,00 na reforma do apartamento, isto é, tudo o que tínhamos economizado durante anos.
Eles viajaram para a América do Norte, aliás, para o Canadá.
Os nomes das pessoas, ou seja, aqueles já citados, ...
Os sócios presentes, digo, ausentes não teriam direito a voto.
Irão todos, ou melhor, quase todos.
Quero, além disso, informar-lhe que o prazo para a declaração do imposto de renda termina amanhã.
Já sabia do assunto. Quero, inclusive, conversar a respeito com você

e) para isolar o adjunto adverbial antecipado ou intercalado:

***Lá no sertão**, as noites são escuras e perigosas.*

***Ontem à noite**, fomos todos jantar fora*.
*As noites, **lá no sertão**, são perigosas*.
*A multidão foi, **aos poucos**, avançando para o palácio.*

f) para isolar elementos repetidos:

***O palácio, o palácio** está destruído.*
*Estão todos **cansados, cansados** de dar dó*!

g) para isolar topônimos, nas datas, isto é, os nomes dos lugares:

***Porto Alegre**, 14 de Abril de 2012.*

h) para separar as *orações coordenadas assindéticas e as sindéticas* com exceção das introduzidas pela conjunção e:

- Chamamos <u>*orações coordenadas assindéticas*</u> aquelas que não possuem conectivo, conjunção

  Exemplo:
  Amanheceu, acordei, admirei os primeiros raios solares.
  O tempo não passa, voa.

- Chamamos <u>*orações coordenadas sindéticas*</u> aquelas que possuem conjunção.

  Exemplos:
  *Olhei **e** comprei o presente.*
  *Correu demais, **por isso** caiu.*
  *Ele já enganou várias pessoas, **logo** não é digno de confiança.*
  *Você pode usar o meu carro, **mas** tome muito cuidado ao dirigir.*
  *Não compareci ao trabalho ontem, **pois** estava doente.*

OBS: Orações coordenadas sindéticas podem vir separadas por vírgula acompanhadas da conjunção **e** quando possuírem sujeitos diferentes e quando a conjunção vier reiterada.

i) para indicar a elipse (ausência) de um elemento da oração:

Não se sabe ao certo. Paulo diz que ela se suicidou, a irmã, que foi um acidente. (subentende-se na frase a palavra "diz")

Observação: <u>*Vírgula vicária*</u> é aquela que substitui o verbo na oração. Exemplo:

João estuda muito; mas seu irmão, quase nada.

A vírgula substituiu, na segunda oração, a forma verbal "estuda": João estuda muito; mas seu irmão <u>estuda</u> quase nada.

j) para separar o paralelismo de provérbios:

Ladrão de tostão, ladrão de milhão.
Ouvir cantar o galo, sem saber onde.

k) após a saudação em correspondência (social e comercial):

Com muito amor,
Respeitosamente,

l) para isolar as orações adjetivas explicativas:

*Marina, **que é uma criatura maldosa**, "puxou o tapete" de Juliana lá no trabalho.*
*Vidas Secas, **que é um romance contemporâneo**, foi escrito por Graciliano Ramos.*

m) para isolar orações intercaladas (deslocadas):

*Não lhe posso garantir nada, **respondi secamente**.*
*O filme, **disse ele**, é fantástico.*

n) quando, na ordem inversa, o termo oracional (objeto direto, por exemplo) reaparece em forma pronominal:

Suas histórias de caçador, conheço-**as** de cor…

o) na escrita de números, indicando a parte fracionária:

8.654,25
R$ 2.350,80

Não há vírgula na escrita por extenso: *dois mil trezentos e cinquenta reais e oitenta centavos.*

p) para separar as palavras "sim" e "não", no início das respostas.

<u>Sim</u>, concordo com você.
<u>Não</u>, não concordo com você.

q) nas orações reduzidas de gerúndio, de particípio e de infinitivo.

Vendo o menino, a mulher sorriu. / A mulher sorriu, vendo o menino.
Feito o trabalho, fomos embora. / Fomos embora, feito o trabalho.
Ao chegar, você sorriu.

Obs.: Na ordem direta, não se costuma usar vírgula antes da oração reduzida de infinitivo.

Você sorriu ao chegar.

r) para solar conjunções adversativas e conclusivas.

Conjunções Adversativas: mas, porém, todavia, contudo etc.
Conjunções conclusivas: logo, portanto, por conseguinte, então etc.

Ex: Maria trabalhou muito, não foi, contudo, remunerada.
Maria trabalhou muito, será, portanto, remunerada.

A vírgula não deve ser usada nos seguintes casos:

a) entre sujeito e predicado:

Muitos paulistanos *deixam o carro na garagem*
(sujeito) (predicado)

Observação: A mesma regra vale para os casos em que o sujeito é oracional, isto é, quando o núcleo do sujeito é um verbo. Veja os exemplos abaixo:
a) *É fundamental **a sua obediência**.* – Observe que "a sua obediência" é o sujeito da forma verbal "é" e o núcleo é o substantivo "obediência".
b) *É fundamental **que você obedeça***. - Observe que, neste exemplo, o núcleo deixou de ser o substantivo "obediência" e passou a ser a forma verbal "obedeça". Quando isso acontece, classificamos "que você obedeça" como **sujeito oracional.**
Sujeito oracional: é quando o núcleo do sujeito é representado por um verbo.
Anote:
1) O **sujeito oracional** também pode ser chamado de **oração subordinada substantiva subjetiva**, que é justamente caracterizada por desempenhar a função de sujeito da oração;
2) Quando houver sujeito oracional, o verbo da oração principal figura na 3ª pessoa do singular;
3) O termo que introduz o sujeito oracional é, geralmente, a conjunção integrante "que" ou "se"

b) entre o verbo e complemento verbal (objeto direto ou objeto indireto):

Os animais protegem seus filhotes
(verbo) (objeto direto)

c) entre substantivo, adjetivo ou advérbio e complemento nominal:

O fumo é prejudicial ao organismo.
(adjetivo) (compl. nom.)

d) entre substantivo e adjunto adnominal:

Existirão rosas sem espinhos?
(subst.) (adj. adn.)

e) entre oração principal e oração subordinada substantiva (nesta ordem):

Não me espanta que você seja tão imaturo.
(oração principal) (oração sub. subst.)

f) entre oração principal e oração subordinada adjetiva restritiva ou oração subordinada adverbial temporal:

Fico tranquilo quando você volta cedo para casa.
(oração princ.) (oração sub. adv. temporal)

7. Travessão

Usa-se o travessão para:

a) Indicar mudança de interlocutor no diálogo:

— Doutor, o que tenho é grave?
— Não se preocupe, é uma simples infecção. É só tomar um antibiótico e estará bom.

b) separar orações intercaladas, fazendo às vezes de vírgula ou parênteses:

"Levantamos os dois de um pulo, dando graças a Deus — que ele nos perdoe — pela oportunidade de escaparmos daquela câmara de suplício." (José J. Veiga)

8. Reticências

São empregadas para indicar a interrupção da frase, sugerindo:

a) dúvida, hesitação, surpresa:

"Em terra de olho quem tem um cego… Ih! Errei!" (Luis Fernando Verissimo)

b) a supressão de trechos de um texto. Nesse caso, as reticências ficam entre parênteses:

Brasil, um sonho intenso, um raio vívido
De amor e de esperança à terra (…)
(Hino Nacional Brasileiro)

9. Aspas

Usam-se as aspas para:
a) Indicar uma citação de frase alheia:

Mário Quintana dizia: "Qualquer ideia que te agrade, por isso mesmo… é tua".

b) Salientar palavras estrangeiras ou gírias.

Hoje visitei um "site" sobre educação.

10. Parênteses

a) Introduzir indicações bibliográficas.

"Matamos o tempo; o tempo nos enterra." (ASSIS, Machado de. Memórias póstumas de Brás Cubas*. Vol. 1, Rio de Janeiro: José Aguilar, 1962, p. 615)*

✍Questões de concursos comentadas

Sintaxe da oração e do período e pontuação.

1. (CESPE / 2010 / MPU / Técnico Administrativo)
A pobreza é um dos fatores mais comumente responsáveis pelo baixo nível de desenvolvimento humano e pela origem de uma série de mazelas, algumas das quais proibidas por lei ou consideradas crimes. É o caso do trabalho infantil. A chaga encontra terreno fértil nas sociedades subdesenvolvidas, mas também viceja onde o capitalismo, em seu ambiente mais selvagem, obriga crianças e adolescentes a participarem do processo de produção. Foi assim na Revolução Industrial de ontem e nas economias ditas avançadas. E ainda é, nos dias de hoje, nas manufaturas da Ásia ou em diversas regiões do Brasil. Enquanto, entre as nações ricas, o trabalho infantil foi minimizado, já que nunca se pode dizer erradicado, ele continua sendo grave problema nos países mais pobres.

Jornal do Brasil, Editorial, 1.º/7/2010 (com adaptações).

Com relação aos sentidos e estruturas linguísticas do texto, julgue o item subsequente.

A palavra "chaga" (ℓ.6), empregada com o sentido de **ferida social**, refere-se, na estrutura sintática do parágrafo, a "pobreza" (ℓ.1).

✍ **Comentário:**
"Chaga" refere-se a trabalho infantil (ℓ.5-6).
Gabarito: Errado

2. (CESPE / 2010 / INCA / Assistente em Ciência e Tecnologia / Apoio Técnico Administrativo Parte I)

A disseminação do vírus H1N1, causador da gripe Denominada Influenza A, ocorre, principalmente, por meio das gotículas expelidas na tosse e nos espirros, do contato com as mãos e os objetos manipulados pelos doentes e do contato com material gastrointestinal. O período de incubação vai de dois a sete dias, mas a maioria dos pacientes pode espalhar o vírus desde o primeiro dia de contaminação, antes mesmo do surgimento dos sintomas, e até aproximadamente sete dias após seu desaparecimento. Adverte-se, pois, que as precauções com secreções respiratórias são de importância decisiva, motivo pelo qual são recomendados cuidados especiais com a higiene e o isolamento domiciliar ou hospitalar, segundo a gravidade de cada caso.

Diário do Nordeste (CE), Editorial, 11/1/2010.

Acerca do texto acima e dos seus aspectos linguísticos, julgue o item a seguir.
Mantém-se a correção gramatical do período substituindo-se "pois" (ℓ.12) por **por conseguinte** ou **portanto**.

✍ **Comentário:**
A conjunção "pois", quando posposta à forma verbal, expressa ideia de conclusão e, quando anteposta ao verbo, exprime explicação. Assim sendo, em: *"Adverte-se, pois, que as precauções com secreções respiratórias são de importância decisiva",* o "pois" (empregado após o verbo) pode ser substituído pelas conjunções conclusivas *por conseguinte* e *portanto* sem causar prejuízo gramatical ao texto.
Gabarito: Certo

3. (CESPE / 2010 / BASA / Técnico Bancário)
Uma exploração racional da Amazônia

Em cinco séculos de exploração predatória, a mata atlântica teve a área que ocupava reduzida a cerca de 5% do território original. Hoje, teme-se que a Amazônia, principal responsável pela primeira posição

do Brasil no ranque de biodiversidade da ONG Conservation International, sofra uma devastação do mesmo porte. Embora 87% da floresta ainda estejam de pé, a taxa de desmatamento nos anos 90 foi de 20 mil quilômetros quadrados por ano.

Às diversas iniciativas de conservação inspiradas por esse temor, vem se juntar o livro A Floresta Amazônica, a ser lançado durante a Reunião Especial da SBPC sobre a Amazônia.

Revista Ciência Hoje, Abr./2001 (com adaptações).

Tendo em vista as informações veiculadas no texto acima, além de seus aspectos gramaticais e textuais, julgue o próximo item.

A expressão "Às diversas iniciativas de conservação" (ℓ.11) exerce a função de sujeito da forma verbal "vem se juntar" (ℓ.12).

✍ **Comentário:**

Há, nesse período, inversões de elementos sintáticos. Veja como é a ordem direta:

"O livro **A Floresta Amazônica**, a ser lançado durante a Reunião Especial da SBPC sobre a Amazônia, vem se juntar às diversas iniciativas de conservação inspiradas por esse temor".

A expressão "Às diversas iniciativas de conservação" (ℓ.11) exerce a função de COMPLEMENTO VERBAL da forma verbal "vem se juntar" (ℓ.12), que é transitiva indireta e, por isso, vem regida pela preposição "a".

Gabarito: Errado

4. (CESPE / 2010 / ANEEL / Técnico Administrativo / Área 1) Vão surgindo novos sinais do crescente otimismo da indústria com relação ao futuro próximo. Um deles refere-se às exportações. "O comércio mundial já está voltando a se abrir para as empresas", diz o gerente executivo de pesquisas da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Renato da Fonseca, para explicar a melhora das expectativas dos industriais com relação ao mercado externo.

O Estado de S.Paulo, Editorial, 30/3/2010 (com adaptações).

Em relação às estruturas linguísticas do texto acima, julgue o item a seguir.

O nome próprio "Renato da Fonseca" (ℓ.6-7) está entre vírgulas por tratar-se de um vocativo.

✍ **Comentário:**

O nome próprio "Renato da Fonseca" (ℓ.6-7) está entre vírgulas porque é um aposto explicativo e, como tal, deve vir entre vírgulas, travessões ou parênteses.

Gabarito: Errado

5. (CESPE / 2011 / BRB / Escriturário)

Há relatos de que sistemas financeiros existem desde a Antiguidade, quando os fenícios já utilizavam diferentes formas de efetuar pagamentos, como os documentos de crédito, por exemplo. No entanto, foi somente no século XVII que os bancos se estabeleceram, com o lançamento do dinheiro de papel, ou papel-moeda, pelo Banco de Estocolmo. Nessa época, diversos países europeus começaram a produzir sua própria moeda.

Outros tipos de bancos surgiram a partir do século XIX, quando o progresso econômico provocado pela Revolução Industrial contribuiu para a criação de um banco para a indústria cuja função era mobilizar grandes somas de dinheiro para auxiliar o desenvolvimento desse setor.

Hoje, o sistema financeiro de um país é controlado pelo seu banco central, que tem a função de emitir dinheiro, captar recursos financeiros e regular os bancos comerciais e os industriais.

Internet: <www.brasilescola.com> (com adaptações).

Com relação às estruturas linguísticas do texto acima, julgue o item a seguir.

Emprega-se a vírgula logo após a expressão "emitir dinheiro" (ℓ.20) para separá-la de outras de mesma função sintática que compõem uma enumeração.

✍ **Comentário:**

As expressões "emitir dinheiro", "captar recursos financeiros" e "regular os bancos comerciais e os industriais" fazem parte de uma enumeração que explica as funções do banco central, mencionado anteriormente a elas. Em razão disso, devem vir separadas por vírgula, conforme estabelecem as regras de pontuação gráfica.

Gabarito: Certo

6. (CESPE / 2011 / IFB / Cargos de Nível Médio)

Viver em ambiente sem gravidade faz coisas curiosas com o corpo — afinal, toda a fisiologia evoluiu na presença de gravidade. Nos primeiros dias no espaço, astronautas sentem enjoo, uma condição tratada no jargão da NASA como "consciência do estômago".

The Guardian. In: O Estado de S.Paulo, 31/10/2010 (com adaptações).

Acerca dos sentidos e das estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens a seguir.

Considerando-se apenas o trecho "Viver em ambiente sem gravidade faz coisas curiosas com o corpo" (ℓ.1-2), não se pode determinar, do ponto de vista sintático, o sujeito da forma verbal "faz".

✍ **Comentário:**

O sujeito do verbo "faz" é oracional, isto é, é expresso em forma de uma oração, já que possui o verbo "viver" em sua estrutura ("Viver em ambiente sem gravidade").
Gabarito: Errado

7. (CESPE / 2011 / CBM-ES / Oficial Bombeiro Militar Combatente)

Em pleno sertão do Cariri, no sul do Ceará, um meio de transporte causa estranheza na paisagem árida. Cobrindo os 14 quilômetros que separam Crato e Juazeiro do Norte, um misto de metrô e ônibus transporta passageiros. Trata-se do primeiro veículo leve sobre trilho (VLT) do Brasil, um tipo de transporte coletivo capaz de melhorar o trânsito nas cidades sem acarretar tantos malefícios ao ambiente. Além de custar menos que o metrô, transporta muito mais passageiros que o ônibus e é até 93% menos poluente que este.

Revista Vida Simples, dez./2010, p. 65 (com adaptações).

Considerando o texto acima, julgue o seguinte item.
O sujeito da oração "transporta muito mais passageiros" (ℓ.10-11) está elíptico.

✍ **Comentário:**
O sujeito da oração *"transporta muito mais passageiros"* (ℓ.10-11) é "ele" e classifica-se como *elíptico* porque é possível identicá-lo pela desinência verbal e pelo contexto: "ele" refere-se a "transporte coletivo" (ℓ.7).
Gabarito: Certo

8. (CESPE / 2011 / Correios / Agente de Correios / Carteiro) Assinale a opção correspondente ao trecho em que há mais de uma oração.

a) "Aposto que ela vai adorar."
b) "Vou mandar um cartão de dia dos namorados para a Susi Derkins."
c) "Ela é uma gatinha."
d) "Eu fiz um coraçãozão vermelho."
e) "Agora vou botar renda em volta."

✍ **Comentário:**
Oração é toda informação que se estrutura em torno de um verbo ou locução verbal. Assim sendo, é necessário que haja mais de um verbo ou locução verbal para que exista também mais de uma oração no mesmo período. Tendo isso em vista, analise:
a) Correta. O período é composto por duas orações que se estruram em torno do verbo "aposto" e da locução verbal "vai adorar". 1ª oração: Aposto / 2ª oração: que ela vai adorar.
b) Incorreta. Há apenas uma oração estruturada pela locução verbal "vou mandar".
c) Incorreta. Há apenas uma oração estruturada pelo verbo "é".
d) Incorreta. Há apenas uma oração estruturada pelo verbo "fiz".
e) Incorreta. Há apenas uma oração estruturada pela locução verbal "vou botar".
Gabarito: A

9. (CESPE / 2011 / FUB)

Há gente no Brasil interessada em importar dos Estados Unidos da América (EUA) o Teach for America, o mais bem-sucedido programa feito para atrair os melhores estudantes de ensino médio para a carreira de professor. No Brasil, os professores têm saído da parte menos qualificada da Pirâmide — justamente aquela habitada por 20% dos alunos com o mais baixo rendimento escolar do país. Qualquer iniciativa para mudar isso será mais do que bem-vinda.

Mônica Weinberg. Tomara que dê certo. Internet: <veja.abril.com.br> (com adaptações).

No que se refere à estrutura textual e a aspectos gramaticais do texto, julgue o item a seguir.
O termo "gente" (ℓ.1) exerce a função de sujeito da oração em que se insere.

✍ **Comentário:**
A forma verbal "há" está empregada com sentido de "existir" e, nesse caso, não possui sujeito. Sendo assim, o termo "gente" (ℓ.1) exerce a função de complemento verbal, pois o verbo "há" é VTD (verbo transitivo direto – "Há" o quê? – Pergunta sem a presença de preposição).
Gabarito: Errado

10. (CESPE / 2011 / TRE-ES / Técnico / Operação de Computadores)

A COP-16, em Cancún, no México, é mais uma rodada global sobre as ações para impedir uma catástrofe climática na Terra. Infelizmente, as expectativas de progresso estão muito aquém das necessidades. Achar uma notícia animadora em relação ao meio ambiente é tarefa árdua. Por exemplo, as emissões de CO_2, o mais abundante dos gases estufa, caíram 1,3% em 2009 devido à recessão mundial. Mas isso foi apenas a metade do esperado. E a previsão dos cientistas é de que a liberação, por queima de carvão, petróleo e gás, atinja o pico histórico já este ano.

O Globo, 28/11/2010.

Acerca dos sentidos e de aspectos estruturais e gramaticais do texto acima, julgue os itens seguintes.

O segmento "o mais abundante dos gases-estufa" (ℓ.7-8) está entre vírgulas por constituir aposto explicativo.

✍ **Comentário:**

O segmento *"o mais abundante dos gases-estufa"* (ℓ.7-8) é um aposto explicativo e, por ser assim, está correta sua grafia entre vírgulas, já que essa é uma das várias funções desse sinal de pontuação.
Gabarito: Certo

11. (CESPE / 2011 / Correios / Agente de Correios / Operador de Triagem e Transbordo)

Em menos de um mês de campanha, os Correios arrecadaram 103 toneladas de donativos para as vítimas das enchentes no Rio de Janeiro. A campanha Correios Solidariedade Expressa, iniciada em 24 de janeiro, encerrou-se em 16 de fevereiro. Nesse período, as agências dos Correios de todo o Brasil aceitaram a postagem gratuita de donativos: alimentos não perecíveis, vestuário, roupas de cama, mesa e banho, calçados, tendas e barracas. Os produtos foram encaminhados à Defesa Civil do Rio de Janeiro.

As vírgulas nas linha 8 e 9 são empregadas para separar

a) substantivos comuns que funcionam como sujeito.
b) termos de uma enumeração.
c) adjuntos adverbiais de modo.
d) palavras que complementam o sentido do substantivo "postagem" (ℓ.7).
e) palavras que exercem função de aposto.

✍ **Comentário:**
a) Incorreta. Elementos que funcionam como sujeito nunca devem ser separados por vírgula.
b) Correta. Uma das muitas funções da vírgula é separar elementos que fazem parte de uma enumeração, como no exemplo do texto. Após a palavra "donativos", os dois pontos anunciam uma explicação, que veio em forma de enumeração dos tipos de donativo que os correios estariam aceitando.
c) Incorreta. A vírgula separa adjuntos adverbiais deslocados numa frase, o que não é caso.
d) Incorreta. As palavras enumeradas referem-se ao substantivo "donativos", conferindo-lhe uma explicação.
e) Incorreta. O aposto é uma explicação "a mais", que pode ser retirada do texto sem que haja prejuízo semântico. Vem sempre separado (antes e depois) dos demais termos da oração por vírgulas, dois-pontos ou travessões.
Gabarito: B

12. (CESPE / 2011 / Correios / Agente de Correios / Atendente Comercial)
Assinale a opção em que o texto de placa que alerta para a presença de cão raivoso está corretamente pontuado.

a) Cão raivoso? Cuidado?
b) Cuidado: Cão raivoso!
c) Cão raivoso? Cuidado!
d) Cuidado? Cão raivoso!
e) Cuidado: Cão raivoso?

✍ **Comentário:**
a) Incorreta. Os pontos de interrogação devem ser utilizados somente em final de frases interrogativas, o que não é o objetivo desse tipo de texto.
b) Correta. Os dois pontos anunciam uma explicação, o porquê se deve tomar cuidado. O sinal de exclamação é utilizado para indicar/ enfatizar uma emoção. No caso, medo do cão.
c) Incorreta. O ponto de interrogação não corresponde à finalidade do texto.
d) Incorreta. Mesmo caso da alternativa anterior.
e) Incorreta. O erro consiste no emprego do ponto de interrogação, que induz a um questionamento, quando, na verdade, o intuito do texto é enfatizar uma emoção.
Gabarito: B

Aula 9 - Concordância nominal e verbal

Concordância nominal

Na concordância nominal, os determinantes do substantivo (**adjetivos**, **numerais**, **pronomes adjetivos** e **artigos**) alteram sua terminação (**gênero** e **número**) para se adequarem a ele.

A dificuldade em concordância nominal ocorre quando o adjetivo se relaciona a mais de um substantivo e surgem palavras ou expressões que deixam dúvidas.

Observe estas frases:

*Notamos o **cerimonioso** gesto e atitude diante dos convidados.*

- A concordância do adjetivo "cerimonioso" se dá com o substantivo mais próximo.
  *Notamos a **cerimoniosa** atitude e gesto diante dos convidados.*

  Veja outro exemplo:
  *Aquele beijo foi dado num **inoportuno** lugar e hora.*
  *Aquele beijo foi dado num lugar e hora **inoportuna**.*
  *Aquele beijo foi dado num lugar e hora **inoportunos**.*
  (aqui fica mais claro que o adjetivo refere-se aos dois substantivos)

- **regra geral** – a partir desses exemplos, pode-se formular o princípio de que o adjetivo anteposto concorda com o substantivo mais próximo. Mas, se o adjetivo estiver depois do substantivo, além da possibilidade de concordar com o mais próximo, ele pode concordar com os dois termos, ficando no plural, indo para o masculino se um dos substantivos for masculino. Essa é a forma mais usada.

- Um adjetivo **anteposto em referência a nomes de pessoas deve estar sempre no plural**.

*Os **conhecidos** Barcelos e Sousa foram os primeiros moradores daquela cidade.*

- Quando o adjetivo tiver função de predicativo, concorda com todos os núcleos a que se relaciona. Será **predicativo** quando estiver depois de um verbo de ligação – claro ou subentendido.
  *São **calamitosos** a pobreza e o desamparo. Julguei **insensatas** sua atitude e suas palavras.*
  *Julguei (serem) **insensatas**…*

- Quando um substantivo determinado por artigo é modificado por dois ou mais adjetivos, podem ser usadas as seguintes construções:
  Estudo a língua inglesa e a francesa.
  Estudo as línguas inglesa e francesa.

- No caso de **numerais ordinais** que se referem a um único substantivo composto, podem ser usadas as seguintes construções:
  Ela desobedeceu à terceira e à quarta lei/ou leis do Código de Trânsito.
  Ela desobedeceu às leis terceira e quarta do Código de Trânsito.

- Adjetivos regidos pela preposição **de**, que se referem a pronomes indefinidos, ficam normalmente no masculino singular, podendo surgir concordância atrativa.
  Seus olhos têm algo de sedutor.
  Os edifícios da cidade nada têm de elegantes.

- **Anexo**; **incluso**; **obrigado**; **mesmo**; **próprio** – são adjetivos ou pronomes adjetivos, devendo concordar com o substantivo a que se referem.
  Remeto-lhe anexa a certidão.
  Remeto-lhe anexos os certificados.
  Segue incluso o documento.
  Vai inclusa a fotografia.
  Vocês mesmos podem encaminhar os papéis.

Mesmo = ***até***, ***inclusive*** é invariável (*Mesmo eles ficaram chateados*) / expressão **em anexo** é invariável. As palavras **mesmo** e **bastante**, dependendo da organização sintática da oração, podem funcionar como advérbio (invariável) ou como pronome (variável).
Ex.: *As alunas tomaram **mesmo** essa decisão?* – **mesmo** – advérbio de afirmação = *realmente*.
*As alunas **mesmas** tomaram essa decisão?* – **mesmas** – pronome demonstrativo = *próprias*.
***Bastantes** passarinhos dormem na velha mangueira.* – **bastantes** – pronome indefinido = *muitos*.
*Foram **bastante** agitadas as festas desta semana.* – **bastante** – advérbio de intensidade = *muito*.
Obs.: a palavra **bastante** (**s**) pode, também, exercer o papel de adjetivo, significando **suficiente** / **suficientes**.
Ex.: *Temos razões **bastantes*** (= suficientes) *para duvidar dele.*

- **Meio**; **bastante**; **menos –** *meio* e *bastante*, quando se referem a um substantivo, devem concordar com esse substantivo. Quando funcionarem como advérbios, permanecerão invariáveis. **Menos é sempre invariável.**
  *Comeu **meia** maçã no café.* (metade)
  *Elas saíram **meio** envergonhadas.* (um tanto)
  *Há pessoas **bastantes** para coordenar o trabalho.* (muitas, suficientes)
  *Passearam **bastante** no domingo.* (muito)
  *Ela é **bastante** simpática.* (muito)
  *Havia **menos** gente na sala.*

- **Muito**; **pouco**; **longe**; **caro**; **barato** – podem ser palavras adjetivas ou advérbios. Se forem adjetivos, serão flexionadas com o substantivo a que se referem; se forem advérbios, ficarão invariáveis.
  *Compraram **livros caros**.* (adjetivo)
  *Os livros **custaram caro**.* (advérbio)
  ***Poucas pessoas** tinham **muitos livros**.* (adjetivo) (advérbio)
  ***Leram pouco** as moças **muito vivas**.* (advérbio)
  *Andavam por **longes terras**.* (adjetivo)
  *Eles **moram longe** da cidade.* (advérbio)
  *Eram **mercadorias baratas**.* (adjetivo)
  ***Pagaram barato** aqueles livros.* (advérbio)

  Obs.: Será palavra **adjetiva** se fizer referência a um **substantivo**; será **advérbio** se fizer referência a um **verbo**, **adjetivo** ou outro **advérbio**.

- **É bom**; **é proibido**; **é necessário** – expressões formadas do verbo **ser** + **adjetivo** não variam se o sujeito não vier determinado; caso contrário, a concordância será obrigatória.
  *Água é **bom**.*
  *A água **é boa**.*
  *Bebida é **proibido** para menores.*
  *As bebidas são **proibidas** para menores.*
  *Chuva é **necessário**.*
  *Aquela chuva **foi necessária**.*

- **Só** = *sozinho* (adjetivo – variável) / **só** = somente, apenas (advérbio – não flexiona).
  ***Só** elas não vieram.* (somente)
  *Vieram **só** os rapazes.* (apenas)
  *Eles estavam **sós**.* (sozinhos)

  Só forma a expressão **a sós** (sozinhos).

- A locução adverbial **a olhos vistos** (= visivelmente) é invariável.
  *Fernanda crescia **a olhos vistos**.*

- **Conforme** = *conformado* (adjetivo – variável) / **conforme** = *como* (conjunção – não flexiona).
  *Eles ficaram **conformes** com a decisão;* (conformados)

*Dançam **conforme** a música.* (como)

- Na voz passiva, os particípios concordam com o sujeito, como os adjetivos.
  *A refém foi **resgatada** do bote.*
  *Os materiais foram **comprados** a prazo.*
  *A apuração foi **iniciada** pelas juízas.*

  Referindo-se a dois ou mais substantivos de gêneros diferentes, o particípio concordará no masculino plural.
  Ex.: *O navio e a corveta foram **atingidos** por mísseis.*

- **Haja vista** – não se flexiona, exceto por concordância atrativa antes de substantivo no plural sem preposição.
  Haja vista (hajam vista) os comentários feitos;
  Haja vista os recados do chefe.

- **Salvo** (= *exceto*) e **alerta** não se flexionam
  ***Salvo** nós dois, todos fugiram…*
  *Eles ficaram **alerta**.*

- Os adjetivos adverbializados são invariáveis.
  *Vamos falar **sério**.* (= **seriamente**)
  *Ele e a esposa **raro** vão ao cinema.* (= **raramente**)

- **Silepse com expressão de tratamento** – usa-se adjetivo masculino em concordância ideológica com um homem ao qual se relaciona a forma de tratamento, que é feminina.
  Vossa Majestade, o rei, mostrou-se generoso;
  Vossa Excelência é injusto.

- **Silepse** (concordância ideológica) – consiste em estabelecer a concordância entre palavras, levando em conta as **ideias** que elas exprimem, não suas formas gramaticais.
  Ex.: *A bela Porto Alegre.* (bela cidade)

Concordância verbal

- **Sujeito simples** – o verbo concorda com o sujeito simples em pessoa e número.
  Uma boa Constituição é desejada por todos os brasileiros;
  De paz necessitam as pessoas.

- **Sujeito coletivo** (singular na forma com ideia de plural) – o verbo fica no singular, concordando com a palavra escrita, não com a ideia.
  O grupo já está preparado.

- Quando o verbo se distanciar do sujeito coletivo, o verbo poderá ir para o plural concordando com a ideia de quantidade (**silepse de número**).
  A turma concordava nos pontos essenciais, discordavam apenas nos pormenores.

- **Quando o *sujeito* é um *pronome de tratamento*** – o verbo fica na 3ª pessoa.
  Vossa Senhoria não é justo;
  Vossas Senhorias estão de acordo comigo.

- **Expressão *mais de* + *numeral*** – o verbo concorda com o numeral.
  Mais de um candidato prometeu melhorar o país;
  Mais de duas pessoas vieram à festa.

- ***Mais de um* + *se* (ideia de reciprocidade)** – verbo no plural.
  Mais de um sócio se insultaram.

- ***Mais de um* + *mais de um*** – verbo no plural
  Mais de um candidato, mais de um representante faltaram à reunião.

- **Expressões *perto de*, *cerca de*, *mais de*, *menos de* + *sujeito no plural*** – verbo no plural.
  Perto de quinhentos presos fugiram.
  Cerca de trezentas pessoas ganharam o prêmio.
  Mais de mil vozes pediam justiça.
  Menos de duas pessoas fizeram isto.

- **Nomes usados somente no plural** – a concordância depende da presença ou não de artigo.

- **sem artigo** – verbo no singular.
  Minas Gerais produz muito leite.
  Férias faz bem.

- **precedidos de artigo plural** – verbo no plural.
  Os Lusíadas *exaltam a grandeza do povo português.*
  As Minas Gerais produzem muito leite.

- Para nomes de obras literárias, admite-se, também, a concordância ideológica (**silepse**) com a palavra (obra) implícita na frase (*Os Lusíadas* exalta a grandeza do povo português).

- **Expressões *a maior parte*, *grande parte*, *a maioria de* (= sujeito coletivo partitivo) + adjunto adnominal no plural** – verbo concorda com o núcleo do sujeito ou com o especificador (adjunto adnominal).
  A maior parte dos constituintes se retirou (**retiraram**).
  Grande parte dos torcedores aplaudiu (**aplaudiram**) *a jogada.*
  A maioria dos constituintes votou (**votaram**).

- Quando a ação só pode ser atribuída à totalidade e não separadamente aos indivíduos, usa-se o singular (*Um bando de soldados **enchia** o pavimento inferior*).

- **Quem –** se o pronome relativo **quem** for sujeito da oração – verbo na 3ª pessoa do singular concordando com o sujeito.
  *Fui eu **que** falei.*
  Fomos nós quem falou.

- **Que –** se o pronome relativo **que** for sujeito – o verbo concorda sempre com o antecedente.
  Fomos nós que falamos.

- **Quando o sujeito é *pronome interrogativo* ou *indefinido* (núcleo) + *de nós* ou *de vós*** – depende do pronome-núcleo.

- **pronome-núcleo no singular** – verbo no singular.
  ***Qual** de nós votou conscientemente?*
  ***Nenhum** de vós irá ao cinema.*

- **pronome-núcleo no plural** – verbo na 3ª pessoa do plural ou concordando com o pronome pessoal.
  ***Quais** de nós votaram* (**votamos**) *conscientemente?*
  ***Muitos** de vós foram* (**fostes**) *insultados.*

- **Sujeito composto anteposto ao verbo** – verbo no plural.
  O anel e os brincos sumiram da gaveta.

- **com núcleos sinônimos** – verbos no singular ou no plural.
  O rancor e o ódio cegou o amante.
  O desalento e a tristeza abalaram-me.

- **com núcleos em gradação** – verbo no singular ou no plural.
  Um minuto, uma hora, um dia passa / passam rápido.

- **dois infinitivos como núcleos** – verbo no singular.
  Estudar e trabalhar é importante.

- **dois infinitivos exprimindo ideias opostas** – verbo no plural.
  Rir e chorar se alternam.

- **Sujeito composto posposto** – concordância normal ou atrativa (com o núcleo mais próximo).
  Discutiram / discutiu muito o chefe e o funcionário.
  Se houver ideia de reciprocidade, o verbo vai para o plural.
  Estimam-se o chefe e o funcionário.

- Quando o verbo **ser** estiver acompanhado de substantivo plural, o verbo também se pluraliza.
  Foram vencedores Pedro e Paulo.

- **Sujeito composto de diferentes pessoas gramaticais** – depende da pessoa prevalente.

- **eu** + **outros pronomes** – verbo na 1ª pessoa do plural.
  Eu, tu e ele sairemos.

- **tu** + **eles** – verbo na 2ª pessoa do plural (**preferência**) ou na 3ª pessoa do plural.
  Tu e teu colega estudastes/estudaram?

- Se o sujeito estiver posposto, também vale a concordância atrativa.
  Saímos / saí eu e tu.

- **Sujeito composto resumido por um pronome-síntese (*aposto*)** – concordância com o pronome.
  *Risos, gracejos, piadas, nada **a** alegrava.*

- **Expressão *um e outro*** – verbo no singular ou no plural.
  Um e outro falava/ falavam a verdade.

- **Com ideia de reciprocidade** – verbo no plural.
  Um e outro se agrediram.

- **Expressão *um ou outro*** – verbo no singular.
  Um ou outro rapaz virava a cabeça para nos olhar.

- **Sujeito composto ligado por *nem*** (**conjunção aditiva** = soma) – verbo no plural.
  Nem o conforto, nem a glória lhe trouxeram a felicidade.

- Aparecendo pronomes pessoais misturados, leva-se em conta a prioridade gramatical.
  Nem eu, nem ela fomos ao cinema.

- **Expressão *nem um nem outro*** – verbo no singular.
  Nem um nem outro comentou o fato.

- **Sujeito composto ligado por *ou*** – faz-se em função da ideia transmitida pelo ***ou***.

- **ideia de exclusão** – verbo no singular.
  José ou Pedro será eleito para o cargo / um ou outro conhece seus direitos.

- **ideia de *inclusão* ou *antinomia*** – verbo no plural.
  Matemática ou Física exigem raciocínio lógico.
  Riso ou lágrimas fazem parte da vida.

- **ideia *explicativa* ou *alternativa*** – concordância com o sujeito mais próximo.
  Ou eu ou ele irá. Ou ele ou eu irei.

- **Expressão *um dos que*** – verbo no singular.
  Ele foi um dos que mais falou/falaram.

- Se a expressão significar **apenas um**, o verbo ficará no singular.
  É uma das peças de Nelson Rodrigues que será apresentada.

- **Quando o sujeito é número percentual** – observar a posição do número percentual em relação ao verbo.

- o verbo concorda com termo posposto ao número
  80% da população tinha mais de 18 anos.
  Dez por cento dos sócios saíram da empresa.

- o verbo concorda com o número quando estiver anteposto a ele.
  Perderam-se 40% da lavoura.

- verbo no plural, se o número vier determinado por **artigo** ou **pronome** no plural.
  Os 87% da produção perderam-se.
  Aqueles 30% do lucro obtido desapareceram.

- **Quando o sujeito é *número fracionário*** – o verbo concorda com o numerador.
  1/4 da turma faltou ontem.
  3/5 dos candidatos foram reprovados.

- **Sujeito composto antecedido de *cada* ou *nenhum*** – verbo na 3ª pessoa do singular.
  Cada criança, cada adolescente, cada adulto ajudava como podia. Nenhum político, nenhuma cidade, nenhum ser humano faria isso.

- **Sujeito composto ligado por *como*, *assim como*, *bem como* (formas correlativas)** – deve-se preferir o plural, sendo mais raro o singular.
  Rio de Janeiro como Florianópolis são belas cidades.
  Tanto uma, como a outra, suplicava-lhe o perdão.

- **Sujeito composto ligado por *com*** – observar a presença ou não de vírgulas.

- Verbo no plural sem vírgulas.
  Eu com outros amigos limpamos o quintal.

- verbo no singular com vírgulas – ideia de **companhia**
  A presidente, com os ministros, desembarcou em Brasília.

- Sujeito indeterminado com verbo na 3º pessoa do singular + **SE**
  Assistiu-se à apresentação da peça.

- Sujeito paciente ao lado de um verbo na voz passiva sintética – o verbo concorda com o sujeito.
  Discutiu-se o plano. (= **O plano foi discutido.**) (***plano*** = sujeito)
  Discutiram-se os planos. (= **Os planos foram discutidos.**) *Alugam-se casas*. (**Casas são alugadas.**)

- **Locução verbal constituída de: *parecer* + infinitivo** – o verbo **parecer** varia ou o infinitivo.
  As pessoas pareciam acreditar em tudo.
  As pessoas parecia acreditarem em tudo.

- Com o infinitivo pronominal, flexiona-se apenas o infinitivo.
  Elas parece zangarem-se com a moça.

- verbos **dar**, **bater** e **soar** + ***horas*** – os verbos têm como sujeito o número que indica as horas.
  Deram dez horas naquele momento.
  Meio-dia soou no velho relógio da igreja.

- **verbos indicadores de fenômenos da natureza** – verbo na 3ª pessoa do singular, por serem impessoais, extensivo aos auxiliares se estiverem em locuções verbais.
  Geia muito no Sul.
  Choveu por muitas noites no verão.

- Em sentido figurado, deixam de ser impessoais. *Choveram vaias para o candidato.*

- **haver** = "existir" ou "acontecer" e **fazer** = "tempo decorrido" são impessoais.
  Havia vários alunos na sala (= **existiam**).
  Houve bastantes acidentes naquele mês (= **aconteceram**).
  Não a vejo faz uns meses.
  Deve haver muitas pessoas na fila (**devem existir**).

Considera-se coloquial o emprego do verbo **ter** por **haver** quando tiver sentido de "existir" ou "acontecer". (*Há um lugar ali. / Tem um lugar ali.*)

- Os verbos **existir** e **acontecer** são pessoais e concordam com seu sujeito.
  Existiam sérios compromissos.
  Aconteceram bastantes problemas naquele dia.

- **verbo *fazer* indicando tempo decorrido ou fenômeno da natureza** – impessoal.
  Fazia anos que não vínhamos ao Rio.
  Faz verões maravilhosos nos trópicos.

- **verbo *ser*** – impessoal quando indica **data**, **hora** e **distância**, concordando com a expressão numérica ou a palavra a que se refere
  Eram seis horas. / Hoje é dia doze. / Hoje é (*ou*) *são doze. / Daqui ao centro são treze quilômetros.*

- **se o sujeito é palavra coletiva, o verbo concorda com o predicativo**
  A maioria eram adolescentes. / A maior parte eram problemas.

- **sujeito indicando peso, medida, quantidade: *é pouco*, *é muito*, *é bastante*, *é suficiente*, *é tanto*** – verbo **ser** no singular.
  Três mil reais é pouco pelo serviço. / Dez quilômetros já é bastante para um dia.
- **silepse de pessoa** – o verbo concorda com um elemento implícito.
  A formosura de Páris e Helena foram a causa da destruição de Troia. (**A formosura de Páris e a formosura de Helena**)
  Os brasileiros somos improvisadores. (**ideia de inclusão de quem fala entre os brasileiros**)

✍Questões de concurso comentadas

Julgue os itens a seguir.

1. (Cespe/MTE) Se para a elite social o trabalho infantil era uma medida de prevenção, para os pobres era uma maneira de sobreviver.

A forma verbal "era" foi empregada na primeira pessoa do singular para concordar com a expressão "a elite social".

✍Comentário:
A forma verbal "era" corresponde à flexão do verbo SER no tempo pretérito imperfeito do modo indicativo. De acordo com essa conjugação, "era" pode ser a conjugação da primeira ou da terceira pessoa do singular.
A primeira pessoa (eu, nós) é sempre QUEM FALA; a segunda pessoa (tu, vós) corresponde àquela COM QUEM SE FALA; e a terceira pessoa (ele, ela, eles, elas), DE QUEM SE FALA. No caso, fala-se DE ALGO, e não de alguém: "o trabalho infantil", sujeito da forma verbal ERA. Logo, o verbo está empregado na terceira pessoa do singular e não na primeira, como é afirmado.
Gabarito: Errado

2. (Cespe/Pol. Federal) Primeiro, a modernidade não agregou ao mundo do bem-estar a população pobre; ao contrário, em países que não conheciam graves desigualdades, como a Argentina e o Uruguai, a desigualdade floresceu, aproximando-os de Brasil e Venezuela.

A flexão de plural no pronome átono em "aproximando-os" justifica-se pelo plural em "países".

✍Comentário:
Uma das funções sintáticas que os pronomes podem exercer na oração é a de complemento verbal, atuando ora como objeto direto, ora como indireto. Os pronomes oblíquos átonos são: **me, te, se, o, a, lhe, nos, vos, os as, lhes.**
Os pronomes **me**, **te**, **nos** e **vos** podem tanto ser objetos diretos como objetos indiretos; os pronomes **o**, **as**, **os** e **as** atuam exclusivamente como objetos diretos; enquanto **lhe** e **lhes**, por sua vez, exercem sempre a função de objeto indireto na oração.
O verbo APROXIMAR tem transitividade direta no período em análise. Observe:
*[...] a desigualdade floresceu, aproximando-os **[= aproximando eles - os países]** de Brasil e Venezuela.*
Perceba que o complemento do verbo NÃO vem introduzido por preposição (aproximando *quem*? *Eles* – os países), assim como deve acontecer com todos os complementos verbais diretos. E por que o pronome escolhido é o **os**? Simples: os pronomes oblíquos átonos **o, os** são utilizados quando é necessário fazer a concordância com as terceiras pessoas do discurso – aquelas DE QUEM SE FALA (ele, ela, eles, elas). Assim, a concordância no plural deve ser obedecida utilizando-se o pronome **os**, visto que se fala dos **países** = **eles** → 3ª pessoa do plural.
Gabarito: Certo

3. (Cespe/TJ — RR) O item abaixo é fragmento de um texto. Julgue-o quanto à correção gramatical.
Estima-se que anualmente a arrecadação judicial dessa dívida não cheguem a 2,5% do montante total.

✍Comentário:
O erro nessa questão é quanto à concordância verbal. Observe:
*"[...] a arrecadação judicial dessa dívida não **cheguem** a 2,5% [...]"* – O sujeito da ação verbal é "a arrecadação judicial" = ela (terceira pessoa do singular). Portanto, o verbo deve concordar também em número, ou seja, no singular: ela [a arrecadação) não **chega** a 2,5%.
Gabarito: Errado

4. (Cespe/Pol. Civil —TO) Apesar de desenvolver atividades essenciais nas áreas civil e criminal, o papiloscopista não é um profissional reconhecido pela população.

Haveria erro de concordância nominal caso se substituísse a expressão "nas áreas civil e criminal" por **na área civil e na criminal**.

✍Comentário:
Em "nas áreas civil e criminal" (= na área civil e na área criminal), a palavra *área* refere-se a mais de um elemento de igual espécie, por isso deve estar no plural. Perceba que a sugerida substituição representa o mesmo significado especificado acima, havendo apenas a elipse da palavra "área", para ser evitada a repetição - *"na área civil e na [área] criminal".* Sendo assim, não haveria erro

de concordância caso fosse feita a troca de uma expressão por outra.
Gabarito: Errado

5. (Cespe/MRE) As relações financeiras do Brasil com o restante do mundo atravessam um momento excepcional.

A forma verbal "atravessam" está no plural para concordar com a expressão "do Brasil com o restante do mundo".

✍**Comentário:**
A forma verbal "atravessam" está no plural porque deve estabelecer concordância com o núcleo do seu sujeito – "relações". "As relações financeiras do Brasil" é o assunto DO QUAL SE FALA, por isso corresponde a "elas" (3ª pessoa do plural).
Gabarito: Errado

6. (Cespe/TJ — RR) O item abaixo é fragmento de um texto. Julgue-o quanto à correção gramatical.
Dados apontam que o estoque acumulado da dívida ativa da União (a receber) atinge R$ 374 bilhões, sendo que 88,5% desse valor correspondem a valores cobrados na justiça.

✍**Comentário:**
Aqui temos um caso de sujeito representado por um numeral percentual (88,5%). Diz a regra geral que, quando se usa a percentagem sem o especificador determinante (artigos, pronomes ou outros), o verbo vai concordar com o número. Se esse número for inferior a dois, o verbo deve ficar no singular. Por outro lado, quando o sujeito vier determinado, ou seja, quando se diz "x% de algo", o verbo deve concordar com esse determinante, independente do número percentual.
Logo, com base nessas orientações, a forma verbal "correspondem", apresentada no período acima, deve permanecer no singular, já que o seu sujeito percentual - 88,5% - vem determinado pelo pronome **desse** (de+esse): "*88,5% <u>desse valor</u> **corresponde** a valores cobrados na justiça"* - a expressão sublinhada corresponde ao elemento determinante singular. Portanto, verbo também no singular.
Está aí uma boa argumentação para recurso de questão, pois a banca divulgou em gabarito oficial que essa assertiva é CORRETA.
Gabarito: Certo

7. (Cespe/Seplag — MG) Os adolescentes têm demonstrado muito interesse pela leitura de textos literários e isso <u>tem</u> influído no seu comportamento: estão menos agressivos, mais calmos e concentrados.
A forma verbal "tem" assinalada, está no singular porque concorda com o pronome demonstrativo "isso".

✍**Comentário:**
[…] ***isso*** *<u>tem</u> influído no seu comportamento.* – "Isso" é um pronome anafórico, isto é, todos os fatos citados anteriormente estão em coesão com essa expressão, que funciona como um elemento de substituição e evita a repetição. Ao mesmo tempo, "isso" desempenha função sintática de sujeito da forma verbal "tem" (O QUE tem influído no seu comportamento? ISSO).
A regra básica da concordância verbal manda que o verbo concorde com o sujeito gramaticalmente. Logo, "isso" indica singular e deve concordar com a forma verbal "tem", sem acento circunflexo, uma vez que "têm" indica concordância com o plural (eles/elas).
Gabarito: Certo

8. (Cespe/SGA—AC/Ag. Penit.) Os dados do Censo Escolar 2007 confirmaram a redução em mais de 2 milhões no número de alunos matriculados nas escolas de ensino fundamental do sistema público brasileiro.

A correção gramatical do texto seria mantida se a forma verbal "confirmaram" fosse substituída por **confirmou**, concordando com a expressão "Censo Escolar 2007".

✍**Comentário:**
A regra geral para estabelecimento da concordância verbal é que o verbo concorde sempre em pessoa e número com o núcleo de seu sujeito. No caso em análise, o sujeito do verbo CONFIRMAR é "os dados do Censo Escolar de 2007" e o núcleo desse sujeito é a palavra "dados", que indica plural. Portanto, o verbo deve concordar no plural: os dados <u>concordaram</u> (3ª pessoa do <u>plural</u>) e NÃO <u>concordou</u> (3ª pessoa do <u>singular</u>).
Gabarito: Errado

9. (Cespe/Hemobrás) O grande e concentrado número de pessoas vivendo nas cidades cria diferentes tipos de problemas.

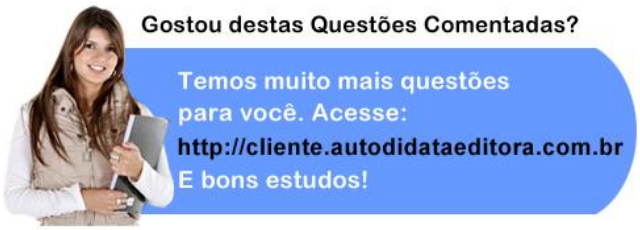
Seriam preservadas a coerência e a correção gramatical do trecho, colocando-se a ênfase em "pessoas" se a forma verbal "cria" fosse flexionada no plural.

✍**Comentário:**
Sujeito: "O grande e concentrado <u>número</u> de pessoas".
A palavra destacada é o núcleo desse sujeito. Sabendo-se que o verbo deve concordar com o núcleo do sujeito, a forma verbal "cria" está estabelecendo concordância adequada com a palavra "número". Todas as outras palavras que "cercam" o núcleo do sujeito são chamadas de adjuntos adnominais. Portanto, não há outra flexão para o verbo nesse caso, a não ser a sua conjugação na 3ª pessoa do singular.
Gabarito: Errado

10. (Cespe/Pol. Civil — ES) Muitos pais querem saber que atitudes tomar quando o filho se desentende com amigos

ou colegas, quando chega em casa com marcas de briga, quando tem o costume de dirigir palavrões aos outros etc. Se, no primeiro parágrafo, "o filho" estivesse no plural, as concordâncias corretas dos verbos que têm essa expressão como sujeito seriam **se desentendem, chegam, têm**.

✍**Comentário:**
As palavras sublinhadas a seguir são os verbos e pronomes que se referem ao sujeito "filho":
*A) Muitos pais querem saber que atitudes tomar quando **o filho [=ele]** se desentende com amigos ou colegas, quando chega em casa com marcas de briga, quando tem o costume de dirigir palavrões aos outros etc.*
Com a flexão do sujeito do singular para o plural:
*B) Muitos pais querem saber que atitudes tomar quando **os filhos [=eles]** se desentende**m** com amigos ou colegas, quando chega**m** em casa com marcas de briga, quando **têm** o costume de dirigir palavrões aos outros etc.*
Observação: Em: *"[…] o costume de dirigir palavrões aos outros"*, o verbo "dirigir" nos dá a *falsa impressão* de estar conjugado na 3ª pessoa do singular do modo subjuntivo, o que parece ser coerente e correto no período (A), já que todos os verbos estão flexionados nessa pessoa e número. Porém, no período (B) ele também está correto, conforme mostra a explicação, e não é fexionado como os demais verbos para o plural (dirigirem). Isso porque, como já mencionado, ele não está conjugado, e sim apresenta-se na forma nominal do infinitivo, integrando uma oração subordinada substantiva completiva nominal, isto é, integra uma oração que completa o sentido de um nome (assim como faz um complemento nominal). No caso, o nome é o substantivo abstrato "costume". Afinal, quem tem um costume tem um costume de algo (= dirigir palavrões aos outros). Pegadinha cruel da banca!
Gabarito: Certo



Aula 10 - Regência nominal e verbal

Chama-se **regência** a parte da gramática que cuida das relações de dependência existentes entre os termos na oração ou entre as orações no período composto. Chamam-se **regentes** os termos que exigem a presença de outros termos que lhes completem o sentido; os que completam o sentido dos regentes recebem o nome de **regidos**. Observe as relações neste quadro:

Regentes	Regidos
Aguardo	sua visita.
Observo	o luar.
Acredito	em você.
Alheio	aos fatos.
Desejoso	de vitória.
Digno	de elogios.

Em português, há dois tipos de regência:
a) regência nominal – o termo regente é um nome (**substantivo**, **adjetivo** ou **advérbio**):

Tenho confiança em meus pais.
(**confiança** = termo regente / **em meus pais** = termo regido)

Confiança (substantivo abstrato) = regente

Agiu contrariamente ao regulamento.
(**contrariamente** = termo regente / **ao regulamento** = termo regido)

Contrariamente (advérbio) = regente

Observação:
Na regência nominal, o termo regido sempre é preposicionado e recebe a classificação sintática de **complemento nominal**.

b) regência verbal – o termo regente é um verbo:

Os guardas de trânsito ajudam os pedestres.
(**ajudam** = termo regente / **os pedestres** = termo regido)

A criança necessita de proteção.
(**necessita** = termo regente / **de proteção** = termo regido)

Observação:
Na regência verbal, o termo regido pode ou não ser preposicionado. Recebem a classificação sintática de **objeto** (**indireto**, se for preposicionado; ou **direto**, se não for preposicionado).

✍ **Questões de concursos comentadas**

Julgue os itens a seguir.

1. (Cespe/Seplag— MG) A resolução 840/06 da Secretaria de Estado de Defesa Social determina que tão logo o advogado ingresse na unidade prisional, após a comunicação formal as autoridades sobre à visita, ele será encaminhado no local estabelecido para o contato com seu cliente.

Internet in: www.revistajuridica.com.br (**com adaptações**)

Com base nas estruturas sintáticas do segmento acima, julgue-o quanto à correção.

✍**Comentário:**
Existe, neste período, erro de regência nominal. Toda COMUNICAÇÃO compreende ALGO a ser comunicado A ALGUÉM. Ou seja, o nome COMUNICAÇÃO (substantivo) tem, no período em análise, transitividade direta e indireta, requerendo, assim, como OBJETO DIRETO o "aviso da visita" e como OBJETO INDIRETO o destinatário da ação: "as autoridades". Portanto, teremos o período corrigido da seguinte forma:
*"[…] após a comunicação formal **às** autoridades sobre **a** visita, ele será encaminhado no local estabelecido para o contato com seu cliente."* – [às = comunicação a + as autoridades] – [sobre a = não ocorre crase, pois não há fusão de a preposição + a artigo].
Gabarito: Errado

2. (Cespe/MTE) Nós, chefes de Estado e de Governo dos 21 países ibero-americanos, reunidos na Xlii Conferência Ibero-Americana, na cidade de Santa Cruz de Ia Síerra, Bolívia, reiteramos o nosso propósito de continuar a fortalecer a Comunidade Ibero-Americana de Nações como fórum de diálogo, cooperação e concertamento político, aprofundando os vínculos históricos e culturais que nos unem, e admitindo, ao mesmo tempo, as características próprias de cada uma das nossas múltiplas identidades, que permitem reconhecer-nos como uma unidade na diversidade.

O trecho "o nosso propósito de continuar a fortalecer a Comunidade Ibero-Americana de Nações como fórum de diálogo, cooperação e concertamento político" complementa o sentido do verbo "reiteramos".

✍**Comentário:**
O verbo REITERAR é transitivo direto, pois, quando se reitera, reitera-se ALGO. Nesse casso, reitera-se O PROPÓSITO. Já a palavra propósito é substantivo abstrato que requer complemento nominal indireto, pois quem tem propósito tem propósito DE ALGO. Ou seja, "propósito *de continuar a fortalecer a Comunidade Ibero-Americana de Nações como fórum de diálogo, cooperação e concertamento político".* Conclusão: todo o trecho posterior à forma verbal "reiteramos" até a palavra "político" faz parte do complemento do verbo REITERAR.
Gabarito: Certo

3. (Cespe/MDS) A respeito das estruturas linguísticas do texto, julgue o item que segue.

O fortalecimento da agricultura familiar é estratégico para o avanço de propostas de desenvolvimento local, **pela** sua presença maciça na grande maioria dos municípios brasileiros, **pelo** número de pessoas que vivem nessas condições, pela força de sua produção agrícola e sua capacidade de interação com outras atividades econômicas e sociais locais.

A presença da preposição **por** em "pela" e "pelo" deve-se à regência do substantivo "avanço".

✍**Comentário:**
A presença da preposição **por** em "pela" e "pelo" deve-se à regência da palavra "desenvolvimento". Afinal, quem se desenvolve é desenvolvido *por algo* ou *alguém (*desenvolvido *por + a* presença = pela presença…/ desenvolvido *por + o* número = pelo número…).
Gabarito: Errado

4. (Cespe/Pol. Federal) Os números comprovam isso. Segundo estimativas da Associação Brasileira de Comércio Exterior, as barreiras impostas aos produtos brasileiros reduziram nossas exportações em cerca de US$ 20 bilhões nos últimos quatro anos.

A forma verbal "reduziram", responsável pelo emprego da preposição "em", admite, alternativamente, o emprego da preposição a, sem que as relações semânticas e a coerência do texto sejam alteradas.

✍**Comentário:**
A forma verbal "reduziram", está funcionando como verbo transitivo direto e indireto. Veja:
A*s barreiras impostas aos produtos brasileiros reduziram O QUÊ? Nossas exportações. Reduziram A QUÊ? ou EM QUÊ? Em cerca de US$ 20 bilhões nos últimos quatro anos.*
Ou seja, a forma verbal "reduziram" é, sim, a responsável pelo emprego da preposição "em". Porém, com a troca desta preposição pela preposição "a", forma-se a expressão *A CERCA DE* (separado) = A (preposição) + CERCA DE (perto de, aproximadamente): *"Estamos **a cerca de** dez quilômetros do estádio." (=Estamos **aproximadamente** a dez quilômetros do estádio* – ideia de distância).
Logo, analise a mudança de sentido que ocorre no período caso seja feita a substituição da preposição EM por A:
*"[…] as barreiras impostas aos produtos brasileiros reduziram nossas exportações **em cerca de** US$ 20 bilhões nos últimos quatro anos"* – Ideia de diminuição de valor.
*[…] as barreiras impostas aos produtos brasileiros reduziram nossas exportações **a cerca de** US$ 20 bilhões nos últimos quatro anos* – Ideia de distância aproximada.
Gabarito: Errado

5. (Cespe/Min. Saúde) A diretora-geral da OPAS, com sede em Washington EUA, Mirta Roses Periago, elogiou a iniciativa de estados e municípios brasileiros de levar a vacina contra a rubéola aos locais de maior fluxo de pessoas, especialmente homens, como forma de garantir a maior cobertura vacinal possível.

O emprego de preposição em "aos locais" justifica-se pela regência de "vacina".

✍**Comentário:**
O emprego de preposição em "aos locais" justifica-se pela regência do verbo "levar", que está funcionando com verbo transitivo direto (levar O QUÊ? A vacina contra a rubéola) e indireto (levar vacina contra a rubéola AONDE? Aos locais de maior fluxo de pessoas) .
Gabarito: Errado

6. (Cespe/Abin) A análise dos assuntos relativos ao Oriente Médio pelos órgãos de inteligência faz parte do esforço em acompanhar o fenômeno do terrorismo internacional...

Se a preposição "em" for substituída pela preposição **para**, prejudica-se a correção gramatical do período.

✍**Comentário:**
O trecho "em acompanhar o fenômeno do terrorismo internacional" é uma oração que indica FINALIDADE (no caso, a finalidade do esforço que está sendo feito). Essa semântica é estabelecida pela preposição EM e também pode ser estabelecida pela preposição PARA.
Gabarito: Errado

7. (Cespe/TJ — RR) Além de impulsionar a arrecadação de recursos para os cofres da União, a execução fiscal eletrônica possibilitará maior economia para a máquina do Judiciário, uma vez que reduzirá os prazos de tramitação.

A substituição de "para os cofres" por **aos cofres** é gramaticalmente correta.

✍**Comentário:**
"PARA OS" é igual a "AOS", pois assim consistem os seus processos de formação:
→ PARA (preposição) + OS (artigo) = PARA OS
→ A (preposição) + OS (artigo) = AOS
Assim sendo, podem estabelecer a mesma relação semântica nas orações. Veja:
*"Além de impulsionar a arrecadação de recursos **para os** cofres da União […]".*
*"Além de impulsionar a arrecadação de recursos **aos** cofres da União […]".*
Gabarito: Certo

8. (Cespe/Seplag — MG) A Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais informou que o 2º Distrito Policial de Contagem investiga os atentados contra o ônibus e a agência bancária e assegurou que as informações serão mantidas em sigilo para não prejudicar o trabalho policial.

O emprego de "contra" justifica-se pela regência de "investiga".

✍**Comentário:**
O emprego de "contra" justifica-se pela regência da palavra "atentados", que é substantivo e exige complemento indireto, uma vez que, quando se comete atentados, eles são cometidos CONTRA ALGO/ALGUÉM (CONTRA = preposição).
Gabarito: Errado

9. (Cespe/Hemobrás) Em A Peste (1947), o francês Albert Camus usa a doença para criar uma narrativa em que os habitantes de Oran, na Argélia, descobrem a solidariedade e refletem sobre a condição humana enquanto convivem com a ameaça da infecção na cidade isolada, o que também pode ser entendido como uma metáfora da guerra.
A retirada da preposição "sobre" preserva a correção gramatical, bem como a coerência da argumentação do texto, por manter o sentido do verbo.

✍**Comentário:**
Significados e transitividade do verbo REFLETIR:
– VERBO TRANSITIVO: desviar da primitiva direção: *Os espelhos refletem os raios luminosos.*
– VERBO INTRANSITIVO e VERBO TRANSITIVO INDIRETO: meditar, pensar demoradamente: *Reflita antes de decidir; Não reflete sobre o que faz.*
– VERBO PRONOMINAL: espelhar-se, reproduzir-se: *Árvores que se refletem em um lago.*
Em: *"[…] descobrem a solidariedade e refletem **sobre** a condição humana […]* – A palavra destacada é uma preposição que corresponde, corretamente, a transitividade indireta do verbo. Caso ela seja excluída, o verbo passará a funcionar como transitivo direto e, consequentemente, haverá a alteração de seu sentido.
Gabarito: Errado

10. (Cespe/Pol. Federal) Primeiro, a modernidade não agregou ao mundo do bem-estar a população pobre; ao contrário, **em** países que não conheciam graves desigualdades, como a Argentina e o Uruguai, a desigualdade floresceu, aproximando-os de Brasil e Venezuela.

A preposição "em", destacada acima, é de uso opcional, motivo porque a sua retirada não prejudica a coerência e a correção gramatical do texto.

✍**Comentário:**
A preposição EM participa dessa construção frasal com função adverbial, isto é, ela possui valor semântico de "lugar" e, por isso, introduz uma oração que tem valor de adjunto adverbial de lugar:
"ONDE a desigualdade floresceu? *EM países que não conheciam graves desigualdades"*.
Obs.: Apesar de não prevista pela NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira), pode ser observada a existência

das Orações Subordinadas Adverbiais de Lugar, que seria o exemplo em questão.
Se tal preposição fosse excluída, a semântica do período seria alterada, uma vez que a palavra "países" passaria a ocupar o lugar de "desiguldade" como sujeito da oração.
Gabarito: Errado

Aula 11 - Significação das palavras

Homônimos e parônimos

Homônimos são vocábulos que têm a mesma pronúncia, ou a mesma grafia, mas significados diferentes. Os homônimos podem ser: homógrafos, homófonos ou perfeitos.

- **Homônimos homógrafos:** mesma grafia e pronúncia diferente.

*Eu **olho** para o horizonte.* (verbo)
*Entrou um cisco no **olho** de Ana.* (substantivo)
*Gil foi **colher** tomates.* (verbo)
*A **colher** era de prata.* (substantivo)

- **Homônimos homófonos:** mesma pronúncia e grafia diferente.

acender (pôr fogo) / *ascender* (subir)
cinto (objeto de vestuário) / *sinto* (do verbo sentir)

- **Homônimos homófonos perfeitos:** mesma grafia e mesma pronúncia.

*Eu **caminho** todas as manhãs de domingo.* (verbo)
*Já passei por este **caminho** ontem.* (substantivo)
*Você **cobra** muito barato.* (verbo)
*A **cobra** picou o menino.* (substantivo)

- **Parônimos:** palavras parecidas na escrita e na pronúncia.

Comprimento (extensão) / *cumprimento* (saudação)
Flagrante (evidente) / *fragrante* (perfumado)

Exemplos de homônimos

Acender – atear fogo	Ascender – subir
Acento – sinal gráfico	Assento – lugar para sentar
Apreçar – verificar preço	Apressar – acelerar
Cassar – anular	Caçar – perseguir
Cegar - perder a vista	Segar – ceifar
Cela – cubículo	Sela - arreio
Cerrar – fechar	Serrar – cortar
Cessão – ato de ceder	Seção – divisão
Sessão – reunião	secção – corte
Cesta – caixa de vime	Sesta – descanso depois do almoço
	Sexta – 6º dia da semana
Chá – bebida	Xá – antigo soberano do Irã
Cheque – ordem de pagamento	Xeque – lance de xadrez; perigo
Cinto – objeto de vestuário	Sinto - do verbo sentir
Concerto – harmonia	Conserto – reforma
Coser – costurar	Cozer – cozinhar
Censo – contagem, estatística	Senso – juízo
Laço – nó	Lasso – frouxo, cansado
Incipiente – principiante	Insipiente – ignorante
Empoçar – formar poças	Empossar – dar posse
Espiar – observar	Expiar – sofrer castigo
Esperto – inteligente, perspicaz	Experto – perito, especialista
Esterno – osso do meio do peito	Externo – de fora
Estrato – camada, tipo de nuvem	Extrato – resumo
Estático – imóvel	Extático – pasmado
Paço – palácio	Passo – ato de andar
Incerto – duvidoso	Inserto – inserido
Remição – resgate	Remissão – perdão
Ruço – grisalho, pardacento, desbotado	Russo – grave; natural da Rússia
Tenção – propósito	Tensão – expansão
Tacha – pequeno prego	Taxa – imposto
Tachar - censurar, riscar	Taxar – cobrar tributos
Válido – valioso, sadio	Valido – protegido, estimado
Vez – ocasião	Vês – do verbo "ver"

Exemplos de parônimos

Absolver – inocentar	Absorver – consumir
Acurado – feito com cuidado	Apurado – seleto
Arrear – pôr arreio	Arriar – abaixar
Área – superfície	Ária – melodia
Cavaleiro – que cavalga	Cavalheiro - homem cortês
Comprimento – extensão	Cumprimento – saudação
Aferir – conferir	Auferir – obter
Deferimento – concessão	Diferimento – adiamento
Despercebido – desatento	Desapercebido – despreparado
Descriminar – inocentar	Discriminar – distinguir, diferenciar
Descrição – ato de descrever, representar por palavras	Discrição – reserva, prudência
Emergir – vir à tona	Imergir – mergulhar
Emigrar – sair do país	Imigrar – entrar no país
Esbaforido – ofegante	Espavorido – apavorado
Eminente – elevado, notável	Iminente – ameaçante, prestes a acontecer

Invicto – sempre vitorioso	Invito – involuntário
Flagrante – evidente	Fragrante – aromático
Fluir – correr	Fruir – gozar, desfrutar
Incidente – episódio	Acidente – acontecimento grave
Inflação – desvalorização da moeda	Infração – desrespeito
Infligir – aplicar pena	Infringir – desrespeitar
Mandado – ordem judicial	Mandato – período de missão política
Pleito – disputa	Preito – homenagem, pacto, ajuste
Precedente – antecedente	Procedente – proveniente
Prescrição – receita, ordem	Proscrição – expulsão, proibição
Prostrar-se – humilhar-se	Postar-se – colocar-se
Ratificar – confirmar	Retificar – corrigir
Recrear – divertir, alegrar	Recriar – criar novamente
Tráfego – movimento de trânsito	Tráfico – comércio ilegal
Vadear – atravessar a vau do rio	Vadiar – vagabundear
Válido – valioso, sadio	Valido – protegido
Vultoso – volumoso	Vultuoso – vermelho, atacado de vultuosidade, congestionado, inchado (rosto, olhos, lábios)

✍Questões de concursos comentadas

1. (Agente Tributário/ESAF – adaptada) Leia o texto adaptado de diploma legal e, em seguida , responda à questão.

O imposto é tachado no momento …

I – da saída de mercadoria de estabelecimento de contribuinte, ainda que para outro estabelecimento do mesmo titular;
II – do fornecimento de alimentação, bebidas e outras mercadorias por qualquer estabelecimento.

Quanto à ortografia, ocorre(m) neste texto:

a) um erro.
b) nenhum erro.
c) dois erros.
d) três erros.
e) quatro erros.

✍ **Comentário:**
Observe que ocorreu um erro ortográfico em "O imposto é **tachado** no momento…" pela troca do vocábulo "tachado" pelo seu homônimo "taxado".
• Tachar significa censurar, criticar, apontar-lhe defeitos ou ainda, riscar (passar um traço sobre).
• Taxar significa cobrar tributos, imposto sobre, submeter a uma taxa.
Gabarito: A

2. (Prefeitura de Araçatuba-SP/FGV) O emprego de homônimos/parônimos está correto em:

a) O vento causara estragos vultuosos.
b) O advogado venceu no tribunal de primeira estância.
c) O motorista infringiu as leis de trânsito.
d) O militar arreou a bandeira.

✍ **Comentário:**
a) Errado – Vultuosos = atacados de vultuosidade / Vultosos = volumoso. Portanto, o correto é: "O vento causara estragos vultosos."
b) Errado – Estância = fazenda / Instância = jurisdição/foro. Portanto, o correto é: "O advogado venceu no tribunal em primeira instância."
c) Certo – Infringiu = violou, transgrediu / Infligiu = aplicou pena. Portanto, está correto: "O motorista infringiu as leis de trânsito."
d) Errado – Arreou = pôs arreios / Arriou = abaixou, desceu. Portanto, o correto é "O militar arriou a bandeira."
Gabarito: C

Dupla grafia

Há palavras que podem ser grafadas de duas maneiras, ambas aceitas pela norma culta.

Confira algumas:

cota	quota
catorze	quatorze
cociente	quociente
cotidiano	quotidiano
assobiar	assoviar
percentagem	porcentagem
bílis	bile
coisa	cousa
cãibra	câimbra
toucinho	toicinho
taverna	taberna
tataravó	tetravó

✍Questão de concurso comentada

1. (UFSCar) A palavra cousa é uma variante da palavra coisa, assim como loura de loira. Assinale a alternativa em que as duas palavras são, também, variantes uma da outra.

a) Discrição e descrição.
b) Vultoso e vultuoso.
c) Catorze e quatorze.

d) Dispensa e despensa.
e) Discriminar e descriminar.

✍ **Comentário:**
a) Errado – Estas palavras são parônimos. Discrição (reserva, que é discreto) / descrição (exposição, ato de descrever).
b) Errado – Parônimos: vultoso (volume) / vultuoso (atacado de vultuosidade, congestão da face).
c) Certo – Os vocábulos catorze e quatorze são formas variantes, isto é, aceitam-se as duas grafias.
d) Errado – Parônimos: dispensa (licença) / despensa (local onde se guardam mantimentos).
e) Errado – Parônimos: discriminar (distinguir, diferenciar) / descriminar (absolver, inocentar).
Gabarito: C

Sinônimo (sinonímia) – vocábulos que, empregados em um determinado contexto, têm o mesmo significado ou significados muito semelhantes.
longe / distante
economizar / poupar

Antônimos (antonímia) – vocábulos que, em um determinado contexto, têm significados opostos ou aproximadamente opostos.
fraco / forte
mal / bem

✍Questões de concursos comentadas

1. (Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro/NCE) Assinale a frase em que o vocábulo destacado tem seu antônimo corretamente indicado.

a) … para que suas peles fossem exportadas… – compradas.
b) … uma enorme procura por sapos… – imensa.
c) … levou a uma drástica diminuição da população… – progresso.
d) Quando adulto, chega a comer… – filhote.
e) … seus inimigos naturais,… – adversários.

✍ **Comentário:**
a) Errado. O vocábulo "exportadas" significa "enviadas para fora de um país"; seu antônimo é "importadas".
b) Errado. "Enorme" e "imensa" são sinônimos; seu antônimo é "pequena", "diminuta".
c) Errado. O antônimo de "diminuição" é "aumento"; o antônimo de "progresso" é "decadência".
d) Certo. Recapitulando, antônimo: termo de significação oposta; sinônimo: termo com a mesma ou quase a mesma significação. "Adulto" é um ser que atingiu seu completo desenvolvimento. Já "filhote" é "cria" (para animais), "criança" (para seres humanos). Assim, os dois termos são antônimos.
e) Errado. O antônimo de "inimigos" é " amigos" e de "adversário" é "aliados".
Gabarito: D

2. (Polícia Rodoviária Federal/NCE) O item em que o vocábulo destacado tem seu sinônimo corretamente indicado é:

a) Salve-me, de qualquer modo, o provérbio italiano… – citação.
b) … com perguntas de todo jaez … – tipo.
c) … tentando conquistar um companheiro de lazer. – aventuras.
d) … prelibando pelo menos uma hora… – desejando.
e) O peralta não levará menos do que isso… – revolucionário.

✍ **Comentário:**
a) Errado. Os sinônimos de "provérbio" poderiam ser: adágio, máxima, ditado.
b) Certo. O vocábulo "jaez" significa, em sentido figurado, "tipo", "qualidade", "espécie"; em sentido denotativo, "aparelho e adorno para bestas".
c) Errado. Os sinônimos de "lazer" poderiam ser: entretenimento, folga, descanso.
d) Errado. Sinônimos de "prelibando" = gozando antecipadamente, antegozando.
e) Errado. Sinônimo de "peralta" = janota, criança travessa.
Gabarito: B

3. (Inspetor de Polícia/ Governo do Estado do Rio de Janeiro/NCE) O item em que a palavra destacada tem um sinônimo corretamente indicado é:

a) "… nem todas as atitudes humanas são ditadas pela propaganda." – regulamentadas.
b) " para corroborar sua constatação, …" – contrariar.
c) "Continuemos no campo das substâncias ilícitas." – perigosas.
d) "… algumas um tanto soporíferas, …" – maçantes.
e) "temos alguma autonomia para formar nossas decisões." – inteligência.

✍ **Comentário:**
a) Errado. O sinônimo de "ditadas" seria "impostas".
b) Errado. Os sinônimos de "corroborar" poderiam ser "fortalecer", "confirmar", "comprovar".
c) Errado. Os sinônimos de "ilícitas" poderiam ser "ilegais", "proibidas".
d) Certo. Em sentido figurado, "soporíferas" significa "maçantes", "enfadonhas", "tediosas". Soporífero – que produz sono.
e) Errado. O sinônimo de "autonomia" seria "liberdade".
Gabarito: D

4. (CESPE / 2012 / TC-DF / Auditor de Controle Externo) Com base nas ideias do texto, julgue o item seguinte:

A Teoria Geral do Estado mostra como surgiu e se organizou, ao longo do tempo, o Estado. Nas formas primitivas de organização social, ainda tribais, o poder era concentrado nas mãos de um único chefe, soberano e absoluto, com poder de vida e morte sobre seus subordinados, fazendo e executando as leis.

Na Antiguidade Clássica, as civilizações grega e romana foram as que primeiro fizeram uma tentativa de compartilhar o poder, criando instituições como a Eclésia e o Senado. Contudo, essa experiência foi posta de lado quando as trevas medievais tomaram conta da Europa, fazendo-a mergulhar em mil anos de estagnação, sob as mãos de senhores feudais, reis e papas, que não conheciam outro limite senão seu próprio poder.

O fim da Idade Média, no século XV, e o ressurgimento das cidades, no período renascentista, representaram profundas mudanças para a sociedade da época, mas, do ponto de vista político, assistiu-se a uma concentração ainda maior do poder nas mãos dos soberanos, reis absolutos, que, sob o peso de sua autoridade, unificaram os diversos feudos e formaram vários dos Estados modernos que hoje conhecemos. Exceção a essa regra foi a Inglaterra, onde, já em 1215, o poder do rei passou a ser um tanto limitado pelos nobres, que o obrigaram a pedir autorização a um conselho constituído por vinte e cinco barões para aumentar os impostos. A fim de fazer valer essa exigência, foi assinada a Magna Carta. Nascia o embrião do parlamento moderno, com a finalidade precípua de limitar o poder do rei.

Elton E. Polveiro Júnior. Desafios e perspectivas do poder legislativo no século XXI. Internet: <www.senado.gov.br> (com adaptações).

Na linha 13, a substituição do vocábulo "senão" por se não, embora gramaticalmente correta, prejudicaria o sentido do texto:

✍ **Comentário:**
Usa-se "**senão**" (junto) quando for possível substituir essa expressão por: caso contrário, do contrário, de outro modo, a não ser, mas sim:
Ex.: Estude bastante, **senão** não conseguirá aprender o suficiente! (= caso contrário, do contrário)
Usa-se "**se não**" quando for possível substituir essa expressão por: caso não, quando não.
Ex.: **Se não** fossem meus pais, não seria quem sou! (=caso não) / A maioria dos alunos, **se não** toda a sala, entregou a pesquisa no dia. (quando não)
Logo, observamos que a grafia e pronúncia são equivalentes, mas o sentido de **senão** (junto) e **se não** (separado) são diferentes. A questão está ERRADA por afirmar que a substituição de tais vocábulos manteria a oração "gramaticalmente correta".
Gabarito: Errado

5. (CESPE / 2011 / EBC / Gestor de Atividade Jornalística)

Texto 1

São Paulo, 18 novembro 1925.

Carlos,

Dá-se isto: ontem me apareceu um dos redatores da **Noite** do Rio aqui em casa e além de me pedir uma entrevista pra tal propôs o seguinte: a **Noite** organiza um Mês Modernista. Durante um mês todos os dias o jornal publicará um artiguete de meia coluna assinado por um modernista qualquer. O artiguete poderá ser crítica, fantasia, versos, o que a gente quiser. Pagam 50$ por artigo. Os escolhidos são: Manuel Bandeira e Prudente de Morais no Rio,
eu e Sérgio Milliet em São Paulo, você e o Martins de Almeida em Minas. Me mande com absoluta urgência uma linha sobre isto falando que aceitam, pra eu dispor as coisas logo. Estou esperando. Ciao.

Mário

Texto 2

Belo Horizonte, 20 novembro 1925.

Mário,

Salve. Recebi hoje tua expressa fazendo o amável — e gostoso — convite para escrever umas besteiras na **Noite**. Aceito. O Martins de Almeida, avisado, também aceitou. Diga para quando é a joça, que estamos prontos. E desde já te agradeço o reclame e os cobres, pois estou certo que foi você que se lembrou do meu nome.

Depois escreverei mais longamente.

Um abraço forte do

Carlos

Lélia Coelho Frota (Org.). Carlos & Mário. Correspondência completa entre Carlos Drummond de Andrade (inédita) e Mário de Andrade. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi Produções Literárias, 2002, p. 159-61 (com adaptações).

Com relação aos aspectos linguísticos e aos sentidos dos textos 1 e 2, julgue o item a seguir.

No texto 2, o vocábulo "joça" poderia ser substituído por coisa, sem prejuízo para o sentido original e para a correção gramatical do texto.

( ) Certo ( ) Errado

✍**Comentário:**
Joça = Regionalismo usado no Brasil com sentido pejorativo: coisa ordinária, desprezível, desajeitada, sem pés nem cabeça; coisa ruim.
Ex.: Essa máquina é uma **joça**.
Coisa = Objeto ou ser inanimado; o que existe ou pode existir e que não se sabe o nome.
Ex.: Para que serve esta **coisa**? Ou - Para que serve esta **joça**?
Gabarito: Certo

6. (CESPE / 2011 / EBC) – Com adaptações

Analise o fragmento textual a seguir:

"Há, ainda a noção de que mídia pública é aquela que cumpre o papel de dar visibilidade ao debate público, sendo autônoma em relação ao mercado e também livre das amarras ou das ingerências governamentais".

(Fonte: www.direitocomunicacao.org.br)

Em relação às ideias e estruturas linguísticas do texto acima, julgue o item que a segue:

No texto, a palavra "ingerências" (ℓ.4) é sinônima de interferências, intromissões.

✍**Comentário:**
INGERÊNCIA *sf* (ingerir+ência) = intervenção, intromissão.
Gabarito: Certo

7. (CESPE / 2008 / MPE-RR)

Estudo da Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (ANDIMA) mostrou sensível mudança no comportamento dos investidores estrangeiros em relação aos papéis da dívida externa brasileira. Nem mesmo o cancelamento de alguns leilões pelo Tesouro Nacional, nas semanas de maior volatilidade da crise da bolha imobiliária norte-americana, afastou a atenção dos aplicadores externos em relação aos títulos brasileiros, consolidando a impressão de que há outro padrão de observação para a economia brasileira, bem diferente do exercido, por exemplo, nas crises asiática e russa no final da década passada.

É fato que, em alguns momentos da crise iniciada em julho, marcada pela queda de liquidez dos bancos, ocorreram episódios de exigência de taxas melhores por parte de investidores, mas em nenhum momento aconteceu uma piora no perfil da dívida brasileira.

Gazeta Mercantil, 17/4/2008 (com adaptações).

Em relação às ideias e às estruturas do texto acima, julgue o item a seguir:

A palavra "volatilidade" (ℓ.6) está sendo empregada com o sentido de **estabilidade**.

✍**Comentário:**
Volatilidade *s.m.* ou *adj.* (volátil + -idade) =
1. Que tem a faculdade de voar. = VOADOR
2. Relativo a aves.
3. [Figurado] Que muda de forma fácil ou frequente. = INCERTO, INCONSTANTE, **INSTÁVEL**, VOLÚVEL ≠ ESTÁVEL, PERMANENTE
4. [Química] Que se pode reduzir a gás ou a vapor.
s. m.
5. Animal que voa.
6. Ave doméstica.
Conclusão: nenhuma das significações acima é sinônima daquilo que é "estável", pelo contrário, a terceira significação aponta para o sentido oposto de "estabilidade".
Gabarito: Errado

8. (CESPE / 2012 / MPE/PI / Analista Ministerial / Área Documentação)

Nossa espécie passou os últimos 150 mil anos melhorando o cérebro. Mas uma pesquisa recém-publicada por uma equipe da Universidade de Cambridge reforçou uma tese recorrente na neurociência: a de que nossa inteligência chegou a seu limite. Os estudos ainda devem prosseguir para confirmá-la, mas esse trabalho, somado aos que vinham sendo realizados nos últimos anos, não deixa margem para muitas dúvidas.

Se evoluísse ainda mais, nosso sistema nervoso passaria a consumir energia e oxigênio a tal ponto que atrapalharia o funcionamento do resto do organismo — e isso nunca vai acontecer porque nos inviabilizaria como espécie. Depois de uma longa evolução, nos últimos duzentos anos chegamos ao limite da inteligência.

Existe no nosso corpo uma espécie de balança comercial de energia. O custo mínimo não nos deixa muito inteligentes, enquanto o investimento máximo custa caro demais para o organismo. Em nossa história evolutiva, caminhamos para melhorar nossas conexões cerebrais, mas há um momento em que o custo para manter o sistema nervoso causaria uma pane nos outros órgãos, ou seja: chegamos a um ponto em que ser ainda mais esperto significa ter um organismo que vai funcionar mal.

Ed Bullmore. **Nosso cérebro chegou ao limite.** In: **Galileu.** Internet: <http://revistagalileu.globo.com> (com adaptações).

O vocábulo "espécie" está sendo empregado, em ambas as ocorrências, nas linhas 1 e 11, na acepção de **variedade, tipo.**

✍ **Comentário:**
Segundo definições do dicionário, a palavra **espécie** significa:
S. f.
1. Subdivisão que abrange todos os seres ou indivíduos que se distinguem dos restantes por um caráter específico que só a eles é comum.
2. Casta, gênero, sorte.
3. Classe, qualidade.
4. Índole, caráter, condição.

5. Caso especial.
6. Aparência.
7. Informação, notícia.
8. Especiaria; droga.
9. Moeda metálica.
10. Gêneros alimentícios (dados em pagamento).
11. Amêndoa pisada com cravo-da-índia, canela, etc.
12. Cada um dos acidentes sacramentais.
Logo, entende-se que a palavra espécie, na ℓ.1, foi empregada com o sentido da definição nº 1. Na ℓ.11, ela foi empregada com o sentido da definição nº 2.
Gabarito: Errado

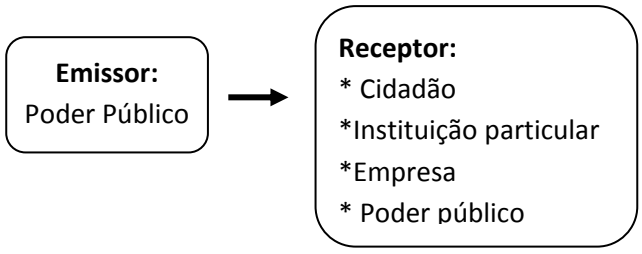
Aula 12 - Redação Oficial

Segundo o *Manual de Redação da Presidência da República*:

> *"**Redação oficial** é a maneira pela qual o Poder Público redige atos normativos e comunicações."*

A partir dessa definição, pode-se dizer que, somente se classifica como redação oficial o texto ***emitido pelo Poder Público***.

Quando um órgão público escreve para o cidadão, instituição particular, empresa ou ainda para outro órgão público, emite um texto enquadrado no gênero.



Atenção:
Se a correspondência é escrita por uma ***empresa particular, não é redação oficial***, mesmo que trate de assunto oficial.

Princípios e atributos da redação oficial:

Como todo ato da administração pública, as correspondências e textos normativos estão subordinados aos princípios constitucionais. A redação oficial deve caracterizar-se pela impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, clareza, concisão, formalidade e uniformidade. Fundamentalmente esses atributos decorrem da Constituição, que dispõe, no artigo 37:

> *"A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)".*

Segundo o Manual de Redação da Presidência da República:

1. Impessoalidade

a) da ausência de impressões individuais de quem comunica: embora se trate, por exemplo, de um expediente assinado por Chefe de determinada Seção, é sempre em nome do Serviço Público que é feita a comunicação. Obtém-se, assim, uma desejável padronização, que permite que comunicações elaboradas em diferentes setores da Administração guardem entre si certa uniformidade;

b) da impessoalidade de quem recebe a comunicação, com duas possibilidades: ela pode ser dirigida a um cidadão, sempre concebido como público, ou a outro órgão público. Nos dois casos, há um destinatário concebido de forma homogênea e impessoal;

c) do caráter impessoal do próprio assunto tratado: se o universo temático das comunicações oficiais se restringe a questões que dizem respeito ao interesse público, é natural que não cabe qualquer tom particular ou pessoal.

2. Uso do padrão culto de linguagem

- **Obediência à gramática formal.** O texto oficial não pode incorrer em erros contra a gramática: ortografia, pontuação, concordância, etc.
- **Linguagem simples.** O texto utilizado deve ser entendido por todos os usuários da língua. Não utilizar gírias, termos técnicos (somente quando indispensável), regionalismo, linguagem rebuscada ou construções próprias da literatura, etc.

3. Clareza

Para que o texto possa ser considerado claro, tem que ser entendido por todos os leitores da mesma maneira e imediatamente.

O texto claro evita, principalmente, ambiguidade, obscuridade e pedantismo.

4. Concisão

O texto conciso é aquele que contém o máximo de informação com um mínimo de palavras. Para conseguir um texto conciso deve-se cortar palavras inúteis, redundâncias, passagens que nada acrescentem ao que foi dito.
Exemplo:
Em vez de: Temos a enorme honra de comunicar
Prefira: Comunicamos

5. Formalidade

As comunicações oficiais devem ser sempre formais, isto é, com o uso correto do pronome de tratamento e também com polidez e civilidade, ou seja, o texto deve ser educado, respeitoso.

6. Padronização

Os textos oficiais devem seguir um padrão. Não cabe ao redator escolher como vai formatar suas mensagens.

Pronomes de tratamento

O pronome de tratamento equivale a um pronome pessoal e é utilizado em referência ao interlocutor.
Vamos tratar aqui das formas de cerimônia (Vossa Excelência e Vossa Senhoria), que são as utilizadas nas correspondências oficiais. Esse tipo de pronome é uma marca de formalidade no tratamento com os interlocutores do Serviço Público.

O pronome de tratamento pode aparecer de duas formas:

- **Vossa:** Quando se refere àquele com quem se fala.
  Exemplos: Vossa Senhoria, Vossa Excelência
- **Sua:** Quando se refere a um terceiro, àquele em quem se fala.
  Exemplo: Sua Senhoria, Sua Excelência

Concordância verbal: o verbo vai para a terceira pessoa.
Vossa Excelência informou.

Concordância pronominal: o pronome possessivo vai para a terceira pessoa.
Vossa Excelência manifestou sua posição.

Concordância nominal: depende do gênero do destinatário da correspondência.
Vossa Excelência está errada. (fem.) / Vossa Excelência está errado. (masc.)

O emprego do pronome de tratamento ajusta-se ao destinatário, como mostrado na tabela a seguir:

Pronome de Tratamento	Emprego
Vossa Excelência	a) **Poder Executivo**: • Presidente da República. • Vice-Presidente da República. • Ministros de Estado (*são Ministros de Estado, além dos titulares dos Ministérios: o Chefe da Casa Civil da Presidência da República, o Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, o Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Advogado-Geral da União e o Chefe da Corregedoria-Geral da União.).* • Governadores e Vice-Governadores de Estado e do Distrito Federal. • Oficiais-Generais das Forças Armadas. • Embaixadores. • Secretários-Executivos de Ministérios e demais ocupantes de cargos de natureza especial. • Secretários de Estado dos Governos Estaduais. • Prefeitos Municipais. b) **Poder Legislativo:** • Deputados Federais e Senadores; • Ministros do Tribunal de Contas da União. • Deputados Estaduais e Distritais; • Conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais. • Presidentes das Câmaras Legislativas Municipais. c) **Poder Judiciário:** • Ministros dos Tribunais Superiores; • Membros de Tribunais. • Juízes. • Auditores da Justiça Militar.
Outros pronomes de tratamento	• Vossa Magnificência (Reitor). • Vossa Santidade (Papa). • Vossa Eminência ou Vossa Eminência Reverendíssima (Cardeal). • Vossa Excelência Reverendíssima (Arcebispo e Bispo) • Vossa Reverendíssima ou Vossa Senhoria Reverendíssima (Monsenhor, cônego e superiores religiosos. • Vossa Reverência (sacerdotes,

	clérigos e demais religiosos.
Vossa Senhoria	Demais autoridades e particulares, ou seja, quem não estiver nas listagens acima, como: Vereador, Diretor, Delegado.

Vocativo

É a expressão que é empregada para chamar a atenção do destinatário da correspondência ou invocá-lo.

Exemplo:

Vocativo
(...)
Senhor Secretário,

Em resposta ao Memorando 325-XX, de 15 de agosto de 2011, enviamos...

Corpo

Obs.: No manual de Redação da Presidência da República, editado em 1991, adotou-se a vírgula para a pontuação do vocativo nos documentos da correspondência oficial. Essa pontuação, todavia, além de contrariar o uso, já tradicional, dos dois pontos, conflita com a inicial maiúscula, em nova linha, do texto do documento. Assim, é preferível, até por mais lógico, o uso dos dois pontos, pontuação que se coadjuna perfeitamente com a inicial maiúscula, em nova linha, do texto a seguir. Com efeito, não é usual a letra maiúscula após vírgula; no entanto, é perfeitamente cabível a inicial maiúscula após dois pontos, sempre que o texto em sequência, como sucede nos documentos da correspondência oficial, constitui estrutura oracio,nal nova e autônoma, não dependente de qualquer termo anterior. In: Kaspary, Adalberto J. Redação Oficial. Porto Alegre: Editado, 2004, p. 32.

O vocativo a ser empregado em comunicações dirigidas aos Chefes de Poder é Excelentíssimo Senhor, seguido do cargo respectivo:

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,
Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal.

As demais autoridades serão tratadas com o vocativo Senhor, seguido do cargo respectivo:

Senhor Senador,
Senhor Juiz,
Senhor Ministro,
Senhor Governador,

Exemplo de outros vocativos especiais

Reitor: Magnífico Reitor,
Papa: Santíssimo Padre

Endereçamento no envelope para os cargos que recebem o tratamento de Vossa Excelência:

Exemplos do Manual:

A Sua Excelência o Senhor
Fulano de Tal ***(nome)***
Ministro de Estado da Justiça ***(cargo)***
70064-900 – Brasília. DF ***(endereço)***

Endereçamento no envelope para os cargos que recebem o tratamento de Vossa Senhoria:

Exemplo do Manual:

Ao Senhor
Fulano de Tal
Rua ABC, nº 123
12345-000 – Curitiba. PR

Fechos

- **Respeitosamente,** (para superiores hierárquicos, incluído o presidente da república).
- **Atenciosamente,** (para os demais cargos de mesma hierarquia, hierarquia inferior ou para as situações em que não há relação hierárquica entre destinatário e signatário).

Identificação do Signatário

Identifica-se a pessoa que assina a correspondência da seguinte forma:

Conforme consta no Manual:

Excluídas as comunicações assinadas pelo Presidente da República, todas as demais comunicações oficiais devem trazer o nome e o cargo da autoridade que as expede, abaixo do local de sua assinatura. A forma da identificação deve ser a seguinte:

(espaço para assinatura)
NOME

Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República

(espaço para assinatura)

NOME
Ministro de Estado da Justiça

O que é Padrão Ofício?

É o conjunto de regras aplicáveis a:

- Ofícios.
- Avisos.
- Memorandos.

Estes três tipos de expedientes se diferenciam pela finalidade, que serão tratadas mais adiante. Vejamos primeiro suas semelhanças:

Estrutura

Vejamos os exemplos do *Manual*:

a) **Número:** tipo e número do expediente, seguido da sigla do órgão que o expede:

Exemplos:

Mem. 123/2002-MF

Aviso 123/2002-SG

Of. 123/2002-MME

b) **local e data** em que foi assinado, por extenso, com alinhamento à direita**:**

Exemplo:

Brasília, 15 de março de 1991.

c) **assunto**: resumo do teor do documento.

Exemplos:

Assunto: **Produtividade do órgão em 2002.**

Assunto: **Necessidade de aquisição de novos computadores.**

d) **destinatário**: o nome e o cargo da pessoa a quem é dirigida a comunicação. No caso do ofício deve ser incluído também o *endereço*.

e) **texto:**

* nos casos em que não for de mero encaminhamento de documentos, o expediente deve conter a seguinte estrutura:

- **Introdução:** apresentação do objetivo.
- **Desenvolvimento**: fundamentação.
- **Conclusão:** reafirmação do objetivo.

Numeração de parágrafo: Devem ser numerados, exceto nos casos em que estes estejam organizados em itens ou títulos e subtítulos.

* Quando se tratar de mero encaminhamento de documentos a estrutura é a seguinte:

- **Introdução 1:** deve iniciar com referência ao expediente que solicitou o encaminhamento.

Exemplo do Manual:

"Em resposta ao Aviso nº 12, de 1º de fevereiro de 1991, encaminho, anexa, cópia do Ofício nº 34, de 3 de abril de 1990, do Departamento Geral de Administração, que trata da requisição do servidor Fulano de Tal."

- **Introdução 2:** Se a remessa do documento não tiver sido solicitada, deve iniciar com a informação do motivo da comunicação, seguida de tipo, data, origem ou signatário, e assunto de que trata, e a razão pela qual está sendo encaminhado.

Exemplo do Manual:

"Encaminho, para exame e pronunciamento, a anexa cópia do telegrama no 12, de 1º de fevereiro de 1991, do Presidente da Confederação Nacional de Agricultura, a respeito de projeto de modernização de técnicas agrícolas na região Nordeste."

- **Desenvolvimento:** Aparece somente quando existir a necessidade de acrescentar algum comentário.

f) **fecho**;

g) **assinatura**;

h) **identificação do signatário**;

i) **endereço**;

j) **iniciais**. (iniciais do redator e do digitador – ambas com letras maiúsculas)

Nota: Uma diagonal (/) logo acima do endereço, junto à margem esquerda, significa que o documento contém anexos, cujo número é indicado com algarismos arábicos.

Ex.: /2 (o ofício contém 2 anexos).

Qual é a forma de diagramação do Padrão Ofício?

Conforme o Manual, ela deve obedecer às seguintes orientações:

a) Fonte do tipo: *Times New Roman* de corpo 12 no texto em geral, 11 nas citações, e 10 nas notas de rodapé;

b) para símbolos não existentes na fonte *Times New Roman* poder-se-á utilizar as fontes *Symbol* e *Wingdings*;

c) é obrigatório constar, a partir da segunda página, o número da página;

d) os ofícios, memorandos e anexos destes poderão ser impressos em ambas as faces do papel. Nesse caso, as margens, esquerda e direita, terão as distâncias invertidas nas páginas pares ("margem espelho");

e) o início de cada parágrafo do texto deve ter 2,5 cm de distância da margem esquerda;

f) o campo destinado à margem lateral esquerda terá, no mínimo, 3,0 cm de largura;

g) o campo destinado à margem lateral direita terá 1,5 cm;

h) deve ser utilizado espaçamento simples entre as linhas e de 6 pontos após cada parágrafo, ou, se o editor de texto utilizado não comportar tal recurso, de uma linha em branco;

i) não deve haver abuso no uso de negrito, itálico, sublinhado, letras maiúsculas, sombreado, sombra, relevo, bordas ou qualquer outra forma de formatação que afete a elegância e a sobriedade do documento;

j) a impressão dos textos deve ser feita na cor preta em papel branco. A impressão colorida deve ser usada apenas para gráficos e ilustrações;

l) todos os tipos de documentos do Padrão Ofício devem ser impressos em papel de tamanho A-4, ou seja, 29,7 x 21,0 cm;

m) deve ser utilizado, preferencialmente, o formato de arquivo *Rich Text* nos documentos de texto;

n) dentro do possível, todos os documentos elaborados devem ter o arquivo de texto preservado para consulta posterior ou aproveitamento de trechos para casos análogos;

o) para facilitar a localização, os nomes dos arquivos devem ser formados da seguinte maneira:

tipo do documento + número do documento + palavras-chaves do conteúdo

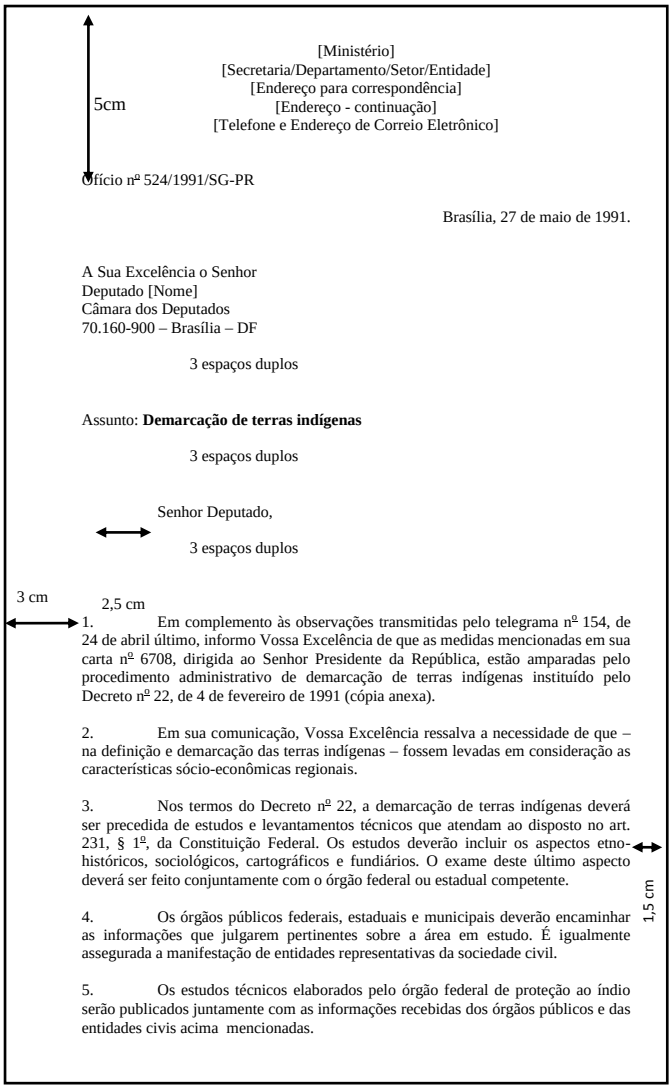
Ex.: "Of. 123 - relatório produtividade ano 2002"

Ofício

Ofício é a modalidade de texto oficial utilizada para a comunicação externa. Adota o padrão ofício e é o único dos três textos que traz identificação completa do destinatário, com nome, cargo e endereço.

Vejamos a seguir um exemplo extraído do Manual:

Exemplo da estrutura do Ofício



5cm

[Ministério]
[Secretaria/Departamento/Setor/Entidade]
[Endereço para correspondência]
[Endereço - continuação]
[Telefone e Endereço de Correio Eletrônico]

Ofício nº 524/1991/SG-PR

Brasília, 27 de maio de 1991.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado [Nome]
Câmara dos Deputados
70.160-900 – Brasília – DF

3 espaços duplos

Assunto: **Demarcação de terras indígenas**

3 espaços duplos

Senhor Deputado,

3 espaços duplos

3 cm

2,5 cm

1. Em complemento às observações transmitidas pelo telegrama nº 154, de 24 de abril último, informo Vossa Excelência de que as medidas mencionadas em sua carta nº 6708, dirigida ao Senhor Presidente da República, estão amparadas pelo procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas instituído pelo Decreto nº 22, de 4 de fevereiro de 1991 (cópia anexa).

2. Em sua comunicação, Vossa Excelência ressalva a necessidade de que – na definição e demarcação das terras indígenas – fossem levadas em consideração as características sócio-econômicas regionais.

3. Nos termos do Decreto nº 22, a demarcação de terras indígenas deverá ser precedida de estudos e levantamentos técnicos que atendam ao disposto no art. 231, § 1º, da Constituição Federal. Os estudos deverão incluir os aspectos etno-históricos, sociológicos, cartográficos e fundiários. O exame deste último aspecto deverá ser feito conjuntamente com o órgão federal ou estadual competente.

1,5 cm

4. Os órgãos públicos federais, estaduais e municipais deverão encaminhar as informações que julgarem pertinentes sobre a área em estudo. É igualmente assegurada a manifestação de entidades representativas da sociedade civil.

5. Os estudos técnicos elaborados pelo órgão federal de proteção ao índio serão publicados juntamente com as informações recebidas dos órgãos públicos e das entidades civis acima mencionadas.

(297 x 210 mm)

3,5 cm

6. Como Vossa Excelência pode verificar, o procedimento estabelecido assegura que a decisão a ser baixada pelo Ministro de Estado da Justiça sobre os limites e a demarcação de terras indígenas seja informada de todos os elementos necessários, inclusive daqueles assinalados em sua carta, com a necessária transparência e agilidade.

Atenciosamente,

[Nome]
[cargo]

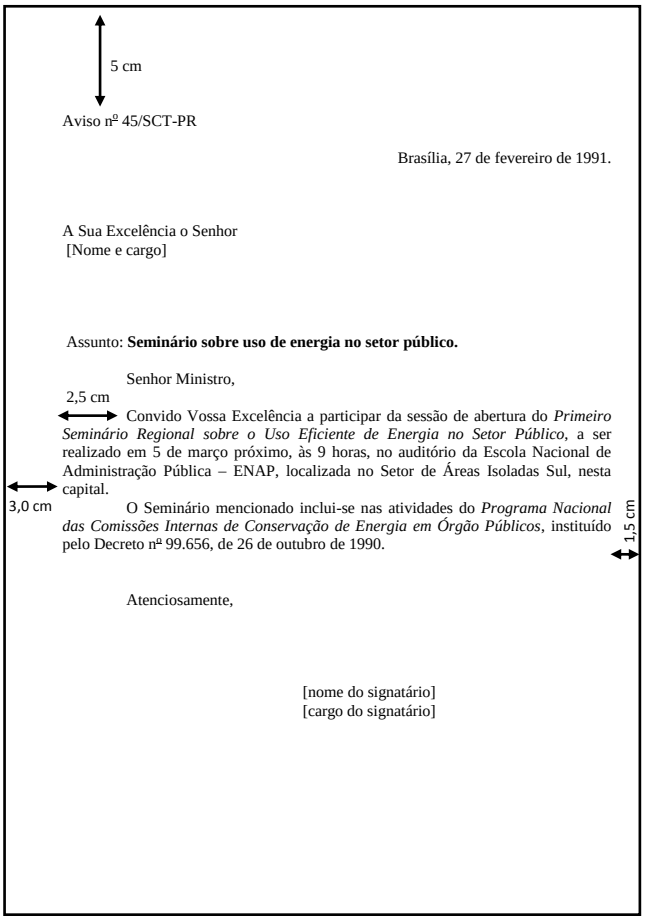
2

Obs.: siglas do redator e do digitador. Devem ser ambas com letra maiúscula, uma vez que se trata de iniciais de nomes próprios.

Aviso

Aviso é a modalidade de texto oficial utilizada por Ministros de Estado para comunicação com outro ministro. Adota o padrão ofício, com a característica de trazer o destinatário identificado somente por *nome* e *cargo*.

Vejamos um exemplo do Manual:



"Avisos são atos emanados dos Ministros de Estado a respeito de assuntos afetos aos seus ministérios". (Hely Lopes Meirelles – Direito Administrativo Brasileiro).

"De competência dos Ministros e Secretários de Estado, constituem os avisos, no Direito Administrativo Pátrio, fórmulas mediante as quais aqueles auxiliares do chefe executivo, federal e estadual, se comunicam entre si, como também com outras autoridades categorizadas e de prestígio dentro da hierarquia administrativa". (José Crettella Júnior – Tratado de Direito Administrativo, Vol. II).

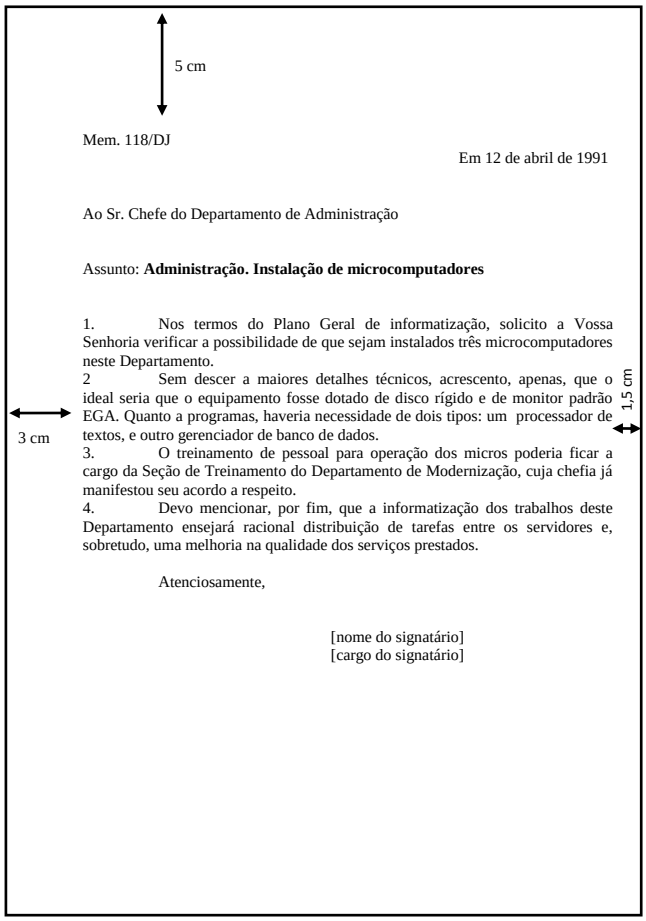
Memorando

É a modalidade de texto oficial utilizada para a comunicação interna, ou seja, entre as unidades administrativas de um mesmo órgão.

Forma/Características:

- Adota o padrão ofício.
- Traz o destinatário identificado apenas pelo cargo.
- Não tem vocativo.
- Sua característica principal é a agilidade e simplicidade.

Vejamos um exemplo do *Manual*:



(297 x 210mm)

Vejamos agora outras formas de comunicações oficiais que não são abrangidas pelo padrão ofício:

Exposição de motivos

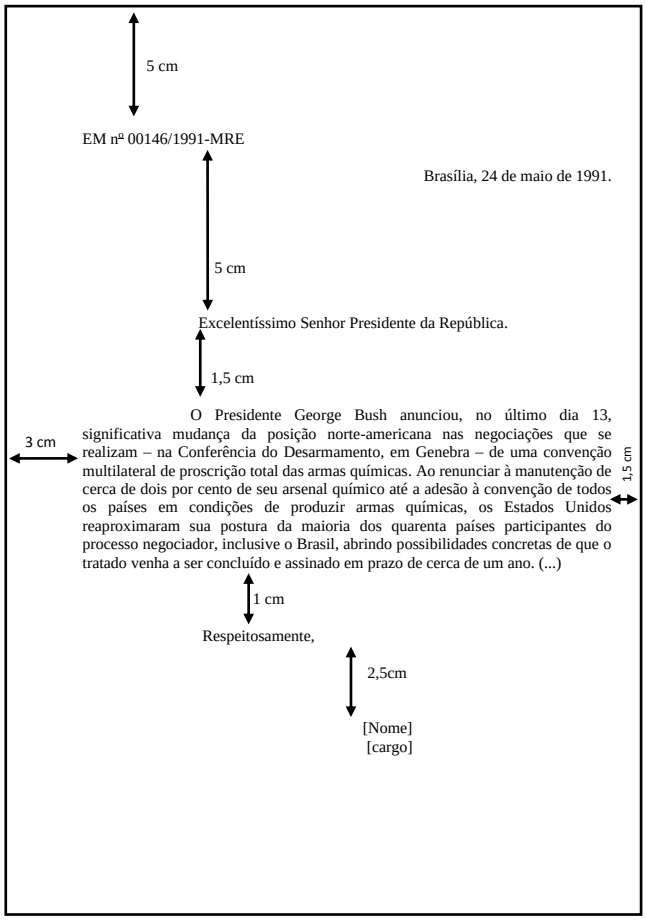
É a modalidade de texto oficial utilizada para a comunicação entre ministros e o presidente da república ou vice-presidente.

Forma/Características:

- Adota parcialmente o padrão ofício;
- Não traz destinatário nem assunto;
- Quando for argumentativa, além de apresentar normalmente introdução, desenvolvimento e conclusão, deve ser acompanhada ainda de formulário anexo, com o resumo do raciocínio que embasa a proposta.

Vejamos um exemplo do Manual:

Exemplo de Exposição de Motivos de caráter informativo



(297 x 210mm)

Modelo de anexo do Manual:

Anexo à Exposição de Motivos do (indicar nome do Ministério ou órgão equivalente) nº , de de de 200 .

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta.

3. Alternativas existentes às medidas propostas

Mencionar:

- se há outro projeto do Executivo sobre a matéria;
- se há projetos sobre a matéria no Legislativo;
- outras possibilidades de resolução do problema.

4. Custos

Mencionar:

- se a despesa decorrente da medida está prevista na lei orçamentária anual; se não, quais as alternativas para custeá-la;
- se é o caso de solicitar-se abertura de crédito extraordinário, especial ou suplementar;
- valor a ser despendido em moeda corrente;

5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for medida provisória ou projeto de lei que deva tramitar em regime de urgência).

Mencionar:

- se o problema configura calamidade pública;
- por que é indispensável a vigência imediata;
- se se trata de problema cuja causa e agravamento não tenham sido previstos;
- se se trata de desenvolvimento extraordinário de situação já prevista.

6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo).

7. Alterações propostas.

Texto atual	Texto proposto

8. Síntese do parecer do órgão jurídico.

Mensagem

É a modalidade de texto oficial utilizada para comunicação entre os Chefes dos Poderes Públicos.

Forma:

a) **Tipo/Número do expediente:** horizontalmente, no início da margem esquerda:

Mensagem nº

b) **Vocativo:** de acordo com o pronome de tratamento e o cargo do destinatário, horizontalmente, no início da margem esquerda;

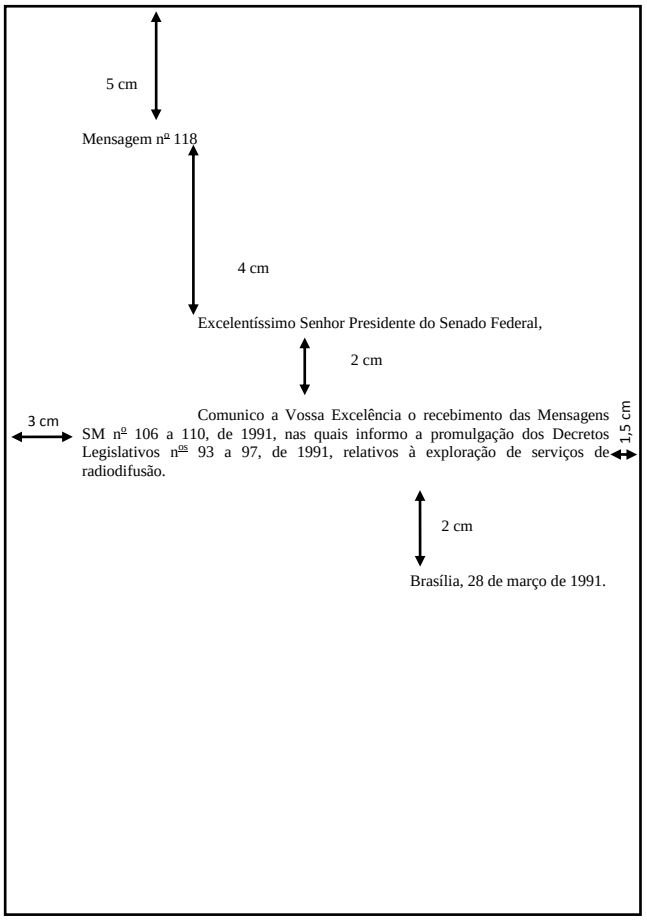
Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

c) **Texto:** exposição da matéria – se a natureza do conteúdo comportar, terá: introdução, apreciação e conclusão. Iniciando a 2 cm do vocativo;

d) **Local e data:** a 2 cm do final do texto com alinhamento à direita.

e) **Assinatura:** não traz identificação de seu signatário. Apenas a assinatura do Chefe do Poder Executivo, sem a forma digitada de seu nome ou cargo.

Vejamos um exemplo do Manual:



(297 x 210mm)

Telegrama

Também chamado de despacho telegráfico, é a comunicação transmitida pelo telégrafo. É o meio de transmissão de mensagens urgentes, por ser a forma mais cara dentre as modalidades oficiais, só deve ser utilizada se não for possível o uso do *correio eletrônico* ou *fax* e, quando utilizada, deve-se dar atenção especial a concisão.

Quanto à forma, não tem estrutura definida podendo-se utilizar os formulários dos Correios.

Fax

É utilizado para a transmissão de mensagens urgentes e para o envio antecipado de documentos, quando não for possível utilizar o correio eletrônico.

O fax recebido deve ser arquivado em cópia para preservar o texto.

O fax tem geralmente uma folha de rosto, vejamos o exemplo do Manual:

[Órgão Expedidor]
[setor do órgão expedidor]
[endereço do órgão expedidor]

_____

Destinatário:_____
Nº do fax de destino: _____ Data:____/____/____
Remetente: _____
Tel. p/ contato:_____ Fax/correio eletrônico:_____
Nº de páginas: esta +_____Nº do documento:_____
Observações:_____
_____

Correio eletrônico (e-mail)

Este tipo de comunicação, devido ao baixo custo é o meio de transmissão preferencial para mensagens urgentes no Serviço Público.

Não tem estrutura definida, porém a linguagem utilizada deve seguir o padrão das comunicações oficiais.

Outros tipos de textos administrativos

Caro concurseiro, nas provas de concurso é comum aparecerem outros tipos de textos administrativos que não se encontram no Manual de Redação da Presidência da República.

Não há norma oficial para estes documentos, porém seguem algumas orientações baseadas no consenso observado na prática.

"São ordens escritas, de caráter uniforme, expedidas a determinados funcionários ou agentes administrativos incumbidos de certo serviço, ou de desempenho de certas atribuições em circunstâncias especiais". (Hely Lopes Meirelles – Direito Administrativo Brasileiro).

Circular

Tipo de comunicação que é remetida ao mesmo tempo a vários destinatários.

Ex: ofício circular, memorando circular, etc.

Adota a forma do documento original, por exemplo se for um ofício circular, adota-se a forma do ofício e assim por diante.

Ata

Serve para fazer um registro do que ocorreu em uma reunião.

Forma/Características:

- **Título:** Ex: Ata da reunião nº tal
- **Corpo:** Contém: *introdução* (quem esteve reunido, onde, quando, qual assunto), *desenvolvimento* (descrição do que aconteceu) e *fecho* (encerramento do relato, normalmente com o seguinte texto: "Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão, da qual eu, Fulano de tal, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais presentes."
- **Local e data**: centralizada e referente a data da assinatura ou aprovação da ata.
- **Assinatura dos participantes:** uma ao lado da outra, devendo-se inutilizar com um traço eventual espaço em branco.

As atas não podem conter rasuras nem espaços em branco, pois é um documento de valor jurídico. Deve ser lavrada de maneira que não lhe possam introduzir quaisquer anotações posteriores.

Quando for escrita a mão, os livros devem trazer as páginas numeradas e rubricadas por quem assina o termo de abertura do livro.

Requerimento:

Petição por escrito, segundo as normas legais, na qual se solicita alguma coisa a uma entidade oficial, da justiça ou da administração.

Forma:

Título da autoridade - A quem se dirige o texto.

Texto

**** Nome do solicitante***
**** Identificação do solicitante*: no caso de civil (nacionalidade, estado civil, ocupação, identidade, CPF, endereço) ou no caso de funcional (matrícula, função, localização).**
**** Exposição do que se quer***

Fecho
A fórmula convencional
Nestes termos
Pede Deferimento

Local e data
Assinatura

Relatório

É um texto administrativo escrito com o objetivo de prestar conta de trabalho realizado, bem como trazer a posição do signatário sobre a situação examinada, o que significa que é um texto argumentativo.

✍Questões de concurso comentadas

1. (CESGRANRIO / 2010 / EPE / Assistente Administrativo) Relacione o tipo de documento oficial com sua utilização.

I - Ata
II - Atestado
III - Circular
IV - Memorando
V - Relatório

P - Documento onde se afirma ou comprova a veracidade de um fato
Q - Documento onde se expõem certos fatos juntamente com seus aspectos relevantes
R - Documento em que se registram as ocorrências de uma reunião
S - Documento que serve para comunicações internas ou rotineiras

A correspondência correta é:

a) I - Q , II - R , III - S , IV - P
b) I - R , II - P , IV - S , V - Q
c) I - S , II - R , III - Q , V - P
d) I - P , III - Q , IV - R , V - S
e) II - Q , III - P , IV - R , V - S

✍ **Comentário:**
I – Ata: documento em que se registram as ocorrências de uma reunião.
II – Atestado: documento onde se afirma ou comprova a veracidade de um fato.
III – Circular: documento remetido pelo chefe da repartição ou departamento aos funcionários de um determinado setor, a fim de delimitar comportamentos e homogeneizar condutas de um grupo de pessoas.
IV – Memorando: documento que serve para comunicações internas ou rotineiras. É estabelecido entre as unidades administrativas de um mesmo órgão de níveis hierárquicos iguais ou distintos.
V – Relatório: documento onde se expõem certos fatos juntamente com seus aspectos relevantes.
Gabarito: B

2. (CESGRANRIO / 2011 / FINEP / Técnico / Suporte Técnico) Uma das características de um documento oficial bem redigido é o(a)

a) discurso acadêmico
b) jargão burocrático
c) padrão culto da língua
d) linguagem figurada
e) linguagem rebuscada

✍ **Comentário:**
a) Incorreta. O discurso acadêmico é a forma de apresentação da linguagem que circula na comunidade científica. Tem função argumentiva, expressando textualmente pesquisas minuciosas e efetivas sobre determinado objeto, para fins de publicação.
b) Incorreta. Jargão burocrático é uma expressão ou palavra comum para um grupo profissional e restrita àquele círculo de pessoas.
c) Correta. É inadmissível que um documento oficial seja redigido de maneira obscura e ambígua. Dessa forma, impessoalidade, clareza, concisão, formalidade, uniformidade e o uso do padrão culto da linguagem deverão ser características norteadoras da redação de um documento oficial, a fim de produzir-se um texto transparente e inteligível para todo o conjunto de cidadãos.
d) Incorreta. Linguagem figurada (ou figuras de linguagem) são fugas, desvios das normas convencionais, para se conseguir maior elegância ou ênfase na expressão.
e) Incorreta. Linguagem rebuscada é aquela que utiliza muitos recursos estilísticos, figuras de linguagem, palavras pouco conhecidas e de entendimento confuso.
Gabarito: C

3. (CESGRANRIO / 2010 / Banco do Brasil / Escriturário) Em redações oficiais, é certo:

a) usar o pronome "vosso", no caso de ter sido escolhida a forma de tratamento "Vossa Excelência".
b) escolher a forma de tratamento "Vossa Senhoria", se o destinatário for mulher.
c) fechar o texto com "respeitosamente", para pessoas do mesmo nível hierárquico.
d) usar a expressão "Digníssimo Senhor" para o destinatário em posição hierárquica superior.
e) identificar o autor da correspondência com seu nome e cargo abaixo da assinatura.

✍ **Comentário:**
a) Incorreta. Em redações oficiais, o gênero gramatical deve coincidir com o sexo da pessoa a que se refere, e não com o substantivo que compõe a locução. Assim, se o interlocutor for homem, o correto é "*Vossa Excelência está atarefado*", "*Vossa Senhoria deve estar satisfeito*"; se for mulher, "*Vossa Excelência está atarefada*", "*Vossa Senhoria deve estar satisfeita*".
b) Incorreta. O pronome de tratamento Vossa Senhoria pode ser referido a homens e a mulheres.
c) Incorreta. Deve-se utilizar o termo "atenciosamente" para pessoas do mesmo nível hierárquico.
d) Incorreta. O uso do tratamento "digníssimo" foi extinto da redação oficial, uma vez que a dignidade é requisito para qualquer pessoa que ocupa cargo público.
e) Correta. Em redações oficiais, é correto identificar o autor da correspondência com seu nome e cargo abaixo da assinatura.
Gabarito: E

4. (CESGRANRIO / 2011 / FINEP / Técnico / Apoio Adm e Secretariado) Estão corretas as seguintes normas de diagramação dos documentos do padrão ofício, EXCETO:

a) Deve ser utilizada fonte do tipo Times New Roman de corpo 12 no texto em geral.
b) As citações e notas de rodapé deverão vir igualmente em fonte Times New Roman de corpo 12
c) Para símbolos não existentes na fonte Times New Roman, poder-se-ão utilizar as fontes Symbol e Wingdings.
d) É obrigatório constar, a partir da segunda página, o número da página.
e) Os ofícios, memorandos e anexos destes poderão ser impressos em ambas as faces do papel.

✍ **Comentário:**
Nos documentos do padrão oficial, deve ser utilizada fonte do tipo Times New Roman de corpo 12 no texto em geral, 11 nas citações e 10 nas notas de rodapé.
Gabarito: B

5. (FCC / 2011 / TRE-RN / Analista Judiciário / Área Judiciária) Considerando-se as qualidades exigidas na redação de documentos oficiais, está INCORRETA a afirmativa:

a) A concisão procura evitar excessos linguísticos que nada acrescentam ao objetivo imediato do documento a ser redigido, dispensando detalhes irrelevantes e evitando elementos de subjetividade, inapropriados ao texto oficial.
b) A impessoalidade, associada ao princípio da finalidade, exige que a redação de um documento seja feita em nome do serviço público e tenha por objetivo o interesse geral dos cidadãos, não sendo permitido seu uso no interesse próprio ou de terceiros.
c) Clareza e precisão são importantes na comunicação oficial e devem ser empregados termos de conhecimento geral, evitando-se, principalmente, a possibilidade de interpretações equivocadas, como na afirmativa: O Diretor informou ao seu secretário que os relatórios deveriam ser encaminhados a ele.
d) A linguagem empregada na correspondência oficial, ainda que respeitando a norma culta, deve apresentar termos de acordo com a região e com requinte adequado à importância da função desempenhada pela autoridade a quem se dirige o documento.
e) Textos oficiais devem ser redigidos de acordo com a formalidade, ou seja, há certos procedimentos, normas e padrões que devem ser respeitados com base na observância de princípios ditados pela civilidade, como cortesia e polidez, expressos na forma específica de tratamento.

✍ **Comentário:**
De acordo com a norma culta, o texto utilizado deve ser entendido por todos os usuários da língua. Não utilizar gírias, termos técnicos (somente quando indispensável), regionalismo, linguagem rebuscada ou construções próprias da literatura etc.
Gabarito: D

6. (FGV / 2011 / TRE-PA / Técnico Judiciário / Área Administrativa) De acordo com o que rege o Manual de Redação da Presidência da República, em um envelope dirigido ao fictício Juiz Eleitoral Caio Mévio, o tratamento deve ser

a) A Vossa Excelência o Senhor
Caio Mévio
b) A Sua Excelência o Senhor
Caio Mévio
c) A Sua Excelência o Juiz
Caio Mévio
d) A Vossa Excelência o Juiz
Caio Mévio
e) A Vossa Excelência o Sr. Juiz
Caio Mévio

✍ **Comentário:**
Conforme consta no exemplo do *Manual de Redação da Presidência da Republica*, o endereçamento das

comunicações dirigidas às autoridades tratadas por Vossa Excelência, terá a seguinte forma:

A Sua Excelência o Senhor
Fulano de Tal
Juiz de Direito da 10ª Vara Cível
Rua ABC, nº 123
01010-000 – São Paulo. SP

Gabarito: B

7. (CESPE/2011/BRB/Escriturário) Aos vinte e um dias do mês de agosto de dois mil e onze, às quinze horas, realizou-se, no Salão Nobre desta instituição, reunião ordinária do Conselho Fiscal, com o objetivo de eleger os novos membros para o biênio dois mil e doze-dois mil e treze. (ata)

✍ **Comentário:**
Os elementos que iniciam o texto do enunciado justificam a correspondência com o tipo de documento (ata), que são: data; identificação do tipo de evento – reunião – e o espaço onde aconteceu; objetivo do evento. Esses dados fazem parte da estrutura de qualquer ata e marcam a sua introdução.
Gabarito: Certo

8. (CESPE/2011/BRB/Escriturário) Vimos solicitar à administração geral desta instituição que providencie a aquisição de três novos computadores para o setor de patrimônio, uma vez que os equipamentos hoje disponíveis são insuficientes para o atendimento da demanda de trabalho do setor. (ofício)

✍ **Comentário:**
O tipo de correspondência informado entre os parênteses é inadequado para a finalidade comunicativa. Pelo trecho: "Vimos solicitar à administração geral desta instituição…", percebe-se que remetente e destinatário são funcionários de unidades administrativas pertencentes a uma mesma empresa. Portanto, o documento apropriado no caso de comunicação interna é o "memorando". O ofício deve ser usado no caso de comunicação entre órgãos/instituições diferentes, com finalidade de tratarem entre si assuntos oficiais da Administração Pública ou com outros órgãos particulares.
Gabarito: Errado

Redação

Características do texto dissertativo

Há duas formas de se construir um texto: em *verso* ou *prosa*. A nomenclatura *verso* é atribuída a cada linha de uma estrofe que forma um poema. Por outro lado, *prosa* é a estrutura de todo texto que é escrito em forma de parágrafos. Desse modo, pela análise da forma, logo identificamos que o texto dissertativo enquadra-se nas características do tipo prosa.

O que é uma redação dissertativa?

Esse texto tem o propósito de informar, ou seja, através da dissertação são transmitidas informações para o leitor.

A prova discursiva do concurso da Caixa consistirá de redação de texto dissertativo, de até 30 linhas, a respeito de temas relativos aos conhecimentos específicos contidos no edital.

Matemática

Juros simples e compostos: capitalização e descontos. Taxas de juros: nominal, efetiva, equivalente, proporcional, real e aparente

Autor: Asteroide Santana

Podemos pensar que matemática financeira é a parte da matemática responsável por deslocar capitais no tempo. Daí, o leitor pensa: como assim, deslocar capital no tempo? O que isso significa? Um exemplo nos ajudará a entender essas questões.

Exemplo 1: Pedro procura um banco para fazer um empréstimo. O valor concedido a Pedro é de $\mathrm{R\$}\ 1.000{,}00$. Ele se compromete em quitar a dívida daqui a seis meses. Uma pessoa pouco educada em matemática financeira poderia pensar que, passados os seis meses, Pedro retornará ao banco e devolverá os mesmos $\mathrm{R\$}\ 1.000{,}00$ que tomou emprestado, e só. Entretanto, quem já fez empréstimo alguma vez na vida sabe que não é bem assim que as coisas funcionam. Os bancos cobram juros. Juros seriam o aluguel que se paga (ou recebe) pela utilização do capital. Sob o efeito dos juros, com o passar do tempo o valor do capital aumenta (no caso de Pedro, o valor da dívida que ele contraiu). Nesse sentido, determinar o valor da dívida que Pedro tem com o banco seis meses depois da data do empréstimo é equivalente a "deslocar" o capital de $\mathrm{R\$}\ 1.000{,}00$ seis meses para o futuro. Então, o leitor se pergunta: como fazemos isso? Para responder a essa questão, primeiramente é preciso saber a taxa de juros cobrada pelo banco (essa taxa de juros é o que determina o valor do "aluguel" que Pedro paga pela utilização do capital). Depois, é preciso saber o regime de juros adotado. Pode ser o *regime de juros simples* ou o *regime de juros compostos* (veremos em breve a diferença entre os dois regimes). Vamos supor que o banco cobra uma taxa de 10% ao mês. Isso significa, que passado um mês desde a data do empréstimo, Pedro deve ao banco $\mathrm{R\$}\ 1.000{,}00$ mais 10% de $\mathrm{R\$}\ 1.000{,}00$.

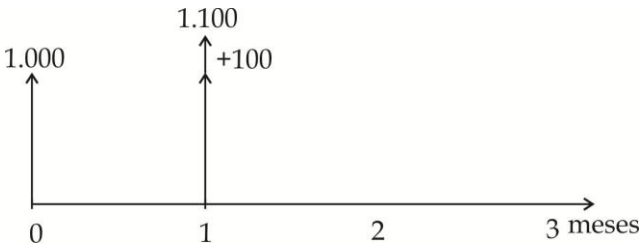
Obs.: O símbolo $\%$ representa uma fração cujo denominador é 100. Abusando um pouco da notação, podemos até escrever $\% = \frac{1}{100}$. Assim, para calcular 10% de 200, fazemos:

$$10\%\ de\ 200 = \frac{10}{100} \cdot 200 = 20$$

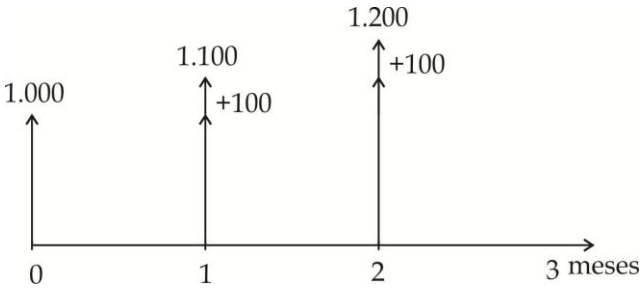
Portanto, passado um mês a dívida de Pedro é de:

$$1.000 + 10\%\ de\ 1.000 = 1.000 + \frac{10}{100} \cdot 1.0\cancel{00}$$
$$= 1.000 + 100 = 1.100$$

O que fizemos foi deslocar o capital de $\mathrm{R\$}\ 1.000{,}00$ um mês para o futuro. No caso, a taxa de 10% ao mês transformou $\mathrm{R\$}\ 1.000{,}00$ em $\mathrm{R\$}\ 1.100{,}00$. Se considerarmos a data do empréstimo como sendo a data zero, podemos representar essa situação por meio da seguinte figura.



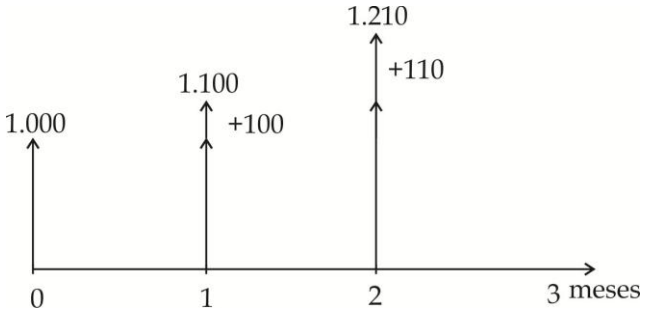
Seguindo esse raciocínio, gostaríamos de saber a situação da dívida dois meses após a contratação do empréstimo. Como a taxa de juros considerada é de 10% ao mês, devemos adicionar mais 10% ao valor atual da dívida (que é de $\mathrm{R\$}\ 1.100{,}00$). Assim, surge a pergunta: vamos adicionar mais 10% de 1.000 ou de 1.100? É exatamente nesse ponto que surge a diferença entre os regimes de juros simples e compostos! Se aplicarmos a taxa de 10% novamente sobre o capital inicial, fica assim:



Nesse caso, a dívida está obedecendo aos critérios do *regime de juros simples*. Os juros sempre são calculados sobre o valor do capital inicial, fazendo com que o valor da dívida aumente de 100 em 100. Por outro lado, se aplicarmos a taxa de 10% sobre o valor acumulado da dívida, que até então é de $\mathrm{R\$}\ 1.100$, temos:

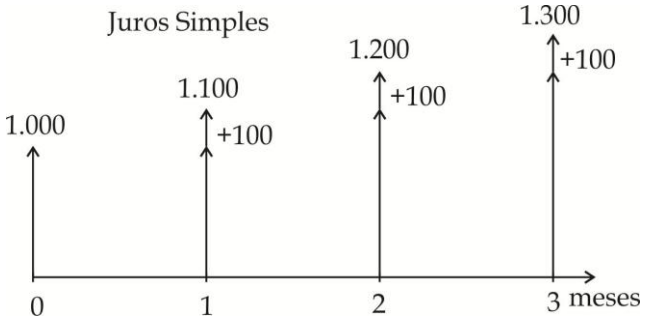
$$1.100 + 10\%\ \mathrm{de}\ 1.100 = 1.100 + \frac{10}{100} \cdot 1.1\cancel{00}$$
$$= 1.100 + 110 = 1.210$$

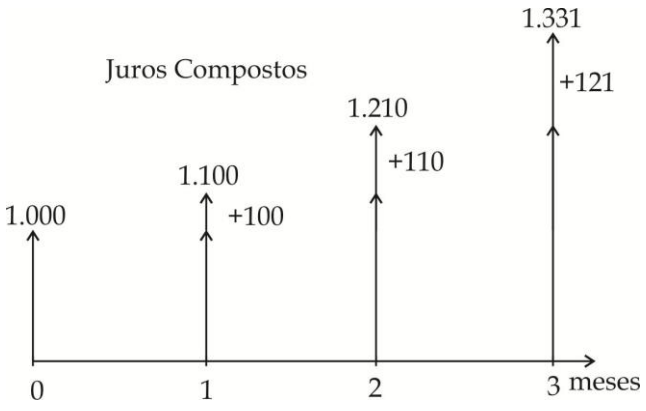
Na figura fica assim:



Nesse caso, a dívida cresce obedecendo ao critério do *regime de juros composto*. Diferentemente do regime de juros simples, aqui os juros são calculados sobre o valor acumulado da dívida, ou seja, são cobrados juros sobre juros.

Passado mais um mês, a situação fica assim:

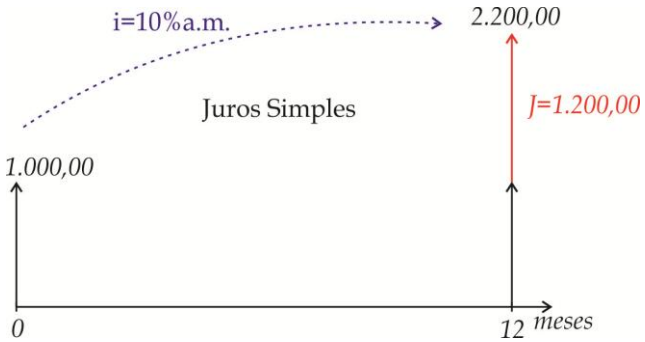


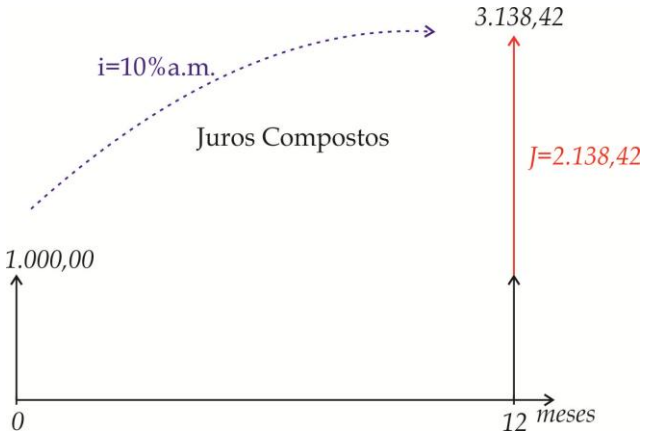


O exemplo mostra que no regime de juros compostos o valor da dívida cresce mais depressa. Isso é notável quando olhamos para o valor dos juros acumulados de três meses. Ele é dado pela diferença entre o valor da dívida na data três e o valor do empréstimo:

$$J_{simples} = 1.300 - 1.000 = 300{,}00$$
$$J_{composto} = 1.331 - 1.000 = 331{,}00$$

Se continuássemos com os cálculos, constataríamos que depois de um ano a situação seria a seguinte:





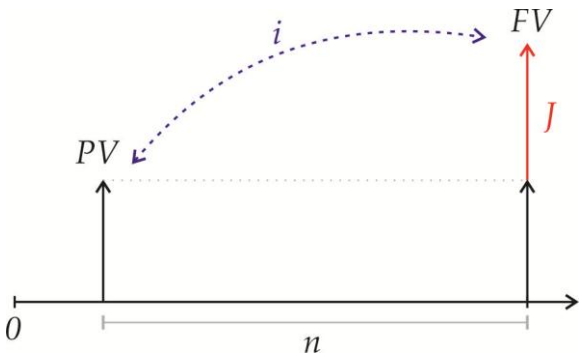
Observe que a diferença entre os valores da dívida no regime de juros simples e no regime de juros compostos vai se tornando mais discrepante à medida que o tempo passa.

O problema que acabamos de estudar serviu para esclarecer a diferença entre os regimes de juros simples e composto. Esse exemplo também deu uma ideia do que significa deslocar um capital para o futuro. Contudo, em matemática financeira encontramos outros tipos de problemas que vão além do caso do empréstimo. Em um contexto bem geral, os problemas que encontraremos envolvem basicamente cinco variáveis:

Variável	Notação	Comentário
Valor presente	PV	A notação vem do inglês: *present value.*
Valor futuro	FV	A notação vem do inglês: *future value.*
Taxa de juros	i	Costuma ser dada na forma percentual (ex.: 12%a.a.), mas sempre será usada na forma unitária (ex.: 0,12a.a.).
Prazo	n	Em fórmulas, deverá ser usado na mesma unidade de

		tempo que taxa de juros.
Juros	J	É a diferença entre o valor futuro e o valor presente.

É fácil lembrar dessa tabela por meio da figura a seguir. Nela, fica mais claro o significado de cada variável.



Algumas conclusões podem ser obtidas diretamente da figura:

1) O valor presente é sempre menor que o valor futuro;
2) Sempre vale que
$$J = FV - PV$$
Isso independente do regime de juros;
3) O valor presente não precisa estar necessariamente na data zero;
4) O prazo é o intervalo de tempo compreendido entre os valores presente e futuro.

A questão importante que levantamos agora é como essas variáveis relacionam-se. Comecemos o estudo pelo regime de juros simples.

Regime de juros simples

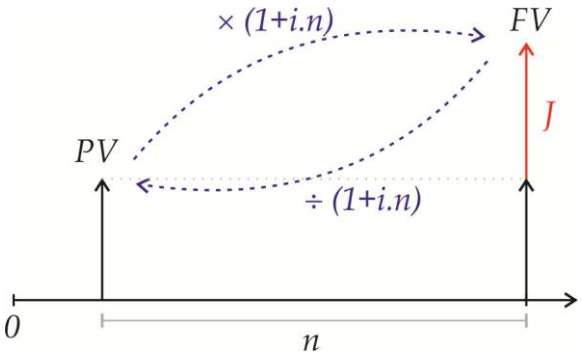
Existem, basicamente, duas fórmulas para trabalharmos no regime de juros simples. São elas:

$$FV = PV(1 + i \cdot n) \quad e \quad J = PV \cdot i \cdot n$$

A primeira fórmula diz que se você conhece a taxa de juros i e deseja deslocar o valor presente para o futuro (um deslocamento de$n$ períodos), basta multiplicar o valor presente por $(1 + i \cdot n)$. Isolando PV na primeira fórmula, obtemos

$$PV = \frac{FV}{(1 + i \cdot n)}$$

Agora, percebemos que para deslocar o valor futuro n períodos para o passado, basta dividi-lo por $(1 + i \cdot n)$. Isso mostra que, em juros simples, para deslocar um capital n períodos para o futuro (ou n períodos para passado), basta multiplicar (ou dividir) o capital por $(1 + i \cdot n)$. Confira a figura a seguir.



Naquele contexto da dívida, onde o valor presente pode ser chamado de capital (C) e o valor futuro pode ser chamado de montante (M), as fórmulas ficam assim:

$$M = C(1 + i \cdot n) \quad e \quad J = C \cdot i \cdot n$$

A escolha da notação é uma questão de gosto pessoal. Optamos pela primeira, por se adequar a contextos mais gerais. O interessante mesmo é pensar simplesmente em dividir ou multiplicar por $(1 + i \cdot n)$. Isso dá muito mais liberdade! Esse raciocínio só não se aplica muito bem quando nosso objetivo é determinar os juros, a taxa i ou o prazo n. As questões a seguir esclarecem isso.

✍ Questões de concursos comentadas

1. (FCC/TST/Analista Judiciário – Contabilidade/ 2012) Uma pessoa desejava comprar uma televisão e a loja lhe ofereceu as seguintes condições:

A. Preço à vista $=$ R$ 1.500,00;
B. Preço a prazo $=$ entrada de R$ 550,00 e R$ 1.035,50 em 90 dias.

A taxa de juros simples mensal cobrada pela loja, na venda a prazo, foi de:

a) $1{,}87\%a.m.$, aproximadamente
b) $1{,}90\%a.m.$;
c) $2{,}91\%a.m.$, aproximadamente
d) $3{,}0\%a.m.$;
e) $4{,}50\%a.m.$.

✍ Comentário:
Se o preço a vista é de R$ 1.500,00 e é dada uma entrada no valor de R$ 550,00, o que sobra como dívida para ser pago depois de 90 dias (3 meses) é:
$$1.500 - 550 = \text{R\$ } 950{,}00$$
Então, temos a seguinte situação:

Marly Montefusco CPF: 64409147234

$$PV = 950$$
$$n = 3\ meses$$
$$FV = 1.035{,}50$$
$$i = ?\ a.m.$$

Note que convertemos o prazo de dias para meses porque a taxa que estamos procurando é mensal.

Poderíamos aplicar os dados na fórmula do valor futuro e calcular a taxa. Mas, nesse caso, teríamos uma divisão complicada de efetuar. Sendo assim, preferimos testar as alternativas. Então, vamos verificar qual taxa que, quando aplicada ao valor presente, fornece o valor futuro. Com o propósito de minimizar os cálculos, começaremos testando a taxa da letra D, pois apresenta o valor mais simples de operar. Lembre-se sempre que para fazermos conta com a taxa precisamos usá-la na forma unitária (percentual: $3\% a.m.$ → divide por 100 → unitária: $0{,}03\ a.m.$). Fazendo os cálculos, temos:

$$PV(1 + i \cdot n) = 950(1 + 0{,}03 \cdot 3) = 950(1 + 0{,}09)$$
$$= 950 \cdot 1{,}09$$

Efetuando esse produto, você perceberá que o resultado é exatamente o valor futuro que nós temos! Portanto, a letra D é a alternativa correta. E fica a dica: quando você julgar conveniente testar as alternativas, comece com aquelas que oferecem menos trabalho. Se a alternativa que você escolheu não for a correta, ainda assim ela pode fornecer informações importantes e sugerir a próxima escolha.

Gabarito: D

2. (CESPE/TJ-AL/Analista Judiciário – Contabilidade/ 2012) Caso determinado capital seja aplicado à taxa de juros simples de 3% ao bimestre (mês de 30 dias), o tempo necessário para que esse capital aumente 22% em relação ao valor inicial será:

a) inferior a 13 meses.
b) superior a 13 meses e inferior a 13 meses e 22 dias.
c) superior a 13 meses e 22 dias e inferior a 14 meses e 10 dias.
d) superior a 14 meses e 10 dias e inferior a 14 meses e 22 dias.
e) superior a 14 meses e 22 dias.

✍ **Comentário:**

O problema pede o tempo necessário para que o valor futuro torne-se 22% maior que o valor presente. Podemos fazer isso por meio de uma simulação. Por exemplo, se o valor presente é $PV = R\$100{,}00$, queremos saber o prazo para que o valor futuro seja $FV = 122{,}00$. Ou seja, queremos saber quanto tempo é necessário para que os juros da operação sejam $J = 122 - 100 = \text{R\$ } 22{,}00$.. Sabemos que a taxa de juros é de $3\% a.b. = \frac{3}{100}\ a.b.$ (eventualmente, em juros simples, pode ser mais conveniente não efetuar a divisão por 100 quando passamos a taxa da forma percentual para a forma unitária, porque pode ser possível simplificá-la depois). Então:

$$J = PV \cdot i \cdot n$$
$$22 = \cancel{100} \cdot \frac{3}{\cancel{100}} \cdot n$$
$$n = \frac{22}{3} = 7{,}33\ bimestres$$

Como o período da taxa era bimestral, o prazo que obtemos também é em bimestres. Para julgar as alternativas, é preciso converter esse prazo para meses. Como um bimestre possui dois meses, basta multiplicar por 2:

$$7{,}33\ b. = 2 \cdot 7{,}33 = 14{,}66\ m.$$

Logo, o prazo é de 14 meses mais alguns dias, que podem ser determinados a partir da parte decimal: $0{,}66$ meses. Para conter $0{,}66$ meses em dias, podemos usar regra de três:

$$1\ mês - 30\ dias$$
$$0{,}66\ meses - x\ dias$$

Segue que:

$$x = 0{,}66 \cdot 30 = 19{,}8\ dias$$

Portanto, o prazo dever ser de aproximadamente 14 meses e 19 dias.

Gabarito: D

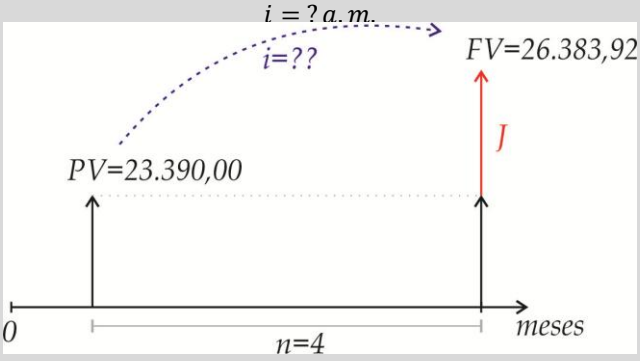
3. (CESGRANRIO/FINEP/Analista de Contabilidade/ 2011) Uma aplicação de $\text{R\$ } 23.390{,}00$ resultou, em quatro meses, no montante de $\text{R\$ } 26.383{,}92$. A taxa mensal de juros simples que permitiu esse resultado foi:

a) $4{,}14\%$
b) $3{,}20\%$
c) $3{,}18\%$
d) $3{,}10\%$
e) $2{,}88\%$

✍ **Comentário:**

O capital aplicado é o que chamamos de valor presente. O montante é o valor futuro. Portanto, temos:

$$PV = 23.390{,}00$$
$$FV = 26.383{,}92$$
$$n = 4\ meses$$
$$i = ?\ a.m.$$



Observamos que o período do prazo (mês) já está compatível com o período da taxa (mensal). Se não tivesse compatível, converteríamos o prazo para que ficasse adequado à taxa. Substituindo, fica assim:

$$FV = PV(1 + i \cdot n)$$
$$26.383{,}92 = 23.390{,}00(1 + i \cdot 4)$$
$$\frac{26.383{,}92}{23.390{,}00} = 1 + 4i$$

Agora, teríamos que efetuar a divisão do membro direito. Essa é a maneira natural de se resolver tal questão. Contudo, o cálculo que surgiu no meio do processo é extremamente trabalhoso! (Isso não é muito comum.) Para evitar essa divisão, podemos testar as alternativas. Penso que multiplicar é menos trabalhoso que dividir. Para testar as alternativas, levamos em conta que a taxa correta é aquela que, quando aplicada ao valor presente, fornece o valor futuro. Comecemos com a taxa da letra D, que parece ser a mais fácil de operar.

Testando a alternativa D:

A taxa é:

$$i = 3{,}10\%a.m. = \frac{3{,}10}{100}a.m. = 0{,}031a.m.$$

Vamos usar essa taxa para deslocar o valor presente pelo prazo de quatro meses e conferir se ele alcança o valor futuro que foi informado. Fica assim:

$$FV = PV(1 + i \cdot n) = 23.390{,}00(1 + 0{,}031 \cdot 4)$$
$$= 23.390{,}00(1 + 0{,}124)$$
$$= 23.390{,}00 \cdot 1{,}124 = 26.290{,}36$$

Note que não coincidiu com o valor futuro que temos. Ficou aquém disso! Então, a taxa correta não pode ser essa. Qual taxa você escolheria para testar agora? Note que deve ser uma taxa maior. Que tal a da letra B?

Testando a alternativa B:

A taxa é:

$$i = 3{,}2\%a.m. = \frac{3{,}2}{100}a.m. = 0{,}032a.m.$$

Procedendo como anteriormente, temos:

$$FV = PV(1 + i \cdot n) = 23.390{,}00(1 + 0{,}032 \cdot 4)$$
$$= 23.390{,}00(1 + 0{,}128)$$
$$= 23.390{,}00 \cdot 1{,}128 = 26.383{,}92$$

Coincidiu exatamente com o valor futuro que temos. Sendo assim, essa é a taxa! Portanto, a alternativa correta é a B.

Gabarito: B

A resolução da última questão acabou tornando-se um pouco difícil. Mas, vale observar que a dificuldade surgiu por conta dos cálculos. A parte que cabe à matemática financeira é de fácil entendimento. De fato, o ideal seria uma questão mais simples para exemplificar essa parte inicial do conteúdo. Porém, quase todas as questões de juros simples que temos encontrado atualmente tratam de operações de descontos (veremos mais adiante) ou envolvem, também, juros compostos.

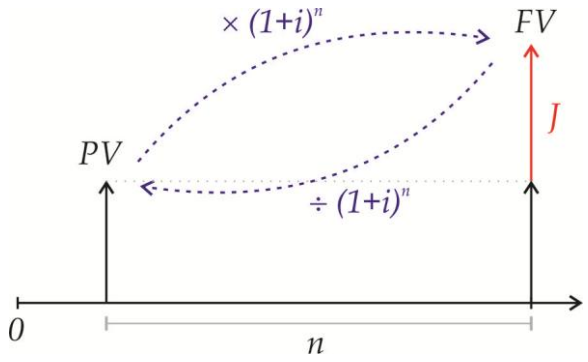
Teremos oportunidades de resolver outras questões envolvendo juros simples mais adiante. Agora, vejamos as fórmulas para o regime de juros compostos.

Regime de juros composto

Em juros compostos, a principal fórmula que temos é a do valor futuro:

$$FV = PV(1 + i)^n$$

Observe que a diferença entre essa fórmula e aquela vista em juros simples é a posição da variável n. Antes, ela multiplicava a variável i, agora é um expoente. A partir dessa fórmula vemos que para deslocar um capital n períodos para o futuro (ou n períodos para o passado) basta multiplicá-lo (ou dividi-lo) por $(1 + i)^n$.



Podemos deduzir uma fórmula para calcular os juros a partir do valor presente, da taxa e do prazo. Em juros simples, temos uma fórmula que faz esse trabalho ($J = PV \cdot i \cdot n$). Contudo, em juros compostos essa fórmula é mais complicada. Confira:

$$J = PV[(1 + i)^n - 1]$$

Mas, você não precisa decorar mais essa fórmula. Basta lembra-se que:

$$J = FV - PV$$

Assim, se conhecemos o valor presente, podemos calcular o valor futuro (com a fórmula $FV = PV(1 + i)^n$) e substituir nesta última fórmula para obtermos os juros. Por exemplo, digamos que o valor presente é $\mathrm{R\$}\ 1.000{,}00$, a taxa de juros é de 10% ao mês ($i = 0{,}10\ a.m.$) e o prazo da operação é de 2 meses. Se nosso objetivo é calcular os juros dessa operação, primeiramente calcularemos o valor futuro (pensando daquele jeito prático, significa multiplicar valor presente por $(1 + 0{,}10)^2$):

$$FV = 1.000(1 + 0{,}10)^2 == 1.000 \cdot 1{,}1^2 = 1.000 \cdot 1{,}21$$
$$= 1.210$$

Portanto, os juros da operação são igual a:

$$J = FV - PV = 1.210 - 1.000 = \mathrm{R\$}\ 210{,}00$$

Obs.: Quando o prazo da operação é composto por apenas um período ($n = 1$), e o período de capitalização da taxa de juros é compatível com esse período (por exemplo, taxa de $8\%a.a.$ e o prazo é de exatamente um ano), pode-se usar tanto as fórmulas de juros simples como as de juros compostos. De fato, se $n = 1$ o valor futuro é igual nos dois regimes:

$$FV = PV(1 + i \cdot 1) = PV(1 + i)$$
$$FV = PV(1 + i)^1 = PV(1 + i)$$

Nesse caso, o enunciado poderia não especificar qual regime de juros deve ser considerado, porque os resultados seriam iguais nos dois. Entretanto, em todos os outros casos, o enunciado tem que deixar claro qual é o regime de juros adotado na operação.

✍ Questões de concursos comentadas

1. (FCC/TST/Analista Judiciário – Contabilidade/ 2012) Em 31/12/2011, João obteve um empréstimo de R$ 5.000,00 para pagá-lo 3 meses depois. Sabendo que a taxa de juros compostos cobrada pela instituição foi de 2,0% ao mês, o valor que João pagou para quitar o empréstimo foi, em reais, de:

a) 5.100,00
b) 5.202,00
c) 5.300,00
d) 5.306,04
e) 5.314,20

✍ Comentário:
Sabemos que a operação ocorre no regime de juros compostos porque o enunciado diz: "Sabendo que a taxa de juros compostos cobrada pela instituição foi de 2,0% ao mês". A data que o enunciado fornece serve para nada. O importante é que João esteve com o valor de $\text{R\$ } 5.000,00$ emprestado pelo prazo de 3 meses. Então, $\text{R\$ } 5.000,00$ é o valor presente, e o que nós queremos é o valor futuro. Sabemos que a taxa é:

$$i = 2\%a.m. = 0{,}02\%a.m.$$

Dessa forma:

$$FV = PV(1 + i)^n = 5.000(1 + 0{,}02)^3 = 5.000 \cdot 1{,}02^3$$

Fazendo as contas $(1{,}02^3 = 1{,}02 \cdot 1{,}02 \cdot 1{,}02)$, vemos que $1{,}02^3$ é aproximadamente igual a $1{,}0612$. Logo:

$$FV = 5.000 \cdot 1{,}0612 = 5.306{,}00$$

Gabarito: D

2. (FCC/TST/Analista Judiciário – Contabilidade/ 2012) Considere as fórmulas para juros simples e compostos. Adicionalmente, considere a taxa de juros de $10\%a.a$. As expressões, para juros simples e juros compostos, respectivamente, que representam as equações que devem ser solucionadas para que se triplique o principal são:

a) $3 = (1 + 0{,}10n)$ e $3 = (1 + 0{,}10)^n$
b) $3n = (1 + 0{,}10)$ e $3n = (1 + 0{,}10)^n$
c) $1 = (1 + 3n)$ e $3 = (1 + 0{,}10)^n$
d) $1 = (1 + 3n)$ e $1 = (1 + 0{,}30)^n$
e) $3 = (1 + 0{,}01n)$ e $3 = (1 + 0{,}01)^n$

✍ Comentário:
O objetivo é determinar o tempo necessário para que um capital (o enunciado chama de principal) triplique sobre os efeitos de juros simples e compostos, considerando-se a taxa de $10\%a.a.$. Vamos pensar no caso dos juros simples inicialmente. Suponha que nosso capital seja de $\text{R\$ } 100{,}00$. Então, queremos determinar o prazo necessário para que o valor presente $PV = 100$ se transforme no valor futuro $FV = 3 \cdot 100 = 300$, considerando a taxa $i = 10\%a.a.$. Substituindo os dados na fórmula, temos

$$FV = PV(1 + i \cdot n)$$
$$300 = 100(1 + 0{,}10 \cdot n)$$
$$3 = (1 + 0{,}10 \cdot n)$$

Note que o enunciado não pede o valor de n, ele simplesmente pede a equação que teríamos de resolver para obter n. Portanto, o caso dos juros simples já está pronto. E, com isso, já podemos perceber que as alternativas das letras B, C, D e E estão erradas. Logo, a correta só pode ser a letra A.
De fato, fazendo o mesmo procedimento no regime de juros compostos, obtemos:

$$FV = PV(1 + i)^n$$
$$300 = 100(1 + 0{,}10)^n$$
$$3 = (1 + 0{,}10)^n$$

Isso confirma que a alternativa da letra A está correta.
Gabarito: A

3. (CESPE/TJ-AL/Analista Judiciário – Contabilidade/ 2012) Considerando-se que, durante seis meses, o capital de $\text{R\$ } 1.000{,}00$ tenha sido aplicado à taxa de juros compostos de 1% ao mês e que $1{,}03$ seja o valor aproximado de $1{,}01^3$, é correto afirmar que o montante obtido nessa operação foi:

a) inferior a $\text{R\$ } 1.062{,}00$.
b) superior a $\text{R\$ } 1.062{,}00$ e inferior a $\text{R\$ } 1.071{,}00$.
c) superior a $\text{R\$ } 1.071{,}00$ e inferior a $\text{R\$ } 1.075{,}00$.
d) superior a $\text{R\$ } 1.075{,}00$ e inferior a $\text{R\$ } 1.080{,}00$.
e) superior a $\text{R\$ } 1.080{,}00$.

✍ Comentário:
O montante é o que chamamos de valor futuro. Conhecemos o valor presente, a taxa e o prazo da operação. Então, basta fazer as contas:

$$FV = PV(1 + i)^n = 1.000(1 + 0{,}01)^6 = 1.000 \cdot 1{,}01^6$$

Para computar $1{,}01^6$ podemos usar propriedade de potenciação $((a^n)^m = a^{n \cdot m})$ e a informação do enunciado $(1{,}01^3 = 1{,}03)$:

$$1{,}01^6 = (1{,}01^3)^2 = (1{,}03)^2 = 1{,}0609$$

Daí:

$$FV = 1.000 \cdot 1{,}0609 = 1.060{,}90$$

Gabarito: A

4. (ESAF/RF/Analista Tributário/2012) Marta aplicou $\text{R\$ } 10.000{,}00$ em um banco por 5 meses, a uma taxa de juros simples de 2% ao mês. Após esses 5 meses, o montante foi resgatado e aplicado em outro banco por

mais 2 meses, a uma taxa de juros compostos de 1% ao mês. O valor dos juros da segunda etapa da aplicação é igual a:

a) R$ 221,10
b) R$ 220,00
c) R$ 252,20
d) R$ 212,20
e) R$ 211,10

✍ **Comentário:**
Temos duas operações. A primeira consiste em levar o capital de R$ 10.000,00 cinco meses para o futuro, com a taxa de $2\%a.m.$ e obedecendo aos critérios do regime de juros simples. O valor futuro dessa primeira operação é:

$$FV_1 = 10.000(1 + 0{,}02 \cdot 5) = 10.000 \cdot 1{,}1 = \text{R\$ } 11.000{,}00$$

Na segunda operação, o enunciado diz que esse valor foi aplicado, a juros compostos, por mais dois meses a taxa de $1\%a.m.$. Portanto, o capital de R$ 11.000,00 transformou-se em:

$$FV_2 = 11.000(1 + 0{,}01)^2 = 11.000 \cdot 1{,}0201 = 11.221{,}10.$$

Por fim, a questão pede os juros da segunda operação. Na segunda operação, $R\$11.000{,}00$ foi transformado em $R\$11.221{,}10$, portanto, os juros foram iguais a

$$J = 11.221{,}10 - 11.000{,}00 = 221{,}10$$

Gabarito: A

5. (FCC/TST/Analista Judiciário – Contabilidade/ 2012) Sr. José deseja adquirir um caminhão e, para tal, realiza uma pesquisa junto a 3 concessionárias especializadas que lhe oferecem as seguintes condições de financiamento:

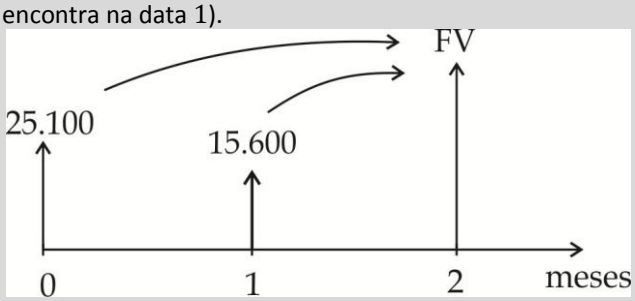
Concessionária Alfa: Entrada de R$ 25.100,00 + 1 prestação de R$ 15.600,00, com vencimento para 30 dias após a entrada.
Concessionária Gama: Entrada de R$ 20.100,00 + 1 prestação de R$ 21.632,00, com vencimento para 60 dias após a entrada.
Concessionária Beta: Entrada de R$ 30.000,00 + 2 prestações R$ 5.408,00, com vencimentos para 30 e 60 dias após a entrada.

Sabendo que a taxa de juros compostos cobrada pelas três concessionárias é de 4% ao mês, a melhor condição de financiamento é a oferecida pela concessionária:

a) Alfa.
b) Alfa e pela concessionária Gama.
c) Alfa e pela concessionária Beta.
d) Gama e pela concessionária Beta.
e) Beta.

✍ **Comentário:**
Para comparar as opções, precisamos levar todos os valores para a mesma data. Em matemática financeira não faz sentido comparar valores que estão em datas diferentes. O mais natural seria levar todos os capitais para a data zero, isto é, calcular o valor à vista de cada uma das propostas. Contudo, nesse caso, teríamos que dividir o valor das parcelas que não estão na data zero por $(1+i)^n$. Mas, sabemos que dividir é mais difícil que multiplicar, pois não dispomos de uma calculadora. Sendo assim, levaremos todos os pagamentos de cada proposta para a data 2, ou seja, para a data quando vencem as parcelas de 60 dias. É melhor trabalhar com períodos mensais, porque a taxa dada é mensal ($i = 4\%a.m.$). As figuras ajudam a entender o que está acontecendo.

Concessionária Alfa:
Neste caso, precisamos deslocar a entrada de R$ 25.100,00 dois meses para o futuro e a parcela de R$ 15.600,00 um mês para o futuro (pois esta se encontra na data 1).

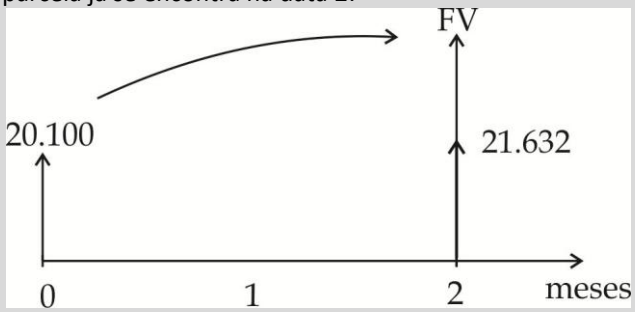


Assim, o valor futuro da proposta é:

$$FV = 25.100(1 + 0{,}04)^2 + 15.600(1 + 0{,}04)^1$$
$$= 25.100 \cdot 1{,}04^2 + 15.600 \cdot 1{,}04$$
$$= 25.100 \cdot 1{,}0816 + 15.600 \cdot 1{,}04$$
$$= 27.148 + 16.224 = 43.372$$

Portanto, se o Sr José resolvesse pagar tudo em uma parcela única na data dois, ele pagaria R$ 43,372,00.

Concessionária Gama:
Neste caso, só precisamos deslocar a entrada de R$ 20.100,00 dois meses para o futuro. A segunda parcela já se encontra na data 2.

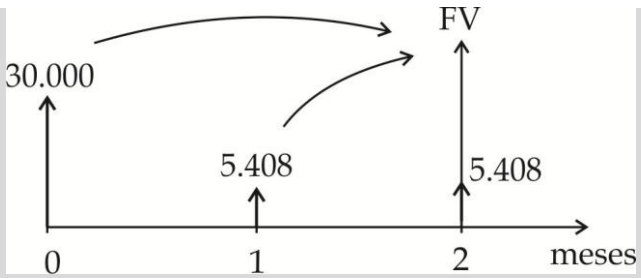


Assim, o valor futuro da proposta é:

$$FV = 20.100(1 + 0{,}04)^2 + 21.632$$
$$= 20.100 \cdot 1{,}04^2 + 21.632$$
$$= 20.100 \cdot 1{,}0816 + 21.632$$
$$= 21.740 + 21.632 = 43.372$$

Encontramos o mesmo valor do caso anterior! Portanto, comprar na concessionária Alfa ou na Gama seria indiferente.

Concessionária Beta:
Neste caso precisamos deslocar a entrada de R$ 30.000,00 dois meses para o futuro, a primeira parcela, de R$ 5.408,00, um mês para o futuro e a segunda parcela de, R$ 5.408,00, não precisa ser deslocada, pois já se encontra na data 2.



Assim, o valor futuro da proposta é:

$$FV = 30.000(1 + 0{,}04)^2 + 5.408(1 + 0{,}04)^1 + 5.408$$
$$= 30.000 \cdot 1{,}04^2 + 5.408 \cdot 1{,}04 + 5.408 = 43.480$$

Sendo assim, a melhor alternativa é oferecida pelas concessionárias Alfa e Gama.

Gabarito: B

6. (FCC/TST/Analista Judiciário – Contabilidade/ 2012) Determinada empresa possui as seguintes dívidas:

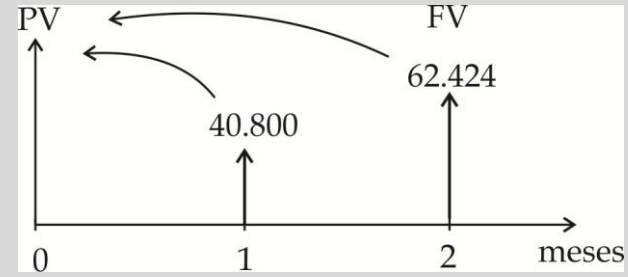
• R$ 40.800,00 que vence em 30 dias.
• R$ 62.424,00 que vence em 60 dias.

Caso a empresa decida pagar as suas dívidas antecipadamente e o credor cobre 2% de juros compostos ao mês, o valor a ser desembolsado será de:

a) R$ 101.200,00
b) R$ 101.159,52
c) R$ 100.000,00
d) R$ 99.927,04
e) R$ 99.911,04

✍ **Comentário:**

Não fica bem claro, mas quando o enunciado fala em pagar a dívida antecipadamente quer dizer pagar a vista. Portanto, precisamos levar os dois capitais para a data zero.



Como a taxa é de $2\% a.m. = 0{,}02 a.m.$, temos:

$$PV = \frac{40.800}{(1 + 0{,}02)^1} + \frac{62.424}{(1 + 0{,}02)^2} = \frac{40.800}{1{,}02} + \frac{62.424}{1{,}02^2}$$
$$= \frac{40.800}{1{,}02} + \frac{62.424}{1{,}0404}$$

Não vejo uma maneira de evitar essas contas. A melhor alternativa talvez seja tentar simplificar ao máximo as frações e dividir no final. A primeira fração, por exemplo, depois de multiplicar e dividir por 100 para eliminar a vírgula do denominador, pode ser simplificada por 2, por 3 e por 17 até obter 40.000. A segunda fração precisa ser multiplicada e dividida por 10.000 para eliminar a vírgula. Depois disso, pode ser simplificada por $2, 2, 3, 3, 17$ e 17 até obter 60.000 (suponho que um dos objetivos dessa questão seja testar os conhecimentos relacionados aos critérios de divisibilidade). Assim, obtemos:

$$PV = 40.000 + 60.000 = \text{R\$ } 100.000{,}00$$

Gabarito: C

7. (ESAF/RF/Auditor Fiscal/2012) No sistema de juros simples, um capital foi aplicado a uma determinada taxa anual durante dois anos. O total de juros auferidos por esse capital no final do período foi igual a $\text{R\$ } 2.000{,}00$. No sistema de juros compostos, o mesmo capital foi aplicado durante o mesmo período, ou seja, 2 anos, e a mesma taxa anual. O total de juros auferidos por esse capital no final de 2 anos foi igual a $\text{R\$ } 2.200{,}00$. Desse modo, o valor do capital aplicado, em reais, é igual a:

a) $4.800{,}00$
b) $5.200{,}00$
c) $3.200{,}00$
d) $5.000{,}00$
e) $6.000{,}00$.

✍ **Comentário:**

O enunciado fala de um capital e uma taxa anual cujos valores não são informados. Vamos chamar esse capital de PV e a taxa, de i. Assim, a notação já fica compatível com as nossas fórmulas. De acordo com o enunciado, foram feitas duas operações. Na primeira operação, o capital PV foi aplicado a juros simples por um prazo de 2 anos e rendeu juros de $\text{R\$ } 2.000{,}00$, ou seja, usando a fórmula de juros simples:

$$J = PV \cdot i \cdot n$$
$$2.000 = PV \cdot i \cdot 2$$
$$1.000 = PV \cdot i$$

Na segunda operação, o capital PV foi aplicado a juros compostos por um prazo de 2 anos e rendeu juros de $\text{R\$ } 2.200{,}00$, ou seja, usando a fórmula de juros compostos:

$$J = PV[(1 + i)^n - 1]$$
$$2.200 = PV[(1 + i)^2 - 1]$$

Isolando i no resultado da primeira operação (o que fornece $i = \frac{1.000}{PV}$) e substituindo no resultado da segunda, temos:

$$2.200 = PV\left[\left(1 + \frac{1.000}{PV}\right)^2 - 1\right]$$

Logo, o valor do capital aplicado deve satisfazer essa equação. Resolver a equação pode não ser uma boa ideia. É mais conveniente testar os valores das alternativas. Vamos começar por aquele que parece exigir menos cálculos, o da letra D:

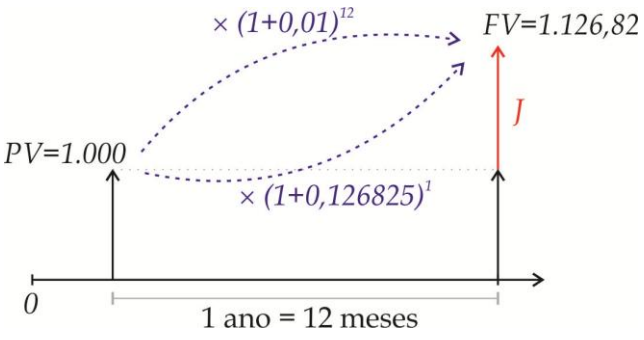
$$PV\left[\left(1+\frac{1.000}{PV}\right)^2-1\right]=PV\left[\left(1+\frac{1.000}{PV}\right)^2-1\right]$$
$$=5.000\left[\left(1+\frac{1.\cancel{000}}{5.\cancel{000}}\right)^2-1\right]$$
$$=5.000\left[\left(1+\frac{1}{5}\right)^2-1\right]$$
$$=5.000\left[\left(\frac{6}{5}\right)^2-1\right]=5.000\left[\frac{36}{25}-1\right]$$
$$=5.000\cdot\frac{11}{25}=2.200$$

Portanto, a alternativa da letra D é a correta.
Gabarito: D

Taxas proporcionais e equivalentes

Já sabemos que o período de capitalização da taxa de juros e o período do prazo devem ser iguais, para que possamos substituir os valores dessas variáveis nas fórmulas. Já resolvemos problemas em que os períodos eram diferentes e, nesse tipo de caso, convertemos o prazo. Por exemplo, se o prazo da operação é de 90 dias e a taxa de juros é de 3% ao mês, então o período do prazo é dias e o período de capitalização da taxa é meses. Portanto, não podemos substituir esses valores numa fórmula sem antes fazer uma conversão. Nesse exemplo podemos usar o prazo de 3 meses, pois 3 meses é equivalente a 90 dias (lembre-se que em Matemática Financeira trabalhamos com meses comerciais, isto é, todos os meses têm 30 dias). Assim, os períodos da taxa e do prazo ficam compatíveis. O que aconteceria se, por algum motivo, não pudéssemos converter o prazo?! Em outras palavras, o que aconteceria se tivéssemos que usar $n = 90$ dias?! Nesse caso, seríamos obrigados a converte a taxa de juros, isto é, precisaríamos obter uma taxa de juros diária equivalente à taxa de juros mensal de 3%. Mas, qual seria essa taxa equivalente? Como se converte uma taxa mensal para uma taxa diária? Alguém poderia sugerir: "visto que um mês tem 30 dias, para converter a taxa de mês para dias basta dividi-la por 30. É proporcional!" Isso é verdade apenas no regime de juros simples. No regime de juros compostos, taxas equivalentes NÃO são taxas proporcionais. Temos uma fórmula específica para calcular taxas equivalentes em juros compostos.

Para entender melhor, observe a figura:



A figura mostra que quando aplicamos a taxa $i_m = 1\%a.m.$ e a taxa $i_a = 12{,}6825\%a.a.$ sobre o capital de R$ 1.000,00, pelo prazo de um ano, obtemos o mesmo valor futuro (é conveniente ter uma calculadora para fazer essas contas). Isso significa que, apesar de serem diferentes, as taxas i_m e i_a fazem o mesmo trabalho, ou seja, são equivalentes (no regime de juros simples, a taxa equivalente a $i_m = 1\%a.m.$ é $i_a = 12\%a.m.$).

Suponha que conhecemos a taxa de juros compostos i e queremos a taxa equivalente i_{eq}. A fórmula que nos permite obter i_{eq} a partir de i é a seguinte:

$$i_{eq} = (1+i)^{\frac{n_t}{n_q}} - 1$$

Não se assuste! A fórmula é um pouco feia, mas é simples de se usar. Só precisamos entender quem é n_q e n_t. Você pode pensar que n_q é "o n da taxa que eu quero" e n_t é "o n da taxa que eu tenho". Esses números, n_q e n_t, dependem dos períodos de capitalização das taxas i_{eq} e i. De fato, **n_q é o número de vezes que o período de capitalização da taxa i_{eq} ("que eu quero") cabe em um ano**. E **n_t é o número de vezes que o período de capitalização da taxa i ("que eu tenho") cabe em um ano**. Por exemplo, digamos que tenhamos a taxa $i = 2\%$ ao mês e queremos a taxa equivalente trimestral. Neste caso, o período de capitalização da taxa que nós queremos é trimestre e o da taxa que temos é mês. Visto que um trimestre cabe 4 vezes em um ano e um mês cabe 12 vezes em um ano, temos:

$$n_q = 4 \ e \ n_t = 12.$$

Assim:

$$i_{eq} = (1+i)^{\frac{n_t}{n_q}} - 1 = (1+0{,}02)^{\frac{12}{4}} - 1 = 1{,}02^3 - 1$$
$$= 1{,}0612 - 1 = 0{,}0612 = 6{,}12\%a.t.$$

✍ Questões de concursos comentadas

1. (FCC/TRF – 2ª Região/ Analista Judiciário – Contadoria/2012) O montante (M), no regime de capitalização composta, corresponde ao valor a ser resgatado após n períodos de capitalização da aplicação inicial (C), a uma taxa de juros dada por período de capitalização (i). É correto afirmar que, no regime de capitalização composta,

a) o valor do montante aumenta de forma linear.
b) a taxa de juros de 10% ao ano é equivalente à taxa de juros de 5% ao semestre.
c) duas taxas de juros equivalentes são também proporcionais.
d) o valor do montante (M), após n períodos de capitalização, é obtido por meio da fórmula $C(1 + i)^n$.
e) o valor do montante, após n períodos de capitalização, é menor que o do montante obtido no regime de

capitalização simples, considerando-se a mesma taxa de juros.

✍ **Comentário:**
O enunciado diz que estamos no regime de capitalização composta (é o que regime de juros compostos). Então, obviamente, a alternativa A está errada. Vimos no exemplo da dívida de Pedro que o valor da dívida (montante) cresce linearmente no regime de juros simples. No regime de juros compostos ele cresce bem mais rapidamente. Com essa observação, também já eliminamos a alternativa E. A alternativa B também está errada. As taxas de $10\%a.a.$ e $5\%a.s.$ são proporcionais, e taxas proporcionais são equivalentes somente no regime de juros simples. Essa observação também elimina a alternativa C. Portanto, a alternativa correta só pode ser a D. De fato, no regime de juros compostos, para obter o montante (valor futuro) depois de n períodos de capitalização, basta multiplicá-lo por $(1+i)^n$.
Gabarito: D

2. (CESGRANRIO/LIQUIGÁS/Ciências Econômicas/ 2012) Em um período em que a taxa de juros compostos foi de 300%, a taxa de juros equivalente à metade do período considerado é igual a:

a) 41%
b) 59%
c) 73%
d) 100%
e) 150%

✍ **Comentário:**
Suponhamos que a taxa de $i = 300\%$ seja anual e que a taxa equivalente procurada seja semestral. Assim, o período de capitalização de uma taxa é igual à metade do período de capitalização da outra, conforme o enunciado pede. Se estivéssemos no regime de juros simples, bastaria dividir 300% por 2 e teríamos a taxa equivalente. Mas, estamos no regime de juros compostos. Então, usaremos a fórmula da taxa equivalente. Para tanto, precisamos identificar n_q e n_t. O período da taxa i_{eq} é semestre e o da taxa i é ano. Como um semestre cabe duas vezes em um ano e um ano cabe uma vez em um ano, temos $n_q = 2$ e $n_t = 1$. Assim, convertendo a taxa de 300% para a forma unitária e substituindo na fórmula, temos:

$$i_{eq} = (1+i)^{\frac{n_t}{n_q}} - 1 = (1+3)^{\frac{1}{2}} - 1 = 4^{\frac{1}{2}} - 1 = \sqrt{4} - 1$$
$$= 2 - 1 = 1 = 100\%a.s.$$

Portanto, a alternativa correta é da letra D.
Gabarito: D

Taxa efetiva x taxa nominal

Todas as taxas que vimos até então são denominadas *taxas efetivas* de juros. Mas, no regime de juros compostos (apenas em juros compostos) também existe a chamada *taxa nominal*. Para entender o que é taxa nominal, precisamos entender o que é capitalização. Já usamos essa palavra algumas vezes, mas provavelmente você ainda não sabe exatamente o que ela significa.

Suponha que você assumiu uma dívida de $\mathrm{R\$}\ 1.000{,}00$ pagando uma taxa de juros compostos igual a 10% ao mês. Ao final de cada mês, a dívida passa a ser 10% maior do que era no início do mesmo mês. Isso ocorre porque, sendo a taxa mensal, ao final de cada mês é calculado o valor dos juros (referente àquele mês) e esse valor é incorporado ao valor da dívida já existente. Se a taxa de juros fosse semestral, tal processo de incorporação dos juros ao capital ocorreria ao final de cada semestre; se a taxa fosse anual, ocorreria ao final de cada ano, e assim por diante.

Pois bem, é justamente o processo de incorporação aqui descrito que denominamos *capitalização* (note que em juros simples não existe capitalização). Perceba que a frequência com que as capitalizações são feitas depende do período (de capitalização) da taxa. Quando a taxa de juros é efetiva, a frequência com que as capitalizações ocorrem (período de capitalização) é igual ao período da taxa. Se isso não ocorrer para uma determinada taxa, isto é, se o período de capitalização for diferente do período da taxa, dizemos que a taxa de juros em questão é uma *taxa nominal*. Nesse caso, vamos denotá-la por i_n. Por exemplo, um enunciado poderia fornecer uma taxa assim: "considere a taxa de 12% ao ano, com capitalização mensal". Nesse exemplo, o período da taxa é ano, mas o da capitalização é mensal. Logo, essa taxa não é efetiva, e sim nominal. A importância de saber a diferença entre taxa efetiva e nominal é que taxa nominal NÃO serve para fazer contas, isto é, não pode ser usada nas fórmulas que nós temos. Mas, fique tranquilo leitor! Não precisaremos aprender novas fórmulas para trabalhar com taxas nominais. Tudo o que temos a fazer é aprender a converter uma taxa nominal em uma taxa efetiva. A boa notícia é que também não precisamos de fórmulas para fazer essa conversão. Basta considerar a proporcionalidade entre o período de capitalização e o período da taxa. Por exemplo, para obtermos uma taxa efetiva a partir da taxa nominal $i_n = 24\%$ ao ano, como capitalização mensal, basta dividir a taxa dada por 12. De fato, em um ano (período da taxa) cabem 12 meses (período de capitalização). Assim, obtemos a taxa efetiva $i = \frac{24\%}{12} = 2\%$ ao mês. É importante observar que esse processo de conversão fornece uma taxa efetiva cujo período é igual ao período de capitalização da taxa nominal data. No exemplo, tínhamos uma taxa nominal cujo período de capitalização era mensal e, portanto, obtemos uma taxa efetiva cujo período também é mensal.

Uma vez que a taxa nominal tenha sido convertida para uma taxa efetiva, podemos usar a fórmula de taxa equivalente para obter outras taxas efetivas equivalentes.

Thiago Cardoso Barreto 91472

Vamos fazer isso com um exemplo para mostrar que a taxa efetiva é maior do que a taxa nominal.

Exemplo: Considere a taxa nominal de 30% ao ano, com capitalização bimestral. Qual a taxa efetiva equivalente anual? (tome $1{,}34$ como valor aproximado para $1{,}05^6$)
Solução: A taxa de 30% é nominal. Na realidade, seu período é anual, mas sua capitalização é bimestral: $i_n = 30\%a.a.c.c.b.$. Haja vista que um bimestre cabe 6 vezes em um ano, obtemos uma taxa efetiva fazendo:

$$i = \frac{30\%}{6} = 5\%a.q.$$

Queremos a taxa efetiva anual. Então, usaremos a fórmula de taxas equivalentes. Como um bimestre cabe 6 vezes em um ano, o n da taxa que temos é $n_t = 6$. E o n da taxa que queremos é $n_q = 1$. Assim:

$$i_{eq} = (1+i)^{\frac{n_t}{n_q}} - 1 = (1+0{,}05)^{\frac{6}{1}} - 1 = 1{,}05^6 - 1$$
$$= 1{,}34 - 1 = 0{,}34 = 34\%a.a.$$

Portanto, a taxa efetiva anual equivalente à taxa nominal $i_n = 32\%a.a.c.c.q.$ é $i_{eq} = 34\%a.a.$ Note que a taxa efetiva é maior que a taxa nominal. Isso sempre acontece.

✍ Questões de concursos comentadas

1. (CESPE/TJ-AL/Analista Judiciário – Contabilidade/ 2012) Considere que uma operação de crédito tenha sido contratada à taxa nominal de 15% ao ano, com capitalização quadrimestral. Nesse caso hipotético, a taxa efetiva anual desse financiamento é:

a) inferior a 15,20%.
b) superior a 15,20% e inferior a 15,60%.
c) superior a 15,60% e inferior a 16%.
d) superior a 16% e inferior a 16,40%.
e) superior a 16,40%.

✍ Comentário:
Temos a taxa nominal $i_n = 15\%a.a.c.c.q.$. Visto que um quadrimestre cabe 3 vezes em um ano, obtemos a taxa efetiva quadrimestral fazendo:

$$i = \frac{15\%}{3} = 5\%a.q.$$

Agora, usamos a fórmula de taxas equivalentes para calcular a taxa efetiva anual. Nesse caso, $n_q = 1$ e $n_t = 3$, pois um quadrimestre cabe 3 vezes em um ano. Assim:

$$i_{eq} = (1+i)^{\frac{n_t}{n_q}} - 1 = (1+0{,}05)^{\frac{3}{1}} - 1 = 1{,}05^3 - 1$$
$$= 1{,}1576 - 1 = 0{,}1576\ a.a.$$
$$= 15{,}76\%a.a.$$

Gabarito: C

2. (CESGRANRIO/CAIXA/Técnico Bancário/2012) Nas operações de empréstimo, uma financeira cobra taxa efetiva de juros, no regime de capitalização composta, de 10,25% ao ano. Isso equivale a cobrar juros com taxa anual e capitalização semestral de:

a) 5%
b) $5{,}51\%$
c) 10%
d) $10{,}25\%$
e) $10{,}51\%$

✍ Comentário:
Neste caso, a taxa dada é a taxa efetiva $i = 10{,}25\%a.a.$. Queremos a taxa nominal equivalente, também anual. Teríamos que fazer o processo contrário àquele realizado na questão anterior (em que tínhamos a taxa nominal e queríamos a taxa efetiva equivalente). Talvez seja melhor observarmos as alternativas antes de partir para os cálculos. Vimos, anteriormente, que a taxa nominal é sempre maior que a taxa efetiva. Sendo assim, já podemos eliminar as alternativas das letras D e E. Também já tivemos a oportunidade de observar que a diferença entre a taxa efetiva e a taxa nominal não é muito grande (no exemplo anterior tínhamos $i_n = 30\%$ e $i = 34\%$;; e na questão anterior tínhamos $i_n = 15\%$ e $i = 15{,}76\%$).. Então, podemos eliminar as alternativas das letras A e B. Resta a alternativa da letra C.
Gabarito: C

3. (CESPE/2012/MPE-PI/Analista Ministerial – Orçamento) Um cliente pagou a dívida de $\mathrm{R\$}\ 20.000{,}00$, em um banco, um ano após a sua contratação. Nessa transação, o banco praticou juros nominais anuais de 42%, com capitalização mensal, a juros compostos. Considerando essas informações e $1{,}51$ como valor aproximado para $1{,}035^{12}$, julgue os itens subsecutivos.

I – O cliente pagou ao banco mais de $\mathrm{R\$}\ 30.000{,}00$.

✍ Comentário:
O mais importante é observar que a taxa de juros fornecida não é efetiva, é nominal. Então, antes de fazer qualquer operação, converteremos essa taxa nominal em uma taxa efetiva. No caso, temos:

$$i_n = 42\%a.a.c.c.m.$$

Assim, basta dividir por 12 para obter a taxa efetiva mensal:

$$i = \frac{42\%}{12} = 3{,}5\%a.m. = 0{,}035a.m.$$

Agora, precisamos julgar se a afirmativa "o cliente pagou ao banco mais de R$ 30.000,00" está correta. O cliente tomou emprestado o valor de $\mathrm{R\$}\ 20.000{,}00$ (valor presente) e o prazo desta operação foi de um ano ($\mathrm{n} = 1\ \mathrm{ano} = 12\ \mathrm{meses}$). Como conhecemos a taxa de juros, podemos levar os $\mathrm{R\$}\ 20.000{,}00$ um ano para o futuro e verificar se, de fato, ultrapassam o valor futuro de $\mathrm{R\$}\ 30.000{,}00$. Fazendo isso, encontramos:

$$FV = 20.000(1 + 0{,}035)^{12} = 20.000 \cdot 1{,}035^{12}$$
Usando o dado do enunciado ($1{,}51 = 1{,}035^{12}$), temos:
$$FV = 20.000 \cdot 1{,}51 = \text{R\$ } 30.200{,}00$$
Portanto, a afirmativa está correta.
Gabarito: Certo.

II – O cliente pagaria a mesma quantia se o banco praticasse a taxa de juros simples mensais de $4{,}1\%$.

✍ **Comentário:**
Na questão anterior já constatamos que o cliente pagaria $\text{R\$ } 30.200{,}00$ para quitar sua dívida. A questão afirma que ele pagaria esse mesmo valor caso estivesse sendo praticada uma taxa de juros simples de $4{,}1\% a.m.$. Tudo o que temos a fazer para verificar a veracidade dessa afirmação é levar o capital de $\text{R\$ } 20.000{,}00$ um ano para o futuro, usando a taxa $i = 4{,}1\% a.m.$ e obedecendo aos critérios do regime de juros compostos. Fica assim:
$$FV = 20.000(1 + 0{,}041 \cdot 12) = 20.000 \cdot 1{,}492 = \text{R\$ } 29.840{,}00.$$
Com o valor futuro encontrado daquele valor de $\text{R\$ } 30.200{,}00$, concluímos que a afirmativa está errada.
Gabarito: ERRADO

Taxa real e taxa aparente

Até aqui, vimos que existem taxas efetivas, taxas equivalentes (que também são efetivas) e taxas nominais. Pudemos perceber que a taxa nominal não representa exatamente o que é cobrado em uma operação, tanto que sempre a convertemos em uma taxa efetiva antes de aplicar nas fórmulas. Era de se esperar que a taxa efetiva, como o próprio nome diz, informasse efetivamente o que é cobrado em uma operação. Acontece que isso nem sempre ocorre. Vamos pensar na seguinte situação:

Exemplo: Pedro tomou um empréstimo de $\text{R\$ } 1.000{,}00$ em um banco que trabalha com a taxa de juros compostos de 10% ao mês. Pedro voltou ao banco um ano depois para quitar sua dívida. Ele havia estudado matemática financeira e estava certo de que devia exatamente $\text{R\$ } 3.138{,}42$ ao banco. Contudo, ao chegar ao banco, Pedro teve uma pequena surpresa. Confira a conversa entre Pedro e o gerente (Paulo) do banco:

> *Pedro – Bom dia, Paulo! Aqui estão os* 3.140 *reais para quitar minha dívida. E pode ficar com o troco!*
> *Gerente – Ah, claro! Deixe-me ver no sistema o valor exato do seu débito.*
> Alguns instantes depois…
> *Gerente – Senhor Pedro, na verdade o valor de sua dívida é de* $3.400{,}00$ *reais.*
> *Pedro – Como assim?! A taxa contratada não foi de* 10% *ao mês?! Eu fiz as contas… dá exatamente* 3.138 *reais e* 42 *centavos!*
> *Gerente – O senhor tem razão! Mas, é preciso levar em conta os encargos.*
> *Pedro – Que é isso?*
> *Gerente – No seu caso, é a taxa de abertura de crédito e o imposto sobre operações financeiras, o famoso IOF.*

Pobre Pedro, ele ainda tinha algumas coisas para aprender sobre matemática financeira! O banco informou a taxa efetiva (na verdade, a taxa aparente), mas não a taxa real. Aliás, as instituições não costumam informar a taxa real de juros. Nesta apostila, denotaremos a taxa real por r. Podemos calcular a taxa real cobrada de Pedro observando que o valor futuro real é $FV = \text{R\$ } 1.400{,}00$. Assim, temos:
$$PV = 1.000$$
$$n = 12\ meses$$
$$FV = 3.400$$
$$r = ?$$
Então,
$$FV = PV(1 + r)^n$$
$$3.400 = 1.000(1 + r)^{12}$$
$$\frac{3.400}{1.000} = (1 + r)^{12}$$
$$3{,}4 = (1 + r)^{12}$$
$$3{,}4^{\frac{1}{12}} = 1 + r$$

Tomando $1{,}1073$ como valor aproximado para $3{,}4^{\frac{1}{12}}$, temos:

$$r = 1{,}1073 - 1 = 0{,}1073 = 10{,}73\% a.m.$$

Portanto, a taxa que realmente seria cobrada de Pedro era ligeiramente maior do que a informada. Vale notar que, se não houvesse os tais encargos, a taxa efetiva seria uma taxa real, e não uma taxa aparente, como foi o caso.
Esse exemplo serviu para esclarecer a diferença entre taxa real e taxa efetiva/aparente. Entretanto, vale observar que não são apenas encargos que tornam uma taxa efetiva um taxa aparente. Essa questão dos encargos ocorre com mais frequência no contexto de séries de pagamentos (que é outro assunto da matemática financeira). Porém, no contexto em que as ferramentas desta parte inicial da apostila nos permitem trabalhar, o conceito de taxa real está mais relacionado ao conceito de inflação.

A inflação é um fenômeno que diminui o poder de compra do capital. No Brasil, por exemplo, a taxa de inflação é bem alta (já foi muito mais alta, tem diminuído gradativamente desde o início da década de 1990). A quantidade de mercadoria que se pode comprar hoje com $\text{R\$ } 500{,}00$, certamente, não é a mesma que se podia comprar há 10 anos.

Nesta apostila, taxa de inflação é denotada por I. Mas, o que taxa de inflação tem a ver com taxa de juros? Simples! As duas fazem trabalhos contrários: enquanto a taxa de juros valoriza o capital com o passar do tempo, a taxa de inflação desvaloriza o capital com o passar do

tempo. Se a valorização da taxa de juros i superar a desvalorização da taxa de inflação I, então ainda sobra alguma valorização. Essa valorização que resta é medida pela taxa real r. Usando aquela ideia de multiplicar por $(i + taxa)^n$ para leva para o futuro e dividir por $(i + taxa)^n$ para levar para o passado, podemos pensar assim:

- A taxa de juros (que neste contexto chamamos de taxa aparente) valoriza
  $\rightarrow multiplica\ por\ (1 + i)$
- A taxa de inflação desvaloriza
  $\rightarrow divide\ por\ (1 + I)$
- A taxa real é o que sobra
  $$\rightarrow (1 + r) = \frac{(1 + i)}{(1 + I)}$$

Assim, obtemos a fórmula que relaciona as três taxas:

$$(1 + r)(1 + I) = (1 + i)$$

✍ **Questões de concursos comentadas**

1. (CESGRANRIO/Petrobras/Auditor júnior/2011) Uma aplicação financeira é realizada em período com inflação de $2{,}5\%$. Se a taxa real foi de $5{,}6\%$, a taxa aparente da aplicação no período foi de:

a) $3{,}02\%$
b) $3{,}10\%$
c) $8{,}10\%$
d) $8{,}24\%$
e) $8{,}32\%$

✍ **Comentário:**
O enunciado fornece a taxa de inflação $I = 2{,}5\%$, a taxa real $r = 5{,}6\%$ e pede a taxa aparente i. Em geral, essas taxas vêm acompanhas de um período (ao mês, ao ano, etc.). Neste caso, não sabemos exatamente qual é o período, mas o importante é que todas se referem ao mesmo período. Então, basta converter para a forma unitária e substituir na fórmula:

$$(1 + r)(1 + I) = (1 + i)$$
$$(1 + 0{,}056)(1 + 0{,}025) = (1 + i)$$
$$1{,}056 \cdot 1{,}025 = 1 + i$$
$$1{,}0824 = 1 + i$$
$$i = 0{,}0824 = 8{,}24\%$$

Pronto! A taxa aparente é esta.
Gabarito: D

2. (FCC/TER-RN/Analista Judiciário – Contabilidade/ 2011) Um investimento no valor de $\mathrm{R\$}\ 200.000{,}00$ é realizado no início de um determinado ano. No final deste ano, o montante referente a este investimento é resgatado totalmente, e o seu valor foi de $\mathrm{R\$}\ 238.560{,}00$. Se a taxa de inflação no período deste investimento foi de 12%, então a taxa aparente e a taxa real correspondentes no mesmo período foram iguais a, respectivamente,

a) $18{,}50\%$ e $7{,}28\%$.
b) $18{,}50\%$ e $6{,}50\%$.
c) $19{,}28\%$ e $7{,}28\%$.
d) $19{,}28\%$ e $6{,}78\%$.
e) $19{,}28\%$ e $6{,}50\%$.

✍ **Comentário:**
Neste caso, sabemos que todas as taxas referem-se ao período de uma ano, que foi o prazo da operação. Em termos de variáveis, a situação é a seguinte:

$$PV = 200.000$$
$$FV = 238.560$$
$$n = 1\ ano$$
$$I = 12\% a.a.$$
$$i = ?$$
$$r = ?$$

A taxa aparente pode ser obtida diretamente a partir da fórmula que já conhecíamos:

$$FV = PV(1 + i)^n$$
$$238.560 = 200.000(1 + i)^1$$
$$\frac{238.560}{200.000} = 1 + i$$
$$\frac{119.28}{10.000} - 1 = i$$
$$1{,}1928 - 1 = i$$
$$i = 19{,}28\% a.a.$$

Agora que temos a taxa aparente, podemos usar a taxa de inflação para encontrar a taxa real:

$$(1 + r)(1 + I) = (1 + i)$$
$$(1 + r)(1 + 0{,}12) = (1 + 0{,}1928)$$
$$1 + r = \frac{1{,}1928}{1{,}12}$$
$$r = 1{,}065 - 1$$
$$r = 0{,}065 = 6{,}5\% a.a.$$

Pronto! Encontramos a taxa real.
Gabarito: E

Descontos simples e compostos

Problemas de descontos aparecem com frequência em matemática financeira. E para entender como esse tipo de operação funciona, consideremos uma situação hipotética. Suponha que a empresa Santana tenha procurado um banco e tomado um empréstimo para financiar a compra de novos equipamentos. No contrato do empréstimo ficou acordado que a empresa quitaria toda a sua dívida ao final do primeiro ano. O valor a ser despendido pela empresa para quitar toda a sua dívida (valor emprestado mais os respectivos juros) na data combinada seria de $\mathrm{R\$}\ 100.000{,}00$. Contudo, a aquisição dos novos equipamentos geram lucros acima do esperado, de modo que a empresa Santana se viu em condições de quitar sua dívida três meses antes da data prevista. No valor de $\mathrm{R\$}\ 100.000{,}00$ estão incluídos os juros desses últimos três meses. Se a empresa vai quitar a dívida antes, não tem por que pagar por um período que não estava devendo. Então, cabe ao banco conceder um desconto pelo pagamento adiantado da dívida.

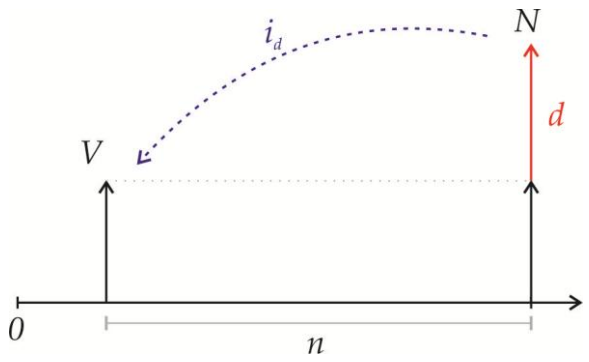
914723

Nesse contexto, o valor da dívida na data do vencimento (valor futuro) é denominado valor *nominal*. O valor abatido da dívida devido o pagamento antecipado é dito $desconto$.. Após abater da dívida o valor do desconto, sobra o que chamamos de *valor atual* (ou *valor descontado*). Portanto, o valor atual seria o que temos chamado de valor presente, mas no contexto de descontos é mais comum usar-se o nome *valor atual*. O intervalo de tempo compreendido entre a data do valor nominal e a data do valor atual denomina-se *prazo de antecipação*. A notação que usaremos é a seguinte:

Variável	Notação
Valor nominal	N
Valor atual	V
Desconto	d
Taxa de Desconto	i_d

Obs.: Eventualmente, o valor atual (V) também é chamado de *valor descontado*. Tome cuidado para não confundir com valor do desconto (d).

Observando a figura a seguir, torna-se mais fácil lembrar o nome e o significado de cada variável.



Note que:

$$d = N - V$$

✍ **Questão de concurso comentada**

1. (CESGRANRIO/2012/TRANSPETRO/Técnico de Contabilidade) João solicitou a uma instituição financeira a liquidação antecipada de um empréstimo e foi informado que, se a quitação do mesmo fosse feita até o final do mês em curso, o valor pago seria $\mathrm{R\$}\ 7.350{,}00$, o que representaria um desconto de $12{,}5\%$ sobre o valor a ser pago na data combinada inicialmente. Qual foi, em reais, o valor do desconto oferecido para a liquidação antecipada?

a) 882,00
b) 918,75
c) 1.044,05
d) 1.050,00
e) 1.368,50

✍ **Comentário:**

Neste caso, o prazo de antecipação não importa. O importante é que $\mathrm{R\$}\ 7.350{,}00$ é o valor atual e o desconto concedido corresponde a $12{,}5\%$ do valor nominal (o que seria pago na data combinada inicialmente). Então, temos:

$$V = 7.350$$
$$d = ?$$
$$d = 12{,}5\%\ de\ N = \frac{12{,}5}{100}N = 0{,}125N$$

Como $d = N - V$, segue da última equação que:

$$N - V = 0{,}125N$$

Agora, substituindo o valor de V e fazendo as contas, obtemos:

$$N - 7.350 = 0{,}125N$$
$$N - 0{,}125N = 7.350$$
$$N(1 - 0{,}125) = 7.350$$
$$N \cdot 0{,}875 = 7.350$$
$$N = \frac{7.350}{0{,}875}$$

Para efetuar essa divisão, multiplique e divida a fração por 1.000 para eliminar a vírgula. Em seguida, simplifique por 5 três vezes até obter:

$$N = \frac{58.800}{7} = 8.400$$

Portanto:

$$d = 8.400 - 7.350 = 1.050$$

Gabarito: D

Introduzimos a ideia de desconto com o exemplo de uma dívida. Contudo, esse tipo de operação também aparece em situações de investimento. Por exemplo, se uma pessoa compra um título e resolve resgatá-lo antes do vencimento, certamente ela receberá menos do que estava previsto. Ou seja, ao ser resgatado antes, o título sofre um desconto.

A pergunta é: como calcular o valor do desconto ou o atual de um título? Existem dois tipos de descontos, a saber: *desconto racional* e *desconto comercial*. São duas convenções distintas. No primeiro, o valor do desconto é sempre menor.

Desconto racional (por dentro)

Tendo em vista o que aprendemos até aqui, a maneira mais natural de se calcular o valor atual seria velar o valor nominal n meses para o passado. Nesse caso, bastaria dividir N por $(1 + i_d)^n$, no regime de juros compostos, ou por $(1 + i_d \cdot n)$, no regime de juros simples. Fazendo isso, estamos apenas mudando o ponto de vista e o nome das variáveis. Esse procedimento dá origem ao *desconto racional*, também conhecido como *desconto por dentro*. As fórmulas usadas para se trabalhar com esse tipo de desconto estão na tabela a seguir.

Desconto racional	
Juros simples	**Juros compostos**
$V_r = \frac{N}{(1 + i_d \cdot n)}$	$V_r = \frac{N}{(1 + i_d)^n}$
$d_r = N - V_r$	

Aqui, V_r representa o valor atual racional e d_r, o desconto racional. Eventualmente, precisamos combinar as fórmulas da segunda linha com a da última para obter o valor procurado. Por exemplo, suponha que o enunciado fornece os valores de N, i_d e n. Se você precisa calcular o valor de d_r, então primeiramente calcule o valor de V_r usando uma fórmula da primeira linha e, em seguida, use a fórmula da segunda linha para determinar d_r.

✍ Questão de concurso comentada

1. (CESPE/TJ-AL/Analista Judiciário – Contabilidade/ 2012) Suponha que um título de valor nominal igual a $\text{R\$ } 20.000{,}00$ tenha sido resgatado 6 meses antes do vencimento e, nessa transação, tenha sido aplicado o desconto racional simples, à taxa de 3% ao mês. Nessa situação hipotética, o valor pago pelo título foi:

a) inferior a $\text{R\$ } 16.930{,}00$.
b) superior a $\text{R\$ } 16.930{,}00$ e inferior a $\text{R\$ } 16.950{,}00$.
c) superior a $\text{R\$ } 16.950{,}00$ e inferior a $\text{R\$ } 16.970{,}00$.
d) superior a $\text{R\$ } 16.970{,}00$ e inferior a $\text{R\$ } 16.990{,}00$.
e) superior a $\text{R\$ } 16.990{,}00$.

✍ Comentário:
O enunciado deixa claro que se trata de uma operação de desconto racional no regime de juros simples (aliás, o enunciado da questão sempre informará o tipo de desconto e o regime de juros que está sendo adotado). Além disso, temos:

$$N = 20.000$$
$$n = 6\ meses$$
$$i_d = 3\%a.m.$$
$$V_r = \ ?$$

Então, já sabemos qual fórmula usar:

$$V_r = \frac{N}{(1 + i_d \cdot n)} = \frac{20.000}{(1 + 0{,}03 \cdot 6)} = \frac{20.000}{1{,}18} = 16.949{,}15$$

Dessa forma, ficamos com a alternativa da letra B.
Gabarito: B

Desconto comercial (por fora)

O desconto comercial, assim como o racional, pode ser aplicado no regime de juros simples ou no regime de juros compostos. Esse tipo de desconto também é conhecido como *desconto por fora*. Em particular, o desconto comercial simples também é denominado *desconto bancário*. É importante observar que, diferentemente do que acontece no desconto racional, no desconto comercial a taxa de desconto não é a mesma da taxa de juros. Portanto, não podemos usar uma taxa de desconto comercial nas fórmulas do valor futuro e dos juros. Taxa de desconto comercial só pode ser usada nas fórmulas da tabela a seguir.

Desconto comercial	
Juros simples	**Juros compostos**
$d_c = N \cdot i_d \cdot n$	$V_c = N(1 - i_d)^n$
$d_c = N - V_c$	

Eventualmente, pode ser necessário combinar as fórmulas da segunda linha com a da última para obter alguns valores. Isso depende do que é fornecido pelo enunciado.

✍ Questões de concursos comentadas

1. (CESGRANRIO/2012/PETROBRAS/Técnico em Contabilidade) Uma pessoa pagou um título que venceria em 5 meses. A taxa de desconto comercial simples é de $1{,}2\%$ ao mês. Se o valor do desconto foi de $\text{R\$ } 300{,}00$, quantos reais essa pessoa pagou?

a) 5.700
b) 5.300
c) 5.000
d) 4.700
e) 3.000

✍ Comentário:
Fica claro que se trata de um problema de desconto comercial simples. Então, temos duas fórmulas para trabalhar nesta questão, a saber:

$$d_c = N \cdot i_d \cdot n \quad \text{e} \quad d_c = N - V_c$$

Sabemos que:

$$n = 5\ meses$$
$$i_d = 1{,}2\%a.m.$$
$$d_c = 300$$

Queremos saber quanto a pessoa pagou pelo título. Como ela pagou antecipadamente, só pode ter sido o valor atual. Logo, queremos determinar o valor de V_c. Observando as fórmulas disponíveis, vemos que será preciso inicialmente calcular o valor de N usando a primeira fórmula para depois calcular V_c a partir da segunda. Façamos isso:

$$d_c = N \cdot i_d \cdot n$$
$$300 = N \cdot 0{,}012 \cdot 5$$
$$N = \frac{300}{0{,}012 \cdot 5}$$
$$N = \frac{60}{0{,}012}$$
$$N = 5.000$$

Agora, substituindo na segunda fórmula resulta

$$d_c = N - V_c$$
$$300 = 5.000 - V_c$$
$$V_c = 4.700$$

Portanto, a pessoa pagou $\text{R\$ } 4.700{,}00$.

Gabarito: D

2. (ESAF/RF/Analista Tributário/2012) Um título de $\text{R\$ } 20.000,00$ foi descontado 4 meses antes do seu vencimento, a uma taxa de desconto comercial simples de 5% ao mês. A taxa efetiva mensal de juros simples dessa operação é igual a:

a) $6{,}50\%$
b) $5{,}50\%$
c) $5{,}25\%$
d) $6{,}00\%$
e) $6{,}25\%$

✍ **Comentário:**
Já observamos que taxa de desconto comercial é diferente de taxa efetiva de juros. Esta questão fornece a taxa de desconto e pede a taxa de juros. Então, vamos proceder da seguinte maneira: usamos o valor nominal e a taxa de desconto para calcular o valor atual por meio de uma operação de desconto; depois, tomamos os valores atual e nominal como valor presente e valor futuro para determinar a taxa de juros.
Para calcular o valor atual (comercial, pois a taxa dada é de desconto comercial), dispomos dos seguintes dados:

$$N = 20.000$$
$$n = 4\ meses$$
$$i_d = 5\%a.m.$$
$$V_c = ?$$

Usando a fórmula de desconto comercial simples, obtemos:

$$D_c = N \cdot i_d \cdot n = 20.0\cancel{00} \cdot \frac{5}{1\cancel{00}} \cdot 4 = \text{R\$ } 4.000,00$$

Se o desconto foi de $\text{R\$ } 4.000,00$, então o valor atual é igual a :

$$V_c = 20.000 - 4.000 = \text{R\$}16.000,00$$

Agora, do ponto de vista de uma operação de juros, queremos saber qual é a taxa de juros simples que transforma o valor presente de $\text{R\$ } 16.000,00$ em um valor futuro de $\text{R\$ } 20.000,00$ em 4 meses. Ou, de forma equivalente, queremos saber qual a taxa de juros simples que, aplicada sobre o capital de $\text{R\$ } 16.000,00$, gera juros de:

$$J = 20.000 - 16.000 = \text{R\$ } 4.000,00$$

em 4 meses. Usando essa segunda interpretação e substituindo os valores na fórmula dos juros, temos:

$$J = PV \cdot i \cdot n$$
$$4.\cancel{000} = 16.\cancel{000} \cdot i \cdot 4$$
$$i = \frac{4}{16 \cdot 4} = \frac{1}{16} = 0{,}0625 = 6{,}25\%a.m.$$

Portanto, a taxa efetiva de juros simples cobrada é de $6{,}25\%a.m.$.
Gabarito: E

3. (CESGRANRIO/LIQUIGAS/Ciências Econômicas/ 2012) Uma instituição financeira anuncia taxa de desconto simples bancário (ou desconto simples por fora) de 5% ao mês. Nas operações de um mês, a taxa mensal de juros compostos cobrada por essa instituição é, aproximadamente:

a) $4{,}5\%$
b) $4{,}7\%$
c) $5{,}0\%$
d) $5{,}3\%$
e) $5{,}5\%$

✍ **Comentário:**
Façamos uma simulação. Suponha que temos um título cujo valor nominal é $N = \text{R\$ } 100,00$. Vamos calcular o valor atual desse título quando descontado um mês antes do vencimento. A situação é a seguinte:

$$N = 100$$
$$n = 1$$
$$i_d = 5\%a.m.$$
$$V_c = ?$$

Primeiro calculamos o valor do desconto:

$$d_c = N \cdot i_d \cdot n = \cancel{100} \cdot \frac{5}{\cancel{100}} \cdot 1 = 5$$

Então:

$$V_c = N - d_c = 100 - 5 = 95$$

Agora, a pergunta é: qual é a taxa de juros compostos que transforma $\text{R\$ } 95,00$ em $\text{R\$ } 100,00$ dentro de um mês? Essa é a taxa que o enunciado pede! Então, queremos determinar i de modo que:

$$95(1+i)^1 = 100$$

Fazendo as contas, obtemos:

$$1 + i = \frac{100}{95} = \frac{20}{19} \Rightarrow i = \frac{20}{19} - 1 = \frac{20-19}{19} = \frac{1}{19}$$

Como $100\% = 1$ (pois $\% = \frac{1}{100}$), temos:

$$i = \frac{1}{19} \cdot 100\% = \frac{100}{19}\% = 5{,}26\%a.a.$$

Portanto, ficamos com a alternativa da letra D.
Gabarito: D

Planos ou sistemas de amortização de empréstimo e financiamento

Quando tratamos de anuidades, aprendemos a distribuir um capital no tempo em prestações iguais. Para calcular o valor dessas prestações, usamos uma fórmula, pois sabemos que não basta simplesmente dividir o capital pelo número de parcelas. De fato, em cada prestação existe uma porcentagem de juros que até então não sabemos ao certo qual é. Pois bem, a partir de agora o objetivo continua sendo distribuir um capital no tempo em forma de prestações. A diferença é que dessa vez estamos interessados apenas em financiamentos e queremos saber exatamente qual a porcentagem de juros que está embutida em cada prestação. Para tanto, construiremos tabelas/planilhas que apresentam detalhes do plano de financiamento (sistema de amortização).

Nossas planilhas terão sempre cinco colunas, conforme o exemplo a seguir.

Data	Saldo devedor	Amortização	Juros	Prestação
0				
1				
2				
3				
4				

O que antes era representado por uma seta no diagrama, agora é descriminado em uma linha da tabela. A coluna **saldo devedor** apresenta o valor da dívida que ainda resta em cada data. Logo, na data zero (quando se inicia o plano de financiamento) o saldo devedor sempre corresponde ao valor total financiado, e a partir daí vai diminuindo até que toda a dívida seja quitada. A cada período uma parcela da dívida é descontada, e essa parcela recebe o nome de **amortização**. A terceira coluna apresenta a amortização de cada mês. Em cada período também são cobrados **juros**, cujos valores aparecem na quarta coluna. O valor dos juros de cada período é obtido multiplicando-se a taxa de juros pelo saldo devedor do período anterior. Por fim, vem a quinta coluna, que contém o valor de cada **prestação**, cujo valor é dado pela soma **amortização + juros**. Em situações reais, a planilha de amortização costuma ter colunas adicionais contendo encargos com seguros e coisas do tipo. No caso, esses valores adicionais também participam da soma que vai gerar a prestação. Ou seja, de modo geral, a prestação é a soma de todos os valores pagos em um dado período: amortização, juros e demais encargos.

Em geral, sistemas de amortização são adotados quando o prazo do financiamento é grande, isto é, quando o financiamento é composto de muitas prestações e se estende por um longo período de tempo. É o que acontece no financiamento de um imóvel ou de um veículo, por exemplo. Contudo, só para se ter noção de como as coisas funcionam, considere a Tabela 1 a seguir. Ela mostra o caso em que o total de $\mathrm{R\$}\ 100.000{,}00$ foi financiado em cinco prestações mensais de mesmo valor, tal como no modelo básico estudado na seção anterior. A taxa de juros cobrada foi de 1% ao mês.

Tabela 1

Data	Saldo devedor	Amortização	Juros	Prestação
0	R$ 100.000,00			
1	R$ 80.396,02	R$ 19.603,98	R$ 1.000,00	R$ 20.603,98
2	R$ 60.596,00	R$ 19.800,02	R$ 803,96	R$ 20.603,98
3	R$ 40.597,98	R$ 19.998,02	R$ 605,96	R$ 20.603,98
4	R$ 20.399,98	R$ 20.198,00	R$ 405,98	R$ 20.603,98
5	R$ ----	R$ 20.399,98	R$ 204,00	R$ 20.603,98

Note que na primeira linha não existe prestação. O que era de se esperar, uma vez que não faz muito sentido alguém realizar um empréstimo e devolver uma parte do que tomou no mesmo dia. Note que cada amortização paga é descontada do saldo devedor até que este venha a ser igual a zero. Observe, ainda, que os juros diminuem a cada mês. Isso acontece porque a dívida também diminui com o passar do tempo. Quanto menor a dívida, menores os juros.

A Tabela 2 mostra outro exemplo de financiamento. A taxa de juros, o valor financiado e o número de prestações são os mesmos do exemplo anterior. Mas, os valores são bem diferentes!

Tabela 2

Data	Saldo devedor	Amortização	Juros	Prestação
0	R$ 100.000,00			
1	R$ 80.000,00	R$ 20.000,00	R$ 1.000,00	R$ 21.000,00
2	R$ 60.000,00	R$ 20.000,00	R$ 800,00	R$ 20.800,00
3	R$ 40.000,00	R$ 20.000,00	R$ 600,00	R$ 20.600,00
4	R$ 20.000,00	R$ 20.000,00	R$ 400,00	R$ 20.400,00
5	R$ ----	R$ 20.000,00	R$ 200,00	R$ 20.200,00

Perceba que, neste caso, as amortizações são todas iguais e os valores das prestações são diferentes. Note, também, que os juros de cada período são iguais ao saldo devedor do período anterior multiplicado pela taxa de juros (nesse caso, de $1\%\ a.m.$), conforme definido antes. Isso também pode ser observado na Tabela 1.

As Tabelas 1 e 2 são exemplos de dois sistemas de amortização distintos. A Tabela 1 refere-se ao **Sistema de Amortização Francês** (SAF). Já a Tabela 2 refere-se ao **Sistema de Amortização Constante** (SAC). Este último é adotado pela Caixa Econômica Federal nos financiamentos do programa Minha Casa Minha Vida, por exemplo. A principal característica do SAF são as prestações todas iguais. Já o SAC tem como principal característica as amortizações constantes, como o próprio nome sugere.

A partir de agora, nosso a objetivo é aprender a construir cada uma dessas planilhas.

Sistema de Amortização Francês

Já sabemos que no sistema francês as prestações são todas de mesmo valor. Sendo assim, uma vez conhecida a taxa de juros, o número de prestações e o valor a ser financiado, podemos usar a fórmula do modelo básico de anuidade para calcular o valor das prestações. Além disso, Já aprendemos anteriormente como calcular os juros de cada período. Daí, lembrando que :

$$\text{amortização} + \text{juros} = \text{prestação}$$

podemos facilmente calcular o valor de cada amortização e atualizar o saldo devedor. Esse é o roteiro do processo.

Para exemplificar, mostraremos como a Tabela 1 foi construída. Lembrando que a Tabela 1 refere-se a um financiamento de $\mathrm{R\$}\ 100.000{,}00$, com taxa de juros de 1% ao mês, pelo prazo de cinco meses, isto é,

$$PV = 100.000$$
$$i = 1\%\ a.m.$$
$$n = 5$$

Substituindo esses dados na fórmula:

$$PV = R\frac{(1+i)^n - 1}{(1+i)^n \cdot i}$$

resulta $R = 20.603{,}98$.Para facilitar, vamos arredondar para $R = 20.604$. Com isso, já podemos preencher parte da tabela.

Data	Saldo Devedor	Amortização	Juros	Prestação
0	R$ 100.000,00			
1				R$ 20.604,00
2				R$ 20.604,00
3				R$ 20.604,00
4				R$ 20.604,00
5				R$ 20.604,00

O próximo passo é calcular os juros do período 1:

$$J_1 = Sd_0 \cdot i = 100.000 \cdot 0{,}01 = 1.000$$

Subtraindo esse valor da prestação, já obtemos a amortização do período 1:

$$A_1 = R_1 - J_1 = 20.604 - 1.000 = 19.604$$

Atualizando a tabela:

Data	Saldo Devedor	Amortização	Juros	Prestação
0	R$ 100.000,00			
1		R$ 19.604,00	R$ 1.000,00	R$ 20.604,00
2				R$ 20.604,00
3				R$ 20.604,00
4				R$ 20.604,00
5				R$ 20.604,00

Agora o saldo devedor diminui:

$$Sd_1 = Sd_0 - A_1 = 100.000 - 19.604 = 80.396$$

Atualizando a tabela:

Data	Saldo Devedor	Amortização	Juros	Prestação
0	R$ 100.000,00			
1	R$ 80.396,00	R$ 19.604,00	R$ 1.000,00	R$ 20.604,00
2				R$ 20.604,00
3				R$ 20.604,00
4				R$ 20.604,00
5				R$ 20.604,00

Agora, é só repetir o processo. Calculam-se os juros:

$$J_2 = Sd_1 \cdot i = 80.396 \cdot 0{,}01 = 803{,}96$$

A amortização:

$$A_2 = R_2 - J_2 = 20.604 - 803{,}96 = 19.800{,}04$$

O novo saldo devedor:

$$Sd_2 = Sd_1 - A_2 = 80.396 - 19.800{,}04 = 60.595{,}96$$

Atualizando:

Data	Saldo Devedor	Amortização	Juros	Prestação
0	R$ 100.000,00			
1	R$ 80.396,00	R$ 19.604,00	R$ 1.000,00	R$ 20.604,00
2	R$ 60.595,96	R$ 19.800,04	R$ 803,96	R$ 20.604,00
3				R$ 20.604,00
4				R$ 20.604,00
5				R$ 20.604,00

Dessa maneira, o processo segue até zerar o saldo devedor. Nesse caso, não dará exatamente zero no final, porque fizemos um arredondamento para facilitar as contas. Conclua o preenchimento da tabela e perceba que haverá uma diferença de alguns centavos no saldo devedor no período cinco.

Possivelmente, você está um pouco preocupado com o trabalhão exigido para construir uma tabela dessas. Na prática, isso é feito em planilhas eletrônicas. A boa notícia é que questões de concurso são elaboradas de modo que não seja preciso construir toda a tabela para tirar as conclusões requeridas. Veremos isso nos exemplos.

Tabela *Price*

Trata-se de um sistema idêntico ao sistema francês, com o detalhe de que a taxa de juros fornecida costuma ser nominal. Por exemplo, se for dada a taxa de 24% ao ano e pedir para construir a tabela *price* com prestações mensais, fica subentendido que a taxa dada é anual com capitalização mensal, ou seja, a taxa nominal $i_n = 24\%\ a.a.c.c.m.$ deve ser convertida para uma taxa efetiva mensal antes de ser aplicada nos cálculos. Lembrando que conversão de taxa nominal para taxa efetiva se faz de forma proporcional. No caso do exemplo, a taxa efetiva mensal é:

$$i = \frac{24}{12} = 2\%\ a.m.$$

No entanto, se o período da taxa dada for o mesmo período das prestações (taxa mensal e prestações também mensais, por exemplo), então não há com o que se preocupar, basta partir para a construção da planilha pelo sistema francês.

Questões de concurso comentadas

1. (FCC/BB/Escriturário/2012) Um empréstimo no valor de $\text{R\$}\,80.000{,}00$ deverá ser pago por meio de 5 prestações mensais, iguais e consecutivas, vencendo a primeira um mês após a data da concessão do empréstimo. Sabe-se que foi utilizado o Sistema Francês de Amortização (Tabela *Price*) com uma taxa de juros compostos de 3% ao mês, encontrando-se $\text{R\$}\,17.468{,}00$

para o valor de cada prestação. Imediatamente após o pagamento da primeira prestação, se S representa o percentual do saldo devedor com relação ao valor do empréstimo, então:

a) $77\% \leq S < 78\%$;
b) $78\% \leq S < 79\%$;
c) $79\% \leq S < 80\%$;
d) $80\% \leq S < 81\%$;
e) $81\% \leq S < 82\%$.

✍ **Comentário:**
Esta questão retrata uma situação bastante parecida com a do nosso exemplo. A diferença é que o valor das prestações já foi fornecido. Ou seja, não precisamos usar a fórmula no modelo básico para calculá-lo. O que a questão pede é o saldo devedor imediatamente após o pagamento da primeira prestação, isto é, Sd_1. Na realidade, se pede quantos por cento Sd_1 correspondem do total financiado, $\text{R\$}\ 80.000{,}00$. Em todo caso, o primeiro passo é determinar Sd_1. Então, vamos construir a primeira linha da tabela, a começar pelos juros:

$$J_1 = Sd_0 \cdot i = 80.000 \cdot 0{,}03 = 2.400{,}00$$

Com isso, podemos calcular a amortização:

$$A_1 = R_1 - J_1 = 17.468 - 2.400 = 15.068$$

E, por fim, o novo saldo devedor:

$$Sd_1 = Sd_0 - A_1 = 80.000 - 15.068 = 64.932$$

Na planilha fica assim:

Data	Saldo Devedor	Amortização	Juros	Prestação
0	R$ 80.000,00			
1	R$ 64.932,00	R$ 15.068,00	R$ 2.400,00	R$ 17.468,00
2	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
3	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
4	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
5	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -

Pronto! Para responder à questão basta calcular a porcentagem de Sd_1 em relação ao valor financiado Sd_0. Isso pode ser feito por regra de três:

$$\begin{matrix} 80.000 & - & 100\,\% \\ 64.932 & - & S\,\% \end{matrix}$$

Resolvendo, temos

$$80.0\cancel{00} \cdot S = 1\cancel{00} \cdot 64.932$$
$$S = \frac{64.932}{800}$$
$$S \cong 81{,}16$$

Portanto, $S > 81\%$.
Gabarito: E

2. (CESGRANRIO/CAIXA/Técnico Bancário/2012) Um imóvel de 100 mil reais é financiado em 360 prestações mensais, a uma taxa de juros de 1% ao mês, pelo Sistema de Amortização Francês (Tabela *Price*), gerando uma prestação de R$ 1.028,61.

Reduzindo-se o prazo do financiamento para 240 prestações, o valor de cada prestação é, em reais, aproximadamente,

Dado: $(1{,}01)^{-120} = 0{,}3$

a) 1.099,00;
b) 1.371,00;
c) 1.428,00;
d) 1.714,00;
e) 2.127,00.

✍ **Comentário:**
Nesta questão, não precisaremos construir planilha. Com relação ao Sistema de Amortização Francês, a única coisa que precisamos saber aqui é que as prestações são todas iguais. Então, queremos determinar R, sabendo que:

$$PV = 100.000$$
$$i = 1\%\ a.m.$$
$$n = 240$$

Daí, aplicando a fórmula do modelo básico, temos:

$$PV = R\frac{(1+i)^n - 1}{(1+i)^n \cdot i}$$
$$100.000 = R\frac{(1+0{,}01)^{240} - 1}{(1+0{,}01)^{240} \cdot 0{,}01}$$
$$100.000 = R\frac{1{,}01^{240} - 1}{1{,}01^{240} \cdot 0{,}01}$$

Temos um pequeno problema! Não sabemos quanto vale $1{,}01^{240}$. Entretanto, foi dado no enunciado que $1{,}01^{-120} = 0{,}3$.Fazendo algumas operações elementares,obtemos:

$$\frac{1}{1{,}01^{120}} = \frac{3}{10}$$
$$\frac{10}{3} = 1{,}01^{120}$$
$$\left(\frac{10}{3}\right)^2 = (1{,}01^{120})^2$$
$$\frac{100}{9} = 1{,}01^{120 \cdot 2}$$
$$\frac{100}{9} = 1{,}01^{240}$$

Pronto, agora vamos substituir esse valor lá na fórmula:

$$100.000 = R\frac{1{,}01^{240} - 1}{1{,}01^{240} \cdot 0{,}01}$$
$$100.000 = R\frac{\frac{100}{9} - 1}{\frac{100}{9} \cdot 0{,}01}$$
$$100.000 = R\frac{\frac{91}{9}}{\frac{1}{9}}$$
$$100.000 = R \cdot 91$$
$$R = \frac{100.000}{91} = 1.098{,}9$$

Sendo assim, a prestação foi reduzida em $\text{R\$}\ 1.098{,}90$, que é aproximadamente igual a $\text{R\$}\ 1.099{,}00$.
Gabarito: A

3. (CESPE/CAIXA/Técnico Bancário/2010) Uma dívida no valor de $\text{R\$}\ 10.000{,}00$, contraída pelo sistema francês de amortização (tabela *Price*), com juros de 1,29% ao mês, será paga em 4 prestações mensais. Nesse caso, considerando-se0,95como valor aproximado de $1{,}0129^{-4}$, cada prestação será igual a:

a) $\text{R\$}\ 2.620{,}00$;

b) R$ 2.610,00;
c) R$ 2.600,00;
d) R$ 2.590,00;
e) R$ 2.580,00.

✍ **Comentário:**
Temos:

$$PV = 10.000$$
$$i = 1{,}29\%\ a.m.$$
$$n = 4$$

e queremos determinar o valor das prestações. Como se trata do Sistema Francês, já sabemos que essas prestações são iguais e, portanto, podemos usar a fórmula do modelo básico:

$$PV = R\frac{(1+i)^n - 1}{(1+i)^n \cdot i}$$
$$10.000 = R\frac{(1+0{,}0129)^4 - 1}{(1+0{,}0129)^4 \cdot 0{,}0129}$$
$$10.000 = R\frac{1{,}0129^4 - 1}{1{,}0129^4 \cdot 0{,}0129}$$

Calcular o valor de $1{,}0129^4$ sem calculadora é um pouco trabalhoso. Porém, foi dado que $0{,}95 = 1{,}0129^{-4}$. Então, podemos usar essa informação para calcular $1{,}0129^4$:

$$0{,}95 = 1{,}0129^{-4}$$
$$\frac{95}{100} = \frac{1}{1{,}0129^4}$$
$$1{,}0129^4 = \frac{100}{95}$$

Substituindo na última equação, vem que:

$$10.000 = R\frac{\frac{100}{95} - 1}{\frac{100}{95} \cdot 0{,}0129}$$
$$10.000 \cdot 0{,}0129 = R\frac{\frac{5}{95}}{\frac{100}{95}}$$
$$129 = R\frac{5}{100}$$
$$R = \frac{129 \cdot 100}{5} = 129 \cdot 20 = 2.580$$

Portanto, a prestação é de R$ 2.580,00.
Gabarito: E

Sistema de Amortização Constante (SAC)

Já havíamos comentado que a principal característica do SAC são as amortizações constantes. Vimos, também, que isso implica no fato de as prestações serem de valores distintos (de fato, no SAC as prestações diminuem a cada período, e isso conquista muita gente na hora de fechar um contrato de financiamento). Portanto, não usamos a fórmula do modelo básico como fazemos no Sistema Francês. Aliás, nem precisamos de fórmulas para construir a planilha do SAC! Se as amortizações são todas iguais, então basta dividir o total financiado pelo número de parcelas/prestações e já temos o valor de cada amortização. Os juros são calculados do mesmo jeito que no Sistema Francês. E para obter o valor das prestações basta somar **amortização + juros**.
Para exemplificar, vamos reconstruir a Tabela 2, em que R$ 100.000,00 foi amortizado em cinco prestações com taxa de 1% ao mês. Logo, temos:

$$PV = 100.000$$
$$n = 5$$
$$i = 1\%\ a.m.$$

De acordo com o SAC, as amortizações são todas iguais a:

$$A = \frac{Sd}{n} = \frac{100.000}{5} = 20.000$$

Com isso já é possível completar boa parte da tabela.

Data	Saldo Devedor	Amortização	Juros	Prestação
0	R$ 100.000,00			
1	R$ 80.000,00	R$ 20.000,00	R$ -	R$ -
2	R$ 60.000,00	R$ 20.000,00	R$ -	R$ -
3	R$ 40.000,00	R$ 20.000,00	R$ -	R$ -
4	R$ 20.000,00	R$ 20.000,00	R$ -	R$ -
5	R$ -	R$ 20.000,00	R$ -	R$ -

Conforme já aprendemos antes:

$$J_1 = Sd_0 \cdot i = 100.000 \cdot 0{,}01 = 1.000$$
$$J_2 = Sd_1 \cdot i = 80.000 \cdot 0{,}01 = 800$$
$$\vdots$$
$$J_5 = Sd_4 \cdot i = 20.000 \cdot 0{,}01 = 200$$

Atualizando a tabela:

Data	Saldo Devedor	Amortização	Juros	Prestação
0	R$ 100.000,00			
1	R$ 80.000,00	R$ 20.000,00	R$ 1.000,00	R$ -
2	R$ 60.000,00	R$ 20.000,00	R$ 800,00	R$ -
3	R$ 40.000,00	R$ 20.000,00	R$ 600,00	R$ -
4	R$ 20.000,00	R$ 20.000,00	R$ 400,00	R$ -
5	R$ -	R$ 20.000,00	R$ 200,00	R$ -

Por fim, basta somar juros com amortização para completar a última coluna:

Data	Saldo Devedor	Amortização	Juros	Prestação
0	R$ 100.000,00			
1	R$ 80.000,00	R$ 20.000,00	R$ 1.000,00	R$ 21.000,00
2	R$ 60.000,00	R$ 20.000,00	R$ 800,00	R$ 20.800,00
3	R$ 40.000,00	R$ 20.000,00	R$ 600,00	R$ 20.600,00
4	R$ 20.000,00	R$ 20.000,00	R$ 400,00	R$ 20.400,00
5	R$ -	R$ 20.000,00	R$ 200,00	R$ 20.200,00

Pronto! Mais simples do que o Sistema Francês.

Um fato muito interessante é que as prestações diminuem segundo uma progressão aritmética (PA). No caso do exemplo que acabamos de ver, a razão é $r = -200$. Sendo assim, podemos usar as fórmulas de PA para determinar o valor de qualquer prestação a partir do terceiro período sem ter que construir toda a tabela. Veremos uma questão mais adiante que exemplificará isso.

✍Questões de concurso comentadas

1. (CESPE/BASA/Técnico Bancário/2010) Acerca de matemática financeira, julgue o item subsequente.

Se um empréstimo de $\text{R\$}\,1.000{,}00$ for quitado em 10 prestações, mensais e consecutivas, a juros de 2% ao mês, pelo sistema de amortização constante (SAC), e se a primeira prestação vencerá um mês após a contratação do empréstimo, então o valor da terceira prestação será igual a $\text{R\$}\,116{,}00$.

✍Comentário:

Temos os seguintes dados

$$PV = 1.000$$
$$n = 10$$
$$i = 2\%\ a.m.$$

Como se trata de SAC, temos todas as amortizações iguais a:

$$A = \frac{1.000}{10} = 100$$

Pede-se o valor da terceira prestação, e para determiná-la construiremos a planilha até a quarta linha. O procedimento é exatamente o mesmo do exemplo anterior.

Data	Saldo Devedor	Amortização	Juros	Prestação
0	R$ 1.000,00			
1	R$ 900,00	R$ 100,00	R$ 20,00	R$ 120,00
2	R$ 800,00	R$ 100,00	R$ 18,00	R$ 118,00
3	R$ 700,00	R$ 100,00	R$ 16,00	R$ 116,00

Portanto, a afirmativa é correta.

Gabarito: Certo

2. (Cesgranrio/BB/Escriturário /2010) Considere um financiamento de $\text{R\$}\,100.000{,}00$, sem entrada, a ser pago em 100 prestações mensais, pelo Sistema de Amortização Constante (SAC). Sabendo-se que a taxa de juros, no regime de juros compostos, é de 1% ao mês, a prestação inicial, se o prazo de pagamento for duplicado, será reduzida em:

a) 100%;
b) 50%;
c) 25%;
d) 10%;
e) 5%.

✍Comentário:

O objetivo é determinar o que acontece com o valor da primeira prestação caso o prazo de pagamento seja duplicado, isto é, se o número de prestações passar de 100 para 200.Podemos saber isso calculando o valor da primeira prestação nas duas situações.

1° caso: (100 prestações)

$$PV = 100.000$$
$$i = 1\%$$
$$n = 100$$

Como se trata do SAC:

$$A = \frac{100.000}{100} = 1.000$$

Daí:

Data	Saldo Devedor	Amortização	Juros	Prestação
0	R$ 100.000,00			
1	R$ 99.000,00	R$ 1.000,00	R$ 1.000,00	R$ 2.000,00

Portanto, nesse caso a primeira prestação é de $\text{R\$}\,2.000{,}00$.

2° caso: (200 prestações)

$$PV = 100.000$$
$$i = 1\%$$
$$n = 200$$

Como se trata do SAC:

$$A = \frac{100.000}{200} = 500$$

Logo:

Data	Saldo Devedor	Amortização	Juros	Prestação
0	R$ 100.000,00			
1	R$ 99.500,00	R$ 500,00	R$ 1.000,00	R$ 1.500,00

Portanto, nesse caso a primeira prestação é de $\text{R\$}\,1.500{,}00$.

Ou seja, ao duplicar o número de prestações o valor da primeira prestação passou de $\text{R\$}\,2.000{,}00$ para $\text{R\$}\,1.500{,}00$. Portanto, reduziu $\text{R\$}\,500{,}00$. Isso corresponde a uma redução de 25%. De fato:

$$2.000 \quad - \quad 100\%$$
$$500 \quad - \quad x\%$$
$$\Rightarrow 2.0\cancel{00}x = 1\cancel{00} \cdot 500 \Rightarrow x = \frac{500}{20} = 25$$

Gabarito: C

3. (CESPE/CAIXA/Técnico Bancário Administrativo/ 2010) Considerando que uma dívida no valor de $\text{R\$}\,12.000{,}00$, contraída pelo sistema de amortização constante (SAC), tenha sido paga em 6 prestações mensais e que o valor dos juros pagos na 5^a prestação tenha sido igual a $\text{R\$}\,80{,}00$, assinale a opção correta.

a) A taxa de juros cobrada nessa transação foi de 2% ao mês.
b) Todas as prestações foram de mesmo valor.
c) Após a 5^a amortização, o valor da dívida era de $\text{R\$}\,4.000{,}00$.
d) O valor dos juros pagos na 3^a prestação foi de $\text{R\$}\,200{,}00$.
e) A soma das 3^a e 6^a prestações foi igual a $\text{R\$}\,4.000{,}00$.

✍Comentário:

Como se trata do SAC, podemos imediatamente excluir a alternativa B. Para avaliar as demais, seria preciso construir a planilha do financiamento. Mas, note que não foi informada a taxa de juros da operação. É possível preencher vários campos da planilha mesmo não sabendo qual a taxa de juros adotada. Vejamos! Temos:

$$PV = 12.000$$
$$n = 6$$
$$i = ?$$

Com essas informações, já é possível determinar o valor das amortizações:

$$A = \frac{12.000}{6} = 2.000$$

Com isso, podemos completar as duas primeiras colunas da planilha. Além disso, foi dado no enunciado que $J_5 = 80{,}00$.

Data	Saldo Devedor	Amortização	Juros	Prestação
0	R$ 12.000,00			
1	R$ 10.000,00	R$ 2.000,00	R$ -	R$ -
2	R$ 8.000,00	R$ 2.000,00	R$ -	R$ -
3	R$ 6.000,00	R$ 2.000,00	R$ -	R$ -
4	R$ 4.000,00	R$ 2.000,00	R$ -	R$ -
5	R$ 2.000,00	R$ 2.000,00	R$ 80,00	R$ -
6	R$ -	R$ 2.000,00	R$ -	R$ -

Sabemos que:

$$J_5 = Sd_4 \cdot i$$

Então:

$$80 = 4.000 \cdot i \Rightarrow i = \frac{80}{4000} = \frac{2}{100} = 2\%$$

Portanto, a alternativa A está correta.

Gabarito: A

4. (ESAF/CVM/Analista de Mercado de Capitais/ 2010) Uma pessoa tomou um empréstimo imobiliário no valor de R$ 240.000,00 para ser pago em 120 prestações mensais pelo Sistema de Amortizações Constantes – SAC, a uma taxa de 1,5% ao mês, sem carência, vencendo a primeira prestação ao fim do primeiro mês, a segunda ao fim do segundo mês, e assim sucessivamente. Marque o valor mais próximo da décima segunda prestação.

a) R$ 5.270,00
b) R$ 5.420,00;
c) R$ 5.300,00;
d) R$ 5.360,00;
e) R$ 5.330,00.

✍**Comentário:**

Comecemos a construção da planilha com os dados fornecidos:

$$PV = 240.000$$
$$n = 120$$
$$i = 1{,}5\%\ a.m.$$

Como estamos no SAC, as amortizações são de:

$$A = \frac{240.000}{120} = 2.000$$

Assim, podemos proceder como nas questões anteriores e preencher a tabela até a quarta linha sem dificuldades:

Data	Saldo Devedor	Amortização	Juros	Prestação
0	R$ 240.000,00			
1	R$ 238.000,00	R$ 2.000,00	R$ 3.600,00	R$ 5.600,00
2	R$ 236.000,00	R$ 2.000,00	R$ 3.570,00	R$ 5.570,00
3	R$ 234.000,00	R$ 2.000,00	R$ 3.540,00	R$ 5.540,00

Agora, lembre-se do comentário que fizemos anteriormente sobre o fato de as prestações no SAC diminuírem em PA. Note que até a quarta linha já percebemos que no caso desta questão as prestações diminuem de 30 em 30, ou seja, a PA tem razão $r = -30$. Além disso, temos $a_1 = 5.600$ e queremos a_{12}. A fórmula que nos ajudará é a seguinte:

$$a_n = a_1 + (n-1)r$$

Substituindo os dados que temos, resulta:

$$a_{12} = 5.600 + (12-1)(-30) = 5.600 - 11 \cdot 30$$
$$= 5.600 - 330 = 5.270$$

Pronto! A décima segunda prestação é de $R_{12} =$ R$ 5.270,00.

Certamente, isso é bem menos trabalhoso do que construir a tabela até a décima terceira linha.

Gabarito: A

Cálculo financeiro: custo real efetivo de operações de financiamento, empréstimo e investimento.

Ao trabalhar com finanças é muito comum a gente se deparar com situações em que são oferecidas mais de uma proposta e de modo que somos forçados a fazer uma escolha. Antes de comprar um carro por meio de um financiamento, por exemplo, não é difícil encontrar-se diversas propostas com taxas de juros diferentes, variados números de parcelas, com entrada, sem entrada... E assim vai. Em situações como essa é muito comum as pessoas fazerem escolha com base apenas no valor das prestações. Isso é um equívoco! O que deve ser avaliado de fato é custo da operação, que em geral pode ser expresso na forma de uma taxa. O mesmo vale para propostas de investimentos e empréstimos. O problema é que calcular o custo de uma operação financeira pode não ser muito simples. Principalmente se o número de prestações for grande.

Para ficar mais claro, imaginemos que alguém tomou um empréstimo de $R\$1.000{,}00$ e um mês depois pagou $R\$1.100{,}00$ para quitar sua dívida. Então, essa operação teve um custo $R\$100{,}00$, isto é, um custo de $10\%a.m.$. Essa taxa pode ser calculada usando a fórmula do montante:

$$M = C(1+i)^n$$
$$1.100 = 1.000(1+i)^1 \rightarrow i = 0{,}10 = 10\%a.m.$$

Isso mostra que podemos medir o custo através da taxa que está sendo cobrada na operação. Mas, veja bem! O custo não é necessariamente a taxa de juros da operação. De fato, se na mesma situação do empréstimo fosse cobrado, além dos $R\$100{,}00$ de juros, mais $R\$20{,}00$ para cobrir despesas administrativas, aplicando a fórmula do montante, teríamos

$$M = C(1+i)^n$$
$$1.120 = 1.000(1+i)^1 \rightarrow i = 0{,}12 = 12\%a.m.$$

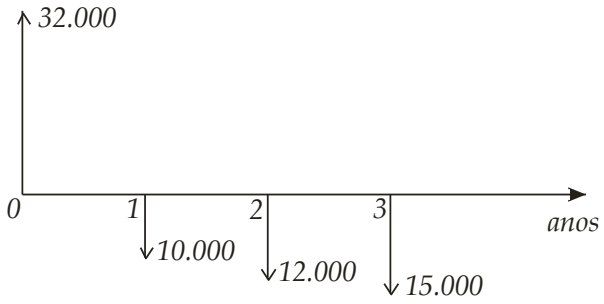
Ou seja, o custo da operação foi de $12\%a.m.$. Isso é o que chamamos de *custo efetivo* ou *custo real* de uma operação. Ele sempre será maior ou igual à taxa de juros e estritamente maior quando outras taxas estiverem sendo cobradas. Essa discussão deixa claro que para avaliar

propostas de empréstimos, financiamentos ou investimentos o ideal é estudar o custo efetivo da operação. Veremos adiante que em determinados contextos o custo efetivo também recebe o nome de *taxa interna de retorno* ou simplesmente TIR.

Consideremos outra situação sendo que neste caso o capital inicial é distribuído no tempo em mais de uma parcela.

Exemplo: Uma empresa adquiriu uma máquina cujo valor a vista é $R\$32.000,00$. Por não ter capital disponível na data da aquisição, a empresa negociou com uma instituição financeira e decidiu pagar a máquina em três prestações de $R\$10.000,00$, $R\$12.000,00$ e $R\$15.000,00$, com vencimentos para o final do primeiro, segundo e terceiro ano, respectivamente.

O fluxo de caixa da empresa pode ser representado através da figura. Lembre-se que flechas para cima indicam entradas de capital no caixa (recebimentos) e flechas para baixo indicam saídas de capital do caixa (pagamentos).



Notemos que a soma das prestações resulta em $R\$37.000,00$. Maior que o valor a vista da máquina. Isso sugere que alguns tipos de encargos estão sendo cobrados pela instituição que concedeu o financiamento. Nesses encargos podem estar incluídos juros, impostos, taxas administrativas, entre outras. Agora, uma pergunta natural é: qual a taxa que torna as duas formas de pagamento equivalentes? Ou seja, qual é a taxa que aplicada ao capital de $R\$32.000,00$ resulta nas três prestações?

Para responder essa pergunta, é preciso igualar os dois conjuntos de capitais. E isso só pode ser feito após "levarmos" todos os capitais para a mesma data, que denominamos *data focal*.

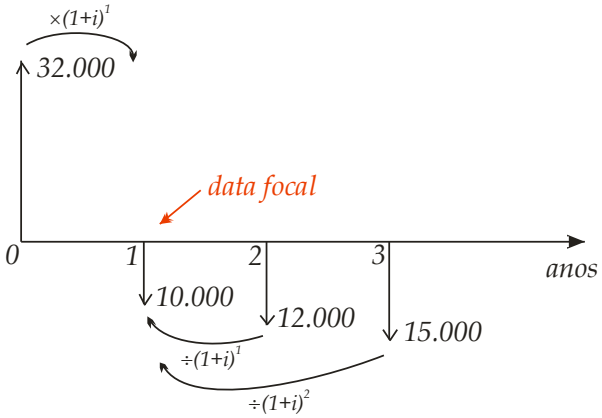
Vale lembrar que

- para "levar" um capital n períodos para o passado basta dividi-lo por $(1+i)^n$ e
- para "levar" um capital n períodos para o futuro basta multiplicá-lo por $(1+i)^n$.

Aqui, i representa a taxa que é a incógnita do nosso problema.

Assim, escolhendo a data focal como sendo a data 1, por exemplo, temos a seguinte equação:

$$32.000 \times (1+i)^1 = 10.000 + \frac{12.000}{(1+i)^1} + \frac{15.000}{(1+i)^2}$$



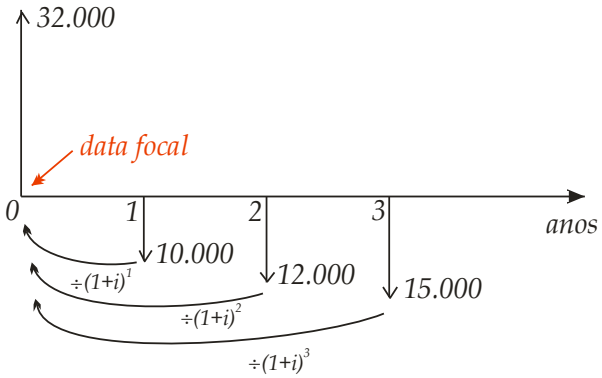
Perceba que o capital $R\$10.000,00$ não foi multiplicado nem dividido, pois já se encontra sobre a data focal e não precisou ser "deslocado" no tempo. Desenvolvendo-se a equação obtém-se

$$32i^3 + 86i^2 + 64i - 5 = 0$$

Portanto, a taxa que procuramos é raiz dessa equação. O problema é que não temos uma maneira simples de resolvê-la sem usar um computador. Mas, não se assuste! Nem um concurso vai exigir isso de você. Usando um computador encontra-se $i = 0{,}0711$, isto é, a taxa procurada é $i = 7{,}11\%\ a.a.$ ($a.a.$=ao ano). Em questões de concurso que têm alternativas, pode ser uma boa ideia procurar a taxa pelo método de tentativas.

Se tivéssemos escolhido a data focal como sendo a data zero (veja a figura a seguir) teríamos

$$32.000 = \frac{10.000}{(1+i)^1} + \frac{12.000}{(1+i)^2} + \frac{15.000}{(1+i)^3}$$



Ao se desenvolver essa equação chega-se ao mesmo resultado de antes:

$$32i^3 + 86i^2 + 64i - 5 = 0$$

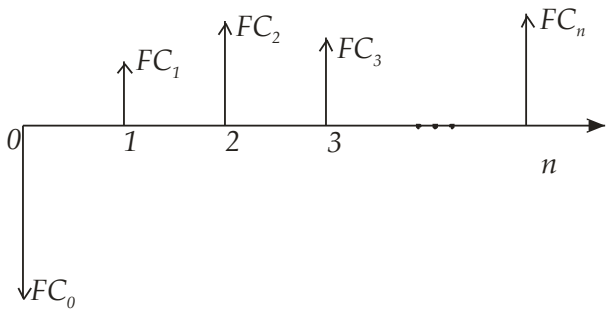
Ou seja, o resultado independe da data focal adotada. Mesmo assim, no contexto que estamos trabalhando, é mais conveniente adotar a data zero como data focal.

Até aqui já adquirimos uma boa noção de custo efetivo, já mencionamos a taxa interna de retorno e sabemos como deslocar capitais no tempo. Agora, vamos introduzir o conceito de *valor presente líquido* para definir com mais precisão a taxa interna de retorno. É com base nesses conceitos que vamos fazer análise de investimentos, empréstimos e financiamentos.

Valor presente líquido (VPL)

Trata-se de uma técnica de análise de investimentos que consiste em calcular e interpretar o número que chamamos de VPL. Esse número é calculado a partir de um fluxo de caixa e de uma taxa dada.

Considere um fluxo de caixa genérico como na figura a seguir e uma taxa i.



A flecha da data zero representa um investimento inicial e as flechas seguintes representam retornos de capitais gerados pelo investimento. Se fosse uma operação de empréstimo as flechas estariam invertidas como no exemplo anterior. Com base nessas informações, definimos

$$VPL = \frac{FC_1}{(1+i)^1} + \frac{FC_2}{(1+i)^2} + \cdots + \frac{FC_n}{(1+i)^n} - FC_0$$

Ou seja, o VPL é a diferença entre o somatório dos valores atuais de todos os fluxos de caixa e o valor do investimento inicial. A interpretação desse número é a seguinte:

- VPL maior que zero significa que para a taxa considerada o investimento é vantajoso, pois o valor presente dos retornos superam o valor do investimento.
- VPL menor que zero significa que para a taxa considerada o investimento não é favorável, visto que o valor presente dos retornos não superou o valor do investimento.
- VPL igual a zero significa que a taxa em questão é exatamente a *taxa de retorno*.

Vemos às questões de concurso.

✍ **Questão de concurso comentada**

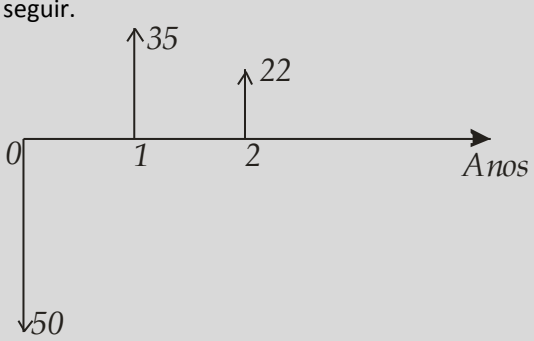
1. (CESGRANRIO/CEF/Técnico bancário/2008) A tabela abaixo apresenta o fluxo de caixa de um certo projeto.

Valor (Milhares de reais)	– 50	35	22
Período (anos)	0	1	2

A taxa interna de retorno é igual a

a) 10%
b) 12%
c) 15%
d) 18%
e) 20%

✍ **Comentário:**
O fluxo de caixa foi dado na forma de tabela. Para entender melhor vejamos sua representação na figura a seguir.



O problema pede a taxa de retorno, ou seja, a taxa que anula o VPL. Isso significa que devemos resolver a equação

$$VPL = 0$$
$$\frac{35}{(1+i)^1} + \frac{22}{(1+i)^2} - 50 = 0$$

Desenvolvendo o lado esquerdo da equação temos

$$\frac{35(1+i) + 22 - 50(1+i)^2}{(1+i)^2} = 0$$

Daí implica

$$35(1+i) + 22 - 50(1+i)^2 = 0$$
$$35 + 35i + 22 - 50(1 + 2i + i^2) = 0$$
$$35i + 57 - 50 - 100i - 50i^2 = 0$$
$$-50i^2 - 65i + 7 = 0$$
$$50i^2 + 65i - 7 = 0$$

Essa é uma equação do segundo grau. Então, poderíamos calcular as raízes usando a fórmula

$$i = \frac{-b \pm \sqrt{b^2 - 4ac}}{2a}$$

Mas, nesse caso os cálculos seriam muito trabalhosos. Sendo assim, vamos fazer por tentativa. Afinal, temos

apenas cinco alternativas! Substituindo $i = 10\% = 0{,}1$, (que é a primeira alternativa) na equação temos

$$50i^2 + 65i - 7 = 50 \cdot 0{,}1^2 + 65 \cdot 0{,}1 - 7$$
$$= 50 \cdot 0{,}01 + 6{,}5 - 7 = 0{,}5 + 6{,}5 - 7$$
$$= 7 - 7 = 0$$

Ótimo! A primeira tentativa deu certo! A taxa $i = 10\%a.a.$ satisfaz a equação, ou seja, essa é a taxa de retorno.

Gabarito: A

No contexto da questão anterior, a empresa tem uma proposta de projeto que requer um investimento inicial de \$50 mil, e prevê retornos de \$35 e \$22 mil para o primeiro e segundo período. Nossos cálculos mostraram que a taxa de retorno do projeto é de $10\%a.a.$, ou seja, a taxa de lucratividade proporcionada pelo investimento é de $10\%a.a.$. Perceba que, como estamos tratando de investimento, temos um lucro percentual. Diferente do que aconteceu no exemplo dado no texto, em que uma empresa fez um empréstimo para adquirir uma máquina e teve um custo percentual de $7{,}11\%a.a.$. Na verdade só muda o contexto e a interpretação, porque a forma de fazer os cálculos é o mesmo.

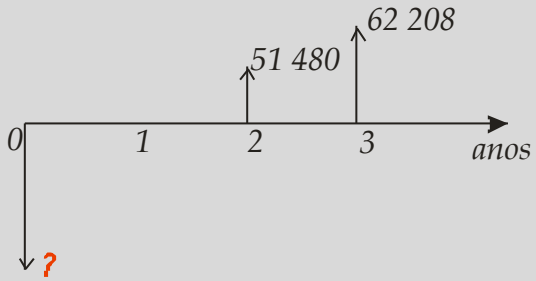
✍ Questão de concurso comentada

1. (FCC/Banco do Brasil/Escriturário/2010) Uma máquina com vida útil de 3 anos é adquirida hoje (data 0) produzindo os respectivos retornos: $R\$\ 0{,}00$ no final do primeiro ano, $R\$\ 51.480{,}00$ no final do segundo ano e $R\$\ 62.208{,}00$ no final do terceiro ano. O correspondente valor para a taxa interna de retorno encontrado foi de 20% ao ano. Então, o preço de aquisição da máquina na data 0 é de

a) $R\$\ 71.250{,}00$.
b) *R$ 71.500,00.*
c) *R$ 71.750,00.*
d) *R$ 78.950,00.*
e) *R$ 86.100,00.*

✍Comentário:

A primeira coisa a fazer é representar nosso problema através de um fluxo de caixa:



Não colocamos seta na data 1, pois o retorno nessa data foi de $R\$\ 0{,}00$.

De acordo com nosso fluxo e com o enunciado do problema temos:

$FC_1 = 0, FC_2 = 51\,480, FC_3 = 62\,208$ e $i = 20\% = 0{,}2$

Como a máquina foi adquirida na data zero devemos encontrar FC_0. Usando a fórmula do VPL temos:

$$VPL = \frac{0}{(1+0{,}2)^1} + \frac{51\,480}{(1+0{,}2)^2} + \frac{62\,208}{(1+0{,}2)^3} - FC_0$$

Visto que a taxa utilizada é a própria taxa de retorno concluímos que o VPL é zero. Assim, podemos arrumar nossa equação, isolando FC_0 e fazendo $VPL = 0$:

$$FC_0 = \frac{51\,480}{(1{,}2)^2} + \frac{62\,208}{(1{,}2)^3}$$
$$FC_0 = \frac{51\,480}{1{,}44} + \frac{62\,208}{1{,}728}$$
$$FC_0 = 35\,750 + 36\,000$$
$$FC_0 = 71\,750$$

Logo, o preço de aquisição da máquina na data 0 é $R\$\ 71.750{,}00$.

Gabarito: C

Com o que foi exposto até agora podemos concluir que para decidir entre dois projetos, basta comparar as taxas de retorno de cada um. Se tratando de investimentos, o projeto que apresentar a maior taxa é o mais atrativo. Se tratando de empréstimos ou financiamentos, o projeto que apresentar a menor taxa é o mais atrativo.

Existe outra maneira de analisar projetos que consiste em calcular o VPL a partir de uma taxa pré-fixada. Neste caso, o projeto mais atrativo é aquele que apresenta o maior VPL. Além disso, se o VPL for menor que zero o projeto é considerado inviável. Isso faz sentido porque a taxa pré-fixada para esse tipo de cálculo é tomada como sendo a maior taxa disponível para investimentos no mercado. Esta recebe o nome de *taxa mínima de atratividade*. Por exemplo, digamos que uma empresa disponha de 30 mil reais para investir. Suponhamos que ela tem como alternativa comprar títulos do governo (títulos do Tesouro Direto) e que este remunera a taxa de $11\%a.a.$. Sendo assim, a empresa não tem motivos para querer investir em um projeto que promete uma taxa de retorno menor que $11\%a.a.$, ou seja, uma taxa de retorno menor que a taxa mínima de atratividade.

✍ Questão de concurso comentada

1. (CESPEUnB/BRB/Escriturário/2011) Julgue os itens seguintes, referentes a taxa de retorno e avaliação de alternativas de investimento.

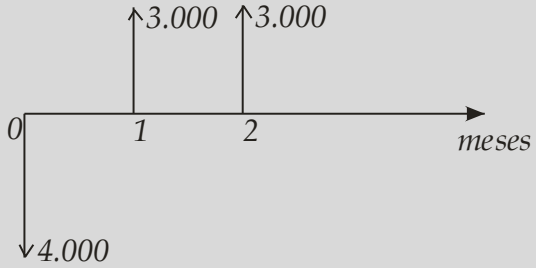
A escolha de um projeto envolve a comparação das alternativas de investimento e dos parâmetros de rentabilidade. Nesse sentido, um projeto será financeiramente recomendável em relação a outros investimentos se a taxa mínima de atratividade for superior à taxa interna de retorno.

✍ **Comentário:**
Evidentemente essa afirmativa esta errada. Vimos que para um projeto ser viável é preciso que a taxa de retorno supere a taxa mínima de atratividade.
Gabarito: Errado

2. (CESPEUnB/BRB/Escriturário/2011) Julgue os itens seguintes, referentes a taxa de retorno e avaliação de alternativas de investimento.

Considerando que o investimento de $R\$\,4.000{,}00$ tenha rendido o pagamento de $R\$\,3.000{,}00$ ao final do primeiro mês e $R\$\,3.000{,}00$ ao final do segundo mês, e que $7{,}55$ seja o valor aproximado para $\sqrt{57}$, então a taxa interna de retorno desse investimento foi superior a 35% ao mês.

✍ **Comentário:**
Comecemos observando o fluxo de caixa que está representado na figura a seguir.



Já sabemos que a taxa de retorno é aquela que anula o VPL. Então, temos que resolver a equação

$$VPL = \frac{FC_1}{(1+i)^1} + \frac{FC_2}{(1+i)^2} - FC_0 = 0$$

$$\frac{3.000}{(1+i)^1} + \frac{3.000}{(1+i)^2} - 4.000 = 0$$

Dividindo por 1.000e desenvolvendo resulta

$$\frac{3}{(1+i)^1} + \frac{3}{(1+i)^2} - 4 = 0$$

$$\frac{3(1+i) + 3 - 4(1+i)^2}{(1+i)^2} = 0$$

$$3 + 3i + 3 - 4(1 + 2i + i^2) = 0$$

$$3i + 6 - 4 - 8i - 4i^2 = 0$$

$$-4i^2 - 5i + 2 = 0$$

$$4i^2 + 5i - 2 = 0$$

Neste caso não temos alternativas e, portanto, o método de tentativa não se mostra o mais eficiente. Mas, precisamos resolver a equação para determinar a taxa e saber se a afirmativa é verdadeira. Como se trata de uma equação do segundo grau, podemos fazer

$$i = \frac{-b \pm \sqrt{b^2 - 4ac}}{2a} = \frac{-5 \pm \sqrt{5^2 - 4 \cdot 4 \cdot (-2)}}{2 \cdot 4}$$

$$= \frac{-5 \pm \sqrt{25 + 32}}{8} = \frac{-5 \pm \sqrt{57}}{8}$$

Lembrando que o enunciado fornece $\sqrt{57} = 7{,}55$, temos

$$i = \frac{-5 \pm 7{,}55}{8}$$

Assim, resulta

$$i = \frac{-12{,}55}{8} \text{ ou } i = \frac{2{,}55}{8}$$

A primeira raiz é negativa e não pode representar uma taxa. Logo, a taxa de retorno só pode ser

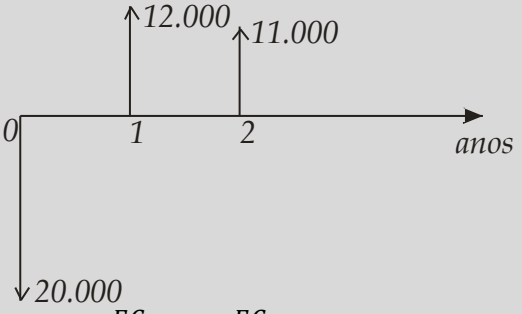
$$i = \frac{2{,}55}{8} = 0{,}318 = 31{,}8\%a.m.$$

Gabarito: Errado

3. (CESPE-UnB/BRB/Escriturário/2010) Julgue os itens a seguir, acerca de custo efetivo, taxas de retorno e rendas.

Considere que uma empresa tenha feito um investimento de $R\$\,20.000{,}00$, para obter fluxos futuros de $R\$\,12.000{,}00$ e $R\$\,11.000{,}00$, respectivamente, ao final de cada um dos dois próximos anos. Nesse caso, se a taxa de juros de mercado for inferior a 9% ao ano, o investimento será rentável.

✍ **Comentário:**
Mais uma vez estamos diante de um projeto de investimento. Neste caso tem-se um investimento inicial de 20 mil e dois retornos de 12 e 11 mil. Precisamos decidir se o investimento é viável ou não sabendo que a melhor alternativa de investimento no mercado não paga mais que $9\%a.a.$. Ou seja, devemos tomar como taxa mínima de atratividade a taxa de $9\%a.a.$. Então, vamos calcular o VPL. Para nos auxiliar segue o fluxo de caixa representado na figura.



$$VPL = \frac{FC_1}{(1+i)^1} + \frac{FC_2}{(1+i)^2} - FC_0$$

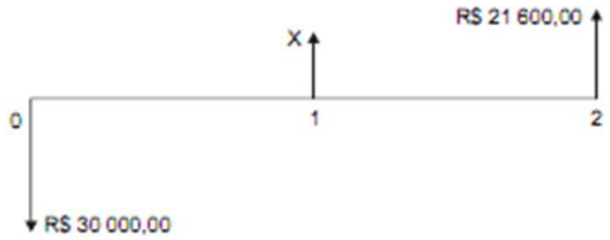
$$= \frac{12.000}{(1+0{,}09)^1} + \frac{11.000}{(1+0{,}09)^2} - 20.000$$

$$= \frac{12.000}{1{,}09} + \frac{11.000}{1{,}09^2} - 20.000$$

$$= 267{,}65$$

Portanto, como o VPL é maior que zero, podemos afirmar que o projeto será rentável.
De fato, fazendo-se os cálculos é possível constatar que a taxa interna de retorno é de $10\%a.a.$, isto é, a taxa interna de retorno supera a taxa mínima de atratividade que é de apenas $9\%a.a.$. O que também justifica o fato de o projeto ser viável.
Gabarito: Certo

4. (FCC/Banco do Brasil/Escriturário/2006) O gráfico a seguir representa o fluxo de caixa referente a um projeto de investimento com a escala horizontal em anos.



Se a taxa interna de retorno correspondente é igual a 20% ao ano, então X é igual a

a) $R\$21\,600{,}00$
b) $R\$20\,000{,}00$
c) $R\$18\,000{,}00$
d) $R\$15\,000{,}00$
e) $R\$14\,400{,}00$

✍ **Comentário:**
Neste caso foi dado que a taxa interna de retorno é $20\% a.a. = 0{,}20\ a.a.$ de modo que devemos ter $VPL = 0$. Isto é,

$$VPL = \frac{FC_1}{(1+i)^1} + \frac{FC_2}{(1+i)^2} - FC_0 = 0$$

$$\frac{X}{(1+0{,}20)^1} + \frac{21\,600}{(1+0{,}20)^2} - 30\,000 = 0$$

$$\frac{X}{1{,}2} + \frac{21\,600}{1{,}2^2} - 30\,000 = 0$$

$$\frac{X}{1{,}2} + \frac{21\,600}{1{,}44} - 30\,000 = 0$$

$$\frac{X}{1{,}2} + 15\,000 - 30\,000 = 0$$

$$\frac{X}{1{,}2} - 15\,000 = 0$$

$$X = 15\,000 \cdot 1{,}2 = 18\,000$$

Gabarito: C

Números e grandezas proporcionais: razões e proporções; divisão em partes proporcionais

Razão e proporção

Autor: Asteroide Santana

Inconscientemente, fazemos cálculos envolvendo razões e proporções todos os dias. Por exemplo, imagine que você vai ao mercado para comprar um quilo de tomate. Para tanto, você pegou $R\$4{,}00$ em cima da estante e nem se preocupou em pegar a carteira. Ao chegar à seção de hortifrúti, você toma aquele susto: o preço do tomate subiu! Passou de $R\$3{,}90$ para $R\$8{,}00$!!! Para que a viagem não seja em vão, você decide levar o máximo de tomate que pode (dessa vez, a receita vai ter que ser completada com aquele extrato esquecido no congelador desde o mês passado...). Quantos quilos de tomate você leva para casa nessas condições? Nem precisa de papel, caneta ou calculadora para responder essa pergunta, não é mesmo? Um cálculo desse tipo é feito sem qualquer esforço, naturalmente. É provável que uma conta parecida você fizesse em casa para decidir quanto de extrato usar para compensar a falta de tomates.

Agora você argumenta: "Mas eu não vou encontrar uma questão tão simples assim em uma prova de concurso". Talvez não. Certamente você vai encontrar questões mais elaboradas ou, pelo menos, envolvendo valores mais chatos de se trabalhar. Contudo, o raciocínio a ser empregado é o mesmo. A diferença é que, a fim de tornar seu raciocínio mais eficiente, nós vamos formalizar o método que você usa no supermercado e, assim, tornar-se-á possível resolver problemas mais sofisticados com pouco esforço.

Neste sentido, precisamos saber o que é uma razão, mais precisamente o que é uma razão de dois números.

Diferente do que você possa estar imaginando, *uma **razão** é simplesmente um cociente, uma fração cujo denominador é não nulo*. Por exemplo, a razão entre os números 3 e 4, nesta ordem, é o número $\frac{3}{4}$, que, se você preferir, pode ser escrita como $0{,}75$. Só isso?! Sim, somente isso!

O interessante é observar que o número $0{,}75$ pode ser obtido a partir de outras razões. Por exemplo, a razão entre 6 e 8 também é $0{,}75$. Ou seja,

$$\frac{3}{4} = 0{,}75 \ \ e \ \ \frac{6}{8} = 0{,}75.$$

Logo, concluímos que

$$\frac{3}{4} = \frac{6}{8}.$$

E isso é o que chamamos de **proporção**! Ou seja, *uma proporção é uma igualdade de razões!* Você vai ter que admitir que é bem mais simples que você imaginava...

Observe ainda que outras proporções podem ser obtidas multiplicando-se o numerador e o denominador de uma das duas razões acima por qualquer número diferente de zero. Por exemplo, ao multiplicarmos 3 e 4 por 5 a razão $\frac{3}{4}$ se torna

$$\frac{3 \cdot 5}{4 \cdot 5} = \frac{15}{20}$$

e sabemos que ainda vale a igualdade

$$\frac{3}{4}=\frac{15}{20}.$$

Obtemos, assim, uma nova proporção. Desse jeito, podem-se criar tantas proporções quanto se queira:

$$\frac{3}{4}=\frac{6}{8}=\frac{15}{20}=\frac{1{,}5}{2}=\frac{30}{40}=\cdots$$

De forma genérica, consideremos os números a, b, c e d, supondo b e d diferentes de zero. Suponhamos que esses quatro números obedecem à seguinte proporção:

$$\frac{a}{b}=\frac{c}{d}$$

Nesse caso, dizemos que "a está para b assim como c está para d". Isso é apenas uma terminologia que pode nos ajudar na hora de interpretar os problemas que nos esperam. Vou mostrar como usá-la:

Lembra a história do tomate? Pois é... Naquela situação, tínhamos que 1 quilo de tomate custava 8 reais e queríamos decidir quantos quilos de tomate, digamos x, podia-se comprar com 4 reais. Podemos descrever essa situação assim: "1 quilo está para 8 reais assim como x quilos está para 4 reias". Ou ainda,

$$\frac{1}{8}=\frac{x}{4}$$

Observe que, ao resolver esta equação, obtemos exatamente o que nossa intuição sugere:

$$1\cdot 4=8\cdot x\Rightarrow 4=8x\Rightarrow x=\frac{4}{8}=\frac{1}{2}=0{,}5\ kg$$

Ou seja, com $R\$4{,}00$ é possível comprar meio quilo de tomate.

Você pode estar meio descontente porque eu fiz meia tonelada de contas para chegar ao mesmo resultado que você havia encontrado da primeira vez, sem esforço algum. De fato, não havia necessidade de formalizar esse problema, justamente porque ele era muito simples. Mas vamos mudar alguns detalhes. Suponha que você foi ao mercado com apenas $R\$2{,}00$ e que o preço não havia sofrido reajuste, isto é, o tomate ainda custava $R\$3{,}90$. Exatamente quanto (quilos e gramas) de tomate você conseguiria levar para casa nessa situação?

Aaahhaaaa! Desta vez a resposta não veio tão fácil! Certamente você pensou "Humm... Consigo comprar um pouquinho mais de meio quilo... Porque se custasse $R\$4{,}00$ o quilo, eu levaria meio, e como é mais barato que isso, eu posso levar um pouquinho a mais...". Se você pensou assim, perfeito! Está tudo correto. O único problema que eu pedi *EXATAMENTE quanto* você conseguiria levar para casa. Por que eu haveria de querer saber EXATAMENTE quanto? Adivinha? Porque você está estudando para um concurso. E, em uma prova de concurso, saber a resposta aproximada, na maioria das vezes, não ajuda muito. Para determinar a solução precisa, vamos proceder como antes: "$1kg$ está para $R\$3{,}90$ assim como x está para $R\$2{,}00$". Donde,

$$\frac{1}{3{,}90}=\frac{x}{2}$$

Segue que:

$$1\cdot 2=3{,}90\cdot x\Rightarrow 2=3{,}90x\Rightarrow x=\frac{2}{3{,}90}$$

Depois de multiplicar o numerador e o denominador por 100 para eliminar a vírgula e fazer as devidas simplificações, obtemos

$$x=\frac{200}{390}=\frac{20}{39}=0{,}512kg$$

Ou seja, com $R\$2{,}00$ é possível comprar 512 gramas de tomate.

Obs: Se, em vez de usar a frase, "$1kg$ está para $R\$3{,}90$ assim como x está para $R\$2{,}00$", você usar a frase "$R\$3{,}90$ está para $1kg$ assim como $R\$2{,}00$ está para x", você estará simplesmente invertendo as frações, isto é, trocando

$$\frac{1}{3{,}90}=\frac{x}{2}$$

por

$$\frac{3{,}90}{1}=\frac{2}{x}$$

Felizmente, isso não altera o resultado porque, apesar de estar escrita de uma forma diferente, a equação é a mesma! O que realmente importa é *relacionar as grandezas corretamente e usar a mesma unidade de medida para grandezas correspondentes*.

✍ Questão de concurso comentada

1. (FCC/TRF – 2º Região/Técnico Judiciário/2012) Duas empresas X e Y têm, respectivamente, 60 e 90 funcionários. Sabe-se que, certo dia, em virtude de uma

greve dos motoristas de ônibus, apenas 42 funcionários de X compareceram ao trabalho e que, em Y, a frequência dos funcionários ocorreu na mesma razão. Nessas condições, quantos funcionários de Y faltaram ao trabalho nesse dia?

a) 36.
b) 33.
c) 30.
d) 27.
e) 20.

✍ **Comentário:**
A frequência dos funcionários na empresa Xocorreu na razão de 42 para 60, isto é, apenas 42 dos 60 funcionários compareceram no trabalho naquela ocasião. Ou ainda, na empresa X, podemos dizer que "42 está para 60''.
Quanto à empresa Y,sabemos o total, 90, mas não sabemos o número de funcionários que compareceram para o trabalho naquele dia. Aliás, nossa missão consiste em determinar o número de funcionários que NÃO compareceram para o trabalho naquele dia. Mas, tendo em vista os dados que temos, vamos primeiro determinar o número de funcionários que compareceram, número esse que vamos representar por y (minúsculo).
Assim, podemos dizer que, na empresa Y , a frequência de funcionários ocorreu na razão de y para 90, isto é, "y está para 90".
Por fim, o enunciado diz que a frequência naquele dia, nas duas empresas, ocorreu na mesma razão, ou seja, "42 está para 60 assim como y está para 90". Em forma de equação, isso pode ser traduzido como

$$\frac{42}{60} = \frac{y}{90}$$

Que, ao resolver, resulta

$$y = \frac{42}{6\cancel{0}} \cdot 9\cancel{0} = \frac{42 \cdot 9}{6} = \frac{42 \cdot 3}{2} = 21 \cdot 3 = 63$$

Portanto, 63 funcionários compareceram ao trabalho na empresa Y, no dia em questão. Logo, faltaram ao serviço

$$90 - 63 = 27$$

funcionários.
Gabarito: D

Razão e proporção X regras de três

Basicamente, tudo o que fazemos aqui pode ser tratado com *regra de três*. Justamente porque a regra de três é uma técnica, um método, que permite trabalhar com razões e proporções de uma maneira prática, porém pouco intuitiva. Por isso, talvez, você já tenha se perguntado: "por que esse negócio de colocar uma grandeza em baixo da outra e multiplicar cruzado funciona?". Funciona porque, ao usar regra de três, você está fazendo, de forma mecânica, todo o processo de formalização que nós fizemos no exemplo anterior; e, ao "multiplicar cruzado", você cai diretamente na equação que nós resolvemos no último parágrafo da resolução anterior. Existe algum problema nisso? Não! Não existe problema algum. Acredito que não existe prejuízo em usar regra de três. O que existe, de fato, é benefício em entender o que está por de trás da regra. Isso ajuda muito no processo de interpretação dos enunciados que, diga-se de passagem, é o calcanhar de Aquiles da maioria dos concursandos. Nessa parte da apostila, vamos dar preferência à construção do ponto de vista de razões e proporções, mas fique à vontade para usar regra de três sempre que achar conveniente.

Grandezas diretamente e inversamente proporcionais

É muito válido ter um bom entendimento do que vem a ser grandezas diretamente e inversamente proporcionais. Isso aparece com muita frequência em questões de concurso e, em geral, as pessoas entendem simplesmente como inverter flechinhas. Eu insisto muito na importância de entender as coisas porque acredito que uma ideia, um raciocínio bem compreendido, pode ser aplicada em uma infinidade de situações, não só em Matemática, mas em qualquer área no conhecimento e, principalmente, na vida. Por outro lado, regras e macetes, apesar de facilitarem muito nossas vidas, aplicam-se a casos extremante particulares e restritos. Com isso, não quero dizer que você deve abrir mão dos macetes e regras. Bem pelo contrário, estou dizendo que, de fato, eles facilitam nossas vidas. O que eu quero enfatizar mesmo é a importância de procurar ENTENDER as coisas. Eu diria que uma pessoa inteligente não é aquela que tem uma infinidade de informações decoradas. Uma pessoa inteligente é aquela que sabe pensar. Pense nisso!

Voltando à questão das grandezas diretamente e inversamente proporcionais, imagine uma caixa d'água e uma torneira despejando água dentro dessa caixa. Suponha que o fluxo de água que sai da torneira não mude. Isso significa que o tempo que você levaria para encher um copo de água aparando debaixo da torneira a partir de um dado instante, seria o mesmo tempo que você levaria para encher esse mesmo copo a partir de qualquer outro instante, ou seja, a água escorre de forma constante. Temos duas grandezas em questão, a saber, tempo e volume. Observe que, devido às suposições que

acabamos de fazer, o volume de água na caixa depende *proporcionalmente* do tempo em que a torneira ficou aberta. Por exemplo, se dobrar o tempo, dobra também o volume; se triplicar o tempo, triplica também o volume. Não importa o fator pelo qual você multiplique a grandeza tempo, a grandeza volume será multiplicada por esse mesmo fator. Isso é proporcionalidade. Se você olhar o volume como uma função do tempo, o gráfico dessa função será uma reta.

Agora, imagine que existem outras torneiras iguaizinhas à primeira e prontas para despejar água na caixa. O que acontece com o tempo total de enchimento se abrirmos uma segunda torneira? Ora! É claro que o tempo vai diminuir pela metade! Se uma torneira enche a caixa em uma hora, duas enchem em meia hora. E se abrirmos seis torneiras ao mesmo tempo? Nesse caso, a caixa enche em 10 minutos. Muito mais rápido. Ou seja, as grandezas tempo e número de torneiras são proporcionais.

Qual a diferença entre a proporcionalidade existente entre as grandezas tempo e volume e a proporcionalidade existente entre as grandezas número de torneiras e tempo? Você percebeu alguma? A diferença é que, no primeiro caso, quando uma grandeza aumenta, a segunda também aumenta, isto é, se aumenta o tempo, aumenta também o volume; se diminui o tempo, também diminui o volume. Já no segundo caso, quando uma grandeza aumenta, a outra diminui, isto é, se aumenta o número de torneiras, diminui o tempo, e vice-versa. Em outras palavras, dizemos que, neste caso, as grandezas tempo e volume são *diretamente proporcionais,* e as grandezas número de torneiras e tempo, são *inversamente proporcionais*. Simples assim!

Possivelmente você está um pouco confuso porque começamos falando de razões e proporções e agora estamos falando de grandezas diretamente e inversamente proporcionais. O que uma coisa tem que ver com a outra? Simples! Grandezas diretamente proporcionais produzem proporções. Lembrando que uma proporção é uma igualdade de razões, que, neste caso, são frações de cada uma das grandezas. Por exemplo, na primeira, o numerador e o denominador se referem à unidade de tempo; e, na segunda, ambos se referem à unidade de volume. Por outro lado, grandezas inversamente proporcionais produzem proporções inversas. Neste caso, uma das frações é invertida, conforme o próprio nome sugere.

Vamos ver um exemplo que vai esclarecer melhor essa situação.

Considerando novamente a situação da caixa d'água, vamos responder a duas perguntas:

1) Se com apenas uma torneira aberta, 90 minutos são necessários para encher completamente a caixa d'água, quanto tempo é necessário para encher um terço da caixa?
2) Se uma torneira enche a caixa em 90 minutos, quantas torneiras são necessárias para encher a caixa em apenas 10 minutos?

Conforme já discutimos, as grandezas envolvidas na primeira pergunta são diretamente proporcionais. Sendo assim, "90 minutos está para x minutos assim como 1 caixa está para$1/3$ de caixa", ou seja,

$$\frac{90}{x} = \frac{1}{\frac{1}{3}}$$

Note que a grandeza tempo aparece somente na primeira razão, e a grandeza volume aparece somente na segunda razão. E, em cada uma delas, a unidade de medida é a mesma, isso é necessário para que seus cálculos façam sentido. Resolvendo a equação, temos

$$x = 90 \cdot \frac{1}{3} = 30\ minutos$$

No segundo caso, temos que "1 torneira está para x torneiras, assim como 90 minutos estão para 10 minutos". Perceba que relacionamos torneiras com torneiras e minutos com minutos. Mas, como as grandezas são inversamente proporcionais, vamos escrever uma proporção inversa em vez de uma proporção direta, isto é, vamos inverter um das razões, no caso, a segunda:

$$\frac{1}{x} = \frac{10}{90}$$

Resolvendo a equação, constatamos que

$$10 \cdot x = 1 \cdot\ 90 \Rightarrow x = \frac{90}{10} = 9$$

Portanto, 9 torneiras são necessárias para encher a caixa em apenas 10 minutos.

Geralmente, quando as grandezas são diretamente proporcionais, omitimos a palavra diretamente. Portanto, quando se lê que duas grandezas são proporcionais, fica subentendido que elas são, na verdade, diretamente proporcionais.

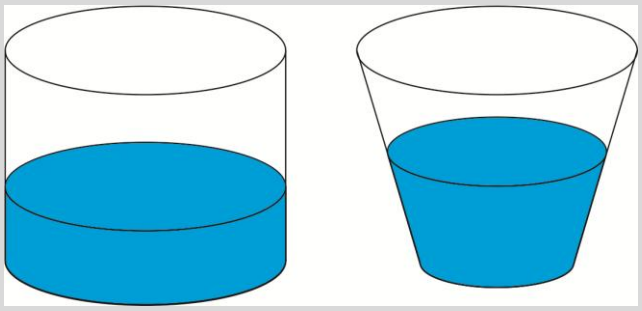
Todos os direitos reservados – **www.autodidataeditora.com.br** – Proibida a cópia e distribuição

✍ **Questões de concurso comentadas**

(CESPE/TJ-RR/Auxiliar Administrativo/2012) A caixa d'água de um hospital tem a forma de um cilindro circular reto com 10 metros de altura e capacidade para 30.000 litros de água. Considere que essa caixa d'água, completamente vazia, foi enchida à vazão constante e, 100 minutos depois de iniciado o enchimento, a água atingiu a altura de 3 metros. Com base nessas informações e supondo que nenhuma torneira abastecida pela caixa seja aberta durante o processo de enchimento, julgue os itens a seguir.

1. O tempo necessário para que a água no interior da caixa d'água atinja determinada altura é proporcional a essa altura.

✍ **Comentário:**
As grandezas em questão são tempo e altura (nível da água dentro da caixa) e, de fato, elas são proporcionais por dois motivos: primeiro porque a caixa tem o formato de um cilindro e, segundo, porque a vazão é constante. A importância de a vazão ser constante é clara. Para entender porque o formato da caixa influencia, imagine que, em vez de ter o formato de um cilindro, a caixa tivesse o formato de um tronco de cone, por exemplo.



Nesse caso, como a vazão é constante, no início o nível da água iria subir bem depressa e desacelerar à medida que a caixa fosse enchendo.
Gabarito: Certo

2. Quando a água no interior da caixa atingiu 3 metros de altura, mais de 10.000 litros de água haviam sido despejados na caixa.

✍ **Comentário:**
Pelos mesmos motivos apresentados na questão anterior, que as grandezas altura e volume são proporcionais, mais ainda, que elas são diretamente proporcionais. Isso porque, se aumentamos a altura, obviamente aumenta o volume e vice-versa.

Gostaríamos de saber quantos litros de água é despejado dentro da caixa depois que o nível atinge 3 metros de altura. Sabemos que quando o nível da água atinge a altura máxima, isto é, 10 metros, o volume de água na caixa é de 30.000 litros. Então, temos a seguinte relação: "3 metros está para 10 metros assim como x litros está para 30.000 litros". Segue que

$$\frac{3}{10} = \frac{x}{30.000} \Rightarrow 10 \cdot x = 3 \cdot 30.000 \Rightarrow x = \frac{3 \cdot 30.00\cancel{0}}{1\cancel{0}} = 9.000$$

Portanto, apenas 9 mil litros de água haviam sido despejados dentro da caixa quando o nível atingiu 3 metros de altura.
Gabarito: Errado

3. (CESGRANRIO / BNDES / Técnico Administrativo / 2013) Mariana e Laura compraram um saco com 120 balas que custava $R\$\ 7{,}50$. Laura contribuiu com $R\$\ 4{,}50$, e Mariana, com o restante.

Se as balas forem divididas em partes diretamente proporcionais ao valor pago por cada menina, com quantas balas Mariana ficará?

a) 36
b) 48
c) 54
d) 72
e) 96

✍ **Comentário:**
Sabemos qual foi a contribuição de Laura. Então vamos primeiro determinar quantas balas couberam à Laura. Seja x essa quantidade.
O enunciado já diz que a divisão foi feita de forma proporcional. Isso nos permite dizer que "120 balas está para x balas assim como $R\$7{,}50$ está para $R\$4{,}50$". Segue que

$$\frac{120}{x} = \frac{7{,}50}{4{,}50}$$

Multiplicando por 100 o numerador e o denominador da segunda fração para eliminar as vírgulas, e, fazendo as simplificações viáveis, resulta

$$\frac{120}{x} = \frac{75\cancel{0}}{45\cancel{0}} == \frac{75}{45} = \frac{15}{9} = \frac{5}{3}$$

$$5x = 3 \cdot 120 \Rightarrow x = \frac{3 \cdot 120}{5} = 3 \cdot 24 = 72$$

Portanto, Laura ficou com 72 balas. Consequentemente, Mariana ficou com

$$120 - 72 = 48$$

Gabarito: B

4. (CESGRANRIO / BNDES / Técnico Administrativo / 2013) Cem gramas de certo bolo têm $270\ kcal$. Pedro comeu $20\ g$ de bolo a mais que Vitor e, ao todo, os dois ingeriram $378\ kcal$.

Quantos gramas de bolo Pedro comeu?

a) 55
b) 60
c) 75
d) 80
e) 90

✍ **Comentário:**

Digamos que Pedro comeu x gramas do tal bolo. Como Pedro comeu $20\ g$ a mais que Vitor, podemos dizer que Vitor comeu $x - 20$ gramas. Segue que, juntos, eles comeram

$$x + (x - 20) = 2x - 20$$

Agora, usamos a proporcionalidade existente entre a quantidade de bolo e a quantidade de calorias contida no bolo para deduzir que "100 gramas está para $2x - 20$ gramas assim como $270kcal$ está para $378kcal$". Logo,

$$\frac{100}{2x-20} = \frac{270}{378}$$

Resta simplificar ao máximo e resolver esta equação:

$$\frac{100}{2x-20} = \frac{135}{189} = \frac{45}{63} = \frac{5}{7}$$
$$7 \cdot 100 = 5(2x - 20)$$
$$700 = 10x - 100$$
$$10x = 800$$
$$x = 80$$

Ou seja, Pedro comeu $80g$ de bolo.

Gabarito: D

Usando flechas

Uma vez que você tenha entendido como interpretar as razões e proporções no problema, e como converter isso na equação que fornece a resposta, você pode estar interessado em agilizar esse processo. É nesse ponto que as flechinhas se tornam úteis. Em vez de escrever "fulano está para sicrano, assim como beltrano está para não sei o que...", constrói-se uma tabela e usam-se flechas para indicar quando as grandezas são diretamente ou inversamente proporcionais. A primeira flecha fica sempre na coluna em que se encontra a variável, e as demais seguem o mesmo sentido se as grandezas forem diretamente proporcionais, e invertem-se se forem inversamente proporcionais.

Retomemos a situação da caixa d'água para exemplificar. Consideremos novamente as duas perguntas:

1) Se com apenas uma torneira aberta, 90 minutos são necessários para encher completamente a caixa d'água, quanto tempo é necessário para encher um terço da caixa?
2) Se uma torneira enche a caixa em 90 minutos, quantas torneiras são necessárias para encher a caixa em apenas 10 minitos?

A tabela para a primeira fica assim:

Número de Torneiras	Tempo (min)
1 ↓	90 ↓
x	$1/3$

Como as flechas apontam no mesmo sentido (pois as grandezas são diretamente proporcionais), a equação fica

$$\frac{1}{x} = \frac{90}{\frac{1}{3}} \Rightarrow x = 30\ minutos$$

A tabela para a segunda fica assim:

Número de Torneiras	Tempo (min)
1 ↓	90 ↑
x	10

Neste caso, a segunda flecha foi invertida porque as grandezas são inversamente proporcionais. A equação fica

$$\frac{1}{x} = \frac{10}{90} \Rightarrow x = 9\ torneiras$$

Um bom exercício seria refazer as questões resolvidas até aqui, só que, desta vez, usando as tabelas e flechas para agilizar o processo. Assim você se beneficia do bom entendimento da teoria para interpretar corretamente uma grande classe de problemas e se beneficia da técnica de usar tabelas e flechas para resolver as questões de maneira rápida e eficiente.

✍ **Questões de concurso comentadas**

1. (CESGRANRIO / CMB /Assistente Técnico Administrativo/2012) Marta e Roberta participaram de um concurso, e seus respectivos tempos gastos para

completar a prova foram de 9900 segundos e de $2{,}6$ horas.

A diferença entre os tempos, em minutos, gastos pelas candidatas nessa prova, foi de

1) 9
2) 15
3) 39
4) 69
5) 90

✍ **Comentário:**

Tudo o que temos a fazer é computar a diferença

$$9900\ segundos - 2{,}6\ horas$$

Contudo, não podemos operar esses números da forma que foram dados devido às unidade de medidas, que são diferentes. Além disso, a resposta deve ser dada em minutos.

Sendo assim, precisamos converter 9900 segundos e $2{,}6$ horas para minutos. Certamente, você já sabe como fazer isso. Mas vamos fazer essas contas aqui para dar mais um exemplo de como aplicar o que foi exposto anteriormente.

Para fazer a primeira conversão, usamos o fato de que 1 minuto tem 60 segundos, e a proporcionalidade existente entre essas duas unidades de tempo para construir a tabela

Minuto	Segundo
1 ↓	60 ↓
x	9900

Segue que

$$\frac{1}{x} = \frac{60}{9900} \Rightarrow x = \frac{9900}{60} = \frac{990}{6} = \frac{330}{2} = 165\ min$$

Para a segunda conversão, procedemos de maneira análoga, mas, desta vez, usamos o fato de que 1 hora tem 60 minutos.

Hora	Minuto
1 ↓	60 ↓
$2{,}6$	x

Segue que

$$\frac{1}{2{,}6} = \frac{60}{x}$$

$$\frac{10}{26} = \frac{60}{x} \Rightarrow x = \frac{26 \cdot 6\cancel{0}}{1\cancel{0}} = 26 \cdot 6 = 156\ min$$

Logo, a diferença entre os tempos foi de

$$165 - 156 = 9min$$

Gabarito: A

2. (FCC/Sergipe Gás S.A. /Assistente Técnico Administrativo - RH/2013) Uma máquina gira 1 volta e $\frac{1}{3}$ de volta, em sentido horário e gasta 25 segundos nesse movimento. Após 4 minutos e 10 segundos realizando esse movimento a máquina terá girado nesse sentido

a) 1 volta e $\frac{1}{3}$ de volta.
b) 10 voltas e $\frac{1}{3}$ de volta.
c) 10 voltas e $\frac{2}{3}$ de volta.
d) 13 voltas e $\frac{1}{3}$ de volta.
e) 25 voltas.

✍ **Comentário:**

Ao que tudo indica, a máquina gira em velocidade constante e, portanto, a quantidade de voltas é proporcional ao tempo que ela permanece girando. Quanto mais tempo, mais voltas.

Note que 1 volta e $\frac{1}{3}$ de volta é o mesmo que

$$1 + \frac{1}{3} = \frac{4}{3}$$

de volta. Além disso, 4 minutos e 10 segundos é o mesmo que

$$4 \cdot\ 60 + 10 = 250$$

segundos. Assim, temos a tabela

Voltas	Segundos
$\frac{4}{3}$ ↓	25 ↓
x	250

Segue que

$$\frac{\frac{4}{3}}{x} = \frac{25}{250}$$

$$\frac{\frac{4}{3}}{x} = \frac{1}{10} \Rightarrow x = 10 \cdot \frac{4}{3} = \frac{40}{3}\ voltas$$

Agora, para escolher a alternativa correta, precisamos separar a parte inteira da parte fracionária. Fazemos isso efetuando a divisão:

$$x = 13{,}333\ldots = 13\ voltas + 0{,}333\ldots\ voltas$$

Ou seja, a máquina deu um pouco mais de 13 voltas.

Isso nos permite concluir que a alternativa certa só pode ser a letra "d". De fato,

$$0{,}333\ldots = \frac{1}{3}$$

Para chegar a essa conclusão de maneira sistemática, seria necessário entender um pouquinho de dízimas periódicas. Mas, de fato, isso não foi exigido na questão.

Gabarito: D

3. (CESGRANRIO / EPE /Assistente Administrativo /2012) Dois corredores, M e N, partem juntos do ponto P de uma pista de corrida retilínea, em direção a um ponto Q, situado a $240\ m$ de P. O corredor M é mais rápido e percorre $25\ m$, enquanto o corredor N percorre $15\ m$. Se

essa proporção for mantida durante todo o percurso, a quantos metros do ponto Q o corredor N estará no momento em que o corredor M passar por esse mesmo ponto?

a) 96
b) 104
c) 106
d) 128
e) 144

✍ **Comentário:**

Digamos que o corredor M levou 1 minuto para percorrer os 25 primeiros metros. Então, para percorrer todo o trajeto de 240 metros, ele levou:

Minutos	Metros
1 ↓	25 ↓
x	240

$$\frac{1}{x}=\frac{25}{240}\Rightarrow x=\frac{240}{25}=\frac{48}{5}minutos$$

Portanto, $48/5$ minutos após o início da prova, o corredor M atingiu a linha de chegada. Queremos saber onde estava o corredor N neste momento. Mas isso é fácil de descobrir, pois sabemos que, no primeiro minuto, ele percorreu 15 metros e foi dito que ele manteve a mesma velocidade durante todo o percurso. Assim, vale a proporcionalidade:

Minutos	Metros
1 ↓	15 ↓
$\frac{48}{5}$	x

$$\frac{1}{\frac{48}{5}}=\frac{15}{x}$$

$$x=\frac{48}{5}\cdot 15=48\cdot 3=144\,metros$$

Ou seja, quando o corredor M atingiu a linha de chegada (ponto Q), o corredor N havia percorrido 144 metros. Portanto, ele ainda estava a

$$240-144=96$$

metros da linha de chegada.

Gabarito: A

Divisão proporcional

Autor: Asteroide Santana

Quando alguém compra ações de uma empresa, é como se esta pessoa estivesse adquirindo uma parte da empresa. Obviamente, a parte que pertence ao investidor é proporcional ao valor que ele investe. Digamos que você e seu colega rico investem 10 e 90 mil reais, respectivamente, para comprar uma empresa que vale 100 mil reais. Se dividirmos a empresa em 10 cotas, ou seja, em 10 partes iguais, significa que você acaba de adquirir uma cota da empresa. Seu amigo, por outro lado, adquiriu 9 dessas cotas. Agora, suponhamos que a empresa cresceu de tal modo que seu valor de mercado passou a ser 130 mil reais. Nesse caso, já não se pode mais comprar uma cota com apenas 10 mil reais, como você fez no passado, pois como o número de cotas não foi alterado, o valor de cada cota subiu junto com o preço da empresa. Mas subiu quanto? Quanto vale uma cota agora que a empresa está mais valorizada? Ou seja, quanto vale a sua participação nesse negócio? Bem, independente de a empresa ter valorizado ou não, você permanece com exatamente uma cota. E, como a empresa foi dividida em 10 cotas, cada cota agora vale $\frac{130}{10}=13$ mil reais. O preço de cada cota subiu 3 mil reais. Assim, também podemos calcular quanto cabe ao seu colega rico multiplicando a quantidade de cotas que ele possui pelo valor de cada cota:

$$9\cdot 13=117 \text{ mil reais}$$

De forma geral, *para saber qual a porção que corresponde a um dado investidor, basta calcular o valor de cada cota (valor total dividido pelo somatório das cotas) e multiplicar esse valor pelo número de cotas que o investidor possui*. Ao fazer isso, asseguramos que a divisão do valor total está sendo feita de forma proporcional. Essa é a ideia básica que está por trás do conceito de divisão proporcional. Claro que as cotas não vão aparecer em todo contexto, mas você pode criá-las de forma conveniente.

✍ **Questão de concurso comentada**

1. (CESGRANRIO / CMB /Assistente Técnico Administrativo /2012) A prefeitura de certa cidade dividiu uma verba de R$ 11.250,00 entre três escolas, M, N e P, em valores proporcionais ao número de alunos de cada uma. A escola M possui 320 alunos, a escola N possui 450 alunos, e a escola P possui 480 alunos.

Qual foi a quantia, em reais, destinada à escola N?

a) 2.880
b) 3.600
c) 3.750
d) 4.050
e) 4.320

Thonefusco 09147234

✍ **Comentário:**

Neste caso, o valor total do investimento é de $R\$\,11.250{,}00$. E este valor deve ser dividido proporcionalmente **ao número de alunos**. Desse modo, torna-se muito conveniente considerar que cada aluno seja equivalente a uma cota. Nesse caso, cada cota vale

$$\frac{11.250}{320+450+480}=\frac{11.250}{1.250}=\frac{45}{5}=9{,}00$$

Como a escola N possui 450 alunos, isto é, 450 cotas, cabe a ela o total de

$$9\cdot 450=4.050{,}00$$

Gabarito: D

Nem sempre haverá valores monetários envolvidos no contexto de divisão proporcional. Só que, mesmo assim, a ideia de cotas pode ser aplicada. E é isso que vamos fazer nos exemplos adiante. O importante é lembrar que as divisões sempre são feitas proporcionalmente **às cotas**. Isso permite você identificar qual grandeza deve ser tomada como cota. Observe novamente a questão anterior!

As próximas questões são bons exemplos de como usar esse raciocínio mesmo nas quais não existem valores monetários envolvidos.

✍ **Questões de concurso comentadas**

(CESPE/TJ-RR/Auxiliar Administrativo/2012) Marcos, Pedro e Paulo, servidores de um tribunal, dedicam, respectivamente, 10, 15 e 25 horas semanais a acompanhar o trâmite de processos. Assim, os processos que chegam ao tribunal semanalmente são distribuídos pelo chefe do setor para acompanhamento do trâmite por esses três servidores em quantidades diretamente proporcionais aos tempos que cada um deles dedica a essa atividade. Com base nessas informações, julgue os itens seguintes.

1. Caso, em determinada semana, cheguem 200 processos ao tribunal, Pedro acompanhará o trâmite de mais de 70 desses processos.

✍ **Comentário:**

Visto que os processos são divididos de forma diretamente proporcional **ao número de horas**, vamos adotar justamente as horas para serem as cotas. O somatório destas resulta

$$10+15+25=50,$$

das quais 10 pertencem a Marcus, 15 a Pedro e 25 a Paulo.

O enunciado diz que o total de processos da semana em questão foi de 200. Sendo assim, temos

$$\frac{200}{50}=4$$

processos por cota, isto é, 4 é o "valor" de cada cota.

Agora, como Pedro possui apenas 15 cotas, cabe a ele acompanhar apenas

$$4\cdot 15=60$$

processos, e não mais de 70 , conforme afirma o enunciado.

Gabarito: Errado

2. A tramitação de metade dos processos que chegam semanalmente ao tribunal será acompanhada por Paulo.

✍ **Comentário:**

Vamos continuar usando o mesmo raciocínio iniciado na questão anterior. Só que, desta vez, não conhecemos o total de processos a serem acompanhados semanalmente. Portanto, vamos representar esse total simplesmente por T. Segue que o "valor" de cada cota é de

$$\frac{T}{50}$$

processos. Gostaríamos de saber quantos processos cabem a Paulo. Como Paulo possui 25 cotas, cabem a ele

$$25\cdot\frac{T}{50}=\frac{T}{2}$$

processos, isto é, exatamente a metade dos processos! Portanto, a afirmativa é correta.

Gabarito: Correta

3. Se, em determinada semana, Marcos e Paulo acompanharam, juntos, o trâmite de 98 processos, então, nessa semana, deram entrada no tribunal mais de 150 processos.

✍ **Comentário:**

Mais uma vez, não sabemos o total de processos e, por isso, vamos denotar esse número por T. E, assim como na questão anterior, o "valor" de cada cota é

$$\frac{T}{50}$$

processos. Gostaríamos de saber quantos processos cabem a Marcos e Paulo juntos. Para tanto, sabemos que juntos eles possuem 35 cotas, das quais 10 pertencem a Marcus e 25 pertencem a Paulo. Deste modo, Marcus e Paulo devem acompanhar um total de

$$35 \cdot \frac{T}{50}$$

processos. Mas esse total, segundo o enunciado, é de exatamente 98 processos, ou seja,

$$35 \cdot \frac{T}{50} = 98$$

Resolvendo esta equação, obtemos

$$T = \frac{98 \cdot 50}{35} = \frac{98 \cdot 10}{7} = 14 \cdot 10 = 140$$

Este é o total de processos que chegaram naquela semana. Portanto, a afirmação do enunciado de que chegaram mais de 150 processos está errada.

Gabarito: Errada

Quando a divisão é feita de forma **diretamente** proporcional, como aconteceu nos exemplos anteriores, aquele que possui mais cotas recebe mais, e aquele que tem menos cotas recebe menos. Em muitas situações, há um consenso de que esta é a forma mais justa de fazer a distribuição. Entretanto, em certas situações, pode ser mais adequado que o possuidor de mais cotas receba uma menor parcela do que está sendo distribuído. Por exemplo, digamos que, em vez de bens, estão sendo distribuídas tarefas e toma-se como base para esta distribuição a idade das pessoas. Neste caso, pode ser justo que os mais velhos fiquem com menos tarefas e os mais jovens, com mais! Uma maneira de fazer isso seria distribuir as tarefas de forma **inversamente** proporcional às idades das pessoas.

No caso em que a divisão é inversamente proporcional, *o valor de cada cota é calculado dividindo-se o total de bens, tarefas,..., pelo **somatório dos inversos** das cotas*. Lembrando que o inverso de 7, por exemplo, é $\frac{1}{7}$. E *para determinar quanto cabe a um dado beneficiado, basta multiplicar o valor das cotas pelo **inverso** do número de cotas que este possui*.

Para exemplificar, consideremos um exemplo muito parecido com a primeira questão resolvida nesta seção, apenas trocamos os valores e acrescentando a palavra "inversamente" ao enunciado:

*A prefeitura de certa cidade dividiu uma verba de R$ 190,00 entre três escolas, M, N e P, em valores **inversamente** proporcionais ao número de alunos de cada uma. A escola M possui 20 alunos, a escola N possui 10 alunos, e a escola P possui 25 alunos.*
Qual foi a quantia, em reais, destinada à escola N?

O valor total do investimento é de $R\$\ 190{,}00$. Este valor deve ser dividido de forma inversamente proporcional ao número de alunos: $20, 10, 25$. Como no problema original, vamos considerar que cada aluno seja equivalente a uma cota. Seguindo as instruções acima, obtemos o valor de cada cota fazendo

$$\frac{190}{\frac{1}{20} + \frac{1}{10} + \frac{1}{25}}$$

Para resolver esta expressão, é conveniente calcular o mínimo múltiplo comum (mmc) dos valores $20, 10, 25$, que é 100. Assim, temos

$$\frac{190}{\frac{1}{20} + \frac{1}{10} + \frac{1}{25}} = \frac{190}{\frac{5 + 10 + 4}{100}} = \frac{190}{\frac{19}{100}} = 190 \cdot \frac{100}{19} = 1.000$$

Então, deste novo ponto de vista, cada cota custa 1.000. E, para saber quanto cabe à escola N, resta multiplicar esse número pelo inverso do número de cotas que a escola N possui, que, no caso, é o número de alunos que ela possui: 10. O resultado é

$$1.000 \cdot \frac{1}{10} = 100{,}00$$

Ou seja, cabe à escola N o montante de $R\$100{,}00$.

Se você fizer as contas, vai ver que a escola M deve receber $R\$50{,}00$ e a escola P, que possui mais alunos, recebe apenas $R\$40{,}00$. Na situação que estamos considerando, isso não parece muito justo, mas é isso que acontece quando se faz divisão inversamente proporcional: quem tem mais fica com menos, e quem tem menos fica com mais!

A tabela a seguir resume o que acabamos de discutir, baseado num contexto de investimentos, como aquele do primeiro exemplo desta seção. Conforme já comentamos, para aplicar a mesma ideia em outras situações, basta adaptar o conceito de cotas.

	Diretamente Proporcional	**Inversamente Proporcional**
Para calcular o valor das cotas	*Divide-se o total investido pelo somatório das cotas.*	*Divide-se o total investido pelo somatório dos inversos das cotas.*
Para calcular quanto cabe a um dado investidor	*Multiplica-se o valor de cada cota pelo total de cotas que o*	*Multiplica-se o valor de cada cota pelo inverso do total de cotas*

	investidor possui.	*que o investidor possui.*

✍ **Questões de concurso comentadas**

1. (FCC/TRF/Técnico Judiciário/2012) Certo dia, dois Técnicos Judiciários de uma Unidade do Tribunal Regional Federal − Nilmar e Abraão − foram incumbidos de arquivar 105 documentos e expedir um lote com 80 unidades de correspondências. Sabe-se que, para a execução de tal tarefa, eles dividiram o total de documentos entre si na razão inversa de suas respectivas idades e o total de correspondências, na razão direta de seus tempos de serviço no Tribunal. Assim sendo, se Nilmar tem 30 anos de idade e trabalha há 8 anos no Tribunal, enquanto que Abraão tem 40 anos e lá trabalha há 12 anos, é correto afirmar que:

a) Nilmar arquivou 15 documentos a mais que o total daqueles arquivados por Abraão.
b) Abraão expediu o dobro do número de correspondências expedidas por Nilmar.
c) o número de documentos arquivados por Abraão foi maior que a quantidade de correspondências que ele expediu.
d) o número de correspondências expedidas por Nilmar foi maior que a quantidade de documentos que ele arquivou.
e) Abrão e Nilmar arquivaram quantidades iguais de documentos.

✍ **Comentário:**

Veja os dados relacionados à idade e ao tempo de trabalho de cada um dos funcionários simplificados na tabela a seguir.

	Nilmar	Abraão
Idade	30	40
Tempo de Trabalho	8	12

O enunciado diz que os 105 documentos foram divididos entre os dois funcionários de forma inversamente proporcional a suas idades. E as 80 correspondências foram divididas de forma diretamente proporcional a seus tempos de serviço.

Se soubermos quantos documentos e quantas correspondências cada um arquivou, seremos capazes de encontrar a alternativa correta. Comecemos pelas correspondências.

Se as correspondências devem ser divididas proporcionalmente **aos tempos de trabalho**, então tempos de trabalhos servem como cotas para nós. O que seria o total investido, neste caso, é o total de correspondências, 80. São elas que devem ser distribuídas. Com esses dados, concluímos que o valor de cada cota é

$$\frac{80}{8+12} = 4$$

Assim, Nilmar fica encarregado de arquivar

$$8 \cdot 4 = 32$$

e Abraão arquiva

$$12 \cdot 4 = 48$$

Esses resultados nos permitem excluir a alternativa "b". Só isso! Vejamos o que acontece com os documentos.

Lembrando-nos de usar o inverso das cotas, visto que a divisão de documentos deve acontecer de forma inversamente proporcional, usamos os dados da tabela para constatar que o valor de cada cota é

$$\frac{105}{\frac{1}{30}+\frac{1}{40}} = \frac{105}{\frac{40+30}{1.200}} = \frac{105}{\frac{70}{1.200}} = 105 \cdot \frac{1.200}{70}$$

$$= 105 \cdot \frac{120}{7} = 15 \cdot 120 = 1.800$$

Assim, cabe a Nilmar o total de

$$1.800 \cdot \frac{1}{30} = \frac{180}{3} = 60$$

documentos. E cabe a Abraão apenas

$$1.800 \cdot \frac{1}{40} = \frac{180}{4} = 45$$

documentos.

Ao analisar as alternativas, conclui-se que a única alternativa correta é a letra "a".

Gabarito: A

Regras de três

Autor: Asteroide Santana

De uma maneira ligeiramente superficial, podemos dizer que regra de três é um procedimento que nos permite obter informações de grandezas que estão proporcionalmente relacionadas com outras grandezas. Aliás, quase todos os problemas de concursos envolvendo proporcionalidade podem ser resolvidos com regras de três, ou pelo menos utilizam-nas em alguma parte da resolução. Certamente, você já ouviu alguém dizer "*quando não sei como resolver, faço uma regra de três e pronto!*". Claro que nem sempre é tão simples assim; regras de três só se aplicam se existe proporcionalidade. Contudo, esta surge em muitas situações. Frequentemente, usamos regra de três para converter unidades de medidas, por exemplo. Em geral, em problemas em que estão relacionadas grandezas, como tempo e trabalho (seja o trabalho realizado por uma máquina ou uma pessoa) ou valor e quantidade de produto, existem proporcionalidades e, sendo assim, é comum a aplicação de regras de três nesse tipo de situação.

A fim de aplicar a regra de três, basta seguir os seguintes passos:

1) Identificar as grandezas[1] proporcionais relacionadas no problema;
2) Construir uma pequena tabela para organizar os dados envolvidos, separados em colunas por tipo de grandeza e em linhas por valores correspondentes;
3) Identificar quais grandezas são diretamente ou inversamente proporcionais;
4) Montar e resolver a equação obtida a partir da tabela.

Dependendo do número de grandezas envolvidas, a regra de três pode ser simples ou composta. As duas são aplicadas de maneira semelhante.

[1] Muitos autores usam o termo *variável* em vez de *grandeza*. Optamos por resguardar o primeiro para fazer referência ao valor desconhecido que buscamos determinar ao aplicar a regra de três.

Regra de três simples

Apenas duas grandezas estão envolvidas nesse caso. Normalmente, têm-se quatro informações, duas relacionadas a cada grandeza, e uma delas é justamente a que estamos procurando. Façamos um exemplo simples para entender como o procedimento funciona.

Exemplo: Na obra de um edifício, um elevador de carga transporta lajotas do solo até um determinado andar. Ele leva 40 peças por vez e demora 15 minutos para ir e voltar. Dessa maneira, quanto tempo o elevador gastaria para transportar 280 peças?

As grandezas em questão são "número de lajotas" e "tempo de transporte". A tabela que devemos construir é a seguinte:

Tempo (min)	Número de lajotas
15	40
x	280

Observe que 15 e 40 estão na mesma linha porque são valores correspondentes; 15 minutos implicam 40 lajotas transportadas. Usamos flechas para decidir se as grandezas são direta ou inversamente proporcionais. Convencionamos[2] começar com uma flecha apontando para baixo (indicando decrescimento) na coluna da grandeza, que contém a variável x. Procederemos dessa forma toda vez que aplicarmos regra de três nesta apostila.

Tempo (min)	Número de lajotas
15 ↓	40
x	280

Então, estamos supondo um decrescimento do tempo gasto. Nesse caso, o que acontece com a quantidade de lajotas transportadas? Claro que decresce também. Menos tempo implica menos lajotas transportadas! Portanto, dizemos que as duas grandezas são diretamente proporcionais!

[2] Esta primeira flecha pode ser colocada apontando para cima ou para baixo, não importa. O importante é observar que, sendo a primeira, ela deve estar na mesma coluna onde se encontra a variável x, e todas as outras devem ser posicionadas em função dela.

Todos os direitos reservados – **www.autodidataeditora.com.br** – Proibida a cópia e distribuição

Colocamos uma flecha na segunda coluna, também apontando para baixo, com o propósito de registrar esse fato.

Tempo (min)	Número de lajotas
15 ↓	40 ↓
x	280

Desse modo, a equação que fornece o valor de x é obtida diretamente da tabela da seguinte forma:

$$\frac{15}{x} = \frac{40}{280}$$

Quando as grandezas são inversamente proporcionais, a flecha, por exemplo, da coluna "número de lajotas" aparece apontando para cima e a fração correspondente a essa flecha deve ser invertida. Ao desenvolver a equação, obtemos:

$$40x = 15 \cdot 280 \Rightarrow x = 105\ min$$

Vejamos um exemplo em que as grandezas são inversamente proporcionais.

Exemplo: Estimou-se que, em um determinado banco, um grupo de 6 funcionários igualmente eficientes atenda 100 clientes em 45 minutos. Nessa situação, se outros 4 funcionários, com a mesma eficiência dos primeiros, forem adicionados ao grupo, então essas 100 pessoas serão atendidas em quanto tempo?

As grandezas são "número de funcionários" e "tempo de atendimento". Usando os dados fornecidos no enunciado da questão, construímos a tabela:

Tempo (min)	Número de funcionários
45 ↓	6
x	10

Observe que ao diminuir o tempo é necessário aumentar o número de funcionário, caso contrário não seria possível atender todos os clientes. Portanto, as grandezas em questão são inversamente proporcionais. Se uma diminui, a outra aumenta; as palavras têm sentidos opostos. Desse modo, devemos colocar a flecha da segunda coluna apontando para cima.

Tempo (min)	Número de funcionários
45 ↓	6 ↑
x	10

Como a flecha da segunda coluna está no sentido oposto, devemos inverter a fração correspondente à sua coluna na hora de montar a equação:

$$\frac{45}{x} = \frac{10}{6} \Rightarrow 45 \cdot 6 = 10x \Rightarrow x = 27min$$

Questões de concursos comentadas

1. (CESPE/IBAMA/Técnico Administrativo/2012) Em uma repartição, 4.000 processos permaneceram sem andamento devido a problema técnico na rede de computadores. Para resolver esse problema, o chefe da repartição direcionou $1/4$ dos servidores para fazer uma triagem nos processos, classificando-os em média ou baixa complexidade e em alta complexidade. O chefe, então, disponibilizou $2/5$ dos servidores para a análise dos processos de média ou baixa complexidade e 70 servidores para a análise dos processos de alta complexidade, de forma que todos os servidores ficaram ocupados com essas atividades. Após seis semanas de trabalho, havia ainda 3.520 processos aguardando triagem e análise.

Com base nessas informações, julgue o item seguinte.

Caso o ritmo de trabalho permaneça igual ao das seis primeiras semanas, os funcionários da repartição levarão mais de um ano, contado do início dos trabalhos, para completar a triagem e a análise dos 4.000 processos.

Comentário:

Tem bastante informação no enunciado que não vamos usar. Devemos observar apenas que, dos 4.000 processos, só $4.000 - 3.520 = 480$ processos haviam passado pela triagem dentro das 6 primeiras semanas. Queremos saber quanto tempo é necessário para completar a triagem. Então, temos:

Número de processos	Número de semanas
480	6
4.000	x

Ao diminuir o número de semanas, diminui também o número de processos classificados. Por isso, as flechas apontam no mesmo sentido. A equação resultante é:

$$\frac{480}{4.000} = \frac{6}{x} \Rightarrow 480x = 6 \cdot 4.000 \Rightarrow x = 50\ semanas$$

Como um ano possui 52 semanas, a afirmação do enunciado está errada.

Gabarito: Errado

2. (CESGRANRIO/ CMB/ Assistente Técnico Administrativo/ 2012) Em um supermercado, a carne é acondicionada em embalagens com uma etiqueta contendo o preço unitário (o preço de 1 kg de carne), o peso líquido (a quantidade de carne contida na embalagem) e o total a ser pago. Certo dia, a balança eletrônica apresentou problemas e algumas etiquetas foram impressas com defeito, sendo omitidas algumas informações. As Figuras I e II representam as etiquetas de duas embalagens do mesmo tipo de carne, com defeitos de impressão.

Preço de 1 kg: ######
Peso líquido: 0,65 kg
Total: R$ 9,75

Figura I

Preço de 1 kg: ######
Peso líquido: ####
Total: R$ 6,30

Figura II

O peso líquido, em kg, registrado na etiqueta representada na Figura II é:

a) 0,305
b) 0,394
c) 3,94
d) 0,35
e) 0,42

✍ **Comentário:**

Primeiramente, usemos as informações contidas na Figura I para determinar o preço de um quilo de carne. Tais informações são suficientes para construir a tabela:

Peso (kg)	Preço (R$)
0,65	9,75
1	x

As flechas apontam ao mesmo sentido, tendo em vista que as grandezas envolvidas (peso e preço) são diretamente proporcionais. De fato, se diminuirmos o preço também diminui a quantidade. A partir da tabela, obtemos a equação:

$$\frac{0,65}{1} = \frac{9,75}{x} \Rightarrow 0,65x = 9,75 \Rightarrow x = \frac{9,75}{0,65}$$

Uma maneira eficiente de efetuar essa divisão consiste em multiplicar o numerador e o denominador por 100, a fim de eliminar as vírgulas e, em seguida, simplificar ao máximo a fração resultante:

$$x = \frac{9,75}{0,65} \cdot \frac{100}{100} = \frac{975}{65} = \frac{195}{13} = \text{R\$15,00}$$

Pronto! Sabemos o preço de um quilo de carne. Assim, podemos preencher parte da Figura II.

Preço de 1 kg: R$15,00
Peso líquido: ####
Total: R$6,30

A partir dessa nova etiqueta, construímos outra tabela:

Peso (kg)	Preço (R$)
1	15
x	6,30

De onde obtemos a equação:

$$\frac{1}{x} = \frac{15}{6,30} \Rightarrow 6,30 = 15x \Rightarrow x = \frac{6,30}{15}$$

Basta multiplicar e dividir por 100, tal como fizemos anteriormente, e simplificar para obter:

$$x = \frac{6,30}{15} \cdot \frac{100}{100} = \frac{630}{1.500} = \frac{63}{150} = \frac{21}{50} = 0,42\ kg$$

Portanto, esse é o peso líquido que deveria ter sido registrado na segunda etiqueta.

Gabarito: E

3. (CESGRANRIO/ CMB/ Assistente Técnico Administrativo/ 2012) Marta e Roberta participaram de um concurso, e seus respectivos tempos gastos para completar a prova foram de 9900 segundos e de 2,6 horas.

A diferença entre os tempos, em minutos, gastos pelas candidatas nessa prova, foi de:

a) 9
b) 15
c) 39
d) 69
e) 90

✍ **Comentário:**

Para comparar os tempos, é preciso considerá-los na mesma unidade de tempo. Como as alternativas estão expressas em minutos, converteremos os 9.900 segundos e as 2,6 horas para minutos (outra maneira seria converter os 9.900 segundos para horas, fazer a comparação e converter o resultado para minutos). Faremos a conversão usando regra de três. Aliás, esse tipo de operação (conversão de unidades) aparece com muita frequência em questões de concursos. Tanto que aquelas pessoas que já estudam para concurso há algum tempo nem pensam mais em regra de três na hora de fazer uma conversão de unidade. Elas simplesmente fazem uma divisão ou uma multiplicação, porque já têm o processo automatizado na mente.

Convertendo 9.900 segundos para minutos:

Nesse caso, usaremos o fato de que um minuto possui exatamente 60 segundos.

Minutos	Segundos
↓ 1	↓ 60
x	9.900

Claro que as grandezas (minutos e segundos) são diretamente proporcionais, pois se diminuímos os minutos também diminuem os segundos. A equação que resulta da tabela é a seguinte:

$$\frac{1}{x} = \frac{60}{9.900} \Rightarrow x = \frac{9.90\cancel{0}}{6\cancel{0}} = \frac{990}{6} = \frac{330}{2} = 165\ min$$

(Portanto, para converter de segundos para minutos, basta dividir por 60. É assim que muita gente pensa na hora de fazer uma conversão dessas.) Muito bem! Já sabemos que Marta gastou 165 minutos para completar a prova.

Convertendo 2,6 horas para minutos:

Levando em conta o fato de que uma hora possui 60 minutos, temos:

Hora	Minutos
↓ 1	↓ 60
2,6	x

Resulta que:

$$\frac{1}{2,6} = \frac{60}{x} \Rightarrow x = 60 \cdot 2,6 = 156\ min$$

(Note que para converter de horas para minutos basta multiplicar por 60!) Portanto, Roberta gastou 156 minutos pata completar a prova.

Logo, a diferença entre os tempos de Marta e Roberta foi de:

$$165 - 156 = 9\ min$$

Gabarito: A

4. (FCC/TRF – 2ª Região/ Técnico Judiciário – Segurança e Transporte/2012) Certo dia, dois Técnicos Judiciários de uma Unidade do Tribunal Regional Federal — Nilmar e Abraão — foram incumbidos de arquivar 105 documentos e expedir um lote com 80 unidades de correspondências. Sabe-se que, para execução de tal tarefa, eles dividiram o total de documentos entre si na razão inversa de suas respectivas idades e o total de correspondências, na razão direta de seus tempos de serviço no Tribunal. Assim sendo, se Nilmar tem 30 anos de idade e trabalha há 8 anos no Tribunal, enquanto que Abraão tem 40 anos e lá trabalha há 12 anos, é correto afirmar que:

a) Nilmar arquivou 15 documentos a mais que o total daqueles arquivados por Abraão.
b) Abraão expediu o dobro do número de correspondências expedidas por Nilmar.
c) o número de documentos arquivados por Abraão foi maior que a quantidade de correspondências que ele expediu.
d) o número de correspondências expedidas por Nilmar foi maior que a quantidade de documentos que ele arquivou.
e) Abrão e Nilmar arquivaram quantidades iguais de documentos.

✍ **Comentário:**

Seguindo a ordem do enunciado, começaremos pela divisão dos documentos. Denotemos por n o número de documentos a serem arquivados por Nilmar e por a o número de documentos a serem arquivados por Abraão. Então, de acordo com o enunciado:

$$n + a = 105$$

A questão também informa que esses documentos foram divididos de forma inversamente proporcional às idades de Nilmar e Abraão (30 e 40 anos, respectivamente). Sendo assim, podemos construir a seguinte tabela:

Número de documentos	Idade
n ↓	30 ↑
a	40

As flechas estão em sentidos contrários porque, como o enunciado disse, as grandezas são inversamente proporcionais. Resulta da tabela a equação:

$$\frac{n}{a} = \frac{40}{30} \Rightarrow n = \frac{4}{3}a$$

Substituindo n na equação obtida anteriormente, temos:

$$n + a = 105$$
$$\frac{4}{3}a + a = 105$$
$$4a + 3a = 3 \cdot 105$$
$$7a = 3 \cdot 105$$
$$a = 3 \cdot 15 = 45$$

Ou seja, Abraão ficou encarregado de arquivar 45 documentos. Conhecendo o valor de a, fica fácil determinar o valor de n:

$$n + a = 105$$
$$n + 45 = 105$$
$$n = 60$$

Isto é, Nilmar ficou incumbido de arquivar 60 documentos, portanto 15 a mais do que Abraão.

Gabarito: A

5. (FCC/MPE-PE/Técnico Ministerial – Eletrônica/ 2012) Cada $100\,kg$ de material A usado para reciclagem permite a produção de $25\,kg$ do material B. Cada $200\,kg$ de material B usado para reciclagem permite a produção de $8\,kg$ do material C. A produção de $100\,kg$ do material C, apenas com o uso de material B reciclado a partir do material A, exigirá uma quantidade do material A, em quilogramas, igual a:

a) 12 mil.
b) 10 mil.
c) 1 mil.
d) 8 mil
e) 4 mil

✍ **Comentário:**

Resolveremos o problema de trás para frente. O objetivo é produzir $100\,kg$ do material C, e sabemos que $8\,kg$ deste é obtido a partir de $200\,kg$ do material B. Então, podemos determinar quanto material do tipo B é necessário para se produzir $100\,kg$ do tipo C. Faremos isso usando regra de três:

Material do tipo B (kg)	Material do tipo C (kg)
200 ↓	8 ↓
x	100

Ao <u>diminuir</u> a quantidade de material (tipo B) <u>diminui</u> também a quantidade de material reciclado (tipo C). Por isso, as flechas apontam ao mesmo sentido. A equação resultante é:

$$\frac{200}{x} = \frac{8}{100} \Rightarrow 200 \cdot 100 = 8x \Rightarrow x = 2.500\,kg$$

Portanto, são necessários $2.500\,kg$ de material do tipo B para produzir os $100\,kg$ de material do tipo C, conforme desejado.

Agora, precisamos saber quanto material do tipo A é necessário para produzir esses $2.500\,kg$ de material do tipo B. Sabemos que $100\,kg$ do material do tipo A fornecem $25\,kg$ do tipo B. Então, podemos aplicar regra de três mais uma vez.

Material do tipo A (kg)	Material do tipo B (kg)
100 ↓	25 ↓
x	2.500

Segue que:

$$\frac{100}{x} = \frac{25}{2.500} \Rightarrow 100 \cdot 2.500 = 25x$$
$$\Rightarrow x = 10.000\,kg$$

Logo, são necessários $10.000\,kg$ de material do tipo A para produzir $2.500\,kg$ de material do tipo B e, consequentemente, $100\,kg$ de material do tipo C.

Gabarito: B

6. (CESPE/TJ-RR/Auxiliar Administrativo/2012) A caixa d'água de um hospital tem a forma de um cilindro circular reto com 10 metros de altura e capacidade para 30.000 litros de água. Considere que essa caixa d'água, completamente vazia, foi enchida à vazão constante e, 100 minutos depois de iniciado o enchimento, a água atingiu a altura de 3

metros. Com base nessas informações e supondo que nenhuma torneira abastecida pela caixa seja aberta durante o processo de enchimento, julgue o item a seguir.

Quando a água no interior da caixa atingiu 3 metros de altura, mais de 10.000 litros de água haviam sido despejados na caixa.

✍ **Comentário:**

Dentre outras coisas, o enunciado informa que quando a água atinge a altura máxima $(10\ m)$ o volume contido na caixa é de $30.000\ L$. Nosso objetivo é determinar o volume contido na caixa quando a altura a água é de $3\ m$. Visto que a vazão é constante, podemos usar regra de três para resolver esse problema. Temos:

Volume (l)	Altura (m)
30.000	10
x	3

Ao diminuir o volume, diminui também a altura que a água atinge. Por isso, as flechas apontam ao mesmo sentido. A equação resultante é:

$$\frac{30.000}{x} = \frac{10}{3} \Rightarrow 30.000 \cdot 3 = 10x \Rightarrow x = 9.000\ L$$

Portanto, quando a água atinge a altura de três metros, o volume contido na caixa é de exatamente 9 mil litros, ou seja, a afirmação está errada.

Gabarito: Errado

Regra de três composta

A regra de três composta é aplicada de maneira semelhante à regra de três simples. A diferença está no número de grandezas, que passa de duas para três, e na maneira de montar a equação a partir da tabela. A experiência que tenho como professor revela-me que a maior dificuldade encontrada pelos estudantes está na parte que diz respeito à classificação das grandezas (se são direta ou indiretamente proporcionais). Mas, essa é uma dificuldade que desaparece rapidamente com a prática.

A seguir, temos um exemplo clássico de questão que pode ser resolvido com regra de três composta.

Exemplo: Suponhamos que 3 operários construam um muro de 36 metros em 40 horas. Quanto tempo é necessário para que 5 operários construam um muro de 30 metros?

Note que existem três grandezas envolvidas, a saber, "número de operários", "número de horas" e "quantidade de metros construídos". A partir dos dados fornecidos, construímos a seguinte tabela:

Operários	Horas	Metros
3	40	36
5	x	30

Para classificar as grandezas em direta ou indiretamente proporcionais, convencionaremos, como na regra de três simples, que a grandeza da coluna onde se encontra a variável x decresce e a partir dela decidiremos se as outras recebem flecha apontando para cima ou para baixo.

Operários	Horas	Metros
3	40	36
5	x	30

Se diminuirmos o número de horas, diminui também o número de metros; menos tempo implica menos produção. Portanto, as flechas correspondentes às grandezas horas e metros apontam ao mesmo sentido:

Operários	Horas	Metros
3	40	36
5	x	30

Por outro lado, quando comparamos horas e operários, as coisas mudam. De fato, se diminuirmos o número de horas, torna-se necessário aumentar o número de operários para compensar, isto é, menos horas implicam mais operários. Assim, devemos posicionar as flechas correspondentes às grandezas horas e operários em sentidos opostos:

Operários	Horas	Metros
3	40	36
5	x	30

Agora, obtemos a equação igualando a fração proveniente da coluna onde se encontra a variável x com o produto das frações provenientes das outras duas colunas. No exemplo que estamos

considerando, a fração da primeira coluna deve ser invertida, visto que sua flecha aponta no sentido oposto. O resultado é o seguinte:

$$\frac{40}{x} = \frac{5}{3} \cdot \frac{36}{30}$$

Feito isso, basta resolver a equação. Após fazer algumas simplificações, obtemos:

$$\frac{40}{x} = 2 \Rightarrow x = 20\ horas$$

✍ Questões de concursos comentadas

1. (FCC/TRF – 2ª Região/Técnico Judiciário – Segurança e Transporte/2012) Suponha que, pelo consumo de energia elétrica de uma máquina que, durante 30 dias funciona ininterruptamente 8 horas por dia, paga-se o total de R$ 288,00. Se essa máquina passar a funcionar 5 horas por dia, a despesa que ela acarretará em 6 dias de funcionamento ininterrupto será de:

a) R$ 36,00
b) R$ 36,80
c) R$ 40,00
d) R$ 42,60
e) R$ 42,80

✍ Comentário:

As grandezas em questão são "dias", "horas" e "consumo". Os dados fornecidos nos permitem construir a seguinte tabela:

Dias	Horas	Consumo (R$)
30	8	288
6	5	x

Neste caso, todas as grandezas são diretamente proporcionais. De fato, ao diminuirmos o consumo diminuem, também, a quantidade de horas e o número de dias.

Dias	Horas	Consumo ($R$$)
30	8	288
6	5	x

Dessa tabela resulta e seguinte equação:

$$\frac{288}{x} = \frac{30}{6} \cdot \frac{8}{5} \Rightarrow \frac{288}{x} = 8 \Rightarrow x = \text{R\$ } 36{,}00$$

Portanto, a alternativa correta é a letra "a".

Vale observar que esta questão também pode ser resolvida usando apenas regra três simples.

Nesse caso, usamos o número de dias apenas para determinarmos o número de horas. Um funcionamento de 8 horas por dia durante 30 dias é o mesmo que um funcionamento de $8 \cdot 30 = 240\ h$. Da mesma forma que um funcionamento de 5 horas diárias durante 6 dias é o mesmo que um funcionamento de $5 \cdot 6 = 30\ h$. Assim, restam apenas as grandezas "horas" e "consumo", de modo que podemos construir a tabela:

Número de horas	Valor pago ($R$$)
240	288
30	x

Assim, obtemos:

$$\frac{240}{30} = \frac{288}{x} \Rightarrow 240x = 288 \cdot 30 \Rightarrow x = \text{R\$ } 36{,}00$$

Gabarito: A

2. (CESPE/PM-CE/Soldado/2012) O batalhão de polícia militar de uma cidade constituída dos bairros $B1$, $B2$ e $B3$ será dividido em três pelotões distintos de modo que cada um fique responsável pelo policiamento ostensivo de um desses bairros. As populações dos bairros $B1$, $B2$ e $B3$ são, respectivamente, iguais a 60.000, 66.000 e 74.000 pessoas; o batalhão possui um efetivo de 4.000 militares dos quais 300 trabalham exclusivamente em uma central única de comunicação e inteligência, não caracterizando atividade policial ostensiva; e todos os militares do batalhão residem na cidade.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Se todos os militares da central única de comunicação e inteligência trabalham com a mesma eficiência e se 5 deles atendem a 30 chamadas telefônicas a cada duas horas, então, para o atendimento de 36 chamadas a cada hora, são necessários mais de 15 militares.

✍ Comentário:

Todas as informações dadas na primeira parte do enunciado não influenciam na resolução da questão. O que realmente nos interessa é a informação de

que 5 militares atendem 30 chamadas a cada duas horas e queremos saber quantos deles são necessários para atender 36 chamadas a cada hora. Com esses dados, já podemos construir a tabela.

Militares	Chamadas	Horas
5	30	2
x	36	1

Note que se diminuirmos o número de militares, diminuem também o número de chamadas. Por outro lado, se diminuirmos o número de militares é preciso aumentar o número de horas para compensar a falta de militares. Desse modo, as flechas devem ser posicionadas como segue.

Militares	Chamadas	Horas
↓ 5	↓ 30	↑ 2
x	36	1

A equação resultante dessa tabela é:

$$\frac{5}{x} = \frac{30}{36} \cdot \frac{1}{2}$$

Observe que a última fração foi invertida por conta da última flecha que se encontra com sentido oposto ao da primeira. Após resolver essa equação, obtemos:

$$x = 12\ militares$$

Portanto, a afirmação de que seriam necessários mais de 15 militares está errada.

Esta questão também pode ser resolvida usando-se apenas regra de três simples. Para tanto, basta observar que 36 chamadas a cada hora corresponde a 72 chamadas a cada duas horas. Desse modo, pode-se eliminar a grandeza hora e construir a tabela:

Militares	Chamadas (a cada duas horas)
↓ 5	↓ 30
x	72

As grandezas são diretamente proporcionais porque ao aumentarmos o número de militares também aumentamos o número de chamadas atendidas. Assim,

$$\frac{5}{x} = \frac{30}{72} \Rightarrow 30x = 5 \cdot 72 \Rightarrow x = 12\ militares.$$

Gabarito: Errado

3. (CESPE/BRB/Escriturário/2011) O gerente de um banco formou uma equipe de escriturários para efetivar a abertura das contas-correntes dos 1.920 empregados de uma empresa. Sabe-se que, nessa equipe, cada escriturário efetiva a abertura da conta de um empregado da empresa em 5 minutos, que todos os escriturários trabalham no mesmo ritmo, e que esse trabalho será concluído em 2 dias, trabalhando-se 8 horas em cada dia.

Em 9 horas e 10 minutos de trabalho, 6 escriturários efetivarão a abertura das contas-correntes de 660 empregados da empresa.

✍ **Comentário:**

Na primeira parte do enunciado obtemos a informação de que um escriturário efetiva a abertura de uma conta em 5 minutos. Na segunda parte o enunciado afirma-se que 6 escriturários, em 550 minutos (= 9 horas e 10 minutos), são capazes de efetivar a abertura de 660 empregados. Podemos verificar a veracidade dessa afirmação a partir da tabela a seguir.

Escriturários	Minutos	Contas
1	5	1
6	550	x

Nosso objetivo é verificar se $x = 660$. Observando que as grandezas em questão são diretamente proporcionais, podemos posicionar as flechas como segue.

Escriturários	Minutos	Contas
↓ 1	↓ 5	↓ 1
6	550	x

Resulta, então, a equação:

$$\frac{1}{x} = \frac{1}{6} \cdot \frac{5}{550}$$

onde constatamos que $x = 660$. Logo, a afirmação está correta.

Gabarito: CERTO

4. (CESGRANRIO/Petrobras/Desenhista Projetista de Tubulação – Grupo E – Nível Médio III/2012) Dois televisores idênticos de 29 polegadas, ligados 5 horas por dia, consomem, em 30 dias, a mesma quantidade de energia elétrica consumida por um

único desses televisores ligado 4 horas diárias durante x dias.
O valor de x é:

a) 48
b) 60
c) 75
d) 80
e) 96

✍ **Comentário:**
Temos três grandezas envolvidas nesta questão, a saber, "televisores", "horas" e "dias". A partir dos dados fornecidos, obtemos a tabela a seguir.

Televisores	Horas	Dias
2	5	30
1	4	x

Para que a energia consumida se mantenha inalterada, ao diminuirmos o número de dias é preciso aumentar o número de horas para compensar. Pelo mesmo raciocínio, constata-se que ao diminuirmos o número de dias é preciso aumentar o número de televisores. Assim, o posicionamento das flechas deve ser o seguinte:

Televisores	Horas	Dias
↑ 2	↑ 5	↓ 30
1	4	x

Daí, resulta a equação:

$$\frac{30}{x} = \frac{1}{2} \cdot \frac{4}{5}$$

Resolvendo obtemos $x = 75\ dias$.

Gabarito: C

5. (FCC/MPE-AP/Técnico Ministerial – Motorista/ 2012) Uma empresa que trabalha com enormes quantidades de documentos confidenciais adquiriu 11 máquinas fragmentadoras de papel, dividindo-as entre suas duas filiais. Todas as máquinas são capazes de triturar a mesma quantidade de papel por hora. Na filial de São Paulo, operando com a máxima capacidade, as máquinas lá entregues trituraram 1.400 kg de papel em 4 horas. Já as máquinas da filial do Rio de Janeiro, também operando com a máxima capacidade, trituraram 500 kg de papel em 2 horas e meia. A quantidade de máquinas que foram enviadas para a filial de São Paulo é igual a:

a) 5
b) 6
c) 7
d) 8
e) 9

✍ **Comentário:**
Três grandezas estão envolvidas nesta questão, a saber, "quantidade de máquinas", "quantidade de papel" e "tempo de processamento". A quantidade total de máquinas é de 11 unidades, mas algumas foram para SP e outras, para RJ. Pois é justamente a quantidade de máquinas enviadas a SP que queremos determinar. Denotemos essa quantidade por x. Sendo assim, foram enviadas ao RJ $11 - x$ máquinas. A partir disso e dos dados fornecidos no enunciado, podemos construir a tabela a seguir.

Máquinas	Papel (kg)	Horas
x	1.400	4
$11 - x$	500	2,5

Note que ao diminuirmos o número de máquinas é preciso aumentar o número de horas para compensar. Por outro lado, diminuir o número de máquinas implica diminuir a quantidade de papel processada. Assim, o posicionamento das flechas deve ser o seguinte:

Máquinas	Papel (kg)	Horas
↓ x	↓ 1.400	↑ 4
$11 - x$	500	2,5

Assim, invertendo a última fração por conta da flecha que está em sentido contrário, resulta:

$$\frac{x}{11-x} = \frac{1.4\cancel{00}}{5\cancel{00}} \cdot \frac{2,5}{4}$$

$$\frac{x}{11-x} = \frac{14}{5} \cdot \frac{2,5}{4}$$

Multiplicando e dividindo a última fração por 10, eliminamos a vírgula:

$$\frac{x}{11-x} = \frac{14}{5} \cdot \frac{25}{40}$$

$$\frac{x}{11-x} = \frac{7}{4}$$

$$4x = (11-x) \cdot 7$$

$$4x = 77 - 7x$$

$$11x = 77$$

$$x = 7$$

Portanto, foram enviadas a SP exatamente 7 máquinas.

Gabarito: C

6. (CESGRANRIO/Petrobras/Técnico de Nível Médio/2011) Acabaram de sair do forno os números do Selo Procel, em 2010. Foram economizados $6{,}16$ bilhões de kWh, (...) energia suficiente para suprir $3{,}36$ milhões de residências durante um ano.

(*O Globo*, Rio de Janeiro, p. 25, 21 abr. 2011)

Considerando-se as informações da reportagem, quantos bilhões de kWh seriam necessários para suprir $5{,}88$ milhões de residências durante dois anos?

a) $10{,}58$
b) $12{,}46$
c) $16{,}88$
d) $18{,}36$
e) $21{,}56$

✍ **Comentário:**

O enunciado fornece informações a respeito de três variáveis, conforme mostra a tabela a seguir.

Energia (kWh)	Residências (em milhões)	Anos
$6{,}16$	$3{,}36$	1
x	$5{,}88$	2

Todas as grandezas são diretamente proporcionais porque ao diminuirmos a quantidade de energia diminui, também, a quantidade de residências atendidas, bem como o número de anos de fornecimento da energia.

Energia (kWh)	Residências (em milhões)	Anos
↓ $6{,}16$	↓ $3{,}36$	↓ 1
x	$5{,}88$	2

Assim, obtemos a equação:

$$\frac{6{,}16}{x} = \frac{3{,}36}{5{,}88} \cdot \frac{1}{2}$$

Após ser multiplicada e dividida por 100 (a fim de eliminar as vírgulas), a primeira fração do lado direito pode ser simplificada, conforme a seguir:

$$\frac{336}{588} = \frac{168}{147} = \frac{28}{49} = \frac{4}{7}$$

Segue que:

$$\frac{6{,}16}{x} = \frac{4}{7} \cdot \frac{1}{2} = \frac{2}{7} \Rightarrow 7 \cdot 6{,}16 = 2x \Rightarrow x = 21{,}56 \text{ kWh}$$

Gabarito: E

Porcentagem e problemas

Porcentagem é uma forma de expressar um número, especialmente uma razão, como uma fração de 100. Por exemplo, 45% é igual a $\frac{45}{100}$.

Para converter um número decimal em porcentagem, basta multiplicá-lo por 100.

Considere os exemplos a seguir para conhecer algumas estratégias de resolução de problemas.

Exemplo 1

Suponha que queiramos descobrir quanto é 6% de 250 unidades.

Resolução: 6% significa $\frac{6}{100}$, então para calcular 6% de 250 basta multiplicar $\frac{6}{100}$ por 250:

$$\frac{6}{100} \times 250 = \frac{6 \times 250}{100} = \frac{1500}{100} = 15$$

Logo, 6% de 250 unidades é 15.

Exemplo 2

Suponha que queiramos saber a porcentagem de 50 unidades sobre o total de 1250.

Resolução: Queremos saber quanto por cento de 1250 que dá 50. Isso pode ser traduzido assim:

$$\frac{x}{100} \times 1250 = 50$$

Resolvendo a equação (o que multiplica passa dividindo e o que divide passa multiplicando):

$$x = \frac{50 \times 100}{1250} = \frac{5000}{1250} = 4$$

Assim, 50 é 4% de 1250.

Exemplo 3

Quanto é 50% de 40%?

Resolução: Para calcular a porcentagem de uma porcentagem, basta converter uma delas em frações de 100 e multiplicá-las.

$$50\% \text{ de } 40 = \frac{50}{100} \times 40 = \frac{50 \times 40}{100} = \frac{2000}{100} = 20$$

Portanto, 50% de 40% é 20%.

Exemplo 4

Um produto de 200 reais sofre um acréscimo de 10% no seu preço. Qual seu novo valor?

Resolução: Note que 10% de 200 é 20, pois:

$$\frac{10}{100} \times 200 = \frac{2000}{100} = 20$$

Então, o produto sofreu um acréscimo de R$ 20. Logo, o novo preço é R$ 220.

Observações acerca do exemplo 4

Note que R$ 220 é 110% do valor inicial (100% + 10%). Para ver isso, basta repetir o método do exemplo 2:

$$\frac{x}{100} \times 200 = 220 \text{ (x por cento de 200 é 220)}$$

Resolvendo a equação:

$$X = \frac{220 \times 100}{200} = \frac{22000}{200} = 110$$

Então, outra maneira de pensar sobre um acréscimo de 10% é sabendo que isso significa 110% sobre o valor original. Vejamos isso no próximo exemplo.

Exemplo 5

Um produto de 200 reais sofre um desconto de 20% no seu preço. Qual é o seu novo valor?

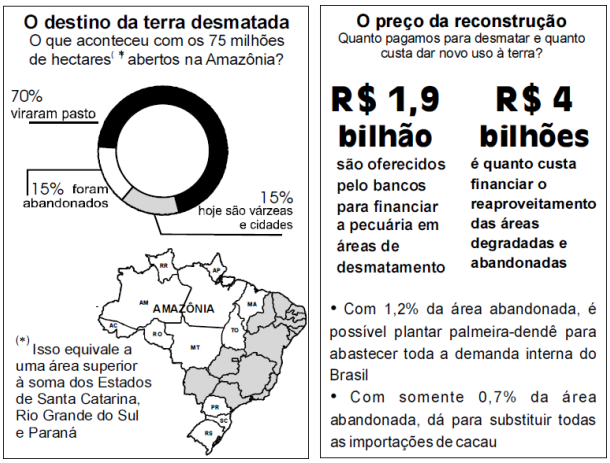
Resolução: Um decréscimo de 20% representa 80% do valor original (100% – 20%). Então:

$$\frac{80}{100} \times 200 = 160$$

Logo, o novo preço é de R$ 160.

✍ Questões de concurso comentadas

1. (CESPE/Banco do Brasil/Escriturário/2008)



Época, 3/3/2008 p. 57 (com adaptações).

A principal motivação para o desmatamento da região Amazônica é a abertura de novas fronteiras para a pecuária. Ocorre, no entanto, que parte do terreno desmatado para pasto, por ser empobrecido pelas queimadas e compactado, aos poucos, pelo pisoteio do gado, é abandonado após 5 anos de uso. Considere que o gráfico do primeiro quadro ilustre a distribuição de 75 milhões de hectares desmatados na Amazônia até o ano de 2007 e que, a cada 5 anos, a partir dessa data, 30% das pastagens sejam abandonadas.

Com base nas informações acima, julgue o item a seguir.

Nessa situação, em 2012, somente 40% dos 75 milhões de hectares desmatados até 2007 estarão sendo utilizados para pastagens.

✍ **Comentário:**
De acordo com o gráfico, 70% da terra desmatada viraram pasto em 2007. O enunciado diz que a cada 5 anos 30% das pastagens são abandonadas.
Como 2012 são 5 anos após 2007 temos que descontar 30% dos 70% originais.

$$\frac{30}{100} \times 70 = \frac{2100}{100} = 21$$

Portanto, foram abandonadas 21% das pastagens entre 2007 e 2012.

Logo, em 2012 teremos 70% - 21% = 49% de mato disponível para pastagem.
Gabarito: Errado

2. (CESPE / Banco do Brasil / Escriturário / 2008) Considere o gráfico a seguir, que ilustra a previsão das reservas monetárias de alguns países, em 2008.

Julgue certo ou errado o item a seguir.

Com base nas informações do gráfico apresentado acima, em 2008, as reservas previstas para a Índia superarão as previstas para o Brasil em mais de 55%.

✍ **Comentário:**
O valor de referência é o do Brasil, e queremos saber quantos por cento o valor da Índia está com relação ao valor de referência. Em outras palavras:

$\frac{x}{100} \times 190 = 290$ (x por cento de 190 é 290)

Resolvendo a equação, temos:

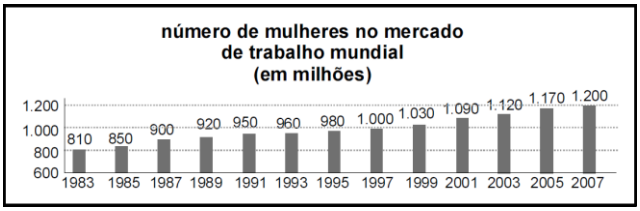
$x = \frac{(290 \times 100)}{190} = \frac{29000}{190} = 152{,}6\ldots$

Isso significa que 290 é aproximadamente 152% de 190.

Portanto, o aumento foi de aproximadamente 52%.

Gabarito: Errado

3. (CESPE / Banco do Brasil / Escriturário / 2008)



O número de mulheres no mercado de trabalho mundial é o maior da História, tendo alcançado, em 2007, a marca de 1,2 bilhão, segundo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em dez anos, houve um incremento de 200 milhões na ocupação feminina. Ainda assim, as mulheres representaram um contingente distante do universo de 1,8 bilhão de homens empregados. Em 2007, 36,1% delas trabalhavam no campo, ante 46,3% em serviços. Entre os homens, a proporção é de 34% para 40,4%. O universo de desempregadas subiu de 70,2 milhões para 81,6 milhões, entre 1997 e 2007 — quando a taxa de desemprego feminino atingiu 6,4%, ante 5,7% da de desemprego masculino. Há, no mundo, pelo menos 70 mulheres economicamente ativas para 100 homens. O relatório destaca que a proporção de assalariadas subiu de 41,8% para 46,4% nos últimos dez anos. Ao mesmo tempo, houve queda no emprego vulnerável (sem proteção social e direitos trabalhistas), de 56,1% para 51,7%. Apesar disso, o universo de mulheres nessas condições continua superando o dos homens.

O Globo, 7/3/2007, p. 31 (com adaptações).

Julgue certo ou errado o item a seguir.

Com referência ao texto e considerando o gráfico nele apresentado, a população feminina no mercado de trabalho mundial em 1995 representa, com relação a essa população em 1989, um aumento inferior a 5%.

✍ **Comentário:**
O valor de referência é o de 1989 (920 mulheres) e queremos saber quantos por cento o valor de 1995 (980 mulheres) está com relação ao valor de referência. Em outras palavras:

$\frac{x}{100} \times 920 = 980$ (x por cento de 920 é 980)

Resolvendo a equação, temos:

$x = \frac{(980 \times 100)}{920} = \frac{98.000}{920} = 106{,}5\ldots$

Isso significa que 980 é aproximadamente 106% de 920.
Sendo assim, o aumento foi de aproximadamente 6%.

Gabarito: Errado

4. (CESPE/Polícia Militar – CE/Soldado PM/2008) Com base no texto abaixo, julgue o item a seguir.

Turismo no Brasil: tomado pela informalidade

O turismo brasileiro atravessa um período de franca expansão. Entre 2002 e 2006, o número de pessoas que trabalham nesse setor aumentou 14% e chegou a 1,869 milhão. Cerca de 60% desse contingente de trabalhadores está no mercado informal, sem carteira assinada. A estatística faz parte de um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). O quadro abaixo mostra a distribuição espacial da ocupação do setor de turismo no Brasil, no ano de 2006.

Segundo o estudo, as atividades ligadas ao turismo com maior índice de trabalhadores formais são as de hotelaria, pousadas e locação de veículos, enquanto alimentação, cultura e lazer são as atividades com maior índice de trabalhadores informais.

Veja. Ed. nº 2065, 18/6/2008, p. 59 (com adaptações).

	região					total
	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	
total	819.000	277.000	121.000	517.000	135.000	1,869 milhão
empregos formais	48%	48%	46%	28%	26%	40%
empregos informais	52%	52%	54%	72%	74%	60%

Tendo o texto acima como referência, em termos percentuais, se 25% dos trabalhadores informais do setor de turismo no Nordeste deixarem a informalidade, a porcentagem dos informais no Nordeste será inferior à porcentagem dos informais no Sudeste.

✍ **Comentário:**
Coletando os dados:

• Temos 72% no setor informal no Nordeste;

• 25% deixaram a informalidade.

Se 25% deixaram a informalidade, então 75% continuaram no setor informal. Mas, esse valor se refere aos 72% originais. Assim, o objetivo é descobrir quanto é 75% de 72%.

$$\frac{75}{100} \times 72 = \frac{75 \times 72}{100} = \frac{5400}{100} = 54$$

Logo, teremos 54% de trabalhadores informais no Nordeste.

Comparando com os 52% do Sudeste, vemos que a porcentagem do Nordeste será superior à porcentagem do Sudeste.

Gabarito: Errado

5. (CESPE/TCE – AC/Analista de controle externo/ 2009) Ao entrar em vigor lei específica que estabeleceu novos direitos aos usuários de telecomunicações, uma operadora de telefonia celular perdeu 8% dos seus clientes. A empresa decidiu, então, diminuir sua margem de lucro sobre os serviços ao cliente, o que acarretou um aumento de 10% no número atual de clientes da empresa. Nessa situação, considerando que, após as medidas tomadas pela empresa, o número de clientes da operadora passou a ser de 80.960, então o número de clientes dessa operadora antes da perda dos 8% de clientes era:

a) inferior a 73.500.
b) superior a 73.500 e inferior a 75.500.
c) superior a 75.500 e inferior a 77.500.
d) superior a 77.500 e inferior a 79.500.
e) superior a 79.500.

✍ **Comentário:**
Vamos coletar os dados:

• Perdeu 8%
• Ganhou 10%
• Ficou com 80.960

Depois da perda de 8% o valor total era de 92%.

A partir de 92% o valor subiu 10%.

Vamos, portanto, descobrir quanto é 110% de 92% (Lembre que 110% significa um acréscimo de 10%)

$$\frac{110}{100} \times 92 = \frac{110 \times 92}{100} = \frac{101{,}20}{100} = 101{,}2$$

Assim, o valor original foi alterado em 101,2%.

Vamos, então, descobrir qual o valor original (x) que foi alterado em 101,2% e resultou em 80.960. Em outras palavras:

$$\frac{101{,}2}{100} \times x = 80.960 \quad \text{(101,2\% de x é 80.960)}$$

Isolando o **x**, isto é, passando o 100 multiplicando e o 101,2 dividindo, temos que:

$$x = \frac{80.960 \times 100}{101{,}2} = \frac{8.096.000}{101{,}2} = 80.000$$

Conclusão: havia 80.000 clientes antes da perda inicial de 8%.

Gabarito: E

Raciocínio lógico-quantitativo

Princípios do raciocínio lógico: conectivos lógicos, diagramas lógicos

Fundamentos da lógica

Lógica é o estudo das relações entre afirmações, e não da verdade dessas afirmações.

Expressão x sentença

Exemplo de expressão: "A metade de um número" — isso é uma expressão, pois não cabe julgar se é uma verdade ou uma falsidade. As expressões não possuem verbo.

Exemplo de sentença: "o quadrado de seis é trinta e seis" — nesse caso cabe fazer o julgamento se é verdadeiro ou falso. Sentenças são orações com sujeito e predicado.

✍ **Questão de concurso comentada**

1. (FCC/TCE-PB) Sabe-se que sentenças são orações com *sujeito* (o termo a respeito do qual se declara algo) e *predicado* (o que se declara sobre o sujeito). Na relação seguinte há expressões e sentenças:

1. Três mais nove é igual a doze.
2. Pelé é brasileiro.
3. O jogador de futebol.
4. A idade de Maria.
5. A metade de um número.
6. O triplo de 15 é maior do que 10.

É correto afirmar que, na relação dada, são sentenças apenas os itens de números:

a) 1, 2 e 6
b) 2, 3 e 4
c) 3, 4 e 5
d) 1, 2, 5 e 6
e) 2, 3, 4 e 5

✍ **Comentário:**
Note que as de números 3, 4 e 5 são expressões, por não possuírem verbo, e as de números 1, 2 e 6 são sentenças, por possuírem sujeito e predicado.
Gabarito: A

Sentenças abertas e fechadas

As sentenças podem ser abertas ou fechadas:

Sentença aberta: são aquelas que possuem uma indeterminação.

Exemplo:
$x + 3 = 5$

Não há como julgar se essa sentença é verdadeira ou falsa, pois não sabemos o valor de *x*. Se atribuirmos a *x* o valor 2, ela será verdadeira, mas se atribuirmos a *x* valor 10, ela será falsa.

Sentença fechada: são aquelas que não possuem indeterminação.

Exemplo:
$2 + 2 = 4$

✍ **Questão de concurso comentada**

2. (FCC/SEFAZ) Considere as seguintes frases:

I. Ele foi o melhor jogador do mundo em 2005.

II. $\frac{x + y}{5}$ é um número primo.

III. João da Silva foi o Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo em 2000.

É verdade que APENAS:

a) I e II são sentenças abertas.
b) I e III são sentenças abertas.
c) II e III são sentenças abertas.
d) I é uma sentença aberta.
e) II é uma sentença aberta.

✍ **Comentário:**
As alternativas I e II são indeterminadas, pois não é possível julgar se é verdadeiro ou falso. Sendo assim, são sentenças abertas.
Gabarito: A

Proposição

É a sentença fechada que declara algo, por meio de palavras ou símbolos, e cujo conteúdo possa ser **verdadeiro** ou **falso**.

Exemplo de proposição cujo valor é verdadeiro (V)

p: "O território brasileiro é maior que o território uruguaio."

Exemplo de proposição cujo valor é falso (F)
q: 8 + 2 ≠ 10

Exercício

Analisando a proposição **9 > 2**, assinale a alternativa correta.

A) O valor lógico dessa proposição é verdadeiro.
B) O valor lógico dessa proposição é falso.

Gabarito: A

O raciocínio lógico está estruturado sobre três princípios:

Princípio da identidade:
Uma proposição declarada verdadeira é sempre verdadeira. Uma proposição declarada falsa é sempre falsa.

Princípio do não contraditório:
Nenhuma proposição pode ser declarada **verdadeira** e **falsa** ao mesmo tempo.

Princípio do terceiro excluído:
Uma proposição ou será **verdadeira** ou será **falsa**; não existe outra possibilidade.

✍ **Questão de concurso comentada**

3. (SEBRAE/CESPE) Com relação à lógica formal julgue certo ou errado.

Toda a proposição lógica pode assumir no mínimo dois valores lógicos.

✍ **Comentário:**
Uma proposição pode ter no máximo **um** valor lógico (**verdadeiro** ou **falso**).
Gabarito: Errado

Nem toda sentença pode ser considerada uma proposição.

Exemplos:
Onde fica o Mar Morto?

Vá lavar o carro.

Esses exemplos não constituem proposições, pois não é possível extrair o valor lógico (V/F) de frases interrogativas ou imperativas.

Confira outros exemplos de sentenças que <u>não</u> são consideradas proposições:

Sentenças exclamativas:
"Que dia lindo!"

Sentenças sem verbo:
"O carro de Pablo."

Sentenças abertas:
"Y > 7", "W é a capital da Itália."

Sentenças paradoxais:
"Esta frase é uma mentira." (Não pode ser **V** nem **F**.)

✍ **Questões de concurso comentadas**

4. (Banco do Brasil/CESPE) Julgue certo ou errado.
Há duas proposições no seguinte conjunto de sentenças:

I. O BB foi criado em 1980.
II. Faça seu trabalho corretamente.
III. Manuela tem mais de 40 anos de idade.

✍ **Comentário:**
São proposições os itens I e III, pois podemos atribuir valores lógicos (verdadeiro ou falso) a tais sentenças.
Gabarito: Certo

5. (Banco do Brasil/CESPE) Julgue certo ou errado.
Na lista de frases apresentadas a seguir, há exatamente <u>três proposições.</u>

1. "A frase dentro destas aspas é uma mentira."
2. "A expressão X + Y é positiva."
3. "O valor de $\sqrt{4}$ + 3 = 7."
4. "Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira."
5. "O que é isto?"

✍ **Comentários:**
Analisando as 5 frases apresentadas na questão temos:
1. "A frase dentro destas aspas é uma mentira." (**Sentença paradoxal)**
2. "A expressão X + Y é positiva." (**Sentença aberta)**
3."O valor de $\sqrt{4}$ + 3 = 7". (**Proposição**)
4. Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira." (**Proposição**)
5. " O que é isto?" (**Frase interrogativa)**
Sendo assim, existem apenas **duas proposições** no conjunto de frases apresentadas.

Gabarito: Errado

Tipos / representação

As proposições podem ser **simples** ou **compostas**.

Simples: São aquelas que vêm sozinhas.

Exemplo:
p: Maria foi à praia.

Caso contrário chamamos de **compostas**, por existirem duas ou mais situações.

Exemplo:
Maria foi à praia e João ao mercado.

As proposições simples são representadas normalmente por letras **minúsculas**.

Exemplos: p, q, r...

As proposições compostas são representadas normalmente por letras **maiúsculas**.

Exemplo: P, Q, R...

Exercício:
Qual das alternativas abaixo apresenta uma proposição composta?

a) 7=3+4
b) Walter saiu e Roger ficou em casa.
c) 2 é um número primo.

Gabarito: B

Partícula "não" – negação
Em proposições simples basta acrescentar a palavra "não" para negativar a proposição.

Exemplo:
p: João é pedagogo.
Negativa: ~p: João **não** é pedagogo.
Confira outras formas de negação:

João é pedagogo.
Negação:
Não é verdade que João é pedagogo.
Ou:
É falso que João é pedagogo.
Pode-se, também, fazer negações com as dicotomias.

Exemplos:
A negação de "**Tiago é alto**" poderá ser "**Tiago é baixo**".

A negação de "**é um número natural par**" poderá ser: "**é um número natural ímpar**".

Representação de negação:
Os símbolos utilizados para representar uma negação são a ¬ (cantoneira) ou o **~** (til).

Tabela verdade:

p	**~p**
V	F
F	V

Aplicação/exemplo:

Se a proposição **"p: João é pedagogo"** for verdadeira (V),	então o valor lógico da negação "**~p: João não é pedagogo**" será Falso (F).
p	~p
V	F

Se a proposição **"p: João é pedagogo"** for Falsa (F),	então o valor lógico da negação "**~p: João não é pedagogo**" será verdadeiro (V).
p	~p
F	V

Conectivos

Servem para interligar duas ou mais proposições.

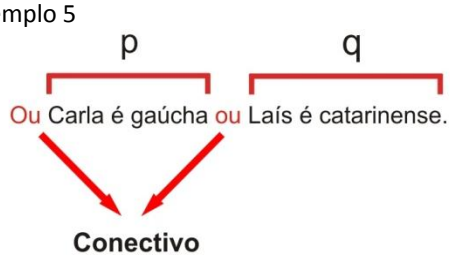
Exemplo 1

Exemplo 2

Exemplo 3

Exemplo 4

Exemplo 5



Toda a proposição interligada por conectivos também terá um valor lógico (V/F).

Conectivo "e" – conjunção

Uma conjunção só será verdadeira se ambas as proposições componentes forem verdadeiras. Nos demais casos ela será falsa.

Exemplo de proposição interligada por conjunção:

Representamos por: **p ∧ q** (lê-se "p e q").

Observe a tabela verdade do conectivo "e "

p	q	p ∧ q
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

Como utilizar a tabela verdade para encontrar o valor lógico de uma proposição composta:

Exemplo 1:
p: 16 ÷ 2 = 8
q: O Brasil é um país.
p ∧ q : 16 ÷ 2 = 8 **e** O Brasil é um país.

Qual é o valor lógico de p ∧ q?

Solução:
16 ÷ 2 = 8, → É verdadeiro.
O Brasil é um país → É verdadeiro.
Observando a 2° linha da tabela verdade, você verá que o valor lógico de p ∧ q é verdadeiro.

Exemplo 2
p: 7-1 =10
q: 20>5
p∧q: 7 -1 =10 e 20>5
Qual é o valor lógico da proposição p∧q?

Solução:
p: 7-1 =10 → Falso
q: 20>5 → Verdadeiro

Consultando a 4º linha da tabela verdade veremos que quando a primeira proposição for falsa e a segunda for verdadeira, o valor lógico de p ∧ q será **falso**.

Exemplo 3
p: 4 é impar.
q: A lua é maior que a Terra.
p ∧ q: ?

Solução:
p: 4 é impar – falso.
q: A lua é maior que a Terra – falso.
p ∧ q → falso.

✍ Questão de concurso comentada

6. (SEBRAE / CESPE) Com relação à lógica formal julgue certo ou errado.

A proposição "João viajou para Paris e Roberto viajou para Roma" é um exemplo de proposição formada por duas proposições simples relacionadas por um conectivo de conjunção.

✍Comentário:

Gabarito: Certo

O conectivo "e " (conjunção) também pode aparecer de outras formas.

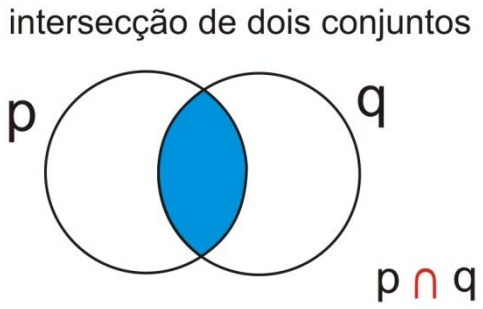
Confira alguns exemplos:
Descanso, mas estudo.
Entende-se essa proposição como:
Descanso e estudo.

Outro exemplo:
Tanto Flávia foi viajar quanto Roger foi estudar.
Entende-se como:
Flávia foi viajar e Roger foi estudar.

7. (SEFAZ/FCC) Considere a proposição "Paula estuda, mas não passa no concurso". Nessa proposição, o conectivo lógico é:

a) Disjunção inclusiva.
b) Conjunção.
c) Disjunção exclusiva.
d) Condicional.
e) Bicondicional.

✍ **Comentário:**
Resposta: b
"Paula estuda, **mas** não passa no concurso."
↙
Conectivo lógico (**conjunção**)
As proposições p ^ q podem ser representadas por conjuntos:



Exemplo/aplicação:

Conectivo "ou" (disjunção inclusiva)

Uma proposição composta por **disjunção inclusiva** será considerada falsa quando as duas partes que a compõem forem **ambas falsas**.

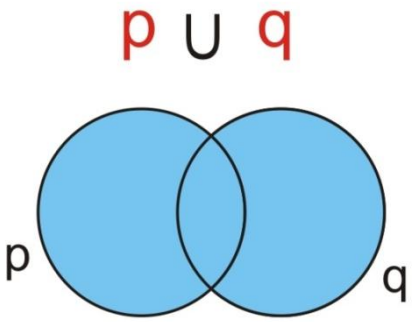
Exemplo de proposição interligada por disjunção inclusiva:

Representamos por: **p ∨ q** (lê-se p ou q).

Tabela verdade do conectivo "ou":

p	**q**	**p ∨ q**
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

As proposições **p ∨ q** podem ser representadas por conjuntos:



O conectivo "ou" será caracterizado pela união dos conjuntos p e q.

8. (ELETRONORTE/NCE/UFRJ) Considere a tabela-verdade abaixo, onde as colunas representam os valores lógicos para as fórmulas **A**, **B** e **A** ∨ **B**, sendo que o símbolo ∨ denota o conector "ou", **V** denota verdadeira e **F** denota falsa.

A	B	(A ∨ B)
V	V	
V	F	
F	V	
F	F	

Os valores lógicos que completam a última coluna da tabela, de cima para baixo, são:

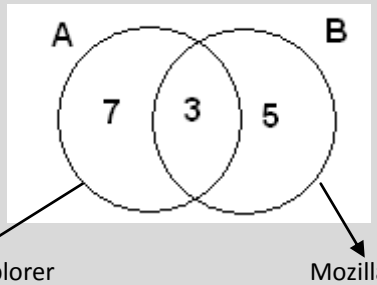
a) V, F, V, V
b) V, F, F, V
c) F, V, F, V
d) V, V, V, F
e) F, F, V, V

✍ **Comentário:**
Resposta: D
Questão de fácil resolução, bastando que o candidato tenha memorizado a tabela verdade do conectivo "ou".
REFORÇANDO:
Sabe-se que na disjunção ("ou") o valor lógico só será **falso** se as **duas** proposições componentes forem **ambas falsas**. Nos demais casos será verdadeira.

9. (SEGER/CESPE) Julgue certo ou errado.

Suponha que, dos usuários da internet no Brasil, 10 milhões naveguem por meio do internet Explorer, 8 milhões, por meio do Mozilla e 3 milhões, por ambos, Mozilla e Internet Explorer. Nessa situação, o número de usuários que navegam pelo internet Explorer ou pelo Mozilla é igual a 15 milhões.

✍ **Comentário:**
Observe que o enunciado apresenta uma disjunção inclusiva: "O número de usuários que navegam pelo internet Explorer **ou** pelo Mozilla é igual a 15 milhões".
Vamos resolver a questão utilizando diagramas.
Note que o enunciado afirma: "... 3 milhões, por ambos...", sendo assim colocaremos o número 3 na interseção dos dois conjuntos. Observe:



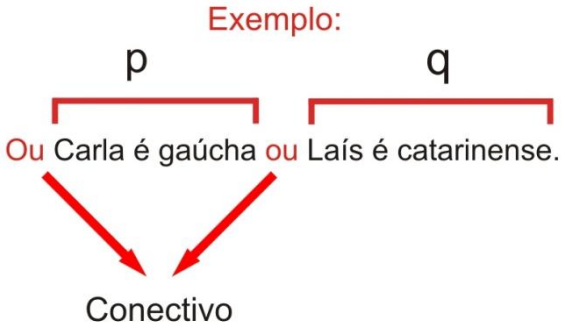
(10 milhões: 10 – 3 = 7) (8 milhões: 8 – 3 = 5)

Somando 7 + 3 + 5 = 15 milhões

Gabarito: Certo

Conectivo "ou... ou..." – disjunção exclusiva

A **disjunção exclusiva** só será verdadeira se atender à mútua exclusão das sentenças.



Representamos por: p ⩒ q (lê-se ou p ou q).

Só será **verdadeira** quando uma sentença for **verdadeira** e a outra, **falsa**.

Tabela verdade:

p	**q**	**p ⩒ q**
V	V	F
V	F	V
F	V	V
F	F	F

O conectivo "**ou... ou...**" (disjunção exclusiva) também pode aparecer da seguinte forma:

Nesse caso **NÃO** é (disjunção inclusiva), pois fica subentendido que:

Pois Gilda só pode ter nascido em um lugar, e não em ambos.

Outro caso de disjunção exclusiva:
"Almoço ou tomo banho, **mas não os dois**."
Fica subentendido como:
"**Ou** almoço **ou** tomo banho."

Exercício
Qual é o valor lógico da seguinte proposição disjuntiva exclusiva?
Ou a cobra é réptil ou o homem é um mamífero.

(A) Verdadeiro (B) Falso

Gabarito: Falso

Conectivos "Se... então..." – condicional

Uma proposição será **condicional** quando atender a uma **condição.**

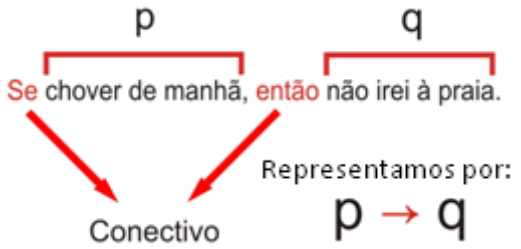
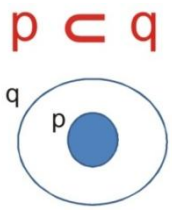


Tabela verdade do conectivo "se... então":

p	q	p → q
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

As proposições p → q podem ser representadas por conjuntos:



O conectivo **se p então q** corresponderá à inclusão do conjunto **p** no conjunto **q**.

Exercício
Qual é o valor lógico da seguinte proposição condicional?

Se 10 – 4 = 6, então 23 é o resultado de 10 + 10.

(A) Verdadeiro (B) Falso

Gabarito: B

Exercício:
Qual é o **valor lógico** da seguinte proposição condicional?

Se 2 + 2 = 5, então 20/2 = 10.

(A) Verdadeiro (B) Falso

Gabarito: A

10 - (Agente fiscal – adaptada/FCC) Julgue certo ou errado.

A proposição "**Se a Terra é quadrada, então a Lua é triangular.**" é falsa.

✍ **Comentário:**
Aqui temos duas proposições simples interligadas "se... então":

"**Se** a Terra é quadrada, **então** a Lua é triangular."
p = falso q = falso

Sendo assim, observando a tabela verdade do conectivo "Se então":

Tabela verdade

p	q	p → q
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	**F**	**V**

Verificamos que quando as duas proposições componentes são falsas o valor lógico da proposição composta será **verdadeiro**.
Gabarito: Errado.

11. (SEGER/CESPE – adaptada) Julgue certo ou errado.

No teste a seguir, elaborado com base em uma pesquisa internacional sobre autoestima, o entrevistado deve marcar a opção que mais se aplica ao seu caso em cada tópico. Considere que um entrevistado tenha assinalado as opções especificadas a seguir.

1-	Fico ofendido ao receber críticas.	○ Raramente • Às vezes ○ Sempre
2-	Costumo exagerar meus defeitos e minimizar minhas qualidades.	○ Raramente • Às vezes ○ Sempre

A partir dessas informações, julgue o item seguinte: A proposição "se o referido entrevistado às vezes se ofende ao receber críticas, então ele raramente costuma exagerar seus defeitos e minimizar suas qualidades" é verdadeira.

✍**Comentário:**
Aqui temos uma condicional para ser analisada, mas o valor lógico de cada proposição simples dessa condicional deve ser retirado do quadro que consta no enunciado.
Observando o quadro, os valores lógicos das proposições serão:
p: o entrevistado às vezes se ofende ao receber críticas. **(V)**
q: o entrevistado raramente costuma exagerar seus defeitos e minimizar suas qualidades. **(F)**
Depois, consultaremos a tabela verdade da condicional para descobrir o valor lógico da proposição p → q.

p	q	p → q
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

Portanto, analisando a tabela verdade, observamos que quando a primeira proposição for verdadeira e a segunda for falsa o valor lógico da proposição **p → q** será **falso**.
Gabarito: Errado

12. (AFTN/ESAF) José quer ir ao cinema assistir ao filme "Fogo contra Fogo", mas não tem certeza se o mesmo está sendo exibido. Seus amigos, Maria, Luís e Júlio, têm opiniões discordantes sobre se o filme está ou não em cartaz. Se Maria estiver certa, então Júlio está enganado. Se Júlio estiver enganado, então Luís está enganado. Se Luís estiver enganado, então o filme não está sendo exibido. Ora, ou o filme "Fogo contra Fogo" está sendo exibido, ou José não irá ao cinema. Verificou-se que Maria está certa. Logo:

a) O filme "Fogo contra Fogo" está sendo exibido.
b) Luís e Júlio não estão enganados.
c) Júlio está enganado, mas não Luís.
d) Luís está enganado, mas não Júlio.
e) José não irá ao cinema.

✍ **Comentário:**
1º passo: Identificar as proposições do enunciado e seus respectivos conectivos:
P1: Se Maria estiver certa, **então** Júlio está enganado.
P2: Se Júlio estiver enganado, **então** Luís está enganado.
P3: Se Luís estiver enganado, **então** o filme não está sendo exibido.
P4: Ou filme está sendo exibido **ou** José não irá ao cinema.
P5: Maria está certa.
2º passo: Fazer a representação simbólica das proposições:
P1: a → b
P2: b → c
P3: c → ¬d
P4: d ⩒ ¬e
P5: a

3º passo: Devemos supor todas as proposições como verdadeiras:
P1: a → b **= V**
P2: b → c **= V**
P3: c → ¬d **= V**
P4: d ⩒ ¬e **= V**
P5: a **= V**

4º passo: Descobrir os valores lógicos de cada proposição consultando as respectivas tabelas verdades:

P	q	p → q
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

P	q	p ⩒ q
V	V	F
V	F	V
F	V	V
F	F	F

Sabemos que a proposição representada por A tem valor verdadeiro, então analisando a proposição P1 temos:

P1: a $^{(V)}$ → b **= V**
Utilizaremos essas informações para descobrir o valor lógico da proposição **b**.
Consultando a tabela verdade do conectivo "se… então", verificamos que quando a primeira proposição é verdadeira e o resultado também é verdadeiro o valor lógico da segunda proposição só pode ser verdadeiro, correto? Então, descobrindo que o valor de **b = V**, temos:
P1: a $^{(V)}$ → b $^{(V)}$ **= V**

Passemos para a segunda proposição:
P2: b → c **= V**
Nós já sabemos algo sobre essa segunda proposição? Claro que sabemos. O valor lógico de **b** é verdadeiro, então temos:
P2: b $^{(V)}$ → c **= V**

Para descobrir o valor lógico de **c**, basta consultar a tabela verdade e descobriremos que é verdadeiro, teremos:
P2: b $^{(V)}$ → c $^{(V)}$ **= V**

Passemos para a terceira proposição:

P3: c → ¬d **= V**

Já sabemos algo sobre essa proposição? Sim. O valor lógico de **c** é V, então consultando a tabela verdade encontraremos o valor de **¬d**, ficando:

P3: $c^{(V)}$ → $\neg d^{(V)}$ **= V**

Passemos para quarta proposição:

P4: d ⩒ ¬e **= V**

Sabemos algo sobre essa proposição? Sim. Se a negativa de d **(¬d)** é verdadeira, então **d** será falso, lembra-se? Logo, consultando a tabela verdade, teremos:

P4: $d^{(F)}$ ⩒ $\neg e^{(V)}$ **= V**

Sendo assim, chegamos às seguintes conclusões:

Proposições iniciais	Valores lógicos encontrados	Conclusões
a: Maria está certa.	V	Logo, Maria está certa.
b: Júlio está enganado.	V	Logo, Júlio está enganado.
c: Luís está enganado.	V	Logo, Luís está enganado.
d: O filme está sendo exibido.	F	Logo, o filme NÃO está sendo exibido.
~e: José não irá ao cinema.	V	Logo, José não irá ao cinema.

Analisando nossas conclusões, temos como resposta a letra E.

13 - (ESAF) Se Vera viajou, nem Camile nem Carla foram ao casamento. Se Carla não foi ao casamento, Vanderleia viajou. Se Vanderleia viajou, o navio afundou. Ora, o navio não afundou. Logo...

a) Vera não viajou e Carla não foi ao casamento.
b) Camile e Carla não foram ao casamento.
c) Carla não foi ao casamento e Vanderleia não viajou.
d) Carla não foi ao casamento ou Vanderleia viajou;
e) Vera e Vanderleia não viajaram.

✍ **Comentário**

Mesma lógica da questão anterior.
1ª) Identifique as proposições e os conectivos.
2º) Faça a representação simbólica.
3º) Suponha todas as proposições como verdadeiras.
4º) Encontre os valores lógicos consultando as respectivas tabelas verdades.
5º) Anote as conclusões.
6º) Encontre a resposta de acordo com as conclusões.

Resolução:

P1: Se Vera viajou, **nem** Camile **(então) nem** Carla foram ao casamento.
P1: A → (¬B ^ ¬C)
P2: Se Carla não foi ao casamento, **(então)** Vanderleia viajou.
P2: ¬C → D
P3: Se Vanderleia viajou, **(então)** o navio afundou.
P3: D → E
P4: O navio não afundou.
P4: ¬E

A	B	A → B
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

A	B	A ^ B
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

F

P1: $A^{(F)}$ → ($\neg B^{(V/F)?}$ ∧ $\neg C^{(F)}$) = V

P2: $\neg C^{(F)}$ → $D^{(F)}$ = V

P3: $D^{(F)}$ → $E^{(F)}$ = V

P4: ¬E = V

Note que na P1 ficou uma incógnita na proposição **b**, mas isso não importa, pois para que toda a proposição P1 seja verdadeira obrigatoriamente o valor lógico de (¬b ∧ ¬c) deve ser falso.

Conclusões:
¬E = O navio não afundou.
D = Vanderleia não viajou.
C = Carla foi ao casamento.
B = ?
A = Vera não viajou.
Gabarito: E

14 - (AFC/CGU/ESAF) Ana é prima de Bia, ou Carlos é filho de Pedro. Se Jorge é irmão de Maria, então Breno não é neto de Beto. Se Carlos é filho de Pedro, então Breno é neto de Beto. Ora, Jorge é irmão de Maria. Logo:

a) Carlos é filho de Pedro ou Breno é neto de Beto.
b) Breno é neto de Beto e Ana é prima de Bia.
c) Ana não é prima de Bia e Carlos é filho de Pedro.

d) Jorge é irmão de Maria e Breno é neto de Beto.
e) Ana é prima de Bia e Carlos não é filho de Pedro.

✍**Comentário:**
P1: Ana é prima de Bia **ou** Carlos é filho de Pedro. (disjunção inclusiva)
P2: **Se** Jorge é irmão de Maria, **então** Breno **não** é neto de Beto. (condicional)
P3: **Se** Carlos é filho de Pedro, **então** Breno é neto de Beto. (condicional)
P4: Jorge é irmão de Maria. (proposição simples)

A simbolização e colocação dos valores segundo as tabelas verdade:
P1: p (V) **v** q (F) = V
P2: r (V) →¬ s (V) = V
P3: q (F) → s (F) = V
P4: r = V

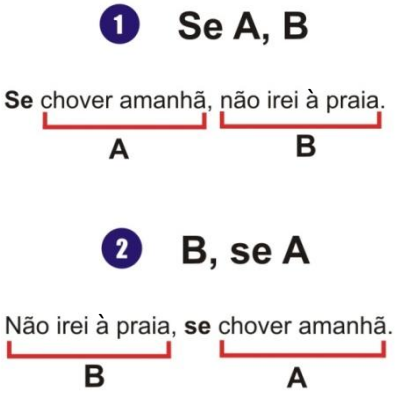
Proposições iniciais	Valores lógicos encontrados	Conclusão
p: Ana é prima de Bia.	V	Logo, Ana é prima de Bia.
q: Carlos é filho de Pedro.	F	Logo, Carlos não é filho de Pedro.
r: Jorge é irmão de Maria.	V	Logo, Jorge é irmão de Maria.
¬s: Breno não é neto de Beto.	V	Logo, Breno não é neto de Beto.

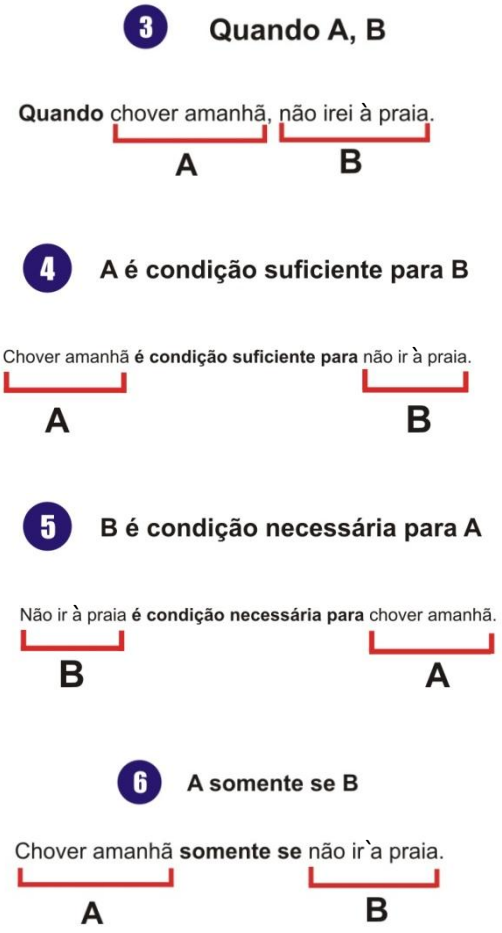
Gabarito: E

Caro concurseiro, nas questões de concurso a condicional "**se** A **então** B" pode aparecer de maneiras diferentes.

Exemplo:

A B
"**Se** chover amanhã, **então** não irei à praia."
Essa proposição também poderia ser escrita das seguintes formas:





15 - (AFR/ESAF) Se você se esforçar, irá vencer. Assim sendo:

a) Seu esforço é condição suficiente para vencer.
b) Seu esforço é condição necessária para vencer.
c) Se você não se esforçar, então não irá vencer.
d) Você vencerá só se esforçar.
e) Mesmo que se esforce, você não vencerá.

✍ **Comentário:**
A B
Se você se esforçar, irá vencer.

Sabemos que a condicional também pode ser escrita na forma: **A** é condição suficiente para **B**, logo: Seu esforço é condição suficiente para vencer.
Gabarito: A

16 - (Petrobrás/CESPE) Julgue certo ou errado.

A proposição "O piloto vencerá a corrida somente se o carro estiver bem preparado" pode ser corretamente lida como "O carro estar bem preparado é condição necessária para que o piloto vença a corrida".

✍ **Comentário:**
Sabemos que a condicional também pode ser escrita na forma: **B** é condição necessária para **A**, logo: "O carro estar bem preparado é condição necessária para que o piloto vença a corrida".
Gabarito: Certo

Conectivo "... se e somente se..." – bicondicional

Esse conectivo é **bicondicional** porque existe uma conjunção entre duas condicionais.

É importante observar que a **bicondicional** só será falsa quando os valores lógicos das duas proposições forem diferentes. (Observe a 3ª e a 4ª linha da tabela verdade a seguir.)

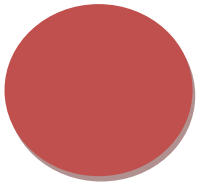
Para ser verdadeira, os valores das duas proposições componentes ou serão verdadeiros ou serão falsos. (Observe a 2ª e a 5ª linha da tabela a seguir.)

Tabela-verdade:

p	q	p ↔q
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	V

As proposições p ↔ q podem ser representadas por conjuntos:

p = q



17 - (Fiscal Recife/ESAF) André é inocente ou Beto é inocente. Se Beto é inocente, então Caio é culpado. Caio é inocente se e somente se Dênis é culpado. Ora, Dênis é culpado. Logo:

a) Caio e Beto são inocentes.
b) André e Caio são inocentes.
c) André e Beto são inocentes.
d) Caio e Dênis são culpados.
e) André e Dênis são culpados.

✍ **Comentário:**
P1: André é inocente **ou** Beto é inocente. (disjunção inclusiva)
P2: **Se** Beto é inocente, **então** Caio é culpado. (condicional)
P3: Caio é inocente **se e somente se** Dênis é culpado. (bicondicional)
P4: Dênis é culpado. (proposição simples)

Representação simbólica e valores lógicos retirados das tabelas:

P_1: p **(V)** $\vee$ q **(F)** = V
P_2: q **(F)** $\rightarrow$ r **(F)** = V
P_3: $\neg$r **(V)** $\leftrightarrow$ s **(V)** = V
P_4: s = **(V)**

Proposições iniciais	Valores lógicos	Conclusão
p: Andre é inocente.	V	Logo, André é inocente.
q: Beto é inocente.	F	Logo, Beto é culpado.
r: Caio é culpado.	F	Logo, Caio é inocente.
s: Dênis é culpado.	V	Logo, Dênis é culpado.

Gabarito: B

A bicondicional "**A se e somente se B**" pode também ser escrita da seguinte forma:

• **A** é condição suficiente e necessária para **B**.
• **B** é condição suficiente e necessária para **A**.

18 - (MPU/Controle Interno/ESAF) Sabe-se que João estar feliz é condição necessária para Maria sorrir e condição suficiente para Daniela abraçar Paulo. Sabe-se, também, que Daniela abraçar Paulo é condição necessária e suficiente para a Sandra abraçar Sérgio. Assim, quando Sandra não abraça Sérgio:

a) João está feliz, e Maria não sorri, e Daniela abraça Paulo.
b) João não está feliz, e Maria sorri, e Daniela não abraça Paulo.
c) João está feliz, e Maria sorri, e Daniela não abraça Paulo.
d) João não está feliz, e Maria não sorri, e Daniela não abraça Paulo.

Todos os Direitos Reservados – **www.autodidataeditora.com.br** – Proibida a cópia e distribuição

e) João não está feliz, e Maria sorri, e Daniela abraça Paulo.

✍ **Comentário:**
Dizer: "Sabe-se que João estar feliz é condição necessária para Maria sorrir" é o mesmo que:
P1: **Se** Maria sorri, **então** João está feliz.
Dizer: "João estar feliz é condição suficiente para Daniela abraçar Paulo" é o mesmo que:
P2: **Se** João está feliz, **então** Daniela abraça Paulo.
Dizer: "Daniela abraçar Paulo é condição necessária e suficiente para Sandra abraçar Sérgio" é o mesmo que:
P3: Daniela abraça Paulo **se e somente se** Sandra abraça Sérgio.
Representação simbólica e valores lógicos retirados das tabelas verdade:

$m^{(F)} \rightarrow j^{(F)} = V$
$j^{(F)} \rightarrow d^{(F)} = V$
$d^{(F)} \leftrightarrow s^{(F)} = V$
$\neg s^{(V)} = V$

p	q	p → q
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

p	q	p ↔ q
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	V

Proposições inicias	Valores lógicos encontrados	Conclusões
m: Maria sorri.	F	Maria não sorri.
j: João está feliz.	F	João não está feliz.
d: Daniela abraça Paulo.	F	Daniela não abraça Paulo.
s: Sandra abraça Sérgio.	F	Sandra não abraça Sérgio.

Gabarito: D

Número de linhas de uma tabela verdade

O número de linhas de uma tabela verdade de uma proposição composta por ***n*** proposições simples será igual a $\mathbf{2^n}$ linhas.

n = número de proposições simples

Exemplos:

Duas proposições simples implicam uma tabela com $2^2 = 4$ linhas.

p	q
V	V
V	F
F	V
F	F

← 2 proposições simples
← 4 linhas

Três proposições simples implicam uma tabela com $2^3 = 8$ linhas.

p	q	r
V	V	V
V	V	F
V	F	V
V	F	F
F	V	V
F	V	F
F	F	V
F	F	F

← 3 proposições simples
← 8 linhas

19 - (CESPE/SEGER) Julgue certo ou errado.

Existem exatamente 8 combinações de valorações das proposições simples A, B e C para as quais a proposição composta $(A \vee B) \vee (\neg C)$ pode ser avaliada, assumindo valoração V ou F.

✍ **Comentário:**
Para encontrarmos o número de combinações possíveis das valorações de um determinado número de proposições simples, é só utilizarmos a seguinte fórmula: 2^n, onde "n" é o número de proposições. Como aqui são 3 proposições (A, B, C), teremos $2^3 = 8$.
Gabarito: Certo.

20 - (ICMS/SP – adaptada/FCC) Julgue certo ou errado.
O número de linhas de uma tabela verdade é sempre um número par.

✍ **Comentário:**
Certo, pois para determinarmos o número de linhas de uma tabela verdade usamos a fórmula 2n, e essa fórmula gerará sempre um número par.
$2^2 = 4$, $2^3 = 8$, $2^4 = 16$, $2^5 = 32$ e assim por diante.
Gabarito: Certo.

21 - (CESPE/TCU – Técnico) Julgue certo ou errado.
O número de valorações possíveis para $(Q \wedge \neg R) \rightarrow P$ é inferior a 9.

✍ **Comentário:**
$2^3 = 8$
Facílimo para quem estudou e treinou. É o tipo de questões que se revolve em menos de 5 segundos.
Gabarito: Certo.

Negativa de uma proposição composta

Vejamos agora a negativa de uma proposição composta.

Negação de uma conjunção – "e"

Exemplo:
p: Roberto é advogado.
q: Ana é médica.
p ^ q: Roberto é advogado e Ana é médica.

Como faremos a negação da proposição p ^ q?

1° passo: negar a 1° proposição.
2° passo: negar a 2° proposição.
3° passo: trocar o conectivo "e" por "ou".

Resultado:
$\neg p \vee \neg q$: Roberto não é advogado ou Ana não é médica.

Exercício:
A sentença negativa de "Hoje é domingo e amanhã não choverá" é:

a) Hoje é domingo ou amanhã não choverá.
b) Hoje não é domingo nem amanhã choverá.
c) Hoje não é domingo, então amanhã choverá.
d) Hoje não é domingo ou amanhã choverá.
e) Hoje não é domingo e amanhã choverá.

Gabarito: D

22 - (TCE/CESGRANRIO) A negação de "2 é par e 3 é ímpar" é:

a) 2 é par e 3 é par.
b) 2 é par ou 3 é ímpar.
c) 2 é ímpar e 3 é par.
d) 2 é ímpar e 3 é ímpar.
e) 2 é ímpar ou 3 é par.

✍ **Comentário:**

Lembre que para negar uma conjunção você deve:

1) Negar a primeira proposição.
2) Negar a segunda proposição.
3) Trocar o "**e**" por "**ou**".
Nesse caso, as negações foram feitas com as dicotomias.
Então, temos: 2 é ímpar ou 3 é par.
Gabarito: E

Negação de uma proposição disjuntiva: $\sim(p \vee q)$

1° passo: negar a 1° proposição.
2° passo: negar a 2° proposição.
3° passo: trocar o conectivo "ou" por "e".

Exemplo:
Roberto é advogado ou Ana é médica.
$p \vee q$

Resultado:
$\sim p \wedge \sim q$
Roberto não é advogado e Ana não é médica.

Negação de uma proposição condicional: $\sim(p \rightarrow q)$

1° passo: manter o sentido da 1° proposição.
2° passo: negar a 2° proposição.
3° passo: trocar o conectivo "**Se então**" por "**e**".

Exemplo:
Se corro, **então** fico cansado.
p: corro
q: fico cansado
$p \rightarrow q$

Resultado:
Corro **e** não fico cansado.
$p \wedge \sim q$

23 - (Fiscal do trabalho/ESAF) A negação da afirmação condicional "Se estiver chovendo, eu levo o guarda-chuva" é:

a) Se não estiver chovendo, eu levo o guarda-chuva.
b) Não está chovendo e eu levo o guarda-chuva.
c) Não está chovendo e eu não levo o guarda-chuva.
d) Se estiver chovendo, eu não levo o guarda-chuva.
e) Está chovendo e eu não levo o guarda-chuva.

Gabarito: E

24 - (PROMINP/CESGRANRIO) Alguém declara: "Se uma pessoa é gaúcha, então bebe chimarrão." Para provar que essa declaração é FALSA, basta encontrar uma pessoa que:

a) Seja gaúcha e não beba chimarrão.
b) Seja gaúcha e beba chimarrão.

c) Não seja gaúcha e beba chimarrão
d) Não seja gaúcha e não beba chimarrão.
e) Ou seja gaúcha ou beba chimarrão.

✍ **Comentário:**
Dizer que a declaração é falsa é o mesmo que pedir para negar uma proposição.
Passos para negação da condicional:
1) Manter o sentido da primeira.
2) Negar a segunda.
3) Trocar o "**Se... então**" por "**e**".
Então, temos: Seja gaúcha e não beba chimarrão.
Gabarito: A

25 - (MJ-Administração/FUNRIO) A negação da afirmação "se o cachorro late então o gato mia" é:

a) Se o gato não mia então o cachorro não late.
b) O cachorro não late e o gato não mia.
c) O cachorro late e o gato não mia.
d) Se o cachorro não late então o gato não mia.
e) O cachorro não late ou o gato não mia.

Gabarito: C

Negação da bicondicional

Pode-se negar a bicondicional de duas formas:

Exemplo:
João viajará **se e somente se** comprar um carro.

1) Nega-se a primeira proposição.
2) Mantém-se o sentido da segunda.
3) Troca-se o "se e somente se" por "e".

Resultado:
João não viajará e comprará um carro.

Ou:

1) Mantém-se o sentido da primeira.
2) Nega-se a segunda proposição.
3) Troca-se o "se e somente se" por "e".

Resultado:
João viajará e não comprará um carro.

26 - (Agente Fiscal – adaptada/FCC) Julgue certo ou errado.

A negação da proposição "Ele faz caminhadas se, e somente se, o tempo está bom" é a proposição "Ele não faz caminhadas se, e somente se, o tempo não está bom".

✍ **Comentário:**
A negação da proposição poderia ser:
"Ele faz caminhadas e o tempo não está bom."
Ou:
"Ele não faz caminhadas e o tempo está bom."
Gabarito: Errado

Tautologia

É uma proposição composta, cujo valor lógico é **sempre verdadeiro**, independentemente dos valores lógicos das proposições que as compõem.

Confira um exemplo prático para entender esse conceito:

27 - (SEGER/CESPE) Julgue certo ou errado.

Se **P** e **Q** são proposições quaisquer, então uma proposição da forma P → P **v** Q tem somente valor lógico verdadeiro, isto é, essa proposição é uma tautologia.

✍ **Comentário:**

1ª passo: Desenhe a tabela verdade, inserindo na 1ª linha as proposições citadas no enunciado.

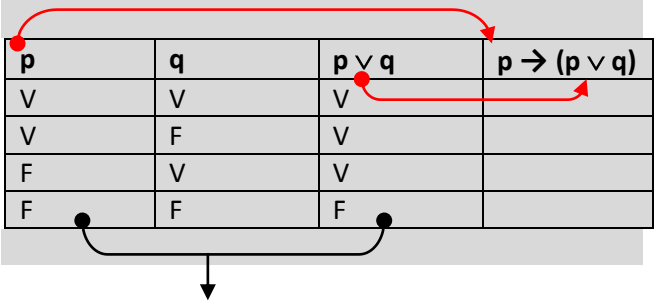
p	q	p ∨ q	P → (p ∨ q)

2ª passo: Complete os valores lógicos das 1ª, 2ª e 3ª colunas, que nada mais são do que os valores da tabela verdade do conectivo "ou".

p	q	p ∨ q	p → (p ∨ q)
V	V	V	
V	F	V	
F	V	V	
F	F	F	

3ª passo: Descubra os valores lógicos da proposição p → (p ∨ q)

Como você fará isso?



p	q	p ∨ q	p → (p ∨ q)
V	V	V	
V	F	V	
F	V	V	
F	F	F	

Marly Monteiro CPF: 64409147234

Você observará os valores das 1ª e 3ª colunas e consultará os resultados na tabela verdade da **condicional** para completar a última coluna.

Tabela verdade da condicional:

p	**q**	**p → q**
V	**V**	**V**
V	**F**	**F**
F	**V**	**V**
F	**F**	**V**

Resultado:

p	**q**	**p ∨ q**	**p → (p ∨ q)**
V	V	V	V
V	F	V	V
F	V	V	V
F	F	F	V

Após completar a tabela, percebemos que todos os valores lógicos são verdadeiro, então a proposição p → (p∨q) é uma tautologia.

Gabarito: Certo

28 - (TRT/FCC) Considere a seguinte proposição:
"Na eleição para Prefeitura, o candidato "**A**" será eleito ou não será eleito."

Do ponto de vista lógico, a afirmação da proposição caracteriza:

a) Silogismo
b) Tautologia
c) Equivalência
d) Contingência
e) Contradição

✍ **Comentário:**
A proposição: "O candidato A será eleito **ou** não será eleito" fica assim:

p ~p

Ou O candidato A será eleito **ou** não será eleito.

Por que utilizamos o conectivo "ou… ou", e não o "ou"? Porque nessa proposição fica subentendido o conectivo de disjunção exclusiva, uma vez que só existe uma possibilidade para o candidato A, pois ele não pode ser "eleito" e "não eleito" ao mesmo tempo.
Montando a tabela verdade, temos:

p	~p	p ⩒ ~p
V	F	**V**
F	V	**V**

caracterizando, assim, uma tautologia.
Gabarito: B

29 - (Agente Fiscal – adaptada/FCC) Julgue certo ou errado.

Se **p** e **q** são proposições, então a proposição "(**p → q**) v (**~q**)" é uma tautologia.

✍ **Comentário**

p	**q**	**~q**	**p → q**	**(p → q) v (~q)**
V	V	F	V	V
V	F	V	F	V
F	V	F	V	V
F	F	V	V	V

É uma tautologia, pois os valores lógicos da última coluna resultaram todos em verdadeiros.
Gabarito: Certo.

Contradição

É uma proposição composta, cujo valor lógico é **sempre falso**, independentemente dos valores lógicos das proposições que as compõem.

Exemplo de contradição:

p	q	~p	~p ^ q	(~p ^ q) ^ p
V	V	F	F	F
V	F	F	F	F
F	V	V	V	F
F	F	V	F	F

Exercício:

Se A e B são proposições quaisquer, então a proposição da forma (**A↔~B) ^ (A ^ B**) caracteriza uma:

A	B	~B	(A ↔ ~B)	(A ^ B)	(A ↔ ~B) ^(A ^ B)
V	V	F	F	V	
V	F	V	V	F	
F	V	F	V	F	
F	F	V	F	F	

a) Tautologia
b) Contingência
c) Contradição

Gabarito: C

Contingência

Uma proposição composta será chamada de **contingência** sempre que não se caracterizar nem uma tautologia nem uma contradição.

30 - (SEGER/CESPE) Julgue certo ou errado.

Toda proposição da forma (P → Q) ^ (¬Q → ¬P) é uma tautologia, isto é, tem somente a valorização V.

✍ **Comentário:**

P	Q	¬P	¬Q	(P → Q)	(¬Q → ¬P)	(P → Q) ^ (¬Q → ¬P)
V	V	F	F	V	V	V
V	F	F	V	F	F	F
F	V	V	F	V	V	V
F	F	V	V	V	V	V

Após construir a tabela verdade, observamos que essa proposição caracteriza uma contingência.
Gabarito: Errado.

Argumento

É a relação que associa um conjunto de proposições (P_1, P_2… P_n) que recebem o nome de **premissas** do argumento a uma proposição Q, chamada de **conclusão** do argumento.

Exemplo de argumento:

Todos os homens são mortais.
Sócrates é homem.
Logo, Sócrates é mortal.

P_1: Todos os homens são mortais. (premissas).
P_2: Sócrates é homem. (premissas)
Pn:… (quando existir mais de 2 premissas).
Q: Logo, Sócrates é mortal. (conclusão)

31 - (Analista/PM de Vitória/Cespe) Julgue certo ou errado.

"A justiça é perfeita.
A lei foi feita pelo homem.
Toda obra humana é imperfeita.
Logo, a lei é injusta."

Com base nas assertivas que fazem parte do argumento apresentado acima, julgue os itens subsequentes.
"A lei foi feita pelo homem" é uma premissa do argumento.
A "lei é injusta" é a conclusão desse argumento.

Gabarito: Certo

O argumento pode ser válido ou inválido.

Argumento válido

É um argumento composto pelas premissas (P_1,P_2,… P_n) sendo verdadeiras e uma conclusão Q também verdadeira.

Como identificar um argumento válido?

Exemplo:
Se Catarina vai à praia, então fica queimada.
Catarina não está queimada.
Logo, Catarina não foi à praia.

Esse argumento é válido ou inválido?

Solução:

1° passo: escreva a representação das proposições.

p → **q**
¬q
¬p

2° passo: Suponha todas as premissas verdadeiras:

p → q **= V**
¬q **= V**
¬p

3° passo: Consulte a tabela verdade do conectivo "Se então" para descobrir os valores lógicos.

Tabela verdade

p	q	p → q
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

P (F) → q (F) **= V**
¬q (V) **= V**
¬p (V)

Note que as premissas são verdadeiras e a conclusão também é verdadeira, logo o argumento é válido.

Argumento inválido

Um argumento é inválido quando:

a) a verdade das premissas não é suficiente para garantir a verdade da conclusão; ou
b) quando possuir premissas verdadeiras e a conclusão falsa.

Exemplo 1:

32 - (Técnico Judiciário – adaptado/CESPE) Julgue certo ou errado.

Choveu ontem ou segunda-feira é feriado. Como não choveu ontem, logo segunda-feira não será feriado. Esse argumento é inválido.

✍ **Comentário:**
$A^{(F)} \vee B^{(V)} = V$
$\neg A^{(V)} = V$
$\neg B^{(F)} = F$

A	B	A ∨ B
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

Note que as premissas são verdadeiras e a conclusão falsa, então o argumento é inválido.
Gabarito: Certo.

Exemplo 2:

33 - (Técnico Judiciário – adaptado/CESPE)
Julgue certo ou errado.

Quando chove, as árvores ficam verdinhas. As árvores estão verdinhas, logo choveu.
Esse argumento é inválido.

✍ **Comentário:**
P1: Quando chove, as árvores ficam verdinhas.
P2: As árvores estão verdinhas.
Q: Logo, choveu.
Representação simbólica:
P1: $p^{(F/V)} \rightarrow q^{(V)} = V$
P2: $q^{(V)} = V$
Q: p = (F/V)
Note que a verdade das premissas não é suficiente para garantir a verdade da conclusão, portanto o argumento é inválido.
Gabarito: Certo

34 - (Ministério Público – AM/CESPE) Julgue certo ou errado.

Considere as proposições "Se o ladrão deixou pistas, então o ladrão não é profissional" e "O ladrão não deixou pistas" sejam premissas e a proposição "O ladrão é profissional" seja a conclusão. Então, é correto afirmar que essas proposições constituem um raciocínio válido.

✍ **Comentário**

$p^{(f)} \rightarrow \sim q^{(v/f)} = V$
$\sim p = V$
q = (V/F)

A verdade das premissas não é suficiente para garantir a verdade da conclusão, logo o argumento é inválido.

Gabarito: Errado

Outra situação que pode ocorrer nas questões de concurso é quando nos é dado um argumento para que se ache a conclusão ou as conclusões.

Nesse caso, sempre nos basearemos em um argumento válido.

Existem três situações que podem ocorrer.
Analisemos cada uma delas:

Situação 1:
(No caso de existir uma proposição simples)

1) Tornar todas as premissas verdadeiras.
2) Procuraremos uma proposição simples.
   Esta deve ser verdadeira como ponto de partida.
3) Utilize as tabelas verdades para descobrir os valores lógicos das outras proposições.

Exemplo:

35 - (Técnico de Desenvolvimento e Administração/FCC)
Quando não vejo Lúcia, não passeio ou fico deprimido. Quando chove, não passeio e fico deprimido. Quando não faz calor e passeio, não vejo Lúcia. Quando não chove e estou deprimido, não passeio. Hoje, passeio. Portanto, hoje:

a) Vejo Lúcia, e não estou deprimido, e não chove, e faz calor.
b) Não vejo Lúcia, e estou deprimido, e chove, e faz calor.
c) Não vejo Lúcia, e estou deprimido, e não chove, e não faz calor.
d) Vejo Lúcia, e não estou deprimido, e chove, e faz calor.
e) Vejo Lúcia, e estou deprimido, e não chove, e faz calor.

✍ **Comentário:**
Esse tipo de questão não é novidade, pois já fizemos exercícios como esse anteriormente. Mas, faremos ele para ilustrar a situação 1 e reforçar o nosso conhecimento.
P_1: Quando não vejo Lúcia, não passeio ou fico deprimido.
P_2: Quando chove, não passeio e fico deprimido.
P_3: Quando não faz calor e passeio, não vejo Lúcia.

P_4: Quando não chove e estou deprimido, não passeio.
P_5: Hoje passeio.
Q: ?
Observe a existência da expressão **Quando A, B**. Lembre que é a mesma coisa que dizer **Se A, então B**.
Escreva as representações, procure uma proposição simples e complete os valores lógicos.

$$\neg p^F \rightarrow \overbrace{(\neg q^F \vee r^F)}^{F} = V$$

$$s^F \rightarrow \overbrace{(\neg q^F \wedge r^F)}^{F} = V$$

$$\neg t^F \wedge q^v \rightarrow \neg p^F = V$$

$$\neg s^v \wedge r^F \rightarrow \neg q^F = V$$

$q = V$

PROPOSIÇÕES	V.L.	CONCLUSÃO
¬p: Não vejo Lúcia.	F	Vejo Lúcia.
¬q: Não passeio.	F	Passeio.
r: Fico deprimido.	F	Não fico deprimido.
s: Chove.	F	Não chove.
¬t: Não faz calor.	F	Faz calor.

Gabarito: A

Situação 2:

Caso você não encontre uma proposição simples:

1) Torne todas as premissas verdadeiras.
2) Procure uma premissa com uma conjunção "e", pois para ela ser verdadeira, obrigatoriamente, os valores lógicos das duas proposições que as compõem terão que ser verdadeiros.
3) Utilize as tabelas verdades para descobrir os valores lógicos das outras proposições.

Exemplo:

36 - (AFC/ESAF) Se Lara não fala italiano, então Ana fala alemão. Se Lara fala italiano, então ou Ching fala chinês ou Débora fala dinamarquês. Se Débora fala dinamarquês, Elton fala espanhol. Mas Elton fala espanhol se e somente se não for verdade que Francisco não fala francês. Ora, Francisco não fala francês e Ching não fala chinês. Logo,

a) Lara não fala italiano e Débora não fala dinamarquês.
b) Ching não fala chinês e Débora fala dinamarquês.
c) Francisco não fala francês e Elton fala espanhol.
d) Ana não fala alemão ou Lara fala italiano.
e) Ana fala alemão e Débora fala dinamarquês.

✍ **Comentário**
P_1: Se Lara não fala italiano, então Ana fala alemão.
P_2: Se Lara fala italiano, então ou Ching fala chinês ou Débora fala dinamarquês.
P_3: Se Débora fala dinamarquês, Elton fala espanhol.
P_4: Elton fala espanhol, se e somente se não for verdade que Francisco não fala francês.
P_5: Francisco não fala francês e Ching não fala chinês.
Q: ?
Procure uma premissa com uma conjunção "e":
(P_5: $\neg u^v \wedge \neg r^v = v$) e depois descubra os outros valores lógicos:
P_1: $\neg p^v \rightarrow q^v = v$
P_2: $p^F \rightarrow (r^F \underline{v}\, s^F) = v$
P_3: $s^F \rightarrow t^F = v$
P^4: $t^f \leftrightarrow u^f = v$
P^5: $\neg u^v \wedge \neg r^v = v$

Proposições	V.L.	Conclusão
¬p: Lara não fala italiano.	V	Lara não fala italiano.
q: Ana fala alemão.	V	Ana fala alemão.
r: Ching fala chinês.	F	Ching não fala chinês.
s: Débora fala dinamarquês.	F	Débora não fala dinamarquês.
t: Elton fala espanhol.	F	Elton não fala espanhol.
u: Francisco fala francês.	F	Francisco não fala francês.

Gabarito: A

Situação 3:

Caso não haja nem proposição simples, nem conjunção como premissas:

1) Torne todas as premissas verdadeiras.
2) Escolha uma proposição qualquer.
3) Atribua um valor lógico verdadeiro ou falso.
4) Utilize as tabelas verdades para descobrir os valores lógicos das outras proposições (se conseguirmos fazer todas as premissas verdadeiras, encontraremos a conclusão).
5) Se não conseguirmos é porque o valor lógico escolhido no item 3 estava errado.
6) Nesse caso basta trocar o valor lógico e fazer tudo novamente.

Exemplo:

37 - (MPU/ESAF) Se fulano é culpado, então Beltrano é culpado. Se Fulano é inocente, então ou Beltrano é culpado, ou Sicrano é culpado, ou ambos, Beltrano e Sicrano, são culpados. Se Sicrano é inocente, então Beltrano é inocente. Se Sicrano é culpado, então Fulano é culpado. Logo:

a) Fulano é inocente, e Beltrano é inocente, e Sicrano é inocente.

b) Fulano é culpado, e Beltrano é culpado, e Sicrano é inocente.
c) Fulano é culpado, e Beltrano é inocente, e Sicrano é inocente.
d) Fulano é inocente, e Beltrano é culpado, e Sicrano é culpado.
e) Fulano é culpado, e Beltrano é culpado, e Sicrano é culpado.

✍ **Comentário**
P_1: **Se** fulano é culpado, **então** beltrano é culpado.
P_2: **Se** fulano é inocente, **então ou** beltrano, ou sicrano é culpado, **ou ambos**.
P_3: **Se** sicrano é inocente, **então** beltrano é inocente.
P_4: **Se** sicrano é culpado, **então** fulano é culpado.
Então, apenas para reforçar: neste caso precisamos ir por tentativas:
Escolhemos começar com a P_1.
P_1: $p \rightarrow q$ = **V**
Consultando a tabela verdade da condicional, você verá que existem três possibilidades para o resultado verdadeiro:

p	**q**	**p → q**
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	V	V

Começaremos pela primeira linha:
P_1: $p^{(v)} \rightarrow q^{(v)}$ = **V**
Depois continuaremos descobrindo os valores lógicos das outras proposições. Se não ocorrer qualquer divergência durante o processo, significa que escolhemos a opção correta, mas se ocorrerem divergências tentaremos a 2ª ou a 3ª alternativa, até encontrarmos a resposta (mas a primeira tentativa já resolverá o problema). Observe:
P_1: $p^{(v)} \rightarrow q^{(v)}$ = **V**
P_2: $\neg p^{(F)} \rightarrow (q^{(v)} \vee r^{(v)})$ = **V**
P_3: $\neg r^{(F)} \rightarrow \neg q^{(F)}$ = **V**
P_4: $r^{(v)} \rightarrow p^{(v)}$ = **V**

PROPOSIÇÃO	**V.L.**	**CONCLUSÃO**
p: fulano é culpado.	V	Fulano é culpado.
q: beltrano é culpado.	V	Beltrano é culpado.
r: sicrano é culpado.	V	Sicrano é culpado.

Gabarito: E

Proposições categóricas

As proposições também podem ser classificadas em:

	Afirmativa	Negativa
Universal	Todo **S** é **P**	Nenhum **S** é **P**
Particular	Algum **S** é **P**	Algum **S** não é **P**

As proposições universais são aquelas em que o predicado refere-se à totalidade do conjunto.

Exemplo:
Todos os homens são mentirosos. (universal afirmativa)
Nenhum homem é mentiroso. (universal negativa)

As **proposições particulares** são aquelas em que o predicado refere-se apenas a uma parte do conjunto.

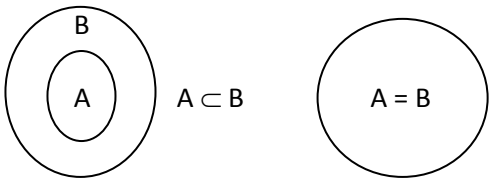
Exemplo:
Alguns homens são mentirosos. (particular afirmativa)
Alguns homens **não** são mentirosos. (particular negativa)

Representação das proposições categóricas

As **proposições categóricas** serão representadas por diagramas de conjuntos para a solução de diversas questões de concurso.

Vejamos como fazer essas representações e também como analisar a **verdade** ou a **falsidade** das outras proposições a partir da verdade de uma.

Quando "**Todo A é B**" for verdadeira, teremos duas representações:



Observando os diagramas acima podemos concluir que os valores lógicos das outras proposições categóricas quando "Todo A é B" for verdadeiro serão os seguintes:

Nenhum A é B = é necessariamente **falsa**.
Algum A é B = é necessariamente **verdadeira**.
Algum A não é B = é necessariamente **falsa**.

Exemplo:

38 - (Especialista em Políticas Públicas/FCC) Considerando "Todo livro é instrutivo" como uma proposição verdadeira, é correto inferir que:

a) "Nenhum livro é instrutivo" é uma proposição necessariamente verdadeira.
b) "Algum livro é instrutivo" é uma proposição necessariamente verdadeira.

c) "Algum livro não é instrutivo" é uma proposição verdadeira ou falsa.
d) "Algum livro é instrutivo" é uma proposição verdadeira ou falsa.
e) "Algum livro não é instrutivo" é uma proposição necessariamente verdadeira.

✍ **Comentário:**
O enunciado afirmou que a proposição "Todo livro é instrutivo" é verdadeira.
"Todo livro é instrutivo" = "Todo A é B"
Já estudamos que, neste caso, os valores lógicos das outras proposições serão:
Nenhum A é B (Nenhum livro é instrutivo) = é necessariamente **falsa**.
Algum A é B (Algum livro é instrutivo) = é necessariamente **verdadeira**.
Algum A não é B (Algum livro não é instrutivo) = é necessariamente **falsa**.
Gabarito: B

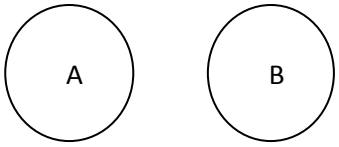
39 - (Técnico de desenvolvimento e administração/FCC) Considerando "toda prova de lógica é difícil" uma proposição verdadeira, é correto inferir que:

a) "Nenhuma prova de lógica é difícil" é uma proposição necessariamente verdadeira.
b) "Alguma prova de lógica é difícil" é uma proposição necessariamente verdadeira.
c) "Alguma prova de lógica é difícil" é uma proposição verdadeira ou falsa.
d) "Alguma prova de lógica não é difícil" é uma proposição necessariamente verdadeira.
e) "Alguma prova de lógica não é difícil" é uma proposição verdadeira ou falsa.

Gabarito: B

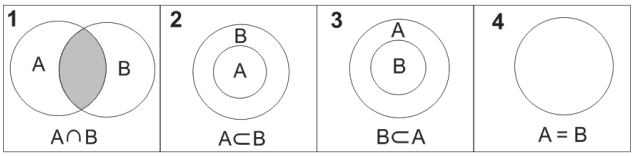
Observemos a representação de outra proposição categórica:

Quando "**Nenhum A é B**" for verdadeira, teremos as seguintes representações:



Os valores lógicos das outras proposições categóricas serão:

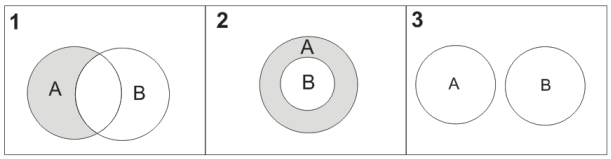
Todo A é B = é necessariamente **falsa**.
Algum A é B = é necessariamente **falsa**.
Algum A não é B = é necessariamente **verdadeira**.
Quando "**Algum A é B**" for verdadeira, teremos as seguintes representações:



Os valores lógicos das outras proposições categóricas serão:

Nenhum A é B = é necessariamente falsa.
Todo A é B = é indeterminada, pois é verdadeira em 2 e 4 e falsa em 1 e 3.
Algum A não é B = é indeterminada, pois é verdadeira em 1 e 3 e falsa em 2 e 4.

Quando "**algum A não é B**" for verdadeira, teremos as seguintes representações:



Quando "algum A não é B" for verdadeira, os valores lógicos das outras proposições categóricas serão:

Todo A é B = é necessariamente falsa.
Nenhum A é B = é indeterminada, pois é verdadeira em 3 e falsa em 1 e 2.
Algum A é B = é indeterminada, pois é verdadeira em 1 e 2 e falsa em 3.

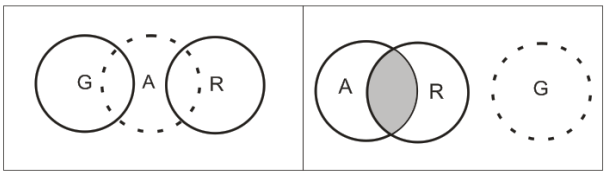
40 - (TTN/ESAF) Se é verdade que "alguns A são R" e que "nenhum G é R", então é necessariamente verdadeiro que:

a) Algum A não é G.
b) Algum A é G.
c) Nenhum A é G.
d) Algum G é A.
e) Nenhum G é A.

✍ **Comentário:**
Para analisarmos as alternativas, faremos as representações de:

Alguns A são R e **Nenhum G é R**

Como o enunciado não diz a relação dos conjuntos A e G, faremos algumas representações possíveis:



Somente será correta a alternativa que for obrigatoriamente verdadeira para as duas possíveis representações acima.
Com base nesses diagramas, analisemos cada alternativa.

a) CORRETA – Pois é verdadeira na primeira e na segunda representação.
b) INCORRETA – Pois é verdadeira na primeira representação e falsa na segunda.
c) INCORRETA – Pois é falsa na primeira representação e verdadeira na segunda.
d) INCORRETA – Pois é verdadeira na primeira representação e falsa na segunda.
e) INCORRETA – Pois é falsa na primeira representação e verdadeira na segunda.

Gabarito: A

41 - (TCU/ESAF). Se é verdade que "alguns escritores são poetas" e que "nenhum músico é poeta", então também é necessariamente verdade que:

a) Nenhum músico é escritor.
b) Algum escritor é músico.
c) Algum músico é escritor.
d) Algum escritor não é músico.
e) Nenhum escritor é músico.

✍ **Comentário:**
Analisemos cada uma das alternativas com base nos diagramas a seguir:

a) INCORRETO: "nenhum músico é escritor" é verdadeiro na segunda representação, mas é falsa na primeira representação.
b) INCORRETO: "Algum escritor é músico" é verdadeiro na primeira representação e falsa na segunda.
c) INCORRETO: "Algum músico é escritor" é verdadeiro na primeira representação e falsa na segunda.
d) CORRETO: "Algum escritor não é músico" é verdadeiro na primeira e na segunda representação.
e) INCORRETO: "nenhum escritor é músico" é verdadeiro na segunda representação, mas é falso na primeira representação.

Gabarito: D

Quantificadores lógicos

O que são quantificadores?
São símbolos lógicos que atuam sobre sentenças abertas, tornando-as sentenças fechadas ou proposições.

Os principais quantificadores são:

- **Quantificador universal** (símbolo ∀)
  Esse quantificador significa "para todo", "qualquer que seja".

Exemplo:
A sentença "x > 5" é uma sentença aberta, no entanto a sentença ∀ x, x > 5 (lê-se: qualquer que seja x, x é maior do que 5) é uma proposição. (logicamente falsa)

- **Quantificador existencial** (símbolo ∃)
  Significa: "para algum", "existe algum".

Exemplo:
"x é um número ímpar" é uma sentença aberta.
A sentença: "∃ x/x é um número ímpar" (lê-se: existe algum x, tal que x é ímpar) é uma proposição. (logicamente verdadeira)

Obs.: A variável x nesse exemplo pertence ao universo dos números inteiros.

- **Quantificador existencial estrito** (símbolo ∃|)
  Significa: "existe apenas um", "existe somente um", "existe um só".

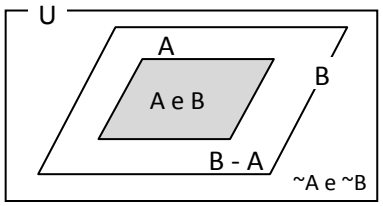
Vejamos mais alguns exemplos:

A proposição ∀(x) (x ∈ R) (x + 3 = 9) é valorada como verdadeira ou falsa? Falsa.
A proposição ∃(x) (x ∈ R) (x + 3 = 9) é valorada como verdadeira ou falsa? Verdadeira.

Simbologia

Universal afirmativa: Todo "A" é "B"

Inclusão de conjuntos (A ⊂ B)
A ∪ B = B A ∩ B = A



Simbolicamente,temos:
$\forall x(A(x) \rightarrow B(x))$

Obs.: **Não possui a propriedade comutativa**, ou seja, ao trocarmos a ordem das proposições simples o resultado de suas tabelas verdade não serão os mesmos.
$\forall x(A(x) \rightarrow B(x)) \neq \forall x(B(x) \rightarrow A(x))$

Exemplo prático:
Como podemos escrever simbolicamente a seguinte proposição categórica: "Todos os homens são mortais"?
Resposta: torna-se "Para todo x, se x é homem, então x é mortal" **$\forall x(H(x) \rightarrow M(x))$**

✍ **Questão de concurso comentada**

42 - (CESPE/INSS/Técnico do seguro social/2008)
Algumas sentenças são chamadas abertas porque são passíveis de interpretação para que possam ser julgadas como verdadeiras (V) ou falsas (F). Se a sentença aberta for uma expressão da forma ∀x P(x), lida como "para todo x, P(x)", em que x é um elemento qualquer de um conjunto U e P(x) é uma propriedade a respeito dos elementos de U, então é preciso explicitar U e P para que seja possível fazer o julgamento como V ou como F.

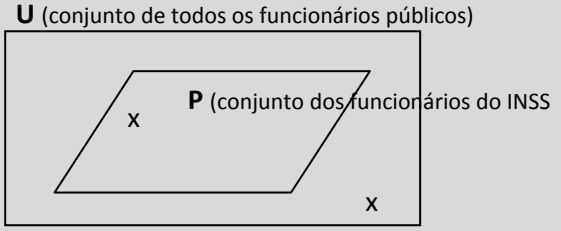
A partir das definições, julgue os itens a seguir.

1. Considere-se que U seja o conjunto dos funcionários do INSS, P(x) seja a propriedade "x é funcionário do INSS" e Q(x) seja a propriedade "x tem mais de 35 anos de idade". Desse modo, é correto afirmar que duas das formas apresentadas na lista abaixo simbolizam a proposição "Todos os funcionários do INSS têm mais de 35 anos de idade".

(I) ∀x(se Q(x) então P(x))
(II) ∀x(P(x) ou Q(x))
(III) ∀x(se P(x) então Q(x))

2. Se U for o conjunto de todos os funcionários públicos e P(x) for a propriedade "x é funcionário do INSS", então é falsa a sentença ∀x P(x).

✍ **Comentário**
Item 1 – A proposição "Todos os funcionários do INSS têm mais de 35 anos de idade" é um quantificador **Universal afirmativo** (Todo "A" é "B"), que possui a seguinte simbologia: $\forall x(A(x) \rightarrow B(x))$ ou conforme apresentado no enunciado (Todo "P" é "Q"), logo: $\forall x(P(x) \rightarrow Q(x))$, que também pode ser escrita da seguinte forma: ∀x(**se** P(x) **então** Q(x)).
Sabemos também que o *quantificador universal afirmativo* não permite a propriedade comutativa, sendo assim a forma ∀x(se Q(x) então P(x)), contida no item I, não simboliza corretamente a proposição citada.
Desta forma somente o item III apresenta a forma correta.
Logo o item 01 está **errado**, pois não temos duas formas que representam a proposição encontrada no enunciado.
Gabarito: Errado.
Item 2 – Primeiro vamos construir um diagrama para representar a sentença:

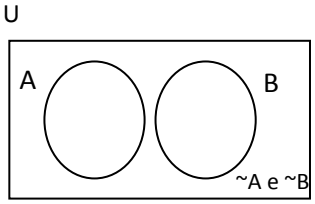


Observando o diagrama, constatamos que a sentença é falsa, uma vez que ser funcionário público não garante ser funcionário do INSS, pois o elemento x pode pertencer ao conjunto P, e este pertence também ao conjunto U, mas temos a possibilidade do elemento x pertencer somente ao conjunto U.
Gabarito: Certo

Universal negativa: Nenhum "A" é "B"

Conjuntos disjuntos

A e B são disjuntos se $A \cap B = \varnothing$ (conjunto vazio)



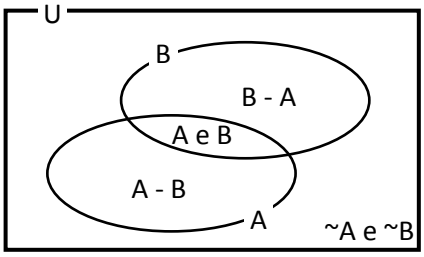
Simbolicamente, temos:
$\neg\exists x (A(x) \wedge B(x)) \Leftrightarrow \neg\exists x (B(x) \wedge A(x))$

✍ **Questão de concurso comentada**

43 - (CESPE – 2008 / Banco do Brasil – Escriturário – 001)
Julgue certo ou errado.
Suponha-se que U seja o conjunto de todas as pessoas, que M(x) seja a propriedade "x é mulher" e que D(x) seja a propriedade "x é desempregada". Nesse caso, a proposição "Nenhuma mulher é desempregada" fica corretamente simbolizada por $\neg\exists x (M(x) \wedge D(x))$.

✍ **Comentário**
Nenhum "A" é "B" pode-se escrever simbolicamente na forma **$\neg\exists x (A(x) \wedge B(x))$** ou **$\neg\exists x (B(x) \wedge A(x))$**.
Gabarito: Certo

Particular afirmativa: Algum "A" é "B"
Interseção (A ∩ B) = {u} (conjunto unitário)
O conjunto interseção é formado pelos elementos que pertencem aos conjuntos A e B simultaneamente. (A ∩ B) = {x/x ∈ A e x ∈ B}



Simbolicamente, temos:
$\exists x\,(A(x) \wedge B(x)) \Leftrightarrow \exists x\,(B(x) \wedge A(x))$
↑
Equivalente

Particular negativo: Algum "A" não é "B"

$C_A^B = A - B = \{x/x \in A \text{ e } x \notin B\}$
complementar

Simbolicamente, temos:
$\exists x\,(A(x) \wedge \neg B(x))$

Silogismo categórico

É todo argumento formado por três proposições categóricas, sendo duas premissas e uma conclusão.

Exemplo:

P_1: Todos os mamíferos são animais.
P_2: Os cães são mamíferos.
Q: Logo, os cães são animais.

(t) é o termo de menor extensão. Sujeito da conclusão (cães).
(M) é o termo médio, aparece nas premissas, termo de ligação, nunca aparece na conclusão (mamíferos).
(T) é o termo de maior extensão, predicado, conclusão (animais).

As regras que determinam um silogismo

1) O silogismo tem três termos (médio, maior e menor).
2) Nenhum termo pode ser mais extenso na conclusão do que nas premissas.
3) A conclusão nunca deve conter o termo médio.
4) O termo médio deve ser tomado pelo menos uma vez universalmente.
5) De duas premissas negativas nada se pode concluir.
6) De duas premissas afirmativas não se pode tirar uma conclusão negativa.
7) A conclusão segue sempre a parte mais fraca.
8) De duas premissas particulares nada se pode concluir.

Exemplo:

44 - (TRF 1ª região/FCC) Algum **x** é **y**. Todo **X** é **Z**. Logo,

a) Algum **Z** é **y**.
b) Algum **X é Z**.
c) Todo **Z** é **X**.
d) Todo **Z** é **y**.
e) Algum **X é y**.

✍ **Comentário**
A questão nos apresenta duas premissas e pede que encontremos a conclusão.
Para resolvermos essa questão devemos nos lembrar da 3ª regra do silogismo: "A conclusão nunca deve conter o termo médio".
O termo médio é "x", logo ele não pode aparecer na conclusão. Com isso, eliminamos as alternativas B, C e E.
Lembremos agora da 7ª regra do silogismo: "A conclusão segue sempre a parte mais fraca".
Ora, o termo mais fraco de "Alguns" e "Todos" é "Alguns". Sendo assim, eliminamos a letra D, que contém o termo mais forte "Todos", restando a alternativa A como resposta.
Gabarito: A

45 - (TRF 1ª região/FCC) Todos os macerontes são torminodoros. Alguns macerontes são momorrengos. Logo,

a) Todos os momorrengos são torminodoros.
b) Alguns torminodoros são momorrengos.
c) Todos os torminodoros são macerontes.
d) Alguns momorrengos são pássaros.
e) Todos os momorrengos são macerontes.

✍ **Comentário:**
a) INCORRETO: "Todos os momorrengos são torminodoros." Não está correta, pois a conclusão deve seguir a parte mais fraca (alguns). Como aparece "todos", eliminamos esta.
b) CORRETO: Alguns torminodoros são momorrengos.
c) INCORRETO: "Todos os torminodoros são macerontes." A conclusão não pode conter o termo médio (macerontes).

d) INCORRETO: "Alguns momorrengos são pássaros." Não se falou em "pássaros" no enunciado, eliminando esta também.
e) INCORRETO: "Todos os momorrengos são macerontes." A conclusão não pode conter o termo médio (macerontes).

46 - (IBGE/Agente de Pesquisa e Mapeamento/ CESGRANRIO/2007) Se todo A é B e nenhum B é C, é possível concluir, corretamente, que:

a) nenhum B é A.
b) nenhum A é C.
c) todo A é C.
d) todo C é B.
e) todo B é A.

Comentário:
Mesma lógica das questões anteriores.
Gabarito B.

Proposições logicamente equivalentes

Dizemos que duas proposições são logicamente equivalentes quando são compostas pelas mesmas proposições simples e os resultados de suas tabelas verdades são **idênticos**.

Exemplo:

47 - (PC) A sentença "penso, logo existo" é logicamente equivalente a:

a) Penso e existo.
b) Nem penso, nem existo.
c) Não penso ou existo.
d) Penso ou não existo.
e) Existo, logo penso.

✍ **Comentário:**
1º passo: Fazer a representação simbólica das proposições:
Penso, logo existo **A → B**

a) Penso e existo **A ∧ B**
b) Nem penso, nem existo **¬A ∧¬B**
c) Não penso ou existo **¬A ∨ B**
d) Penso ou não existo **A ∨ ¬B**
e) Existo, logo penso **B → A**

2º passo: Construir e completar a tabela verdade:

A	B	¬A	¬B	A → B	A ∧ B	¬A∧¬B	¬AVB	AV ¬B	B → A
V	V	F	F	V	V	F	V	V	V
V	F	F	V	F	F	F	F	V	V
F	V	V	F	V	F	F	V	F	F
F	F	V	V	V	F	V	V	V	V

Note que após completar a tabela verdade observamos que a alternativa C é logicamente equivalente à proposição "Penso, logo existo".

48 - (MPOG/ESAF) Dizer que "André é artista ou Bernardo não é engenheiro "é logicamente equivalente a dizer que:

a) Andre é artista se e somente se Bernardo não é engenheiro.
b) Se André é artista, então Bernardo não é engenheiro.
c) Se André não é artista, então Bernardo é engenheiro.
d) Se Bernardo é engenheiro, então André é artista.
e) André não é artista e Bernardo é engenheiro.

✍ **Comentário:**
Proposição do enunciado: "André é artista ou Bernardo não é engenheiro" **p ∨ ~q**

a) André é artista se e somente se Bernardo não é engenheiro.	p ↔ ~q
b) Se André é artista, então Bernardo não é engenheiro.	p → ~q
c) Se Andre não é artista, então Bernardo é engenheiro.	~p → q
d) Se Bernardo é engenheiro, então Andre é artista.	q → p
e) Andre não é artista e Bernardo é engenheiro.	~p ∧ q

p	q	~p	~q	P v ~q	p ↔ ~q	p → ~q	~p → q	q→p	~p ^ q
V	V	F	F	V	F	F	V	V	F
V	F	F	V	V	V	V	V	V	F
F	V	V	F	F	V	V	V	F	V
F	F	V	V	V	F	V	F	V	F

Gabarito: D

Equivalência entre todo, nenhum, algum

a) Todo **A** não é **B** = Nenhum **A** é **B**

Exemplo:
Todo mecânico não é cozinheiro. = Nenhum mecânico é cozinheiro.

b) Nenhum **A** não é **B** = Todo **A** é **B**

Exemplo:
Nenhuma arte não é bela. = Toda arte é bela.

c) Todo **A** é **B** = Qualquer **A** é **B** = Cada **A** é **B**

Exemplo:
Toda arte é bela. = Qualquer arte é bela. = Cada arte é bela.

d) Nenhum **A** é **B** = Nenhum **B** é **A**

Exemplo:
Nenhum professor é analfabeto. = Nenhum analfabeto é professor.

e) Algum **A** é **B** = Algum **B** é **A** = Pelo menos um **A** é **B** = Existe um **A** que é **B**

Exemplo:
Algum homem é pintor. = Algum pintor é homem. = Pelo menos um homem é pintor.
= Existe um homem que é pintor.

f) Algum **A** não é **B** = Algum **A** é não **B** = Algum não **B** é **A**

Exemplo:
Algum político não é honesto. = Algum político é não honesto. = Algum não honesto é político.

Negação dos termos todo, nenhum e algum

Exemplos:
Negação de "Algum carro é azul" **é** "Nenhum carro é azul".

Negação de "Nenhuma música é triste" **é** "Alguma música é triste".

Negação de "toda prova é fácil" **é** "Alguma prova não é fácil" **ou** "Existe prova que não é fácil".

Negação de "Algum gato não é cinza" **é** "Todo gato é cinza".

Negação de "Nem toda casa é vermelha" **é** "alguma casa não é vermelha".

49 - (FCC) A correta negação da proposição "Todos os cargos deste concurso são de analista judiciário" é:

a) Alguns cargos deste concurso são de analista judiciário.
b) Existem cargos deste concurso que não são de analista judiciário.
c) Existem cargos deste concurso que são de analista judiciário.
d) Nenhum dos cargos deste concurso não é de analista judiciário.
e) Os cargos deste concurso são ou de analista, ou de judiciário.

✍ **Comentário:**
A negação de "Todos A são B" **é**:
Alguns A não são B **ou**
Existem A que não são B
Gabarito: B

50 - (FCC) Considere a afirmação abaixo.
Existem funcionários públicos que não são eficientes. Se essa afirmação é FALSA, então é verdade que:

a) Nenhum funcionário público é eficiente.
b) Nenhuma pessoa eficiente é funcionário público.
c) Todo funcionário público é eficiente.
d) Nem todos os funcionários públicos são eficientes.
e) Todas as pessoas eficientes são funcionários públicos.

✍ **Comentário:**
Dizer que a proposição é falsa é o mesmo que negá-la. A negação de "Existe **A** que não é **B**" é "todo o **A** é **B**", ou seja, "**Todo funcionário público é eficiente**".
Gabarito: C

51 - (Petrobras/Cesgranrio) Qual é a negação de "não há quem não goste de futebol"?

a) Não há quem goste de futebol.
b) Ninguém gosta de futebol.
c) Todos gostam de futebol.
d) Há quem goste de futebol.
e) Há quem não goste de futebol.

✍ **Comentário:**
"Algum não **A** é não **B**"
Algum **A** não é **B**, ou seja, "Há quem não goste de futebol."
Gabarito: E

52 - (CVM/ESAF) Dizer que a afirmação "Todos os economistas são médicos" é falsa, do ponto de vista lógico, equivale a dizer que a seguinte afirmação é verdadeira:

a) Pelo menos um economista não é médico.
b) Nenhum economista é médico.
c) Nenhum médico é economista.
d) Pelo menos um médico não é economista.
e) Todos os não médicos são não economistas.

✍ **Comentário**:
A negação de "Todos A são B" poderá ser:
Alguns A não são B.
Existem A que não são B.
Logo:
Alguns economistas não são médicos.
Existem economistas que não são médicos.
Gabarito: A

Mary Montefusco CPF: 64091472...

53 - (FCC/Banco do Brasil/2011) Um jornal publicou a seguinte manchete:

"Toda Agência do Banco do Brasil tem déficit de funcionários."

Diante de tal inverdade, o jornal se viu obrigado a retratar-se, publicando uma negação de tal manchete. Das sentenças seguintes, aquela que expressaria de maneira correta a negação da manchete publicada é:

(a) Qualquer Agência do Banco do Brasil não tem déficit de funcionários.
(b) Nenhuma Agência do Banco do Brasil tem déficit de funcionários.
(c) Alguma Agência do Banco do Brasil não tem déficit de funcionários.
(d) Existem Agências com déficit de funcionários que não pertencem ao Banco do Brasil.
(e) O quadro de funcionários do Banco do Brasil está completo.

Gabarito: C

54 - (ESAF/Analista tributário da Receita Federal/2009)

A afirmação: "João não chegou ou Maria está atrasada" equivale logicamente a:

a) Se João não chegou, Maria está atrasada.
b) João chegou e Maria não está atrasada.
c) Se João chegou, Maria não está atrasada.
d) Se João chegou, Maria está atrasada.
e) João chegou ou Maria não está atrasada.

✍ **Comentário:**
Proposição do enunciado: "João não chegou ou Maria está atrasada" **~p∨q**

a) Se João não chegou, Maria está atrasada.	~p → q
b) João chegou e Maria não está atrasada.	p ∧ ~q
c) Se João chegou, Maria não está atrasada.	p → ~q
d) Se João chegou, Maria está atrasada.	p → q
e) João chegou ou Maria não está atrasada.	p ∨ ~q

p	q	~ p	~ q	**~p∨ q**	~p→ q	p∧~ q	p→~ q	**p→ q**	p∨~ q
V	V	F	F	**V**	V	F	F	**V**	V
V	F	F	V	**F**	V	V	V	**F**	V
F	V	V	F	**V**	V	F	V	**V**	F
F	F	V	V	**V**	F	F	V	**V**	V

Gabarito: D

55 - (ESAF/Auditor Fiscal da Receita Federal/2009) Considere a seguinte proposição: "Se chove ou neva, então o chão fica molhado". Sendo assim, pode-se afirmar que:

a) Se o chão está molhado, então choveu ou nevou.
b) Se o chão está molhado, então choveu e nevou.
c) Se o chão está seco, então choveu ou nevou.
d) Se o chão está seco, então não choveu ou não nevou.
e) Se o chão está seco, então não choveu e não nevou.

✍ **Comentário:**

Contrapositiva
Uma afirmação do tipo **p → q** é equivalente à afirmação **q → ~p**. Por exemplo, a proposição:

"Se cai então machuca"
é equivalente a:
"Se não machuca então não cai"

Negação de conectivos
A negação de uma afirmação contendo conectivos é feita negando todas as sentenças e trocando o conectivo.
Por exemplo, a negação de uma afirmação do tipo **p ∧ q** é a afirmação **~p ∨ ~q**. Por exemplo:

Afirmação: "Chove e neva".
Negação: "Não chove ou não neva".

Por outro lado, a negação de uma afirmação do tipo **p ∨q** é a afirmação **~p ∧~q**. Por exemplo:

Afirmação: "Chove ou neva".
Negação: "Não chove e não neva".

Proposição do enunciado: "Se chove ou neva, então o chão fica molhado" **p ∨ q → r**

A contrapositiva de **p ∨ q → r** é
~r → ~(p ∨ q) = ~p ∧ ~q

a) Se o chão está molhado, então choveu ou nevou.	r → p ∨ q
b) Se o chão está molhado, então choveu e nevou.	r → p ∧ q
c) Se o chão está seco, então choveu ou nevou.	~r → p ∨ q
d) Se o chão está seco, então não choveu ou não nevou.	~r → ~p ∨~ q
e) Se o chão está seco, então não choveu e não nevou.	~r→ ~p ∧ ~q

Gabarito: E

56 - (ESAF/Auditor Fiscal da Receita Federal/2009) Três meninos, Zezé, Zozó e Zuzu, todos vizinhos, moram na mesma rua em três casas contíguas. Todos os três meninos possuem animais de estimação de raças diferentes e de cores também diferentes. Sabe-se que o cão mora em uma casa contígua à casa de Zozó; a calopsita é amarela; Zezé tem um animal de duas cores — branco e laranja —; a cobra vive na casa do meio. Assim, os animais de estimação de Zezé, Zozó e Zuzu são, respectivamente:

a) cão, cobra, calopsita.
b) cão, calopsita, cobra.
c) calopsita, cão, cobra.
d) calopsita, cobra, cão.
e) cobra, cão, calopsita.

✍ **Comentário:**
Vamos coletar as pistas do problema:
1. O cão mora em uma casa contígua à casa de Zozó;
2. A calopsita é amarela;
3. Zezé tem um animal de duas cores — branco e laranja;
4. A cobra vive na casa do meio.
Sejam **E**, **O** e **U** as casas de Zezé, Zozó e Zuzu, respectivamente. Temos 6 possibilidades ao todo de dispormos as casas:

E O U	**E U O**	**O E U**
O U E	**U E O**	**U O E**

Baseado na pista 1, podemos marcar de cinza as possíveis casas onde o cão mora.

E **O** U	**E** U **O**	**O** E **U**
O U **E**	**U** E **O**	U **O** E

Baseado na pista 4, podemos eliminar as possibilidades em que o cão mora na casa do meio.

E **O** U	~~**E** U **O**~~	~~**O** E **U**~~
~~**O** U **E**~~	~~**U** E **O**~~	U **O** E

Somente sobraram as possibilidades:
E O U e **U O E**
Em ambos os casos, conclui-se que a casa do meio é a de Zozó e que **Zozó possui uma cobra**.
Baseado nas pistas 2 e 3, concluímos que Zezé não tem a calopsita, pois a calopsita não é branca e laranja. Portanto, **Zezé possui um cão**.
Logo, **Zuzu possui uma calopsita**.
Gabarito: A

57 - (ESAF / Receita Federal / Assistente Técnico Administrativo / 2009) Entre os membros de uma família existe o seguinte arranjo: Se Márcio vai ao *shopping*, Marta fica em casa. Se Marta fica em casa, Martinho vai ao *shopping*. Se Martinho vai ao *shopping*, Mário fica em casa. Dessa maneira, se Mário foi ao *shopping*, pode-se afirmar que:

a) Marta ficou em casa.
b) Martinho foi ao *shopping*.
c) Márcio não foi ao *shopping* e Marta não ficou em casa.
d) Márcio e Martinho foram ao *shopping*.
e) Márcio não foi ao *shopping* e Martinho foi ao *shopping*.

✍ **Comentário:**
Temos as seguintes expressões:
p: Márcio vai ao *shopping*.
q: Marta fica em casa.
r: Martinho vai ao *shopping*.
s: Mário fica em casa
De acordo com o enunciado:

Se Márcio vai ao *shopping*, Marta fica em casa.	**p → q**
Se Marta fica em casa, Martinho vai ao *shopping*.	**q → r**
Se Martinho vai ao *shopping*, Mário fica em casa.	**r → s**

Dessa maneira, se Mário foi ao shopping então a afirmação **~s** é verdadeira.
Representação simbólica e valores lógicos retirados das tabelas verdade:
$p^{(F)} \rightarrow q^{(F)} = V$
$q^{(F)} \rightarrow r^{(F)} = V$
$r^{(F)} \rightarrow s^{(F)} = V$
$\sim s^{(V)} = V$

a	**b**	**a → b**
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

Proposições inicias	**Valores lógicos encontrados**	**Conclusões**
p: Márcio vai ao *shopping*.	F	Márcio não vai ao *shopping*.
q: Marta fica em casa.	F	Marta não fica em casa.
r: Martinho vai ao *shopping*.	F	Martinho não vai ao *shopping*.
s: Mário fica em casa.	F	Mário não fica em casa.

Gabarito: C

58 - (ESAF / Receita Federal / Assistente Técnico Administrativo / 2009) A negação de "Ana ou Pedro vão ao cinema e Maria fica em casa é":

a) Ana e Pedro não vão ao cinema ou Maria fica em casa.
b) Ana e Pedro não vão ao cinema ou Maria não fica em casa.
c) Ana ou Pedro vão ao cinema ou Maria não fica em casa.
d) Ana ou Pedro não vão ao cinema e Maria não fica em casa.
e) Ana e Pedro não vão ao cinema e Maria fica em casa.

✍ **Comentário:**
Sentenças:
p: Ana vai ao cinema;
q: Pedro vai ao cinema;
r: Maria fica em casa.

Proposição do enunciado: **(p v q) ∧ r**

Lembrete: a negação se faz acrescentando um não em cada sentença e trocando os conectivos.

Negação: **(~p ∧ ~q) v ~r**

~p: Ana não vai ao cinema;
~q: Pedro não vai ao cinema;
~r: Maria não fica em casa.

(~p ∧ ~q) v ~r: Ana e Pedro não vão ao cinema ou Maria não fica em casa.

Gabarito: B

59 - (ESAF / Secretaria Municipal de Fazenda do Município do RJ / Fiscal de Rendas / 2010) A proposição "um número inteiro é par se e somente se o seu quadrado for par" equivale logicamente à proposição:

a) se um número inteiro for par, então o seu quadrado é par, e se um número inteiro não for par, então o seu quadrado não é par.
b) se um número inteiro for ímpar, então o seu quadrado é ímpar.
c) se o quadrado de um número inteiro for ímpar, então o número é ímpar.
d) se um número inteiro for par, então o seu quadrado é par, e se o quadrado de um número inteiro não for par, então o número não é par.
e) se um número inteiro for par, então o seu quadrado é par.

✍ **Comentário:**
Sentenças:
p: Um número inteiro é par.
q: Seu quadrado for par.
Proposição do enunciado: "um número inteiro é par se e somente se o seu quadrado for par" **p ↔ q**

a) se um número inteiro for par, então o seu quadrado é par, e se um número inteiro não for par, então o seu quadrado não é par.	P → q ∧ ~p → ~q
b) se um número inteiro for ímpar, então o seu quadrado é ímpar.	~p → ~q
c) se o quadrado de um número inteiro for ímpar, então o número é ímpar.	~q → ~p
d) se um número inteiro for par, então o seu quadrado é par, e se o quadrado de um número inteiro não for par, então o número não é par.	p → q ∧ ~q → ~p
e) se um número inteiro for par, então o seu quadrado é par.	p → q

Para facilitar a resolução do exercício, considere:
r = p → q **s = ~p → ~q** **t = ~q → ~p**

Então, as alternativas ficam:
a) **r ∧ s**
b) **s**
c) **t**
d) **r ∧ t**
e) **r**

Vamos consultar a tabela-verdade:

p	**q**	**p ↔ q**	**p → q**	**p ∧ q**
V	V	V	V	V
V	F	F	F	F
F	V	F	V	F
F	F	V	V	F

Assim, temos que

p	**q**	**~p**	**~q**	**p↔q**	**r**	**s**	**t**	**r∧s**	**r∧t**
V	V	F	F	V	V	V	V	V	V
V	F	F	V	F	F	V	F	F	V
F	V	V	F	F	V	F	V	F	V
F	F	V	V	V	V	V	V	V	V

Gabarito: A

60 - (ESAF / Analista de Planejamento e Orçamento / 2010) Sejam F e G duas proposições e ~F e ~G suas respectivas negações. Marque a opção que equivale logicamente à proposição composta: F se e somente G.

a) F implica G e ~G implica F.
b) F implica G e ~F implica ~G.
c) Se F então G e se ~F então G.
d) F implica G e ~G implica ~F.
e) F se e somente se ~G.

✍ **Comentário:**
Proposição do enunciado: "F se e somente G" **F ↔ G**

a) F implica G e ~G implica F.	$F \rightarrow G \wedge \sim G \rightarrow F$
b) F implica G e ~F implica ~G.	$F \rightarrow G \wedge \sim F \rightarrow \sim G$
c) Se F, então G e se ~F, então G.	$F \rightarrow G \wedge \sim F \rightarrow G$
d) F implica G e ~G implica F.	$F \rightarrow G \wedge \sim G \rightarrow \sim F$
e) F se e somente se ~G.	$F \leftrightarrow \sim G$

Para facilitar a resolução do exercício, considere:

p = F → G **q = ~G → F** **r = ~F → ~G**

s = ~F → G **t = ~G → ~F** **u = F ↔ ~G**

Portanto, as alternativas ficam:

a) $p \wedge q$
b) $p \wedge r$
c) $p \wedge s$
d) $p \wedge t$
e) u

Vamos construir a tabela verdade para a situação.

F	G	~F	~G	F↔G	p	q	r	s	t
V	V	F	F	V	V	V	V	V	V
V	F	F	V	F	F	V	V	V	F
F	V	V	F	F	V	V	F	V	V
F	F	V	V	V	V	F	V	F	V

Continuando a tabela anterior, temos:

p	q	r	s	t	p∧q	p∧r	p∧s	p∧t	u
V	V	V	V	V	V	V	V	V	F
F	V	V	V	F	F	F	F	V	V
V	V	F	V	V	V	F	V	V	V
V	F	V	F	V	F	V	F	V	F

Gabarito: B

61 - (ESAF / Analista de Planejamento e Orçamento / 2010 – adaptada) Considere os símbolos e seus significados: ~ - negação, ^ - conjunção, v - disjunção, C - contradição e T - tautologia. Sendo F e G proposições, marque a expressão correta.

a) (F v G) ^ ~ (~F ^ ~G) = C.
b) (F v G) ^ (~F ^ ~G) = T.
c) (F v G) ^ (~F ^ ~G) = C.
d) (F v G) ^ (~F ^ ~G) = F v G.
e) (F v G) ^ ~ (~F ^ ~G) = F ^ G.

✍ **Comentário:**

Para facilitar a resolução, considere:

p = F v Ge **q = ~F ^ ~G**

Assim, as alternativas ficam:

a. p ^ ~q = C.
b. p ^ q = T.
c. p ^ q = C.
d. p ^ q = F v G.
e. p ^ ~q = F ^ G.

Consultando as tabelas-verdade, temos:

F	G	p = F v G
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

F	G	~F	~G	q = ~F ^ ~G
V	V	F	F	F
V	F	F	V	F
F	V	V	F	F
F	F	V	V	V

F	G	p	q	~q	p ^ q	p ^ ~q
V	V	V	F	V	F	V
V	F	V	F	V	F	V
F	V	V	F	V	F	V
F	F	F	V	F	F	V

Gabarito: C

Lógica de argumentacão, interpretação de informações de natureza matemática

Quando é solicitado esse tema no edital, significa que, na prova de raciocínio lógico, serão cobradas questões que envolvem apenas raciocínio, interpretação de dados e cálculos básicos de aritmética, são questões de QI. Não existem, portanto, matérias ou fórmulas complexas para serem decoradas. Para estudar para esse tipo de prova, deve-se resolver o maior número possível de questões sobre o tema, a fim de exercitar.

Para orientar seus estudos, comentaremos a seguir diversas questões da banca CESPE sobre o assunto de lógica de argumentação. E, depois, estudaremos como resolver questões que envolvem problemas de aritmética básica para você saber o que esperar de uma prova como essa. Confira.

✍ Questões de concurso comentadas

Autor: Éder Vasco Pinheiro

01. (CESPE / TCE-AC / Analista de Controle Externo / Ciências Contábeis / 2009) Leonardo, Caio e Márcio são considerados suspeitos de praticar um crime. Ao serem interrogados por um delegado, Márcio disse que era inocente e que Leonardo e Caio não falavam a verdade. Leonardo disse que Caio não falava a verdade, e Caio disse que Márcio não falava a verdade.

A partir das informações dessa situação hipotética, é correto afirmar que

a) os três rapazes mentem.
b) dois rapazes falam a verdade.

c) nenhuma afirmação feita por Márcio é verdadeira.
d) Márcio mente, e Caio fala a verdade.
e) Márcio é inocente e fala a verdade.

✍**Comentário:**
Para a resolução desta questão, iremos desencadear o raciocínio lógico fazendo as hipóteses dos casos em que cada suspeito, separadamente, falava a verdade. Observemos as afirmações de cada um dos suspeitos.

Suspeito	Afirmação
Márcio	*Ele "era inocente e que Leonardo e Caio não falavam a verdade."*
Leonardo	"Caio não falava a verdade."
Caio	"Márcio não falava a verdade."

Em cada uma das hipóteses que seguem o raciocínio lógico, será desenvolvido nas respectivas tabelas, nas quais as frases em negrito são as afirmações verdadeiras. Além disso, antes da tabela é feito um comentário sobre a lógica desencadeada a partir da hipótese formulada. Após a tabela, apresentamos as conclusões.

Hipótese 1: Supomos que Márcio falava a verdade.

Como nossa suposição é de que Márcio falava a verdade, então iniciamos observando a afirmação de Márcio. Ele disse que *"era inocente e que Leonardo e Caio não falavam a verdade."* Logo, além de Márcio ser inocente, Leonardo e Caio não falavam a verdade. Portanto, devemos considerar as negações das afirmações de Leonardo e Caio.

Suspeito	Afirmação	Negação da Afirmação
Márcio	***Ele "era inocente e que Leonardo e Caio não falavam a verdade.".***	
Leonardo	"Caio não falava a verdade."	***Caio falava a verdade.***
Caio	"Márcio não falava a verdade."	***Márcio falava a verdade.***

Observando as frases destacadas na tabela acima, verificamos que existe uma contradição no que foi obtido como verdade de Márcio e de Leonardo. De fato, Márcio afirmava que Caio não falava a verdade, e Leonardo afirmava que Caio falava a verdade.
Portanto, para a hipótese 1, obtivemos uma contradição. Por isso, podemos concluir que Márcio não fala a verdade.

Hipótese 2: Supomos que Leonardo falava a verdade.

Como nossa suposição é de que Leonardo falava a verdade, então iniciamos observando a afirmação de Leonardo. Ele disse que *"Caio não falava a verdade."* Portanto, devemos considerar a negação da afirmação de Caio, que é *Márcio falava a verdade.* Assim, devemos também considerar a afirmação de Márcio como verdadeira.

Suspeito	Afirmação	Negação da Afirmação
Leonardo	***"Caio não falava a verdade."***	
Caio	"Márcio não falava a verdade."	***Márcio falava a verdade.***
Márcio	***Ele "era inocente e que Leonardo e Caio não falavam a verdade.".***	

Observando as frases destacadas na tabela acima, vemos que a negação da afirmação de Caio é *que Márcio falava a Verdade*. Porém, a afirmação de Márcio, de que *Leonardo não falava a verdade,* contradiz a nossa hipótese 2.
Portanto, para a hipótese 2 obtivemos uma contradição. Por isso, podemos concluir que Leonardo não fala a verdade.

Hipótese 3: Supomos que Caio falava a verdade.

Caio disse que *"Márcio não falava a verdade."* Portanto, devemos considerar a negação da afirmação de Márcio. Agora, trataremos com mais detalhes a negação da afirmação de Márcio. Se Márcio não falava a verdade, pelo menos um dos três fatos a seguir deve ser verdadeiro: (a) *ele não era inocente,* (b) *Leonardo falava a verdade,* (c) *Caio falava a verdade*. Como nossa suposição é de que Caio falava a verdade, o fato (c) é verdadeiro. Dessa forma, já temos um dos fatos como verdadeiro. Portanto os outros dois, (a) ou (b), podem ou não ser verdadeiros.
Como Leonardo afirmou que "*Caio não falava a verdade*" então o fato (b) é falso, isto é, Leonardo não falava a verdade.

Suspeito	Afirmação	Negação da Afirmação
Caio	**"Márcio não falava a verdade."**	
Márcio	Ele "era inocente e que Leonardo e Caio não falavam a verdade."	***ou ele não era inocente, ou Leonardo falava a verdade, ou Caio falava a verdade***
Leonardo	"Caio não falava a verdade."	***Caio falava a verdade***

Assim, como podemos observar na tabela acima, o desencadear do raciocínio lógico da hipótese 3 não nos leva à contradição. Logo, Caio realmente falava a verdade.

Portanto, com base nas três hipóteses, podemos concluir que Márcio mente, Leonardo mente e Caio fala a verdade. A partir dessa conclusão, analisaremos as alternativas da questão.
(a) os três rapazes mentem.
A alternativa é falsa, pois apenas Márcio e Leonardo mentem.
(b) dois rapazes falavam a verdade.
A alternativa é falsa, pois somente Caio falava a verdade.
(c) nenhuma afirmação feita por Márcio é verdadeira.
A alternativa é falsa, pois Márcio afirma que *Leonardo não falava a verdade,* e isso é verdadeiro.
(d) Márcio mente, e Caio fala a verdade.
A alternativa está correta.
(e) Márcio é inocente e fala a verdade.
A alternativa é falsa, pois Márcio não fala a verdade.

Gabarito: D

02. (CESPE / TCE-AC / Analista de Controle Externo / Ciências Contábeis / 2009) Em uma investigação, um detetive recolheu de uma lixeira alguns pedaços de papéis semidestruídos com o nome de três pessoas: Alex, Paulo e Sérgio. Ele conseguiu descobrir que um deles tem 60 anos de idade e é pai dos outros dois, cujas idades são: 36 e 28 anos. Descobriu, ainda, que Sérgio era advogado, Alex era mais velho que Paulo, com diferença de idade inferior a 30 anos, e descobriu também que o de 28 anos de idade era médico e o outro, professor. Com base nessas informações, assinale a opção correta.

a) Alex tem 60 anos de idade, Paulo tem 36 anos de idade e Sérgio tem 28 anos de idade.
b) Alex tem 60 anos de idade, Paulo tem 28 anos de idade e Sérgio tem 36 anos de idade.
c) Alex não tem 28 anos de idade e Paulo não é médico.
d) Alex tem 36 anos de idade e Paulo é médico.
e) Alex não é médico, e Sérgio e Paulo são irmãos.

✍**Comentário:**
A estratégia para a resolução dessa questão é relacionar as informações do enunciado e descobrir quais são as características de cada um dos três nomes encontrados.

Analisando o seguinte trecho do enunciado: "Alex era mais velho que Paulo, com diferença de idade inferior a 30 anos", pode-se concluir, então, que Paulo tinha 28 anos de idade e Alex tinha 36 anos de idade, pois se Alex tivesse 60 anos, e Paulo, 28 anos, a diferença seria superior a 30 anos.

Nesse ponto, você pode questionar o seguinte: "Mas eu também posso concluir que Alex poderia ter 60 anos e Paulo 36, pois a diferença de idade também seria inferior a 30 anos." Mas isso não é verdadeiro, pois, se assim o fosse, Sérgio teria 28 anos. Mas o enunciado afirma o seguinte: "o de 28 anos de idade era médico" e também que: "Sérgio era advogado". Então se conclui que Sérgio não tem 28 anos; logo, a relação Alex (60) e Paulo (36) não é verdadeira.

Continuando o raciocínio, temos que a pessoa de 28 anos de idade, que já sabemos ser Paulo, era médico, e que o outro, que sabemos que tinha 36 anos de idade, era professor.
Com isso, temos o seguinte resumo das informações:

Paulo – 28 anos – médico
Alex – 36 anos – professor

Por fim, sabemos que Sérgio era advogado e, por exclusão, temos que ele era o pai dos outros dois e tinha, portanto, 60 anos de idade. Logo, o resumo completo das informações é:

Paulo – 28 anos – médico
Alex – 36 anos – professor
Sérgio – 60 anos – advogado

Com essas informações, chegamos à conclusão de que a única alternativa possível é a D, pois ela nos diz que Alex tem 36 anos de idade e que Paulo é médico.

Gabarito: D

03. (CESPE / TRE-MT / Técnico Judiciário / Programação de Sistemas / 2010) Um eleitor, ao assistir à propaganda eleitoral na TV, anotou em um pedaço de papel os nomes, os números e os partidos de três candidatos a deputado federal que, em sua opinião, poderiam merecer o seu voto. Na pressa, não fez a anotação corretamente, de modo que, ao ler, não conseguia associar o nome, número e partido de cada um dos candidatos. O que ele conseguiu lembrar foi que os nomes eram José, Pedro e Maria; os partidos eram PXA, PXB e PXC; e os números terminavam em 01, 02 e 03. Ele lembrava ainda que o candidato mais jovem era do sexo masculino e do PXA; o número do candidato do PXB terminava em 02; o número de Pedro, que era mais velho que Maria, terminava em 03. Com base nessas informações, assinale a opção correta.

a) Pedro é do PXC, Maria é do PXB e o número de José termina em 01.
b) Pedro é do PXA, Maria é do PXC e o número de José termina em 01.
c) Pedro é do PXC, Maria é do PXA e o número de José termina em 01.
d) Pedro é do PXA, Maria é do PXB e o número de José termina em 02.
e) Pedro é do PXA, Maria é do PXC e o número de José termina em 02.

✍**Comentário:**
Primeiramente, precisamos entender que cada um dos candidatos, José, Pedro e Maria, possui um único número e pertencem a partidos distintos.
Agora, analisemos cada uma das outras lembranças do eleitor.
Ele lembrou que o candidato mais jovem era do sexo masculino e do partido PXA. Isso, juntamente com o fato de Pedro ser mais velho que Maria, nos garante que o candidato do partido PXA não é Pedro e também não é Maria. Portanto, só resta José, e assim temos que o partido do José é o PXA. Com isso, podemos descartar as alternativas (b), (d) e (e).
O eleitor também lembrou que o número do Pedro terminava em 03. Lembrou, inclusive, que o número do candidato do PXB terminava em 02. Portanto, o partido de Pedro não pode ser o PXB. Como já sabemos que o PXA é o partido do José, então o partido do Pedro é o PXC. Assim podemos concluir também que o partido de Maria é o PXB, e o número dela termina em 02.
Resumindo essas informações, temos as seguintes associações:

José – PXA – 01
Pedro – PXC – 03
Maria – PXB – 02.

Com isso, concluímos que Pedro é do PXC, Maria é do PXB e o número de José termina em 01.
Portanto, a alternativa "A" é a única correta.

Gabarito: A

4. (CESPE / DETRAN-ES / Analista de Sistemas / 2010) Durante *blitz* de rotina, um agente de trânsito notou um veículo que havia parado a distância, no qual o condutor trocou de lugar com um dos passageiros. Diante dessa situação, o agente resolveu parar o veículo para inspeção. Ao observar o interior do veículo e constatar que havia uma lata de cerveja no console, indagou aos quatro ocupantes sobre quem teria bebido a cerveja e obteve as seguintes respostas:

— Não fui eu, disse Ricardo, o motorista.
— Foi o Lucas, disse Marcelo.
— Foi o Rafael, disse Lucas.
— Marcelo está mentindo, disse Rafael.

Considerando a situação hipotética acima, bem como o fato de que apenas um dos ocupantes do veículo bebeu a cerveja, julgue os itens subsequentes.

A. Considerando-se que apenas um dos ocupantes do carro estivesse mentindo, é correto afirmar que Rafael foi quem bebeu a cerveja.

✍**Comentário:**
Precisamos nos ater sobre o fato informado no enunciado de que "apenas um dos ocupantes do veículo bebeu a cerveja."
Além disso, devido ao enunciado específico para o item A, devemos considerar que apenas um dos ocupantes do carro estivesse mentindo.
Como Rafael disse que Marcelo está mentindo, não podemos ter uma situação em que Rafael e Marcelo estejam falando a verdade.
Portanto, as únicas duas situações ainda possíveis para nós testarmos é que "Rafael estava mentindo e Marcelo falava a verdade" ou que "Rafael falava a verdade e Marcelo estava mentindo.".
Para verificar se alguma dessas duas situações é possível, vamos formular duas hipóteses para desenvolvermos a sequência lógica.
Comecemos com a hipótese de que Rafael mentiu. Com esta hipótese, vamos desenvolver o raciocínio lógico e verificar se ela é válida. Depois, julgaremos a hipótese de que Marcelo mentiu.
Hipótese 1: Suponha que Rafael estava mentindo.
Pela negação do que Rafael falou, temos que Marcelo falava a verdade. No entanto, Marcelo afirmou que foi o Lucas. Como já temos um mentindo, então Lucas também estava falando a verdade, e ele afirmou que foi Rafael. Como foi só um dos ocupantes que bebeu, temos aqui uma contradição. Portanto, Rafael não mentiu.
Hipótese 2: Suponhamos que Marcelo estava mentindo.
Assim, temos que Rafael falou a verdade, pois ele afirmou que Marcelo mentiu. Agora, a partir da negação do que Marcelo afirmou, temos que não foi o Lucas quem bebeu. Como já temos um mentiroso, Lucas também falou a verdade, e ele afirmou que foi o Rafael quem bebeu. Ricardo somente disse que não foi ele.

Com base nessas duas hipóteses, concluímos que o único que mentiu foi o Marcelo, e o único que bebeu foi o Rafael.
Concluímos, então, que a afirmação está correta, Rafael bebeu a cerveja.
Gabarito: Certo

B. Em face dessa situação, é correto afirmar que Marcelo e Rafael mentiram.

✍**Comentário:**
Agora não precisamos considerar que apenas um dos ocupantes do carro estivesse mentindo.
Como Rafael falou que Marcelo está mentido, então se Rafael mentiu, temos que o Marcelo não mentiu. Dessa forma, não é possível que Marcelo e Rafael tenham mentido juntos.

Gabarito: Errado

5. (CESPE / TRT / 21ª Região (RN) / Analista Judiciário / Área Administrativa / 2010) Uma empresa incentiva o viver saudável de seus funcionários. Para isso, dispensa

mais cedo, duas vezes por semana, aqueles envolvidos em alguma prática esportiva. Aproveitando a oportunidade, Ana, Bia, Clara e Diana decidiram se associar a uma academia de ginástica, sendo que escolheram atividades diferentes, quais sejam, musculação, ioga, natação e ginástica aeróbica. O intuito é manter a forma e, se possível, perder peso. No momento, o peso de cada funcionária assume um dos seguintes valores: 50 kg, 54 kg, 56 kg ou 60 kg. O que também se sabe é que:

a) Ana não faz musculação e não pesa 54 kg.
b) Bia faz ioga e não tem 50 kg.
c) A jovem que faz musculação pesa 56 kg e não é a Clara.
d) A jovem com 54 kg faz natação.

Com base nessas informações, é correto afirmar que

✍**Comentário:**
As afirmativas abaixo dizem respeito ao tipo de esporte praticado pelas funcionárias e ao peso destas. Sabemos que as funcionárias – Ana, Bia, Clara e Diana – praticam esportes diferentes e possuem pesos diferentes. Então, para julgar os itens abaixo (A), (B) e (C), iremos, inicialmente, analisar qual esporte – musculação, ioga, natação e ginástica aeróbica – cada uma faz.
A partir das informações fornecidas pelo enunciado, já sabemos que:
- Bia faz ioga.
- Nem Ana nem Clara fazem musculação.
Logo, podemos concluir que quem faz musculação é a Diana.
- A jovem que faz natação pesa 54 Kg.
Sabemos que Ana não pesa 54 kg, assim, podemos concluir que quem faz natação é a Clara.
- E, portanto, Ana faz ginástica aeróbica.
Agora, vamos analisar qual é o peso – 50 kg, 54 kg, 56 kg ou 60 kg – de cada uma das funcionárias.
Segundo as informações fornecidas pelo enunciado, temos que:
- A jovem que faz musculação pesa 56 Kg.
Como quem faz musculação é a Diana, ela pesa 56 Kg.
- A jovem com 54 Kg faz natação.
Quem faz natação é a Clara, logo, ela pesa 54 Kg.
- Bia não tem 50 Kg.
Bia poderia ter somente 50 Kg ou 60 Kg. Assim, vemos que ela pesa 60 Kg.
- E, portanto, Ana pesa 50 Kg.
Através desse comentário, iremos analisar as afirmativas abaixo.

A. Bia é mais pesada que Clara.

✍**Comentário:**
A afirmativa está certa, pois Bia pesa 60 Kg e Clara pesa 54 Kg; logo, Bia pesa mais do que Clara.

Gabarito: Certo

B. O peso de Ana é 56 kg.

✍**Comentário:**
A afirmativa está errada, pois Ana pesa 50 Kg.

Gabarito: Errado

C. Diana faz musculação.

✍**Comentário:**
A afirmativa está correta, pois, Diana realmente faz musculação.

Gabarito: Certo

6. (CESPE / EBC / Cargos de Nível Médio / Conhecimentos Básicos / 2011) O quadro de pessoal de uma empresa conta com 7 analistas: 2 da área de contabilidade e 5, de arquivologia. Em 4 dias consecutivos, desses 7 analistas, estiveram presentes aos trabalhos:

no dia 1: Bárbara, Diogo, Marta e Sandra;
no dia 2: Diogo, Fernando, Hélio e Sandra;
no dia 3: Bárbara, Célio, Diogo e Hélio;
no dia 4: Célio, Fernando, Marta e Sandra.

Sabendo que, em cada um desses 4 dias, dos presentes, 1 era analista de contabilidade e 3, de arquivologia; que cada um dos analistas de contabilidade esteve presente em apenas 2 dias; e que Fernando é analista de arquivologia, julgue os itens seguintes.

✍**Comentário:**
Para julgar os itens abaixo, (A), (B) e (C), devemos descobrir quem é analista da área de contabilidade e quem é analista da área de arquivologia.
A partir do enunciado da questão, sabemos que temos um total de 7 analistas, sendo 2 da área de contabilidade, e 5 da área de arquivologia.
Sabemos também que, em 4 dias de trabalho, em cada dia, tínhamos a presença de 1 analista de contabilidade e de 3 analistas de arquivologia. Além disso, cada um dos analistas de contabilidade, que são 2, esteve presente em apenas dois dias; e que Fernando é analista de arquivologia.
Inicialmente, vamos analisar as pessoas que nesses 4 dias estiveram presentes apenas em 2. Estas foram: Bárbara, Marta, Hélio, Célio e Fernando.
Pelo enunciado, sabemos que duas dessas pessoas serão analistas de contabilidade. Já sabemos que Fernando não é. Logo, nos restaram a Bárbara, a Marta, o Hélio e o Célio.
Agora, vamos analisar quando essas pessoas estiveram presentes.
No dia 1, Bárbara e Marta estiveram presentes.

No dia 2, apenas Hélio esteve presente.
No dia 3, Bárbara, Célio e Hélio estiveram presentes.
No dia 4, Célio e Marta estiveram presentes.
No dia 2 apenas Hélio esteve presente. Como em cada dia temos apenas um analista de contabilidade presente, podemos concluir que Hélio é um dos analistas de Contabilidade. No dia 3, a Bárbara, o Célio e o Hélio estiveram presentes. Como já sabemos que Hélio é um analista de contabilidade e que em cada dia podemos ter apenas 1, temos que Bárbara e Célio não são analistas de Contabilidade.
Logo, os analistas de contabilidade serão Hélio e Marta. E, portanto, Bárbara, Célio, Fernando, Diogo e Sandra são analistas de arquivologia.

Através desse comentário, iremos analisar os itens abaixo.

A. Todas as mulheres são analistas de arquivologia.

✍**Comentário:**
O item está errado, pois, Marta é uma especialista de contabilidade. Logo, nem todas as mulheres são especialistas de arquivologia.

Gabarito: Errado

B. Célio é analista de arquivologia.

✍**Comentário:**
O item está certo, pois, Célio é realmente um especialista de arquivologia.

Gabarito: Certo

C. Hélio é analista de contabilidade

✍**Comentário:**
O item está certo, pois, Hélio é realmente um especialista de contabilidade.

Gabarito: Certo

Problemas aritméticos

Autor: Gustavo Valente

Vejamos algumas orientações para resolver questões envolvendo problemas aritméticos.

1º) Coletando dados

Ao iniciar qualquer a questão, colete os dados do problema. Escreva por extenso o que aquele número significa. Por exemplo, considere o enunciado a seguir:

(TRE-ES/CESPE/2010) Em determinado município, há, cadastrados, 58.528 eleitores, dos quais 29.221 declararam ser do sexo feminino e 93 não informaram o sexo. Se, entre os eleitores que não informaram o sexo, o número de eleitores do sexo masculino for o dobro do número de eleitores do sexo feminino, então, nesse município, os eleitores do sexo masculino são maioria.

Coleta de dados:
58.528 eleitores
29.221 do sexo feminino
93 não informaram o sexo

2º) Atribua variáveis

Atribua letras (variáveis) aos valores que serão necessários, bem como aos valores que são dados no enunciado.

Atribuindo variáveis:
E = 58.528 eleitores
F = 29.221 do sexo feminino
X = 93 não informaram o sexo
M = eleitores do sexo masculino
m = eleitores do sexo masculino que não informaram o sexo
f = eleitores do sexo feminino que não informaram o sexo

3º) Equacionando o problema

Procure as informações no enunciado que sugira alguma equação a se resolver. Algumas palavras-chave como dobro (multiplicar por 2), triplo (multiplicar por 3), soma, produto sugerem a equação. Por exemplo:

Equacionando o problema:
Informação: entre os eleitores que não informaram o sexo, o número de eleitores do sexo masculino é o dobro do número de eleitores do sexo feminino.
Equações: m = 2f

4ª) Resolução de sistema

Depois de coletar os dados, atribuir variáveis e equacionar, eventualmente você vai chegar em um sistema de equações (isto é, duas ou mais equações com as mesmas variáveis). Por exemplo:

Informação lógica: A soma dos eleitores do sexo masculino com os eleitores do sexo feminino dá o eleitorado total.
Equação: m+f=93

Sistema:
m = 2f
m+f=93

Para resolver um sistema basta isolar uma das variáveis em uma equação e substituir na outra. No exemplo que estamos tratando, a variável **m** já está isolada, portanto basta substituir na outra equação:
2f+f=93 → 3f=93 → f=31

Uma vez sabendo o valor de uma variável, basta substituir na outra equação:
m=2*31 → m=62

5ª) Atenção às unidades

Sempre mantenha todas as unidades iguais. Nunca colete dados em unidades misturadas, ainda que o enunciado sugira isto. Vejamos outro exemplo:

(PC-ES/CESPE) Os policiais da delegacia de defesa do consumidor apreenderam, em um supermercado, 19,5 kg de mercadorias impróprias para o consumo: potes de 150 g de queijo e peças de 160 g de salaminho. Se cada pote de queijo era vendido a R$ 9,80 e cada peça de salaminho era vendida a R$ 12,50, e se o prejuízo do supermercado decorrente do impedimento da venda desses produtos foi calculado em R$ 1.427,50, então foram apreendidos 50 potes de queijo e 75 peças de salaminho.

Coleta de dados com atenção as unidades:

19,5 kg = 19500 g de mercadorias impróprias para o consumo
150 g de queijo em cada pote
160 g de salaminho em cada peça
R$ 9,80 por pote de queijo
R$ 12,50 por peça de salaminho
R$ 1.427,50 de prejuízo

6º) Regra de três

Colete os dados proporcionais em uma tabelinha da seguinte forma:
a → b (a está para b assim como
x → y x está para y)
E resolva com a seguinte fórmula: bx=ay (Multiplicação cruzada ou em X)

Por exemplo:

Se 3 em cada 600 homens são dautônicos então quantos dautônicos existem em um grupo de 3000 pessoas?

Coleta de dados:
X = número de dautônicos
3 está para 600 assim como X está para 3000:
3 → 600
X → 3000
Fórmula: 600x = 3*3000

7ª) Porcentagem

Porcentagem é uma proporção. E ela sempre é feita sobre o valor total de 100 unidades. Por exemplo,
Um estudo recente revelou que 12% da população brasileira tem diabetes. Supondo que a população brasileira é de 190 milhões de habitantes, quantos brasileiros tem diabetes?

Coleta de dados:
X = quantidade de brasileiros com diabetes
12 % → X
100 % → 190
Fórmula: 100 X = 190 * 12
Atenção: Quando dizemos "50% a mais que" ou "50% superior a" então estamos somando considerando 150% do valor total (50% a mais que o total de 100%)

✍ **Questão de concurso comentada**

1 - (TRE-ES/CESPE/2010) Em determinado município, há, cadastrados, 58.528 eleitores, dos quais 29.221 declararam ser do sexo feminino e 93 não informaram o sexo. Se, entre os eleitores que não informaram o sexo, o número de eleitores do sexo masculino for o dobro do número de eleitores do sexo feminino, então, nesse município, os eleitores do sexo masculino são maioria.

(A) Certo
(B) Errado

✍ **Comentário:**
E = 58.528 eleitores
F = 29.221 eleitores do sexo feminino que informaram o sexo
X = 93 não informaram o sexo

Então temos que
M = **E – F – X** = 58.528 – 29.221 – 93 = 29.214 = Número de eleitores do sexo masculino que informaram o sexo
m = eleitores do sexo masculino que não informaram o sexo
f = eleitores do sexo feminino que não informaram o sexo

> entre os eleitores que não informaram o sexo, o número de eleitores do sexo masculino é o dobro do número de eleitores do sexo feminino: **m = 2f**

> o número de eleitores que não informaram o sexo é a soma dos eleitores do sexo masculino e feminino que não informaram o sexo: **m + f = 93**

Resolvendo o sistema:
m + f = 93 → 2f + f = 93 → 3f = 93 → f = 31
m = 2f → m = 2*31 → m = 62

Mally Mc Effusi... CPF: 64409147...

Então os eleitores do sexo feminino somam:
F+f = 29.221+31 = 29.252
E os do sexo masculino:
M+m = 29.214 + 62 = 29.276

Como temos mais eleitores do sexo masculino que eleitores do sexo feminino, concluimos que os eleitores do sexo masculino são maioria.

Gabarito: Certo

2 - (PC-ES/CESPE/2010) Os policiais da delegacia de defesa do consumidor apreenderam, em um supermercado, 19,5 kg de mercadorias impróprias para o consumo: potes de 150 g de queijo e peças de 160 g de salaminho. Se cada pote de queijo era vendido a R$ 9,80 e cada peça de salaminho era vendida a R$ 12,50, e se o prejuízo do supermercado decorrente do impedimento da venda desses produtos foi calculado em R$ 1.427,50, então foram apreendidos 50 potes de queijo e 75 peças de salaminho.

(A) Certo
(B) Errado

✍ **Comentário:**

19,5 kg = Mercadorias impróprias para o consumo
R$ 1.427,50 = Prejuízo

> 50 potes de queijo somam 7,5 kg pois
50 * 150 g = 7.500 g = 7,5 kg
> 75 peças de salaminho somam 12 kg pois
75 * 160 g = 12.000 g = 12 kg

Ao todo temos 7,5 kg + 12 kg = 19,5 kg.

> 50 potes de queijo custam R$ 490,00 pois
50 * R$ 9,80 = R$ 490,00
> 75 peças de salaminho custam R$ 937,50 pois
75 * R$ 12,50 = R$ 937,50

Ao todo temos R$ 490,00 + R$ 937,50 = R$ 1.427,50.

Gabarito: Certo

3 - (PRF/CESPE/2008) Ficou pior para quem bebe

O governo ainda espera a consolidação dos dados do primeiro mês de aplicação da Lei Seca para avaliar seu impacto sobre a cassação de CNHs. As primeiras projeções indicam, porém, que as apreensões subirão, no mínimo, 10%. Antes da vigência da Lei Seca, eram suspensas ou cassadas, em média, aproximadamente 155.000 CNHs por ano. Se as previsões estiverem corretas, a média anual deve subir para próximo de 170.000. A tabela a seguir mostra esses resultados nos últimos anos (fonte: DENATRAN).

ano	CNHs	
	concedidas (em milhões)	suspensas ou cassadas
2003	1,8	148.500
2004	3,4	314.200
2005	3,2	115.700
2006	2,2	98.800
2007	2,8	112.100
2008	1,5*	64.500*
total	14,9	853.900

*dados de janeiro a junho
Veja, ed. 2.072, 6/8/2008, p.51 (com adaptações)

Considerando que, em 2005, o motivo de todas as cassações ou suspensões de CNH tenha sido dirigir veículo automotor depois de ingerir bebida alcoólica em quantidade superior à permitida, e que uma pesquisa tenha revelado que 12% da população brasileira admitia dirigir veículo automotor depois de ingerir bebida alcoólica em quantidade superior à permitida, e considerando, também, que a quantidade de CNHs cassadas ou suspensas corresponda, proporcionalmente, a 3 em cada 600 indivíduos que admitiam dirigir veículo automotor depois de ingerir bebida alcoólica em quantidade superior à permitida, é correto inferir que, em 2005, a população brasileira era, em milhões,

(A) inferior a 180.
(B) superior a 180 e inferior a 185.
(C) superior a 185 e inferior a 190.
(D) superior a 190 e inferior a 195.
(E) superior a 195.

✍ **Comentário:**
3 CNHs cassadas → 600 indivíduos admitem dirigir depois de beber
1 CNH cassada → X indivíduos admitem dirigir depois de beber
Regra de três: X = 200

Conclusão: Para cada CNH cassada, 200 indivíduos admitem dirigir depois de beber.

Como foram cassadas 115.700 CNHs em 2005, então a quantidade de indivíduos que admite dirigir depois de beber é 200*115.700 = 23.140.000

Como 12% da população brasileira admite dirigir depois de beber, então vamos fazer uma regra de três para descobrir qual é a totalidade (100%) da população brasileira:

12% → 23.140.000
100% → X

12*X = 2.314.000.000
X = 192.833.333,33...

Logo X está entre 190 e 195
Gabarito: D

4 - (ANAC / Técnico Administrativo / CESPE / 2009) De acordo com a nova política de bagagem despachada entre os EUA e a China, um passageiro da classe econômica não pagará excesso de bagagem nos casos em que

- a soma das dimensões altura+largura+comprimento de cada peça não exceda 158 cm;
- o peso total da bagagem seja inferior ou igual a 23 kg (50 lb.).

Considere que, sob a política de taxação por excesso de bagagem descrita no texto acima, o excesso de peso na empresa aérea K seja cobrado como ágio no valor de R$ 50,00, acrescido de R$ 10,00 por kg de peso excedente. Caso a empresa aérea J cobre R$ 20,00 por kg de peso excedente, sem cobrança de ágio, um passageiro com bagagem pesando 28 kg pagará o mesmo valor pelo excesso de peso nas empresas J e K.

(A) Certo
(B) Errado

✍ **Comentário:**
Limite de peso na bagagem sem taxa: 23 kg
Empresa K: R$ 50 de ágio + R$ 10 por kg
Empreja J: Sem ágio mas R$ 20 por kg
Bagagem: 28 kg

28 kg = 23 kg + 5 kg (então temos 5 kg de excesso.)

Empresa K: R$ 50 de ágio + R$ 10 * 5 (kg) = R$ 100
Empresa J: R$ 20 * 5 (kg) = R$ 100

Logo, o passageiro pagará o mesmo valor em ambas as empresas
Gabarito: Certo

(Banco do Brasil/ Escriturário/CESPE) Fazendo o seu balanço anual de despesas, uma família de classe média verificou que os gastos com moradia foram o dobro dos gastos com educação; os gastos com alimentação foram 50% superiores aos gastos com educação; e, finalmente, os gastos com alimentação e educação, juntos, representaram o triplo dos gastos com saúde. Com base na situação hipotética acima, é possível que essa família tenha gasto um total de R$ 36.000,00 com o item moradia e um total de R$ 28.000,00 com o item alimentação.

(A) Certo
(B) Errado

Comentários:
M = moradia
E = educação
A = alimentação
S = saúde
> os gastos com moradia foram o dobro dos gastos com educação: **M = 2E**
> os gastos com alimentação foram 50% superiores aos gastos com educação:
A → 150% (50% a mais que educação)
E → 100% (o total com educação)

Regra de três: **A = 1,5*E**
> os gastos com alimentação e educação, juntos, representaram o triplo dos gastos com saúde:
A+E = 3S
> Com base na situação hipotética é possível que essa família tenha gasto um total de R$ 36.000,00 com o item moradia e um total de R$ 28.000,00 com o item alimentação:
M = 36.000
A = 28.000
Verificar se estes valores satisfazem as equações.
M = 2E → 36.000 = 2E → E = 18.000
A = 1,5*E → A = 1,5*18.000 →A = 27.000
Se o gasto com moradia for R$ 36.000,00 concluímos que o gasto com alimentação teria que ser de R$ 27.000,00. Portanto os valores propostos no enunciado são inconsistentes com o sistema de equações.
Gabarito: Errado.

7. (CESPE / TRE-RJ / Técnico Judiciário / Programação de Sistemas / 2012) Na campanha eleitoral de determinado município, seis candidatos a prefeito participarão de um debate televisivo. Na primeira etapa, o mediador fará duas perguntas a cada candidato; na segunda, cada candidato fará uma pergunta a cada um dos outros adversários; e, na terceira etapa, o mediador selecionará aleatoriamente dois candidatos e o primeiro formulará uma pergunta para o segundo responder. Acerca dessa situação, julgue os itens seguintes.

✍**Comentário:**
Os itens abaixo se referem à quantidade de perguntas que serão feitas em cada etapa de um debate televisivo. Então, para julgar os itens abaixo, (A), (B) e (C,) verificaremos quantas perguntas foram feitas em cada uma das etapas.
Na primeira etapa do debate, um mediador fará duas perguntas para cada um dos candidatos. Como são um total de seis candidatos, serão feitas 12 (6 x 2) perguntas.
Na segunda etapa do debate, cada candidato fará uma pergunta para cada um dos outros candidatos. Sabemos que é um total de seis candidatos. Então quando um deles estiver realizando a pergunta para os outros, ele fará um total de 5 perguntas, uma para cada um dos outros cinco candidatos. Como são seis candidatos e cada um deles vai

realizar tal procedimento, teremos um total de 30 (6 x 5) perguntas.
Na terceira etapa do debate, serão selecionados aleatoriamente dois candidatos, sendo que o primeiro formulará uma pergunta para o segundo responder. Assim, teremos um total de 3 perguntas, pois os seis candidatos formam três pares, dos quais, em cada par, um dos candidatos pergunta e o outro responde.
Com base nesse comentário, julgaremos os itens a seguir.

A. Na terceira etapa do debate serão feitas mais perguntas que na primeira etapa.

✍**Comentário:**
O item está errado, pois, na primeira etapa, serão feitas doze perguntas e, na terceira, apenas três, conforme vimos no comentário introdutório desta questão. Logo na terceira etapa, serão feitas menos perguntas do que na primeira.

Gabarito: Errado

B. Menos de 10 perguntas serão feitas na primeira etapa do debate.

✍**Comentário:**
O item está errado, pois, conforme analisamos no comentário inicial desta questão, na primeira etapa serão feitas 12 perguntas. Logo, mais de 10 perguntas serão feitas na primeira etapa do debate.

Gabarito: Errado

C. Mais de 20 perguntas serão feitas na segunda etapa do debate.

✍**Comentário:**
O item está certo, pois, na segunda etapa do debate, serão feitas um total de 30 perguntas, mais de 20 perguntas.

Gabarito: Certo

Probabilidade

Professor: Asteroide Santana

As pessoas costumam dizer que o pão sempre cai com a manteiga para baixo. Eu discordo do "sempre", mas acredito que na maioria das vezes é justamente isso que acontece. Ou seja, acredito que a probabilidade de o pão cair com a manteiga para baixo é maior do que a probabilidade de cair para cima. Para mim isso é razoável porque a margarina deixa um lado mais pesado do que o outro, de modo que o centro de massa da fatia de pão fica deslocado do centro. Agora, se me perguntassem qual é exatamente a probabilidade de isso acontecer eu não saberia responder. Não se trata de um experimento aleatório, pois a quantidade de manteiga tem influência sobre o resultado. Por outro lado, se no mesmo contexto o pão fosse trocado por uma moeda, sem manteiga obviamente, eu diria que a probabilidade de cair cara é igual à probabilidade de cair coroa, que é de 50%. Certamente, você tem a mesma intuição, e isso se deve ao fato de que o experimento é completamente aleatório, isto é, acreditamos que se a moeda fosse lançada mil vezes mais ou menos a metade dos lançamentos resultaria cara. Outro exemplo de experimento aleatório é o lançamento de um dado. Nesse caso, você saberia dizer qual a probabilidade de se obter um número ímpar em apenas um lançamento? Ora, entre todos os casos possíveis têm-se três chances de se obter um número ímpar $(1, 3, 5)$ e três chances de se obter um número par $(2, 4, 6)$. Parece, então, que a probabilidade de se obter um número ímpar é a mesma de se obter um número par, que é, portanto, de 50% novamente. Agora, qual a probabilidade de se obter o número 5 em apenas um lançamento do dado? Acredito que você encontrará mais dificuldade para responder a essa pergunta, e é provável até que não consiga. Um pouco mais difícil: qual a probabilidade de se obter o número 5 em dois lançamentos consecutivos? Esses casos já fogem um pouco da nossa intuição, entretanto para todos os experimentos aleatórios vale a fórmula:

$$\text{probabilidade} = \frac{\text{número de casos favoráveis}}{\text{número de casos possíveis}}$$

onde o conjunto dos casos possíveis é formado por todos os resultados possíveis de serem obtidos com o experimento, e o conjunto dos casos favoráveis é formado apenas pelos resultados de interesse. Experimentos que não são aleatórios são ditos determinísticos. Esses últimos são tratados de outra maneira, mas não fazem parte do nosso estudo.

Exemplo: Se o objetivo é calcular a probabilidade de se obter um número par num único lançamento de um dado, por exemplo, o conjunto dos casos possíveis é $\{1, 2, 3, 4, 5, 6\}$ e o conjunto dos casos favoráveis é $\{2, 4, 6\}$.

Na literatura em geral, o conjunto de todos os casos possíveis é denominado **espaço amostral** (muitas vezes representado por Ω) e os subconjuntos do espaço amostral são ditos **eventos** (que podem ser representados por $E_1, E_2, \cdots$). No experimento do exemplo anterior, o espaço amostral é o conjunto $\Omega = \{1, 2, 3, 4, 5, 6\}$ e o evento de interesse é dado por $E = \{2, 4, 6\}$. Outro exemplo de evento nesse experimento é dado por $B = \{5\}$; ele é contemplado apenas quando o número 5 é obtido com o lançamento do dado. Para facilitar nossa

comunicação, usaremos a notação $n(C)$ para representar o número de elementos do conjunto C. Desse modo, $n(\Omega) = 6, n(E_1) = 3$ e $n(E_2) = 1$. Usando a fórmula, podemos calcular a probabilidade de ocorrer evento E_1:

$$P(E_1) = \frac{n(E_1)}{n(\Omega)} = \frac{3}{6} = \frac{1}{2} = 0{,}5 = 50\%$$

Também podemos calcular a probabilidade de ocorrer o evento E_2:

$$P(E_2) = \frac{n(E_2)}{n(\Omega)} = \frac{1}{6} = 0{,}1666 = 16{,}66\%$$

Como se pode observar, a definição de probabilidade é muito simples. A maior dificuldade consiste em identificar os conjuntos Ω e $E_1, E_2, \cdots$, bem como o número de elementos desses conjuntos.

Exemplo: Em uma caixa foram colocados 15 grãos de feijão branco, 45 grãos de feijão preto e 16 grãos de arroz. Um grão foi retirado aleatoriamente da caixa e, pelo tamanho, sabe-se que é de feijão. Qual a probabilidade de o grão retirado ser de feijão branco?

Comentário: Se já é sabido que o grão retirado é de feijão, então o espaço amostral Ω é constituído pelos grãos de feijão, apenas. Sendo assim, $n(\Omega) = 15 + 45 = 60$. Por outro lado, o evento de interesse, que chamaremos de E, é contemplado com a retirada de um grão de feijão branco. Mas, existem 15 grãos desses na caixa. Portanto, $n(E) = 15$. Logo:

$$P(E) = \frac{15}{60} = \frac{1}{4} = 0{,}25 = 25\%$$

✍Questões de concurso comentadas

1 - (ESAF/MPU/Técnico Administrativo/2004) Maria ganhou de João nove pulseiras, quatro delas de prata e cinco delas de ouro. Maria ganhou de Pedro onze pulseiras, oito delas de prata e três delas de ouro. Maria guarda todas essas pulseiras — e apenas essas — em sua pequena caixa de joias. Uma noite, arrumando-se apressadamente para ir ao cinema com João, Maria retira, ao acaso, uma pulseira de sua pequena caixa de joias. Ela vê, então, que retirou uma pulseira de prata. Levando em conta tais informações, a probabilidade de que a pulseira de prata que Maria retirou seja uma das pulseiras que ganhou de João é igual a:

a) $1/3$
b) $1/5$
c) $9/20$
d) $4/5$
e) $3/5$

✍Comentário:
O enunciado diz que Maria retirou "ao acaso" uma pulseira da caixa. Isso serve para deixar claro que a pulseira foi retirada aleatoriamente. Então, como era de se esperar, podemos usar a fórmula e, para isso, precisamos determinar o espaço amostral e o evento de interesse.
Alguém que esteja um pouco distraído poderia pensar, *a priori*, que o espaço amostral é formado por todas as pulseiras que havia na caixa. Mas, isso não é verdade. O enunciado diz "Ela (Maria) vê, então, que retirou uma pulseira de prata", ou seja, a retirada de uma pulseira de ouro não é um evento possível, nesse caso. Sendo assim, apenas as pulseiras de prata compõem o espaço amostral Ω, que possui $4 + 8 = 12$ elementos. Situações desse tipo surgirão outras vezes e pode ser um verdadeiro "pega-ratão" para quem está desatento.
O evento de interesse aqui é:

$$E = retirada\ de\ uma\ pulseira\ recebida\ de\ João$$

Assim, como João deu 4 pulseiras de prata para Maria, temos que $n(E) = 4$. Perceba que, também aqui, devemos desconsiderar as pulseiras de ouro. Segue-se que:

$$P(E) = \frac{4}{12} = \frac{1}{3}$$

Gabarito: A

2 - (ESAF/ANEEL/Técnico Administrativo/2004) Todos os alunos de uma escola estão matriculados no curso de Matemática e no curso de História. Do total dos alunos da escola, 6% têm sérias dificuldades em Matemática e 4% têm sérias dificuldades em História. Ainda com referência ao total dos alunos da escola, 1% tem sérias dificuldades em Matemática e em História. Você conhece, ao acaso, um dos alunos dessa escola, que lhe diz estar tendo sérias dificuldades em História. Então, a probabilidade de que esse aluno esteja tendo sérias dificuldades também em Matemática é, em termos percentuais, igual a:

a) 50%
b) 25%
c) 1%
d) 33%
e) 20%

✍Comentário:
Suponhamos que a escola tenha exatamente 100 alunos. O enunciado diz que 6% desses alunos têm dificuldades em Matemática. Então, existem exatamente 6 alunos nessa situação. Também foi dado que 4% dos alunos da escola têm dificuldades em História. Então, existem exatamente 4 alunos nessa situação. Além disso, sabemos que 1% do total de alunos tem dificuldade em ambas as disciplinas, ou seja, apenas um aluno tem dificuldade nas duas matérias. Note que todos os dados porcentuais foram fornecidos em função do total de alunos da escola. Isso significa que esse aluno que tem dificuldade nas duas

disciplinas já havia sido contabilizado entre aqueles que têm dificuldades apenas em Matemática e entre aqueles que têm dificuldades apenas em História.
Agora, se o aluno conhecido ao acaso diz estar tendo sérias dificuldades em História, significa que ele é um daqueles 4 alunos que estão nessa situação. E sabemos que entre eles existe apenas um que também está com dificuldades em Matemática. Portanto, a probabilidade de que o aluno conhecido ao acaso seja esse, que tem dificuldades em Matemática, é de:

$$\frac{1}{4} = 0{,}25 = 25\%$$

Gabarito: B

3 - (ESAF/MPU/Analista – Arquitetura/2004) Carlos diariamente almoça um prato de sopa no mesmo restaurante. A sopa é feita de forma aleatória por um dos três cozinheiros que lá trabalham: 40% das vezes a sopa é feita por João; 40% das vezes por José e 20% das vezes, por Maria. João salga demais a sopa 10% das vezes, José o faz em 5% das vezes e Maria, 20% das vezes. Como de costume, um dia qualquer Carlos pede a sopa e, ao experimentá-la, verifica que está salgada demais. A probabilidade de que essa sopa tenha sido feita por José é igual a:

a) $0{,}15$
b) $0{,}20$
c) $0{,}30$
d) $0{,}25$
e) $0{,}40$

✍ **Comentário:**
Calcular probabilidade com os dados em termos porcentuais pode gerar alguma confusão. Por isso, vamos evitar porcentagem fazendo uma simulação que não cause qualquer perda de generalidade.
Suponhamos que Carlos almoçou 100 vezes nesse restaurante. Nesse caso, se 40% das vezes a sopa é feita por João significa que, das 100 refeições:

$$40\% \text{ de } 100 = \frac{40}{100} \cdot 100 = 40$$

foram preparadas por João.
Como José também prepara a sopa 40% das vezes, podemos afirmar que outras 40 das 100 refeições foram preparadas por José.
Por fim, as 20 refeições restantes devem ter sido preparadas por Maria, que prepara 20% das vezes.
Resumindo, fica assim:

Cozinheiro	Número de refeições preparadas
João	40
José	40
Maria	20

Agora, incluiremos na tabela uma coluna com o número de refeições salgadas demais que cada cozinheiro preparou.
João salgou demais 10% das refeições que preparou, isto é:

$$10\% \; de \; 40 = \frac{10}{100} \cdot 40 = 4$$

das 40 refeições preparadas por João ficaram demasiadamente salgadas.
José salgou demais apenas:

$$5\% \; de \; 40 = \frac{5}{100} \cdot 40 = 2$$

vezes.
E Maria, a mais distraída, colocou uma pitada a mais exatamente:

$$20\% \; de \; 20 = \frac{20}{100} \cdot 20 = 4$$

vezes.
Atualizando a tabela, temos:

Cozinheiro	Número de refeições preparadas	Número de refeições salgadas demais
João	40	4
José	40	2
Maria	20	4

O enunciado diz que, no dia escolhido aleatoriamente, Carlos encontrou a sopa salgada demais e pede probabilidade de que essa sopa tenha sido feita por José. Então, o espaço amostral Ω é constituído pelas refeições salgadas demais e o evento em questão E é constituído pelas refeições, salgadas demais, preparadas por José.
Por meio da tabela, vemos que Ω possui $4 + 2 + 4 = 10$ elementos e que E possui 2 elementos. Logo:

$$P(E) = \frac{2}{10} = \frac{1}{5} = 0{,}20$$

Gabarito: B

Você já deve ter notado que a probabilidade sempre resulta em um número entre 0 e 1. Vale ressaltar que a probabilidade só é igual a $0 = 0\%$ se o evento for impossível de acontecer. Por exemplo: qual a probabilidade de se obter o número zero com o lançamento de um dado? E a probabilidade só é igual a $1 = 100\%$ se o evento ocorre com toda a certeza. Por exemplo: qual a probabilidade de se obter um número entre 0 e 7 com o lançamento de um dado?

Outra informação importante sobre probabilidade é a propriedade a seguir.

Propriedade: Se E é um evento do espaço amostral Ω e E^c é o evento complementar de E em relação a Ω, então:

$$P(E) + P(E^c) = 1$$

Exemplo: Considere o experimento que consiste no lançamento de um dado. Então, o espaço amostral é $\Omega = \{1, 2, 3, 4, 5, 6\}$. Considere o evento:

$$E = \text{obter um número maior que } 4 = \{5, 6\}$$

Logo, a probabilidade de ocorrer o evento E é:

$$P(E) = \frac{2}{6} = \frac{1}{3}$$

O evento complementar de E, nesse caso, é:

$$E^c = \text{obter um número menor ou igual a } 4 = \{1, 2, 3, 4\}$$

Usando a propriedade, podemos calcular $P(E^c)$ como segue:

$$P(E) + P(E^c) = 1$$

$$\frac{1}{3} + P(E^c) = 1 \rightarrow P(E^c) = 1 - \frac{1}{3} = \frac{2}{3}$$

Nesse caso, também poderíamos calcular $P(E^c)$ pela definição, visto que sabemos o número de elementos do conjunto E^c:

$$P(E^c) = \frac{4}{6} = \frac{2}{3}$$

Mas, nem sempre isso é possível, de modo que vale a pena ter essa propriedade no bolso.

Só para chamar a atenção, vale ressaltar que a probabilidade pode ser representada na forma de fração ou de porcentagem, conforme já vimos em alguns exemplos anteriormente. É importante saber transitar entre uma representação e outra porque os enunciados das questões podem exigir isso de você.

✍Questões de concurso comentadas

4 - (ESAF/SEFAZ/Analista de Finanças e Controle/2009) Considere que numa cidade 40% da população adulta é fumante, 40% dos adultos fumantes são mulheres e 60% dos adultos não fumantes são mulheres. Qual a probabilidade de uma pessoa adulta da cidade escolhida ao acaso ser uma mulher?

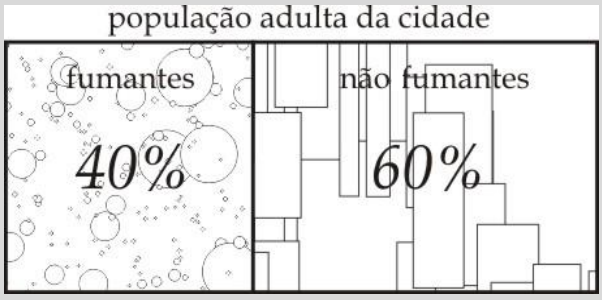
a) 44%
b) 52%
c) 50%
d) 48%
e) 56%

✍Comentário:

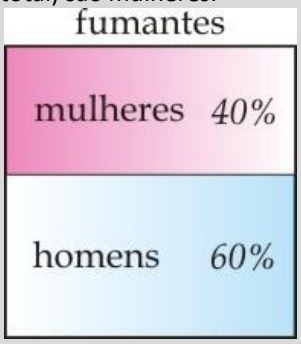
O evento de interesse E consiste em escolher ao acaso uma mulher entre as pessoas adultas da cidade. Então, o espaço amostral é constituído pelas pessoas adultas e o evento E pelas mulheres adultas da cidade. Como os dados foram fornecidos em termos de porcentagem, vamos supor, sem perda de generalidade, que havia 100 pessoas adultas na cidade. Daí, se 40% da população adulta é fumante, significa que:

$$40\% \; de \; 100 = \frac{40}{100} \cdot 100 = 40$$

das 100 pessoas são fumantes. Logo, 60 são não fumantes.



Além disso, foi dado que 40% dos fumantes (não do total) são mulheres.

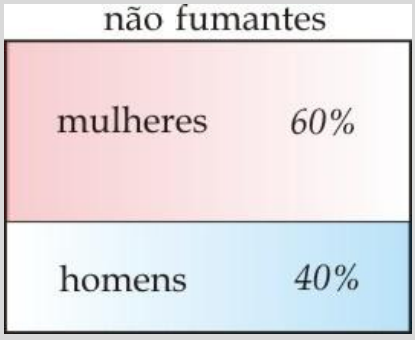


Ou seja,

$$40\% \; de \; 40 = \frac{40}{100} \cdot 40 = 16$$

das 40 pessoas fumantes são mulheres.

Foi dado, também, que 60% dos não fumantes (não do total) são mulheres.



Ou seja,

$$60\% \; de \; 60 = \frac{60}{100} \cdot 60 = 36$$

das pessoas não fumantes são mulheres.

Sendo assim, existem $16 + 36 = 52$ mulheres na cidade, 16 fumantes e 36 não fumantes. Portanto, o número de elementos de E é 52.

Segue-se que:

$$P(E) = \frac{52}{100} = 52\%$$

Gabarito: B

5 - (ESAF/ANEEL/Técnico Administrativo/2006) Uma empresa possui 200 funcionários, dos quais 40% possuem plano de saúde, e 60% são homens. Sabe-se que 25% das mulheres que trabalham nessa empresa possuem planos de saúde. Selecionando-se,

aleatoriamente, um funcionário dessa empresa, a probabilidade de que seja mulher e possua plano de saúde é igual a:

a) $1/10$
b) $2/5$
c) $3/10$
d) $4/5$
e) $4/7$

✍**Comentário:**
Foi dado que 40% dos funcionários possuem plano de saúde, isto é:

$$40\%\ de\ 200 = \frac{40}{100} \cdot 200 = 80$$

funcionários possuem plano. Então, existem $200 - 80 = 120$ funcionários trabalhando sem plano de saúde.
Foi dado, também, que 60% dos funcionários são homens. Ou seja, a empresa conta com o serviço de

$$60\%\ de\ 200 = \frac{60}{100} \cdot 200 = 120$$

funcionários do sexo masculino. Assim, existem $200 - 120 = 80$ mulheres trabalhando lá.
Além disso, sabemos que 25% das mulheres que trabalham na empresa possuem planos de saúde. Portanto, existem exatamente:

$$25\%\ de\ 80 = \frac{25}{100} \cdot 80 = 20$$

funcionárias que possuem planos de saúde.
Desse modo, a probabilidade de que um funcionário escolhido aleatoriamente seja mulher e, ao mesmo tempo, possua plano de saúde é:

$$\frac{20}{200} = \frac{2}{20} = \frac{1}{10}$$

Gabarito: A

Dentre as questões de probabilidade, as mais recorrentes são aquelas em que dois ou mais eventos ocorrem simultaneamente, ou em sequência, de modo que para resolvê-las é preciso saber aplicar as propriedades que enunciaremos em seguida.

Propriedades: Seja Ω um espaço amostral e sejam E_1 e E_2 eventos independentes de Ω. Então:

(1) A probabilidade de ocorrer E_1 e E_2 é igual à probabilidade de ocorrer E_1 vezes a probabilidade de ocorrer E_2, isto é:

$$P(E_1\ \boldsymbol{e}\ E_2) = P(E_1) \times P(E_2)$$

(2) A probabilidade de ocorrer E_1 ou E_2 é igual à probabilidade de ocorrer E_1 mais a probabilidade de ocorrer E_2, isto é:

$$P(E_1\ \boldsymbol{ou}\ E_2) = P(E_1) + P(E_2)$$

A regra continua valendo se o número de eventos for maior:

$$P(E_1\ \boldsymbol{e}\ E_2\ \boldsymbol{e}\ E_3\ \boldsymbol{e}\ \cdots\ \boldsymbol{e}\ E_n) = P(E_1) \times P(E_2) \times P(E_3) \times \cdots \times P(E_n)$$

$$P(E_1\ \boldsymbol{ou}\ E_2\ \boldsymbol{ou}\ E_3\ \boldsymbol{ou}\ \cdots\ \boldsymbol{ou}\ E_n) = P(E_1) + P(E_2) + P(E_3) + \cdots + P(E_n)$$

O macete é o seguinte:

$$e\ implica \times$$
$$ou\ implica +$$

✍**Questões de concurso comentadas**

6 - (ESAF/MF/Assistente Técnico-Administrativo/2009)
Ao se jogar um dado honesto três vezes, qual o valor mais próximo da probabilidade de o número 1 sair exatamente uma vez?

a) 35%
b) 17%
c) 7%
d) 42%
e) 58%

✍**Comentário:**
Queremos a probabilidade de acontecer os seguintes eventos em cada lançamento:

$$(obter\ 1\ no\ 1º)\ e\ (não\ obter\ 1\ no\ 2º)\ e\ (não\ obter\ 1\ no\ 3º)$$
$$ou$$
$$(não\ obter\ 1\ no\ 1º)\ e\ (obter\ 1\ no\ 2º)\ e\ (não\ obter\ 1\ no\ 3º)$$
$$ou$$
$$(não\ obter\ 1\ no\ 1º)e\ (não\ obter\ 1\ no\ 2º)\ e\ (obter\ 1\ no\ 3º)$$

Mas, a probabilidade de se obter o número 1 em qualquer um dos lançamentos é de $\frac{1}{6}$. E a probabilidade **não** se obter o número 1 em qualquer um dos lançamentos (evento complementar) é de $\frac{5}{6}$.

Assim, aplicando as propriedades (1) e (2) ao mesmo tempo na expressão anterior, temos:

$$P = \left(\frac{1}{6} \times \frac{5}{6} \times \frac{5}{6}\right) + \left(\frac{5}{6} \times \frac{1}{6} \times \frac{5}{6}\right) + \left(\frac{5}{6} \times \frac{5}{6} \times \frac{1}{6}\right)$$
$$= \frac{25}{216} + \frac{25}{216} + \frac{25}{216} = \frac{25}{72}$$

Como $\frac{25}{72}$ é aproximadamente igual a $0{,}34 = 34\%$, ficamos com a primeira alternativa.
Gabarito: A

7 - (ESAF/ANEEL/Técnico Administrativo/2004) Ana é enfermeira de um grande hospital e aguarda com ansiedade o nascimento de três bebês. Ela sabe que a

probabilidade de nascer um menino é igual à probabilidade de nascer uma menina. Além disso, Ana sabe que os eventos "nascimento de menino" e "nascimento de menina" são eventos independentes. Desse modo, a probabilidade de que os três bebês sejam do mesmo sexo é igual a:

a) $2/3$
b) $1/8$
c) $1/2$
d) $1/4$
e) $3/4$

✍**Comentário:**
Vamos denotar por M o evento "nascimento de menino" e por F o evento "nascimento de menina". Conforme o enunciado diz, $P(M) = P(F)$. Então:

$$P(M) = 50\% = \frac{1}{2} = P(F)$$

Sabemos, também, que os eventos M e E são independentes, o que nos permite aplicar as propriedades (1) e (2).
De acordo com a nossa notação, a probabilidade de ocorrer o nascimento de três bebês do mesmo sexo é o mesmo que:

$$\begin{aligned} P\big((M\ e\ M\ e\ M) ou\ (F\ e\ F\ e\ F)\big) &= P(M\ e\ M\ e\ M) + P(F\ e\ F\ e\ F) \\ &= \big(P(M)\times P(M)\times P(M)\big) \\ &+ \big(P(F)\times P(F)\times P(F)\big) \\ &= \left(\frac{1}{2}\times\frac{1}{2}\times\frac{1}{2}\right) + \left(\frac{1}{2}\times\frac{1}{2}\times\frac{1}{2}\right) = \frac{1}{8} + \frac{1}{8} \\ &= \frac{2}{8} = \frac{1}{4} \end{aligned}$$

Gabarito: D

Obs.: As propriedades (1) (2) são muito úteis e ainda serão usadas com frequência nas questões que resolveremos adiante. Porém, é preciso observar que do jeito que foram enunciadas elas se aplicam apenas nos casos em que os eventos são independentes, isto é, a probabilidade de um evento ocorrer não é alterada caso outro evento já tenha ocorrido. Quando os eventos são dependentes, é preciso um pouco mais de cuidado, conforme ilustra o exemplo a seguir.

Exemplo: Numa caixa estão 10 bolinhas azuis e 10 vermelhas. Duas bolinhas são retiradas ao acaso, uma após a outra e sem reposição. Qual a probabilidade de a primeira ser azul e a segunda ser vermelha?
Comentário: Ora, calcular a probabilidade de sair uma bolinha azul na primeira retirada é fácil:

$$P(azul) = \frac{10}{20} = \frac{1}{2}$$

O mesmo vale para uma bolinha vermelha:

$$P(vermelha) = \frac{10}{20} = \frac{1}{2}$$

Mas, para calcular a probabilidade de a segunda retirada fornecer uma bolinha vermelha não é tão de imediato. Isso porque não sabemos se após o sorteio da primeira bolinha ficarão na caixa 10 bolinhas azuis e 9 vermelhas ou se ficarão 9 azuis e 10 vermelhas. Isto é, a retirada da segunda bolinha depende da retirada da primeira bolinha. Assim, se:

$$E_1 = \text{"obter bolinha azul na } 1^a \text{ retirada"}$$
$$E_2 = \text{"obter bolinha vermelha na } 2^a \text{ retirada"}$$

não poderíamos aplicar a propriedade (1) fazendo:

$$P(E_1\ e\ E_2) = P(E_1)\times P(E_2) = \frac{10}{20}\cdot\frac{10}{20} = \frac{1}{4}$$

De fato, se a primeira bolinha retirada for azul, então:

$$P(E_2) = \frac{10}{19}$$

De modo que:

$$P(E_1\ e\ E_2) = P(E_1)\times P(E_2) = \frac{10}{20}\cdot\frac{10}{19} = \frac{10}{38}$$

Se houvesse reposição, ficaria tudo mais simples: probabilidade de se obter uma bolinha azul na primeira retirada e, com reposição, obter uma bolinha avermelha na segunda retirada é:

$$P = \frac{10}{20}\times\frac{10}{20} = \frac{1}{2}\times\frac{1}{2} = \frac{1}{4}$$

Na sequência, apresentamos mais algumas questões que possui um nível de dificuldade mais elevado. De fato, são questões mais capciosas e exigem um pouco mais de cuidado para não serem interpretadas erroneamente.

✍ **Questão de concurso comentada**

8 - (ESAF/MPU/Técnico Administrativo – Controle Interno/2004) André está realizando um teste de múltipla escolha, em que cada questão apresenta 5 alternativas, sendo uma e apenas uma correta. Se André sabe resolver a questão, ele marca a resposta certa. Se ele não sabe, ele marca aleatoriamente uma das alternativas. André sabe 60% das questões do teste. Então, a probabilidade de ele acertar uma questão qualquer do teste (isto é, de uma questão escolhida ao acaso) é igual a:

a) 0,62
b) 0,60
c) 0,68
d) 0,80
e) 0,56

✍**Comentário:**
Essa é uma das questões mais capciosas que encontramos!
Note que para acertar a resposta da questão escolhida aleatoriamente André tem duas possibilidades: ou ele tem a sorte de pegar uma questão que sabe responder ou tem o azar de pegar uma que não sabe responder. No

segundo caso, precisa contar com a sorte para escolher a alternativa correta. Então, o evento favorável principal é:

$$E = \text{"acertar a questão escolhida aleatoriamente"}$$

e este se divide em dois eventos. O primeiro é:

$$E_1 = \text{"escolha de uma questão que André sabe responder"}$$

e o segundo é:

$$E_2 = \text{"escolha de uma questão que André não sabe responder e seleção da alternativa correta nessa questão"}$$

Assim, a probabilidade de ocorrer o evento E é igual à probabilidade de ocorrer o evento E_1 ou o evento E_2. Isto é, usando a propriedade (2):

$$P(A) = P(E_1 \text{ ou } E_2) = P(E_1) + P(E_2)$$

Para calcular $P(E_1)$ e $P(E_2)$, vamos supor que o teste tem 100 questões. Desse modo, se André sabe responder a 60% das questões, então ele sabe responder a exatamente 60 questões e não sabe responder a exatamente 40. Dai, já concluímos que:

$$P(E_1) = \frac{60}{100} = \frac{3}{5}$$

Por outro lado, perceba que o evento:

$$E_2 = \text{"escolha de uma questão que André não sabe responder e seleção da alternativa correta nessa questão"}$$

ainda se subdivide em outros dois, a saber:

$$D_1 = \text{"escolha de uma questão que André não sabe responder"}$$
$$D_2 = \text{"e seleção da alternativa correta nessa questão"}$$

De forma que, pela propriedade (1),

$$P(E_2) = P(D_1 \text{ e } D_2) = P(D_1) \times P(D_2)$$

Mas,

$$P(D_1) = \frac{40}{100} = \frac{2}{5} \quad \text{e} \quad P(D_2) = \frac{1}{5}$$

Segue-se que:

$$P(E_2) = P(D_1) \times P(D_2) = \frac{2}{5} \times \frac{1}{5} = \frac{2}{25}$$

Por fim:

$$P(A) = P(E_1) + P(E_2) = \frac{3}{5} + \frac{2}{25} = \frac{15+2}{25} = \frac{17}{25} = 0{,}68$$

Gabarito: C

9 - (ESAF/SUSEP/ANALISTA TÉCNICO/2010) Uma urna contém bolas vermelhas, azuis, amarelas e pretas. O número de bolas pretas é duas vezes o número de bolas azuis, o número de bolas amarelas é cinco vezes o número de bolas vermelhas, e o número de bolas azuis é duas vezes o número de bolas amarelas. Se as bolas diferem apenas na cor, ao se retirar ao acaso três bolas da urna, com reposição, qual a probabilidade de exatamente duas bolas serem pretas?

a) 100/729
b) 100/243
c) 10/27
d) 115/243
e) 25/81

✍ **Comentário:**
Defina

$$\text{Pr} = \text{núm. de bolas pretas}$$
$$\text{Az} = \text{núm. de bolas azuis}$$
$$\text{Am} = \text{núm. de bolas amarelas}$$
$$\text{Vm} = \text{núm. de bolas vermelhas}$$

Usando essa notação, obtemos do enunciado as seguintes equações:

$$Pr = 2 \cdot Az$$
$$Am = 5 \cdot Vm$$
$$Az = 2 \cdot Am$$

A questão pede a probabilidade de se obter, após três retiradas com reposição, duas bolas pretas e uma de outra cor. Note que a ordem com que essas três bolinhas devem ser retiradas não foi estabelecida, de modo que se podem obter três configurações distintas:

preta; preta; não preta
preta; não preta; preta
não preta; preta; preta

Assim, se A denota o evento "retirada de uma bola preta" e B denota o evento "retirada de uma bola não preta", então queremos calcular:

$$P\big((A \text{ e } A \text{ e } B) \text{ ou } (A \text{ e } B \text{ e } A) \text{ ou } (B \text{ e } A \text{ e } A)\big) = \big(P(A) \times P(A) \times P(B)\big) + \big(P(A) \times P(B) \times P(A)\big) + \big(P(B) \times P(A) \times P(A)\big) \quad (1)$$

Portanto, para resolver a questão resta saber quanto vale $P(A)$ e quanto vale $P(B)$. Mas:

$$P(A) = \frac{Pr}{Pr + Az + Am + Vm} \quad (2)$$

$$P(B) = \frac{Az + Am + Vm}{Pr + Az + Am + Vm} \quad (3)$$

E a partir das equações obtidas lá no início desse comentário, obtêm-se:

$$Az = \frac{Pr}{2}$$

$$Am = \frac{Az}{2} = \frac{Pr}{2 \cdot 2} \rightarrow Am = \frac{Pr}{4}$$

$$Vm = \frac{Am}{5} = \frac{Pr}{5 \cdot 4} \rightarrow Vm = \frac{Pr}{20}$$

Substituindo esses resultados em (2) e (3), temos

$$P(A) = \frac{Pr}{Pr + \frac{Pr}{2} + \frac{Pr}{4} + \frac{Pr}{20}} = \frac{Pr}{Pr\left(1 + \frac{1}{2} + \frac{1}{4} + \frac{1}{20}\right)} = \frac{1}{\left(1 + \frac{1}{2} + \frac{1}{4} + \frac{1}{20}\right)} = \frac{1}{\left(\frac{20 + 10 + 5 + 1}{20}\right)} = \frac{1}{\frac{36}{20}} = \frac{20}{36} = \frac{5}{9}$$

$$P(B) = \frac{\frac{Pr}{2} + \frac{Pr}{4} + \frac{Pr}{20}}{Pr + \frac{Pr}{2} + \frac{Pr}{4} + \frac{Pr}{20}} = \frac{\text{Pr}\left(\frac{1}{2} + \frac{1}{4} + \frac{1}{20}\right)}{\text{Pr}\left(1 + \frac{1}{2} + \frac{1}{4} + \frac{1}{20}\right)} = \frac{\frac{10 + 5 + 1}{20}}{\frac{20 + 10 + 5 + 1}{20}} = \frac{16}{36} = \frac{4}{9}$$

Portanto, $P(A) = \frac{5}{9}$ e $P(B) = \frac{4}{9}$.

Por fim, substituindo esses valores em (1), resulta:

$$P\big((A\ e\ A\ e\ B)\ ou\ (A\ e\ B\ e\ A)\ ou\ (B\ e\ A\ e\ A)\big) = \left(\frac{5}{9}\times\frac{5}{9}\times\frac{4}{9}\right)+\left(\frac{5}{9}\times\frac{4}{9}\times\frac{5}{9}\right) + \left(\frac{4}{9}\times\frac{5}{9}\times\frac{5}{9}\right) = 3\cdot\frac{100}{9\cdot 9\cdot 9} = \frac{100}{3\cdot 9\cdot 9} = \frac{100}{243}$$

Gabarito: B

10 - (ESAF/Receita Federal/Analista Tributário/2009) Três amigas participam de um campeonato de arco e flecha. Em cada tiro, a primeira das amigas tem uma probabilidade de acertar o alvo de $3/5$, a segunda tem uma probabilidade de acertar o alvo de $5/6$, e a terceira tem uma probabilidade de acertar o alvo de $2/3$. Se cada uma das amigas der um tiro de maneira independente dos tiros das outras duas, qual a probabilidade de pelo menos dois dos três tiros acertarem o alvo?

a) $90/100$
b) $60/90$
c) $71/100$
d) $50/100$
e) $71/90$

✍**Comentário:**
A questão pede a probabilidade de ocorrer o evento:

$E =$ "pelo menos dois dos três tiros acertarem"

Note que E pode ocorrer de quatro maneiras diferentes, que são:

$E_1 \rightarrow 1^a\ acertar\ \ e\ 2^a\ acertar\ \ e\ 3^a\ errar$
$E_2 \rightarrow 1^a\ acertar\ \ e\ 2^a\ errar\ \ e\ 3^a\ acertar$
$E_3 \rightarrow 1^a\ errar\ \ e\ 2^a\ acertar\ \ e\ 3^a\ acertar$
$E_4 \rightarrow 1^a\ acertar\ \ e\ 2^a\ acertar\ \ e\ 3^a\ acertar$

Assim:

$$P(E) = P(E_1\ ou\ E_2\ ou\ E_3\ ou\ E_4)$$

Isto é:

$$P(E) = P(E_1) + P(E_2) + P(E_3) + P(E_4)$$

Além disso, os eventos E_1, E_2, E_3 e E_4 estão, cada um, subdivididos em outros três eventos, de modo que:

$$P(E_1) = P(1^a\ acertar) \times P(2^a\ acertar) \times P(3^a\ errar)$$
$$P(E_2) = P(1^a\ acertar) \times P(2^a errar) \times P(3^a\ acertar)$$
$$P(E_3) = P(1^a\ errar) \times P(2^a\ acertar) \times P(3^a\ acertar)$$
$$P(E_4) = P(1^a\ acertar) \times P(2^a\ acertar) \times P(3^a acertar)$$

O enunciado diz que:

$$P(1^a\ acertar) = \frac{3}{5}$$
$$P(2^a\ acertar) = \frac{5}{6}$$
$$P(3^a\ acertar) = \frac{2}{3}$$

Assim, como $errar$ é o complemento de $acertar$, temos:

$$P(acertar) + P(errar) = 1$$

De onde:

$$P(errar) = 1 - P(acertar)$$

Logo:

$$P(1^a\ errar) = 1 - \frac{3}{5} = \frac{2}{5}$$
$$P(2^a\ errar) = 1 - \frac{5}{6} = \frac{1}{6}$$
$$P(3^a\ errar) = 1 - \frac{2}{3} = \frac{1}{3}$$

Portanto:

$$P(E_1) = \frac{3}{5}\times\frac{5}{6}\times\frac{1}{3} = \frac{1}{6}$$
$$P(E_2) = \frac{3}{5}\times\frac{1}{6}\times\frac{2}{3} = \frac{1}{15}$$
$$P(E_3) = \frac{2}{5}\times\frac{5}{6}\times\frac{2}{3} = \frac{2}{9}$$
$$P(E_4) = \frac{3}{5}\times\frac{5}{6}\times\frac{2}{3} = \frac{1}{3}$$

Por fim:

$$P(E) = \frac{1}{6} + \frac{1}{15} + \frac{2}{9} + \frac{1}{3} = \frac{15+6+20+30}{90} = \frac{71}{90}$$

Gabarito: E

Atualidades

Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais que desenvolvimento sustentável, ecologia, economia, educação, educação a distância, energia, política, redes sociais (Twitter, Facebook, Google+, Linkedin), relações internacionais, responsabilidade socioambiental, segurança, sociedade e tecnologia.

Dicas de como estudar atualidades para concursos

- ✓ Leia diariamente as notícias contidas em mídias conhecidas. Exemplos de sites com notícias:
  www.g1.com.br
  www.estadao.com.br
  www.correioweb.com.br http://noticias.uol.com.br/
  http://noticias.terra.com.br/
  http://news.google.com.br/
  http://veja.abril.com.br/
  http://super.abril.com.br/
- ✓ Assista ao noticiário diariamente.
- ✓ Evite ler notícias não relacionadas aos temas do edital. Os placares de jogos de futebol e fofocas dos artistas de novelas e filmes não serão cobrados na sua prova.
- ✓ Otimize seu tempo de estudo: Existem planos de televisão a cabo que permitem a gravação da programação. Esse recurso é muito útil, pois em vez de assistir o noticiário ao vivo, tenha o hábito de gravar os principais noticiários, depois assista cada um avançando as notícias inúteis e propagandas. Com isso você ganha um tempo precioso de estudo, sem contar que pode assistir mais de uma vez a notícia para memorizar bem os dados importantes.
- ✓ Aproveite seus horários de locomoção (seja ônibus , carro, metrô) para ler jornais e revistas ou sintonizar numa estação de rádio de notícias nacionais).

Nossa apostila dividirá cada tópico em três partes. Na primeira apresentaremos os principais conceitos relacionados ao tema. Na segunda, os principais assuntos divulgados na mídia nos últimos 3 anos. E na terceira e última parte você encontrará uma série de questões atuais comentadas para testar seus conhecimentos.

Porém é importante salientar que atualidades é um assunto muito amplo e dinâmico podendo abranger assuntos não relatados em nosso roteiro de estudos, sendo assim, é importante que o candidato seja uma pessoa bem informada e tenha acompanhado as notícias em jornais, rádio, televisão durante o decorrer do ano.

Desenvolvimento sustentável, ecologia, energia e responsabilidade socioambiental

Autor: Rodrigo Leal Martins

1. Aspectos gerais

Em um primeiro momento, é importante citar as relações existentes entre todos os temas de que trata esta parte da apostila. Vale lembrar que tudo o que consumimos, sejam alimentos, roupas ou objetos, são, de alguma forma, derivados da natureza. É uma matéria-prima que foi extraída e que, em muitos casos, pode levar anos para se regenerar. Em alguns casos, como o do petróleo, são necessários alguns milhões de anos para que a natureza consiga produzi-lo novamente. E, por causa do já anunciado fim do petróleo, vem ocorrendo tanta preocupação com relação às novas fontes de energia. O aumento desenfreado do consumismo faz com que, necessariamente, aumentem o ritmo das produções, ou seja, mais matéria-prima sendo extraída, muito mais energia sendo utilizada para essa produção e, consequentemente, mais poluição. O *marketing* e as demais estratégias de venda fazem com que ocorra o consumo excessivo. Isso significa que trocamos um produto seminovo, com ainda muito tempo de vida útil, por outro mais atual. Em muitos casos, principalmente no que se refere a computadores e celulares, entre outros, pode ocorrer a poluição do solo ou da água a partir do descarte incorreto dos aparelhos ou de algumas de suas peças. A ideia de desenvolvimento sustentável busca equilibrar esse consumo, de forma que se possam utilizar os recursos da natureza sem esgotá-los e sem prejudicar diretamente a fauna ou a flora.

1.1 Desenvolvimento sustentável[1]

O conceito de desenvolvimento sustentável (ou sustentabilidade) consiste basicamente em utilizar os recursos da natureza para atender as necessidades da população sem comprometer o abastecimento dessa geração ou das gerações futuras. Ou seja, a ideia trata de utilizar as matérias-primas que a natureza oferece, mas sem esgotá-las, de forma que a natureza possa repor o que foi extraído. Concilia-se, portanto, o crescimento

[1] Informações: <http://www.infoescola.com/geografia/desenvolvimento-sustentavel/>

econômico com a preservação da natureza. Em uma escala global, utilizamos muito mais recursos naturais do que a natureza consegue produzir. O consumismo desenfreado e o grande aumento das produções necessárias para atender essa demanda são os principais responsáveis pelo esgotamento de matérias-primas. Para se atingir a sustentabilidade, é preciso compreender que os recursos naturais são finitos, que podem de fato se esgotar. É fundamental, ainda, ter um planejamento para a utilização desses recursos e, sobretudo, uma mudança nos padrões de consumo. Algo muito comentado no que se refere à questão de sustentabilidade é o chamado consumo sustentável, que é calcado basicamente na prática dos "três erres": Redução – referente à compra de produtos desnecessários; reutilização – referente ao reaproveitamento de materiais, como embalagens, plásticos ou vidros; e reciclagem – separação do lixo que pode ser reaproveitado e dar origem a outros produtos, evitando, assim, a utilização de nova matéria-prima.

1.2 Responsabilidade socioambiental[2]

Responsabilidade socioambiental é um compromisso que as empresas (públicas e privadas) têm, não apenas com a sociedade, mas com o meio ambiente. Na prática, isso significa adotar uma postura mais ética nas suas ações, buscando encontrar um equilíbrio entre produção e sustentabilidade. Ações como diminuir a quantidade de papéis utilizados, reduzir ao máximo o consumo de energia, evitar desperdícios de matéria-prima e adotar máquinas e formas de produção menos poluentes podem se encaixar nessa política. É válido salientar que não existe uma Lei de Responsabilidade Socioambiental — ela é, de fato, baseada na consciência ética e ambiental de cada empresa. Há leis que tratam a respeito de reflorestamento, níveis máximos de poluição, entre outros que se aplicam aos diversos tipos de empresas. Nesses casos, existem, sim, a legislação e as penalidades. Em novembro de 2011, por exemplo, a empresa Chevron foi multada e teve sua ação no país suspensa por ser responsável por um derramamento de óleo na bacia de Campos. A notícia ganhou manchetes no país e no exterior. Mas, para haver realmente a responsabilidade socioambiental, a empresa precisa ir além de simplesmente cumprir as normas estabelecidas. Criar alternativas ou buscar novas matérias-primas, ou até mesmo incentivar os funcionários a manter práticas ecologicamente corretas, podem ser exemplos desse algo a mais. Muitas empresas vêm ganhando notoriedade e respeito de clientes por ações sustentáveis. Algumas, inclusive, mantêm essas ações já com o propósito de ganhar clientes, utilizando a questão socioambiental como uma estratégia de *marketing*.

[2] Informações: <http://www.portalvgv.com.br/site/o-que-e-responsabilidade-socioambiental-nas-empresas-por-vanessa-nobrega/> e <http://www.infoescola.com/sociedade/responsabilidade-socioambiental/>

1.3 Novo Código Florestal Brasileiro[3]

O primeiro Código Florestal Brasileiro (atualmente revogado pela lei nº 12.615/12) foi criado em 1965. Ele estabelecia certas normas e regras quanto ao uso de determinadas propriedades e já visava a uma possível preservação. Em 1999, o deputado Sérgio Carvalho elaborou uma proposta de alteração para o antigo código florestal, que foi analisada e recebeu parecer favorável, em 2010, do então relator Aldo Rebelo. O novo texto foi aprovado pela Câmara dos Deputados, em 2011, e também pelo Senado Federal. Em 2012, a Câmara aprovou uma nova versão, mais favorável aos ruralistas; com isso, os ambientalistas iniciaram protestos contra o texto. Entre seus pontos mais polêmicos estavam, por exemplo, a anistia para crimes de desmatamento ocorridos até 2008, que foi vetada pela presidente Dilma Rousseff. Ao todo, foram nove vetos da presidente, que, segundo os ruralistas, cedeu à pressão de ambientalistas e ONGs que criticavam o Novo Código Florestal, sob a ótica da preservação ambiental. Até mesmo uma campanha, "Veta Dilma", foi veiculada na TV e na internet, para que a presidente vetasse o texto na íntegra. Outro veto que causou discussão foi referente às chamadas APPs — Áreas de Preservação Permanente —, locais de mata ciliar (margens de rios, lagos, etc.), encostas e topos de morros que foram mantidos, e não reduzidos, como queriam os ruralistas. O único veto total do executivo foi para o artigo 83, que previa a revogação do antigo Código Florestal, da Lei nº 7.754/89, e suas alterações posteriores, e da Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001.

1.4 Rio +20[4]

A Conferência das Nações Unidas Sobre o Desenvolvimento Sustentável – CNUDS, ou Rio +20, ocorreu no Brasil, em 2012, no período de 13 a 22 de junho. O nome faz referência aos 20 anos do evento que antecedeu a conferência Eco-92. O principal objetivo do evento era reafirmar o compromisso político de todos os países envolvidos com o desenvolvimento sustentável no planeta. Participaram da conferência Estados-membros da ONU, ONGs, instituições do setor privado, ambientalistas, grupos indígenas e a sociedade civil. Ao todo, foram 45 mil participantes.

[3] Informações: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2012/10/dilma-rousseff-veta-nove-itens-do-novo-codigo-florestal-brasileiro.html> , <http://exame.abril.com.br/meio-ambiente-e-energia/noticias/conheca-os-9-pontos-vetados-por-dilma-no-novo-codigo-florest?page=3> e <http://www.estadao.com.br /noticias/impresso,ruralistas-e-ambientalistas-querem-ir-ao-stf-contra-vetos-de-dilma-ao-codigo-,947788,0.htm>

[4] Informações: <http://www.onu.org.br/rio20/>

O resultado da Rio +20 não foi o esperado. Muitas divergências ocorreram durante as discussões e, também, para a aprovação do texto do documento definitivo, "O futuro que queremos". A ausência de importantes líderes, como o presidente Barack Obama (que preferiu se dedicar a campanha eleitoral), a chanceler alemã Angela Merkel e o primeiro-ministro britânico David Camerom também prejudicaram o sucesso do evento. Muitas críticas aos países desenvolvidos foram feitas por líderes de países latinos[5], pela falta de cuidados e da devida atenção ao meio ambiente. O capitalismo, sendo colocado acima dos interesses ambientais, também foi muito criticado.

2. Energia elétrica[6]

A energia elétrica constitui, hoje, um elemento fundamental para o desenvolvimento econômico de qualquer país. Em plena Terceira Revolução Industrial, em que as máquinas estão em todas as partes, a energia é requisito básico para manter a produção e suportar-se o mundo globalizado. Em todo o mundo, umas das principais fontes de energia é o petróleo (muito utilizado também na produção dos combustíveis). É válido lembrar que o petróleo também dá origem a produtos como o plástico e outros sintéticos. Pesquisas realizadas nos últimos anos vêm alertando que essa matéria-prima deve se esgotar nos próximos 50 anos, se mantidas as médias de consumo atuais. Em função desses dados e também pela poluição que o petróleo ocasiona, fontes alternativas de energia e de combustível estão sendo utilizadas. No Brasil, por exemplo, onde as usinas hidrelétricas são as principais geradoras de energia elétrica, já se utiliza a energia eólica, além do carvão e do próprio petróleo. No que se refere aos combustíveis, o país utiliza, fora os derivados do petróleo, o álcool e, mais recentemente, o biodiesel.

Dentre as tantas formas de geração de energia utilizadas hoje, temos: **combustíveis fósseis** (petróleo, carvão mineral, gás natural) — altamente poluentes e não renováveis. O carvão é uma das principais matrizes energéticas do mundo (também entre os países do BRICS, à exceção do Brasil) e também um elemento importante na aceleração do efeito estufa. Ainda são muito utilizados no mundo todo: **usinas hidrelétricas** — uma forma de energia limpa e renovável. É a energia mais utilizada no Brasil graças à quantidade abundante de rios com boa vazão de água que possui; **energia solar** — abundante e não poluente, tem o empecilho de ainda ser muito cara; **energia eólica** — também não é poluente e já é muito utilizada em vários países, inclusive no Brasil (atualmente, o país conta com aproximadamente 71 parques eólicos), porém, possui desvantagens, como o impacto sonoro e visual; **energia nuclear** – utilizada por muitos países e, apesar de não poluir o meio ambiente, apresenta o risco da ocorrência de vazamentos do material radioativo, que é altamente tóxico e prejudicial ao homem. Um exemplo disso ocorreu na usina nuclear de Fukushima, no Japão, em 2011. Na ocasião, uma avaria no sistema de refrigeração da central nuclear, provocada pela ocorrência dos abalos sísmicos e do *tsunami* corrido no país, foi a causa do vazamento do material radioativo. A região teve que ser evacuada em um raio de 20 km no entorno da central nuclear.

2.1 Hidrelétrica de Belo Monte[7]

A usina hidrelétrica de Belo Monte é um assunto que vem gerando polêmica e debates em âmbito nacional. A usina está sendo construída no estado do Pará, na bacia do rio Xingu. Quando concluída, a hidrelétrica será a maior usina brasileira (lembrando que Itaipu é binacional e pertencente, também, ao Paraguai) e a terceira maior do mundo, perdendo apenas para Três Gargantas (China) e Itaipu (Brasil/Paraguai). As fortes críticas que incidem sobre a construção fazem referência à área que será alagada (por ser necessária à construção de barragem, o alagamento é inevitável nessas usinas) e aos problemas socioambientais que esse alagamento pode ocasionar: a inundação da parte da floresta, das aldeia indígenas e da moradia das populações ribeirinhas próximas. Outro alvo das críticas tem sido o custo total da obra, que, segundo o governo, está estimado em 26 bilhões de reais. A usina deve operar durante a maioria do tempo com apenas 40% de sua capacidade, atingindo a plenitude apenas nos meses de cheia. Ainda assim, deverá produzir cerca de 41,6 milhões de megawatts por ano. A obra está sob responsabilidade do Consórcio Construtor Belo Monte – CCBM, que foi contratado pela Norte Energia, e deve ser concluída até 2015. Um dos principais manifestos contra a construção da hidrelétrica é um vídeo[8] no qual aparecem atores da Rede Globo questionando e incentivando o público a participar de ações contra a obra, sob alegações de que o alagamento afetaria diretamente as reservas indígenas e a população ribeirinha que vive no local. O vídeo circulou pelo Brasil todo e acirrou ainda mais as discussões acerca da hidrelétrica.

4. Notícias atuais comentadas

[5] <http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/evo-morales-cita-fidel-castro-em-discurso-na-rio20.html>

[6] Informações: <http://www.educacao.cc/ambiental/usinas-hidreletricas-principal-fonte-de-energia-do-brasil/ http://hypescience.com/era-do-petroleo-parece-viver-seus-ultimos-50-anos/>

[7] Informações: <http://blogbelomonte.com.br/2011/11/18/conheca-a-uhe-belo-monte/> <http://www.conversaafiada.com.br/brasil/2011/11/28/resposta-ao-video-da-globo-contra-belo-monte/>

[8] *Link*: <http://www.youtube.com/watch?v=TWWwfL66MPs>

> ***"Autoridades filipinas sobem número de mortos por tufão para 3.681***
> ONU e governo filipino preveem que o número de vítimas ainda deve subir. Tufão Haiyan afetou 10 milhões de pessoas, segundo relatório."
> (G1, 17/11/2013[9])

As Filipinas foram atingidas pelo tufão Haiyan. O mais forte já registrado sobre a terra. Os ventos chegaram a 315 km/h. As Filipinas são um país formado por mais de 7 mil ilhas, exatamente no corredor dos tufões. Em média, são 25 a cada ano, mas o Haiyan foi o pior de todos. O governo do local já confirmou milhares de mortes e prejuízos que passaram de R$ 2,3 bilhões. Diversos países estão se mobilizando para prestar ajuda a região. O governo dos Estados Unidos anunciou o envio de 1.000 militares às Filipinas para reforçar o contingente no arquipélago e ajudar nas tarefas de resgate. A ONU já conseguiu US$ 72 milhões dos US$ 301 milhões que solicitou para ajudar as Filipinas.

> ***"Iceberg do tamanho de Salvador se desprende da Antártica"*** (O Globo, 09/07/13[10])

A reportagem trata de um bloco de gelo que saiu da geleira de Pine Island, na parte ocidental do continente. A explicação para o fenômeno é atribuída, em parte, ao aquecimento da água que fica por baixo da prateleira de gelo. Ao contrário do que ocorre em outras partes do Manto de Gelo da Antártida Ocidental, onde está a geleira, cientistas afirmam que a formação do *iceberg* é um processo natural e não deve estar ligado diretamente às mudanças climáticas globais.

> "***Novo Código Florestal fez país perder até 40% de áreas protegidas, diz ONG***
> Lei ambiental foi aprovada há um ano, após anos de discussões. Regulamentação de vários pontos deve ser publicada ainda esta semana." (*G1*, 27/05/2013[11])

A reportagem informa que o Brasil perdeu, em termos de área absoluta, mas a nova lei facilita a regularização. Informa, também, que existe um desafio a ser alcançado, que é fazer com que mais de 5,5 milhões de propriedades se inscrevam no Cadastro Ambiental Rural (CAR), um novo sistema em que cada proprietário vai informar ao governo quais são e onde estão suas áreas de produção agrícola e suas áreas com vegetação natural conservada. A partir disso, será possível fazer o registro da informação no momento da regularização e, depois, por imagem de satélite, acompanhar o uso do solo naquela propriedade.

> "***Belo Monte leva o maior financiamento da história do BNDES: R$ 22,5 bilhões***
> *Valor evidencia necessidade de capitalização do banco estatal; por 500 milhões crédito não superou os limites da regulação bancária*" (*Estadão*, 27/11/2012[12])

O maior valor já emprestado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social foi para a construção da hidrelétrica de Belo Monte. O financiamento foi feito para o consórcio Norte Energia S/A, responsável pela obra, com um prazo de 30 anos. Os altos valores evidenciam a necessidade de capitalização do BNDES, pois os empréstimos para um só cliente não podem ultrapassar 25% de seu patrimônio de referência.

> "**Gilberto Carvalho diz que obras em Belo Monte não vão parar**
> Os índios que ocuparam o escritório do principal canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, a 55 quilômetros de Altamira (PA), até a manhã de hoje, deixaram o local nesta terça-feira para viajar a Brasília e se reunir com representantes do governo federal. O grupo formado por índios de seis etnias veio pedir a suspensão dos estudos de viabilidade técnica da usina hidrelétrica do Rio Tapajós e das obras nos canteiros das usinas de Teles Pires, no Rio Teles Pires, e de Belo Monte, no Rio Xingu." (*EBC*, 04/06/2013[13])

Segundo a reportagem, Carvalho, ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, disse que o governo está disposto a manter diálogo permanente com os índios, mas que não vai abrir mão dos projetos estratégicos. Carvalho disse também que o empreendimento é importantíssimo para a questão energética do país.

> "***Dilma anuncia redução maior na conta de luz e critica previsões alarmistas***
> *Corte será de 18% para residências e de até 32% para indústrias, acima do valor projetado em*

[9] <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/11/autoridades-filipinas-dizem-que-ha-37-mil-mortos-por-tufao-haiyan.html>, http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/11/onu-arrecada-us-72-milhoes-para-ajudar-vitimas-de-tufao-nas-filipinas.html

[10] < http://oglobo.globo.com/ciencia/iceberg-do-tamanho-de-salvador-se-desprende-da-antartica-8978649>

[11] < http://g1.globo.com/natureza/noticia/2013/05/novo-codigo-florestal-fez-pais-perder-ate-40-de-areas-protegidas-diz-ong.html>

[12] <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,belo-monte-leva-o-maior-financiamento-da-historia-do-bndes-r-225-bilhoes-,965721,0.htm>

[13] http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/06/gilberto-carvalho-diz-que-obras-em-belo-monte-nao-vao-parar

setembro, e será aplicado em todos os estados" (*Estadão*, 23/01/2013[14])

O anúncio foi feito pela própria presidente por meio de pronunciamento em rede nacional. Com discurso forte, Dilma atacou diretamente a quem chamou de "aqueles que são sempre do contra" e que duvidavam da capacidade de o governo cumprir a já anunciada redução no valor da energia. Seguiu o discurso em tom forte, reafirmando que não haverá falta de energia no país e que o Brasil tem "toda a energia de que precisa" para "crescer e bem" nos próximos anos. Foi destacado pela presidente, também, o fato de o país estar reduzindo as taxas de energia e, ao mesmo tempo, aumentando sua oferta em 7%. Segundo Dilma, o Brasil "vive uma situação privilegiada no mundo".

"***Rio+20 chega ao fim com resultado tímido e promessas adiadas***
No último dia da Rio+20, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, pediu a todos os governos que eliminem a fome do mundo. Ele disse que, em um mundo populoso, ninguém deveria passar fome". (*BBC Brasil*, 22/06/2012[15])

A reportagem faz referência ao resultado pouco expressivo da conferência realizada no Brasil. Objetivo principal do encontro, foi mantido apenas como um dos caminhos para se chegar ao desenvolvimento sustentável. No final, o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, desafiou os governos a fazerem mais.

"***Expansão da energia eólica no Brasil desafia o setor elétrico, diz Moody's.***
País precisa melhorar estrutura de transmissão de energia, afirma agência. Até o final de 2016, Brasil deve gerar 255 GW com a força dos ventos." (*G1*, 3/10/2012[16])

Segundo a agência de classificação de riscos Moody's, a expansão que o Brasil planeja para a energia eólica criará desafios para o setor. A intermitência dessa energia é um grande desafio para as redes de transmissão. Além disso, os contratos a preços cada vez mais competitivos devem gerar uma queda nas tarifas para os geradores. A agência alerta que, se os projetos ficarem aquém da capacidade planejada inicialmente, pode haver insuficiência de fluxo de caixa para alguns.

"**Furacão Sandy mata 16 nos EUA e no Canadá e inunda e paralisa Nova York**" (*G1*, 30/10/2012[17])

A passagem do furacão Sandy pela costa leste dos Estados Unidos deixou um rastro de destruição ainda desconhecido pelas autoridades americanas. Milhares de pessoas ficaram sem energia em Nova York e outras cidades importantes, ocasionou mortes, bilhões de dólares perdidos e pesadelo nos aeroportos.

Fique ligado:
Os assuntos recorrentes em provas de concursos, relacionados aos temas de ecologia, energia, desenvolvimento sustentável, são:

- Eventos climáticos extremos como: *tsunamis*, furacões, enchentes, secas, etc.
- Catástrofes ambientais envolvendo usinas nucleares, vazamentos de óleos, etc.
- Convenções e encontros de assuntos ambientais.
- Matriz energética.

✍ Questões de concursos comentadas

1. (CESPE/TRT/10ª REGIÃO (DF e TO)/Técnico Judiciário/2013) Julgue o item a seguir.

A mais aceita definição de desenvolvimento sustentável é a que se baseia no suprimento das necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações.

✍ Comentário:
O conceito de desenvolvimento sustentável (ou sustentabilidade) consiste basicamente em utilizar os recursos da natureza para atender as necessidades da população sem comprometer o abastecimento dessa geração e/ou das gerações futuras.
Gabarito: Certo

2. (CESPE / TJ-DF / Técnico Judiciário / Área Administrativa / 2013) Julgue o item a seguir, relativo a aspectos econômicos e ambientais do contexto brasileiro e mundial.

O sistema elétrico brasileiro é constituído fundamentalmente por usinas hidrelétricas, complementado por usinas térmicas e fontes alternativas de energia, como a eólica, cuja produção apresenta vantagens como a baixa emissão de gases poluentes e a

[14] <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia%20geral,dilma-anuncia-reducao-maior-na-conta-de-luz-e-critica-previsoes-alarmistas,141689,0.htm>

[15] <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/06/120622_rio20_fracasso_jp.shtml>

[16] <http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/10/expansao-da-energia-eolica-no-brasil-desafia-o-setor-eletrico-diz-moodys.html>

[17] http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/10/furacao-sandy-mata-16-nos-eua-e-no-canada-e-inunda-e-paralisa-nova-york.html

reduzida geração de resíduos, bem como impacto sonoro desprezível e pouca transformação na paisagem.

✍ **Comentário:**
O item está errado, pois a energia eólica causa impacto sonoro, já que o som do vento que bate nas pás produz um ruído constante. A energia eólica também causa impacto visual, pois gera uma grande modificação da paisagem.
Gabarito: Errado

3. (CESPE / CNJ / Analista Judiciário / Área Administrativa / 2013) O ano de 2012 provavelmente ficará na história como um período de eventos climáticos extremos, tendência que se tem mantido nas primeiras semanas de 2013. A China vem enfrentando o pior inverno dos últimos trinta anos; a Austrália sofre com queimadas por todo o país e teve, nos quatro últimos meses de 2012, o período mais quente de sua história; o Paquistão foi inundado por enchentes inesperadas em setembro; o Brasil conviveu com uma de suas primaveras mais quentes; e, nos EUA, o último ano registrou a mais alta temperatura na parte continental do país.

Folha de S. Paulo, 12/1/2013, p. C8 (com adaptações).

A partir do texto acima e considerando as múltiplas implicações do tema por ele abordado, julgue o item que se segue.

Em meio aos eventos climáticos extremos que aconteceram em 2012, com invernos rigorosos e fortes ondas de calor que assustaram o mundo, o furacão Sandy atingiu vigorosamente Nova Iorque, paralisando por algum tempo a mais importante cidade norte-americana.

✍ **Comentário:**
O item está correto. O furacão Sandy atingiu a costa leste dos Estados Unidos. Equipes das companhias elétricas trabalhavam sem descansar para bombear água para fora das galerias e restabelecer os serviços, mas milhares de pessoas ficaram sem energia em Nova York e em outras cidades importantes por um bom tempo.
Gabarito: Certo

(CESPE/TCU/Técnico de Controle Externo/2012) "Dois séculos após o início da Revolução Industrial, o carvão ainda hoje é a principal fonte geradora de energia elétrica no mundo. Países como Estados Unidos da América, China, Japão, Índia, África do Sul e Rússia são tão dependentes do carvão no século XXI quanto era a Inglaterra no século XIX. No Brasil, o carvão corresponde por 1,5% da matriz energética; no mundo, representa 41%. Preço baixo, oferta abundante e estoques longos transformaram o carvão em uma fonte de energia atraente do ponto de vista econômico, mesmo respondendo por 30% a 35% de emissões globais de gás carbônico."

O Globo, 31/07/2012 – com adaptações.

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a amplitude do tema por ele suscitado, julgue os itens seguintes.

4. A matriz energética dos países do BRICS está firmemente ancorada no carvão, com exceção da matriz brasileira, em cuja composição o percentual desse elemento é, relativamente, pequeno.

✍ **Comentário:**
O carvão é, de fato, a principal fonte de energia entre todos os países do BRICS, com exceção do Brasil, que tem nas hidrelétricas sua principal matriz energética e utiliza uma quantidade muito pequena de carvão.
Gabarito: Certo

5. O carvão é um importante agente da intensificação do efeito estufa, do qual ocorre o fenômeno da alteração climática em escala planetária, o denominado aquecimento global.

✍ **Comentário:**
O carvão mineral é, ainda, uma das principais matrizes energéticas utilizadas no mundo. Existe em abundância, é muito utilizado em países europeus, mas trata-se de um dos principais agentes que contribuem para a aceleração do efeito estufa.
Gabarito: Certo

6. (CESPE/Banco da Amazônia/Técnico Científico/ 2012) Promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, realizada de 13 a 22 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro, deve nortear a agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas. A respeito dessa conferência, marco fundamental das discussões a respeito de meio ambiente, julgue o próximo item.

A Rio+20 contou apenas com a presença de representantes oficiais de Estados-membros da ONU, inexistindo participação do setor privado ou da comunidade científica mundial.

✍ **Comentário:**
A conferência foi aberta, também, para ONGs, para toda a sociedade civil, incluindo grupos de agricultores, sindicatos, comunidades indígenas, crianças e jovens.
Gabarito: Errado

7. (FCC / DPE-SP / Agente de Defensoria / Administrador de Redes/2013) A Rio+20 prometia surtir tanto efeito quanto a ECO 92. Mas a rodada de negociações acabou

em um documento que, de tão vago, chegou a ser criticado pelo secretário-geral da ONU. Como de costume, alguns países não ajudaram – pelo contrário, trataram o evento com descrédito.
(*Isto é.* 26/12/2012. Ano 36. n. 2250. p. 118)

O texto se refere, principalmente,

a) ao Reino Unido que com sérios problemas econômicos chegou a sugerir o adiamento da reunião.
b) aos Estados Unidos, cujo presidente Obama trocou a viagem ao Rio pela campanha eleitoral.
c) à França, cujo presidente negou-se a discutir questões ambientais com países subdesenvolvidos.
d) à Alemanha que mantém programas e metas próprias de controle de poluição atmosférica.
e) ao Canadá que, sistematicamente, tem se recusado a participar de Conferências climáticas.

✍ **Comentário:**
A notícia publicada pela revista *Isto é* referia-se ao presidente dos Estados Unidos, Barack Obama.
Gabarito: B

8. (FCC/METRÔ – SP/Assistente Administrativo Júnior/2012) Belo Monte será a maior hidrelétrica totalmente brasileira, considerando que a Usina de Itaipu é binacional (em sociedade com o Paraguai), e a terceira maior do mundo. […]
A instalação de Belo Monte é uma das mais polêmicas da história do país. O empreendimento, […] divide a opinião de especialistas e causa protestos em grupos ambientalistas […]

(Adaptado de http://www.ecodesenvolvimento.org.br/posts/2011/junho/debates-da-atualidade-belo-monte#ixzz1kzFSPUB7)

Um dos motivos que provocam polêmica em relação à hidrelétrica de Belo Monte é o fato de que:

a) a inundação de vasta área colocará em risco a biodiversidade da região e afetará aldeamentos indígenas e a vida de milhares de ribeirinhos.
b) a região onde a usina será instalada apresenta condições naturais pouco favoráveis, pois é serrana e o clima predominante é semiárido, com baixo nível de chuvas anuais.
c) apesar de seu tamanho, a energia produzida não será suficiente para abastecer as capitais mais próximas, como são exemplos Manaus e Cuiabá.
d) os recursos para sua construção são estrangeiros, o que contraria a legislação brasileira que considera a produção de energia uma atividade estratégica e, portanto, nacional.
e) a região apresenta grandes reservas de petróleo e o mais viável economicamente seria a construção de uma usina termelétrica utilizando o combustível.

✍ **Comentário:**
A inundação é inevitável na construção de hidrelétricas e, no caso da Belo Monte, mesmo sendo utilizado o sistema de fio d'água, que reduz o tamanho da área a ser alagada, ainda assim é questionada a preservação da biodiversidade, já que se trata de uma região de floresta. Além disso, a presença de grupos indígenas próximos ao rio Xingu e dos ribeirinhos também pode ser afetada.
Gabarito: A

9. (FCC/MPE – RN/Analista do Ministério Público Estadual, Suporte Técnico, Tecnologia da Informação/2012) Considere as informações sobre o novo Código Florestal Brasileiro.

I. Um de seus pontos polêmicos é a anistia a agricultores que desmataram áreas até 2008, o que é combatido pelos ambientalistas.
II. Um dos seus artigos prevê áreas de preservação permanente, como topos de morros ou margens de rios.
III. Os ambientalistas consideram a nova legislação positiva para preservação ambiental.
Está correto o que se afirma APENAS em

a) I.
b) I e II.
c) I e III.
d) II.
e) II e III.

✍ **Comentário:**
Um ponto que foi muito comentado e criticado por ambientalistas foi a anistia aos crimes de desmatamento ocorridos até 2008, que estava no texto, mas que foi vetado pela presidente. Outro veto ocorreu para a redução das áreas de preservação permanentes que foram mantidas, e não reduzidas. Mesmo apoiando os vetos feitos por parte da presidente Dilma, os ambientalistas seguiram fazendo críticas ao texto, pois queriam seu veto integral.
Gabarito: B

10. (CESPE/IBAMA/Analista Ambiental/2013) A respeito do novo Código Florestal (Lei n.º 12.651/2012), julgue o item a seguir.

O Congresso Nacional não aprovou um Código Florestal totalmente novo, haja vista que o anterior, datado de 1965, não foi totalmente revogado. Desse código, permaneceram em vigor, por exemplo, os tópicos relativos à ocupação de terras indígenas.

✍ **Comentário:**

O código anterior não revogado foi o de **1989**, já que sua revogação foi vetada pela presidente. O código datado de 1965 foi revogado pela lei 12.651/2012.
Gabarito: Errado

11. (FCC/Sabesp/Atendente a Cliente I/ 2012) Durante todo o ano de 2011, a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, provocou fortes debates.
Em novembro 2011 foi lançado um vídeo onde vários artistas criticam o empreendimento e incentivam a participação da sociedade em um abaixo-assinado contra a usina.

Um dos argumentos usados pelos contrários à construção é que a usina:

a) será propriedade de grupos estrangeiros.
b) afetará indígenas e população ribeirinha da região.
c) não fornecerá energia para a metrópole carioca.
d) desviará água do rio Amazonas, provocando a morte de peixes.
e) produzirá superávit de energia, representando desperdício.

✍ **Comentário:**
O vídeo de aproximadamente 5 minutos trata de várias questões envolvendo a hidrelétrica, mas enfatiza, principalmente, as pessoas que podem ser diretamente prejudicadas. Nesse caso, os grupos indígenas próximos ao Xingu e a população que vive e trabalha nas suas margens.
Gabarito: B

12. (FEPESE/DPE-SC/Analista Técnico/2013) Recentes interrupções no fornecimento fizeram ressurgir o debate sobre a necessidade de investimentos na produção e transmissão de energia elétrica no Brasil. Entre as grandes obras governamentais que atacam esse objetivo está uma grande usina, em construção na Bacia do Rio Xingu, e que vem sendo objeto de acalorados debates na região desde 2009.

O texto faz referência à Usina de:

a) Jirau.
b) Itaipu.
c) Tucuruí.
d) Belo Monte.
e) São Luiz do Tapajós.

✍ **Comentário:**
O texto faz referência à Usina de Belo Monte, que está sendo construída no estado do Pará.
Gabarito: D

13. (FCC/Sabesp/Atendente a Cliente I 30 Horas/2012) Em novembro de 2011, a multinacional Chevron foi continuamente citada pela imprensa porque:

a) fechou uma de suas indústrias no país, demitindo mais de mil trabalhadores.
b) recebeu autuação da Receita Federal por sonegação de impostos.
c) superfaturou na importação de equipamentos para enviar recursos para sua sede.
d) foi denunciada pelo Ministério do Trabalho por utilizar trabalho escravo.
e) foi responsável por um vazamento de petróleo na Bacia de Campos.

✍ **Comentário:**
A empresa foi responsável pelo vazamento de petróleo no Campo de Frade, na bacia de Campos. Foi multada e chegou a ter as operações suspensas no país. O vazamento ocorreu em razões de perfurações mal executadas.
Gabarito: E

14. (CESPE / TJ-AL / Analista Judiciário / Área Judiciária/ 2012) O termo sustentabilidade — cunhado em 1987 pela Organização das Nações Unidas (ONU), no documento Nosso Futuro Comum — foi incorporado definitivamente ao vocabulário mundial contemporâneo. O conceito de uso sustentável da natureza, por exemplo, já compõe a base de diversos programas, projetos e ações voltados para a preservação ambiental. Considerando essas informações, assinale a opção que apresenta a síntese da definição de sustentabilidade.

a) Os recursos naturais devem ser explorados, visto que a vida humana no planeta depende dessa exploração, estando irremediavelmente inviabilizada ou condenada à estagnação caso a natureza mantenha-se intocada.
b) Os recursos naturais exigem proteção absoluta, razão pela qual a ONU assumiu a responsabilidade de monitorar as atividades produtivas e comerciais em escala global.
c) Os recursos naturais devem ser usados de modo que a natureza os possa repor, assegurando-se, dessa forma, o atendimento das necessidades das gerações atuais e futuras.
d) Os recursos naturais devem ser preservados pelos países classificados como emergentes, já que não é possível aos mais ricos retrocederem no tempo e modificarem seu modelo econômico.
e) Os recursos naturais devem ser preservados em qualquer situação, o que pressupõe o abandono de atividades econômicas comprometidas primordialmente com a obtenção de lucro material e secundariamente com a preservação ambiental.

Marly Monteiro CPF: 64491472320

✍ **Comentário:**
O termo sustentabilidade refere-se a utilizar os recursos da natureza (pois seria impossível viver sem utilizá-los), mas de forma a não os esgotar e de maneira que a natureza consiga repor a matéria-prima extraída. Não existe norma que especifique que alguma gama de países possa utilizar ou não os recursos naturais que possui, e todos os modelos econômicos podem se adequar a um controle desses recursos, basta que haja planejamento e iniciativa para tal. A preocupação é, de fato, garantir que essas matérias-primas continuem existindo para manter o sustento desta geração e das próximas.
Gabarito: C

15. (PECFAZ/2013/ESAF) Ganhou destaque na imprensa mundial, logo nos primeiros dias de julho de 2013, a informação de que um bloco de gelo de 720 Km^2, tamanho aproximado da cidade de Salvador, Bahia, se desprendeu do continente antártico. Independentemente das razões que o determinaram, o fenômeno acaba por remeter a um atual e preocupante problema ambiental conhecido como

a) El Niño.
b) La Niña.
c) Tsunami asiático.
d) Aquecimento global.
e) Zona de confluência oceânica.

✍ **Comentário:**
Segundo o que foi noticiado na ocasião por cientistas[18], ao contrário do que ocorre em outras partes do Manto de Gelo da Antártida Ocidental, onde está a geleira, a formação do referido *iceberg* é um processo natural e não deve estar ligado diretamente às mudanças climáticas globais. Note, porém, que o enunciado afirma: *"...**Independentemente das razões que o determinaram**, o fenômeno acaba por remeter a um atual e preocupante problema ambiental conhecido como",* ou seja, independente dos cientistas afirmarem que o formação do referido *iceberg* é um processo natural e não ligado diretamente a mudanças climáticas, esse acontecimento remete a um atual e preocupante problema ambiental conhecido como aquecimento global.
Gabarito: D

Economia nacional e internacional

Autor: Rodrigo Leal Martins

1. Economia internacional

O crescente processo de globalização faz com que a interdependência entre os países aumente a cada dia. A liberdade de circulação de produtos, mercadorias, serviços e até mesmo de culturas entre os povos é algo realmente fascinante. É inegável o crescimento econômico de muitos países a partir do processo da globalização capitalista, mas, para que isso ocorra, é necessário um pouco mais do que a mera evolução dos meios de transporte e comunicação. Acordos econômicos, estratégias de Estado, criação de instituições supranacionais, de blocos econômicos e outras características também são fundamentais. Antes de compreendê-las, vamos a alguns conceitos:

- **Globalização**: processo caracterizado pela facilidade pela liberdade de circulação de produtos, mercadorias, serviços e culturas entre todos (ou quase todos) os países; grande rede de conexões baseada na liberação e na abertura econômica (neoliberalismo), que aproximam e diminuem as fronteiras mundiais; fenômeno global da economia capitalista que evidencia cada vez mais a interdependência entre países, governos, blocos econômicos e empresas.
- **Blocos econômicos**: união de países que tem por principal finalidade diminuir as fronteiras econômicas e facilitar o comércio e a circulação de produtos entre si. São apontados por muitos como as grandes potências mundiais da atualidade.
- **OMC**: Organização Mundial do Comércio. Instituição supranacional que atua como fiscalizadora e regulamentadora do comércio mundial. Promove e gerencia acordos comerciais e intervém quando estes não são cumpridos.
- **PIB**: Produto Interno Bruto. É um dos principais indicadores da economia de um país (ou região específica). Consiste na soma de toda a riqueza produzida (bens, produtos e serviços) em um determinado período. Incluímos nesses produtos desde carros e eletrodomésticos até agropecuários. Sempre que o consumo de produtos é alto, eleva-se, consequentemente, a produção, e o PIB também cresce, por isso, os juros altos (que atrapalham o consumo) e o baixo poder de compra impedem o crescimento do PIB. Gastos do governo com construções, obras que consomem materiais diversos e geram empregos, também elevam o PIB.
- **Emergentes**: são considerados emergentes ou em desenvolvimento os países que possuam características como: grande mercado consumidor, IDH entre os níveis médio e alto, industrialização crescente, economia estável, crescimento de infraestrutura e ascensão econômica, entre outras. Não existe uma definição única para o termo, e também não é preciso apresentar todas essas

[18] < http://oglobo.globo.com/ciencia/iceberg-do-tamanho-de-salvador-se-desprende-da-antartica-8978649>

características para ser considerado um país em desenvolvimento.

A União Europeia

União Europeia: bloco econômico, político e social que reúne, hoje, 28 países-membros (Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Romênia, Suécia e Croácia – integrada ao bloco em julho de 2013[19]). A integração de alguns desses países teve início logo após a Segunda Guerra Mundial, em função da fragilidade econômica na qual se encontravam, com objetivo de retomar o crescimento. O grupo denominado Benelux (Bélgica, Holanda e Luxemburgo) ainda iria se modificar algumas vezes e receber mais países, até que, em 1992, surgiria como União Europeia. Em 2002, entrou em vigor o Euro, moeda única adotada por alguns países (atualmente, Bélgica, Alemanha, Estônia, Irlanda, Grécia, Espanha, França, Itália, Chipre, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Áustria, Portugal, Eslovênia, Eslováquia e Finlândia[20]), que substituíram suas moedas nacionais. Os demais ainda não adotaram essa moeda. O Banco Central Europeu é quem dirige as operações de câmbio e que estabelece e aplica a política monetária no continente.

Crise na zona do Euro

A União Europeia vem atravessando uma forte crise financeira evidenciada a partir de 2010 em função de problemas fiscais. Muitos países, como a Grécia, por exemplo, gastaram mais dinheiro do que conseguiram arrecadar (impostos). Para se manterem, precisaram contrair dívidas junto a bancos (sempre com juros altos, que muitas vezes crescem de forma desproporcional aos lucros desses países). Com os altíssimos empréstimos surgiu a desconfiança, entre os investidores, de que os europeus não conseguiriam saldar suas dívidas. Dessa forma, ações e títulos públicos desses países acabaram sendo rejeitados (pois poderiam se tornar negócios de risco), piorando ainda mais a situação. É importante ressaltar que os bancos ou as instituições financeiras são elementos fundamentais para a geração e a manutenção da crise na Europa, ao passo que cobram juros demasiados.

O agravamento da crise na Grécia, em 2011 e 2012, acabou gerando novos tributos (como forma de arrecadar mais dinheiro) e diminuição nos salários. Os países da zona do euro e o Fundo Monetário Internacional – FMI, realizaram empréstimos e elaboraram programas de ajuda financeira ao país, como forma de reerguer a economia grega. O pacote, de um total de 110 bilhões de euros, seria pago em parcelas.

Em novembro de 2012, trabalhadores gregos deram início a uma greve geral de dois dias, paralisando o transporte público em Atenas, num protesto contra um projeto do governo para a implementação de novas medidas de austeridade, exigidas pelos credores internacionais da Grécia para a liberação de mais ajuda financeira. O pacote de austeridade incluía medidas como a elevação da idade de aposentadoria para 67 anos, além de cortes de 5 a 15% em pensões que ultrapassem 1.000 mil euros (US$ 1.280) por mês. Também estavam previstas reduções salariais para acadêmicos, médicos, juízes, diplomatas e membros das Forças Armadas, e a diminuição dos recursos para a saúde pública. Apesar dos protestos que reuniram milhares de pessoas, os parlamentares gregos aprovaram o orçamento de 2013 do país, prevendo uma série de cortes e outras medidas de austeridades.

Em maio de 2013, a Grécia viveu a sua segunda greve geral do ano em protesto pelos cortes promovidos pelo governo em nome da austeridade para superar a crise econômica que atinge o país. A primeira paralisação de 24 horas ocorreu em 20 de fevereiro do mesmo ano.

Além da Grécia, o FMI, a União Europeia e o BCE também impuseram condições estritas a países como Espanha e Portugal em troca de resgates financeiros. Em junho de 2013, milhares de pessoas protestaram em Madri e nas principais cidades de Portugal contra a política de austeridade do governo.

Frente aos problemas fiscais europeus que ocorreram, sobretudo em função de os países gastarem mais dinheiro do que arrecadavam, é válido salientar que o Brasil, além da própria Constituição, possui também a Lei de Responsabilidade Fiscal, que impõe limites para os gastos públicos, de forma que um gestor não poderá, de modo algum, gastar mais do que a porcentagem prevista na lei, tampouco gastar mais do que arrecada, como ocorreu na Europa. As finanças públicas precisam ser aprovadas, sob pena de multas ou até mesmo proibição da disputa de novos pleitos aos gestores que não a cumprirem corretamente.

Mercosul

Mercosul: Mercado Comum do Sul, bloco econômico formado por Brasil, Argentina, Uruguai, Venezuela e Paraguai. Equador, Peru, Chile, Bolívia e Colômbia

[19] Fonte: <http://europa.eu/about-eu/countries/member-countries/index_pt.htm> Acesso em 05 de novembro de 2013

[20] Fonte: <http://europa.eu/about-eu/basic-information/money/euro/index_pt.htm> Acesso em 05 de novembro de 2013

integram o grupo como países associados (participam das reuniões, mas não têm direito a voto).
Em junho de 2012, o Paraguai foi suspenso do Mercosul e também da Unasul (União de Nações Sul-Americanas), porque os líderes regionais concluíram que o processo de *impeachment* do então presidente Fernando Lugo transgrediu a ordem democrática. Porém, em agosto de 2013, com a posse do novo presidente eleito do Paraguai Horácio Cartes, o governo do Peru, que está na presidência da Unasul, anunciou o fim da suspensão do Paraguai do bloco. Em relação ao Mercosul, o país, no entanto, segue buscando a reincorporação, apesar de discordar da presença da Venezuela, que entrou para o bloco em dezembro de 2012, no período em que o Paraguai estava suspenso.

O Mercosul tem por objetivo implantar a livre circulação de bens, serviços e produtos entre os Estados-membros por meio de redução ou até mesmo eliminação das taxas de importação e exportação. Atingindo essa integração econômica, os países podem consolidar sua economia e a do Mercosul, enquanto bloco regional, aumentar e qualificar suas produções e, consequentemente, inserir-se mais facilmente na competitiva economia global.

APEC

APEC[21]: Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico.
Formada por Canadá, Estados Unidos, México, Peru, Chile, Rússia, China, Japão, Indonésia, Coréia do Sul, Malásia, Cingapura, Filipinas, Tailândia, Indonésia, Vietnã, Austrália, Nova Zelândia, Papua-Nova Guiné, Brunei, Taiwan e Hong Kong. Economicamente falando, é o grupo mais dinâmico da atualidade, responsável por cerca de 46% das exportações mundiais, e apresenta os maiores volumes de negócios do mundo. Formado em 1994, com o comprometimento de transformar o Pacífico em uma área de livre comércio, a APEC já conseguiu triplicar o PIB do grupo desde sua formação. É relevante no bloco a aproximação entre Estados Unidos e os países do Pacífico, e o crescimento da Austrália como grande exportadora de matéria-prima.

Demais blocos econômicos

Dentre os demais blocos econômicos, encontramos ainda o ASEAN – Associação das Nações do Sudeste Asiático; NAFTA – Acordo de Livre Comércio da América do Norte; Pacto Andino, CARICOM – Mercado Comum e Comunidade do Caribe. Todos esses permanecem vigentes, mas constituem grupos de países menores e/ou com volume financeiro menor. Merece destaque aqui a ALCA – Associação de Livre Comércio das Américas, que foi uma proposição dos Estados Unidos para integrar economicamente os 34 países americanos, com exceção apenas de Cuba. Em 1998, foi realizada uma reunião para formalizar a criação do bloco, que deveria ocorrer em 2005. Porém, várias divergências ocorreram entre os países, e as tratativas foram suspensas.

Em linhas gerais, podemos concluir que todos os blocos econômicos visam ao aumento do comércio de seus produtos por meio da redução de tarifas alfandegárias e impostos. Dessa forma, com a economia mais aquecida e produzindo mais, os países adquirem melhores condições de enfrentar o tão concorrido comércio internacional. Os blocos econômicos são apontados por muitos como as grandes potências mundiais da atualidade, pois já imprimem seus produtos e sua economia de forma consolidada e eficiente. Sem eles, o volume de transações econômicas no planeta certamente seria menor. É possível afirmar que cada vez mais tais acordos econômicos devem ser feitos, e a integração entre eles também deve ser cada vez maior, incluindo, além da economia ou da moeda única, um trânsito de pessoas e de culturas cada vez mais intenso.

BRICS

O BRICS[22] não constitui um bloco econômico; é, na verdade, um agrupamento, uma associação comercial entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Trata-se de países em desenvolvimento (emergentes), apontados como futuras potências econômicas mundiais. Essas expectativas justificam-se por alguns números. Em 2010, por exemplo, o PIB conjunto dos cinco países totalizou cerca de 18% da economia mundial, sendo que os cinco países juntos detêm em torno de 40% da população mundial e possuem grandes mercados consumidores. Indicadores apontam que, em 2015, cerca de 800 milhões de consumidores desses países devem subir seu nível social para a classe média e, consequentemente, aumentar seu poder de compra. Tais fatores atraem investidores de diversas áreas e de diferentes países. Enquanto agrupamento, o grupo não tem caráter formal, não há documento de constituição ou gestores estabelecidos. O grupo mantém-se por vontade política de seus participantes e, à medida que suas relações comerciais vão se intensificando, sua institucionalização vai amadurecendo.

Na atualidade, uma desaceleração no crescimento das economias (motivada pela crise europeia e pela dificuldade de recuperação dos EUA), principalmente de Brasil e China, fez esfriar um pouco as expectativas sobre o grupo.

[21] Informações retiradas http://www.mundoeducacao.com.br/geografia/apec.htm

[22] Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/agrupamento-brics>

*Dados de 2012 representados por estimativas.

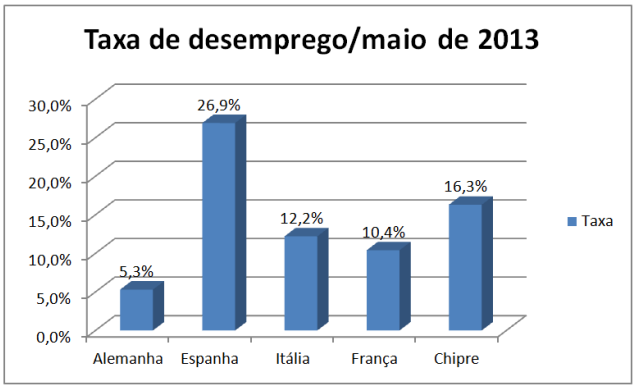
Essa baixa do BRICS acabou evidenciando ainda mais o surgimento de um novo grupo de emergentes, o chamado MIST, composto por México, Indonésia, Coreia do Sul e Turquia. O grupo vem chamando atenção pelas altas taxas de crescimento (que ocorrem em um momento de recessão mundial) aliadas a menos burocracia e à constante promoção do ambiente de negócios. A exemplo do BRICS, o MIST também não constitui um bloco econômico.

A atual recessão econômica mundial

Em 2008, uma crise econômica com origem no setor imobiliário dos Estados Unidos afetou não só esse país, como praticamente o mundo todo, graças ao fato de ser ele um dos maiores consumidores do planeta. Ou seja, quando lhe falta dinheiro para comprar, outros tantos países e/ou empresas deixam de vender. Dessa forma, entre 2008 e 2009, muitas das economias industrializadas entraram em recessão (algumas se reergueram, outras tantas, como as europeias, ainda não). Dentre essas economias, alguns países europeus.

A crise que eclodiu na Europa, em 2011, e que quase destituiu a zona do euro, é apontada por muitos economistas como um reflexo do recesso ocasionado pela crise norte-americana, de 2008. O que ocorreu, na realidade, foi o endividamento excessivo de alguns países que, para se manterem, precisaram recorrer aos bancos buscando empréstimos. Na sua grande maioria, as taxas de juros superavam a porcentagem de lucros dos países/empresas, ou seja, a desproporção entre despesa e receita acabou gerando a inadimplência de muitos e o agravamento de uma crise que já dava sinais. Como resultado, países buscaram ajuda financeira do FMI (Fundo Monetário Internacional) e da zona do euro, mas, para ter acesso a elas é necessário um maior controle e ajuste nos gastos, o que significa reduzir salários, demitir servidores, cortar benefícios e aumentar a arrecadação, entre outros.

Em maio de 2013, a taxa de desemprego na zona do euro atingiu o novo recorde de 12,1%, de acordo com dados divulgados pela Eurostat. Com isso, o total de desempregados alcançou 19,222 milhões. Confira a seguir as taxas de desemprego[23] em alguns países da Europa.



2. Economia do Brasil

Nos últimos anos, o Brasil vem apresentando bons números na sua economia. A estabilidade financeira adquirida após o real, o controle da inflação e as altas taxas de crescimento experimentadas nos últimos anos renderam ao país notabilidade no cenário econômico global. A liderança no Mercosul e o bom desempenho do comércio exterior tornaram o Brasil alvo de investidores e empresários. Em 2011, o país atingiu a 6ª maior economia mundial.

> **"Brasil bate Reino Unido e se torna 6ª maior economia do mundo, diz jornal**
> O britânico *The Guardian* destaca que a crise bancária de 2008 e a subsequente recessão deixou o Reino Unido no sétimo lugar em 2011, atrás da maior economia da América do Sul"
> (*Estadão*[24], 26/12/2011)

Porém, em 2012, o cenário mudou, confira a notícia.

> **"Brasil perde posto de 6ª maior economia para Reino Unido**
> O Brasil deve terminar o ano com Produto Interno Bruto (PIB) de US$ 2,282 trilhões, pouco abaixo dos US$ 2,443 trilhões previstos para o Reino Unido."
> (*Exame*[25], 26/12/12)

Em 2012, o Brasil perdeu a 6ª posição para o Reino Unido devido à desaceleração da economia e à desvalorização do real perante o dólar. O Brasil está atrás dos Estados

[23] Fonte: < http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-brasil,desemprego-na-zona-do-euro-atinge-recorde-em-maio,158002,0.htm>
[24] http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,brasil-bate-reino-unido-e-se-torna-6-maior-economia-do-mundo-diz-jornal,97257,0.htm
[25] http://exame.abril.com.br/economia/noticias/brasil-perde-posto-de-6a-maior-economia-para-reino-unido

Unidos, que lidera na 1ª posição, China (2ª), Japão (3ª), Alemanha (4ª), França (5ª) e Reino Unido (6ª).[26]

PIB brasileiro

Conforme explicado anteriormente, o PIB (Produto Interno Bruto) é um dos principais indicadores da economia de um país e consiste na soma de toda a riqueza produzida (bens, produtos e serviços) em um determinado período. Confira, a seguir, o desempenho do PIB brasileiro nos últimos anos.

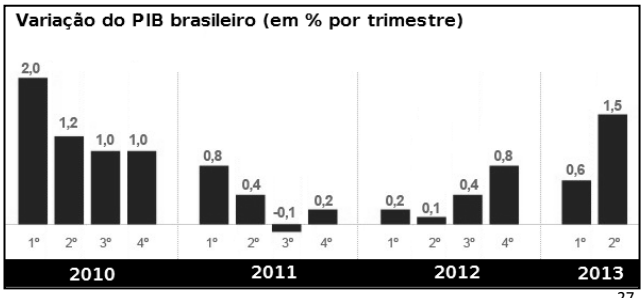


Gráfico adaptado do site G1 [27]

Dica: Faça uma leitura complementar sobre os resultados do PIB divulgados pelo IBGE em 30 de agosto de 2013 no *link*: http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&idnoticia=2457

Balança comercial do Brasil

Balança comercial é a relação entre produtos importados e exportados. Confira, a seguir, os resultados (em US$ milhões) da balança comercial no período de janeiro a outubro de 2013.[28]

Período	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
Janeiro	15.967	20.007	-4.040
Fevereiro	15.549	16.828	-1.279
Março	19.320	19.158	162
Abril	20.631	21.621	-990
Maio	21.822	21.061	761
Junho	21.134	18.829	2.305
Julho	20.807	22.705	-1.898
Agosto	21.424	20.200	1.224
Setembro	20.996	18.849	2.147
Outubro	22.822	23.046	-224
Acumulado no ano	**200.472**	**202.304**	**-1.832**
Outubro/2012	21.763	20.112	1.651

[26] http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/04/brasil-deve-recuperar-posto-de-6-maior-economia-em-2013-mostra-fmi.html

[27] < http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/08/economia-brasileira-cresce-15-no-2-trimestre-diz-ibge.html>

[28] Adaptado do site: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=567> Acesso em 05 de novembro de 2013

Em entrevista, no dia 1º de novembro de 2013, o secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Daniel Godinho, falou sobre o desempenho de produtos que registram recorde nas exportações em 2013, como: automóveis (US$ 4,6 bilhões), carne bovina (US$ 4,4 bilhões), celulose (US$ 4,3 bilhões) e soja (US$ 22,4 bilhões).

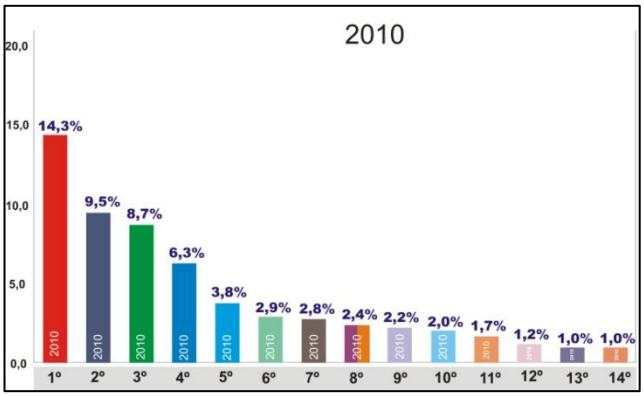
O secretário também destacou as exportações de plataformas petrolíferas que, em outubro, foram de US$ 1,9 bilhão e, no ano, chegam a US$ 6,6 bilhões. Godinho informou ainda que, pelo terceiro mês consecutivo, houve aumento de exportações para os Estados Unidos sobre igual período de 2012: agosto (1%), setembro (5%) e outubro (2,2%), o que indica uma recente recuperação das vendas brasileiras para este mercado, ainda que, no ano, haja queda de 9,2%. Para a China, as exportações brasileiras são recordistas, com embarques de US$ 39,5 bilhões e crescimento ao ano de 11,8% .

Dica: Para ficar a par dos resultados da Balança Comercial Brasileira mês a mês, e também dos comentários dos resultados que trazem informações importantes, como, por exemplo, quais setores/produtos se destacaram e quais tiveram desempenhos piores, acesse o *site* do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior: http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/. Na página inicial, você encontrará, mensalmente, um *link* para os resultados balança, e outro *link* para os comentários referentes aos resultados.

Principais produtos de exportação no Brasil

A exportação pode ser definida como a saída da mercadoria do território aduaneiro. Trata-se, portanto, da saída de um bem do Brasil, que pode ocorrer em virtude de um contrato internacional de compra e venda.

Na atualidade, o Brasil já não atua mais como mero fornecedor de matérias-primas, como ocorreu durante muitos anos. Produtos industrializados e dotados de tecnologia já fazem parte da produção nacional. Mas, as matérias-primas ainda dominam as principais exportações no país. Vejamos:



*Valores em bilhões de dólares.

1° - Minério de Ferro
2° - Petróleo / Derivados
3° - Soja / Derivados
4° - Açúcar
5° - Autom. / Peças
6° - Aves
7° - Café
8° - Fumo / Milho
9° - Celulose
10° - Aeronaves
11° - Carnes
12° - Produtos Ferro / Aço
13° - Ferro / Ligas
14° - Sucos de Frutas

Nessa tabela, vemos os 14 produtos mais exportados pelo Brasil, em 2010. Entre 2011 e 2012, as matérias-primas seguem dominando as vendas.

> **"Seis produtos são responsáveis por metade das exportações brasileiras**
> Minério de ferro, petróleo bruto, complexo de soja, carne, açúcar e café somaram 47% do valor exportado"
>
> (*Estadão*[29], 11/03/2012)

Agropecuária: Mantém-se como o principal setor da economia nacional, cada vez mais moderno e mecanizado. No ano de 2011, registrou o melhor saldo (exportação/importação) desde 1997[30]. O Brasil é o maior produtor mundial de cana, café, frutas tropicais e suco de laranja, além de possuir um dos maiores rebanhos bovinos para comercialização. Na atualidade, os produtos do setor agrícola são os principais na pauta das exportações. A seguir, gráfico demonstrando o atual crescimento do setor.

Extrativismo mineral: O extrativismo mineral constitui em outro importante elemento na balança comercial do Brasil; o país está entre os maiores exportadores de minério do mundo. O extenso território contribui bastante para essa atividade. Dentre os principais minérios, estão o ferro (principal produto de exportação do país), o alumínio (bauxita), o manganês e o nióbio. Em 2012, houve aumento no volume de exportação do minério de ferro, mas, em contrapartida, o valor do produto apresentou queda. No primeiro semestre de 2013, as exportações de minério de ferro do Brasil tiveram queda de 1,4%, na comparação com o mesmo período de 2012, para 144,5 milhões de toneladas.

Indústria: O Brasil possui o terceiro setor industrial mais avançado da América, detendo uma indústria diversificada e moderna. Dentre as principais indústrias brasileiras, podemos destacar a petrolífera (com destaque para a Petrobras), a siderúrgica, a de celulose, e a automobilística. A indústria de biocombustíveis também tem se apresentado muito forte no Brasil. O bom investimento em tecnologia e pesquisa científica faz do país um dos principais exportadores de energia na forma de biocombustíveis do mundo. Os principais polos industriais estão concentrados nas regiões Sul e Sudeste. Em 2011, a indústria brasileira apresentou crescimento menor que o PIB e fez com que o indicador baixasse. As previsões para 2012 também não foram muito animadoras. No segundo trimestre de 2012, a indústria recuou cerca de 2,5% em relação aos três primeiros meses do ano. Fatores como o agravamento da crise europeia e o surgimento de potências industriais, como a Coreia do Sul e a China, podem ter afetado esse crescimento. Em 2013, a indústria também prejudicou o resultado do PIB no primeiro trimestre. Já em junho do mesmo ano apresentou crescimento, depois uma queda em julho, estagnação em agosto e um leve crescimento em setembro.[31]

Principais mercados das exportações brasileiras

[29] http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,seis-produtos-sao-responsaveis-por-metade-das-exportacoes-brasileiras,105640,0.htm
[30] http://veja.abril.com.br/noticia/economia/agronegocio-bate-recorde-de-exportacoes-em-2011
[31] Dados < http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/11/producao-da-industrial-brasileira-sobe-07-em-setembro-diz-ibge.html> acesso em 5 de novembro de 2013

Em relação aos principais mercados das exportações brasileiras, o que mais cresceu no primeiro semestre de 2013 foi o Oriente Médio (8,1%), com destaques para carne de frango e bovina, soja, açúcar e milho. Para a Ásia (7,2%), os produtos mais exportados foram soja, minério, açúcar, milho, carnes, celulose, farelo, couro e peles, café e bombas, e compressores. A América Latina e o Caribe (2,4%) também compraram mais dos fornecedores brasileiros, especialmente, automóveis, veículos de carga, minério de ferro, polímeros plásticos, carne bovina e motores para automóveis.

Houve queda nas vendas para a Europa Oriental (-6,5%), com embarques reduzidos de carne de frango e suína, açúcar e aviões. O mercado da União Europeia (-7,4%) também experimentou retração, provocada, principalmente, por vendas menores de petróleo, soja e café. Na África (-5,6%), a queda se explica por transações inferiores de construções pré-fabricadas, trigo e arroz.

Importação

A importação é o ingresso seguido de internalização de mercadoria estrangeira no território aduaneiro. Em termos legais, a mercadoria só é considerada importada após sua internalização no país, por meio da etapa de desembaraço aduaneiro e do recolhimento dos tributos exigidos em lei.

Sabemos que, por meio do processo de globalização, o comércio internacional vem aumentando a cada dia. Consequentemente, a diversidade das parcerias comerciais também ocorre. O Brasil, por exemplo, mantém relações comerciais (compra e/ou venda) com mais de 30 países. Os principais deles são China, Estados Unidos, Argentina, Alemanha, Japão, Holanda, Coreia do Sul, Itália, Rússia, Reino Unido, entre outros.

Redução de IPI

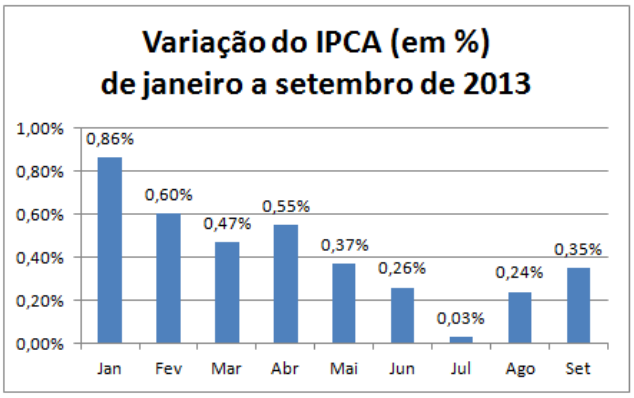
A redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) foi uma estratégia adotada pelo governo como forma de manter aquecida a economia nacional ante o agravamento da crise econômica global. Um decreto publicado em maio de 2012 destituía a redução, que ainda seria prorrogada. De certa forma, a medida visava privilegiar o setor automobilístico, que se tem mostrado crescente e forte nos últimos anos. A iniciativa atingiu produtos como carros, móveis, materiais de construção, produtos da linha branca (geladeiras, fogões, máquinas de lavar), laminados e painéis. O valor da redução do imposto varia conforme o produto. No final de mês de agosto, o governo optou por estender a redução do imposto, que inicialmente se encerraria no dia 31. Dessa forma, ficou estabelecido que os produtos da linha branca, móveis, painéis, laminados e luminárias teriam a redução até o final do ano. Para veículos, até o final de outubro, e para materiais de construção deve valer até o final de 2013.

Diferentemente do que ocorreu no final de 2011, os carros importados (mesmo de fora do Mercosul e do México) até 2.0 também contam com a redução do IPI. Em 2011, o governo elevou o valor do IPI para os carros importados, objetivando aumentar a procura pelos nacionais.

O que é inflação

A inflação é um conceito econômico que representa o aumento persistente e generalizado do preço de uma cesta de produtos em um país ou região, durante um período definido de tempo. Se, por exemplo, uma cesta de produtos custa R$ 100,00 reais em janeiro e passa a ser vendida por R$ 130,00 reais em fevereiro, verifica-se uma inflação de 30% no mês. Ela também representa a queda do poder aquisitivo do nosso dinheiro em relação à elevação dos preços de bens e serviços. Quando a inflação está em um nível muito baixo, ocorre a estabilização dos preços, e, assim, o valor dos produtos não aumenta.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial, registrou as seguintes taxas de inflação entre os meses de janeiro a setembro de 2013.



Notícias recentes comentadas

> **"Governo prorroga IPI reduzido para carros, linha branca e material de construção"**
> (*Folha de São Paulo*[32], 29/08/2012)

Governo prorroga a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados para aquecer a economia, tendo em vista o agravamento da crise a nível mundial. Os novos prazos para a permanência da redução variam conforme os

[32] http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1145236-governo-prorroga-ipi-reduzido-para-carros-linha-branca-e-material-de-construcao.shtml

produtos. Carros até outubro, linha branca até o final do ano e materiais de construção até o final de 2013.

> "**Fenabrave: prorrogação da redução do IPI representará crescimento de 3% no setor automotivo"** (EBC, 01/04/2013[33])

Segundo a reportagem, com a decisão anunciada pelo Ministério da Fazenda, a redução do IPI continuará em vigor até dia 31 de dezembro de 2013. Com isso, o imposto permanecerá em 2% para carros *flex* e à gasolina de até 1.000 cilindradas. Permanece também em 7% a tributação para os veículos *flex* de 1.000 a 2.000 cilindradas e de 8% para os movidos à gasolina.

> "**Primeiro trimestre de 2013 tem o resultado do PIB abaixo do esperado**
> Apesar da forte alta na produção no campo, queda na produção industrial e no consumo das famílias contribuíram para o índice, de 0,6%."
>
> (Globo, 30/05/2013[34])

Segundo a reportagem, a indústria prejudicou muito o resultado do PIB no primeiro trimestre. A queda de 0,3% no período foi causada principalmente pela importação de petróleo. A construção civil também registrou um resultado negativo. No cenário externo, a crise econômica mundial atrapalhou as exportações brasileiras com uma queda de quase 6,5% no período. Já o setor agrícola cresceu 9,7% em relação ao trimestre anterior, fato que ajudou para que o resultado final do PIB não fosse ainda pior.

> **"Seis produtos são responsáveis por metade das exportações brasileiras**
> Minério de ferro, petróleo bruto, complexo de soja, carne, açúcar e café somaram 47% do valor exportado."
>
> (*Estadão*[35], 11/03/2012)

O país segue aumentando o volume de exportações e mantém o superávit na balança comercial, mas a dependência dos produtos primários preocupa por estes apresentarem lucro muito menor. O esperado era que o Brasil passasse a exportar cada vez mais industrializados, mas não é o que vem ocorrendo. Outra preocupação é a de que a China, que é o principal parceiros econômico do Brasil, passe a comprar menos matéria-prima em função da crise.

> "**Entre Brics, PIB brasileiro ganha da Rússia e perde da China**" (*UOL*, 29/05/2013[36])

Segundo a reportagem, o crescimento de 1,9% do PIB brasileiro no primeiro trimestre, na comparação com igual período do ano passado, deixou o país atrás apenas da China, entre os países dos Brics. A China apresentou um crescimento de 7,7%, enquanto a África do Sul avançou 1,9% e a Rússia teve alta de 1,6%. A Índia ainda não divulgou as contas trimestrais.

> **"OGX, de Eike, suspende projetos e ações desabam"** (*Exame*, 01/07/2013[37])

A OGX, do empresário Eike Batista, anunciou que suspenderá o desenvolvimento de três campos de petróleo e interrompeu a construção de cinco plataformas. Segundo afirmação da OGX, "Não existe, no momento, tecnologia capaz de viabilizar economicamente qualquer investimento adicional nesse campo, visando aumentar o seu perfil de produção, e os poços, atualmente em operação, poderão cessar de produzir ao longo do ano de 2014".

✍ Questões de concursos comentadas

1. (FCC/DPE-SP/Agente de Defensoria/ Administrador de Redes/2013) A crise da dívida na zona do euro está longe de acabar, embora medidas pensadas para tratar as causas do problema estejam começando a surtir efeito, afirmou a chanceler alemã, Angela Merkel, durante seu discurso de Ano Novo. Merkel pediu para que os alemães sejam mais pacientes, embora a crise já se arraste por três anos. Ela ligou a prosperidade da Alemanha à da União Europeia.

(http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2012/12/31/crise-da-zona-do-euro-esta-longe-de-acabar-diz-chanceler-alema.jhtm)

Sobre a crise da zona do euro é correto afirmar que, entre outros fatores, está relacionada

a) à implosão dos sistemas previdenciários dos países que têm passado por rápido envelhecimento da população, como na França.
b) à expansão da União Europeia que acolheu países em fase de transição do socialismo para o capitalismo, como a Polônia.
c) ao forte endividamento de alguns países europeus devido ao descontrole em suas contas públicas, como a Grécia.

[33] http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-04-01/fenabrave-prorrogacao-da-reducao-do-ipi-representara-crescimento-de-3-no-setor-automotivo

[34] http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2013/05/primeiro-trimestre-de-2013-tem-o-resultado-do-pib-abaixo-do-esperado.html

[35] http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,seis-produtos-sao-responsaveis-por-metade-das-exportacoes-brasileiras,105640,0.htm

[36] http://economia.uol.com.br/noticias/valor-online/2013/05/29/entre-brics-pib-brasileiro-ganha-da-russia-e-perde-da-china.htm

[37] http://exame.abril.com.br/mercados/noticias/ogx-de-eike-suspende-projetos-e-acoes-desabam-6

d) aos escândalos proporcionados pela corrupção política, que provocaram a queda dos governantes, como na Itália.
e) à onda de forte imigração que tem desestruturado as economias mais frágeis do continente, como na Espanha.

✍ **Comentário:**
Conforme explicado anteriormente, a crise da zona do euro tem como principal fator o forte endividamento de alguns países europeus, como, por exemplo, a Grécia, que gastou mais dinheiro do que conseguiu arrecadar (impostos). Esses países, para se manterem, precisaram contrair dívidas junto a bancos.
Gabarito: C

2. (FUNIVERSA/PM-DF/Soldado da Polícia Militar/ Combatente/2013) No atual estágio da economia mundial globalizada, em que a capacidade de produzir amplia-se consideravelmente, em larga medida impulsionada pelos incessantes avanços tecnológicos, a integração de países e de regiões em torno de blocos torna-se, a rigor, exigência do novo tempo vivido pelo mundo. A despeito de crises, como a que atualmente envolve alguns de seus integrantes, a mais exitosa experiência de integração que se conhece, cujos primeiros passos foram dados nas décadas que imediatamente se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial, é o(a)

a) Área de Livre Comércio das Américas (Alca).
b) Mercado Comum do Sul (Mercosul).
c) Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta).
d) União Europeia (UE).
e) Pacto Andino.

✍ **Comentário:**
A União Europeia: bloco econômico, político e social que hoje reúne 28 países-membros, devido à recente entrada da Croacia em julho de 2013, teve início logo após a Segunda Guerra Mundial em função da fragilidade econômica na qual se encontravam, com objetivo de retomar o crescimento.
Gabarito: D

3. (CESPE/MME/Assistente Administrativo/2013) Acerca da crise econômica mundial, iniciada em 2008, assinale a opção correta.

a) A crise econômica iniciou-se na Grécia, na Espanha, em Portugal e na Irlanda, em 2008, em razão da especulação imobiliária e do excesso de moeda circulante no mercado.
b) A crise começou com a alta dos preços das ações que, em parte, ocorreu em razão de uma nova forma de especulação financeira, na qual grupos de megainvestidores agiam em conjunto para forçar altas nos preços das ações.
c) Em 2008, foi deflagrada a crise das hipotecas imobiliárias nos EUA, com a quebra do banco Lehman Brothers. Basicamente, os problemas começaram porque as instituições financeiras emprestaram dinheiro para quem não podia pagar, provocando falência de bancos e a intervenção governamental.
d) A crise econômica de 2008 iniciou-se na União Europeia e espalhou-se pelo mundo, afetando o mercado imobiliário nos EUA.
e) A principal causa da crise econômica, que abalou o mundo ocidental, foi a quebra da bolsa de Nova Iorque, fator determinante da intervenção do governo norte-americano na economia.

✍ **Comentário:**
A crise econômica teve origem no setor imobiliário dos Estados Unidos e depois afetou outras partes do mundo.
Gabarito: C

4. (CESPE/MME/Assistente Administrativo/adaptada/ 2013) Considerando as questões econômicas do mundo contemporâneo e suas múltiplas implicações na atualidade, julgue o item a seguir.

Entre os cinco países que representam o grupo do BRICS, a Inglaterra possui maior poder econômico e representatividade no cenário mundial. A crise europeia não afetou o desempenho comercial entre os demais países pertencentes ao grupo.

✍ **Comentário:**
A Inglaterra não pertence ao BRICS, que é composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.
Gabarito: Errado

5. (FCC/DPE-SP/Agente de Defensoria/ Administrador de Banco de Dados/2013) O surgimento e a expansão do Mercosul estão relacionados ao contexto da globalização. Na atualidade, este bloco econômico tem sido destacado na imprensa por um conjunto de fatos políticos de grande relevância. Sobre o Mercosul são feitas as seguintes afirmações:

I. Após o *impeachment* que destituiu o presidente paraguaio, os demais membros do Mercosul suspenderam a participação do Paraguai nas reuniões do bloco.

II. A integração da Venezuela ao bloco permanece suspensa devido à oposição do Uruguai e às restrições políticas da Argentina.

III. A Bolívia foi recentemente convidada a integrar o bloco como membro pleno e para isso deverá promover acertos em sua economia.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I.
b) I e II.
c) I e III.
d) II.
e) III.

✍ **Comentário:**
I – Correto.
II – Incorreto. A Venezuela é integrande do Mercosul.
III – Correto.
Gabarito: C

6. (FCC/DPE-SP/Agente de Defensoria/ Administrador de Banco de Dados/2013) Nas últimas décadas, a estabilidade econômica fez com que o Brasil fosse um dos países que mais subissem no *ranking* das maiores economias mundiais. Em meio à crise que atingiu as nações europeias, o país ultrapassou a Itália e se tornou a sétima maior economia em 2010. No final do ano passado [2011], superou o Reino Unido e assumiu a 6ª posição do *ranking*, liderado por Estados Unidos, China, Japão, Alemanha e França.

(http://educacao.uol.com.br/disciplinas/atualidades/economia-em-marcha-lenta-brasil-perde-posto-de-sexta-economia-mundial.htm)

No ano de 2012, o Brasil perdeu a 6ª posição, entre outros fatores, devido

a) à desaceleração da economia e à desvalorização do real perante o dólar.
b) à redução acentuada do mercado interno e ao aumento da dívida pública.
c) à diminuição do setor terciário da economia e à crise na agroindústria.
d) ao crescente déficit da balança comercial e ao sucateamento das indústrias.
e) ao aumento do número de falências e à redução dos investimentos estrangeiros.

✍ **Comentário:**
Em 2012, o Brasil perdeu a 6ª posição para o Reino Unido devido à desaceleração da economia e à desvalorização do real perante o dólar.
Gabarito: A

7. (CESPE/TJ-RR/Conhecimentos básicos/2012) "A crise paraguaia acabou tendo um efeito positivo sobre o MERCOSUL, união aduaneira que tendia à irrelevância em um mundo em transição no que se refere à disputa de poder. Atualmente, são apenas quatro os países-membros plenos do bloco visto que um deles, o Paraguai, foi suspenso. Há, ainda, outros países associados, como a Bolívia e o Chile. A incorporação plena dos outros Estados é sempre um procedimento complexo, não só tecnicamente, mas também do ponto de vista político, como evidencia o processo de reconhecimento da Venezuela como membro pleno. O maior desafio a ser enfrentado pelo bloco, contudo, não diz respeito propriamente à sua expansão, por meio da adesão de outros países, mas à ofensiva econômica chinesa sobre a América Latina."

(In: *Folha de S.Paulo*, 1°/07/2012)

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando os temas nele abordados, julgue o item.

O MERCOSUL evidencia uma das características da economia globalizada dos tempos atuais, a de formação de blocos regionais ou continentais com o objetivo de facilitar a inserção dos países-membros na atual economia mundial, altamente competitiva.

✍ **Comentário:**
A assertiva está correta. O Mercosul, a exemplo de tantos outros blocos econômicos, busca a inserção dos seus membros na economia mundial globalizada.
Gabarito: Certo

8. (CESPE/AL-ES/Cargos de nível médio/2011) As características marcantes do atual estágio da economia mundial, comumente chamado de globalização, incluem a:

a) capacidade de produção ainda limitada em face os baixos índices de desenvolvimento científico e tecnológico.
b) vigorosa regulamentação da economia e estímulo à presença cada vez maior do Estado na direção de empresas.
c) tendência ao protecionismo como forma de reduzir a presença dos países mais ricos no comércio internacional.
d) concentração das cadeias produtivas em países economicamente mais sólidos, apesar dos custos de produção maiores.
e) crescente interdependência entre os atores econômicos, como governos, empresas e movimentos sociais.

✍ **Comentário:**
a) Errada. Os índices de desenvolvimento tecnológico e científico são muito altos e proporcionam produções cada vez maiores.
b) Errada. A presença do Estado é cada vez menor. São as empresas e o mercado que ditam o ritmo das produções — é a economia de livre mercado.
c) Errada. Cada vez mais os países ricos inserem-se no mercado internacional.

d) Errada. As grandes multinacionais deslocam seus centros produtivos para países que ofereçam algum tipo de isenção, tentando diminuir os custos de produção.
e) Correta, a interdependência é umas das principais marcas do atual estágio da globalização capitalista.
Gabarito: E

9. (CESPE/TJ-RR/Auxiliar administrativo/2012) "O crime organizado internacional é um negócio de 870 bilhões de dólares anuais. O montante representa mais de 6 vezes o total destinado ao desenvolvimento e equivale a 1,5% do produto interno bruto (PIB) mundial. O alerta é do Escritório da Organização das Nações Unidas Sobre Drogas e Crimes.

(*O Globo*, 17/07/2012)

Considerando as ideias do texto acima bem como as múltiplas implicações do tema nele abordado, julgue o item seguinte.

O PIB é a soma das riquezas produzidas exclusivamente pelas indústrias de um país.

✍ **Comentário:**
A assertiva está errada. O Produto Interno Bruto – PIB – é a soma de toda a riqueza produzida por um país e /ou região, e não apenas pelas indústrias. Para cálculo do PIB são considerados desde pão até carros e produtos agrícolas.
Gabarito: Errado

10. (CESPE/FUB/Analista de Tecnologia da informação/ 2011) "A compreensão do significado da ajuda à Grécia é fundamental para a sanidade dos mercados. Com essa ajuda, a Grécia rola sua dívida sem ter de ir ao mercado. A cada vencimento, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional (FMI) recebem os papéis do Tesouro grego e acrescentam uma nova dívida."

Tendo o texto como referência inicial, julgue o seguinte item.

O Banco Central Europeu é responsável pela estabilidade do Euro, moeda adotada por todos os países membros da União Europeia.

✍ **Comentário:**
A afirmação está errada, mas apenas quando diz que o euro é adotado por todos os países da União Europeia. Na verdade, apenas alguns países aceitaram a unificação da moeda.
Gabarito: Errado

(CESPE/ Banco da Amazônia/ Técnico científico/ 2012) "Em razão do seu peso econômico, nos últimos anos, atenção especial tem sido dada ao setor automobilístico. A respeito dos estímulos e medidas fiscais promovidos pelo governo brasileiro para tal segmento, julgue os itens que seguem. Nesse sentido, considere que a sigla IPI, sempre que utilizada, refere-se ao imposto sobre produtos industrializados."

11. Decreto publicado no mês de maio deste ano determinou a redução da alíquota do IPI para a aquisição de automóveis e utilitários.

✍ **Comentário:**
A afirmação está correta. A redução de IPI iniciou em maio de 2012, contemplando veículos e utilitários.
Gabarito: Certo

12. No final de 2011, o governo federal, em tentativa de aquecer a economia e incentivar o consumo, editou decreto que reduziu o IPI de automóveis importados.

✍ **Comentário:**
A assertiva está errada. No fim de 2011, o governo elevou o IPI dos carros importados, com a intenção de aumentar a procura pelos modelos nacionais. Diferentemente do que ocorreu em 2012, quando todos os modelos até 2.0 tiveram o IPI reduzido.
Gabarito: Errado

13. (CESPE/STJ/Técnico judiciário/Telecomunicações e eletricidade/2012) "De olho no potencial de geração de empregos e inovação em um momento em que o país enfrenta sucessivas crises econômicas e perde a liderança em diversos campos de pesquisa científica, o governo dos Estados Unidos da América anunciou o lançamento do Plano Nacional de Bioeconomia, com o qual pretende estimular o crescimento do setor de biotecnologia. O projeto inclui de pesquisa e desenvolvimento de novas terapias e tratamentos médicos a biocombustíveis, passando por agricultura e inovações na manufatura que usem processos biológicos em substituição a métodos industriais nocivos a saúde e ao meio ambiente.

(*O Globo*, 27/04/2012)

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a abrangência da temática que ele focaliza, julgue o item seguinte.

O baixo nível educacional e a falta de recursos para o investimento na pesquisa científica explicam a inexistência de projetos para a produção de biocombustível no Brasil.

✍ **Comentário:**
A afirmação está errada. O Brasil é um dos pioneiros na pesquisa e no desenvolvimento de biocombustíveis. E apresenta um bom investimento no setor. Além disso, é um dos maiores exportadores de energia na forma de biocombustível do mundo.
Gabarito: Errado

14. (CESGRANRIO/Banco do Brasil/Escriturário/ 2012) "O PIB zero no terceiro trimestre é o legado negativo do crescimento inflado pelo governo brasileiro em 2010. A economia deve ser freada bruscamente. […] A explicação mais simples para essa freada brusca é que o país estava avançando em uma velocidade superior às suas possibilidades.

(*Revista Veja*, 14/12/2011)

A explicação para a situação econômica descrita deve-se, majoritariamente, ao crescimento negativo do seguinte setor produtivo:

a) indústria
b) agropecuária
c) investimentos
d) construção civil
e) serviços financeiros

✍ **Comentário:**
A alternativa correta é a letra A. Houve, de fato, uma desaceleração na indústria brasileira já na metade de 2011. No segundo trimestre de 2012, a indústria recuou cerca de 2,5% em relação ao ano anterior. Em 2013, a indústria também prejudicou o resultado do PIB no primeiro trimestre.
Gabarito: A

15. (CESPE/STJ/Técnico judiciário/Telecomunicações e eletricidade/2012) "Relatório sobre emprego no mundo, divulgado pelo Organização Internacional do Trabalho – OIT, diz que é "alarmante" a situação global do trabalho e que não há sinais de recuperação em um futuro próximo. O organismo prevê que uma nova fase, "ainda mais problemática", na crise global de empregos ainda está por vir. Uma das razões é que os países ricos tomaram medidas buscando a austeridade fiscal a qualquer custo e realizaram drásticas reformas trabalhistas. Em consequência, acabaram caindo na chamada "armadilha da austeridade" — uma espécie de círculo vicioso no qual um baixo crescimento gera o aumento da volatilidade, contração do crédito, redução de investimentos e perda de empregos.

(*O Globo*, 30/04/2012)

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a amplitude do tema por ele abordado, julgue o item seguinte.

Na condição de economia emergente, o Brasil ainda não tem se preocupado em adotar medidas de austeridade fiscal, de modo que, no país, não há legislação que obrigue os governantes a subordinar os gastos públicos ao que se arrecada.

✍ **Comentário:**
A assertiva está errada. No Brasil, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) trata exatamente sobre essa questão, e pode ser considerada como uma medida de austeridade fiscal. Ela surgiu com o principal propósito de impedir que gestores iniciassem grandes obras no final de seus mandatos, deixando a conta para o gestor que entraria a seguir.
Gabarito: Errado

16. (FGV/DETRAN-RN/Analista de suporte/2010) Analise as afirmativas correlatas:

I – O PIB (Produto Interno Bruto) é a soma das riquezas produzidas por um país, levando em consideração a indústria, a agropecuária e os serviços;

II – O PIB pode ser analisado também a partir do consumo, sendo dividido pelo consumo das famílias, do governo, pelos investimentos realizados pelo governo, empresas privadas e pelas exportações;

Assinale a alternativa correspondente:
a) ambas alternativas estão incorretas.
b) apenas a afirmativa I está correta.
c) as duas afirmativas estão parcialmente corretas.
d) apenas a afirmativa II está correta.
e) ambas as afirmativas estão corretas.

✍ **Comentário:**
Ambas as alternativas estão corretas, pois o PIB é, de fato, a soma de tudo o que é produzido (indústria, serviços, etc.), conforme a afirmativa I, e também é alterado por meio do consumo (pelo ponto de vista de quem se apropriou, adquiriu o que foi produzido) de construções e investimentos.
Gabarito: E

17. (CESPE/EBC/Advocacia/2011) "O duplo ataque que deixou dezenas de mortos na Noruega chamou a atenção da Europa para um perigo ofuscado nos últimos anos pelo terrorismo islâmico: a ameaça e o crescimento de grupos políticos de extrema direita. Com um discurso ultranacionalista, contra a globalização e a União Europeia, os partidos extremistas vêm alcançando projeção nas eleições no rastro da crise econômica."

(*O Globo*, 27/05/2011)

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a multiplicidade dos aspectos que ele suscita, julgue o item seguinte.

Atualmente, o Euro, moeda adotada em todos os países integrantes da União Europeia, passa por uma crise de grande dimensão, principalmente em razão da instabilidade econômica em alguns países do bloco, como Grécia, Portugal e, em especial, a Rússia.

✍ **Comentário:**
A afirmação está errada. Em primeiro lugar, porque o euro não é adotado por toda a União Europeia. Muitos países não aceitaram a unificação da moeda; um exemplo é o Reino Unido, que segue com sua libra esterlina. Outro erro da questão é que a Rússia não faz parte da União Europeia e tampouco passa por uma instabilidade econômica similar à da Grécia, por exemplo.
Gabarito: Errado

18. (FCC/MP – RN/Analista do Ministério Público Estadual – Suporte Técnico Tecnologia da Informação/2012) A cada ano, quando chega a época da Cúpula Presidencial dos BRICS — a quarta edição desse encontro acaba de terminar [março de 2012] — torna-se cada vez mais evidente, para o observador atento, o patético esforço da mídia "ocidental" (entre ela boa parte da nossa própria imprensa) de desconstruir a imagem de uma aliança geopolítica que reúne quatro das cinco maiores nações do planeta em território, recursos naturais e população e que está destinada a modificar o equilíbrio de poder no mundo, no século XXI.
(http://ponto.outraspalavras.net/2012/04/04/cupula-dosbrics-boicote-da-midia-ocidental/)

Sobre o tema abordado no texto é correto afirmar que:

a) a China deixou recentemente o bloco devido às críticas à sua política de direitos humanos feitas pelos outros parceiros.
b) os Estados Unidos e a Índia fazem parte dos BRICS e podem ser consideradas como duas das maiores nações do planeta.
c) a China e a Rússia ameaçam deixar os BRICS devido às divergências sobre a expansão das usinas nucleares no mundo.
d) a Índia e o Brasil têm mantido acirrada disputa sobre a difusão das técnicas de produção dos alimentos transgênicos.
e) o grupo atualmente é composto de cinco países depois que a África do Sul se uniu ao grupo inicial que tem o Brasil como membro.

✍ **Comentário:**
O BRICS é um agrupamento, uma associação comercial entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.
Gabarito: E

19. (FCC/Companhia do Metropolitano de São Paulo-Metrô-SP/Assistente Administrativo Junior/ 2012) A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) afirmou, em 28/11/2011, que a crise dos países da zona do euro representa o principal risco para a economia mundial neste momento.

De acordo com o relatório "Perspectiva Econômica", a OCDE vê que a recuperação econômica mundial está perdendo força, deixando a zona do euro em uma leve recessão e os Estados Unidos em risco de seguir o mesmo caminho.

(Adaptado de http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/11/ crise-da-zona-do-euro-e-risco-para-economia-mundial-dizocde.html)

A chamada crise do euro teve como uma de suas causas:

a) a imigração caótica de norte-africanos, que levou à implosão dos sistemas previdenciários, como os da Espanha e França.
b) a entrada de vários países do leste europeu, como a Polônia, na União Europeia, que provocou o aumento da inflação.
c) os escândalos relacionados à corrupção política, que provocou a queda dos governantes da Itália e da Bélgica.
d) a desindustrialização de países como a Alemanha e a Suécia devido às maciças importações de produtos industrializados chineses.
e) o descontrole das contas públicas, que levou a um forte endividamento em países da zona do euro, especialmente na Grécia.

✍ **Comentário:**
A União Europeia vem atravessando uma forte crise financeira em função de problemas fiscais. Países como a Grécia, por exemplo, gastaram mais dinheiro do que conseguiram arrecadar, e, para se manterem, precisaram contrair dívidas junto a bancos.
Gabarito: E

20. (FCC/Banco do Brasil/Escriturário/2013) O sistema financeiro avalia que certos países têm características que permitem sua análise em blocos. Um deles, o BRICS, é composto por Brasil,

a) Rússia, Índia, China e África do Sul.
b) Reino Unido, Irlanda, Croácia e Suécia.
c) Romênia, Indonésia, China e Suíça.
d) Rússia, Israel, Chile e África do Sul.
e) Ruanda, Itália, Coreia do Sul e Suriname

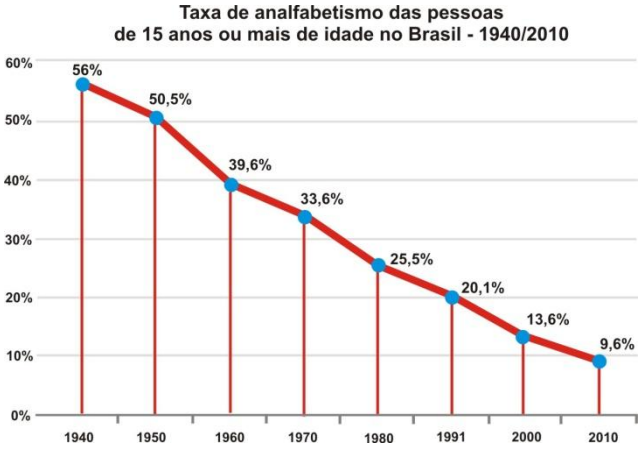
✍ **Comentário:**
O BRICS é composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.
Gabarito: A

Educação

Autor: Rodrigo Leal Martins

1. Conhecimentos gerais sobre a educação brasileira

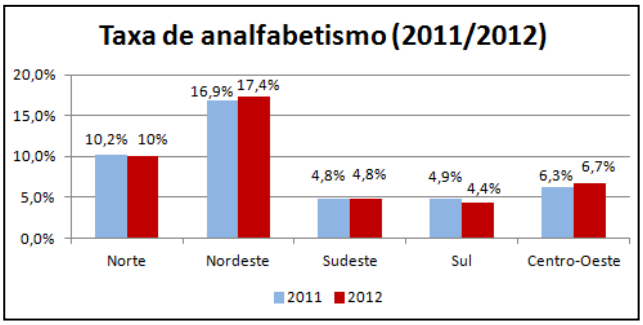
A educação formal é um elemento fundamental para que possamos atingir a cidadania de uma forma plena. A educação brasileira vem apresentando sinais de melhoria nos últimos anos, ao menos no que se refere à quantidade de alunos na escola. Vejamos:



No gráfico acima, observamos a queda nas taxas de analfabetismo entre as pessoas com mais de 15 anos de idade, inclusive entre 2000 e 2010.

Em 2011, a taxa de analfabetismo caiu ainda mais, ficando em 8,6%. Esses números ainda estão longe do ideal (a meta estabelecida pela Organização das Nações Unidas – ONU é que o Brasil chegue a 6,7% de analfabetos até 2015.

Em 2012, porém, a taxa de analfabetismo voltou a crescer, ficando em 8,7%, o que correspondeu ao contingente de 13,2 milhões de analfabetos. Em relação aos dados regionais, em 2012, as regiões Sul e Sudeste apresentaram taxas de analfabetismo de 4,4% e 4,8%, respectivamente, tendo a região Sudeste mantido a mesma taxa que no ano anterior. Na região Norte, o índice é de 10,0%. A região Nordeste registrou taxa de analfabetismo de 17,4% entre as pessoas de 15 anos ou mais de idade em 2012, 0,5 ponto percentual acima da taxa de 2011 (16,9%). No Centro-Oeste a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade passou de 6,3% em 2011 para 6,7% em 2012. [38]



Mas, atualmente, o principal problema da educação no Brasil é referente à qualidade do ensino. Fatores como a repetência, a evasão escolar e o baixo desempenho nas avaliações, como o PISA ou o Ideb, retratam tal situação.

É importante salientar que existem grandes diferenças entre a qualidade dos ensinos público e privado no país. Confira a manchete:

> *"**Pisa – Cresce a diferença entre as escolas públicas e privadas***
> *O fosso que separa as escolas públicas das privadas no País aumentou nos últimos três anos. A distância entre as pontuações obtidas pelos estudantes das duas redes, que chegava a 109 pontos em 2006, cresceu e atingiu até 121 no Pisa 2009. Mais do que pontuações diferentes, os números indicam níveis de conhecimento distintos em leitura, matemática e ciência."*[39]

A reportagem faz referência aos resultados de 2009 do Brasil no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA, que é realizado a cada três anos. A nota deixa clara a disparidade entre o ensino público e o privado. Os números superiores da escola privada justificam-se em aspectos como o menor tamanho das turmas, a infraestrutura mais completa das escolas (contando com bibliotecas, laboratórios, acesso à internet, entre outros), a gestão facilitada (apesar de seguirem as normas do MEC, as escolas são individuais e têm autonomia sobre uma série de aspectos, além da burocracia menor) e até mesmo com professores mais bem preparados, pois a remuneração melhor acaba selecionando os profissionais.

Também é visível uma nítida diferença de aproveitamentos entre as grandes regiões do Brasil (regiões do IBGE). O Norte e o Nordeste apresentam notas mais baixas, enquanto o Sul e o Sudeste contam com as médias mais altas. A região Centro-Oeste obteve a nota mais alta com o Distrito Federal. Podemos concluir, a partir daqui, que o fator socioeconômico influencia diretamente no aproveitamento escolar.

[38] <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/09/indice-de-analfabetismo-para-de-cair-e-fica-em-87-diz-pnad.html>

[39] Reportagem extraída de: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/pisa-cresce-a-diferenca-entre-as-escolas-publicas-e-privadas>

Entre as escolas públicas, merecem uma ressalva algumas federais, em que, para ingressar, o aluno precisa antes passar por uma seleção. Esse seleto grupo também obteve bons resultados na mesma avaliação, superando, inclusive, algumas particulares.

2. Principais problemas enfrentados pela educação no Brasil

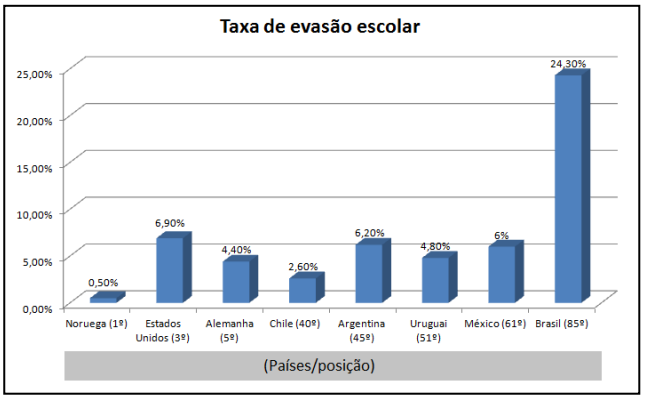
Evasão escolar

A evasão ocorre quando o estudante deixa de frequentar a escola durante o ano letivo, caracterizando, assim, o abandono escolar. No Brasil, as causas da evasão variam entre aspectos como a localização geográfica (regiões distantes das escolas e de difícil acesso, onde não há transporte escolar, por exemplo), condições socioeconômicas (muitas vezes os estudantes abandonam a escola em função do trabalho infantil ao qual são submetidos por obrigação ou necessidade), reprovação (muitos alunos desistem da escola perante o fracasso no ano letivo) e, ainda, o fato de a escola vir se tornando desinteressante para muitos alunos. A queda na qualidade de algumas escolas públicas, a falta de material e de professores fazem com que as instituições não consigam atender às expectativas criadas pelos alunos, o que traz o desinteresse e a desmotivação.

É importante ressaltar que a evasão escolar fere a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, pois ambos estabelecem a obrigação dos jovens em permanecerem na escola. A instituição escolar deve fazer o possível para garantir a permanência do estudante, e, se o caso persistir, deve informar ao conselho tutelar para que este tome as providências cabíveis.

Segundo o Relatório de Desenvolvimento 2012, divulgado em março de 2013 pelo Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), um a cada quatro alunos que inicia o ensino fundamental no Brasil abandona a escola antes de completar a última série.

Com a taxa de 24,3%, o Brasil tem a terceira maior taxa de abandono escolar entre os 100 países com maior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), só atrás da Bósnia Herzegovina (26,8%) e das Ilhas de São Cristovam e Névis, no Caribe (26,5%). Confira o gráfico a seguir, que apresenta dados relativos à educação no relatório do Pnud.



Repetência

As altas taxas de repetência no país preocupam principalmente no ensino médio. Os números de 2011 são os maiores desde 1999. A baixa qualidade da educação básica, a desestruturação das instituições de ensino e as questões socioeconômicas e culturais (desestruturação familiar, pobreza, falta de instrução dos pais, entre outras) são apontadas como principais causas da reprovação. A repetência ocasiona a perda da autoestima e pode levar à evasão. Confira a manchete:

> "***Brasil tem maior taxa de reprovação no ensino médio***
>
> *Índice ficou em 13,1% em 2011. Em São Paulo taxa é ainda maior: 15,4%*
>
> *O Brasil registra a maior taxa de reprovação no ensino médio, entre colégios públicos e privados, desde que as estatísticas passaram a ser divulgadas, em 1999. O índice de 2011 ficou em 13,1%, aumento de 5% em relação ao ano anterior. Os dados são do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), autarquia do Ministério da Educação."*[40]

O referido aumento, de 5% com relação ao ano anterior, é o maior já registrado entre dois anos. Uma temática muito discutida com referência à reprovação é a chamada progressão continuada, em que o aluno deve ter sua dificuldade detectada e resolvida durante o ano letivo, evitando, assim, a reprovação. A teoria é de que a reprovação não produz aprendizagem, mas, sim, uma sensação de fracasso, de incompetência, que aumenta à medida que os outros colegas avançam. Essa desmotivação faria com que os alunos aprendessem menos. O modelo é adotado em São Paulo e já se expandiu para outros estados. Países que já adotaram essa prática há mais tempo, como Noruega e Suécia, vêm

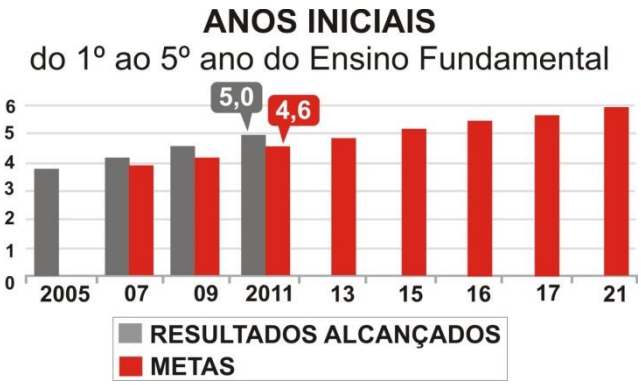
[40] Reportagem extraída de: <http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/brasil-tem-maior-taxa-de-reprovacao-no-ensino-medio>

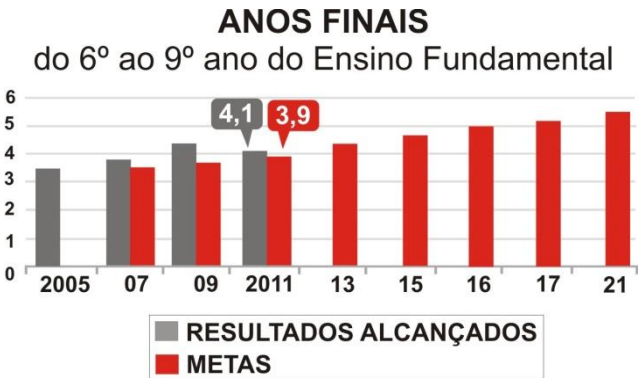
obtendo bons resultados. No Brasil, a prática ainda é muito contestada entre os professores.

3. Sistemas de avaliação da educação no Brasil

Apesar de enfrentar muitos problemas, percebemos que a educação no país vem obtendo progressos. Tais progressos ocorrem, também, em função de ações específicas que são tomadas pelos gestores públicos para melhorar a qualidade do ensino. E é por meio dos resultados das avaliações da educação que muitas dessas ações são tomadas.

Ideb: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Foi criado em 2007 para medir a qualidade de cada escola, nas diferentes redes de ensino (estadual, municipal, pública ou privada). A avaliação ocorre a cada dois anos e é aplicada sempre ao final de cada etapa — 5° e 9°ano do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio — e leva em consideração o desempenho do estudante nas avaliações do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas. Para que a escola tenha um bom desempenho no Ideb, é preciso que os alunos não reprovem o ano (isso inclui a evasão) e tenham bom desempenho na Prova Brasil. Vejamos os índices:





O gráfico demonstra que as metas estabelecidas pelo MEC foram alcançadas e até mesmo superadas no ensino fundamental. Ainda em 2009, os anos iniciais do fundamental já tinham ultrapassado sua meta, que era de 4,2, alcançando nota 4,6. A última edição da avaliação também revelou a desigualdade entre os municípios. Os números revelados pelo INEP demonstram que cerca de 44% das escolas ainda não atingiram a meta. O objetivo principal é que o Brasil atinja 6 pontos (nos primeiros anos do fundamental, na escala que varia de 1 a 10) em 2022, índice equivalente ao dos países desenvolvidos. Na segunda etapa do fundamental, a meta é de 5,5, e para o médio, de 5,2 pontos até 2022[41].

SAEB: Sistema de Avaliação da Educação Básica (Prova Brasil). É composto por duas avaliações distintas: Anresc e Aneb.

- **Anresc** – Avaliação Nacional de Rendimento Escolar. É aplicada para todos os alunos do 5° e 9° anos do ensino fundamental público em todas as esferas, em área rural ou urbana, e que possuam vinte alunos ou mais matriculados por série. A Anresc dispõe os resultados por país, estado, município ou escola. Esses dados também são utilizados para o cálculo do Ideb.
- **Aneb** – Avaliação Nacional da Educação Básica. Diferencia-se da anterior por ser aplicada de maneira amostral, e não censitária, por atingir também as instituições privadas, incluir o 3° ano do ensino médio e não apresentar resultados individuais, apenas por regiões, estados e país como um todo.

Ambas são realizadas a cada dois anos com avaliações de Língua Portuguesa e Matemática.

Enem: Exame Nacional do Ensino Médio. É uma prova aplicada pelo MEC e realizada pelos alunos que já concluíram ou estão concluindo o ensino médio. Diferencia-se dos demais por não ser obrigatório e ocorrer anualmente. Foi criado em 1998 como uma forma de avaliação do ensino médio e, em 2009, passou a ser utilizado também como forma de seleção para o ingresso em universidades e faculdades federais e particulares (por

[41] Info. IDEB: <http://sistemasprovabrasil2.inep.gov.br/resultados/>

meio de programas como ProUni e Sisu), o que fez com que aumentasse a procura pelo exame. Hoje, o Enem é considerado por muitos como um vestibular, incluindo os cursos preparatórios para o exame. A prova do Enem reúne questões das quatro áreas de conhecimento — Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Linguagens e Matemática —, além da redação.

Após a divulgação do Ideb, em 2011, ter apontado a estagnação do ensino médio no País, o Ministério da Educação (MEC) confirmou, em agosto de 2012, que mudará a fórmula para calcular o índice. Em vez de usar a Prova Brasil, o governo utilizará os resultados do Enem. A ideia é adotar a nova equação já no próximo Ideb, em 2013.

PISA: Programa Internacional de Avaliação de Estudantes. Coordenado pela OOCD – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – é destinado à avaliação de estudantes com 15 anos (idade em que, na maioria dos países, estão concluindo a escolaridade mínima obrigatória) e ocorre de três em três anos. O programa tem por objetivo avaliar competências e aptidões comparáveis internacionalmente, além de construir indicadores do desempenho estudantil voltados para as políticas internacionais. São avaliadas as áreas de Leitura, Matemática e Ciências, e, a cada edição, é dada maior ênfase a uma destas — em 2009 foi a de Leitura, em 2012 foi a de matemática. A mostra de 2009 do Pisa no Brasil utilizou 11.771 alunos de 632 escolas (públicas e privadas) de todas as unidades da Federação. Na ocasião, o país obteve apenas a 53ª colocação (na colocação geral) entre os 65 participantes, mas figurou entre os que mais evoluíram com relação a 2006. Entre os países da América Latina, o Brasil ficou à frente apenas de Argentina, Panamá e Peru. Teve destaque no Brasil a grande diferença de pontuação percebida entre as escolas públicas e particulares, além do baixo índice conquistado em Leitura (nível 2 em uma escala de 1 a 5, considerado como básico ou moderado).[42]

Enade: O Exame Nacional do Desempenho de Estudantes, que integra o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior), tem por objetivo avaliar o rendimento dos alunos (ingressantes e concluintes) dos cursos de graduação. A avaliação é feita a partir da relação dos conteúdos estabelecidos em cada curso. É realizada por amostragem, sendo obrigatória aos alunos selecionados (inclusive com risco da não emissão do diploma aos que não realizarem a prova). O Enade teve início em 2004 e ocorre anualmente (em diferentes cursos, mas de forma que nenhuma área fique mais de três anos sem ser avaliada) em instituições públicas e privadas. A tabulação dos resultados é complexa, pois são fornecidos dados por instituição e por curso. O índice varia de 1 a 5 (sendo 1 e 2 considerados insuficientes, 3 razoável e 4 e 5 bom). De acordo com os resultados do Enade 2012, divulgados em 2013, cerca de 30% dos cursos de ensino superior ficaram com notas insatisfatórias. Foram avaliados 7.228 cursos da áreas de ciências sociais aplicadas e ciências humanas, além de cursos de tecnologia. Fizeram provas alunos de cursos como administração, ciências econômicas, comunicação social, direito e psicologia. A maior parte dos cursos teve nota 3 no exame (43,9%), avaliação mínima acima da média. Outros 19% dos cursos avaliados tiveram nota 4 e apenas 5,4% conseguiram a nota máxima no exame nacional, avaliação 5[43].

4. IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

O IDH é um conceito elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD – para medir o nível de desenvolvimento social das nações. Baseia-se, principalmente, em três aspectos socioeconômicos: renda, educação e saúde. Dessa forma, seu cálculo leva em consideração:

- Taxas de analfabetismo e escolaridade da população;
- Taxas de mortalidade infantil e expectativa de vida;
- Renda *per capita* e capacidade de compra.

A combinação desses indicadores dá origem ao IDH. Seus índices variam de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximos de 1, maior o desenvolvimento. No relatório publicado em 2013, o Brasil ocupa a 85ª colocação, figurando entre os países de desenvolvimento humano alto, mesmo com baixos índices apresentados na educação.

Dica: Baixe o Relatório de Desenvolvimento publicado em 2013 no link:
http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh-2013.pdf

5. Projetos governamentais para a educação

Todas as avaliações às quais é submetida a educação brasileira acabam exigindo respostas por parte do governo. Muitas delas ocorrem em forma de projetos para qualificar a educação em seus diferentes níveis.

Ciência sem Fronteiras: é um programa que busca promover a consolidação, a expansão e a internacionalização da ciência e da tecnologia, da inovação e da competitividade brasileiras, por meio do

42
<http://gestao2010.mec.gov.br/o_que_foi_feito/program_79.php>
<http://revistaescola.abril.com.br/planejamento-e-avaliacao/avaliacao/pisa-alem-ranking-621959.shtml?page=0>

43 Dados extraídos de :
<http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/10/07/consulte-a-nota-de-seu-curso-no-enade-2012-30-ficaram-abaixo-da-media.htm> Acesso em 10 de novembro de 2013.

intercâmbio e da mobilidade internacional. A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes –, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC. O projeto prevê a utilização de até 101 mil bolsas em quatro anos para promover intercâmbio, de forma que alunos de graduação e pós-graduação façam estágio no exterior com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e à inovação. Além disso, busca atrair pesquisadores do exterior que queiram se fixar no Brasil ou estabelecer parcerias com os pesquisadores brasileiros nas áreas prioritárias definidas no Programa, bem como criar oportunidade para que pesquisadores de empresas recebam treinamento especializado no exterior.

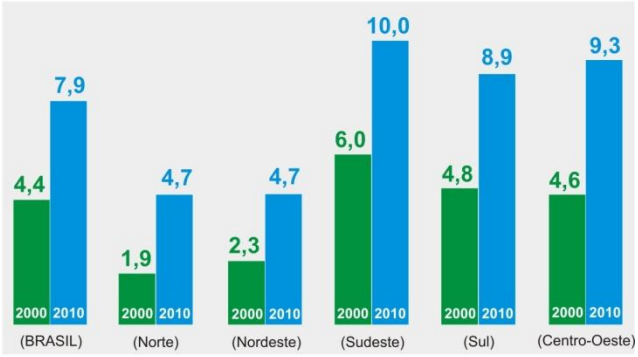
SISU: Sistema de Seleção Unificada. É um projeto desenvolvido pelo Ministério da Educação para selecionar candidatos a vagas em instituições de ensino superior públicas, utilizando apenas a nota do Enem. A seleção é feita automaticamente pelo sistema por meio da nota obtida pelo candidato. Para concorrer a uma vaga, é preciso ter realizado o Exame Nacional do Ensino Médio e obtido nota maior do que zero na redação. A inscrição é gratuita e deve ser feita exclusivamente pelo *site,* utilizando senha e número de inscrição do Enem. As vagas e os cursos são disponibilizados por cada instituição conforme o número de vagas, e o candidato deve fazer a escolha no momento do cadastro, podendo, inclusive, realizar duas opções de curso.[44]

Fies: O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. Em 2010, o FIES passou a funcionar em um novo formato. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) passou a ser o Agente Operador do Programa, e os juros caíram para 3,4% ao ano. Além disso, passou a ser permitido ao estudante solicitar o financiamento em qualquer período do ano.[45]

ProUni: Programa Universidade para Todos. Criado em 2004, tem por objetivo a concessão de bolsas de estudos parciais e integrais para cursos de graduação em instituições privadas de educação superior. O ingresso no programa também ocorre por meio da nota obtida no Enem. Nesse caso, o interessado deve ter atingido a pontuação mínima estabelecida pelo MEC e não pode zerar a prova de redação. É válido para egressos do ensino médio da rede pública ou bolsistas integrais da rede privada, que possuam renda *per capita* de até três salários mínimos. As instituições de ensino que aderem ao programa recebem isenções de tributos.

Comparando os dados dos últimos recenseamentos realizados pelo IBGE (2000/2010), percebemos que o número de pessoas com curso superior no Brasil obteve aumentos significativos.

Evolução do percentual de pessoas com nível superior
(Brasil e regiões)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010

Os avanços são atribuídos à criação de bolsas e projetos de financiamento. A possibilidade do ingresso na universidade também influencia positivamente o número de alunos no ensino médio. A grande preocupação é referente à qualidade do ensino que é oferecido. O baixo desenvolvimento do ensino médio se reflete na defasagem de aprendizagem de alunos durante a graduação.

Embora não constituam projetos específicos, as mudanças nas legislações que tratam a respeito da educação também podem ser equiparadas a ações do governo em prol da educação. A emenda constitucional 59/2009, que torna a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, é um exemplo.

6. Investimentos do governo em educação

Em 26 de junho de 2012, foi aprovado pelos deputados da comissão especial de análise do Plano Nacional de Educação – PNE – o texto que determina investimento de 10% do PIB em educação e estabelece uma série de obrigações até 2020, entre elas a erradicação do analfabetismo, o oferecimento de educação em tempo integral e os prazos máximos para alfabetização de crianças.

Em 28 de maio de 2013, o relatório do PNE foi aprovado na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado. O projeto ainda será analisados pela CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) e pela CE (Comissão de Educação), antes de ser votado em plenário.

[44] <http://sisu.mec.gov.br/tire-suas-duvidas#conhecendo>

[45] < http://sisfiesportal.mec.gov.br/fies.html>

Essas podem ser as principais alterações em números nos investimentos nacionais em educação. Atualmente, os investimentos do país na educação representam 6,1% do PIB. Confira a notícia:

> "**Investimento público na educação representa 6,1% do PIB, diz governo**
> Ao longo da primeira década do século, houve uma tendência de elevação no investimento educacional. Em 2000, o percentual era de 4,7% do PIB" (*Terra*, 07/06/2013[46])

Os países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) investem, em média, entre 6% e 8% do PIB em educação. Vale lembrar que o investimento em educação pelo PIB é um valor relativo, pois o que conta de fato é o investimento feito por aluno. Nesse caso, é preciso considerar o número de pessoas em idade escolar e, sobretudo, o valor do PIB. Veja o exemplo:

Recursos financeiros aplicados no setor educacional, por pessoa em idade educacional (Bolívia e Canadá)

País	% PIB aplicado em educação	PIB/PPP em US$ bilhões (de 2009)	Total de recursos em educação (US$ bilhões)	População em idade educacional	Valor aplicado por pessoa em idade educacional (US$)
Bolívia	6,4	45	2,9	4.142.335	695,00
Canadá	5,2	1.278	66,5	8.656.329	7.731,00

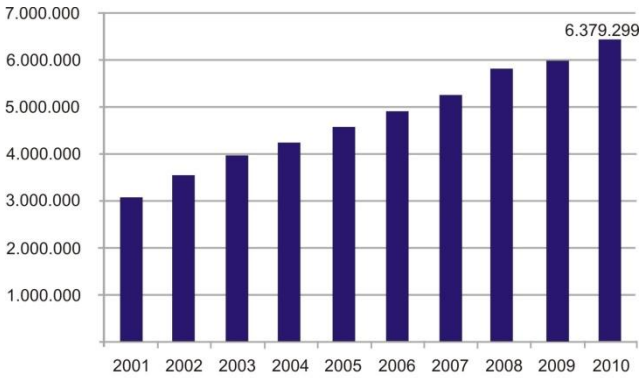
Fonte: (UNESCO, 2010) E (EUA.CIA, 2010)

O exemplo[47] deixa claro que, mesmo a Bolívia tendo investido maior parte do PIB no setor, o valor aplicado por estudante foi superior no Canadá, em função do maior valor do PIB (expresso no quadro pelo PPP – paridade no poder de compra).

7. Modificações na educação brasileira

Tomando por base os números, fica clara a evolução da educação brasileira nos últimos anos. Taxas de analfabetismo caíram, enquanto aumentaram os números do ensino superior e a porcentagem de crianças na escola.

Confira, a seguir, a evolução das matrículas nos cursos de graduação:



Fonte: Mec/Inep

Porém, o nível da educação brasileira ainda está longe do ideal, é o que revelam os recentes resultados do Inaf. O Inaf (Indicador de Alfabetismo Funcional) revela os níveis de alfabetismo funcional da população brasileira adulta. Seu principal objetivo é oferecer informações qualificadas sobre as habilidades e as práticas de leitura, escrita e matemática dos brasileiros entre 15 e 64 anos de idade. O indicador classifica os avaliados em quatro níveis diferentes de alfabetização: plena, básica, rudimentar e analfabeto. Aqueles que não atingem o nível pleno são considerados analfabetos funcionais, ou seja, são capazes de ler e escrever, mas não conseguem interpretar e associar informações. Confira, a seguir, a tabela que apresenta os dados da última pesquisa.

INAF – Evolução do Indicador							
	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004 - 2005	2007	2009	2011/2012
Analfabeto	12%	13%	12%	11%	9%	7%	6%
Rudimentar	27%	26%	26%	26%	25%	20%	21%
Básico	34%	36%	37%	38%	38%	46%	47%
Pleno	26%	25%	25%	26%	28%	27%	26%
Analfabetos Funcionais	39%	39%	38%	37%	34%	27%	27%
Alfabetizados Funcionalmente	61%	61%	62%	63%	66%	73%	73%

Observando o quadro[48], percebemos que, apesar da redução da taxa de analfabetização, a falta de qualidade no ensino é perceptível por meio do baixo índice de pessoas com alfabetização plena.

Confira a machete a seguir.

> **"No ensino superior, 38% dos alunos não sabem ler e escrever plenamente**
> Entre os estudantes do ensino superior, 38% não dominam habilidades básicas de leitura e escrita, segundo o Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf),

[46] < http://noticias.terra.com.br/educacao/investimento-publico-na-educacao-representa-61-do-pib-diz-governo,89972e2094f1f310VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>

[47] Tabela adaptada de <http://www.observatoriodaeducacao.org.br/index.php?view=article&id=1029:comparar-investimento-brasileiro-em-educacao-com-o-de-paises-membros-da-ocde-e-uma-falacia-afirma-especialista&option=com_content&Itemid=98>

[48] Retirado de <http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/cai-analfabetismo-pais-desafio-ainda-gigante-693353.shtml>

> divulgado pelo Instituto Paulo Montenegro (IPM) e pela ONG Ação Educativa. O indicador reflete o expressivo crescimento de universidades de baixa qualidade." (Estadão, 17/07/2012[49])

Programas criados pelo governo, como, por exemplo, o PDE e o Mais Educação, tentam elevar o nível da educação brasileira.

O Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, criado em 2007, surge com o objetivo de melhorar a educação no país como um todo, dando prioridade à educação básica, em um prazo de 15 anos. Além de solucionar problemas que atingiam a escola, o programa previa, ainda, ações para combater os problemas sociais que indiretamente também afetam o desenvolvimento escolar. O programa Luz para Todos é um exemplo que surgiu a partir do PDE.

O programa Mais Educação, criado em 2008, tem como objetivo aumentar a oferta educativa nas escolas públicas por meio de atividades optativas. A área de atuação do programa foi demarcada para atender, em caráter prioritário, as escolas que apresentam baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), situadas em capitais e regiões metropolitanas, sendo que a maioria dos alunos é atendida pelo Bolsa-Família.

Atualmente, o programa está presente em 32 mil unidades de ensino – 10 mil em áreas rurais. O Mais Educação amplia a jornada escolar nas escolas públicas para, no mínimo, 7h diárias, e garante aos estudantes do primeiro ao nono ano do ensino fundamental a participação em atividades orientadas no contraturno, além do reforço escolar. As escolas públicas de tempo integral tem apresentado resultados positivos.

8. Notícias recentes comentadas

> **Senado aprova projeto que destina *royalties* para educação e saúde**
> Senadores aprovaram texto alternativo à proposta da Câmara. Como houve modificação, texto voltará para apreciação dos deputados. (*G1*, 03/07/2013[50])

Segundo a reportagem, o texto aprovado no Senado garante que *royalties* obtidos com a produção atual de petróleo já sejam destinados a áreas de educação (75%) e saúde (25%). Essa regra, no entanto, valerá somente para os *royalties* que cabem à União.

> **"Só um terço dos alunos do 3º ano sabe o ideal em matemática, diz prova"** (*G1*, 25/06/2013[51])

Segundo o resultado da segunda edição da Prova ABC (Avaliação Brasileira do Final do Ciclo de Alfabetização), somente um terço dos alunos do 3º ano do ensino fundamental das escolas públicas e privadas do Brasil tem o conhecimento ideal em matemática, ou seja, 33,3% dos alunos. Na escrita, a proficiência é ainda um pouco menor, 30,1% dos alunos têm habilidade para organizar um texto com coesão, respeitando normas gramaticais e pontuação. O melhor desempenho foi constatado na prova de leitura, mas o índice de proficiência não atingiu a maioria dos alunos: somente 44,5% sabem identificar temas de narrativas e localizar informações explícitas.

> **"Estudantes da rede pública terão prova nacional de alfabetização"** (*Folha de São Paulo*, 12/06/2013[52])

Além da Prova Brasil e do Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica), haverá, ainda, a partir de 2013, a chamada ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização).

> "**País supera metas do Ideb no ensino fundamental e iguala no médio**
> O Brasil superou as metas na educação propostas pelo Ministério da Educação (MEC) para serem alcançadas em 2011 nos dois ciclos do ensino fundamental (de 1º ao 5º ano e do 6º ao 9º ano), mas apenas igualou a meta projetada para o ensino médio, de acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), divulgado nesta terça-feira, 14."
> *G1* 14/08/2012[53]

Divulgação dos resultados do Ideb 2011, nos quais se pôde verificar que o país ultrapassou a meta estabelecida para 2011 nos dois ciclos do ensino fundamental e apenas igualou a meta do ensino médio. A matéria deixa clara a diferença entre os dois níveis e o avança lento do ensino médio. Mesmo ultrapassando as metas nacionais, sete estados não conseguiram atingir os 3,9 nos anos finais do ensino fundamental. A região Nordeste concentra os piores índices.

> "**Brasil tem maior taxa de reprovação no ensino médio**

[49] < http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,no-ensino-superior-38-dos-alunos-nao-sabem-ler-e-escrever-plenamente-,901250,0.htm>

[50] < http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/07/senado-aprova-projeto-que-destina-royalties-para-educacao-e-saude.html>

[51] < http://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/06/so-um-terco-dos-alunos-do-3-ano-sabe-o-ideal-em-matematica-diz-prova.html>

[52] < http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2013/06/1293668-estudantes-da-rede-publica-terao-prova-nacional-de-alfabetizacao.shtml>

[53] <http://g1.globo.com/vestibular-e-educacao/noticia/2012/08/pais-supera-metas-do-ideb-no-ensino-fundamental-e-iguala-no-ensino-medio.html>

> O Brasil registra a maior taxa de reprovação no ensino médio, entre colégios públicos e privados, desde que as estatísticas passaram a ser divulgadas, em 1999. O índice de 2011 ficou em 13,1%, aumento de 5% em relação ao ano anterior. Os dados são do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), autarquia do Ministério da Educação."
>
> Veja, 17/05/2012[54]

A reportagem demonstra a fragilidade e a desqualificação do ensino médio no país. Provavelmente, herança do ensino fundamental. Os alunos chegam despreparados e não conseguem avançar. O Ideb de 2011 já havia comprovado o desnível entre as duas etapas. A matéria chega a apontar o ensino médio como o ponto mais delicado para a melhoria da educação no país.

> "**Cresce o número de brasileiros com diploma universitário, diz censo**
> Aumento se deve à criação de bolsas e programas de financiamento.
> No ensino superior, estudantes mostram defasagem da educação básica."
>
> *G1*, 02/05/2012[55]

A reportagem traz o aumento do número de pessoas que concluíram o curso superior com relação ao ano 2000, quando apenas 4,4% da população atingia essa meta. Em 2012, o número subiu para 7,9%. O aumento é creditado aos programas de financiamento e à criação de bolsas. O *site* aponta, também, a qualidade como um problema a ser superado no ensino superior e culpa o ensino médio pela defasagem com a qual os alunos chegam às universidades.

> "**Dilma sanciona lei que cria cota de 50% nas universidades federais**
> Presidente determinou que a seleção dos estudantes seja pelo Enem.
> Cotas são para alunos de públicas; universidades têm 4 anos para adaptação"
>
> *G1*, 29/08/2012[56]

Está sancionada a lei que destina 50% de vagas em universidades federais para estudantes que venham de escolas públicas. As vagas serão divididas de forma que metade será de ampla concorrência e a outra metade, por critério de etnia, renda familiar e rede de ensino. As universidades terão até 2016 para se adequarem às novas regras de acesso.

[54] <http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/brasil-tem-maior-taxa-de-reprovacao-no-ensino-medio>
[55] <http://g1.globo.com/vestibular-e-educacao/noticia/2012/05/cresce-o-numero-de-brasileiros-com-diploma-universitario-diz-censo.html>
[56] <http://g1.globo.com/vestibular-e-educacao/noticia/2012/08/dilma-sanciona-cota-de-50-nas-universidades-publicas.htm>

✍ Questões de concursos comentadas

1. (CESPE/TRT/10ª REGIÃO (DF e TO)/Analista Judiciário/Tecnologia da Informação/2013) Julgue o item a seguir.

Embora estejam disseminadas em áreas urbanas mais carentes, as escolas públicas de tempo integral fracassaram no intento de atrair jovens para o sistema regular de ensino. Sem maiores perspectivas profissionais e pessoais, esses jovens tornam-se presa fácil para os grupos criminosos, que os contratam a peso de ouro.

✍ **Comentário:**
As escolas públicas de tempo integral, resultantes do programa Mais Educação, têm apresentado resultados positivos.
Gabarito: Errado

2. (PECFAZ/2013/ESAF) Parece haver consenso quanto à importância da educação para a inserção de qualquer país, em bases vantajosas, na atual ordem econômica mundial, assinalada por acirrada competitividade. No Brasil, são conhecidas as deficiências do sistema educacional, comprovadas por avaliações nacionais e internacionais, não obstantes algumas vitórias alcançadas nas últimas décadas. A esse respeito, assinale a opção correta.

a) À exceção da Coreia do Sul, que pouca importância conferiu à educação básica, concentrando suas atenções no ensino superior, os denominados Tigres Asiáticos conheceram verdadeiro salto na economia a partir de maciços investimentos no setor educacional.
b) Sob o ponto de vista quantitativo, o Brasil pode se orgulhar da vitória alcançada nos três níveis da educação básica: a atual demanda por educação infantil, ensino fundamental e ensino médio é plenamente atendida, com vagas asseguradas para o conjunto da clientela.
c) O principal problema da educação superior brasileira, na atualidade, reside na crucial questão do financiamento: com o fim dos programas conduzidos pelo governo federal, a exemplo do FIES e do PROUNI, as instituições privadas perderam parcela significativa de seu alunado.
d) Remuneração considerada insuficiente para o tipo de trabalho desenvolvido e deficiente formação inicial e continuada são queixas frequentes que se fazem presentes no cotidiano do professor brasileiro, em especial para o que atua na educação básica.
e) Diferentemente do que se imagina, recentes testes de proficiência demonstram que o estudante

brasileiro domina a língua portuguesa ao fim do ensino fundamental, mas é visível sua fragilidade quanto aos conhecimentos de matemática.

✍ **Comentário:**
a) Incorreto, pois a Coreia do Sul investiu pesado em educação.
b) Incorreto, pois o Brasil não atende plenamente sua clientela em relação à educação.
c) Incorreto, pois não houve fim do PROUNI (Programa Universidade para todos) nem do FIES (Fundo de Financiamento Estudantil).
d) Correto.
e) Incorreto, pois, ao contrário, os exames demonstram a deficiência dos alunos em língua portuguesa, inclusive inferiores aos índices de matemática, segundo a Prova ABC.
Gabarito: D

2. (CESPE/TJ – RR/A. Administrativo/2012) "O avanço na educação dos trabalhadores brasileiros explica 60% na queda da informalidade do mercado de trabalho entre 2002 e 2009. Para o economista Barbosa Filho, "apesar da baixa qualidade da nossa educação, diversos feitos positivos que estão acontecendo na economia estão atrelados ao processo de universalização da educação no país".

O Estado de S. Paulo, 08/07/2012

Considerando as ideias do texto acima e tomando o tema nele abordado como referência inicial no que se refere a aspectos da realidade educacional brasileira atual, julgue o item seguinte.

Entenda-se, de acordo com o texto, que, quanto mais escolarizada é a pessoa, mais possibilidade ela tem de conseguir um emprego com carteira assinada.

✍ **Comentário:**
A afirmação está correta. Todo e qualquer tipo de qualificação profissional auxilia para que se tenha mais possibilidade de chegar às melhores vagas. Nesse caso, as melhores vagas são as de emprego formal, com carteira assinada.

Gabarito: Certo

3. (CESPE/DPF/PAPILOSCOPISTA DA P.F./2012) Os semicondutores são o ponto fraco da indústria brasileira de alta tecnologia. A produção local é muito limitada. No ano passado, foram importados 5,1 bilhões de dólares em semicondutores, um crescimento de 14% em relação a 2010. Com o avanço de mercados de computadores e de celulares, e com a eletrônica sendo embarcada nos mais diversos tipos de equipamentos, a tendência é que essa conta só venha a aumentar.

O Estado de S.Paulo, 15/01/2012

Tendo o texto como referência e considerando as características essências do atual estágio de desenvolvimento da economia mundial, julgue o item subsequente.

A fragilidade do sistema educacional brasileiro, realidade confirmada por sucessivos testes de avaliação interna e externa, impede que o país seja considerado emergente no cenário econômico mundial contemporâneo, apesar do reconhecimento geral de suas inegáveis potencialidades.

✍ **Comentário:**
A afirmação está errada. O Brasil é, sim, um país emergente (ou em desenvolvimento, como tratam alguns autores), e essa condição não está vinculada apenas à educação. São considerados países emergentes os que estão em processo de industrialização (ou já industrializados), que possuam grande mercado consumidor, economia estável, IDH entre os níveis médio e alto, entre outros fatores. Vale comentar, ainda, que o Brasil é, na atualidade, a 7ª maior economia mundial, mesmo sem possuir bons desempenhos na educação.

Gabarito: Errado

(CESPE/ CNPQ/ ANALISTA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA JUNIOR/ 2011) Em 2010, foram divulgados os resultados de mais um exame do Programa Internacional de Avaliação de Alunos – PISA – que avalia a competência em leitura, matemática e ciências, de alunos com 15 anos de idade. A respeito dos resultados desse exame, julgue os itens que seguem.

4. O Brasil consolidou a tendência de ser o país da América Latina com os melhores resultados em leitura, matemática e ciências.

✍ **Comentário:**
A afirmação está incorreta. Na última avaliação do PISA, em 2009, o Brasil teve um desempenho considerado básico em leitura, e ficou na 53ª colocação. Dentre os latinos, o Brasil ficou à frente de países como Argentina, Colômbia e Peru e atrás de países como Uruguai e Chile.

Gabarito: Errado

5. No âmbito nacional, o PISA confirmou a hipótese das autoridades em educação de que não há discrepâncias de nível entre os alunos dos diferentes estados brasileiros.

✍ **Comentário:**
A afirmativa está incorreta. O PISA comprovou que as diferenças de nível entre os diferentes estados ainda permanecem. Os estados da região Nordeste foram os que obtiveram os piores resultados. Isso demonstra que, nacionalmente, a condição social interfere diretamente

na educação, pois os melhores resultados ocorreram no Sudeste e no Sul, regiões mais ricas, enquanto os piores índices vieram das regiões com mais dificuldades, Nordeste e Norte

Gabarito: Errado

6. (CONSULPLAN/ PREFEITURA DE CAMPO VERDE/ MÉDICO – CLÍNICO GERAL/ 2010) "Dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) em 5 de julho de 2010, mostram que, apesar da melhoria do país nos resultados, 24% dos municípios ficaram abaixo da meta estipulada para 2009. As notas se referem aos anos finais do Ensino Fundamental, que equivalem à 5ª à 8ª série (6º ao 9º ano). Nos anos iniciais, da 1ª à 4ª série (1º ao 5º ano), foram 15% das cidades." (Fernanda Nogueira, Nathália Duarte e Vanessa Fajardo do G1)

São informações que completam o texto anterior, exceto:

a) Os dois fatores que são levados em conta no cálculo do Ideb são o rendimento escolar (taxas de aprovação, reprovação e abandono) e as médias de desempenho na Prova Brasil.
b) O Ideb é calculado ano a ano.
c) A meta do governo federal para o país no ensino médio, em 2021, é chegar a 5,2, enquanto a nota média de países desenvolvidos já chega a 6.
d) O Ideb subiu para 4,6 em 2009, enquanto a proposta para o período era de 4,2, portanto o índice ultrapassou a meta.
e) Segundo especialistas em educação, a situação é preocupante, já que o ensino médio foi o ciclo educacional com pior desempenho no país, segundo os dados do Ideb.

✍ **Comentário:**
a) Correto. O Ideb baseia-se no resultado da Prova Brasil e nos bons rendimentos. A evasão e/ou o abandono escolar faz(em) com que o índice diminua, tal qual como uma reprovação.
b) Errado. O Ideb é calculado a cada dois anos para acompanhar o desenvolvimento de cada etapa. Portanto, esta é a resposta da questão.
c) Correto. A nota 6 é o objetivo apenas para a primeira etapa do ensino fundamental. A segunda etapa tem meta 5,5, já o ensino médio tem meta de 5,2 pontos.
d) Correto. Ainda em 2009, os anos iniciais do ensino fundamental já atingiram sua meta para 2011, que era chegar a 4,6. Em 2011, bateram a meta novamente e atingiram 5.0.
e) Correto. O ensino médio obteve a pior das médias entre as etapas. Possui a menor de todas as metas e, ainda assim, não conseguiu ultrapassá-la, apenas equiparar-se a ela.

Gabarito: B

Educação a distância

Educação a distância é o processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente.

É ensino/aprendizagem onde professores e alunos não estão normalmente juntos, fisicamente, mas podem estar conectados, interligados por tecnologias, principalmente as telemáticas, como a Internet. Mas também podem ser utilizados o correio, o rádio, a televisão, o vídeo, o CD-ROM, o telefone, o fax e tecnologias semelhantes.

Na expressão "ensino a distância" a ênfase é dada ao papel do professor (como alguém que ensina a distância). Preferimos a palavra "educação" que é mais abrangente, embora nenhuma das expressões seja perfeitamente adequada.

Hoje temos a educação presencial, semi-presencial (parte presencial/parte virtual ou a distância) e educação a distância (ou virtual). A presencial é a dos cursos regulares, em qualquer nível, onde professores e alunos se encontram sempre num local físico, chamado sala de aula. É o ensino convencional. A semi-presencial acontece em parte na sala de aula e outra parte a distância, através de tecnologias. A educação a distância pode ter ou não momentos presenciais, mas acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e ou no tempo, mas podendo estar juntos através de tecnologias de comunicação.

Outro conceito importante é o de educação contínua ou continuada, que se dá no processo de formação constante, de aprender sempre, de aprender em serviço, juntando teoria e prática, refletindo sobre a própria experiência, ampliando-a com novas informações e relações.

A educação a distância pode ser feita nos mesmos níveis que o ensino regular. No ensino fundamental, médio, superior e na pós-graduação. É mais adequado para a educação de adultos, principalmente para aqueles que já têm experiência consolidada de aprendizagem individual e de pesquisa, como acontece no ensino de pós-graduação e também no de graduação.

✍ **Questão de concurso comentada**

1. (FCC/2012/ Banco do Estado de Sergipe – BANESE/Técnico Bancário) O modelo assíncrono de cursos em EAD (Ensino a Distância) é caracterizado por um ensino

a) em que os alunos e instrutores interagem em tempo real através de salas de aula virtuais, utilizando uma combinação de métodos.
b) do tipo autoestudo, no qual o aluno pode escolher dentre uma variedade de mídias, completar os trabalhos de acordo com uma agenda estabelecida e submeter ao instrutor todo o material para avaliação.
c) em que os alunos têm que realizar avaliações presencias para obtenção de certificação oficial.
d) que apenas combina a interação dos alunos e instrutores em tempo em salas de aula virtuais e o autoestudo por meio de escolhas dentre uma variedade de mídias.
e) que combina a interação dos alunos e instrutores em tempo em salas de aula virtuais, o autoestudo por meio de escolhas dentre uma variedade de mídias e as avaliações presencias para obtenção de certificação oficial.

✍ **Comentário:**
a) Incorreto. Não necessariamente os alunos e professores interagem em tempo real.
b) Correto.
c) Incorreto. Os certificados também podem ser obtidos por avaliações a distância.
d) Incorreto. A palavra "apenas" invalidou o item.
e) Incorreto. O final da alternativa está incorreto. Ver comentário da alternativa "c".
Gabarito: B

Política nacional e internacional

Autor: Rodrigo Leal Martins

1. Política internacional (ou externa)

A partir da queda do muro de Berlim, em 1989, e com o final de Guerra Fria, as relações políticas e econômicas entre os países do mundo passaram a ganhar novos rumos. A bipolaridade deixou de existir e passamos a ver um mundo com possibilidades de relações econômicas e acordos políticos cada vez maiores. A chamada Nova Ordem Mundial (multipolaridade) acabou acelerando o processo de globalização, que, por sua vez, impôs a interdependência aos países. A partir de então, o bom relacionamento entre os diferentes governos tornou-se fundamental. Ainda assim, as divergências entre as nações seguem existindo e ainda ocasionam conflitos.

Primavera Árabe

Primavera Árabe[57] foi o nome dado a uma onda de protestos e revoltas que ocorreram principalmente no Norte da África e, em menor escala, no Oriente Médio. O movimento iniciou-se no final de 2010, na Tunísia (quando um jovem que foi impedido pela polícia local de vender frutas e vegetais em uma banca ateou fogo no próprio corpo, como forma de protesto), mas eclodiu realmente em 2011. O fato revoltou a população, que foi às ruas protestar contra o governo do então presidente Zine El-Abidine Ben Ali. Apesar de todas as medidas adotadas pelo governante, as revoltas não cessaram, até que, 10 dias depois, Ben Ali deixou o país e fugiu para a Arábia Saudita. Seria o final de um governo que teve seu início em 1987.

O ocorrido motivou, também, os egípcios, que foram protestar contra Hosni Mubarak. Seu governo de 30 anos não resistiu a 18 dias de manifestações populares e, em fevereiro de 2011, ele acabou renunciando. Mohamed Morsi foi então eleito, em 2012, como presidente do Egito, porém cristãos, liberais e outros críticos do governo de Morsi acusaram o presidente de trair os ideais da revolução. Houve insatisfação popular com a ampliação dos poderes de Morsi e com a nova Constituição aprovada em referendo, que muitos disseram favorecer a parcela islâmica da população. Em 30 de junho 2013 (dia do aniversário da posse de Morsi), milhares de manifestantes foram às ruas para protestar contra violência religiosa, alto índice de desemprego, falta de investimento e queda do turismo. Muitos exigiam a renúncia de Morsi (primeiro presidente eleito no Egito).

Em 3 julho de 2013, Mohamed Morsi foi deposto pelo exército do Egito, que suspendeu temporariamente a Constituição, dissolveu o parlamento, criou um governo interino e convocou novas eleições presidenciais. Desde então, o Egito foi dominado por uma turbulência política e econômica. Apoiadores do presidente deposto estão insatisfeitos, e os tumultos na região continuam. Segundo a mídia egípcia e fontes oficiais, dezenas de pessoas foram mortas em manifestações e confrontos com as forças de segurança.

A Líbia teve as revoltas mais sangrentas. O país todo envolveu-se na guerra civil, que acabou com a morte do ditador Muammar Kadafi em outubro de 2011. Ele governava o país desde 1969. A partir daí, aproveitando o enfraquecimento do governo após a morte do antigo ditador, grupos étnicos, políticos e religiosos disputam o poder no território líbio, e conflitos violentos continuam dominando a região.

No Iêmen, o presidente Ali Abdullah Saleh foi ferido em um atentado no palácio ministerial, também fruto da indignação do povo. Alguns meses depois do ocorrido, e também devido à pressão popular, o ditador assinou um acordo para deixar a presidência. Foi eleito em seu lugar Abd-Rabbu Mansour Hadi.

[57] Informações: <http://topicos.estadao.com.br/primavera-arabe>

Além desses países, Sudão e Iraque conseguiram, igualmente por meio de protestos, garantias de seus mandatários de que estes não concorrerão à reeleição.

Na Síria, o não cumprimento de reformas democráticas exacerbou os ânimos de opositores ao regime do presidente Bashar al-Assad, o que originou uma série de protestos com o objetivo de derrubar o governo do presidente. A Síria ainda permanece sob o governo de Bashar al-Assad, mas vários países, além da ONU (Organização das Nações Unidas), estão envolvidos no que pode resultar em uma transição política no local. Entretanto, enquanto isso, conflitos violentos continuam ocorrendo na região, resultando em milhares de mortes. Em agosto de 2013, os Estados Unidos anunciaram que existiam evidências suficientes para afirmar que armas químicas foram usadas na guerra civil da Síria. Para o presidente americano, Barack Obama, o uso de armas químicas representava a "linha vermelha" para a definição de uma intervenção militar destinada a conter a violência da guerra civil síria, que já dura mais de dois anos. Porém, em setembro de 2013, Estados Unidos e Rússia chegaram a um acordo, evitando essa intervenção em troca do desmantelamento total do arsenal químico do regime de Assad até meados de 2014.

Podemos compreender o movimento da Primavera Árabe como consequência do momento político pelo qual passam esses países, e podemos elencar alguns fatores em comum entre eles (além de serem Estados teocráticos e de religião muçulmana) que motivaram o levante: a própria globalização, que facilita o acesso a informações, como, por exemplo, ideias de democracia e de liberdade e a divulgação, quase que em tempo real, de tudo o que acontece nos regimes políticos ditatoriais, expondo a todo o mundo a real situação e espraiando e motivando a revolta aos países vizinhos que sofriam com os mesmos problemas; surgimento de jovens esclarecidos (educados e informados) e cansados de restrições de liberdade; instabilidade econômica de países do Norte da África, gerada em função da crise europeia (pois a grande maioria dos norte-africanos recebia muitos investimentos europeus e, a partir da crise, esses investimentos reduziram); governos autoritários e, em boa parte, corruptos; pressão internacional em favor da democracia (é válido lembrar que, durante muito tempo, alguns dos ditadores contavam com a simpatia dos Estados Unidos, já que a região detém as maiores reservas de petróleo do mundo, mas o atual presidente norte-americano, Barack Obama, não manteve a mesma postura). O papel da internet também é importante, pois, quando a situação do país é exposta a partir dela, o governo passa a ser pressionado, ainda, por organizações internacionais e demais países democráticos.

Protestos na Rússia

Em 4 de dezembro de 2011, a Rússia realizou eleições parlamentares para definir o futuro governo do maior país do mundo (na Rússia ocorrem eleições parlamentares e eleições presidenciais separadamente). O resultado foi que 49,32% dos votos[58] mantiveram o partido do primeiro-ministro, Vladimir Putin, com maioria no parlamento. O resultado causou revolta em boa parte da população, que apontava como fraudulenta a eleição. Jornalistas, ativistas públicos e considerável parcela populacional iniciaram protestos em pequena escala, que resultaram em grande manifestação já no dia 10 do mesmo mês. Segundo a polícia local, aproximadamente 25 mil pessoas participaram da manifestação em Moscou. Os organizadores do protesto apontavam 40 mil manifestantes. Os principais alvos do protesto são Putin e o atual partido governista Rússia Unida.

> "***Protestos contra fraudes eleitorais tomam ruas de toda a Rússia***
> *Cumprindo a promessa feita ontem (9), manifestantes russos começaram a lotar as ruas de diversas cidades do país neste sábado em atos contra as supostas fraudes eleitorais que deram a vitória ao partido do premiê Vladimir Putin no último pleito parlamentar. Os protestos, que devem ser os maiores dos últimos 20 anos, chegam no mesmo dia em que o governo confirmou os 49% dos votos à legenda Rússia Unida.*" Folha UOL, 10/12/2011[59]

O blogueiro Alexey Navalny, que taxou o partido de Putin como "partido dos Vigaristas e Ladrões", é apontado como responsável pelas mobilizações iniciais dos protestos por meio de redes sociais e de seu blogue, *Live Journal*. Também na Rússia (a exemplo do Norte da África e do Oriente Médio), a internet teve papel decisivo na organização das manifestações, que foram as maiores no país desde o fim da URSS.

Em 4 de março de 2012, ocorreram as eleições presidenciais na Rússia e, apesar dos protestos e do abalo da credibilidade, o presidente Vladimir Putin foi reeleito ainda em primeiro turno, com 64% dos votos[60], vencendo pela terceira vez a eleição russa. Ele comandou o país entre 2000 e 2008 e, impedido de concorrer ao terceiro mandato consecutivo, apenas apoiou Dmitri Medvedev, que ocupava a presidência até então, enquanto Putin exercia o cargo de primeiro-ministro. Após a eleição de 2012, os dois apenas inverteram as posições. A nova reforma na constituição russa prevê mandatos de seis anos, o que, contando com uma nova reeleição, pode

[58] Dados: http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1019507-protestos-contra-fraudes-eleitorais-tomam-ruas-de-toda-a-russia.shtml

[60] Dados: <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/atualidades/eleicoes-na-russia-putin-resiste-a-protestos-e-vence-disputa.htm>

render ao atual presidente mais 12 anos no poder. A eleição presidencial também terminou sob suspeitas de fraude. O líder do partido comunista, Gennady Zyuganov, chegou a afirmar que "A enorme máquina estatal, criminosa e corrupta, trabalhou a favor de um só candidato" e que não poderia reconhecer o pleito como justo nem honesto.

Além de possíveis fraudes e da forte mão do Estado em favor de Putin, a desestruturação da oposição também foi uma causa apontada como fundamental para a grande vitória do então primeiro-ministro.

Em 12 de junho de 2013, milhares de ativistas da oposição russa marcharam por Moscou, criticando o estilo de governo autoritário do presidente Vladimir Putin e pedindo a libertação de prisioneiros políticos. A passeata no Dia da Rússia, um feriado nacional, teve como objetivo mostrar o apoio a 27 pessoas detidas depois de um protesto, na véspera da posse de Putin, em 2012. Dezesseis dos acusados continuam presos, aguardando julgamento.

Em relação à Primavera Árabe, vale destacar que a Rússia quer a permanência de Bashar al Assad no poder, e já colaborou enviando armamentos para o ditador. Na avaliação de Moscou, o atual líder sírio é o único capaz de estabilizar a Síria.

Fim da guerra no Iraque

Depois de 9 anos de uma longa e polêmica guerra que contabilizou aproximadamente 100 mil mortes de iraquianos e outras 4500 de norte-americanos[61], além de incalculáveis feridos, o presidente Barack Obama declarou, em 15 de dezembro de 2011, o fim da guerra entre os dois países. Segundo o secretário de defesa norte-americano, Leon Panetta, o conflito ajudou a colocar o Iraque no caminho da democracia, e no mesmo discurso, fez referência à morte do líder Saddam Hussein.

> "***Cerimônia em Bagdá marca fim da Guerra do Iraque***
> *Secretário da defesa dos EUA diz que conflito ajudou iraquianos a 'derrubar tirano' e a construir futuro de prosperidade e paz.*"
> *Último Segundo IG*, 15/12/2011[62]

O fim da guerra era uma promessa de campanha do atual presidente norte-americano. O retorno dos soldados norte-americanos e o final do conflito põem fim a um sorvedouro que tirou dos Estados Unidos recursos que somam cerca de um trilhão de dólares, ao longo dos 9 anos.

Embargo ao petróleo iraniano

Teve início, em julho de 2012, o embargo total às importações de petróleo do Irã por parte dos países da União Europeia. O veto ocorre como forma de obrigar o país do Oriente Médio a desistir do programa nuclear. O embargo abrange, ainda, o setor de seguro aos navios petrolíferos iranianos, que, na sua grande maioria, são feitos por empresas europeias. A ausência desse seguro pode representar mais perdas ao Irã, já que, sem ele, o transporte não ocorre. O petróleo é o principal produto do país e o mercado europeu representa cerca de 18% de suas exportações[63]. A região do Oriente Médio é uma das maiores reservas petrolíferas do mundo, o que faz dela de extrema importância economicamente. Em função disso, ocorrem muitos conflitos internacionais, dada a necessidade do petróleo para geração de energia e a produção de tantos outros derivados do produto. O embargo também deve prejudicar economicamente a Europa, pois o valor do barril de petróleo certamente aumentará no Velho Mundo, o que, em tempos de crise econômica, não é bom. O produto, agora, deve ser comprado do Iraque. Os Estados Unidos elogiaram a postura da União Europeia com a ação contra o programa nuclear do Irã, ressaltando a busca pela solução pacífica de um problema que preocupa toda a comunidade internacional, que são as armas nucleares.

A crise política no Paraguai

Uma forte crise política que atingiu o Paraguai, em junho de 2012, acabou resultando no *impeachment* do então presidente Fernando Lugo[64]. A principal causa seria um confronto armado em uma fazenda, em uma disputa por terras, que teria ocasionado a morte de 17 pessoas (entre policiais e camponeses sem-terra). A oposição política do ex-bispo teria afirmado que o grupo que atacou os policiais teria o "apoio disfarçado" do então presidente. A disputa por terras estava intensa no país já havia algum tempo. Com as acusações a Lugo, o Partido Liberal Radical Autêntico (partido do vice-presidente), que apoiava o presidente, acabou por abandonar o governo e agravou de vez a crise política no país. Em um processo de *impeachment* extremamente rápido e sob as acusações

[61] Dados: <http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/cerimonia-em-bagda-marca-fim-da-guerra-do-iraque/n1597411435913.html>

[62] <http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/cerimonia-em-bagda-marca-fim-da-guerra-do-iraque/n1597411435913.html>

[63] Dados: <http://economia.terra.com.br/noticias/noticia.aspx?idNoticia=201207131856_TRR_81402428>

[64] Informações: <http://noticias.terra.com.br/mundo/americalatina/crise-no-paraguai/noticias/0,,OI5852717-EI20486,00-Paraguai+entenda+a+crise+politica+e+suas+consequencias.html http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/06/120625_qa_paraguai_jp.shtml>

de mau desempenho em suas funções, Fernando Lugo foi afastado da presidência. Federico Franco assumiu o cargo.

A rapidez com a qual ocorreu a deposição do presidente e a falta de tempo hábil para sua ampla defesa geraram críticas ao parlamento paraguaio, principalmente por parte dos vizinhos sul-americanos. Tanto o Mercosul quanto a Unasul – União das Nações Sul-Americanas – classificaram o processo como uma "violação da ordem democrática"[65] e, na ocasião, optaram por suspender o Paraguai de ambas as organizações temporariamente.

Em 21 de abril de 2013, Horacio Cartes (Partido Colorado) foi eleito presidente do Paraguai. Ele é um rico empresário do ramo do tabaco e proprietário de 25 companhias em diferentes áreas. Esta foi a primeira eleição presidencial no Paraguai após o *impeachment* do presidente Fernando Lugo.

Em 21 de junho de 2013, milhares de pessoas fizeram uma manifestação, em Assunção (capital do Paraguai), contra corrupção política no país. As principais críticas versavam sobre o recente aumento aprovado pelos deputados para suas próprias aposentadorias, assim como o adiamento da votação de um projeto relativo ao transporte público para a cidade de Assunção.

Argentina

Em dezembro de 2011, Cristina Kirchner tomou posse para o segundo mandato, até 2015, durante uma cerimônia no Congresso Nacional.

Recentemente, a presidente da Argentina, Cristina Kirchner, aplicou no país a Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual, conhecida como Lei de Mídia, que atinge principalmente o grupo argentino de imprensa *Clarín*, a maior *holding* multimídia da Argentina e grande opositor do governo de Cristina Kirchner.

A Lei de Mídia determina que os grupos que excedam o número de 24 licenças e que atuem tanto em TV aberta como em TV paga vendam o excedente, o que obrigará o *Clarín* a se desfazer de várias de suas concessões.

A Lei de Mídia havia sido aprovada em 2009, mas foi barrada na Justiça após o Grupo *Clarín* entrar com recursos nos tribunais federais. Desde a aprovação da medida pelo governo, o *Clarín* e o governo de Cristina Kirchner trocaram acusações e se engajaram numa batalha judicial. Porém, em outubro de 2013, a Corte Suprema de Justiça da Argentina declarou a constitucionalidade da lei.

[65] Extraído de: <http://revistaescola.abril.com.br/ensino-medio/golpismo-ou-democracia-crise-politica-paraguai-691455.shtml>

Venezuela

Ao falarmos da Venezuela, não podemos deixar de mecionar Hugo Chávez, que foi o fundador do Socialismo do século XXI. Governou a Venezuela, através de eleições presidenciais, desde 1999. Mudou a Constituição, aumentou a receita do governo com o petróleo, com mais impostos e expropriação de empresas privadas. Iniciou, assim, a chamada "Revolução Boliviariana", movimento esquerdista inspirado nos ideais de Bolívar.

Tentou reformular a Constituição para ser reeleito por tempo indefinido, mas o projeto foi derrotado. Em 2011 foi operado de câncer. Em 2012 foi reeleito para seu quarto mandato. Porém, a cerimônia de posse teve que ser adiada devido à ausência do presidente, que estava em tratamento médico no exterior. Em 5 de março de 2013, Hugo Chávez morreu de câncer. No mesmo ano, Nicolás Maduro foi eleito o novo presidente da Venezuela.

2. Política nacional (ou interna)

Lei da Ficha Limpa

Em fevereiro de 2012, foi declarada constitucional a Lei da Ficha Limpa no Brasil (o projeto já havia sido sancionado pelo então presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, em junho de 2010). A Campanha Ficha Limpa foi uma iniciativa popular da sociedade civil brasileira, que teve início ainda em 2008. Desde seu início, o projeto circulou por todo o país coletando assinaturas em seu favor — foram mais de 1,3 milhões de assinaturas[66]. A Lei da Ficha Limpa proíbe que sejam eleitos políticos condenados pela Justiça em decisões colegiadas (tomadas por mais de um juiz/desembargador), cassados pela Justiça Eleitoral ou até mesmo os que renunciaram a cargo eletivo para evitar processo de cassação[67]. A lei já esteve vigente para os pleitos municipais de 2012.

Comissão Parlamentar de Inquérito

O termo CPI — Comissão Parlamentar de Inquérito — vem se tornando comum nos últimos anos no país. Trata-se de um sistema de organização e apuração de denúncias que tem por objetivo principal proteger os interesses da população. A investigação é conduzida pelo Poder Legislativo (câmara dos deputados federais e estaduais ou vereadores). A comissão, propriamente dita, é formada

[66] Dados: <http://www.fichalimpa.org.br/index.php/main/ficha_limpa>

[67] Informações: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2012/02/ficha-limpa-coloca-filtro-na-politica-brasileira-diz-presidente-do-tse.html>

por integrantes da própria câmara, que vão representá-la realizando a investigação/o inquérito e, a seguir, apontar os culpados (se de fato houver) e suas penas[68].

Em fevereiro de 2012, uma operação da polícia federal, denominada Operação Monte Carlo, apontou fortes ligações entre o bicheiro Carlinhos Cachoeira e alguns políticos influentes no governo federal de diferentes partidos. Dentre eles, o senador Demóstenes Torres. Grampos telefônicos da polícia federal revelaram que Demóstenes fazia uso de sua grande influência política para defender os negócios de Cachoeira em troca de recompensas. Além dele e de outros parlamentares, dois governadores (do Distrito Federal e de Goiás) e a Construtora Delta, empresa com o maior número de obras no PAC (Programa de Aceleração de Crescimento) também acabaram envolvidos com o bicheiro. A partir de tantas revelações, foram abertos diversos inquéritos, tanto no Supremo Tribunal Federal – STF, quanto no Superior Tribunal de Justiça – STJ, além da CPI no congresso nacional[69]. Ao dar segmento às investigações, surgiram, ainda, mais indícios que comprovam o envolvimento entre grandes empresas que prestam serviços aos governos (federal ou de diferentes estados) e ao grupo de Cachoeira. Doações milionárias para financiamento de campanhas políticas de alguns envolvidos e sociedades envolvendo o bicheiro e as empresas contratadas pelos governos foram alguns desses indícios.

Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, havia sido preso em fevereiro de 2012 sob as acusações de liderar esquema de corrupção, tráfico de influência e exploração ilegal de jogos.

Devido ao envolvimento com o contraventor, e antes mesmo da conclusão da CPI, o senador Demóstenes Torres foi cassado de seu mandato no senado federal por quebra de decoro parlamentar (o que significa que não manteve a conduta necessária ao cargo que exerce, ferindo o decoro parlamentar em expressões e/ou atitudes).

***Royalties* do petróleo**

Os *royalties* são tributos pagos ao governo federal pelas empresas que exploram petróleo como compensação por possíveis danos ambientais causados pela extração.

Na madrugada do dia 26 de junho de 2013, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei 5.500/2013 que destina 75% dos *royalties* do petróleo para a educação e os 25% restantes para a área da saúde. O texto ainda prevê que 50% do Fundo Social do Pré-Sal também devem ir para as áreas da educação e saúde. Originalmente, o PL destinava 100% dos *royalties* para educação.

Manifestações tomando conta do Brasil

Desde o início da sua história, pela primeira vez, o Brasil está passando por uma verdadeira revolução popular. As manifestações realizadas desde junho de 2013, certamente, entrarão para os livros escolares das próximas gerações e serão tema de questões de concursos.

O estopim das passeatas foi o aumento da passagem de ônibus circular metropolitano de R$3 para R$3,20 em São Paulo, acompanhado dos aumentos no Rio de Janeiro, mas é claro que outros fatores motivaram as manifestações, tais como a precariedade dos serviços públicos, representada pela péssima qualidade do transporte coletivo e pela falta de investimentos na saúde e na educação; os gastos excessivos com estádios para eventos esportivos; a estrutura corrompida e decadente do tradicional sistema político-partidário brasileiro, e outras diversas variáveis, levaram os brasileiros às ruas.

Confira, a seguir, algumas conquistas resultantes das manifestações[70]:

- Deputados aprovam redução de PIS-Cofins na tarifa do transporte;
- BNDES libera R$ 2,3 bilhões para o metrô de SP;
- CET anuncia faixa de ônibus na Marginal Pinheiros;
- Senado aprova projeto que torna corrupção um crime hediondo;
- São Paulo, Rio e mais 15 cidades reduziram tarifa;
- Câmara aprova 25% dos *royalties* para a saúde;
- Ministério da Saúde anuncia projeto de lei para perdoar dívidas da Santa Casa;
- Câmara cancela verba de R$ 43 milhões para a Copa das Confederações e a de 2014;
- Câmara aprova 75% dos *royalties* e 50% do Fundo Social (do montante principal e dos rendimentos) para a educação;
- Deputados decidem, por maioria absoluta, arquivar a PEC 37;
- Presidente Dilma Rousseff anuncia apoio à reforma política.

Proposta de reforma política no Brasil

A Reforma Política se refere a um conjunto de propostas de emendas constitucionais que visam aprimorar o sistema político e eleitoral do país.

[68] Informações: <http://www.brasilescola.com/politica/cpi.htm>
[69] Informações: <http://veja.abril.com.br/tema/cpi-do-cachoeira>
[70] Fonte: < http://g1.globo.com/brasil/linha-tempo-manifestacoes-2013/platb/> Acesso em 1 de novembro de 2013.

Em junho de 2013, perante as manifestações ocorridas no país, o governo federal respondeu com a possibilidade de buscar uma reforma política eficaz. A reforma política iria interferir sobre assuntos específicos, como:

- a forma de escolha de governantes e parlamentares;
- financiamento público e privado das campanhas eleitorais;
- regras de coligações partidárias;
- tempo das propagandas partidárias na TV e no Rádio,
- participação popular (menor número de assinaturas e uso da *web*);
- métodos de voto (voto facultativo);
- calendário eleitoral (uma só eleição a cada 4 anos para todos os cargos).

Notícias recentes comentadas

> **"Supremo expede 12 mandados de prisão contra condenados do mensalão"**
>
> (Folha de S.Paulo, 15/11/13[71])

No dia 15 de novembro de 2013, o Supremo Tribunal Federal expediu 12 mandados de prisão do processo do mensalão. Os mandados foram expedidos contra José Dirceu, José Genoino, Delúbio Soares, Marcos Valério, Cristiano Paz, Ramon Hollerbach, Simone Vasconcelos, Kátia Rabelo, José Roberto Salgado, Romeu Queiroz, Jacinto Lamas e Henrique Pizzolatto.

> **"Em site, Interpol inclui Henrique Pizzolato na lista de procurados"**
>
> (G1, 18/11/2013[72])

Segundo a reportagem, o ex-diretor do Banco do Brasil, Henrique Pizzolato, teve a prisão decretada pelo STF, mas está foragido. A Interpol (polícia internacional) incluiu no dia 18 de novembro de 2013, o nome e a foto de Henrique Pizzolato na lista de procurados internacionais, chamada de difusão vermelha. O advogado Marthius Sávio Cavalcante Lobato, defensor de Henrique Pizzolato, afirmou que o ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil está na Itália. Pizzolato enviou uma carta, divulgada pelo então advogado dele, em que justifica sua saída do país e diz que quer novo julgamento na Itália.

> **"Dilma sanciona projeto que inibe criação de novos partidos políticos"**
>
> G1, 31/10/13[73]

Segundo a reportagem, o texto do projeto de lei impede que parlamentares que mudem de partido no meio do mandato transfiram para a nova agremiação parte do fundo partidário e do tempo no rádio e na TV da sigla de origem.

> "**Deputado Natan Donadon vai para cela individual na Papuda, diz tribunal**
> Segundo tribunal, ele ficará sozinho enquanto for deputado federal. Parlamentar se entregou pela manhã à Polícia Federal em Brasília. (G1, 28/06/2013[74])

Donadon é o primeiro parlamentar que, no exercício do cargo, teve prisão decretada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) desde a Constituição de 1988. Segundo a reportagem, Donadon está sem partido porque, nesta quinta-feira, foi expulso pelo diretório do PMDB em Rondônia. Na Câmara dos Deputados, ele já responde a processo de cassação do mandato.

> "**Dilma propõe 5 pactos e plebiscito para constituinte da reforma política.**"
>
> (G1,24/06/2013 [75])

A presidente Dilma Rousseff propôs a adoção de cinco pactos nacionais: responsabilidade fiscal, reforma política, saúde, transporte e educação. Em relação ao segundo pacto, a presidente apresentou a proposta de convocação de um plebiscito para que o eleitorado decida sobre a convocação de um processo constituinte específico destinado a fazer a reforma política.

> "***EU começa embargo ao petróleo do Irã; país diz estar preparado***
> *Medida inclui proibição de compra por parte dos 27 países do bloco.* Commodity *iraniana tem seus próprios mercados, diz ministro do petróleo.*"
> G1, 01/07/2012[76]

Em julho de 2012, teve início o embargo da União Europeia ao petróleo produzido no Irã. A medida busca fazer com que o país do Oriente Médio desista de seu programa nuclear. O petróleo é o principal produto da

[71] <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/11/1372151-supremo-expede-12-mandados-de-prisao-contra-condenados-do-mensalao.shtml>

[72] < http://g1.globo.com/politica/mensalao/noticia/2013/11/em-site-interpol-inclui-henrique-pizzolato-no-lista-de-procurados.html>

[73] < http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/10/dilma-sanciona-projeto-que-inibe-criacao-de-novos-partidos-politicos.html>

[74] < http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/deputado-natan-donadon-vai-para-cela-individual-na-papuda.html>

[75] < http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/dilma-propoe-5-pactos-e-plebiscito-para-constituinte-da-reforma-politica.html>

[76] <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/07/ira-afirma-que-esta-preparado-para-enfrentar-novas-sancoes-ao-seu-petroleo.html>

região, que concentra as maiores reservas mundiais do produto.

> "***Mercosul suspende participação do Paraguai na próxima cúpula do bloco***
> *O bloco comercial Mercosul suspendeu neste domingo (24) a participação do Paraguai na próxima cúpula regional que o grupo realizará nessa semana, informou a chancelaria argentina.*"
> UOL, 26/04/2012[77]

A reportagem relata o afastamento temporário do Paraguai do Mercosul, após o *impeachment* de Fernando Lugo. Muitos países sul-americanos posicionaram-se contra a atitude do atual governo, pois o processo ocorreu de forma extremamente rápida, não havendo tempo hábil para a ampla defesa do ex-presidente. Atualmente, com a eleição do novo presidente do Paraguai, Horácio Cartes, estuda-se a volta do Paraguai ao bloco econômico.

> "***Ficha limpa coloca filtro na política brasileira, diz presidente do TSE***
> *Lei aprovada pelo STF proíbe candidaturas de condenados em colegiados. Partidos agora obedecerão critérios objetivos, disse Lewandowski ao G1.*" G1, 17/02/2012 [78]

Lei da Ficha Limpa torna-se constitucional, e já foi válida para as eleições municipais de 2012. A campanha pelo projeto foi uma iniciativa popular que teve início em 2008, e reuniu assinaturas por todo o país em prol de sua aplicação. Em 2010, ela foi sancionada pelo então presidente, Lula, e, em 2012, aprovada pelo Supremo Tribunal Federal, tornou-se constitucional.

> **Justiça decide manter Carlinhos Cachoeira em liberdade**
> UOL, 04/02/2013[79]

Carlinhos Cachoeira continua em liberdade. Por decisão unânime da 3ª Turma do TRF (Tribunal Regional Federal) da 1ª Região, foi confirmada a liminar concedida pelo presidente da turma, juiz federal Tourinho Neto. O bicheiro, que foi condenado a 39 anos por corrupção e formação de quadrilha por exploração de jogos de azar, poderá recorrer em liberdade.

> "***Renan Calheiros volta à presidência do Senado pela terceira vez***
> *Na segunda, ele foi obrigado a renunciar ao cargo por conta das denúncias de que teria tido contas pessoais pagas por um lobista. Agora, essas mesmas acusações, que se transformaram em denúncia do procurador-geral, Roberto Gurgel, ao Supremo Tribunal Federal o assombram novamente, sob acusação de crimes de peculato, falsidade ideológica e uso de documentos falsos.*"
> G1, 01/02/2013[80]

Renan conseguiu voltar ao cargo do qual foi apeado em 2007. Essa vitória mostrou que a cobrança da opinião pública pouco interfere nas decisões internas.

✍ Questões de concurso comentadas

1. (CESPE/MME/Assistente Administrativo/2013) Em relação ao movimento denominado Primavera Árabe, assinale a opção correta.

a) O não cumprimento de reformas democráticas na Síria exacerbou os ânimos de opositores ao regime do presidente Bashar al-Assad, o que originou uma série de protestos com o objetivo de derrubar o governo do presidente.
b) O presidente do Egito, Muammar Kadafi, é um dos ditadores que ainda resiste à onda de revoluções da Primavera Árabe.
c) O prolongado episódio de guerra na Líbia provocou mudanças históricas e culminou com a queda do ditador Hosni Mubarak.
d) Israel é um dos protagonistas das tensões no Oriente Médio. A deposição do presidente Benjamin Netanyahu, realizada por seus opositores, deu início a uma guerra civil no país.
e) A Primavera Árabe provocou mudanças históricas surpreendentes. Nesse momento histórico, o primeiro ditador deposto foi o presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad.

✍ Comentário:
a) Correto.
b) Incorreto. O presidente que ainda resiste à onda de revoluções da Primavera Árabe é Bashar al-Assad na Síria. Muammar Kadafi era presidente da Líbia e acabou morto em 2011.
c) Incorreto. Hosni Mubarak era presidente do Egito, mas acabou renunicando em 2011.
d) Incorreto. Israel não é um dos países envolvidos nas ondas de protestos que acontecem na chamada Primavera Árabe, e o primeiro-ministro israelense – Benjamin Netanyahu – não foi deposto.
e) Incorreto. O primeiro ditador deposto foi o presidente da Tunísia, Ben Ali.

[77] <http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2012/06/24/mercosul-suspende-participacao-do-paraguai-da-proxima-cupula-do-bloco.htm>
[78] <http://g1.globo.com/politica/noticia/2012/02/ficha-limpa-coloca-filtro-na-politica-brasileira-diz-presidente-do-tse.html>
[79] < http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/02/04/justica-decide-manter-carlinhos-cachoeira-em-liberdade.htm>
[80] <http://g1.globo.com/platb/cristianalobo/2013/02/01/renan-e-o-retrovisor/>

Gabarito: A

2. (CESPE / CNJ / Técnico Judiciário / Área Administrativa / 2013) Acerca de acontecimentos políticos e econômicos recentes, julgue o item que se segue.

Ao longo do ano de 2012, a Síria vivenciou uma aguda crise política, que culminou com a queda do governo de Bashar al-Assad, e com a ascensão ao poder de forças de oposição apoiadas por China e Rússia.

✍ **Comentário:**
Bashar al-Assad continua sendo presidente da Síria.
Gabarito: Errado

3. (FEPESE/DPE-SC/Técnico Administrativo/2013) A "Primavera Árabe", nascida na Tunísia quando um jovem vendedor de frutas pôs fogo em suas roupas, espalhou-se por outros países e provocou importantes mudanças políticas.

Assinale a alternativa em que **todos** os países enumerados foram atingidos por esse movimento político.

a) Kuwait, Irã, Turquia, Israel e Síria.
b) Iêmen, Tunísia, Líbia, Egito e Síria.
c) Tunísia, Israel, Lesoto, Egito e Síria.
d) Iêmen, Arábia Saudita, Iraque e Egito.
e) Catar, Egito, Israel e República Árabe Unida.

✍ **Comentário:**
A alternativa em que todos os países enumerados foram atingidos pelo movimento denominado "Primavera Árabe" foi a letra "b".
Gabarito: B

4. (COPS-UEL/AFPR/Assistente Administrativo/2013) Observe a charge a seguir.

(*Folha de Londrina*. 6 mar. 2013.)

A charge remete à recente morte do presidente venezuelano Hugo Chaves, defensor da Revolução Bolivariana. Sobre os princípios da Revolução Bolivariana Chavista, considere as afirmativas a seguir.

I. Defesa de princípios socialistas, produzindo um confronto direto com as elites tradicionais do país.
II. Supressão das eleições, substituídas por um mandato vitalício determinado pelo Congresso venezuelano.
III. Eliminação dos partidos políticos de oposição e legalização do unipartidarismo, como forma de garantir a governabilidade.
IV. Adoção de medidas de caráter nacionalista ancoradas no forte potencial petrolífero existente no país.

Assinale a alternativa correta.
a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

✍ **Comentário:**
I – Correto.
II – Incorreto. Hugo Chavéz tentou reformular a Constituição para ser reeleito por tempo indefinido, mas o projeto foi derrotado.
III – Não ocorreu eliminação dos partidos políticos de oposição.
IV – Correto.
Gabarito: B

5. (CESPE/2013/CNJ/Técnico Judiciário/Área Administrativa) Acerca de acontecimentos políticos recentes, julgue o item que se segue.

Eleito para exercer o seu quarto mandato na Venezuela, Hugo Chávez prestou juramento e tomou posse como presidente da República, em cerimônia reservada realizada em 10 de janeiro de 2013, em Cuba.

✍ **Comentário:**
A cerimônia de posse do dia 10 de janeiro de 2013 foi adiada, pois Hugo Chávez estava em tratamento médico no exterior.
Gabarito: Errado

6. (CESPE/TJ-AL/CONHECIMENTOS BÁSICOS/2012) O embargo da União Europeia ao petróleo iraniano — divulgado pela imprensa mundial em julho de 2012 — consiste em uma das mais duras sanções econômicas impostas ao Irã em trinta anos. Considerando-se essas informações, é correto afirmar que as pressões da comunidade internacional sobre o sistema político iraniano pretendem forçar o regime dos aiatolás a:

a) afastar-se do Conselho de Segurança da ONU.
b) retirar-se da Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP, enfraquecendo-a.
c) dividir o poder com a minoria formada pelos curdos.

d) desistir de seu programa nuclear.
e) promover a paz com o Iraque, país sob o comando de Saddam Hussein.

✍ **Comentário:**
A afirmativa correta é a letra D. O programa nuclear iraniano tem preocupado a comunidade internacional, pois o domínio dessa tecnologia pode possibilitar a fabricação de armas nucleares. Embora o governo do Irã afirme que o programa será usado para fins pacíficos, o fato de mais uma nação possuir o armamento traz aflição aos demais países, principalmente por ser o Oriente Médio uma região de muitos conflitos geopolíticos em função do petróleo.

Gabarito: D

7. (CESPE/TJ-AL/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2012) A respeito da crise política ocorrida no Paraguai no último mês de maio, assinale a opção correta.

a) Na reunião de cúpula do MERCOSUL realizada após a referida crise política, Brasil, Argentina e Uruguai decidiram suspender o Paraguai do bloco econômico.
b) Após ser destituído do poder, o ex-presidente do Paraguai, Fernando Lugo, refugiou-se no Brasil.
c) À destituição do presidente Fernando Lugo seguiram-se o fechamento da Suprema Corte do país e a dissolução do Congresso paraguaio.
d) Um grupo de civis dissidentes, contrários à política econômica neoliberal em vigor no país, foi o principal articulador da destituição do presidente paraguaio
e) Os integrantes do novo governo que se formou após a destituição do presidente Fernando Lugo anunciaram a elaboração, ainda no ano de 2012, da nova constituição do país.

✍ **Comentário:**
a) Correto. Após o rápido processo de *impeachment* do presidente Fernando Lugo, o Paraguai foi suspenso do Mercosul por seus integrantes acreditarem que a deposição ocorreu de forma inconstitucional, sem tampo hábil para a ampla defesa do ex-bispo.
b) Errado. O ex-presidente permanece no Paraguai e, segundo especulações, deve concorrer a uma vaga no senado federal nas próximas eleições.
c) Errado. Não houve fechamento da Suprema Corte. A população que apoiava Lugo foi quem pediu a dissolução do Congresso paraguaio, mas isso de fato não ocorreu.
d) Errado. A oposição política do ex-presidente iniciou as acusações a ele após um conflito agrário que resultou na morte de 17 pessoas. Os opositores acusaram o então presidente de estar governando de maneira imprópria, irresponsável e negligente. A partir daí, teve início o processo que deu origem ao *impeachment*.
e) Errado. O novo governo tratou de nomear o chanceler para fazer contato com os países vizinhos, buscando demonstrar uma vocação democrática e, provavelmente, evitar as sanções ao Paraguai.

Gabarito: A

8. (CESGRANRIO/CAIXA/ADVOGADO/2012) O mundo não vai acabar em 2012. "Que pena!", dirão os cínicos. Mas, para aqueles que são, em variados graus, mais otimistas, 2012 será um ano de atos de equilibrismo. A Primavera Árabe vai tornar-se outro verão.

SUU KYI, A. *Um senso de equilíbrio*. The economist/ Revista Carta Capital, São Paulo: Confiança. O mundo em 2012, n. 677, jan./fev. 2012, p.86.

A expressão Primavera Árabe, empregada no texto, refere-se aos levantes políticos de 2011 ocorridos majoritariamente no:

a) norte da África
b) sudeste da África
c) sudeste da Ásia
d) nordeste da Ásia
e) centro-sul da Europa

✍ **Comentário:**
A afirmativa correta é a letra A, apesar de a Primavera Árabe ter ocorrido principalmente no Norte da África. Iniciou-se na Tunísia, depois Egito e espalhou-se pelo Norte do continente, até atingir o mundo árabe.
Gabarito: A

(CESPE/TJ-RR/NÍVEL MÉDIO/2012) Foi criada no Congresso, com a assinatura recorde de 385 deputados e 72 senadores, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) mista para investigar o grupo contraventor do bicheiro Carlinhos Cachoeira, bem como a ligação desse grupo com políticos e com a empreiteira Delta, apontada pela Polícia Federal como suporte financeiro do esquema. (*O Globo*, 20/4/2012, capa – com adaptações)

Tendo como referência o texto, assim como os diversos aspectos por ele focalizados, julgue os itens que se seguem.

9. Enquanto transcorria a CPI citada no texto, o Senado Federal cassou o mandato de um dos seus mais conhecidos membros, Demóstenes Torres.

✍ **Comentário:**
A assertiva está correta. Mesmo antes do final da CPI, o senador Demóstenes Torres teve seu mandato cassado (já sob fortes indícios de envolvimento com Carlinhos Cachoeira), por quebra de decoro parlamentar.

Gabarito: Certo

10. Ao aprofundar as investigações, a CPI a que o texto se reporta não conseguiu comprovar qualquer tipo de ligação entre o grupo de Cachoeira e as empresas que prestam serviços a governos.

✍ **Comentário:**
A assertiva esta incorreta. Uma das principais ações do grupo de Cachoeira é exatamente nas empresas que prestavam serviços a governos estaduais e ao governo federal. Muitas delas faziam doações milionárias a campanhas políticas em troca de contratos com os governos.

Gabarito: Incorreto

11. (FCC/MPE – RN/Analista do Ministério Público Estadual, Suporte Técnico, Tecnologia da Informação/2012) Sobre a Lei da Ficha Limpa é correto afirmar que:

a) foi criada no início de 2012 para inibir as fraudes em concursos públicos para órgãos federais.
b) foi considerada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal e valerá para as eleições de 2012.
c) tem validade para disputas eleitorais em macroinstâncias, ou seja, apenas em nível estadual ou federal.
d) acaba com a inelegibilidade de oito anos imposta para políticos cassados por fraudes ou corrupção.
e) fere os dispositivos legais da constituição de 1988 no que se refere aos trâmites das eleições municipais

✍ **Comentário:**
A Lei da Ficha Limpa foi declarada constitucional em fevereiro de 2012, e já foi vigente para os pleitos municipais de 2012. Ela proíbe que sejam eleitos políticos condenados pela Justiça em decisões colegiadas, cassados pela Justiça Eleitoral ou até mesmo os que renunciaram a cargo eletivo para evitar processo de cassação.
Gabarito: B

12. (FCC/SABESP/Atendente a Cliente/2012) O presidente deste país árabe renunciou em 14 de janeiro [2011] após um mês de violentos protestos contra o governo.

Ele estava há 23 anos no poder. Foi a primeira vez que um líder árabe foi deposto por força de movimentos populares. Essa movimentação política contaminou outro país da região e em 25 de janeiro [2011], policiais e manifestantes entraram em choque nas ruas da capital, especialmente na Praça Tahrir. Eles pediam a saída do presidente Hosni Mubarak, há 30 anos no comando. Pelo menos quatro pessoas morreram.

(Adaptado de: http://educacao.uol.com.br/atualidades/crise-e-levantes-ameacam-regimesarabes.jhtm)

A notícia refere-se aos dois países onde teve início a "primavera árabe":

a) Argélia e Afeganistão.
b) Irã e Marrocos.
c) Arábia Saudita e Jordânia.
d) Tunísia e Egito.
e) Marrocos e Jordânia.

✍ **Comentário:**
A Primavera Árabe iniciou-se no final de 2010 na **Tunísia**, quando um jovem que foi impedido pela polícia local de vender frutas e vegetais em uma banca ateou fogo no próprio corpo como forma de protesto. O fato revoltou a população, que foi às ruas protestar contra o governo do presidente Zine El-Abidine Ben Ali, que deixou o país e fugiu para a Arábia Saudita. O ocorrido motivou, também, os **egípcios**, que foram protestar contra Hosni Mubarak, que acabou renunciando.
Gabarito: D

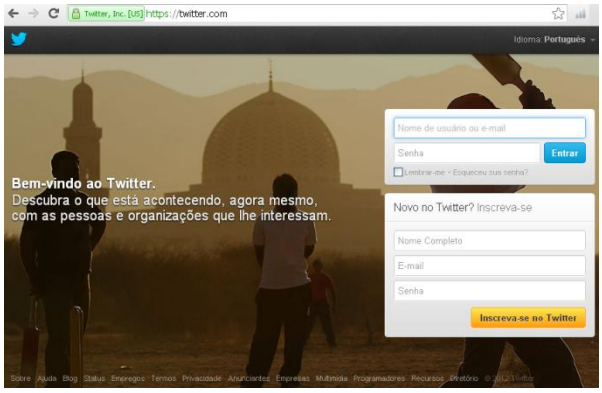
Redes sociais (*twitter*, *facebook*, Google+, *linkedin*)

Redes sociais são relações entre os indivíduos na comunicação por computador, o que também pode ser chamado de interação social, cujo objetivo é buscar conectar pessoas e proporcionar a comunicação, e, portanto, utilizar laços sociais.

Através das redes sociais, o usuário poderá compartilhar informações (vídeos, artigos, fotos, notícias, etc) com outros usuários que fazem parte de seus contatos.

As redes sociais *on-line* podem operar em diferentes níveis, como, por exemplo, redes de relacionamentos (*facebook*, *orkut*, *myspace*, *twitter*), redes profissionais (*LinkedIn*, Via6), redes comunitárias (redes sociais em bairros ou cidades), redes políticas, dentre outras.

Twitter



Twitter é uma rede de informação em tempo real que conecta você às últimas histórias, ideias, opiniões e notícias sobre o que há de mais interessante. Basta encontrar as contas com que você mais se identifica e seguir as conversas.

O *Twitter* é composto por pequenas explosões de informação chamadas *Tweets*. Cada *Tweet* tem até 140 caracteres, mas não se deixe enganar pelo tamanho da mensagem, você pode descobrir muita coisa em pouco espaço. Você pode ver fotos, vídeos e conversas diretamente nos *Tweets*, e acompanhar toda a história num piscar de olhos, tudo em um único lugar. Veja como funciona.

Você não precisa "tweetar" para perceber a importância do *Twitter*

Você não precisa ter um *site* para navegar na Internet e você não precisa "tweetar" para desfrutar do *Twitter*. Tanto faz se você "tweeta" 100 vezes por dia, ou nunca, você ainda tem acesso às conversas e às informações em torno do que lhe interessa. Você pode contribuir, ou apenas ouvir e buscar as informações mais recentes.

***Twitter* para Empresas**

O *Twitter* conecta empresas aos seus clientes em tempo real — e as empresas usam o *Twitter* para compartilhar informações de forma rápida com as pessoas interessadas em seus produtos e serviços, para coletar sugestões e informações do mercado em tempo real, e construir relacionamentos com clientes, parceiros e pessoas influentes. Desde o levantamento de marca e GRC até as vendas diretas, o *Twitter* oferece às empresas uma oportunidade de atingir um público alvo.

***Twitter* ao redor do mundo**

O *Twitter* foi fundado em São Francisco, mas é usado por pessoas em quase todos os países do mundo. O serviço está disponível em mais de 20 idiomas, e continuamos a adicioná-los. Você pode alterar sua preferência de idioma em suas configurações de usuário com apenas alguns cliques.

***Twitter* em qualquer lugar**

O *Twitter* pode ser usado em seu dispositivo móvel usando um dos aplicativos gratuitos do *Twitter* para *iPhone*, *iPad*, *Android*, *BlackBerry* e *Windows 7*.

***Twitter* para SMS**

Twitter para SMS é uma infraestrutura instantânea para comunicações móveis. Indivíduos, empresas e causas sociais podem usar o *Twitter* para SMS, e o programa Seguir Rápido para se conectar diretamente a qualquer pessoa com um celular.

Como postar um *Tweet*

Tweet é uma mensagem de 140 caracteres postada no *Twitter*.

Para postar um *tweet* pela *web*:

1. Entre na sua conta no *Twitter*.
2. Digite o seu *Tweet* na caixa do lado esquerda da tela, ou clique no botão azul "publicar um novo Tweet", na barra de navegação superior. Vai ficar assim:
3. Não se esqueça de que a sua atualização deve ter menos de 140 caracteres. O número de caracteres restantes é exibido embaixo da caixa.
4. Clique no botão "*Tweet*" para postar o *Tweet* no seu perfil.
5. Você vai ver imediatamente o *Tweet* no histórico da sua página inicial.

Vocabulários relacionados ao *Twitter*

- ***Retweet*:** É um *Tweet* enviado por um terceiro e encaminhado para você, por um usuário que você segue. Frequentemente usado para espalhar notícias ou compartilhar descobertas interessantes no *Twitter*.
- ***"Retweetar"*:** *"Retweetar"*, *"retweetando"*, *"retweetado"*. É o ato de compartilhar, com os seus seguidores, um *Tweet* postado por outro usuário.
- ***Tweet*:** É uma mensagem contendo 140 caracteres ou menos, postada via *Twitter*.
- ***"Tweetar"*:** *Tweet*, "*Tweetar*", "*Tweetado*". É o ato de postar uma mensagem chamada *Tweet*, no *Twitter*.
- ***Tweeter*:** É o titular de uma conta no *Twitter*, é a pessoa que envia e lê *Tweets*, também conhecido como *Twitterers*.

Facebook

O *Facebook* é uma rede social que reúne pessoas a seus amigos e àqueles com quem trabalham, estudam e convivem. As pessoas participam do *Facebook* para manter contato com seus amigos, carregar um número ilimitado de fotos, compartilhar *links* e vídeos e aprender mais sobre as pessoas que conhecem.

Como me inscrevo no *Facebook*?

Se você não tem uma conta do *Facebook*, você pode se cadastrar em algumas etapas fáceis. Para se cadastrar e criar uma conta nova, digite seu nome, data de nascimento, gênero e endereço de *e-mail* no formulário em **www.facebook.com**. Em seguida, escolha uma senha.

Após preencher o formulário de cadastramento, você receberá um *e-mail* no endereço fornecido. Para concluir o processo de cadastramento, clique no *link* de confirmação.

Como eu faço para encontrar amigos no *Facebook*?

Depois de se cadastrar no *Facebook*, há três formas de encontrar seus amigos ou de convidá-los para participar também:

Procurar amigos

Você pode procurar seus amigos digitando os nomes ou endereços de e-mail deles na barra de pesquisa na parte superior de qualquer página do *Facebook*. Se você não vir a pessoa que está procurando, é possível filtrar os resultados da pesquisa:

1. Digite o nome de um amigo na barra de pesquisa.
2. Clique no link **Ver mais resultados...** no final da lista suspensa.
3. Clique em **Pessoas** no menu **Filtros de busca**, à direita.
4. Use o menu suspenso de filtros para filtrar os resultados da sua pesquisa por local, educação ou local de trabalho, ou adicione outra opção de filtro (por exemplo, buscar pela sua cidade natal mostrará todas as pessoas que também listaram essa cidade em suas contas).

Importar seus contatos

Você pode importar sua lista de contatos de outros lugares (por exemplo, sua conta de *e-mail*) e encontraremos seus amigos para você. Também é possível navegar pelas pessoas que talvez você conheça na página **Localizar amigos**.

1. Digite **Localizar amigos** na barra de pesquisa, na parte superior de qualquer página do *Facebook*, e clique no primeiro resultado.
2. Clique no nome da conta que deseja usar (por exemplo, UOL).
3. Insira suas informações de login para essa conta (por exemplo, *e-mails* e senha). Observação: O *Facebook* não armazenará sua senha.
4. Clique em **Localizar amigos**.

Depois que o *Facebook* importar seus contatos, você terá a opção de enviar uma solicitação de amizade para todos os seus amigos que já tenham uma conta no *Facebook* (basta clicar em **Adicionar amigo**) ou enviar um convite para amigos que ainda não usam o *Facebook*.

Curtir

O que é o recurso **Curtir**?

Curtir é um meio de fazer comentários positivos ou de conectar-se com coisas importantes para você no *Facebook*. Você pode curtir conteúdo de seus amigos publicam para fins de comentário ou curtir uma Página

com a qual você quer se conectar no *Facebook*. Você também pode se conectar a conteúdo e Páginas por meio de *plug-ins* sociais ou de anúncios dentro e fora do *Facebook*.
O que significa **Curtir** algo?

Clicar em **Curtir** dentro de algo que você ou um amigo publica no *Facebook* é um modo fácil de dizer a essa pessoa que você gostou, sem deixar comentários. É como um comentário, porém, o fato de você ter gostado é assinalado abaixo do item.

Por exemplo, se você clicar em um *link* **Curtir** abaixo do vídeo de um amigo:

- O fato de você ter curtido será assinalado abaixo do vídeo.
- Será publicada uma história na sua linha do tempo, informando que você curtiu o vídeo do seu amigo.
- Seu amigo receberá uma notificação de que você curtiu esse vídeo.

Linkedin

Mais de 175 milhões de profissionais utilizam o Linkedin para compartilhar informações, ideias e oportunidades.

Recursos/benefícios:

Manter-se informado sobre seus contatos e o seu setor.

Localizar as pessoas e o conhecimento de que você precisa.

Gerenciar a sua identidade profissional *on-line*.

Google+

Google+ (ou Google Plus) é uma rede social do Google, que pretende facilitar o compartilhamento na web e "bater de frente" com o Facebook. O serviço, que está disponível na web e conta com apps para Android e iOS, permite trocar mensagens com os amigos, compartilhar links interessantes, divulgar fotos entre outras funcionalidades.

✍ Questão de concurso comentada

1. (CESPE/MPE-PI/2012) Na rede social conhecida como Via6, o usuário poderá compartilhar informações e dados — como vídeos, artigos, notícias e apresentações — com outros usuários que fazem parte dos seus contatos.

✍ **Comentário:**
A Via6 é uma rede de relacionamentos voltada para profissionais. Por meio dela, os usuários podem ampliar seu *networking*, trocar informações, gerir sua carreira profissional e aumentar sua visibilidade no mercado de trabalho através do compartilhamento de dados e informações.
Gabarito: Certo

2. (CESPE/MPI-PI/2012) Uma rede social é uma estrutura composta por pessoas ou organizações conectadas, que compartilham objetivos comuns. Via6, Orkut e Linkedin são exemplos de redes sociais.

✍ **Comentário:**
A definição de rede social e os exemplos estão corretos. Via6 e Linkedin são redes voltadas para profissionais e o *Orkut* é uma rede de relacionamento.
Gabarito: Certo

3. (FCC/2012/ BANESE / Técnico Bancário) O titular de uma conta no ..... I ....., conhecido como ..... II ....., é a pessoa que costuma ..... III ..... e ler ..... IV ..... .

As lacunas I, II, III e IV da frase acima são preenchidas correta, e respectivamente, por

a) *Twitter*, *Tweeter*, *Tweetar* e *Tweets*.
b) *Tweeter*, *Twitter*, *Twittar* e *Twitts*.
c) *Twitter*, *Tweet*, *Tweetar* e *Tweeters*.
d) *Tweeter*, *Twitt*, *Twittar* e *Twitters*.
e) *Tweet, Twitter*, *Tweetar* e *Tweeters*.

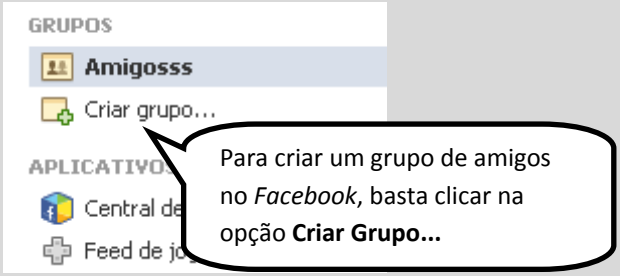
✍ **Comentário:**
I – *Twitter*: É uma rede social que permite aos usuários enviar e receber mensagens (*Tweets*).
II – *Tweeter*: É a pessoa que envia e lê *Tweets*.

III – Tweetar: É o ato de postar uma mensagem no *Twitter*.
IV – *Tweets*: São mensagens contendo 140 caracteres ou menos, postada via *Twitter*.
Gabarito: A

5. (FCC / 2011 / TRE-TO /Analista Judiciário - Área Administrativa) Na Internet, ela é uma rede social que permite comunicar com um grupo de amigos pré-definido, aceitando os amigos e restringindo o acesso de estranhos aos seus dados:

a) Correio Eletrônico.
b) *Twitter*.
c) *Blog*.
d) *Facebook*.
e) *Weblog*.

✍ **Comentário:**
Das opções acima, o *Twitter* e o *Facebook* são redes sociais. A diferença é que, através do *Facebook*, é possível criar pequenos grupos com pessoas selecionadas para a troca privada de informações (comunicar-se com um grupo de amigos pré-definido). É uma maneira simples para compartilhar informações com pequenos grupos em um espaço privado. A configuração padrão é fechada, o que significa que apenas membros acompanham o que acontece naquele grupo. Nesse espaço privado, é possível postar as fotos rapidamente, fazer planos e acompanhar as conversas em andamento.



Gabarito: D

6. (CESPE/AL-CE/2011) A URL twitter.com disponibiliza um serviço de rede social que permite aos usuários a criação de um microblogue, no qual podem ser postados textos de, no máximo, 140 caracteres.

✍ **Comentário:**
Um texto no *twitter* é limitado a 140 caracteres. Essa limitação é para viabilizar a integração do *twitter* com mensagens de texto via celular (SMS).
Gabarito: Certo

Relações internacionais

Autor: Rodrigo Leal Martins

O que são as relações internacionais

As relações internacionais dizem respeito ao contato existente entre os povos e/ou as nações em áreas como, por exemplo, política, cultura, economia ou até mesmo militar. A aproximação entre os povos (ou empresas e organizações internacionais), que se apresenta como fundamental na era da globalização, é o principal foco dessas relações. Viabilizar o diálogo ou proporcionar acordos entre países para solucionar problemas — conflitos, disputas, proliferação nuclear, entre outros — e, inclusive, facilitar o comércio também são ações pertinentes às relações internacionais.

Conflitos no Oriente Médio

Uma das regiões mais tensas e politicamente instáveis do mundo, o Oriente Médio, está geograficamente localizado entre o Norte da África e a Ásia.

É composto por 15 países que detêm, juntos, aproximadamente 60% das reservas de petróleo do globo. A grande quantidade do produto implica em boa parte das tensões e conflitos que ocorrem com frequência na região. Outra questão delicada é a religiosa, pois surgiram ali as três maiores religiões monoteístas do mundo, o islamismo, o cristianismo e o judaísmo. Apesar de boa parte da população local ser muçulmana, os conflitos são inevitáveis, principalmente contra os cristãos, que juntamente com o judaísmo, são minoria religiosa nessa porção do mundo[81]. No Egito, por exemplo, mesmo após a queda do ditador Hosni Mubarak, as perseguições contra os cristãos continuaram ocorrendo.

O Oriente Médio é marcado, também, por governos ditatoriais e autoritários, geralmente regidos por um único homem durante longos anos. Em 2011, tiveram ascensão os levantes contra os regimes ditatoriais em vários países do Norte da África e do Oriente Médio. Por meio do movimento que ficou conhecido como Primavera Árabe, muitos países conseguiram, a partir de protestos e manifestações, expulsar seus ditadores e, agora, caminham buscando uma democracia.

Pan-arabismo

O Pan-arabismo[82] é um movimento político que busca (ou tendencia) a união de todos os países de cultura e língua árabe, em uma espécie de grande comunidade de interesses. Está vinculado ao nacionalismo árabe e em preceitos nacionalistas. O movimento sempre se opôs ao colonialismo e à política ocidental, pois tem como

[81] http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/06/papa-diz-que-cristaos-no-oriente-medio-buscam-liberdade-religiosa-e-paz.html, http://www.mundoeducacao.com/geografia/as-religioes-no-oriente-medio.htm
[82] Informações: <http://www.desconversa.com.br/historia/tag/pan-arabismo/>

objetivo a independência dos países árabes frente aos europeus. Além disso, o Pan-arabismo sempre foi contra a constituição do Estado de Israel (que é judeu).

Muitos governantes de países do Oriente Médio ainda trazem a ideologia nacionalista do Pan-arabismo, o que pode ser verificado nas frequentes tensões com o Estado de Israel e até mesmo contra as nações ocidentais (Estados Unidos e Europa). Um bom exemplo é o governo sírio de Bashar al-Assad, que, tal qual foi o de seu pai, é calcado em uma ideologia de nacionalismo pan-árabe, mantendo as mesmas características. O atual líder sírio vem enfrentando problemas com os levantes da Primavera Árabe, em função, sobretudo, de seu governo ditatorial, da falta de liberdade de expressão e da crise econômica pela qual passa a Síria. Apesar de permanecer no poder, já há inclusive pressões internacionais e da ONU para que haja uma transição política no país e, consequentemente, um sistema político mais democrático.

ONU

A ONU – Organização das Nações Unidas – foi criada em 1945 e é formada por governos da maioria dos países. Tem por objetivos defender os direitos humanos, manter a segurança internacional, promover o desenvolvimento econômico e o progresso social dos países e ajudar na construção do direito internacional (leis). No pós-guerra (período após a Segunda Guerra Mundial), a organização foi importante traçando acordos e mecanismos multilaterais para evitar um novo conflito armado mundial. Atualmente, a ONU conta com 193 países participantes. O total de membros fundadores da ONU é de 51 países, entre eles o Brasil.

Estados Unidos, Rússia, Reino Unido, França e China — são integrantes permanentes (e, juntamente com outros dez países, formam o Conselho de Segurança), possuindo direito a veto, ou seja, podem trancar qualquer resolução da ONU.

A ONU possui quinze agências/departamentos especializados que atuam em diferentes áreas, tais como saúde, aviação civil, finanças, telecomunicações, entre outros. As mais conhecidas são a OIT – Organização Internacional do Trabalho, a OMC – Organização Mundial do Comércio, a OMS – Organização Mundial da Saúde, o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância e a UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

Com sede em Paris, a UNESCO[83] é um dos departamentos mais antigos da Organização das Nações Unidas, tendo sido fundada poucos dias após a própria ONU. É responsável pelas áreas de educação, cultura, ciências humanas e sociais, comunicação e informação. A UNESCO iniciou suas atividades no Brasil em 1972. Tem como prioridade a defesa de uma educação de qualidade para todos e a promoção dos desenvolvimentos humano e social.

A UNESCO também foi a primeira das agências da ONU em que os palestinos buscaram integração como membro total[84] (sendo que já participava como membro observador) depois que a ANP – Autoridade Nacional Palestina – entrou com pedido de assento na ONU. O pedido foi aceito com 107 votos a favor (inclusive o do Brasil), 52 abstenções e 14 votos contra (dentre os quais de Estados Unidos, Israel e Alemanha). Após a aceitação, o Brasil felicitou a Palestina por ter sido admitida como Estado-membro pleno da UNESCO. Conforme o ministro palestino das Relações Exteriores, a votação serviu para apagar um pouco da injustiça cometida contra os palestinos.

Caso Edward Snowden

Edward Snowden, ex-funcionário da CIA que trabalhava como terceirizado na Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos, foi homem que revelou ao mundo o sistema de monitoramento de telefones e *e-mails* feito pelo serviço americano de espionagem

Em julho de 2013, a caçada a Edward Snowden, provocou um incidente diplomático entre Bolívia, Estados Unidos e quatro países europeus. O presidente da Bolívia, Evo Morales, ficou 13 horas em um aeroporto de Viena, na Áustria, depois que o avião dele fez uma escala não prevista no país. O episódio foi classificado como "sequestro" pelo governo boliviano. Morales disse que França, Espanha, Itália e Portugal fecharam seus espaços aéreos para a aeronave, que decolou de Moscou. Havia a suspeita de que Edward Snowden estivesse a bordo.

Somente após longa espera Edward Snowden recebeu asilo político de um ano na Rússia e em 1º agosto de 2013 finalmente pôde sair do aeroporto de Sheremetyevo, em Moscou, onde estava há 39 dias, protegido pela zona de tráfego.

A concessão pode afetar as relações entre os presidentes Barack Obama e Vladimir Putin. No entanto, o ex-embaixador russo em Washington, Yuri Ushakov, descarta a possibilidade e considerou o asilo "insignificante" para a relação entre os países.

Snowden ainda pode seguir para Bolívia, Venezuela, Equador e Nicarágua, que lhe também lhe ofereceram asilo político.

As denúncias geraram desgastes com governos de diversos países, incluindo o Brasil, onde a NSA manteve uma de suas centrais do programa de vigilância – o que irritou o governo brasileiro.

[83] Informações <http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/unesco/>

[84] Informações: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/999383-brasil-felicita-palestina-por-admissao-plena-na-unesco.shtml>

Crises diplomáticas do Brasil

O Brasil recentemente teve alguns incidentes diplomáticos com algunas países, como, por exemplo, a Bolívia, EUA e Inglaterra.

O relacionamento entre Brasil e Bolívia tem um histórico de parceria. Um exemplo dessa parceria é o Gasoduto Brasil-Bolívia, uma via de transporte que permite o transporte de gás natural entre os dois países. No entanto, recentemente essa parceria enfrentou alguns desgastes. Em fevereiro de 2013, um grupo de torcedores do Corinthians ficou 156 dias preso na cidade boliviana de Oruro, suspeitos de soltar um sinalizador marítimo que matou um garoto de 14 anos durante um jogo de futebol no país. Outro incidente foi a fuga do senador boliviano Roger Pinto Molina para o Brasil, em agosto de 2013. O episódio soma-se a outros poucos atritos diplomáticos entre os dois países, como a disputa pelo Acre, em 1903, e a nacionalização do setor de óleo e gás na Bolívia, que chegou a enviar tropas militares para as refinarias da Petrobrás no país, em 2006. Nessa ocasião, a questão foi resolvida pacificamente pelo então presidente Lula.

Desgastes diplomáticos também ocorreram com os EUA em 2013, após as revelações de que os EUA espionaram as comunicações dos presidentes do Brasil. Após as denúncias de espionagem, Dilma cobrou explicações de Thomas Shannon, embaixador dos Estados Unidos no Brasil, e o Senado brasileiro aprovou uma CPI para investigar o assunto.

O Brasil também é protagonista de outra polêmica diplomática, desta vez com a Inglaterra. Em 18 de agosto de 2013, policiais britânicos detiveram por nove horas o brasileiro David Miranda no aeroporto de Londres. Ele teve seus aparelhos eletrônicos confiscados. A detenção investigava se o brasileiro transportava dados sigilosos e foi baseada na Lei de Antiterrorismo do Reino Unido. O então chanceler brasileiro, Antonio Patriota, chegou a afirmar que a espionagem poderia afetar a relação do Brasil com a Inglaterra.

Notícias comentadas

> **"Negociações em Genebra sobre tema nuclear do Irã terminam sem acordo"** (UOL, 09/11/13)[85]

A reportagem trata de uma reunião celebrada em Genebra em novembro de 2013, na qual ocorreram intensas negociações entre o programa nuclear iraniano e o grupo de seis potências mundiais conhecido como 5+1 (Reino Unido, China, França, Alemanha, Rússia e Estados Unidos) que terminou sem chegar a um acordo definitivo na ocasião, apesar de alguns avanços terem sido conquistados. O projeto de acordo, com uma experimentação de seis meses, levaria a uma flexibilização das sanções com um compromisso do Irã de suspender, em parte ou totalmente, seu enriquecimento de urânio, um processo que permite, quando atinge 90%, a fabricação de uma bomba nuclear.

> **"Argentinos não perdoam Thatcher por Guerra das Malvinas"** (O Globo, 08/04/13)[86]

A guerra começou em 2 de abril de 1982, após a Argentina invadir o arquipélago que considera sua extensão territorial histórica. A então primeira-ministra britânica, Margareth Thatcher, reagiu com força na ocasião. A argentina entendia que, ao se tornar independente em 1822, passou também a controlar as ilhas, que pertenciam aos espanhóis. Já os britânicos afirmavam que dominam a região desde 1833, quando ocuparam e colonizaram o arquipélago. A guerra, que durou 75 dias, só acabou em 14 de junho, com a rendição dos argentinos. Ao todo, 258 britânicos e 649 argentinos morreram no conflito. Atualmente, essa questão ainda confronta Buenos Aires e Londres, e não foi plenamente resolvida dentro da Argentina.

> **"Coreia do Norte lança foguete de longo alcance**
> Norte-coreanos dizem que objetivo da missão é levar satélite ao espaço. EUA, Japão, Coreia do Sul e Rússia dizem que lançamento é teste balístico.
> (G1, 11/12/2012[87])

Segundo a reportagem, o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, condenou o teste norte-coreano como um "ato provocativo" que viola as resoluções do Conselho de Segurança e ameaça 'a estabilidade da região'. A Coreia do Norte está proibida de realizar teste nuclear ou com mísseis por resoluções da ONU impostas em 2006 e 2009, depois que o país realizou testes nucleares.

> "***Mais de 40 mortos em ataque aéreo na Síria, na véspera da chegada de Brahimi***
> *Aviões de combate do regime bombardearam intensamente nesta quinta-feira uma cidade estratégica do norte da Síria controlada por rebeldes, matando 44 pessoas, entre elas 23 crianças, no último episódio sangrento da guerra que dura mais de um ano e meio.*"
> G1, 18/10/2012 [88]

[85] <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2013/11/09/negociacoes-em-genebra-sobre-tema-nuclear-do-ira-terminam-sem-acordo.htm>

[86] <http://oglobo.globo.com/mundo/argentinos-nao-perdoam-thatcher-por-guerra-das-malvinas-8060240>

[87] < http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/12/coreia-do-norte-lanca-foguete-de-longo-alcance.html>

[88] <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/10/mais-de-40-mortos-em-ataque-aereo-na-siria-na-vespera-da-chegada-de-brahimi-2.html>

Todos os Direitos Reservados – **www.autodidataeditora.com.br** – Proibida a cópia e distribuição

Na véspera da chegada do emissário da ONU e da Liga Árabe, Lakhdar Brahimi, que possuía intenções de conseguir um acordo de cessar-fogo durante a festa muçulmana de Eid al-Adha, ocorreu o bombardeio na Síria. Os conflitos seguem se mantendo, principalmente entre as forças que apoiam e as que se opõem ao regime do presidente Assad. A situação agrava-se em função de que ambas possuem grupos espalhados pelas cidades que não atendem a qualquer autoridade, o que dificultaria no caso de uma tentativa de trégua.

> "***Brasil felicita Palestina por admissão plena na UNESCO***
> *O Brasil felicitou em comunicado nesta segunda-feira a Palestina por ter sido admitida como Estado-membro pleno na Unesco, agência cultural da ONU (Organização das Nações Unidas), durante votação na 36ª Conferência Geral.*"
> Folha S.Paulo, 31/10/2011 [89]

Palestina recebe 107 votos favoráveis e é aceita como membro total na UNESCO. O país que participava da agência apenas como membro observador (sem direito) consegue a primeira inserção em um departamento da ONU. Essa conquista dos palestinos é parte de uma batalha diplomática do povo árabe para que futuramente possam ser reconhecidos como Estado, e a partir daí iniciar as tentativas para ingressar na ONU.

> **"Assembleia Geral da ONU dá *status* de 'Estado observador' aos palestinos"** (G1, 29/11/2012)

A Assembleia Geral da ONU modificou o *status* dos territórios palestinos, de "entidade observadora" para "Estado observador não membro" na organização, no que significa um reconhecimento implícito da existência do Estado Palestino no Oriente Médio. O pedido palestino foi aprovado por vasta maioria, de 138 votos a 9. O Brasil, votou favoravelmente. Em nota divulgada, o Itamaraty parabenizou a Palestina e apelou pela retomada do processo de paz com Israel.

> "***Assad decreta anistia geral na Síria***
> *Medida não engloba presos por terrorismo, classificação dada aos rebeldes pelo governo*"
> Estadão, 23/10/2012 [90]

O presidente sírio, Bashar al-Assad, decretou anistia geral para crimes cometidos até o dia 22 de outubro de 2012. Porém, a medida não engloba os presos por terrorismo, os chamados rebeldes (opositores ao governo). A medida ocorreu depois que o mediador internacional da ONU propôs o início de uma trégua na região. Assad já havia feito a mesma ação em outra ocasião, anistiando os presos condenados por crimes não graves.

[89] <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/999383-brasil-felicita-palestina-por-admissao-plena-na-unesco.shtml>
[90] <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,assad-decreta-anistia-geral-na-siria,949610,0.htm>

✍ Questões de concursos comentadas

1. (VUNESP/FUNDUNESP/Analista Programador Júnior/2013) A ONU reagiu ontem condenando (...) como "ato de provocação", e há expectativa de que o órgão amplie as sanções ao país. Desafiando a reprovação internacional, (...) é o segundo ato desde que Kim Jong-un assumiu o comando da Coreia do Norte.

(Folha de S.Paulo, 13.12.2012. Adaptado)

O "ato de provocação", em dezembro de 2012, foi

a) o ataque a uma ilha disputada com a China.
b) o lançamento de um foguete de longo alcance.
c) a detonação de uma ogiva nuclear no Oceano Pacífico.
d) a invasão do território sul-coreano pela zona desmilitarizada.
e) a expulsão de inspetores da ONU que visitavam as usinas nucleares.

✍ **Comentário:**
Refere-se ao lançamento de um foguete de longo alcance que segundo os norte-coreanos teria como objetivo levar um satélite ao espaço, porém os EUA, Japão, Coreia do Sul e Rússia dizem que lançamento é teste balístico (ato que a Coreia do Norte está proibida de realizar por resoluções da ONU).
Gabarito: B

2. (FCC/DPE-SP/Agente de Defensoria/ Administrador de Banco de Dados/2013) A política externa desenvolvida pelo Itamaraty durante o ano de 2012 pode ser considerada discreta, mas atuante. Entre os fatos mais expressivos das relações internacionais brasileiras pode-se destacar

a) as negociações para que o país passe a integrar a OCDE, bloco formado pelos países ricos.
b) as fortes sanções comerciais impostas aos países do norte da África após a "primavera árabe".
c) o aumento da participação das tropas que desenvolvem missão de paz em território do Haiti.
d) o voto favorável à elevação da Palestina à condição de Estado membro observador da ONU.
e) a articulação com os Estados Unidos para frear a presença comercial da China na América Latina.

✍ **Comentário:**
Podemos destacar o voto favorável à elevação da Palestina à condição de Estado membro observador da ONU. Após a aceitação, o Brasil felicitou a Palestina.
Gabarito: D

3. (FEPESE / 2013 / DPE-SC / Técnico Administrativo) Em 2 de abril de 1982, a Argentina invadiu um arquipélago, ao sul do continente americano, que considera ser argentino, dando início a uma rápida, mas custosa guerra conhecida como:

a) Guerra das Malvinas.
b) Guerra do Pacífico.
c) Conflito de Beagle.
d) Batalha do Chaco.
e) Batalha do Riachuelo.

✍ **Comentário:**
O enunciado trata da Guerra das Malvinas, conflito ocorrido entre britânicos e argentinos que durou 75 dias e culminou com a derrota da Argentina.
Gabarito: A

3. (CESPE/MPE-PI/CARGOS DE NÍVEL MÉDIO/2012) O ano de 2011 foi marcado pela chamada Primavera Árabe, uma série de revoltas em países árabes contra regimes ditatoriais, alguns instalados há décadas. A respeito da chamada Primavera Árabe, julgue o item a seguir.

A queda da ditadura de Hosni Mubarak no Egito não significou o fim de conflitos entre muçulmanos e cristãos coptas, minoria religiosa que sofre frequentes ataques.

✍ **Comentário:**
Afirmativa correta. Mesmo após a entrada do presidente, Muhammad Morsi (atualmente deposto), as perseguições contra cristãos seguem ocorrendo. A grande maioria da população do país (inclusive o ex-presidente Morsi) segue o islamismo e os conflitos de divergências religiosas já expulsaram muitos cristãos do país.
Gabarito: Certo

(CESPE/TRE-RJ/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2012) Julgue os itens seguintes, relativos aos recentes conflitos ocorridos na Síria.

4. O governo de Bashar Assad, como o de seu pai, legitimava-se politicamente em uma ideologia de nacionalismo pan-árabe e de oposição a Israel.

✍ **Comentário:**
Afirmativa correta. Tal qual o governo de seu pai, Hafez al-Assad (que faleceu em 2000, quando Bashar assumiu a presidência), o atual presidente da Líbia manteve as ideologias pan-árabes de forte oposição à política ocidental e, especialmente, à constituição do Estado de Israel.
Gabarito: Certo

5. A crise política da Síria é movida basicamente por questões religiosas, muito em virtude de a Síria ser o único país árabe cuja maioria da população é cristã.

✍ **Comentário:**
Afirmativa errada. Na realidade, a grande maioria religiosa na Síria são os muçulmanos, e não os cristãos. Os conflitos tiveram início buscando, principalmente, um sistema político mais democrático e liberdade de expressão, bem como em função da forte crise econômica do país.
Gabarito: Errado

6. (AOCP/BRDE/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/ 2012) A Organização das Nações Unidas (ONU) foi fundada em São Francisco (EUA), no ano de 1945. É a única organização de âmbito mundial a reunir quase todos os países do mundo. Assinale a alternativa correta sobre essa organização mundial.

a) trata-se um organismo essencialmente político e que não coopera para resolver problemas econômicos, sociais, culturais e humanitários.
b) a ONU interfere apenas nas questões que envolvem a paz e a segurança dos países membros que compõem os blocos econômicos mais desenvolvidos, não se manifestando com relação aos problemas internos dos países pobres.
c) o Conselho de Segurança da ONU é o órgão com maior representação, abrangendo todas as nações-membro.
d) a ONU conserva um nítido distanciamento de outros organismos internacionais, como a OIT (Organização Internacional do Trabalho), a FAO (Organização de Alimentação e Agricultura) e a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura).
e) ONU tem como um de seus principais objetivos garantir o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais.

✍ **Comentário:**
a) Incorreto. A ONU age em diferentes áreas, como saúde, educação, cultura, desenvolvimento econômico e político, segurança internacional, entre outras.
b) Incorreto. A agência interfere nas questões de paz e segurança de todos os países, indiferentemente a serem ricos ou não ou pertencentes a algum bloco econômico específico.
c) Incorreto. O Conselho de Segurança da ONU é formado apenas por quinze países, sendo cinco integrantes permanentes (com direito a veto) e dez rotativos
d) Incorreto. A ONU possui quinze departamentos especializados atuando nas mais diferentes áreas, entre eles OIT, UNESCO, FAO, OMC.
e) Correto. Dentre os principais objetivos da Organização das Nações Unidas está garantir os direitos humanos e as

liberdades fundamentais, além da segurança, acesso a saúde, entre outros.
Gabarito: E

7. (FCC/MP – RN/Analista do Ministério Público Estadual Administração/2012) Leia a notícia relacionada às relações internacionais do Brasil.

O Brasil comemorou [outubro de 2011], em uma nota da Chancelaria, a admissão da região como Estado pleno da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

"O Governo brasileiro felicita a região por sua admissão [na Unesco], primeira agência especializada do sistema das Nações Unidas que admitiu a região como membro pleno", diz em nota o Ministério das Relações Exteriores. Depois de dar seu voto favorável à causa da região, a chancelaria brasileira felicitou:

a) a Palestina.
b) o Curdistão.
c) a Chechênia.
d) a Caxemira.
e) Kosovo.

✍ **Comentário:**
A UNESCO admitiu a Palestina como membro pleno com 107 votos favoráveis e 14 contra. Foi a primeira agência da ONU a conceder o cargo à região.
Gabarito: A

Segurança

Autor: Rodrigo Leal Martins

Visão geral

A segurança tem sido um tema muito discutido no âmbito internacional por questões que envolvem desde os conflitos na África, passando pelo tão questionado armamento nuclear, até o desarmamento dos Estados Unidos. O crime organizado, que movimenta milhões em todo o mundo, também é assunto de destaque entre os países e na ONU.

Atentados e assassinatos

Atentados em locais públicos, vitimando grande número de pessoas, vêm ocorrendo com certa frequência, por diferentes motivos. Em 20 de julho de 2012, em uma sala de cinema na cidade de Aurora (estado do Colorado, nos Estados Unidos), durante a estreia do filme *Batman: O cavaleiro das trevas ressurge*, um jovem de 24 anos assassinou 12 pessoas e deixou outras 59 feridas[91]. O atirador, James Eagen Holmes, portava dois revólveres, uma espingarda e um fuzil. Ele foi preso no estacionamento e teria dito aos policiais que era o Coringa, conhecido vilão e inimigo de Batman. Segundo investigações da polícia, Holmes estaria comprando armamentos e cartuchos havia cerca de dois meses. Foi descartada qualquer hipótese de o assassino ter recebido ajuda de alguém ou até mesmo de haver ligações dele com grupos terroristas. Holmes pode ser sentenciado à morte pelas acusações que recebeu envolvendo o massacre se a defesa não conseguir comprovar o desequilíbrio mental do jovem. O julgamento foi adiado para 3 de fevereiro de 2014.

Em agosto de 2012, um homem invadiu um templo da religião Sikh (religião indiana) durante uma celebração no estado de Wisconsin, também nos Estados Unidos[92]. Ele teria entrado atirando sem qualquer motivo aparente. Seis pessoas morreram e três ficaram feridas. O assassino baleou um policial, e foi morto enquanto tentava fugir. Os seguidores do sikhismo também usam barbas longas, véus e turbantes, e, algumas vezes, são confundidos com muçulmanos, o que talvez possa explicar o motivo do ataque ao templo. Convém lembrar que, após o episódio do "11 de setembro", os muçulmanos ficaram visados entre alguns norte-americanos.

Em dezembro de 2012, Adam Lanza, jovem com 20 anos, matou 26 pessoas um uma escola primária em Newtown, no estado norte-americano de Connecticut[93]. Ele teria assassinado o pai antes da chegar à escola e a mãe, que era professora na escola Sandy Hook, onde ocorreu o massacre. O jovem entrou no local portando duas pistolas e um rifle. Após o massacre, Adam suicidou-se ainda nas dependências da escola. A polícia de Los Angeles promoveu, também em dezembro, uma campanha de desarmamento voluntário. A cada arma entregue, a pessoa recebia como recompensa de 100 a 200 dólares, conforme o calibre e o tipo do equipamento[94].

A constituição norte-americana prevê o direito de seus cidadãos portarem armas e, somando-se a isso, há uma boa dose de conservadorismo. Isso dificulta boa parte da população se permitir perder um direito individual considerado tão importante, que é o de se defender, tornando o desarmamento algo imensamente difícil de se alcançar em todo o país. Além disso, a indústria de armas, historicamente importante na economia do país, também pesa muito contra qualquer emenda contrária ao porte de armas.

[91] Informações:

[92] Informações: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/08/tiroteio-em-templo-religioso-mata-ao-menos-7-nos-eua-diz-policia.html>
[93] Informações: <http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/policia-identifica-atirador-que-morreu-em-escola>
[94] Informações: <http://noticias.terra.com.br/mundo/estados-unidos/eua-policia-exibe-lanca-misseis-entregues-em-desarmamento,618e04b6681eb310VgnVCM3000009acceb0aRCRD.html>

Em 15 de abril de 2013, duas bombas explodiram perto da linha de chegada da tradicional Maratona de Boston. A maratona, disputada desde 1897, é uma das mais antigas do mundo e estava na 117ª edição. Em 19 de abril, os serviços de inteligência informaram que dois suspeitos, identificados como Tamerlan Tsarnaev, de 26 anos, que foi morto durante um tiroteio com policiais, e Dzhokhar Tsarnaev, de 19 anos, foi capturado pela polícia. Os suspeitos eram estrangeiros e viviam legalmente nos Estados Unidos.

Em novembro de 2013, um tiroteio deixa morto e feridos no aeroporto de Los Angeles. O suspeito, Paul Ciancia, de 23 anos, abriu fogo com um rifle de assalto próximo ao controle de segurança do terminal 3, foi atingido pela polícia do aeroporto e levado sob custódia. De acordo com a CNN, investigações encontraram informações que ligam o suspeito a um "sentimento antigoverno e raiva da Administração de Segurança do Transporte", segundo um oficial.

Crime organizado[95]

Podemos definir como crime organizado uma organização cujos objetivos sejam as atividades (ilícitas) que possam gerar lucro ou até mesmo algum tipo de poder. No Brasil, podemos citar como exemplos o PCC – Primeiro Comando da Capital, as milícias que ocorrem principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, e o Comando Vermelho, organizações com ramificações em diferentes estados que comandam ações criminosas em diversas áreas. Na América Latina, encontramos as FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia; os narcotraficantes, na Bolívia; o próprio tráfico de pessoas, que ocorre principalmente entre México e Estados Unidos; dentre outros grupos ligados, sobretudo, ao tráfico de drogas e ao contrabando.

Com relação às principais ramificações do crime, podemos citar o tráfico de drogas e a pirataria (que envolve brinquedos, jogos de *videogame*, CDs, DVDs, roupas, calçados, eletroeletrônicos e equipamentos de informática, como peças e *softwares*). No âmbito jurídico, o crime organizado enquadra-se em formação de quadrilha, e, nesses casos, incluem-se também questões políticas, como o “mensalão”, por exemplo.

O combate ao crime organizado torna-se difícil pela complexidade de suas ramificações e, em se tratando de organizações de grande porte, como as máfias italianas ou os cartéis colombianos / mexicanos, a dificuldade é ainda maior, pois se faz necessária a cooperação de agentes dos vários países envolvidos. Essas ações conjuntas já vêm ocorrendo há algum tempo e já demonstram resultados. Recentemente, uma operação conjunta entre as polícias do Brasil e da Espanha ajudou a desmantelar uma quadrilha internacional de tráfico de mulheres. Várias brasileiras estavam em cárcere privado e eram mantidas como escravas sexuais na Espanha. A ONU – Organização das Nações Unidas – lançou algumas campanhas para orientar e auxiliar no combate ao crime organizado, mas na realidade nada pode fazer, pois não tem poder algum para isso. O combate ao crime cabe apenas ao poder público. As organizações criminosas são, evidentemente, muito lucrativas (mesmo quando envolvem grande número de pessoas e até mesmo autoridades, como é o caso do jogo do bicho no Brasil) e percebe-se claramente que estão tomando proporções cada vez maiores em nível mundial. A globalização do crime acompanha a evolução das tecnologias, facilitada pelos modernos meios de comunicação e de transporte.

Armas nucleares

O debate sobre a construção e a utilização de armas nucleares ressurgiu com força em fevereiro de 2013, após um teste nuclear realizado pela Coreia do Norte. Ainda antes disso, o presidente norte-americano havia manifestado intenção de negociar com a Rússia uma redução nas armas nucleares dos dois países. Em 2010, houve uma ratificação do Tratado de START – Tratado Sobre Redução de Armas Estratégicas – entre ambas as nações, mas, desde lá, as discussões haviam dado uma trégua e o agora reeleito presidente Barack Obama buscava retomá-las. O teste nuclear norte-coreano foi o terceiro e mais potente já realizado pelo país. Uma rede de TV coreana anunciou o teste algumas horas após e as agências geológicas de diversos países detectaram um evento geológico de magnitude entre 4,9 e 5,1 graus na escala Richter. As reações após o teste foram imediatas. O presidente norte-americano classificou o teste como uma provocação e pediu uma resposta imediata da comunidade internacional.

Obama salientou que o país manterá a vigilância e reafirmou o compromisso dos Estados Unidos com os aliados asiáticos. O primeiro-ministro japonês disse ser lamentável o ocorrido e salientou que o ato pode prejudicar a segurança no Nordeste da Ásia. China, Rússia e União Europeia também condenaram o teste nuclear norte-coreano. A Agência Nacional de Energia Atômica afirmou que o país violou as resoluções das Nações Unidas. A ONU prometeu medidas contra a ação e o conselho de segurança afirmou que é “clara a ameaça à segurança e à paz internacional”. Segundo integrantes do conselho, deve haver grande empenho da ONU em adotar medidas para conter os avanços nucleares da Coreia do Norte. Um ponto interessante revelado pelo país foi que teria sido utilizado, no teste, um dispositivo nuclear pequeno e leve (e que ainda assim ocasionou uma explosão com o dobro da força do teste anterior, realizado em 2009), o que pode significar o alcance de um

[95] Informações: <http://carlosamorim.com/2010/06/25/o-que-e-crime-organizado/>

grande nível de tecnologia, suficiente para talvez colocar um artefato nuclear em um míssil de longa distância.

Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas

O Conselho de Segurança da ONU tem a responsabilidade principal de manter a paz e a segurança internacional. Ele é composto por cinco membros permanentes (China, França, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos da América), que possuem direito a veto.

Fazem parte também do Conselho dez membros não permanentes, que são eleitos pela Assembleia Geral com mandatos de dois anos. Esses países não possuem direito a veto. Em 2011, os dez membros não permanentes foram: África do Sul (que deixou o Conselho no final de 2012), Alemanha (2012), Bósnia-Herzegóvina (2011), Brasil (2011), Colômbia (2012), Gabão (2011), Índia (2012), Líbano (2011), Nigéria (2011) e Portugal (2012).

De acordo com a Carta da ONU, as principais funções e atribuições do Conselho de Segurança são:

- Manter a paz e a segurança internacionais de acordo com os princípios e propósitos das Nações Unidas;
- Investigar qualquer disputa ou situação que possa vir a se transformar em um conflito internacional;
- Recomendar métodos de diálogo entre os países;
- Elaborar planos de regulamentação de armamentos;
- Determinar se existe uma ameaça para a paz ou ato de agressão e recomendar quais medidas devem ser tomadas;
- Solicitar aos países que apliquem sanções econômicas e outras medidas que não envolvam o uso da força para impedir ou deter alguma agressão;
- Decidir sobre ações militares contra agressores;
- Recomendar o ingresso de novos membros na ONU;
- Exercer as funções de tutela das Nações Unidas em "áreas estratégicas";
- Recomendar à Assembleia Geral a eleição de um novo Secretário-Geral e, em conjunto com a Assembleia, escolher os juízes da Corte Internacional de Justiça;
- Apresentar relatórios anuais e especiais à Assembleia Geral.

Lei seca

A Resolução nº 432/2013 do Conselho Nacional de Trânsito, em vigor desde janeiro de 2013, endurece a Lei. A nova regulamentação baixou os limites de tolerância de álcool no teste do bafômetro. A partir de agora, o limite é de 0,05 mg/L. No caso de teste sanguíneo, nenhum nível de concentração de álcool será tolerado.

O motorista autuado responderá por infração gravíssima, pagará multa de R$ 1.915,40, terá a carteira de habilitação recolhida, o direito de dirigir suspenso por 12 meses, além da retenção do veículo. Se houver reincidência em até 1 ano, a multa é o dobro. Se o teste apontar concentração de álcool igual ou superior a 0,34 miligrama, o ato de dirigir passa a ser considerado crime. Comprovada a embriaguez, o condutor pode ser condenado de seis meses a três anos de detenção.

De acordo com a resolução, a embriaguez pode ser comprovada pelo teste do bafômetro, exames laboratoriais, vídeos ou testemunhos. Os policiais deverão preencher um questionário indicando possíveis sinais de embriaguez — como, por exemplo, vômito, soluços, odor de álcool no hálito, agressividade, exaltação ou ironia.

Caso o condutor apresente esses sinais, está sujeito às penas administrativas, mesmo que se recuse a fazer o teste do bafômetro ou o exame de sangue. Para a infração ser considerada crime, é necessária a comprovação por meio de exames.

Segurança pública no Brasil

No Brasil, a *Constituição Federal* de 1988, em seu artigo 144, estabelece que a segurança pública é um "dever do Estado, direito e responsabilidade de todos". No país, cabem às estruturas governamentais o dever de policiamento. Este deve ser realizado por meio das polícias Federal, Ferroviária Federal, Rodoviária Federal, Civil e Militar, e do Corpo de Bombeiros, segundo incisos do mesmo artigo da CF.

Pela *Constituição* brasileira, a ação das Forças Armadas não está diretamente vinculada à segurança pública, mas à defesa da segurança nacional. As Forças Armadas só podem ser convocadas para auxiliar na manutenção da segurança pública em casos de emergência e por determinação do presidente da República.

Comércio de armas no Brasil

Segundo o Relatório do Instituto de Altos Estudos Internacionais de Genebra, publicado em 2010, estima-se que o Brasil tenha 17,6 milhões de armas leves, sendo 57% dessas ilegais. Um dos desafios para resolver o problema da violência no Brasil é o comércio ilegal de armas, que movimenta milhões de dólares e dificulta a investigação dos crimes. A pesquisa revelou que as armas de fogo usadas pelo crime organizado brasileiro são, sobretudo, de produção nacional, e que o Brasil é o segundo maior produtor de armas do Ocidente. Há, ainda, as armas que ingressam no país pelas fronteiras, principalmente com o Paraguai e a Bolívia, onde a fiscalização é insuficiente.

Outro dado mostra que, em 72% dos casos, as armas leves pertencem a companhias privadas e a indivíduos particulares. O Estatuto do Desarmamento foi sancionado em 2003, visando a coibir o uso de armas ilegais. Em 2005, 64% da população brasileira votou pela não proibição da venda de armas de fogo no referendo sobre o comércio de armamentos.

Notícias recentes comentadas

> "***Coreia do Norte desafia o mundo com novo teste nuclear***
> *A Coreia do Norte executou nesta terça-feira seu terceiro e mais potente teste nuclear, utilizando um artefato 'miniaturizado', em um gesto que provocou reações imediatas de condenação de grande parte da comunidade internacional.*"
> *Terra*, 12 de fevereiro de 2013[96]

Novo teste nuclear realizado pela Coreia provoca reação imediata de vários países e da ONU. Com ele, o país viola o código de segurança da organização e atrai para si todas as atenções. O país deve sofrer sanções econômicas e, talvez, provocar o fim da segurança no continente asiático. China e Japão, grandes potências próximas, também condenaram a ação norte-coreana.

> "***Rede de prostituição que explorava brasileiras é desarticulada na Espanha***
> *A polícia da Espanha desarticulou uma rede de prostituição que explorava sexualmente mulheres e travestis de origem brasileira em bordéis da Catalunha, no nordeste do país, e deteve oito pessoas.*" *G1*, 24 de janeiro de 2013[97]

A ação foi realizada em conjunto entre as polícias do Brasil e da Espanha. As brasileiras eram levadas para Catalunha e forçadas a consumir cocaína, para garantir que estariam sempre disponíveis para o sexo. Elas estavam em um local trancado e eram vigiadas por um sistema de câmeras. Foram presos integrantes da quadrilha brasileiros, espanhóis e dominicanos.

> "***Atirador de Connecticut era filho de professora morta***
> *Vinte e sete pessoas morreram, incluindo 20 crianças. Entre as vítimas está a mãe do atirador, que trabalhava como professora no colégio Newtown.*" *Veja*, 14 de dezembro de 2012[98]

Adam Lanza, de 20 anos, entrou na escola portando duas pistolas e um rifle. Também matou o pai antes de sair de casa, além da mãe, que trabalhava na escola. As armas utilizadas por Adam seriam da família. O episódio soma-se a tantos outros ocorridos nos Estados Unidos e reacendeu a discussão sobre o porte de arma no país, que é liberado até mesmo em locais públicos em muitos estados.

> "**Brasil pede que Estados Unidos apoiem reforma do Conselho de Segurança da ONU**
> O vice-presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, ouviu hoje (31) o apelo do governo brasileiro para que os norte-americanos apoiem a reforma no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). O Brasil defende a ampliação do órgão para incluir um país da América Latina e mais um da África, da Ásia e do Leste Europeu. A atual estrutura do conselho é do final da 2ª Guerra Mundial, nos anos de 1940. (*EBC*, 31/05/2013[99])

O Brasil, juntamente com outros países, advoga a ampliação do número de assentos permanentes e não permanentes no Conselho de Segurança da ONU. A reportagem informa que a defesa de uma reforma do órgão faz parte da política externa brasileira. Nos seus discursos, a presidente Dilma Rousseff e o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, argumentam que o formato atual do conselho não reflete o mundo contemporâneo nem as forças políticas. Porém, a reforma esbarra em questões de políticas regionais, dificultando um acordo, pois, nas Américas, por exemplo, existiria apenas mais uma vaga. A disputa envolve o Brasil, a Argentina e o México, que querem garantir espaço como membro titular do órgão.

✍ Questões de Concurso Comentadas

1. (CESPE/MME/Assistente Administrativo/2013) Julgue o item a seguir.

Depois do massacre na escola primária Sandy Hook, em Newtown, no estado americano de Connecticut, em que morreram vinte crianças e oito adultos, o presidente Barack Obama decretou uma lei que proíbe a venda de armas de qualquer tipo de calibre nos EUA. A sanção da lei contou com o apoio irrestrito da população e dos partidos Democrata e Republicano.

✍ **Comentário:**
O presidente Barack Obama não decretou tal lei. A constituição norte-americana prevê o direito de seus cidadãos portarem armas. Boa parte da população não deseja perder esse direito individual. Além disso, a

[96] <http://noticias.terra.com.br/mundo/oriente-medio/coreia-do-norte-desafia-o-mundo-com-novo-teste-nuclear,2564368d4a5cc310VgnCLD2000000ec6eb0aRCRD.html>
[97] <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/01/rede-de-prostituicao-que-explorava-brasileiras-e-desarticulada-na-espanha.html>
[98] <http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/policia-identifica-atirador-que-morreu-em-escola>
[99] http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-05-31/brasil-pede-que-estados-unidos-apoiem-reforma-do-conselho-de-seguranca-da-onu

indústria de armas, historicamente importante na economia do país, também pesa muito contra qualquer emenda contrária ao porte de armas.
Gabarito: Errado

2. (CESPE/ Técnico Judiciário/ Programação de Sistemas/ TRE-RJ/ 2012) No dia 20 de julho, um atirador entrou em uma sala de cinema na cidade de Aurora, no estado norte-americano do Colorado. A respeito desse tipo de fato e de aspectos a ele associados julgue o item a seguir.
No episódio em apreço, o atirador agiu sob o patrocínio e a coordenação de um grupo terrorista de orientação política antiamericana.

✍ **Comentário:**
Afirmação incorreta. Segundo informações da polícia, Holmes, o assassino, agiu por conta própria, sem auxílio ou influência direta de ninguém. Os advogados tentam comprovar o desequilíbrio mental do assassino para evitar que seja sentenciado à pena de morte.
Gabarito: Errado

(CESPE/Auxiliar Administrativo/TJ-RR/2012) O crime organizado internacional é um negócio de 870 bilhões de dólares anuais. O montante representa mais de seis vezes o total destinado ao desenvolvimento e equivale a 1,5 do produto interno bruto (PIB) mundial. O alerta é do Escritório da Organização das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes. *O Globo*, 17/07/2012, p.25 (com adaptações)

Considerando as ideias do texto acima bem como as múltiplas implicações do tema nele abordado, julgue os itens seguintes.

3. A América Latina é uma das poucas regiões onde a rede do crime organizado raramente atua.

✍ **Comentário:**
Afirmação incorreta. Basta observar as facções, como o PCC e o Comando Vermelho no Brasil, ou as FARC colombianas, que veremos o quanto o crime organizado está presente na América Latina. O tráfico de drogas que geralmente tem passagem pela Bolívia e o próprio contrabando do Paraguai também derrubam a afirmação feita na pergunta.
Gabarito: Errado

4. Com seu poder de polícia, a Organização das Nações Unidas está vencendo a luta contra o crime organizado.

✍ **Comentário:**
Afirmação novamente incorreta. A ONU não possui poder de polícia ou algo equivalente. É responsável, apenas, por intermediar acordos de paz e ações humanitárias pelo mundo. A ONU vem organizando e lançando algumas campanhas para orientar as pessoas sobre alguns crimes, mas não consegue ir muito além disso.
Gabarito: Errado

5. De acordo com o texto, o crime organizado globalizou-se e é bastante lucrativo.

✍ **Comentário:**
Afirmação correta (questão interpretativa). O texto deixa claro o tanto de lucro que rendem as organizações criminosas, e é interessante lembrar que, por se tratar de algo ilícito, não há como precisar os valores lucrados com exatidão. Quanto à globalização, certamente que ocorre, pois com o avanço dos meios de comunicação e, principalmente, de transporte, essa expansão torna-se mais fácil.
Gabarito: Certo

6. Tráfico de drogas e pirataria industrial e informática são duas das mais importantes atividades do crime organizado internacional.

✍ **Comentário:**
Afirmação correta. O tráfico de drogas movimenta milhões no mundo inteiro, e podemos citar aqui desde maconha, cocaína até drogas industrializadas, como medicamentos, cigarros e bebidas. A pirataria envolve uma gama enorme de produtos, que vão de jogos de *videogames* e DVDs até roupas, calçados, eletroeletrônicos e computadores (peças e *softwares*).
Gabarito: Certo

7. (CESPE/TJ-DF/Técnico Judiciário/ Área Administrativa/2013) Julgue o item que se segue, relativo a aspectos diversos do cenário geopolítico mundial.

O Brasil advoga, juntamente com outros países, a ampliação do número de assentos permanentes e não permanentes no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, órgão que detém capacidade jurídica para autorizar o uso da força e fazer cumprir suas decisões em caso de ruptura da paz ou de ameaça à paz e à segurança internacional.

✍ **Comentário:**
O item está correto, a defesa de uma reforma do órgão faz parte da política externa brasileira.
Gabarito: Certo

8. (VUNESP/SAP-SP/Agente de Segurança Penitenciária/2013) A nova Lei Seca, funcionando desde o carnaval, tem sido alvo de polêmica. A Resolução n.º 432/2013 do Conselho Nacional de Trânsito, em vigor desde janeiro de 2013, endurece a Lei. A nova regulamentação baixou os limites de tolerância de álcool no teste do bafômetro e, a partir de agora, a infração prevista no art. 165 do CTB será caracterizada por meio

de alguns procedimentos. Assinale a alternativa que contém todos os procedimentos corretos.

a) Exame de sangue que apresente qualquer concentração de álcool por litro de sangue; teste de bafômetro com medição igual ou superior a 0,2 mg/L; declaração do motorista.
b) Exame de sangue que apresente medição igual ou superior a 0,4 dg/L; teste de bafômetro com medição igual ou superior a 0,8 mg/L; declaração do motorista.
c) Exame de sangue que apresente qualquer concentração de álcool por litro de sangue; teste de bafômetro com medição igual ou superior a 0,05 mg/L; sinais de alteração da capacidade psicomotora.
d) Exame de sangue que apresente medição igual ou superior a 0,2 dg/L; teste de bafômetro com medição igual ou superior a 0,1 mg/L; sinais de alteração da capacidade psicomotora.
e) Exame de sangue que apresente medição igual ou superior a 0,4 dg/L; teste de bafômetro com medição igual ou superior a 0,5 mg/L; declaração do motorista.

✍ **Comentário:**
As regras da Lei Seca foram amplamente divulgadas na mídia. Para resolver essa questão, bastaria lembrar-se do limite de medição, que foi continuamente repetido nos jornais e noticiários. Para reforçar, segue trecho da Resolução n.º 432/2013 que contém as informações citadas na questão:
"Art. 6º A infração prevista no art. 165 do CTB será caracterizada por:
I – exame de sangue que apresente qualquer concentração de álcool por litro de sangue;
II – teste de etilômetro com medição realizada igual ou superior a 0,05 miligrama de álcool por litro de ar alveolar expirado (0,05 mg/L), [...]
III – sinais de alteração da capacidade psicomotora [...]".
Gabarito: C

Sociedade

Autor: Rodrigo Leal Martins

1. Fluxos migratórios no Brasil

Os fluxos migratórios fazem referência ao movimento realizado pelos **imigrantes** — quem chega a uma nova cidade, estado, país ou região — e pelos **emigrantes** — quem sai de qualquer localidade. Compreendemos por migrações (imigrações e emigrações) qualquer movimento populacional de uma localidade para outra. De forma geral, na atualidade, podemos afirmar que a grande maioria da população que migra faz isso por questões econômicas. Sempre em busca de melhores condições de vida ou de trabalho. Por esse motivo, alguns países (que apresentam economia crescente, bom desenvolvimento industrial e necessidade de mão de obra) acabam atraindo mais imigrantes do que outros.

No Brasil, hoje, as migrações internas consistem nos principais movimentos de população (incluem-se aqui migrações inter-regionais, intrarregionais, migrações pendulares e transumância), já que as imigrações tiveram número relevante apenas até 1934, quando a Constituição Brasileira aprovada no mesmo ano estabeleceu sistema de cotas para estrangeiros[100] no país. Com isso, as imigrações que haviam se intensificado em função de esforços do governo brasileiro para atrair mão de obra para as lavouras de café (visto que a escravidão já havia se tornado ilegal no país) acabaram diminuindo consideravelmente. Mas, apesar de não serem mais suficientes para alterar significativamente a população do Brasil, as imigrações para o país ainda ocorrem. Sobretudo em virtude do crescimento econômico ocorrido nos últimos anos e dos investimentos vindos, inclusive, do exterior, passamos a ser vistos como emergentes econômicos, com mercado forte e competitivo e, consequentemente como alvo para imigrantes de diferentes países, que não trazem uma mão de obra especializada, mas que vêm para o Brasil buscando um país promissor, que possa lhes oferecer emprego e melhores condições de vida[101]. Além disso, o governo também tem buscado trazer de fora especialistas e cientistas que possam auxiliar no desenvolvimento das empresas nacionais e dos orgãos públicos. Um exemplo recente desse tipo de iniciativa é a vinda de médicos estrangeiros, dentre eles cubanos, resultante do programa "Mais médicos", lançado em julho de 2013.

> "***Crise global e crescimento do Brasil fazem número de imigrantes crescer 52% no ano, superando 2 milhões***" O Globo, 29/10/2011[102]

A manchete faz referência ao aumento de imigrantes registrados no país (ou seja, em situação regular) durante o ano de 2011. Estes vêm para estudar, trabalhar ou até mesmo para acompanhar seus cônjuges. A crise mundial e o fortalecimento econômico do Brasil são apontados como principais causas para o aumento do número de estrangeiros. O mesmo fator econômico faz diminuir o número de brasileiros no exterior, haja vista que, em sua maioria, vão para outros países em busca de trabalho. É importante comentar que, apesar de não existirem

[100] Mais Informações <http://marcosbau.com.br/geobrasil-2/imigracao-e-migracao-no-brasil/>
[101] Mais informações: <http://www.infoescola.com/atualidades/nova-onda-de-imigracao-no-brasil/>
[102] <http://oglobo.globo.com/economia/crise-global-crescimento-do-brasil-fazem-numero-de-imigrantes-crescer-52-no-ano-superando-2-milhoes-3079211>

números oficiais, sabe-se que a imigração ilegal para o Brasil também ocorre.

2. Direitos individuais

O ano de 2012 foi marcado pelos avanços no que se refere aos direitos dos homossexuais. Em 24 de maio, a Comissão dos Direitos Humanos do Senado aprovou um projeto de lei, de autoria da senadora Marta Suplicy, que inclui a união estável entre homossexuais e a possibilidade de sua conversão em casamento no Código Civil. O projeto torna lei uma decisão unânime do Supremo Tribunal Federal – STF, de maio de 2011, que reconhecia a união estável entre homossexuais como unidade familiar[103]. Em 25 de outubro de 2011, o Superior Tribunal de Justiça – STJ já havia autorizado o casamento civil de um casal de gaúchas que viviam juntas havia cinco anos. Na ocasião, foi a primeira vez que o STJ admitiu o casamento *gay*, embora outros casais já tivessem conquistado esse mesmo direito em instâncias inferiores. No caso das gaúchas, o mesmo pedido foi rejeitado por um cartório e pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, o que fez com que o caso chegasse ao STJ.

> "***STJ autoriza casamento* gay *para casal de gaúchas***
> *Foi a primeira vez que um tribunal superior admitiu o casamento civil homossexual. Casal recorreu porque cartório e TJ-RS negaram pedido de casamento.*" G1, 25/10/2011[104]

O projeto da senadora Marta Suplicy ainda deverá passar pela Comissão de Constituição de Justiça antes de ser votado pela Câmara dos Deputados (onde deve sofrer a resistência da bancada evangélica), para, então, tornar-se lei. Evita-se, assim, a necessidade da intervenção da justiça para conceder o casamento civil, já que alguns juízes argumentam que ainda não há legislação específica sobre o casamento homossexual (existe apenas sobre a união estável). Até lá, as decisões já tomadas pelos tribunais de justiça vão servindo como precedente para que mais casais ingressem na justiça pelo direito ao casamento civil.

Também em 2012 acirraram-se as discussões sobre a homofobia, em razão de diversos ataques ocorridos no país contra os homossexuais. Já existe um projeto (que tramita na Câmara desde 2001 e foi aprovado pelos deputados em 2006) que criminaliza a prática da homofobia. A proposta, também de autoria da senadora Marta Suplicy, tipifica crimes de discriminação por gênero, sexo e orientação sexual ou identidade de gênero, tornando todos esses crimes iguais ao racismo. A bancada religiosa é contra o texto, por acreditar que pode ser criminalizada a defesa contra a homossexualidade.

No início de 2011, o MEC produziu o *kit* anti-homofobia para ser distribuído nas escolas. O material, que continha três vídeos e um guia de orientação aos professores, gerou muita polêmica não só no legislativo, como em diversas áreas, em função do conteúdo dos vídeos. Um deles vazou na internet e gerou muitos comentários contrários, por alguns acreditarem que incitava a homossexualidade ou que também poderia trazer o preconceito com a visibilidade. Em maio de 2011, a presidenta Dilma Rousseff mandou suspender a produção do material antes mesmo que ele chegasse às escolas.[105]

3. A população do Brasil

O último censo da população realizado no Brasil pelo IBGE foi em 2010, e trouxe o novo perfil demográfico do país. Fatores como o aumento da expectativa de vida (longevidade) e o aumento da população urbana ficam claros a partir dele.

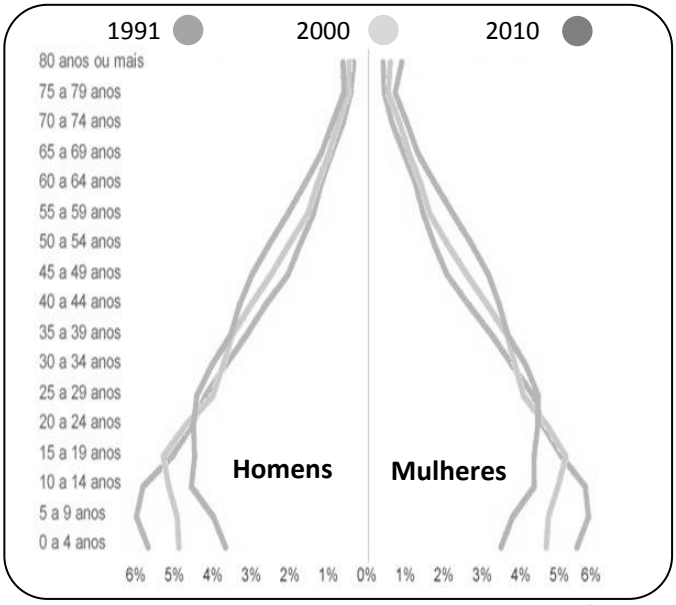
A contagem total da população ocorre no Brasil a cada 10 anos e é promovida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. No intervalo entre cada uma das contagens são realizadas estimativas sobre diversos aspectos, sempre embasadas nos números anteriores. Abaixo, a pirâmide etária[106] traz a comparação entre as três últimas edições do recenseamento:

[103] Informações: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2012/05/24/comissao-aprova-uniao-estavel-entre-homossexuais.htm>

[104] <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/10/stj-reconhece-casamento-gay-para-casal-de-gauchas.html>

[105] <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/dilma-rousseff-manda-suspender-kit-anti-homofobia-diz-ministro.html>

[106] Gráfico adaptado de: <http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,o-brasil-envelhece-de-acordo-com-o-censo-2010,712619,0.htm>



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2010

Observamos a diminuição significativa da base da pirâmide de 2010, o que significa que a população mais jovem está diminuindo, ou seja, as taxas de natalidade decresceram. A população total cresceu menos do que se havia estimado nas projeções anteriores. O gráfico de 2010 aponta um crescimento na população de idade adulta (principalmente a partir dos 25 anos) que se segue até o topo. O aumento do número de idosos (que reflete o aumento da expectativa de vida) demonstra que o país está caminhando rapidamente para um envelhecimento populacional. Percebe-se, então, com a queda nas taxas de natalidade e com o aumento de adultos e idosos, que essas faixas etárias já predominam na formação da população.

Alguns outros dados que o Censo[107] aponta revelam, por exemplo, que o Brasil continua sendo um país onde a maioria da população vive nas zonas urbanas (o país deixou de ser rural ainda na década de 1960), mas que a taxa de urbanização passou de 81%, em 2000, para 84%, em 2010. As mulheres ainda representam a maioria da população — 3.941.819 mulheres a mais —, conforme o levantamento. A região Sudeste segue sendo a mais populosa do país, e as cinco maiores cidades em número de habitantes são, respectivamente, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Brasília e Fortaleza. Na ocasião, o Censo apontou uma população total de mais de 190 milhões de habitantes.

Atualmente, de acordo com o IBGE, o país tem 201.032.714 habitantes. Esse dado se refere a 1º de julho de 2013, e foi publicado no *Diário Oficial da União*. Segundo o Instituto, o Brasil tem 7.085.828 habitantes a mais que o registrado em 1º de julho de 2012, quando a população era de 193.946.886. A projeção do IBGE é de que a população brasileira continuará crescendo até 2042, quando deverá chegar a 228,4 milhões de pessoas.[108]

Entre as unidades da federação, o estado mais populoso continua sendo São Paulo, que conta com 43,6 milhões de residentes, seguido de Minas Gerais (20,5 milhões), Rio de Janeiro (16,3 milhões), Bahia (15 milhões) e Rio Grande do Sul (11,1 milhões). O estado menos populoso é Roraima, com 488 mil habitantes.[109]

4. Religião no Brasil e no mundo

Os resultados do Censo Demográfico 2010 mostram que a proporção de católicos seguiu a tendência de redução observada nas duas décadas anteriores, embora tenha permanecido majoritária. Em paralelo, consolidou-se o crescimento da população evangélica, que passou de 15,4% em 2000 para 22,2% em 2010. A pesquisa indica também o aumento do total de espíritas e também dos que se declararam sem religião. Confira a seguir os resultados do Censo Demográfico 2010[110].

Religião	2000	2010
Católicos	73,6%	64,6%
Evangélicos	15,4%	22,2%
Espíritas	1,3%	2,0%
Umbanda e Candomblé	0,3%	0,3%
Sem religião	7,3%	8,0%

Os resultados do Censo 2010 indicam, também, importante diferença dos espíritas para os demais grupos religiosos no que se refere ao nível de instrução. Este grupo religioso possui a maior proporção de pessoas com nível superior completo (31,5%) e as menores percentagens de indivíduos sem instrução (1,8%) e com ensino fundamental incompleto (15,0%). Já os católicos (6,8%), os sem religião (6,7%) e os evangélicos pentecostais (6,2%) são os grupos com as maiores proporções de pessoas de 15 anos ou mais de idade, sem instrução. Em relação ao ensino fundamental incompleto, são também esses três grupos de religião que apresentam

[107] Dados e informações: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1766&id_pagina=1>

[108] <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&busca=1&idnoticia=2455> Acesso em 02 de novembro de 2013

[109] Números extraídos de < http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/08/populacao-brasileira-ultrapassa-marca-de-200-milhoes-diz-ibge.html> Acesso em 02 de novembro de 2013.

[110] < http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=3&idnoticia=2170&busca=1&t=censo-2010-numero-catolicos-cai-aumenta-evangelicos-espiritas-sem-religiao> Acesso em 01 de novembro de 2013

as maiores proporções (39,8%, 39,2% e 42,3%, respectivamente).

A comparação da distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade por rendimento mensal domiciliar *per capita* revelou que 55,8% dos católicos estavam concentrados na faixa de até 1 salário mínimo. Mas são os evangélicos pentecostais o grupo com a maior proporção de pessoas nessa classe de rendimento (63,7%), seguidos dos sem religião (59,2%). No outro extremo, o das classes de rendimento acima de 5 salários mínimos, destaca-se o percentual observado para as pessoas que se declararam espíritas (19,7%).

Renuncia do Papa Bento XVI

Em fevereiro de 2013, Bento XVI chama a atenção do mundo ao renunciar ao papado. Ele alega que limitações físicas e intelectuais o impedem de continuar na função, mas a decisão é atribuída também a uma sucessão de problemas relacionados à Igreja Católica – fraudes financeiras envolvendo o Banco do Vaticano, vazamento de informações de documentos com denúncias de corrupção furtados pelo mordomo do papa, Paolo Gabriele, e acusações de abuso sexual contra crianças e jovens, cometido por sacerdotes da Europa e dos Estados Unidos.

Para substituir Bento XVI, o conclave escolheu o argentino Jorge Mario Bergoglio no dia 13 de março de 2013. O novo papa Francisco tem a missão de tentar melhorar a administração da Igreja e acabar com as disputas internas que levaram à crise na Santa Sé.

Jornada Mundial da Juventude 2013

A Jornada Mundial da Juventude (JMJ) marcou a primeira visita do papa Francisco ao Brasil desde que assumiu o pontificado. Durante o evento, que ocorreu em julho de 2013 no Rio de Janeiro, mais de 3,5 milhões[111] de pessoas compareceram.

Dica de estudo:

- Recomendamos a leitura das notícias divulgadas no *site* do IBGE: www.ibge.gov.br. Os assuntos contidos nessas notícias são recorrentes em questões de concursos.
- Outro *link* interessante no *site* do IBGE: http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2417>. Nesse link você pode acessar o Atlas do Censo Demográfico 2010 e também ler importantes informações sobre o Censo.

[111] Número extraído de <http://rio2013.com/pt/noticias/detalhes/3443/jmj-rio2013-alcanca-publico-recorde-de-3-7-milhoes-de-pessoas-em-copacabana>

5. Notícias recentes comentadas

> ***"Cresce rota de imigração ilegal para o Brasil com entrada pelo Acre*** (UOL, 08/04/2013[112])

Segundo a reportagem, a rota de imigração ilegal para o Brasil com entrada pelo Acre se ampliou nos últimos dias. Têm entrado pela fronteira do Estado: haitianos, imigrantes de Senegal, Bangladesh, República Dominicana, Bolívia, Peru, entre outros.

> "***População brasileira ultrapassa marca de 200 milhões, diz IBGE***
> *De acordo com o instituto, país tem 201.032.714 habitantes. Dado se refere a 1º de julho e foi publicado no* Diário Oficial da União***."***
>
> G1, 29/08/2013 [113]

Reportagem relatando estimativa do IBGE sobre número total da população do país. O cálculo foi feito a partir dos dados do último censo, realizado em 2010. O número é estimado, pois não houve outra contagem populacional, apenas cálculos e projeções a partir das taxas de crescimento e demais características obtidas pelo censo.

> "***Comissão aprova projeto que inclui casamento gay no Código Civil***
> *Proposta da senadora Marta Suplicy não interfere no casamento religioso. Projeto ainda precisa passar por CCJ e plenário do Senado e pela Câmara.*" G1, 24/05/2012 [114]

A comissão dos Direitos Humanos e Legislação Participativa aprova o projeto que prevê a união estável entre casais homossexuais e a possibilidade da conversão dela em casamento civil. O texto deixa claro que a proposta não interfere nos critérios adotados por igrejas para casamentos religiosos. Em suma, o projeto define como entidade familiar a união estável entre duas pessoas. Para que se torne lei, a proposta ainda deve ser aprovada na Comissão de Constituição de Justiça, no plenário do Senado e Câmara dos deputados.

> "***Votação de projeto que criminaliza homofobia pode ficar para 2013***
> *Proposta foi aprovada na Câmara em 2006 e aguarda votação no Senado. Para relatora do texto, Marta Suplicy, 'este ano ainda não é o*

[112] <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/04/08/cresce-rota-de-imigracao-ilegal-para-o-brasil-com-anetrada-pelo-acre.htm>

[113] < http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/08/populacao-brasileira-ultrapassa-marca-de-200-milhoes-diz-ibge.html> Acesso em 02 de novembro de 2013

[114]< http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/05/comissao-aprova-projeto-que-inclui-casamento-gay-no-codigo-civil.html>

momento'." G1, 15/05/2012 [115]

O texto prevê que qualquer tipo de discriminação por gênero, sexo e orientação sexual ou identidade de gênero devem ser tipificados como crimes, tal qual já ocorre com o racismo. Segundo a reportagem, a proposta ainda não foi votada porque já se sabe que a bancada religiosa é contra.

"***Justiça autoriza primeiro casamento civil homoafetivo do ES***
União foi aprovada por juiz de Colatina, nesta sexta-feira (3). MP-ES deu parecer contrário, mas foi negado pelo juiz." G1, 03/08/2012 [116]

União foi aceita pela justiça, motivada principalmente pelo precedente do Superior Tribunal de Justiça – STJ, que reconheceu, em 25 de outubro de 2011, o casamento civil entre duas mulheres gaúchas. Embora sejam casos diferentes, a aprovação do STJ acaba abrindo caminho para que tribunais de instâncias inferiores adotem a mesma decisão, tal qual ocorreu no ES.

✍ **Questões de concursos comentadas**

1. (CESPE/ BANCO DA AMAZÔNIA/ TÉCNICO BANCÁRIO/ 2012) Com relação a fluxos migratórios, julgue o item que segue.

Em 2011, verificou-se a redução do número total de estrangeiros no Brasil, que refletiu a diminuição dos fluxos migratórios ocorrida em todo o mundo.

✍ **Comentário:**
A afirmação está errada. No ano de 2011, a crise global e o próprio crescimento econômico do Brasil fizeram com que a imigração para o país aumentasse em 52% com relação a 2010. Pelos mesmos motivos, o número de brasileiros que migram para fora do país diminui. Os imigrantes vêm para o Brasil para estudar, trabalhar ou simplesmente acompanhar seus cônjuges.
Gabarito: Errada

2. (CESPE/FUB/CARGOS DE NÍVEL MÉDIO/2011) Julgue o seguinte item, acerca da atualidade brasileira.

A expectativa de vida da população brasileira está aumentando e a maior parte dessa população encontra-se na área urbana.

✍ **Comentário:**
A afirmação está correta. Os dados do último censo realizado pelo IBGE, em 2010, mostram que a esperança de vida ao nascer está, de fato, maior. A pirâmide etária construída com base nos dados no censo mostra, inclusive, uma aceleração no envelhecimento da população, o que comprova a maior expectativa de vida. Sobre a população urbana, que já era maioria no país desde a década de 1960, aumentou com relação ao recenseamento anterior, passando de 81% para 84% do total da população.
Gabarito: Certo

3. (CESPE/TJ-ES/CARGO NÍVEL SUPERIOR/2011) Com referência aos dados do Censo 2010, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), julgue o item subsequente.

Os dados divulgados pelo IBGE indicaram crescimento populacional superior ao que havia sido calculado pelas projeções anteriores.

✍ **Comentário:**
Assertiva incorreta. A grande redução nas taxas de fecundidade fez com que a estimativa para a população realizada pelo IBGE, ainda em 2008, não fosse alcançada. Estava prevista para 2010 uma população em torno de 193,2 milhões de habitantes. O que foi apurado no Censo foi uma população de 190,7 milhões de habitantes na época.
Gabarito: Errada

4. (VUNESP/TJM-SP/OFICIAL DE JUSTIÇA/2011) O julgamento do Supremo Tribunal Federal, que aprovou por unanimidade, torna praticamente automáticos os direitos que hoje são obtidos com dificuldades na Justiça e põe fim à discriminação legal. "O reconhecimento, portanto, pelo Tribunal, hoje, desses direitos, responde a um grupo de pessoas que durante longo tempo foram humilhadas, cujos direitos foram ignorados, cuja dignidade foi ofendida, cuja identidade foi denegada e cuja liberdade foi oprimida", afirmou a ministra Ellen Gracie.
(www.estadao.com.br/noticias05.05.2011 – adaptado)

A notícia refere-se ao reconhecimento:
a) dos casos em que o aborto pode ser legalmente realizado.
b) do estabelecimento de cotas para afrodescendentes em órgãos públicos.
c) de novas regras para a efetivação da reforma agrária.
d) da gratuidade para os exames de confirmação de paternidade.
e) da união entre pessoas do mesmo sexo, como entidade familiar.

✍ **Comentário:**

[115] <http://g1.globo.com/politica/noticia/2012/05/votacao-de-projeto-que-criminaliza-homofobia-pode-ficar-para-2013.html>
[116] <http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2012/08/justica-autoriza-primeiro-casamento-civil-homoafetivo-do-es.html>

Afirmativa correta é a letra E. Quando a questão fala "torna praticamente automáticos os direitos que hoje são obtidos com dificuldades na Justiça e põe fim à discriminação legal", já está fazendo clara referência ao projeto que inclui o reconhecimento das uniões entre pessoas do mesmo sexo no Código Civil , que foi aprovado no dia 24 de maio de 2012, na Comissão dos Direitos Humanos no Senado, tornando lei uma decisão unânime do STF de maio de 2011, que reconhecia a união estável entre homossexuais como unidade familiar.
Gabarito: E

5. (FCC/BANCO DO BRASIL/ESCRITURÁRIO/2011) Dados preliminares do Censo 2010, divulgados em novembro do mesmo ano pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), confirmam que:

a) predominam as crianças e jovens no conjunto da população.
b) o número de homens é maior do que o de mulheres.
c) a população brasileira atingiu 190 milhões de habitantes.
d) dobrou o número de habitantes na zona rural.
e) Fortaleza é a segunda cidade mais populosa do Brasil.

✍ **Comentário:**
a) Incorreto. Segundo o último censo, com a redução nas taxas de fecundidade, a maioria da população do país é de adultos e idosos.
b) Incorreto. O número de mulheres é superior ao de homens em quase 4 milhões.
c) Correto. A população brasileira atingiu 190 milhões de habitantes, ficando abaixo do número estimado pelo IBGE, que era de 193 milhões.
d) Incorreto. Conforme o recenseamento, a população urbana do Brasil aumentou, passando de 81%, em 2000, para 84%, em 2010.
e) Incorreto. A segunda cidade mais populosa do país é o Rio de Janeiro. Fortaleza aparece apenas entre as cinco maiores.
Gabarito: C

6. (FCC/SABESP/Atendente a Cliente/2012) O Brasil tem 190.755.799 habitantes, revelam os primeiros resultados do Censo 2010, divulgados em 29/04/2011 pelo IBGE.

(Adaptado de: http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/908895-censo-2010.shtml)

Outro dado importante revelado pelo Censo foi:
a) o predomínio da população rural em vários estados nordestinos.
b) o crescimento do índice de analfabetos na população.
c) o aumento da proporção de idosos entre a população.
d) a redução do número de pessoas se declarando preta ou parda.
e) a diminuição, em termos absolutos, da população do Sudeste.

✍ **Comentário:**
Entre os dados revelados pelo censo inclui-se o aumento do número de idosos, demonstrando que o país está caminhando rapidamente para um envelhecimento populacional.
Gabarito: C

Tecnologia e ciência

Autores: Rodrigo Leal Martins e Jocélia Barreto

1. Inovações tecnológicas e científicas

Em tempos de globalização, em plena Terceira Revolução Industrial (ou revolução tecnológica), o domínio da ciência e da tecnologia é fundamental. Na realidade, o atual estágio da globalização exige o uso dessas inovações. É preciso delas para aumentar as riquezas e as produções, para facilitar o comércio, para ampliar os horizontes comerciais, enfim para se manter competitivo no tão disputado mercado internacional. A regra aplica-se, ainda, para estados ou regiões menores, onde a tecnologia certamente pode acelerar a produção e o desenvolvimento. Mas, para tanto, também se faz necessário investimento à altura. Produzir a tecnologia é tão importante quanto a dominar. Formar mão de obra qualificada para tal é outro desafio, principalmente entre os países emergentes.

Como prejuízo, sobretudo aos países mais pobres, as inovações deixam um grande número de desemprego. Apesar de muitos países utilizarem a tecnologia em seu cotidiano e até mesmo substituírem o trabalho humano pelo tecnológico (o que já causa o desemprego), o manuseio delas e sua manutenção — que geram outras oportunidades de trabalho, mas exigem especializações e atualizações constantes — ainda são "privilégio" de poucos. Tal fato que restringe ainda mais o mercado de trabalho e leva o desemprego a vários postos de trabalho no mundo inteiro. Também em função disso, o conhecimento e sua busca seguem sendo primordiais, tanto para dominar as tecnologias quanto para alavancar as inovações tecnológicas. Para alcançar o conhecimento, fazem-se necessários bons investimentos em educação em todos os níveis, especialmente em nível superior com incentivo e apoio a pesquisas, de preferência voltadas aos setores de produção local e/ou onde haja necessidades específicas.

1.1 Os semicondutores no Brasil

Os chamados semicondutores, fundamentais na produção de equipamentos eletrônicos por serem capazes de mudar sua condição de isolantes para condutores com grande facilidade, são produzidos basicamente a partir do silício e do germânio. Dentre as empresas do ramo no Brasil estão a estatal Ceitec S.A., criada em 2008, uma das maiores produtoras de *chips* no país, e a HT Micron, instalada em São Leopoldo-RS (*joint venture* entre a brasileira Parit e a sul-coreana Hana Micron), que também já produz os semicondutores. Na verdade, o país ainda importa grande quantidade de semicondutores, pois a produção local ainda é muito limitada comparando-se com a necessidade do mercado de alta tecnologia. Atualmente, o país é o terceiro maior mercado mundial de microcomputadores, atrás apenas dos EUA e da China[117]. As empresas do ramo alegam que a carga tributária do país ainda é muito alta e acabam evitando vir para o Brasil. No mundo todo, alguns dos maiores produtores de semicondutores são os Estados Unidos, o Japão e a China.

1.2 Embraer

Fundada em 1969, a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) é a terceira maior empresa de aviação civil no mundo. Atua na aviação agrícola e com aeronaves para defesa e segurança, além de aviações comercial e executiva[118]. É uma das maiores companhias exportadoras do país. No início de sua formação, a empresa utilizou basicamente mão de obra formada no Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA, do Centro Técnico Aeroespacial – CTA. Em função de problemas financeiros entre os anos 1980 e 1990, foi privatizada em 1994. Atualmente, a Embraer é uma das maiores indústrias nacionais, utilizando e produzindo tecnologia de ponta e desbancando, inclusive, empresas europeias e norte-americanas. A internacionalização da Embraer, situação normal para grandes companhias, já está ocorrendo. Em setembro de 2012, foram inauguradas duas fábricas no continente europeu, ambas em Portugal.

1.3 Telefonia móvel

O aumento significativo no uso dos aparelhos de telefone celular no Brasil — em julho de 2012, o país atingiu 256 milhões de aparelhos habilitados[119] — acabou ocasionando uma espécie de "congestionamento" nas linhas, além de prejudicar a qualidade no atendimento aos usuários de telefonia celular. Tamanhos foram os problemas e as reclamações ocorridas nos primeiros meses de 2012 que a Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações, órgão do governo responsável por fiscalizar o setor, acabou tendo que intervir e chegou a suspender temporariamente a venda de *chips* de três das maiores operadoras de celular do país (Claro, Tim e Oi) em alguns estados. As empresas ficaram proibidas de habilitar novas linhas, nos planos pré e pós-pagos, até que apresentassem a Anatel um plano de ajustes para melhorar imediatamente a qualidade dos serviços. O rápido e significativo aumento do uso de telefones celulares no país deve ser a principal causa da queda na qualidade dos serviços prestados pelas empresas.

*Números em milhões de linhas móveis[120]

O gráfico acima demonstra o rápido avanço do número de linhas de celular no Brasil até 2011. Ao final de 2012, esse número ficou em torno de 260 milhões de linhas móveis. Em setembro de 2013, de acordo com dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), o Brasil encerrou o mês com 268,27 milhões de linhas ativas.

1.4 Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)

O INPE[121] – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – é o órgão civil encarregado do desenvolvimento das atividades espaciais no Brasil, produzindo ciência e tecnologia na área espacial e no meio terrestre, vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Em 03 de agosto de 1961, foi criado o Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (GOCNAE) que, posteriormente, foi denominado

[117] Dados: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,no-rio-grande-do-sul-o-desafio-de-produzir-chips,822799,0.htm>
[118] Dados: <http://www.defesanet.com.br/aviacao/noticia/8052/EMBRAER---Com-tecnologia-de-ponta--e-o-orgulho-da-industria-brasileira>
[119] Dados: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2012/08/telefonia-movel-alcanca-256-milhoes-de-linhas-em-julho-no-brasil.html>
[120] Adaptado de http://www.indexmundi.com/g/g.aspx?c=br&v=105&l=pt
[121] Fonte: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/63790/INPE___Instituto_Nacional_de_Pesquisas_Espaciais.html>

Comissão Nacional de Atividades Espaciais (CNAE). O INPE surge a partir da extinção da CNAE, em 1971. Sua sede atual se localiza em São José dos Campos (São Paulo), mas existem centros regionais em diversas estados (Pará, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul) e unidades em Cuiabá (Mato Grosso) e Cachoeira Paulista (São Paulo). Atua nos campos de meteorologia e mudanças climáticas, ciências espaciais e atmosféricas, engenharia espacial e observação do espaço terrestre, oferecendo serviços de rastreio e controle de satélites, previsão do tempo e clima, medidas de queimadas, raios e poluição do ar.

Inicialmente, o Instituto priorizou estudos e ações direcionados às ciências espaciais e atmosféricas. No ano de 1966, alargou seu espaço de ação com o programa de Meteorologia por Satélite (MESA), baseado nas imagens da série *Environmental Science Services Administration* (ESSA), da Agência Espacial Norte-Americana (NASA). Dois anos depois, deu início ao desenvolvimento e ao lançamento de balões estratosféricos direcionados ao auxílio de pesquisas nas áreas de atmosfera, astrofísica e geofísica, com o intuito de realizar medidas de raios-X na região da Anomalia Magnética do Atlântico Sul.

Em 1969, houve um importante avanço na área espacial com a implantação do Projeto SERE (Sensoriamento Remoto). A estação de recepção de dados de satélite, localizada no Mato Grosso, foi implementada de 1972 a 1973. O instituto adotou o satélite americano Landsat para o mapeamento do desmatamento na Amazônia logo depois. Na década de 90, mudanças significativas aconteceram: foi inaugurado o Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), em 1994. Esse fato se configurou como um diferencial para a área de pesquisa espacial no país, colocando o Brasil em um fechado grupo de países com competência para fazer previsões através de modelos processados em máquinas de superior desempenho computacional. Somado a esse fato, foi lançado, no ano de 1993, o primeiro satélite projetado e construído no território nacional, o SCD-1 (Satélite de Coleta de Dados). Esse satélite possibilitou a instituição do Sistema Brasileiro de Coleta de Dados Ambientais. Seis anos depois, juntamente com a China, é colocado em órbita o primeiro satélite da série CBERS (Satélite Sino Brasileiro de Recursos Terrestres), tendo como objetivo o monitoramento de recursos terrestres. A parceria com a China através do Programa *China- Brazil Earth Resources Satellite* possibilitou o lançamento de três satélites, tendo previsão de lançamento de mais dois satélites até 2015.

O INPE tem também como meta a construção do satélite científico Lattes-1, do satélite meteorológico de medidas de precipitação GPM-Br e do satélite radar de observação da Terra Mapsar. Esses satélites estão sendo desenvolvidos por intermédio da utilização da Plataforma Multimissão (PMM). A utilização de satélites é de fundamental importância para a observação e o controle do meio ambiente, assim como para o desenvolvimento urbano, por meio da visualização do espaço terrestre. Tem papel primordial no monitoramento dos focos de calor, com dados em tempo real das queimadas no Brasil e na América do Sul, disponibilizado na internet, contribuindo para a vigilância em relação ao desmatamento. O Sistema Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter) e o Sistema de Monitoramento de Áreas de Florestas Degradadas (Degrad) na Amazônia proporcionam suporte à fiscalização por meio de imagens de satélites. O instituto tem o maior programa de acompanhamento de florestas do planeta, cobrindo quatro milhões de quilômetros quadrados anualmente: o Projeto de Monitoramento do Desfloramento na Amazônia Legal (Prodes), que demonstra a taxa anual de desmatamento raso, quando o conjunto de árvores de floresta é retirado. Além disso, o INPE também faz testes e ensaios industriais de elevada qualidade.

Sua infraestrutura em supercomputação é considerada uma das melhores do mundo, com alto índice de confiabilidade no que diz respeito às previsões de tempo, alcançando mais de 90% de acerto para três dias. Essas informações são fundamentais para o progresso do agronegócio e para que o setor energético faça seu planejamento de forma eficaz e eficiente, além do gerenciamento de desastres naturais. A instituição é a única detentora de um laboratório no Hemisfério Sul com capacidade para realizar trabalhos de montagem, integração e testes de satélites e seus subsistemas. O Laboratório de Integração e Testes (LIT) foi planejado para suprir as necessidades do Programa Espacial Brasileiro, mas também tem influência na qualificação de produtos industriais com elevado grau de confiabilidade em vários setores, como informática, telecomunicações, médico-hospitalar.

A entidade colabora com o acesso ao conhecimento, colocando, desde 2004, as informações geradas na internet para que outros setores da sociedade usufruam do resultado de suas ações e pesquisas antes restritas ao governo; também contribuindo para o melhoramento do sistema de gestão do território para a pesquisa nas universidades; para o desenvolvimento de empresas privadas que trabalham com tecnologia espacial; e auxiliando no planejamento e ocupação sustentável do território.

1.5 Agência Espacial Brasileira[122]

A Agência Espacial Brasileira (AEB) foi criada em 10 de fevereiro de 1994. Tem como principal atribuição a formulação e a coordenação da política espacial brasileira, com a finalidade de promoção e desenvolvimento da autonomia do setor espacial no país. A AEB é uma

[122] http://www.aeb.gov.br/programa-espacial/centros-de-lancamentos/

Autarquia federal vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Possui sede em Brasília. É responsável pela atualização da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (Pndae), instituída em dezembro de 1994 por meio do Decreto nº 1.332. Essa política impõe objetivos e diretrizes para os programas e projetos do país que dizem respeito ao setor espacial. O Programa Nacional de Atividades Espaciais (Pnae) se configura como ferramenta de planejamento e programação decenal dessa política. A AEB é o órgão principal que coordena o Sistema Nacional de Desenvolvimento de Atividades Espaciais (SINDAE), instituído pelo Decreto nº 1953, de 10 de julho de 1996.

O Brasil dispõe de dois centros de lançamentos de foguetes e satélites em órbita da Força Aérea Brasileira: o Centro de Lançamentos da Barreira do Inferno, localizado no Rio Grande do Norte, e o Centro de Lançamento de Alcântara, no estado do Maranhão.

O Centro de Lançamento da Barreira do Inferno[123] foi a primeira base área criada no país em 12 de outubro de 1965, com o objetivo de pôr em execução e apoiar às atividades de lançamento e rastreio de foguetes. Têm também como função a coleta e o processamento de dados das cargas dos mesmos, bem como realiza testes, experimentos, atividades e pesquisas de elevado valor científico com essencial importância para o progresso da tecnologia aeroespacial, condicionada à Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais.

O Centro de Lançamentos de Alcântara[124], localizado no Maranhão, foi inaugurado em 1983. Organização do Comando da Aeronáutica é submetida ao Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial-CTA - e opera nas missões de lançamento e rastreio de equipamentos aeroespaciais, coleta e processamento de dados de suas cargas úteis, abarcando testes e experimentos científicos de essencial importância para a Aeronáutica, direcionados à política nacional de desenvolvimento aeroespacial. O CLA trabalha com a constante manutenção e atualização de equipamentos, com o aprimoramento e o treinamento de técnicos e engenheiros, e realiza testes em satélites. Caracteriza-se como estação remota de atuações conjuntas de rastreio nas operações de lançamentos colocados em órbitas que são coordenadas pelo Centro de Lançamento da Barreira do Inferno- CLBI, na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, e em união com o Centro Espacial Guianês – CSG, em Kourou - Guiana Francesa, do Consórcio Europeu – ESA.

Por intermédio do Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE/DCTA) e da indústria aeroespacial, o Brasil idealizou e produziu com muito êxito um conjunto de veículos de sondagens ou foguetes. Os foguetes têm sido de importância ímpar para a concretização de diferentes experimentos no setor científico e de tecnologia, permitindo o lançamento no espaço de sondas interplanetárias, contribuindo para o conhecimento astronômico. Somado a essa qualidade, possibilita a autonomia do país no que diz respeito ao acesso ao espaço sideral.

Em 1965, foi realizado o primeiro voo inaugural do foguete nacional, o Sonda I, iniciando uma nova era para a política espacial brasileira. A inauguração ocorreu no Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), localizada no Rio Grande do Norte. Os experimentos com foguetes continuaram ao longo de doze anos, sendo feitas mais de 200 experiências.

Na década de 90, o país deu outro salto importante para o setor espacial, com a projeção e a construção de dois Satélites de Coleta de Dados (SCDs). O SCD-1 foi lançado em 1993, e o SCD-2, em 1998. Esses satélites trabalham em conjunto com as plataformas terrestres de coleta de dados, captando os sinais destas e retransmitindo-os para uma estação de recepção e processamento de dados localizada no Mato Grosso, na cidade de Cuiabá, os quais são encaminhados posteriormente para São Paulo, em Cachoeira Paulista. Em seguida, são disponibilizados na Internet para organizações e empresas que usam o sistema.

Esse trabalho conjunto possibilita o conhecimento de dados relacionados ao meio ambiente. Dessa forma, consegue-se medir o nível e a qualidade de água nos rios e represas, assim como a quantidade de chuva, a pressão do ar, os níveis de radiação solar, a temperatura, dentre outros.

Com o controle da tecnologia dos foguetes de sondagem, o Brasil pode desenvolver o Veículo Lançador de Satélites (VLS) que tem capacidade para lançar satélites de 100 a 350 kg em altitudes de 200 km até 1000 km.

A AEB possui acordos internacionais com países da América Latina: Peru, Venezuela, Chile e Argentina. Para ampliar a parceria com a Argentina, foi assinada uma Declaração Conjunta sobre cooperação espacial, no ano de 1989, e com a criação da AEB, novos acordos foram firmados nas décadas de 90 e 2000. Com os Estados Unidos, possui vários projetos de cooperação direcionados ao desenvolvimento de pesquisas científicas em conjunto com a NASA (*National Aeronautics and Space Administration*), órgão responsável pelas pesquisas e desenvolvimento tecnológico de programas de exploração espacial naquele país. A partir da constituição da AEB, já foram estabelecidos mais de 15 acordos com a agência espacial americana, estando em vigor dentre eles a cooperação para pesquisa espacial geodésica, com enfoque em GPS (concluído em 200), a pesquisa atmosférica através de balões, a pesquisa espacial

[123] http://www.clbi.cta.br/new/index.php
[124] http://www.cla.aer.mil.br/

geodésica com interferômetro de "muito longa linha de base".

Na Europa, o Brasil tem acordos com a Agência Espacial Europeia, com Alemanha, Bélgica, França, Itália, Rússia. Estabeleceu acordo, desde 1999, com a Ucrânia (Europa) sobre Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior e sobre Salvaguardas Tecnológicas em relação à participação daquele país em lançamentos diretamente do CLA (janeiro de 2002). Posteriormente, em 21 de outubro de 2003, firmou acordo de cooperação para lançamentos de foguetes de Alcântara, no Maranhão: o Tratado sobre a Cooperação de Longo Prazo na utilização do Veículo de Lançamentos Cyclone-4. Foi constituída, naquele momento, a empresa binacional Alcântara Cyclone Space, com a função de realizar lançamentos comerciais. Na Ásia, a China constitui um dos principais parceiros, além da Índia. O Brasil não tem acordos com o continente africano nem com a Oceania.

2. Notícias recentes comentadas

> ***"Índia lança primeira missão rumo a Marte"***
> (*Galileu*, novembro de 2013) [125]

A reportagem fala do lançamento do primeiro foguete espacial da Índia para Marte. A decolagem ocorreu no dia 05 de novembro de 2013, no Centro Espacial Satish Dawan, com previsão para chegada ao planeta vermelho em 24 de setembro de 2014. Se a expedição tiver sucesso, a Índia estará na quarta posição em relação aos países ou blocos que alcançaram essa façanha: Estados Unidos, União Soviética/Rússia e União Europeia. A missão espacial denominada Mars Orbiter tem como finalidade propulsionar tecnologias ligadas a design, planejamento e operações de viagens interplanetárias. A sonda Mangalayann, que significa marciano em sânscrito, explorará a constituição e as propriedades do relevo e do solo, dos minerais e da atmosfera de Marte.

> **"*Parceria entre Brasil e Ucrânia para lançar foguetes enfrenta atraso".***
> (*Terra*, 21/10/2013) [126]

A notícia salienta o atraso nas atividades do acordo de cooperação a longo prazo firmado em 21 de outubro de 2003 entre o Brasil e a Ucrânia, com o intuito de lançar comercialmente foguetes diretamente da base de Alcântara. Destaca o não cumprimento do cronograma inicial, assim como a elevação dos custos previstos e a falta de confiança em relação ao modelo de acesso no mercado internacional de lançamentos espaciais. O projeto da empresa binacional *Alcântara Cyclone Space* (ACS), após dez anos, segundo o *site*, ainda não decolou.

> **"Vendas em baixa reduzem produção do iPhone 5**
> Apple corta pela metade a previsão de vendas globais do seu novo aparelho e empresas japonesas têm que ajustar fabricação de telas de LCD**"** (Terra, 14/01/2013[127])

Segundo a reportagem, fabricantes japoneses começaram a reduzir sua produção de telas LCD para *smartphones* da Apple perante vendas globais do iPhone 5 menores que o esperado. O grupo Apple enfrenta uma forte concorrência no setor dos *smartphones* da Samsung, que vende dispositivos como o Galaxy S3 e o Galaxy Note.

> "***Embraer abre primeiras fábricas na EU***
> *Com duas unidades em Portugal, que vão produzir componentes para seus aviões, empresa avança no processo de internacionalização*"
> (Estadão, 22/07/2012[128])

Uma das maiores indústrias brasileiras e terceira maior fabricante de aviões do mundo, a Embraer instala as primeiras fábricas na União Europeia. A empresa já possui unidades na Flórida e na China e busca iniciar um efetivo processo de internacionalização. A companhia brasileira contou com incentivos do governo português para a instalação das fábricas. As duas unidades inauguradas em Portugal chegaram ao país em um momento de crise econômica, o que causou a manifestação de alguns trabalhadores durante a solenidade.

> "***Grupo do ITA consegue destaque internacional com pesquisas sobre semicondutores magnéticos***
> *Material poderá integrar os processadores e as memórias de computadores no futuro.*"
> (Estadão, 21/09/2012[129])

Pesquisadores do ITA – Instituto de Tecnologia da Aeronáutica – conseguiram destaque internacional em virtude de pesquisas que proporcionaram avanços nos materiais semicondutores magnéticos, que podem integrar os computadores no futuro. Além do prêmio de Melhor Artigo de Jovem Cientista, recebido em Zurique, fica claro, também, o progresso da ciência brasileira em relação aos semicondutores.

[125] <http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI344950-17770,00-INDIA+LANCA+PRIMEIRA+MISSAO+RUMO+A+MARTE.html>

[126] < http://noticias.terra.com.br/ciencia/espaco/parceria-entre-brasil-e-ucrania-para-lancar-foguetes-enfrenta-atraso,b3d9923936ad1410VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>

[127] http://veja.abril.com.br/noticia/vida-digital/fabricantes-japoneses-reduzem-producao-de-telas-lcd-para-iphone-5

[128] <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,embraer-abre-primeiras-fabricas-na-ue-,934242,0.htm>

[129] <http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,grupo-do-ita-consegue-destaque-internacional-com-pesquisas-sobre-semicondutores-magneticos,933767,0.htm>

"***Morre Steve Jobs, criador da Apple, iPod, iPhone, iPad…***
O gênio visionário — responsável por revolucionar segmentos da indústria e colocar a tecnologia na palma da mão do consumidor — tinha 56 anos e lutava contra um câncer de pâncreas. Perfeccionista e inventivo, transformou a empresa criada na garagem de seus pais em uma das mais valiosas do planeta." (Veja, 05/10/2011 [130])

✍ **Questões de concursos comentadas**

(CESPE/POLÍCIA FEDERAL/AGENTE DA POLÍCIA FEDERAL/2012) Os semicondutores são o ponto fraco da indústria brasileira de alta tecnologia. A produção local é muito limitada. No ano passado, foram importados 5,1 bilhões de dólares em semicondutores, um crescimento de 14% em relação a 2010. Com o avanço dos mercados de computadores e de celulares, e com a eletrônica sendo embarcada nos mais diversos tipos de equipamentos, a tendência é que essa conta só venha a aumentar.
O Estado de S. Paulo, 15/01/2012 p.B12 (com adaptações)

Tendo o texto como referência e considerando as características essenciais do atual estágio de desenvolvimento da economia mundial, julgue os itens subsequentes.

1. O domínio do conhecimento mostra-se fundamental para a produção de riquezas e, ao impulsionar constantes inovações tecnológicas, amplia a capacidade produtiva e ajuda a promover a ampliação dos mercados consumidores, em meio a um contexto de acirrada competição em escala global.

✍ **Comentário:**
Assertiva correta. O conhecimento certamente constitui o principal fator de produção e, como consequência, contribui na produção de riquezas. O conhecimento e o domínio das novas tecnologias é fator determinante no mundo globalizado, pois ampliam a capacidade produtiva e elevam a qualidade dos produtos.

Gabarito: Correto

2. Tal como o Brasil, a China não possui tecnologia que lhe permita produzir semicondutores, uma das razões pelas quais sua atuação no mercado mundial, embora relativamente expressiva, está bem aquém do esperado, atrás de Índia e Rússia.

✍ **Comentário:**
Assertiva errada. O Brasil possui uma produção ainda limitada de semicondutores, mas já existem no país várias fábricas que o produzem, e não é falta de tecnologia que impede produções em maior escala, e sim burocracia e alta carga tributária. Quanto à China, o país está entre os maiores produtores de semicondutores do mundo.
Gabarito: Errado

3. Centro de excelência, o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) foi fundamental na criação da EMBRAER, empresa que atua na área tecnológica de fabricação de aviões e que permite ao Brasil competir com empresas líderes mundiais nesse ramo.

✍ **Comentário:**
Assertiva correta. No início da criação da Embraer, a empresa utilizou mão de obra oriunda do ITA, e por isso considera-se que tanto o Instituto Tecnológico da Aeronáutica quanto o Centro Técnico Aeroespacial (CTA) eram uma espécie de embrião da Embraer. Cabe ressaltar que o ITA segue produzindo tecnologia de ponta, inclusive referente aos semicondutores.
Gabarito: Correto.

4. (AOCP/BRDE/ANALISTA DE SISTEMAS/2012) O desenvolvimento regional ou microrregional pode ser acelerado por meio de investimentos em ciência e em tecnologia, a partir, mesmo, dos governos locais ou de iniciativas regionais, não afetas diretamente à União. Assinale a alternativa que NÃO constitui uma estratégia no âmbito da ciência e tecnologia, passível de constituir um elemento de fortalecimento de economias locais ou regionais.

a) incentivo à introdução de inovações nas cadeias produtivas, aumentando a produtividade ou, de alguma forma, reduzindo custos ou perdas ao longo da cadeia de produção.
b) incentivo às iniciativas de desenvolvimento sustentável, isto é, às práticas ou estratégias que resultem em uma relação de custo/benefício mais positiva, particularmente com relação à sustentabilidade ambiental.
c) melhoria nas condições de assistência médica pública, principalmente com relação aos procedimentos do atendimento básico ambulatorial ao grupo dos idosos, que é o grupo social que mais cresce, fomentando os programas de previdência privada e de aposentadoria precoce.
d) articulação das políticas locais e regionais de ciência e tecnologia com os atores da governança local, no sentido de tornar as empresas da região mais competitivas no mercado local, regional, nacional e/ou internacional.
e) investimentos em todos os níveis educacionais, mas principalmente em educação superior, com incremento na produção de ciência e no

[130] <http://veja.abril.com.br/noticia/vida-digital/morre-steve-jobs-criador-da-apple-ipod-iphone-ipad>

desenvolvimento de pesquisas que atendam às demandas do setor produtivo local ou regional.

✍ **Comentário:**
Assertiva incorreta letra C. Todas as demais alternativas tratam de questões sobre os temas de ciência e tecnologia, apontando alternativas válidas para melhorar a economia, seja de países e/ou regiões. A alternativa C é a única que aborda questões de saúde pública e aposentadoria precoce, que certamente não constituem em estratégias na área da ciência e tecnologia, portanto é a incorreta.
Gabarito: C

5. (CESPE/STJ/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2012) De olho no potencial de geração de empregos e inovação em um momento em que o país enfrenta sucessivas crises econômicas e perde a liderança em diversos campos de pesquisa científica, o governo dos Estados Unidos da América anunciou o lançamento do Plano Nacional de Bioeconomia, com o qual pretende estimular o crescimento do setor de biotecnologia. O projeto inclui de pesquisa e desenvolvimento de novas terapias e tratamentos médicos a biocombustíveis, passando por agricultura e inovações na manufatura que usem processos biológicos em substituição a métodos industriais nocivos a saúde e ao meio ambiente.

O Globo, 27/04/2012, p.34 (com adaptações)

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a abrangência da temática que ele focaliza, julgue o item seguinte.

Inovações tecnológicas são uma exigência da atual economia globalizada, e os Estados que não conseguem desenvolver tecnologias acabam por perder espaços nos mercados mundiais.

✍ **Comentário:**
Afirmativa correta. No mundo globalizado, o país que não dominar e desenvolver a tecnologia tende a perder cada vez mais espaço no mercado internacional. O desenvolvimento das tecnologias, além de agilizar e qualificar a produção e aumentar a riqueza, traz alternativas para problemas como, por exemplo, falta de matéria-prima ou energia. Cabe salientar, aqui, que ter acesso a tecnologia pode significar apenas poder comprá-la, o que não é o mesmo que desenvolvê-la.
Gabarito: Correta

6. (FCC/SABESP/Atendente a Cliente/2012) (...) o gênio da tecnologia responsável por revolucionar ao menos três segmentos da indústria (computação pessoal, música e telefonia) e inovar outra (animação para filmes) morreu nesta quarta-feira [05/10/2011], aos 56 anos de idade. Ex-CEO e força criativa por trás da Apple, ele lutava desde 2003 contra um câncer raro no pâncreas, que o levou a deixar, em agosto, a direção da companhia que ele fundou em 1976 e ajudou a transformar em uma das mais valiosas do planeta.

(Adaptado de: http://veja.abril.com.br/noticia/vida-digital/morre-criador-da-apple-ipod-iphone-ipad)

A notícia refere-se à morte de:

a) Ken Russel.
b) Richard Hamilton.
c) Robert Ettinger.
d) Steve Jobs.
e) Sidney Lumet.

✍ **Comentário:**
A notícia refere-se à morte de Steve Jobs, fundador da Apple.
Gabarito: D

7. (VUNESP/2013/FUNDUNESP/Analista Programador Júnior) As ações da Apple caíram 12% nas primeiras negociações, estabilizando-se com uma queda de 10,33% por volta das 15h10 (horário de Brasília) a 460,92 dólares por papel. Os títulos da empresa, que alcançaram um máximo histórico de 702,10 dólares no dia 19 de setembro de 2012, não tinham chegado a valores tão baixos desde fevereiro de 2012.

(http://br.noticias.yahoo.com/a%C3%A7%C3%B5es-apple-caemmeio-temores-212659044--finance.html, 24.01.2013)

Essa queda foi atribuída

a) à morte do fundador, Steve Jobs, em 2011, e à quebra de sigilo empresarial.
b) aos erros na contabilidade, descobertos na auditoria anual, que gerou crise.
c) às vendas de iPhone abaixo do esperado no final de 2012 e à forte concorrência.
d) ao lançamento de um televisor, não aceito pelo mercado, que causou prejuízo.
e) ao fim das patentes dos tablets e smartphones em 2013 e à falta de novidades.

✍ **Comentário:**
Essa queda foi atribuída vendas globais do iPhone que foram menores que o esperado. O grupo Apple enfrenta uma forte concorrência no setor dos *smartphones* da sul-coreana Samsung, que ganhou terreno no mercado com dispositivos como o Galaxy S3 e o Galaxy Note.
Gabarito: C

(CESPE /TRT – 10ª REGIÃO (DF e TO) / Analista Judiciário – Tecnologia da Informação/2013) A previsão do tempo a curto e médio prazo — para até sete dias — ficará mais apurada. O avanço se deve a um programa que a NASA cedeu ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que poderá, além da temperatura, contribuir para os meteorologistas conferirem a pluviosidade esperada para

a semana seguinte. Trata-se de um dado fundamental em um período em que boa parte do país é assolada pelas chuvas de verão.

O Globo, 28/12/2012, p. 32 (com adaptações).

Tendo o fragmento de texto acima como referência inicial e considerando o tema que ele aborda, além de aspectos relativos ao nível de desenvolvimento científico do mundo contemporâneo, julgue os itens seguintes.

8. (CESPE /TRT – 10ª REGIÃO (DF e TO) / Analista Judiciário – Tecnologia da Informação/2013) NASA e INPE, cada qual a seu modo e respeitadas as diferenças quanto à atuação de ambas, são exemplos de instituições identificadas com as necessidades e exigências do tempo atual, em que o conhecimento constitui a força motriz que impulsiona o desenvolvimento e serve de base para um sistema produtivo cada vez mais globalizado e tecnologicamente avançado.

✍ **Comentário:** As duas instituições são agências aeroespaciais que, em seus respectivos países - NASA (EUA) e INPE (Brasil) trabalham com o desenvolvimento de pesquisas e programas de exploração espacial, contribuindo para o conhecimento e a disseminação de informações para o avanço científico e tecnológico. O Brasil possui com os Estados Unidos vários projetos de cooperação direcionados ao desenvolvimento de pesquisas científicas em conjunto com a NASA
Gabarito: Certo

9. (CESPE /TRT – 10ª REGIÃO (DF e TO) / Analista Judiciário / Tecnologia da Informação/2013) País emergente, ao lado de outras forças econômicas que se destacam no cenário global, como China, Índia, Rússia e África do Sul, o Brasil optou por desenvolver um programa espacial de modestas dimensões, o que explica o fato de não construir foguetes nem possuir bases para lançar esses artefatos no espaço.

✍ **Comentário:** O Brasil possui duas bases de lançamentos de foguetes: o Centro de Lançamentos da Barreira do Inferno, no Rio Grande do Norte, inaugurado em 1965, e o Centro de Lançamento de Alcântara, no estado do Maranhão. Desde a década de 1960, o país vem realizando experimentos e testes com foguetes, assim como a projeção e a construção de Satélites de Coleta de Dados. Possui o domínio de tecnologia dos foguetes de sondagem, o que proporcionou o desenvolvimento do Veículo Lançador de Satélites.
Gabarito: Errado

Ética

Conceitos de ética

O termo ética deriva do grego "ethos" (caráter, modo de ser de uma pessoa). Ética é um conjunto de valores morais e princípios que norteiam a conduta humana na sociedade. A ética serve para que haja um equilíbrio e bom funcionamento social, possibilitando que ninguém saia prejudicado.

Do ponto de vista da Filosofia, a Ética é uma ciência que estuda os valores e princípios morais de uma sociedade e seus grupos.

Além dos princípios gerais que norteiam o bom funcionamento social, existe também a ética de determinados grupos ou locais específicos. Neste sentido, podemos citar: ética médica, ética de trabalho, ética empresarial, ética educacional, ética no serviço público, etc.

Moral tem sua origem no latim, que vem de "mores", significando "costumes". Moral é um conjunto de normas que regulam o comportamento do homem em sociedade. Essas normas são desenvolvidas ao longo da vida do homem através da educação, pela tradição e pelo cotidiano.

Virtude do latim "virtus" é uma qualidade moral particular. Virtude é uma disposição estável em ordem a praticar o bem.

Virtudes são todos os hábitos constantes que levam o homem para o bem, quer como indivíduo, quer como espécie, quer pessoalmente, quer coletivamente.

A virtude, no mais alto grau, é o conjunto de todas as qualidades essenciais que constituem o homem de bem. Segundo Aristóteles, é uma disposição adquirida de fazer o bem, e elas se aperfeiçoam com o hábito.

Valores são normas ou padrões sociais geralmente aceitos ou mantidos por determinado indivíduo, classe ou sociedade, portanto, em geral, dependem basicamente da cultura relacionada com o ambiente onde estamos inseridos.

Os valores são pessoais, subjetivos e, acima de tudo, contestáveis. O que vale para você não vale necessariamente para os demais colegas de trabalho. Sua aplicação pode ou não ser ética e depende muito do caráter ou da personalidade da pessoa que os adota.

Segundo o dicionário Michaelis on-line temos:

Ética
"1 Parte da Filosofia que estuda os valores morais e os princípios ideais da conduta humana. É ciência normativa que serve de base à filosofia prática. 2 Conjunto de princípios morais que se devem observar no exercício de uma profissão; deontologia. É. social: parte prática da filosofia social, que indica as normas a que devem ajustar-se as relações entre os diversos membros da sociedade."

Moral
"1 Relativo à moralidade, aos bons costumes. 2 Que procede conforme à honestidade e à justiça, que tem bons costumes. 3 Favorável aos bons costumes.... sf. 1 Parte da Filosofia que trata dos atos humanos, dos bons costumes e dos deveres do homem em sociedade e perante os de sua classe. 2 Conjunto de preceitos ou regras para dirigir os atos humanos segundo a justiça e a equidade natural. .... sm 1 Conjunto das nossas faculdades morais.."

Virtude:
"1 Hábito de praticar o bem, o que é justo; excelência moral; probidade, retidão. 2 Boa qualidade moral. 3 O conjunto de todas as boas qualidades morais. 4 Austeridade no viver. 5 Força moral; valor, valentia, coragem..."

Valor:
(...) Filos: Caráter dos seres pelo qual são mais ou menos desejados ou estimados por uma pessoa ou grupo.(...) a) Psicol: apreciação subjetiva, que revela as preferências pessoais de cada pessoa, segundo suas tendências e influências sociais a que está submetida; b) em Filosofia, designa os julgamentos não diretamente procedentes da experiência, ou de elaboração pessoal, em oposição aos julgamentos de realidade, próprios do conhecimento objetivo, ou da ciência.(...)

✍ Questões de Concurso

1. (FCC - 2011 - NOSSA CAIXA DESENVOLVIMENTO – Contador) A respeito dos conceitos de ética, moral e virtude, é correto afirmar:

a) A vida ética realiza-se no modo de viver daqueles indivíduos que não mantêm relações interpessoais.
b) Etimologicamente, a palavra moral deriva do grego "mos" e significa comportamento, modo de ser, caráter.
c) Virtude deriva do latim virtus, que significa uma qualidade própria da natureza humana; significa, de modo geral, praticar o bem usando a liberdade com responsabilidade constantemente.

d) A moral é influenciada por vários fatores como, sociais e históricos; todavia, não há diferença entre os conceitos morais de um grupo para outro.
e) Compete à moral chegar, por meio de investigações científicas, à explicação de determinadas realidades sociais, ou seja, ela investiga o sentido que o homem dá a suas ações para ser verdadeiramente feliz**.**

2. (CESPE/ TRE-AL - Técnico Judiciário) Julgue Certo ou Errado:

Os códigos de ética determinam o comportamento dos agrupamentos humanos e, por essa razão, cada profissão pode ter seu próprio código.

Gabarito:
1) C
2) Certo

Ética aplicada: noções de ética empresarial e profissional.

Ética empresarial: para o autor Moreira, a ética empresarial é "o comportamento da empresa - entidade lucrativa - quando ela age de conformidade com os princípios morais e as regras do bem proceder aceitas pela coletividade.

Ética profissional: é o conjunto de normas morais pelas quais o indivíduo deve orientar seu comportamento na profissão que exerce. A Ética é de fundamental importância em todas as profissões, e para todo ser humano, para que possamos viver relativamente bem em sociedade.

✍ **Questão de concurso comentada**

(Caixa Econômica Federal/ CESPE/ Técnico Bancário Novo/2010) Com relação aos códigos de ética empresarial e profissional e à ética nos negócios, assinale a opção correta.

a) Do ponto de vista ético, nos negócios, há costumes que não são submetidos a discussão porque são pautados em valores econômicos.
b) É fundamental que os códigos de ética empresarial estabeleçam que os dirigentes máximos de empresas devam ter acesso a informações confidenciais e permissão para contornar e violar os sistemas de controle interno devido à posição que ocupam, pois sua atuação e suas decisões são mais abrangentes que as dos demais empregados.
c) O caráter vinculativo dos códigos mencionados é, em regra, reforçado pelo ato de obrigação dos respectivos destinatários, portanto a violação desses códigos pode ter consequências disciplinares para o colaborador que os tenha desrespeitado, as quais substituem, necessariamente, a apuração, por parte da organização, de responsabilidade civil, criminal ou contraordenacional causada pela conduta infratora.
d) Um código de ética empresarial bem formulado, que se baseie na expressão da vontade e da cultura da empresa e de seus diferentes grupos, constitui documento cujas linhas diretrizes são fundamentais para a tomada de decisões dos dirigentes da organização.
e) A ética nos negócios tem por base um padrão moral diferente do padrão moral que sustenta os comportamentos de indivíduos comuns em sociedade, porque o contexto dos negócios cria problemas próprios e exclusivos.

✍ **Comentário:**
Com exceção da alternativa D, todas as outras alternativas são contrárias aos princípios da ética.
Gabarito: D

Gestão da Ética nas empresas públicas e privadas.

A gestão da ética se insere no conjunto das medidas compensatórias necessárias para que a exposição, dos servidores públicos ou funcionários de uma empresa, à risco de desvios éticos, não resultem em desvios efetivos. O decreto nº 6.029/07, institui o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal.

DECRETO Nº 6.029, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2007[1]

Institui Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

DECRETA:

Art. 1° Fica instituído o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal com a finalidade de promover atividades que dispõem sobre a conduta ética no âmbito do Executivo Federal, competindo-lhe:

I - integrar os órgãos, programas e ações relacionadas com a ética pública;

II - contribuir para a implementação de políticas públicas tendo a transparência e o acesso à informação como instrumentos fundamentais para o exercício de gestão da ética pública;

III - promover, com apoio dos segmentos pertinentes, a compatibilização e interação de normas, procedimentos técnicos e de gestão relativos à ética pública;

[1] Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6029.htm (Acesso em 20/01/2014)

IV - articular ações com vistas a estabelecer e efetivar procedimentos de incentivo e incremento ao desempenho institucional na gestão da ética pública do Estado brasileiro.

Art. 2º Integram o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal:

I - a Comissão de Ética Pública - CEP, instituída pelo Decreto de 26 de maio de 1999;

II - as Comissões de Ética de que trata o Decreto no 1.171, de 22 de junho de 1994; e

III - as demais Comissões de Ética e equivalentes nas entidades e órgãos do Poder Executivo Federal.

Art. 3º A CEP será integrada por sete brasileiros que preencham os requisitos de idoneidade moral, reputação ilibada e notória experiência em administração pública, designados pelo Presidente da República, para mandatos de três anos, não coincidentes, permitida uma única recondução.

§ 1º A atuação no âmbito da CEP não enseja qualquer remuneração para seus membros e os trabalhos nela desenvolvidos são considerados prestação de relevante serviço público.

§ 2º O Presidente terá o voto de qualidade nas deliberações da Comissão.

§ 3º Os mandatos dos primeiros membros serão de um, dois e três anos, estabelecidos no decreto de designação.

Art. 4º À CEP compete:

I - atuar como instância consultiva do Presidente da República e Ministros de Estado em matéria de ética pública;

II - administrar a aplicação do Código de Conduta da Alta Administração Federal, devendo:

a) submeter ao Presidente da República medidas para seu aprimoramento;

b) dirimir dúvidas a respeito de interpretação de suas normas, deliberando sobre casos omissos;

c) apurar, mediante denúncia, ou de ofício, condutas em desacordo com as normas nele previstas, quando praticadas pelas autoridades a ele submetidas;

III - dirimir dúvidas de interpretação sobre as normas do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal de que trata o Decreto no 1.171, de 1994;

IV - coordenar, avaliar e supervisionar o Sistema de Gestão da Ética Pública do Poder Executivo Federal;

V - aprovar o seu regimento interno; e

VI - escolher o seu Presidente.

Parágrafo único. A CEP contará com uma Secretaria-Executiva, vinculada à Casa Civil da Presidência da República, à qual competirá prestar o apoio técnico e administrativo aos trabalhos da Comissão.

Art. 5º Cada Comissão de Ética de que trata o Decreto no 1171, de 1994, será integrada por três membros titulares e três suplentes, escolhidos entre servidores e empregados do seu quadro permanente, e designados pelo dirigente máximo da respectiva entidade ou órgão, para mandatos não coincidentes de três anos.

Art. 6º É dever do titular de entidade ou órgão da Administração Pública Federal, direta e indireta:

I - assegurar as condições de trabalho para que as Comissões de Ética cumpram suas funções, inclusive para que do exercício das atribuições de seus integrantes não lhes resulte qualquer prejuízo ou dano;

II - conduzir em seu âmbito a avaliação da gestão da ética conforme processo coordenado pela Comissão de Ética Pública.

Art. 7º Compete às Comissões de Ética de que tratam os incisos II e III do art. 2º:

I - atuar como instância consultiva de dirigentes e servidores no âmbito de seu respectivo órgão ou entidade;

II - aplicar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto 1.171, de 1994, devendo:

a) submeter à Comissão de Ética Pública propostas para seu aperfeiçoamento;

b) dirimir dúvidas a respeito da interpretação de suas normas e deliberar sobre casos omissos;

c) apurar, mediante denúncia ou de ofício, conduta em desacordo com as normas éticas pertinentes; e

d) recomendar, acompanhar e avaliar, no âmbito do órgão ou entidade a que estiver vinculada, o desenvolvimento de ações objetivando a disseminação, capacitação e treinamento sobre as normas de ética e disciplina;

III - representar a respectiva entidade ou órgão na Rede de Ética do Poder Executivo Federal a que se refere o art. 9º; e

IV - supervisionar a observância do Código de Conduta da Alta Administração Federal e comunicar à CEP situações que possam configurar descumprimento de suas normas.

§ 1º Cada Comissão de Ética contará com uma Secretaria-Executiva, vinculada administrativamente à instância máxima da entidade ou órgão, para cumprir plano de trabalho por ela aprovado e prover o apoio técnico e material necessário ao cumprimento das suas atribuições.

§ 2º As Secretarias-Executivas das Comissões de Ética serão chefiadas por servidor ou empregado do quadro permanente da entidade ou órgão, ocupante de cargo de direção compatível com sua estrutura, alocado sem aumento de despesas.

Art. 8º Compete às instâncias superiores dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, abrangendo a administração direta e indireta:

I - observar e fazer observar as normas de ética e disciplina;

II - constituir Comissão de Ética;

III - garantir os recursos humanos, materiais e financeiros para que a Comissão cumpra com suas atribuições; e

IV - atender com prioridade às solicitações da CEP.

Art. 9º Fica constituída a Rede de Ética do Poder Executivo Federal, integrada pelos representantes das Comissões de Ética de que tratam os incisos I, II e III do art. 2º, com o objetivo de promover a cooperação técnica e a avaliação em gestão da ética.

Parágrafo único. Os integrantes da Rede de Ética se reunirão sob a coordenação da Comissão de Ética Pública, pelo menos uma vez por ano, em fórum específico, para avaliar o programa e as ações para a promoção da ética na administração pública.

Art. 10. Os trabalhos da CEP e das demais Comissões de Ética devem ser desenvolvidos com celeridade e observância dos seguintes princípios:

I - proteção à honra e à imagem da pessoa investigada;

II - proteção à identidade do denunciante, que deverá ser mantida sob reserva, se este assim o desejar; e

III - independência e imparcialidade dos seus membros na apuração dos fatos, com as garantias asseguradas neste Decreto.

Art. 11. Qualquer cidadão, agente público, pessoa jurídica de direito privado, associação ou entidade de classe poderá provocar a atuação da CEP ou de Comissão de Ética, visando à apuração de infração ética imputada a agente público, órgão ou setor específico de ente estatal.

Parágrafo único. Entende-se por agente público, para os fins deste Decreto, todo aquele que, por força de lei, contrato ou qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza permanente,

temporária, excepcional ou eventual, ainda que sem retribuição financeira, a órgão ou entidade da administração pública federal, direta e indireta.

Art. 12. O processo de apuração de prática de ato em desrespeito ao preceituado no Código de Conduta da Alta Administração Federal e no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal será instaurado, de ofício ou em razão de denúncia fundamentada, respeitando-se, sempre, as garantias do contraditório e da ampla defesa, pela Comissão de Ética Pública ou Comissões de Ética de que tratam o incisos II e III do art. 2º, conforme o caso, que notificará o investigado para manifestar-se, por escrito, no prazo de dez dias.

§ 1º O investigado poderá produzir prova documental necessária à sua defesa.

§ 2º As Comissões de Ética poderão requisitar os documentos que entenderem necessários à instrução probatória e, também, promover diligências e solicitar parecer de especialista.

§ 3º Na hipótese de serem juntados aos autos da investigação, após a manifestação referida no *caput* deste artigo, novos elementos de prova, o investigado será notificado para nova manifestação, no prazo de dez dias.

§ 4º Concluída a instrução processual, as Comissões de Ética proferirão decisão conclusiva e fundamentada.

§ 5º Se a conclusão for pela existência de falta ética, além das providências previstas no Código de Conduta da Alta Administração Federal e no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, as Comissões de Ética tomarão as seguintes providências, no que couber:

I - encaminhamento de sugestão de exoneração de cargo ou função de confiança à autoridade hierarquicamente superior ou devolução ao órgão de origem, conforme o caso;

II - encaminhamento, conforme o caso, para a Controladoria-Geral da União ou unidade específica do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal de que trata o Decreto n o 5.480, de 30 de junho de 2005, para exame de eventuais transgressões disciplinares; e

III - recomendação de abertura de procedimento administrativo, se a gravidade da conduta assim o exigir.

Art. 13. Será mantido com a chancela de "reservado", até que esteja concluído, qualquer procedimento instaurado para apuração de prática em desrespeito às normas éticas.

§ 1o Concluída a investigação e após a deliberação da CEP ou da Comissão de Ética do órgão ou entidade, os autos do procedimento deixarão de ser reservados.

§ 2º Na hipótese de os autos estarem instruídos com documento acobertado por sigilo legal, o acesso a esse tipo de documento somente será permitido a quem detiver igual direito perante o órgão ou entidade originariamente encarregado da sua guarda.

§ 3º Para resguardar o sigilo de documentos que assim devam ser mantidos, as Comissões de Ética, depois de concluído o processo de investigação, providenciarão para que tais documentos sejam desentranhados dos autos, lacrados e acautelados.

Art. 14. A qualquer pessoa que esteja sendo investigada é assegurado o direito de saber o que lhe está sendo imputado, de conhecer o teor da acusação e de ter vista dos autos, no recinto das Comissões de Ética, mesmo que ainda não tenha sido notificada da existência do procedimento investigatório.

Parágrafo único. O direito assegurado neste artigo inclui o de obter cópia dos autos e de certidão do seu teor.

Art. 15. Todo ato de posse, investidura em função pública ou celebração de contrato de trabalho, dos agentes públicos referidos no parágrafo único do art. 11, deverá ser acompanhado da prestação de compromisso solene de acatamento e observância das regras estabelecidas pelo Código de Conduta da Alta Administração Federal, pelo Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal e pelo Código de Ética do órgão ou entidade, conforme o caso.

Parágrafo único . A posse em cargo ou função pública que submeta a autoridade às normas do Código de Conduta da Alta Administração Federal deve ser precedida de consulta da autoridade à Comissão de Ética Pública, acerca de situação que possa suscitar conflito de interesses.

Art. 16. As Comissões de Ética não poderão escusar-se de proferir decisão sobre matéria de sua competência alegando omissão do Código de Conduta da Alta Administração Federal, do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal ou do Código de Ética do órgão ou entidade, que, se existente, será suprida pela analogia e invocação aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

§ 1º Havendo dúvida quanto à legalidade, a Comissão de Ética competente deverá ouvir previamente a área jurídica do órgão ou entidade.

§ 2º Cumpre à CEP responder a consultas sobre aspectos éticos que lhe forem dirigidas pelas demais Comissões de Ética e pelos órgãos e entidades que integram o Executivo Federal, bem como pelos cidadãos e servidores que venham a ser indicados para ocupar cargo ou função abrangida pelo Código de Conduta da Alta Administração Federal.

Art. 17. As Comissões de Ética, sempre que constatarem a possível ocorrência de ilícitos penais, civis, de improbidade administrativa ou de infração disciplinar, encaminharão cópia dos autos às autoridades competentes para apuração de tais fatos, sem prejuízo das medidas de sua competência.

Art. 18. As decisões das Comissões de Ética, na análise de qualquer fato ou ato submetido à sua apreciação ou por ela levantado, serão resumidas em ementa e, com a omissão dos nomes dos investigados, divulgadas no sítio do próprio órgão, bem como remetidas à Comissão de Ética Pública.

Art. 19. Os trabalhos nas Comissões de Ética de que tratam os incisos II e III do art. 2º são considerados relevantes e têm prioridade sobre as atribuições próprias dos cargos dos seus membros, quando estes não atuarem com exclusividade na Comissão.

Art. 20. Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal darão tratamento prioritário às solicitações de documentos necessários à instrução dos procedimentos de investigação instaurados pelas Comissões de Ética.

§ 1º Na hipótese de haver inobservância do dever funcional previsto no *caput*, a Comissão de Ética adotará as providências previstas no inciso III do § 5º do art. 12.

§ 2º As autoridades competentes não poderão alegar sigilo para deixar de prestar informação solicitada pelas Comissões de Ética.

Art. 21. A infração de natureza ética cometida por membro de Comissão de Ética de que tratam os incisos II e III do art. 2o será apurada pela Comissão de Ética Pública.

Art. 22. A Comissão de Ética Pública manterá banco de dados de sanções aplicadas pelas Comissões de Ética de que tratam os incisos II e III do art. 2º e de suas próprias sanções, para fins de consulta pelos órgãos ou entidades da administração pública federal, em casos de nomeação para cargo em comissão ou de alta relevância pública.

Marcio Monteiro
CPF: 64409147234

Parágrafo único. O banco de dados referido neste artigo engloba as sanções aplicadas a qualquer dos agentes públicos mencionados no parágrafo único do art. 11 deste Decreto.

Art. 23. Os representantes das Comissões de Ética de que tratam os incisos II e III do art. 2º atuarão como elementos de ligação com a CEP, que disporá em Resolução própria sobre as atividades que deverão desenvolver para o cumprimento desse mister.

Art. 24. As normas do Código de Conduta da Alta Administração Federal, do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal e do Código de Ética do órgão ou entidade aplicam-se, no que couber, às autoridades e agentes públicos neles referidos, mesmo quando em gozo de licença.

Art. 25. Ficam revogados os incisos XVII, XIX, XX, XXI, XXIII e XXV do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto no 1.171, de 22 de junho de 1994, os arts. 2º e 3º do Decreto de 26 de maio de 1999, que cria a Comissão de Ética Pública, e os Decretos de 30 de agosto de 2000 e de 18 de maio de 2001, que dispõem sobre a Comissão de Ética Pública.

Art. 26. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 1º de fevereiro de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Dilma Rousseff

✍ **Questões comentadas de concursos**

(CESPE/INSS/ Técnico do Seguro Social/ 2008) Considere a seguinte situação hipotética.

Natália e sua equipe de servidores do setor de comunicação de um ministério foram encarregadas de preparar folheto destinado a divulgar as atividades da Comissão de Ética Pública (CEP) e de explicar, em particular, as relações entre o presidente da República, os ministros de Estado e a referida Comissão.

A partir dessa situação, julgue os próximos itens, de acordo com o disposto nos decretos n^{os} 6.029/2007 e 1.171/1994.

1. Suponha-se ter havido um episódio, largamente noticiado pela imprensa, em que a votação de matéria polêmica houvesse terminado empatada e o presidente da CEP houvesse desempatado em favor de uma das partes. Nessa situação, seria correto a equipe de Natália explicar que o presidente da CEP tem voto de qualidade nas deliberações do colegiado.

✍ **Comentário:**
Neste caso sim, pois conforme disposto no artigo 3º, § 2º do Decreto 6.029/2007 o presidente terá o voto qualificado, podendo portanto resolver o empate.
Gabarito: Certo

2. Considere-se que a versão inicial do folheto preparado pela equipe de Natália contivesse diagrama no qual a CEP e sua Secretaria-Executiva estivessem diretamente ligadas ao Ministro da Justiça, por ser este ministério o mais antigo. Nesse caso, o folheto deveria ser corrigido, pois a CEP e sua Secretaria-Exeutiva são vinculadas diretamente ao Presidente da República.

✍ **Comentário:**
De acordo com o texto do Decreto nº 6.029/2007, a secretaria executiva da CEP está vinculada à Casa Civil da Presidência da República e não ao presidente da República.
Gabarito: Errado

Código de Ética da CAIXA[2]

CÓDIGO DE ÉTICA DA CAIXA

MISSÃO E VALORES

MISSÃO

Atuar na promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável do País, como instituição financeira, agente de políticas públicas e parceira estratégica do Estado brasileiro.

VALORES

- Sustentabilidade econômica, financeira e sócio-ambiental.
- Valorização do ser humano.
- Respeito à diversidade.
- Transparência e ética com o cliente.
- Reconhecimento e valorização das pessoas que fazem a CAIXA.
- Eficiência e inovação nos serviços, produtos e processos.

VALORES DO CÓDIGO DE ÉTICA DA CAIXA

RESPEITO

As pessoas na CAIXA são tratadas com ética, justiça, respeito, cortesia, igualdade e dignidade. Exigimos de dirigentes, empregados e parceiros da CAIXA absoluto respeito pelo ser humano, pelo bem público, pela sociedade e pelo meio ambiente. Repudiamos todas as atitudes de preconceitos relacionadas à origem, raça, gênero, cor, idade, religião, credo, classe social,

[2] Fonte: http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/caixa/ouvidoria/CODIGO__ETICA__CAIXA.pdf (acesso em 20/01/2014)

incapacidade física e quaisquer outras formas de discriminação.

Respeitamos e valorizamos nossos clientes e seus direitos de consumidores, com a prestação de informações corretas, cumprimento dos prazos acordados e oferecimento de alternativa para satisfação de suas necessidades de negócios com a CAIXA.

Preservamos a dignidade de dirigentes, empregados e parceiros, em qualquer circunstância, com a determinação de eliminar situações de provocação e constrangimento no ambiente de trabalho que diminuam o seu amor próprio e a sua integridade moral. Os nossos patrocínios atentam para o respeito aos costumes, tradições e valores da sociedade, bem como a preservação do meio ambiente.

HONESTIDADE

No exercício profissional, os interesses da CAIXA estão em 1º lugar nas mentes dos nossos empregados e dirigentes, em detrimento de interesses pessoais, de grupos ou de terceiros, de forma a resguardar a lisura dos seus processos e de sua imagem.

Gerimos com honestidade nossos negócios, os recursos da sociedade e dos fundos e programas que administramos, oferecendo oportunidades iguais nas transações e relações de emprego. Não admitimos qualquer relacionamento ou prática desleal de comportamento que resulte em conflito de interesses e que estejam em desacordo com o mais alto padrão ético.

Não admitimos práticas que fragilizem a imagem da CAIXA e comprometam o seu corpo funcional. Condenamos atitudes que privilegiem fornecedores e prestadores de serviços, sob qualquer pretexto. Condenamos a solicitação de doações, contribuições de bens materiais ou valores a parceiros comerciais ou institucionais em nome da CAIXA, sob qualquer pretexto.

COMPROMISSO

Os dirigentes, empregados e parceiros da CAIXA estão comprometidos com a uniformidade de procedimentos e com o mais elevado padrão ético no exercício de suas atribuições profissionais. Temos compromisso permanente com o cumprimento das leis, das normas e dos regulamentos internos e externos que regem a nossa Instituição.

Pautamos nosso relacionamento com clientes, fornecedores, correspondentes, coligadas, controladas, patrocinadas, associações e entidades de classe dentro dos princípios deste Código de Ética. Temos o compromisso de oferecer produtos e serviços de qualidade que atendam ou superem as expectativas dos nossos clientes. Prestamos orientações e informações corretas aos nossos clientes para que tomem decisões conscientes em seus negócios.

Preservamos o sigilo e a segurança das informações.

Buscamos a melhoria das condições de segurança e saúde do ambiente de trabalho, preservando a qualidade de vida dos que nele convivem. Incentivamos a participação voluntária em atividades sociais destinadas a resgatar a cidadania do povo brasileiro.

TRANSPARÊNCIA

As relações da CAIXA com os segmentos da sociedade são pautadas no princípio da transparência e na adoção de critérios técnicos. Como empresa pública, estamos comprometidos com a prestação de contas de nossas atividades, dos recursos por nós geridos e com a integridade dos nossos controles.

Aos nossos clientes, parceiros comerciais, fornecedores e à mídia dispensamos tratamento equânime na disponibilidade de informações claras e tempestivas, por meio de fontes autorizadas e no estrito cumprimento dos normativos a que estamos subordinados.

Oferecemos aos nossos empregados oportunidades de ascensão profissional, com critérios claros e do conhecimento de todos. Valorizamos o processo de comunicação interna, disseminando informações relevantes relacionadas aos negócios e às decisões corporativas.

RESPONSABILIDADE

Devemos pautar nossas ações nos preceitos e valores éticos deste Código, de forma a resguardar a CAIXA de ações e atitudes inadequadas à sua missão e imagem e a não prejudicar ou comprometer dirigentes e empregados, direta ou indiretamente.

Zelamos pela proteção do patrimônio público, com a adequada utilização das informações, dos bens, equipamentos e demais recursos colocados à nossa disposição para a gestão eficaz dos nossos negócios.

Buscamos a preservação ambiental nos projetos dos quais participamos, por entendermos que a vida depende diretamente da qualidade do meio ambiente.

Garantimos proteção contra qualquer forma de represália ou discriminação profissional a quem denunciar as violações a este Código, como forma de preservar os valores da CAIXA.

✍ **Questões de concurso comentadas**

1. (CESPE/2006 / Caixa / Técnico Bancário) O Código de Ética da CAIXA contém princípios que se referem ao relacionamento dos empregados, parceiros e dirigentes da instituição com o público externo, como clientes, fornecedores, correspondentes, coligadas, entre outros.

✍ **Comentário:**
Na parte do "compromisso" no Código de Ética da Caixa, diz que "Pautamos nosso relacionamento com clientes, fornecedores, correspondentes, coligadas, controladas, patrocinadas, associações e entidades de classe dentro dos princípios deste Código de Ética."
É de suma importância que o serviço público tenha uma relação honrosa não apenas com entidades que lhes tragam benefícios, mas também para aqueles que são beneficiários de tais serviços.
Gabarito: Certo

2. (CESPE/2006 / Caixa / Técnico Bancário) O Código de Ética da CAIXA contém, fundamentalmente, regulamentação ética de questões relativas a transações financeiras. Por essa razão, não faz referências à preocupação da CAIXA com o meio ambiente.

✍ **Comentário:**
Na parte do "respeito", dentro do assunto "valores da Caixa" diz que "As pessoas na CAIXA são tratadas com ética, justiça, respeito, cortesia, igualdade e dignidade. Exigimos de dirigentes, empregados e parceiros da CAIXA absoluto respeito pelo ser humano, pelo bem público, pela sociedade e pelo **meio ambiente**."
Gabarito: Errado

3. (CESPE/2006 / Caixa / Técnico Bancário) Na gestão pública, é imprescindível o respeito à individualidade do outro.

✍ **Comentário:**
É imprescindível que não só na gestão Pública, mas também, em todas as situações deve-se ter respeito à individualidade do outro.
Gabarito: Certo

4. (CESPE/2006 / Caixa / Técnico Bancário) Age contra a ética ou pratica ato de desumanidade o servidor público que deixa, de forma injustificada, uma pessoa à espera de solução cuja competência é do setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de longas filas, ou qualquer outra espécie de atraso na prestação do serviço.

✍ **Comentário:**
Obviamente que age contra a ética. Neste caso não há nem a necessidade de norma legal alguma para justificar tal afirmativa. Logicamente que, basta o respeito ao próximo e o bom senso para que tais acontecimentos não ocorram.
Gabarito: Certo

5. (CESPE/2006 / Caixa / Técnico Bancário) A ética ocupa-se basicamente de questões subjetivas, abstratas e essencialmente de interesse particular do indivíduo.

✍ **Comentário:**
Quando se fala em questões subjetivas retratam diretamente ao sujeito e não de um todo. A ética preocupa-se principalmente com questões que tratam da coletividade, a fim de tornar eficiente e moralmente correta a relação entre as pessoas, não havendo a preocupação com interesses particulares, mas sim, públicos.
Gabarito: Errado

6. (CESGRANRIO / 2012 / Caixa / Técnico Bancário) O gerente W recebe a visita do filho de um correntista de uma agência, o qual quer saber informações sobre a vida financeira do seu pai, com o objetivo de obter aumento de mesada.

Nesse caso, segundo as regras do Código de Ética da CEF, o(s)

a) acesso aos dados da conta-corrente deve ser franqueado por ser o solicitante membro da família.
b) sigilo dos dados da conta-corrente e a segurança das informações nela contidas devem ser mantidos.
c) dados não podem ser franqueados a menores de idade, salvo por procuração, não devendo, por isso, o solicitante ser informado
d) dados só poderiam ser fornecidos a pessoa da família, mesmo que não autorizados pelo correntista, por outros motivos.

e) dados da conta-corrente só podem ser acessados pela esposa do correntista, não cabendo informações ao filho.

✍ **Comentário:**
No item "Compromissão" do Código de Ética Caixa consta o seguinte: "Preservamos o sigilo e a segurança das informações."
Gabarito: B

7. (CESGRANRIO / 2012 / Caixa / Técnico Bancário) César, funcionário de uma empresa pública, não é promovido na carreira por conta de integrar a etnia indígena. Inconformado, recorreu aos órgãos administrativos internos, e sua promoção foi deferida.

Sob a perspectiva do Código de Ética da CEF, esse fato caracterizaria que ocorreu a violação da

a) sustentabilidade
b) transparência
c) eficiência
d) diversidade
e) inovação

✍ **Comentário:**
No item "Valores" do Código de Ética da Caixa consta o seguinte: "Respeito à diversidade", e ainda, no item "Respeito" consta que "Repudiamos todas as atitudes de preconceitos relacionadas à origem, raça, gênero, cor, idade, religião, credo, classe social, incapacidade física e quaisquer outras formas de discriminação."
Gabarito: D

8. (CESGRANRIO / 2012 / Caixa / Técnico Bancário) Suponha que a empresa WW é cliente da CEF e postule ao seu gerente informações detalhadas sobre o período de cinco anos, época em que possuía conta na agência.

De acordo com o Código de Ética da CEF, sabe-se que as

a) prestações de contas já são apresentadas mensalmente, e a agência não deverá apresentar novas.
b) informações constantes do banco de dados da instituição financeira devem estar à disposição do cliente.
c) informações com prazo superior a um ano somente devem ser prestadas se o cliente demonstrar necessidade.
d) informações bancárias postuladas já foram prestadas e somente serão desarquivadas por ordem judicial.
e) informações que forem de período superior a um ano dependem de autorização superior.

✍ **Comentário:**
No item "Compromisso" do Código de Ética da Caixa consta o seguinte: "Prestamos orientações e informações corretas aos nossos clientes para que tomem decisões conscientes em seus negócios."
Gabarito: B

9. (CESPE / 2010 / Caixa / Técnico Bancário/ Adaptada[3])
A respeito das normas de conduta ética que pautam as atividades exercidas pelos empregados e dirigentes da CAIXA, julgue o item a seguir.

O código é omisso quanto a situações quaisquer de represália ou discriminação profissional a quem denunciar as violações a esse código, como forma de preservar os valores da empresa.

✍ **Comentário:**
O código não é omisso, pois no item "Responsabilidade" do Código de Ética Caixa consta o seguinte: "Garantimos proteção contra qualquer forma de represália ou discriminação profissional a quem denunciar as violações a este Código, como forma de preservar os valores da CAIXA."
Gabarito: Errado

[3] **Nota do autor:** Essa questão era de múltipla escolha, porém a fim de não misturar assuntos, essa questão foi desmembrada. O texto da alternativa e o gabarito permaneceram totalmente iguais a questão original.

Legislação Específica

Lei nº 7.998/90 (Programa Desemprego e Abono Salarial – beneficiários e critérios para saque)

Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.[1]

Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei regula o Programa do Seguro-Desemprego e o abono de que tratam o inciso II do art. 7º, o inciso IV do art. 201 e o art. 239, da Constituição Federal, bem como institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

DO PROGRAMA DE SEGURO-DESEMPREGO

Art. 2º O Programa de Seguro-Desemprego tem por finalidade:

I - prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta, e ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo; (Redação dada pela Lei nº 10.608, de 20.12.2002)

II - auxiliar os trabalhadores na busca ou preservação do emprego, promovendo, para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

Art. 2º-A. Para efeito do disposto no inciso II do art. 2º, fica instituída a bolsa de qualificação profissional, a ser custeada pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, à qual fará jus o trabalhador que estiver com o contrato de trabalho suspenso em virtude de participação em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, em conformidade com o disposto em convenção ou acordo coletivo celebrado para este fim. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

Art. 2º-B. Em caráter excepcional e pelo prazo de seis meses, os trabalhadores que estejam em situação de desemprego involuntário pelo período compreendido entre doze e dezoito meses, ininterruptos, e que já tenham sido beneficiados com o recebimento do Seguro-Desemprego, farão jus a três parcelas do benefício, correspondente cada uma a R$ 100,00 (cem reais). (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

§ 1º O período de doze a dezoito meses de que trata o caput será contado a partir do recebimento da primeira parcela do Seguro-Desemprego. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

§ 2º O benefício poderá estar integrado a ações de qualificação profissional e articulado com ações de emprego a serem executadas nas localidades de domicílio do beneficiado. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

§ 3º Caberá ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT o estabelecimento, mediante resolução, das demais condições indispensáveis ao recebimento do benefício de que trata este artigo, inclusive quanto à idade e domicílio do empregador ao qual o trabalhador estava vinculado, bem como os respectivos limites de comprometimento dos recursos do FAT. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

Art. 2º-C O trabalhador que vier a ser identificado como submetido a regime de trabalho forçado ou reduzido a condição análoga à de escravo, em decorrência de ação de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, será dessa situação resgatado e terá direito à percepção de três parcelas de seguro-desemprego no valor de um salário mínimo cada, conforme o disposto no § 2º deste artigo.(Artigo incluído pela Lei nº 10.608, de 20.12.2002)

§ 1º O trabalhador resgatado nos termos do **caput** deste artigo será encaminhado, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, para qualificação profissional e recolocação no mercado de trabalho, por meio do Sistema Nacional de Emprego - SINE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.608, de 20.12.2002)

§ 2º Caberá ao CODEFAT, por proposta do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, estabelecer os procedimentos necessários ao recebimento do benefício previsto no **caput** deste artigo, observados os respectivos limites de comprometimento dos recursos do FAT, ficando vedado ao mesmo trabalhador o recebimento do benefício, em circunstâncias similares, nos doze meses seguintes à percepção da última parcela.(Parágrafo incluído pela Lei nº 10.608, de 20.12.2002)

Art. 3º Terá direito à percepção do seguro-desemprego o trabalhador dispensado sem justa causa que comprove:

I - ter recebido salários de pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, relativos a cada um dos 6 (seis) meses imediatamente anteriores à data da dispensa;

II - ter sido empregado de pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada ou ter exercido atividade legalmente reconhecida como autônoma, durante pelo menos 15 (quinze) meses nos últimos 24 (vinte e quatro) meses; (Vide Lei 8.845, de 1994)

III - não estar em gozo de qualquer benefício previdenciário de prestação continuada, previsto no Regulamento dos Benefícios da Previdência Social, excetuado o auxílio-acidente e o auxílio suplementar previstos na Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976, bem como o abono de permanência em serviço previsto na Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973;

IV - não estar em gozo do auxílio-desemprego; e

V - não possuir renda própria de qualquer natureza suficiente à sua manutenção e de sua família.

§ 1º A União poderá condicionar o recebimento da assistência financeira do Programa de Seguro-Desemprego à comprovação da matrícula e da frequência do trabalhador segurado em curso de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, com carga horária mínima de 160 (cento e sessenta) horas. (Incluído pela Lei nº 12.513, de 2011)

[1] Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7998.htm (acesso em 17/01/2014)

§ 2º O Poder Executivo regulamentará os critérios e requisitos para a concessão da assistência financeira do Programa de Seguro-Desemprego nos casos previstos no § 1º, considerando a disponibilidade de bolsas-formação no âmbito do Pronatec ou de vagas gratuitas na rede de educação profissional e tecnológica para o cumprimento da condicionalidade pelos respectivos beneficiários. (Incluído pela Lei nº 12.513, de 2011)

§ 3º A oferta de bolsa para formação dos trabalhadores de que trata este artigo considerará, entre outros critérios, a capacidade de oferta, a reincidência no recebimento do benefício, o nível de escolaridade e a faixa etária do trabalhador. (Incluído pela Lei nº 12.513, de 2011)

Art. 3º-A. A periodicidade, os valores, o cálculo do número de parcelas e os demais procedimentos operacionais de pagamento da bolsa de qualificação profissional, nos termos do art. 2º-A desta Lei, bem como os pré-requisitos para habilitação serão os mesmos adotados em relação ao benefício do Seguro-Desemprego, exceto quanto à dispensa sem justa causa. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

Art. 4º O benefício do seguro-desemprego será concedido ao trabalhador desempregado, por um período máximo de 4 (quatro) meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo de 16 (dezesseis) meses, contados da data de dispensa que deu origem à primeira habilitação. (Vide Lei nº 8.900, de 1994).

Parágrafo único. O benefício do seguro-desemprego poderá ser retomado a cada novo período aquisitivo, satisfeitas as condições arroladas no art. 3º desta Lei, à exceção do seu inciso II.

Art. 5º O valor do benefício será fixado em Bônus do Tesouro Nacional (BTN), devendo ser calculado segundo 3 (três) faixas salariais **(*)**, observados os seguintes critérios:

I - até 300 (trezentos) BTN, multiplicar-se-á o salário médio dos últimos 3 (três) meses pelo fator 0,8 (oito décimos);

II - de 300 (trezentos) a 500 (quinhentos) BTN aplicar-se-á, até o limite do inciso anterior, a regra nele contida e, no que exceder, o fator 0,5 (cinco décimos);

III - acima de 500 (quinhentos) BTN, o valor do benefício será igual a 340 (trezentos e quarenta) BTN.

§ 1º Para fins de apuração do benefício, será considerada a média dos salários dos últimos 3 (três) meses anteriores à dispensa, devidamente convertidos em BTN pelo valor vigente nos respectivos meses trabalhados.

(*) Atenção para nova tabela do seguro-desemprego divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em 13/01/14[2]:

Calcula-se o valor do Salário Médio dos últimos três meses anteriores a dispensa e aplica-se a fórmula abaixo:

FAIXAS DE SALÁRIO MÉDIO	VALOR DA PARCELA
Até R$ 1.151,06	Multiplica-se o salário médio 0.8 (80%).
De R$ 1.151,07 até R$ 1.918,62	O que exceder a R$ 1.151,06 multiplica-se por 0,5 (50%) e soma-se a R$ 920,85.
Acima de R$ 1.918,62	O valor da parcela será de R$ 1.304,63 invariavelmente

[2] Fonte : http://portal.mte.gov.br/imprensa/mte-divulga-nova-tabela-do-seguro-desemprego/palavrachave/seguro-desemprego-reajuste-tabela.htm (acesso em 18/01/2014)

§ 2º O valor do benefício não poderá ser inferior ao valor do salário mínimo.

§ 3º No pagamento dos benefícios, considerar-se-á:

I - o valor do BTN ou do salário mínimo do mês imediatamente anterior, para benefícios colocados à disposição do beneficiário até o dia 10 (dez) do mês;

II - o valor do BTN ou do salário mínimo do próprio mês, para benefícios colocados à disposição do beneficiário após o dia 10 (dez) do mês.

Art. 6º O seguro-desemprego é direito pessoal e intransferível do trabalhador, podendo ser requerido a partir do sétimo dia subsequente à rescisão do contrato de trabalho.

Art. 7º O pagamento do benefício do seguro-desemprego será suspenso nas seguintes situações:

I - admissão do trabalhador em novo emprego;

II - início de percepção de benefício de prestação continuada da Previdência Social, exceto o auxílio-acidente, o auxílio suplementar e o abono de permanência em serviço;

III - início de percepção de auxílio-desemprego.

Art. 7º-A. O pagamento da bolsa de qualificação profissional será suspenso se ocorrer a rescisão do contrato de trabalho. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

Art. 8º O benefício do seguro-desemprego será cancelado: (Redação dada pela Lei nº 12.513, de 2011)

I - pela recusa por parte do trabalhador desempregado de outro emprego condizente com sua qualificação registrada ou declarada e com sua remuneração anterior; (Redação dada pela Lei nº 12.513, de 2011)

II - por comprovação de falsidade na prestação das informações necessárias à habilitação; (Redação dada pela Lei nº 12.513, de 2011)

III - por comprovação de fraude visando à percepção indevida do benefício do seguro-desemprego; ou (Redação dada pela Lei nº 12.513, de 2011)

IV - por morte do segurado. (Redação dada pela Lei nº 12.513, de 2011)

§ 1º Nos casos previstos nos incisos I a III deste artigo, será suspenso por um período de 2 (dois) anos, ressalvado o prazo de carência, o direito do trabalhador à percepção do seguro-desemprego, dobrando-se este período em caso de reincidência. (Incluído pela Lei nº 12.513, de 2011)

§ 2º O benefício poderá ser cancelado na hipótese de o beneficiário deixar de cumprir a condicionalidade de que trata o § 1º do art. 3º desta Lei, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 12.513, de 2011)

Art. 8º-A. O benefício da bolsa de qualificação profissional será cancelado nas seguintes situações: (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

I - fim da suspensão contratual e retorno ao trabalho; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

II - por comprovação de falsidade na prestação das informações necessárias à habilitação; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

III - por comprovação de fraude visando à percepção indevida da bolsa de qualificação profissional; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

IV - por morte do beneficiário. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

Art. 8º-B. Na hipótese prevista no § 5º do art. 476-A da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, as parcelas da bolsa de qualificação profissional que o empregado tiver recebido serão descontadas das parcelas do benefício do Seguro-Desemprego a que fizer jus, sendo-lhe garantido, no mínimo, o recebimento de

uma parcela do Seguro-Desemprego. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

Art. 8º-C. Para efeito de habilitação ao Seguro-Desemprego, desconsiderar-se-á o período de suspensão contratual de que trata o art. 476-A da CLT, para o cálculo dos períodos de que tratam os incisos I e II do art. 3º desta Lei. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

DO ABONO SALARIAL

Art. 9º É assegurado o recebimento de abono salarial no valor de um salário mínimo vigente na data do respectivo pagamento, aos empregados que:

I - tenham percebido, de empregadores que contribuem para o Programa de Integração Social (PIS) ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), até 2 (dois) salários mínimos médios de remuneração mensal no período trabalhado e que tenham exercido atividade remunerada pelo menos durante 30 (trinta) dias no ano-base;

II - estejam cadastrados há pelo menos 5 (cinco) anos no Fundo de Participação PIS-Pasep ou no Cadastro Nacional do Trabalhador.

Parágrafo único. No caso de beneficiários integrantes do Fundo de Participação PIS-Pasep, serão computados no valor do abono salarial os rendimentos proporcionados pelas respectivas contas individuais.

DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

Art. 10. É instituído o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, destinado ao custeio do Programa de Seguro-Desemprego, ao pagamento do abono salarial e ao financiamento de programas de educação profissional e tecnológica e de desenvolvimento econômico. (Redação dada pela Lei nº 12.513, de 2011)

Parágrafo único. O FAT é um fundo contábil, de natureza financeira, subordinando-se, no que couber, à legislação vigente.

Art. 11. Constituem recursos do FAT:

I - o produto da arrecadação das contribuições devidas ao PIS e ao Pasep;

II - o produto dos encargos devidos pelos contribuintes, em decorrência da inobservância de suas obrigações;

III - a correção monetária e os juros devidos pelo agente aplicador dos recursos do fundo, bem como pelos agentes pagadores, incidentes sobre o saldo dos repasses recebidos;

IV - o produto da arrecadação da contribuição adicional pelo índice de rotatividade, de que trata o § 4º do art. 239 da Constituição Federal.

V - outros recursos que lhe sejam destinados.

Art. 12. (Vetado).

Art. 13. (Vetado).

Art. 14. (Vetado).

Art. 15. Compete aos Bancos Oficiais Federais o pagamento das despesas relativas ao Programa do Seguro-Desemprego e ao abono salarial conforme normas a serem definidas pelos gestores do FAT. (Vide lei nº 8.019, de 12.5.1990)

Parágrafo único. Sobre o saldo de recursos não desembolsados, os agentes pagadores remunerarão o FAT, no mínimo com correção monetária.

Art. 16. (Revogado pela Lei nº 8.019, de 11/04/90)

Art. 17. (Revogado pela Lei nº 8.019, de 11/04/90)

GESTÃO

Art. 18. É instituído o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, composto por representação de trabalhadores, empregadores e órgãos e entidades governamentais, na forma estabelecida pelo Poder Executivo. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 200')

§ 3º Os representantes dos trabalhadores serão indicados pelas centrais sindicais e confederações de trabalhadores; e os representantes dos empregadores, pelas respectivas confederações.

§ 4º Compete ao Ministro do Trabalho a nomeação dos membros do Codefat.

§ 5º - Revogado pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001)

§ 6º Pela atividade exercida no Codefat seus membros não serão remunerados.

Art. 19. Compete ao Codefat gerir o FAT e deliberar sobre as seguintes matérias:

I - (Vetado).

II - aprovar e acompanhar a execução do Plano de Trabalho Anual do Programa do Seguro-Desemprego e do abono salarial e os respectivos orçamentos;

III - deliberar sobre a prestação de conta e os relatórios de execução orçamentária e financeira do FAT;

IV - elaborar a proposta orçamentária do FAT, bem como suas alterações;

V - propor o aperfeiçoamento da legislação relativa ao seguro-desemprego e ao abono salarial e regulamentar os dispositivos desta Lei no âmbito de sua competência;

VI - decidir sobre sua própria organização, elaborando seu regimento interno;

VII - analisar relatórios do agente aplicador quanto à forma, prazo e natureza dos investimentos realizados;

VIII - fiscalizar a administração do fundo, podendo solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;

IX - definir indexadores sucedâneos no caso de extinção ou alteração daqueles referidos nesta Lei;

X - baixar instruções necessárias à devolução de parcelas do benefício do seguro-desemprego, indevidamente recebidas;

XI - propor alteração das alíquotas referentes às contribuições a que alude o art. 239 da Constituição Federal, com vistas a assegurar a viabilidade econômico-financeira do FAT;

XII - (Vetado);

XIII - (Vetado);

XIV - fixar prazos para processamento e envio ao trabalhador da requisição do benefício do seguro-desemprego, em função das possibilidades técnicas existentes, estabelecendo-se como objetivo o prazo de 30 (trinta) dias;

XV - (Vetado);

XIV - (Vetado);

XVII - deliberar sobre outros assuntos de interesses do FAT.

Art. 19-A. O Codefat poderá priorizar projetos das entidades integrantes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) desde que: (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

I - o ente federado de vinculação da entidade que solicita o recurso possua o respectivo Plano de Atendimento Socioeducativo aprovado; (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

II - as entidades governamentais e não governamentais integrantes do Sinase que solicitem recursos tenham se

submetido à avaliação nacional do atendimento socioeducativo. (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

Art. 20. A Secretaria-Executiva do Conselho Deliberativo será exercida pelo Ministério do Trabalho, e a ela caberão as tarefas técnico-administrativas relativas ao seguro-desemprego e abono salarial.

Art. 21. As despesas com a implantação, administração e operação do Programa do Seguro-Desemprego e do abono salarial, exceto as de pessoal, correrão por conta do FAT.

Art. 22. Os recursos do FAT integrarão o orçamento da seguridade social na forma da legislação pertinente.

DA FISCALIZAÇÃO E PENALIDADES

Art. 23. Compete ao Ministério do Trabalho a fiscalização do cumprimento do Programa de Seguro-Desemprego e do abono salarial.

Art. 24. Os trabalhadores e empregadores prestarão as informações necessárias, bem como atenderão às exigências para a concessão do seguro-desemprego e o pagamento do abono salarial, nos termos e prazos fixados pelo Ministério do Trabalho.

Art. 25. O empregador que infringir os dispositivos desta Lei estará sujeito a multas de 400 (quatrocentos) a 40.000 (quarenta mil) BTN [3], segundo a natureza da infração, sua extensão e intenção do infrator, a serem aplicadas em dobro, no caso de reincidência, oposição à fiscalização ou desacato à autoridade.

§ 1º Serão competentes para impor as penalidades as Delegacias Regionais do Trabalho, nos termos do Título VII da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

§ 2º Além das penalidades administrativas já referidas, os responsáveis por meios fraudulentos na habilitação ou na percepção do seguro-desemprego serão punidos civil e criminalmente, nos termos desta Lei.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 26. (Vetado).

Art. 27. A primeira investidura do Codefat dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias da publicação desta Lei.

Art. 28. No prazo de trinta dias as contribuições ao PIS e ao Pasep, arrecadadas a partir de 5 de outubro de 1988 e não utilizadas nas finalidades previstas no art. 239 da Constituição Federal, serão recolhidas como receita do FAT.(Redação dada pela Lei nº 8.019, de 11/04/90)

Parágrafo único. (Vetado).

Art. 29. (Revogado pela Lei nº 8.019, de 11/04/90)

Art. 30. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias e apresentará projeto lei regulamentando a contribuição adicional pelo índice de rotatividade, de que trata o § 4º do art. 239 da Constituição Federal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 31. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 32. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de janeiro de 1990; 169º da Independência e 102º da República.

JOSÉ SARNEY
Mailson Ferreira da Nóbrega

[3] Valores atualizados periodicamente.

Dorothea Werneck
Jáder Fontenelle Barbalho

✍ Questão de concurso comentada

1. (CESGRANRIO/2012/Caixa/Técnico Bancário) Mévio é médico e trabalha em dois locais mediante relação de emprego, possuindo também, além desses vínculos, consultório particular onde percebe renda superior a quarenta salários-minimos. O médico é dispensado, sem justa causa, de um dos seus empregos onde exercia sua atividade por mais de vinte anos.

Nessa situação, segundo a legislação vigente sobre seguro-desemprego, o médico faria jus ao seguro-desemprego?

a) Não, pois ele não preencheu o requisito objetivo do tempo de permanência no emprego
b) Não, pois a existência de renda suficiente para a manutenção própria e de sua família seria impediente à percepção do seguro-desemprego.
c) Sim, pois o tempo mínimo de emprego para possibilitar a percepção do seguro-desemprego é de vinte anos.
d) Sim, pois o médico, sendo demitido, fica afastado, em gozo de beneficio previdenciário, podendo cumular com o seguro-desemprego.
e) Sim, pois, mesmo que ocupasse outro emprego, esse fato não seria impeditivo de percepção do seguro-desemprego.

✍ Comentário:
Mévio não faz jus ao seguro desemprego, pois segundo a Lei 7.998/90, art. 3º, inciso V, terá direito à percepção do seguro-desemprego o trabalhador dispensado sem justa causa que comprove não possuir renda própria de qualquer natureza suficiente à sua manutenção e de sua família. Como Mévio, segundo o enunciado trabalhava em dois locais mediante relação de emprego, possuindo também, além desses vínculos, consultório particular onde percebe renda superior a quarenta salários-minimos, ele possui renda própria suficiente à sua manutenção e de sua família.
Gabarito: B

✍ Questões Comentadas

Julgue certo ou errado os itens a seguir.

1. O Programa de Seguro-Desemprego tem duas importantes finalidades, entre elas a de auxiliar os trabalhadores na busca ou preservação do emprego, promovendo, para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional.

✍ **Comentário:**
Segundo o art.2º, II, da Lei que regula o Programa do Seguro-Desemprego, tal afirmativa está certa.
Gabarito: Certo

2. Terá direito à percepção do seguro-desemprego o trabalhador dispensado com justa causa.

✍ **Comentário:**
Art. 3º Terá direito à percepção do seguro-desemprego o trabalhador dispensado **sem justa causa**, segundo o art.3º da Lei nº 7.998/90.
Gabarito: Errado

3. Poderá haver a suspensão do seguro-desemprego nos casos de admissão do trabalhador em novo emprego; do início de percepção de benefício de prestação continuada da Previdência Social, exceto o auxílio-acidente, o auxílio suplementar e o abono de permanência em serviço e do início de percepção de auxílio-desemprego.

✍ **Comentário:**
Tal afirmativa está em consonância com o art.7°, I, II e III, da Lei que regula o Programa do Seguro-Desemprego.
Gabarito: Certo

4. É assegurado o recebimento de abono salarial no valor de um salário mínimo vigente na data do respectivo pagamento, aos empregados que estejam cadastrados há pelo menos 2 anos no Fundo de Participação PIS-Pasep ou no Cadastro Nacional do Trabalhador, entre outros requisitos.

✍ **Comentário:**
De acordo com o art.9º, II da Lei nº 7.998/90, os empregados devem estar cadastrados **há pelo menos 5 anos** no Fundo de Participação PIS-Pasep ou no Cadastro Nacional do Trabalhador.
Gabarito: Errado

5. Serão computados no valor do abono salarial os rendimentos proporcionados pelas respectivas contas individuais, no caso de beneficiários integrantes do Fundo de Participação PIS-Pasep.

✍ **Comentário:**
No caso de beneficiários integrantes do Fundo de Participação PIS-Pasep, serão computados no valor do abono salarial os rendimentos proporcionados pelas respectivas contas individuais, de acordo com o art.9º, parágrafo único da Lei que regula o Programa do Abono Salarial.
Gabarito: Certo

Lei nº 8.036/1990 (FGTS: possibilidades e condições de utilização/saque)[4] Certificado de Regularidade do FGTS

O que é o FGTS?

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS foi criado em 1967 pelo Governo Federal para proteger o trabalhador demitido **sem justa causa**. O FGTS é constituído de contas vinculadas, abertas em nome de cada trabalhador, quando o empregador efetua o primeiro depósito. O saldo da conta vinculada é formado pelos depósitos mensais efetivados pelo empregador, equivalentes a 8,0% do salário pago ao empregado, acrescido de atualização monetária e juros.

Quem tem direito ao FGTS?

- Todos os trabalhadores, regido pela CLT que firmaram contrato de trabalho a partir de 05/10/1988. Antes era facultativo;
- trabalhadores rurais;
- temporários;
- avulsos;
- safreiros (operários rurais, que trabalham apenas no período de colheita);
- e atletas profissionais (jogadores de futebol, vôlei, etc.).

O diretor não-empregado poderá ser equiparado aos demais trabalhadores sujeitos ao regime do FGTS. É facultado ao empregador doméstico recolher ou não o FGTS referente ao seu empregado. A opção pelo recolhimento estabelece a sua obrigatoriedade enquanto durar o vínculo empregatício. O FGTS não é descontado do salário, é obrigação do empregador.

Com o FGTS, o trabalhador tem a oportunidade de formar um patrimônio, que pode ser sacado em momentos especiais, como o da aquisição da casa própria ou da aposentadoria e em situações de dificuldades, que podem ocorrer com a demissão sem justa causa ou em caso de algumas doenças graves.

O trabalhador pode utilizar os recursos do FGTS para a moradia nos casos de aquisição de imóvel novo ou usado, construção, liquidação ou amortização de dívida vinculada a contrato de financiamento habitacional.

A importância dos recursos do Fundo para o desenvolvimento do país ultrapassa os benefícios da moradia digna, pois financiam, também, obras de

[4] Fonte: Adapatado de http://www.fgts.gov.br (acesso em 19/01/2014)

saneamento e infra-estrutura, gerando melhorias na qualidade de vida, ao proporcionar água de qualidade, coleta e tratamento do esgoto sanitário.

O FGTS tem sido a maior fonte de recursos para a Habitação Popular e o Saneamento Básico.

A partir de 2008, o Fundo de Investimento FGTS - FI-FGTS, amplia a atuação do Fundo, ao direcionar recursos para outros segmentos da infra-estrutura, como a construção, a reforma, a ampliação ou a implantação de empreendimentos de infra-estrutura em rodovias, portos, hidrovias, ferrovias, obras de energia e de saneamento.

O FGTS pode ser sacado nas seguintes ocorrências:

- Na demissão sem justa causa;
- No término do contrato por prazo determinado;
- Na rescisão do contrato por extinção total da empresa; supressão de parte de suas atividades; fechamento de quaisquer de seus estabelecimentos, filiais ou agências; falecimento do empregador individual ou decretação de nulidade do contrato de trabalho - inciso II do art. 37 da Constituição Federal, quando mantido o direito ao salário;
- Na rescisão do contrato por culpa recíproca ou força maior;
- Na aposentadoria;
- No caso de necessidade pessoal, urgente e grave, decorrente de desastre natural causado por chuvas ou inundações que tenham atingido a área de residência do trabalhador, quando a situação de emergência ou o estado de calamidade pública for assim reconhecido, por meio de portaria do Governo Federal;
- Na suspensão do Trabalho Avulso;
- No falecimento do trabalhador;
- Quando o titular da conta vinculada tiver idade igual ou superior a 70 anos;
- Quando o trabalhador ou seu dependente for portador do vírus HIV;
- Quando o trabalhador ou seu dependente estiver acometido de neoplasia maligna - câncer;
- Quando o trabalhador ou seu dependente estiver em estágio terminal, em razão de doença grave;
- Quando a conta permanecer sem depósito por 3 anos ininterruptos cujo afastamento tenha ocorrido até 13/07/90, inclusive;
- Quando o trabalhador permanecer por 03 (três) anos ininterruptos fora do regime do FGTS, cujo afastamento tenha ocorrido a partir de 14/07/90, inclusive, podendo o saque, neste caso, ser efetuado a partir do mês de aniversário do titular da conta;
- Na amortização, liquidação de saldo devedor e pagamento de parte das prestações adquiridas em sistemas imobiliários de consórcio;
- Para aquisição de moradia própria, liquidação ou amortização de dívida ou pagamento de parte das prestações de financiamento habitacional.

Certificado de Regularidade do FGTS[5]

O CRF é o único documento que comprova a regularidade do empregador perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, sendo emitido exclusivamente pela CAIXA.

Quais as condições básicas para se obter o CRF?

A condição básica é estar em situação de regularidade para com o FGTS, ou seja, estar em dia com as obrigações para com esse Fundo, inclusive com os pagamentos das contribuições sociais instituídas pela Lei Complementar nº. 110, de 29/06/2001, considerando os aspectos financeiro (pagamento das contribuições devidas), cadastral (consistência das informações do empregador e de seus empregados) e operacional (procedimentos no pagamento de contribuições em conformidade com as regras vigentes para o recolhimento), bem como estar em dia com o pagamento de empréstimos lastreados com recursos do FGTS, se for o caso.

Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990[6]

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA , faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), instituído pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, passa a reger-se por esta lei.

Art. 2º O FGTS é constituído pelos saldos das contas vinculadas a que se refere esta lei e outros recursos a ele incorporados, devendo ser aplicados com atualização monetária e juros, de modo a assegurar a cobertura de suas obrigações.

§ 1º Constituem recursos incorporados ao FGTS, nos termos do *caput* deste artigo:

a) eventuais saldos apurados nos termos do art. 12, § 4º;

b) dotações orçamentárias específicas;

c) resultados das aplicações dos recursos do FGTS;

d) multas, correção monetária e juros moratórios devidos;

e) demais receitas patrimoniais e financeiras.

[5] Fonte: http://www.caixa.gov.br/fgts/crf.asp# (acesso em 19/01/2014)

[6] Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8036consol.htm (acesso em 19/01/2014)

§ 2º As contas vinculadas em nome dos trabalhadores são absolutamente impenhoráveis.

Art. 3º O FGTS será regido por normas e diretrizes estabelecidas por um Conselho Curador, composto por representação de trabalhadores, empregadores e órgãos e entidades governamentais, na forma estabelecida pelo Poder Executivo. (Redação dada pela Lei nº 9.649, de 1998) (Vide Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001) (Vide Decreto nº 3.101, de 2001)

I - Ministério do Trabalho; (Incluído pela Lei nº 9.649, de 1998)

II - Ministério do Planejamento e Orçamento; (Incluído pela Lei nº 9.649, de 1998)

III - Ministério da Fazenda; (Incluído pela Lei nº 9.649, de 1998)

IV - Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo; (Incluído pela Lei nº 9.649, de 1998)

V - Caixa Econômica Federal; (Incluído pela Lei nº 9.649, de 1998)

VI - Banco Central do Brasil. (Incluído pela Lei nº 9.649, de 1998)

§ 1º A Presidência do Conselho Curador será exercida pelo representante do Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

§ 2º (Revogado pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001)

§ 3º Os representantes dos trabalhadores e dos empregadores e seus respectivos suplentes serão indicados pelas respectivas centrais sindicais e confederações nacionais e nomeados pelo Ministro do Trabalho e da Previdência Social, e terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.

§ 4º O Conselho Curador reunir-se-á ordinariamente, a cada bimestre, por convocação de seu Presidente. Esgotado esse período, não tendo ocorrido convocação, qualquer de seus membros poderá fazê-la, no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo necessidade, qualquer membro poderá convocar reunião extraordinária, na forma que vier a ser regulamentada pelo Conselho Curador.

§ 5º As decisões do Conselho serão tomadas com a presença da maioria simples de seus membros, tendo o Presidente voto de qualidade. (Redação dada pela Lei nº 9.649, de 1998) (Vide Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001)

§ 6º As despesas porventura exigidas para o comparecimento às reuniões do Conselho constituirão ônus das respectivas entidades representadas.

§ 7º As ausências ao trabalho dos representantes dos trabalhadores no Conselho Curador, decorrentes das atividades desse órgão, serão abonadas, computando-se como jornada efetivamente trabalhada para todos os fins e efeitos legais.

§ 8º Competirá ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social proporcionar ao Conselho Curador os meios necessários ao exercício de sua competência, para o que contará com uma Secretaria Executiva do Conselho Curador do FGTS.

§ 9º Aos membros do Conselho Curador, enquanto representantes dos trabalhadores, efetivos e suplentes, é assegurada a estabilidade no emprego, da nomeação até um ano após o término do mandato de representação, somente podendo ser demitidos por motivo de falta grave, regularmente comprovada através de processo sindical.

Art. 4º A gestão da aplicação do FGTS será efetuada pelo Ministério da Ação Social, cabendo à Caixa Econômica Federal (CEF) o papel de agente operador.

Art. 5º Ao Conselho Curador do FGTS compete:

I - estabelecer as diretrizes e os programas de alocação de todos os recursos do FGTS, de acordo com os critérios definidos nesta lei, em consonância com a política nacional de desenvolvimento urbano e as políticas setoriais de habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana estabelecidas pelo Governo Federal;

II - acompanhar e avaliar a gestão econômica e financeira dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas aprovados;

III - apreciar e aprovar os programas anuais e plurianuais do FGTS;

IV - pronunciar-se sobre as contas do FGTS, antes do seu encaminhamento aos órgãos de controle interno para os fins legais;

V - adotar as providências cabíveis para a correção de atos e fatos do Ministério da Ação Social e da Caixa Econômica Federal, que prejudiquem o desempenho e o cumprimento das finalidades no que concerne aos recursos do FGTS;

VI - dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, relativas ao FGTS, nas matérias de sua competência;

VII - aprovar seu regimento interno;

VIII - fixar as normas e valores de remuneração do agente operador e dos agentes financeiros;

IX - fixar critérios para parcelamento de recolhimentos em atraso;

X - fixar critério e valor de remuneração para o exercício da fiscalização;

XI - divulgar, no Diário Oficial da União, todas as decisões proferidas pelo Conselho, bem como as contas do FGTS e os respectivos pareceres emitidos.

XII - fixar critérios e condições para compensação entre créditos do empregador, decorrentes de depósitos relativos a trabalhadores não optantes, com contratos extintos, e débitos resultantes de competências em atraso, inclusive aqueles que forem objeto de composição de dívida com o FGTS. (Incluído pela Lei nº 9.711, de 1998)

XIII - em relação ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS: (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

a) aprovar a política de investimento do FI-FGTS por proposta do Comitê de Investimento; (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

b) decidir sobre o reinvestimento ou distribuição dos resultados positivos aos cotistas do FI-FGTS, em cada exercício; (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

c) definir a forma de deliberação, de funcionamento e a composição do Comitê de Investimento; (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

d) estabelecer o valor da remuneração da Caixa Econômica Federal pela administração e gestão do FI-FGTS, inclusive a taxa de risco; (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

e) definir a exposição máxima de risco dos investimentos do FI-FGTS; (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

f) estabelecer o limite máximo de participação dos recursos do FI-FGTS por setor, por empreendimento e por classe de ativo, observados os requisitos técnicos aplicáveis; (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

g) estabelecer o prazo mínimo de resgate das cotas e de retorno dos recursos à conta vinculada, observado o disposto no § 19 do art. 20 desta Lei; (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

h) aprovar o regulamento do FI-FGTS, elaborado pela Caixa Econômica Federal; e (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

i) autorizar a integralização de cotas do FI-FGTS pelos trabalhadores, estabelecendo previamente os limites globais e individuais, parâmetros e condições de aplicação e resgate. (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

Art. 6º Ao Ministério da Ação Social, na qualidade de gestor da aplicação do FGTS, compete:

I - praticar todos os atos necessários à gestão da aplicação do Fundo, de acordo com as diretrizes e programas estabelecidos pelo Conselho Curador;

II - expedir atos normativos relativos à alocação dos recursos para implementação dos programas aprovados pelo Conselho Curador;

III - elaborar orçamentos anuais e planos plurianuais de aplicação dos recursos, discriminando-os por Unidade da Federação, submetendo-os até 31 de julho ao Conselho Curador do Fundo;

IV - acompanhar a execução dos programas de habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana, decorrentes de aplicação de recursos do FGTS, implementados pela CEF;

V - submeter à apreciação do Conselho Curador as contas do FGTS;

VI - subsidiar o Conselho Curador com estudos técnicos necessários ao aprimoramento operacional dos programas de habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana;

VII - definir as metas a serem alcançadas nos programas de habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana.

Art. 7º À Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente operador, cabe:

I - centralizar os recursos do FGTS, manter e controlar as contas vinculadas, e emitir regularmente os extratos individuais correspondentes às contas vinculadas e participar da rede arrecadadora dos recursos do FGTS;

II - expedir atos normativos referentes aos procedimentos adiministrativo-operacionais dos bancos depositários, dos agentes financeiros, dos empregadores e dos trabalhadores, integrantes do sistema do FGTS;

III - definir os procedimentos operacionais necessários à execução dos programas de habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana, estabelecidos pelo Conselho Curador com base nas normas e diretrizes de aplicação elaboradas pelo Ministério da Ação Social;

IV - elaborar as análises jurídica e econômico-financeira dos projetos de habitação popular, infra-estrutura urbana e saneamento básico a serem financiados com recursos do FGTS;

V - emitir Certificado de Regularidade do FGTS;

VI - elaborar as contas do FGTS, encaminhando-as ao Ministério da Ação Social;

VII - implementar os atos emanados do Ministério da Ação Social relativos à alocação e aplicação dos recursos do FGTS, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Curador.

VIII - (VETADO) (Incluído pela Lei nº 9.491, de 1997)

IX - garantir aos recursos alocados ao FI-FGTS, em cotas de titularidade do FGTS, a remuneração aplicável às contas vinculadas, na forma do caput do art. 13 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

Parágrafo único. O Ministério da Ação Social e a Caixa Econômica Federal deverão dar pleno cumprimento aos programas anuais em andamento, aprovados pelo Conselho Curador, sendo que eventuais alterações somente poderão ser processadas mediante prévia anuência daquele colegiado.

Art. 8º O Ministério da Ação Social, a Caixa Econômica Federal e o Conselho Curador do FGTS serão responsáveis pelo fiel cumprimento e observância dos critérios estabelecidos nesta lei.

Art. 9º As aplicações com recursos do FGTS poderão ser realizadas diretamente pela Caixa Econômica Federal e pelos demais órgãos integrantes do Sistema Financeiro da Habitação - SFH, exclusivamente segundo critérios fixados pelo Conselho Curador do FGTS, em operações que preencham os seguintes requisitos: (Redação dada pela Lei 10.931, de 2004)

I - Garantias: (Redação dada pela Lei nº 9.467, de 1997)

a) hipotecária; (Incluída pela Lei nº 9.467, de 1997)

b) caução de Créditos hipotecários próprios, relativos a financiamentos concedidos com recursos do agente financeiro; (Incluída pela Lei nº 9.467, de 1997)

c) caução dos créditos hipotecários vinculados aos imóveis objeto de financiamento; (Incluída pela Lei nº 9.467, de 1997)

d) hipoteca sobre outros imóveis de propriedade do agente financeiro, desde que livres e desembaraçados de quaisquer ônus; (Incluída pela Lei nº 9.467, de 1997)

e) cessão de créditos do agente financeiro, derivados de financiamentos concedidos com recursos próprios, garantidos por penhor ou hipoteca; (Incluída pela Lei nº 9.467, de 1997)

f) hipoteca sobre imóvel de propriedade de terceiros; (Incluída pela Lei nº 9.467, de 1997)

g) seguro de crédito; (Incluída pela Lei nº 9.467, de 1997)

h) garantia real ou vinculação de receitas, inclusive tarifárias, nas aplicações contratadas com pessoa jurídica de direito público ou de direito privado a ela vinculada; (Incluída pela Lei nº 9.467, de 1997)

i) aval em nota promissória; (Incluída pela Lei nº 9.467, de 1997)

j) fiança pessoal; (Incluída pela Lei nº 9.467, de 1997)

l) alienação fiduciária de bens móveis em garantia; (Incluída pela Lei nº 9.467, de 1997)

m) fiança bancária; (Incluída pela Lei nº 9.467, de 1997)

n) outras, a critério do Conselho Curador do FGTS; (Incluída pela Lei nº 9.467, de 1997)

II - correção monetária igual à das contas vinculadas;

III - taxa de juros média mínima, por projeto, de 3 (três) por cento ao ano;

IV - prazo máximo de trinta anos. (Redação dada pela Lei nº 8.692, de 1993)

§ 1º A rentabilidade média das aplicações deverá ser suficiente à cobertura de todos os custos incorridos pelo Fundo e ainda à formação de reserva técnica para o atendimento de gastos eventuais não previstos, sendo da Caixa Econômica Federal o risco de crédito.

§ 2º Os recursos do FGTS deverão ser aplicados em habitação, saneamento básico e infra-estrutura urbana. As disponibilidades financeiras devem ser mantidas em volume que satisfaça as condições de liquidez e remuneração mínima necessária à preservação do poder aquisitivo da moeda.

§ 3º O programa de aplicações deverá destinar, no mínimo, 60 (sessenta) por cento para investimentos em habitação popular.

§ 4º Os projetos de saneamento básico e infra-estrutura urbana, financiados com recursos do FGTS, deverão ser complementares aos programas habitacionais.

§ 5º As garantias, nas diversas modalidades discriminadas no inciso I do caput deste artigo, serão admitidas singular ou supletivamente, considerada a suficiência de cobertura para os empréstimos e financiamentos concedidos. (Redação dada pela Lei nº 9.467, de 1997)

§ 6º Mantida a rentabilidade média de que trata o § 1º, as aplicações em habitação popular poderão contemplar

sistemática de desconto, direcionada em função da renda familiar do beneficiário, onde o valor do benefício seja concedido mediante redução no valor das prestações a serem pagas pelo mutuário ou pagamento de parte da aquisição ou construção de imóvel, dentre outras, a critério do Conselho Curador do FGTS. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.197-43, de 2001)

§ 7º Os recursos necessários para a consecução da sistemática de desconto serão destacados, anualmente, do orçamento de aplicação de recursos do FGTS, constituindo reserva específica, com contabilização própria. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.197-43, de 2001)

§ 8º É da União o risco de crédito nas aplicações efetuadas até 1º de junho de 2001 pelos demais órgãos integrantes do Sistema Financeiro da Habitação - SFH e pelas entidades credenciadas pelo Banco Central do Brasil como agentes financeiros, subrogando-se nas garantias prestadas à Caixa Econômica Federal.(Incluído pela Medida Provisória nº 2.196-3, de 2001)

Art. 10. O Conselho Curador fixará diretrizes e estabelecerá critérios técnicos para as aplicações dos recursos do FGTS, visando:

I - exigir a participação dos contratantes de financiamentos nos investimentos a serem realizados;

II - assegurar o cumprimento, por parte dos contratantes inadimplentes, das obrigações decorrentes dos financiamentos obtidos;

III - evitar distorções na aplicação entre as regiões do País, considerando para tanto a demanda habitacional, a população e outros indicadores sociais.

Art. 11. Os depósitos feitos na rede bancária, a partir de 1º de outubro de 1989, relativos ao FGTS, serão transferidos à Caixa Econômica Federal no segundo dia útil subsequente à data em que tenham sido efetuados.

Art. 12. No prazo de um ano, a contar da promulgação desta lei, a Caixa Econômica Federal assumirá o controle de todas as contas vinculadas, nos termos do item I do art. 7º, passando os demais estabelecimentos bancários, findo esse prazo, à condição de agentes recebedores e pagadores do FGTS, mediante recebimento de tarifa, a ser fixada pelo Conselho Curador.

1º Enquanto não ocorrer a centralização prevista no *caput* deste artigo, o depósito efetuado no decorrer do mês será contabilizado no saldo da conta vinculada do trabalhador, no primeiro dia útil do mês subsequente.

2º Até que a Caixa Econômica Federal implemente as disposições do *caput* deste artigo, as contas vinculadas continuarão sendo abertas em estabelecimento bancário escolhido pelo empregador, dentre os para tanto autorizados pelo Banco Central do Brasil, em nome do trabalhador.

3º Verificando-se mudança de emprego, até que venha a ser implementada a centralização no *caput* deste artigo, a conta vinculada será transferida para o estabelecimento bancário da escolha do novo empregador.

4º Os resultados financeiros auferidos pela Caixa Econômica Federal no período entre o repasse dos bancos e o depósito nas contas vinculadas dos trabalhadores destinar-se-ão à cobertura das despesas de administração do FGTS e ao pagamento da tarifa aos bancos depositários, devendo os eventuais saldos ser incorporados ao patrimônio do Fundo nos termos do art. 2º, § 1º.

5º Após a centralização das contas vinculadas, na Caixa Econômica Federal, o depósito realizado no prazo regulamentar passa a integrar o saldo da conta vinculada do trabalhador a partir do dia 10 (dez) do mês de sua ocorrência. O depósito realizado fora do prazo será contabilizado no saldo no dia 10 (dez) subsequente após atualização monetária e capitalização de juros.

Art. 13. Os depósitos efetuados nas contas vinculadas serão corrigidos monetariamente com base nos parâmetros fixados para atualização dos saldos dos depósitos de poupança e capitalização juros de (três) por cento ao ano.

1º Até que ocorra a centralização prevista no item I do art. 7º, a atualização monetária e a capitalização de juros correrão à conta do Fundo e o respectivo crédito será efetuado na conta vinculada no primeiro dia útil de cada mês, com base no saldo existente no primeiro dia útil do mês anterior, deduzidos os saques ocorridos no período.

2º Após a centralização das contas vinculadas, na Caixa Econômica Federal, a atualização monetária e a capitalização de juros correrão à conta do Fundo e o respectivo crédito será efetuado na conta vinculada, no dia 10 (dez) de cada mês, com base no saldo existente no dia 10 (dez) do mês anterior ou no primeiro dia útil subsequente, caso o dia 10 (dez) seja feriado bancário, deduzidos os saques ocorridos no período.

3º Para as contas vinculadas dos trabalhadores optantes existentes à data de 22 de setembro de 1971, a capitalização dos juros dos depósitos continuará a ser feita na seguinte progressão, salvo no caso de mudança de empresa, quando a capitalização dos juros passará a ser feita à taxa de 3 (três) por cento ao ano:

I - 3 (três) por cento, durante os dois primeiros anos de permanência na mesma empresa;

II - 4 (quatro) por cento, do terceiro ao quinto ano de permanência na mesma empresa;

III - 5 (cinco) por cento, do sexto ao décimo ano de permanência na mesma empresa;

IV - 6 (seis) por cento, a partir do décimo primeiro ano de permanência na mesma empresa.

4º O saldo das contas vinculadas é garantido pelo Governo Federal, podendo ser instituído seguro especial para esse fim.

Art. 14. Fica ressalvado o direito adquirido dos trabalhadores que, à data da promulgação da Constituição Federal de 1988, já tinham o direito à estabilidade no emprego nos termos do Capítulo V do Título IV da CLT.

1º O tempo do trabalhador não optante do FGTS, anterior a 5 de outubro de 1988, em caso de rescisão sem justa causa pelo empregador, reger-se-á pelos dispositivos constantes dos arts. 477, 478 e 497 da CLT.

2º O tempo de serviço anterior à atual Constituição poderá ser transacionado entre empregador e empregado, respeitado o limite mínimo de 60 (sessenta) por cento da indenização prevista.

3º É facultado ao empregador desobrigar-se da responsabilidade da indenização relativa ao tempo de serviço anterior à opção, depositando na conta vinculada do trabalhador, até o último dia útil do mês previsto em lei para o pagamento de salário, o valor correspondente à indenização, aplicando-se ao depósito, no que couber, todas as disposições desta lei.

4º Os trabalhadores poderão a qualquer momento optar pelo FGTS com efeito retroativo a 1º de janeiro de 1967 ou à data de sua admissão, quando posterior àquela.

Art. 15. Para os fins previstos nesta lei, todos os empregadores ficam obrigados a depositar, até o dia 7 (sete) de cada mês, em conta bancária vinculada, a importância correspondente a 8 (oito) por cento da remuneração paga ou devida, no mês anterior, a cada trabalhador, incluídas na

remuneração as parcelas de que tratam os arts. 457 e 458 da CLT e a gratificação de Natal a que se refere a Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, com as modificações da Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1965.

§ 1º Entende-se por empregador a pessoa física ou a pessoa jurídica de direito privado ou de direito público, da administração pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que admitir trabalhadores a seu serviço, bem assim aquele que, regido por legislação especial, encontrar-se nessa condição ou figurar como fornecedor ou tomador de mão-de-obra, independente da responsabilidade solidária e/ou subsidiária a que eventualmente venha obrigar-se.

§ 2º Considera-se trabalhador toda pessoa física que prestar serviços a empregador, a locador ou tomador de mão-de-obra, excluídos os eventuais, os autônomos e os servidores públicos civis e militares sujeitos a regime jurídico próprio.

§ 3º Os trabalhadores domésticos poderão ter acesso ao regime do FGTS, na forma que vier a ser prevista em lei.

§ 4º Considera-se remuneração as retiradas de diretores não empregados, quando haja deliberação da empresa, garantindo-lhes os direitos decorrentes do contrato de trabalho de que trata o art. 16. (Incluído pela Lei nº 9.711, de 1998)

§ 5º O depósito de que trata o **caput** deste artigo é obrigatório nos casos de afastamento para prestação do serviço militar obrigatório e licença por acidente do trabalho. (Incluído pela Lei nº 9.711, de 1998)

§ 6º Não se incluem na remuneração, para os fins desta Lei, as parcelas elencadas no § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. (Incluído pela Lei nº 9.711, de 1998)

§ 7º Os contratos de aprendizagem terão a alíquota a que se refere o caput deste artigo reduzida para dois por cento. (Incluído pela Lei nº 10.097, de 2000)

Art. 16. Para efeito desta lei, as empresas sujeitas ao regime da legislação trabalhista poderão equiparar seus diretores não empregados aos demais trabalhadores sujeitos ao regime do FGTS. Considera-se diretor aquele que exerça cargo de administração previsto em lei, estatuto ou contrato social, independente da denominação do cargo.

Art. 17. Os empregadores se obrigam a comunicar mensalmente aos trabalhadores os valores recolhidos ao FGTS e repassar-lhes todas as informações sobre suas contas vinculadas recebidas da Caixa Econômica Federal ou dos bancos depositários.

Art. 18. Ocorrendo rescisão do contrato de trabalho, por parte do empregador, ficará este obrigado a depositar na conta vinculada do trabalhador no FGTS os valores relativos aos depósitos referentes ao mês da rescisão e ao imediatamente anterior, que ainda não houver sido recolhido, sem prejuízo das cominações legais. (Redação dada pela Lei nº 9.491, de 1997)

§ 1º Na hipótese de despedida pelo empregador sem justa causa, depositará este, na conta vinculada do trabalhador no FGTS, importância igual a quarenta por cento do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros. (Redação dada pela Lei nº 9.491, de 1997)

§ 2º Quando ocorrer despedida por culpa recíproca ou força maior, reconhecida pela Justiça do Trabalho, o percentual de que trata o § 1º será de 20 (vinte) por cento.

§ 3° As importâncias de que trata este artigo deverão constar da documentação comprobatória do recolhimento dos valores devidos a título de rescisão do contrato de trabalho, observado o disposto no art. 477 da CLT, eximindo o empregador, exclusivamente, quanto aos valores discriminados. (Redação dada pela Lei nº 9.491, de 1997)

Art. 19. No caso de extinção do contrato de trabalho prevista no art. 14 desta lei, serão observados os seguintes critérios:

I - havendo indenização a ser paga, o empregador, mediante comprovação do pagamento daquela, poderá sacar o saldo dos valores por ele depositados na conta individualizada do trabalhador;

II - não havendo indenização a ser paga, ou decorrido o prazo prescricional para a reclamação de direitos por parte do trabalhador, o empregador poderá levantar em seu favor o saldo da respectiva conta individualizada, mediante comprovação perante o órgão competente do Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

Art. 19-A. É devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição Federal, quando mantido o direito ao salário. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

Parágrafo único. O saldo existente em conta vinculada, oriundo de contrato declarado nulo até 28 de julho de 2001, nas condições do **caput**, que não tenha sido levantado até essa data, será liberado ao trabalhador a partir do mês de agosto de 2002. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

Art. 20. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações:

I - despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.197-43, de 2001)

II - extinção total da empresa, fechamento de quaisquer de seus estabelecimentos, filiais ou agências, supressão de parte de suas atividades, declaração de nulidade do contrato de trabalho nas condições do art. 19-A, ou ainda falecimento do empregador individual sempre que qualquer dessas ocorrências implique rescisão de contrato de trabalho, comprovada por declaração escrita da empresa, suprida, quando for o caso, por decisão judicial transitada em julgado; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

III - aposentadoria concedida pela Previdência Social;

IV - falecimento do trabalhador, sendo o saldo pago a seus dependentes, para esse fim habilitados perante a Previdência Social, segundo o critério adotado para a concessão de pensões por morte. Na falta de dependentes, farão jus ao recebimento do saldo da conta vinculada os seus sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, expedido a requerimento do interessado, independente de inventário ou arrolamento;

V - pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), desde que:

a) o mutuário conte com o mínimo de 3 (três) anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou em empresas diferentes;

b) o valor bloqueado seja utilizado, no mínimo, durante o prazo de 12 (doze) meses;

c) o valor do abatimento atinja, no máximo, 80 (oitenta) por cento do montante da prestação;

VI - liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Curador, dentre elas a de que o financiamento seja concedido no âmbito do SFH e haja interstício mínimo de 2 (dois) anos para cada movimentação;

VII – pagamento total ou parcial do preço de aquisição de moradia própria, ou lote urbanizado de interesse social não

construído, observadas as seguintes condições: (Redação dada pela Lei nº 11.977, de 2009)

a) o mutuário deverá contar com o mínimo de 3 (três) anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou empresas diferentes;

b) seja a operação financiável nas condições vigentes para o SFH;

VIII - quando o trabalhador permanecer três anos ininterruptos, a partir de 1º de junho de 1990, fora do regime do FGTS, podendo o saque, neste caso, ser efetuado a partir do mês de aniversário do titular da conta. (Redação dada pela Lei nº 8.678, de 1993)

IX - extinção normal do contrato a termo, inclusive o dos trabalhadores temporários regidos pela Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974;

X - suspensão total do trabalho avulso por período igual ou superior a 90 (noventa) dias, comprovada por declaração do sindicato representativo da categoria profissional.

XI - quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido de neoplasia maligna. (Incluído pela Lei nº 8.922, de 1994)

XII - aplicação em quotas de Fundos Mútuos de Privatização, regidos pela Lei n° 6.385, de 7 de dezembro de 1976, permitida a utilização máxima de 50 % (cinquenta por cento) do saldo existente e disponível em sua conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, na data em que exercer a opção. (Incluído pela Lei nº 9.491, de 1997) (Vide Decreto nº 2.430, 1997)

XIII - quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for portador do vírus HIV; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

XIV - quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes estiver em estágio terminal, em razão de doença grave, nos termos do regulamento; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

XV - quando o trabalhador tiver idade igual ou superior a setenta anos. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

XVI - necessidade pessoal, cuja urgência e gravidade decorra de desastre natural, conforme disposto em regulamento, observadas as seguintes condições: (Incluído pela Lei nº 10.878, de 2004) Regulamento Regulamento

a) o trabalhador deverá ser residente em áreas comprovadamente atingidas de Município ou do Distrito Federal em situação de emergência ou em estado de calamidade pública, formalmente reconhecidos pelo Governo Federal; (Incluído pela Lei nº 10.878, de 2004)

b) a solicitação de movimentação da conta vinculada será admitida até 90 (noventa) dias após a publicação do ato de reconhecimento, pelo Governo Federal, da situação de emergência ou de estado de calamidade pública; e (Incluído pela Lei nº 10.878, de 2004)

c) o valor máximo do saque da conta vinculada será definido na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 10.878, de 2004)

XVII - integralização de cotas do FI-FGTS, respeitado o disposto na alínea *i* do inciso XIII do art. 5º desta Lei, permitida a utilização máxima de 30% (trinta por cento) do saldo existente e disponível na data em que exercer a opção. (Redação dada pela Lei nº 12.087, de 2009)

§ 1º A regulamentação das situações previstas nos incisos I e II assegurar que a retirada a que faz jus o trabalhador corresponda aos depósitos efetuados na conta vinculada durante o período de vigência do último contrato de trabalho, acrescida de juros e atualização monetária, deduzidos os saques.

§ 2º O Conselho Curador disciplinará o disposto no inciso V, visando beneficiar os trabalhadores de baixa renda e preservar o equilíbrio financeiro do FGTS.

§ 3º O direito de adquirir moradia com recursos do FGTS, pelo trabalhador, só poderá ser exercido para um único imóvel.

§ 4º O imóvel objeto de utilização do FGTS somente poderá ser objeto de outra transação com recursos do fundo, na forma que vier a ser regulamentada pelo Conselho Curador.

§ 5º O pagamento da retirada após o período previsto em regulamento, implicará atualização monetária dos valores devidos.

§ 6º Os recursos aplicados em cotas de fundos Mútuos de Privatização, referidos no inciso XII, serão destinados, nas condições aprovadas pelo CND, a aquisições de valores mobiliários, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização, de que trata a Lei nº 9.491, de 1997, e de programas estaduais de desestatização, desde que, em ambos os casos, tais destinações sejam aprovadas pelo CND. (Redação dada pela Lei nº 9.635, de 1998)

§ 7º Ressalvadas as alienações decorrentes das hipóteses de que trata o § 8º, os valores mobiliários a que se refere o parágrafo anterior só poderão ser integralmente vendidos, pelos respectivos Fundos, seis meses após a sua aquisição, podendo ser alienada em prazo inferior parcela equivalente a 10% (dez por cento) do valor adquirido, autorizada a livre aplicação do produto dessa alienação, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976. (Redação dada pela Lei nº 9.635, de 1998)

§ 8º As aplicações em Fundos Mútuos de Privatização e no FI-FGTS são nominativas, impenhoráveis e, salvo as hipóteses previstas nos incisos I a XI e XIII a XVI do caput deste artigo, indisponíveis por seus titulares.(Redação dada pela Lei nº 11.491, de 2007)

§ 9° Decorrido o prazo mínimo de doze meses, contados da efetiva transferência das quotas para os Fundos Mútuos de Privatização, os titulares poderão optar pelo retorno para sua conta vinculada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. (Incluído pela Lei nº 9.491, de 1997)

§ 10. A cada período de seis meses, os titulares das aplicações em Fundos Mútuos de Privatização poderão transferi-las para outro fundo de mesma natureza. (Incluído pela Lei nº 9.491, de 1997)

§ 11. O montante das aplicações de que trata o § 6° deste artigo ficará limitado ao valor dos créditos contra o Tesouro Nacional de que seja titular o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. (Incluído pela Lei nº 9.491, de 1997)

§ 12. Desde que preservada a participação individual dos quotistas, será permitida a constituição de clubes de investimento, visando a aplicação em quotas de Fundos Mútuos de Privatização. (Incluído pela Lei nº 9.491, de 1997)

§ 13. A garantia a que alude o § 4º do art. 13 desta Lei não compreende as aplicações a que se referem os incisos XII e XVII do caput deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 11.491, de 2007)

§ 14. Ficam isentos do imposto de renda: (Redação dada pela Lei nº 11.491, de 2007)

I - a parcela dos ganhos nos Fundos Mútuos de Privatização até o limite da remuneração das contas vinculadas de que trata o art. 13 desta Lei, no mesmo período; e (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

II - os ganhos do FI-FGTS e do Fundo de Investimento em Cotas - FIC, de que trata o § 19 deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

§ 15. A transferência de recursos da conta do titular no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço em razão da aquisição

de ações, nos termos do inciso XII do caput deste artigo, ou de cotas do FI-FGTS não afetará a base de cálculo da multa rescisória de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 18 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.491, de 2007)

§ 16. Os clubes de investimento a que se refere o § 12 poderão resgatar, durante os seis primeiros meses da sua constituição, parcela equivalente a 5% (cinco por cento) das cotas adquiridas, para atendimento de seus desembolsos, autorizada a livre aplicação do produto dessa venda, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976. (Incluído pela Lei nº 9.635, de 1998)

§ 17. Fica vedada a movimentação da conta vinculada do FGTS nas modalidades previstas nos incisos V, VI e VII deste artigo, nas operações firmadas, a partir de 25 de junho de 1998, no caso em que o adquirente já seja proprietário ou promitente comprador de imóvel localizado no Município onde resida, bem como no caso em que o adquirente já detenha, em qualquer parte do País, pelo menos um financiamento nas condições do SFH. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.197-43, de 2001)

§ 18. É indispensável o comparecimento pessoal do titular da conta vinculada para o pagamento da retirada nas hipóteses previstas nos incisos I, II, III, VIII, IX e X deste artigo, salvo em caso de grave moléstia comprovada por perícia médica, quando será paga a procurador especialmente constituído para esse fim.(Incluído pela Medida Provisória nº 2.197-43, de 2001)

§ 19. A integralização das cotas previstas no inciso XVII do caput deste artigo será realizada por meio de Fundo de Investimento em Cotas - FIC, constituído pela Caixa Econômica Federal especificamente para essa finalidade. (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

§ 20. A Comissão de Valores Mobiliários estabelecerá os requisitos para a integralização das cotas referidas no § 19 deste artigo, devendo condicioná-la pelo menos ao atendimento das seguintes exigências: (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

I - elaboração e entrega de prospecto ao trabalhador; e (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

II - declaração por escrito, individual e específica, pelo trabalhador de sua ciência quanto aos riscos do investimento que está realizando. (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

§ 21. As movimentações autorizadas nos incisos V e VI do caput serão estendidas aos contratos de participação de grupo de consórcio para aquisição de imóvel residencial, cujo bem já tenha sido adquirido pelo consorciado, na forma a ser regulamentada pelo Conselho Curador do FGTS. (Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009)

Art. 21. Os saldos das contas não individualizadas e das contas vinculadas que se conservem ininterruptamente sem créditos de depósitos por mais de cinco anos, a partir de 1º de junho de 1990, em razão de o seu titular ter estado fora do regime do FGTS, serão incorporados ao patrimônio do fundo, resguardado o direito do beneficiário reclamar, a qualquer tempo, a reposição do valor transferido. (Redação dada pela Lei nº 8.678, de 1993)

Parágrafo único. O valor, quando reclamado, será pago ao trabalhador acrescido da remuneração prevista no § 2º do art. 13 desta lei. (Incluído pela Lei nº 8.678, de 1993)

Art. 22. O empregador que não realizar os depósitos previstos nesta Lei, no prazo fixado no art. 15, responderá pela incidência da Taxa Referencial – TR sobre a importância correspondente. (Redação dada pela Lei nº 9.964, de 2000)

§ 1º Sobre o valor dos depósitos, acrescido da TR, incidirão, ainda, juros de mora de 0,5% a.m. (cinco décimos por cento ao mês) ou fração e multa, sujeitando-se, também, às obrigações e sanções previstas no Decreto-Lei nº 368, de 19 de dezembro de 1968. (Redação dada pela Lei nº 9.964, de 2000)

§ 2º A incidência da TR de que trata o *caput* deste artigo será cobrada por dia de atraso, tomando-se por base o índice de atualização das contas vinculadas do FGTS. (Redação dada pela Lei nº 9.964, de 2000)

§ 2º-A. A multa referida no § 1º deste artigo será cobrada nas condições que se seguem: (Incluído pela Lei nº 9.964, de 2000)

I – 5% (cinco por cento) no mês de vencimento da obrigação; (Incluído pela Lei nº 9.964, de 2000)

II – 10% (dez por cento) a partir do mês seguinte ao do vencimento da obrigação. (Incluído pela Lei nº 9.964, de 2000)

§ 3º Para efeito de levantamento de débito para com o FGTS, o percentual de 8% (oito por cento) incidirá sobre o valor acrescido da TR até a data da respectiva operação. (Redação dada pela Lei nº 9.964, de 2000)

Art. 23. Competirá ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social a verificação, em nome da Caixa Econômica Federal, do cumprimento do disposto nesta lei, especialmente quanto à apuração dos débitos e das infrações praticadas pelos empregadores ou tomadores de serviço, notificando-os para efetuarem e comprovarem os depósitos correspondentes e cumprirem as demais determinações legais, podendo, para tanto, contar com o concurso de outros órgãos do Governo Federal, na forma que vier a ser regulamentada.

§ 1º Constituem infrações para efeito desta lei:

I - não depositar mensalmente o percentual referente ao FGTS, bem como os valores previstos no art. 18 desta Lei, nos prazos de que trata o § 6º do art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.197-43, de 2001)

II - omitir as informações sobre a conta vinculada do trabalhador;

III - apresentar as informações ao Cadastro Nacional do Trabalhador, dos trabalhadores beneficiários, com erros ou omissões;

IV - deixar de computar, para efeito de cálculo dos depósitos do FGTS, parcela componente da remuneração;

V - deixar de efetuar os depósitos e os acréscimos legais, após notificado pela fiscalização.

§ 2º Pela infração do disposto no § 1º deste artigo, o infrator estará sujeito às seguintes multas por trabalhador prejudicado:

a) de 2 (dois) a 5 (cinco) BTN, no caso dos incisos II e III;

b) de 10 (dez) a 100 (cem) BTN, no caso dos incisos I, IV e V.

§ 3º Nos casos de fraude, simulação, artifício, ardil, resistência, embaraço ou desacato à fiscalização, assim como na reincidência, a multa especificada no parágrafo anterior será duplicada, sem prejuízo das demais cominações legais.

§ 4º Os valores das multas, quando não recolhidas no prazo legal, serão atualizados monetariamente até a data de seu efetivo pagamento, através de sua conversão pelo BTN Fiscal.

§ 5º O processo de fiscalização, de autuação e de imposição de multas reger-se-á pelo disposto no Título VII da CLT, respeitado o privilégio do FGTS à prescrição trintenária.

§ 6º Quando julgado procedente o recurso interposto na forma do Título VII da CLT, os depósitos efetuados para garantia de instância serão restituídos com os valores atualizados na forma de lei.

§ 7º A rede arrecadadora e a Caixa Econômica Federal deverão prestar ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social as informações necessárias à fiscalização.

Art. 24. Por descumprimento ou inobservância de quaisquer das obrigações que lhe compete como agente arrecadador,

pagador e mantenedor do cadastro de contas vinculadas, na forma que vier a ser regulamentada pelo Conselho Curador, fica o banco depositário sujeito ao pagamento de multa equivalente a 10 (dez) por cento do montante da conta do empregado, independentemente das demais cominações legais.

Art. 25. Poderá o próprio trabalhador, seus dependentes e sucessores, ou ainda o Sindicato a que estiver vinculado, acionar diretamente a empresa por intermédio da Justiça do Trabalho, para compeli-la a efetuar o depósito das importâncias devidas nos termos desta lei.

Parágrafo único. A Caixa Econômica Federal e o Ministério do Trabalho e da Previdência Social deverão ser notificados da propositura da reclamação.

Art. 26. É competente a Justiça do Trabalho para julgar os dissídios entre os trabalhadores e os empregadores decorrentes da aplicação desta lei, mesmo quando a Caixa Econômica Federal e o Ministério do Trabalho e da Previdência Social figurarem como litisconsortes.

Parágrafo único. Nas reclamatórias trabalhistas que objetivam o ressarcimento de parcelas relativas ao FGTS, ou que, direta ou indiretamente, impliquem essa obrigação de fazer, o juiz determinará que a empresa sucumbente proceda ao recolhimento imediato das importâncias devidas a tal título.

Art. 27. A apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, é obrigatória nas seguintes situações:

a) habilitação e licitação promovida por órgão da Administração Federal, Estadual e Municipal, direta, indireta ou fundacional ou por entidade controlada direta ou indiretamente pela União, Estado e Município;

b) obtenção, por parte da União, Estados e Municípios, ou por órgãos da Administração Federal, Estadual e Municipal, direta, indireta, ou fundacional, ou indiretamente pela União, Estados ou Municípios, de empréstimos ou financiamentos junto a quaisquer entidades financeiras oficiais; (Vide Medida Provisória nº 526, de 2011) (Vide Lei nº 12.453, de 2011)

c) obtenção de favores creditícios, isenções, subsídios, auxílios, outorga ou concessão de serviços ou quaisquer outros benefícios concedidos por órgão da Administração Federal, Estadual e Municipal, salvo quando destinados a saldar débitos para com o FGTS;

d) transferência de domicílio para o exterior;

e) registro ou arquivamento, nos órgãos competentes, de alteração ou distrato de contrato social, de estatuto, ou de qualquer documento que implique modificação na estrutura jurídica do empregador ou na sua extinção.

Art. 28. São isentos de tributos federais os atos e operações necessários à aplicação desta lei, quando praticados pela Caixa Econômica Federal, pelos trabalhadores e seus dependentes ou sucessores, pelos empregadores e pelos estabelecimentos bancários.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo às importâncias devidas, nos termos desta lei, aos trabalhadores e seus dependentes ou sucessores.

Art. 29. Os depósitos em conta vinculada, efetuados nos termos desta lei, constituirão despesas dedutíveis do lucro operacional dos empregadores e as importâncias levantadas a seu favor implicarão receita tributável.

Art. 29-A. Quaisquer créditos relativos à correção dos saldos das contas vinculadas do FGTS serão liquidados mediante lançamento pelo agente operador na respectiva conta do trabalhador. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.197-43, de 2001)

Art. 29-B. Não será cabível medida liminar em mandado de segurança, no procedimento cautelar ou em quaisquer outras ações de natureza cautelar ou preventiva, nem a tutela antecipada prevista nos arts. 273 e 461 do Código de Processo Civil que impliquem saque ou movimentação da conta vinculada do trabalhador no FGTS. Incluído pela Medida Provisória nº 2.197-43, de 2001)

Art. 29-C. Nas ações entre o FGTS e os titulares de contas vinculadas, bem como naquelas em que figurem os respectivos representantes ou substitutos processuais, não haverá condenação em honorários advocatícios. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001) (Vide ADI nº 2.736)

Art. 29-D. A penhora em dinheiro, na execução fundada em título judicial em que se determine crédito complementar de saldo de conta vinculada do FGTS, será feita mediante depósito de recursos do Fundo em conta vinculada em nome do exequente, à disposição do juízo. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

Parágrafo único. O valor do depósito só poderá ser movimentado, após liberação judicial, nas hipóteses previstas no art. 20 ou para reversão ao Fundo. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

Art. 30. Fica reduzida para 1 1/2 (um e meio) por cento a contribuição devida pelas empresas ao Serviço Social do Comércio e ao Serviço Social da Indústria e dispensadas estas entidades da subscrição compulsória a que alude o art. 21 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.

Art. 31. O Poder Executivo expedirá o Regulamento desta lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua promulgação.

Art. 32. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei nº 7.839, de 12 de outubro de 1989, e as demais disposições em contrário.

Brasília, 11 de maio de 1990; 169º da Independência e 102º da República.

FERNANDO COLLOR
Zélia M. Cardoso de Mello
Antonio Magri
Margarida Procópio

✍ Questões de Concurso Comentadas

1. (CESPE/2010 / Caixa / Técnico Bancário) Acerca das obrigações do empregador no que se refere ao FGTS, assinale a opção correta.

a) Somente o trabalhador ou, no caso de seu falecimento, seus herdeiros podem acionar diretamente a empresa, por intermédio da justiça do trabalho, para compeli-la a efetuar o depósito das importâncias devidas relativas ao FGTS.
b) Os empregadores rurais estão desobrigados do depósito do FGTS de seus empregados, já que aos trabalhadores rurais não cabe a aplicação do regime do FGTS.
c) As empresas sujeitas ao regime da legislação trabalhista podem equiparar seus diretores não empregados - aqueles que exercem cargo de administração previsto em lei, estatuto ou contrato social, independentemente da denominação do cargo

- aos demais trabalhadores sujeitos ao regime do FGTS.

d) Os empregadores estão obrigados a comunicar aos trabalhadores, a cada seis meses, os valores recolhidos ao FGTS, cabendo à CAIXA repassar aos empregados, uma vez por ano, todas as informações sobre suas contas vinculadas.
e) Caso o empregador não realize os depósitos do FGTS até o dia dez de cada mês, fica sujeito ao pagamento de multa correspondente a 8% no mês de vencimento da obrigação.

✍ **Comentário:**
Segundo art. 16, da Lei 8036/90:
"Para efeito desta Lei, as empresas sujeitas ao regime da legislação trabalhista poderão equiparar seus diretores não empregados aos demais trabalhadores sujeitos ao regime do FGTS. Considera-se diretor aquele que exerça cargo de administração previstos em lei, estatuto ou contrato social, independente da denominação do cargo."
Gabarito: C

2. (CESPE/2010 / Caixa / Técnico Bancário) A respeito da multa inerente ao FGTS devida ao empregado por ocasião da extinção do contrato de trabalho, assinale a opção correta.

a) Na hipótese de extinção do contrato de trabalho por culpa recíproca, a multa deve corresponder a 15% do valor existente na conta vinculada do empregado.
b) Na dispensa por justa causa, a multa a ser paga ao empregado deve corresponder a 20% do montante de todos os depósitos realizados na respectiva conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros.
c) No caso de extinção do contrato por motivo de força maior, a multa corresponderá a 20% do montante de todos os depósitos realizados na respectiva conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros.
d) O valor relativo à multa em decorrência da extinção do contrato de trabalho deve ser entregue diretamente ao empregado, no momento da quitação das verbas rescisórias.
e) Na hipótese de dispensa sem justa causa, é devida ao empregado multa no valor de 50% do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros.

✍ **Comentário:**
Segundo o art. 18 da Lei 8036-90:
"Ocorrendo rescisão do contrato de trabalho, por parte do empregador, ficará este obrigado a depositar na conta vinculada do trabalhador no FGTS os valores relativos aos depósitos referentes ao mês da rescisão e ao imediatamente anterior, que ainda não houver sido recolhido, sem prejuízo das cominações legais.
§ 1º Na hipótese de despedida pelo empregador sem justa causa, depositará este, na conta vinculada do trabalhador no FGTS, importância igual a quarenta por cento do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros.
§ 2º Quando ocorrer despedida por culpa recíproca ou força maior, reconhecida pela Justiça do Trabalho, o percentual de que trata o § 1º, será de 20%."
Gabarito: C

3. (CESPE/2010 / Caixa / Técnico Bancário) Com relação à movimentação da conta do FGTS, assinale a opção correta.

a) Necessidade pessoal, cuja urgência e gravidade decorram de desastre natural, pode justificar movimentação da conta do FGS, devendo a solicitação, nesse caso, ser apresentada pelo interessado até 120 dias após a publicação do ato de reconhecimento, pelo governo federal, da situação de emergência ou de estado de calamidade pública.
b) O direito do trabalhador de adquirir moradia com recursos do FGTS só pode ser exercido para um único imóvel.
c) No caso de extinção do contrato por prazo determinado, não é possível a movimentação dos valores relativos à conta vinculada.
d) Se o trabalhador falecer, o saldo da conta vinculada somente será pago aos dependentes indicados em alvará judicial.
e) Considerando que o gerente de uma empresa de confecções de roupas masculinas completará 65 anos de idade no dia 20/10/2010, nesse caso, a partir da data de seu aniversário, em decorrência da idade, esse gerente poderá movimentar sua conta vinculada.

✍ **Comentário:**
De acordo com o art. 20, §3º, da Lei 8.036/90: "O direito de adquirir moradia com recursos do FGTS, pelo trabalhador só poderá ser exercido para um único imóvel."
Gabarito: B

4. (CESPE/2010 / Caixa / Técnico Bancário) Em cada uma das opções abaixo, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com relação ao FGTS. Assinale a opção em que a assertiva está **correta**:

a) Pedro trabalhou em cinco empresas diferentes, tendo pedido demissão da última empresa para trabalhar

em uma empresa de confecções. Na empresa de confecções, Pedro se desentendeu com o empregador e nada recebeu a título de verbas rescisórias. A justiça do trabalho, julgando ação movida por Pedro, entendeu que tanto empregado quanto empregador praticaram, ao mesmo tempo, atos que levam à justa causa de ambos. Nessa situação, Pedro tem direito à percepção de multa correspondente a 20% de todo o valor existente em sua conta vinculada.

b) A empresa onde Aline trabalhava não pôde continuar suas atividades, pois foi destruída por um incêndio que ocorreu em outra empresa que funcionava a poucos metros de distância. Nessa situação, por não existir culpa do empregador, Aline não terá direito à multa do FGTS.

c) João trabalhou em uma empresa de construção civil desde 10/5/2000 e faleceu em 15/3/2010, sem deixar dependentes. A mãe de João está viva. Nessa situação, tão logo apresente à CAIXA a certidão de óbito de João, a mãe poderá sacar o FGTS de seu filho.

d) Jacinto foi condenado pela justiça do trabalho em ação ajuizada por empregada doméstica que trabalhara para ele durante cinco anos, tendo sido o valor da condenação arbitrado em R$ 4.800,00. Nessa situação, caso Jacinto tenha, em conta vinculada ao FGTS, valor igual ou superior ao montante estabelecido na condenação, essa conta poderá ser penhorada para fins de garantia de pagamento da dívida trabalhista.

e) Joaquim foi contratado para prestar serviço em órgão da administração indireta, sem, entretanto, ter obtido aprovação em concurso público. A justiça do trabalho declarou nulo o contrato de trabalho, considerando devidos apenas os salários inerentes ao serviço prestado. Nessa situação, Joaquim tem direito ao saque dos depósitos do FGTS.

✍ **Comentário:**
Segundo o art. 19-A, da Lei 8.036/90, é "devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição Federal, quando mantido o direito ao salário."
E ainda no art. 20, inciso II da mesma Lei, consta que "a conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações:[...]
II - extinção total da empresa, fechamento de quaisquer de seus estabelecimentos, filiais ou agências, supressão de parte de suas atividades, declaração de nulidade do contrato de trabalho nas condições do art. 19-A [...]"
Gabarito: E

5. (CESGRANRIO/2012/Caixa/Técnico Bancário) Paulo é trabalhador empregado da empresa W. Ele foi despedido por justa causa, o que veio a ser confirmado em decorrência de decisão da Justiça do Trabalho em seu desfavor. Posteriormente, desiludido, Paulo veio a sofrer doença cardíaca e, em seguida, faleceu. Diante das normas aplicáveis ao FGTS, o

a) pagamento dos valores depositados na conta vinculada do FGTS devem ser pagos à esposa ou, na sua ausência, aos filhos, mesmo havendo dependentes habilitados na Previdência Social.
b) levantamento dos valores pertinentes ao FGTS deveriam ser levantados na despedida com justa causa ou sem justa causa.
c) levantamento dos valores depositados na conta vinculada do FGTS é possível na situação de haver despedida indireta ou de culpa recíproca.
d) empregado, caso tenha reconhecido o direito à aposentadoria e tenha sido a mesma concedida, permanecendo no emprego, não poderá levantar as verbas do FGTS.
e) trabalhador, mesmo em estado terminal e portando doença grave, não pode levantar a verba depositada no FGTS.

✍ **Comentário:**
a) Incorreto, pois segundo o art. 20, inciso IV, "a conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada" em caso de "falecimento do trabalhador, sendo o saldo pago a seus dependentes, para esse fim habilitados perante a Previdência Social, segundo o critério adotado para a concessão de pensões por morte. Na falta de dependentes, farão jus ao recebimento do saldo da conta vinculada os seus sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, expedido a requerimento do interessado, independente de inventário ou arrolamento"
b) Incorreto, pois a Lei nº 8.036/1990 não prevê o levantamento dos valores pertinentes ao FGTS quando da despedida "com justa causa", mas somente quando da despedida sem justa causa, conforme art. 20, incivo I "A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações:
I - despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior."
c) Correto, conforme art. 20, inciso I citado no comentário da alternativa "b".
d) Incorreto, pois conforme art. 20, inciso II, a conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada em caso de "aposentadoria concedida pela Previdência Social".
e) Incorreto, pois conforme art. 20, inciso XIV, a conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes estiver em estágio terminal, em razão de doença grave, nos termos do regulamento.
Gabarito: C

6. (CESPE / 2013 / TRT / 10ª REGIÃO (DF e TO) / Analista Judiciário / Área Administrativa) Julgue o item seguinte.

É possível a movimentação da conta vinculada do trabalhador no FGTS no caso de despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior.

✍ **Comentário:**
O item está correto conforme o art. 20, inciso I da Lei 8.036/90: "A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações:
I - despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior..."
Gabarito: Certo

7. (CESPE / 2013 / TC-DF / Procurador) Julgue o item subsequente.

No afastamento do empregado para a prestação de serviço militar, o empregador deverá continuar efetuando os depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

✍ **Comentário:**
O item está correto, pois conforme art 15, parágrafo 5º da Lei 8.036/90, temos: "Para os fins previstos nesta lei, todos os empregadores ficam obrigados a depositar, até o dia 7 (sete) de cada mês, em conta bancária vinculada, a importância correspondente a 8 (oito) por cento da remuneração paga ou devida, no mês anterior, a cada trabalhador [...]
§ 5º O depósito de que trata o *caput* deste artigo é obrigatório nos casos de afastamento para prestação do serviço militar obrigatório e licença por acidente do trabalho."
Gabarito: Certo

Guia de Recolhimento - GRF[7]

O que é?

A GRF (Guia de Recolhimento do FGTS) é utilizada para efetuar todos os recolhimentos do FGTS referentes a qualquer competência e para prestar informações à Previdência Social. A Guia deve ser apresentada mensalmente, independentemente do efetivo recolhimento ao FGTS ou das contribuições previdenciárias, quando houver:

- Recolhimentos devidos ao FGTS e informações ao Fundo de Garantia e à Previdência Social;
- Apenas recolhimentos devidos ao FGTS;
- Apenas informações devidas à Previdência Social.

[7] Fonte: http://www.caixa.gov.br/fgts/pj_sefip_det.asp (acesso 19/01/14)

A GRF deve ser recolhida até o dia 7 do mês seguinte àquele em que a remuneração foi paga, creditada ou se tornou devida ao trabalhador. Caso não haja expediente bancário no dia 7, o prazo para recolhimento, sem acréscimos legais, é o dia útil anterior. Para a prestação de informações ao Fundo de Garantia e à Previdência Social, os prazos são os mesmos.

A GRF deverá ser quitada nas agências bancárias conveniadas ao FGTS ou nas Unidades Lotéricas. Neste caso, para valores até R$ 1.000,00.

Para quitar a GRF, é necessária a apresentação do Protocolo de Transmissão do arquivo SEFIP.

SEFIP

SEFIP é a sigla para Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social. Desenvolvido pela CAIXA, este aplicativo permite aos empregadores/contribuintes:

- Consolidar os dados cadastrais e financeiros da empresa e dos trabalhadores;
- Gerar a Guia de Recolhimento do FGTS (GRF) e o arquivo de informações a serem utilizadas pelo Fundo.

Os arquivos gerados pelo SEFIP devem, obrigatoriamente, ser transmitidos pela internet por meio do canal eletrônico Conectividade Social, conforme Circular CAIXA nº 321/2004.

A quem se destina

O aplicativo SEFIP destina-se a todas as pessoas físicas ou jurídicas e contribuintes equiparados à empresa, sujeitos quer ao recolhimento do FGTS (conforme estabelece a Lei nº 8.036, de 11/5/1990, e legislação posterior), quer à prestação de informações à Previdência Social (conforme disposto na Lei nº 8.212, de 24/7/1991, e legislação posterior).

Penalidades

As seguintes situações estão sujeitas a penalidades:

- Deixar de transmitir o arquivo SEFIP;
- Apresentar o arquivo SEFIP com dados não correspondentes aos fatos geradores;
- Apresentar o arquivo SEFIP com erro de preenchimento nos dados não relacionados aos fatos geradores.

Ao responsável caberão as sanções previstas na Lei nº 8.036, de 11/5/1990, no que se refere ao FGTS e às

multas previstas na Lei nº 8.212, de 24/7/1991, no que tange à Previdência Social, conforme disposto na Portaria Interministerial MPS/MTE nº 227, de 25/2/2005.

Lei complementar nº 7/70 (PIS)[8]

Institui o Programa de Integração Social, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o **Congresso Nacional** decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1.º - É instituído, na forma prevista nesta Lei, o Programa de Integração Social, destinado a promover a integração do empregado na vida e no desenvolvimento das empresas.

§ 1º - Para os fins desta Lei, entende-se por empresa a pessoa jurídica, nos termos da legislação do Imposto de Renda, e por empregado todo aquele assim definido pela Legislação Trabalhista.

§ 2º - A participação dos trabalhadores avulsos, assim definidos os que prestam serviços a diversas empresas, sem relação empregatícia, no Programa de Integração Social, far-se-á nos termos do Regulamento a ser baixado, de acordo com o art. 11 desta Lei.

Art. 2º - O Programa de que trata o artigo anterior será executado mediante Fundo de Participação, constituído por depósitos efetuados pelas empresas na Caixa Econômica Federal.

Parágrafo único - A Caixa Econômica Federal poderá celebrar convênios com estabelecimentos da rede bancária nacional, para o fim de receber os depósitos a que se refere este artigo.

Art. 3º - O Fundo de Participação será constituído por duas parcelas:

a) a primeira, mediante dedução do Imposto de Renda devido, na forma estabelecida no § 1º deste artigo, processando-se o seu recolhimento ao Fundo juntamente com o pagamento do Imposto de Renda;

b) a segunda, com recursos próprios da empresa, calculados com base no faturamento, como segue: (Vide Lei Complementar nº 17, de 1973)

1) no exercício de 1971, 0,15%;

2) no exercício de 1972, 0,25%;

3) no exercício de 1973, 0,40%;

4) no exercício de 1974 e subsequentes, 0,50%.

§ 1º - A dedução a que se refere a alínea a deste artigo será feita sem prejuízo do direito de utilização dos incentivos fiscais previstos na legislação em vigor e calculada com base no valor do Imposto de Renda devido, nas seguintes proporções:

a) no exercício de 1971 -> 2%;

b) no exercício de 1972 - 3%;

c) no exercício de 1973 e subsequentes - 5%.

§ 2.º - As instituições financeiras, sociedades seguradoras e outras empresas que não realizam operações de vendas de mercadorias participarão do Programa de Integração Social com uma contribuição ao Fundo de Participação de, recursos próprios de valor idêntico do que for apurado na forma do parágrafo anterior.

§ 3º- As empresas a título de incentivos fiscais estejam isentas, ou venham a ser isentadas, do pagamento do Imposto de Renda, contribuirão para o Fundo de Participação, na base de cálculo como se aquele tributo fosse devido, obedecidas as percentagens previstas neste artigo.

§ 4º - As entidades de fins não lucrativos, que tenham empregados assim definidos pela legislação trabalhista, contribuirão para o Fundo na forma da lei.

§ 5º - A Caixa Econômica Federal resolverá os casos omissos, de acordo com os critérios fixados pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 4.º - O Conselho Nacional poderá alterar, até 50% (cinquenta por cento), para mais ou para menos, os percentuais de contribuição de que trata o § 2º do art. 3º, tendo em vista a proporcionalidade das contribuições.

Art. 5º - A Caixa Econômica Federal emitirá, em nome de cada empregado, uma Caderneta de Participação - Programa de Integração Social - movimentável na forma dos arts. 8º e 9º desta Lei.

Art. 6.º - A efetivação dos depósitos no Fundo correspondente à contribuição referida na alínea b do art. 3º será processada mensalmente a partir de 1º de julho de 1971.

Parágrafo único - A contribuição de julho será calculada com base no faturamento de janeiro; a de agosto, com base no faturamento de fevereiro; e assim sucessivamente.

Art. 7º - A participação do empregado no Fundo far-se-á mediante depósitos efetuados em contas individuais abertas em nome de cada empregado, obedecidos os seguintes critérios:

a) 50% (cinquenta por cento) do valor destinado ao Fundo será dividido em partes proporcionais ao montante de salários recebidos no período);

b) os 50% (cinquenta por cento) restantes serão divididos em partes proporcionais aos quinquênios de serviços prestados pelo empregado.

§ 1º - Para os fins deste artigo, a Caixa Econômica Federal, com base nas Informações fornecidas pelas empresas, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação desta Lei, organizará um Cadastro - Geral dos participantes do Fundo, na forma que for estabelecida em regulamento.

§ 2º - A omissão dolosa de nome de empregado entre os participantes do Fundo sujeitará a empresa a multa, em benefício do Fundo, no valor de 10 (dez) meses de salários, devidos ao empregado cujo nome houver sido omitido.

§ 3º - Igual penalidade será aplicada em caso de declaração falsa sobre o valor do salário e do tempo de serviço do empregado na empresa.

Art. 8º (Revogado pela Lei Complementar nº 26, de 1975)

Art. 9º-(Revogado pela Lei Complementar nº 26, de 1975)

Art. 10 - As obrigações das empresas, decorrentes desta Lei, são de caráter exclusivamente fiscal, não gerando direitos de natureza trabalhista nem incidência de qualquer contribuição previdencíária em relação a quaisquer prestações devidas, por lei ou por sentença judicial, ao empregado.

Parágrafo único - As importâncias incorporadas ao Fundo não se classificam como rendimento do trabalho, para qualquer efeito da legislação trabalhista, de Previdência Social ou Fiscal e não se incorporam aos salários ou gratificações, nem estão sujeitas ao imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.

Art. 11 - Dentro de 120 (cento e vinte) dias, a contar da vigência desta Lei, a Caixa Econômica Federal submeterá à aprovação do Conselho Monetário Nacional o regulamento do

[8] Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp07.htm
(acesso em 19/01/2014)

Fundo, fixando as normas para o recolhimento e a distribuição dos recursos, assim como as diretrizes e os critérios para a sua aplicação.

Parágrafo único - O Conselho Monetário Nacional pronunciar-se-á, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do seu recebimento, sobre o projeto de regulamento do Fundo.

Art. 12 - As disposições desta Lei não se aplicam a quaisquer entidades integrantes da Administração Pública federal, estadual ou municipal, dos Territórios e do Distrito Federal, Direta ou Indireta adotando-se, em todos os níveis, para efeito de conceituação, como entidades da Administração Indireta, os critérios constantes dos Decretos - Leis nºs 200, de 25 de fevereiro de 1967, e 900, de 29 de setembro de 1969.

Art. 13 - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 14 - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 7 de setembro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMILIO G. MÉDICI
Alfredo Buzaid
Adalberto de Barros Nunes
Orlando Geisel
Mário Gibson Barboza
Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza
L. F. Cirne Lima
Jarbas G. Passarinho
Júlio Barata
Márcio de Souza e Mello
F. Rocha Lagoa
Marcus Vinícius Pratini de Moraes
Antônio Dias Leite Júnior
João Paulo dos Reis Velloso
José Costa Cavalcanti
Hygino C. Corsetti.

✍ Questões de concurso comentada

1. (CESPE/2010/Caixa/Técnico Bancário/ Administrativo) Relativamente ao Programa de Integração Social (PIS), assinale a opção correta.

a) Entidades de fins lucrativos que tenham até três empregados conforme definição pela legislação trabalhista, estão isentas da contribuição para o Fundo de Participação do PIS.
b) Os depósitos destinados ao Fundo de Participação do PIS somente podem ser feitos pelas empresas na CAIXA, sendo impossível que entidades da rede bancária nacional recebam tais depósitos.
c) A omissão dolosa de nome de empregado entre os participantes do Fundo de Participação do PIS sujeitará a empresa a multa, em benefício do fundo, no valor de cinco meses de salários, devidos ao empregado cujo nome houver sido omitido. O empregador incorrerá nessa mesma multa em caso de declaração falsa sobre o valor do salário e do tempo de serviço do empregado na empresa. Em caso de reincidência, a multa corresponderá a vinte vezes o salário do empregado.
d) O trabalhador é responsável pela sua inscrição nesse programa.
e) A participação do empregado no Fundo de Participação do PIS far-se-á mediante depósitos efetuados em contas individuais abertas em nome de cada empregado, sendo que 50% do valor destinado ao fundo será dividido em partes proporcionais ao montante de salários recebidos no período e os 50% restantes serão divididos em partes proporcionais aos quinquênios de serviços prestados pelo empregado.

✍ Comentário:
a) Incorreto, pois não existe essa isenção da LC 7/70.
b) Incorreto, pois conforme art. 2º, parágrafo único "A Caixa Econômica Federal poderá celebrar convênios com estabelecimentos da rede bancária nacional, para o fim de receber os depósitos a que se refere este artigo."
c) Incorreto, pois pois conforme art. 7º, temos:
§ 2º - A omissão dolosa de nome de empregado entre os participantes do Fundo sujeitará a empresa a multa, em benefício do Fundo, no valor de **10 (dez) meses** de salários, devidos ao empregado cujo nome houver sido omitido.
§ 3º - Igual penalidade será aplicada em caso de declaração falsa sobre o valor do salário e do tempo de serviço do empregado na empresa.
d) Incorreto, pois a empresa é responsável pela inscrição do trabalhador nesse programa.
e) Correto, conforme art. 7º Art. 7º "A participação do empregado no Fundo far-se-á mediante depósitos efetuados em contas individuais abertas em nome de cada empregado, obedecidos os seguintes critérios:
a) 50% (cinqüenta por cento) do valor destinado ao Fundo será dividido em partes proporcionais ao montante de salários recebidos no período);
b) os 50% (cinqüenta por cento) restantes serão divididos em partes proporcionais aos quinqüênios de serviços prestados pelo empregado.
Gabarito: E

✍ Questões Comentadas

Julgue certo ou errado os itens a seguir.

1. O Programa de Integração Social, foi instituído e destinado a promover a integração do empregado na vida e no desenvolvimento da sociedade.

✍ Comentário:
O art. 1.º da Lei que instituiu o programa de Integração diz que: "É instituído, na forma prevista nesta Lei, o Programa de Integração Social, destinado a promover a

integração do empregado na vida e **no desenvolvimento das empresas**."
Gabarito: Errado

2. Quem poderá celebrar convênios com estabelecimentos da rede bancária nacional, para o fim de receber depósitos, é a Caixa Econômica Federal.

✍ **Comentário:**
Segundo o art.2º, parágrafo único, da Lei Complementar referente ao PIS: "A Caixa Econômica Federal poderá celebrar convênios com estabelecimentos da rede bancária nacional, para o fim de receber os depósitos a que se refere este artigo."
Gabarito: Certo

3. Art. 3º - O Fundo de Participação será constituído por duas parcelas, sendo a primeira, mediante dedução do Imposto de Renda, processando-se o seu recolhimento ao Fundo juntamente com o pagamento do Imposto de Renda e a segunda, com recursos próprios da empresa, calculados com base no faturamento.

✍ **Comentário:**
Tal afirmativa consta-se no art.3º, 'a' e 'b', da Lei Complementar 7/70.
Gabarito: Certo

4. A participação do empregado no Fundo far-se-á mediante depósitos efetuados em contas empresariais abertas em nome de cada empregado.

✍ **Comentário:**
No art.7° da Lei Complementar do PIS, a participação do empregado no Fundo far-se-á mediante depósitos efetuados em **contas individuais** abertas em nome de cada empregado.
Gabarito: Errado

5. O Programa de Integração dos Sócios diz respeito à sigla PIS.

✍ **Comentário:**
A sigla PIS significa Programa de Integração Social e tal Programa é regulado pela Lei Complementar 7/70.
Gabarito: Errado

Artigo 37 da Constituição Federal (Princípios Constitucionais da Administração Pública: Princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiencia.)

Autora: Margere Rosa de Oliveira

1. Disposições gerais

O art. 37 da Constituição estabelece uma série de normas a serem observadas pela Administração Pública, direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, as quais são a seguir examinadas.

1.1. Princípios aplicáveis à Administração Pública

O nosso Sistema Jurídico é composto por normas, das quais são espécies as regras e os princípios.

As regras são as normas expressas, tais como leis, decretos.

Os princípios são normas que nem sempre são expressas, podendo estar implícitas no Sistema Jurídico.

Princípios são os mandamentos nucleares de um sistema, o seu alicerce, a "disposição fundamental que se irradia sobre as diferentes normas, compondo-lhes o espírito e servindo de critério para exata compreensão e inteligência delas", conforme Celso Antônio Bandeira de Mello[9].

Alguns dos princípios aplicáveis à Administração Pública são previstos expressamente (ou explicitamente, conforme consta em questões de concursos) no *caput* do art. 37 da Constituição:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]" (Grifou-se).

1.1.1. Legalidade

A Constituição estabelece, no art. 5º, inciso II, que "**ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei**", e que a Administração Pública deve atuar, necessariamente, em conformidade com o ordenamento jurídico, ao estabelecer, no art. 37, que ela está adstrita ao princípio da legalidade.

A exata noção do significado desse princípio e da diferença do seu sentido para o particular e para a Administração Pública nos é dada por Hely Lopes

[9] BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2009. p. 53.

Meirelles[10], o qual afirma que, ao particular, é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, enquanto que, na Administração Pública, só é permitido fazer o que a lei autoriza.

Ou seja, o agente público deve agir de acordo com a vontade da lei, pois esse princípio vincula a Administração aos mandamentos do Sistema Normativo, do Estado de Direito.

1.1.2. Impessoalidade

Significa que os agentes públicos devem atuar com imparcialidade, dispensado tratamento igual a todos que se encontrem em situação idêntica. Na sua atuação, devem levar em conta que deve haver preponderância do interesse público e não dos interesses pessoais, o que veda a busca da promoção pessoal por meio da atividade administrativa.

Ou seja, o agente público não age em defesa de seus próprios direitos ou de parcela da coletividade que pretenda favorecer, mas em defesa do interesse público de toda a coletividade.

1.1.3. Moralidade

A moralidade administrativa não pode ser confundida com a moral comum, pois se trata da moralidade jurídica, compreendendo agir em conformidade com a lei a ética, ou seja, a atuação dos agentes públicos deve ser de boa-fé, honesta, justa, proba, leal, oportuna e conveniente para a satisfação dos interesses sociais e coletivos.

1.1.4. Publicidade

Este princípio visa à transparência dos atos da Administração Pública e contribui para a concretização do princípio da moralidade, pois determina a divulgação dos atos administrativos nos meios legalmente definidos (tais como diário oficial ou imprensa oficial, mural do órgão público e na internet), assim como a disponibilização de informações de interesse coletivo ou particular aos indivíduos, nos termos do art. 5º XXXIII da Constituição. Portanto, relaciona-se à divulgação dos atos para conhecimento público.

Em regra, todos os atos da administração devem ser publicados, ressalvados aqueles que respeitem as questões de segurança nacional, as investigações policiais ou outras de relevante interesse público que devam ser preservadas, tais como: art. 5º, X – intimidade; art. 5º XXXIII – casos de sigilo para preservar a segurança do Estado e a segurança da sociedade.

[10] MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 38. ed. São Paulo: Malheiros, 2012. p. 89.

Ou seja, a regra é da publicidade dos atos, sendo o sigilo, a exceção.

1.1.5. Eficiência

É relacionado ao modo pelo qual os agentes exercem a função administrativa e com o modo de organização e estruturação da Administração Pública.

Está, também, relacionado ao princípio da economicidade, da qualidade do serviço prestado, da produtividade, evitando-se desperdícios de dinheiro público por meio da atuação com presteza, perfeição e rendimento funcional. Ou seja, identifica-se com a obtenção de melhores resultados na relação custo/benefício e com a satisfação do interesse público.

Distingue-se da eficácia e da efetividade, pois eficácia tem relação com os meios e instrumentos que o agente se utiliza para atuar, e efetividade tem relação com os resultados obtidos por meio da ação administrativa[11].

Em atendimento ao princípio da eficiência, têm sido concebidos diversos institutos, como os contratos de gestão, as agências autônomas, as organizações sociais, as organizações civis de interesse coletivo.

Obs.: Este princípio foi introduzido pela Emenda Constitucional 19 de 4 de junho de 1998. Antes disso, somente estavam previstos no caput do art. 37 da CF/1988 os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.

Esses princípios podem ser memorizados por suas iniciais: **LIMPE**[12]:

Legalidade
Impessoalidade
Moralidade
Publicidade
Eficiência

Outros princípios expressamente previstos na Constituição também são de observância obrigatória pela administração: devido processo legal, contraditório, ampla defesa e celeridade processual, todos previstos no seu art. 5º, e o princípio da participação, previsto no art. 37, § 3º, CF.

[11] Nesse sentido, José dos Santos Carvalho Filho. **Manual de Direito Administrativo**. 25. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2012, p. 29-31.

[12] Conforme mnemônica utilizada por MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 74.

Além desses princípios, outros não expressamente previstos na Constituição (não positivados), mas que estão implícitos em suas disposições, ou previstos em normas infraconstitucionais, são, também, aplicáveis a toda a Administração Pública, tais como:

- ✓ Supremacia do interesse público;
- ✓ Indisponibilidade do interesse público;
- ✓ Finalidade;
- ✓ Motivação;
- ✓ Razoabilidade e proporcionalidade;
- ✓ Segurança Jurídica;
- ✓ Autotutela ou sindicabilidade.

1.1.6. Supremacia do interesse público

Compreende a supremacia do interesse público sobre o interesse privado, pois os interesses da coletividade preponderam sobre os interesses individuais. Dessa forma, a Administração Pública, na qualidade de protetora dos interesses coletivos, tem poderes legais especiais não conferidos aos particulares, colocando-a numa "posição de superioridade diante do particular", criando uma "desigualdade jurídica entre a Administração e os Administrados"[13].

Em decorrência desse princípio, a Administração pode, nos termos da lei, executar ações de coerção sobre os administrados, sem necessidade de autorização judicial, assim como estabelecer obrigações para os particulares em atos administrativos no exercício do poder de polícia.

Em nome desse princípio, a Administração tem prerrogativas como: promoção de desapropriação de bens particulares; rescindir unilateralmente contratos administrativos, entre outras.

Esse princípio também é denominado de princípio do interesse público.

1.1.7. Indisponibilidade do interesse público

Compreende o dever de o agente público atuar conforme com o que a lei determina e não a seu bel-prazer. Igualmente, o agente público tem deveres a cumprir, aos quais não pode renunciar, pois não lhe é dado decidir se cumpre ou não os poderes que lhe são conferidos pelo Sistema Jurídico para a defesa do interesse público.

O princípio da indisponibilidade do interesse público e o da supremacia do interesse público são considerados pela doutrina como supraprincípios, dos quais os demais princípios são desdobramentos.

1.1.8. Finalidade

Compreende o atendimento a fins de interesse geral, vedada aos agentes públicos a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei, nos termos do art. 2º, parágrafo único, II da lei. 9.784/1999.

Da mesma forma, não podem os agentes públicos praticar atos visando a fins diversos daqueles previstos, explícita ou implicitamente, na regra de competência, sob pena de estarem agindo com desvio de finalidade (art. 2º, parágrafo único, 'e', da Lei nº 4.717/1965).

Por esse princípio, não se admite outro objetivo para o ato público que não seja o interesse público.

1.1.9. Motivação

Os atos administrativos devem ser motivados, ou seja, o agente público deve indicar os motivos jurídicos e de fato que fundamentam a prática dos mesmos, mediante justificativa expressa. Exemplo: A notificação por infração ambiental indica os motivos que levaram à prática do ato.

1.1.10. Razoabilidade e proporcionalidade

Os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade encontram-se implícitos na Constituição Federal.

Os agentes públicos devem agir com razoabilidade, ou seja, devem usar de bom senso, coerência e sensatez no desempenho de suas competências. Assim, esse princípio limita a discricionariedade administrativa.

A proporcionalidade diz respeito à correlação entre os meios e os fins, ou seja, a atuação dos agentes públicos deve ser no modo e na extensão necessários para o atendimento do interesse público, vedadas as medidas e as ações inadequadas ou excessivas.

1.1.11. Segurança Jurídica

Este princípio tem por fim proteger os administrados da aplicação retroativa de mudanças de interpretação sobre normas legais e administrativas. É também denominado de princípio da boa-fé ou de princípio da proteção à confiança.

1.1.12. Autotutela ou sindicabilidade

Refere-se ao controle da Administração sobre os seus próprios atos (controle interno), mediante o dever de anular os ilegais e a possibilidade de revogação dos inoportunos ou inconvenientes, respeitados os direitos adquiridos, conforme art. 53 da Lei nº 9.784/1999.

[13] MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 74.

CAPÍTULO VII
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Seção I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Regulamento)

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como li-mite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o sub-sídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tri-bunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XV - o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

a) a de dois cargos de professor; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 34, de 2001)

XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XVIII - a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XIX - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XX - depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Regulamento)

XXII - as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras

específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

§ 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2º - A não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 4º - Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 5º - A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

§ 6º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

§ 7º A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 8º A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - o prazo de duração do contrato;

II - os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes;

III - a remuneração do pessoal.

§ 9º O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 10. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 11. Não serão computadas, para efeito dos limites remuneratórios de que trata o inciso XI do caput deste artigo, as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

§ 12. Para os fins do disposto no inciso XI do caput deste artigo, fica facultado aos Estados e ao Distrito Federal fixar, em seu âmbito, mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Or gânica, como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando o disposto neste parágrafo aos subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais e dos Vereadores. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

✍ Questões de concurso comentadas

1. (CESPE/ANAC/Técnico Administrativo/2012) Com relação à administração pública e sua regulamentação constitucional, julgue o seguinte item.

Conforme o texto constitucional, a administração pública deverá obedecer aos princípios da eficiência, da publicidade, da moralidade, da impessoalidade e da legalidade.

✍ **Comentário:**
A assertiva está correta, pois o art. 37, *caput*, da Constituição, enumera expressamente estes princípios.
Gabarito: Certo

2. (CESPE/TRE-RJ/Técnico Judiciário - Área Administrativa/2012) No que concerne ao direito constitucional e à Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.

Alguns dos princípios que regem a administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, como, por exemplo, o da legalidade e o da impessoalidade, estão expressamente previstos na CF, ao passo que outros, como o da moralidade, constituem princípios implícitos.

✍ **Comentário:**
A assertiva está errada porque o princípio da moralidade está expresso no *caput* do art. 37 da constituição.
Gabarito: Errado

3. (CESPE/TCU/Técnico de Controle Externo/2012) A respeito dos princípios previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item seguinte.

O princípio da proporcionalidade ou da razoabilidade é um princípio constitucional não positivado.

✍ **Comentário:**
A assertiva está correta porque a Constituição não prevê o princípio da proporcionalidade de modo expresso em seu texto.
Gabarito: Certo

4. (CESGRANRIO / 2008 / ANP / Técnico Administrativo) Com quais princípios expressos a Constituição da República Federativa do Brasil foi promulgada, em 1988?

a) Legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência.
b) Legalidade, publicidade, eficácia e impessoalidade.
c) Publicidade, impessoalidade, moralidade e legalidade.
d) Publicidade, moralidade, legalidade e eficiência.
e) Moralidade, eficácia, impessoalidade e publicidade.

✍ **Comentário:**
O princípio da eficiência foi introduzido pela Emenda Constitucional 19 de 4 de junho de 1998. Antes disso, somente estavam previstos no caput do art. 37 da CF/1988 os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.
Gabarito: C

Lei nº 10.836/04 (Bolsa Família)[14]

O que é?

O Governo Federal criou o Programa Bolsa Família em 2003 para apoiar as famílias mais pobres e garantir o direito delas à saúde, educação e a assistência social. Para isso, transfere renda direto para as famílias, por meio da CAIXA, onde a família beneficiária saca o benefício a que tem direito.

A família deve fazer a sua parte, mantendo seus filhos na escola e acompanhando o estado de saúde de todos, principalmente o das crianças e gestantes.

A quem se destina?

Podem fazer parte do Bolsa família

- As famílias com renda de até R$ 70,00 por pessoa, por mês;
- As famílias com renda entre R$ 70,01 a R$ 140,00 por pessoa, por mês, e que tenham crianças e adolescentes com idade entre zero a 16 anos incompletos, gestantes ou nutrizes (mãe que está amamentando);
- As famílias com renda entre R$ 0,00 a R$ 140,00, por pessoa, por mês, e que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos;
- Famílias que atendem aos critérios do programa e estão inscritas em outros programas federais.

Como funciona?

O Bolsa Família é executado pelos municípios. Cabe à prefeitura realizar o cadastramento das famílias, por meio do Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal. A seleção das famílias, no entanto, é feita pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Tipos de Benefício

O programa oferece às famílias quatro tipos de benefícios:

- **Básico:** Concedido às famílias em situação de extrema pobreza. O valor desse benefício é de R$ 70,00 mensais, independentemente da composição e do número de membros do grupo familiar.
- **Variável:** Destinado a famílias que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição, gestantes, nutrizes (mãe que amamenta), crianças e adolescentes de zero a 16 anos incompletos. O valor mínimo é de R$ 32,00 e cada família pode acumular até cinco benefícios, ou seja, R$ 160,00.
- **Variável para Jovem:** Destinado a famílias que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes entre 16 e 17 anos. O valor do benefício é de R$ 38,00 e cada família pode acumular até dois benefícios, ou seja, R$ 76,00.
- **Superação da Extrema Pobreza:** Destina as famílias que se encontrem em situação de extrema pobreza. Cada família pode ter direito a um benefício. O valor do benefício varia em razão do cálculo realizado a partir da renda per-capita da família e do benefício já recebido no PBF.

➢ As famílias em situação de extrema pobreza podem acumular o benefício Básico o Variável e o Variável para Jovem, até o máximo de R$ 306,00 por mês. Como também, podem acumular 1 (um) benefício para Superação da Extrema Pobreza.
➢ Se o município tem programas próprios de transferência de renda, pode somar esforços com o

[14] Fonte: http://www.caixa.gov.br/voce/social/transferencia/bolsa_familia/saiba_mais.asp (Acesso em 19/01/2014)

Marly Montefusco CPF 64091472 34

Governo Federal para ampliar a base de atendimento de seus programas e, dessa forma, ampliar o valor máximo dos benefícios para as famílias atendidas.

Condições

- Inclusão da família, pela prefeitura, no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal.
- Seleção pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).
- No caso de existência de gestantes, o comparecimento às consultas de pré-natal, conforme calendário preconizado pelo Ministério da Saúde (MS).
- Participação em atividades educativas ofertadas pelo MS sobre aleitamento materno e alimentação saudável, no caso de inclusão de nutrizes.(mãe que amamenta).
- Manter em dia o cartão de vacinação das crianças de 0 a 7 anos.
- Acompanhamento da saúde de mulheres na faixa de 14 e 44 anos.
- Garantir frequência mínima de 85% na escola, para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos.
- Garantir frequência mínima de 75% na escola, para adolescentes de 16 e 17 anos.

Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004[15]

Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado, no âmbito da Presidência da República, o Programa Bolsa Família, destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades.

Parágrafo único. O Programa de que trata o caput tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - Bolsa Escola, instituído pela Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, criado pela Lei n o 10.689, de 13 de junho de 2003, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação, instituído pela Medida Provisória n o 2.206-1, de 6 de setembro de 2001, do Programa Auxílio-Gás, instituído peloDecreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002, e do Cadastramento Único do Governo Federal, instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001.

Art. 2º Constituem benefícios financeiros do Programa, observado o disposto em regulamento:

I - o benefício básico, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza;

II - o benefício variável, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre 0 (zero) e 12 (doze) anos ou adolescentes até 15 (quinze) anos, sendo pago até o limite de 5 (cinco) benefícios por família; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)

III - o benefício variável, vinculado ao adolescente, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes com idade entre 16 (dezesseis) e 17 (dezessete) anos, sendo pago até o limite de 2 (dois) benefícios por família. (Redação dada pela Lei nº 11.692, de 2008)

IV - o benefício para superação da extrema pobreza, no limite de um por família, destinado às unidades familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família e que, cumulativamente: (Redação dada pela Lei nº 12.817, de 2013)

a) tenham em sua composição crianças e adolescentes de 0 (zero) a 15 (quinze) anos de idade; e (Redação dada pela Lei nº 12.817, de 2013)

b) apresentem soma da renda familiar mensal e dos benefícios financeiros previstos nos incisos I a III igual ou inferior a R$ 70,00 (setenta reais) per capita. (Incluído pela Lei nº 12.722, de 2012)

§ 1º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - família, a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros;

II - (Revogado pela Medida Provisória nº 411, de 2007).

III - renda familiar mensal, a soma dos rendimentos brutos auferidos mensalmente pela totalidade dos membros da família, excluindo-se os rendimentos concedidos por programas oficiais de transferência de renda, nos termos do regulamento.

§ 2º O valor do benefício básico será de R$ 58,00 (cinquenta e oito reais) por mês, concedido a famílias com renda familiar mensal per capita de até R$ 60,00 (sessenta reais). (Redação dada pela Lei nº 11.692, de 2008) **(*)**

§ 3º Serão concedidos a famílias com renda familiar mensal per capita de até R$ 120,00 (cento e vinte reais), dependendo de sua composição: (Redação dada pela Lei nº 11.692, de 2008) **(*)**

I - o benefício variável no valor de R$ 18,00 (dezoito reais); e (Redação dada pela Lei nº 11.692, de 2008) **(*)**

II - o benefício variável, vinculado ao adolescente, no valor de R$ 30,00 (trinta reais). (Redação dada pela Lei nº 11.692, de 2008) **(*)**

(*) Atenção, os valores contidos nos parágrafos 2º, 3º e incisos I e II sofreram alterações, consulte:

http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/beneficios/beneficiario/beneficio-valor

§ 4º Os benefícios financeiros previstos nos incisos I, II, III e IV do caput poderão ser pagos cumulativamente às famílias beneficiárias, observados os limites fixados nos citados incisos II, III e IV. (Incluído pela Lei nº 12.722, de 2012)

§ 5º A família cuja renda familiar mensal per capita esteja compreendida entre os valores estabelecidos no § 2º e no § 3º deste artigo receberá exclusivamente os benefícios a que se

[15] Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm (acesso em 19/01/2014)

referem os incisos II e III do caput deste artigo, respeitados os limites fixados nesses incisos. (Redação dada pela Lei nº 11.692, de 2008)

§ 6º Os valores dos benefícios e os valores referenciais para caracterização de situação de pobreza ou extrema pobreza de que tratam os §§ 2º e 3º poderão ser majorados pelo Poder Executivo, em razão da dinâmica socioeconômica do País e de estudos técnicos sobre o tema, atendido o disposto no parágrafo único do art. 6º.

§ 7º Os atuais beneficiários dos programas a que se refere o parágrafo único do art. 1º , à medida que passarem a receber os benefícios do Programa Bolsa Família, deixarão de receber os benefícios daqueles programas.

§ 8º Considera-se benefício variável de caráter extraordinário a parcela do valor dos benefícios em manutenção das famílias beneficiárias dos Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, PNAA e Auxílio-Gás que, na data de ingresso dessas famílias no Programa Bolsa Família, exceda o limite máximo fixado neste artigo.

§ 9º O benefício a que se refere o § 8º será mantido até a cessação das condições de elegibilidade de cada um dos beneficiários que lhe deram origem.

§ 10. O Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família poderá excepcionalizar o cumprimento dos critérios de que trata o § 2º , nos casos de calamidade pública ou de situação de emergência reconhecidos pelo Governo Federal, para fins de concessão do benefício básico em caráter temporário, respeitados os limites orçamentários e financeiros.

§ 11. Os benefícios financeiros previstos nos incisos I, II, III e IV do caput serão pagos, mensalmente, por meio de cartão magnético bancário fornecido pela Caixa Econômica Federal com a identificação do responsável, mediante o Número de Identificação Social - NIS, de uso do Governo Federal. (Redação dada pela Lei nº 12.722, de 2012)

§ 12. Os benefícios poderão ser pagos por meio das seguintes modalidades de contas, nos termos de resoluções adotadas pelo Banco Central do Brasil: (Redação dada pela Lei nº 11.692, de 2008)

I – contas-correntes de depósito à vista; (Incluído pela Lei nº 11.692, de 2008)

II - contas especiais de depósito à vista; (Incluído pela Lei nº 11.692, de 2008)

III - contas contábeis; e (Incluído pela Lei nº 11.692, de 2008)

IV - outras espécies de contas que venham a ser criadas. (Incluído pela Lei nº 11.692, de 2008)

§ 13. No caso de créditos de benefícios disponibilizados indevidamente ou com prescrição do prazo de movimentação definido em regulamento, os créditos reverterão automaticamente ao Programa Bolsa Família.

§ 14. O pagamento dos benefícios previstos nesta Lei será feito preferencialmente à mulher, na forma do regulamento.

§ 15. O benefício para superação da extrema pobreza corresponderá ao valor necessário para que a soma da renda familiar mensal e dos benefícios financeiros supere o valor de R$ 70,00 (setenta reais) per capita. (Redação dada pela Lei nº 12.817, de 2013)

§ 16. Caberá ao Poder Executivo ajustar, de acordo com critério a ser estabelecido em ato específico, o valor definido para a renda familiar per capita, para fins do pagamento do benefício para superação da extrema pobreza. (Redação dada pela Lei nº 12.817, de 2013)

I - (revogado); (Incluído pela Lei nº 12.817, de 2013)

II - (revogado). (Incluído pela Lei nº 12.817, de 2013)

§ 17. Os beneficiários com idade a partir de 14 (quatorze) anos e os mencionados no inciso III do caput deste artigo poderão ter acesso a programas e cursos de educação e qualificação profissionais.(Incluído pela Lei nº 12.817, de 2013)

Art. 2º-A. A partir de 1º de março de 2013, o benefício previsto no inciso IV do caput do art. 2º será estendido, independentemente do disposto na alínea *a* desse inciso, às famílias beneficiárias que apresentem soma da renda familiar mensal e dos benefícios financeiros previstos nos incisos I a III do caput do art. 2º, igual ou inferior a R$ 70,00 (setenta reais) per capita. (Incluído pela Lei nº 12.817, de 2013)

Art. 3º A concessão dos benefícios dependerá do cumprimento, no que couber, de condicionalidades relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à frequência escolar de 85% (oitenta e cinco por cento) em estabelecimento de ensino regular, sem prejuízo de outras previstas em regulamento.

Parágrafo único. O acompanhamento da frequência escolar relacionada ao benefício previsto no inciso III do caput do art. 2º desta Lei considerará 75% (setenta e cinco por cento) de frequência, em conformidade com o previsto no inciso VI do caput do art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (Incluído pela Lei nº 11.692, de 2008)

Art. 4º Fica criado, como órgão de assessoramento imediato do Presidente da República, o Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família, com a finalidade de formular e integrar políticas públicas, definir diretrizes, normas e procedimentos sobre o desenvolvimento e implementação do Programa Bolsa Família, bem como apoiar iniciativas para instituição de políticas públicas sociais visando promover a emancipação das famílias beneficiadas pelo Programa nas esferas federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, tendo as competências, composição e funcionamento estabelecidos em ato do Poder Executivo.

Art. 5º O Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família contará com uma Secretaria-Executiva, com a finalidade de coordenar, supervisionar, controlar e avaliar a operacionalização do Programa, compreendendo o cadastramento único, a supervisão do cumprimento das condicionalidades, o estabelecimento de sistema de monitoramento, avaliação, gestão orçamentária e financeira, a definição das formas de participação e controle social e a interlocução com as respectivas instâncias, bem como a articulação entre o Programa e as políticas públicas sociais de iniciativa dos governos federal, estadual, do Distrito Federal e municipal.

Art. 6º As despesas do Programa Bolsa Família correrão à conta das dotações alocadas nos programas federais de transferência de renda e no Cadastramento Único a que se refere o parágrafo único do art. 1º , bem como de outras dotações do Orçamento da Seguridade Social da União que vierem a ser consignadas ao Programa.

Parágrafo único. O Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de beneficiários e de benefícios financeiros específicos do Programa Bolsa Família com as dotações Orçamentárias existentes.(Redação dada pela Lei nº 12.817, de 2013)

Art. 7º Compete à Secretaria-Executiva do Programa Bolsa Família promover os atos administrativos e de gestão necessários à execução orçamentária e financeira dos recursos originalmente destinados aos programas federais de transferência de renda e ao Cadastramento Único mencionados no parágrafo único do art. 1º .

§ 1º Excepcionalmente, no exercício de 2003, os atos administrativos e de gestão necessários à execução orçamentária e financeira, em caráter obrigatório, para pagamento dos benefícios e dos serviços prestados pelo agente operador e, em caráter facultativo, para o gerenciamento do Programa Bolsa Família, serão realizados pelos Ministérios da Educação, da Saúde, de Minas e Energia e pelo Gabinete do Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, observada orientação emanada da Secretaria-Executiva do Programa Bolsa Família quanto aos beneficiários e respectivos benefícios.

§ 2º No exercício de 2003, as despesas relacionadas à execução dos Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, PNAA e Auxílio-Gás continuarão a ser executadas orçamentária e financeiramente pelos respectivos Ministérios e órgãos responsáveis.

§ 3º No exercício de 2004, as dotações relativas aos programas federais de transferência de renda e ao Cadastramento Único, referidos no parágrafo único do art. 1º , serão descentralizadas para o órgão responsável pela execução do Programa Bolsa Família.

Art. 8º A execução e a gestão do Programa Bolsa Família são públicas e governamentais e dar-se-ão de forma descentralizada, por meio da conjugação de esforços entre os entes federados, observada a intersetorialidade, a participação comunitária e o controle social.

§ 1º A execução e a gestão descentralizadas referidas no caput serão implementadas mediante adesão voluntária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ao Programa Bolsa Família. (Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009)

§ 2º Fica instituído o Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família - IGD, para utilização em âmbito estadual, distrital e municipal, cujos parâmetros serão regulamentados pelo Poder Executivo, e destinado a: (Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009)

I - medir os resultados da gestão descentralizada, com base na atuação do gestor estadual, distrital ou municipal na execução dos procedimentos de cadastramento, na gestão de benefícios e de condicionalidades, na articulação intersetorial, na implementação das ações de desenvolvimento das famílias beneficiárias e no acompanhamento e execução de procedimentos de controle; (Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009)

II - incentivar a obtenção de resultados qualitativos na gestão estadual, distrital e municipal do Programa; e (Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009)

III - calcular o montante de recursos a ser transferido aos entes federados a título de apoio financeiro. (Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009)

§ 3º A União transferirá, obrigatoriamente, aos entes federados que aderirem ao Programa Bolsa Família recursos para apoio financeiro às ações de gestão e execução descentralizada do Programa, desde que alcancem índices mínimos no IGD. (Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009)

§ 4º Para a execução do previsto neste artigo, o Poder Executivo Federal regulamentará: (Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009)

I - os procedimentos e as condições necessárias para adesão ao Programa Bolsa Família, incluindo as obrigações dos entes respectivos; (Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009)

II - os instrumentos, parâmetros e procedimentos de avaliação de resultados e da qualidade de gestão em âmbito estadual, distrital e municipal; e (Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009)

III - os procedimentos e instrumentos de controle e acompanhamento da execução do Programa Bolsa Família pelos entes federados. (Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009)

§ 5º Os resultados alcançados pelo ente federado na gestão do Programa Bolsa Família, aferidos na forma do inciso I do § 2º serão considerados como prestação de contas dos recursos transferidos. (Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009)

§ 6º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios submeterão suas prestações de contas às respectivas instâncias de controle social, previstas no art. 9º, e, em caso de não aprovação, os recursos financeiros transferidos na forma do § 3º deverão ser restituídos pelo ente federado ao respectivo Fundo de Assistência Social, na forma regulamentada pelo Poder Executivo Federal. (Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009)

§ 7º O montante total dos recursos de que trata o § 3º não poderá exceder a 3% (três por cento) da previsão orçamentária total relativa ao pagamento de benefícios do Programa Bolsa Família, devendo o Poder Executivo fixar os limites e os parâmetros mínimos para a transferência de recursos para cada ente federado. (Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009)

Art. 9º O controle e a participação social do Programa Bolsa Família serão realizados, em âmbito local, por um conselho ou por um comitê instalado pelo Poder Público municipal, na forma do regulamento.

Parágrafo único. A função dos membros do comitê ou do conselho a que se refere o caput é considerada serviço público relevante e não será de nenhuma forma remunerada.

Art. 10. O art. 5º da Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 5º As despesas com o Programa Nacional de Acesso à Alimentação correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas na Lei Orçamentária Anual, inclusive oriundas do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, instituído pelo art. 79 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias." (NR)

Art. 11. Ficam vedadas as concessões de novos benefícios no âmbito de cada um dos programas a que se refere o parágrafo único do art. 1º .

Parágrafo único. A validade dos benefícios concedidos no âmbito do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA - "Cartão Alimentação" encerra-se em 31 de dezembro de 2011. (Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011)

Art. 12. Fica atribuída à Caixa Econômica Federal a função de Agente Operador do Programa Bolsa Família, mediante remuneração e condições a serem pactuadas com o Governo Federal, obedecidas as formalidades legais.

Art. 13. Será de acesso público a relação dos beneficiários e dos respectivos benefícios do Programa a que se refere o caput do art. 1º .

Parágrafo único. A relação a que se refere o caput terá divulgação em meios eletrônicos de acesso público e em outros meios previstos em regulamento.

Art. 14. Sem prejuízo das responsabilidades civil, penal e administrativa, o servidor público ou o agente da entidade conveniada ou contratada responsável pela organização e manutenção do cadastro de que trata o art. 1º será responsabilizado quando, dolosamente: (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)

I - inserir ou fizer inserir dados ou informações falsas ou diversas das que deveriam ser inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - Cadúnico; ou (Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011)

II - contribuir para que pessoa diversa do beneficiário final receba o benefício. (Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011)

§ 1º (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)

§ 2º O servidor público ou agente da entidade contratada que cometer qualquer das infrações de que trata o caput fica obrigado a ressarcir integralmente o dano, aplicando-se-lhe multa nunca inferior ao dobro e superior ao quádruplo da quantia paga indevidamente. (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)

Art. 14-A. Sem prejuízo da sanção penal, será obrigado a efetuar o ressarcimento da importância recebida o beneficiário que dolosamente tenha prestado informações falsas ou utilizado qualquer outro meio ilícito, a fim de indevidamente ingressar ou se manter como beneficiário do Programa Bolsa Família. (Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011)

§ 1º O valor apurado para o ressarcimento previsto no caput será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011)

§ 2º Apurado o valor a ser ressarcido, mediante processo administrativo, e não tendo sido pago pelo beneficiário, ao débito serão aplicados os procedimentos de cobrança dos créditos da União, na forma da legislação de regência. (Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011)

Art. 15. Fica criado no Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família um cargo, código DAS 101.6, de Secretário-Executivo do Programa Bolsa Família.

Art. 16. Na gestão do Programa Bolsa Família, aplicarse-á, no que couber, a legislação mencionada no parágrafo único do art. 1º, observadas as diretrizes do Programa.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
José Dirceu de Oliveira e Silva

✍Questão de concurso comentada

1. (CESGRANRIO/2012/Caixa/Técnico Bancário) Consoante às regras para a concessão do benefício do Programa Bolsa Família, sabe-se que, no caso do benefício variável, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre 0 (zero) e 12 (doze) anos ou adolescentes até 15 (quinze) anos, o número de benefícios está limitado, por família, a

a) um
b) dois
c) quatro
d) cinco
e) dez

✍ **Comentário:**
A alternativa correta é a letra "d" conforme art. 2º, inciso II, da Lei 10.836/2004 "o benefício variável, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre 0 (zero) e 12 (doze) anos ou adolescentes até 15 (quinze) anos, sendo pago até o limite de 5 (cinco) benefícios por família"
Gabarito: D

2. (ESAF/2012 / MI / Assistente Social) Sobre o Programa de transferência de renda denominado Bolsa Família (Lei n. 10.836/2004), assinale a opção incorreta.

a) O Programa Bolsa Família é destinado às ações de transferência de renda sem condicionalidades.
b) O benefício básico do Bolsa Família é destinado às unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza.
c) A família é a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros.
d) Nutriz é a mãe que esteja amamentando seu filho com até 6 (seis) meses de idade, para o qual o leite materno seja o principal alimento.
e) O benefício variável, vinculado ao adolescente, é destinado a unidades familiares em situação de pobreza ou extrema pobreza, que tenham em sua composição adolescentes com idade entre dezesseis e dezessete anos.

✍ **Comentário:**
Note que o enunciado solicita a alternativa INCORRETA.
a) Incorreto, conforme art. Art. 1º da Lei 10.836/2004, "Fica criado, no âmbito da Presidência da República, o Programa Bolsa Família, destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades." Sendo, portanto, essa alternativa a resposta da questão.
b) Correto, conforme art. 2º da Lei 10.836/2004, " Constituem benefícios financeiros do Programa, observado o disposto em regulamento: I - o benefício básico, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza"
c) Correto, conforme art. 2º, § 1º "Para fins do disposto nesta Lei, considera-se: I - família, a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros."
d) Correto.
e) Correto, conforme art. 2º, III "o benefício variável, vinculado ao adolescente, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes com idade entre 16 (dezesseis) e 17 (dezessete) anos, sendo pago até o limite de 2 (dois) benefícios por família."
Gabarito: A

Atendimento

Legislação: Lei nº 8.078/90: Código de Defesa do Consumidor

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990.

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I
Dos Direitos do Consumidor

CAPÍTULO I
Disposições Gerais

Art. 1° O presente código estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos arts. 5°, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 48 de suas Disposições Transitórias.

Art. 2° Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.

Parágrafo único. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.

✍ ***Comentário:***

Fique atento aos seguintes elementos:

- *"consumidor é toda a pessoa física ou **jurídica**", observe que a pessoa jurídica pode ser considerada como consumidora.*
- *"a coletividade de pessoas ainda que **indetermináveis**, que haja intervindo nas relações de consumo" equipara-se a consumidor.*
- *"adquire produtos ou serviços como **destinatário final**.*

✍ **Questões de Concurso Comentadas**

(Caixa/CESPE/2006-Técnico Bancário) Julgue certo ou errado:

Uma coletividade de pessoas equipara-se a consumidor, desde que os membros dessa coletividade sejam devidamente determinados e identificados e que tenham participado nas relações de consumo.

✍ **Comentário:**
Errada. De acordo com o art. 2° do CDC: Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final. **Parágrafo único. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.**
Gabarito: Errado

(CESPE/2009 – TRF) Julgue certo ou errado:

Para que seja equiparado a consumidor, um grupo de pessoas deve ser determinável.

✍ **Comentário:**
Errado, pode ser indeterminável.
Gabarito: Errado

(CESPE/2009 – MP-RN) Julgue certo ou errado
Pessoa jurídica não pode ser considerada consumidor.

✍ **Comentário:**
Errado, pessoa jurídica pode ser considerada consumidor.
Gabarito: Errado

(Defensor público/ MA) Julgue certo ou errado
Consumidor é toda a pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço, como intermediário ou destinatário final.

✍ **Comentário:**
Errado. Correção: "Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final."
Gabarito: Errado

(CESPE - 2006 - Caixa - Técnico Bancário) Julgue certo ou errado

O objetivo do CDC é a defesa dos menos favorecidos, tanto que, nesse Código, a definição de consumidor é a pessoa física que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.

✍ **Comentário:**
Errada. Ver art. 2º "... é toda pessoa física ou jurídica..."
Gabarito: Errado

Art. 3° Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

§ 1° Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial.

§ 2° Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza

bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

✍ ***Comentário:***

Prestar a atenção aos seguintes elementos:

- *"fornecedor é toda a pessoa **física** ou jurídica.*
- *"produto é qualquer bem **móvel** ou **imóvel, material** ou **imaterial**.*
- "Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, **mediante remuneração**."

✍ **Questões de Concurso Comentadas**

(Caixa/CESPE/2006-Técnico Bancário) Julgue certo ou errado:

Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, remunerada ou não, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, e aquelas decorrentes das relações de caráter trabalhista.

✍ **Comentário:**
Segundo o art. 3°, § 2°: Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, **salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.**
Gabarito: Errado

(Caixa/CESPE/2006-Técnico Bancário) Julgue certo ou errado:

Fornecedor é a pessoa jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, que desenvolve atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

✍ **Comentário:**
Segundo o art.3° do CDC: Fornecedor é toda **pessoa física ou jurídica,** pública ou privada, nacional ou estrangeira, **bem como os entes despersonalizados**, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.
Gabarito: Errado

(CESPE/MP-RN/2009) Julgue certo ou errado:
Bem imaterial não pode ser considerado produto.

✍ **Comentário:**
Errado. "Produto é qualquer bem móvel ou imóvel, material ou imaterial."
Gabarito: Errado

(CESPE/TRF/2009) Julgue certo ou errado:

Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, seja remunerada ou não.

✍ **Comentário:**
Serviço somente é enquadrado numa relação de consumo quando prestado mediante remuneração.
Gabarito: Errado

(ECT/ Conesul - Atendente Comercial - 2008) É qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista, segundo o §2º Art. 1º da lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990:

a) Atividade.
b) Serviço.
c) Fornecedor.
d) Cliente.
e) Faturamento.

✍ **Comentário:**
Segundo o art. 3°, § 2°: Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.
Gabarito: B

CAPÍTULO II
Da Política Nacional de Relações de Consumo

Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios: (Redação dada pela Lei nº 9.008, de 21.3.1995)

I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo;

II - ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor:

a) por iniciativa direta;

b) por incentivos à criação e desenvolvimento de associações representativas;

c) pela presença do Estado no mercado de consumo;

d) pela garantia dos produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho.

III - harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico, de modo a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem econômica (art. 170, da Constituição Federal),

sempre com base na boa-fé e equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores;

IV - educação e informação de fornecedores e consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo;

V - incentivo à criação pelos fornecedores de meios eficientes de controle de qualidade e segurança de produtos e serviços, assim como de mecanismos alternativos de solução de conflitos de consumo;

VI - coibição e repressão eficientes de todos os abusos praticados no mercado de consumo, inclusive a concorrência desleal e utilização indevida de inventos e criações industriais das marcas e nomes comerciais e signos distintivos, que possam causar prejuízos aos consumidores;

VII - racionalização e melhoria dos serviços públicos;

VIII - estudo constante das modificações do mercado de consumo.

✍ Questão de Concurso Comentada

(TJ/BA) Julgue certo ou errado:

A política nacional das relações de consumo tem como princípio o pressuposto de que o consumidor é a parte mais vulnerável na relação de consumo.

✍ Comentário:
Vulnerabilidade é uma regra de elaboração legislativa em sede de normas de consumo. Impõe a criação de mecanismos contratuais diferenciados que visem à proteção do consumidor. Como consequência, gera presunção absoluta. Assim pela lei, o consumidor é o vulnerável.
Gabarito: Certo

Art. 5° Para a execução da Política Nacional das Relações de Consumo, contará o poder público com os seguintes instrumentos, entre outros:

I - manutenção de assistência jurídica, integral e gratuita para o consumidor carente;

II - instituição de Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor, no âmbito do Ministério Público;

III - criação de delegacias de polícia especializadas no atendimento de consumidores vítimas de infrações penais de consumo;

IV - criação de Juizados Especiais de Pequenas Causas e Varas Especializadas para a solução de litígios de consumo;

V - concessão de estímulos à criação e desenvolvimento das Associações de Defesa do Consumidor.

§ 1° (Vetado).

§ 2º (Vetado).

✍ Questão de Concurso

(AGU/CESPE) Julgue certo ou errado:

O Ministério Público, por meio das promotorias de justiça de defesa do consumidor, é um instrumento do poder público para executar a Política Nacional das Relações de Consumo.

✍ Comentário:
De acordo com o art. 5°, II: Para a execução da Política Nacional das Relações de Consumo, contará o poder público com os seguintes instrumentos, entre outros: instituição de Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor, no âmbito do Ministério Público.
Gabarito: Certo

CAPÍTULO III
Dos Direitos Básicos do Consumidor

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

I - a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos;

II - a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações;

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, , tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

IV - a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços;

V - a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas;

VI - a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos;

VII - o acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção Jurídica, administrativa e técnica aos necessitados;

VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

IX - (Vetado);

X - a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.

Art. 7° Os direitos previstos neste código não excluem outros decorrentes de tratados ou convenções internacionais de que o Brasil seja signatário, da legislação interna ordinária, de regulamentos expedidos pelas autoridades administrativas competentes, bem como dos que derivem dos princípios gerais do direito, analogia, costumes e equidade.

Parágrafo único. Tendo mais de um autor a ofensa, todos responderão solidariamente pela reparação dos danos previstos nas normas de consumo.

✍ **Questão de Concurso**

(MP/RN – adap.) Julgue certo ou errado:

Os direitos básicos do consumidor previsto no Código de Defesa do Consumidor, por estarem taxativamente enumerados em uma lei especial, excluem quaisquer outros que derivem dos princípios gerais do direito, analogia, costumes e equidade.

✍ **Comentário:**
Errado, o consumidor possui direitos relativos aos princípios gerais, à analogia, costumes e equidade também, não se restringem apenas àqueles elencados taxativamente na Lei.
Gabarito: Errado

CAPÍTULO IV
Da Qualidade de Produtos e Serviços, da Prevenção e da Reparação dos Danos

SEÇÃO I
Da Proteção à Saúde e Segurança

Art. 8° Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito.

Parágrafo único. Em se tratando de produto industrial, ao fabricante cabe prestar as informações a que se refere este artigo, através de impressos apropriados que devam acompanhar o produto.

✍ ***Comentário:***
*Segundo a lei, os riscos à saúde **normais** e **previsíveis** dos produtos e serviços são possíveis. Por exemplo no caso de uma faca de cozinha, remédios, agrotóxicos, cosméticos, bebidas alcoólicas, etc.*
Atenção:
*No caput do art. 8º - É de responsabilidade do **fornecedor** informar sobre os riscos dos produtos e serviços.*
*No parágrafo único do art. 8º - Quando se trata especificamente de produto industrial, a responsabilidade é do **fabricante** e não do fornecedor.*

✍ **Questão de Concurso**

(ECT/Conesul - Atendente Comercial - 2008) Em se tratando de produto industrial, a quem cabe prestar as informações a que se refere o artigo 8º da lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, através de impressos apropriados que devam acompanhar o produto?

a) Ao comprador.
b) Ao cliente.
c) Ao comerciante.
d) Ao fabricante.
e) Ao financiador.

✍ **Comentário:**
Justifica-se com a utilização do art.8º, Parágrafo único onde diz que: Em se tratando de produto industrial, ao fabricante cabe prestar as informações a que se refere este artigo, através de impressos apropriados que devam acompanhar o produto.
Gabarito: D

Art. 9° O fornecedor de produtos e serviços potencialmente nocivos ou perigosos à saúde ou segurança deverá informar, de maneira ostensiva e adequada, a respeito da sua nocividade ou periculosidade, sem prejuízo da adoção de outras medidas cabíveis em cada caso concreto.

✍ **Questão de Concurso**

(MP/PI) Relativamente à proteção da saúde e segurança nas relações de consumo, assinale a alternativa correta.

a) Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito.
b) Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou segurança dos consumidores, inclusive os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito.
c) O fornecedor de produtos e serviços potencialmente nocivos ou perigosos à saúde ou segurança, contanto que de uso restrito, não precisa informar, de maneira ostensiva e adequada, a respeito da sua nocividade ou periculosidade.
d) Em se tratando de produto industrial, ao fornecedor cabe prestar as informações relativas à saúde e à segurança nas relações de consumo, através de impressos que devam acompanhar o produto.
e) O fornecedor poderá colocar no mercado de consumo produto ou serviço que sabe ou deveria saber apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou segurança, desde que haja a concordância do consumidor, através de convenção coletiva de consumo.

✍ **Comentário:**
Tal afirmativa consta-se no art.art. 8°: “Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não

acarretarão riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito."
Gabarito: A

Art. 10. O fornecedor não poderá colocar no mercado de consumo produto ou serviço que sabe ou deveria saber apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou segurança.

§ 1° O fornecedor de produtos e serviços que, posteriormente à sua introdução no mercado de consumo, tiver conhecimento da periculosidade que apresentem, deverá comunicar o fato imediatamente às autoridades competentes e aos consumidores, mediante anúncios publicitários.

§ 2° Os anúncios publicitários a que se refere o parágrafo anterior serão veiculados na imprensa, rádio e televisão, às expensas do fornecedor do produto ou serviço.

§ 3° Sempre que tiverem conhecimento de periculosidade de produtos ou serviços à saúde ou segurança dos consumidores, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão informá-los a respeito.

Art. 11. (Vetado).

✍ **Questão de Concurso Comentada**

(CESPE - 2009 - DPE-AL) Julgue certo ou errado

Segundo o CDC, o fabricante de produto que, posteriormente à sua introdução no mercado de consumo, tiver conhecimento de sua efetiva periculosidade tem apenas o dever de comunicar o fato às autoridades competentes.

✍ **Comentário:**
Errado, pois tem o dever de comunicar às autoridades competentes e também aos consumidores.
Gabarito: Errado

SEÇÃO II
Da Responsabilidade pelo Fato do Produto e do Serviço

Art. 12. O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.

§ 1° O produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais:

I - sua apresentação;

II - o uso e os riscos que razoavelmente dele se esperam;

III - a época em que foi colocado em circulação.

§ 2º O produto não é considerado defeituoso pelo fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.

§ 3° O fabricante, o construtor, o produtor ou importador só não será responsabilizado quando provar:

I - que não colocou o produto no mercado;

II - que, embora haja colocado o produto no mercado, o defeito inexiste;

III - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

✍ ***Comentário:***

Vício x Defeito

A doutrina diferencia os termos "vício" e "defeito".
Vício: *o produto ou serviço apresenta vício quando se apresenta inadequado ao uso, mas não atinge o consumidor ou outras pessoas. Por exemplo: microondas adquirido que funciona mal.*

Defeito: *É o vício acrescido de um problema extra. O defeito não só gera uma inadequação , mas um dano ao consumidor ou outras pessoas. Por exemplo: microondas que pega fogo causando dano a pessoas.*

✍ **Questão de Concurso Comentada**

(Pref. Municipal de Salvador/FCC) Para a verificação e distinção entre vício e defeito do produto, no código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que

a) O produto será considerado defeituoso sempre que outro de melhor qualidade vier a ser colocado no mercado, e ocorrerá vício se o produto estiver danificado.
b) O produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera e ocorrerá vício do produto quando for impróprio ou inadequado ao consumo em função de sua qualidade ou quantidade.
c) Há vício do produto quando não oferecer a segurança dele esperada, levando-se em conta o uso e os riscos que deve razoavelmente se esperam e será defeituoso quando sua qualidade for inferior àquela legitimamente esperada.
d) Considera-se defeituoso o produto impróprio para o consumo, quando seu prazo de validade estiver vencido e o vício apenas se caracterizará quando o produto estiver deteriorado.
e) Há vício do produto somente quando se verificar que foi adulterado ou deteriorado, sendo considerado defeituoso apenas quando avariado ou falsificado.

✍ **Comentário:**
Observar o quadro ao lado que diferencia vício de defeito.
Gabarito: B

Art. 13. O comerciante é igualmente responsável, nos termos do artigo anterior, quando:

I - o fabricante, o construtor, o produtor ou o importador não puderem ser identificados;

II - o produto for fornecido sem identificação clara do seu fabricante, produtor, construtor ou importador;

III - não conservar adequadamente os produtos perecíveis.

Parágrafo único. Aquele que efetivar o pagamento ao prejudicado poderá exercer o direito de regresso contra os demais responsáveis, segundo sua participação na causação do evento danoso.

Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

§ 1° O serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais:

I - o modo de seu fornecimento;

II - o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam;

III - a época em que foi fornecido.

§ 2º O serviço não é considerado defeituoso pela adoção de novas técnicas.

§ 3° O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar:

I - que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste;

II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

§ 4° A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa.

Art. 15. (Vetado).

Art. 16. (Vetado).

Art. 17. Para os efeitos desta Seção, equiparam-se aos consumidores todas as vítimas do evento.

✍ Questões de Concurso

(Magistratura/SC) Com relação à responsabilidade do fornecedor de serviços, não é o serviço considerado defeituoso quando forem adotadas novas técnicas, não existentes à época da contratação.

✍ **Comentário:**
De acordo com o art.14, § 2º: O serviço não é considerado defeituoso pela adoção de novas técnicas.
Gabarito: Certo

(TRF/CESPE/2009) Julgue certo ou errado:

As pessoas atingidas por um acidente aéreo, ainda que não fossem passageiros, são equiparadas aos consumidores.

✍ **Comentário:**
Correto, terão os mesmos direitos que os passageiros, deverão ser indenizadas como se fossem consumidoras do meio de transporte aéreo também.
Gabarito: Certo

SEÇÃO III
Da Responsabilidade por Vício do Produto e do Serviço

Art. 18. Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com a indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.

§ 1° Não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha:

I - a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso;

II - a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos;

III - o abatimento proporcional do preço.

§ 2° Poderão as partes convencionar a redução ou ampliação do prazo previsto no parágrafo anterior, não podendo ser inferior a sete nem superior a cento e oitenta dias. Nos contratos de adesão, a cláusula de prazo deverá ser convencionada em separado, por meio de manifestação expressa do consumidor.

§ 3° O consumidor poderá fazer uso imediato das alternativas do § 1° deste artigo sempre que, em razão da extensão do vício, a substituição das partes viciadas puder comprometer a qualidade ou características do produto, diminuir-lhe o valor ou se tratar de produto essencial.

§ 4° Tendo o consumidor optado pela alternativa do inciso I do § 1° deste artigo, e não sendo possível a substituição do bem, poderá haver substituição por outro de espécie, marca ou modelo diversos, mediante complementação ou restituição de eventual diferença de preço, sem prejuízo do disposto nos incisos II e III do § 1° deste artigo.

§ 5° No caso de fornecimento de produtos in natura, será responsável perante o consumidor o fornecedor imediato, exceto quando identificado claramente seu produtor.

§ 6° São impróprios ao uso e consumo:

I - os produtos cujos prazos de validade estejam vencidos;

II - os produtos deteriorados, alterados, adulterados, avariados, falsificados, corrompidos, fraudados, nocivos à vida ou à saúde, perigosos ou, ainda, aqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação;

III - os produtos que, por qualquer motivo, se revelem inadequados ao fim a que se destinam.

✍ Questões de Concurso Comentadas

(MP/RN – ADAP.) Julgue certo ou errado:

Não sendo o vício do produto sanado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, o consumidor somente pode exigir a substituição do produto por outro da mesma espécie ou a restituição imediata da quantia paga corrigida.

✍ **Comentário:**
Errada, além das duas opções citadas na questão, o consumidor pode também exigir o abatimento proporcional do preço.
Gabarito: Errado

(CESPE - 2009 - DPE-AL) Julgue certo ou errado:

O CDC prevê que o fornecedor de bem de consumo eivado de vício de qualidade sane a mácula no prazo máximo de trinta dias. Nesse caso, as partes podem convencionar a redução do referido prazo para cinco dias.

✍ **Comentário:**
Errado, segundo art. 18 §2º, não pode ser inferior a sete dias.
Gabarito: Errado

Art. 19. Os fornecedores respondem solidariamente pelos vícios de quantidade do produto sempre que, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, seu conteúdo líquido for inferior às indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou de mensagem publicitária, podendo o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha:

I - o abatimento proporcional do preço;

II - complementação do peso ou medida;

III - a substituição do produto por outro da mesma espécie, marca ou modelo, sem os aludidos vícios;

IV - a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.

§ 1° Aplica-se a este artigo o disposto no § 4° do artigo anterior.

§ 2° O fornecedor imediato será responsável quando fizer a pesagem ou a medição e o instrumento utilizado não estiver aferido segundo os padrões oficiais.

✍ **Questões de Concurso**

(CESPE/TJ-BA) Julgue certo ou errado:

Se um produto tem vício de quantidade que lhe diminui o valor, ocorre a figura do vício do produto.

✍ **Comentário:**
Gabarito: Certo

(Defensoria pública/RN) A responsabilidade no CDC será solidária entre o fabricante e o fornecedor imediato quando este fizer a pesagem ou a medição do produto com instrumento que não siga os padrões oficiais.

✍ **Comentário:**
A responsabilidade é exclusiva do fornecedor imediato.
Gabarito: Errado

Art. 20. O fornecedor de serviços responde pelos vícios de qualidade que os tornem impróprios ao consumo ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade com as indicações constantes da oferta ou mensagem publicitária, podendo o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha:

I - a reexecução dos serviços, sem custo adicional e quando cabível;

II - a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos;

III - o abatimento proporcional do preço.

§ 1° A reexecução dos serviços poderá ser confiada a terceiros devidamente capacitados, por conta e risco do fornecedor.

§ 2° São impróprios os serviços que se mostrem inadequados para os fins que razoavelmente deles se esperam, bem como aqueles que não atendam as normas regulamentares de prestabilidade.

✍ **Questão de Concurso Comentada**

(AGU/CESPE) Julgue certo ou errado:

Em caso de vício de qualidade do serviço que o torne impróprio ao consumo ou lhe diminua o valor, pode o fornecedor optar pela devolução das quantias pagas pelo consumidor ou pela reexecução do serviço sem custo adicional para o consumidor.

✍ **Comentário**
As opções dos incisos I, II e III são de escolha do consumidor e não do fornecedor.
Gabarito: Errado

Art. 21. No fornecimento de serviços que tenham por objetivo a reparação de qualquer produto considerar-se-á implícita a obrigação do fornecedor de empregar componentes de reposição originais adequados e novos, ou que mantenham as especificações técnicas do fabricante, salvo, quanto a estes últimos, autorização em contrário do consumidor.

✍ **Questões de Concurso Comentadas**

(Defensoria Pública/CE —2006) "Américo comprou um telefone sem fio em certo estabelecimento empresarial. Após alguns dias de uso, o telefone apresentou defeitos. Levando o produto a um assistente técnico credenciado pelo fabricante do telefone, Américo foi informado que as peças disponíveis para o conserto eram originais, mas não eram novas. Nessa situação, Américo poderá exigir, com base na legislação aplicável, a utilização de peças de reposição novas."

✍ **Comentário**
Conforme art. 21 o fornecedor deverá usar peças originais e novas no conserto de produtos, salvo quando o consumidor consentir em sentido contrário.
Gabarito: Certo

Art. 22. Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.

Parágrafo único. Nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste código.

✍ ***Comentário:***
Atenção: *Os serviços públicos estão sujeitos ao CDC, mas somente aqueles realizados mediante uma contraprestação ou remuneração diretamente efetuada pelo consumidor ao fornecedor, nos termos do art. 3º, § 2.* Desse modo, por exemplo, aplica-se o CDC aos serviços de energia elétrica, de água, de transportes públicos e outros. Já o serviço público realizado mediante o pagamento de tributos, prestado a toda a coletividade, não se submete aos preceitos consumeristas, pois aqui não há um consumidor propriamente dito e sim um contribuinte, temos neste caso, por exemplo, os serviços relativos à segurança, à Iluminação pública e outros.

OBS: *Quanto a prestação contínua: "Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando por inadimplemento do usuário, considerando o interesse da coletividade."*

✍ **Questões de Concurso Comentadas**

(MP/MG- Adap.) Julgue certo ou errado: "Os serviços públicos, face ao princípio da prevalência do interesse público sobre o particular, não estão sujeitos ao código de Defesa do Consumidor, sendo a prestação dos mesmos regulada por normas específicas de Direito Administrativo."

✍ **Comentário**
Os serviços públicos estão sujeitos ao CDC, mas lembre-se somente aquele realizados mediante remuneração direta do consumidor.
Gabarito: Errado

(Juiz/BA- Adap./2005) Julgue certo ou errado: "Os serviços públicos essenciais devem ser prestados de maneira contínua. Portanto, não pode o órgão público prestador de serviço público essencial cortar o fornecimento de serviço a consumidor que permaneça inadimplente após ter sido previamente notificado."

✍ **Comentário:**
Com a inadimplência após a notificação, o órgão público poderá sim, cortar tal fornecimento.
Gabarito: Errado

Art. 23. A ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços não o exime de responsabilidade.

Art. 24. A garantia legal de adequação do produto ou serviço independe de termo expresso, vedada a exoneração contratual do fornecedor.

✍ ***Comentário:***
Prestar atenção: *"A ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade não o exime de responsabilidade."*

Garantia legal: *Essa garantia independe de termos expressos já que não decorre da vontade das partes, mas da lei. Mesmo que o fornecedor não garanta a adequação do produto e do serviço, a lei o faz, sendo por isso, nula qualquer cláusula exonerativa.*

Art. 25. É vedada a estipulação contratual de cláusula que impossibilite, exonere ou atenue a obrigação de indenizar prevista nesta e nas seções anteriores.

§ 1° Havendo mais de um responsável pela causação do dano, todos responderão solidariamente pela reparação prevista nesta e nas seções anteriores.

§ 2° Sendo o dano causado por componente ou peça incorporada ao produto ou serviço, são responsáveis solidários seu fabricante, construtor ou importador e o que realizou a incorporação.

SEÇÃO IV
Da Decadência e da Prescrição

Art. 26. O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em:

I - trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis;

II - noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.

§ 1° Inicia-se a contagem do prazo decadencial a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços.

§ 2° Obstam a decadência:

I - a reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos e serviços até a resposta negativa correspondente, que deve ser transmitida de forma inequívoca;

II - (Vetado).

III - a instauração de inquérito civil, até seu encerramento.

§ 3° Tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no momento em que ficar evidenciado o defeito.

Art. 27. Prescreve em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço prevista na Seção II deste Capítulo, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.

Parágrafo único. (Vetado).

✍ **Questões de Concurso Comentadas**

(Defensoria Pública/ES — CESPE -2009) Julgue certo ou errado

"Se um consumidor adquirir produto não durável, seu direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caducará em 90 dias, iniciando-se a contagem do prazo decadencial a partir da entrega efetiva do produto."

✍ **Comentário**
O prazo é de 30 dias.
Gabarito: Errado

(Banco do Brasil/CESPE/2008) Julgue certo ou errado:
"O consumidor que sofrer dano físico grave por manusear objeto que tenha defeito de fabricação deve acionar o fabricante do objeto defeituoso no prazo máximo de dois anos, a contar da ocorrência do evento danoso, sob pena de prescrição."

✍ **Comentário**
O prazo é de 5 anos e a contagem inicia o partir do conhecimento do dano e da autoria. Observe que o CDC exige tanto o conhecimento do dano como também a autoria para que se inicie o prazo prescricional. Isto é importante, pois muitas vezes o consumidor sofre o dano, mas não tem conhecimento do fator responsável que ocasionou o dano.
Gabarito: Errado

SEÇÃO V
Da Desconsideração da Personalidade Jurídica

Art. 28. O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.

§ 1° (Vetado).

§ 2° As sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas, são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes deste código.

§ 3° As sociedades consorciadas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes deste código.

§ 4° As sociedades coligadas só responderão por culpa.

§ 5° Também poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.

✍ **Questão de Concurso Comentada**

(MPT- Adap./2006) Julgue certo ou errado:

"O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito, ou violação dos estatutos ou contrato social;".

✍ **Comentário:**
Certo, nestes casos, poderá haver a desconsideração da personalidade jurídica.
Gabarito: Certo

CAPÍTULO V
Das Práticas Comerciais

SEÇÃO I
Das Disposições Gerais

Art. 29. Para os fins deste Capítulo e do seguinte, equiparam-se aos consumidores todas as pessoas determináveis ou não, expostas às práticas nele previstas.

SEÇÃO II
Da Oferta

Art. 30. Toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado.

✍ **Questões de Concurso Comentadas**

(Defensor Público/MA /adap./2003) Julgue certo ou errado

"A coletividade de pessoas que haja intervindo nas relações de consumo, se indetermináveis, não se enquadra no conceito de consumidor."

✍ **Comentário**
Lembre-se, o art. 29 informa que as pessoas podem ser determináveis ou não (=indetermináveis) para efeito de serem equiparadas a consumidores.
Gabarito: Errado

(MP/TO – adap. /2006/CESPE) Julgue certo ou errada:

"Segundo o princípio da vinculação da oferta, toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação, com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, implica em obrigação para o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra obrigatoriamente o contrato que vier a ser celebrado."

✍ **Comentário**
A oferta (publicidade) integra o contrato e deve ser cumprida. Gera um direito protestativo para o consumidor (o de exigir a oferta nos moldes do veiculado).
Gabarito: Correto
Porém, vale destacar: Em respeito ao princípio da boa-fé objetiva, segundo o qual as partes (fornecedor e consumidor) deverão agir com base na lealdade e

confiança, tem-se admitido o chamado "erro grosseiro" como forma de não responsabilizar o fornecedor. O erro grosseiro é aquele que facilmente o consumidor tem condições de verificar o equívoco, por fugir ao padrão normal do que usualmente acontece.
Exemplificando: Se for anunciado em um jornal o valor de um carro 0 km por R$ 20,00, fica óbvio a ocorrência de "erro grosseiro" e isso não obriga o fornecedor a vender por esse preço.

Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

Parágrafo único. As informações de que trata este artigo, nos produtos refrigerados oferecidos ao consumidor, serão gravadas de forma indelével. (Incluído pela Lei nº 11.989, de 2009)

✍ **Comentário:**
Principio da Informação e da Transparência. É um direito do consumidor saber de todas as informações e características do produto ou serviço que está adquirindo. Os importadores e demais fornecedores que pretendem vender produtos importados, antes de inseri-los no mercado, deverão possibilitar a tradução dos dizeres no rótulo, embalagem, manual, etc.

(TJ/PI/2007/CESPE) Julgue certo ou errado:

"No caso de produtos de origem estrangeira, as informações constantes de seu rótulo podem ser mantidas em seu idioma original, não havendo necessidade de que sejam traduzidas para a língua portuguesa."

✍ **Comentário**
Deverão possibilitar a tradução dos dizeres no rótulo, embalagem, manual, etc.
Gabarito: Errado

Art. 32. Os fabricantes e importadores deverão assegurar a oferta de componentes e peças de reposição enquanto não cessar a fabricação ou importação do produto.

Parágrafo único. Cessadas a produção ou importação, a oferta deverá ser mantida por período razoável de tempo, na forma da lei.

✍ **Comentário:**
Quanto ao Parágrafo único: O CDC não estabelece qual seria o prazo e nem o que seria "período razoável de tempo" que o fabricante e o importador devem disponibilizar as peças no mercado. Na ausência de lei regulamentadora, caberá ao juiz fazê-lo no caso concreto.

Art. 33. Em caso de oferta ou venda por telefone ou reembolso postal, deve constar o nome do fabricante e endereço na embalagem, publicidade e em todos os impressos utilizados na transação comercial.

Parágrafo único. É proibida a publicidade de bens e serviços por telefone, quando a chamada for onerosa ao consumidor que a origina. (Incluído pela Lei nº 11.800, de 2008).

✍ **Comentário:**

"...venda por telefone ou reembolso postal..." (ou qualquer outro meio, como por exemplo, por catálogo, via internet, etc.)

Art. 34. O fornecedor do produto ou serviço é solidariamente responsável pelos atos de seus prepostos ou representantes autônomos.

Art. 35. Se o fornecedor de produtos ou serviços recusar cumprimento à oferta, apresentação ou publicidade, o consumidor poderá, alternativamente e à sua livre escolha:

I - exigir o cumprimento forçado da obrigação, nos termos da oferta, apresentação ou publicidade;

II - aceitar outro produto ou prestação de serviço equivalente;

III - rescindir o contrato, com direito à restituição de quantia eventualmente antecipada, monetariamente atualizada, e a perdas e danos.

✍ **Comentário:**
Reforçando: a escolha por uma das alternativas é do consumidor.

✍ **Questão de concurso comentada**

(Juiz Federal — TRF/2 Região — CESPE – 2009) "Se o fornecedor de certo produto recusar cumprimento à oferta, ao consumidor é dado aceitar outro produto e rescindir o contrato, sendo-lhe vedado exigir o cumprimento forçado da obrigação, nos termos da oferta."

✍ **Comentário**
O consumidor pode exigir o cumprimento forçado da obrigação, nos termos da oferta.
Gabarito: Errado

SEÇÃO III
Da Publicidade

Art. 36. A publicidade deve ser veiculada de tal forma que o consumidor, fácil e imediatamente, a identifique como tal.

Parágrafo único. O fornecedor, na publicidade de seus produtos ou serviços, manterá, em seu poder, para informação dos legítimos interessados, os dados fáticos, técnicos e científicos que dão sustentação à mensagem.

Art. 37. É proibida toda publicidade enganosa ou abusiva.

§ 1° É enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços.

§ 2° É abusiva, dentre outras a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeita valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança.

§ 3° Para os efeitos deste código, a publicidade é enganosa por omissão quando deixar de informar sobre dado essencial do produto ou serviço.

§ 4° (Vetado).

Art. 38. O ônus da prova da veracidade e correção da informação ou comunicação publicitária cabe a quem as patrocina.

✍ ***Comentário:***

*Há duas modalidades de **publicidade enganosa**: por comissão e por omissão.*

** **Publicidade enganosa comissiva**: quando afirma algo capaz de induzir o consumidor a erro.*

** **Publicidade enganosa omissiva**: quando não informa sobre algo fundamental do produto ou serviço, tornando-se capaz de induzir o consumidor a erro.*

Publicidade enganosa poderá ser inteira ou parcialmente falsa.

***Publicidade abusiva:** é aquela que fere a vulnerabilidade do consumidor, ofendem valores básicos de toda a sociedade. Assim, exemplificando, não são admissíveis anúncios que causem em crianças um sentimento de inferioridade, caso não adquiram ou não possam adquirir um produto ou serviço; que estimulem o menor a constranger seus responsáveis ou terceiros a comprar determinado produto ou serviço.*

✍ **Questão de concurso comentada**

(Juiz Federal -TRF 5º Região/CESPE/ 2009) "Reputa-se abusiva qualquer modalidade de comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou capaz de induzir a erro o consumidor a respeito da natureza, das características, da qualidade, da quantidade, das propriedades e de quaisquer outros dados acerca dos produtos e serviços."

✍ **Comentário**

Atenção: é comum nas provas o examinador trocar os conceitos de publicidade enganosa e abusiva. Neste caso é publicidade enganosa e não abusiva.

Gabarito: Errado

SEÇÃO IV
Das Práticas Abusivas

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: (Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994)

I - condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos;

II - recusar atendimento às demandas dos consumidores, na exata medida de suas disponibilidades de estoque, e, ainda, de conformidade com os usos e costumes;

III - enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço;

IV - prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impingir-lhe seus produtos ou serviços;

V - exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva;

VI - executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes;

VII - repassar informação depreciativa, referente a ato praticado pelo consumidor no exercício de seus direitos;

VIII - colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro);

IX - recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento, ressalvados os casos de intermediação regulados em leis especiais; (Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994)

X - elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços. (Incluído pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994)

XI - Dispositivo incluído pela MPV nº 1.890-67, de 22.10.1999, transformado em inciso XIII, quando da converão na Lei nº 9.870, de 23.11.1999

XII - deixar de estipular prazo para o cumprimento de sua obrigação ou deixar a fixação de seu termo inicial a seu exclusivo critério.(Incluído pela Lei nº 9.008, de 21.3.1995)

XIII - aplicar fórmula ou índice de reajuste diverso do legal ou contratualmente estabelecido. (Incluído pela Lei nº 9.870, de 23.11.1999)

Parágrafo único. Os serviços prestados e os produtos remetidos ou entregues ao consumidor, na hipótese prevista no inciso III, equiparam-se às amostras grátis, inexistindo obrigação de pagamento.

✍ ***Comentário:***

*Art. 39,I, parte "a": **Proibição da "venda casada",** O fornecedor não pode vincular seu produto ou serviço a outro.*

O código veda a prática de enviar ao consumidor produtos ou prestar serviços não solicitados por ele. Se isso ocorrer, de acordo com o parágrafo único do art. 39, os produtos ou serviços serão considerados como amostras grátis, desobrigando os consumidores do respectivo pagamento.

✍ **Questões de Concurso Comentadas**

(Caixa/CESPE/2010-Técnico Bancário) Com relação ao Código de Defesa do Consumidor (CDC) - Lei n.º 8.078/1990 -, assinale a opção correta.

a) Em contratos de empréstimo bancário, tem amparo no referido código o uso de cláusula que estabeleça a arbitragem como forma compulsória de resolução de problemas entre as partes.
b) Em contratos de empréstimo bancário, cláusula que permita a rescisão unilateral pelo banco não é vedado pelo CDC, desde que desobrigue o cliente do pagamento dos juros devidos.
c) O cliente de instituição bancária que possuir título de capitalização poderá, com amparo no CDC, ter seu nome inserido em cadastro de beneficiários e receber produtos ou serviços sem solicitação expressa do cliente.
d) A disponibilização do nome do cliente inadimplente em relação afixada em área comum de uma agência bancária, como forma de cobrança, tem amparo no CDC.
e) É vedado o condicionamento da celebração de um contrato de empréstimo bancário à aquisição de outro produto ou serviço, tal como título de capitalização.

✍ **Comentário:**
O CDC proíbe expressamente a venda casada. Prevista no art. 39, I: "É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos."
Gabarito: E

(Banco do Brasil/CESPE/2008) Julgue certo ou errado:

É lícito que certa instituição bancária condicione a celebração de contrato de conta-corrente à contratação de plano de previdência complementar.

✍ **Comentário**
A venda casada é proibida.
Gabarito: Errado

(Defensoria /CE —2006 /CESPE) "Felipe levou o seu veículo que estava com problemas a uma oficina mecânica. Analisando o carro, o mecânico informou que o defeito era simples de ser resolvido, sendo suficiente a substituição de uma pequena peça, e que o valor total dos serviços era de R$ 50,00. Felipe contratou o serviço, mas, no final da tarde do mesmo dia, foi informado que foram necessários outros reparos, com a reposição de mais duas outras peças, ficando o valor total dos serviços em R$ 75,00. Nessa situação, não há prática abusiva por parte do fornecedor do serviço, pois o preço inicialmente apresentado foi elevado em apenas 50%."

✍ **Comentário**
Há sim prática abusiva, o art. 39, VI, determina que o serviço somente pode ser realizado com a expressa autorização do consumidor. Em consequência, não demonstrada a existência de tal autorização, é imprestável a cobrança, sendo devido, apenas, o valor autorizado expressamente pelo consumidor.
Gabarito: Errado

(CESPE /2010 - Caixa - Técnico Bancário – adap.) Julgue certo ou errado:

É vedado o condicionamento da celebração de um contrato de empréstimo bancário à aquisição de outro produto ou serviço, tal como título de capitalização.

✍ **Comentário**
O CDC proíbe expressamente a venda casada. Prevista no art. 39, I: "É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos."
Gabarito: Certo

Art. 40. O fornecedor de serviço será obrigado a entregar ao consumidor orçamento prévio discriminando o valor da mão-de-obra, dos materiais e equipamentos a serem empregados, as condições de pagamento, bem como as datas de início e término dos serviços.

§ 1º Salvo estipulação em contrário, o valor orçado terá validade pelo prazo de dez dias, contado de seu recebimento pelo consumidor.

§ 2° Uma vez aprovado pelo consumidor, o orçamento obriga os contraentes e somente pode ser alterado mediante livre negociação das partes.

§ 3° O consumidor não responde por quaisquer ônus ou acréscimos decorrentes da contratação de serviços de terceiros não previstos no orçamento prévio.

Art. 41. No caso de fornecimento de produtos ou de serviços sujeitos ao regime de controle ou de tabelamento de preços, os fornecedores deverão respeitar os limites oficiais sob pena de não o fazendo, responderem pela restituição da quantia recebida em excesso, monetariamente atualizada, podendo o consumidor exigir à sua escolha, o desfazimento do negócio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

✍ **Questão de concurso**

(Defensor Público/CE —2002) "Salvo estipulação em contrário, o prazo de validade do orçamento prévio apresentado pelo fornecedor de serviços caduca em quantos dias, a contar de seu recebimento pelo consumidor?

a) 10 dias:
b) 15 dias;
c) 30 dias;
d) 45 dias."

✍ **Comentário**
Segundo art.40, § 1º: Salvo estipulação em contrário, o valor orçado terá validade pelo prazo de dez dias, contado de seu recebimento pelo consumidor.
Gabarito: A

SEÇÃO V
Da Cobrança de Dívidas

Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.

Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.

✍ ***Comentário:***
Na cobrança de dívidas o consumidor não será:
1) exposto a ridículo;
2) submetido a constrangimento ou ameaça.
Assim, é vedado ao fornecedor, por exemplo, ligar várias vezes para o consumidor devedor no local de trabalho exigindo o pagamento ou divulgar lista de devedores.

✍ **Questão de concurso**

(CESPE /2010 - Caixa - Técnico Bancário – adap.) Julgue certo ou errado:

A disponibilização do nome do cliente inadimplente em relação afixada em área comum de uma agência bancária, como forma de cobrança, tem amparo no CDC.

Gabarito: Errado

Art. 42-A. Em todos os documentos de cobrança de débitos apresentados ao consumidor, deverão constar o nome, o endereço e o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do fornecedor do produto ou serviço correspondente. (Incluído pela Lei nº 12.039, de 2009)

SEÇÃO VI
Dos Bancos de Dados e Cadastros de Consumidores

Art. 43. O consumidor, sem prejuízo do disposto no art. 86, terá acesso às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes.

§ 1° Os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a cinco anos.

§ 2° A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele.

§ 3° O consumidor, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros, poderá exigir sua imediata correção, devendo o arquivista, no prazo de cinco dias úteis, comunicar a alteração aos eventuais destinatários das informações incorretas.

§ 4° Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito e congêneres são considerados entidades de caráter público.

§ 5° Consumada a prescrição relativa à cobrança de débitos do consumidor, não serão fornecidas, pelos respectivos Sistemas de Proteção ao Crédito, quaisquer informações que possam impedir ou dificultar novo acesso ao crédito junto aos fornecedores.

✍ ***Comentário:***
A ausência de comunicação prévia ao consumidor da inscrição de seu nome em cadastro de proteção ao crédito caracteriza o dano moral.
A comunicação do consumidor tem que ser prévia à inscrição e é obrigação do órgão responsável pela manutenção do cadastro, e não do credor (fornecedor).
***Direito à exclusão**: Prazo máximo que conterá informações negativas sobre consumidores é de 5 anos ou quando se consumar a prescrição do débito (deverá ser considerado o que ocorrer primeiro).*

✍ **Questão de concurso**

Procurador da República – 24° Concurso (2007). Com o crescente desenvolvimento das relações comerciais e bancárias, complexas e dinâmicas, criaram-se os chamados registros de proteção ao crédito, neles figurando informações negativas de inadimplentes contumazes. O prazo prescricional para a manutenção desses registros de consumidores em débito, segundo o Superior Tribunal de Justiça é:

a) de 5 (cinco) anos;
b) trienal (código Civil, artigo 206, parágrafo 32, inciso VIII);
c) de 10 (dez) anos, dependendo da natureza da dívida (código civil, art. 205);
d) é o mesmo do prazo previsto para ação de execução."

✍ **Comentário**
Segundo art.41,§ 1°: Os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a cinco anos.
Gabarito: A

Art. 44. Os órgãos públicos de defesa do consumidor manterão cadastros atualizados de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, devendo divulgá-lo pública e anualmente. A divulgação indicará se a reclamação foi atendida ou não pelo fornecedor.

§ 1° É facultado o acesso às informações lá constantes para orientação e consulta por qualquer interessado.

§ 2° Aplicam-se a este artigo, no que couber, as mesmas regras enunciadas no artigo anterior e as do parágrafo único do art. 22 deste código.

Art. 45. (Vetado).

CAPÍTULO VI
Da Proteção Contratual

SEÇÃO I
Disposições Gerais

Art. 46. Os contratos que regulam as relações de consumo não obrigarão os consumidores, se não lhes for dada a oportunidade de tomar conhecimento prévio de seu conteúdo, ou se os respectivos instrumentos forem redigidos de modo a dificultar a compreensão de seu sentido e alcance.

Art. 47. As cláusulas contratuais serão interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor.

Art. 48. As declarações de vontade constantes de escritos particulares, recibos e pré-contratos relativos às relações de consumo vinculam o fornecedor, ensejando inclusive execução específica, nos termos do art. 84 e parágrafos.

Art. 49. O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 7 dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio.

Parágrafo único. Se o consumidor exercitar o direito de arrependimento previsto neste artigo, os valores eventualmente pagos, a qualquer título, durante o prazo de reflexão, serão devolvidos, de imediato, monetariamente atualizados.

✍ ***Comentário:***
Direito de arrependimento. Quando a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial o consumidor tem 7 DIAS para desistir do contrato contados:
** da assinatura do contrato OU*
** do recebimento do produto ou serviço*
O direito de arrependimento não está vinculado a qualquer vício do produto ou serviço ou ainda a qualquer justificativa por parte do consumidor

✍ **Questão de concurso comentada**

(MP/RN adap./CESPE/2009) "Na contratação de fornecimento de produtos e serviços levada a efeito no estabelecimento comercial do fornecedor, o consumidor poderá desistir do contrato, no prazo de sete dias, a contar da sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço."

✍ **Comentário**
Só se aplica o direito de arrependimento quando a contratação é efetuada fora do estabelecimento comercial.
Gabarito: Errado

Art. 50. A garantia contratual é complementar à legal e será conferida mediante termo escrito.

Parágrafo único. O termo de garantia ou equivalente deve ser padronizado e esclarecer, de maneira adequada em que consiste a mesma garantia, bem como a forma, o prazo e o lugar em que pode ser exercitada e os ônus a cargo do consumidor, devendo ser-lhe entregue, devidamente preenchido pelo fornecedor, no ato do fornecimento, acompanhado de manual de instrução, de instalação e uso do produto em linguagem didática, com ilustrações.

SEÇÃO II
Das Cláusulas Abusivas

Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:

I - impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualquer natureza dos produtos e serviços ou impliquem renúncia ou disposição de direitos. Nas relações de consumo entre o fornecedor e o consumidor pessoa jurídica, a indenização poderá ser limitada, em situações justificáveis;

II - subtraiam ao consumidor a opção de reembolso da quantia já paga, nos casos previstos neste código;

III - transfiram responsabilidades a terceiros;

IV - estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade;

V - (Vetado);

VI - estabeleçam inversão do ônus da prova em prejuízo do consumidor;

VII - determinem a utilização compulsória de arbitragem;

VIII - imponham representante para concluir ou realizar outro negócio jurídico pelo consumidor;

IX - deixem ao fornecedor a opção de concluir ou não o contrato, embora obrigando o consumidor;

X - permitam ao fornecedor, direta ou indiretamente, variação do preço de maneira unilateral;

XI - autorizem o fornecedor a cancelar o contrato unilateralmente, sem que igual direito seja conferido ao consumidor;

XII - obriguem o consumidor a ressarcir os custos de cobrança de sua obrigação, sem que igual direito lhe seja conferido contra o fornecedor;

XIII - autorizem o fornecedor a modificar unilateralmente o conteúdo ou a qualidade do contrato, após sua celebração;

XIV - infrinjam ou possibilitem a violação de normas ambientais;

XV - estejam em desacordo com o sistema de proteção ao consumidor;

XVI - possibilitem a renúncia do direito de indenização por benfeitorias necessárias.

§ 1º Presume-se exagerada, entre outros casos, a vontade que:

I - ofende os princípios fundamentais do sistema jurídico a que pertence;

II - restringe direitos ou obrigações fundamentais inerentes à natureza do contrato, de tal modo a ameaçar seu objeto ou equilíbrio contratual;

III - se mostra excessivamente onerosa para o consumidor, considerando-se a natureza e conteúdo do contrato, o interesse das partes e outras circunstâncias peculiares ao caso.

§ 2° A nulidade de uma cláusula contratual abusiva não invalida o contrato, exceto quando de sua ausência, apesar dos esforços de integração, decorrer ônus excessivo a qualquer das partes.

§ 3° (Vetado).

§ 4° É facultado a qualquer consumidor ou entidade que o represente requerer ao Ministério Público que ajuíze a competente ação para ser declarada a nulidade de cláusula contratual que contrarie o disposto neste código ou de qualquer forma não assegure o justo equilíbrio entre direitos e obrigações das partes.

Art. 52. No fornecimento de produtos ou serviços que envolva outorga de crédito ou concessão de financiamento ao consumidor, o fornecedor deverá, entre outros requisitos, informá-lo prévia e adequadamente sobre:

I - preço do produto ou serviço em moeda corrente nacional;

II - montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros;

III - acréscimos legalmente previstos;

IV - número e periodicidade das prestações;

V - soma total a pagar, com e sem financiamento.

§ 1° As multas de mora decorrentes do inadimplemento de obrigações no seu termo não poderão ser superiores a dois por cento do valor da prestação.(Redação dada pela Lei nº 9.298, de 1º.8.1996)

§ 2º É assegurado ao consumidor a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos.

§ 3º (Vetado).

✍ Questão de concurso

(Defensoria Pública/CE —2006/CESPE) "A cláusula que estabelece multa de 4% sobre o valor da prestação em decorrência do não pagamento em seu termo é considerada abusiva pelo Código de Defesa do Consumidor, que determina que as multas não poderão ser superiores a 2% do valor da prestação"

Gabarito: Correto

Art. 53. Nos contratos de compra e venda de móveis ou imóveis mediante pagamento em prestações, bem como nas alienações fiduciárias em garantia, consideram-se nulas de pleno direito as cláusulas que estabeleçam a perda total das prestações pagas em benefício do credor que, em razão do inadimplemento, pleitear a resolução do contrato e a retomada do produto alienado.

§ 1° (Vetado).

§ 2º Nos contratos do sistema de consórcio de produtos duráveis, a compensação ou a restituição das parcelas quitadas, na forma deste artigo, terá descontada, além da vantagem econômica auferida com a fruição, os prejuízos que o desistente ou inadimplente causar ao grupo.

§ 3° Os contratos de que trata o caput deste artigo serão expressos em moeda corrente nacional.

✍ ***Comentário:***
Ao consumidor cabe, uma vez rescindido o contrato, o direito de reaver a quantia que pagou, descontada somente um percentual pela participação do fornecedor no contrato ou por perdas e danos sofridas por este (geralmente um percentual de 10% de retenção).

SEÇÃO III
Dos Contratos de Adesão

Art. 54. Contrato de adesão é aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo.

§ 1° A inserção de cláusula no formulário não desfigura a natureza de adesão do contrato.

§ 2° Nos contratos de adesão admite-se cláusula resolutória, desde que a alternativa, cabendo a escolha ao consumidor, ressalvando-se o disposto no § 2° do artigo anterior.

§ 3° Os contratos de adesão escritos serão redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, cujo tamanho da fonte não será inferior ao corpo doze, de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor. (Redação dada pela nº 11.785, de 2008)

§ 4° As cláusulas que implicarem limitação de direito do consumidor deverão ser redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fácil compreensão.

§ 5° (Vetado)

✍ Questão de concurso comentada

(MP/DF - 2003) "Os contratos de adesão nas relações de consumo só possuem validade se houver a assinatura do consumidor ao lado das cláusulas que implicarem limitação de direitos."

✍ Comentário:
As cláusulas que implicarem limitação de direito deverão ser redigidas com destaque, não necessitando de assinatura da consumidor ao lado das cláusulas. (ver art. 54 §4º)
Gabarito: Errado

CAPÍTULO VII
Das Sanções Administrativas
(Vide Lei nº 8.656, de 1993)

Art. 55. A União, os Estados e o Distrito Federal, em caráter concorrente e nas suas respectivas áreas de atuação administrativa, baixarão normas relativas à produção, industrialização, distribuição e consumo de produtos e serviços.

§ 1° A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios fiscalizarão e controlarão a produção, industrialização, distribuição, a publicidade de produtos e serviços e o mercado

de consumo, no interesse da preservação da vida, da saúde, da segurança, da informação e do bem-estar do consumidor, baixando as normas que se fizerem necessárias.

§ 2° (Vetado).

§ 3° Os órgãos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais com atribuições para fiscalizar e controlar o mercado de consumo manterão comissões permanentes para elaboração, revisão e atualização das normas referidas no § 1°, sendo obrigatória a participação dos consumidores e fornecedores.

§ 4° Os órgãos oficiais poderão expedir notificações aos fornecedores para que, sob pena de desobediência, prestem informações sobre questões de interesse do consumidor, resguardado o segredo industrial.

✍ Questão de concurso comentada

(MP/MA) "Os órgãos oficiais poderão expedir notificações aos fornecedores para que, sob pena de desobediência, prestem informações sobre questões de interesse do consumidor, não se mostrando necessário resguardar o segredo industrial."

✍ Comentário:
É necessário resguardar o segredo industrial.
Gabarito: Errado

Art. 56. As infrações das normas de defesa do consumidor ficam sujeitas, conforme o caso, às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das de natureza civil, penal e das definidas em normas específicas:

I - multa;

II - apreensão do produto;

III - inutilização do produto;

IV - cassação do registro do produto junto ao órgão competente;

V - proibição de fabricação do produto;

VI - suspensão de fornecimento de produtos ou serviço;

VII - suspensão temporária de atividade;

VIII - revogação de concessão ou permissão de uso;

IX - cassação de licença do estabelecimento ou de atividade;

X - interdição, total ou parcial, de estabelecimento, de obra ou de atividade;

XI - intervenção administrativa;

XII - imposição de contrapropaganda.

Parágrafo único. As sanções previstas neste artigo serão aplicadas pela autoridade administrativa, no âmbito de sua atribuição, podendo ser aplicadas cumulativamente, inclusive por medida cautelar, antecedente ou incidente de procedimento administrativo.

Art. 57. A pena de multa, graduada de acordo com a gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica do fornecedor, será aplicada mediante procedimento administrativo, revertendo para o Fundo de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, os valores cabíveis à União, ou para os Fundos estaduais ou municipais de proteção ao consumidor nos demais casos. (Redação dada pela Lei nº 8.656, de 21.5.1993)

Parágrafo único. A multa será em montante não inferior a duzentas e não superior a três milhões de vezes o valor da Unidade Fiscal de Referência (Ufir), ou índice equivalente que venha a substituí-lo. (Parágrafo acrescentado pela Lei nº 8.703, de 6.9.1993)

✍ Questão de concurso comentada

(Tj/PI —2007/CESPE) "A pena de multa, aplicável ao fornecedor que infringir as normas consumeristas, nunca poderá ser superior a duzentas vezes o valor da unidade fiscal de referência (UFIR), ou índice equivalente que venha a substituí-lo."

✍ Comentário:
Verificar parágrafo único.
Gabarito: Errado

Art. 58. As penas de apreensão, de inutilização de produtos, de proibição de fabricação de produtos, de suspensão do fornecimento de produto ou serviço, de cassação do registro do produto e revogação da concessão ou permissão de uso serão aplicadas pela administração, mediante procedimento administrativo, assegurada ampla defesa, quando forem constatados vícios de quantidade ou de qualidade por inadequação ou insegurança do produto ou serviço.

Art. 59. As penas de cassação de alvará de licença, de interdição e de suspensão temporária da atividade, bem como a de intervenção administrativa, serão aplicadas mediante procedimento administrativo, assegurada ampla defesa, quando o fornecedor reincidir na prática das infrações de maior gravidade previstas neste código e na legislação de consumo.

§ 1° A pena de cassação da concessão será aplicada à concessionária de serviço público, quando violar obrigação legal ou contratual.

§ 2° A pena de intervenção administrativa será aplicada sempre que as circunstâncias de fato desaconselharem a cassação de licença, a interdição ou suspensão da atividade.

§ 3° Pendendo ação judicial na qual se discuta a imposição de penalidade administrativa, não haverá reincidência até o trânsito em julgado da sentença.

Art. 60. A imposição de contrapropaganda será cominada quando o fornecedor incorrer na prática de publicidade enganosa ou abusiva, nos termos do art. 36 e seus parágrafos, sempre às expensas do infrator.

§ 1º A contrapropaganda será divulgada pelo responsável da mesma forma, frequência e dimensão e, preferencialmente no mesmo veículo, local, espaço e horário, de forma capaz de desfazer o malefício da publicidade enganosa ou abusiva.

§ 2° (Vetado)

§ 3° (Vetado).

✍ Questão de concurso comentada

(MP/RN—2002) "A contrapropaganda não se destina à publicidade abusiva; somente à enganosa"

✍ Comentário:
Verificar caput art.60
Gabarito: Errado

TÍTULO II
Das Infrações Penais

Art. 61. Constituem crimes contra as relações de consumo previstas neste código, sem prejuízo do disposto no Código Penal e leis especiais, as condutas tipificadas nos artigos seguintes.

Art. 62. (Vetado).

Art. 63. Omitir dizeres ou sinais ostensivos sobre a nocividade ou periculosidade de produtos, nas embalagens, nos invólucros, recipientes ou publicidade:

Pena - Detenção de seis meses a dois anos e multa.

§ 1° Incorrerá nas mesmas penas quem deixar de alertar, mediante recomendações escritas ostensivas, sobre a periculosidade do serviço a ser prestado.

§ 2° Se o crime é culposo:

Pena Detenção de um a seis meses ou multa.

Art. 64. Deixar de comunicar à autoridade competente e aos consumidores a nocividade ou periculosidade de produtos cujo conhecimento seja posterior à sua colocação no mercado:

Pena - Detenção de seis meses a dois anos e multa.

Parágrafo único. Incorrerá nas mesmas penas quem deixar de retirar do mercado, imediatamente quando determinado pela autoridade competente, os produtos nocivos ou perigosos, na forma deste artigo.

Art. 65. Executar serviço de alto grau de periculosidade, contrariando determinação de autoridade competente:

Pena Detenção de seis meses a dois anos e multa.

Parágrafo único. As penas deste artigo são aplicáveis sem prejuízo das correspondentes à lesão corporal e à morte.

Art. 66. Fazer afirmação falsa ou enganosa, ou omitir informação relevante sobre a natureza, característica, qualidade, quantidade, segurança, desempenho, durabilidade, preço ou garantia de produtos ou serviços:

Pena - Detenção de três meses a um ano e multa.

§ 1º Incorrerá nas mesmas penas quem patrocinar a oferta.

§ 2º Se o crime é culposo;

Pena Detenção de um a seis meses ou multa.

Art. 67. Fazer ou promover publicidade que sabe ou deveria saber ser enganosa ou abusiva:

Pena Detenção de três meses a um ano e multa.

Parágrafo único. (Vetado).

Art. 68. Fazer ou promover publicidade que sabe ou deveria saber ser capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa a sua saúde ou segurança:

Pena - Detenção de seis meses a dois anos e multa:

Parágrafo único. (Vetado).

Art. 69. Deixar de organizar dados fáticos, técnicos e científicos que dão base à publicidade:

Pena Detenção de um a seis meses ou multa.

Art. 70. Empregar na reparação de produtos, peça ou componentes de reposição usados, sem autorização do consumidor:

Pena Detenção de três meses a um ano e multa.

Art. 71. Utilizar, na cobrança de dívidas, de ameaça, coação, constrangimento físico ou moral, afirmações falsas incorretas ou enganosas ou de qualquer outro procedimento que exponha o consumidor, injustificadamente, a ridículo ou interfira com seu trabalho, descanso ou lazer:

Pena Detenção de três meses a um ano e multa.

Art. 72. Impedir ou dificultar o acesso do consumidor às informações que sobre ele constem em cadastros, banco de dados, fichas e registros:

Pena Detenção de seis meses a um ano ou multa.

Art. 73. Deixar de corrigir imediatamente informação sobre consumidor constante de cadastro, banco de dados, fichas ou registros que sabe ou deveria saber ser inexata:

Pena: Detenção de um a seis meses ou multa.

Art. 74. Deixar de entregar ao consumidor o termo de garantia adequadamente preenchido e com especificação clara de seu conteúdo;

Pena Detenção de um a seis meses ou multa.

Art. 75. Quem, de qualquer forma, concorrer para os crimes referidos neste código, incide as penas a esses cominadas na medida de sua culpabilidade, bem como o diretor, administrador ou gerente da pessoa jurídica que promover, permitir ou por qualquer modo aprovar o fornecimento, oferta, exposição à venda ou manutenção em depósito de produtos ou a oferta e prestação de serviços nas condições por ele proibidas.

Art. 76. São circunstâncias agravantes dos crimes tipificados neste código:

I - serem cometidos em época de grave crise econômica ou por ocasião de calamidade;

II - ocasionarem grave dano individual ou coletivo;

III - dissimular-se a natureza ilícita do procedimento;

IV - quando cometidos:

a) por servidor público, ou por pessoa cuja condição econômico-social seja manifestamente superior à da vítima;

b) em detrimento de operário ou rurícola; de menor de dezoito ou maior de sessenta anos ou de pessoas portadoras de deficiência mental interditadas ou não;

V - serem praticados em operações que envolvam alimentos, medicamentos ou quaisquer outros produtos ou serviços essenciais.

✍ Questão de concurso

(Defensoria Pública/AC /2006 CESPE) "As operações que envolvam alimentos são circunstâncias agravantes dos crimes contra as relações de consumo."

✍ Comentário

Segundo art. 76. V: São circunstâncias agravantes dos crimes tipificados neste código: serem praticados em operações que envolvam alimentos, medicamentos ou quaisquer outros produtos ou serviços essenciais.
Gabarito: Certo

Art. 77. A pena pecuniária prevista nesta Seção será fixada em dias-multa, correspondente ao mínimo e ao máximo de dias de duração da pena privativa da liberdade cominada ao crime. Na individualização desta multa, o juiz observará o disposto no art. 60, §1° do Código Penal.

Art. 78. Além das penas privativas de liberdade e de multa, podem ser impostas, cumulativa ou alternadamente, observado o disposto nos arts. 44 a 47, do Código Penal:

I - a interdição temporária de direitos;

II - a publicação em órgãos de comunicação de grande circulação ou audiência, às expensas do condenado, de notícia sobre os fatos e a condenação;

III - a prestação de serviços à comunidade.

Art. 79. O valor da fiança, nas infrações de que trata este código, será fixado pelo juiz, ou pela autoridade que presidir o inquérito, entre cem e duzentas mil vezes o valor do Bônus do

Marly Montefusco CPF: 04409147234

Tesouro Nacional (BTN), ou índice equivalente que venha a substituí-lo.

Parágrafo único. Se assim recomendar a situação econômica do indiciado ou réu, a fiança poderá ser:

a) reduzida até a metade do seu valor mínimo;

b) aumentada pelo juiz até vinte vezes.

✍ Questão de concurso

(Defensoria Pública/AC /2006/CESPE) "Em crimes contra as relações de consumo, a fiança fixada pelo juízo competente, no curso do processo, poderá ser aumentada em até vinte vezes, dependendo da situação econômica do réu."

✍ Comentário

Segundo art.79, II: O valor da fiança, nas infrações de que trata este código, será fixado pelo juiz, ou pela autoridade que presidir o inquérito, entre cem e duzentas mil vezes o valor do Bônus do Tesouro Nacional (BTN), ou índice equivalente que venha a substituí-lo. Parágrafo único. Se assim recomendar a situação econômica do indiciado ou réu, a fiança poderá ser: aumentada pelo juiz até vinte vezes.

Gabarito: Certo

Art. 80. No processo penal atinente aos crimes previstos neste código, bem como a outros crimes e contravenções que envolvam relações de consumo, poderão intervir, como assistentes do Ministério Público, os legitimados indicados no art. 82, inciso III e IV, aos quais também é facultado propor ação penal subsidiária, se a denúncia não for oferecida no prazo legal.

TÍTULO III
Da Defesa do Consumidor em Juízo

CAPÍTULO I
Disposições Gerais

Art. 81. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo.

Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de:

I - interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;

II - interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base;

III - interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum.

Art. 82. Para os fins do art. 81, parágrafo único, são legitimados concorrentemente: (Redação dada pela Lei nº 9.008, de 21.3.1995)

I - o Ministério Público,

II - a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal;

III - as entidades e órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, ainda que sem personalidade jurídica, especificamente destinados à defesa dos interesses e direitos protegidos por este código;

IV - as associações legalmente constituídas há pelo menos um ano e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos protegidos por este código, dispensada a autorização assemblear.

§ 1° O requisito da pré-constituição pode ser dispensado pelo juiz, nas ações previstas nos arts. 91 e seguintes, quando haja manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido.

§ 2° (Vetado).

§ 3° (Vetado).

✍ Questão de concurso

(Defensoria Pública/SE/2005 /CESPE) "Considere que um grupo de consumidores tenha sofrido danos materiais e morais em razão da aquisição de automóveis que se incendiaram, logo após a compra, em decorrência de defeitos de fábrica. Nessa situação, terá legitimidade ativa, para ajuizar ação em defesa daquele grupo, ente público de defesa do consumidor, mesmo que seja desprovido de personalidade jurídica."

✍ Comentário:

De acordo com o art.82, III: as entidades e órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, ainda que sem personalidade jurídica, especificamente destinados à defesa dos interesses e direitos protegidos por este código.

Gabarito: Certo

Art. 83. Para a defesa dos direitos e interesses protegidos por este código são admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela.

Parágrafo único. (Vetado).

Art. 84. Na ação que tenha por objeto o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.

§ 1° A conversão da obrigação em perdas e danos somente será admissível se por elas optar o autor ou se impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente.

§ 2° A indenização por perdas e danos se fará sem prejuízo da multa (art. 287, do Código de Processo Civil).

§ 3° Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou após justificação prévia, citado o réu.

§ 4° O juiz poderá, na hipótese do § 3° ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando prazo razoável para o cumprimento do preceito.

§ 5° Para a tutela específica ou para a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz determinar as medidas necessárias, tais como busca e apreensão, remoção de

coisas e pessoas, desfazimento de obra, impedimento de atividade nociva, além de requisição de força policial.

Art. 85. (Vetado).

Art. 86. (Vetado).

✍ **Questão de concurso comentada**

(MP/MG) "Nos termos do Código de Defesa do Consumidor, nas ações civis públicas que tenham por objeto obrigação de fazer ou não fazer, o juiz converterá a obrigação em perdas e danos quando o réu optar pela conversão, comprovando que o pagamento da indenização é equivalente à realização da obrigação pretendida."

✍ **Comentário:**
É quando o autor optar e não o réu.
Gabarito: Errado

Art. 87. Nas ações coletivas de que trata este código não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nem condenação da associação autora, salvo comprovada má-fé, em honorários de advogados, custas e despesas processuais.

Parágrafo único. Em caso de litigância de má-fé, a associação autora e os diretores responsáveis pela propositura da ação serão solidariamente condenados em honorários advocatícios e ao décuplo das custas, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos.

Art. 88. Na hipótese do art. 13, parágrafo único deste código, a ação de regresso poderá ser ajuizada em processo autônomo, facultada a possibilidade de prosseguir-se nos mesmos autos, vedada a denunciação da lide.

Art. 89. (Vetado)

Art. 90. Aplicam-se às ações previstas neste título as normas do Código de Processo Civil e da Lei n° 7.347, de 24 de julho de 1985, inclusive no que respeita ao inquérito civil, naquilo que não contrariar suas disposições.

CAPÍTULO II
Das Ações Coletivas Para a Defesa de Interesses Individuais Homogêneos

Art. 91. Os legitimados de que trata o art. 82 poderão propor, em nome próprio e no interesse das vítimas ou seus sucessores, ação civil coletiva de responsabilidade pelos danos individualmente sofridos, de acordo com o disposto nos artigos seguintes. (Redação dada pela Lei nº 9.008, de 21.3.1995)

Art. 92. O Ministério Público, se não ajuizar a ação, atuará sempre como fiscal da lei.

Parágrafo único. (Vetado).

Art. 93. Ressalvada a competência da Justiça Federal, é competente para a causa a justiça local:

I - no foro do lugar onde ocorreu ou deva ocorrer o dano, quando de âmbito local;

II - no foro da Capital do Estado ou no do Distrito Federal, para os danos de âmbito nacional ou regional, aplicando-se as regras do Código de Processo Civil aos casos de competência concorrente.

Art. 94. Proposta a ação, será publicado edital no órgão oficial, a fim de que os interessados possam intervir no processo como litisconsortes, sem prejuízo de ampla divulgação pelos meios de comunicação social por parte dos órgãos de defesa do consumidor.

Art. 95. Em caso de procedência do pedido, a condenação será genérica, fixando a responsabilidade do réu pelos danos causados.

Art. 96. (Vetado).

Art. 97. A liquidação e a execução de sentença poderão ser promovidas pela vítima e seus sucessores, assim como pelos legitimados de que trata o art. 82.

Parágrafo único. (Vetado).

Art. 98. A execução poderá ser coletiva, sendo promovida pelos legitimados de que trata o art. 82, abrangendo as vítimas cujas indenizações já tiveram sido fixadas em sentença de liquidação, sem prejuízo do ajuizamento de outras execuções. (Redação dada pela Lei nº 9.008, de 21.3.1995)

§ 1° A execução coletiva far-se-á com base em certidão das sentenças de liquidação, da qual deverá constar a ocorrência ou não do trânsito em julgado.

§ 2° É competente para a execução o juízo:

I - da liquidação da sentença ou da ação condenatória, no caso de execução individual;

II - da ação condenatória, quando coletiva a execução.

Art. 99. Em caso de concurso de créditos decorrentes de condenação prevista na Lei n.° 7.347, de 24 de julho de 1985 e de indenizações pelos prejuízos individuais resultantes do mesmo evento danoso, estas terão preferência no pagamento.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, a destinação da importância recolhida ao fundo criado pela Lei n°7.347 de 24 de julho de 1985, ficará sustada enquanto pendentes de decisão de segundo grau as ações de indenização pelos danos individuais, salvo na hipótese de o patrimônio do devedor ser manifestamente suficiente para responder pela integralidade das dívidas.

Art. 100. Decorrido o prazo de um ano sem habilitação de interessados em número compatível com a gravidade do dano, poderão os legitimados do art. 82 promover a liquidação e execução da indenização devida.

Parágrafo único. O produto da indenização devida reverterá para o fundo criado pela Lei n.° 7.347, de 24 de julho de 1985.

CAPÍTULO III
Das Ações de Responsabilidade do Fornecedor de Produtos e Serviços

Art. 101. Na ação de responsabilidade civil do fornecedor de produtos e serviços, sem prejuízo do disposto nos Capítulos I e II deste título, serão observadas as seguintes normas:

I - a ação pode ser proposta no domicílio do autor;

II - o réu que houver contratado seguro de responsabilidade poderá chamar ao processo o segurador, vedada a integração do contraditório pelo Instituto de Resseguros do Brasil. Nesta hipótese, a sentença que julgar procedente o pedido condenará o réu nos termos do art. 80 do Código de Processo Civil. Se o réu houver sido declarado falido, o síndico será intimado a informar a existência de seguro de responsabilidade, facultando-se, em caso afirmativo, o ajuizamento de ação de indenização diretamente contra o segurador, vedada a denunciação da lide ao Instituto de Resseguros do Brasil e dispensado o litisconsórcio obrigatório com este.

Art. 102. Os legitimados a agir na forma deste código poderão propor ação visando compelir o Poder Público

Mary Monteiro CPF: 64409147234

competente a proibir, em todo o território nacional, a produção, divulgação distribuição ou venda, ou a determinar a alteração na composição, estrutura, fórmula ou acondicionamento de produto, cujo uso ou consumo regular se revele nocivo ou perigoso à saúde pública e à incolumidade pessoal.

§ 1° (Vetado).

§ 2° (Vetado)

CAPÍTULO IV
Da Coisa Julgada

Art. 103. Nas ações coletivas de que trata este código, a sentença fará coisa julgada:

I - erga omnes, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento valendo-se de nova prova, na hipótese do inciso I do parágrafo único do art. 81;

II - ultra partes, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, salvo improcedência por insuficiência de provas, nos termos do inciso anterior, quando se tratar da hipótese prevista no inciso II do parágrafo único do art. 81;

III - erga omnes, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, na hipótese do inciso III do parágrafo único do art. 81.

§ 1° Os efeitos da coisa julgada previstos nos incisos I e II não prejudicarão interesses e direitos individuais dos integrantes da coletividade, do grupo, categoria ou classe.

§ 2° Na hipótese prevista no inciso III, em caso de improcedência do pedido, os interessados que não tiverem intervindo no processo como litisconsortes poderão propor ação de indenização a título individual.

§ 3° Os efeitos da coisa julgada de que cuida o art. 16, combinado com o art. 13 da Lei n° 7.347, de 24 de julho de 1985, não prejudicarão as ações de indenização por danos pessoalmente sofridos, propostas individualmente ou na forma prevista neste código, mas, se procedente o pedido, beneficiarão as vítimas e seus sucessores, que poderão proceder à liquidação e à execução, nos termos dos arts. 96 a 99.

§ 4º Aplica-se o disposto no parágrafo anterior à sentença penal condenatória.

Art. 104. As ações coletivas, previstas nos incisos I e II e do parágrafo único do art. 81, não induzem litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada erga omnes ou ultra partes a que aludem os incisos II e III do artigo anterior não beneficiarão os autores das ações individuais, se não for requerida sua suspensão no prazo de trinta dias, a contar da ciência nos autos do ajuizamento da ação coletiva.

TÍTULO IV
Do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor

Art. 105. Integram o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), os órgãos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais e as entidades privadas de defesa do consumidor.

Art. 106. O Departamento Nacional de Defesa do Consumidor, da Secretaria Nacional de Direito Econômico (MJ), ou órgão federal que venha substituí-lo, é organismo de coordenação da política do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, cabendo-lhe:

I - planejar, elaborar, propor, coordenar e executar a política nacional de proteção ao consumidor;

II - receber, analisar, avaliar e encaminhar consultas, denúncias ou sugestões apresentadas por entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado;

III - prestar aos consumidores orientação permanente sobre seus direitos e garantias;

IV - informar, conscientizar e motivar o consumidor através dos diferentes meios de comunicação;

V - solicitar à polícia judiciária a instauração de inquérito policial para a apreciação de delito contra os consumidores, nos termos da legislação vigente;

VI - representar ao Ministério Público competente para fins de adoção de medidas processuais no âmbito de suas atribuições;

VII - levar ao conhecimento dos órgãos competentes as infrações de ordem administrativa que violarem os interesses difusos, coletivos, ou individuais dos consumidores;

VIII - solicitar o concurso de órgãos e entidades da União, Estados, do Distrito Federal e Municípios, bem como auxiliar a fiscalização de preços, abastecimento, quantidade e segurança de bens e serviços;

IX - incentivar, inclusive com recursos financeiros e outros programas especiais, a formação de entidades de defesa do consumidor pela população e pelos órgãos públicos estaduais e municipais;

X - (Vetado).

XI - (Vetado).

XII - (Vetado)

XIII - desenvolver outras atividades compatíveis com suas finalidades.

Parágrafo único. Para a consecução de seus objetivos, o Departamento Nacional de Defesa do Consumidor poderá solicitar o concurso de órgãos e entidades de notória especialização técnico-científica.

TÍTULO V
Da Convenção Coletiva de Consumo

Art. 107. As entidades civis de consumidores e as associações de fornecedores ou sindicatos de categoria econômica podem regular, por convenção escrita, relações de consumo que tenham por objeto estabelecer condições relativas ao preço, à qualidade, à quantidade, à garantia e características de produtos e serviços, bem como à reclamação e composição do conflito de consumo.

§ 1° A convenção tornar-se-á obrigatória a partir do registro do instrumento no cartório de títulos e documentos.

§ 2° A convenção somente obrigará os filiados às entidades signatárias.

§ 3° Não se exime de cumprir a convenção o fornecedor que se desligar da entidade em data posterior ao registro do instrumento.

Art. 108. (Vetado).

TÍTULO VI
Disposições Finais

Art. 109. (Vetado).

Art. 110. Acrescente-se o seguinte inciso IV ao art. 1° da Lei n° 7.347, de 24 de julho de 1985:

"IV - a qualquer outro interesse difuso ou coletivo".

Art. 111. O inciso II do art. 5° da Lei n° 7.347, de 24 de julho de 1985, passa a ter a seguinte redação:

"II - inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, ou a qualquer outro interesse difuso ou coletivo".

Art. 112. O § 3° do art. 5° da Lei n° 7.347, de 24 de julho de 1985, passa a ter a seguinte redação:

"§ 3° Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa".

Art. 113. Acrescente-se os seguintes §§ 4°, 5° e 6° ao art. 5º. da Lei n.° 7.347, de 24 de julho de 1985:

"§ 4.° O requisito da pré-constituição poderá ser dispensado pelo juiz, quando haja manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido.

§ 5.° Admitir-se-á o litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos Estados na defesa dos interesses e direitos de que cuida esta lei. (Vide Mensagem de veto) (Vide REsp 222582 /MG - STJ)

§ 6° Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante combinações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial". (Vide Mensagem de veto) (Vide REsp 222582 /MG - STJ)

Art. 114. O art. 15 da Lei n° 7.347, de 24 de julho de 1985, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 15. Decorridos sessenta dias do trânsito em julgado da sentença condenatória, sem que a associação autora lhe promova a execução, deverá fazê-lo o Ministério Público, facultada igual iniciativa aos demais legitimados".

Art. 115. Suprima-se o caput do art. 17 da Lei n° 7.347, de 24 de julho de 1985, passando o parágrafo único a constituir o caput, com a seguinte redação:

"Art. 17. "Art. 17. Em caso de litigância de má-fé, a associação autora e os diretores responsáveis pela propositura da ação serão solidariamente condenados em honorários advocatícios e ao décuplo das custas, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos".

Art. 116. Dê-se a seguinte redação ao art. 18 da Lei n° 7.347, de 24 de julho de 1985:

"Art. 18. Nas ações de que trata esta lei, não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nem condenação da associação autora, salvo comprovada má-fé, em honorários de advogado, custas e despesas processuais".

Art. 117. Acrescente-se à Lei n° 7.347, de 24 de julho de 1985, o seguinte dispositivo, renumerando-se os seguintes:

"Art. 21. Aplicam-se à defesa dos direitos e interesses difusos, coletivos e individuais, no que for cabível, os dispositivos do Título III da lei que instituiu o Código de Defesa do Consumidor".

Art. 118. Este código entrará em vigor dentro de cento e oitenta dias a contar de sua publicação.

Art. 119. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de setembro de 1990; 169° da Independência e 102° da República.

FERNANDO COLLOR
Bernardo Cabral
Zélia M. Cardoso de Mello
Ozires Silva

Resoluções CMN/Bacen nº 3.694/09 e alterações posteriores: Código de Defesa do Consumidor Bancário

Resolução nº 3.694[1]

Dispõe sobre a prevenção de riscos na contratação de operações e na prestação de serviços por parte de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 26 de março de 2009, com base no art. 4º, inciso VIII, da referida lei,

RESOLVEU:

Art. 1º As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, na contratação de operações e na prestação de serviços, devem assegurar: (Redação dada pela Resolução nº 4.283, de 4/11/2013.)

I - a adequação dos produtos e serviços ofertados ou recomendados às necessidades, interesses e objetivos dos clientes e usuários; (Redação dada pela Resolução nº 4.283, de 4/11/2013.)

II - a integridade, a confiabilidade, a segurança e o sigilo das transações realizadas, bem como a legitimidade das operações contratadas e dos serviços prestados; (Redação dada pela Resolução nº 4.283, de 4/11/2013.)

III - a prestação das informações necessárias à livre escolha e à tomada de decisões por parte de clientes e usuários, explicitando, inclusive, direitos e deveres, responsabilidades, custos ou ônus, penalidades e eventuais riscos existentes na execução de operações e na prestação de serviços; (Redação dada pela Resolução nº 4.283, de 4/11/2013.)

IV - o fornecimento tempestivo ao cliente ou usuário de contratos, recibos, extratos, comprovantes e outros documentos relativos a operações e a serviços; (Redação dada pela Resolução nº 4.283, de 4/11/2013.)

V - a utilização de redação clara, objetiva e adequada à natureza e à complexidade da operação ou do serviço, em contratos, recibos, extratos, comprovantes e documentos destinados ao público, de forma a permitir o entendimento do conteúdo e a identificação de prazos, valores, encargos, multas, datas, locais e demais condições; (Redação dada pela Resolução nº 4.283, de 4/11/2013.)

VI - a possibilidade de tempestivo cancelamento de contratos; (Redação dada pela Resolução nº 4.283, de 4/11/2013.)

VII - a formalização de título adequado estipulando direitos e obrigações para abertura, utilização e manutenção de conta de pagamento pós-paga; (Incluído pela Resolução nº 4.283, de 4/11/2013.)

VIII - o encaminhamento de instrumento de pagamento ao domicílio do cliente ou usuário ou a sua habilitação somente em decorrência de sua expressa solicitação ou autorização; e (Incluído pela Resolução nº 4.283, de 4/11/2013.)

[1] Fonte: http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=res&ano=2009&numero=3694 (acesso em 23/01/14)

IX - a identificação dos usuários finais beneficiários de pagamento ou transferência em demonstrativos e faturas do pagador, inclusive nas situações em que o serviço de pagamento envolver instituições participantes de diferentes arranjos de pagamento. (Incluído pela Resolução nº 4.283, de 4/11/2013.)

Art. 2º As instituições referidas no art. 1º devem divulgar, em suas dependências e nas dependências dos estabelecimentos onde seus produtos são ofertados, em local visível e em formato legível, informações relativas a situações que impliquem recusa à realização de pagamentos ou à recepção de cheques, fichas de compensação, documentos, inclusive de cobrança, contas e outros.

Art. 3º É vedado às instituições referidas no art. 1º recusar ou dificultar, aos clientes e usuários de seus produtos e serviços, o acesso aos canais de atendimento convencionais, inclusive guichês de caixa, mesmo na hipótese de oferecer atendimento alternativo ou eletrônico.

§ 1º O disposto no caput não se aplica às dependências exclusivamente eletrônicas nem à prestação de serviços de cobrança e de recebimento decorrentes de contratos ou convênios que prevejam canais de atendimento específicos.

§ 2º A opção pela prestação de serviços por meios alternativos aos convencionais é admitida desde que adotadas as medidas necessárias para preservar a integridade, a confiabilidade, a segurança e o sigilo das transações realizadas, assim como a legitimidade dos serviços prestados, em face dos direitos dos clientes e dos usuários, devendo as instituições informá-los dos riscos existentes.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as Resoluções nºs 2.878, de 26 de julho de 2001, e 2.892, de 27 de setembro de 2001.

Brasília, 26 de março de 2009.

Henrique de Campos Meirelles
Presidente

✍ **Questões de concurso comentada**

(Banco do Brasil / CESGRANRIO / 2010 - Escriturário) Júlia abriu conta-corrente com direito a crédito. Assinou o contrato e recebeu o cartão para operações no caixa eletrônico e a senha para Internet, mas não recebeu cópia do contrato. Após reunir certa quantia, dirigiu-se ao guichê para efetuar o depósito, quando foi informada de que seu contrato previa a utilização exclusiva dos caixas eletrônicos para esse modelo de operação. Nesse caso, o Banco:

a) agiu com correção, mas a prática só seria aplicável se o contrato tivesse sido entregue à correntista e contivesse a ressalva em destaque.
b) pode limitar a utilização dos guichês para depósito, desde que previsto em contrato e em destaque por ser cláusula restritiva de direitos.
c) pode limitar a utilização dos guichês para depósito, desde que previsto em contrato, independente de destaque.
d) não pode privá-la do acesso aos guichês, ainda que previsto no contrato, salvo se oferecer atendimento alternativo ou eletrônico.
e) não pode se recusar à prestação do serviço no guichê, mesmo que ofereça atendimento alternativo ou eletrônico e a restrição esteja em destaque no contrato.

✍ **Comentário:**
O banco agiu de forma incorreta. De acordo com o art. 3º do Código de Defesa do Consumidor Bancário: "É vedado às instituições referidas no art. 1º recusar ou dificultar, aos clientes e usuários de seus produtos e serviços, o acesso aos canais de atendimento convencionais, inclusive guichês de caixa, mesmo na hipótese de oferecer atendimento alternativo ou eletrônico."
Gabarito: E

Atendimento

Em um cenário em que, cada vez mais, as empresas disputam pela preferência de um mesmo cliente, a qualidade no atendimento se tornou fundamental.

A importância do atendimento a clientes

Inicialmente vamos entender por que atender bem os clientes é tão importante.

Quando um cliente sai de casa para comprar algo, espera receber o melhor pelo dinheiro que irá gastar. Isso significa que estará analisando o mercado com bastante atenção, procurando identificar e escolher a empresa que oferece as melhores condições para a realização do negócio. Para ilustrar esse processo, é importante criar um cenário para um melhor entendimento. Vamos acompanhar dona Francisca na compra de um livro. Ela sai de casa de carro em direção ao centro da cidade, procurando uma livraria. Passa na frente de várias, mas por causa do horário não consegue estacionar seu veículo. Um pouco nervosa, desiste daquela região e vai até outra mais distante, pois sabe que lá não terá problemas de estacionamento. Após parar seu carro, entra na loja e percebe um agradável ambiente, composto por uma decoração leve, iluminação, climatização e, principalmente, o sorriso de atenção de um atendente chamado Daniel, que, vindo em sua direção, se coloca à disposição para auxiliá-la. Apaixonada por livros, dona Francisca faz várias perguntas sobre um determinado autor, e o atendente, demonstrando pleno conhecimento dos produtos, explica com detalhes os aspectos das obras disponíveis daquele autor. Durante a conversa, procura compreender algumas características da cliente. Itens simples como, por exemplo, outros autores pelos quais dona Francisca se interessa, por que ela gosta daquelas obras, quando normalmente lê os livros e outras questões

relacionadas ao assunto. O que Daniel está fazendo é escutando o cliente, para aprender sobre suas necessidades. Assim dessa forma, poderá comunicar-se melhor com dona Francisca, ampliar suas sugestões e efetivamente garantir que o produto atenda às suas necessidades.

Muito contente com as explicações, dona Francisca não só fica com o livro que a motivou ir às compras como também com outro título que despertou sua atenção durante a conversa com o atendente. Em seguida, dirigindo-se ao caixa para efetuar o pagamento, Daniel a acompanha e apresenta a ela a possibilidade de associar-se ao clube de leitores da livraria. Como sócia ela terá vários benefícios, receberá informações sobre lançamentos e poderá participar de eventos e promoções da loja. Dona Francisca se interessa pela proposta e preenche uma ficha de inscrição do clube. Nessa ficha, insere várias informações, como, por exemplo, quem são as pessoas de sua família, faixas etárias, hábitos, interesses, hobbies, etc. Após o preenchimento, feito em uma mesinha especialmente destinada para esse fim, ela vai ao caixa e percebe que a livraria oferece várias opções de pagamento: cartões de crédito, cheque e também dinheiro. Realizado o pagamento, a cliente é acompanhada pelo atendente até a saída, que agradece sua visita e se despede.

Durante o trajeto de volta para casa, ela pensa no excelente negócio que fez, apesar de ter tido que andar um pouco mais. "Puxa vida, encontrei o que eu precisava, fui muito bem atendida e agora estou participando de um clube de leitores! Além disso, pude pagar da melhor maneira.

Nossa! Nem pensei em pedir aquele descontinho como normalmente faço em todas as lojas. Mas isso não importa, estou contente e fiz um bom negócio...", pensou dona Francisca, já imaginando os momentos de leitura de seu autor preferido. À noite, em uma festa de aniversário, ela comentou com vários amigos sobre a livraria, criando uma imagem positiva da empresa e com certeza influenciando na decisão futura de compra de outras pessoas.

✍ Comentário

Você está no palco por isso tem que impressionar, ter uma visão sistêmica do todo, desde o primeiro contato com o cliente seja por telefone ou pessoalmente, demonstrar todo interesse em satisfazê-lo da melhor maneira, seja com informações do produto como fez o vendedor Daniel, ou sendo consultor do seu cliente. Pegamos o setor bancário, hoje o que o cliente quer, é que o gerente da conta seja o seu consultor, ele que tem de saber qual é a melhor aplicação, informar sobre novos produtos não deixando espaço para a insatisfação e a procura por um novo banco. Hoje o atendimento deve estar direcionado para o foco do cliente e não mais no cliente e estar ao lado dele, ser detetive, pois com certeza, nós só indicamos o que realmente faz a diferença.

Vamos agora destacar alguns pontos importantes sobre atendimento a clientes que essa loja realizou. Tudo começou muito antes da compra de dona Francisca, quando sua localização foi definida a partir da compreensão do perfil dos clientes que seriam atendidos. Como havia grande possibilidade de eles terem carros, optou-se por um local um pouco mais distante, mas com fácil estacionamento. Sabia-se também que o cliente de uma livraria aprecia um ambiente propício para a escolha dos livros e, dessa maneira, foi criado um local bem decorado e agradável, com a sinalização necessária. O empresário também sabia que os clientes têm vários tipos de personalidade e treinou a equipe de atendimento para proceder de acordo com essas variações. Um cliente comunicativo significava que o atendente poderia buscar uma aproximação dialogada com maior intensidade. Já no caso de um cliente introspectivo o atendente simplesmente se colocaria à disposição para orientações caso solicitado. Além disso, em vários momentos do dia-a-dia, o próprio empresário procura estar na loja em contato com sua equipe e com os clientes, percebendo virtudes e necessidades de melhoria em vários aspectos do negócio. Tudo isso porque o empresário dessa livraria tem a consciência de que um atendimento de excelência geralmente tem início nos exemplos, na atenção e nas atitudes das pessoas que dirigem a empresa, especialmente no que diz respeito à criação de um ambiente interno motivador e de satisfação. Assim, no caso de dona Francisca, o atendente percebeu de imediato algumas de suas características de interesse e de seu perfil e assim pôde aproximar-se e conversar um pouco sobre seu autor preferido. Note que para fazer isso o próprio atendente precisou conhecer anteriormente os produtos da livraria, para prestar um excelente serviço de informações. Sua afinidade com livros foi identificada no processo de seleção, e essa foi uma das principais razões de ter sido contratado. Perceba como essa sequência de fatores contribuiu para a excelência no atendimento de dona Francisca. Esse efeito de encantamento foi imediatamente transformado em satisfação e em negócios, pois a cliente acabou comprando dois livros.

Mas a coisa não pára por aí. A empresa, ciente da importância de conhecer cada vez mais as necessidades dos clientes, criou um dispositivo chamado clube de leitores e convidou dona Francisca para participar. Quando ela preencheu ficha de inscrição, estava transferindo preciosas informações para a empresa, que as utilizará para fazer relacionamento e assim tornar-se a referência entre as livrarias da cidade. Ou seja, sempre que precisarem de uma livraria, clientes satisfeitos estarão associando imediatamente sua necessidade com

a imagem da empresa. E, o que é melhor, comentando com outras pessoas.

Portanto, dona Francisca irá receber notícias da livraria através de mala direta e também informações via internet ou por telefone, podendo participar de campanhas promocionais e recebendo incentivos para novas compras. Imagine quantos negócios essa empresa poderá fazer nos próximos dez anos somente com a família dessa cliente.

Completando o processo de atendimento, a empresa ofereceu várias formas de pagamento a dona Francisca. Podemos dizer que essa livraria está atuando de uma forma muito competente na sua relação com o cliente, pois, de várias maneiras, ela procura entender as necessidades dele, direcionando seus processos para oferecer soluções. Tudo isso de um jeito agradavelmente interessante.

Os aspectos essenciais

Cada empresa tem suas características específicas e, com certeza, seus processos de atendimento irão refletir essas diferenças. No entanto, existem alguns aspectos essenciais que, mesmo sendo tratados de maneiras diferentes, devem ser compreendidos e colocados em prática da forma mais adequada ao negócio.

São eles: a compreensão das necessidades dos clientes, a comunicação durante o atendimento, a percepção, a empatia e o treinamento. Vamos agora detalhar cada um desses aspectos:

A compreensão das necessidades dos clientes

Compreender o cliente significa entender suas necessidades e as formas como ele se relaciona com o mundo.
Para isso, as empresas devem obter informações preciosas de diversos tipos, como vontades, hábitos, possibilidades e, principalmente, expectativas do cliente em relação ao produto/serviço oferecido. Essas informações podem ser conseguidas de diversas maneiras: através de pesquisas formais, do contato diário, de literatura e também de informações disponíveis em entidades relacionadas ao setor, como associações, sindicatos etc., assim como na internet. Dessa maneira, conhecer o cliente é a base de tudo, pois é a partir desse conhecimento que a percepção de oportunidade se consolida e estratégias do negócio podem ser desenvolvidas. Ou seja, essas informações são tão importantes que influenciam a escolha de fornecedores, os tipos e as quantidades de produtos e serviços oferecidos, os canais de comunicação com o mercado, a formação do preço, as instalações da loja e muitos outros fatores.

Portanto, esta deve ser uma atividade incessante da empresa, envolvendo todos os empregados, especialmente a equipe de vendas. Mas não basta somente obter informações, é preciso refletir sobre elas para tomar decisões conscientes e coerentes com os aspectos percebidos.

Muitos exemplos podem ser citados, como o caso de uma lanchonete localizada próxima de várias empresas que não aceitava os chamados vales-alimentação, a principal moeda utilizada pelas pessoas que trabalhavam na região e que procuravam um local para almoçar. O resultado dessa política foi a perda de clientes, que somente retornaram após a mudança na forma de pagamento. Mas essa mudança só ocorreu vários meses depois, o que acarretou um período de prejuízos que poderia ter sido evitado.

Já um exemplo a ser seguido é o de um empresário que todos os dias ligava para quatro pessoas: um cliente atual, um ex-cliente, um potencial cliente e um fornecedor. Assim, ao final de um ano, teve contato direto com centenas de pessoas ligadas diretamente ao seu negócio, entendendo necessidades e identificando eventuais oportunidades e problemas.

Dessa forma pôde tomar decisões com maior chance de acertos.

A comunicação no atendimento a clientes

A comunicação é um processo inerente ao ser humano. É através dela que o indivíduo ou grupo interage com outros indivíduos ou grupos, recebendo suas impressões sobre o que foi comunicado. É algo como um professor perguntar para sua sala se a matéria que acabou de ensinar foi compreendida.

Portanto, o processo de comunicação é composto de quatro elementos: emissor, receptor, mensagem e retorno, também conhecido como *feedback*. Além disso, o processo de comunicação realiza-se por vários meios, principalmente através da fala, da escrita e da expressão corporal. Através desses meios os seres humanos interagem com o mundo.

É importante perceber que os meios de comunicação influenciam uns aos outros. Assim, não basta simplesmente a comunicação verbal ocorrer, pois outros meios podem fazer com que a mensagem seja compreendida de forma diferente daquela que se deseja transmitir.

Você pode fazer um teste simples: experimente dizer a palavra sim e ao mesmo tempo balançar a cabeça para a esquerda e para a direita. Se você estiver se comunicando como neste exercício, a pessoa receptora ficará em

Mary Montefusco CPF: 64091472347

dúvida a respeito do que você está querendo transmitir. Ela não irá saber se a mensagem significa sim ou não.

É também bastante conhecida aquela frase de um vendedor de geleias que, ao abordar seus clientes dizia: "Senhor, não quer nada hoje, não?". Se observarmos a frase detalhadamente, iremos notar que existem três palavras negativas: a palavra "não", citada duas vezes, e a palavra "nada". Dessa forma, as palavras utilizadas na frase são contrárias à intenção da mensagem, o que facilita ao cliente a resposta: "não, realmente não quero". Dessa forma, para que o processo de comunicação ocorra de forma perfeita, é preciso completa integração entre os vários meios de comunicação. Uma equipe de vendas deve saber muito bem esses princípios, no sentido de adotar os melhores meios para cada situação e assim poder se comunicar bem com seus clientes.

Outro fator importante é a maneira como o ser humano se apresenta ao mundo. Assim, uma impecável apresentação, traduzida pela utilização de uniformes, crachás, cabelos penteados e barba aparada para os homens e maquiagem para mulheres, também influencia o processo de comunicação.

✍ **Comentário**

Portanto, comunicação é um assunto a ser tratado frequentemente com a equipe de vendas e também com todos os empregados, ressaltando sempre que um bom negócio começa com uma boa comunicação, porque a maneira de como nós nos comunicamos está dividida da seguinte forma: 55% a linguagem corporal, não esqueçam que o corpo, fala 38% é o tom de voz e 7% é a palavra.

A percepção e a empatia

Outros dois aspectos muito importantes na questão do atendimento ao cliente são a percepção e a empatia. De forma bastante simples podemos dizer que a percepção é a maneira como avaliamos uma pessoa, e a maneira adequada de tratar os clientes é deixar de lado as impressões pessoais e os preconceitos. Caso isso não ocorra, é provável que uma pessoa seja julgada pela maneira como está vestida e assim caracterizada pelo atendente que a julgou, que decide que ela não é cliente para os produtos da loja. Com certeza esse julgamento inicial irá influenciar na comunicação que será realizada, muitas vezes prejudicando um excelente negócio. Já a empatia é a capacidade de colocar-se no lugar da outra pessoa e de ver o mundo sob seu ponto de vista. Ao colocar-se nessa posição, passa a ser possível identificar vários fatores que podem ser considerados na realização de uma negociação positiva. Outro aspecto importante nessa questão da empatia é a capacidade de ouvir o outro lado. Ouvir significa prestar atenção ao que o outro diz, e não simplesmente escutar. Se um atendente de uma loja não ouve o que o cliente diz, como poderá então captar as informações necessárias ao atendimento de suas necessidades? Esse fator é fundamental, principalmente nos atendimentos feitos pelo telefone.

Cuidados no atendimento

O atendimento a clientes é fundamental para o sucesso de uma empresa. Podemos então listar algumas perguntas que devem receber a atenção dos dirigentes e também dos empregados, especialmente a equipe de vendas, para que o atendimento supere as expectativas dos clientes e seja excelente:

• As necessidades e os desejos dos clientes são claros para os integrantes da empresa?

• Quais são os processos de comunicação da loja com o cliente que permitem a compreensão desses desejos e necessidades? Com que frequência são realizados?

• Os produtos e serviços oferecidos, bem como a estrutura da loja e as formas de pagamento, estão adequados aos clientes?

• A equipe de vendas conhece os produtos, serviços, promoções e propagandas em detalhes? E os outros empregados?

• A equipe de vendas recebe treinamento constante sobre novos produtos e serviços e técnicas de atendimento?

• Os empregados da empresa trocam informações entre si no sentido de melhorar cada vez mais o atendimento aos clientes?

• Os empregados estão satisfeitos em trabalhar na empresa?

• Existem procedimentos e atitudes que estimulam os empregados a ser excelentes (benefícios, incentivos, reconhecimento, remuneração etc.)

Identifique o cliente: mantenha seu marketing em foco

A essência de um bom atendimento ao cliente é conhecer seu público-alvo. A mensagem aqui é simples: você não quer dar atenção excessiva a clientes que não terão atitude recíproca sendo bons compradores do seu produto ou serviço. Invista em clientes que apreciem os benefícios oferecidos e que mostrem satisfação ao desejarem pagar por esses benefícios.

Aqui há duas dicas para atingir seu objetivo:

Pare de pensar em termos de participação no mercado. Em vez disso, pense em "participação do cliente", de quanta lealdade e dinheiro um indivíduo pretende gastar no produto que você está vendendo. O objetivo de um *marketing* personalizado deve ser aumentar a participação do cliente.

Marly Monteiro CPF: 64409147234

Aprenda como identificar clientes "ruins". Clientes que só compram seu produto quando está com desconto, caso contrário, compram de um concorrente e que, quando compram o seu produto, sempre reclamam dele, não merecem seu tempo nem sua atenção.

Uma coisa é identificar um cliente leal, outra é cultivar essa lealdade. Para fazer isso, é preciso conhecer seus clientes.

Aprenda sobre seu cliente: conhecimento é poder

Para ganhar um cliente, você precisa conhecê-lo melhor do que qualquer outro concorrente.

Aqui estão duas formas já comprovadas para aprender mais sobre seus clientes:

Incentive-os a compartilhar informações entre si.

Use a tecnologia para ter maior alcance. A presença da Internet pode ser uma ferramenta poderosa e multifuncional de atendimento ao cliente. Além de usar sites da Web para obter o *feedback* de clientes, as empresas podem conquistá-los individualmente através de e-mails. Os empresários parecem estar começando a entender como isso funciona: uma pesquisa feita pela Gallup Organization, em 2001, sobre o uso da Internet por pequenas empresas descobriu que 37% das 500 empresas que tiveram êxito possuíam um site na Web e mais da metade desse grupo de pessoas bem informadas trocavam e-mails diariamente com os clientes.

Quanto mais você conhece seu cliente, mais fácil fica envolvê-lo em propostas amigáveis que dificultam a procura pelo concorrente. A tecnologia possibilita que essas propostas individuais sejam institucionalizadas em toda a empresa. Solicite um travesseiro antialérgico em um hotel Ritz-Carlton, e sua preferência se tornará conhecida rapidamente em toda essa cadeia de hotéis.

Ela rapidamente acrescenta que não há razão por que pequenos negócios também não possam se beneficiar da tecnologia. "Há muita tecnologia economicamente acessível e sempre há maneiras de aprimorar o que você está fazendo". "Pense em quem são seus clientes e o que você precisa fazer para conquistá-los."

Atenda seu cliente: seja o mestre do seu universo

O fornecimento de um produto ou serviço, que seja o núcleo do relacionamento empresa-cliente, deixa as pequenas empresas tanto em vantagem quanto em desvantagem em relação às grandes concorrentes.

Para aumentar sua vantagem competitiva na área de controle, uma pequena empresa deve prestar atenção em três variáveis:

Local: seja através de uma loja, um catálogo ou um site da Web, o(s) canal(is) que você utiliza deve(m) ser o mais compatível(is) possível com o que você vende ou produz. Insisto que os empresários vejam o ambiente que os chocolates Godiva criaram no site Godiva.com, que, segundo ele, está totalmente em sincronia com suas lojas.

Processo: estas são as "regras, diretivas e procedimentos" que orientam e governam um negócio e influenciam diretamente a experiência do consumidor. A grande vantagem de um pequeno negócio, é a de que ele pode mudar as regras até começarem a dar certo.

Desempenho: isso se refere ao estilo das transações e interações, sejam dentro da loja ou on-line. Em empresas onde os funcionários estão atentos, o melhor professor para eles é o comportamento do próprio dono. Ser um bom modelo pode ter um impacto significativo.

✍ **Questões de concurso comentadas**

(Caixa Econômica Federal / CESGRANRIO/Técnico Bancário/2008) Em um treinamento interno para a equipe de atendimento de uma agência bancária, um consultor afirmou que uma etapa importante na realização de uma venda é a pré-abordagem, que consiste na(o)

a) Utilização da técnica AIDA (despertar atenção, manter o interesse, aumentar o desejo e motivar para a ação).
b) Aprendizagem sobre a empresa ou grupo de consumidores que se constituem em clientes potenciais.
c) Prospecção dos clientes potenciais, definido as indicações por níveis de interesse e capacidade financeira.
d) Reconhecimento dos sinais de compra emitidos pelos clientes potenciais, como gestos e comentários positivos.
e) Acompanhamento da satisfação dos clientes potenciais, observando se os mesmos repetem a compra.

✍ **Comentário**
Fazer uma análise do seu cenário de atuação é de grande importância para qualquer organização ou serviço. Com isso, realizar a pré-abordagem é conhecer e analisar todos os fatores que envolvem o atendimento. Conhecer a empresa e os clientes potenciais é de necessário para o bom atendimento.
Gabarito: B

Marketing em empresas de serviços: Marketing de relacionamento

Marketing de relacionamento é a criação de fidelidade do cliente e baseia-se na ideia de que clientes importantes precisam de atenção contínua. Com este conceito, a empresa não está simplesmente buscando uma simples venda ou transação, mas ela quer demonstrar ao cliente que ela dispõe de recursos para atender as necessidades dele da melhor forma possível. Ela tem em vista um cliente importante que gostaria de vender não somente agora, mas também no futuro, em outras palavras, criando um relacionamento comprometido. Complementando que *marketing* de relacionamento é a criação da fidelidade do cliente e, para esse fim, as empresas usam combinações de produto, preço, promoção e serviço. O *marketing* de relacionamento é o da origem de um vínculo relacional com o cliente, com o intuito de desenvolver sentimentos de familiaridade, confiança e credibilidade do mesmo quanto a uma marca ou com a instituição.

Também se pode definir o *marketing* de relacionamento como uma relação valorizada, na qual o cliente percebe valor, porque os benefícios recebidos na entrega do serviço superam significativamente os custos da sua obtenção. Para a empresa, esta é uma relação lucrativa que acontecerá ao longo do tempo, na qual os benefícios de atender os clientes podem ir além das receitas, contribuindo com o conhecimento e o prazer obtidos de se trabalhar com eles. Ainda se pode dizer que o *marketing* de relacionamento é um processo no qual são construídas alianças de longo prazo com clientes atuais e, como em perspectiva de forma, no qual tanto o vendedor como o comprador trabalham em direção a um conjunto comum de objetivos específicos. O alcance dos mesmos acontecerá mediante fatores como a compreensão da necessidade dos clientes, o tratamento de clientes como parceiros, a segurança de que os funcionários da empresa satisfaçam as necessidades dos consumidores e o fornecimento da melhor qualidade possível relativa às necessidades individuais para os consumidores.

✍ Questões de concurso comentadas

(Caixa Econômica Federal/ CESPE / Técnico Bancário/ Administrativo/2010) Quanto ao *marketing* de relacionamento, assinale a opção correta.

a) Ao adotar práticas de *marketing* de relacionamento, o técnico bancário terá como principal objetivo conquistas novos clientes.
b) As estratégias desenvolvidas no *marketing* de relacionamento contemplam prioritariamente ações de curto prazo.
c) O *marketing* de relacionamento pressupõe dialogo entre empresa e clientes, devendo a comunicação ser individual.
d) *Marketing* de relacionamento faz referência estrita à relação com clientes.
e) *Marketing* de relacionamento demanda interações com clientes, mas essas interações não devem ser frequentes.

✍ ***Comentário***
Conforme estudado anteriormente, as organizações estão constantemente à procura da satisfação e da fidelidade de seus clientes e fornecedores a longo prazo. Para tanto, as mesmas utilizam, o marketing de relacionamento como ferramenta, que baseia-se em ações individuais para cliente e fornecedores. Com isso, o diálogo entre a empresa e o cliente também necessita ser uma comunicação individual.
Gabarito: C

(Caixa Econômica Federal/ UnB/CESPE - Técnico Bancário e Técnico Bancário Tecnologia da Informação de 2010) Um profissional que atua com *marketing* de relacionamento tem como meta prioritária

a) criar um bom relacionamento interno entre os colaboradores da empresa
b) desenvolver relacionamentos genéricos e simultâneos com diversos clientes
c) conquistas novos clientes a médio e longo prazos.
d) conquistas novos clientes a curto prazo.
e) manter clientes a médio e longo prazos.

✍ **Comentário**
Atualmente, pode-se notar que as empresas demonstram preocupação com o marketing de relacionamento e as que o dispõem, ganham um diferencial competitivo importante, o qual resulta em benefícios inclusive a longo prazo. É preciso perceber que é vantajoso construir e sustentar relacionamentos com todos os papéis importantes nas ações de marketing.
Criar esse estreitamento da empresa com seus clientes e fornecedores é um diferencial para manter os mesmos por um período de médio e longo prazo.
Gabarito: E

(Caixa Econômica Federal/ UnB/CESPE/ Técnico Bancário - Tecnologia da Informação /2010) A interação entre clientes de um banco e o portal desse banco na internet é classificada, no setor de serviços, como *marketing*

a) de produtos.
b) interativo.
c) modelar.
d) interno.
e) externo.

✍ **Comentário**
Ao falar-se em banco questão física e banco na internet, questão visual pode-se concluir que está dentro do

marketing externo, pela importância visual, praticidade e a aproximação com o cliente fora da parte física, pode-se resumir como praticidade.
Gabarito: E

(Caixa Econômica Federal – Concurso Público Edital No 01/2008-SUDHU/ Técnico Bancário/2008) Ao elaborar o plano de *marketing* para 2008, os executivos de uma instituição financeira desenvolveram uma série de ações para ampliar o relacionamento com os clientes. Eles esperam que a implantação de estratégias de *marketing* de relacionamento leve a organização a

a) Aumentar os custos de transações e tempo, de forma que as negociações sejam discutidas a cada vez.
b) Construís um clima de relacionamento confiável, em curto prazo, com clientes, distribuidores e atendentes.
c) Desenvolver boas relações com as partes interessadas no negócio, mantendo lucratividade em longo prazo.
d) Destacas os laços econômicos, técnicos e sociais entres os membros da organização, em suas campanhas de propaganda.
e) Oferecer aos clientes bons serviços e alta qualidade, a preços elevados, por um prolongado período de tempo.

✍ **Comentário**
A integração do *marketing* de relacionamento com os clientes é uma das estratégias de negócios que pode ser o diferencial em organizações bem-sucedidas. Criar ações voltadas para a ferramenta do *marketing* de relacionamento mantém os clientes fieis por um longo período com a organização e consequentemente mantém a lucratividade da empresa por um período maior.
Gabarito: C

Satisfação, valor e retenção de clientes

"Já não basta simplesmente satisfazer clientes. É preciso encantá-las."

Somente empresas centradas nos clientes são verdadeiramente capazes de construir clientes, e não apenas produtos, e são hábeis em engenharia de mercados, não apenas em engenharia de produtos. O Departamento de *marketing* só pode ser eficaz em empresas onde os vários departamentos e funcionários tenham projetado e implementado um sistema de entrega de valor ao cliente superior ao da concorrência. Eles formam uma expectativa de valor e agem com base nela. A probabilidade de satisfação e repetição da compra depende de a oferta atender ou não a essa expectativa de valor. Valor entregue ao cliente é a diferença entre o valor total para o cliente e o custo total para o cliente. O valor total para o cliente é o conjunto de benefícios que os clientes esperam de um determinado produto ou serviço. O custo total para o cliente é o conjunto de custo em que os consumidores esperam incorrer para avaliar, obter, utilizar e descartar um produto ou serviço. Além do custo monetário, o custo total para o cliente inclui os custos de tempo, de energia física e psíquicos do comprador, que leva em conta esses custos juntamente com o custo monetário para formar um quadro do custo total para o cliente. Satisfação consiste na sensação de prazer ou desapontamento resultantes da comparação do desempenho (ou resultado) percebido de um produto em relação às expectativas do comprador. Fica claro por essa definição que a satisfação é função de desempenho e expectativas percebidos. Se o desempenho não alcançar as expectativas, o cliente ficará insatisfeito. Se o desempenho alcançar as expectativas, o cliente ficará satisfeito, se o desempenho for além das expectativas, o cliente ficará altamente satisfeito ou encantado. A proposta de calor de uma empresa é muito mais do que se posicionar em um único atributo; é uma declaração sobre a experiência resultante que os clientes obterão com a oferta e seu relacionamento com o fornecedor. A marca deverá representar uma promessa relativa à experiência total resultante que os clientes podem esperar. Se a promessa será ou não cumprida, depende da capacidade da empresa em gerir seu sistema de entrega de valor. O sistema de entrega de valor inclui todas as experiências de comunicação e canais que o cliente terá a caminho da obtenção da oferta. Para empresas centradas no cliente, a satisfação de clientes é ao mesmo tempo uma meta e uma ferramenta de *marketing*. Empresas que alcançam altos índices de satisfação de clientes fazem questão que seu mercado-alvo saiba disso.

✍ **Comentário**

Existem formulários para serem preenchidos com sugestões ou reclamações de produtos e serviços em diversos lugares. Adicionar formas de sintonizar a satisfação dos clientes, pois muitos deixam de comprar simplesmente sem reclamar. Assim, medir a satisfação do cliente seria também, medir a quantidade de vendas do produto periodicamente, é uma delas, outra seria contatar clientes para medir a satisfação até com relação a concorrentes.

Outro aspecto, é saber administrar custos no investimento para a satisfação, pode ter lucros ou prejuízo, dependendo da forma aplicada.

Gastar mais para aumentar a satisfação de clientes pode desviar recursos referentes ao aumento da satisfação dos demais 'parceiros'. Por fim, a empresa deve operar com base na filosofia de que está tentando alcançar um alto

nível de satisfação de clientes, assegurando, pelo menos, níveis aceitáveis de satisfação dos demais públicos interessados, considerando as limitações de seus recursos. Ao determinar esses níveis, a empresa deve ter cuidado para não violar o senso de justiça de cada um dos diversos grupos de públicos interessados no que diz respeito ao tratamento que estão recebendo. Uma empresa inteligente cria um alto nível de satisfação de funcionários, que leva a um esforço maior, que leva a produtos e atendimento de melhor qualidade, que criam maior satisfação de clientes, que leva a negócios mais regulares, que levam a maiores taxas de crescimento e lucro, que levam a um alto nível de satisfação de acionistas, que leva a mais investimentos e assim por diante. Esse é o círculo virtuoso que significa lucros e crescimento. Empresas de alto desempenho estão cada vez mais focalizando a necessidade de gerenciar processos centrais de negócios, como desenvolvimento de novos produtos, atração e retenção de clientes e atendimento de pedidos. Estão realizando a reengenharia dos fluxos de trabalho e desenvolvendo equipes multifuncionais responsáveis por cada processo. As empresas estão chegando à conclusão de que alguns dos recursos sob seu controle não apresentam um desempenho tão satisfatório quanto aqueles que poderiam ser obtidos fora da empresa. Muitas empresas atualmente têm optado pela terceirização de recursos menos essenciais, quando estes podem ser adquiridos fora da organização com melhor qualidade ou a custos mais baixos.

Entrega de valor e satisfação para o cliente

A tarefa da empresa é examinar seus custos e seu desempenho em toda atividade que gera valor e buscar meios de melhorá-los. A empresa deve ter os custos e o desempenho de seus concorrentes como modelos com os quais comparar seus custos e desempenho. Á medida que for capaz de apresentar desempenho superior aos de seus concorrentes, ela poderá alcançar uma vantagem competitiva. O sucesso da empresa depende não apenas do grau de excelência com que cada departamento desempenha seu trabalho, mas também do grau de excelência da coordenação das diversas atividades departamentais. Muito frequentemente, os departamentos das empresas agem para maximizar seus lucros, e não os da empresa e dos clientes." "Para ter sucesso, a empresa também deve buscar vantagens competitivas, além de operações nas cadeias de valor de seus fornecedores, distribuidores e clientes. Atualmente, muitas empresas têm formado parcerias com fornecedores e distribuidores para criar uma rede de entrega de valor superior (também denominada cadeia de suprimento).

✍ **Comentário**

Atração e retenção de clientes

Os clientes de hoje são mais difíceis de agradar. São mais inteligentes, mais conscientes em relação aos preços, mais exigentes, perdoam menos e são abordados por mais concorrentes com ofertas iguais ou melhores.

Os clientes potenciais podem ser classificados como quentes, mornos e frios. A força de vendas entra em contato com os clientes potenciais quentes e trabalha para convertê-los, o que envolve a realização de apresentações, respostas a objeções e negociação.

Não basta dominar as técnicas para atrair novos clientes; a empresa deve retê-los. Muitas empresas possuem um alto índice de rotatividade de clientes – ou seja, conquistam novos clientes e perdem muitos deles. É como sistematicamente adicionar água a uma panela que possui um pequeno furo. As empresas de hoje devem dar mais atenção a seu índice de abandono de clientes.

Necessidades de retenção de clientes

Infelizmente, a maior parte da teoria e prática de *marketing* concentra-se na arte de atrair novos clientes, em vez de na retenção dos existentes. Tradicionalmente, a ênfase tem sido na realização de vendas, em vez de na construção de relacionamentos; em pré-vendas e vendas, em vez de na assistência pós-venda. Como clientes fiéis representam um volume substancial dos lucros de uma empresa, esta não se deve arriscar a perder um cliente por desconsiderar uma queixa ou discutir uma pequena quantia.

Para fortalecer a retenção de clientes, é essencial construir elevadas barreiras à mudança. Os clientes são menos propensos a mudar para outros fornecedores se isso envolver altos custos de capital, altos custos relacionados à pesquisa de fornecedores ou a perda de descontos para clientes fiéis.

Embora as associações abertas sejam boas para a construção de um banco de dados ou para tirar clientes da concorrência, as associações de acesso limitado são as que mais constroem fidelidade a longo prazo. Taxas e restrições à associação impedem que aqueles com apenas um interesse superficial pelos produtos da empresa se associem." "Algumas empresas tomam medidas para reunir seus clientes a fim de que se conheçam e desfrutem da companhia uns dos outros. Os maiores clientes demandam um serviço considerável e recebem os maiores descontos. Os clientes menores pagam o preço integral e recebem um mínimo de serviço, mas os custos de transação com pequenos clientes reduzem sua lucratividade. Os clientes de porte médio recebem um bom atendimento e pagam o preço quase integral – e frequentemente são os mais lucrativos. Espera-se que a vantagem competitiva seja vista como uma vantagem de clientes. Se o cliente pouco se importa com a vantagem

competitiva da empresa, então não será uma vantagem de clientes. As empresas lutam para construir vantagens de clientes sustentáveis e significativas. As que conseguem entregam valor e satisfação elevados para os clientes, e o que gera um alto índice de recompras e, portanto, alta lucratividade para a empresa.

Satisfação do cliente

A satisfação do cliente, segundo Hoffman e K. Douglas (2001, p. 28) é alcançada quando suas percepções satisfazem ou excedem suas expectativas. A satisfação, propiciada por um produto, serviço ou sentimento é função direta do desempenho percebido e das expectativas. Se o desempenho ficar distante das expectativas, o cliente ficará insatisfeito. Se atender às suas expectativas, ficará satisfeito. Se exceder às expectativas ficará altamente satisfeito ou encantado.

A definição de satisfação enfatiza que a satisfação é função do desempenho percebido e das expectativas. Se as expectativas foram confirmadas o cliente está satisfeito. Se as percepções e expectativas não forem iguais dize-se que a expectativa foi quebrada.Se a percepção ficou aquém do que era esperado, o resultado será a quebra de expectativa negativa que desencadeia a deserção do cliente.

Marketing de Relacionamento

Marketing de relacionamento como a atração, a manutenção e o aprimoramento de relacionamento com clientes. A atração de novos clientes deveria ser vista apenas como um passo intermediário no processo de *marketing*, solidificar relacionamentos, transformar clientes indiferentes em leais e servi-los deveria ser considerado *marketing*. A fidelização de clientes era uma forma de alcançar maior competitividade das empresas e maior satisfação dos clientes.

Há um grande destaque que antes da Revolução Industrial o pensamento das empresas era o de que o seu negócio coincidia exatamente com "a participação no cliente". O lojista era o responsável pelo *marketing* e levava um banco de dados na cabeça. Atualmente, a tecnologia da informação possibilita às grandes empresas serem tão eficazes nos relacionamentos pessoais quantos os lojistas daquela época. Cada vez mais as empresas estão aprendendo a personalizar em massa seus produtos e serviços, de forma a oferecer produtos customizados para seus clientes em resposta às suas interações e expectativas.

Autores como Bretzke (2000) e Gordon (1998) concordam em que não se deve subestimar as outras variáveis do *marketing* mix, como o posicionamento, produto, preço e canais de distribuição, e que a empresa deve estar preparada para traduzir em todos os aspectos de sua gestão a proposição de valor que o cliente entende e valoriza. Ainda em relação aos "4 Ps" do *marketing*, Gordon (1998) aponta algumas mudanças impactantes advindas do *marketing* de relacionamento:

• **Produto:** quando devidamente implementado, o *marketing* de relacionamento resulta em produtos que são cooperativamente projetados, desenvolvidos, testados, orientados, fornecidos, instalados e aprimorados. Produtos e serviços são consequência de um processo de colaboração que cria valores que os clientes querem, para cada componente do produto e seus serviços associados.

• **Preço:** como com o *marketing* de relacionamento, o produto varia conforme as preferências e os preceitos dos clientes, o valor também vai mudar proporcionalmente. O preço deverá refletir as escolhas feitas e o valor criado a partir destas escolhas.

• **Promoção**: com o *marketing* de relacionamento o cliente tem oportunidade de decidir como ele deseja se comunicar como a empresa e de que maneira isso se dará.

• **Praça/distribuição:** o *marketing* de relacionamento considera a distribuição a partir da perspectiva do cliente que decide onde e como comprar o que a empresa/vendedora oferta.

Gordon (1998) destaca ainda a importância dos 11 Cs do *Marketing* de Relacionamento. Das diversas variantes, a que endossa o *marketing* de relacionamento e mais se aproxima da visão de cliente atual é o conceito dos 11Cs, que trata dos seguintes vetores:

Cliente: quais os clientes que serão atendidos, as estratégias a serem seguidas, os objetivos a serem alcançados, os veículos a serem utilizados, etc.

Capacidades: garantindo que os elementos de valor estejam disponíveis em escala, enfoque e qualidade suficientes.

Cuidados com os clientes: ligado ao atendimento e relacionamento personalizado.

Custo, lucratividade e valor: segmentando e clusterizando os clientes de acordo com seu perfil de relacionamento com a empresa (RFV)

Colaboração e integração: conceito intrinsecamente alinhado à nova proposta de relacionamento da empresa com seus clientes.

Customização: enfocando desde aspectos do desenvolvimento do produto/serviço, como aspectos da produção, distribuição, marketing e relacionamento.

Comunicação: interação e posicionamento, referentes à forma de divulgação do produto/serviço.

Cálculos sobre o cliente: ligado à percepção do cliente em relação à empresa e seus produtos/serviços.

Controle do contato com os processos de compra/monetários: parâmetro que visa garantir a credibilidade e reputação do processo básico de transação comercial.

Cadeia de relacionamentos: que trata das cada vez mais relevantes redes de negócios, sociais e colaborativas com participação de empresas e consumidores.
Categorias: definindo o alcance das ofertas de produtos/serviços a serem ofertados.

✍ **Questões de concurso comentadas**

(Caixa Econômica Federal /CESGRANRIO/ Técnico Bancário - Tecnologia da Informação/2008) Um número crescente de empresas no setor bancário está estabelecendo sistemas de gerenciamento de contas-chave. A empresa nomeia gerentes para atender clientes que representam uma grande parcela de suas vendas e lucros. Nesse sistema, gerentes são avaliados por fatores como

a) Frequência com que alcançam metas e nível de satisfação de seus clientes.
b) Número de clientes atendidos e eficácia no número de novas contas abertas.
c) Fidelidade dos clientes e relacionamento com equipe e subordinados.
d) Regra de Pareto (também chamada 80/20) e qualificação em mercado vertical.
e) Seleção de clientes em potencial, treinamento e avaliação motivacional da equipe.

✍ **Comentário**
As organizações estão buscando a satisfação de seus clientes e para isso, buscam agregar valor nos serviços oferecidos. Focar gerente é um diferencial de alguns bancos. E esses gerentes necessitam cumprir suas metas e realizar ações que eleve o nível de satisfação dos clientes.
Gabarito: A

(Caixa Econômica Federal /CESGRANRIO/ Técnico Bancário - Tecnologia da Informação/2008) O presidente de uma grande empresa declarou certa vez: "Estamos no ramo de valor". Essa declaração significa que

a) a empresa tem ações negociadas nas principais bolsas de valores do mundo.
b) a empresa transformou seus produtos num pacote de benefícios para os clientes.
c) o mercado em que a empresa atua é muito competitivo em relação a preço.
d) as vantagens de custos são obtidas através de forte negociação com fornecedores.
e) os clientes da companhia são exigentes com relação ao valor pago pelos produtos.

✍ **Comentário**
Conforme já analisado, as empresas estão em constante aprimoramento para criar benefícios para seus clientes. Isso faz com elas tenham mais valor e consigam atrair e reter seus clientes.
Gabarito: B

Propaganda e promoção

Autores apontam que a promoção é a variável do composto também conhecida como comunicação de *marketing*, que facilita a apresentação dos novos produtos aos consumidores e incentiva os mesmos a conhecer, fazendo com que eles acabem buscando pelos benefícios apresentados. Com isso, os profissionais de *marketing* utilizam a promoção para estimular o aumento das vendas, conseguir atingir metas e consequentemente o aumento do faturamento. A promoção possui um composto com cinco ferramentas importantes que criam estratégias importantes para a organização e aplicadas facilitam para ela conseguir atingir seu público alvo. São elas: a propaganda, venda pessoal, promoção de vendas, relações públicas e *marketing* direto.

Propaganda: defini-se que a propaganda é a veiculação paga de qualquer forma para a apresentação de um anúncio ou mensagem durante algum período, normalmente é utilizada em mídia impressa, eletrônica ou *outdoors*. Sua principal vantagem é que atinge muitos clientes potenciais para a organização, porém sua desvantagem é que normalmente o custo é alto.

Venda pessoal: é a que envolve a apresentação pessoal e a interação com o cliente. Tem o objetivo de criar e desenvolver relacionamento com o cliente e pode ser realizado face a face, por telefone, computador ou qualquer maneira que crie um vínculo com o cliente. Sua vantagem mais marcante é que sua mensagem pode ser direcionada a indivíduos específicos e sua desvantagem é que se torna necessário uma preparação dos vendedores para a apresentação dos mesmos para os clientes.

Promoção de vendas: são incentivos rápidos, de curto prazo que servem para estimular a venda de um determinado produto, existe diversas maneiras de serem apresentadas como liquidação, descontos especiais, brindes, amostragem grátis, etc. Como vantagem se destaca a facilidade de vincula-se com outras comunicações, já a desvantagem é quando associada ao preço pode prejudicar a marca da empresa.

Relações públicas: desenvolver boas relações com diversos públicos, para obter uma publicidade positiva sobre a organização. Sua vantagem é que pode vir a existir uma alta credibilidade e a desvantagem é que possui pouco controle sobre a mensagem.

***Marketing* direto:** é o contato direto com o consumidor, é uma mensagem preparada para atingir uma pessoa específica. Sua vantagem é que acaba existindo um vínculo entre as partes, porém sua desvantagem é a maneira como o consumidor pode interpretar essa mensagem.

✍ **Comentário**

Pode-se dizer que a propaganda serve para construir marcas, promoção estimular a experimentação e aumentar o nível de vendas durante o período que ela existe e *marketing* atender às necessidades do mercado. Muitos confundem a função do *marketing*, da promoção e da propaganda. Embora pareçam todos iguais, eles tem diferenças muito profundas. Para começar promoção e propaganda são ferramentas usadas pelo *marketing*. Para entendermos melhor vamos definir o *marketing*.

Existem muitas definições para o *marketing*, mas resumindo ao extremo podemos dizer que **marketing é o processo de conquistar e manter clientes**.

Para isso os "marketeiros" **precisam entender as vontades e necessidades de seus clientes**. Para isso abrem mão de muita pesquisa para vasculhar até os desejos latentes da população (aqueles que nem as pessoas percebem que tem).

Você pode precisar de um automóvel para ir ao trabalho, mas você pode escolher um carro popular ou outro que lhe dê algo além do simples transporte. Talvez um carro que lhe leve ao trabalho, mas também lhe dê status.

A propaganda serve para isso mesmo, dizer a todos que tal produto satisfaz plenamente suas necessidades, sejam elas racionais ou psicológicas.

A promoção é uma ferramenta do *marketing* também, ela funciona como a propaganda, mas seu apelo é mais urgente, ou seja, ela estimula enfaticamente o consumidor. Por exemplo, ao sair de casa para comprar Coca-cola, no ponto de venda você pode se deparar com uma promoção do tipo: "Comprando uma Guaraná Antarctica você leva um copo da seleção brasileira". Embora seu refrigerante predileto seja Coca, o custo x benefício em levar outra marca pode parecer atraente e ao invés de levar Coca você leva Guaraná, pelo brinde, é claro.

✍ **Questões de concurso comentadas**

(Caixa Econômica Federal/ UnB/CESPE/ Técnico Bancário/2010) Um brinde oferecido ao cliente que abre uma conta em uma agência bancária, por si só, caracteriza-se como exemplo de

a) *marketing* de relacionamento.
b) promoção.
c) *marketing* direto.
d) propaganda
e) serviço.

✍**Comentário:**
Promoção de vendas são incentivos rápidos, de curto prazo que servem para estimular a venda de um determinado produto, existe diversas maneiras de serem apresentadas como liquidação, descontos especiais, brindes, amostragem grátis, etc.
Gabarito: B

(Caixa Econômica Federal /CESGRANRIO/ Técnico Bancário/2008) São exemplos de ferramentas de promoção de vendas no setor bancário:

a) anúncios em rádio e incentivo aos caixas para incrementar as vendas.
b) bonificação, amostra grátis e *merchandising* em novelas e filmes.
c) colocação de *displays* nas agências, vendas casadas e propaganda dirigida.
d) descontos, brindes, prêmios e recompensas para os correntistas.
e) testes gratuitos, demonstrações e anúncios em revistas de economia.

✍ **Comentário**:
A organização necessita de pelo menos um elemento do composto da promoção para lançar, diferenciar ou fidelizar seu produto no mercado. Isso é fundamental e deve ser bem estruturada e planejada para conseguir atingir seus interessados da melhor e mais rápida maneira possível.
Os bancos não podem ficar para trás neste diferencial e pensando nisso criam e utilizam ferramentas para seus clientes.
Gabarito: D

(Caixa Econômica Federal/ CESGRANRIO/ Técnico Bancário/ Tecnologia da Informação/2008) A tabela abaixo apresenta o perfil de alguns dos principais tipos de mídia.

Meio	Vantagens	Limitações
Jornal	Boa cobertura de mercado local, ampla aceitação, alta credibilidade.	Vida curta, baixo nível de qualidade de reprodução, pequeno público circulante.
Televisão	Apelo aos sentidos, alta repetição, alta cobertura.	Custo absoluto alto, menor grau de seletividade do público.
Mala direta	Seletividade do público, flexibilidade, personalização.	Custo relativamente alto, imagem de correspondência inútil.
Rádio	Maior grau de atenção do que a televisão, tarifas tabeladas, exposição permanente.	Uso em massa, baixo grau de seletividade geográfica, alto custo.
Outdoor	Flexibilidade, baixo custo, baixa concorrência.	Seletividade de público limitada, restrições criativas.
Revista	Espaço comprado com antecedência, garantia de circulação e de posição.	Baixo grau de seletividade e prestígio, vida curta e pouca circulação de leitores.

São **INCORRETAS** as vantagens e limitações relacionadas a

a) televisão e jornal
b) mala direta e *outdoor*
c) jornal e rádio
d) rádio e revista
e) revista e televisão

✍ **Comentário:**
Rádio: não se pode estabelecer que tem um maior grau de atenção que a televisão, pois podem possuir o mesmo público ou até mesmo público distintos. Não possui seletividade geográfica limitada.
Revista:A revista possui um alto grau de seletividade e prestígio. Ela consegue segmentar o mercado e sabe que público atingir.
Gabarito: D

Telemarketing

A necessidade da rápida adaptação das empresas brasileiras para atualização e adaptação de seus produtos e serviços às exigências de um mercado globalizado ocasionou uma transformação gigantesca no, até então, arcaico sistema empresarial brasileiro.

Com o surgimento dessa necessidade as empresas foram buscar em mercados mais desenvolvidos tecnologias capazes de proporcionar a melhoria de qualidade de produtos e serviços, otimização de procedimentos de produção e ganho de escala, aumento da competitividade dos produtos, etc.

Esse pacote de mudanças trouxe sistemas operacionais, procedimentos-padrão e métodos de trabalho. Dentre eles, fez surgir forte em nossa economia o "Call Center" ou Tele*marketing* – um novo conceito de vendas.

O tele*marketing* é uma modalidade de comunicação voltada à propaganda e ao *marketing* direto. Opera, geralmente, por meio de computadores interligados à rede de telefonia pública que realizam várias chamadas simultâneas, podendo ser emissivo (emitir a chamada) ou receptivo (receber a chamada). Qualquer que seja o tipo, esse serviço de tele*marketing* tem se mostrado problemático na aceitação dos consumidores.

É o termo que designa a promoção de vendas e serviços por telefone. Atualmente, o termo foge deste corpo, ao abranger também cobranças e outros serviços, como atendimento ao consumidor e o suporte técnico, por telefone.

É uma ferramenta que através da central para atendimento a clientes atua de forma ativa ou receptiva como canal de comunicação e vendas. Apesar de ser conhecido simplesmente por "vendas por telefone", o Tele*marketing* compreende a aplicação integrada e sistemática de tecnologias de telecomunicações e processamento de dados, com sistemas administrativos, com o propósito de otimizar o mix das comunicações de *marketing* usado por uma empresa para atingir seus clientes.

As empresas que utilizam o *Marketing* Direto como ferramenta definem Tele*marketing* ora como canal de comunicação, ora como canal de vendas, quase sempre em parceria com mala direta.

O Tele*marketing* atua como um importante canal de comunicação entre sua empresa e o mercado comercial reduzindo seus custos de comercialização diversificando sua atuação em novos clientes e/ou mercados e recuperando clientes não atendidos no modelo convencional.

Através da aplicação do Tele*marketing* Ativo ou do Tele*marketing* Receptivo a empresa efetivará uma imagem diferenciada em seu mercado de atuação.

Quais são as aplicações do Telemarketing?

- Captação de pedidos de venda.
- Pesquisa de Informações de Mercado.
- Atendimento de Consultas de Clientes sobre: Carteira de Pedidos, Faturamento, Crédito e

Títulos, Histórico de Compras, Disponibilidade de Estoque.
- Agenda e Controle dos Contatos através de Manutenção dos Históricos de Contatos.
- Elaboração de campanhas e scripts de contato.

✍ **Comentário**

Aqui, existe integração total com as bases de dados da comunicação da empresa. Todo o trabalho é feito a partir da campanha e do material promocional fornecido pela empresa e o caminho é empresa-cliente.

O que caracteriza um Telemarketing Ativo?

O tele*marketing* ativo é um serviço onde o contato é feito no sentido empresa-cliente e caracteriza-se por:

- Requerer cadastro para ligações.
- Requer roteiro (orientação na forma de interação com cliente).
- Operador comanda.
- Picos previstos.
- Aproveita as mídias.
- Maior conhecimento de técnicas pelo operador.
- Mais questionamentos dos Prospects durante o contato.
- Adequados ao tamanho do esforço de Vendas.

O que caracteriza um Telemarketing Receptivo?

O tele*marketing* receptivo é um serviço onde o contato é feito no sentido cliente-empresa e caracteriza-se por:

- Gerar cadastro nos contatos.
- Requer roteiro para abordagem.
- Público comanda a ligação.
- Picos de demandas sazonais.
- Depende das mídias.
- Menos questionamentos dos clientes durante o contato.
- Maior conhecimento do produto pelo operador.
- Equipamentos e estrutura devem estar adequados à demanda.

✍ **Questões de concurso comentadas**

(Caixa Econômica Federal/ UnB/CESPE/ Técnico Bancário/2010) Acerca da abertura no processo de *telemarketing*, assinale a opção correta.

a) Na abertura de uma operação de *telemarketing* ativo, o operador deve inicialmente se identificar e, somente após essa etapa, informar o nome da empresa que oferta o produto ou serviço.
b) Na abertura de uma operação de *telemarketing* passivo, o operador deve inicialmente perguntar o nome do cliente e, somente após a resposta do cliente, informar a razão da ligação.
c) Em uma operação de *telemarketing* passivo, a abertura inicia-se com um elogio ao cliente e, posteriormente, com o agradecimento pelo contato.
d) Em uma operação de *telemarketing* ativo, deve-se inicialmente informar ao cliente de onde o operador realiza a ligação e, em seguida, cumprimentá-lo, de modo a estabelecer confiança.
e) Na abertura de uma operação de *telemarketing* ativo, o operador deve inicialmente informar o produto ou serviços ofertado e, em seguida, informar o nome da empresa, de modo a dar credibilidade à transação.

✍ **Comentário**
As organizações necessitam treinar e qualificar seus operadores de telemarketing. Pois a utilização correta dessa ferramenta, facilita o serviço das empresas. Com isso, os atendentes devem no primeiro passo se identificar e depois passar o nome da empresa e o motivo, produto ou serviço ofertado.
Gabarito: A

(Caixa Econômica Federal/ UnB/CESPE/ Técnico Bancário/2010) Por telefone, o operador de *telemarketing* deve, ao longo de toda a conversação, falar

a) velozmente.
b) lentamente.
c) brevemente.
d) em tom alto.
e) com entonação constante.

✍ **Comentário**
O operado de telemarketing não deve ocupar muito o tempo do cliente. Deve falar o necessário e num período curto.
Gabarito: C

Há um conflito entre as empresas de tele*marketing* e os consumidores. As empresas de tele*marketing* afirmam ser eficazes e eficientes no atendimento e na colocação dos produtos de seus clientes; os consumidores, clientes na ponta final, odeiam os atendentes de tele*marketing*, pois são incomodadas no mais variados horários, são forçadas a aceitar determinados produtos ou serviços que não querem e, fazem papel de idiota quando precisam de algo e são obrigados a recorrer a esse serviço, pois não são atendidas a contento.

Há que se considerar, ainda, como atenuante dessa atividade fortalecida pela globalização, a geração de empregos, a atividade oferece milhares de empregos aos trabalhadores não especializados, geralmente jovens, que

não tiveram oportunidades de especializar-se em alguma outra atividade.

E ao comentar sobre a importância deste serviço, cabe ressaltar a preocupação na satisfação do cliente em observar que ele é considerado peça importante ao ser "ouvido" e atendido, por outro lado, permite, através dos dados obtidos, avaliar o desempenho dos diferentes setores da Empresa e otimizar as falhas detectadas.

Vendas: técnicas de vendas de produtos e serviços financeiros do setor bancário.

Introdução a técnicas de vendas

O processo de vendas pode ser dividido em três grandes fases, as quais veremos agora com detalhe: pré-venda, a venda propriamente dita e o pós venda.

Pré-venda

Na fase de pré-venda desenvolvem se o planejamento e a concretização de uma série de atividades que irão auxiliar a sequência do processo da venda. A empresa deve primeiro identificar o que o seu mercado quer para depois sair em busca de clientes. Não adianta nada produzir 100 mil unidades do produto e adotar a postura de que o mercado terá de comprar todas essas unidades. Sem a pré-venda, os resultados de vendas da empresa ficariam por obra do acaso.

A pré-venda inclui diversas etapas, dentre as quais as principais são: a prospecção do mercado, a análise da potencialidade do cliente, o agendamento de entrevistas e visitam, a elaboração de uma proposta comercial, a realização de visitas e da abordagem, o acompanhamento da proposta, a emissão do pedido e a elaboração de relatórios comerciais.

Prospectando o mercado

A prospecção do mercado é a identificação da clientela sobre a qual compensa mais dirigir os esforços e recursos de vendas. Podem se identificar novos clientes de diversas formas: indicação dos atuais clientes, aquisição de listagens e de cadastros de clientes (maffing), visita porta a porta, feiras, exposições, anúncios, classificados, entidades de classe. Além de procurar vender mais para quem já vende, o vendedor tem de vender para quem ele ainda não vende, encontrando e conquistando novos e antigos clientes.

✍ **Comentário**

Prospectar clientes é escolher com quem a empresa pretende gastar "seu cartucho", para não sair desperdiçando "balas" por aí. Como o custo médio dos recursos envolvidos numa venda foi estimado como sendo superior a 200 dólares, é de se esperar que as empresas se concentrem em quem tem maior probabilidade e melhores condições de realmente adquirir o produto. Antes de se iniciar todo o processo de prospecção, é importante que se façam alguns questionamentos para melhor definir o que de fato se deseja e o que se está buscando em relação aos novos clientes.

Questões que devem ser feitas antes da prospecção do mercado

Quem são os clientes de maior potencial?
Quais são as suas necessidade?
O que o motiva a comprar?
Como é o seu comportamento de compra?
O que de fato ele deseja?
Qual é a melhor forma de abordá-lo?
Existe algum concorrente atuando nele?

A empresa deve saber quem é seu cliente, atentando sempre para as mudanças no mercado. Nos Estados Unidos, por exemplo, a Merck ganhou vantagem competitiva sobre seus concorrentes no mercado farmacêutico ao perceber que a compra dos remédios prescritos não estava mais sendo feita pelos médicos, e, sim, pelos hospitais.

Ela formou, então, uma equipe de vendedores especializada no atendimento aos hospitais, os quais nunca haviam sido considerados como clientes antes. Além disso, um cliente satisfeito, além de provavelmente querer comprar novamente da empresa, poderá indicar novos clientes e divulgar a empresa. Um comentário sincero sobre um produto ou uma recomendação espontânea de uma pessoa ou empresa para outra valem mais do que muita propaganda, além de, muitas vezes, trazerem o cliente até a empresa e facilitarem o trabalho do profissional de vendas.
Ao pedir indicações de potenciais clientes, o profissional de vendas deve saber lidar com certa relutância da pessoa por não querer que um conhecido seu seja incomodado pelo vendedor. Além disso, muitos preferem que seu nome não seja citado como tendo dado a indicação.

Para se entrar em contato com o *prospect*, seja via telemarketing, mala direta, ligação telefônica com um convite para uma visita, almoço ou evento deve se obedecer a uma certa "etiqueta" na prospecção de clientes.

Técnicas de vendas de produtos e serviços financeiros do setor bancário.

Hoje vender tornou-se meta para quem quer se manter no mercado, principalmente no competitivo e saturado

setor bancário, onde muitos bancos oferecem produtos e serviços parecidos. O marketing bancário torna-se diferente daquele praticado em outros setores. A atividade bancária baseia-se na interação humana com o público, chegando ao ponto do vendedor conseguir durante o atendimento a fidelidade do cliente.

Outro fator responsável pelo marketing diferencial dos bancos é a imaterialidade de seus produtos. Imagine vender um seguro de vida que pode ser a solução para muitos problemas no futuro sem mostrar algo concreto aos olhos do cliente? É por meio do contato pessoal e também de recursos físicos como decoração, arquitetura, layout, entre outros, que este serviço pode ser completado. Esta é a essência da particularidade do marketing bancário.

Outro aspecto muito relevante e positivo no marketing bancário é a qualificação, treinamento e preparo dos colaboradores. Cada vez mais os bancos investem em novas tecnologias, treinamentos e profissionais altamente escolarizados com o objetivo de aumentar o relacionamento com os clientes e vencer a concorrência.
Os fundamentos das modernas técnicas de vendas são classificados em 5 estágios de ação.

1. Atenção: é preciso conseguir a atenção dos seus clientes em potencial através de alguma propaganda ou método de prospecção;
2. Interesse: construir o interesse deles usando um apelo emocional.
3. Desejo: construir o desejo por um produto mostrando aos clientes suas vantagens e benefícios.
4. Convencimento: aumentar o desejo pelo seu produto através de estatísticas que comprovem o valor que se tem. Compare-os aos dos concorrentes e, se possível, use depoimentos de clientes satisfeitos;
5. Ação: encorajar o futuro cliente a comprar o produto. Este é o momento do fechamento. Direcione-o para ele fazer o pedido. Se ele se opuser, tente fazer com que mude de opinião.

Planejamento de vendas

Vários são os meios de se planejar as vendas, seu crescimento, tendências e mudanças importantes. Conhecer os principais métodos de previsão de vendas, suas vantagens e desvantagens, possibilita diminuir a chance de uma escolha errada. Aliados a um bom planejamento de vendas e de marketing, permitem vislumbrar melhor o caminho que a empresa estará seguindo nos próximos períodos e preparar se para eles.

Antigamente, para estabelecer as metas de vendas, as empresas consideravam o que tinham vendido no período anterior e, perguntando aos clientes quais seriam suas compras futuras, estabeleciam as novas quantidades a serem produzidas.

Outras vezes, determinavam o novo patamar utilizando a taxa de crescimento das vendas do ano anterior. Posteriormente a essa fase, que poderíamos chamar de empírica, passaram a utilizar métodos estatísticos, como ajustamentos lineares, parabólicos e equações de múltiplas variáveis, construídos a partir dos históricos de vendas.

No entanto, para que esse processo, conhecido como extrapolação, desse certo, era preciso que as condições ocorridas no período considerado como base continuassem a se verificar, o que nem sempre ocorre.

As empresas brasileiras passaram, então, a se basear em dados de países mais desenvolvidos para determinar como seria a demanda no futuro. No entanto, além de só poder ser utilizado por países que se encontram em defasagem em relação aos outros, este método também era prejudicado pelos hábitos culturais, que variam enormemente de um país para outro, e pelos saltos tecnológicos, que evitam a passagem de todas as etapas ocorridas no país de origem.

A correlação, tanto simples como múltipla, também foi largamente utilizada. O método da correlação consiste em considerar duas variáveis que estão interligadas de forma que, ao se alterar uma delas, a outra variará numa proporção determinada. Por exemplo, quando o poder aquisitivo da população cai, o mercado de usados e de manutenção mecânicos, funileiros e pintores de automóveis aumenta, pois as pessoas deixam de adquirir automóveis novos e passam a dar um maior cuidado aos usados.

Com a quebra da Bolsa de Valores de NovaYork em 1929 e a crise do petróleo de 1930, todos os países e empresas do mundo foram atingidos de uma forma e intensidade que nenhum método de previsão pôde antecipar. As empresas perceberam, então, que qualquer um dos métodos, por mais preciso que fosse, jamais poderia ter detectado com exatidão os efeitos causados por essas crises. Ficou claro que existem situações diferenciadas que podem influenciar uma empresa e que podem não ter acontecido no passado e, portanto, não podem ser consideradas numa análise que tenha por base o período anterior. É o que acontece também com a estagflação, situação caracterizada pela paralisação das atividades econômicas e da produção em paralelo com a inflação ou, de outra maneira, a coexistência da inflação com a estagnação econômica.

Os estudiosos resolveram, então, buscar outras maneiras que pudessem ser empregadas pelos executivos para determinarem com certa precisão como seria o mercado de amanhã.

Todos os Direitos Reservados – **www.autodidataeditora.com.br** – Proibida a cópia e distribuição

Perceberam que, embora se fale muito em turbulência, ela não ocorre repentinamente. Notaram que, se o histórico econômico de um país ou de um mercado fosse acompanhado continuamente, por meio do estudo de uma série de variáveis que o representem, poderia ser possível detectar uma mudança com a antecedência necessária para a empresa se preparar para enfrentar a situação anômala, seja ela uma oportunidade ou ameaça mercadológica.

Relacionamento de vendas

Você sabia que conquistar um novo cliente custa quase cinco vezes mais do que manter um cliente antigo? Isto pode ajudá-lo a entender a importância de manter uma boa relação com os clientes e fazer com que eles se tornem assíduos e façam propaganda boca-a-boca a favor de sua empresa. Essa é a melhor maneira de conseguir novas vendas.

O relacionamento em vendas baseia-se na construção de uma amizade ou de um bom relacionamento com seus clientes e em buscar atender suas necessidades. Esse é o caminho certo para fazer clientes e construir um bom relacionamento. Sabendo das suas necessidades e descobrindo os seus receios, você pode encontrar soluções para os problemas dele e construir uma relação ainda mais forte. Com essa relação feita, outros detalhes são fáceis e rápidos de serem resolvidos. Eles só se tornam um obstáculo se essa boa relação entre o cliente e o vendedor não existir.
As pessoas costumam dizer que as melhores experiências com vendedores é quando eles ouvem honestamente suas necessidades e mostram um interesse maior do que apenas negócios. Eles não fazem pressão, esperam e fazem uma abordagem honesta. Quando isso ocorre, mesmo que os concorrentes procurem esse tipo de cliente (talvez até com preços mais baixos), ele estará tão satisfeito com os vendedores atuais que continuará com eles. Isso faz parte do poder do relacionamento de vendas.

A maioria das pessoas reage negativamente à alta pressão nas vendas. No relacionamento em vendas, pressionar não causa boa impressão, principalmente porque é difícil construir uma relação amigável quando o cliente se sente pressionado. Nesta técnica você se torna um tipo de suporte para os seus clientes. Eles se tornam dependentes de seus serviços ou produtos e quanto mais você suprir suas necessidades e facilitar o seu trabalho, mais eles responderão às suas ofertas de vendas adicionais. Você vai descobrir também que o bom relacionamento traz muitos benefícios para as empresas que oferecem produtos em mercados muito competitivos, principalmente se não houver diferenças entre eles.

Parte do relacionamento em vendas envolve um contato regular com o cliente. Se você esquece de um cliente que confiou na sua integridade como pessoa e como vendedor, ele pode acabar procurando seu concorrente, que provavelmente está ligando regularmente para fechar negócios. Então, tenha certeza de que não deve simplesmente construir uma relação, mas principalmente mantê-la (através de contato regular e canais de comunicação abertos). Disponibilize várias maneiras de contato para qualquer tipo de necessidade urgente, ou você vai descobrir que seus clientes, numa emergência, precisaram procurar aquele seu concorrente e descobriram que eles também são bons e que os produtos deles podem ser até um pouco melhores.

✍ Comentário

Então, a lição é: mantenha sempre contato e esteja sempre disponível para os seus clientes ou você certamente será substituído.

Outra parte importante desse tipo de relacionamento é ter a tecnologia disponível para gerenciar e manter esta relação. Isso frequentemente aparece na forma de um software de gerenciamento de contatos ou um bom sistema de gerenciamento do relacionamento com o cliente (CRM).

CRM - A definição mais simples e ampla está no próprio nome: CRM é um meio abrangente de gerenciar o relacionamento com clientes — inclusive com os clientes em potencial — para benefício mútuo e duradouro. Mais especificamente, os modernos sistemas de CRM capacitam-no a capturar informações relativas às interações com cliente e a integrá-las em toda função relacionada a cliente e ponto de dados.

Uma técnica recente envolve gastar um tempo significante de vendas com os clientes que demonstram maior probabilidade de compra. Para chegar a esta conclusão, é preciso fazer perguntas e permitir que o cliente em potencial passe a maior parte do tempo falando. Esta aproximação concentra-se somente nos clientes que querem seu produto, precisam dele e podem pagá-lo. Ao invés de gastar seus esforços tentando tornar um cliente de baixa probabilidade em um cliente de alta probabilidade, o seu foco será voltado totalmente para o grupo de alta probabilidade.

Melhorar o ambiente de relacionamento entre a sua empresas e o cliente

Precisa também se certificar de que, a cada nova visita, o cliente aceita melhor e aprecia mais a sua empresa, seus produtos e serviços e o próprio vendedor.

Esses quatro objetivos devem ser atingidos em conjunto. Um não exclui o outro.

Mesmo quando o Vendedor obtém o pedido (objetivo primeiro de sua função) ele deve passar (novas) informações ao cliente, obter (novas) informações e melhorar de uma forma abrangente o relacionamento de sua empresa e o seu próprio relacionamento com o cliente.

Se o vendedor, ao fechar um pedido, acreditar que atingiu todos os seus objetivos diante do cliente e se descuidar da cobertura dos demais objetivos, ele estará correndo um sério risco de um concorrente, que não obteve um pedido nessa oportunidade e tenha perseguido com carinho o atendimento dos demais objetivos, venha a vencê-lo em uma próxima oportunidade sem que ele fique sequer sabendo como e por quê.

Se o vendedor não obtém um pedido com a consequência de uma visita, ele deve, pelo menos, levar (novas) informações, obter (novas) informações e melhorar o relacionamento com o cliente.

Se o vendedor não consegue nem obter o pedido, nem melhorar o relacionamento com o cliente, nem fixar (novas) informações junto ao cliente ele deve, na pior das hipóteses, obter (novas) informações que lhe permitam um melhor planejamento para o futuro.

Quando nenhum desses objetivos é atingido e se a única coisa que o vendedor pode anotar em seu relatório é: sem novidade ou visitar novamente, então estaremos diante de *uma visita inútil, de alto custo e perda de tempo.*

✍ **Comentário**

Uma ação improvisada, sem os critérios e cuidados de uma investigação e um planejamento, pode dar certo em alguns casos, mas não constitui uma regra segura, representando simples aventura, o que não é admissível em uma operação de vendas. Para bem cumprir as tarefas, é essencial que o vendedor utilize as técnicas de vendas, faça seu trabalho completo e com a consequente administração dos formulários correspondentes. A simples ação de vender está implícita, pois na regra universal: **vende melhor quem sabe investir e planejar melhor.**

No que se refere à aparência, são muito importantes o asseio pessoal e o vestuário utilizado. Causa boa impressão um vendedor de terno e gravata; e no caso de uma vendedora, uma roupa discreta e elegante. De fundamental importância também é a postura, pois as condições emocionais do profissional de vendas, pensamentos positivos e entusiasmo são as chaves para facilitar um relacionamento aberto na condução de uma venda. A comunicação entre vendedor e cliente fica mais fácil e agradável, evitando o surgimento de qualquer barreira que possa interferir negativamente.

Motivação para vendas

Motivação está associada à palavra motivo, motivo é definido como alguma força interior, impulso, intenção, etc. que leva uma pessoa a fazer algo ou agir de certa forma. Sendo assim, qualquer discussão sobre motivação implica em investigar os motivos que influenciam em um determinado comportamento, ou seja, todo o comportamento é motivado, é impulsionado por motivos. Assim a motivação é um termo que abrange qualquer comportamento dirigido para um objetivo, que se inicia com um motivo, esse provoca um determinado comportamento para a realização de um determinado objetivo.

Segundo Maslow (2000), a estrutura conceitual da motivação humana foi determinada a partir da elaboração da teoria da hierarquia das necessidades básicas em 1954. Com base na citada teoria, o ser humano traz dentro de si cinco categorias hierarquizadas de necessidades: necessidades fisiológicas, segurança, amor, estima e auto-realização.

✍ **Comentário**

Ao se analisar detidamente o enfoque adotado por Maslow, conclui-se que pensar em "recompensa" em termos de dinheiro, unicamente, é claramente obsoleto. É certo que a satisfação de necessidades inferiores pode ser comprada com dinheiro; mas quando elas já estão satisfeitas, então as pessoas são motivadas apenas por espécies superiores de "pagamento" – filiação, afeição, dignidade, respeito, apreciação, honra – assim como pela oportunidade de auto-atualização e a promoção de valores supremos: verdade, beleza, justiça, perfeição, ordem, legitimidade, entre outros.

É impossível ter sucesso em vendas sem motivação. Um vendedor sem motivação perde o poder de persuasão e não consegue mostrar para o cliente, com entusiasmo, as vantagens e os benefícios que o seu produto oferece. Seguem 5 dicas para obter sucesso e potencializar a sua motivação em vendas:

1. Se apaixone por vendas e o sucesso estará ao seu alcance — Sentir prazer e orgulho em vender é o primeiro e o mais importante passo que o vendedor deve dar para chegar ao sucesso. O que representa para você ser um vendedor? Você gosta de se relacionar com pessoas? Sente prazer em resolver os problemas dos clientes? Acorda feliz para ir trabalhar? Pensa no sucesso do cliente antes do seu? Se as respostas forem positivas, você é um apaixonado por vendas. O vendedor que tem paixão por vendas demonstra crença no seu produto, na sua proposta e, principalmente, nele mesmo.

2. Evite a desmotivação — Não deixe que detalhes desagradáveis no seu dia comprometam a sua vontade de

vender, de atingir as suas metas, seus objetivos e realizações que estão propostas em sua mente. Uma pergunta: Você acredita em sucesso sem perseverança? Acha que o dia é feito só de momentos positivos? Se a resposta for não e você compreender que isto faz parte do processo de crescimento, a desmotivação irá desaparecer da sua vida.

3. Promova a felicidade interna — Faça uma lista das coisas boas e ruins que você tem na vida. Provavelmente, terá uma ótima surpresa na coluna de coisas positivas e ela deve superar as negativas; portanto, coloque no papel e sinta todas as conquistas que foram realizadas com o seu esforço pessoal. "A felicidade está na somatória de pequenas conquistas diárias."

4. Busque a automotivação diariamente — O que mais lhe motiva em vender? Família? Crescimento profissional? Conquistas materiais? A satisfação do cliente? Superar objeções? Vencer as adversidades? Atingir as metas? Ser reconhecido como um grande vendedor? Pense nisso e coloque na sua agenda os principais motivos que fazem você buscar o sucesso em vendas e leia esse check-list de motivos todos os dias.

5. Procure pensar na sua trajetória profissional — Lembra quando você começou a trabalhar com vendas ou na profissão que era exercida naquele determinado momento? Começou com medo, receio, dúvidas, insegurança e aos poucos foi entendendo as suas atividades, ganhou confiança, adquiriu experiência e foi vendo que era capaz de conseguir cumprir os seus objetivos profissionais. No decorrer de todo esse tempo, você aprendeu muitas coisas e hoje existe uma trajetória que eu espero que seja de conquistas, tanto pessoais como profissionais e isso deve servir de muito orgulho e satisfação para que você tenha na balança da motivação os aspectos positivos que foram alcançados no decorrer da sua vida.

✍ **Comentário**

Não há dúvidas de que pessoas motivadas são mais felizes, trabalham mais e melhor, são mais criativas e estão mais comprometidas com os resultados da empresa em que trabalham. Estão mais dispostas a dar ideias e atendem ao cliente com mais alegria e paixão. Por isso, podemos considerar que essas pessoas são um ativo precioso para qualquer organização.

✍ **Questões de concurso comentadas**

(Caixa Econômica Federal/ UnB/CESPE/ Técnico Bancário/Tecnologia da Informação /2010) Caso a CAIXA anuncie, em um periódico de grande circulação, a seguinte mensagem: "Não percam, na próxima segunda-feira, na página central da revista X, o lançamento do melhor produto de página central da revista X, o lançamento do melhor produto de investimento do Brasil!", esse anúncio constituirá um exemplo de

a) *teaser.*
b) *marketing* direto.
c) *telemarketing*
d) *tracking.*
e) *merchandising* editorial.

✍ **Comentário**
Teaser é a técnica utilizada como recursos iniciais de uma campanha publicitária, através de uma pequena peça veiculada por qualquer mídia publicitária. Pode ser utilizada no lançamento de um novo produto no mercado, criando uma determinada expectativa ao seu respeito.
Gabarito: A

(Caixa Econômica Federal/ UnB/CESPE/ Técnico Bancário/ Administrativo/2010) Ao examinar a situação financeira e o volume de negócios realizado por seus correntistas, a instituição bancária está desenvolvendo, de acordo com o que propõe Kotler, a etapa de vendas denominada

a) fechamento.
b) pré-abordagem.
c) superação de objeções.
d) prospecção e qualificação.
e) acompanhamento e manutenção.

✍ **Comentário**
A venda é dividida em etapas, conforme estudado anteriormente. Quando o banco examina sua situação financeira e o volume do negócio, ele está prospectando o futuro e vendo se possui qualificação para atender essa nova etapa com a demanda das vendas.
Gabarito: D

(Caixa Econômica Federal/UnB/CESPE/ Técnico Bancário/ 2006) Os bancos aderiram às técnicas de vendas para enfrentar a enorme concorrência hoje existente. Os gerentes de vendas estão diretamente ligados ao público. São eles que fazem que os produtos bancário tenham penetração no mercado. Com as técnicas de vendas, caminham em paralelo o *marketing* de relacionamento, a motivação para vendas, as relações com clientes, o planejamento de vendas e outros tantos mecanismos que têm o objetivo de aumentar as vendas dos produtos bancários e, consequentemente, gerar mais lucro para o banco. Acerca desse assunto, julgue os itens seguintes.

01. O especialista em *marketing* tem a função de levar o produto ao mercado, preocupando-se com a imagem e a credibilidade da instituição perante os consumidores.

✍ **Comentário**
O especialista em marketing, necessita ter uma interação entre o seu produto e os consumidores. Ele precisa criar ações que levem o seu produto da melhor maneira possível para seus clientes.
Gabarito: Certo

02. No planejamento de vendas, a empresa pode desenvolver mecanismos de estudos e estatísticas para definir quais produtos poderiam interessar, por exemplo, aos adolescentes, aos idosos, aos empresários, aos profissionais liberais etc., passando a atuar, estrategicamente, com o foco no cliente e não mais no produto.

✍ **Comentário**
Saber definir o seu público alvo e suas necessidades é um dos objetivos do marketing das organizações. Por isso ter estratégicas voltadas para o cliente é uma ferramenta importante para as empresas.
Gabarito: Certo

03. Uma das formas de motivação para vendas é a criação de grupos internos, que competem entre si por prêmios dados àqueles que tiverem melhor desempenho. Para não gerar problemas fiscais, esses prêmios devem ser viagem, bens materiais, mas nunca remuneração em dinheiro.

✍ **Comentário**
Nunca a organização pode criar grupos internos que compentem entre si. O que as organizações podem criar são grupos internos que buscam um foco único: melhoria para o seu trabalho.
Gabarito: Errado

04. No *marketing* de relacionamento, em nível pró-ativo, o vendedor vende o produto e faz consultas posteriores ao cliente para obter *feedback* quanto ao seu nível de satisfação e auxiliá-lo na utilização do produto.

✍ **Comentário**
O marketing de relacionamento busca criar vinculo com a empresa e o cliente. Ter o feedback do cliente é essencial para essa ferramenta.
Gabarito: Certo

Abertura e movimentação de contas: documentos básicos

Conheça os tipos de contas existentes:

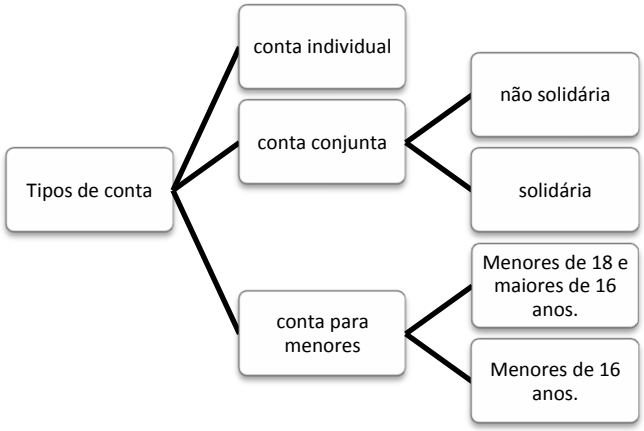
Conta individual/pessoal: conta para um único titular, que permite movimentação a crédito e a débito.

Conta conjunta

- **Conta conjunta não solidária:** conta para mais de um titular cuja movimentação a débito somente poderá ser feita com as assinaturas, sempre em conjunto, dos titulares.
- **Conta conjunta solidária:** conta para mais de um titular cuja movimentação a crédito ou a débito poderá ser feita por qualquer titular.

Contas para menores

- **Menores de 18 e maiores de 16 anos:** conta em nome do menor, cuja movimentação será livre, desde que autorizada pelo responsável legal. A abertura e movimentação de conta de menor poderão ser efetuadas sem a necessidade de autorização por seu representante legal, desde que o menor seja legalmente emancipado e faça prova de sua emancipação.
- **Menores de 16 anos:** conta em nome do menor, cuja movimentação somente poderá ser feita pelo responsável indicado na abertura da conta.



O que é necessário para abrir uma conta de depósitos?

A abertura e a manutenção de conta de depósito pressupõem contrato firmado entre as partes – instituição financeira e cliente. O banco não é obrigado a abrir ou manter conta de depósito para o cidadão. Este, por sua vez, pode escolher a instituição que lhe apresente as condições mais adequadas para firmar tal contrato.

Para abertura de conta de depósito, é necessário preencher a ficha-proposta de abertura de conta, que é o contrato firmado entre banco e cliente, e apresentar os originais dos seguintes documentos:

➢ **Documentos necessários para pessoa física:**

Para abertura de Conta de Depósito (conta-poupança e conta-corrente) para maiores de 18 anos, é necessária a cópia e o original dos seguintes documentos:

- documento de identificação (RG, Passaporte, Carteira de Trabalho, Documentação da Ordem, Carteira Nacional de Habilitação);
- CPF.
- comprovante de residência;
- comprovante de renda - para conta corrente (holerite, contracheque, IR, entre outros).

➢ **Documentos necessários para pessoa jurídica:**

- documento de constituição da empresa (contrato social e registro na junta comercial)
- inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- documentos que qualifiquem e autorizem os representantes, mandatários ou prepostos a movimentar a conta.

Fique ligado: Além disso, a instituição financeira pode estabelecer critérios próprios para abertura de conta de depósito, desde que seguidos os procedimentos previstos na regulamentação vigente (art. 1º da Resolução CMN 2.025, de 1993 , com a redação dada pela Resolução CMN 2.747, de 2000).

Que informações o banco deve prestar no ato de abertura da conta?

Informações sobre direitos e deveres do correntista e do banco, constantes de contrato, como:

- condições para fornecimento de talonário de cheques;
- necessidade de comunicação pelo depositante, por escrito, de qualquer mudança de endereço ou número de telefone;

- condições para inclusão do nome do depositante no Cadastro de Emitentes de Cheque sem Fundos (CCF);
- informação de que os cheques liquidados, uma vez microfilmados, poderão ser destruídos;
- tarifas de serviços, incluindo a informação sobre serviços que não podem ser cobrados;
- saldo médio mínimo exigido para manutenção da conta, se houver essa exigência.

Todos esses assuntos devem estar previstos em cláusulas explicativas na ficha-proposta.

No ato de abertura de uma conta-corrente, os bancos devem apresentar aos clientes todas as condições básicas para movimentação e encerramento de conta e estas devem constar, obrigatoriamente, no contrato de abertura de conta-corrente.

✍ Questões de concurso comentadas

(Caixa Econômica Federal /FCC / Técnico Bancário /2004/Adaptada[1]) Em relação à conta corrente e sua movimentação, julgue os itens a seguir.

1. A conta conjunta solidária necessita de assinatura de todos os titulares para movimentação.

✍ Comentário
O item está errado, pois conta solidária qualquer titular pode assinar isoladamente.
Gabarito: Errado

2. A conta corrente pode ser pessoal ou conjunta. A conta corrente conjunta pode, por sua vez, pode ser não solidária ou solidária.

✍ Comentário
A conta corrente pode ser individual/pessoal ou conjunta. Há duas opções de conta conjunta: a solidária e a não-solidária. A conta conjunta solidária pode ser movimentada em conjunto ou isoladamente pelos titulares. Já a não-solidária exige que as transações sejam aprovadas por todos os titulares para serem efetivadas.
Gabarito: Certo

3. (Caixa Econômica Federal / CESGRANRIO /Técnico Bancário/2008) A conta corrente é o produto básico da relação entre o cliente e o banco, pois por meio dela são movimentados os recursos dos clientes. Para abertura de uma conta corrente individual, são necessários e indispensáveis os seguintes documentos:

a) documento de identificação, como cédula de identidade (RG), ou documentos que a substituem legalmente, cadastro de pessoa física (CPF) e comprovante de residência.
b) documento de identificação, como cédula de identidade (RG) ou documentos que a substituem legalmente, cadastro de pessoa física (CPF) e título de eleitor com comprovante da última votação.
c) documento de habilitação com foto com o número do CPF, comprovante de residência, certidão de nascimento ou casamento e certificado de reservista.
d) cadastro de pessoa física (CPF), cédula de identidade (RG), comprovante de residência, título de eleitor e certidão de nascimento ou casamento, se for o caso.
e) cadastro de pessoa física (CPF), cédula de identidade (RG), título de eleitor com comprovante da última votação, certificado de reservista, e comprovante de residência.

✍ Comentário
Para abertura de uma conta corrente individual, são necessários e indispensáveis os seguintes documentos: documento de identificação, como cédula de identidade (RG), ou documentos que a substituem legalmente (passaporte, Carteira Nacional de Habilitação, Carteira da Ordem, etc), cadastro de pessoa física (CPF) e comprovante de residência.
Gabarito: A

4. (Caixa Econômica Federal / FCC / Técnico Bancário/2004) Está correto dizer que:

a) A transformação de conta conjunta em individual é feita mediante a solicitação de um dos titulares.
b) Para abertura de uma conta corrente junto a uma instituição financeira é necessário apenas carteira de identidade.
c) Para encerrar uma conta corrente junto a uma Instituição Financeira é necessário primeiramente verificar se todos os cheques emitidos foram compensados para não evitar a inclusão do nome no cadastro de emitentes de cheque sem fundo.
d) Abrir uma conta corrente só é permitido aos maiores de 18 anos e aos menores, com idade entre 16 e 18 anos incompletos, desde que representados ou assistidos pelo responsável legal e aos emancipados.
e) Os menores emancipados não podem movimentar uma conta corrente.

✍ Comentário
A alternativa "A" está errada, pois para converter uma conta de conjunta para individual deve ter a assinatura de todos os titulares. A alternativa "B" está incompleta com documentos para abertura de conta. A alternativa "C" é

[1] **Nota do autor:** Essa questão era de múltipla escolha, porém a fim de não misturar assuntos, essa questão foi desmembrada. O texto das alternativas e o gabarito permaneceram totalmente iguais a questão original.

errada, pois a parte de "não evitar" inverte o sentido da frase. A alternativa "E" é errada, pois menores emancipados podem movimentar uma conta corrente.

Gabarito: D

5. (CESGRANRIO / 2012 / Caixa / Técnico Bancário) No ato de abertura de uma conta-corrente, os bancos devem apresentar aos clientes todas as condições básicas para movimentação e encerramento de conta.

Essas condições devem constar, obrigatoriamente, no(a)

a) folheto de propaganda do banco
b) contrato de abertura de conta-corrente
c) *site* do banco, para consulta de todos os interessados
d) intranet do banco, para consulta dos funcionários
e) proposta para cadastro no Banco Central

✍ **Comentário**
As condições devem constar no contrato de abertura de conta-corrente.
Gabarito: B

Pessoa física e jurídica: capacidade e incapacidade civil, representação e domicílio

Pessoa Física

Pessoa natural (ou física) é o ser humano, considerado como sujeito de direito e deveres, dentro da ordem jurídica. A personalidade civil da pessoa começa no nascimento com vida – o que se constata pela respiração, e, conforme artigo 6º do Código Civil, "a existência da pessoa natural termina com a morte". Antes do nascimento não há personalidade. Mas o artigo 2º do Código Civil ressalva os direitos do nascituro, desde a concepção.

Pessoa Jurídica

É a entidade constituída de pessoas físicas e que possui personalidade própria, distinta da de seus membros, capaz de adquirir direitos e contrair obrigações. A lei exige, também, para seu reconhecimento, o preenchimento da formalidade de registro de sua constituição, bem como dos atos posteriores de alteração e extinção. Rege-se por um contrato constitutivo, celebrado entre os seus componentes, podendo existir, ainda, um regulamento interno, denominado estatuto. Tudo isso, no que se refere às pessoas jurídicas de direito privado, porque existem, também, as de direito público, que são a União, os Estados, os Municípios, e as autarquias, sem se falar nos Estados soberanos, ou países, na órbita internacional.

Confira o que consta no Código Civil sobre a pessoa jurídica:

TÍTULO II - DAS PESSOAS JURÍDICAS
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40. As pessoas jurídicas são de direito público, interno ou externo, e de direito privado.
Art. 41. São pessoas jurídicas de direito público interno:
I - a União;
II - os Estados, o Distrito Federal e os Territórios;
III - os Municípios;
IV - as autarquias, inclusive as associações públicas;
V - as demais entidades de caráter público criadas por lei.
Parágrafo único. Salvo disposição em contrário, as pessoas jurídicas de direito público, a que se tenha dado estrutura de direito privado, regem-se, no que couber, quanto ao seu funcionamento, pelas normas deste Código.
Art. 42. São pessoas jurídicas de direito público externo os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.
Art. 43. As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.
Art. 44. São pessoas jurídicas de direito privado:
I - as associações;
II - as sociedades;
III - as fundações.
IV - as organizações religiosas;
V - os partidos políticos.
VI - as empresas individuais de responsabilidade limitada.
§ 1º São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.
§ 2º As disposições concernentes às associações aplicam-se subsidiariamente às sociedades que são objeto do Livro II da Parte Especial deste Código.
§ 3º Os partidos políticos serão organizados e funcionarão conforme o disposto em lei específica.
Art. 45. Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
Parágrafo único. Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
Art. 46. O registro declarará:
I - a denominação, os fins, a sede, o tempo de duração e o fundo social, quando houver;
II - o nome e a individualização dos fundadores ou instituidores, e dos diretores;
III - o modo por que se administra e representa, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;

IV - se o ato constitutivo é reformável no tocante à administração, e de que modo;
V - se os membros respondem, ou não, subsidiariamente, pelas obrigações sociais;
VI - as condições de extinção da pessoa jurídica e o destino do seu patrimônio, nesse caso.
Art. 47. Obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, exercidos nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo.
Art. 48. Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão pela maioria de votos dos presentes, salvo se o ato constitutivo dispuser de modo diverso.
Parágrafo único. Decai em três anos o direito de anular as decisões a que se refere este artigo, quando violarem a lei ou estatuto, ou forem eivadas de erro, dolo, simulação ou fraude.
Art. 49. Se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz, a requerimento de qualquer interessado, nomear-lhe-á administrador provisório.
Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.
Art. 51. Nos casos de dissolução da pessoa jurídica ou cassada a autorização para seu funcionamento, ela subsistirá para os fins de liquidação, até que esta se conclua.
§ 1º Far-se-á, no registro onde a pessoa jurídica estiver inscrita, a averbação de sua dissolução.
§ 2º As disposições para a liquidação das sociedades aplicam-se, no que couber, às demais pessoas jurídicas de direito privado.
§ 3º Encerrada a liquidação, promover-se-á o cancelamento da inscrição da pessoa jurídica.
Art. 52. Aplica-se às pessoas jurídicas, no que couber, a proteção dos direitos da personalidade.

2.1 Capacidade e Incapacidade Civil

Capacidade é a maior ou menor extensão dos direitos de uma pessoa. É, portanto, a medida da personalidade. Já a incapacidade é a restrição legal ao exercício dos atos da vida civil.

A incapacidade pode ser absoluta ou relativa.

- **Absoluta:** A que acarreta a proibição total do exercício dos atos da vida civil (artigo 3º do Código Civil). O ato somente poderá ser praticado pelo representante legal do incapaz, sob pena de nulidade (artigo 166, inciso I). É o caso dos menores de 16 anos, dos privados do necessário discernimento e dos que, mesmo por motivo transitório, não puderem exprimir sua vontade (artigo 3º, incisos I, II e III do Código Civil).
- **Relativa:** A que permite que o incapaz pratique atos da vida civil, desde que assistido, sob pena de anulabilidade (artigo 171 inciso I do Código Civil). É o caso dos maiores de 16 e menores de 18 anos, dos ébrios habituais, toxicômanos e deficientes mentais, que tenham discernimento reduzido, dos excepcionais, sem desenvolvimento mental completo e pródigo (artigo 4º incisos I a IV do Código Civil). Certos atos, porém, podem os de maiores de 16 e menores de 18 anos praticarem sem a assistência do seu representante legal.

Cessa a incapacidade quando desaparece a sua causa. Se esta for a menoridade, cessará em dois casos: (I) pela maioridade, aos 18 anos; e (II) pela emancipação, que pode ser voluntária, judicial e legal (artigo 5º e parágrafo único do Código Civil).

Confira o que consta no Código Civil sobre o tema:

Art. 3º São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:
I - os menores de dezesseis anos;
II - os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos;
III - os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer:
I - os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos;
II - os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido;
III - os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo;
IV - os pródigos.
Parágrafo único. A capacidade dos índios será regulada por legislação especial.
Art. 5º A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.
Parágrafo único. Cessará, para os menores, a incapacidade:
I - pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos;
II - pelo casamento;
III - pelo exercício de emprego público efetivo;
IV - pela colação de grau em curso de ensino superior;
V - pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

2.2 Representação e Domicílio

Domicílio é a sede jurídica da pessoa. É o local onde responde por suas obrigações. Confira o que o Código Civil informa sobre o tema:

Art. 70. O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.
Art. 71. Se, porém, a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas.

Art. 72. É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida.
Parágrafo único. Se a pessoa exercitar profissão em lugares diversos, cada um deles constituirá domicílio para as relações que lhe corresponderem.
Art. 73. Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada.
Art. 74. Muda-se o domicílio, transferindo a residência, com a intenção manifesta de o mudar.
Parágrafo único. A prova da intenção resultará do que declarar a pessoa às municipalidades dos lugares, que deixa, e para onde vai, ou, se tais declarações não fizer, da própria mudança, com as circunstâncias que a acompanharem.
Art. 75. Quanto às pessoas jurídicas, o domicílio é:
I - da União, o Distrito Federal;
II - dos Estados e Territórios, as respectivas capitais;
III - do Município, o lugar onde funcione a administração municipal;
IV - das demais pessoas jurídicas, o lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações, ou onde elegerem domicílio especial no seu estatuto ou atos constitutivos.
§ 1º Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.
§ 2º Se a administração, ou diretoria, tiver a sede no estrangeiro, haver-se-á por domicílio da pessoa jurídica, no tocante às obrigações contraídas por cada uma das suas agências, o lugar do estabelecimento, sito no Brasil, a que ela corresponder.
Art. 76. Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso.
Parágrafo único. O domicílio do incapaz é o do seu representante ou assistente; o do servidor público, o lugar em que exercer permanentemente suas funções; o do militar, onde servir, e, sendo da Marinha ou da Aeronáutica, a sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado; o do marítimo, onde o navio estiver matriculado; e o do preso, o lugar em que cumprir a sentença.
Art. 77. O agente diplomático do Brasil, que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, poderá ser demandado no Distrito Federal ou no último ponto do território brasileiro onde o teve.
Art. 78. Nos contratos escritos, poderão os contratantes especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes.

✍ Questões de Concurso Comentadas

1. (CEF/CESGRANRIO/Técnico Bancário/2008) As instituições financeiras mantêm relacionamento com pessoas físicas e jurídicas, e para que esse relacionamento possa ocorrer de uma forma legal, as pessoas precisam ter a capacidade para exercitar seus direitos, ou seja, a capacidade de fato. Nesse sentido, quais os procedimentos que um Banco deve adotar para abrir uma conta corrente de uma pessoa com dezessete anos de idade?

a) Nenhum, porque os bancos são impedidos legalmente de abrir contas para menores de dezoito anos, pois são pessoas com incapacidade absoluta.
b) O Banco deve exigir os documentos do menor e do seu responsável e a conta só poderá ser aberta pelo responsável legal (pai, ou mãe ou tutor).
c) O Banco deve exigir a certidão de nascimento do menor e comprovante de escolaridade como histórico escolar ou declaração da instituição de ensino.
d) O Banco deve exigir apenas os documentos pessoais (RG ou Carteira de Trabalho e CPF) e a conta pode ser aberta pelo próprio menor.
e) O Banco deve exigir do menor certificado de reservista, cédula de identidade, comprovante de residência, CPF e procuração do responsável legal.

✍ **Comentário**
No caso de menores de 18 anos e maiores de 16 anos, o banco deve exigir os documentos do menor e do seu responsável e a conta só poderá ser aberta pelo responsável legal (pai, ou mãe ou tutor), salvo no caso de emancipado, onde a abertura e movimentação de conta de menor poderão ser efetuadas sem a necessidade de autorização por seu representante legal, desde que faça prova de sua emancipação.
Gabarito: B

2. (CEF/CESPE/Técnico Bancário/2010) O domicílio da pessoa natural será:

a) o lugar onde ela estabelecer a sua residência com ânimo definitivo.
b) o seu lugar de nascimento, caso ela tenha diversas residências.
c) o lugar onde ela exerça suas relações concernentes aos estudos, quando diferente do lugar onde estabeleça a sua residência.
d) apenas um dos diversos lugares onde ela exerça profissão, se a pessoa exercitar profissão em lugares diversos, independentemente das relações profissionais que ela exerça.
e) o lugar onde ela for encontrada, mesmo quando tiver residência habitual em outro lugar.

✍ **Comentário**
Conforme art. 70 do Código Civil, "o domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo."
As alternativas "b" e "c" estão erradas, pois quando possuir diversas residências ou estiver em viagens valerá a qual o mesmo for encontrado; a alternativa "e" também está errada, por possuir residência habitual lá será seu domicílio definitivo.
Gabarito: A

3. (CESPE / 2013 / MPE-RO / Promotor de Justiça) São considerados absolutamente incapazes .

a) os viciados em tóxicos
b) os excepcionais, independentemente de seu desenvolvimento mental
c) os ébrios habituais.
d) os que não puderem exprimir sua vontade, ainda que por causa transitória
e) os que, por deficiência mental, tenham discernimento reduzido.

✍ **Comentário**

a) Incorreto. Os viciados em tóxicos são relativamente incapazes, segundo art. 4º, inciso II.
b) Incorreto. Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo são relativamente incapazes segundo art. 4º, inciso III.
c) Incorreto. Os ébrios habituais são relativamente incapazes, segundo art. 4º, inciso II.
d) Correto, conforme art. 3º, inciso III.
e) Incorreto. Os que, por deficiência mental, tenham discernimento reduzido são relativamente incapazes, segundo art. 4º, inciso II.

Gabarito: D

4. (CESGRANRIO / 2012 / Caixa / Técnico Bancário) Para estabelecer um relacionamento bancário, as pessoas devem comprovar o seu domicílio.

No caso das pessoas jurídicas de direito privado, o seu domicílio é o

a) estabelecimento principal da empresa, ou matriz, desconsiderando os domicílios locais das suas filiais.
b) lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações, ou onde elegerem domicílio especial em seu estatuto ou atos constitutivos.
c) local definido por legislação específica, aplicável a cada tipo de empresa, de acordo com sua personalidade jurídica.
d) local onde são realizadas as principais transações comerciais e a prestação de serviço com atendimento ao público.
e) local de residência dos sócios-fundadores da empresa ou dos membros do conselho de administração, em caso de companhias abertas.

✍ **Comentário**

Segundo o art. 75, IV do Código Civil, "quanto às pessoas jurídicas, o domicílio é [...] o lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações, ou onde elegerem domicílio especial no seu estatuto ou atos constitutivos."

Gabarito: B

Cheque: requisitos essenciais, circulação, endosso, cruzamento, compensação

3.1. Conceito

O cheque é um documento que exprime uma ordem de pagamento à vista, por um titular de conta corrente em um banco, a terceiros ou a ele próprio. A sua utilidade está ligada a simplificação e ao aumento da segurança das transações comerciais diárias, já que pode ser preenchido no valor exato da transação e dispensa ao titular de uma conta corrente manter dinheiro em espécie em seu poder. Os grifos da primeira linha são para lembrar que o cheque é **sempre** uma ordem de pagamento à vista sob ótica do banco, representando o cheque pós-datado (preenchido com data futura) um contrato restrito ao emitente (sacador) e ao portador. Sendo assim, uma vez apresentado ao banco sacado, e estando o cheque em conformidade com todos os requisitos essenciais discriminados na lei (Lei 7.357-85), o pagamento será efetivado no mesmo momento.

3.2. Requisitos essenciais

01) A denominação "cheque" inscrita no contexto do título e expressa na língua em que este é redigido;
02) A ordem incondicional de pagar quantia determinada;
03) O nome do banco (sacado) ou da instituição financeira que deve pagar;
04) A indicação do lugar do pagamento;
05) A indicação da data e do lugar de emissão;
06) A assinatura do emitente (sacador), ou de seu mandatário com poderes especiais.

Lei nº 7.357, de 2 de setembro de 1985

Dispõe sobre o cheque e dá outras providências.

CAPÍTULO I - Da Emissão e da Forma do Cheque

Art . 1º O cheque contêm:

I - a denominação ''cheque'' inscrita no contexto do título e expressa na língua em que este é redigido;

II - a ordem incondicional de pagar quantia determinada;

III - o nome do banco ou da instituição financeira que deve pagar (sacado);

IV - a indicação do lugar de pagamento;

V - a indicação da data e do lugar de emissão;

VI - a assinatura do emitente (sacador), ou de seu mandatário com poderes especiais.

Parágrafo único - A assinatura do emitente ou a de seu mandatário com poderes especiais pode ser constituída, na forma de legislação específica, por chancela mecânica ou processo equivalente.

Art. 2º O título, a que falte qualquer dos requisitos enumerados no artigo precedente não vale como cheque, salvo nos casos determinados a seguir:

I - na falta de indicação especial, é considerado lugar de pagamento o lugar designado junto ao nome do sacado; se designados vários lugares, o cheque é pagável no primeiro deles; não existindo qualquer indicação, o cheque é pagável no lugar de sua emissão;

II - não indicado o lugar de emissão, considera-se emitido o cheque no lugar indicado junto ao nome do emitente.

Art. 3º O cheque é emitido contra banco, ou instituição financeira que lhe seja equiparada, sob pena de não valer como cheque.

Art. 4º O emitente deve ter fundos disponíveis em poder do sacado e estar autorizado a sobre eles emitir cheque, em virtude de contrato expresso ou tácito. A infração desses preceitos não prejudica a validade do título como cheque.

§ 1º - A existência de fundos disponíveis é verificada no momento da apresentação do cheque para pagamento.

§ 2º - Consideram-se fundos disponíveis:

a) os créditos constantes de conta-corrente bancária não subordinados a termo;

b) o saldo exigível de conta-corrente contratual;

c) a soma proveniente de abertura de crédito.

Cabe aqui introduzir uma dimensão complementar do cheque: a sua natureza de título cambiário, ou seja, a sua característica de exprimir uma troca, no caso, a de um documento por dinheiro. Configura-se, portanto, como requisito essencial do cheque a contra-partida de uma conta corrente com fundos (saldo) suficientes para o seu pagamento ou limite de cheque especial. Além disso, não pode o saldo estar comprometido por bloqueio judicial, garantia de operação de crédito com o banco ou qualquer outro contrato que impeça a movimentação dos valores disponíveis.

Art. 5º (VETADO).

Art. 6º O cheque não admite aceite considerando-se não escrita qualquer declaração com esse sentido.

Art. 7º Pode o sacado, a pedido do emitente ou do portador legitimado, lançar e assinar, no verso do cheque não ao portador e ainda não endossado, visto, certificação ou outra declaração equivalente, datada e por quantia igual à indicada no título.

§ 1º A aposição de visto, certificação ou outra declaração equivalente obriga o sacado a debitar à conta do emitente a quantia indicada no cheque e a reservá-la em benefício do portador legitimado, durante o prazo de apresentação, sem que fiquem exonerados o emitente, endossantes e demais coobrigados.

§ 2º - O sacado creditará à conta do emitente a quantia reservada, uma vez vencido o prazo de apresentação; e, antes disso, se o cheque lhe for entregue para inutilização.

Art. 8º Pode-se estipular no cheque que seu pagamento seja feito:

I - a pessoa nomeada, com ou sem cláusula expressa ‘’à ordem’’;

II - a pessoa nomeada, com a cláusula ‘’não à ordem’’, ou outra equivalente;

III - ao portador.

Parágrafo único - Vale como cheque ao portador o que não contém indicação do beneficiário e o emitido em favor de pessoa nomeada com a cláusula ‘’ou ao portador’’, ou expressão equivalente.

Art. 9º O cheque pode ser emitido:

I - à ordem do próprio sacador;

II - por conta de terceiro;

Ill - contra o próprio banco sacador, desde que não ao portador.

Art. 10 Considera-se não escrita a estipulação de juros inserida no cheque.

Art. 11 O cheque pode ser pagável no domicílio de terceiro, quer na localidade em que o sacado tenha domicílio, quer em outra, desde que o terceiro seja banco.

Art. 12 Feita a indicação da quantia em algarismos e por extenso, prevalece esta no caso de divergência. lndicada a quantia mais de uma vez, quer por extenso, quer por algarismos, prevalece, no caso de divergência, a indicação da menor quantia.

Art. 13 As obrigações contraídas no cheque são autônomas e independentes.

Parágrafo único - A assinatura de pessoa capaz cria obrigações para o signatário, mesmo que o cheque contenha assinatura de pessoas incapazes de se obrigar por cheque, ou assinaturas falsas, ou assinaturas de pessoas fictícias, ou assinaturas que, por qualquer outra razão, não poderiam obrigar as pessoas que assinaram o cheque, ou em nome das quais ele foi assinado.

Art. 14 Obriga-se pessoalmente quem assina cheque como mandatário ou representante, sem ter poderes para tal, ou excedendo os que lhe foram conferidos. Pagando o cheque, tem os mesmos direitos daquele em cujo nome assinou.

Art. 15 O emitente garante o pagamento, considerando-se não escrita a declaração pela qual se exima dessa garantia.

Art. 16 Se o cheque, incompleto no ato da emissão, for completado com inobservância do convencionado com a emitente, tal fato não pode ser oposto ao portador, a não ser que este tenha adquirido a cheque de má-fé.

CAPÍTULO II - De Transmissão

Art . 17 O cheque pagável a pessoa nomeada, com ou sem cláusula expressa ‘’ à ordem’’, é transmissível por via de endosso.

§ 1º O cheque pagável a pessoa nomeada, com a cláusula ‘’não à ordem’’, ou outra equivalente, só é transmissível pela forma e com os efeitos de cessão.

§ 2º O endosso pode ser feito ao emitente, ou a outro obrigado, que podem novamente endossar o cheque.

Art. 18 O endosso deve ser puro e simples, reputando-se não-escrita qualquer condição a que seja subordinado.

§ 1º São nulos o endosso parcial e o do sacado.

§ 2º Vale como em branco o endosso ao portador. O endosso ao sacado vale apenas como quitação, salvo no caso de o sacado ter vários estabelecimentos e o endosso ser feito em favor de estabelecimento diverso daquele contra o qual o cheque foi emitido.

Art. 19 - O endosso deve ser lançado no, cheque ou na folha de alongamento e assinado pelo endossante, ou seu mandatário com poderes especiais.

§ 1º O endosso pode não designar o endossatário. Consistindo apenas na assinatura do endossante (endosso em branco), só é válido quando lançado no verso do cheque ou na folha de alongamento.

§ 2º A assinatura do endossante, ou a de seu mandatário com poderes especiais, pode ser constituída, na forma de legislação específica, por chancela mecânica, ou processo equivalente.

Art. 20 O endosso transmite todos os direitos resultantes do cheque. Se o endosso é em branco, pode o portador:

I - completá-lo com o seu nome ou com o de outra pessoa;

II - endossar novamente o cheque, em branco ou a outra pessoa;

III - transferir o cheque a um terceiro, sem completar o endosso e sem endossar.

Art. 21 Salvo estipulação em contrário, o endossante garante o pagamento.

Parágrafo único - Pode o endossante proibir novo endosso; neste caso, não garante o pagamento a quem seja o cheque posteriormente endossado.

Art. 22 O detentor de cheque "à ordem'' é considerado portador legitimado, se provar seu direito por uma série ininterrupta de endossos, mesmo que o último seja em branco. Para esse efeito, os endossos cancelados são considerados não-escritos.

Parágrafo único. Quando um endosso em branco for seguido de outro, entende-se que o signatário deste adquiriu o cheque pelo endosso em branco.

Art. 23 O endosso num cheque passado ao portador torna o endossante responsável, nos termos das disposições que regulam o direito de ação, mas nem por isso converte o título num cheque ''à ordem''.

Art. 24 Desapossado alguém de um cheque, em virtude de qualquer evento, novo portador legitimado não está obrigado a restituí-lo, se não o adquiriu de má-fé.

Parágrafo único - Sem prejuízo do disposto neste artigo, serão observadas, nos casos de perda, extravio, furto, roubo ou apropriação indébita do cheque, as disposições legais relativas à anulação e substituição de títulos ao portador, no que for aplicável.

Art. 25 Quem for demandado por obrigação resultante de cheque não pode opor ao portador exceções fundadas em relações pessoais com o emitente, ou com os portadores anteriores, salvo se o portador o adquiriu conscientemente em detrimento do devedor.

Art. 26 Quando o endosso contiver a cláusula ''valor em cobrança'', ''para cobrança'', ''por procuração'', ou qualquer outra que implique apenas mandato, o portador pode exercer todos os direitos resultantes do cheque, mas só pode lançar no cheque endosso-mandato. Neste caso, os obrigados somente podem invocar contra o portador as exceções oponíveis ao endossante.

Parágrafo único. O mandato contido no endosso não se extingue por morte do endossante ou por superveniência de sua incapacidade.

Art. 27 O endosso posterior ao protesto, ou declaração equivalente, ou à expiração do prazo de apresentação produz apenas os efeitos de cessão. Salvo prova em contrário, o endosso sem data presume-se anterior ao protesto, ou declaração equivalente, ou à expiração do prazo de apresentação.

Art. 28 O endosso no cheque nominativo, pago pelo banco contra o qual foi sacado, prova o recebimento da respectiva importância pela pessoa a favor da qual foi emitido, e pelos endossantes subseqüentes.

Parágrafo único Se o cheque indica a nota, fatura, conta cambial, imposto lançado ou declarado a cujo pagamento se destina, ou outra causa da sua emissão, o endosso pela pessoa a favor da qual foi emitido, e a sua liquidação pelo banco sacado provam a extinção da obrigação indicada.

CAPÍTULO IV - Da Apresentação e do Pagamento

Art. 32 O cheque é pagável à vista. Considera-se não-estrita qualquer menção em contrário.

Parágrafo único - O cheque apresentado para pagamento antes do dia indicado como data de emissão é pagável no dia da apresentação.

Art. 33 O cheque deve ser apresentado para pagamento, a contar do dia da emissão, no prazo de 30 (trinta) dias, quando emitido no lugar onde houver de ser pago; e de 60 (sessenta) dias, quando emitido em outro lugar do País ou no exterior.

Parágrafo único - Quando o cheque é emitido entre lugares com calendários diferentes, considera-se como de emissão o dia correspondente do calendário do lugar de pagamento.

Art. 34 A apresentação do cheque à câmara de compensação equivale à apresentação a pagamento.

Art. 35 O emitente do cheque pagável no Brasil pode revogá-lo, mercê de contra-ordem dada por aviso epistolar, ou por via judicial ou extrajudicial, com as razões motivadoras do ato.

Parágrafo único - A revogação ou contra-ordem só produz efeito depois de expirado o prazo de apresentação e, não sendo promovida, pode o sacado pagar o cheque até que decorra o prazo de prescrição, nos termos do art. 59 desta Lei.

Art. 36 Mesmo durante o prazo de apresentação, o emitente e o portador legitimado podem fazer sustar o pagamento, manifestando ao sacado, por escrito, oposição fundada em relevante razão de direito.

§ 1º A oposição do emitente e a revogação ou contra-ordem se excluem reciprocamente.

§ 2º Não cabe ao sacado julgar da relevância da razão invocada pelo oponente.

Art. 37 A morte do emitente ou sua incapacidade superveniente à emissão não invalidam os efeitos do cheque.

Art. 38 O sacado pode exigir, ao pagar o cheque, que este lhe seja entregue quitado pelo portador.

Parágrafo único. O portador não pode recusar pagamento parcial, e, nesse caso, o sacado pode exigir que esse pagamento conste do cheque e que o portador lhe dê a respectiva quitação.

Art. 39 O sacado que paga cheque ''à ordem'' é obrigado a verificar a regularidade da série de endossos, mas não a autenticidade das assinaturas dos endossantes. A mesma obrigação incumbe ao banco apresentante do cheque a câmara de compensação.

Parágrafo único. Ressalvada a responsabilidade do apresentante, no caso da parte final deste artigo, o banco sacado responde pelo pagamento do cheque falso, falsificado ou alterado, salvo dolo ou culpa do correntista, do endossante ou do beneficiário, dos quais poderá o sacado, no todo ou em parte, reaver a que pagou.

Art. 40 O pagamento se fará à medida em que forem apresentados os cheques e se 2 (dois) ou mais forem apresentados simultaneamente, sem que os fundos disponíveis bastem para o pagamento de todos, terão preferência os de emissão mais antiga e, se da mesma data, os de número inferior.

Art. 41 O sacado pode pedir explicações ou garantia para pagar cheque mutilado, rasgado ou partido, ou que contenha borrões, emendas e dizeres que não pareçam formalmente normais.

Art. 42 O cheque em moeda estrangeira é pago, no prazo de apresentação, em moeda nacional ao câmbio do dia do pagamento, obedecida a legislação especial.

Parágrafo único. Se o cheque não for pago no ato da apresentação, pode o portador optar entre o câmbio do dia da apresentação e o do dia do pagamento para efeito de conversão em moeda nacional.

Art. 43 (VETADO).

CAPÍTULO V - Do Cheque Cruzado

O cheque cruzado é aquele que pode ser pago somente mediante crédito em conta corrente, ou seja, via depósito bancário. O cruzamento do cheque impede que ele seja sacado na boca do caixa.

Art. 44 O emitente ou o portador podem cruzar o cheque, mediante a aposição de dois traços paralelos no anverso do título.

§ 1º O cruzamento é geral se entre os dois traços não houver nenhuma indicação ou existir apenas a indicação ''banco'', ou outra equivalente. O cruzamento é especial se entre os dois traços existir a indicação do nome do banco.

§ 2º O cruzamento geral pode ser convertido em especial, mas este não pode converter-se naquele.

§ 3º A inutilização do cruzamento ou a do nome do banco é reputada como não existente.

Art. 45 O cheque com cruzamento geral só pode ser pago pelo sacado a banco ou a cliente do sacado, mediante crédito em conta. O cheque com cruzamento especial só pode ser pago pelo sacado ao banco indicado, ou, se este for o sacado, a cliente seu, mediante crédito em conta. Pode, entretanto, o banco designado incumbir outro da cobrança.

§ 1º O banco só pode adquirir cheque cruzado de cliente seu ou de outro banco. Só pode cobrá-lo por conta de tais pessoas.

§ 2º O cheque com vários cruzamentos especiais só pode ser pago pelo sacado no caso de dois cruzamentos, um dos quais para cobrança por câmara de compensação.

§ 3º Responde pelo dano, até a concorrência do montante do cheque, o sacado ou o banco portador que não observar as disposições precedentes.

CAPÍTULO VI - Do Cheque para Ser Creditado em Conta

Art. 46 O emitente ou o portador podem proibir que o cheque seja pago em dinheiro mediante a inscrição transversal, no anverso do título, da cláusula ''para ser creditado em conta'', ou outra equivalente. Nesse caso, o sacado só pode proceder a lançamento contábil (crédito em conta, transferência ou compensação), que vale como pagamento. O depósito do cheque em conta de seu beneficiário dispensa o respectivo endosso.

§ 1º A inutilização da cláusula é considerada como não existente.

§ 2º Responde pelo dano, até a concorrência do montante do cheque, o sacado que não observar as disposições precedentes. [...]

É importante também estudar a prescrição, veja:

CAPÍTULO X - Da Prescrição

Art. 59 Prescrevem em 6 (seis) meses, contados da expiração do prazo de apresentação, a ação que o art. 47 desta Lei assegura ao portador.

Parágrafo único - A ação de regresso de um obrigado ao pagamento do cheque contra outro prescreve em 6 (seis) meses, contados do dia em que o obrigado pagou o cheque ou do dia em que foi demandado.

Art. 60 A interrupção da prescrição produz efeito somente contra o obrigado em relação ao qual foi promovido o ato interruptivo.

Art. 61 A ação de enriquecimento contra o emitente ou outros obrigados, que se locupletaram injustamente com o não-pagamento do cheque, prescreve em 2 (dois) anos, contados do dia em que se consumar a prescrição prevista no art. 59 e seu parágrafo desta Lei.

Art. 62 Salvo prova de novação, a emissão ou a transferência do cheque não exclui a ação fundada na relação causal, feita a prova do não-pagamento.

Veja complemento do assunto: "Compensação de Cheques" no Anexo VI no final desta apostila.

✍ Questões de concursos comentadas:

1. (Caixa Econômica Federal / CESPE / Técnico Bancário Novo / 2010) Assinale a opção correta no que concerne ao cheque:

a) A simples devolução indevida do cheque caracteriza dano moral, segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
b) Quando lançado aceite em cheque, a instituição financeira deve reservar na conta corrente mantida pelo cliente, fundos suficientes para o seu pagamento.
c) Embora legalmente admissível, a estipulação de pagamento de juros em cheques constitui prática repudiada pelas instituições financeiras, tendo em vista o acréscimo nos riscos de inadimplência.
d) Constituem requisitos essenciais do cheque, entre outros, a denominação "cheque", a ordem condicional de pagar quantia determinada ou determinável e a indicação do nome do sacado.
e) O cheque pode ser emitido contra qualquer pessoa física ou jurídica.

✍ **Comentário**:
a) Correta. Essa diretriz não está propriamente na lei. Ela tem origem na jurisprudência (julgamento de caso prático) através da súmula 388 do STJ de 26 de agosto de 2009.
b) Errada. Art. 6º da Lei 7.357: "O cheque não admite aceite considerando-se não escrita qualquer declaração com esse sentido."
c) Errada. Art. 10 º da Lei 7.357: "Considera-se não escrita a estipulação de juros inserida no cheque."

d) Errada. Art 1 º - II da Lei 7.357: "A ordem incondicional de pagar quantia determinada."
e) Errada. Art . 3º da Lei 7.357 "O cheque é emitido contra banco, ou instituição financeira que lhe seja equiparada, sob pena de não valer como cheque."
Gabarito: A

2. (Caixa Econômica Federal/CESPE /Técnico Bancário/ 2006) Cheque é uma ordem de pagamento à vista, dada a um banco, por alguém que tenha fundos disponíveis junto ao mesmo, em favor próprio ou de terceiro. Ele continua sendo um importante instrumento de pagamento no Brasil, embora tenha havido redução em seu uso nos últimos anos, devido, principalmente, a sua substituição por instrumentos eletrônicos. Tem formato e características básicas padronizados e as suas folhas contêm registros magnéticos que possibilitam a leitura automática de seus dados fundamentais por magnetic ink character recognition. Acerca do cheque, julgue os itens seguintes:

01) Sob o ponto de vista cambial, um cheque pode ser objeto de aceite somente se contiver os requisitos legais e houver a devida identificação do emitente pelo favorecido.
02) O prazo prescricional de um cheque é de doze meses, contados da data de sua emissão.
03) Por um cheque que contenha, expresso em algarismos, o valor de R$ 1.852,80 e, por extenso, o texto um mil oitocentos e cinqüenta e dois reais, deve ser pago o valor expresso por extenso.
04) Um cheque acima de cem reais somente pode ser emitido ao portador caso o emitente e o favorecido sejam a mesma pessoa.

✍ **Comentário**:
01) Errada. Art. 6º da Lei 7.357: "O cheque não admite aceite considerando-se não escrita qualquer declaração com esse sentido."
02) Errada. Art . 59 – "Prescrevem em 6 (seis) meses, contados da expiração do prazo de apresentação, a ação que o art. 47 desta Lei assegura ao portador."
03) Correta. Art . 12 "Feita a indicação da quantia em algarismos e por extenso, prevalece esta no caso de divergência. lndicada a quantia mais de uma vez, quer por extenso, quer por algarismos, prevalece, no caso de divergência, a indicação da menor quantia."
04) Errada. A lei nº 9.069/95, em seu art. 69, proibiu a emissão, o pagamento e a compensação de cheque de valor superior a R$ 100,00 sem identificação do beneficiário, ou seja, todo cheque superior a este valor deverá ser nominativo (não pode ser ao portador).

3. (Caixa Econômica Federal /CESGRANRIO / Técnico Bancário – Tecnologia da Informação/Brasília/ 2008) O cheque é um recurso disponibilizado pelos Bancos para seus clientes, que o utilizarão como um título de crédito cuja emissão poderá ser nominativa ou ao portador. Um cheque cruzado emitido ao portador deverá ser

a) sacado pelo próprio portador do cheque diretamente no caixa do Banco emitente.
b) sacado pelo portador ou beneficiário em qualquer agência bancária com a devida autorização do emitente do cheque.
c) endossado no verso pelo emitente do cheque para que o beneficiário possa depositar o cheque em outros Bancos.
d) depositado na conta corrente do portador do cheque, que poderá ser em qualquer Banco.
e) depositado na conta corrente do beneficiário, que deve ser obrigatoriamente no mesmo Banco emitente do cheque.

✍ **Comentário**:
(A) Errada. O cheque cruzado não permite saque.
(B) Errada. Idem.
(C) Errada. Atenção ao enunciado da questão. Pode o cheque ser endossado no verso, mas pela mesma pessoa a quem o cheque estiver nominal, nesse caso, o portador. (Art. 17, § 2º).
(D) Correta.
(E) Errada. O cheque também poderia ser depositado na conta de um beneficiário bastando para isso o endosso do portador, é verdade, porém não é obrigatório que seja usado o mesmo banco do emitente.

4. (Caixa Econômica Federal/ CESGRANRIO/ Técnico Bancário /2008) Um dos recursos disponibilizados pelos bancos para os clientes movimentarem suas contas correntes é o cheque. Por ser uma ordem de pagamento à vista de fácil manuseio, o cheque é um dos títulos de crédito mais utilizados. Qual das seguintes afirmativas apresenta uma das características principais do cheque?

a) Os cheques emitidos acima de R$ 50,00 devem, obrigatoriamente, ser nominativos, caso contrário serão devolvidos.
b) Os cheques cruzados só poderão ser descontados com autorização do gerente da agência bancária no verso do cheque.
c) O cheque é considerado ao portador quando constar o nome do beneficiário que irá portar o cheque dentro do seu prazo de validade.
d) Os bancos podem recusar o pagamento de um cheque em caso de divergência ou insuficiência na assinatura.
e) O endosso de um cheque só será aceito pelo banco, se o endossante apresentar cópia de uma procuração transferindo a propriedade do cheque.

✍ **Comentário**:
(A) Errada. Cheques abaixo de R$ 100,00 não precisam ser nominais (Lei 9.069/95 Art 69).

(B) Errada. Os cheques cruzados não podem ser descontados, apenas depositados.
(C) Errada. Art. 8º Parágrafo único –"Vale como cheque ao portador o que não contém indicação do beneficiário ..."
(D) Correta. Essa estava fácil. Os bancos não só podem como tem por obrigação devolver o cheque cuja assinatura não seja a do titular da conta corrente ou que não tenha ou falte assinatura. A assinatura é um dos requisitos essenciais do cheque. (Art 1º inciso 6 da Lei 7.357)
(E) Errada. Art. 20 "O endosso transmite todos os direitos resultantes do cheque."

5. (Caixa Econômica Federal/FCC/ Técnico Bancário/ 2004) A captação e depósitos à vista, livremente movimentáveis, é atividade típica e distinta dos bancos comerciais, cooperativas de crédito, bancos múltiplos e caixas econômicas, o que os configura como instituições financeiras monetárias. É a chamada captação a custo zero. Assim, o depósito à vista para o banco é um dinheiro gratuito. Em relação à conta corrente e sua movimentação pode-se afirmar que:

a) no cheque, a quantia a ser paga é determinada sempre pela cifra e nunca pelo extenso, mesmo em caso de divergência entre um e outro.
b) a conta corrente é o produto básico da relação entre o cliente e o banco, pois através dela são movimentados, via depósito, cheques, ordens de pagamento ou doc, os recursos do cliente.
c) os valores depositados em conta corrente em cheque só podem ser movimentados no mesmo dia, via cheque, caso não sejam da mesma praça; caso contrário, darão origem a um "saque sobre valor bloqueado".
d) Os cheques acima de R$ 100,00 devem, obrigatoriamente, serem nominativos, caso contrário, serão devolvidos e o nome do eminente incluído no Cadastro de Eminentes de Cheques sem Fundos.
e) E) Os cheques cruzados, assim com os cheques administrativos, são movimentados com se fossem dinheiro. Uma vez que podem ser descontados.

✍ **Comentário**:
(A) Errada**.** Como já foi visto em exercícios anteriores, a quantia a ser paga pelo cheque é a indicada por extenso: "Art . 12 "Feita a indicação da quantia em algarismos e por extenso, prevalece esta no caso de divergência."
(B) Correta**.**
(C) Errada**.** Essa alternativa apresenta duas afirmações erradas. A primeira é a que os cheques podem ser movimentados no mesmo dia. Mesmo sendo da mesma praça os cheques não podem ser movimentados no mesmo dia devido ao prazo de bloqueio ou prazo de compensação. A segunda é que se os cheques forem movimentados no mesmo dia originarão um "saque sobre bloqueio". Atenção: **não existe a possibilidade de saque sobre bloqueio!** Enquanto durar o prazo de compensação, o acesso aos créditos originados pelo depósito em cheque ficam inacessíveis ou, como se diz na linguagem de banco, bloqueados.
(D) Errada**.** A alternativa está parcialmente correta. É certo afirmar que os cheques acima de R$ 100,00 devem obrigatoriamente ser nominativos sob pena de devolução do mesmo. Entretanto, a devolução por falta de indicação nominal ao portador não acarreta a inclusão do emitente no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos (CCF). A inclusão no CCF ocorre quando o motivo da devolução for a inexistência de fundos, e somente na segunda apresentação do cheque.
(E) Errada**.** Temos aí uma questão que se repete em concursos diferentes. Atenção: Os cheques cruzados não podem ser descontados, apenas depositados.

6. (Caixa Econômica Federal/CESPE/Técnico Bancário Novo/ 2010) O cheque deve conter:

I a denominação cheque inscrita no contexto do título e expressa na língua em que este estiver redigido.
II a ordem condicional de pagar quantia indeterminada.
III o nome do banco ou da instituição financeira que deve pagá-lo (sacado).
IV a indicação do lugar de pagamento, da data e do lugar da emissão.
V a assinatura do emitente (sacador), ou de seu mandatário com poderes especiais.

Estão certos apenas os itens:

A - I, II, III e IV.
B - I, II, III e V.
C - I, II, IV e V.
D - I, III, IV e V.
E - II, III, IV e V.

✍ **Comentário**:
O item II está incorreto, pois, segundo o art 1 º inciso II da Lei 7.357 consta: "A ordem incondicional de pagar quantia determinada."
Gabarito: D

7. (CESGRANRIO / 2012 / Caixa / Técnico Bancário) O cheque é considerado pelo Banco Central uma ordem de pagamento à vista e um título de crédito com características peculiares.

O cheque cruzado, por exemplo, poderá ser pago somente em forma de

a) depósito em conta
b) documento de crédito (DOC)
c) saque direto no caixa
d) ordem de pagamento
e) transferência eletrônica direta (TED)

✍ **Comentário**:
O cheque cruzado é aquele que pode ser pago somente mediante crédito em conta corrente, ou seja, via depósito bancário. O cruzamento do cheque impede que ele seja sacado na boca do caixa.
Gabarito: A

Compensação de cheques

A compensação de cheques consiste no acerto de contas entre os bancos, referente aos cheques depositados em estabelecimentos diferentes dos sacados.

Esse serviço é prestado pelo Banco do Brasil, que é o executante da Compe (Centralizadora de Compensação de Cheques), sistema regulamentado pelo Banco Central e do qual todos os bancos com carteira comercial no Brasil participam.

Elementos

Segundo definição do Banco Central, o cheque é uma ordem de pagamento em papel, com a qual o cliente informa que o banco do qual é correntista deve pagar, retirando de sua conta, uma determinada quantia a que recebe o cheque.

Um pagamento em cheque envolve os seguintes elementos:

- **Emitente:** é um correntista (pessoa física ou jurídica) de algum banco comercial que preenche e efetua um pagamento com um cheque;
- **Beneficiário**: quem recebe o cheque. Ele pode depositar o cheque em sua própria conta corrente ou procurar o banco no qual o emitente tem conta e receber o valor descrito lá;
- **Banco sacado**: banco do cliente que emitiu o cheque;
- **Banco acolhedor**: onde o cheque será depositado.

Prazos de compensação:

O prazo de liberação do valor **dos cheques da praça** é de:

Prazos máximos de bloqueio para cheque depositado, em função do valor (Contados do dia útil seguinte ao do depósito) (*)	
valor igual ou superior a R$ 300,00	**até R$ 299,99**
Um dia útil	Dois dias úteis

(*) Fonte: http://www.bcb.gov.br/?chequeprazo (acesso em 21/01/2014)

OBS.: Os prazos de liberação do valor de **cheques de outras praças**, liquidados pela compensação nacional, variam **de três a seis dias úteis**.

Os prazos de bloqueio citados acima podem ser alterados em função das seguintes ocorrências:

- feriado local na praça sacada: acréscimo de um dia útil;
- inoperância da Compe: prorrogação até o dia útil seguinte ao do restabelecimento do sistema.

Quando os valores depositados ficam disponíveis?

- Para saque, os valores ficam liberados no dia útil seguinte ao último dia do prazo de bloqueio.
- Para compensar débitos na respectiva conta corrente do depositante, os valores depositados ficam disponíveis na noite do último dia do prazo de bloqueio.

Fique ligado: O banco não pode cobrar tarifas pela compensação de cheques. Pois a compensação de cheques é considerada "serviço essencial".

✍ **Questões de concurso comentada**

1. (CESGRANRIO / 2012 / Caixa / Técnico Bancário) O prazo de bloqueio dos cheques varia em função dos seus valores.

Para a liberação dos depósitos de cheques com valores inferiores a R$ 300,00, o prazo é de até

a) um dia útil, a contar da data do depósito.
b) dois dias úteis, contados a partir do dia útil seguinte ao do depósito.
c) dois dias corridos, contados a partir do dia útil seguinte ao depósito.
d) três dias corridos, a contar da data do depósito.
e) quatro dias úteis, a contar da data do depósito.

✍ **Comentário**:
O prazo é contado a partir do dia **útil** seguinte ao do depósito, sendo de:
- até 2 dias úteis para cheques de valor inferior a R$ 300,00
- 1 dia útil para cheques de valor igual ou superior a R$ 300,00.

Gabarito: B

Sistema de Pagamentos Brasileiro

Introdução

Até meados dos anos 90, as mudanças no Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB foram motivadas pela necessidade de se lidar com altas taxas de inflação e, por isso, o progresso tecnológico então alcançado visou principalmente o aumento da velocidade de processamento das transações financeiras.

Na reforma conduzida pelo Banco Central do Brasil em 2001 e 2002, o foco foi redirecionado para a administração de riscos. Nessa linha, a entrada em funcionamento do Sistema de Transferência de Reservas - STR, em 22 de abril daquele ano, marca o início de uma nova fase do SPB. Com esse sistema, operado pelo Banco Central do Brasil, o País ingressou no grupo de países em que transferências de fundos interbancárias podem ser liquidadas em tempo real, em caráter irrevogável e incondicional. Esse fato, por si só, possibilita redução dos riscos de liquidação nas operações interbancárias, com consequente redução também do risco sistêmico, isto é, o risco de que a quebra de um banco provoque a quebra em cadeia de outros bancos, no chamado "efeito dominó".

Outra alteração importante ocorreu no regime de operação das contas de reservas bancárias. A partir de 24 de junho de 2002, depois de observada uma regra de transição, qualquer transferência de fundos entre contas da espécie passou a ser condicionada à existência de saldo suficiente de recursos na conta do participante emitente da correspondente ordem. Com isso houve significativa redução no risco de crédito incorrido pelo Banco Central do Brasil.

A liquidação em tempo real, operação por operação, a partir de 22 de abril de 2002, passou a ser utilizada também nas operações com títulos públicos federais cursadas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, o que se tornou possível com a interconexão entre esse sistema e o STR. A liquidação dessas operações agora observa o chamado modelo 1 de entrega contra pagamento.

A reforma de 2002, entretanto, foi além da implantação do STR e da alteração do *modus operandi* do Selic. Para redução do risco sistêmico, que era o objetivo maior da reforma, foram igualmente importantes algumas alterações legais. Nesse sentido, a Lei 10.214, de março de 2001, reconheceu a compensação multilateral nos sistemas de compensação e de liquidação e estabeleceu que, em todo sistema de compensação multilateral considerado sistemicamente importante, a correspondente entidade operadora deve atuar como contraparte central e assegurar a liquidação de todas as operações cursadas.

Todas essas alterações tiveram o propósito de fortalecer o sistema financeiro, dando, assim, continuidade à reestruturação iniciada, em 1995, com o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional - Proer e, mais adiante, com o Programa de Incentivo à Redução da Participação do Setor Público Estadual na Atividade Bancária - Proes. Como se observa, no início do processo o foco esteve direcionado para o fortalecimento das instituições financeiras, via fusões e transferências de controle, e para a redução da presença do setor público na atividade bancária.

Mais recentemente, o Banco Central do Brasil tem procurado atuar de forma mais intensiva também no sentido de promover o desenvolvimento dos sistemas de pagamentos de varejo, visando, sobretudo, ganhos de eficiência relacionados, por exemplo, com o maior uso de instrumentos eletrônicos de pagamento, com a melhor utilização das redes de máquinas de atendimento automático (ATM) e de transferências de crédito a partir do ponto de venda (PDV), bem como com a maior integração entre os pertinentes sistemas de compensação e de liquidação.

Visão geral do sistema de pagamentos brasileiro

O Sistema de Pagamentos Brasileiro - SPB apresenta alto grau de automação, com crescente utilização de meios eletrônicos para transferência de fundos e liquidação de obrigações, em substituição aos instrumentos baseados em papel. A maior eficiência e, em especial, a redução dos prazos de transferência de recursos sempre se colocaram como pontos centrais no processo de evolução do SPB até meados da década de 90, presente o ambiente de inflação crônica até então existente no país. Na reforma conduzida pelo Banco Central do Brasil em 2001 e 2002, o foco foi redirecionado para a questão do gerenciamento de riscos no âmbito dos sistemas de compensação e de liquidação.

De um lado, a base legal relacionada com os sistemas de liquidação foi fortalecida por intermédio da Lei 10.214, de 2001, que, entre outras disposições, reconhece a compensação multilateral e possibilita a efetiva realização de garantias no âmbito desses sistemas mesmo no caso de insolvência civil de participante, além de obrigar as entidades operadoras de sistemas considerados sistemicamente importantes a atuarem como contraparte central e, ressalvado o risco de emissor, assegurarem a liquidação de todas as operações. De outro lado, entraram em operação, em abril de 2002, um sistema de liquidação bruta em tempo real, o Sistema de Transferência de Reservas - STR, operado pelo Banco Central do Brasil, e um sistema especial para liquidação de operações interbancárias de câmbio, a Câmara de Câmbio da BM&F, bem como foi alterado o *modus operandi* do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – Selic, também operado pelo Banco Central do Brasil, o qual, a partir do citado mês, passou a liquidar operações com títulos públicos federais em tempo real.

Todos os Direitos Reservados – **www.autodidataeditora.com.br** – Proibida a cópia e distribuição

As entidades que atuam como contraparte central adotam adequados mecanismos de proteção, tais como, dependendo do tipo de sistema e da natureza das operações cursadas, limites operacionais, chamadas de margem, depósitos de garantias e fundos de garantia de liquidação. O princípio da entrega contra pagamento é observado em todos os sistemas de compensação e de liquidação de títulos e valores mobiliários. No caso de operação envolvendo moeda estrangeira, o princípio correspondente à situação, de pagamento contra pagamento, também é observado se a liquidação ocorrer por intermédio da Câmara de Câmbio da BM&F.

O STR é, por assim dizer, o centro de liquidação das operações interbancárias em decorrência da conjugação dos seguintes fatos: primeiro, por disposição legal (Lei 4.595), todas as instituições bancárias (instituições que captam depósitos à vista) têm de manter suas disponibilidades de recursos no Banco Central do Brasil; segundo, por determinação regulamentar (Circular 3.057), os resultados líquidos apurados nos sistemas de liquidação considerados sistemicamente importantes devem ter sua liquidação final no Banco Central do Brasil, em contas de reservas bancárias; e finalmente, também por disposição regulamentar (Circular 3.101), todas as transferências de fundos entre contas de reservas bancárias têm de ser feitas por intermédio do STR.

Transferências interbancárias de fundos são também liquidadas por intermédio da Câmara Interbancária de Pagamentos – CIP, da Centralizadora da Compensação de Cheques – Compe e da Câmara TecBan. O Sitraf, um dos sistemas operados pela CIP, utiliza modelo híbrido de liquidação, o qual combina características dos sistemas de liquidação diferida (LDL) e dos sistemas de liquidação bruta (LBTR). O Siloc, que também é operado pela CIP, a Compe e a Câmara TecBan são sistemas LDL com compensação multilateral de obrigações. No caso do Siloc e da Compe, a liquidação é em D+1 e no da Câmara TecBan, D ou D+1 dependendo do horário em que originada a transferência de fundos.

Para o suave funcionamento do sistema de pagamentos no ambiente de liquidação em tempo real , três aspectos são especialmente importantes: primeiro, o Banco Central do Brasil concede, aos participantes do STR, titulares de conta de reservas bancárias, crédito intradia na forma de operações compromissadas com títulos públicos federais, sem custos financeiros, a operação de volta é igual ao preço da operação de ida; segundo, a verificação de cumprimento dos recolhimentos compulsórios é feita com base em saldos de final do dia, valendo dizer que esses recursos podem ser livremente utilizados ao longo do dia para fins de liquidação de obrigações; por último, o Banco Central do Brasil, se e quando julgar necessário, pode acionar rotina para otimizar o processo de liquidação das ordens de transferência de fundos mantidas em filas de espera no âmbito do STR.

Na liquidação de operações com títulos e valores mobiliários, o SPB apresenta certa segmentação. O Selic, conforme já mencionado, liquida operações com títulos públicos federais em tempo real. A Câmara de Ativos da BM&F também liquida operações com esses títulos, segundo sistemática diferenciada. A Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC liquida principalmente operações com ações realizadas na Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa e na Sociedade Operadora do Mercado de Ativos - Soma. Os títulos de dívida corporativa são liquidados principalmente por intermédio da Câmara de Custódia e Liquidação - Cetip.
A BM&F, além da Câmara de Ativos e da Câmara de Câmbio, opera sistema de liquidação de operações com derivativos (Câmara de Derivativos). Quase todos os títulos são desmaterializados, existindo apenas sob a forma de registros eletrônicos. Os sistemas de negociação, de compensação e de liquidação são altamente automatizados e *STP (straight-through processing)* é amplamente utilizado.

Fonte: Banco Central do Brasil – www.bcb.gov.br

✍ Questões comentadas de concursos

1. (CESPE / Caixa / Técnico Bancário Novo / 2010) Os princípios fundamentais que norteiam o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) incluem:

I o reconhecimento da compensação multilateral no âmbito dos sistemas de compensação e de liquidação.
II a existência de dispositivos que garantam a exequibilidade dos ativos oferecidos em garantia, no caso de quebra de participante em sistema de compensação e de liquidação.
III a permissão para os participantes realizarem operações com saldo a descoberto nas contas de liquidação mantidas no BACEN.
IV a obrigatoriedade de que, em todo o sistema de liquidação considerado sistemicamente importante pelo BACEN, a entidade operadora atue como contraparte central.
V o estabelecimento para o funcionamento do SPB em conformidade com as recomendações feitas por organismos financeiros internacionais.

Estão certos apenas os itens:

a) I, II, III e IV.
b) I, II, III e V.
c) I, II, IV e V.
d) I, III, IV e V.
e) II, III, IV e V.

✍ Comentário

Com a criação do STR (Sistema de Transferência de Reservas) as transações interbancárias passaram a se dar multilateralmente, ou seja, envolvendo simultaneamente todas as instituições financeiras ligadas ao STR em tempo real e em caráter irrevogável e incondicional. Esse sistema minimizou sensivelmente o nível de risco das transações, uma vez que as transferências interbancárias (DOC ou TED) e a compensação de cheques passaram a ter caráter definitivo. Isso significa que uma vez feitas, não poderão mais ser canceladas. O STR também permitiu ao Banco Central (BACEN) fiscalizar em tempo real as reservas de cada instituição financeira, impossibilitando que transferências de fundos entre elas possam ser feitas sem saldo. Devido principalmente as mudanças introduzidas pelo STR o Sistema de Pagamentos Brasileira entrou em consonância com os mais altos padrões de organização do sistema financeiro de países avançados. Portanto, das afirmativas acima somente a III está incorreta, já que as operações interbancárias não podem ser feitas com saldo a descoberto (sem saldo).
Gabarito: C

2. (CESPE / Caixa / Técnico Bancário Novo/ 2010) Assinale a opção correta com relação ao SPB:

a) Nos termos da regulamentação editada pelo BACEN, entende-se por certeza de liquidação a garantia de que a operação será liquidada até o limite das margens depositadas pelo participante, independentemente de aceitação pelo sistema de liquidação.
b) Denominam-se prestadores de serviço de compensação e de liquidação as pessoa jurídicas cujo objeto social consista unicamente na prestação de serviços de rede e de suporte tecnológico para câmaras de compensação e liquidação.
c) Em conformidade com a regulamentação infralegal do SPB, é vedado a um sistema de liquidação combinar características dos sistemas de liquidação diferida e dos sistemas de liquidação bruta em tempo real.
d) Faculta-se as câmaras que operam sistemas de liquidação sistematicamente importantes manter contas de liquidação no BACEN, no entanto, caso decidam não manter tais contas, devem firmar convenio com instituição financeira para a utilização de sua conta reservas bancarias.
e) As instituições titulares de contas reservas bancárias são participantes obrigatórias do Sistema de Transferência de Reservas, operados pelo BACEN.

✍ **Comentário**
Somente saldo suficiente não implicará automaticamente na execução da operação financeira. É também necessário que a operação esteja de acordo com as normativas do sistema de liquidação, como o correto preenchimento da TED (transferência eletrônica direta), por exemplo. Ou ainda, para que uma operação seja acatada é necessário obrigatoriamente que as instituições financeiras envolvidas sejam participantes do STR.
Gabarito: E

3. (CESGRANRIO / Caixa Econômica Federal / Técnico Bancário / Tecnologia da Informação / 2008) O Sistema de Pagamentos Brasileiro é o conjunto de procedimentos, regras, instrumentos e operações integrados que, por meio eletrônico, dão suporte à movimentação financeira entre os diversos agentes econômicos do mercado brasileiro. Sua função básica é:

a) permitir a transferência de recursos financeiros, e o processamento e liquidação de pagamentos para pessoas físicas, jurídicas e entes governamentais.
b) realizar a adaptação das instituições financeiras brasileiras aos mercados bancários internacionais, facilitando os pagamentos e a movimentação financeira.
c) conduzir as operações de redesconto e de transferências unilaterais de crédito entre pessoas físicas, jurídicas, entes governamentais e instituições estrangeiras.
d) conduzir as operações de pagamentos no mercado bancário e comercial brasileiro, utilizando o sistema de compensação nacional.
e) reestruturar as operações de empréstimos e pagamentos, principalmente as operações de *leasing*, CDC e cartão de crédito.

✍ **Comentário**
O Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) é o conjunto de procedimentos, regras, instrumentos e operações integradas que, por meio eletrônico, dão suporte à movimentação financeira entre os diversos agentes econômicos do mercado brasileiro, tanto em moeda local quanto estrangeira, visando a maior proteção contra rombos ou quebra em cadeia de instituições financeiras. Sua função básica é permitir a transferência de recursos financeiros, o processamento e liquidação de pagamentos para pessoas físicas, jurídicas e entes governamentais.
Gabarito: A

4. (CESPE / Caixa / Técnico Bancário / 2006) Até meados dos anos 90 do século passado, as mudanças no Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) foram motivadas pela necessidade de se lidar com altas taxas de inflação e, por isso, o progresso tecnológico então alcançado visou principalmente ao aumento da velocidade de processamento das transações financeiras. Na reforma recentemente conduzida pelo BACEN, o foco foi redirecionado para a administração de riscos. Nessa linha, a entrada em funcionamento do Sistema de Transferência de Reservas (STR), em 22/4/2002, marca o início de uma nova fase do SPB. Considerando o texto acima, julgue os itens a seguir, com base nos fundamentos do atual SPB:

01 - O SPB é operado pelo BACEN e as transferências de fundos interbancárias, que podem ser liquidadas em tempo real, têm caráter revogável e condicional.
02 - O atual SPB possibilita a redução dos riscos de liquidação
nas operações interbancárias, com conseqüente redução do risco sistêmico, isto é, do risco de que a quebra de um banco provoque a quebra em cadeia de outros bancos.
03 - Compete ao ministro da Fazenda definir quais sistemas de liquidação são considerados sistemicamente importantes.
04 - No âmbito de um sistema de compensação e de liquidação, não é admitida compensação multilateral de obrigações.
05 - No Brasil, as transferências de crédito interbancárias por não-bancos, a partir da implantação do novo SPB, passaram a ser feitas unicamente por meio das transferências eletrônicas disponíveis (TED).
06 - Na nova fase do SPB, a liquidação em tempo real passou a ser utilizada nas operações com títulos públicos federais transacionados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC).

✍ **Comentário**
Já vimos nas questões anteriores que as transferências interbancárias são liquidadas em caráter irrevogável e incondicional para aumentar a segurança do SPB. Sabemos também que é o BACEN o responsável por fiscalizar e acompanhar as liquidações feitas no SPB, não cabendo ao Ministro da Fazenda parte nesse processo. Vimos também nas questões anteriores que as liquidações são multilaterais no SPB, ou seja, envolvem simultaneamente todas as instituições financeiras participantes do STR. Também fez parte dos exercícios anteriores o entendimento de que o SELIC passou a operar de forma similar ao STR, sendo as liquidações nesse sistema também de forma eletrônica e em tempo real, porém restritas ao âmbito dos títulos públicos federais.
Gabarito:
01) Errado
02) Certo
03) Errado
04) Errado
05) Errado
06) Certo

5. (CESGRANRIO / 2012 / Caixa / Técnico Bancário) Com as alterações do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), o Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) passou a liquidar as operações com títulos públicos federais em

a) dois dias úteis
b) três dias úteis
c) uma semana
d) tempo real
e) curto prazo

✍ **Comentário**
Na reforma conduzida pelo Banco Central do Brasil em 2001 e 2002, o foco foi redirecionado para a administração de riscos. Nessa linha, a entrada em funcionamento do Sistema de Transferência de Reservas - STR, em 22 de abril daquele ano, marca o início de uma nova fase do SPB. Com esse sistema, operado pelo Banco Central do Brasil, o País ingressou no grupo de países em que transferências de fundos interbancárias podem ser liquidadas em tempo real, em caráter irrevogável e incondicional. A liquidação em tempo real, operação por operação, a partir de 22 de abril de 2002, passou a ser utilizada também nas operações com títulos públicos federais cursadas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic.
Gabarito: D

Estrutura do sistema financeiro nacional

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) representa o conjunto de instituições públicas e privadas que mantêm e intermedeiam o fluxo de recursos entre poupadores e investidores. Assim, permite que um agente econômico superavitário, detentor de poupança, seja colocado em contato com outro deficitário, usuário de capital. Tem como órgão normativo máximo o Conselho Monetário Nacional (CMN).

Segundo o art. 1º da Lei nº 4.595/64[2] — que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias —, o sistema Financeiro Nacional será constituído:

> I - do Conselho Monetário Nacional;
> II - do Banco Central do Brasil;
> III - do Banco do Brasil S. A.;
> IV - do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico;
> V - das demais instituições financeiras públicas e privadas.

Segundo a mesma lei, Art. 17, entende-se como instituição financeira: "as pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros."

Podemos, também, dizer que o Sistema Financeiro Nacional é integrado por órgãos **normativos**, **entidades supervisoras** e **operadores**, conforme consta no *site* do Banco Central. Confira:

Composição do Sistema Financeiro Nacional

[2] Fonte: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4595.htm>

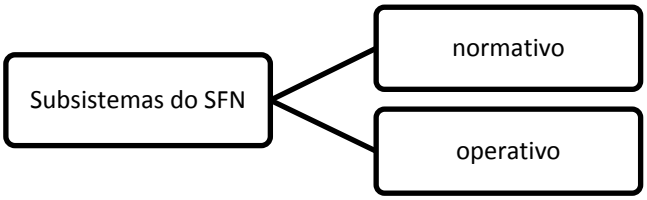
<table>
<tr><th>Orgãos normativos</th><th>Entidades supervisoras</th><th colspan="4">Operadores</th></tr>
<tr><td rowspan="2">Conselho Monetário Nacional - CMN</td><td>Banco Central do Brasil - Bacen</td><td>Instituições financeiras captadoras de depósitos à vista</td><td>Demais instituições financeiras
Bancos de Câmbio</td><td colspan="2" rowspan="2">Outros intermediários financeiros e administradores de recursos de terceiros</td></tr>
<tr><td>Comissão de Valores Mobiliários - CVM</td><td>Bolsas de mercadorias e futuros</td><td>Bolsas de valores</td></tr>
<tr><td>Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP</td><td>Superintendência de Seguros Privados - Susep</td><td>Resseguradores</td><td>Sociedades seguradoras</td><td>Sociedades de capitalização</td><td>Entidades abertas de previdência complementar</td></tr>
<tr><td>Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC</td><td>Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC</td><td colspan="4">Entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão)</td></tr>
</table>

(Fonte: <http://www.bcb.gov.br/?SFNCOMP>)

Cada um dos órgãos e entidades acima serão explicados detalhadamente mais adiante nesta apostila.

Subsistemas do SFN

Segundo a Febraban (Federação Brasileira de Bancos), o Sistema Financeiro Nacional divide-se em dois grandes grupos distintos e complementares, denominados subsistemas.



• **Subsistema normativo:** formado por instituições que estabelecem as regras e as diretrizes de funcionamento, além de definir os parâmetros para a intermediação financeira e fiscalizar a atuação das instituições operativas. Tem em sua composição o Conselho Monetário Nacional (CMN), o Banco Central do Brasil (Bacen), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Instituições Especiais (Banco do Brasil, BNDES e Caixa Econômica Federal).

• **Subsistema operativo:** Em sua composição estão as instituições que atuam na intermediação financeira e tem como função operacionalizar a transferência de recursos entre fornecedores de fundos e os tomadores de recursos, a partir das regras, diretrizes e parâmetros definidos pelo subsistema normativo. Estão nessa categoria as instituições financeiras bancárias e não bancárias, o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), além das instituições não financeiras e auxiliares.

✍ Questões de concursos comentadas

1. (FCC/2011/Banco do Brasil/Escriturário/Ed. 3) O Sistema Financeiro Nacional é integrado por:

a) Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão.
b) Secretaria do Tesouro Nacional e Conselho Monetário Nacional.
c) órgãos normativos, entidades supervisoras e operadores.
d) Receita Federal do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários.
e) Secretarias estaduais da Fazenda e Ministério da Fazenda.

✍ Comentário
O Sistema Financeiro Nacional é integrado por órgãos normativos, entidades supervisoras e operadores.
Gabarito: C

2. (CESPE/2008/Banco do Brasil/Escriturário/Ed. 1) O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é composto por órgãos de regulação, instituições financeiras, instituições auxiliares públicas e privadas, que atuam na intermediação de recursos dos agentes econômicos (pessoas, empresas, governo). Com relação ao SFN, julgue o item a seguir.

Há dois grandes grupos de entidades no SFN: o subsistema normativo, que trata da regulação e da fiscalização, e o subsistema operativo, que trata da intermediação, do suporte operacional e da administração.

✍ Comentário
O item está correto. Definiu de forma resumida a função dos dois subsistemas do SFN: normativo e operativo.
Gabarito: Certo

3. (CESPE/2009/Banco do Brasil/Escriturário) O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é composto por órgãos de regulação, por instituições financeiras e auxiliares, públicas e privadas, que atuam na intermediação de recursos dos agentes econômicos (pessoas, empresas, governo). Com relação ao SFN, julgue o item a seguir.

São consideradas instituições financeiras as pessoas jurídicas, públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, a intermediação ou a aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros.

✍ **Comentário**
A definição está de acordo com o art. 17 da Lei 4.595/64.
Gabarito: Certo

4. (CESPE/ 2009/Banco do Brasil/Escriturário) O SFN atua na intermediação financeira, ou seja, no processo pelo qual os agentes que estão superavitários, com sobra de dinheiro, transferem esses recursos para aqueles que estejam deficitários, com falta de dinheiro.

✍ **Comentário**
Um sistema financeiro pode ser entendido como um conjunto de instituições públicas e privadas que mantêm e intermedeiam o fluxo de recursos entre poupadores e investidores, ou seja, ocupa-se da transferência de recursos dos agentes econômicos superavitários para os agentes deficitários.
Gabarito: Certo

5. (CESGRANRIO/2008/Caixa/Escriturário) O Sistema Financeiro Nacional (SFN), conhecido também como Sistema Financeiro Brasileiro, compreende um vasto sistema que abrange grupos de instituições, entidades e empresas. Nesse sentido, o Sistema Financeiro Nacional é compreendido por:

a) uma rede de instituições bancárias, ONG, entidades e fundações que visam principalmente à transferência de recursos financeiros para empresas com *deficit* de caixa.
b) um conjunto de instituições financeiras e instrumentos financeiros que visam, em última análise, a transferir recursos dos agentes econômicos (pessoas, empresas, governo) superavitários para os deficitários.
c) dois subsistemas: um normativo e outro de intermediação financeira, sendo que este último é composto por instituições que estabelecem diretrizes de atuação das instituições financeiras operativas, como a Comissão de Valores Mobiliários.
d) instituições financeiras e filantrópicas, situadas no território nacional, que têm como objetivo principal o financiamento de obras públicas e a participação ativa em programas sociais.
e) agentes econômicos e não econômicos que objetivam a transferência de recursos financeiros, desde que previamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários, para os demais agentes participantes do sistema.

✍ **Comentário**
O sistema Financeiro Nacional (SFN) representa o conjunto de instituições públicas e privadas que mantêm e intermedeiam o fluxo de recursos entre poupadores e investidores. Assim, permite que um agente econômico superavitário, detentor de poupança, seja colocado em contato com outro deficitário, usuário de capital.
Gabarito: B

6. (FUNDAÇÃO SOUSÂNDRADE/2007/ BNB/Analista Bancário) Julgue os itens a seguir.

I – O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é composto por um conjunto de instituições públicas e privadas e tem como órgão normativo máximo o Conselho Monetário Nacional (CMN).
II – O SFN envolve dois grandes subsistemas: um normativo e outro de intermediação financeira, sendo que este último é composto por instituições que estabelecem diretrizes de atuação das instituições financeiras operativas, como a Comissão de Valores Mobiliários, por exemplo.

III – Um sistema financeiro, grosso modo, pode ser entendido como um conjunto de instituições e instrumentos que, em última análise, se ocupa da transferência de recursos dos agentes econômicos superavitários para os agentes deficitários.

✍ **Comentário**
Item I – Certo.
Item II – Errado. O correto é: "O SFN envolve dois grandes subsistemas: um normativo e outro de intermediação financeira (operativo), sendo que o primeiro é composto por instituições que estabelecem diretrizes de atuação das instituições financeiras operativas, como a Comissão de Valores Mobiliários, por exemplo."
Item III – Certo.

Conselho Monetário Nacional

O Conselho Monetário Nacional (CMN) é um órgão normativo e deliberativo.

Tem por finalidade formular a política da moeda e do crédito, visando ao progresso econômico e social do país (art. 2º da Lei nº 4.595/64).

Objetivos do CMN

Segundo art. 3º da Lei nº 4.595/64, a política do Conselho Monetário Nacional objetivará:

> I - Adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia nacional e seu processo de desenvolvimento;
> II - Regular o valor interno da moeda, para tanto prevenindo ou corrigindo os surtos inflacionários ou deflacionários de origem interna ou externa, as depressões econômicas e outros desequilíbrios oriundos de fenômenos conjunturais;

III - Regular o valor externo da moeda e o equilíbrio no balanço de pagamento do País, tendo em vista a melhor utilização dos recursos em moeda estrangeira;
IV - Orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras, quer públicas, quer privadas; tendo em vista propiciar, nas diferentes regiões do País, condições favoráveis ao desenvolvimento harmônico da economia nacional;
V - Propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros, com vistas à maior eficiência do sistema de pagamentos e de mobilização de recursos;
VI - Zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras;
VII - Coordenar as políticas monetária, creditícia, orçamentária, fiscal e da dívida pública, interna e externa.

Competências do Conselho Monetário Nacional

Segundo art. 4º da Lei nº 4.595/64, encontramos as seguintes informações sobre as competências do CMN:

Art. 4º Compete ao Conselho Monetário Nacional, segundo diretrizes estabelecidas pelo Presidente da República:

I - Autorizar as emissões de papel-moeda as quais ficarão na prévia dependência de autorização legislativa quando se destinarem ao financiamento direto pelo Banco Central da República do Brasil, das operações de crédito com o Tesouro Nacional, nos termos do artigo 49 desta Lei. (Vide Lei nº 8.392, de 30.12.91)

O Conselho Monetário Nacional pode, ainda autorizar o Banco Central da República do Brasil a emitir, anualmente, até o limite de 10% (dez por cento) dos meios de pagamentos existentes a 31 de dezembro do ano anterior, para atender as exigências das atividades produtivas e da circulação da riqueza do País, devendo, porém, solicitar autorização do Poder Legislativo, mediante Mensagem do Presidente da República, para as emissões que, justificadamente, se tornarem necessárias além daquele limite.

Quando necessidades urgentes e imprevistas para o financiamento dessas atividades o determinarem, pode o Conselho Monetário Nacional autorizar as emissões que se fizerem indispensáveis, solicitando imediatamente, através de Mensagem do Presidente da República, homologação do Poder Legislativo para as emissões assim realizadas;
II - Estabelecer condições para que o Banco Central da República do Brasil emita moeda-papel de curso forçado, nos termos e limites decorrentes desta Lei, bem como as normas reguladoras do meio circulante;

Fique ligado:
O CMN autoriza as emissões de papel-moeda.
Banco Central do Brasil emite moeda-papel.

III - Aprovar os orçamentos monetários, preparados pelo Banco Central da República do Brasil, por meio dos quais se estimarão as necessidades globais de moeda e crédito;
IV - Determinar as características gerais das cédulas e das moedas;
V - Fixar as diretrizes e normas da política cambial, inclusive quanto a compra e venda de ouro e quaisquer operações em Direitos Especiais de Saque e em moeda estrangeira;
VI - Disciplinar o crédito em todas as suas modalidades e as operações creditícias em todas as suas formas, inclusive aceites, avais e prestações de quaisquer garantias por parte das instituições financeiras;
VII - Coordenar a política de que trata o art. 3º desta Lei com a de investimentos do Governo Federal;
VIII - Regular a constituição, funcionamento e fiscalização dos que exercerem atividades subordinadas a esta lei, bem como a aplicação das penalidades previstas;
IX - Limitar, sempre que necessário, as taxas de juros, descontos comissões e qualquer outra forma de remuneração de operações e serviços bancários ou financeiros, inclusive os prestados pelo Banco Central da República do Brasil, assegurando taxas favorecidas aos financiamentos que se destinem a promover:
- recuperação e fertilização do solo;
- reflorestamento;
- combate a epizootias e pragas, nas atividades rurais;
- eletrificação rural;
- mecanização;
- irrigação;
- investimento indispensáveis às atividades agropecuárias;
X - Determinar a percentagem máxima dos recursos que as instituições financeiras poderão emprestar a um mesmo cliente ou grupo de empresas;
XI - Estipular índices e outras condições técnicas sobre encaixes, mobilizações e outras relações patrimoniais a serem observadas pelas instituições financeiras;
XII - Expedir normas gerais de contabilidade e estatística a serem observadas pelas instituições financeiras;
XIII - Delimitar, com periodicidade não inferior a dois anos o capital mínimo das instituições financeiras privadas, levando em conta sua natureza, bem como a localização de suas sedes e agências ou filiais;
XIV - Determinar recolhimento de até 60% (sessenta por cento) do total dos depósitos e/ou outros títulos contábeis das instituições financeiras, seja na forma de subscrição de letras ou obrigações do Tesouro Nacional ou compra de títulos da Dívida Pública Federal, seja através de recolhimento em espécie, em ambos os casos entregues ao Banco Central do Brasil, na forma e condições que o Conselho Monetário Nacional determinar, podendo este:
a) adotar percentagens diferentes em função;
- das regiões geo-econômicas;
- das prioridades que atribuir às aplicações;
- da natureza das instituições financeiras;
b) determinar percentuais que não serão recolhidos, desde que tenham sido reaplicados em financiamentos à agricultura, sob juros favorecidos e outras condições fixadas pelo Conselho Monetário Nacional; (Redação dada pelo Del nº 1.959, de 14/09/82) (Vide art. 10, inciso III)

XV - Estabelecer para as instituições financeiras públicas, a dedução dos depósitos de pessoas jurídicas de direito público que lhes detenham o controle acionário, bem como dos das respectivas autarquias e sociedades de economia mista, no cálculo a que se refere o inciso anterior;
XVI - Enviar obrigatoriamente ao Congresso Nacional, até o último dia do mês subsequente, relatório e mapas demonstrativos da aplicação dos recolhimentos compulsórios;
XVII - Regulamentar, fixando limites, prazos e outras condições, as operações de redesconto e de empréstimo, efetuadas com quaisquer instituições financeiras públicas e privadas de natureza bancária;
XVIII - Outorgar ao Banco Central da República do Brasil o monopólio das operações de câmbio quando ocorrer grave desequilíbrio no balanço de pagamentos ou houver sérias razões para prever a iminência de tal situação;
XIX - Estabelecer normas a serem observadas pelo Banco Central da República do Brasil em suas transações com títulos públicos e de entidades de que participe o Estado;
XX - Autoriza o Banco Central da República do Brasil e as instituições financeiras públicas federais a efetuar a subscrição, compra e venda de ações e outros papéis emitidos ou de responsabilidade das sociedades de economia mista e empresas do Estado;
XXI - Disciplinar as atividades das Bolsas de Valores e dos corretores de fundos públicos;
XXII - Estatuir normas para as operações das instituições financeiras públicas, para preservar sua solidez e adequar seu funcionamento aos objetivos desta lei;
XXIII - Fixar, até quinze (15) vezes a soma do capital realizado e reservas livres, o limite além do qual os excedentes dos depósitos das instituições financeiras serão recolhidos ao Banco Central da República do Brasil ou aplicados de acordo com as normas que o Conselho estabelecer;
XXIV - Decidir de sua própria organização; elaborando seu regimento interno no prazo máximo de trinta (30) dias;
XXV - Decidir da estrutura técnica e administrativa do Banco Central da República do Brasil e fixar seu quadro de pessoal, bem como estabelecer os vencimentos e vantagens de seus funcionários, servidores e diretores, cabendo ao Presidente deste apresentar as respectivas propostas; (Vide Lei nº 9.650, 27.5.1998)
XXVI - Conhecer dos recursos de decisões do Banco Central da República do Brasil; (Vide Lei nº 9.069, de 29.6.1995)
XXVII - aprovar o regimento interno e as contas do Banco Central do Brasil e decidir sobre seu orçamento e sobre seus sistemas de contabilidade, bem como sobre a forma e prazo de transferência de seus resultados para o Tesouro Nacional, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União; (Redação dada pelo Decreto Lei nº 2.376, de 25.11.1987) (Vide art. 10, inciso III)
XXVIII - Aplicar aos bancos estrangeiros que funcionem no País as mesmas vedações ou restrições equivalentes, que vigorem nas praças de suas matrizes, em relação a bancos brasileiros ali instalados ou que nelas desejem estabelecer-se;
XXIX - Colaborar com o Senado Federal, na instrução dos processos de empréstimos externos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para cumprimento do disposto no art. 63, nº II, da Constituição Federal;
XXX - Expedir normas e regulamentação para as designações e demais efeitos do art. 7º, desta lei; (Vide Lei nº 9.069, de 29.6.1995) (Vide Lei nº 9.069, de 29.6.1995)
XXXI - Baixar normas que regulem as operações de câmbio, inclusive swaps, fixando limites, taxas, prazos e outras condições;
XXXII - regular os depósitos a prazo de instituições financeiras e demais sociedades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, inclusive entre aquelas sujeitas ao mesmo controle acionário ou coligadas.

Fique atento a algumas pegadinhas para não errar na prova:

Nos enunciados e nas alternativas das questões é comum as bancas trocarem as instituições "Banco Central do Brasil" por "Banco do Brasil". Note que é totalmente diferente.

Além disso, é comum a troca de pequenos detalhes nos enunciados, como, por exemplo, as palavras "máximo" por "mínimo", "solvência" por "insolvência", "nacional" por "internacional", entre outras.

Membros do CMN

Segundo o art. 8º da Lei 9.069/95[3], o Conselho Monetário Nacional será integrado pelos seguintes membros:

I - Ministro de Estado da Fazenda, na qualidade de Presidente;
II - Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão;
III - Presidente do Banco Central do Brasil.

Comissões Consultivas

Segundo o art. 11 da Lei nº 9.069/95, funcionarão, também, junto ao Conselho Monetário Nacional, as seguintes Comissões Consultivas:

I - de Normas e Organização do Sistema Financeiro;
II - de Mercado de Valores Mobiliários e de Futuros;
III - de Crédito Rural;
IV - de Crédito Industrial;
V - de Crédito Habitacional, e para Saneamento e Infraestrutura Urbana;
VI - de Endividamento Público;
VII - de Política Monetária e Cambial.

[3] Fonte: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9069.htm>

✍ **Questões de concursos comentadas**

1. (CESGRANRIO/ 2012/ Banco do Brasil/ Escriturário/ Ed. 1) O Sistema Financeiro Nacional é formado por um conjunto de instituições voltadas para a gestão da política monetária do Governo Federal, cujo órgão deliberativo máximo é o Conselho Monetário Nacional.

As funções do Conselho Monetário Nacional são:

a) assessorar o Ministério da Fazenda na criação de políticas orçamentárias de longo prazo e verificar os níveis de moedas estrangeiras em circulação no país.
b) definir a estratégia da Casa da Moeda, estabelecer o equilíbrio das contas públicas e fiscalizar as entidades políticas.
c) estabelecer as diretrizes gerais das políticas monetária, cambial e creditícia; regular as condições de constituição, funcionamento e fiscalização das instituições financeiras e disciplinar os instrumentos das políticas monetária e cambial.
d) fornecer crédito a pequenas, médias e grandes empresas do país, e fomentar o crescimento da economia interna a fim de gerar um equilíbrio nas contas públicas, na balança comercial e, consequentemente, na política cambial.
e) secretariar e assessorar o Sistema Financeiro Nacional, organizando as sessões deliberativas de crédito e mantendo seu arquivo histórico.

✍ **Comentário**
Conforme a Lei nº 4.595/64, a alternativa correta é a "c". Confira: "estabelecer as diretrizes gerais das políticas monetária, cambial e creditícia (art. 2º e art. 4º, V); regular as condições de constituição, funcionamento e fiscalização das instituições financeiras (art. 4º VIII) e disciplinar os instrumentos das políticas monetária e cambial (art. 4º V e VI).
Gabarito: C

(Cespe/2012/Basa/Técnico Bancário) O SFN tem como objetivo a intermediação de recursos entre os agentes econômicos (pessoas, empresas e governo). Compõem esse sistema instituições, órgãos e entidades em uma complexa rede de relacionamentos que envolvem a normatização, a supervisão e a operacionalização. Com referência a esse assunto, julgue os itens seguintes.

2. Sempre que for necessário, competirá ao CMN limitar as taxas de juros, de maneira a assegurar taxas favorecidas aos financiamentos que se destinem a promover, entre outros, investimentos indispensáveis às atividades agropecuárias.

✍ **Comentário**
Está em conformidade com o art. 4º, inciso IX da Lei 4.595/64.
Gabarito: Certo

3. O CMN é autarquia supervisora máxima do SFN e tem por finalidade formular a política da moeda e do crédito, com o objetivo de estabilizar a moeda e o desenvolvimento econômico e social do país.

✍ **Comentário**
O CMN é um órgão normativo, e não autarquia supervisora.
Gabarito: Errado

4. (FCC/2011/Banco do Brasil/ Escriturário /Ed. 2) A função de zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras autorizadas a funcionar no País é:

a) da Federação Brasileira de Bancos.
b) do Fundo Garantidor de Crédito.
c) da Comissão de Valores Mobiliários.
d) do Ministério da Fazenda.
e) do Conselho Monetário Nacional.

✍ **Comentário**
Conforme consta na Lei 4.595/64, art. 3º, inciso VI, a função mencionada no enunciado é do Conselho Monetário Nacional.
Gabarito: E

5. (FCC/2011/Banco do Brasil/Escriturário/Ed. 1) O Conselho Monetário Nacional (CMN) é integrado pelo Ministro da Fazenda,

a) Presidente do Banco Central do Brasil e Presidente da Comissão de Valores Mobiliários.
b) Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e Presidente do Banco Central do Brasil.
c) Presidente do Banco Central do Brasil e membros do Comitê de Política Monetária.
d) Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Presidente do Banco Central do Brasil.
e) Presidente do Banco do Brasil e Presidente da Caixa Econômica Federal.

✍ **Comentário**
Conforme consta na Lei 9.069/95, art. 8º, o Conselho Monetário Nacional (CMN) é integrado pelo Ministro da Fazenda, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e Presidente do Banco Central do Brasil.
Gabarito: B

6. (CESPE/2010/Caixa/Técnico Bancário) O CMN possui diversas competências. Segundo diretrizes estabelecidas pelo presidente da República, é competência do CMN:

a) baixar normas que regulem as operações internacionais, inclusive *swaps*, fixando limites, taxas, prazos e outras condições.
b) aprovar o regimento interno e as contas do Conselho Federal de Contabilidade e decidir sobre seu orçamento e sobre seus sistemas de contabilidade.
c) colaborar com a Câmara dos Deputados na instrução dos processos de empréstimos externos dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
d) determinar a porcentagem mínima dos recursos que as instituições financeiras poderão emprestar a um mesmo cliente ou grupo de empresas.
e) expedir normas gerais de contabilidade e estatística a serem observadas pelas instituições financeiras.

✍ **Comentário**
a) Incorreto. O correto é "operações de câmbio", e não "operações internacionais", conforme a Lei 4.595/64, art. 4º, inciso XXXI. Confira: "Baixar normas que regulem as operações de câmbio, inclusive *swaps*, fixando limites, taxas, prazos e outras condições."
b) Incorreto. O correto é "contas do Banco Central do Brasil", e não "contas do Conselho Federal de Contabilidade", conforme art. 4º, XXVII da referida lei. Confira: "aprovar o regimento interno e as contas do Banco Central do Brasil e decidir sobre seu orçamento e sobre seus sistemas de contabilidade, […]."
c) Incorreto. O correto é colaborar com o "Senado Federal", e não com "a Câmara dos Deputados", conforme art. 4º, XXIX da referida lei. Confira: "Colaborar com o Senado Federal, na instrução dos processos de empréstimos externos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para cumprimento do disposto no art. 63, nº II, da Constituição Federal;"
d) Incorreto. O correto é determinar a porcentagem "máxima", e não "mínima", conforme art. 4º, X da referida lei. Confira: "Determinar a percentagem máxima dos recursos que as instituições financeiras poderão emprestar a um mesmo cliente ou grupo de empresas;"
e) Correta. Conforme art. 4º, XII da referida lei.
Gabarito: E

7. (CESPE/2010/Caixa/Técnico Bancário) Junto ao CMN funcionam comissões consultivas de:

a) seguros privados.
b) crédito rural e de endividamento público.
c) política internacional.
d) assuntos tributários.
e) mercado futuro.

✍ **Comentário**
A alternativa correta é a letra "b", conforme art. 11 da Lei nº 9.069/95, incisos III e VI.
Gabarito: B

8. (CESPE/ 2010/ Caixa/ Técnico Bancário/ Administrativo) A Lei nº 4.595/1964, alterada pela Lei nº 6.045/1974, dispõe sobre as competências do CMN. De acordo com essa lei, compete ao CMN:
a) determinar as características gerais, exclusivamente, das cédulas e dos tributos.
b) coordenar sua própria política com a de investimentos dos governos federal, estadual e municipal.
c) autorizar as emissões de papel-moeda.
d) disciplinar o crédito em determinadas modalidades.
e) fixar diretrizes e normas da política internacional.

✍ **Comentário**
a) Incorreta. Conforme art. 4º da Lei 4.595/1964, inciso IV: "Determinar as características gerais das cédulas e das moedas".
b) Incorreta. Conforme art. 4º da Lei 4.595/1964, inciso VII: "Coordenar a política de que trata o art. 3º desta Lei com a de investimentos do Governo Federal;"
c) Correta. Conforme art. 4º da Lei 4.595/1964, inciso I.
d) Incorreta. Conforme art. 4º da Lei 4.595/1964, inciso VI: "Disciplinar o crédito em todas as suas modalidades e as operações creditícias em todas as suas formas, inclusive aceites, avais e prestações de quaisquer garantias por parte das instituições financeiras;"
e) Incorreta. Conforme art. 4º da Lei 4.595/1964, inciso V: "Fixar as diretrizes e normas da política cambial, inclusive quanto a compra e venda de ouro e quaisquer operações em Direitos Especiais de Saque e em moeda estrangeira;"
Gabarito: C

(CESPE/ 2004/ Banco da Amazônia/ Técnico Bancário) O CMN é o órgão responsável pela definição das normas do SFN. Segundo a Lei nº 4.595/1964, constitui objetivo do CMN:

9. Regular os valores internos da moeda, prevenindo ou corrigindo surtos de inflação ou deflação.

✍ **Comentário**
Está em conformidade com os objetivos do CMN expostos no art. 3º da Lei nº 4.595/64, inciso II: "Regular o valor interno da moeda, para tanto prevenindo ou corrigindo os surtos inflacionários ou deflacionários de origem interna ou externa, as depressões econômicas e outros desequilíbrios oriundos de fenômenos conjunturais;"
Gabarito: Certo

10. Zelar pela liquidez e insolvência das instituições do SFN.

✍ **Comentário**
Pegadinha da Cespe: É "solvência", e não "insolvência", conforme art. 3º da Lei nº 4.595/64, inciso VI: "Zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras;"
Gabarito: Errado

11. (CESPE/2008/Banco do Brasil/Escriturário/2) O Conselho Monetário Nacional (CMN), instituído pela Lei nº 4.595/1964, é um órgão normativo, responsável pelas políticas e diretrizes monetárias para a economia do país. Acerca do CMN, julgue o item que se segue.

Entre as funções do CMN, estão a de adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia e a de regular o valor interno e externo da moeda e o equilíbrio do balanço de pagamentos.

✍ **Comentário**
Está em conformidade com o art. 3º da Lei nº 4.595/64, em seus incisos I, II e III. Confira:
"I - Adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia nacional e seu processo de desenvolvimento;
II - Regular o valor interno da moeda, para tanto prevenindo ou corrigindo os surtos inflacionários ou deflacionários de origem interna ou externa, as depressões econômicas e outros desequilíbrios oriundos de fenômenos conjunturais;
III - Regular o valor externo da moeda e o equilíbrio no balanço de pagamento do País, tendo em vista a melhor utilização dos recursos em moeda estrangeira;"
Gabarito: Certo

12. (CESPE/2008/Banco do Brasil/Escriturário/1) O Conselho Monetário Nacional (CMN) é um órgão normativo, responsável pelas políticas e diretrizes monetárias para a economia do país. A respeito do CMN, julgue o item a seguir.

Compete ao CMN fixar as diretrizes e normas da política cambial, inclusive quanto a compra e venda de ouro e quaisquer operações em direitos especiais de saque e em moeda estrangeira.

✍ **Comentário**
O examinador copiou na íntegra o texto do art. 4º, inciso V. Confira: "Fixar as diretrizes e normas da política cambial, inclusive quanto a compra e venda de ouro e quaisquer operações em Direitos Especiais de Saque e em moeda estrangeira."
Gabarito: Certo

13. (CESPE/2008/Banco do Brasil/Escriturário/1) O Conselho Monetário Nacional (CMN) é um órgão normativo, responsável pelas políticas e diretrizes monetárias para a economia do país. A respeito do CMN, julgue o item a seguir.

Na sua mais recente composição, o CMN passou a ser integrado pelo ministro da Fazenda, como presidente do conselho, pelo ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo presidente do Banco do Brasil.

✍ **Comentário**
Segundo o art. 8º da Lei 9.069/95, o Conselho Monetário Nacional será integrado pelo ministro de Estado da Fazenda, na qualidade de presidente; pelo ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo presidente do Banco Central do Brasil.
Note a pegadinha: não é "Banco do Brasil", e sim Banco Central do Brasil. Fique ligado.
Gabarito: Errado

14. (CESPE/2008/Banco do Brasil/Escriturário/3) O Conselho Monetário Nacional (CMN), instituído pela Lei nº 4.595/1964, é um órgão normativo, responsável pelas políticas e diretrizes monetárias para a economia do país. Com relação ao CMN, julgue o item a seguir.

O CMN é o órgão formulador da política da moeda e do crédito, devendo atuar, inclusive, no sentido de promover o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros, com vistas à maior eficiência do sistema de pagamentos e de mobilização de recursos.

✍ **Comentário**
Está em conformidade com o art. 2º e o art. 3º, V da referida lei. Confira:
"Art. 2º Fica extinto o Conselho da atual Superintendência da Moeda e do Crédito, e criado em substituição, o Conselho Monetário Nacional, com a finalidade de formular a política da moeda e do crédito como previsto nesta lei, objetivando o progresso econômico e social do País.
Art. 3º A política do Conselho Monetário Nacional objetivará: […] V - Propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros, com vistas à maior eficiência do sistema de pagamentos e de mobilização de recursos;"
Gabarito: Certo

(CESPE/2009/Banco do Brasil/Escriturário) O Conselho Monetário Nacional (CMN), instituído pela Lei nº 4.595/1964, é um órgão normativo, responsável pelas políticas e diretrizes monetárias para a economia do país. No que concerne ao CMN, julgue os itens a seguir.

15. As funções do CMN incluem: adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia e regular o valor interno e externo da moeda e o equilíbrio do balanço de pagamentos.

✍ **Comentário**
Está de acordo com os objetivos do CMN, exposto no art. 3º da referida lei em seus incisos I, II e III.
Gabarito: Certo

16. O CMN é o órgão formulador da política da moeda e do crédito, devendo atuar até mesmo no sentido de

promover o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros, com vistas à maior eficiência do sistema de pagamentos e de mobilização de recursos.

✍ **Comentário**
Note que esta questão é praticamente idêntica à realizada pela mesma banca e mesmo concurso em 2008.
Como já explicado anteriormente, o item está em conformidade com os arts. 2º e 3º, V da Lei nº 4.595/1964.
Gabarito: Certo

17. (CESGRANRIO/2008/Caixa/Escriturário) O Conselho Monetário Nacional (CMN) planeja, elabora, implementa e julga a consistência de toda a política monetária, cambial e creditícia do país. É um órgão que domina toda a política monetária e ao qual se submetem todas as instituições que o compõem. Uma das atribuições do CMN é:

a) administrar carteiras e a custódia de valores mobiliários.
b) estabelecer normas a serem seguidas pelo Banco Central (BACEN) nas transações com títulos públicos.
c) executar a política monetária estabelecida pelo Banco Central.
d) regular a execução dos serviços de compensação de cheques e outros papéis.
e) propiciar liquidez às aplicações financeiras, fornecendo, concomitantemente, um preço de referência para os ativos negociados no mercado.

✍ **Comentário**
As competências (atribuições) do CMN constam nos incisos do art. 4º da Lei 4.595/1964. Das alternativas expostas, somente a letra "b" consta nesse artigo, em seu inciso XIX. As demais não se encontram no referido artigo, logo não são atribuições do CMN. Confira:
"XIX - Estabelecer normas a serem observadas pelo Banco Central da República do Brasil em suas transações com títulos públicos e de entidades de que participe o Estado."
Gabarito: B

18. (CESPE/ 2007/ Banco do Brasil/ Escriturário/ 1) Julgue o item a seguir.

A política do CMN objetiva, entre outros, adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia nacional e seu processo de desenvolvimento e, também, zelar pela liquidez e insolvência das instituições financeiras.

✍ **Comentário**
Novamente a pegadinha "solvência/insolvência".
O item começa certo, porém utiliza a palavra insolvência no lugar de solvência, tornando a afirmativa incorreta. (art. 3º, I e VI da Lei 4.595/1964)
Gabarito: Errado

19. (CESPE/ 2007/ Banco do Brasil/ Escriturário/ 2) Julgue o item a seguir.
O CMN – instância máxima do SFN – é órgão exclusivamente normativo, com a finalidade principal de formular políticas monetária, cambial e de crédito.

✍ **Comentário**
O CMN, conforme estudado é um órgão normativo. Tem como finalidade formular políticas monetárias e de crédito (art. 2º) e cambial (art. 4º, V).
Gabarito: Certo

COPOM – Comitê de Política Monetária

O Copom (Comitê de Política Monetária) foi instituído em 20 de junho de 1996. Constituído no âmbito do Banco Central do Brasil, tem como objetivos implementar a política monetária, definir a meta da Taxa Selic e seu eventual viés e analisar o Relatório de Inflação.

São membros do Copom o Presidente e os Diretores do Banco Central do Brasil.

Cabe aos membros do Copom o exercício das seguintes atribuições:

I - Presidente e Diretores:
a) avaliar informações, apresentações e documentos expostos como subsídios para deliberação do colegiado;
b) definir, por meio de voto, a meta para a Taxa Selic e seu eventual viés.

II - Presidente:
a) autorizar a participação de outros servidores do Banco Central do Brasil na primeira sessão das reuniões ordinárias ou nas reuniões extraordinárias;
b) presidir as reuniões e, ao final, encaminhar a votação;
c) alterar a meta para a Taxa Selic, no mesmo sentido do viés, sem necessidade de convocação de reunião extraordinária do Copom;

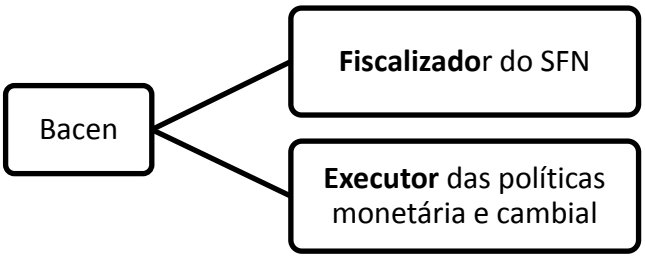
III - Diretor de Política Monetária: exercer o papel de moderador durante a primeira sessão das reuniões ordinárias;

IV - Diretor de Política Econômica: elaborar as atas das reuniões do Copom.

Banco Central do Brasil

O Banco Central do Brasil (BACEN), vinculado ao Ministério da Fazenda, é o principal executor das políticas

traçadas pelo CMN, e também o principal fiscalizador do Sistema Financeiro Nacional.



Segundo o art. 8º da Lei 4.595/64, o Banco Central do Brasil é uma autarquia federal, tendo sede e foro na Capital da República, sob a denominação de Banco Central da República do Brasil, com personalidade jurídica e patrimônio próprios. Este constituído dos bens, direitos e valores que lhe são transferidos na forma desta Lei e ainda da apropriação dos juros e das rendas resultantes.

Compete ao Banco Central da República do Brasil cumprir e fazer cumprir as disposições que lhe são atribuídas pela legislação em vigor e as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Fique ligado!
O Conselho Monetário Nacional manda.
O Banco Central do Brasil executa e fiscaliza/ supervisiona.

Competências privativas do Banco Central do Brasil

Segundo o art. 10 da Lei 4.595/64, compete privativamente ao Banco Central da República do Brasil:

I - Emitir moeda-papel e moeda metálica, nas condições e limites autorizados pelo Conselho Monetário Nacional;
II - Executar os serviços do meio-circulante;
III - Determinar o recolhimento de até cem por cento do total dos depósitos à vista e de até sessenta por cento de outros títulos contábeis das instituições financeiras, seja na forma de subscrição de Letras ou Obrigações do Tesouro Nacional ou compra de títulos da Dívida Pública Federal, seja através de recolhimento em espécie, em ambos os casos entregues ao Banco Central do Brasil, a forma e condições por ele determinadas, podendo:
a) adotar percentagens diferentes em função:
1. das regiões geoeconômicas;
2. das prioridades que atribuir às aplicações;
3. da natureza das instituições financeiras;
b) determinar percentuais que não serão recolhidos, desde que tenham sido reaplicados em financiamentos à agricultura, sob juros favorecidos e outras condições por ele fixadas;
IV - receber os recolhimentos compulsórios de que trata o inciso anterior e, ainda, os depósitos voluntários à vista das instituições financeiras, nos termos do inciso III e § 2° do art. 19;
V - Realizar operações de redesconto e empréstimos a instituições financeiras bancárias e as referidas no Art. 4º, inciso XIV, letra "*b*", e no § 4º do Art. 49 desta lei;
VI - Exercer o controle do crédito sob todas as suas formas;
VII - Efetuar o controle dos capitais estrangeiros, nos termos da lei;
VIII - Ser depositário das reservas oficiais de ouro e moeda estrangeira e de Direitos Especiais de Saque e fazer com estas últimas todas e quaisquer operações previstas no Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional;
IX - Exercer a fiscalização das instituições financeiras e aplicar as penalidades previstas;
X - Conceder autorização às instituições financeiras, a fim de que possam:
a) funcionar no País;
b) instalar ou transferir suas sedes, ou dependências, inclusive no exterior;
c) ser transformadas, fundidas, incorporadas ou encampadas;
d) praticar operações de câmbio, crédito real e venda habitual de títulos da dívida pública federal, estadual ou municipal, ações Debêntures, letras hipotecárias e outros títulos de crédito ou mobiliários;

Atenção: O Banco Central do Brasil não pode mais emitir títulos públicos por conta própria desde 2002. Compete apenas ao Tesouro Nacional a emissão de títulos públicos federais.

e) ter prorrogados os prazos concedidos para funcionamento;
f) alterar seus estatutos;
g) alienar ou, por qualquer outra forma, transferir o seu controle acionário;
XI - Estabelecer condições para a posse e para o exercício de quaisquer cargos de administração de instituições financeiras privadas, assim como para o exercício de quaisquer funções em órgãos consultivos, fiscais e semelhantes, segundo normas que forem expedidas pelo Conselho Monetário Nacional;
XII - Efetuar, como instrumento de política monetária, operações de compra e venda de títulos públicos federais;
XIII - Determinar que as matrizes das instituições financeiras registrem os cadastros das firmas que operam com suas agências há mais de um ano.
§ 1º No exercício das atribuições a que se refere o inciso IX deste artigo, com base nas normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, o Banco Central da República do Brasil, estudará os pedidos que lhe sejam formulados e resolverá conceder ou recusar a autorização pleiteada, podendo incluir as cláusulas que reputar convenientes ao interesse público.
§ 2º Observado o disposto no parágrafo anterior, as instituições financeiras estrangeiras dependem de autorização do Poder Executivo, mediante decreto, para que possam funcionar no País.

Outras competências do Banco Central do Brasil

Além das competências privativas, compete, ainda, ao Banco Central da República do Brasil, conforme art. 11 da mesma lei:

> I - Entender-se, em nome do Governo Brasileiro, com as instituições financeiras estrangeiras e internacionais;
> II - Promover, como agente do Governo Federal, a colocação de empréstimos internos ou externos, podendo, também, encarregar-se dos respectivos serviços;
> III - Atuar no sentido do funcionamento regular do mercado cambial, da estabilidade relativa das taxas de câmbio e do equilíbrio no balanço de pagamentos, podendo para esse fim comprar e vender ouro e moeda estrangeira, bem como realizar operações de crédito no exterior, inclusive as referentes aos Direitos Especiais de Saque, e separar os mercados de câmbio financeiro e comercial;
> IV - Efetuar compra e venda de títulos de sociedades de economia mista e empresas do Estado;
> V - Emitir títulos de responsabilidade própria, de acordo com as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional;
> VI - Regular a execução dos serviços de compensação de cheques e outros papéis;
> VII - Exercer permanente vigilância nos mercados financeiros e de capitais sobre empresas que, direta ou indiretamente, interfiram nesses mercados e em relação às modalidades ou processos operacionais que utilizem;
> VIII - Prover, sob controle do Conselho Monetário Nacional, os serviços de sua Secretaria.
> § 1º No exercício das atribuições a que se refere o inciso VIII do artigo 10 desta lei, o Banco Central do Brasil poderá examinar os livros e documentos das pessoas naturais ou jurídicas que detenham o controle acionário de instituição financeira, ficando essas pessoas sujeitas ao disposto no artigo 44, § 8º, desta lei.
> § 2º O Banco Central da República do Brasil instalará delegacias, com autorização do Conselho Monetário Nacional, nas diferentes regiões geo-econômicas do País, tendo em vista a descentralização administrativa para distribuição e recolhimento da moeda e o cumprimento das decisões adotadas pelo mesmo Conselho ou prescritas em lei.

Receitas do Banco Central do Brasil

Conforme art. 16, da mesma lei, constituem receita do Banco Central do Brasil as rendas:

> I - de operações financeiras e de outras aplicações de seus recursos;
> II - das operações de câmbio, de compra e venda de ouro e de quaisquer outras operações em moeda estrangeira;
> III - eventuais, inclusive as derivadas de multas e de juros de mora aplicados por força do disposto na legislação em vigor.

✍ Questões de concursos comentadas

1. (CESGRANRIO/2012/Caixa/Técnico Bancário) O Sistema Financeiro Nacional é composto por diversas entidades, dentre as quais os órgãos normativos, os operadores e as entidades supervisoras.

A entidade responsável pela fiscalização das instituições financeiras e pela autorização do seu funcionamento é o:

a) Banco Central do Brasil
b) Conselho Monetário Nacional
c) Fundo Monetário Internacional
d) Conselho Nacional de Seguros Privados
e) Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

✍ Comentário
Segundo o art. 10, IX e X, alínea "a" da Lei 4.595/64, a entidade responsável pela fiscalização das instituições financeiras e pela autorização do seu funcionamento é o Banco Central do Brasil.
Gabarito: A

2. (FCC/2011/Banco do Brasil/Escriturário/Ed. 3) O Banco Central do Brasil tem como atribuição:

a) receber os recolhimentos compulsórios dos bancos.
b) garantir a liquidez dos títulos de emissão do Tesouro Nacional.
c) acompanhar as transações em bolsas de valores.
d) assegurar o resgate dos contratos de previdência privada.
e) fiscalizar os repasses de recursos pelo BNDES.

✍ Comentário
Conforme consta no art. 10, inciso IV, da Lei 4.595/64, é competência privativa do Banco Central do Brasil receber os recolhimentos compulsórios dos bancos.
Gabarito: A

3. (FCC/2011/Banco do Brasil/Escriturário/Ed. 2) O Sistema Financeiro Nacional tem na sua composição, como entidade supervisora,

a) a Caixa Econômica Federal.
b) o Banco Central do Brasil.
c) o Banco da Amazônia.
d) o Banco do Nordeste.
e) o Banco do Brasil.

✍ Comentário
A alternativa correta é a letra "b". As demais alternativas são instituições financeiras; tratam-se de órgãos operadores, e não entidades supervisoras.
Gabarito: B

4. (CESPE/2010/Caixa/Técnico Bancário) As competências privativas do BACEN incluem:

a) a emissão de debêntures conversíveis em ações.
b) a definição da tributação das operações financeiras.
c) o exercício da fiscalização das instituições financeiras, sem, contudo, aplicar-lhes penalidades.
d) a concessão de autorização às instituições financeiras para arquivarem os seus estatutos na junta comercial.
e) a realização de operações de redesconto e empréstimos a instituições financeiras bancárias.

✍ **Comentário**
As competências privativas do BACEN são encontradas no art. 10 da Lei 4.595/64. Ao analisar as competências expostas nesse artigo, observa-se que somente a alternativa "e" apresenta uma competência privativa do BACEN, conforme consta no inciso V: "Realizar operações de redesconto e empréstimos a instituições financeiras bancárias […]"
Gabarito: E

(CESPE/2009/ Banco do Brasil/ Escriturário) O BACEN, criado pela Lei nº 4.595/1964, é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede e foro na capital da República e atuação em todo o território nacional. Com relação ao BACEN, julgue os próximos itens.

5. Realizar operações de redesconto e empréstimo às instituições financeiras e regular a execução dos serviços de compensação de cheques e outros papéis são as atribuições do BACEN.

✍ **Comentário**
Está em conformidade com o art. 10, V, e o art. 11, VI.
Gabarito: Certo

6. Além de autorizar o funcionamento e exercer a fiscalização das instituições financeiras, emitir moeda e executar os serviços do meio circulante, compete também ao BACEN traçar as políticas econômicas, das quais o CMN é o principal órgão executor.

✍ **Comentário**
A primeira parte do item está certa: "O BACEN autoriza o funcionamento (art. 10, X, a), exerce a fiscalização das instituições financeiras (art. 10, IX), emite moeda (art. 10, I) e executa os serviços do meio circulante (art.10, II)."
Porém, a segunda parte está errada, pois compete ao CMN traçar as políticas econômicas, das quais o BACEN é o principal órgão executor. Note que o examinador inverteu as funções.
Gabarito: Errado

7. (CESPE/2008/Banco do Brasil/Escriturário/2) O BACEN, criado pela Lei nº 4.595/1964, é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Fazenda e tem atuação em todo o território nacional. No que se refere ao BACEN, julgue o item subsequente.

O BACEN tem sua sede no Rio de Janeiro e conta com representações em Brasília, capital do país, e nas capitais dos estados do Rio Grande do Sul, do Paraná, de São Paulo, de Minas Gerais, da Bahia, de Pernambuco, do Ceará e do Pará.

✍ **Comentário**
Conforme consta no art. 8º da referida lei, a sede do Bacen é na capital da República, ou seja, Brasília, e não o Rio de Janeiro.
Gabarito: Errado

Comissão de Valores Mobiliários

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, instituída pela Lei nº 6.385/76. É responsável por regulamentar, desenvolver, controlar e fiscalizar o mercado de valores mobiliários do país.

Segundo o art. 2º da Lei nº 6.385/76[4], são valores mobiliários sujeitos ao regime dessa lei:

> I - as ações, debêntures e bônus de subscrição;
> II - os cupons, direitos, recibos de subscrição e certificados de desdobramento relativos aos valores mobiliários referidos no inciso II;
> III - os certificados de depósito de valores mobiliários;
> IV - as cédulas de debêntures;
> V - as cotas de fundos de investimento em valores mobiliários ou de clubes de investimento em quaisquer ativos;
> VI - as notas comerciais;
> VII - os contratos futuros, de opções e outros derivativos, cujos ativos subjacentes sejam valores mobiliários;
> VIII - outros contratos derivativos, independentemente dos ativos subjacentes; e
> IX - quando ofertados publicamente, quaisquer outros títulos ou contratos de investimento coletivo, que gerem direito de participação, de parceria ou de remuneração, inclusive resultante de prestação de serviços, cujos rendimentos advêm do esforço do empreendedor ou de terceiros.
> § 1º Excluem-se do regime desta Lei: (Vide art. 1º da Lei nº 10.198, de 14.2.2001)
> I - os títulos da dívida pública federal, estadual ou municipal;
> II - os títulos cambiais de responsabilidade de instituição financeira, exceto as debêntures.

[4] Fonte: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6385.htm>

A CVM exerce as funções de:

- assegurar o funcionamento eficiente e regular dos mercados de bolsa e de balcão;
- conceder registro para negociação em bolsa e no mercado de balcão;
- proteger os titulares de valores mobiliários;
- evitar ou coibir modalidades de fraude ou manipulação no mercado;
- assegurar o acesso do público a informações sobre valores mobiliários negociados e sobre as companhias que os tenham emitido;
- assegurar a observância de práticas comerciais equitativas no mercado de valores mobiliários;
- estimular a formação de poupança e sua aplicação em valores mobiliários;
- promover a expansão e o funcionamento eficiente e regular do mercado de ações e estimular as aplicações permanentes em ações do capital social das companhias abertas;
- fiscalizar a auditoria de companhias abertas.

✍ **Questões de concursos comentadas**

1. (CESGRANRIO/Banco do Brasil/Escriturário/2012) Cada instituição do Sistema Financeiro Nacional desempenha funções de fundamental importância para o equilíbrio e o bom funcionamento do sistema como um todo.
A função de assegurar o funcionamento eficiente e regular dos mercados de Bolsa e de Balcão é da:

a) Casa da Moeda
b) Caixa Econômica Federal
c) Comissão de Valores Mobiliários (CVM)
d) Secretaria da Receita Federal
e) Superintendência de Seguros Privados (Susep)

✍ **Comentário**
Conforme estudamos anteriormente, a função de assegurar o funcionamento eficiente e regular dos mercados de Bolsa e de Balcão é da CVM. Essa informação está em conformidade com o art. 4º, III da Lei nº 6.385/76.
Gabarito: C

2. (CESPE/2011/BRB/Escriturário) A respeito da estrutura do Sistema Financeiro Nacional (SFN), julgue o item a seguir.

Os poderes fiscalizatório e disciplinador da Comissão de Valores Mobiliários estendem-se, entre outros, às ações, às debêntures e aos certificados de depósito de valores mobiliários, porém não se aplicam aos títulos da dívida pública das diferentes esferas de governo.

✍ **Comentário**
Conforme a Lei 6.385/76, os poderes fiscalizatório e disciplinador da Comissão de Valores Mobiliários estendem-se, entre outros, às ações, às debêntures (art. 2º, I) e aos certificados de depósito de valores mobiliários (art. 2º, III), porém não se aplicam aos títulos da dívida pública das diferentes esferas de governo (art. 2º, § 1º, I).
Gabarito: Certo

3. (FCC/2011/Banco do Brasil/Escriturário/Ed. 3) A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) tem atribuição de:

a) efetuar o controle dos capitais estrangeiros.
b) fiscalizar a auditoria de companhias fechadas.
c) estabelecer condições para a posse em quaisquer cargos de administração de instituições financeiras.
d) orientar as aplicações fora do país dos recursos das instituições financeiras.
e) conceder registro para negociação em bolsa e no mercado de balcão.

✍ **Comentário**
As alternativas "a" e "c" estão incorretas, pois trazem atribuições do BACEN, conforme Lei 4.595/64, art. 10, incisos VII e XI. A alternativa "b" está incorreta, pois o CVM fiscalizar a auditoria de companhias abertas. A alternativa "d" não é atribuição do CVM, sendo assim a alternativa correta é a letra "e".
Gabarito: E

Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional – CRSFN

CRSFN é a sigla do **Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional**, que tem como competência julgar, em segunda e última instância, os recursos e os interpostos das decisões relativas a aplicação de penalidades administrativas pelo Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários e Secretaria de Comércio Exterior.

O Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional – CRSFN é constituído por oito conselheiros, possuidores de conhecimentos especializados em assuntos relativos aos mercados financeiro, de câmbio, de capitais, de consórcios e de créditos rural e industrial, observadas as seguintes composições:

- dois representantes do Ministério da Fazenda (Minifaz);
- um representante do Banco Central do Brasil (Bacen);
- um representante da Comissão de Valores Mobiliários (CVM);

- quatro representantes das entidades de classe dos mercados afins, por estas indicados em lista tríplice.

✍ **Questão de concurso comentada**

1. (FCC/Banco do Brasil/Escriturário/2011/Ed. 1) O Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN) é um órgão colegiado, integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, que julga recursos:

I. em segunda e última instância administrativa.
II. em primeira instância, de decisões do Banco Central do Brasil relativas a penalidades por infrações à legislação cambial.
III. de decisões da Comissão de Valores Mobiliários relativas a penalidades por infrações à legislação de capitais estrangeiros.

Está correto o que consta em:

a) I, apenas.
b) II, apenas.
c) I e III, apenas.
d) II e III, apenas.
e) I, II e III.

✍ **Comentário**
O CRSFN tem como competência julgar, em segunda e última instância, os recursos e interpostos das decisões relativas à aplicação de penalidades administrativas pelo Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários e Secretaria de Comércio Exterior. Sendo assim, somente o item I está correto.
Gabarito: A

Bancos Comerciais

Os bancos comerciais são instituições financeiras monetárias privadas ou públicas que têm como objetivo principal proporcionar suprimento de recursos necessários para financiar, a curto e a médio prazos, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas e terceiros em geral.
A captação de depósitos à vista, livremente movimentáveis, é atividade típica do banco comercial, o qual pode, também, captar depósitos a prazo. Deve ser constituído sob a forma de sociedade anônima e na sua denominação social deve constar a expressão "Banco".

✍ **Questões de concursos comentadas**

1. (CESGRANRIO/2012/Caixa/Técnico Bancário) Na composição do sistema financeiro, as principais instituições estão constituídas sob a forma de banco múltiplo, que oferece ampla gama de serviços bancários.

Uma das funções básicas dos bancos comerciais é a:

a) atuação centrada nos mercados de câmbio, nos títulos públicos e privados, nos valores mobiliários e nas mercadorias e futuros.
b) concessão de crédito aos cooperados, quase sempre produtores rurais.
c) concessão de financiamento de longo prazo para a realização de investimentos em todos os segmentos da economia nacional, com baixas taxas de juros.
d) captação de depósitos à vista e de depósitos de poupança.
e) captação dos depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

✍ **Comentário**
As alternativas "a", "b" e "e" estão incorretas porque a função básica dos bancos comerciais é a captação de depósitos à vista, livremente movimentáveis.
A alternatica "c" está incorreta porque os bancos comerciais têm como objetivo principal proporcionar suprimento de recursos necessários para financiar, a curto e a médio prazos, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas e terceiros em geral.
Gabarito: D

2. (CESPE/2011/BRB/Escriturário) Julgue o item a seguir.

A captação de depósitos à vista representa a atividade básica dos bancos comerciais e os qualifica como instituições financeiras monetárias.

✍ **Comentário**
Os bancos comerciais são instituições financeiras monetárias privadas ou públicas cuja atividade básica é a captação de depósitos à vista.
Gabarito: Certo

3. (CESPE/2010/Banco da Amazônia/Técnico Bancário) Considerando que o Banco da Amazônia S.A. é um banco comercial e que oferece a seus clientes produtos e serviços financeiros, julgue o item a seguir.
Os bancos comerciais podem manter contas de depósitos à vista.

✍ **Comentário**
Está certo, os bancos comerciais podem manter contas de depósitos à vista.
Gabarito: Certo

Caixas Econômicas

A Caixa Econômica Federal foi criada em 1861 e está regulada pelo Decreto-Lei 759/1969[5]. Trata-se de instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa, vinculada ao Ministério da Fazenda.

Essa instituição assemelha-se aos bancos comerciais, podendo:

- captar depósitos à vista;
- realizar operações ativas;
- efetuar prestação de serviços.

Uma característica distintiva da Caixa é que ela prioriza a concessão de empréstimos e financiamentos a programas e projetos nas áreas de assistência social, saúde, educação, trabalho, transportes urbanos e esporte. Pode operar com crédito direto ao consumidor, financiando bens de consumo duráveis, emprestar sob garantia de penhor industrial e caução de títulos, bem como tem o monopólio do empréstimo sob penhor de bens pessoais e sob consignação e tem o monopólio da venda de bilhetes de loteria federal.

Além de centralizar o recolhimento e a posterior aplicação de todos os recursos oriundos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), integra o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e o Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

A CEF ainda pode realizar, no mercado de capitais, para investimento ou revenda, as operações de subscrição, aquisição e distribuição de ações, obrigações e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários.

Fique ligado: Como instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional, a CEF estará sujeita às normas gerais, às decisões e à disciplina normativa estabelecida pelo CMN e à fiscalização do BACEN.

✍ **Questões de concurso comentadas**

1. (CESPE/2008/Banco do Brasil/Escriturário/Ed. 3) A Caixa Econômica Federal (CAIXA), criada em 1861, está regulada pelo Decreto-Lei nº 759/1969, como empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda. A instituição integra o SFN e auxilia na execução da política de crédito do governo federal. Com relação à CAIXA, julgue o item a seguir.

Além de centralizar o recolhimento e a posterior aplicação de todos os recursos oriundos do FGTS, a CAIXA integra o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e o Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

✍ **Comentário**
Está correto. A CAIXA integra o SBPE e SFH e estão incluídos em suas atribuições recolher e aplicar os recursos oriundos do FGTS.
Gabarito: Certo

2. (CESPE/2009/Banco do Brasil/Escriturário) Acerca da CAIXA, julgue o item subsequente.

A CAIXA não pode emprestar sob garantia de penhor industrial e caução de títulos.

✍ **Comentário**
A CAIXA pode, sim, emprestar sob garantia de penhor industrial e caução de títulos.
Gabarito: Errado

3. (CESPE/2009/Banco do Brasil/Escriturário) Acerca da CAIXA, julgue o item subsequente.

Além de centralizar o recolhimento e a posterior aplicação de todos os recursos oriundos do FGTS, a CAIXA integra o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo e o Sistema Financeiro da Habitação.

✍ **Comentário**
Está correto. Note que esta questão é praticamente idêntica à questão elaborada em 2008. Daí a importância do estudo baseado em questões anteriores.
Gabarito: Certo

Cooperativas de crédito

São instituições financeiras constituídas sob forma de sociedades cooperativas, tendo por objetivo a prestação de serviços financeiros aos associados, como concessão de crédito, captação de depósitos à vista e a prazo, cheques, prestação de serviços de cobrança, de custódia, de recebimentos e pagamentos por conta de terceiros sob convênio com instituições financeiras públicas e privadas e de correspondente no país, além de outras operações específicas e atribuições estabelecidas na legislação em vigor.

A finalidade das cooperativas em geral é realizar operações apenas com os seus associados, e visam prestar serviços financeiros de modo mais simples e vantajoso para estes.

[5] Fonte: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0759.htm>

Obs.: É vedado às cooperativas o uso da expressão "Banco".

Segundo a Lei nº 5.764/1971[6], que define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, as sociedades cooperativas são consideradas:

> I - **singulares**, as constituídas pelo número mínimo de 20 (vinte) pessoas físicas, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos;
> II - **cooperativas centrais ou federações de cooperativas**, as constituídas de, no mínimo, 3 (três) singulares, podendo, excepcionalmente, admitir associados individuais;
> III - **confederações de cooperativas**, as constituídas, pelo menos, de 3 (três) federações de cooperativas ou cooperativas centrais, da mesma ou de diferentes modalidades.

✍ **Questões de concursos comentadas**

1. (CESGRANRIO/ 2012/ Banco do Brasil/ Escriturário) De acordo com a Lei nº 4.595/1964, as Cooperativas de Crédito são equiparadas às demais instituições financeiras, e seu funcionamento deve ser autorizado e regulado pelo Banco Central do Brasil.

O principal objetivo de uma Cooperativa de Crédito é a:

a) concessão de cartas de crédito, que estejam vinculadas a títulos do Governo Federal, às demais instituições financeiras.
b) fiscalização das operações de crédito realizadas pelas demais instituições financeiras.
c) prestação de assistência creditícia e de serviços de natureza bancária a seus associados, em condições mais favoráveis que as praticadas pelo mercado.
d) prestação do serviço de proteção ao crédito ao mercado financeiro, atuando principalmente como um Fundo Garantidor de Crédito.
e) regulamentação da prestação do serviço de concessão de crédito, realizado por pessoas físicas associadas a uma determinada instituição financeira.

✍ **Comentário**
As Cooperativas de crédito têm por objetivo a prestação de serviços financeiros aos associados, como concessão de crédito, captação de depósitos à vista e a prazo, cheques, prestação de serviços de cobrança, entre outros.
Gabarito: C

[6] Fonte: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm>

2. (CESPE/ 2010/ Banco da Amazônia/ Técnico Bancário) Julgue o item a seguir, acerca da estrutura do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

As cooperativas de crédito não são classificadas como instituições financeiras e não estão autorizadas a realizar operações de captação por meio de depósitos à vista e a prazo de associados.

✍ **Comentário**
As duas palavras "não" no enunciado tornam o item errado. A cooperativa de crédito é uma instituição financeira formada por uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, sem fins lucrativos, constituída para prestar serviços a seus associados, tais como operações de captação por meio de depósitos à vista e a prazo.
Gabarito: Errado

3. (CESPE/2009/Banco do Brasil/Escriturário) Com relação às cooperativas de crédito, julgue o próximo item.

As cooperativas de crédito podem adotar, em sua denominação social, tanto a palavra Cooperativa, como Banco, dependendo de sua política de *marketing* e de seu planejamento estratégico.

✍ **Comentário**
Segundo a Lei 5.764/1971, art. 5º e parágrafo único, temos: "As sociedades cooperativas poderão adotar por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, assegurando-se-lhes o direito exclusivo e exigindo-se-lhes a obrigação do uso da expressão "cooperativa" em sua denominação.
Parágrafo único. É vedado às cooperativas o uso da expressão "Banco".
Gabarito: Errado

Bancos comerciais cooperativos

Bancos cooperativos são bancos comerciais ou bancos múltiplos constituídos, obrigatoriamente, com carteira comercial. Diferenciam-se dos demais por terem como acionistas controladores cooperativas centrais de crédito, as quais devem deter no mínimo 51% das ações com direito a voto.

Devem fazer constar, obrigatoriamente, em sua denominação a expressão "Banco Cooperativo".

Podem atuar como qualquer banco comercial, ou seja, podem abrir contas, emitir talões de cheque, realizar empréstimos, financiamentos e outras operações de crédito.

✍ **Questão de concurso comentada**

1. (CESPE/2010/BRB/Escriturário) A respeito das distintas espécies de instituições financeiras, julgue o item que se segue.

Para a constituição de um banco cooperativo, exige-se, como requisito, que a totalidade das ações com direito a voto pertença a cooperativas centrais de crédito.

✍ **Comentário**
Conforme Resolução 2.788/2000[7], art. 1º, parágrafo 1º, temos: "As cooperativas centrais de crédito integrantes do grupo controlador devem deter, **no mínimo, 51%** (cinquenta e um por cento) das ações com direito a voto das instituições financeiras de que trata esta Resolução."
Portanto, não é "a totalidade das ações", como menciona o item.
Gabarito: Errado

Bancos de investimento

São instituições financeiras de natureza privada, especializadas em operações de participação societária de caráter temporário, de financiamento da atividade produtiva para suprimento de capital fixo e de giro e de administração de recursos de terceiros, devem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima.

Devem adotar, obrigatoriamente, em sua denominação social, a expressão "Banco de Investimento".

Aos bancos de investimento é facultado, além da realização das atividades inerentes à consecução de seus objetivos:

- praticar operações de compra e venda, por conta própria ou de terceiros, de metais preciosos, no mercado físico, e de quaisquer títulos e valores mobiliários, nos mercados financeiros e de capitais;
- operar em bolsas de mercadorias e de futuros, bem como em mercados de balcão organizados, por conta própria e de terceiros;
- operar em todas as modalidades de concessão de crédito para financiamento de capital fixo e de giro;
- participar do processo de emissão, subscrição para revenda e distribuição de títulos e valores mobiliários;
- operar em câmbio, mediante autorização específica do Banco Central do Brasil;
- coordenar processos de reorganização e reestruturação de sociedades e conglomerados, financeiros ou não, mediante prestação de serviços de consultoria, participação societária e/ou concessão de financiamentos ou empréstimos;
- realizar outras operações autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

Os banco de investimento não podem manter contas correntes e, para fazer frente às suas operações de financiamento não provenientes de repasses, captam recursos por intermédio de emissão de CDB, RDB e instrumentos de captação de recursos no exterior.

Os bancos de investimento são especializados em operações financeiras de médio e longo prazo.

✍ **Questão de concurso comentada**

1. (CESPE/ 2004 /Banco da Amazônia/ Técnico Bancário) Com relação aos intermediários financeiros que operam no SFN, julgue o item a seguir.

Bancos de investimento são especializados em operações financeiras de curtíssimo prazo.

✍ **Comentário**
Os bancos de investimento são especializados em operações financeiras de médio e longo prazo.
Gabarito: Errado

Bancos de desenvolvimento

Os bancos de desenvolvimento são instituições financeiras controladas pelos governos estaduais e têm como objetivo precípuo proporcionar o suprimento oportuno e adequado dos recursos necessários ao financiamento, a médio e a longo prazos, de programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do respectivo Estado.

As operações passivas são:

- depósitos a prazo;
- empréstimos externos;
- emissão ou endosso de cédulas hipotecárias;
- emissão de cédulas pignoratícias de debêntures e de Títulos de Desenvolvimento Econômico.

As operações ativas são:

- Empréstimos e financiamentos, dirigidos prioritariamente ao setor privado;

[7] Fonte: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=Res&ano=2000&numero=2788>

- Investimentos;
- Arrendamento mercantil;
- Outras modalidades mediante prévia autorização do Banco Central.

Devem ser constituídos sob a forma de sociedade anônima, com sede na capital do Estado que detiver seu controle acionário, devendo adotar, obrigatória e privativamente, em sua denominação social, a expressão "Banco de Desenvolvimento", seguida do nome do Estado em que tenha sede.

Constitui entidade distinta o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), principal agente do Governo Federal no financiamento de médio e longo prazos aos setores primário, secundário e terciário. As linhas de apoio financeiro e os programas do BNDES atendem às necessidades de investimentos das empresas de qualquer porte e setor estabelecidas no país.

Atenção: Legalmente, o BNDES não é um Banco de Desenvolvimento; ele é uma Empresa Pública Federal (Resolução 394/1976).

✍ **Questões de concursos comentadas**

1. (CESGRANRIO/Banco do Brasil/Escriturário/2012) As instituições financeiras, controladas pelos Governos Estaduais, que fornecem crédito de médio e longo prazos para as empresas de seus respectivos Estados são as(os):

a) Caixas Econômicas
b) Cooperativas de Crédito
c) Sociedades Distribuidoras
d) Bancos Comerciais
e) Bancos de Desenvolvimento

✍ **Comentário**
Dica: procure memorizar as expressões-chave sublinhadas no texto relativas aos Bancos de Desenvolvimento, para não errar na hora da prova.
Os bancos de desenvolvimento são instituições financeiras controladas pelos governos estaduais e têm como objetivo precípuo proporcionar o suprimento oportuno e adequado dos recursos necessários ao financiamento, a médio e a longo prazos, de programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do respectivo Estado.
Gabarito: E

2. (CESPE/2007/Banco do Brasil/Escriturário/Ed. 1) Acerca das instituições do SFN, julgue o próximo item.

Bancos de desenvolvimento devem ter sede na capital do Estado que detiver seu controle acionário, devendo adotar, obrigatória e privativamente, em sua denominação social, a expressão Banco de Desenvolvimento, seguida do nome do Estado em que tenha sede.

✍ **Comentário**
O item está certo. Conforme explicado anteriormente, os Bancos de desenvolvimento devem ser constituídos sob a forma de sociedade anônima, com sede na capital do Estado que detiver seu controle acionário, devendo adotar, obrigatória e privativamente, em sua denominação social, a expressão "Banco de Desenvolvimento", seguida do nome do Estado em que tenha sede.
Gabarito: Certo

3. (CESPE/2007/Banco do Brasil/Escriturário/Ed.3) O Sistema Financeiro Nacional (SFN), composto de órgãos públicos e privados, pressupõe um relacionamento harmônico e organizacional, com formas de constituição e atribuições bem definidas para as partes. Julgue o item seguinte, acerca dos diversos órgãos que compõem o SFN.

Tanto os bancos de investimento quanto os de desenvolvimento devem ser constituídos na forma de sociedade anônima.

✍ **Comentário**
Está correto, ambos devem ser constituídos na forma de sociedade anônima.
Gabarito: Certo

4. (FCC/Banco do Brasil/Escriturário/2011/Ed. 2) O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que oferece apoio por meio de financiamentos a projetos de investimentos, aquisição de equipamentos e exportação de bens e serviços, é:

a) banco múltiplo.
b) empresa pública federal.
c) companhia de capital aberto.
d) entidade de direito privado.
e) subsidiária do Banco do Brasil.

✍ **Comentário**
Legalmente, o BNDES é uma Empresa Pública Federal, conforme Resolução 394/1976.
Gabarito: B

Sociedades de crédito, financiamento e investimento

Também conhecidas por financeiras, as sociedades de crédito, financiamento e investimento foram instituídas pela Portaria do Ministério da Fazenda 309/1959.

São instituições financeiras privadas que têm como objetivo básico a realização de financiamento para a aquisição de bens, serviços e capital de giro.

Devem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima e na sua denominação social deve constar a expressão "Crédito, Financiamento e Investimento".

Tais entidades captam recursos por meio de aceite e colocação de Letras de Câmbio e Recibos de Depósitos Bancários.

✍ **Questões de concursos comentadas**

1. (CESPE/BASA/Técnico Bancário/2012) Tanto as sociedades de crédito, financiamento e investimento (conhecidas por financeiras) quanto os bancos de investimento são instituições financeiras privadas constituídas sob a forma de sociedade anônima. Basta a denominação social para diferenciá-las.

✍ **Comentário**
O item está correto, ambas são instituições financeiras privadas constituídas sob a forma de sociedade anônima. As financeiras devem fazer constar em sua denominação social a expressão "Crédito, Financiamento e Investimento" e os bancos de investimento, a expressão "Banco de Investimento".
Gabarito: Certo

2. (FCC/2011/Banco do Brasil/Escriturário/Ed. 2) As sociedades de crédito, financiamento e investimento:

a) captam recursos por meio de aceite e colocação de letras de câmbio.
b) participam da distribuição de títulos e valores mobiliários.
c) são especializadas na administração de recursos de terceiros.
d) desenvolvem operações de financiamento da atividade produtiva para suprimento de capital fixo.
e) são instituições financeiras públicas ou privadas.

✍ **Comentário**
A alternativa correta é a "a", haja vista que as sociedades de crédito, financiamento e investimento captam recursos por meio de aceite e colocação de letras de câmbio, além de Recibos de Depósitos Bancários.
As alternativas "b", "c" e "d" estão incorretas, pois as financeiras têm como objetivo básico a realização de financiamento para a aquisição de bens, serviços e capital de giro.
A alternativa "e" está errada, porque as financeiras são instituições financeiras privadas, somente.
Gabarito: A

3. (FCC/2011/Banco do Brasil/Escriturário/Ed. 3) A instituição financeira que pode ser aceitante de letra de câmbio é:

a) a empresa de arrendamento mercantil.
b) a corretora de valores mobiliários.
c) a sociedade de crédito, financiamento e investimento.
d) o banco de câmbio.
e) o banco comercial cooperativo.

✍ **Comentário**
A instituição financeira que pode ser aceitante de letra de câmbio é a sociedade de crédito, financiamento e investimento. Tais entidades captam recursos por meio de aceite e colocação de letras de câmbio e recibos de depósitos bancários.
Gabarito: C

Sociedades de arrendamento mercantil

São constituídas sob a forma de sociedade anônima, devendo constar obrigatoriamente na sua denominação social a expressão "Arrendamento Mercantil".

Operações passivas:

- emissão de debêntures;
- dívida externa;
- empréstimos;
- financiamentos de instituições financeiras.

Operações ativas são constituídas por:

- títulos da dívida pública;
- cessão de direitos creditórios;
- e, principalmente, por operações de arrendamento mercantil de bens móveis, de produção nacional ou estrangeira, e bens imóveis adquiridos pela entidade arrendadora para fins de uso próprio do arrendatário.

São supervisionadas pelo Banco Central do Brasil. Essas sociedades são conhecidas por suas operações características, denominadas *leasing*.

O *leasing* ou arrendamento mercantil trata-se de uma transação celebrada entre o proprietário de um determinado bem (arrendador), que concede a um terceiro (arrendatário) o uso desse bem por um período fixo. É facultada ao arrendatário a opção de comprar, devolver o bem ou prorrogar o contrato em seu vencimento.

Segundo a Resolução CMN 2.309/1996[8], as operações de *leasing* podem ser dos tipos:

- Financeiro
- Operacional

Considera-se arrendamento mercantil (*leasing*) financeiro a modalidade em que:

- as contraprestações e demais pagamentos previstos no contrato, devidos pela arrendatária, sejam normalmente suficientes para que a arrendadora recupere o custo do bem arrendado durante o prazo contratual da operação e, adicionalmente, obtenha um retorno sobre os recursos investidos;
- as despesas de manutenção, assistência técnica e serviços correlatos à operacionalidade do bem arrendado sejam de responsabilidade da arrendatária;
- o preço para o exercício da opção de compra seja livremente pactuado, podendo ser, inclusive, o valor de mercado do bem arrendado.

Considera-se arrendamento mercantil (*leasing*) operacional a modalidade em que:

- as contraprestações a serem pagas pela arrendatária contemplem o custo de arrendamento do bem e os serviços inerentes a sua colocação à disposição da arrendatária, não podendo o valor presente dos pagamentos ultrapassar 90% (noventa por cento) do "custo do bem";
- o prazo contratual seja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do prazo de vida útil econômica do bem;
- o preço para o exercício da opção de compra seja o valor de mercado do bem arrendado;
- não haja previsão de pagamento de valor residual garantido.

✍ **Questões de concursos comentadas**

1. (CESGRANRIO/2012/Caixa/Técnico Bancário) As sociedades de arrendamento mercantil são constituídas sob a forma de sociedade anônima, devendo constar obrigatoriamente na sua denominação social a expressão "Arrendamento Mercantil".

Uma das operações típicas realizadas por essas sociedades é o(a):

a) *leasing*
b) *factoring*
c) *underwriting*
d) câmbio internacional
e) venda de ações

✍ **Comentário**
Essas sociedades são conhecidas por suas operações características, denominadas *leasing*.
Gabarito: A

2. (FCC/2011/Banco do Brasil/Escriturário/Ed. 3) Nas operações de arrendamento mercantil do tipo *leasing* operacional de um bem,

a) há sempre um valor residual garantido.
b) a eventual compra pelo arrendatário costuma ser pelo valor de mercado.
c) o arrendatário tem assegurada sua propriedade legal e contábil.
d) há incidência de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).
e) este deve ser novo.

✍ **Comentário**
Conforme Resolução CMN 2.309/1996, temos: "Art. 6º - Considera-se arrendamento mercantil operacional a modalidade em que: […] III: o preço para o exercício da opção de compra seja o valor de mercado do bem arrendado."
Gabarito: B

3. (CESPE/BASA/Técnico Bancário/2012) Julgue o item a seguir.

As sociedades de arrendamento mercantil são constituídas sob a forma de sociedades anônima, e suas operações passivas incluem emissão de debêntures, dívida externa, empréstimos e financiamentos de instituições financeiras.

✍ **Comentário**
O item está correto e de acordo com o que explicamos anteriormente.
Gabarito: Certo

Sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários

São constituídas sob a forma de sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada.

[8] Fonte: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=res&ano=1996&numero=2309>

Segundo o regulamento anexo à Resolução CMN 1.655/1989[9], estão entre seus objetivos:

- operar em bolsas de valores, subscrever emissões de títulos e valores mobiliários no mercado;
- comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros;
- encarregar-se da administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários;
- exercer funções de agente fiduciário;
- instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento;
- emitir certificados de depósito de ações;
- intermediar operações de câmbio;
- praticar operações no mercado de câmbio de taxas flutuantes;
- praticar operações de conta margem;
- realizar operações compromissadas;
- praticar operações de compra e venda de metais preciosos, no mercado físico, por conta própria e de terceiros;
- operar em bolsas de mercadorias e de futuros por conta própria e de terceiros.

São supervisionadas pelo Banco Central do Brasil.

Os fundos de investimento, administrados por corretoras ou outros intermediários financeiros, são constituídos sob forma de condomínio e representam a reunião de recursos para a aplicação em carteira diversificada de títulos e valores mobiliários, com o objetivo de propiciar aos condôminos valorização de quotas, a um custo global mais baixo. A normatização, a concessão de autorização, o registro e a supervisão dos fundos de investimento são de competência da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

✍ Questões de concursos comentadas

1. (CESGRANRIO/2012/Caixa/Técnico Bancário) As sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários são constituídas sob a forma de sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada.

Um dos seus objetivos principais é:

a) controlar o mercado de seguros.
b) regular o mercado de valores imobiliários.
c) assegurar o funcionamento eficiente do mercado de Bolsa de Valores.
d) subscrever emissões de títulos e valores mobiliários no mercado.
e) estimular a formação de poupança e sua aplicação em valores mobiliários.

✍ Comentário
A alternativa correta é a "d", conforme Resolução CMN 1.655/1989: "Art. 2° A sociedade corretora tem por objeto social: […] II - subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda;"
Gabarito: D

Com relação às Sociedades Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários (SCTVMs), que são constituídas sob a forma de sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada, julgue os itens a seguir.

2. (CESPE/2009/Banco do Brasil/Escriturário) A normatização, a concessão de autorização, o registro e a supervisão dos fundos de investimento são de competência do BACEN.

✍ Comentário
São de competência da Comissão de Valores Mobiliários, não do BACEN.
Gabarito: Errado

3. (CESPE/2009/Banco do Brasil/Escriturário) São objetivos das SCTVMs: praticar operações de compra e venda de metais preciosos no mercado físico, por conta própria e de terceiros; operar em bolsas de mercadorias e de futuros por conta própria e de terceiros.

✍ Comentário
Está correto, conforme regulamento anexo à Resolução CMN 1.655/1989, art. 2º, XVI e XVII.
Gabarito: Certo

Sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários

Segundo o regulamento anexo à Resolução CMN 1.120/1986[10], são constituídas sob a forma de sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada, devendo constar na sua denominação social a expressão "Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários".

Principais atividades:

[9] Fonte: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1989/pdf/res_1655_v5_P.pdf>

[10] Fonte: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1986/pdf/res_1120_v8_P.pdf>

- intermedeiam a oferta pública e a distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado;
- administram e custodiam as carteiras de títulos e valores mobiliários;
- instituem, organizam e administram fundos e clubes de investimento;
- operam no mercado acionário comprando, vendendo e distribuindo títulos e valores mobiliários, inclusive ouro financeiro, por conta de terceiros;
- fazem a intermediação com as bolsas de valores e de mercadorias;
- efetuam lançamentos públicos de ações;
- operam no mercado aberto e intermedeiam operações de câmbio.

São supervisionadas pelo Banco Central do Brasil.

✍ **Questões de concurso comentadas**

(CESPE/2008/Banco do Brasil/Escriturário/Ed. 2) As sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários (SDTVM) são constituídas sob a forma de sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada, devendo constar na sua denominação social a expressão "Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários". Acerca das SDTVM, julgue os itens a seguir.

1. (CESPE/2008/Banco do Brasil/Escriturário/Ed. 02) Não compete às SDTVM fazer a intermediação com as bolsas de valores e de mercadorias e efetuar lançamentos públicos de ações.

✍ **Comentário**
Compete, sim, às SDTVM fazer a intermediação com as bolsas de valores e de mercadorias e efetuar lançamentos públicos de ações.
Gabarito: Errado

2. (CESPE/2008/Banco do Brasil/Escriturário/Ed. 02) Entre outras atividades, as SDTVM intermedeiam a oferta pública e a distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado e administram e custodiam as carteiras de títulos e valores mobiliários.

✍ **Comentário**
Está correto, conforme explicado anteriormente.
Gabarito: Certo

Bolsas de valores, mercadorias e futuros

Bolsas de valores

São sociedades anônimas ou associações civis e funcionam sob a supervisão e fiscalização do CVM. Possuem autonomia financeira, patrimonial e administrativa.

Segundo regulamento anexo à Resolução CMN 2.690/2000[11], seus objetivos são:

- manter local ou sistema adequado à realização de operações de compra e venda de títulos e/ou valores mobiliários, em mercado livre e aberto, especialmente organizado e fiscalizado pela própria bolsa, sociedades membros e pelas autoridades competentes;
- dotar, permanentemente, o referido local ou sistema de todos os meios necessários à pronta e eficiente realização e visibilidade das operações;
- estabelecer sistemas de negociação que propiciem continuidade de preços e liquidez ao mercado de títulos e/ou valores mobiliários;
- criar mecanismos regulamentares e operacionais que possibilitem o atendimento, pelas sociedades membros, de quaisquer ordens de compra e venda dos investidores, sem prejuízo de igual competência da Comissão de Valores Mobiliários, que poderão, inclusive, estabelecer limites mínimos considerados razoáveis em relação ao valor monetário das referidas ordens;
- efetuar registro das operações;
- preservar elevados padrões éticos de negociação, estabelecendo, para esse fim, normas de comportamento para as sociedades membros e para as companhias abertas e demais emissores de títulos e/ou valores mobiliários, fiscalizando sua observância e aplicando penalidades, no limite de sua competência, aos infratores;
- divulgar as operações realizadas, com rapidez, amplitude e detalhes;
- conceder, à sociedade membro, crédito para assistência de liquidez, com vistas a resolver situação transitória, até o limite do valor de seus títulos patrimoniais ou de outros ativos especificados no estatuto social mediante apresentação de garantias subsidiárias adequadas, observado o que a respeito dispuser a legislação aplicável; e
- exercer outras atividades expressamente autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F)

As bolsas de mercadorias e futuros são associações privadas civis, com objetivo de efetuar o registro, a compensação e a liquidação, física e financeira, das

[11] Fonte: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2000/pdf/res_2690_v4_P.pdf>

operações realizadas em pregão ou em sistema eletrônico. Para tanto, devem desenvolver, organizar e operacionalizar um mercado de derivativos livre e transparente, que proporcione aos agentes econômicos a oportunidade de efetuarem operações de *hedging* (proteção) ante flutuações de preço de *commodities* agropecuárias, índices, taxas de juro, moedas e metais, bem como de todo e qualquer instrumento ou variável macroeconômica cuja incerteza de preço no futuro possa influenciar negativamente suas atividades. Possuem autonomia financeira, patrimonial e administrativa e são fiscalizadas pela Comissão de Valores Mobiliários.

BM&FBOVESPA

A BM&FBOVESPA é uma companhia de capital brasileiro formada, em 2008, a partir da integração das operações da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) e da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F). Como principal instituição brasileira de intermediação para operações do mercado de capitais, a companhia desenvolve, implanta e provê sistemas para a negociação de ações, derivativos de ações, títulos de renda fixa, títulos públicos federais, derivativos financeiros, moedas à vista e *commodities* agropecuárias.

Sendo assim, de forma resumida, por meio de suas plataformas de negociação, a BM&FBOVESPA, dentre outras atividades, realiza o registro, a compensação e a liquidação de ativos e valores mobiliários

Tendo em vista sua área de atuação, a BM&FBOVESPA está sujeita à regulação e à supervisão da Comissão de Valores Mobiliários e do Banco Central do Brasil.

✍ **Questões de concurso comentadas**

1. (CESPE/BASA/Técnico Bancário/2012) Julgue o item a seguir.

As bolsas de valores, mesmo que constituídas como associações civis ou sociedades anônimas, funcionam sob a supervisão e fiscalização da CVM.

✍ **Comentário**
As bolsas de valores são sociedades anônimas ou associações civis e funcionam sob a supervisão e fiscalização do CVM.
Gabarito: Certo

2. (CESGRANRIO/ Caixa/ Técnico Bancário Novo/ 2012) A BM&FBOVESPA é uma companhia de capital brasileiro, formada em 2008, a partir da integração das operações da Bolsa de Valores de São Paulo e da Bolsa de Mercadorias & Futuros.

Por meio de suas plataformas de negociação, a BM&FBOVESPA, dentre outras atividades, realiza o(a):

a) registro, a compensação e a liquidação de ativos e valores mobiliários.
b) registro e a compensação de transferências internacionais de recursos.
c) seguro de bens e ativos mobiliários, negociados no mercado.
d) compensação nacional de cheques e a liquidação de outros ativos bancários.
e) intermediação, o registro e a liquidação de transferências interbancárias.

✍ **Comentário**
A BM&FBOVESPA, dentre outras atividades, realiza o registro, a compensação e a liquidação de ativos e valores mobiliários.
Note que as outras alternativas utilizam palavras-chave não relacionadas a BM&FBOVESPA, tais como: "transferências internacionais de recursos", "seguros de bens", "compensação nacional de cheques" e "transferências interbancárias", ficando fácil a eliminação dessas alternativas.
Gabarito: A

Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic)

O Selic é o depositário central dos títulos emitidos pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central do Brasil, e nessa condição processa, relativamente a esses títulos, a emissão, o resgate, o pagamento dos juros e a custódia. O sistema processa, também, a liquidação das operações definitivas e compromissadas registradas em seu ambiente, observando o modelo 1 de entrega contra pagamento. Todos os títulos são escriturais, isto é, emitidos exclusivamente na forma eletrônica. A liquidação da ponta financeira de cada operação é realizada por intermédio do STR (Sistema de Transferência de Reservas), ao qual o Selic é interligado.

Segundo regulamento anexo à circular nº 3.587/2012[12], o Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) é um sistema informatizado que se destina à custódia de títulos escriturais de emissão do Tesouro Nacional, bem como ao registro e à liquidação de operações com os referidos títulos.

Integram o Selic os seguintes módulos complementares:

- Oferta Pública (Ofpub);

[12] Fonte: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/circ/2012/pdf/circ_3587_v1_O.pdf>

- Oferta a *Dealers* (Ofdealers);
- Lastro de Operações Compromissadas (Lastro);
- Negociação Eletrônica de Títulos (Negociação).

Os módulos Ofpub e Ofdealers são sistemas eletrônicos que têm por finalidade acolher propostas e apurar resultados de ofertas públicas (leilões) de venda ou de compra definitiva de títulos; de venda de títulos com compromisso de recompra ou de compra de títulos com compromisso de revenda; e de outras operações, a critério do administrador do Selic.

Podem participar do Ofpub todas as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, desde que participantes do Selic. Já do Ofdealers participam apenas as instituições credenciadas a operar com o Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab) do Banco Central do Brasil e com a Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública (Codip), da Secretaria do Tesouro Nacional.

O módulo Lastro tem por finalidade auxiliar a especificação dos títulos objeto das operações compromissadas (venda ou compra de títulos com o compromisso de recompra ou revenda).

A administração do Selic e de seus módulos complementares é de competência exclusiva do Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab), do Banco Central do Brasil.

Além do Banco Central do Brasil e do Tesouro Nacional, podem ser participantes do Selic:

- bancos, caixas econômicas, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários e sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários;
- demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- outras entidades, a critério do administrador do Selic.

✍ **Questões de concursos comentadas**

1. (FCC/2011/Banco do Brasil/Escriturário) O Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), do Banco Central do Brasil, é um sistema informatizado que:

a) é operado em parceria com a CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
b) substituiu o Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB.
c) tem como participantes, exclusivamente, a Secretaria do Tesouro Nacional e bancos múltiplos.
d) impossibilita a realização de operações compromissadas, ou seja, a venda ou compra de títulos com o compromisso de recompra ou revenda.
e) se destina à custódia de títulos escriturais de emissão do Tesouro Nacional, bem como ao registro e à liquidação de operações com esses títulos.

✍ **Comentário**
A alternativa correta é a letra "e", conforme regulamento anexo à circular nº 3.587/2012, Art. 1º.
Gabarito: E

2. (FCC/2011/Banco do Brasil/Escriturário/Ed. 3) O Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC):

a) é o depositário central de títulos emitidos pelo Tesouro Nacional.
b) pode ter investidores individuais como participantes titulares de contas de custódia.
c) é contraparte nas operações de leilão de títulos privados.
d) registra operações com debêntures no mercado secundário.
e) é a câmara de liquidação física e financeira de títulos de emissão privada.

✍ **Comentário**
O Selic é o depositário central dos títulos emitidos pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central do Brasil, e nessa condição processa, relativamente a esses títulos, a emissão, o resgate, o pagamento dos juros e a custódia.
Gabarito: A

3. (CESPE/BASA/Técnico bancário/2012) Julgue o item a seguir.

A liquidação da ponta financeira de cada operação no SELIC é realizada por intermédio do Sistema de Transferência de Reservas, ao qual ele é interligado.

✍ **Comentário:**
O item está correto. Conforme explicado anteriormente, a liquidação da ponta financeira de cada operação no SELIC é realizada por intermédio do STR.
Gabarito: Certo

Central de Liquidação Financeira e de Custódia de Títulos (Cetip)

A Cetip é a integradora do mercado financeiro. É uma companhia de capital aberto que oferece serviços de registro, central depositária, negociação e liquidação de ativos e títulos. Por meio de soluções de tecnologia e infraestrutura, proporciona liquidez, segurança e transparência para as operações financeiras, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do mercado e da sociedade brasileira.

A Cetip é depositária principalmente de títulos de renda fixa privados (Certificados de Depósito Bancário – CDB, Recibos de Depósito Bancário – RDB, Depósitos Interfinanceiros – DI, Letras de Câmbio – LC, Letras Hipotecárias – LH, debêntures e *commercial papers*, entre outros), títulos públicos estaduais e municipais e títulos representativos de dívidas de responsabilidade do Tesouro Nacional, de que são exemplos os relacionados com empresas estatais extintas, com o Fundo de Compensação de Variação Salarial – FCVS, com o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – Proagro e com a dívida agrária (TDA).

Na qualidade de depositária, a entidade processa a emissão, o resgate e a custódia dos títulos, bem como, quando é o caso, o pagamento dos juros e demais eventos a eles relacionados. Com poucas exceções, os títulos são emitidos escrituralmente, isto é, existem apenas sob a forma de registros eletrônicos (os títulos emitidos em papel são fisicamente custodiados por bancos autorizados). As operações de compra e venda são realizadas no mercado de balcão, incluindo aquelas processadas por intermédio do CetipNet (sistema eletrônico de negociação).

Podem participar da Cetip:

- bancos comerciais,
- bancos múltiplos,
- caixas econômicas,
- bancos de investimento,
- bancos de desenvolvimento,
- sociedades corretoras de valores,
- sociedades distribuidoras de valores,
- sociedades corretoras de mercadorias e de contratos futuros,
- empresas de *leasing*,
- companhias de seguro,
- bolsas de valores,
- bolsas de mercadorias e futuros,
- investidores institucionais,
- pessoas jurídicas não financeiras, incluindo fundos de investimento e sociedades de previdência privada,
- investidores estrangeiros,
- outras instituições também autorizadas a operar nos mercados financeiro e de capitais.

Os participantes não titulares de conta de reservas bancárias liquidam suas obrigações por intermédio de instituições que são titulares de contas dessa espécie.

✍ Questões de concursos comentadas

1. (CESGRANRIO/2012/Caixa/Técnico Bancário) Qual é a Companhia de Capital Aberto, instituída pelo Conselho Monetário Nacional, que atua como integradora do mercado financeiro, oferecendo serviços de registro, de central depositária, de negociação e liquidação de ativos e títulos?

a) BNDES
b) Banco Central do Brasil
c) Selic
d) Cetip
e) Caixa Econômica Federal

✍ Comentário:
a) Incorreto. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), empresa pública federal, é, hoje, o principal instrumento de financiamento de longo prazo para a realização de investimentos em todos os segmentos da economia, em uma política que inclui as dimensões social, regional e ambiental.
b) Incorreto. O Banco Central do Brasil é uma autarquia federal, com personalidade jurídica e patrimônio próprios. Atua como entidade supervisora do sistema financeiro nacional.
c) Incorreto. Selic é um sistema informatizado que se destina à custódia de títulos escriturais de emissão do Tesouro Nacional, bem como ao registro e à liquidação de operações com os referidos títulos.
d) Correto.
e) Incorreto. Caixa Econômica Federal, instituição financeira sob a forma de emprêsa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa, vinculada ao Ministério da Fazenda.
Gabarito: D

2. (FCC/2011/Banco do Brasil/Escriturário/Ed. 2) A CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos:

a) registra operações de ações realizadas no mercado de bolsa.
b) efetua a custódia escritural de títulos privados de renda fixa.
c) é contraparte nas operações do mercado primário dos títulos que mantém registro.
d) é a câmara de compensação e liquidação de todos os títulos do Tesouro Nacional.
e) atua separadamente do Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB.

✍ Comentário:
A Cetip é depositária principalmente de títulos de renda fixa privados. Nessa qualidade, a entidade processa a emissão, o resgate e a custódia dos títulos. Com poucas exceções, os títulos são emitidos escrituralmente, isto é, existem apenas sob a forma de registros eletrônicos.
Gabarito: B

Sociedades de crédito imobiliário

Segundo a Lei nº 4.380/1964[13], as sociedades de crédito imobiliário são instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional, especializadas em operações de financiamento imobiliário.

Constituem operações passivas dessas instituições:

- os depósitos de poupança;
- a emissão de letras e cédulas hipotecárias;
- depósitos interfinanceiros.

Suas operações ativas são:

- financiamento para construção de habitações;
- abertura de crédito para compra ou construção de casa própria;
- financiamento de capital de giro a empresas incorporadoras, produtoras e distribuidoras de material de construção.

Devem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima, adotando obrigatoriamente em sua denominação social a expressão "Crédito Imobiliário".

✍ **Questão de concurso comentada**

1. (CESPE/BASA/Técnico Bancário/2012) Julgue o item a seguir.

Tanto os bancos comerciais quanto as sociedades de crédito imobiliário devem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima.

✍ **Comentário:**
Está correto, ambas devem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima.
Gabarito: Certo

Associações de poupança e empréstimo

São constituídas sob a forma de sociedade civil, sendo de propriedade comum de seus associados.

Segundo Decreto-Lei nº 70/1966[14], os objetivos fundamentais das associações de poupança e empréstimo são:

- propiciar ou facilitar a aquisição de casa própria aos associados;
- captar, incentivar e disseminar a poupança.

Suas operações ativas são, basicamente, direcionadas ao mercado imobiliário e ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH). As operações passivas são passivas de emissão de letras e cédulas hipotecárias, depósitos de cadernetas de poupança, depósitos interfinanceiros e empréstimos externos.

Os depositantes dessas entidades são considerados acionistas da associação e, por isso, não recebem rendimentos, mas dividendos. Os recursos dos depositantes são, assim, classificados no patrimônio líquido da associação, e não no passivo exigível.

Sistema de Seguros Privados: sociedades de capitalização; Previdência Complementar: entidades abertas e entidades fechadas de previdência privada.

Sistema de Seguros Privados e Previdência Complementar: Conselho Nacional de Seguros Privados

Sistema Nacional de Seguros Privados

Compete privativamente ao Governo Federal formular a política de seguros privados, legislar sobre suas normas gerais e fiscalizar as operações no mercado nacional.

O Decreto-Lei nº 73/1966[15], que rege as operações de seguro, instituiu o Sistema Nacional de Seguros Privados, constituído:

- do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP;
- da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;
- dos resseguradores;
- das sociedades autorizadas a operar em seguros privados;
- dos corretores habilitados.

[13] Fonte: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4380.htm>
[14] Fonte: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0070-66.htm>
[15] Fonte: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0073.htm>

Entidades abertas de previdência complementar

São entidades constituídas unicamente sob a forma de sociedades anônimas e têm por objetivo instituir e operar planos de benefícios de caráter previdenciário concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único, acessíveis a quaisquer pessoas físicas.

São regidas pelo Decreto-Lei nº 73/1966, e pela Lei Complementar nº 109/2001.

As funções do órgão regulador e do órgão fiscalizador são exercidas pelo Ministério da Fazenda, por intermédio do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão)[16]

São organizadas sob a forma de fundação ou sociedade civil, sem fins lucrativos, e são acessíveis, exclusivamente, aos empregados de uma empresa ou grupo de empresas ou aos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, entes denominados patrocinadores ou aos associados ou membros de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial, denominadas instituidores.

As entidades de previdência fechada devem seguir as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 3.121/2003[17], no que tange à aplicação dos recursos dos planos de benefícios. Também são regidas pela Lei Complementar nº 109/ 2001.

Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP)

É um <u>órgão normativo</u> responsável por fixar as diretrizes e as normas da política de seguros privados, bem como prescrever os critérios de constituição das Sociedades Seguradoras, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, com fixação dos limites legais e técnicos das respectivas operações.[18]

Segundo o Decreto-Lei nº 73/1966, art. 32, compete privativamente ao CNSP:

> I - Fixar as diretrizes e normas da política de seguros privados;
> II - Regular a constituição, organização, funcionamento e fiscalização dos que exercerem atividades subordinadas a este Decreto-Lei, bem como a aplicação das penalidades previstas;
> III - Estipular índices e demais condições técnicas sobre tarifas, investimentos e outras relações patrimoniais a serem observadas pelas Sociedades Seguradoras;
> IV - Fixar as características gerais dos contratos de seguros;
> V - Fixar normas gerais de contabilidade e estatística a serem observadas pelas Sociedades Seguradoras;
> VI - Delimitar o capital das sociedades seguradoras e dos resseguradores;
> VII - Estabelecer as diretrizes gerais das operações de resseguro;
> VIII - Disciplinar as operações de co-seguro;
> X - Aplicar às Sociedades Seguradoras estrangeiras autorizadas a funcionar no País as mesmas vedações ou restrições equivalentes às que vigorarem nos países da matriz, em relação às Sociedades Seguradoras brasileiras ali instaladas ou que neles desejem estabelecer-se;
> XI - Prescrever os critérios de constituição das Sociedades Seguradoras, com fixação dos limites legais e técnicos das operações de seguro;
> XII - Disciplinar a corretagem de seguros e a profissão de corretor;
> XIII - (Revogado pela Lei Complementar nº 126, de 2007)
> XIV - Decidir sobre sua própria organização, elaborando o respectivo Regimento Interno;
> XV - Regular a organização, a composição e o funcionamento de suas Comissões Consultivas;
> XVI - Regular a instalação e o funcionamento das Bolsas de Seguro;
> XVII - Fixar as condições de constituição e extinção de entidades autorreguladoras do mercado de corretagem, sua forma jurídica, seus órgãos de administração e a forma de preenchimento de cargos administrativos;
> XVIII - Regular o exercício do poder disciplinar das entidades autorreguladoras do mercado de corretagem sobre seus membros, inclusive do poder de impor penalidades e de excluir membros;
> XIX - Disciplinar a administração das entidades autorreguladoras do mercado de corretagem e a fixação de emolumentos, comissões e quaisquer outras despesas cobradas por tais entidades, quando for o caso.

[16] Fonte: http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/efpp.asp

[17] revogado pela Resolução 3.456, de 01/07/2007 e posteriormente revogado pela Resolução nº 3.792, de 24/9/2009.

[18] Adaptado de: <http://www.fazenda.gov.br/portugues/orgaos/cnsp/cnspatri.asp>

O CNSP é integrado pelos seguintes membros:

- Ministro de Estado da Fazenda, ou seu representante;
- Representante do Ministério da Justiça;
- Representante do Ministério da Previdência e Assistência Social;
- Superintendente da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;
- Representante do Banco Central do Brasil;
- Representante da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

✍ **Questões de concurso comentadas**

1. (CESPE/2011/BRB/Escriturário) Julgue o item subsequente, relativo ao sistema de seguros privados e previdência complementar.

Compete ao Conselho Nacional de Seguros Privados fixar as diretrizes e as normas dos seguros privados bem como prescrever critérios de constituição das sociedades seguradoras, de capitalização, entidades de previdência privada aberta e resseguradores e determinar limites legais e técnicos das respectivas operações.

✍ **Comentário:**
O item está correto. Além destas, outras competências do CNSP são encontrados no art. 32 do Decreto-Lei nº 73/1966.
Gabarito: Certo

2. (CESPE/2009/Banco do Brasil/Escriturário) Com referência ao Sistema de Seguros Privados e Previdência Complementar, julgue o item abaixo.

As entidades fechadas de previdência complementar correspondem aos fundos de pensão e são organizadas sob a forma de empresas privadas, sendo somente acessíveis aos empregados de uma empresa ou a um grupo de empresas ou aos servidores da União, estados ou municípios.

✍ **Comentário:**
Correção: São organizadas sob a forma de fundação ou sociedade civil, sem fins lucrativos e são acessíveis, exclusivamente, aos empregados de uma empresa ou grupo de empresas ou aos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, entes denominados patrocinadores ou aos associados ou membros de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial, denominadas instituidores.
Gabarito: Errado

3. (CESPE/2008/Banco do Brasil/Escriturário/1) Com relação ao Sistema de Seguros Privados e Previdência Complementar, julgue o item que se segue.

O CNSP inclui representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

✍ **Comentário:**
Não inclui representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
O CNSP é integrado por: Ministro de Estado da Fazenda, ou seu representante; representante do Ministério da Justiça; representante do Ministério da Previdência e Assistência Social; superintendente da SUSEP; representante do Banco Central do Brasil; representante da CVM.
Gabarito: Errado

Superintendência de Seguros Privados

Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) – autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda; jurisdicionada ao Ministério da Indústria e do Comércio, dotada de personalidade jurídica de Direito Público, com autonomia administrativa e financeira. É responsável pelo controle e fiscalização do mercado de seguro, previdência privada aberta e capitalização.

Segundo art. 36 do Decreto-Lei nº 73/1966, compete à SUSEP, na qualidade de executora da política traçada pelo CNSP, como órgão fiscalizador da constituição, organização, funcionamento e operações das Sociedades Seguradoras:

> a) processar os pedidos de autorização, para constituição, organização, funcionamento, fusão, encampação, grupamento, transferência de controle acionário e reforma dos Estatutos das Sociedades Seguradoras, opinar sobre os mesmos e encaminhá-los ao CNSP;
> b) baixar instruções e expedir circulares relativas à regulamentação das operações de seguro, de acordo com as diretrizes do CNSP;
> c) fixar condições de apólices, planos de operações e tarifas a serem utilizadas obrigatoriamente pelo mercado segurador nacional;
> d) aprovar os limites de operações das Sociedades Seguradoras, de conformidade com o critério fixado pelo CNSP;
> e) examinar e aprovar as condições de coberturas especiais, bem como fixar as taxas aplicáveis;
> f) autorizar a movimentação e liberação dos bens e valores obrigatoriamente inscritos em garantia das reservas técnicas e do capital vinculado;
> g) fiscalizar a execução das normas gerais de contabilidade e estatística fixadas pelo CNSP para as Sociedades Seguradoras;
> h) fiscalizar as operações das Sociedades Seguradoras, inclusive o exato cumprimento deste Decreto-lei, de

outras leis pertinentes, disposições regulamentares em geral, resoluções do CNSP e aplicar as penalidades cabíveis;
i) proceder à liquidação das Sociedades Seguradoras que tiverem cassada a autorização para funcionar no País;
j) organizar seus serviços, elaborar e executar seu orçamento;
k) fiscalizar as operações das entidades autorreguladoras do mercado de corretagem, inclusive o exato cumprimento deste Decreto-Lei, de outras leis pertinentes, de disposições regulamentares em geral e de resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), e aplicar as penalidades cabíveis; e
l) celebrar convênios para a execução dos serviços de sua competência em qualquer parte do território nacional, observadas as normas da legislação em vigor.

Ainda sobre as competências e atribuições do SUSEP, consta no *site* do Banco Central e da SUSEP [19] o seguinte:

- Fiscalizar a constituição, organização, funcionamento e operação das Sociedades Seguradoras, de Capitalização, Entidades de Previdência Privada Aberta e Resseguradores, na qualidade de executora da política traçada pelo CNSP;
- atuar no sentido de proteger a captação de poupança popular que se efetua através das operações de seguro, previdência privada aberta, de capitalização e resseguro;
- zelar pela defesa dos interesses dos consumidores dos mercados supervisionados;
- promover o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos operacionais a eles vinculados;
- promover a estabilidade dos mercados sob sua jurisdição;
- zelar pela liquidez e solvência das sociedades que integram o mercado;
- disciplinar e acompanhar os investimentos daquelas entidades, em especial os efetuados em bens garantidores de provisões técnicas;
- cumprir e fazer cumprir as deliberações do CNSP e exercer as atividades que por este forem delegadas;
- prover os serviços de Secretaria Executiva do CNSP.

Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC)

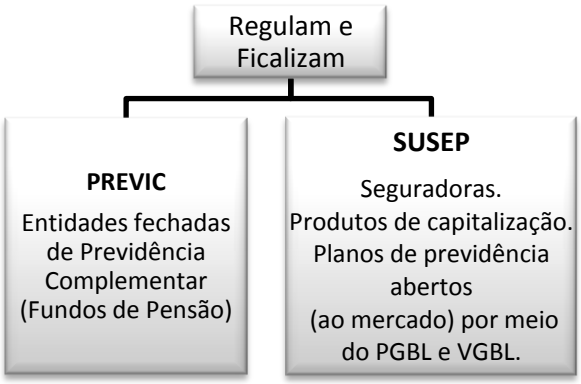
A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) é uma autarquia vinculada ao Ministério da Previdência Social, responsável por fiscalizar as atividades das entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão).

[19] <http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/ssp.asp> <http://www.susep.gov.br/menu/a-susep/apresentacao> (acesso em 22/01/2014)

A Previc atua como entidade de fiscalização e de supervisão das atividades das entidades fechadas de previdência complementar e de execução das políticas para o regime de previdência complementar operado pelas entidades fechadas de previdência complementar, observando, inclusive, as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar.

A PREVIC substituiu a antiga SPC – Secretaria da Previdência Complementar.

Atuação da PREVIC e SUSEP



Fique ligado: a SUSEP é uma entidade supervisora e tem como órgão normativo o CNSP.

✍ Questões de concursos comentadas

1. (CESGRANRIO/Banco do Brasil/Escriturário/2012) O mercado de seguros surgiu da necessidade que as pessoas e as empresas têm de se associar para suportar coletivamente suas perdas individuais. Foram criadas, então, as seguradoras, as corretoras de seguro, além de algumas instituições encarregadas não só de fixar normas e políticas, mas também de regular e fiscalizar esse mercado.

Com o surgimento de tal necessidade, qual instituição foi criada para, além de fiscalizar as seguradoras e corretoras, também regulamentar as operações de seguro, fixando as condições da apólice e dos planos de operação e valores de tarifas?

a) Seguradora Líder
b) Câmara Especial de Seguros
c) Superintendência dos Seguros Privados
d) Conselho Nacional de Seguros Privados
e) Instituto de Resseguros do Brasil

✍ Comentário:

A instituição tratada no enunciado é a Superintendência dos Seguros Privados (SUSEP), conforme consta no Decreto-Lei nº 73/1966, art. 36. Tal instituição, além de fiscalizar as seguradoras e as corretoras (alíneas "h" e "k" do referido artigo), também regulamenta as operações de seguro (alínea "b"), fixando as condições da apólice e dos planos de operação e valores de tarifas (alínea "c").
Gabarito: C

2. (CESGRANRIO/2010/Banco do Brasil/Escriturário) A Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) é o órgão responsável pelo controle e fiscalização do mercado de seguros, previdência privada aberta e capitalização. Em relação a esse órgão, considere as atribuições abaixo.

I - Cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho Nacional de Seguros Privados.
II - Zelar pela defesa dos interesses dos consumidores do mercado de seguros, previdência privada aberta e capitalização.
III - Regular e fiscalizar as operações de compra e venda de ações e títulos públicos realizadas no mercado balcão.
IV - Prover recursos financeiros para as sociedades do mercado de seguros, previdência privada aberta e capitalização por meio de aporte de capital, quando necessário.
V - Disciplinar e acompanhar os investimentos das entidades do mercado de seguros, previdência privada aberta e capitalização, em especial os efetuados em bens garantidores de provisões técnicas.

São atribuições da SUSEP apenas:

a) II, III, IV e V.
b) I, II, III e IV.
c) III, IV e V.
d) I, II e V.
e) I, II e IV.

✍ **Comentário:**
Os itens que são atribuições apenas da SUSEP são I, II e V.
Item I. Correto, conforme art. 36 do Decreto-Lei nº 73/1966: "compete à SUSEP, na qualidade de executora da política traçada pelo CNSP, […]"
Item II. Correto, conforme informações do *site* oficial da SUSEP.
Item V. Correto, conforme informações do *site* oficial da SUSEP.
Gabarito: D

3. (CESPE/2009/Banco do Brasil/Escriturário) Com relação à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, julgue o seguinte item.
A SUSEP é dotada de personalidade jurídica de direito privado, com relativa autonomia administrativa e financeira.

✍ **Comentário:**
Conforme o art. 35 do Decreto-Lei nº 73/1966, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) é dotada de personalidade jurídica de Direito Público, com autonomia administrativa e financeira.
Gabarito: Errado

4. (FCC/2011/Banco do Brasil/Escriturário/Ed. 3) A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC):

a) fiscaliza as atividades dos fundos de pensão.
b) supervisiona as atividades das entidades de previdência privada aberta.
c) determina regras sobre aposentadoria dos trabalhadores.
d) executa a arrecadação das contribuições previdenciárias.
e) é uma autarquia vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego.

✍ **Comentário:**
A alternativa correta é a "a", pois a PREVIC é responsável por fiscalizar as atividades das entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão).
A alternativa "b" está errada, pois ela fiscaliza as atividades das entidades fechadas de previdência complementar.
As alternativas "c" e "d" não são atribuições da PREVIC.
A alternativa "e" está errada, pois a PREVIC é uma autarquia vinculada ao Ministério da Previdência Social.
Gabarito: A

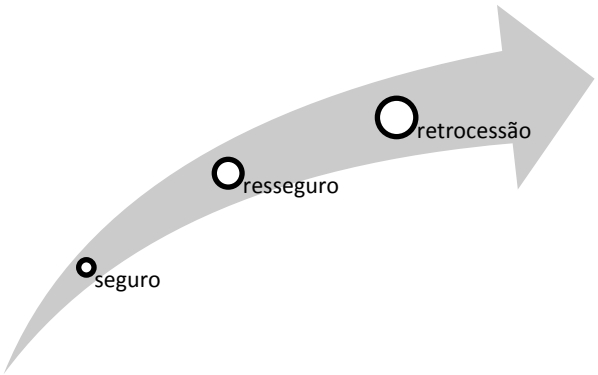
Instituto de Resseguros do Brasil

Segundo o Decreto-Lei nº 73/1966, o Instituto de Resseguros do Brasil – IRB é uma sociedade de economia mista, dotada de personalidade jurídica própria de Direito Privado e gozando de autonomia administrativa e financeira.

O capital social do IRB é representado por ações escriturais, ordinárias e preferenciais, todas sem valor nominal.

O Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) é empresa resseguradora vinculada ao Ministério da Fazenda.

Quando uma seguradora ultrapassa suas capacidades de garantia, o IRB absorve o excesso via resseguro. Caso as quantias envolvidas ultrapassem a capacidade do próprio IRB, ele repassará para o sistema segurador por meio das seguradoras que o compõem, pulverizando o risco, na operação que se chama de retrocessão.



Segundo a lei complementar nº 126/2007[20], art. 2º, a regulação das operações de cosseguro, resseguro, retrocessão e sua intermediação será exercida pelo órgão regulador de seguros, conforme definido em lei, observadas as disposições dessa Lei Complementar.

> § 1º Para fins desta Lei Complementar, considera-se:
> I - **cedente:** a sociedade seguradora que contrata operação de resseguro ou o ressegurador que contrata operação de retrocessão;
> II - **cosseguro:** operação de seguro em que 2 (duas) ou mais sociedades seguradoras, com anuência do segurado, distribuem entre si, percentualmente, os riscos de determinada apólice, sem solidariedade entre elas;
> III - **resseguro:** operação de transferência de riscos de uma cedente para um ressegurador, ressalvado o disposto no inciso IV deste parágrafo;
> IV - **retrocessão:** operação de transferência de riscos de resseguro de resseguradores para resseguradores ou de resseguradores para sociedades seguradoras locais.

Resseguradores

São entidades, constituídas sob a forma de sociedades anônimas, que têm por objeto exclusivo a realização de operações de resseguro e retrocessão.

Ainda segundo a Lei Complementar nº 126/2007, art. 4º as operações de resseguro e retrocessão podem ser realizadas com os seguintes tipos de resseguradores:

> I - **ressegurador local:** ressegurador sediado no País constituído sob a forma de sociedade anônima, tendo por objeto exclusivo a realização de operações de resseguro e retrocessão;
> II - **ressegurador admitido:** ressegurador sediado no exterior, com escritório de representação no País, que, atendendo às exigências previstas nesta Lei Complementar e nas normas aplicáveis à atividade de resseguro e retrocessão, tenha sido cadastrado como tal no órgão fiscalizador de seguros para realizar operações de resseguro e retrocessão; e
> III - **ressegurador eventual:** empresa resseguradora estrangeira sediada no exterior sem escritório de representação no País que, atendendo às exigências previstas nesta Lei Complementar e nas normas aplicáveis à atividade de resseguro e retrocessão, tenha sido cadastrada como tal no órgão fiscalizador de seguros para realizar operações de resseguro e retrocessão.

[20] Fonte: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp126.htm> (Acesso em 22/01/2014)

✍ Questões de concurso comentadas

1. (CESGRANRIO/Banco do Brasil/Escriturário/2012) As seguradoras também se preocupam com os riscos que as cercam por conta da possibilidade de um colapso no mercado ou, até mesmo, pela ocorrência simultânea de muitos sinistros.

Nesse sentido, para se aliviar parcialmente do risco de um seguro já feito, a companhia poderá contrair um novo seguro em outra instituição, através de uma operação denominada:

a) corretagem de seguro
b) resseguro
c) seguro de incêndio
d) seguro de veículos
e) seguro de vida

✍ Comentário:
A operação mencionada na questão é o resseguro, cuja definição legal encontra-se na Lei Complementar nº 126/2007, art. 2º, §1º, inciso III: "resseguro: operação de transferência de riscos de uma cedente para um ressegurador […]".
Gabarito: B

2. (FCC/2011/Banco do Brasil/Escriturário/Ed. 1) Sobre operações de resseguro e retrocessão realizadas no País, a legislação brasileira em vigor prevê:

a) a possibilidade de contratação de Ressegurador Eventual sediado em paraísos fiscais.
b) a possibilidade de contratação por meio de Ressegurador Local, Admitido ou Eventual.
c) que o Ressegurador Local seja controlado por instituição financeira.
d) que sejam contratadas exclusivamente por intermédio do IRB-Brasil Re (antigo Instituto de Resseguros do Brasil).
e) a dispensa, às companhias seguradoras nacionais, de repassar risco, ou parte dele, a um ressegurador.

✍ Comentário:
A alternativa correta é a "b", pois, conforme a Lei Complementar nº 126/2007, art. 4º, incisos I, II e III, há três tipos de resseguradores: Local, Admitido e Eventual.
Gabarito: B

3. (CESPE/2010/BRB/Escriturário) Quanto ao sistema de seguros privados e previdência complementar, julgue o item subsequente.

Admite-se que um ressegurador sediado no exterior opere no Brasil, desde que atenda às exigências legais e esteja cadastrado no órgão competente.

✍ **Comentário:**
O item está correto, conforme Lei Complementar nº 126/2007, art. 4º: "As operações de resseguro e retrocessão podem ser realizadas com os seguintes tipos de resseguradores: […] II - ressegurador admitido: ressegurador sediado no exterior, com escritório de representação no País, que, atendendo às exigências previstas nesta Lei Complementar e nas normas aplicáveis à atividade de resseguro e retrocessão, tenha sido cadastrado como tal no órgão fiscalizador de seguros para realizar operações de resseguro e retrocessão."
Gabarito: Certo

Sociedades seguradoras

São entidades, constituídas sob a forma de sociedades anônimas, especializadas em pactuar contrato, por meio do qual assumem a obrigação de pagar ao contratante (segurado), ou a quem este designar, uma indenização, no caso em que advenha o risco indicado e temido, recebendo, para isso, o prêmio estabelecido.

Segundo Decreto-Lei nº 73/1996, são regidas pelas seguintes normas principais:

- Não podem explorar qualquer outro ramo de comércio ou indústria. (art.73)
- Só poderão operar em seguros para os quais tenham a necessária autorização, segundo os planos, tarifas e normas aprovadas pelo CNSP. (art. 78)
- Não podem reter responsabilidades cujo valor ultrapasse seus limites técnicos. (art. 79)
- Têm a obrigação de constituir reservas técnicas e provisões. (art. 84)
- Não poderão distribuir lucros ou quaisquer fundos correspondentes às reservas patrimoniais, desde que essa distribuição possa prejudicar o investimento obrigatório do capital e reserva. (art. 87)

Fique ligado: As sociedades seguradoras são fiscalizadas pela SUSEP, mas também são acompanhadas pelo BACEN quanto às aplicações de reservas técnicas.

✍ **Questão de concurso comentada**

1. (FCC/2006/Banco do Brasil/Escriturário/Ed. 1/ DF) As sociedades seguradoras:

a) devem ter patrimônio líquido inferior ao valor do seu passivo não operacional.
b) são autorizadas a funcionar através de Portaria do Ministro da Fazenda.
c) têm autonomia completa para decidir ou não aceitar resseguros.
d) estão impedidas de explorar qualquer outro ramo de comércio ou indústria.
e) têm autonomia para distribuir lucros ou quaisquer fundos correspondentes às suas reservas patrimoniais.

✍ **Comentário:**
A alternativa correta é a "d", conforme Decreto-Lei nº 73/1966, art. 73.
Gabarito: D

Sociedades de capitalização

São entidades, constituídas sob a forma de sociedades anônimas, que negociam contratos (títulos de capitalização) que têm por objeto o depósito periódico de prestações pecuniárias pelo contratante, o qual terá, depois de cumprido o prazo contratado, o direito de resgatar parte dos valores depositados corrigidos por uma taxa de juros estabelecida contratualmente. Confere, ainda, quando previsto, o direito de concorrer a sorteios de prêmios em dinheiro.

Segundo o Decreto-Lei nº 261/1967[21], que dispõe sobre as sociedades de capitalização, "consideram-se sociedades de capitalização as que tiverem por objetivo fornecer ao público de acordo com planos aprovados pelo Governo Federal, a constituição de um capital mínimo perfeitamente determinado em cada plano e pago moeda corrente em um prazo máximo indicado no mesmo plano, a pessoa que possuir um título, segundo cláusulas e regras aprovadas e mencionadas no próprio título."

Tipos de título disponíveis no mercado

Os títulos são estruturados, quanto à sua forma de pagamento, em PM, PP e PU.

- **PM:** é um título que prevê um pagamento a cada mês de vigência do título.

[21] Fonte: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0261.htm> (acesso em 22/01/2014)

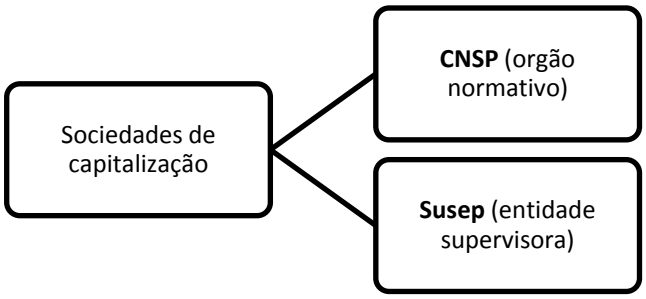
- **PP:** é um título em que não há correspondência entre o número de pagamentos e o número de meses de vigência do título.
- **PU:** é um título em que o pagamento é único (realizado uma única vez), tendo sua vigência estipulada na proposta.

Prazo de vigência e prazo de pagamento

Prazo de Pagamento é o período durante o qual o subscritor compromete-se a efetuar os pagamentos, que, em geral, são mensais e sucessivos. Outra possibilidade, como mencionada anteriormente, é a de o título ser de Pagamento Periódico (PP) ou de Pagamento Único (PU).

Prazo de Vigência é o período durante o qual o Título de Capitalização está sendo administrado pela Sociedade de Capitalização, sendo o capital relativo ao título, em geral, atualizado monetariamente pela TR e capitalizado pela taxa de juros informada nas Condições Gerais. Tal período deverá ser igual ou superior ao período de pagamento.

Fique ligado:
Compete privativamente ao CNSP fixar as diretrizes e as normas da política de capitalização.
A Susep é o órgão executor e supervisor da política de capitalização traçada pelo CNSP (conforme Decreto-Lei nº 261/1967, art. 3º, §§ 1º e 2º).



✍ Questões de concursos comentadas

1. (CESGRANRIO/2012/Caixa/Técnico Bancário) As Sociedades de Capitalização são entidades constituídas sob a forma de sociedades anônimas, que negociam contratos, denominados títulos de capitalização.

Esses títulos têm por objeto a(o):

a) aquisição de ações de empresas privadas, para investimento em longo prazo, com opção de realizar a venda dessas ações a qualquer tempo.
b) compra parcelada de um bem em que um grupo de participantes, organizados por uma empresa administradora, rateia o valor do bem desejado pelos meses de parcelamento.
c) compra de títulos públicos ou privados, mediante depósitos mensais em dinheiro, que serão capitalizados a uma determinada taxa de juros até o final do contrato.
d) investimento em títulos públicos do governo federal, no qual o investidor poderá optar pelo resgate do Fundo de Garantia (FGTS) ou pelo pagamento em dinheiro.
e) depósito periódico de prestações pecuniárias pelo contratante, o qual terá o direito de resgatar parte dos valores corrigidos e de concorrer a sorteios de prêmios em dinheiro.

✍ Comentário:
Conforme explicado anteriormente, os títulos de capitalização são constituídos de depósitos periódicos, cujo contratante poderá resgatar parte do valor corrigido e, ainda, concorrer a prêmios.
Gabarito: E

2. (CESPE/2011/BRB/Escriturário) Julgue o item a seguir, acerca dos títulos de capitalização.

O prazo de pagamento de um título de capitalização não necessariamente coincide com o seu prazo de vigência, que é o período no qual o título está em vigor, dando direito aos sorteios existentes.

✍ Comentário:
Prazo de Pagamento é o período durante o qual o subscritor compromete-se a efetuar os pagamentos – pode ser PM, PP ou PU. Já o Prazo de Vigência é o período durante o qual o Título de Capitalização está sendo administrado pela Sociedade de Capitalização. Tal período deverá ser igual ou superior ao período de pagamento. Sendo assim, o item está certo, pois os dois tipos de prazos não necessariamente coincidem.
Gabarito: Certo

3. (FCC/2011/Banco do Brasil/Escriturário/Ed. 2) Os títulos de capitalização são:

a) estruturados com prazo de vigência igual ou superior a 6 meses.
b) comercializados por instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil.
c) disponíveis, normalmente, em planos com pagamentos mensais e sucessivos ou pagamento único.
d) resgatados em base sempre superior ao capital constituído por aplicações idênticas em títulos públicos.
e) regidos por condições gerais disponibilizadas após a contratação.

✍ **Comentário:**
a) Incorreto: O período mínimo de vigência é normalmente igual ou superior a 12 meses.
b) Incorreto. São comercializados por sociedades de capitalização.
c) Correto. Os títulos de capitalização são disponíveis, normalmente, em planos com pagamentos mensais e sucessivos ou pagamento único.
d) Incorreto. Resgatados em base inferior ao capital constituído por aplicações idênticas em títulos públicos.
e) Incorreto. Regidos por condições gerais disponibilizadas na adesão da contratação, não após contratação.
Gabarito: C

4. (CESPE/BASA/Técnico Bancário/2012) Julgue o item a seguir.

Os títulos de capitalização diferem das demais aplicações financeiras porque, geralmente, oferecem prêmios, por intermédio de sorteios, algumas vezes confundindo-se com uma espécie de loteria.

✍ **Comentário:**
O item está correto, pois a principal característica dos títulos de capitalização é a possibilidade de concorrer a prêmios durante o período da aplicação.
Gabarito: Certo

Previdência complementar: entidades abertas e entidades fechadas de previdência privada

Previdência **privada**, também chamada de **previdência complementar**, é uma forma de seguro contratado para garantir uma renda ao comprador ou a seu beneficiário. Os valores do prêmio são aplicados pela entidade gestora, que com base em cálculos atuariais determina o valor do benefício. No Brasil, pode ser do tipo aberta ou fechada.

Pode-se dizer que é um sistema que acumula recursos que garantam uma renda mensal no futuro, especialmente no período em que se deseja parar de trabalhar. Em um primeiro momento, era vista como uma poupança extra, além da previdência oficial, mas, como o benefício do governo tende a ficar cada vez menor, muitos adquirem um plano como forma de garantir uma renda razoável ao fim de sua carreira profissional.

A previdência aberta pode ser contratada por qualquer pessoa, enquanto a fechada é destinada a grupos, como funcionários de uma empresa, por exemplo.

Corretoras de seguros

Segundo o Decreto-Lei 73/1966, encontramos o seguinte conceito legal para corretor (a) de seguros:

> **Art. 122.** O corretor de seguros, pessoa física ou jurídica, é o intermediário legalmente autorizado a angariar e promover contratos de seguro entre as Sociedades Seguradoras e as pessoas físicas ou jurídicas de Direito Privado.

Sendo assim, podemos dizer que o corretor de seguros tem, entre suas responsabilidades, a de representação legal do segurado junto à seguradora.

Características do(a) Corretor(a)

1) Pode ser pessoa física ou jurídica. (art. 122, Decreto-Lei 73/1966)
2) Ser brasileiro ou estrangeiro com residência permanente. (Lei 4.594/64, art. 3º, "a")
3) Só pode operar se tiver autorização da SUSEP. (art. 123 e seus parágrafos, Decreto-Lei 73/1966)
4) Não pode aceitar ou exercer empregos de pessoa jurídica de direito público, inclusive de entidade paraestatal; nem ser sócio, administrador, procurador, despachante ou empregado de empresa de seguros. (art. 17, alíneas "a" e "b", Lei 4.594/64)

Vocabulário

- **Corretagem:** intermediação entre o adquirente do seguro e o tomador do capital.
- **Comissão:** remuneração pela corretagem.

Responsabilidade do corretor de seguros

Segundo o art. 126 do Decreto-Lei nº 73/1966, o corretor de seguros responderá civilmente perante os segurados e as sociedades seguradoras pelos prejuízos que causar, **por omissão**, **imperícia** ou **negligência** no exercício da profissão.

Penalidades

Segundo o art. 128 do Decreto-Lei nº 73/1966, o corretor de seguros estará sujeito às penalidades seguintes:

- multa;
- suspensão temporária do exercício da profissão;
- cancelamento do registro.

As penalidades serão aplicadas pela SUSEP.

Fique ligado: Não é possível fazer um seguro sem a intermediação de um corretor ou uma corretora de seguros.

✍ **Questões de concurso comentadas**

1. (FCC/2011/Banco do Brasil/Escriturário/Ed. 3) Uma das responsabilidades, dentre outras, de corretoras de seguros é:

a) agenciamento da venda de seguros vinculado a uma seguradora.
b) respeitar o capital mínimo estabelecido pela Superintendência de Seguros Privados.
c) garantir o pagamento de uma indenização ao segurado e aos seus beneficiários.
d) atuar com especialização em, no máximo, três ramos de seguros.
e) representação legal do segurado junto à seguradora.

✍ **Comentário:**
Conforme explicado anteriormente, o corretor de seguros é o intermediário legalmente autorizado a angariar e promover contratos de seguro entre as Sociedades Seguradoras e as pessoas físicas ou jurídicas de Direito Privado, sendo assim podemos dizer que o corretor de seguros tem, entre suas responsabilidades, a de representação legal do segurado junto à seguradora.
Gabarito: E

2. (FCC/2006/Banco do Brasil/Escriturário/03/SP) Os corretores de seguros:

a) devem ser obrigatoriamente cidadãos brasileiros, sendo vedada a profissão a estrangeiros, mesmo que residam permanentemente no Brasil.
b) podem aceitar ou exercer emprego em pessoa jurídica de direito público.
c) responderão civil e criminalmente perante os segurados e as sociedades seguradoras pelos prejuízos que causarem, por omissão, imperícia ou negligência no exercício da profissão.
d) podem ser sócios, administradores, procuradores, despachantes ou empregados de empresa de seguros.
e) recebem comissão, mesmo quando a sociedade seguradora vende diretamente o seguro ao consumidor final.

✍ **Comentário:**
a) Incorreta. Podem, sim, ser estrangeiros com residência permanente, conforme Lei 4.594/64, art. 3º, alínea a.
b) Incorreta. Não podem aceitar ou exercer emprego em pessoa jurídica de direito público, conforme Lei 4.594/64, art. 17, alínea a.
c) Correta. Conforme Lei 4.594/64, art. 126.
d) Incorreta. Não podem ser sócios, administradores, procuradores, despachantes ou empregados de empresa de seguros, conforme Lei 4.594/64, art. 17, alínea b.
e) Incorreta. Só recebem comissão pelos serviços angariados.

Gabarito: C

Noções de política econômica

A política econômica consiste no conjunto de ações governamentais que são planejadas para atingir determinadas finalidades relacionadas com a situação econômica de um país/região, tais como, produção, distribuição e consumo de bens e serviços.

Taxa SELIC

A taxa SELIC, também chamada de taxa de juros de curto prazo, não deve ser confundida com a SELIC, que é câmara de compensação e liquidação de títulos públicos, como já visto. A taxa SELIC representa a taxa de juros básica da economia brasileira e expressa o quanto o governo federal irá remunerar os Títulos do Tesouro Nacional. É a partir dela que são balizados todos os juros da economia. A taxa SELIC é expressa em base anual de 252 dias úteis e é calculada pela média ponderada das operações de um dia lastreadas em títulos públicos federais.

Taxa CDI

É a taxa que equivale a média ponderada das operações de um dia lastreadas em títulos privados expressa em base anual de 252 dias úteis. A taxa CDI é utilizada para corrigir CDBs, outros títulos de renda fixa, além de servir como referência (*benchmark*) para o acompanhamento da rentabilidade dos fundos de renda fixa.

TR – Taxa referencial[22]

A Taxa Referencial (TR) é calculada com base em amostra constituída das 20 maiores instituições financeiras do País, assim consideradas em função do volume de captação efetuado por meio de certificados e recibos de depósito bancário (CDB/RDB), com prazo de 30 a 35 dias corridos, inclusive, e remunerados a taxas prefixadas, entre bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento e caixas econômicas (Resolução 4.240, de 28/6/2013.)

Metas de inflação

O regime de metas de inflação é amplamente usado no mundo como parte central da estratégia do controle de preços. No Brasil ele começou a ser utilizado em junho de 1999 e de lá para cá o Banco Central tem se mostrado fiel

[22] Fonte: http://www.bcb.gov.br/glossario.asp?Definicao=650&idioma=P&idpai=GLOSSARIO (acesso em 22/01/2014)

a esse regime, que consiste basicamente em manter a inflação do ano dentro de uma meta pré-estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), com tolerância de variação de dois pontos percentuais para cima ou para baixo. O órgão específico dentro do Banco Central responsável pelo alcance da meta de inflação é o COPOM (Comitê de Política Monetária). É ele que induz, como veremos, a taxa SELIC através de seus instrumentos de política monetária.

São elementos básicos do regime de metas de inflação:

I – A divulgação da meta de forma aberta e irrestrita a todo o público;
II – O comprometimento absoluto do Banco Central (BACEN) em cumprir a meta de inflação;
III – A transparência, bem como a ampla comunicação ao público, na condução das ações implementadas pelo Banco Central para o cumprimento do objetivo;
IV – Mecanismos de penalização ao BACEN pelo não cumprimento da meta;
V – Independência política do BACEN.

Para o acompanhamento da evolução da inflação, o Banco Central usa o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) calculado pelo IBGE.

✍ **Questão de concurso comentada**

(CESGRANRIO / 2012 / Caixa / Técnico Bancário) A gestão da economia visa a atender às necessidades de bens e serviços da sociedade e também a atingir determinados objetivos sociais e macroeconômicos, tais como pleno emprego, distribuição de riqueza e estabilidade de preços.

Para que isso ocorra, o governo atua por meio de

a) ações fiscais
b) ações monetárias
c) políticas econômicas
d) políticas de relações internacionais
e) diretrizes fiscais e orçamentárias

✍ **Comentário**
O conjunto de ações governamentais que são planejadas para atingir determinadas finalidades relacionadas com a situação econômica de um país ou região é denominada política economica.
Gabarito: C

Política monetária, instrumentos de política monetária, formação da taxa de juros

O Banco Central controla a inflação atuando sobre a quantidade de moeda em circulação. Uma regra básica da economia é que os preços são reflexo da relação entre oferta e demanda. Se a quantidade demandada (procura) de um bem sobe mais que a oferta, o preço sobe. Por outro lado, se a oferta aumenta mais que a demanda, o preço do bem tende a cair. No mercado monetário essa regra também vale. O Banco Central controla a quantidade de moeda, ou o estoque monetário, através de três instrumentos:

I – Compra e venda de títulos públicos – Operações de *Open Market* (Mercado Aberto)

Semanalmente o Tesouro Nacional emite títulos que são leiloados pelo BACEN a todos os participantes do sistema financeiro nacional. Quando o BACEN leiloa títulos, ele retira moeda de circulação do mercado. No movimento inverso, quando o BACEN compra títulos ele põe mais moeda em circulação no mercado. Para entendermos melhor, supomos que todo o dinheiro existente em circulação na economia sejam R$ 1.000,00. Se o Banco Central decidir diminuir a quantidade de dinheiro em circulação na economia (estoque monetário) em 20%, por exemplo, ele vende R$ 200,00 de títulos do tesouro. A partir daí, haverá em circulação na economia R$ 800,00 e R$ 200,00 no caixa do Banco Central. Se o Banco Central quiser aumentar em 10% a quantidade de dinheiro em circulação, ele recompra R$ 80,00 em títulos do tesouro, ficando a economia com R$ 880,00 e o seu caixa com R$ 120,00.

II – Taxa de Redesconto

Quando faltam recursos a alguma instituição financeira, o Banco Central pode emprestar dinheiro. Para isso ele cobrará uma taxa de juros, que quanto mais alta for menos as instituições tomarão emprestado e, portanto, menor será a quantidade de dinheiro em circulação. Quanto mais baixa a taxa, mais atrativo será para as instituições tomarem recursos com o BACEN e maior será a quantidade de dinheiro em circulação.

III – Depósito Compulsório

Todos os bancos têm que remeter parte dos depósitos que seus clientes fazem junto às agências ao Banco Central. Como os bancos usam o dinheiro dos depósitos dos clientes para fazer empréstimos, quanto maior o volume de recursos que ele tiver que remeter ao Banco Central, menor será a quantidade de dinheiro que sobrará para os empréstimos e, por conseguinte, menor será a quantidade de moeda em circulação.

Instrumento	Finalidade
Open Market	Controlar a quantidade de dinheiro em circulação.

Redesconto	Administrar a falta eventual de recursos dos bancos.
Depósito Compulsório	Conter a expansão do crédito.

Política monetária expansionista x política monetária restritiva

Quando o Banco Central atua através de seus instrumentos colocando mais dinheiro em circulação ele está promovendo uma política monetária expansionista e que quando atua tirando dinheiro de circulação ele está promovendo uma política monetária restritiva.

Voltemos à questão de demanda e oferta mencionada no início desse tópico. Sabe-se que a relação entre demanda e oferta determina o preço de um bem. No caso do dinheiro, o preço é expresso pela taxa de juros que se paga por ele. Isso significa que quanto maior for a demanda por dinheiro, maior será a taxa de juros ou o seu preço. Pois bem, quando o Banco Central controla a quantidade de dinheiro em circulação ele acaba por movimentar a taxa de juros. Se o Banco Central vende títulos, aumenta a taxa de redesconto ou o depósito compulsório ele irá tirar dinheiro de circulação. O dinheiro, nesse caso, se tornará mais raro e o seu preço, a taxa de juros, subirá. Numa política monetária expansionista a taxa de juros cairá, porque haverá dinheiro em abundância na economia (alto estoque monetário).

Política Monetária Restritiva		**Efeito na taxa de juros**
Open Market	Venda de títulos – retira dinheiro de circulação.	Sobe
Redesconto	Elevação da taxa – retira dinheiro de circulação.	Sobe
Compulsório	Aumento no repasse dos depósitos ao BACEN - retira dinheiro de circulação.	Sobe

Política Monetária Expansionista		**Efeito na taxa de juros**
Open Market	Compra de títulos – coloca dinheiro de circulação.	Cai
Redesconto	Redução da taxa – coloca dinheiro de circulação.	Cai
Compulsório	Diminuição no repasse dos depósitos ao BACEN - coloca dinheiro de circulação.	Cai

A relação entre a taxa de juros e a atividade econômica

Não é só sobre o mercado monetário que a atividade do Banco Central produz efeitos. As oscilações na taxa de juros, provocadas pelas ações do BACEN, influenciam as decisões econômicas das famílias e das empresas. Se os juros sobem, por exemplo, o crédito que as empresas tomam nos bancos torna-se mais caros, podendo fazer com que as empresas desistam de um novo investimento, da compra de algum equipamento ou de matéria-prima, e isso gera uma série de efeitos na economia, porque vários negócios deixarão de ser realizados e o ritmo de atividade econômica cairá. Outro exemplo é uma pessoa que está decidindo se investe em algum negócio ou põe o dinheiro para render no banco. Se os juros sobem, a tendência é a opção de pôr o dinheiro no banco tornar-se mais atrativa e novamente negócios deixarão de ser feitos. A elevação dos juros diminui a atividade econômica. Por outro lado, a queda dos juros tornam mais baratos os empréstimos e impelem aos poupadores a retirar o dinheiro dos bancos em busca de negócios mais rentáveis. A queda dos juros aumenta a atividade econômica. Portanto, há uma relação inversa entre taxa de juros e atividade econômica.

Taxa de juros	**Atividade econômica**
Sobe	Cai
Cai	Sobe

✍ **Questões comentadas de concursos:**

1. (FCC / Caixa Econômica Federal / Técnico Bancário Norte Nordeste / 2004) Assinale a alternativa correta:

a) A taxa de juros que precifica os ativos do Governo no mercado é denominada taxa limite.
b) Quanto mais baixa se situar a taxa de juros, menor se apresenta a atratividade dos agentes econômicos para novos investimentos, selecionando os de maior maturidade.
c) O Governo tem poder sobre a fixação da taxa de juros, pois não controla certos instrumentos de política monetária como o mercado aberto.
d) A taxa de juros que precifica os ativos do governo no mercado é denominada taxa pura, constituindo-se na taxa de juros mais alta do sistema econômico.
e) A taxa de juros estabelecida livremente pelo mercado é taxa referencial a ser comparada com os retornos oferecidos pelos investimentos com risco.

✍ **Comentário**
A taxa de juros que precifica os ativos do governo (títulos do tesouro nacional) é a taxa SELIC. O Banco Central controla essa taxa por meio de seus instrumentos de controle do estoque monetário, como as operações de mercado aberto (*open market*), redesconto e depósito compulsório. Vimos também que há uma relação inversa entre juros e atividade econômica. Quanto mais os juros sobem (política monetária restritiva) mais o ritmo da

atividade econômica cai e quanto mais os juros caem (política monetária expansionista) mais aumenta o ritmo da atividade econômica. A taxa DI (CDI), que deriva da SELIC e é estabelecida livremente pelo mercado, reflete quais os juros que os bancos estão cobrando uns dos outros para empréstimos de um dia. A taxa DI é usada como referência (*benchmark*) para o acompanhamento do rendimento dos investimentos.
Gabarito: E

2. (FCC / Caixa Econômica Federal / Técnico Bancário Norte Nordeste I 2004) As operações de mercado aberto (*open market*) funcionam como um instrumento bastante ágil de política monetária a fim de melhor regular o fluxo monetário da economia e influenciar os níveis das taxas de juros a curto prazo.

Está correto afirmar que

a) para uma expansão no volume dos meios de pagamento da economia, de forma a elevar sua liquidez e reduzir as taxas de juros, as autoridades monetárias intervêm no mercado resgatando títulos públicos em poder dos agentes econômicos.
b) para uma retração no volume dos meios de pagamento da economia, as autoridades devem resgatar os títulos públicos em poder dos agentes econômicos.
c) para elevação das taxas de juros vigentes a curto prazo, a postura assumida é aquisição dos títulos públicos em poder dos agentes econômicos.
d) Em termos de política monetária, a grande contribuição das operações de mercado aberto deve-se à sua rigidez.
e) para redução das taxas de juros, a postura assumida é colocar em circulação novos títulos da dívida pública.

✍ **Comentário**
Através das operações de mercado aberto o Banco Central controla o estoque monetário, afetando o comportamento da taxa de juros de curto prazo (SELIC). Quando ele atua comprando títulos, coloca dinheiro em circulação, empurrando a taxa de juros para baixo.
Gabarito: A

3. (FCC / Caixa Econômica Federal / Técnico Bancário 2004) A taxa de juro é apropriadamente identificada como o preço do crédito, refletindo uma dimensão temporal. O juro exprime o preço de troca de ativos disponíveis em diferentes momentos do tempo.

É correto afirmar que a taxa de juros

a) é formada, admitindo-se um mercado livre, com base nas taxas preferenciais temporais dos agentes econômicos que demandam recursos e no retorno esperado daqueles possuidores de recursos para empréstimos.
b) é consequência da estagnação cultural do país.
c) é o resultado das interações das ações de mercado executadas pelos agentes econômicos, servindo de balizador de suas decisões entre consumo e poupança.
d) é uma taxa de referência do processo decisório, isto é, decisões financeiras são consideradas atraentes se houver uma expectativa de que o retorno da aplicação não ultrapasse a taxa de juros do dinheiro utilizado.
e) não está vinculada ao conceito de taxa preferencial temporal dos agentes econômicos envolvidos.

✍ **Comentário**
A taxa de juros influencia as decisões econômicas das empresas e das famílias, se elas pouparão ou investirão dinheiro, por exemplo. Se os juros sobem, poderão fazer com que seja mais atrativo manter os recursos aplicados no banco que arrisca-los em algum investimento.
Gabarito: C

4. (CESGRANRIO / BANCO DO BRASIL / Técnico Bancário / 2008) Quando o Banco Central deseja baratear os empréstimos e possibilitar maior desenvolvimento empresarial, ele irá adotar uma Política Monetária Expansiva, valendo-se de medidas como a:

a) venda de títulos públicos.
b) elevação da taxa de juros.
c) elevação do recolhimento compulsório.
d) redução das linhas de crédito.
e) redução das taxas de juros.

✍ **Comentário**
Uma política monetária expansionista tem impacto positivo sobre o nível de atividade econômica e ocorre quando o BACEN, através de seus instrumentos, compra títulos públicos no mercado aberto, diminui o compulsório ou baixa a taxa de redesconto. Numa situação de política monetária expansionista, há uma redução das taxas de juros.
Gabarito: E

5. (FCC / BANCO DO BRASIL / Escriturário / 2006) Um cliente tem interesse em aplicar recursos por 30 dias em CDB e quer que a sua rentabilidade acompanhe a evolução diária da taxa de juros. Nesse caso, o indexador mais indicado para a operação é:

a) a TBF.
b) uma taxa pré-fixada.
c) o IGP-M.
d) o CDI.
e) o IPCA.

✍ **Comentário**

O CDI é a taxa que equivale a média ponderada das operações de um dia lastreadas em títulos privados expressa em base anual de 252 dias úteis. A taxa CDI é utilizada para corrigir CDBs, outros títulos de renda fixa, além de servir como referência (*benchmark*) para o acompanhamento da rentabilidade dos fundos de renda fixa.
Gabarito: D

6. (FCC / BANCO DO BRASIL / Escriturário / 2010) O Comitê de Política Monetária - COPOM - tem como objetivo:

a) Reunir periodicamente os ministros da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão e o presidente do Banco Central do Brasil.
b) Coletar as projeções das instituições financeiras para a taxa de inflação.
c) Divulgar mensalmente as taxas de juros de curto e longo prazos praticadas no mercado financeiro.
d) Promover debates acerca da política monetária até que se alcance consenso sobre a taxa de juros de curto prazo a ser divulgada em ata.
e) Implementar a política monetária e definir a meta da Taxa SELIC e seu eventual viés.

✍ **Comentário**
O órgão específico dentro do Banco Central responsável pelo alcance da meta de inflação é o COPOM (Comitê de Política Monetária). É ele que induz a taxa SELIC, ou taxa de juros de curto prazo, através de seus instrumentos de política monetária.
Gabarito: E

7. (FCC / BANCO DO BRASIL / Escriturário / 2010) As cadernetas de poupança remuneram o investidor à taxa de juros de 6% ao ano com capitalização
a) mensal e atualização pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).
b) trimestral e atualização pela Taxa Referencial -TR).
c) semestral e atualização pelo Índice Geral de Preços (IGP).
d) mensal e atualização pela Taxa Referencial -TR).
e) diária e atualização pelo Índice Geral de Preços do Mercado -IGP-M).

✍ **Comentário**
A TR (Taxa referencial) é calculada pelo Banco Central e deriva da TBF – Taxa Básica Financeira – que representa a taxa média ponderada mensal que as 30 maiores instituições financeiras pagaram pelos CDBs de seus clientes. A TR é usada de forma complementar para remunerar as cadernetas de poupança, que pagam 6% ao ano, mais a variação mensal da TR.
Gabarito: D

8. (CESGRANRIO / 2012 / Caixa / Técnico Bancário) A política monetária enfatiza sua atuação sobre os meios de pagamento, os títulos públicos e as taxas de juros.

A política monetária é considerada expansionista quando

a) reduz os meios de pagamento, retraindo o consumo e a atividade econômica.
b) mantém todas as condições macroeconômicas estáveis por longo período.
c) estabelece diretrizes de expansão da produção do mercado interno para o exterior.
d) realiza operações de crédito no exterior, aumentando a captação de recursos e, por consequência, os meios de recebimento
e) eleva a liquidez da economia, injetando maior volume de recursos nos mercados, elevando, em consequência, os meios de pagamentos.

✍ **Comentário**
Quando o Banco Central atua através de seus instrumentos colocando mais dinheiro em circulação ele está promovendo uma política monetária expansionista.
Gabarito: E

Mercado financeiro

Entende-se por mercado financeiro o setor da economia que envolve as negociações entre os agentes econômicos que possuem recursos excedentes e aqueles que os têm em falta. O mercado financeiro envolve o mercado monetário, o mercado de crédito e o mercado de capitais. Nele estão abrangidas todas as transações com moedas e títulos e as instituições que as promovem: banco central, caixas econômicas, bancos estaduais, bancos comerciais e de investimentos, corretoras de valores, distribuidoras de títulos, fundos de investimentos e também as bolsas de valores.

Mercado monetário e mercado de crédito

Mercado monetário: visa ao controle da liquidez monetária da economia. Aqui, ocorrem as negociações de Títulos públicos, Certificados de Depósito Interfinanceiros (CDI) e de Certificados de Depósitos Bancários (CDB).

Mercado de crédito: são classificados neste mercado todas as operações de financiamento e empréstimo de curto e médio prazo, com o objetivo de aquisição de bens de consumo corrente e de bens duráveis, e também com intuito de utilização para o capital de giro das empresas. Algumas da operações que envolvem o mercado de crédito são: desconto bancário de título, conta garantida, créditos rotativo, operações de *hot money*, empréstimo

Marly Monteiro CPF: 64091472...

para capital de giro e pagamento de tributos, operações de *vendor*, Crédito Direto ao Consumidor (CDC), etc.

Mercado de capitais

O mercado de capitais existe para atender às necessidades de financiamento de longo prazo das empresas, emitindo títulos de crédito (debêntures e *commercial papers*) e de propriedades (ações), de forma a atuar como propulsor de capitais para os investimentos de empresas e estimular a formação de poupança privada.

O mercado de capitais dispõe de três produtos básicos:

- **Ações:** São títulos de renda variável, emitidos por sociedades anônimas, que representam a menor fração do capital da empresa emitente. Ao comprar ações o investidor torna-se proprietário da empresa, juntamente com outros investidores.
- **Debênture:** São títulos de renda fixa de longo prazo emitidos por sociedades anônimas. O investidor torna-se credor da empresa.
- ***Commercial paper*:** São títulos de curto prazo (até 360 dias). O investidor torna-se credor da empresa.

Ações: características e direitos, debêntures, diferenças entre companhias abertas e companhias fechadas

Ações: características e direitos

Ações são títulos de renda variável, emitidos por sociedades anônimas, que representam a menor fração do capital da empresa emitente. Servem para financiar as necessidades de longo prazo da empresas.

Podem ser escriturais ou representadas por cautelas ou certificados. O investidor em ações é um coproprietário da sociedade anônima da qual é acionista, participando dos seus resultados. As ações são conversíveis em dinheiro, a qualquer tempo, pela negociação em bolsas de valores ou no mercado de balcão.

Tipos de ações

- **Ordinárias:** Proporcionam participação nos resultados da empresa e conferem ao acionista o direito de voto em assembleias gerais.
- **Preferenciais:** Garantem ao acionista a prioridade no recebimento de dividendos (geralmente em percentual mais elevado do que o atribuído às ações ordinárias) e no reembolso de capital, no caso de dissolução da sociedade. De acordo com a Lei 10.303/2001[23], as ações preferenciais têm direito adicional a 10% de dividendos, acima do valor destinado aos detentores de ações ordinárias, porém não dão direito a voto.

Formas

- **Nominativas:** Cautelas ou certificados que apresentam o nome do acionista, cuja transferência é feita com a entrega da cautela e a averbação de termo, em livro próprio da sociedade emitente, identificando novo acionista.
- **Escriturais:** Ações que não são representadas por cautelas ou certificados, funcionando como uma conta corrente, na qual os valores são lançados a débito ou a crédito dos acionistas, não havendo movimentação física dos documentos.

Rentabilidade das ações

A rentabilidade das ações é variável. Parte dela, composta de dividendos ou participação nos resultados e benefícios concedidos pela empresa, advém da posse da ação; outra parte advém do eventual ganho de capital na venda da ação.

- **Dividendos:** A participação nos resultados de uma sociedade é feita sob a forma de distribuição de dividendos em dinheiro, em percentual a ser definido na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, de acordo com os resultados obtidos pela empresa em determinado período.
- **Bonificação em ações:** Advém do aumento de capital de uma sociedade, mediante a incorporação de reservas e lucros, quando são distribuídas gratuitamente novas ações a seus acionistas, em número proporcional às já possuídas.
- **Direitos de subscrição:** É o direito de aquisição de novo lote de ações pelos acionistas — com preferência na subscrição — em quantidade proporcional às possuídas, em contrapartida à estratégia de aumento de capital da empresa.
- **Venda de direitos de subscrição:** Como não é obrigatório o exercício de preferência na subscrição de novas ações, o acionista poderá

[23] Fonte: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10303.htm> (acesso em 22/01/2014)

vender a terceiros, em bolsa, os direitos que detém.

Conforme sua estrutura, o mercado acionário pode ser dividido em duas etapas: mercado primário e secundário de ações

Trata-se por mercado primário de ações (*underwriting*) aquele em que as empresas fazem a emissão de novas ações para o público com o intuito de captação de recursos. Nesse processo, as empresas vendem parte do seu capital social a terceiros e colocam dinheiro no caixa para novos investimentos.

No mercado secundário, por sua vez, não há o lançamento de novas ações nem a captação de recursos para o caixa das empresas, mas simplesmente a revenda das ações sob posse de algum acionista a outra pessoa. Portanto, quando as empresas vendem parte de seu capital ao público temos uma oferta primária, e quando o público negocia ações entre si temos uma oferta secundária de ações.

Índices do mercado de ações

O índice é um indicador de desempenho que serve para avaliar a performance do mercado durante determinado período.

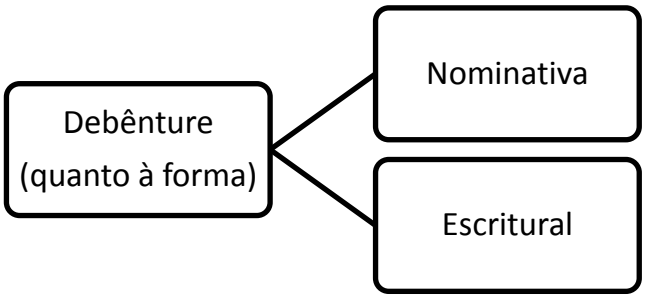
O índice Ibovespa é o mais importante indicador de desempenho médio das cotações do mercado de ações brasileiro. Reflete liquidez, transparência, segurança, confiabilidade e independência, além de representar aproximadamente 70% do somatório da capitalização do mercado de todas as empresas com ações negociadas na BM&FBOVESPA.

Debêntures

As debêntures são valores mobiliários de renda fixa que podem ser emitidos por sociedades por ações, de capital aberto ou fechado. Entretanto, para que sejam distribuídas publicamente, devem ser emitidas por companhias de capital aberto, com prévio registro na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

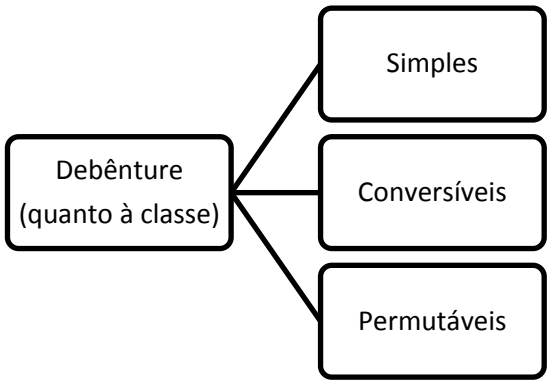
Há duas formas de debêntures: nominativas ou escriturais.

- **Nominativa:** É aquela na qual há a emissão de certificados em que consta o nome do titular, e há registro em livro próprio, sendo facultado à emissora contratar a escrituração e guarda dos livros de registros da emissão e transferências.
- **Escritural:** É também nominativa, mas nesse caso não ocorre emissão de certificado e há obrigação de contratação de instituição financeira responsável (instituição depositária). As debêntures são mantidas em contas de depósito, em nome de seus titulares.



Com relação à classe, podem ser simples, conversíveis ou permutáveis.

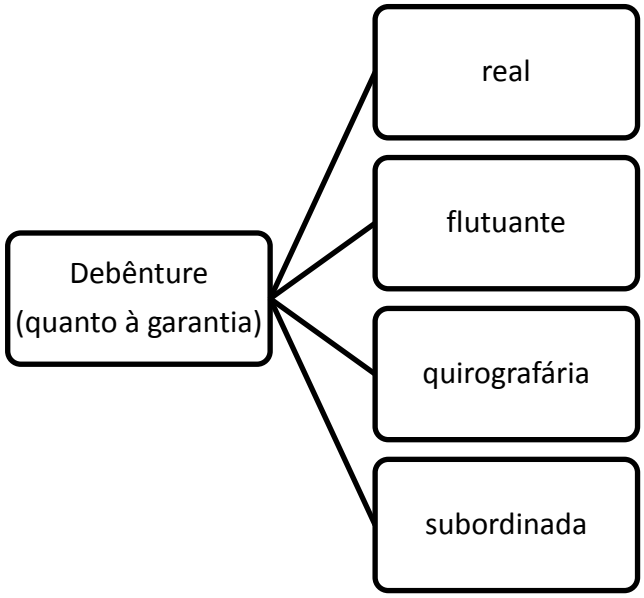
- **Simples:** Remuneração definida na escritura de emissão e resgate no vencimento, não sendo permitida a conversão em ações.
- **Conversíveis**: Pode ser convertida em ações da empresa emissora de acordo com regras previstas na escritura da emissão.
- **Permutáveis**: Podem ser convertidas em ações de outra empresa, que não a companhia emissora.



Já no que diz respeito à garantia, podem ter as seguintes classificações: real, flutuante, quirografária ou subordinada.

- **Real:** são debêntures garantidas por bens integrantes do ativo da companhia emissora ou de terceiros, sob a forma de hipoteca, penhor ou anticrese.
- **Flutuante:** assegura à debênture privilégios sobre o ativo da companhia emissora, não impedindo a negociação dos bens que compõem este ativo.
- **Quirografária**: não oferecem aos títulos qualquer privilégio, concorrendo em igualdade de condições com os demais credores quirográficos da emissora.

- **Subordinada**: preferem somente aos acionistas da emissora no ativo remanescente, no caso de liquidação da companhia.



Esses títulos dão aos seus detentores um direito de crédito sobre a companhia emissora e possuem características particulares de prazo e rentabilidade, sempre definidas em sua escritura de emissão. As escrituras são os documentos mais importantes das emissões de debêntures. Nelas, estão descritas todas as características do papel: valor nominal; indexador pelo qual o valor é atualizado; prazo; forma de cálculo; rentabilidade proposta pelo emissor; fluxo de pagamento; e condições que devem ser obedecidas pela companhia emissora ao longo da vida útil do ativo.

Segundo art. 56 da Lei nº 6.404/1976[24], a debênture poderá assegurar ao seu titular:

- juros (fixos ou variáveis)
- participação no lucro da companhia
- prêmio de reembolso.

Os debenturistas podem contratar o agente fiduciário e exonerá-lo. Ele é nomeado na escritura de emissão das debêntures, sendo que a terceira parte será envolvida em uma emissão. O agente recebe uma quantia fixa por seus serviços. Nas emissões com garantia real, a presença do agente fiduciário é obrigatória.

Segundo a Lei nº 6.404/1976, encontramos os seguintes deveres e atribuições do agente fiduciário:

[24] Fonte: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm> (acesso em 22/01/2014)

Art. 68. O agente fiduciário representa, nos termos desta Lei e da escritura de emissão, a comunhão dos debenturistas perante a companhia emissora.
§ 1º São deveres do agente fiduciário:
a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
b) elaborar relatório e colocá-lo anualmente à disposição dos debenturistas, dentro de 4 (quatro) meses do encerramento do exercício social da companhia, informando os fatos relevantes ocorridos durante o exercício, relativos à execução das obrigações assumidas pela companhia, aos bens garantidores das debêntures e à constituição e aplicação do fundo de amortização, se houver, do relatório constará, ainda, declaração do agente sobre sua aptidão para continuar no exercício da função;
c) notificar os debenturistas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, de qualquer inadimplemento, pela companhia, de obrigações assumidas na escritura da emissão.
§ 2º A escritura de emissão disporá sobre o modo de cumprimento dos deveres de que tratam as alíneas b e c do parágrafo anterior.
§ 3º O agente fiduciário pode usar de qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos debenturistas, sendo-lhe especialmente facultado, no caso de inadimplemento da companhia:
a) declarar, observadas as condições da escritura de emissão, antecipadamente vencidas as debêntures e cobrar o seu principal e acessórios;
b) executar garantias reais, receber o produto da cobrança e aplicá-lo no pagamento, integral ou proporcional, dos debenturistas;
c) requerer a falência da companhia emissora, se não existirem garantias reais;
d) representar os debenturistas em processos de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da companhia emissora, salvo deliberação em contrário da assembleia dos debenturistas;
e) tomar qualquer providência necessária para que os debenturistas realizem os seus créditos.
§ 4º O agente fiduciário responde perante os debenturistas pelos prejuízos que lhes causar por culpa ou dolo no exercício das suas funções.
§ 5º O crédito do agente fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas será acrescido à dívida da companhia emissora, gozará das mesmas garantias das debêntures e preferirá a estas na ordem de pagamento.
§ 6º Serão reputadas não escritas as cláusulas da escritura de emissão que restringirem os deveres, atribuições e responsabilidade do agente fiduciário previstos neste artigo.

Outras Funções

Art. 69. A escritura de emissão poderá ainda atribuir ao agente fiduciário as funções de autenticar os certificados de debêntures, administrar o fundo de amortização, manter em custódia bens dados em garantia e efetuar os pagamentos de juros, amortização e resgate.

Diferença entre companhias abertas e fechadas

As companhias (também conhecidas como S.A.) são sociedades constituídas por ações, com objetivo mercantil, que se regem pelas leis e usos do comércio.

As companhias podem ser fechadas ou abertas:

- **Companhias fechadas:** S.A. com valores mobiliários não admitidos à negociação no mercado de títulos e valores mobiliários, seja o mercado de bolsas, seja o mercado de balcão.
- **Companhias abertas:** S.A. com valores mobiliários registrados na CVM, admitidos à negociação no mercado de títulos e valores mobiliários, de bolsas ou de balcão.

✍ **Questões de concursos comentadas**

1. (CESGRANRIO/2012/Caixa/Técnico Bancário) As ações constituem títulos representativos da menor fração do capital social de uma empresa, podendo ser classificadas em ordinárias ou preferenciais.

As ações ordinárias atribuem ao seu titular:

a) prioridade no recebimento de dividendos.
b) prioridade no reembolso do capital, no caso de dissolução da empresa.
c) permissão para revenda a qualquer tempo.
d) direito de voto na assembleia de acionistas.
e) direito de compra de outras ações ordinárias.

✍ **Comentário**:
A principal característica das ações ordinárias é conferirem ao acionista o direito de voto em assembleias gerais.
Gabarito: D

2. (FCC/2011/Banco do Brasil/Escriturário/Ed. 3) As ações preferenciais admitidas à negociação no mercado de valores mobiliários, de acordo com a lei, devem proporcionar direito a dividendos:

a) variáveis, idênticos aos distribuídos às ações ordinárias.
b) fixos anuais, não cumulativos, de 10% sobre o Patrimônio Líquido da emissora.
c) fixos anuais, não cumulativos, em igualdade de condições aos distribuídos às ações ordinárias.
d) no mínimo 25% superiores aos distribuídos às ações ordinárias.
e) no mínimo 10% superiores aos distribuídos às ações ordinárias.

✍ **Comentário**:
De acordo com a Lei 10.303/2001, as preferências ou vantagens das ações preferenciais podem consistir em direito ao recebimento de dividendo, pelo menos 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária.
Gabarito: E

3. (CESGRANRIO/2012/Caixa/Técnico Bancário) As debêntures são títulos de créditos emitidos por sociedades anônimas, tendo por garantia seus ativos.

Os direitos e as remunerações oferecidas pelas debêntures são:

a) letras de câmbio, multas e certificados de depósitos bancários.
b) letras de câmbio, juros e ações ordinárias.
c) participação nos lucros, certificados de depósitos bancários e ações preferenciais.
d) juros, participação nos lucros e prêmios de reembolso.
e) multas, títulos públicos e ações ordinárias.

✍ **Comentário**:
Segundo art. 56 da Lei nº 6.404/1976, a debênture poderá assegurar ao seu titular juros, fixos ou variáveis, participação no lucro da companhia e prêmio de reembolso.
Gabarito: D

4. (FCC/2011/Banco do Brasil/Escriturário/Ed. 02) O agente fiduciário de emissões públicas de debêntures:

a) defende os interesses dos debenturistas junto à companhia emissora.
b) processa o pagamento de juros e amortização das debêntures.
c) representa a instituição líder da operação.
d) determina a alocação das quantidades que serão subscritas pelos investidores.
e) é nomeado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

✍ **Comentário**:
Conforme art. 68, §1º, alínea "a" da Lei nº 6.404/1976, o agente fiduciário tem, dentre seus deveres: "proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens."
Gabarito: A

5. (CESGRANRIO/ 2010/ Banco do Brasil/ Escriturário) As Companhias ou Sociedades Anônimas podem ser classificadas como abertas ou fechadas. São classificadas como abertas quando:

a) seu passivo está atrelado a opções de mercado futuro.

b) seus principais ativos são ações de outras companhias de capital aberto.
c) suas ações são negociadas na Bolsa de Valores ou no mercado balcão.
d) suas ações são propriedade dos sócios fundadores e não estão à venda.
e) sua estrutura de capital permite a entrada de sócios estrangeiros.

✍ **Comentário**:
As companhias abertas: são S.A. com valores mobiliários registrados na CVM, admitidos à negociação no mercado de títulos e valores mobiliários, de bolsas ou de balcão.
Gabarito: C

6. (CESPE/Banco da Amazônia/Técnico Bancário/ 2012) Julgue o item a seguir.

Debêntures são títulos emitidos pelas sociedades por ações que asseguram a seu titular um direito de crédito contra a companhia nas condições constantes da escritura de emissão e do certificado. Nesse sentido, as debêntures podem ser emitidas para subscrição pública por companhias de capital fechado.

✍ **Comentário**:
As debêntures são valores mobiliários de renda fixa que podem ser emitidos por sociedades por ações, de capital aberto ou fechado. Entretanto, para que sejam distribuídas publicamente, devem ser emitidas por companhias de capital aberto, com prévio registro na CVM, e não "de capital fechado", como mencionado no item.
Gabarito: Errado

7. (CESPE/Banco da Amazônia/Técnico Bancário/ 2012) Julgue o item a seguir.

Enquanto as ações ordinárias conferem ao acionista o direito de voto nas assembleias gerais da empresa e o direito de participação nos lucros mediante o recebimento de dividendos e juros do capital, as ações preferenciais não conferem ao acionista o direito a voto nas assembleias gerais, mas, em compensação, conferem-lhe prioridade no recebimento de dividendos.

✍ **Comentário**:
Dica: memorize as seguintes expressões-chave quanto aos tipos de ações:
Ordinárias: "direito a voto", "participação nos lucros".
Preferenciais: "sem direito a voto", "prioridade no recebimento de dividendos".
Gabarito: Certo

Funcionamento do mercado à vista de ações, mercado de balcão

Mercado à vista de ações

Operação no mercado à vista é a compra ou venda de uma determinada quantidade de ações, a um preço estabelecido em pregão. Assim, quando da realização de um negócio, ao comprador cabe despender o valor financeiro envolvido na operação e ao vendedor a entrega dos títulos-objeto da transação, nos prazos estabelecidos pela BM&FBOVESPA.

Títulos-objeto são todas as ações de emissão de empresas admitidas à negociação na BM&FBOVESPA.

Os preços são formados em pregão, pela dinâmica das forças de oferta e demanda de cada papel, o que torna a cotação praticada um indicador confiável do valor que o mercado atribui às diferentes ações.

A maior ou menor oferta e procura por determinado papel está diretamente relacionada ao comportamento histórico dos preços e, sobretudo, às perspectivas futuras da empresa emissora, aí incluindo-se sua política de dividendos, prognósticos de expansão de seu mercado e dos seus lucros, influência da política econômica sobre as atividades da empresa, etc.

A realização de negócios no mercado à vista requer a intermediação de uma sociedade corretora que esteja credenciada a executar, em pregão, a ordem de compra ou venda de seu cliente, por meio de um de seus representantes (operadores).

Liquidação das operações

É o processo de transferência da propriedade dos títulos e o pagamento/recebimento do montante financeiro envolvido.

Abrange duas etapas:

- **Disponibilização dos títulos:** Implica a entrega dos títulos à BM&FBOVESPA, pela sociedade corretora intermediária do vendedor. Ocorre no segundo dia útil (D2) após a realização do negócio em pregão (D0). As ações ficam disponíveis ao comprador após a liquidação financeira;
- **Liquidação financeira:** Compreende o pagamento do valor total da operação pelo comprador, o respectivo recebimento pelo vendedor e a efetivação da transferência das ações para o comprador. Ocorre no terceiro dia útil (D3) após a realização do negócio em pregão.

Mercado de balcão

O mercado de balcão é o local onde são realizadas as operações de compra de venda de valores mobiliários, principalmente contratos de liquidação futura, fora da bolsa de valores, por conta e risco das partes envolvidas.

Mercado de balcão organizado

Diferentemente do entendimento tradicional de mercado de balcão, o mercado de balcão organizado é administrado e organizado pela SOMA (Sociedade Operadora do Mercado de Ativos S.A.), que tem como objetivo oferecer um ambiente eletrônico para negociação dos demais títulos e valores mobiliários. A SOMA também é regulamentada pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

✍ **Questões de concursos comentadas**

1. (FCC/2011/Banco do Brasil/Escriturário/Ed. 2) No mercado à vista de ações, a bolsa de valores determina que o comprador realize o pagamento:

a) no dia seguinte à realização do negócio.
b) em até 5 dias úteis após a realização do negócio.
c) na data de vencimento da respectiva opção.
d) em até 3 dias úteis após a realização do negócio.
e) antecipadamente.

✍ **Comentário**:
O item refere-se a liquidação financeira. Esta ocorre no terceiro dia útil (D3) após a realização do negócio em pregão.
Gabarito: D

2. (CESGRANRIO/Caixa Econômica Federal/Técnico Bancário novo/2012) No mercado à vista de ações, ocorre a compra ou a venda de uma determinada quantidade de ações. Quando há a realização do negócio, a operação é liquidada no terceiro dia útil após o fechamento da compra.

Nesse mercado, os preços das ações são formados, diretamente, de acordo com a(o):

a) projeção futura de mercado.
b) força de oferta e demanda de cada papel.
c) probabilidade futura de lucros de cada papel.
d) cálculo estatístico de mercado.
e) histórico de rentabilidade de cada papel.

✍ **Comentário**:
Os preços são formados em pregão, pela dinâmica das forças de oferta e demanda de cada papel.
Gabarito: B

Mercado de câmbio: instituições autorizadas a operar; operações básicas; contratos de câmbio – características; taxas de câmbio; remessas; SISCOMEX

Conceito de câmbio

Entende-se por câmbio a operação de troca de moeda de um país pela moeda de outro país. Por exemplo, quando um turista brasileiro vai viajar para o exterior e precisa de moeda estrangeira, o agente autorizado pelo Banco Central a operar no mercado de câmbio recebe do turista brasileiro a moeda nacional e lhe entrega (vende) a moeda estrangeira.

Câmbio manual

Refere-se às operações que envolvem a compra e a venda de moedas estrangeiras em espécie, isto é, quando a troca se efetua com moedas metálicas ou cédulas de outros países.

Câmbio sacado

Ocorre quando, na troca, existem documentos ou títulos representativos da moeda. Nesse tipo de operação, as trocas processam-se pela movimentação de uma conta bancária em moeda estrangeira. Portanto, o câmbio sacado pode ser entendido como operações que se processam por meio de saques, como as letras de câmbio ou cambiais, as cartas de crédito ou crédito documentários, as ordens de pagamento e os cheques.

Mercado de câmbio

O mercado de câmbio é o ambiente abstrato onde se realizam as operações de câmbio entre os agentes autorizados pelo Banco Central (bancos, corretoras, distribuidoras, agências de turismo e meios de hospedagem) e entre estes e seus clientes, diretamente ou por intermédio de seus correspondentes.

O mercado de câmbio é regulamentado e fiscalizado pelo Banco Central e compreende as operações de compra e venda de moeda estrangeira, as operações em moeda nacional entre residentes, domiciliados ou com sede no país e residentes, domiciliados ou com sede no exterior e as operações com ouro-instrumento cambial, realizadas pelas instituições autorizadas a operar no mercado de câmbio pelo Banco Central, diretamente ou por meio de seus correspondentes.

Incluem-se no mercado de câmbio brasileiro as operações relativas aos recebimentos, pagamentos e transferências do e para o exterior mediante a utilização de cartões de uso internacional, bem como as operações referentes às transferências financeiras postais internacionais, inclusive vales postais e reembolsos postais internacionais.

À margem da lei, funciona um segmento denominado mercado paralelo. São ilegais os negócios realizados no mercado paralelo, bem como a posse de moeda estrangeira oriunda de atividades ilícitas.

Qualquer pessoa física ou jurídica pode comprar e vender moeda estrangeira, desde que a outra parte na operação de câmbio seja agente autorizado pelo Banco Central a operar no mercado de câmbio e que seja observada a regulamentação em vigor, incluindo a necessidade de identificação em todas as operações. É dispensado o respaldo documental das operações de valor até o equivalente a US$ 3 mil, preservando-se, no entanto, a necessidade de identificação do cliente.

Instituições autorizadas a operar no mercado de câmbio

Podem ser autorizados pelo Banco Central a operar no mercado de câmbio:

- bancos múltiplos;
- bancos comerciais;
- caixas econômicas;
- bancos de investimento;
- bancos de desenvolvimento;
- bancos de câmbio;
- agências de fomento;
- sociedades de crédito, financiamento e investimento;
- sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários;
- sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e sociedades corretoras de câmbio.

Operações básicas

Esses agentes podem realizar as seguintes operações:

- bancos, exceto de desenvolvimento, e a Caixa Econômica Federal: todas as operações previstas para o mercado de câmbio;
- bancos de desenvolvimento e agências de fomento: operações específicas autorizadas pelo Banco Central;
- sociedades de crédito, financiamento e investimento; sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários; sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e sociedades corretoras de câmbio:
    - compra e venda de moeda estrangeira em cheques vinculados a transferências unilaterais;
    - compra e venda de moeda estrangeira em espécie, cheques e cheques de viagem relativos a viagens internacionais;
    - operações de câmbio simplificado de exportação e de importação e transferências do e para o exterior de natureza financeira, não sujeitas ou vinculadas a registro no Banco Central do Brasil, até o limite de US$ 50 mil ou seu equivalente em outras moedas;
    - operações no mercado interbancário, arbitragens no país e, por meio de banco autorizado a operar no mercado de câmbio, arbitragem com o exterior.

Além desses agentes, o Banco Central também concedia autorização para agências de turismo e meios de hospedagem de turismo para operarem no mercado de câmbio. Atualmente, o Banco Central não concede mais autorização para tais agentes, permanecendo, ainda, apenas aquelas agências de turismo que tenham pedido ao Banco Central autorização para constituir instituição autorizada a operar em câmbio. As agências de turismo ainda autorizadas podem continuar a realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira em espécie, cheques e cheques de viagem, relativamente a viagens internacionais.

As instituições financeiras autorizadas a operar em câmbio podem contratar correspondentes (pessoas jurídicas em geral) para a realização das seguintes operações de câmbio:

- execução ativa ou passiva de ordem de pagamento relativa a transferência unilateral (ex.: manutenção de residentes, transferência de patrimônio, prêmios em eventos culturais e esportivos) do ou para o exterior, limitada ao valor equivalente a US$ 3 mil dólares dos Estados Unidos, por operação;
- compra e venda de moeda estrangeira em espécie, cheque ou cheque de viagem, bem como carga de moeda estrangeira em cartão pré-pago, limitadas ao valor equivalente a US$ 3 mil dólares dos Estados Unidos, por operação;
- recepção e encaminhamento de propostas de operações de câmbio.

As operações realizadas pelos correspondentes são de total responsabilidade da instituição contratante.

A ECT também é autorizada pelo Banco Central a realizar operações com vales postais internacionais, emissivos e receptivos, destinadas a atender compromissos diversos, tais como: manutenção de pessoas físicas, contribuições

previdenciárias, aposentadorias e pensões, aquisição de medicamentos para uso particular, pagamento de aluguel de veículos, multas e doações. Por meio dos vales postais internacionais, a ECT também pode dar curso a recebimentos ou pagamentos conduzidos sob a sistemática de câmbio simplificado de exportação ou de importação, observado o limite de US$ 50 mil, ou seu equivalente em outras moedas, por operação.

Contrato de câmbio

Contrato de câmbio é o documento que formaliza a operação de compra ou venda de moeda estrangeira. Nele são estabelecidas as características e as condições sob as quais se realiza a operação de câmbio. Dele constam informações relativas à moeda estrangeira que um cliente está comprando ou vendendo, à taxa contratada, ao valor correspondente em moeda nacional e aos nomes do comprador e do vendedor. Os contratos de câmbio devem ser registrados no Sistema Integrado de Registro de Operações de Câmbio (Sistema Câmbio) pelo agente autorizado a operar no mercado de câmbio.

Nas operações de compra ou venda de moeda estrangeira de até US$ 3 mil, ou seu equivalente em outras moedas estrangeiras, não é obrigatória a formalização do contrato de câmbio, mas o agente do mercado de câmbio deve identificar seu cliente e registrar a operação no Sistema Câmbio.

Taxas de câmbio e política cambial

A taxa de câmbio é expressa em unidades de uma moeda em relação à unidade de outra moeda. Por exemplo, 1,80 reais por 1 dólar. Se a quantidade de unidades de determinada moeda necessárias para se adquirir uma outra moeda aumentar, diz-se que essa moeda se desvalorizou ou se depreciou em relação à outra; caso essa quantidade se reduza, diz-se que a moeda apreciou ou valorizou em relação à outra.

O Banco Central executa a política cambial definida pelo Conselho Monetário Nacional. Para tanto, regulamenta o mercado de câmbio e autoriza as instituições que nele operam. Também compete ao Banco Central fiscalizar o referido mercado, podendo punir dirigentes e instituições mediante multas, suspensões e outras sanções previstas em lei. Além disso, o Banco Central pode atuar diretamente no mercado, comprando e vendendo moeda estrangeira de forma ocasional e limitada, com o objetivo de conter movimentos desordenados da taxa de câmbio. Por estar sujeito a essas intervenções limitadas, diz-se que o câmbio brasileiro é de flutuação suja.

Remessas

A remessa de dinheiro do exterior para o Brasil ou vice-versa pode ser feita principalmente por ordem de pagamento ou via Correios.

Independentemente da forma utilizada, sempre estão envolvidos o **remetente** do dinheiro e o **beneficiário**. O remetente é quem faz a remessa do dinheiro. O beneficiário é quem vai receber o dinheiro.

SISCOMEX

Segundo o art. 2º do Decreto nº 660/92[25], "o SISCOMEX é o instrumento administrativo que integra as atividades de registro, acompanhamento e controle das operações de comércio exterior, mediante fluxo único, computadorizado, de informações."

O Siscomex promove a integração das atividades de todos os órgãos gestores do comércio exterior, inclusive o câmbio, permitindo o acompanhamento, a orientação e o controle das diversas etapas do processo exportador e importador.

O Siscomex começou a operar em 1993, para as exportações e, em 1997, para as importações. É administrado pelos chamados órgãos gestores, que são: a Secretaria de Comércio Exterior – SECEX, a Receita Federal do Brasil – RFB e o Banco Central do Brasil – BACEN.

Usuários do Siscomex

- Importadores, exportadores, depositários e transportadores, por meio de seus empregados ou representantes legais;
- A Receita Federal do Brasil – RFB, a Secretaria de Comércio Exterior – SECEX, os Órgãos Anuentes e as Secretarias de Fazenda ou de Finanças dos Estados e do Distrito Federal, por intermédio de seus servidores;
- as instituições financeiras autorizadas pela SECEX a elaborar licença de importação, por meio de seus empregados;
- o Banco Central do Brasil – BACEN e as instituições financeiras autorizadas a operar em câmbio, mediante acesso aos dados transferidos para o Sistema de Informações do Banco Central – SISBACEN, por seus servidores e empregados.

Por intermédio do Siscomex, o exportador pode:

- Fazer o registro e o acompanhamento das suas exportações;

[25] Fonte: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0660.htm> (acesso em 22/01/2014)

- Receber mensagens e trocar informações com os órgãos responsáveis por autorizações e fiscalizações.

De acordo com Instrução Normativa RFB 1.288/2012, existem as seguintes modalidades de habilitação de pessoa física ou jurídica para a prática de atos no SISCOMEX:

Art. 2º A habilitação será requerida pelo interessado, e poderá ser deferida para uma das seguintes modalidades:

I - pessoa jurídica, nas seguintes submodalidades:

a) expressa, no caso de:

1. pessoa jurídica constituída sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas em bolsa de valores ou no mercado de balcão, bem como suas subsidiárias integrais;
2. pessoa jurídica autorizada a utilizar o Despacho Aduaneiro Expresso (Linha Azul), nos termos da Instrução Normativa SRF n º 476, de 13 de dezembro 2004 ;
3. empresa pública ou sociedade de economia mista;
4. órgãos da administração pública direta, autarquia e fundação pública, órgão público autônomo, organismo internacional e outras instituições extraterritoriais;
5. pessoa jurídica habilitada para fruir dos benefícios fiscais previstos na Lei n º 12.350, de 20 de dezembro de 2010 ; e
6. pessoa jurídica que pretende atuar exclusivamente em operações de exportação;

b) ilimitada, no caso de pessoa jurídica cuja estimativa da capacidade financeira a que se refere o art. 4 º e seus parágrafos seja superior a US$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América); ou

c) limitada, no caso de pessoa jurídica cuja estimativa da capacidade financeira a que se refere o art. 4 º e seus parágrafos seja igual ou inferior a US$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América); ou

II - pessoa física, no caso de habilitação do próprio interessado, inclusive quando qualificado como produtor rural, artesão, artista ou assemelhado.

✍ **Questões de concurso comentadas**

1. (FCC/ 2011/ Banco do Brasil/ Escriturário) Responsável por parte das etapas do Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX):

a) o Banco do Brasil.
b) a Caixa Econômica Federal.
c) o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES).
d) o IRB − Brasil Resseguros.
e) o Banco Central do Brasil.

✍ **Comentário**:
O Siscomex é administrado pelos chamados órgãos gestores, que são a Secretaria de Comércio Exterior, a Receita Federal do Brasil e o Banco Central do Brasil.
Cuidado com a pegadinha: Banco do Brasil x Banco Central do Brasil. Note que a banca colocou na alternativa "a" a opção "Banco do Brasil" para pegar os desatentos. Fique ligado.
Gabarito: E

2. (CESPE/ 2012/ Banco da Amazônia/ Técnico bancário) Julgue o item a seguir.

São exemplos de operação de câmbio manual — definida como a compra e venda de divisas estrangeiras: letras de câmbio, cheques e ordens de pagamentos.

✍ **Comentário**:
O item inverteu os conceitos de câmbio manual e câmbio sacado.
Câmbio manual refere-se às operações que envolvem a compra e a venda de moedas estrangeiras em espécie.
Gabarito: Errado

3. (CESGRANRIO/2012/Banco do Brasil/Escriturário) O mercado cambial é o segmento financeiro em que ocorrem operações de negociação com moedas internacionais.

A operação que envolve compra e venda de moedas estrangeiras em espécie é denominada:

a) câmbio manual
b) câmbio sacado
c) exportação
d) importação
e) transferência

✍ **Comentário**:
Sempre que aparecer a expressão-chave "moedas estrangeiras em espécie", trata-se de câmbio manual.
Gabarito: A

4. (CESPE/ 2012/ Banco da Amazônia/ Técnico Bancário) Julgue o item a seguir.

Há quatro modalidades de habilitação de pessoa física ou jurídica para a prática de atos no SISCOMEX: ordinária, simplificada, especial e irrestrita.

✍ **Comentário**:
De acordo com Instrução Normativa SRF 1.288/2012, existem duas modalidades de habilitação para a prática de atos no SISCOMEX: pessoa jurídica (contendo três submodalidades: expressa, ilimitada e limitada) e pessoa física.
Gabarito: Errado

Mercado primário e mercado secundário

Outro aspecto relevante de mercados financeiros é a distinção entre mercado primário e mercado secundário de títulos.

O mercado primário caracteriza-se por ser o local onde qualquer ativo financeiro tem sua primeira negociação. É no mercado primário que as empresas obtêm recursos para seus investimentos e que os bancos obtêm recursos para financiar empresas.

Quando uma letra de câmbio, um certificado de depósito, uma ação ou qualquer outro ativo financeiro é vendido pela primeira vez, isto é, quando é posto em circulação no mercado, diz-se que tais operações ocorreram no mercado primário. É no mercado primário que ocorre o fluxo de recursos dos fornecedores de fundos para aqueles que dele necessitam, tanto para investimento como para consumo. Assim, ele é de suma importância para a economia, já que é através dele que, com mais rapidez, a poupança se transforma em investimento.

O mercado secundário representa o local onde os títulos já existentes se transferem de um proprietário para outro. O valor transacionado nesse mercado não é canalizado para a empresa ou para o banco. Sob o ponto de vista econômico, não significa aumento ou diminuição de recursos para financiar novos empreendimentos. É tão importante quanto o primário, uma vez que sua existência é condição para funcionamento de outro. A função desse mercado é dar liquidez aos papéis negociados no mercado primário.

Para melhor entender o contexto de mercado primário e secundário, imagine você a seguinte situação: um investidor comprou no mercado primário ações emitidas por uma determinada empresa, como a Petrobrás, e após isso achou que seria interessante vender essas ações para ficar com o dinheiro correspondente ao valor delas. Para vender tais ações, ele precisa colocá-las novamente no mercado e esse mercado é o secundário, pois o emissor originário não é ele, mas sim a empresa de quem as comprou. Assim, quem comprar as ações do investidor, estará comprando de um segundo, o que caracteriza a definição de secundário.

✍ **Questão de Concurso**

1. (Caixa Econômica Federal / FCC / Técnico Bancário / 2008)

Caracteriza um mercado _____, onde compradores e vendedores se encontram para negociar as ações já disponíveis. Assinale a alternativa que melhor preenche o espaço apresentado:

a) A termo;
b) Primário;
c) Secundário;
d) Futuro;
e) De primeira linha.

✍ **Comentário**
As ações disponíveis negociadas em Bolsas de Valores representam o mercado secundário.
Gabarito: C

2. (BANCO DO BRASIL/ CESPE/Escriturário/2009)

É nele que ocorre a colocação de ações ou outros títulos, provenientes de novas emissões. As empresas o buscam para completar os recursos de que necessitam, visando ao financiamento de seus projetos de expansão ou ao seu emprego em outras atividades:

a) Mercado de opções;
b) Mercado Financeiro;
c) Mercado Futuro;
d) Mercado de Capitais;
e) Mercado primário.

✍ **Comentário**
No mercado primário é que ocorre a colocação de ações ou outros títulos, onde uma empresa necessita primeiro realizar um processo de capital e efetuar o primeiro lançamento de ações no mercado.
Gabarito: E

3. (CESGRANRIO / 2012 / Caixa / Técnico Bancário) O mercado de ações pode ser classificado de acordo com o momento da negociação do título.

Quando, por exemplo, uma empresa emite novas ações, esse lançamento ocorre no mercado

a) cambial
b) futuro
c) monetário
d) primário
e) secundário

✍ **Comentário**
O mercado primário compreende o lançamento de novas ações no mercado. É uma forma de captação de recursos para a empresa.
Gabarito: D

4. (CESPE / 2010 / Caixa / Técnico Bancário / Administrativo) Com relação aos conceitos de mercado primário e de mercado secundário, julgue os itens que se seguem.

I O mercado primário é indiferente à existência do mercado secundário.

II No mercado primário, é negociado o ativo financeiro pela primeira vez, com a obtenção de recursos pelo emissor do título.

III No mercado secundário, há a negociação dos títulos existentes, emitidos anteriormente no mercado, que têm a sua propriedade transferida entre os participantes.

IV A principal função do mercado secundário é proporcionar liquidez aos ativos financeiros.

V A emissão de títulos ou valores mobiliários para se capitalizar ou para se financiar, com o objetivo de cobrir gastos ou realizar investimentos, é efetuada no mercado primário.

Estão certos apenas os itens

a) I, II, III e IV.
b) I, II, III e V.
c) I, II, IV e V.
d) I, III, IV e V.
e) II, III, IV e V.

✍ **Comentário**
A alternativa "I" está incorreta pois o mercado primário não é indiferente à existência do mercado secundário. O mercado secundário representa o local onde os títulos já existentes se transferem de um proprietário para outro. É tão importante quanto o primário, uma vez que sua existência é condição para funcionamento do mercado primário.
As demais alternativas estão corretas.
Gabarito: E

5. (CESGRANRIO / 2010 / Banco do Brasil / Escriturário) Com a finalidade de captação de recursos, muitas empresas abrem seu capital e emitem ações para serem negociadas no mercado primário ou secundário, dependendo da ocasião da emissão das ações. A emissão de ações no mercado primário ocorre quando a

a) negociação é realizada no pregão da Bolsa de Valores.
b) negociação das ações não se concretizou no mercado secundário.
c) rentabilidade das ações não atingiu o patamar desejado.
d) empresa emite ações para negociação somente com empresas do setor primário.
e) empresa emite pela primeira vez ações para serem negociadas no mercado.

✍ **Comentário**
Quando uma empresa emite novas ações, esse lançamento ocorre no mercado primário.
Gabarito: E

Produtos Bancários

Programa Minha Casa Minha Vida

Tem como meta reduzir o déficit habitacional brasileiro, um dos problemas mais crônicos do país. A meta do programa, que entra agora em sua segunda fase (2011-2014), é construir dois milhões de unidades habitacionais, das quais 60% voltadas para famílias de baixa renda. Em 2010, após um ano de atividade, o Minha Casa, Minha Vida atingiu a meta inicial de um milhão de contratações.

O programa, na área urbana, é dividido por 3 faixas de renda mensal: até R$ 1.600 (faixa 1), até R$ 3.100 (2) e até R$ 5 mil (3). Na área rural, as faixas de renda são anuais: até R$ 15 mil (1), até R$ 30 mil (2) e até R$ 60 mil (3). Além da construção das unidades habitacionais propriamente dita (Minha Casa, Minha Vida), fazem parte desse eixo as áreas Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e Urbanização de Assentamentos Precários.

Crédito rural - agronegócio

As atividades que podem ser financiadas pelo crédito rural são: custeio das despesas normais de cada ciclo produtivo, investimento em bens ou serviços cujo aproveitamento estenda-se por vários ciclos produtivos e a comercialização da produção.

Os objetivos do crédito rural são:

- estimular os investimentos rurais efetuados pelos produtores ou por suas cooperativas;
- favorecer o oportuno e adequado custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários;
- fortalecer o setor rural;
- incentivar a introdução de métodos racionais no sistema de produção, visando ao aumento de produtividade, à melhoria do padrão de vida das populações rurais e à adequada utilização dos recursos naturais;
- propiciar, pelo crédito fundiário, a aquisição e a regularização de terras pelos pequenos produtores, posseiros e arrendatários e trabalhadores rurais;
- desenvolver atividades florestais e pesqueiras;
- estimular a geração de renda e o melhor uso da mão de obra na agricultura familiar.

Quem pode se utilizar do crédito rural?

- produtor rural (pessoa física ou jurídica);
- cooperativa de produtores rurais;
- pessoa física ou jurídica que, mesmo não sendo produtor rural, dedique-se a uma das seguintes atividades:

    a) pesquisa ou produção de mudas ou sementes fiscalizadas ou certificadas;
    b) pesquisa ou produção de sêmen para inseminação artificial e embriões;
    c) prestação de serviços mecanizados de natureza agropecuária, em imóveis rurais, inclusive para a proteção do solo;
    d) prestação de serviços de inseminação artificial, em imóveis rurais;
    e) exploração de pesca e aquicultura, com fins comerciais;
    f) medição de lavouras;
    g) atividades florestais.

Exigências essenciais para concessão de crédito rural:

- idoneidade do tomador;
- apresentação de orçamento, plano ou projeto, exceto em operações de desconto de Nota Promissória Rural ou de Duplicata Rural;
- oportunidade, suficiência e adequação de recursos;
- observância de cronograma de utilização e de reembolso;
- fiscalização pelo financiador;
- liberação do crédito diretamente aos agricultores ou por intermédio de suas associações formais ou informais, ou organizações cooperativas;
- observância das recomendações e restrições do zoneamento agroecológico e do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE).

É necessária a apresentação de garantias para obtenção de financiamento rural. As garantias são livremente acertadas entre o financiado e o financiador, que devem ajustá-las de acordo com a natureza e o prazo do crédito, e podem se constituir de:

- penhor agrícola, pecuário, mercantil, florestal ou cedular;
- alienação fiduciária;
- hipoteca comum ou cedular;
- aval ou fiança;
- seguro rural ou ao amparo do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro);
- proteção de preço futuro da *commodity* agropecuária, inclusive por meio de penhor de direitos, contratual ou cedular;
- outras que o Conselho Monetário Nacional admitir.

As despesas a que está sujeito o crédito rural são:

- remuneração financeira;
- Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários – IOF;
- custo de prestação de serviços;
- as previstas no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro);
- sanções pecuniárias;
- prêmio de seguro rural;
- prêmios em contratos de opção de venda, do mesmo produto agropecuário objeto do financiamento de custeio ou comercialização, em bolsas de mercadorias e futuros nacionais, e taxas e emolumentos referentes a essas operações de contratos de opção.

Nenhuma outra despesa pode ser exigida do mutuário, salvo o exato valor de gastos efetuados à sua conta pela instituição financeira ou decorrentes de expressas disposições legais.

Relativamente ao IOF, o Decreto nº 6.306, de 14/12/2007, estabelece alíquota zero para as operações de crédito rural, ressalvadas as condições do artigo 8º, parágrafo 1º.

Microcrédito Produtivo Orientado

Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO tem o objetivo de incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares.

Considera-se microcrédito produtivo orientado o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica, devendo ser considerado, ainda, que:

- o atendimento ao tomador final dos recursos deve ser feito por pessoas treinadas para efetuar o levantamento socioeconômico e prestar orientação educativa sobre o planejamento do negócio, para definição das necessidades de crédito e de gestão voltadas para o desenvolvimento do empreendimento;
- o contato com o tomador final dos recursos deve ser mantido durante o período do contrato, para acompanhamento e orientação, visando ao seu melhor aproveitamento e aplicação, bem como ao

crescimento e sustentabilidade da atividade econômica; e
- o valor e as condições do crédito devem ser definidos após a avaliação da atividade e da capacidade de endividamento do tomador final dos recursos, em estreita interlocução com este e em consonância com o previsto nesta Lei.

Dica de estudo: A Lei nº 11.110/2005, institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO. Ela pode ser acessada no link, a seguir:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Lei/L11110.htm
É válido ler as informações contidas nesta lei para aprofundar seus estudos.

Cartões

Noções de cartões de crédito e débito (dinheiro de plástico)

Representa uma série de alternativas ao papel-moeda, cujos objetivos são facilitar o dia a dia e incentivar o consumo.

Os cartões representativos de dinheiro de plástico podem ser classificados principalmente em: cartões de débito e cartões de crédito.

Cartões de débito

- Utilizados para saques em terminais de autoatendimento;
- Possuem a vantagem de eliminar a necessidade de ida do cliente a uma agência bancária;
- Não representam estímulo ao consumo;
- Podem ser utilizados como moeda em estabelecimentos que possuem POS;
- São utilizados para outros serviços, como obtenção de extratos, saldos, aplicações e resgates em fundos de investimento ou poupança.

Cartões de crédito

- Representam estímulo ao consumo;
- Permite pagamento compras com pagamento mensal em data já certa e sabida;
- Permite parcelamento do pagamento.

Penhor

É um contrato acessório e formal, em que o devedor ou alguém representante entrega ao credor um bem móvel como garantia de uma obrigação. Constitui-se o penhor com a entrega efetiva do bem, mas, por exceção, poderá o devedor permanecer na posse do bem, respondendo como fiel depositário.

Com a obrigação vencida e não paga, pode o credor requerer judicialmente a busca e apreensão do bem para posterior venda.

Segundo o Novo Código Civil, temos:

> **Art. 1.431.** Constitui-se o penhor pela transferência efetiva da posse que, em garantia do débito ao credor ou a quem o represente, faz o devedor, ou alguém por ele, de uma coisa móvel, suscetível de alienação.
> Parágrafo único. No penhor rural, industrial, mercantil e de veículos, as coisas empenhadas continuam em poder do devedor, que as deve guardar e conservar.
> **Art. 1.432**. O instrumento do penhor deverá ser levado a registro, por qualquer dos contratantes; o do penhor comum será registrado no Cartório de Títulos e Documentos.

Extinção do penhor

> **Art. 1.436.** Extingue-se o penhor:
> I - extinguindo-se a obrigação;
> II - perecendo a coisa;
> III - renunciando o credor;
> IV - confundindo-se na mesma pessoa as qualidades de credor e de dono da coisa;
> V - dando-se a adjudicação judicial, a remissão ou a venda da coisa empenhada, feita pelo credor ou por ele autorizada.
>
> § 1º Presume-se a renúncia do credor quando consentir na venda particular do penhor sem reserva de preço, quando restituir a sua posse ao devedor, ou quando anuir à sua substituição por outra garantia.
>
> § 2º Operando-se a confusão tão-somente quanto a parte da dívida pignoratícia, subsistirá inteiro o penhor quanto ao resto.
>
> **Art. 1.437.** Produz efeitos a extinção do penhor depois de averbado o cancelamento do registro, à vista da respectiva prova.

Penhor Rural

> **Art. 1.438.** Constitui-se o penhor rural mediante instrumento público ou particular, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da circunscrição em que estiverem situadas as coisas empenhadas.
> Parágrafo único. Prometendo pagar em dinheiro a dívida, que garante com penhor rural, o devedor poderá emitir, em favor do credor, cédula rural pignoratícia, na forma determinada em lei especial.
> **Art. 1.439.** O penhor agrícola e o penhor pecuário não podem ser convencionados por prazos superiores aos

Mary Montefusco CPF: 64409147234

das obrigações garantidas. (Redação dada pela Lei nº 12.873, de 2013)

§ 1º Embora vencidos os prazos, permanece a garantia, enquanto subsistirem os bens que a constituem.

§ 2º A prorrogação deve ser averbada à margem do registro respectivo, mediante requerimento do credor e do devedor.

Art. 1.440. Se o prédio estiver hipotecado, o penhor rural poderá constituir-se independentemente da anuência do credor hipotecário, mas não lhe prejudica o direito de preferência, nem restringe a extensão da hipoteca, ao ser executada.

Art. 1.441. Tem o credor direito a verificar o estado das coisas empenhadas, inspecionando-as onde se acharem, por si ou por pessoa que credenciar.

Penhor Agrícola

Art. 1.442. Podem ser objeto de penhor:

I - máquinas e instrumentos de agricultura;

II - colheitas pendentes, ou em via de formação;

III - frutos acondicionados ou armazenados;

IV - lenha cortada e carvão vegetal;

V - animais do serviço ordinário de estabelecimento agrícola.

Art. 1.443. O penhor agrícola que recai sobre colheita pendente, ou em via de formação, abrange a imediatamente seguinte, no caso de frustrar-se ou ser insuficiente a que se deu em garantia.

Parágrafo único. Se o credor não financiar a nova safra, poderá o devedor constituir com outrem novo penhor, em quantia máxima equivalente à do primeiro; o segundo penhor terá preferência sobre o primeiro, abrangendo este apenas o excesso apurado na colheita seguinte.

Penhor Pecuário

Art. 1.444. Podem ser objeto de penhor os animais que integram a atividade pastoril, agrícola ou de lacticínios.

Art. 1.445. O devedor não poderá alienar os animais empenhados sem prévio consentimento, por escrito, do credor.

Parágrafo único. Quando o devedor pretende alienar o gado empenhado ou, por negligência, ameace prejudicar o credor, poderá este requerer se depositem os animais sob a guarda de terceiro, ou exigir que se lhe pague a dívida de imediato.

Art. 1.446. Os animais da mesma espécie, comprados para substituir os mortos, ficam sub-rogados no penhor.

Parágrafo único. Presume-se a substituição prevista neste artigo, mas não terá eficácia contra terceiros, se não constar de menção adicional ao respectivo contrato, a qual deverá ser averbada.

Penhor Industrial e Mercantil

Art. 1.447. Podem ser objeto de penhor máquinas, aparelhos, materiais, instrumentos, instalados e em funcionamento, com os acessórios ou sem eles; animais, utilizados na indústria; sal e bens destinados à exploração das salinas; produtos de suinocultura, animais destinados à industrialização de carnes e derivados; matérias-primas e produtos industrializados.

Parágrafo único. Regula-se pelas disposições relativas aos armazéns gerais o penhor das mercadorias neles depositadas.

Art. 1.448. Constitui-se o penhor industrial, ou o mercantil, mediante instrumento público ou particular, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da circunscrição onde estiverem situadas as coisas empenhadas.

Parágrafo único. Prometendo pagar em dinheiro a dívida, que garante com penhor industrial ou mercantil, o devedor poderá emitir, em favor do credor, cédula do respectivo crédito, na forma e para os fins que a lei especial determinar.

Art. 1.449. O devedor não pode, sem o consentimento por escrito do credor, alterar as coisas empenhadas ou mudar-lhes a situação, nem delas dispor. O devedor que, anuindo o credor, alienar as coisas empenhadas, deverá repor outros bens da mesma natureza, que ficarão sub-rogados no penhor.

Art. 1.450. Tem o credor direito a verificar o estado das coisas empenhadas, inspecionando-as onde se acharem, por si ou por pessoa que credenciar.

Penhor de Direitos e Títulos de Crédito

Art. 1.451. Podem ser objeto de penhor direitos, suscetíveis de cessão, sobre coisas móveis.

Art. 1.452. Constitui-se o penhor de direito mediante instrumento público ou particular, registrado no Registro de Títulos e Documentos.

Parágrafo único. O titular de direito empenhado deverá entregar ao credor pignoratício os documentos comprobatórios desse direito, salvo se tiver interesse legítimo em conservá-los.

Art. 1.453. O penhor de crédito não tem eficácia senão quando notificado ao devedor; por notificado tem-se o devedor que, em instrumento público ou particular, declarar-se ciente da existência do penhor.

Art. 1.454. O credor pignoratício deve praticar os atos necessários à conservação e defesa do direito empenhado e cobrar os juros e mais prestações acessórias compreendidas na garantia.

Art. 1.455. Deverá o credor pignoratício cobrar o crédito empenhado, assim que se torne exigível. Se este consistir numa prestação pecuniária, depositará a importância recebida, de acordo com o devedor pignoratício, ou onde o juiz determinar; se consistir na entrega da coisa, nesta se sub-rogará o penhor.

Parágrafo único. Estando vencido o crédito pignoratício, tem o credor direito a reter, da quantia recebida, o que lhe é devido, restituindo o restante ao devedor; ou a excutir a coisa a ele entregue.

Art. 1.456. Se o mesmo crédito for objeto de vários penhores, só ao credor pignoratício, cujo direito prefira aos demais, o devedor deve pagar; responde por perdas e danos aos demais credores o credor preferente que, notificado por qualquer um deles, não promover oportunamente a cobrança.

Art. 1.457. O titular do crédito empenhado só pode receber o pagamento com a anuência, por escrito, do credor pignoratício, caso em que o penhor se extinguirá.
Art. 1.458. O penhor, que recai sobre título de crédito, constitui-se mediante instrumento público ou particular ou endosso pignoratício, com a tradição do título ao credor, regendo-se pelas Disposições Gerais deste Título e, no que couber, pela presente Seção.
Art. 1.459. Ao credor, em penhor de título de crédito, compete o direito de:
I - conservar a posse do título e recuperá-la de quem quer que o detenha;
II - usar dos meios judiciais convenientes para assegurar os seus direitos, e os do credor do título empenhado;
III - fazer intimar ao devedor do título que não pague ao seu credor, enquanto durar o penhor;
IV - receber a importância consubstanciada no título e os respectivos juros, se exigíveis, restituindo o título ao devedor, quando este solver a obrigação.
Art. 1.460. O devedor do título empenhado que receber a intimação prevista no inciso III do artigo antecedente, ou se der por ciente do penhor, não poderá pagar ao seu credor. Se o fizer, responderá solidariamente por este, por perdas e danos, perante o credor pignoratício.
Parágrafo único. Se o credor der quitação ao devedor do título empenhado, deverá saldar imediatamente a dívida, em cuja garantia se constituiu o penhor.

Penhor de Veículos

Art. 1.461. Podem ser objeto de penhor os veículos empregados em qualquer espécie de transporte ou condução.
Art. 1.462. Constitui-se o penhor, a que se refere o artigo antecedente, mediante instrumento público ou particular, registrado no Cartório de Títulos e Documentos do domicílio do devedor, e anotado no certificado de propriedade.
Parágrafo único. Prometendo pagar em dinheiro a dívida garantida com o penhor, poderá o devedor emitir cédula de crédito, na forma e para os fins que a lei especial determinar.
Art. 1.463. Não se fará o penhor de veículos sem que estejam previamente segurados contra furto, avaria, perecimento e danos causados a terceiros.
Art. 1.464. Tem o credor direito a verificar o estado do veículo empenhado, inspecionando-o onde se achar, por si ou por pessoa que credenciar.
Art. 1.465. A alienação, ou a mudança, do veículo empenhado sem prévia comunicação ao credor importa no vencimento antecipado do crédito pignoratício.
Art. 1.466. O penhor de veículos só se pode convencionar pelo prazo máximo de dois anos, prorrogável até o limite de igual tempo, averbada a prorrogação à margem do registro respectivo.

Penhor Legal

Art. 1.467. São credores pignoratícios, independentemente de convenção:
I - os hospedeiros, ou fornecedores de pousada ou alimento, sobre as bagagens, móveis, jóias ou dinheiro que os seus consumidores ou fregueses tiverem consigo nas respectivas casas ou estabelecimentos, pelas despesas ou consumo que aí tiverem feito;
II - o dono do prédio rústico ou urbano, sobre os bens móveis que o rendeiro ou inquilino tiver guarnecendo o mesmo prédio, pelos aluguéis ou rendas.
Art. 1.468. A conta das dívidas enumeradas no inciso I do artigo antecedente será extraída conforme a tabela impressa, prévia e ostensivamente exposta na casa, dos preços de hospedagem, da pensão ou dos gêneros fornecidos, sob pena de nulidade do penhor.
Art. 1.469. Em cada um dos casos do art. 1.467, o credor poderá tomar em garantia um ou mais objetos até o valor da dívida.
Art. 1.470. Os credores, compreendidos no art. 1.467, podem fazer efetivo o penhor, antes de recorrerem à autoridade judiciária, sempre que haja perigo na demora, dando aos devedores comprovante dos bens de que se apossarem.
Art. 1.471. Tomado o penhor, requererá o credor, ato contínuo, a sua homologação judicial.
Art. 1.472. Pode o locatário impedir a constituição do penhor mediante caução idônea.

Loterias

A exploração de loteria, como derrogação excepcional das normas do Direito Penal, constitui serviço público exclusivo da União não suscetível de concessão e só será permitida nos termos do Decreto-lei nº 204/1967.

A renda líquida obtida com a exploração do serviço de loteria será obrigatóriamente destinada a aplicações de caráter social e de assistência médica, empreendimentos do interesse público.

A Loteria Federal, de circulação, em todo o território nacional, constitui um serviço da União, executado pelo Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais, através da Administração do Serviço de Loteria Federal, com a colaboração das Caixas Econômicas Federais.

Dicas de estudo: Para aprofundar seus estudos, vale a pena conferir o Decreto-lei nº 204/1967 no link, a seguir: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0204.htm

Financiamento Estudantil (FIES)

O Fundo de Financiamento Estudantil(Fies) é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação.

Em 2010 o FIES passou a funcionar em um novo formato. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) passou a ser o Agente Operador do Programa e os juros caíram para 3,4% ao ano. Além disso, passou a ser

permitido ao estudante solicitar o financiamento em qualquer período do ano.

Correspondentes Bancários

Os correspondentes são empresas, integrantes ou não do Sistema Financeiro Nacional, contratadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil para a prestação de serviços de atendimento aos clientes e usuários dessas instituições. Entre os correspondentes mais conhecidos encontram-se as lotéricas e o banco postal.

Os serviços que os correspondentes podem oferecer, dependendo do que tiver sido contratado com a instituição financeira, são:

- recepção e encaminhamento de propostas de abertura de contas de depósitos à vista, a prazo e de poupança mantidas pela instituição contratante;
- realização de recebimentos, pagamentos e transferências eletrônicas visando à movimentação de contas de depósitos de titularidade de clientes mantidas pela instituição contratante;
- recebimentos e pagamentos de qualquer natureza, e outras atividades decorrentes de contratos e convênios de prestação de serviços mantidos pela instituição contratante com terceiros (água, luz, telefone, etc);
- execução ativa e passiva de ordens de pagamento cursadas por intermédio da instituição contratante por solicitação de clientes e usuários;
- recepção e encaminhamento de propostas referentes a operações de crédito e de arrendamento mercantil de concessão da instituição contratante;
- recebimentos e pagamentos relacionados a letras de câmbio de aceite da instituição contratante;
- recepção e encaminhamento de propostas de fornecimento de cartões de crédito de responsabilidade da instituição contratante;
- serviços complementares de coleta de informações cadastrais e de documentação, bem como controle e processamento de dados;
- realização de operações de câmbio de responsabilidade da instituição contratante, relativamente a:
  - compra e venda de moeda estrangeira em espécie, cheque ou cheque de viagem, bem como carga de moeda estrangeira em cartão pré-pago, limitadas ao valor equivalente a US$3 mil dólares dos Estados Unidos por operação;
  - execução ativa ou passiva de ordem de pagamento relativa a transferência unilateral do ou para o exterior limitada ao valor equivalente a US$ 3 mil dólares dos Estados Unidos por operação; e
  - recepção e encaminhamento de propostas de operações de câmbio.

✍ **Questões de concursos comentadas**

1. (CESGRANRIO/ 2012/ Banco do Brasil/ Escriturário) Nos dias de hoje, o uso do "dinheiro de plástico" está superando cada vez mais outras modalidades de pagamento, que, com o passar dos anos, estão ficando obsoletas.
Um tipo de "dinheiro de plástico" muito utilizado no comércio de rua é o:

a) cartão cidadão
b) cartão de crédito
c) cartão de senhas
d) talão de cheques
e) *internet banking*

✍ **Comentário:**
Esse tipo de dinheiro de plástico é o cartão de crédito, que consistem em um serviço de intermediação que permite ao consumidor adquirir bens e serviços em estabelecimentos comerciais previamente credenciados, mediante a comprovação de sua condição de usuário.
Gabarito: B

2. (CESGRANRIO/ 2008/ Caixa/ Escriturário) Atualmente, existem diversas alternativas para uso do chamado "dinheiro de plástico", que facilita o dia a dia das pessoas e representa um enorme incentivo ao consumo. O cartão de crédito é um tipo de "dinheiro de plástico" que é utilizado:

a) para aquisição de bens ou serviços nos estabelecimentos credenciados.
b) para aquisição de moeda estrangeira em agências de câmbio e de viagens com débito em moeda corrente do país de emissão do cartão.
c) para realização de transferências interbancárias, desde que ambos os Bancos sejam credenciados.
d) na compra de mercadorias em diversos países com débito na conta corrente em tempo real.
e) como instrumento de identificação, substituindo, nos casos aceitos por lei, a cédula de identidade.

✍ **Comentário:**
Conforme explicado na questão anterior, o cartão de crédito é um serviço de intermediação que permite ao consumidor adquirir bens e serviços em estabelecimentos comerciais previamente credenciados.
Gabarito: A

3. (FCC/2011/Banco do Brasil/Escriturário) Sobre operações de crédito rural é correto afirmar:

a) Podem ser utilizadas por produtor rural, desde que pessoa física.
b) Não podem financiar atividades de comercialização da produção.
c) É necessária a apresentação de garantias para obtenção de financiamento.
d) Não estão sujeitas a Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários − IOF.
e) Devem ser apresentados orçamento, plano ou projeto nas operações de desconto de Nota Promissória Rural.

✍ **Comentário:**
a) Incorreto. Podem ser utilizadas por produtor rural, tanto pessoa física quanto pessoa jurídica.
b) Incorreto. Podem, sim, financiar atividades de comercialização da produção.
c) Correto.
d) Incorreto. Estão, sim, sujeito a essas despesas.
e) Incorreto. Devem ser apresentados orçamento, plano ou projeto, exceto em operações de desconto de Nota Promissória Rural ou de Duplicata Rural.
Gabarito: C

4. (FCC/ Banco do Brasil/ Escriturário/2013) Com o objetivo de diminuir o déficit habitacional, mediante a construção de novas moradias populares com financiamento acessível, o Governo Federal criou

a) a Carta de Crédito SBPE.
b) o Programa Minha Casa Minha Vida.
c) o Consórcio Imobiliário para Todos.
d) o BB Crédito Imóvel Próprio.
e) a Letra Hipotecária

✍ **Comentário**:
O Governo Federal criou o programa Minha Casa, Minha Vida, que facilita a aquisição de residências por famílias de três faixas de renda na área urbana e três na área rural.
Gabarito: B